

Projetado, Pesquisado e Organizado por:  
José Fleuri Queiroz

FILOSOFIA DO DIREITO  
'A JUSTIÇA PURA E COMPLETA'

# CÓDIGO de DIREITO NATURAL ESPÍRITA

PROJETO - COMENTADO

Código Fleuri

(Estruturado de acordo com os livros  
3º, As Leis Morais e  
4º, Esperanças e Consolações, de  
"O LIVRO DOS ESPÍRITOS")

(Comentado e Desenvolvido por autores  
encarnados e desencarnados,  
rigorosamente à luz da mais  
completa pureza doutrinária  
Kardecista)

Homenagens a: ALLAN KARDEC,  
pelô bicentenário de seu  
nascimento (1804/2004) e  
JOSE HERCULANO PIRES  
(1914/1979) "O Apóstolo de  
Kardec" - o maior defensor da  
integridade e pureza  
da Doutrina Espírita.



MUNDO JURÍDICO  
EDITORA

# FILOSOFIA DO DIREITO 'A JUSTIÇA PURA E COMPLETA' CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA PROJETO - COMENTADO

**"JUSTIÇA E DIREITO NATURAL".** - A Justiça consiste no respeito aos direitos de cada um. Esses direitos são determinados por duas coisas: a lei humana e a lei natural. Como os homens fizeram leis apropriadas aos seus costumes e ao seu caráter, essas leis estabeleceram direitos que podem variar com o progresso; vede se as vossas leis de hoje, sem serem perfeitas, consagram os mesmos direitos que as da Idade Média. Esses direitos superados, que vos parecem monstruosos, pareciam justos e naturais naquela época. O direito dos homens, portanto, nem sempre é conforme a Justiça. Só regula algumas relações sociais, enquanto na vida privada há uma infinidade de atos que são de competência exclusiva do tribunal da consciência. (O Livro dos Espíritos, item 875a). Fora do direito consagrado pela lei humana, a base da justiça, fundada sobre a lei natural, foi dita pelo Cristo: "Querer para os outros o que quereis para vós mesmos". Deus pôs no coração do homem a regra de toda a verdadeira justiça pelo desejo que tem cada um de ver os seus direitos respeitados. Na incerteza do que deve fazer para o semelhante, em dada circunstância, que o homem pergunte a si mesmo como desejaria que agissem com ele. Deus não lhe poderia dar um guia mais seguro que a sua própria consciência. (O Livro dos Espíritos, itens 875, 875a, e 876).

**"PROGRESSO DA LEGISLAÇÃO HUMANA"** - A sociedade poderia ser regida somente pelas leis naturais, sem o recurso das leis humanas, se os homens as compreendessem bem e quisessem praticá-las; então, seriam suficientes. Mas a sociedade tem as suas exigências e precisa de leis particulares. A causa de instabilidade das leis

humanas está no fato de que nos tempos de barbárie são os mais fortes que fazem as leis e as fazem em seu favor. Há necessidade de modificá-las à medida que os homens vão melhor compreendendo a justiça. As leis humanas são mais estáveis à medida que se aproximam da verdadeira justiça, quer dizer, à medida que são feitas para todos e se identificam com a lei natural. (O Livro dos Espíritos, itens 794 e 795).

A civilização criou novas necessidades para o homem, e essas necessidades são relativas à posição social de cada um. Foi necessário regular os direitos e os deveres dessas posições por meio de leis humanas. Mas, sob a influência das suas paixões, o homem criou, muitas vezes, direitos e deveres imaginários, condenados pela lei natural e que os povos apagam dos seus códigos à proporção que progredem. A lei natural é imutável e sempre a mesma para todos. A lei humana é variável e progressiva; somente ela pôde consagrar, na infância da Humanidade, o direito do mais forte. (Comentário de Allan Kardec ao item 795 de O Livro dos Espíritos)

O homem será, naturalmente, levado a reformar as suas leis, pela força das circunstâncias e pela influência das pessoas de bem, que o conduzem na senda do progresso. Há muitas leis que já foram reformadas e muitas outras ainda o serão. (O Livro dos Espíritos, item 797).



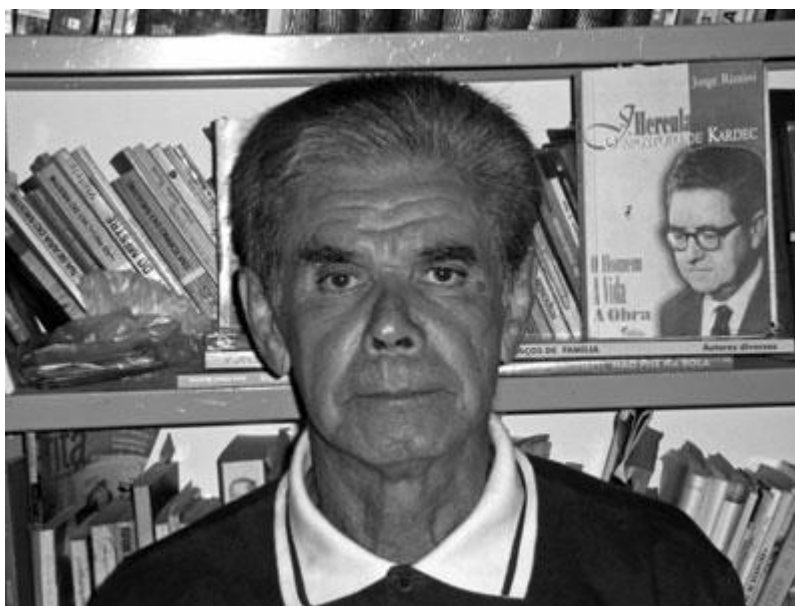
**FILOSOFIA DO DIREITO**  
**‘A JUSTIÇA PURA E COMPLETA’**  
**CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA**  
**(Projeto)**  
**COMENTADO**

**(Estruturado de acordo com os livros 3º., *As Leis Morais* e 4º.,  
*Esperanças e Consolações*, de “O LIVRO DOS ESPÍRITOS”)**

**(Comentado e Desenvolvido por autores encarnados e desen-  
carnados, rigorosamente à luz da mais completa pureza doutrinária  
Kardecista)**

**Pesquisado e Organizado por José Fleurí Queiroz**

**Homenagens à: ALLAN KARDEC, pelo bicentenário de seu  
nascimento (1804/2004) e JOSÉ HERCULANO PIRES (1914/1979) -  
“O Apóstolo de Kardec” –, o maior defensor da integridade e pureza  
da Doutrina Espírita.**



#### **Dados biográficos do autor**

José Fleurí Queiroz, nascido na cidade de Buri-SP, aos 16/10/1941 é Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, aposentado em 1991; bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo – Fundação Álvares Penteado (1966); bacharel em Direito pela Faculdade FKB, de Itapetininga (1973). Pós-graduado em Direito Penal – lato sensu -, pela FMU-SP – Faculdades Metropolitanas Unidas – (1996); Mestre em Filosofia do Direito e do Estado – scric-to sensu -, pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica – (1998). Advogado criminalista e professor universitário, a partir de 1998, nas cadeiras de Direito Penal, Instituições de Direito Público e Privado, Filosofia Geral, Filosofia do Direito e do Estado, Filosofia e Ética Profissional, nas Faculdades de Direito de Itapetininga-SP (FKB) e de Administração de Itapeva-SP (FAIT).

#### **Sugestão para ilustração da capa:**

A Justiça representada pela figura da Deusa Têmis: olhos vendados, trazendo numa das mãos uma balança, e, na outra, uma espada. A

venda nos olhos significa a imparcialidade de que a Justiça se acha revestida: não faz exceções de pessoas, desconhece as individualidades. A balança, instrumento de pesagem que registra todas as diferenças para mais ou para menos, cujo fiel oscila mediante a mais ligeira pressão exercida sobre quaisquer das conchas, simboliza a justeza com que age a Justiça, dando a cada um aquilo que de direito lhe pertence, registrando com admirável precisão todas as nuances e matizes do mérito ou do demérito individual. A espada, a seu turno, alegoriza a equidade perfeita com que a Justiça se porta. Sua lâmina, ao contrário da do punhal que rasga e dilacera impiedosamente sem jamais ceder ou vergar, é dúctil e maleável sem que, contudo, deixe de ser retilínea. Imparcialidade, flexibilidade e exação – eis os predicados inseparáveis da Justiça.

### **Sugestão para contra-capla do livro:**

“JUSTIÇA E DIREITO NATURAL”. - A Justiça consiste no respeito aos direitos de cada um. Esses direitos são determinados por duas coisas: a lei humana e a lei natural. Como os homens fizeram leis apropriadas aos seus costumes e ao seu caráter, essas leis estabeleceram direitos que podem variar com o progresso – vede se as vossas leis de hoje, sem serem perfeitas, consagram os mesmos direitos que as da Idade Média. Esses direitos superados, que vos parecem monstruosos, pareciam justos e naturais naquela época. O direito dos homens, portanto, nem sempre é conforme a Justiça. Só regula algumas relações sociais, enquanto na vida privada há uma infinidade de atos que são de competência exclusiva do tribunal da consciência. (O Livro dos Espíritos, item 875a). Fora do direito consagrado pela lei humana, a base da justiça, fundada sobre a lei natural, foi dita pelo Cristo: “Querer para os outros o que quereis para vós mesmos”. Deus pôs no coração do homem a regra de toda a verdadeira justiça pelo desejo que tem cada um de ver os seus direitos respeitados. Na incerteza do que deve fazer para o semelhante, em dada circunstância, que o homem pergunte a si mesmo como desejaria que agissem com ele. Deus não lhe poderia dar um guia mais seguro que a sua própria consciência. (O Livro dos Espíritos, itens 875, 875 a, e 876).

“PROGRESSO DA LEGISLAÇÃO HUMANA” - A sociedade poderia ser regida somente pelas leis naturais, sem o recurso das leis humanas, se os homens as compreendessem bem e quisessem praticá-las; então, seriam suficientes. Mas a sociedade tem as suas exigências e precisa de leis particulares. A causa de instabilidade das leis humanas está no fato de que nos tempos de barbárie são os mais fortes que fazem as leis e as fazem em seu favor. Há necessidade de modificá-las à medida que os homens vão melhor compreendendo a justiça. As leis humanas são mais estáveis à medida que se aproximam da verdadeira justiça, quer dizer, à medida que são feitas para todos e se identificam com a lei natural. (O Livro dos Espíritos, itens 794 e 795).

A civilização criou novas necessidades para o homem, e essas necessidades são relativas à posição social de cada um. Foi necessário regular os direitos e os deveres dessas posições por meio de leis humanas. Mas, sob a influência das suas paixões, o homem criou, muitas vezes, direitos e deveres imaginários, condenados pela lei natural e que os povos apagam dos seus códigos à proporção que progridem. A lei natural é imutável e sempre a mesma para todos. A lei humana é variável e progressi-

va; somente ela pôde consagrar, na infância da Humanidade, o direito do mais forte. (Comentário de Allan Kardec ao item 795 de O Livro dos Espíritos)

O homem será, naturalmente, levado a reformar as suas leis, pela força das circunstâncias e pela influência das pessoas de bem, que o conduzem na senda do progresso. Há muitas leis que já foram reformadas e muitas outras ainda o serão. (O Livro dos Espíritos, item 797).

### **Sugestão para ‘dobras’ livro:**

Nestes últimos 10 (dez) anos, acumulamos as funções de Advogado-Criminalista e Professor Universitário nas cadeiras de Direito Penal, Filosofia Geral e Filosofia do Direito, Filosofia e Ética, Instituições de Direito Público e Privado. Simultaneamente, temos realizado cursos, palestras, seminários sobre Educação e Espiritismo em presídios e organizações diversas, sendo que esta atividade já antecede às outras em mais de 20 (vinte) anos, período em que, também, fomos Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, aposentado em 1991.

Técnico em Contabilidade (1960), Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais (1966), Bacharel em Direito (1973), Pós-graduação em Direito Penal (1996), Pós-graduação – stricto sensu – Mestre em Filosofia do Direito e do Estado (PUC-SP, 1998).

Este resumo curricular tem o único propósito de evidenciar o nosso vínculo com o Direito, a Filosofia e o Espiritismo pela quase totalidade de nossa vida (contamos hoje com 63 anos de idade). Acresce informar que lançamos nosso primeiro livro no ano de 2.003, “Educação Como Direito e Dever – À Luz da Filosofia e do Direito Natural”, pela editora “Mundo Jurídico”, Leme-SP, obra que foi o resultado de nossa dissertação de Mestrado, cujo simples título identifica os temas de nossa predileção: “Educação, Direito, Filosofia e Direito Natural”, além de, principalmente, Espiritismo.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado da colaboração direta ou indireta que tenho recebido, através dos anos, das pessoas abaixo relacionadas:

*Minha vovó-madrinha Sinhaninha e meus pais: Joaquim Antunes Pereira de Queiroz e Santina Brandino dos Santos – que me receberam com muito amor nesta presente existência;*

*Minha esposa Domitila Meira de Vasconcellos e meu filho Allan Francisco Queiroz – com os quais tenho amealhado as melhores venturas da vida;*

*Meu filho Fleury Cândido Queiroz – que, embora distante, sempre prestigia minhas iniciativas;*

*O povo conterrâneo da cidade de Buri-SP – que, nestes últimos anos, enriqueceu-me de nobres experiências; destacando-se os integrantes e freqüentadores do “Centro Espírita Amor, Fé e Caridade” e do “Centro Espírita Discípulos de Jesus”, bem como de nosso querido “Liceu Allan Kardec” e, em particular, o Professor e Técnico em Informática “José Cirilo de Freitas”, pela inestimável e assídua assistência, desde nosso primeiro livro;*

*O inesquecível Professor e meu Orientador no Curso de Mestrado na PUC-SP, “Dr. Cláudio De Cicco” – que tem mantido seu valoroso estímulo;*

*O saudoso José Herculano Pires – “O Apóstolo de Kardec”- que ensinou-me, com seus livros, a dar o devido valor a Allan Kardec, o “Codificador do Espiritismo”;*

*Os demais que estão registrados em minha consciência e em meu coração – que, por falta de espaço, não constam do rol acima:*

À todos, meus mais sinceros e profundos agradecimentos!



## PREFÁCIO

Ao pedir que eu prefaciasse seu livro, o Dr. José Fleurí Queiroz certamente deve ter se recordado de minhas palavras finais como componente da Banca que lhe concedeu o título de Mestre em Filosofia do Direito pela PUC de São Paulo. Naquele momento solene eu frisei a importância de seu trabalho, que vinha marcar uma retomada da autêntica argumentação espiritualista para fundamentar a dignidade da pessoa humana, centro principal das preocupações de todos os juristas neste conturbado final de século.

E isto devido ao fato de que muitas teses com o mesmo nobre objetivo, se limitam a tomar como fundamento de seu raciocínio apenas o dado legal de Direito Positivo: a pessoa humana merece respeito porque isto está na Constituição vigente do país. Outras utilizam argumento sociológico: o bom conjunto da sociedade só poderá resultar do respeito da dignidade de cada pessoa. Outros ainda, argumentos políticos: só teremos uma verdadeira democracia quando a pessoa humana for respeitada. Todos estes argumentos são bons e válidos, mas estão longe de serem o fundamento mais forte e convincente da dignidade da pessoa humana. Talvez por um mal entendido respeito das opiniões divergentes de uns poucos intelectuais confessadamente materialistas, ou talvez por julgar que tal idéia cabe mais numa obra de teologia do que num trabalho de cunho jurídico, a verdade é que são pouquíssimos os autores que se lembram de dizer claramente que a imortalidade da alma é a base da dignidade da pessoa humana. O valor do presente livro que se vai ler reside, também, exatamente na vigorosa exposição, sem dubiedades, dos argumentos tirados dos grandes filósofos de várias épocas e correntes, que provam cabalmente que a alma existe, que é de natureza espiritual e que é imortal (consulte-se a obra anterior “A Educação Como Direito e Dever...”). Daí conclui o autor todos os direitos decorrentes para todo ser humano, dentre os quais destaca a educação como instrumento insubstituível para a própria evolução espiritual. Teria ela um papel primordial na prevenção da criminalidade, bem como na recuperação dos criminosos, finalidade principal da pena, segundo os modelos mais modernos de estabelecimentos correcionais e penitenciários nos países mais avançados no setor.

A compreensão da educação não apenas como meio de obter informações novas e úteis, mas principalmente como formação moral do caráter da pessoa é inseparável de uma visão filosófica de matiz evolu-

cionista, demonstrando que tal conceito não é monopólio dos herdeiros de Darwin ou de Hegel, mas também de filósofos espiritualistas, como Henri Bergson, Teilhard de Chardin que, usando exclusivamente argumentos racionais, aceitos por todos, defendem, como os antigos estóicos gregos e romanos a evolução universal do grão de areia ao mais sublime arcanjo, para citar uma frase lapidar de “**Le Livre des Esprits**” (cfr. n. 540): “É assim que tudo se encadeia na natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo. Admirável lei de harmonia, sobre a qual o espírito humano limitado não pode ainda alcançar o conjunto.”

No decorrer destas páginas o leitor poderá conviver com alguém como o Dr. Queiroz que por longos anos tem labutado neste importante campo da pedagogia e aquilatar como as teorias filosóficas se comprovaram no cadinho da experiência e cujo importante testemunho vem enriquecer nossa bibliografia sobre a matéria.

Cláudio De Cicco

(Livre-Docente em “Filosofia do Direito” pela USP e Doutor pela PUC-SP).

### O menino Fleurí.

Aqui está a crônica da vida de um homem que é um pesquisador apaixonado por Filosofia, Ciências e Letras. Inspiração e vontade, paciência e trabalho fazem dele – José Fleurí Queiroz – uma criatura *sui-generis*. Espírito universal, contemporâneo de José Herculano Pires (o Apóstolo de Kardec), Chico Xavier (o médium extraordinário) e do Professor Dr. Cláudio De Cicco (emérito jurista, livre-docente da USP e PUC –SP).

Técnico em Contabilidade (1960), Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais (1966), Bacharel em Ciências Jurídicas (1973), Curso completo de Inglês (1975) – Escolas Fisk -, Curso completo de Conservatório – Violão Clássico (1982) -, cursou: a Academia Paulista de Júri – Prof. José Parada Neto (1994/6), o CEA – Centro de Estudos Avançados da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas-1995), Pós-graduação em Direito Penal, na mesma FMU (1996), Mestrado em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC-SP (1998) (Pontifícia Universidade Católica), Advogado criminalista, escritor, professor universitário, compositor e cantor de música sertaneja, tendo gravado seis LPs., Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, além de fanático futebolista (é Técnico de futebol e praticante eficiente até os dias atuais, com mais de 63 anos de idade), participou, ainda, de inúmeras outras atividades que surpreendem a todos que o conhecem, dentre as quais destaco: futebolista semi-profissional pelo CASI – CLUBE ATLÉTICO SOROCABANA DE ITAPETININGA, 3<sup>a</sup>. e 2<sup>a</sup>. divisões do Campeonato Paulista (1958/60), pugilista campeão dos pesos leves-1962 (Caracu Box Club em S.Paulo), Campeão do Mister-Capital-SP-1978 e 4<sup>o</sup>. colocado no Mister Estado de S.Paulo-1979 (Halterofilismo – Ginásio Roldan)...

José Fleurí personifica a luta obstinada contra obstáculos e preconceitos de toda espécie, tendo como armas decisivas a energia, o poder criador e a persistência, sem ambições supérfluas.

O menino nascido na cidade de Buri, estado de São Paulo, filho de família humilde, tendo como pai Joaquim Antunes Pereira de Queiroz, simples ferroviário da Sorocabana, homem trabalhador, muito honesto e mãe, Dona Santana Brandino dos Santos, mulher do lar; neto de uma incansável costureira, conhecida por Dona Sinhaninha, com quem tinha muita afinidade, mudou-se com os familiares para a cidade de Itapetininga-SP, começando sua luta como engraxate.

Logo se interessou pelos estudos, almejando carreira mais alta, quando a vontade de seu pai, pela simplicidade e pelos poucos recursos financeiros de que dispunha, era que também se tornasse ferroviário. Por convite de um vizinho, Roberto Meireles, o menino José Fleurí foi trabalhar como *office-boy* em um escritório de Contabilidade (Escritório Moraes, do Sr. Plauto e, posteriormente no Escritório Modelo, do Sr. José Rolim) onde, com o pouco mais que ganhava, passou a custear os ambicionados estudos, além de auxiliar no custeio do lar para a manutenção da família que aumentava (irmãos e irmãs que iam chegando...até oito). E foi assim que, com o título de Técnico em Contabilidade, indo parar em São Paulo, em 1961, aos 19 anos de idade, “abriu asas” para o que considerava ser o seu ideal maior. Estudou, estudou, estudou... e realizou tudo o que relatei acima, ficando até muito doente, mas não parou de estudar e trabalhar. Deixou a família, renunciou, com grande esforço, à possibilidade de ser jogador profissional de futebol e mergulhou “de cabeça” nos estudos para realizar um concurso público, quando estava já por graduar-se em Ciências Contábeis e Atuariais, em 1.966 (Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado). Foi vitorioso. Conseguiu. Enfim, o mais jovem fiscal federal, até então, na história dos concursos, deixando para trás, entre muitos amigos e colegas de alta categoria profissional, mais de 12.000 (doze mil) concorrentes em todo o Brasil para, apenas, 400 (quatrocentas vagas).

Assim, de repente, nova posição financeira e social, novos “amigos”, novos prazeres, novas ilusões... não precisava nada mais ambicionar! Até que, como chega o dia de cada um, sentiu que não era bem isso que queria: o dinheiro, os prazeres e amigos interesseiros não preenchiam uma lacuna em sua alma: seu ideal, então mais claro, era mais alto, muito mais alto e, novamente, “mergulhou de corpo e alma” no estudo, agora da Ciência Espírita (na Federação Espírita do Estado de S.Paulo, onde realizou todos os cursos lá ministrados e foi colaborador assíduo no período de 1975 a 1990) e concluiu que o maior tesouro que alguém pode almejar é o “saber”. Sim o “verdadeiro saber”. Saber a Verdade. E encontrou toda a Verdade nas palavras de Jesus, reproduzidas e comprovadas pela Ciência Espírita. A moral que Jesus pregava estava estampada em todas as horas de sua vida. Era preciso então estudá-la à fundo e entendê-la e, principalmente, praticá-la; e, foi assim, que o menino Fleurí cresceu, realmente, e tornou-se finalmente um “Homem”!

Hoje, depois de mais de vinte e cinco anos de estudos, meditação, dedicação e quase clausura, dedica-se à pesquisa de métodos e rumos pa-

ra um mundo melhor, lecionando, proferindo palestras, escrevendo livros de diretrizes e bases, a exemplo do livro anterior “A Educação Como Direito e Dever – À Luz da Filosofia e do Direito Natural” (Editora Mundo Jurídico), para todos que se interessarem em moralizar-se para, enfim, encontrarem a verdadeira felicidade. E, para isso, passa horas e horas debruçado nos livros, procurando palavras novas, de fácil entendimento para aplicar às parábolas e ensinamentos mais complexos de Jesus, adotando uma didática nova em uma Filosofia ou Moral antiga. Tudo por amor à Humanidade... que precisa entender o que ele já entendeu. A Humanidade passou por grandes mudanças culturais e procura, ainda, descobrir e solucionar os mistérios pela especulação, pela pesquisa, pela experiência. José Fleurí trás para nós em seus livros, palestras e aulas, e, neste livro em particular: *CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA – CÓDIGO FLEURÍ* -, contendo textos e comentários brilhantes de aproximadamente 80 (oitenta) autores (encarnados e desencarnados), em sua forma mais simples e objetiva, o que levaríamos muitos e muitos anos para descobrir; e, para isso, submeteu-se à todas as provas, sempre resignado, acima das paixões, ilhado na variação e na complexidade de seus estudos e trabalhos. Não reagiu, a não ser criando e investigando cada vez mais, aos que, à sombra da coragem e da ignorância, tenham criticado seus escritos e reformulações.

E, por tudo isso, José Fleurí tornou-se, para todos nós, o “próximo” divulgador da luz, do saber e da moral cristã. Filósofo, advogado, espírita, escritor, professor, reuniu neste trabalho – *CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA* - uma obra única da atualidade, tudo de melhor que se escreveu sobre Direito Natural e Espiritismo, colaborando para a expansão da Doutrina Espírita no meio acadêmico, concorrendo para iluminar a rota da Humanidade.

Buri, 04 de fevereiro de 2.005

Domitila – sua esposa.

## **SUMÁRIO GERAL**

### **INTRODUÇÃO, 1**

- I – Que é um Código?, 1
- II – Homenagens à Allan Kardec e José Herculano Pires, 1
- III – “Código de Direito Natural Espírita”? Por que!?, 2
- IV – “Código de Direito Natural Espírita”? Por que Não!?, 2
- V – Metodologia adotada neste trabalho, 3

### **ÍNDICE SISTEMÁTICO DO “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA”, 5**

#### **PRELIMINARES, 8**

#### **I – Breve Histórico e Características do Direito Natural (tradicional): fragmentos de estudos e artigos de autores diversos sobre Filosofia do Direito e Ciência do Direito, 8**

- 1 – Estudo do Direito, 8
- 2 – Mandamentos do Advogado, 8
- 3 – Tentativa do Direito justo, Stammler, 8
- 4 – Até o século XIX: Filosofia do Direito=Teoria do Direito Natural: Pufendorf, 8
- 5 – Teoria Geral do Direito=Ciência do Direito, 9
- 6 – Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito: Kelsen, 9
- 7 – Kant: princípios *a priori*, 9
- 8 – O positivismo jurídico: Kelsen, 9
- 9 – O positivismo jurídico: Radbruch, 9
- 10 – Fenomenologia e Direito, 9
- 11 – Direito: fato, valor e norma: Miguel Reale, 9
- 12 – Axiologia, 10
- 13 – Kelsen, 10
- 14 – Valores integram o Direito vivo, 10

- 15 – Justiça, valor fundamental, 10
- 16 – Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10
- 17 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 12
- 18 – O Positivismo e a Redução da Filosofia a uma Enciclopédia das Ciências (Augusto Comte), 13
- 19 – Neopositivistas: Ciência Moral, 14
- 20 – Ontogenoseologia. Epistemologia, 14
- 21 – A Ética e o Criticismo Transcendental de Kant, 14
- 22 – O Direito. A Ética. A Moral, 15
- 23 – Filosofia. Axiologia. Filosofia do Direito, 15
- 24 – Metafísica e Concepção do Mundo. Amplitude da Especulação Filosófica, 15
- 25 – Direito Natural. Moral. Direito Positivo, 16
- 26 – Direito Natural: Código da Razão, 16
- 27 – S. Tomás de Aquino e Direito Natural: Lei inscrita no coração do homem por Deus, 16
- 28 – Direito e Moral na Época Moderna. O Contratualismo. A Escola do Direito Natural (A Razão é a fonte do Direito), 16
- 29 – Kant. O Contratualismo. Direito Natural de Liberdade, 17
- 30 – Kant. O Direito. A Moral, 17
- 31 – Kant: autonomia e heteronomia, 17
- 32 – Direito Justo?, 18
- 33 – Kant e a Justiça, 18
- 34 – Hegel. Justiça. Direito Natural. Direito Positivo, 18
- 35 – Miguel Reale: contrário à possibilidade de alcançar-se uma idéia absoluta de justiça, 18
- 36 – Paulo Nader: A Moral e o Direito Natural, 19

- 37 – Paulo Nader: Direito Positivo e Direito Natural, 19
- 38 – Paulo Nader: Direito Natural (a natureza humana, a experiência e a razão). *Justiça*, 19
- 39 – Paulo Nader. Os direitos naturais eternos, imutáveis e universais, 20
- 40 – Paulo Nader. O Direito Natural não é obstáculo aos reclamos da história, 20
- 41 – Conclusão de Paulo Nader: Direito Natural e Justiça Absoluta que não variam no tempo e no espaço, 21
- 42 – Cláudio De Cicco. Autonomia da Lei Moral em Kant e o princípio evangélico, 21
- 43 – Cláudio De Cicco. Foro íntimo e Foro externo: a luta pelo Estado de Direito em Kant, 22
- 44 – Cláudio De Cicco. Paternalismo Político e Bem Comum (Felicidade). Kant e Aristóteles, 23
- 45 – Tércio Sampaio Ferraz Júnior. O Direito é um mistério: estudá-lo exige precisão e rigor científico, mas também para o humano, para a história, para o social, 24
- 46 – Tércio Sampaio Jr. – O Direito no mundo contemporâneo passou a ser bem de consumo, 25
- 47 – Tércio Sampaio Jr. – As sociedades estão em transformação e a complexidade do mundo está exigindo novas formas de manifestação do fenômeno jurídico, 25
- 48 – Tércio Sampaio Jr. – Direito Positivo e Natural: uma dicotomia enfraquecida. Positivização do Direito Natural, 26
- 49 – Carlos Galves. O Direito Justo, 27
- 50 – Carlos Galves. A Ciência do Direito como Ciência do Espírito, 27
- 51 – Carlos Galves. O Direito Natural no Mundo Antigo, 29  
Sócrates, Platão, Aristóteles, 29
- Filosofia Estóica (Deus e as leis divinas), 29
- O Estoicismo e o Direito Natural no Direito Romano: Cícero e Sêneca, 31
- Cristianismo e Direito Natural, 32
- O Direito Natural em Santo Agostinho, 32
- A Justiça em Agostinho, 33
- Agostinho e o Estado, 33
- 52 – Carlos Galves. O Direito Natural no Mundo Medieval, 33
- Santo Tomás de Aquino e o Direito Natural, 34
- Gregório de Rimini, 36
- Francisco de Vitória. Direito Natural e Direito Internacional, 36
- 53 – Carlos Galves. O Direito Natural no Mundo Moderno (Razão e Ciência – experiência), 37
- Lutero e Calvino, 38
- Hugo Grócio, 38
- Thomaz Hobbes, 39
- John Locke, 40
- Locke, o Estado e o Direito Natural, 40
- Locke e a Positivização do Direito Natural, 41
- Locke: Direito Natural e Cristianismo, 41
- A Filosofia de Spinoza, 41
- Spinoza e o Direito Natural, 41
- Leibniz: O Direito Natural é criado por Deus e é impregnado pela Caridade, 41
- Leibniz e a Justiça, 42
- Thomasius. O Iluminismo. Direito Natural: o honesto, o decoroso e o justo, 42
- Wolff. O Estado. O Direito Natural: Universal e Imutável. Solidariedade, 43
- Os Fisiocratas. A riqueza das nações (a agricultura) e a lei natural. O Direito Natural: A Ordem Natural posta por Deus, 44

- Kant. A Filosofia Kantiana, 45  
 Kant e a Crítica da Razão Pura, 45  
 Kant e a Crítica da Razão Prática (Dever Moral: Imperativo Categórico), 45  
 Kant, o fato moral: a liberdade no homem, 45  
 Kant: a liberdade na Moral e no Direito. Distinção entre Moral e Direito, 46  
 Kant: O Direito e seu objetivo, 46  
 Kant: O Direito Natural e o Direito Civil, 46  
 Kant: Direito e coação, 47  
 Kant: Direito e felicidade, 47  
 Hegel: O Direito no sistema de Hegel, 47  
 Hegel e o Direito Natural, 48  
 Nota sobre o Idealismo, 48
- 54 – Carlos Galves. O Direito Natural no Mundo Contemporâneo, 49  
 Del Vecchio. Giorgio Del Vecchio e o Direito Natural, 49  
 Del Vecchio. A natureza. O Direito Natural. O homem e a Evolução, 49  
 Del Vecchio. A natureza humana, 49  
 Del Vecchio. A Ética, 49  
 Del Vecchio. A Moral e o Direito, 50  
 Del Vecchio. Direito Natural e História, 50  
 Radbruch. Gustav Radbruch, 50  
 Radbruch. O Relativismo Jurídico. O apocalipse nazista e o Direito Positivo vigente, 50  
 Radbruch. A volta ao Direito Natural, 51  
 Reale. Miguel Reale. O Direito Natural, 51  
 A concepção transcendental-axiológica de Reale, 52  
 Reale: Estrutura do Direito Natural: Progressiva, 52  
 Reale: Classes de Direitos Naturais, 53
- Reale: Exegese da definição (teoria tridimensional do Direito), 53  
 55 - Carlos Galves e suas conclusões sobre o Direito Natural: 53  
 A sanção e eficácia do Direito Natural – Cícero, 53  
 A supra-eficácia do Direito Natural: a Democracia Moderna; a Declaração de Independência dos Estados Unidos; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 54  
 Macroeficácia do Direito Natural em relação ao Direito Positivo, 55  
 O Direito Natural positiva-se, alimentando o Direito Positivo, 55  
 Outras eficácias globais do Direito Natural da História (a Natureza animada e inanimada), 55
- II – Breve Histórico e Alguns Princípios do Espiritismo: estudos, crônicas e artigos diversos de autores encarnados e desencarnados, 56**
- 1 – Allan Kardec, traços biográficos, 56  
 2 – José Herculano Pires, idem, 58  
 3 – A Revelação: a 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>. Revelações, A Ciência Espírita, 59  
 4 – “O Livro dos Espíritos”: Resumo da Doutrina dos Espíritos, 64  
 5 – A Ciência e o Espiritismo, 68  
 6 – Profissão de Fé Espírita Racional: Deus, A Alma, Criação, Reencarnações, Manifestações de Espíritos, 70
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 76**
- 1 – “O Grande Desconhecido”, 76  
 2 – Epistemologia Espírita: (A Ciência Espírita e o aval dos sábios), 77 e 80  
 3 – Colaboração Interexistencial (Filosofia Existencial), 82  
 4 – A Ciência Espírita:  
 4.1 – O Espiritismo é uma Ciência Positiva, 86



- 4.2 – O Desenvolvimento Científico e a Ciência Espírita, 89
- 4.3 – Pesquisa Científica da Mediunidade, Sessões Experimentais, 94
- 5 – A Ciência Espírita e a Parapsicologia, 96
  - 5.1 – O que é o Homem?, 96
  - 5.2 – “Mec” (Memória extracerebral) Mergulho no passado (Reencarnação), 98
  - 5.3 – Parapsicologia e Espiritismo, 105
  - 5.4 – PSI e a Revolução Cristã, 107
  - 5.5 - PSI e a Civilização do Espírito, 110
  - 5.6 – PSI e o desenvolvimento moral, 112
- 6 – A Filosofia Espírita, 114
  - 6.1 – Sócrates e Platão, Precursores da Doutrina Cristã e do Espiritismo: Resumo da Doutrina de Sócrates e Platão, 114
  - 6.2 – Princípios e regras socráticos : Críton, Apologia, Fédon, 119
  - 6.3 – Filosofia e Espiritismo, 120
    - I – O que é Filosofia?, 120
    - II – O que é Espiritismo?, 121
    - III – A Tradição Filosófica, 122
    - IV – Teoria Espírita do Conhecimento, 124
    - V - Fideísmo Crítico: Kardec e “A Crítica da Fé” VERSUS Kant e “A Crítica da Razão”, 129
- 7 – A Religião Espírita: Religião em Espírito e Verdade, 133
  - 7.1 – O Espiritismo e As Religiões, 133
  - 7.2 – Panteísmo Espírita, 135
  - 7.3 – Teologia Espírita, 136
  - 7.4 – Cristianismo e Espiritismo, 138

## DEUS: O SUPREMO LEGISLADOR

- 1 – Existência de Deus, 142
- 2 – Da Natureza de Deus, 143
- 3 – Deus é a Suprema e Soberana Inteligência, 144
- 4 – A Providência: Deus está em toda parte, 146
- 5 – A Visão de Deus, 148

## CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA – COMENTADO - (Livros 3º. e 4º. de “O Livro dos Espíritos” – As Leis Morais, Esperanças e Consolações). Penas e Gozos Terrenos e Penas e Gozos Futuros, 151

### PARTE GERAL – AS LEIS MORAIS

#### Capítulo I – A Lei Divina ou Natural,

- 1 – A lei natural é a lei de Deus, 151
  - 1.1 – LEI: Conceito, Desenvolvimento; Espiritismo e a Lei, 151
- 2 – Conhecimento da Lei Natural, 154
- 3 e 4 – Revelação da Lei Divina: por Jesus e pelo Espiritismo, 155
- 5 e 6 – A Verdade Relativa e a Verdade Absoluta, 155
- 7 e 8 – O Bem, o Mal e a Moral, 156
- 9 e 10 – O Mal e o Concurso de Pessoas, 156
- 11 – Resistência Voluntária ao Mal, 156
- 12 e 13 – Dever de praticar o bem, 157
  - 13.1 – A Lei Civil e a Lei Moral, 157
  - 13.2 – Moral: Conceito, Desenvolvimento ( A Filosofia e a Moral), Virtude, 158
  - 13.3 – O Bem e o Mal: origem do Bem e do Mal, 160

#### Capítulo II – Lei de Justiça, Amor e Caridade, 164

- 14 – O sentimento de justiça é natural, 164
- 15 – A lei humana e a lei natural, 164

- 16 e 17 – Conceito de Justiça, 164  
 18 – A verdadeira justiça e o verdadeiro justo, 165  
   18.1 – Cristianismo e Justiça, 165  
   18.2 – Justiça e Direito, 166  
 19,20 e 21 – Direito de Propriedade. Roubo, 169/170  
 22 – O desejo de posse e o egoísmo, 170  
 23 – A propriedade verdadeiramente legítima, 170  
 24 – Direito de Propriedade e seu limite, 170  
   24.1 – O Direito de Propriedade. Roubo, 170  
 25 – Caridade e Amor ao Próximo: complemento da Lei de Justiça, 172  
   25.1 – Caridade: Conceito, Desenvolvimento; Caridade e Espiritismo, 172  
   25.2 – Amor: Conceito; Jesus e o amor, 175  
 26 – Perdão e Amor aos inimigos:?, 177  
   26.1 – “Amai os vossos inimigos”, 177  
 27 – Esmola, 179  
 28 – A verdadeira caridade, 179  
 29 – Amor Maternal e Filial; o amor, eis toda a lei; mães que odeiam os filhos, filhos que causam desgostos aos pais, 179  
   29.1 – Dever dos cônjuges entre si e para com os filhos, 180  
   29.2 – As mães, 182  
   29.3 – Piedade Filial, 184  
 30 – O amor, a educação moral e o melhoramento do Globo, 186  
   30.1 – A Lei do Amor, 186  
   30.2 – “O Livro dos Espíritos” e a Educação, 188  
   30.3 – Cultura, Razão, Intelectualismo, 191  
   30.4 – Educação: Conceito, Desenvolvimento, Espiritismo e Educação, 194  
   30.5 – Educação Evangélica, 197
- Capítulo III – Lei do Progresso, 200**  
 31 – Estado Natural e Lei Natural, 200  
   31.1 – “Dois livros, duas teorias... um novo rumo...”, 200  
   31.2 – Relação “Origens das Espécies” (1859), e “A Gênese” (1868), 203  
   31.3 – Conforme André Luiz – Semeando A Teoria (da Evolução), 204  
   31.4 – Wallace e as Forças Espirituais na Evolução, 206  
   31.5 – Do Elo Perdido ao Homem, 207  
   31.6 – O Evolucionismo de Chardin, 210  
 32 – O estado natural e a felicidade, 211  
 33 – O homem não retrograda ao estado natural, 212  
   33.1 – Da Perfeição dos Seres Criados, os animais também sofrem, 212  
 34 – Marcha do Progresso, 217  
   34.1 – Ajuda Inestimável, 217  
 35 e 36 – Progresso Intelectual e Progresso Moral. Povos esclarecidos e pervertidos, 218  
 37 – Leis de entaves ao progresso, 219  
   37.1 – Ninguém tem o poder de se opor ao progresso, 219  
 38 e 39 – Os maiores obstáculos ao progresso moral: o orgulho e o egoísmo, 219/220  
   39.1 – O Progresso Intelectual e o Progresso Moral, 220  
   39.2 – A Lei do Progresso, 220  
 40 – Povos degenerados, 222  
 41 – Povos que serão farol para outros povos, 222  
   41.1 – “Terra – Instituto Educacional”, 222  
 42 – O Progresso e a Terra do Futuro: uma só Nação? Uma Lei Única?, 224  
   42.1 – A Lei do Progresso dos Povos e a Justiça da Reen-

- carnação, 224
- 43 – Civilização depurada: inteligência e moral, 225
- 43.1 – Sinais de uma civilização completa, As Aristocracias, 225/226
- 43.2 – Civilização Cristã, 229
- 43.3 – Sucedem-se as Civilizações no Processo de Evolução da Terra, 229
- 43.4 – Nossa Destinação, 231
- 44 – Progresso da Legislação Humana; A Lei Natural e A Lei Humana, 231
- 45 – Instabilidade das leis humanas, 45.1 – Instabilidade das leis humanas e a Lei Natural Imutável, 232
- 46 – Severidade das leis penais e a Educação, 232
- 47 – Reforma das leis humanas, 232
- 47.1 – Sociologia: problemas sociais, 232
- 47.1.1 – noção de pátria, 232
- 47.1.2 – desigualdades sociais no futuro, 233
- 47.1.3 – Igualdade absoluta?, Desigualdade das riquezas, 233
- 47.1.4 – Questões proletárias, 234
- 47.1.5 – As classes armadas, 235
- 47.1.6 – Sociologia e Espiritismo, 235
- 47.1.7 – O espiritista e a política do mundo, 235
- 47.1.8 – Política do racismo, 236
- 47.1.9 – “Não matarás”- o caçador e o carrasco, 236
- 47.1.10 – “Não julgueis” como discernir o bem do mal?, 236
- 47.1.11 – “Não julgueis” e o processo criminal, Justiça na Espiritualidade, Caridade com os criminosos, 237
- 47.1.12 – cargos públicos e a responsabilidade no plano espiritual, 239
- 47.1.13 – Preceito evangélico: “renuncia a tudo que tens...”, 240
- 47.1.14 – movimento feminista, 240
- 47.1.15 – “estar bem na vida”, 241
- 48 – Influência do Espiritismo no Progresso. Espiritismo: crença comum no futuro?, 241
- 48.1 – O Espiritismo só tem a construir, 241
- 49 – O Espiritismo combate o Materialismo e contribui para o progresso, 241
- 49.1 – “Raios, Ondas, Médiuns, Mentés...” O Futuro pertence ao Espírito, 242
- 49.2 – O Porvir e o Nada, 243
- 49.3 – O Temor da Morte, 248
- 50 – O Espíritos ensinaram de forma incompleta no passado, 252
- 50.1 – Doutrinando a Ciência, 252
- 51 – Convicção pela razão e não pelos fenômenos, 253
- 51.1 – O Fenômeno e a Crença, 253
- Capítulo IV – Lei do Trabalho, 256**
- 52 – O trabalho é uma lei da natureza, 256
- 52.1 – Trabalho: conceito, 256
- 53 – Trabalho: expiação e prova, 256
- 53.1 – A Lei do Trabalho, 257
- 54 – O trabalho dos animais, do homem primitivo e seus sucessores, 257
- 54.1 – O trabalho dos animais, do homem primitivo e do homem moderno, 258
- 55 – Liberação do trabalho material, 260
- 56 – Existência voluntariamente inútil, 260
- 57 – Dever de assistência mútua na

família, 260  
 58 e 59 – Limite do Trabalho. Repouso, 261  
   59.1 – Limite do Trabalho, 261  
 60 – Imposição de excesso de trabalho, 261  
   60.1 – O Repouso, 262  
 61 – Repouso na Velhice, 263  
 62 – Velho que precisa trabalhar, mas não pode, 263  
   62.1 – A falta de trabalho e a educação, 263  
   62.2 – O trabalho e o paraíso terrestre de Karl Marx, O Trabalho e a Filosofia Existencial, 264  
   62.3 – Trabalho e Jesus, Utilidade Providencial da Fortuna, 266

#### **Capítulo V – Lei de Sociedade, 268**

63 – Necessidade da vida social, 268  
   63.1 – Sociabilidade, 268  
 64 e 65 – O isolamento absoluto é contrário à Lei Natural, 268  
   65.1 – A necessidade da Experiência, 269  
   65.2 – A solidariedade Espírita, 271  
   65.3 – A nova geração, 272  
   65.4 – A vida social dos desencarnados, 275  
 66 – Vida de isolamento. Voto de Silêncio, 276  
 67 – Retraimento visando expiação, 276  
 68 – Isolamento e amparo aos infelizes, 276  
 69 – Retiro para realização de certos trabalhos, 276  
 70 – Voto de silêncio prescrito por certas seitas, 276  
 71 – Laços de família: entre os animais, 277  
 72 – Laços de família: entre os homens, 277  
   72.1 – Os laços de família resumem os liames sociais; visão também dos materialistas, 277  
   72.2 – A família vai acabar?, 277  
   72.3 – Amor e família em novos

tempos, 279

#### **Capítulo VI – Lei de Igualdade, 284**

73 – Igualdade natural, 284  
 74 – Desigualdade de aptidões, 284  
   74.1 – Primitivismo ou subnutrição, 284  
 75 – Desigualdades sociais, 286  
 76 – O orgulho e o egoísmo. Desigualdade do mérito, 286  
 77 – Abuso da posição social, 286  
   77.1 – Na Terra e no Além, 287  
 78 – Desigualdade das riquezas, 287  
 79 – A riqueza hereditária e sua origem, 288  
 80 – Responsabilidade dos herdeiros, 288  
 81 – Disposições testamentárias e seus efeitos depois da morte, 288  
 82 – Igualdade absoluta das riquezas, 288  
 83 – A igualdade relativa do bem-estar, 288  
 84 – As misérias sociais e a Educação Moral, 289  
   84.1 – Mobilização, 289  
 85 – Provas da riqueza e da miséria, 290  
 86 – A prova mais perigosa: a riqueza e o poder, 290  
   86.1 – Ao redor do dinheiro, 291  
   86.2 – Emprego da fortuna, 291  
 87 – Igualdade dos Direitos do homem e da mulher, 293  
 88 – O Direito da força, 293  
 89 – Funções particulares da mulher e sua maior sensibilidade, 293  
 90 – A importância das funções da mulher, 294  
 91 – A Lei Divina e a Lei Humana: igualdade de direitos mas não de funções para a mulher, 294  
   91.1 – Igualdade de Direitos, diversidade de funções, 294  
     91.1.1 – Conjugação verbal, 295  
   91.2 – O homem e a mulher, 295  
     91.2.1 – “O Livro dos Espí-

ritos” e a igualdade de direitos do homem e da mulher, 296

91.3 – Como interpretar o movimento feminista na atualidade da civilização, 297

91.4 – A igualdade de direitos do homem e da mulher, 298

92 – Igualdade perante o túmulo: o rico e o pobre; homenagem justa, 300

92.1 – A tumba do rico e suas ações, 301

92.2 – Oração no “Dia dos Mortos”, 301

### **Capítulo VII – Lei de Liberdade, 302**

93 – Liberdade Natural; liberdade absoluta, 302

93.1 – Os limites da liberdade, 302

93.2 – Honrarás a liberdade, 303

93.3 – Condições da liberdade, 304

93.4 – Liberdade, Igualdade, Fraternidade, 305

93.5 – Egoísmo e Orgulho: causas, efeitos e meios de destruí-los, 307

94 – Lei Natural contrabalançada pelo orgulho e egoísmo; Inteligência para compreender a responsabilidade, 311

95 – Escravidão. Abuso da força. Contra a Natureza, 311

96 – A escravidão pertence aos costumes de um povo, 311

97 – A escravidão e as raças menos inteligentes, 311

98 – Homens que são mais humanos com seus escravos, 312

99 – Liberdade de pensamento e responsabilidade, 312

100 – Liberdade de consciência, 312

101 – A liberdade de consciência e as crenças notoriamente falsas; crenças que perturbam a sociedade, 313

102 – Convicção não se impõe, 313

103 – Sinais da doutrina que seja expressão da verdade, 313

104 – Livre-arbítrio. Livre-arbítrio do homem e seus atos, 313

105 – Livre-arbítrio da criança, 314

106 – Predisposições instintivas a atos repreensíveis, 314

107 – O livre-arbítrio e a influência do organismo nos atos da vida, 314

108 – Alteração das faculdades e perda do livre-arbítrio, embriaguez e livre-arbítrio, 314/315

109 – O selvagem: instinto e livre-arbítrio, 315

110 – A posição social e o livre-arbítrio, 315

110.1 – Determinismo e livre-arbítrio, 315

111 – Fatalidade. Fatalidade e livre-arbítrio sobre o bem e o mal, 317

111.1 – Nossos fracassos, 318

111.2 – Experiência: Determinismo e livre-arbítrio, 318

111.3 – Conhecimento do futuro, 320

111.4 – Transição (morte), 322

112 – Fatalidade e morte, 324

113 – Ninguém é predestinado ao crime, 324

113.1 – Fatalidade e Criminalidade, 324

114 – Livre-arbítrio e Educação, 326

115 – Livre escolha das provas, antes da reencarnação; prova imposta por Deus, 326

116 – Livre-arbítrio e influência do organismo, 327

117 – Fatalidade (determinismo): negação da Lei do Progresso, 327

118 – Fatalidade real: resultante da escolha da expiação, prova ou missão, 327

119 – Fatalidade inexorável: a morte, 328

120 – A Doutrina Comum: o homem é sempre desculpável por seus erros, 328

121 – A Doutrina Espírita: o homem é absolutamente responsável por

seus atos; o homem não é uma máquina: pode repelir impulsões estranhas, 328

122 – Terra: Planeta de expiações e provas (há mais espíritos maus do que bons), 329

### Capítulo VIII – Lei de Adoração, 330

123 – Finalidade da Adoração: elevação do pensamento a Deus, 330  
123.1 – Como adorar a Deus?, 330

124 – Adoração. Lei Natural, 331

124.1 – Oração, 331

124.2 – Os Tempos do Consolador, 332

124.3 – Aliança da Ciência com a Religião, 333

125 – Adoração Exterior. Adoração exterior e conduta, 334

126 – Maneiras de adorar a Deus. Religião nos lábios e não no coração, 334

126.1 – Eficácia da Prece, 335

127 – Vida contemplativa e prática do bem, 336

128 – Da Prece. A prece agradável a Deus, 336

129 – Caráter geral da prece, 337

130 – A prece torna o homem melhor; a prece que não torna o homem melhor, 337

131 – A prece, o perdão das faltas e as boas ações, 337

132 – Pode-se orar utilmente pelos outros, 337

132.1 – O poder do pensamento e da vontade, 337

132.2 – Espiritismo – Fé, 338

132.3 – A Luz da Razão e o Poder da Fé, 339

132.4 – A Fé Religiosa. Condição da Fé Inabalável, 340

133 – Nossas provas e a prece por nós mesmos, 341

134 – Politeísmo; O Deus Único e a manifestação dos Espíritos, 342

135 – Adoração e sacrifícios, 342

136 – Os sacrifícios jamais agrada-

ram a Deus, 343

137 – Os sacrifícios humanos com intenção piedosa, 343

138 – As guerras santas. Povos fanáticos. Jesus e sua doutrina de paz, 343

138.1 – O Evangelho e o Futuro, 344

139 – A prática do bem e as cerimônias exteriores inúteis, 345

139.1 – Sacrifícios, 346

### Capítulo IX – Lei da Reprodução, 348

140 – População do Globo e Superpopulação, 348

140.1 – Carga erótica, 348

140.2 – Cuidar do corpo e do espírito, 349

140.3 – Origem do Instinto Sexual, 349

141 – Sucessão e aperfeiçoamento das raças, 350

142 – A civilização de hoje: os mesmos espíritos que voltam em novos corpos, 351

143 – Origem dos corpos da raça atual, 351

144 – Caráter distintivo das raças primitivas, 351

145 – Aperfeiçoamento das raças animais e vegetais pela Ciência e a Lei Natural, 351

145.1 – Reprodução Assistida à luz do Espiritismo, 352

145.1.1 – Reprodução Assistida, 353

145.1.2 – Projeto Genoma Humano, 355

145.1.3 – O Clone tem Alma, 355

145.1.4 – A Barriga de Aluguel, 357

145.1.5 – A Eugenia e a Evolução Anímica, 358

145.1.6 – O Que Disse-ram Outros Espíritos, 360

145.2 – Clonagem à Luz do Espiritismo. Ciência e Espiritismo, 362

- 145.2.1 – A Lei de Reprodução, 364
  - 145.2.2 – Clonagem Humana: Questão de Tecnologia e Ética, 364
  - 145.2.3 – Natimorto, 365
  - 145.2.4 – No momento, a Clonagem Humana não deve ser praticada, 367
  - 145.3 – Clonagem. Transgênicos, 368
  - 145.4 – Trecho sobre clonagem terapêutica gera dúvida, 369
  - 145.5 – Embrião congelado basta, diz geneticista, 370
  - 146 – Obstáculos à reprodução e a Lei Natural, 371
  - 147 – Obstáculos abusivos à reprodução de animais e plantas, 371
  - 148 – Obstáculos à reprodução humana e a sensualidade, 371
    - 148.1 – A Lei de Reprodução, 371
    - 148.2 – Controle da Natalidade, 372
    - 148.3 – Controle da Natalidade, 373
    - 148.4 – A Pílula, 373
    - 148.5 – Aborto, 375
    - 148.6 – Aborto provocado, 376
  - 149 – Casamento e Celibato e a Lei Natural, 376
  - 150 – Abolição do Casamento, 377
    - 150.1 – Abolição do casamento: retorno à infância da Humanidade, 377
    - 150.2 – Casamento, 377
  - 151 – Indissolubilidade absoluta do casamento: Lei Natural ou Lei Humana?, 378
    - 151.1 – Divórcio, 378
  - 152 – O celibato e o egoísmo, 379
  - 153 – O celibato ao serviço da Humanidade, 379
    - 153.1 – Celibato e renúncia às alegrias da vida familiar, 379
    - 153.2 – Abstinência e Celibato, 379
    - 153.3 – O Problema do Celibato Religioso, 381
  - 154 – Poligamia. Igualdade numérica aproximada entre os sexos, 382
    - 154.1 – Evolução no Infinito e Perfeição, 382
  - 155 – Poligamia e Lei Humana; Monogamia e Lei Natural, 382
    - 155.1 – Monogamia é Lei Natural, 383
    - 155.2 – Monogamia e amor conjugal e familiar, 383
    - 155.3 – Poligamia e Monogamia, 383
      - 155.3.1 – Alimento Espiritual, 383
    - 155.4 – Amor Livre, 384
    - 155.5 – Adulterio e Prostituição, 385
    - 155.6 – As Almas ou Espíritos não têm sexo....Possíveis reflexos na homossexualidade, 386
    - 155.7 – Homossexualidade, 387
    - 155.8 – Visão Dualista do Problema da Sexualidade, 389
    - 155.9 – Inversão sexual, 390
    - 155.10 – Enfermidades do Instinto Sexual, 391
- Capítulo X – Lei de Conservação, 393**
- 156 – Instinto de Conservação. Finalidade, 393
    - 156.1 – Instinto de Conservação: as paixões e os vícios, 393
    - 156.2 – Egoísmo e Orgulho: Causas, Efeitos e meios de destruí-los, 395
  - 157 – Meios de Conservação, 399
  - 158 – O necessário e o supérfluo, 399
  - 159 – Bens da terra, 399
  - 160 – Meios de subsistência e egoísmo, 400
    - 160.1 – Apesar dos vícios da organização social, o progresso continua, 400
  - 161 – Privação do necessário e falta de culpa do homem, 400

- 162 – Antropofagia e Instinto de Conservação, 401
- 163 – Gozo dos bens da terra, 401
- 164 – Gozo dos bens da terra e tentação, 401
- 164.1 – Atrativo do prazer, 401
- 164.2 - Tentação e remédio, 401
- 165 – Os gozos e seus limites, 402
- 165.1 – Os excessos dos gozos e as punições, 402
- 165.2- Fumo, Álcool e Drogas, 402
- 165.3 – Drogas alucinógenas, Loucura e obsessão, 405
- 165.4 – Viciação Alcoólica, 406
- 165.5 – O suicídio. O câncer. A Aids, 407
- 165.6 – AIDS e DST (Doenças sexualmente transmissíveis), 410
- 165.7 – Doenças escolhidas, 412
- 166 – Necessário e Supérfluo. O Necessário e a Natureza. O supérfluo e os vícios, 413
- 167 – Os que vivem à custa das privações alheias, 413
- 167.1 – A relatividade do limite entre o necessário e o supérfluo, 413
- 167.2 – Sobras, 413
- 167.3 – Mais, 414
- 168 – Privações voluntárias. Mortificações. A Lei de Conservação e o corpo, 414
- 169 – O bem-estar é desejo natural, 415
- 169.1 – A procura do bem-estar, 415
- 170 – Privação voluntária e seu mérito, 416
- 170.1 – Cada Hora, 416
- 171 – A verdadeira mortificação, 416
- 172 – Abstenção de certos alimentos, 417
- 173 – A alimentação animal para o homem, 417
- 173.1 – Sobre a alimentação do homem, 417
- 173.2 – Alimentação, 417
- 173.3 – Alimentação carnívora, 418
- 174 – Abstenção de alimentos animais ou outros, 419
- 175 – Os sofrimentos voluntários e os naturais, 419
- 176 – Preservação dos sofrimentos que prevemos ou dos que nos ameaçam, 420
- 176.1 – Provas voluntárias e verdadeiro cilício, 420
- 176.2 – A Doação de Órgãos e os Transplantes à luz do Espiritismo, 421
- 176.3 – Transplantes – Célula tronco, 423
- 176.4 – Doação de órgãos e Transplantes, Aspectos Éticos, 424
- 176.5 – Congelamento e Cremação de Corpos, 425
- Capítulo XI – Lei de Destruição, 428**
- 177 – Destruição Necessária e Abusiva, 428
- 178 – Instinto de Destruição, 428
- 179 – Lei de Destruição e Lei de Conservação, Compatibilidade, 428
- 179.1 – Destruição ou Renovação?, 428
- 179.2 – Destruição recíproca dos seres vivos, 429
- 180 – Horror instintivo da morte, 431
- 181 – Necessidade de destruição e progresso intelectual e moral, 431
- 182 – Direito de destruição sobre os animais; Destruição dos animais por prazer e sem utilidade; Excesso de escrúpulo e destruição dos animais, 432
- 183 – Flagelos destruidores, 432
- 183.1 – Salto qualitativo, 432
- 183.2 - Comando Divino, 433
- 184 – Outros meios para melhorar a Humanidade, 434
- 185 – Os flagelos e a morte de



- homens de bem; Compensações em futuras existências, 434
- 185.1 – Flagelos e visão única da Humanidade, 434
- 186 – Flagelos destruidores e provas morais para o homem, 435
- 187 – Ao homem é dado conjurar parte dos flagelos, 435
- 187.1 – A inteligência aliada ao sentimento de caridade e o resguardo aos flagelos, 435
- 188 – Guerras: causa, 435
- 189 – Guerras: Desaparecimento, 436
- 189.1 – O Caminho da Paz, 436
- 189.2 – O Problema da Violência, 436
- 190 – Objetivo da Providência ao tornar a guerra necessária, 438
- 191 – Aquele que suscita a guerra em seu proveito, 438
- 192 – Assassínio. Grau de culpabilidade, 438
- 192.1 – Lombroso e Kardec, 439
- 192.2 – Lombroso: Da delinqüência à Mediunidade, 440
- 192.3 – Predisposições Criminais, 441
- 192.3.1 – O Livre-arbítrio e a sanção, 441
- 192.3.2 – A Doutrina Espírita é contrária à Pena de Morte, 442
- 192.3.3 – Etiologia do Crime, 443
- 192.4 – “Não Matarás”, “Não Julgueis”, 444
- 192.5 – O criminoso, o crime e a educação, 445
- 193 – Legítima defesa, 446
- 194 – Assassínios cometidos na guerra, 447
- 195 – Parricídio e Infanticídio, 447
- 196 – Infanticídio legalizado em certas nações avançadas intelectualmente, 447
- 196.1 – Conceitos e Distinções entre Aborto, Infanticídio e Homicídio, 447
- 196.2 – Aborto Eugênico (ou Eugenésico), 450
- 196.3 – A gestante tem o direito de interromper a gravidez de Feto Anencéfalo? Resposta, Não!, 451
- 196.4 – Aborto: e agora pode?? “Anencefalia”, 452
- 196.5 – Aborto Sentimental ou Moral, 453
- 196.6 – Aborto Necessário ou Terapêutico, 454
- 196.7 – Conseqüências Espirituais do Aborto, 455
- 196.8 – Sugestões jurídico-espíritas para o tratamento legal do aborto, 456
- 196.9 – Aborto delituoso, 457
- 197 – Crueldade. Crueldade e Instinto de Destruição, 458
- 198 – Crueldade nos povos primitivos, 458
- 199 – A Crueldade e o senso moral não desenvolvido, 458
- 199.1 – O senso moral em estado latente, 458
- 200 – Criaturas cruéis em Civilizações adiantadas, 459
- 201 – Os malfeitores desaparecerão pouco a pouco, 459
- 202 – Pena de morte. Abolição da pena de morte e progresso, 459
- 202.1 – Legislação humana futura e pena de morte, 459
- 202.2 – A Pena de Morte, 459
- 202.3 – Criminosos Hediondos, 460
- 203 – Lei de Conservação não dá o direito de matar, 462
- 204 – Restrições à pena de morte e progresso, 462
- 204.1 – Moral Absoluta e Moral Relativa, 463
- 205 – Pena de Talião: “Quem matar pela espada, perecerá pela espada”?, 463
- 205.1 – A “Pena de Talião” e a “Sentença Indeterminada”, 463
- 205.1.1 – A Sentença In-

- determinada, 464
- 205.2 – Acerca da pena de morte, 464
- 205.3 – A Educação e a Reforma dos Homens, 466
- 206 – Pena de morte imposta em nome de Deus, 467
  - 206.1 – Eutanásia, 467
  - 206.2 – Sofrimento e Eutanásia, 467

**PARTE ESPECIAL – ESPERANÇAS  
E CONSOLAÇÕES, 469**

**Capítulo I – Penas e Gozos Terrenos**

- 207 e 208 – Felicidade e Infelicidade Relativas, 469
  - 208.1 – Punições pelos próprios males decorrentes das infrações às leis da existência corpórea, 469
- 209 – A medida comum de felicidade para todos os homens, 470
- 210 – O necessário e o supérfluo, 470
- 211 – O limite do necessário e do supérfluo, 470
- 212 – O homem justo e os males que o afligem, 470
- 213 – O homem injusto beneficiado com os bens da fortuna, 471
- 214 – As aflições e as necessidades artificiais, 471
- 215 – A desgraça dos que estão privados do necessário, 471
- 216 – Desvio das aptidões naturais (vocaçào) e os males resultantes, 471
  - 216.1 – Desvio das aptidões e a educação moral, 471
- 217 – Morrer de fome, 472
- 218 – Numa sociedade organizada segundo a lei do Cristo, ninguém deve morrer de fome, 472
- 219 – Classes sociais sofredoras são mais numerosas do que as felizes, 472
- 220 – Influência predominante

- dos homens maus sobre a dos bons, 473
- 221 – Sofrimentos materiais e sofrimentos morais; Inveja e Ciúme: suplícios voluntários, 473
  - 221.1 – Efeitos de algumas paixões, 473
  - 221.2 – A realidade espírita e civilizações adiantadas, 474
- 222 – Perda de entes queridos: causa de sofrimento, independente de nossa vontade; Comunicações de além-túmulo – profanação?, 474
  - 222.1 – Comunicação com os Espíritos, doce consolação, 474
- 223 – Decepções. Ingratidão. Quebra de afeições, coração menos sensível e felicidade egoísta, 475
  - 223.1 – Necessidade de amar e ser amado, 476
- 224 – Uniões Antipáticas: punições passageiras. Afeição do corpo e afeição da alma, 476
- 225 – Falta de simpatia entre os casais: fonte de sofrimentos. Vítima inocente: dura expiação e fé no futuro, 476 e 477
- 226 – Preocupação com a morte. O Inferno e o Paraíso, 477
  - 226.1 – O homem carnal e o homem moral, 477
- 227 – Desgosto pela vida. Suicídio, 478
- 228 – O suicídio e o Direito: o suicídio e as misérias e decepções do mundo, 478
- 229 – O suicídio e a co-responsabilidade, 478
- 230 – Suicídio e estado de necessidade, 479
- 231 – Suicídio para escapar à vergonha de uma ação má, 479
- 232 – Suicídio para impedir que a vergonha envolva os filhos ou a família, 479
  - 232.1 – Suicídio para fugir à vergonha, 479

- 233 – Suicídio com a esperança de chegar mais cedo a uma vida melhor, 480
- 234 – Sacrifício da vida para salvar a de outros, ou ser útil aos semelhantes, 480
- 234.1 – Sacrifício feito à custa da própria felicidade, 480
- 235 – Suicídio moral: abuso das paixões. O suicida moral é mais culpado que o suicida por desespero, 480
- 236 – Morte inevitável à frente: abreviar de alguns minutos o sofrimento, 481
- 237 – Morte por imprudência, 481
- 238 – Mulheres que, em certos países, se queimam voluntariamente sobre os corpos de seus maridos, 481
- 239 – O que se mata na esperança de se juntar às pessoas queridas já mortas, 481
- 240 – O suicídio e as suas conseqüências (penalidades) sobre o estado do Espírito, 482
- 240.1 – O suicídio e suas conseqüências – considerações gerais, 482
- 240.1.1 – A religião, a moral e todas as Filosofias condenam o suicídio como contrário à Lei Natural, 482
- 240.2 – O argumento espírita contra o suicídio é moral e biológico, 483
- 243.1 – Sentimento inato de justiça e intuição das penas e das recompensas futuras, 485
- 244 – Intervenção de Deus nas Penas e Recompensas. Todas as nossas ações são submetidas às Leis de Deus (Leis Naturais), 485
- 244.1 – Deus é o PAI, 486
- 245 – Natureza das Penas e dos Gozos Futuros. As penas e os gozos da alma após a morte têm alguma coisa de material?, 486
- 246 – Por que o homem faz idéias tão grosseiras e absurdas das penas e dos gozos da vida futura?, 487
- 247 – Em que consiste a felicidade dos bons Espíritos?, 487
- 248 – O que se deve entender quando se diz que os Espíritos puros estão reunidos no seio de Deus e ocupados em lhe cantar louvores?, 487
- 249 – Em que consistem os sofrimentos dos Espíritos inferiores?, 488
- 250 – A influência que os Espíritos exercem uns sobre os outros é sempre boa?, 488
- 251 – A morte não nos livra da tentação?, 488
- 252 – Como procedem os maus Espíritos para tentar os outros Espíritos, se não dispõem do auxílio das paixões?, 488
- 252.1 – Mas para que servem essas paixões, se lhes falta o objeto real, pois são Espíritos que já deixaram os corpos físicos?, 488
- 253 – Quais os maiores sofrimentos a que os maus Espíritos se veem sujeitos?, 489
- 253.1 – As comunicações espíritas e o futuro real da alma após a morte, 489
- 254 – A doutrina do fogo eterno, 489
- 254.1 – O fogo eterno, 489

## Capítulo II – Penas e Gozos Futuros

- 241 – O Nada. A Vida Futura, 484
- 241.1 – Crer em Deus, sem admitir a vida futura é um contra-senso, 484
- 242 – Intuição das penas e dos gozos futuros, 484
- 243 – A dúvida, o medo e a esperança na hora da morte; cétricos ou fanfarrões?, 485

- 255 – Os Espíritos inferiores compreendem a felicidade do justo?, 490
- 256 – Ver os Espíritos que sofrem não é para os bons uma causa de aflição e, nesse caso, em que se transforma a sua felicidade assim perturbada?, 490
- 257 – Os Espíritos culpados na presença das vítimas, 490
- 257.1 – Quando estivermos no mundo dos Espíritos..., 491
- 258 – A alma depurada e a recordação de suas faltas, 491
- 259 – As provas futuras para a purificação completa, 491
- 260 – A felicidade dos Espíritos da mesma ordem, 491
- 260.1 – Primícias da felicidade espiritual, na terra, 492
- 261 – Estado futuro do Espírito que temia a morte e daquele que a via com indiferença e até mesmo com alegria..., 492
- 262 – Crença no Espiritismo e a sorte na vida futura, 492
- 262.1 – O Espiritismo e sua contribuição para a felicidade, 492
- 263 – Penas temporais. Sofrimentos materiais e sofrimentos morais, 493
- 264 – Vicissitudes da vida e punição das faltas atuais, 493
- 265 – Reencarnação em mundos menos grosseiros, 493
- 265.1 – Mundos de existência menos material, 494
- 266 – O Espírito que progrediu na sua existência terrena pode, às vezes, reencarnar no mesmo mundo? 494
- 267 – O que acontece com o homem que, sem praticar o mal, nada fez para se libertar da influência da matéria?, 494
- 268 – Serenidade aparente, 494
- 269 – Influência negativa do caráter e conseqüências, 495
- 270 – Expição e arrependimento. O arrependimento no estado espiritual e corpóreo e conseqüências, 495
- 271 – Todos são acessíveis ao arrependimento, 495
- 272 – Reconhecimento das faltas, após a morte, 495
- 273 – Indiferença à própria sorte, 496
- 274 – Espíritos de arrependimento tardio, 496
- 275 – A prece, o arrependimento e o orgulho, 496
- 275.1 – A morte não transforma o Espírito subitamente, 496
- 276 – Expição no estado corpóreo e no estado de Espírito, 496
- 277 – O arrependimento sincero e sua eficácia parcial, 497
- 278 – Podemos, desde esta vida, resgatar as nossas faltas?, 497
- 279 – O mérito das doações de após morte, 497
- 280 – Arrependimento tardio, 498
- 281 – Duração das Penas Futuras. Lei Divina e duração dos sofrimentos na vida futura, 498
- 282 – Tempo necessário ao melhoramento, 498
- 283 – Duração eterna dos sofrimentos do Espírito, 498
- 283.1 – Doutrina da eternidade das penas absolutas e das penas relativas, 499
- 283.2 – Princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras, 500
- 283.2.1 – Código Penal da Vida Futura, 500
- 284 – Ressurreição da Carne. O dogma da ressurreição da carne é a consagração da reencarnação ensinada pelos Espíritos? Então a Igreja, pelo dogma da ressurreição da carne, ensina a doutrina da reencarnação?, 508
- 284.1 – A Ciência: Ressurrei-

ção da Carne e Reencarnação,  
508

285 – Paraíso. Inferno. Purgatório. Paraíso Perdido. Um lugar circunscrito no Universo está destinado às penas e aos gozos dos Espíritos, segundo os seus méritos?, 509

286 – Existência e localização do Inferno e Paraíso: imaginação dos homens, 509

287 – O que se deve entender por Purgatório?, 510

287.1 – Purgatório e seu sentido figurado, 510

287.2 – Purgatório e o princípio da Equidade, 510

## **DISPOSIÇÕES FINAIS, 514**

### **Capítulo I – Perfeição Moral, 514**

288 – As virtudes e os Vícios:

A mais meritória das virtudes, 514

289 – Prática espontânea do bem, 514

290 – Indício mais característico da imperfeição: interesse pessoal, 514

291 – Prodigalidade irrefletida, 515

292 – Caridade desinteressada e egoísmo, 515

293 – Conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais, 515

294 – Dois ricos esbanjadores, 516

295 – Acumular riquezas apenas para os herdeiros, 516

296 – Dois avaros e dois ideais diferentes, 516

297 – Cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem, 516

298 – Há culpa em estudar os defeitos alheios?, 516

299 – É culpado o escritor que sonda os males da sociedade e os desvenda? Moral, sem ações, 517

300 – Auto-reconhecimento do bem que se faz, 517

301 – Das Paixões. Uso e Abuso

das Paixões: limites de sua utilidade, 518

301.1 – As paixões e os desígnios da Providência, 518

302 – A “força de vontade” e a vitória sobre as paixões, 518

303 – Paixões irresistíveis, 519

304 – Do Egoísmo. Perfeição moral e egoísmo, 519

305 – O egoísmo e a educação, 519

306 – O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos, 519

307 – O egoísmo e seu crescimento: necessidade urgente de destruí-lo, 520

308 – Meios de destruir o egoísmo, 520

308.1 – O Egoísmo e a Educação Moral, 521

309 – “Egoísmo e Orgulho: Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los”. O Egoísmo tem origem no orgulho, 522

310 – O Egoísmo e o Orgulho têm origem no Instinto de Conservação, 522

311 – Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade, 523

312 – Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura, 523

313 – Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho, 524

314 – O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação), 525

315 – Caridade, Igualdade, Fraternidade são leis naturais, como prova o Espiritismo, 526

316 – A Fé Cega e a Fé Raciocinada, 526

317 – Espiritismo: elemento mais potente de moralização, 527

318 – Caracteres do Homem de Bem. O verdadeiro homem

- de bem é o que pratica a lei de justiça, de amor e de caridade na sua mais completa pureza, 527 e 528
- 318.1 – O verdadeiro homem de bem, 528
- 319 – Conhecimento de Si Mesmo. Meio prático eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal, 528
- 319.1 – Meio de se chegar a ele, 529
- 319.2 – Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas, 530

## **Capítulo II – Apreciações de Allan Kardec sobre “O Livro dos Espíritos”**

- 320 – Apreciações de Allan Kardec sobre “O Livro dos Espíritos”, 531
- 320.1 – A crítica só tem valor, quando o crítico conhece o assunto, 531
- 320.2 – O Espiritismo é o mais perigoso antagonista do Materialismo. Todos os fenômenos espíritos, “sem exceção”, são conseqüências de leis gerais, 532
- 320.3 – Fraternidade e Progresso; doutrinas do Materialismo e do Espiritismo, 532
- 320.4 – “Lei de Justiça, amor e caridade” e Progresso: Doutrina do Espiritismo, 533
- 320.5 – Os maiores adversários do Espiritismo servirão à sua causa sem o quererem, 534
- 320.6 – O Espiritismo: sua força está na sua filosofia, no apelo que faz à razão e ao bom-senso, 535
- 320.7 – O Espiritismo e as três classes de adeptos e as três classes de adversários, 536
- 320.8 – Que vem fazer o Espiritismo, se a moral que ensina é a mesma do Cristo em seus Evangelhos!?, 537

## **Bibliografia, 539**

# CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(Projeto)

## INTRODUÇÃO

### I – Que é um Código? Que é Codificação? Codificador?

Do latim *codicum, de codicis*, coleção de leis, coleção de regras e preceitos; o código é um texto jurídico que reúne de maneira sistemática o conjunto das disposições legislativas regulamentares aplicáveis em determinado ramo do direito (Grande Enciclopédia Larousse Cultural, 1998).

Codificação, do francês *codification*, é a ação de codificar, de reunir em um código textos de leis, regulamentos; ação de reunir leis em códigos, de trasladar um texto em código, de criar ou organizar um código, um sistema (Idem).

Codificador é aquele que codifica, que reduz a código (Idem).

### II – Homenagens à Allan Kardec e José Herculano Pires.

Allan Kardec (1804-1869) é o Codificador do Espiritismo. Reuniu em forma de Código, de maneira sistemática, em cinco livros fundamentais, o conjunto das Leis Divinas reveladas pelos Espíritos Superiores. O primeiro desses livros, que representa os fundamentos da Filosofia Espírita, é “O Livro dos Espíritos”, editado em 18/04/1857, em cujos Livro Terceiro – “Das Leis Morais” e Livro Quarto – “Esperanças e Consolações”, nos apoiamos para a elaboração deste “Código de Direito Natural Espírita”.

Neste ano de 2004, em que se comemora o bicentenário de Allan Kardec, dedicamo-nos a estudos mais profundos e pesquisas em suas obras, incluindo os doze volumes da Revista Espírita, bem como em relação à vasta literatura complementar doutrinária, resultando neste humilde trabalho com o qual lhe prestamos nossa singela homenagem.

Outrossim, através dos mesmo estudos e pesquisas, tivemos a grata felicidade de identificar, agora em detalhes, a extraordinária personalidade, José Herculano Pires (1914-1979), cognominado, com rara felicidade, por Jorge Rizzini, como “O Apóstolo de Kardec”.

José Herculano Pires, “O Apóstolo de Kardec”, como entendeu Jorge Rizini e “o metro que melhor mediu Kardec”, na opinião de Emmanuel (Espírito), lutou bravamente para manter a pureza e integridade da Doutrina Espírita, que esteve a ponto de ser deturpada e, mais ainda, adulterada, como aconteceu com o Cristianismo primitivo. Graças à sua cultura privilegiada, que abrangia as três áreas fundamentais do Conhecimento: Ciência, Filosofia e Religião, comprovada por mais de 80 livros de sua lavra, e ainda, principalmente, ao perfeito domínio da Doutrina Espírita, a Humanidade pode respirar aliviada pois os Evangelhos e a Doutrina Espírita – O Cristianismo Redivivo – ESTÃO SALVOS!.

Dessa sincronização perfeita entre Allan Kardec e José Herculano Pires, que também tivemos a oportunidade de identificar e, ainda mais, e principalmente, pela oportunidade que nos foi propiciada de reintegrarmos-nos, de corpo e alma, aos postula-

dos Kardecianos, decidimos estender, através deste trabalho, ao nobre “Apóstolo de Kardec”, as nossas humildes homenagens.

### **III – Código de Direito Natural Espírita? Por quê?**

Mais à frente (Preliminares) apresentamos breve histórico e características do Direito Natural tradicional, através de fragmentos de textos e conclusões de ilustres autores: juristas e cientistas do Direito, pelos quais todos poderão colher preciosas informações, não obstante possam desconhecer o ramo jurídico. Dessa simples leitura, observar-se-á que o Direito Natural Espírita – nossa tese para Doutorado - de que estamos tratando, restabelece, fortalece, unifica, corrige e dá consistência real ao Direito Natural tradicional, projetando-o na realidade presente e futura.

Nestes últimos 10 (dez) anos, acumulamos as funções de Advogado Criminalista e Professor Universitário nas cadeiras de Direito Penal, Filosofia Geral e Filosofia do Direito, Filosofia e Ética e Instituições de Direito Público e Privado. Simultaneamente, realizamos cursos, palestras e seminários em diversas instituições, inclusive presídios, sobre a Doutrina Espírita, tarefa que já vinhamos desenvolvendo na Federação Espírita do Estado de São Paulo, há mais de 20 anos, no período em que exercíamos a função de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional (aposentado em 1991).

Técnico em Contabilidade (1960), Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais (1966), Bacharel em Ciências Jurídicas (1973), Pós-graduado em Direito Penal (Especialização, em 1996), Pós-graduado em Filosofia do Direito e do Estado (Mestrado, em 1998)... Este resumo curricular tem o único propósito de evidenciar o nosso vínculo com o Direito e o Espiritismo em quase toda nossa vida (atualmente contamos com 63 anos de idade), cumprindo-nos acrescentar que lançamos nosso primeiro livro “Educação Como Direito e Dever – À Luz da Filosofia e do Direito Natural”, através da Editora ‘Mundo Jurídico’, Leme-SP, em 2003, cujo simples título retrata a identidade com a presente obra.

De nossas tarefas já mencionadas, dos cursos realizados, das diferentes correntes do Direito Natural defendidas através dos tempos, destacadas neste e em nosso livro anterior, concluímos que o Espiritismo, através principalmente de “O Livro dos Espíritos”: Livro Terceiro – Das Leis Morais – e Livro Quarto – “Esperanças e Consolações -, apresenta o verdadeiro e único Direito Natural, oriundo da Lei Natural - “Lei Divina” -, revelada a Allan Kardec pelos Espíritos Superiores, sob a égide de “O Espírito da Verdade”, Direito este que serve de modelo às leis humanas : “Direito Positivo”.

### **IV – Código de Direito Natural Espírita? Por que NÃO?**

O nosso Direito Positivo, isto é, nosso ordenamento jurídico nacional e internacional tem evoluído através dos tempos, mas encontra-se, ainda, muito distante dos princípios da VERDADEIRA JUSTIÇA. O Direito da Força ainda prevalece sobre a Força do Direito; o orgulho e o egoísmo são forças terríveis que orientam os legisladores cegando-os e impedindo-os de verem a VERDADE.

A Justiça do Direito Positivo não se identifica com a JUSTIÇA DO DIREITO NATURAL ESPÍRITA: enquanto a primeira busca seus postulados na Ciência da Matéria, a segunda apoia seus princípios na CIÊNCIA DO ESPÍRITO. Ciência esta que só é possível atingir com o aperfeiçoamento moral da humanidade, que, por sua vez, só será alcançado com o conhecimento das leis naturais, de ordem moral, reveladas pelo Espiri-



tismo e codificadas cientificamente por Allan Kardec, pela observação dos fatos paranormais e das conseqüências filosóficas e morais dos mesmos.

O Conhecimento é o maior patrimônio do ser humano – “quem conhece não erra”-, disse Sócrates; “Conheça a Verdade e ela vos fará livres”, afirmou Jesus. Mas o Conhecimento Real só se obtém com o estudo integrado de Ciência, Filosofia e Religião, pois essas áreas têm uma origem única: LEI NATURAL DIVINA – “DEUS”-, Inteligência Suprema do Universo, Causa Primária de todas as coisas, o SUPREMO LEGISLADOR.

A Lei Natural divide-se em leis físicas e leis morais; as leis físicas são estudadas pela Ciência da Matéria e as leis morais devem ser estudadas pela Ciência do Espírito, cujos instrumentos e métodos de pesquisa são definidos na Doutrina Espírita. Os três aspectos do Espiritismo: Ciência, Filosofia e Religião, são amplamente delineados e comprovados no transcorrer deste Código, através dos trabalhos gigantescos de Allan Kardec, José Herculano Pires e muitos outros expoentes da cultura.

A Ciência Espírita comprova os fatos paranormais, a realidade da Revalação dos Espíritos; a Filosofia Espírita apresenta a interpretação lógica e racional dos fatos, demonstrando os fins morais a que nos conduzem. A Religião Espírita nos desperta para a Fé Raciocinada: na existência da alma, sua imortalidade, a realidade da reencarnação, o contínuo progresso intelectual e moral a que estamos sujeitos, com a conseqüente reformulação de hábitos para o bem, até atingirmos a perfeição possível que nos aproxima de Deus. A compreensão de tudo isso só se torna possível com o conhecimento das Leis Morais constantes deste CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA, que se resumem na LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE.

Portanto, nossa proposta de um Código de Direito Natural Espírita não é uma utopia, mas uma realidade possível de ser atingida tão rápido quanto nos familiarizemos com essa Doutrina e: quanto antes seus postulados sejam adotados em substituição aos de caráter injusto hoje constantes de nosso Direito Positivo....e, assim, gradativamente, confundir-se-ão Direito Positivo e Direito Natural Espírita.

QUE ASSIM SEJA!

### **V – Metodologia adotada neste trabalho.**

Como esclarecido acima, paralelamente à atividade profissional exercida em São Paulo, dedicávamo-nos a estudos e trabalhos doutrinários na Federação Espírita do Estado de S.Paulo entre os anos de 1975 e 1990, bem como em outras instituições congêneres. Aposentamo-nos da função de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional em 1991 e fomos residir na cidade de Buri-SP, onde continuamos militando na seara espírita, desenvolvendo palestras e cursos educacionais, inclusive no presídio local.

A atividade voltada para os presidiários despertou-nos o interesse para um auxílio mais amplo a eles através de assistência jurídica e, conseqüentemente, passamos a advogar na área criminal, após um período de aprimoramento cultural na capital paulista. Assim, de 1994 a meados de 1998 cursamos a Academia Paulista de Júri, do saudoso Prof. Dr. José Parada Neto e realizamos os estudos de Pós-Graduação em Direito Penal (FMU-Especialização/1996) e Pós-Graduação em Filosofia do Direito e do Estado (PUC-SP-Mestrado/1998), onde defendemos a tese “Educação Como Direito e Dever à Luz da Filosofia e do Direito Natural” (que deu origem ao nosso primeiro livro), tendo

como orientador o ilustre mestre Dr. Cláudio De Cicco, de quem somos profundo admirador pela extraordinária cultura, dedicação e humildade.

Em seguida, juntamente com a atividade advocatícia, passamos a ministrar aulas em Faculdades de Direito e Administração nos municípios de Itapetininga-SP e Itapeva-SP, nas cadeiras de Direito Penal, Filosofia Geral e do Direito, Filosofia e Ética e Instituições de Direito Público e Privado; essas atividades reunidas convenceram-nos da necessidade de apresentar um trabalho que possa, talvez, contribuir para o aperfeiçoamento do nosso ordenamento jurídico visando a busca da VERDADEIRA JUSTIÇA. Assim, apaixonamo-nos pelos princípios do Direito Natural que, entretanto, através dos tempos, e ainda hoje, não conseguiram exercer a influência necessária sobre o Direito Positivo, de caráter materialista e utilitário, como, aliás, também ocorre nas demais áreas culturais.

Felizmente, na Doutrina Espírita identificamos os verdadeiros princípios do Direito Natural que são delineados neste humilde trabalho, em cumprimento a um dever de consciência, que nos impele à sua divulgação nos meios acadêmicos e, mais propriamente, no campo do Direito, como subsídios auxiliares ao aprimoramento cultural; não nos move a menor pretensão de proselitismo.

Considerando a importância e a sutileza da matéria e, ainda, nossos poucos recursos como escritor, mantivemo-nos exclusivamente na função de pesquisador e compilador de textos de renomados juristas, no que tange ao Direito Natural tradicional e de expoentes autores encarnados e desencarnados, no que respeita ao Direito Natural Espírita. Nossa única interferência diz respeito à transformação das perguntas e respostas constantes do Livro III (As Leis Morais) e Livro IV (Esperanças e Consolações) de “O Livro dos Espíritos”, em forma de afirmações através de “Artigos”, com nova numeração, para haver coerência com as disposições de um Código, mas respeitando, integralmente, o conteúdo das afirmações dos Espíritos, bem como os comentários de Allan Kardec e de outros autores.

As “Preliminares” e “Exposição de Motivos” visam esclarecer os leitores sobre os princípios do Direito Natural tradicional e da Doutrina Espírita, em seu tríplice aspecto de Filosofia, Ciência e Religião, principalmente com as informações preciosíssimas de José Herculano Pires, que comprovam a atualidade de Kardec, o acerto de suas conclusões corroborado pelas pesquisas da Ciência Parapsicológica contemporânea.

Finalmente, “data vênia”, nos escusamos com os demais autores que, por falta de espaço, não figuraram nos comentários e desenvolvimentos e, também, acima de tudo, com o leitor que não aceitar os princípios do Direito Natural Espírita aqui delineados, ou que se aborreça com eles; mas fiquem certos todos que a maior pureza de intenções embasa a nossa iniciativa e, qualquer que seja a receptividade, estamos, desde já, felizes por ter cumprido um dever de consciência que, também, nos é exigido pelo DIREITO NATURAL ESPÍRITA.

**ÍNDICE SISTEMÁTICO**  
**DO PROJETO DE**  
**“CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA”**  
**(“O LIVRO DOS ESPÍRITOS”- 18-04-1857, Livro III ‘As Leis Morais’ -**  
**Livro IV – ‘Esperanças e Consolações’. Penas e gozos terrenos e futuros).**

**PARTE GERAL:**  
**AS LEIS MORAIS**

**CAPÍTULO I – A LEI DIVINA  
OU NATURAL, 151**

I – Caracteres da Lei Natural, 151  
Artigo 1º., 151

II – Conhecimento da Lei Natural  
Arts. 2 a 6, 154

III – O Bem, o Mal e a Moral  
Arts. 7 a 13, 156

**CAPÍTULO II – A LEI DE  
JUSTIÇA, AMOR E  
CARIDADE, 164**

I – Justiça e Direito Natural  
Arts. 14 a 18, 164

II – Direito de Propriedade. Roubo  
Arts. 19 a 24, 169/170

III – Caridade e Amor ao Próximo – Complemento da Lei de Justiça  
Arts. 25 a 28, 172

IV – Amor Maternal e Filial  
Artigo 29, 179

V – O Amor, A Educação Moral e o Melhoramento do Globo  
Artigo 30, 186

**CAPÍTULO III – LEI  
DO PROGRESSO, 200**

I – Estado Natural e Lei Natural  
Arts. 31 a 33, 200

II – Marcha do Progresso  
Arts. 34 a 39, 217

III – Povos Degenerados  
Arts. 40 a 42, 222

IV – Civilização Depurada:  
Inteligência e Moral

Artigo 43, 225

V – Progresso da Legislação Humana

Arts. 44 a 47, 231

VI – Influência do Espiritismo no Progresso

Arts. 48 a 51, 241

**CAPÍTULO IV – LEI DO  
TRABALHO, 256**

I – Necessidade do Trabalho  
Arts. 52 a 57, 256

II – Limite do Trabalho – Repouso

Arts. 58 a 62, 261

**CAPÍTULO V – LEI DE  
SOCIEDADE, 268**

I – Necessidade da Vida Social  
Arts. 63 a 65, 268

II – Vida de Isolamento. Voto de Silêncio

Arts. 66 a 70, 276

III – Laços de Família  
Arts. 71 e 72, 277

**CAPÍTULO VI – LEI DE  
IGUALDADE, 284**

I – Igualdade Natural  
Artigo 73, 284

II – Desigualdade de Aptidões  
Artigo 74, 284

III – Desigualdades Sociais  
Arts. 75 a 77, 286

IV – Desigualdade das Riquezas  
Arts. 78 a 84, 287

V – Provas da Riqueza e da Miséria

Arts. 85 e 86, 290

VI – Igualdade dos Direitos do Homem e da Mulher

Arts. 87 a 91, 293

VII – Igualdade Perante o Título

Artigo 92, 300

### **CAPÍTULO VII – LEI DE LIBERDADE, 302**

I – Liberdade Natural

Arts. 93 e 94, 302

II – Escravidão

Arts. 95 a 98, 311

III – Liberdade de Pensamento

Artigo 99, 312

IV – Liberdade de Consciência

Arts. 100 a 103, 312

V – Livre-arbítrio

Arts. 104 a 110, 313

VI – Fatalidade

Arts. 111 a 113, 317

VII – Resumo Teórico do Móvel das Ações Humanas

Arts. 114 a 122, 326

### **CAPÍTULO VIII – LEI DE ADORAÇÃO, 330**

I – Finalidade da Adoração

Arts. 123 e 124, 330

II – Adoração Exterior

Arts. 125 e 126, 334

III – Vida Contemplativa

Artigo 127, 336

IV – Da Prece

Arts. 128 a 133, 336

V – Politeísmo; O Deus Único e os Espíritos

Artigo 134, 342

VI – Adoração e Sacrifícios

Arts. 135 a 139, 342

### **CAPÍTULO IX – LEI DA REPRODUÇÃO, 348**

I – População do Globo

Artigo 140, 348

II – Sucessão e Aperfeiçoamento das Raças

Arts. 141 a 145, 350

III – Obstáculos à Reprodução Natural

Arts. 146 a 148, 351

IV – Casamento e Celibato e a Lei Natural

Arts. 149 a 153, 376

V – Poligamia

Arts. 154 e 155, 382

### **CAPÍTULO X – LEI DE CONSERVAÇÃO, 393**

I – Instinto de Conservação

Artigo 156, 393

II – Meios de Conservação

Arts. 157 a 162, 399

III – Gozo dos Bens da Terra

Arts. 163 a 165, 401

IV – Necessário e Supérfluo

Arts. 166 e 167, 413

V – Privações Voluntárias.

Mortificações

Arts. 168 a 176, 414

### **CAPÍTULO XI – LEI DE DESTRUIÇÃO, 428**

I – Destruição Necessária e Abusiva

Arts. 177 a 182, 428

II – Flagelos Destruidores

Arts. 183 a 187, 432

III – Guerras

Arts. 188 a 191, 435

IV – Assassínio

Arts. 192 a 196, 438

V – Crueldade  
Arts. 197 a 201, 458

VI – Pena de Morte  
Arts. 202 a 206, 459

## **PARTE ESPECIAL** **ESPERANÇAS E** **CONSOLAÇÕES**

### **CAPÍTULO I – PENAS E GOZOS TERRENOS, 469**

I – Felicidade e Infelicidade Relativas

Arts. 207 a 221, 469

II – Perda de Entes Queridos  
Artigo 222, 474

III – Decepções. Ingratidão. Quebra de Afeições  
Artigo 223, 475

IV – Uniões Antipáticas  
Arts. 224 e 225, 476

V – Preocupação com a Morte  
Artigo 226, 477

VI – Desgosto pela Vida. Suicídio  
Arts. 227 a 240, 478

### **CAPÍTULO II – PENAS E GOZOS FUTUROS, 484**

I – O Nada. A Vida Futura  
Artigo 241, 484

II – Intuição das Penas e dos Gozos Futuros  
Arts. 242 e 243, 484

III – Intervenção de Deus nas Penas e Recompensas  
Artigo 244, 485

IV – Natureza das Penas e dos Gozos Futuros

Arts. 245 a 262, 486

V – Penas Temporais  
Arts. 263 a 269, 493

VI – Expição e Arrependimento  
Arts. 270 a 280, 495

VII – Duração das Penas Futuras  
Arts. 281 a 283, 498

VIII – Ressurreição da Carne  
Artigo 284, 508

IX – Paraíso, Inferno, Purgatório, Paraíso Perdido  
Arts. 285 a 287, 509

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **CAPÍTULO I – PERFEIÇÃO MORAL, 514**

I – As Virtudes e os Vícios  
Arts. 288 a 300, 514

II – Das Paixões  
Arts. 301 a 303, 518

III – Do Egoísmo  
Arts. 304 a 308, 519

IV – Egoísmo e Orgulho: Causas e Meios de Destruí-los  
Arts. 309 a 317, 522

V – Caracteres do Homem de Bem  
Artigo 318, 527/528

VI – Conhecimento de Si Mesmo  
Artigo 319, 528

**CAP. II – APRECIACÕES DE ALLAN KARDEC SOBRE “O LIVRO DOS ESPÍRITOS”,**  
Artigo 320, 531

# CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(Projeto)

## PRELIMINARES

No exposto até aqui, procuramos despertar no leitor – leigo ou conhecedor de Direito e Espiritismo – o interesse pela leitura atenta e, outrossim, pelo estudo minucioso de todo o conteúdo do livro, o que o levará a identificar não só a correspondência existente entre o Direito Natural (tradicional) e as "Leis Morais" constantes de "O Livro dos Espíritos", como, também, e principalmente, que estas "Leis Morais" constituem o Verdadeiro, Puro e Imutável Direito Natural, a que demos o nome de *Direito Natural Espírita*, procurando esboçá-lo através do formato de um Código.

Preliminarmente, selecionamos trechos de algumas obras dos mais expressivos jusfilósofos no que tange aos estudos e conclusões sobre o Direito Natural - com ênfase especial a Carlos Galves - e, da mesma forma, destacamos alguns princípios gerais da Doutrina Espírita com o fim de facilitar a compreensão de nossos propósitos, que se definirão mais a frente.

I – BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO DIREITO NATURAL (Fragmentos de autores diversos sobre Filosofia do Direito e Ciência do Direito):

1 – Não podemos limitar o estudo do Direito ao conhecimento pretensamente "neuro", "puro" e "objetivo" da norma posta, para sua "cega" aplicação. (André Franco Montoro, Estudos de Filosofia do Direito, Saraiva, 2ª edição, 1995, pg. XV).

2 – A posição que decorre da própria natureza do Direito e que está contida em um dos mandamentos do advogado, redigidos por Eduardo Couture, é clara e imperativa: "Teu dever é lutar pelo Direito. Mas quando encontrares o Direito, isto é, a letra da lei, em conflito com a Justiça, luta pela Justiça". (idem, pg. XVI).

3 – Como adverte Stammler : "Todo direito deve ser uma tentativa do direito justo". (idem).

4 – Até o início do século XIX, a Filosofia do Direito foi denominada "Direito Natural" ou "Teoria do Direito Natural". Essa primeira denominação é atribuída geralmente a Pufendorf (1632-1694), que a empregou no tratado *De jure naturae et gentium* (1672). A expressão "Direito Natural"- que hoje caiu em desuso para designar a Filosofia do Direito – já indica, de certa forma, o caráter crítico dessa disciplina. Os estudos de Direito Natural se contrapõem aos do Direito Positivo ou Direito vigente em cada país, que constituem a Dogmática Jurídica. Esta se ocupa do Direito que "é"; o Direito Natural, do que "deve ser". (idem, pgs. 33/34).

5 – A expressão “Teoria Geral do Direito” foi usada em substituição a “Filosofia do Direito”, no século XIX, por alguns autores de orientação positivista, como Merkel, Bergbohm, Bierling e outros, para designar uma teoria geral da Ciência do Direito, como síntese e generalização dos institutos jurídicos positivos. Mas essa tendência não prevaleceu porque, na realidade, a Filosofia não é uma síntese ou Teoria Geral da Ciência, mas uma reflexão em profundidade sobre os fundamentos ou pressupostos de cada ciência, como se pode verificar pelo grande desenvolvimento alcançado pela Filosofia do Direito no século XX. A expressão “Teoria Geral do Direito” é hoje utilizada, não para substituir a Filosofia do Direito, mas para designar os estudos gerais da Ciência do Direito. (idem, pg. 35).

6 – Sobre a distinção entre a Teoria Geral do Direito e a Filosofia do Direito, Kelsen tem uma posição original: “Penso que a Filosofia do Direito e a Teoria Geral do Direito têm igualmente sua razão de ser. A Filosofia do Direito precisa responder à pergunta sobre quais as regras que o direito deve adotar ou estabelecer; em outros termos, seu objeto específico é o problema da justiça. A Teoria Geral do Direito, pelo contrário, tem por objeto o direito tal como ele é de fato, efetivamente, isto é, o Direito Positivo. Seu objetivo consiste em analisar a estrutura do Direito Positivo e fixar as noções fundamentais relativas ao conhecimento desse Direito”. (idem, idem).

7 – Os princípios supremos do Direito não são tirados da observação da natureza, diz Kant, mas estão contidos em nossa consciência, como princípios *a priori* da razão prática. Assim, nossa consciência, antes de qualquer experiência, conhece o valor da “pessoa humana”, ponto de partida de todo o Direito. (idem, pg. 38).

8 – O **positivismo jurídico**, cuja figura mais representativa é Kelsen (*Teoria Pura do Direito, Teoria Geral do Direito e do Estado*), renuncia expressamente à procura da justiça ou de outros valores; seu objetivo é construir o esquema formal de um Direito coerente com sua norma fundamental; considera inútil qualquer discussão sobre o conteúdo das normas jurídicas; o papel do Direito como ciência deve limitar-se a descrever objetivamente as normas jurídicas, que outros escolheram; essa escolha cabe ao Estado e às forças sociais; daí a observação dura de Villey: “eis o jurista reduzido a ser um técnico sem princípios, intérprete passivo de textos, escravo do poder; não mais árbitro entre forças e os interesses, mas seu instrumento”.(idem, pg. 40).

9 – Mas, como lembra Villey, no fim de sua intensa atividade intelectual, Radbruch renegou expressamente o positivismo em nome da procura de um direito natural. (idem, pg. 41).

10 – **Fenomenologia e Direito**. O movimento fenomenológico, com base na intuição e na experiência, procura descrever integralmente a realidade. Graças a Husserl e seus sucessores, estariam superadas as divergências entre partidários da observação “científica” e adeptos do “Direito Natural”, desde que a ciência seja rigorosamente construída sobre a base da experiência integral, aí compreendida a experiência do justo, da liberdade e dos demais valores. Representam essa corrente, além de Husserl : Reinach, Engisch, Schreier, N. Hartman, Max Scheller, Roubier, S. Goyard-Fabre, Cossio, Miguel Reale – *A Experiência Jurídica* -, e outros. (Idem, idem).

11 – **Direito como integração de fato, valor e norma. Miguel Reale**. (...) Do exame e discussão dessas doutrinas, passa Miguel Reale à sua conhecida formulação da teoria tridi-

mensional do Direito: fato, valor e norma constituem os elementos que integram a realidade fundamental do Direito. Ou, em suas palavras, “a estrutura do direito é tridimensional; visto como o elemento *normativo*, que disciplina os comportamentos individuais e coletivos, pressupõe sempre uma dada situação de *fato*, referida a *valores determinados*”. (pg. 49).

12 – **Axiologia.** A axiologia (do grego áxios), que significa apreciação, estimativa) é a ciência dos valores. Os valores desempenham o papel de princípios orientadores na conduta dos homens e das sociedades. Toda ação humana é orientada para um fim, um bem, um “valor”. O problema dos valores, como a justiça, a utilidade, o bem, a beleza, é tão antigo como o homem. Os filósofos ocuparam-se deles desde a mais remota antigüidade, em estudos dedicados à Moral ou Ética, à Estética, à Política, à Economia, à Filosofia, ao Direito Natural. Disciplina relativamente recente, a axiologia ou Teoria dos Valores tem, entre seus mais autorizados cultores, além de Max Scheller, as figuras de Brentano, Dilthey, Hartmann, Husserl, Hessen, Ortega y Gasset, Lavelle e outros. Só os mais ortodoxos partidários de um positivismo jurídico rigidamente formalista ousaram negar ao estudo do Direito qualquer aspecto de valoração. (Idem, pg. 53).

13 – **Kelsen.** Na obra *Justiça e Direito Natural*, escrita em colaboração com outros autores, Kelsen afirma expressamente que “o positivismo jurídico também adota critérios e valores que permitem julgar o Direito Positivo, com a única restrição de que esses critérios possuem um caráter relativo”. E chega a estabelecer uma série de valores dotados de objetividade racional, como a “tolerância” e a “liberdade de expressar as próprias idéias” (base necessária da Filosofia Relativista), a “paz”, a “democracia” e outros valores vinculados a “uma filosofia relativista da *justiça*”. (idem, idem).

14 – **Valores integram o Direito vivo.** De um modo geral, tanto o positivismo jurídico de nossos dias como as demais correntes do pensamento jurídico contemporâneo reconhecem a existência de valores superiores ao Direito Positivo, que servem de base e orientação para os diferentes sistemas de legalidade. As diferenças existentes entre as diversas concepções residem no papel atribuído a esses valores. O que os positivistas reivindicam é, sobretudo, a autonomia científica do Direito Positivo, enquanto as correntes culturalistas, a fenomenologia e, em geral, os autores que se voltam para o estudo do Direito vivo, consideram o valor e, especialmente, a justiça como elemento integrante e indissociável da dinâmica jurídica. (Idem, pg. 55).

15 – **Justiça, valor fundamental.** No entrechoque permanente de interesses em conflito – na decretação das leis, na interpretação das mesmas, em sua aplicação pelos Tribunais, pela Administração, pelos diferentes grupos sociais ou pelos particulares – o Direito tem seu sentido e razão de ser na procura de um valor fundamental, que é a justiça. Ou, na feliz expressão de Roberto Lyra Filho: “O direito é substancialmente, na sua ontoteologia, um instrumento que deve (para preencher o seu fim) propiciar a concretização da justiça social, em sistemas de normas com particular intensidade coercitiva”. Daí a fórmula lapidar de Stammler: “Todo direito deve ser uma tentativa do direito justo”. Em cada um dos momentos de sua vida, o Direito não é neutro em relação aos valores e não pode ser considerado pelo jurista uma ordem que deva ser cegamente cumprida. A justiça está presente na elaboração da lei, na sua interpretação e na sua aplicação. (Idem, idem).

16 – **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** E, no plano maior do mundo jurídico, a consciência universal dos povos, representados na Assembléia Geral das Nações Uni-



das, estabeleceu uma série de valores que devem ser respeitados por todos os Estados e inspirar seu Direito Positivo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada a 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral da ONU:

Art. I – Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. São dotados de razão e de consciência e devem agir em suas relações com espírito de fraternidade.

Art. II – Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Art. III – Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

(...) Art. XVI – Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

Art. XVII – 1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em coletividade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua propriedade.

Art. XVIII – Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou de convicção e a liberdade de manifestar sua religião ou sua convicção isolada ou coletivamente, em público ou em particular, pelo ensino, a prática, o culto e o cumprimento dos ritos.

Art. XXIII – Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho, a condições justas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

Art. XXIV – Toda pessoa tem direito ao repouso e ao lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Art. XXV – 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais necessários, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Art. XXVI – 1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, em plena igualdade e baseada no mérito.

2. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do respeito aos direitos e liberdades fundamentais. Ela promoverá a compreensão, a

tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e coadjuvára as atividades das Nações Unidas em favor da manutenção da paz.

3. Os pais têm, por prioridade, o direito de escolher o gênero de educação a ser dado a seus filhos.

Art. XXVIII – Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Art. XXIX – 1. Toda pessoa tem deveres para com a humanidade, somente na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todos estarão sujeitos apenas às limitações estabelecidas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar geral em uma sociedade democrática. (Páginas 56, 247-252).

17 – **Declaração Dos Direitos do Homem e Do Cidadão**, *Aprovada em 26 de agosto de 1789, pela Assembléia Nacional da França.*

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lembre-lhes permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, dirijam-se sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disso, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art. 1º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 4º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 6º A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igual-

mente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 8<sup>o</sup> A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art.10<sup>o</sup> Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art.11<sup>o</sup> A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem: todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art.12<sup>o</sup> A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art.13<sup>o</sup> Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum, que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com as suas possibilidades.

Art.14<sup>o</sup> Todos os cidadãos têm o direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consentí-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art.15<sup>o</sup> A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art.16<sup>o</sup> A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art.17<sup>o</sup> Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indenização. (Idem, págs. 253-255).

**18 – O Positivismo e a Redução da Filosofia a uma Enciclopédia das Ciências. Augusto Comte (1793-1857).** Augusto Comte, o pensador europeu que no século XIX mais influenciou na história cultural e política brasileira, era um homem de formação matemática, animado do propósito de dar à Filosofia uma certeza igual àquela que, a seu ver, seria própria das ciências físico-matemáticas. Para Comte, a Filosofia só é digna desse nome enquanto não se diversifica da própria Ciência, marcando uma visão orgânica da natureza e da sociedade, fundada nos resultados de um saber constituído objetivamente à luz dos *factos* ou das suas relações. Tal posição e tendência de Augusto Comte, baseando o saber filosófico sobre o alicerce das ciências positivas, estavam destinadas a obter repercussão muito grande em sua época, notadamente por sua declarada aversão à Metafísica e a quaisquer formas de conhecimento *a priori*, isto é, não resultantes da experiência. (Miguel Reale, *Filosofia do Direito*, Ed. Saraiva, 17<sup>a</sup> edição, 1996, págs. 14/15).

19 – **Neopositivistas: Ciência. Moral.** Declaram os neopositivistas que as proposições sintéticas nos informam sobre questões de fato, enquanto as analíticas, como as da Lógica e da Matemática, são vazias, destituídas de conteúdo, quando não meras “fórmulas lógico-linguísticas”: a Ciência, por isso, nos diz o que *é*, e não o que *deveria ser*. Desse modo, não se pode conceber a Moral como um sistema de conhecimentos ou de certezas, mas sim como uma provisão ou estoque de *diretrizes* ou *imperativos*, variáveis no tempo e no espaço, imperativos que, lingüísticamente, não são mais que expressões de decisões volitivas de origem social. (Idem, pág. 20).

20 – **Ontognoseologia. Epistemologia.** Quando indagamos do pensamento em suas conexões originárias com o real, ou procuramos situar e definir cada uma das expressões fundamentais da realidade, tais como o Direito, a Arte, a Economia etc. – nosso estudo é de *Ontognoseologia*, palavra que, de conformidade com as suas raízes etimológicas, quer dizer, ao mesmo tempo, teoria do *conhecimento* e teoria do *ser* enquanto objeto de conhecimento. Se, ao contrário, estudamos as condições do conhecimento nos domínios de cada ciência particular, melhor é denominar a esse estudo *Epistemologia*. Esta é como que a especificação daquela, ou o seu desenvolvimento *in concreto*, no âmbito de cada ramo das ciências positivas. (Idem, página 31).

21 – **A Ética e o Criticismo Transcendental de Kant.** As ciências positivas, com suas leis e teorias, não deixam, é claro, de exercer influência sobre nosso comportamento, assim como sugerem caminhos a serem seguidos ou evitados, tanto como fornecem meios adequados à consecução de *fins*. Estes resultam, porém, do reconhecimento de valores objetivos que são a razão de ser da *conduta*. A atitude do homem perante o homem e o mundo, e a projeção dessa atitude como atividade social e histórica, eis o tema nuclear e até mesmo dominante da Filosofia.

Que devemos fazer? Como devemos nos conduzir? *Que vale o homem no plano da conduta?* O fato de sermos hoje mais ricos de conhecimentos do que o homem selvagem terá, porventura, influído na bondade do próprio homem? O fato de ser portador de maior soma de conhecimentos leva o homem a reconhecer o caminho de seu dever?

Kant já havia formulado essas perguntas de maneira bem clara, destinando a cada série delas uma de suas obras clássicas. A primeira indagação que o grande filósofo fez foi esta: - Que é que posso conhecer? Como é dado ao homem certificar-se da verdade das ciências e dos poderes e limites do entendimento e da razão? Para responder a tais perguntas Immanuel Kant escreveu uma obra fundamental no pensamento moderno, a *Crítica da Razão Pura* (1781, 2ª ed. com modificações em 1787).

Depois de ter escrito esse livro, que revolucionou o pensamento filosófico e ainda atua poderosamente no bojo da Filosofia de nossos dias, Kant redigiu um segundo livro, a que chamou *Crítica da Razão Prática* (1788), destinado a responder a esta perquirição: - Que devo eu fazer? Como devo comportar-me como homem?

Uma terceira obra fundamental foi escrita por Kant, formando uma trilogia, a *Crítica do Juízo* (1791), a qual corresponde às perguntas: - Qual a finalidade da natureza? Qual o destino das coisas e qual o destino do homem? Ou, em outras palavras: - Qual o sentido último do universo e da existência humana?

É por ter escrito essas três obras, buscando os *pressupostos* da “razão”, da “vontade” e do “sentimento”, que a Filosofia de Kant se chama *crítico-transcendental*, e o filósofo é geralmente apontado como sendo o “filósofo das três críticas”. (Idem, idem págs.34-36).

**22 – O Direito. A Ética. A Moral.** Como estávamos dizendo, há o problema do valor da conduta ou do valor da ação, do *bem* a ser realizado, que constitui capítulo do estudo denominado *Ética*. Põe-se aqui, de maneira principal, o problema da experiência jurídica. Não concordamos com aqueles autores que, como Del Vecchio, bifurcam a *Ética* em dois ramos – a *Moral* e o *Direito* –, mas não discordamos deles quanto à visão da experiência jurídica como um momento da vida ética. O *Direito*, como experiência humana, situa-se no plano da *Ética*, referindo-se a toda a problemática da conduta humana subordinada a normas de caráter obrigatório. (Idem, págs.36 e 37).

**23 – Filosofia. Axiologia. Filosofia do Direito.** Se lembrarmos que toda especulação filosófica é necessariamente *crítica*, e que criticar implica *valorar*, apreciar algo sob prisma de valor, chegaremos à conclusão de que, nesse sentido especial ou a essa luz, a Filosofia é Axiologia.

A Axiologia pressupõe, porém, problemas concernentes à essência de “algo” que se valora e às condições do conhecimento válido, assim como põe problemas relativos à projeção histórica do que é valorado. Daí dizermos que a Filosofia não se reduz à teoria dos valores, embora o problema do valor esteja no centro da Filosofia. No que se refere, por exemplo, à Filosofia do Direito, veremos que o seu problema nuclear é o do *valor do justo*, de que cuida a Deontologia jurídica; mas o estudo desta matéria envolve também a prévia determinação da consistência da realidade jurídica, suscitando questões relativas às estruturas dos juízos jurídico-normativos, assim como ao processo histórico de objetivação das exigências axiológicas no plano da experiência humana. (Idem, pgs. 37 e 38).

**24 – Metafísica e Concepção do Mundo. Amplitude da Especulação Filosófica.** Depois de estabelecermos as condições do conhecimento, assim como as da vida prática, surge em nosso espírito o desejo ou a tendência irretorquível de atingir uma compreensão universal da realidade. Não se trata de perguntar apenas sobre o que vale o pensamento ou o que vale a conduta, mas sim de considerar o *valor de nós mesmos e de tudo aquilo que nos cerca*. Que vale a existência? Que vale ou representa o universo? Que vale o homem inserido no universo? Que ser é o homem? Existe algo como suporte do “objeto” do conhecimento?

A tais indagações sobre a estrutura e o significado do ser em si e da vida, ou sobre o valor essencial do homem e do cosmos, têm sido dadas várias denominações. Muitos conservam a denominação tradicional, a nosso ver insubstituível, de *Metafísica*, para indicar o perene esforço do homem no sentido de atingir uma *fundação racional* válida para a totalidade de seu existir histórico.

Reconhecida a impossibilidade de discriminações rígidas, que o trato da matéria revelaria artificiais, poderíamos concluir resumindo as tarefas da Filosofia nestas três ordens de pesquisas, desdobradas em campos especiais de indagação:

- a) *Teoria do Conhecimento*, ou da validade do pensamento em sua estrutura e com relação aos objetos (Lógica e Ontognoseologia);

- b) *Teoria dos Valores* ou *Axiologia* (Ética, Estética, Filosofia da Religião, Filosofia Política, Filosofia Econômica etc.);
- c) *Metafísica*, como teoria primordial do ser ou, numa compreensão mais atual, como fundação originária do universo e da vida. (Idem, pgs. 38-40).

25 – **Direito Natural. Moral. Direito Positivo.** O Direito Natural clássico não se apresenta como uma duplicata do Direito Positivo, mas se resume em alguns preceitos que, sendo base da vida prática, condicionam também o mundo jurídico. Para os mestres do Direito Natural clássico, este não é senão a Moral mesma enquanto serve de pressuposto ao Direito, expressando, por conseguinte, certos princípios gerais de conduta, como exigências imediatas e necessárias da racionalidade humana. (Idem, pg. 629).

26 – **Direito Natural: Código da Razão.** Essa concepção do Direito Natural (acima) é muito diversa da dominante a partir do Renascimento, desde Hugo Grócio e seus continuadores, os quais converteram o Direito Natural em verdadeiro *código da razão*, capaz de conter *a priori* soluções adequadas para todos os problemas jurídicos emergentes da experiência concreta. (Idem, pg. 629).

27 – **S. Tomás de Aquino e Direito Natural: Lei inscrita no coração do homem por Deus.** É sabido que a idéia de um Direito Natural, já poderosamente afirmada na corrente sócrático-aristotélica e na estoíca, assim como na obra de Cícero e de juristas romanos, adquire um sentido diverso nas coordenadas da cultura cristã, não somente por tornar-se uma *lei da consciência*, uma lei interior, mas também por ser considerada inscrita no coração do homem por Deus. O Direito Natural destinava-se a representar a afirmação da nova Lei contra a Lei Velha, a mensagem instauradora de uma nova forma de vida. (Idem, pgs. 637 e 638).

28 – **Direito e Moral na Época Moderna – O Contratualismo. A Escola do Direito Natural (A Razão é a fonte do Direito).** O Renascimento, que marcou o despertar da cultura para um novo mundo de valores, é dominado pela idéia crítica de redução do conhecimento a seus elementos mais simples. Enquanto na Idade Média existia um sistema ético subordinado a uma ordem transcendente, o homem renascentista procura explicar o mundo humano tão somente segundo exigências humanas. Poder-se-ia dizer que a *lex aeterna* (lei eterna de S. Tomás de Aquino) é posta entre parênteses: - Machiavelli e Hobbes querem explicar o Direito e o Estado sem transcender o plano do simplesmente humano.

Em um primeiro momento, essa explicação opera-se mantendo-se os autores fiéis a certos pressupostos medievais, como acontece na doutrina de Grócio. Na obra do mestre holandês há uma passagem característica, na qual declara que a justiça possui fundamento de razão, de maneira tão inamovível, que ela existiria mesmo que, por absurdo, Deus não existisse. Embora afirmada a existência de Deus, não é dessa idéia que decorre a legitimidade da ordem justa: - é justa por expressão de ditames da razão. Os pensadores, depois de Grócio, não sentirão mais necessidade de fazer qualquer referência cautelosa a valores transcendentais, preferindo explicar o universo jurídico e político segundo dados estritamente humanos. Só a Razão, como denominador comum do humano, parecerá manancial de conhecimentos claros e distintos, capazes de orientar melhor a espécie humana, que quer decidir por si de seu destino.

É assim que, no campo do Direito, surge um movimento que ocupa mais de três séculos na história do Ocidente, sob a rubrica ambígua de *Escola do Direito Natural*, abrangendo

um número de pensadores, inclusive alguns dos maiores espíritos da chamada civilização burguesa.

A Escola do Direito Natural ou do Jusnaturalismo distingue-se da concepção clássica do Direito Natural aristotélico-tomista por este motivo principal: enquanto para Santo Tomás primeiro se dá a “lei” para depois se pôr o problema do “agir segundo a lei”, para aquela corrente põe-se primeiro o “indivíduo” com o seu poder de agir, para depois se pôr a “lei”. Para o homem do Renascimento o dado primordial é o indivíduo, como ser capaz de pensar e de agir. Em primeiro lugar está o indivíduo, com todos os seus problemas, com todas as suas exigências. *É da auto-consciência do indivíduo que vai resultar a lei.*

É por isso que surge, desde logo, *a idéia de contrato*. O contratualismo é a alavanca do Direito na época moderna. Por que existe a sociedade? Porque os homens concordaram em viver em comum. Por que existe o Direito? O Direito existe, respondem os jusnaturalistas, porque os homens pactuaram viver segundo regras delimitadoras dos arbítrios. (Idem, págs. 644-646).

29 – **Kant. O Contratualismo. Direito Natural de Liberdade.** A concepção de Kant é dominada pela idéia de que o homem é um ser que desde o seu nascimento possui um direito inato, o direito de liberdade. Contrário a todos os inatismos, admite, entretanto, no homem, algo de inato – *a liberdade*. Ser homem é ser livre, existindo no homem, portanto, o poder de acordar o seu arbítrio com o dos demais, segundo uma lei geral de liberdade.

O contrato aparece em Kant como uma *condição transcendental*, sem a qual seria impossível a experiência mesma do Direito. O conceito de contrato torna possível a experiência jurídica – donde a sua definição do Direito como “o conjunto das condições mediante as quais o arbítrio de cada um se harmoniza com os dos demais, segundo uma lei geral de liberdade”. (Idem, págs. 650 e 651).

30 – **Kant. O Direito. A Moral.** O homem é livre porque deve; não deve porque seja livre. Eis, pois, como o imperativo categórico é o fundamento da moral kantiana. Quando um imperativo vale por si só, objetivamente, sem precisar de qualquer fim exterior, dizemos que é um imperativo autônomo. A Moral é autônoma. Os imperativos morais prescindem de qualquer outra justificação. São fins de si mesmos. Quando a Moral diz “não mates”, não precisa de qualquer outra justificação. O próprio imperativo moral basta-se a si mesmo, não requer outra finalidade, senão aquela que se contém no próprio enunciado. Os preceitos autônomos, que se bastam a si mesmos, por conterem em si próprios a sua finalidade, são preceitos morais.

Já não acontece o mesmo com os preceitos jurídicos. O Direito é eminentemente *técnico* e instrumental. Toda norma jurídica é instrumento de fins, que se não situam no âmbito da norma mesma; não há nenhuma finalidade intrínseca ou inerente à própria regra: sua finalidade é a segurança geral, a ordem pública, a coexistência harmônica das liberdades etc. Daí a possibilidade de um comportamento perfeitamente *jurídico* pela *só conformidade exterior* aos imperativos do Direito: enquanto que a legislação *moral* não pode ser jamais *exterior*, a legislação jurídica pode ser também *exterior*. (Idem, pgs. 660 e 661).

31 – **Kant: autonomia e heteronomia.** Quando um indivíduo age de tal sorte que a vontade da lei se torna a vontade dele mesmo, enquanto sujeito universal, temos um *ato moral*; autonomia é o dever e a possibilidade que a vontade tem de pôr a si mesma a sua lei. O Direito

se contenta com a conformidade exterior à regra, sem envolver necessariamente a adesão da consciência: o Direito é heterônomo ou de legalidade extrínseca. (Idem, pg. 658).

32 – **Direito Justo?** No fundo, o *jurídico* é uma experiência, feliz ou malograda, de justiça, e, mesmo quando de bom êxito, tem sempre caráter provisório, tão infinita é a esperança de justiça que nos anima e nos impele através do tempo. Por ser perene atualização do justo, o Direito é condição primeira de toda a cultura, e nisso reside a dignidade da Jurisprudência. (Idem, pág. 713).

33 – **Kant e a Justiça.** Ao invés de conceituar a justiça, Kant prefere dizer-nos em que consiste uma *ação justa*, conforme a sua conhecida definição: “É *justa* toda ação que pode, ou cuja máxima pode deixar coexistir a liberdade do arbítrio de cada um com a liberdade de todos segundo uma lei universal”. Como se depreende do exposto, Kant não trata da justiça como um problema particular *a se*, mas o insere no sistema unitário de sua visão ética e antropológica. Sob esse prisma, ele se liga imediatamente a Leibniz – que também teve o mérito de situar de maneira universal o problema da justiça – e, mediamente, à grande tradição dos estudos, a partir de Platão e Aristóteles, passando pelos grandes mestres medievais. Não o preocupam, em suma, os critérios de avaliação das ações justas, dependentes de oscilações no tempo e no espaço, pois o que em seu pensamento me parece essencial é a *justiça material*, como realização harmônica de liberdades iguais, de tal modo que o *dever*, consagrado pelas leis positivas, possa, sem conflito, também ser um *dever de consciência*. Destarte, a justiça, antes de ser uma conformidade à lei positiva, implica a conformidade desta aos imperativos éticos, os únicos que podem obrigar os indivíduos sem prejuízo de sua liberdade, isto é, respeitando-os como fins e não como meios. (Miguel Reale, Nova Fase do Direito Moderno, Ed. Saraiva, 2<sup>a</sup> ed. 1998, pgs. 16 a 18).

34 – **Hegel. Justiça. Direito Natural. Direito Positivo.** Coetâneo (contemporâneo) dos mestres da Escola Histórica do Direito, Hegel não se limita, porém, a constatar a conformidade entre o Direito e a evolução da experiência social, mas procura penetrar no âmago dessa correlação necessária, identificando *positividade* com *historicidade*, “ser” com “dever ser”, Direito Natural com Direito Positivo. Com isso, Hegel, como observa Hans Welzel, volta a pôr o problema da ética material no centro da filosofia do Direito. Diverge ele, todavia, de Kant, sustentando que os diversos momentos empíricos do Direito através do tempo não são reflexos de uma suposta idéia reguladora da razão, mas antes a consubstanciação da Idéia mesma em sua universalidade, ou, por outras palavras, são “momentos do Absoluto”. É esse o motivo pelo qual Welzel nos surpreende com a afirmação de que “a Filosofia do Direito de Hegel é, se certamente entendida, a forma mais perfeita de uma teoria material do Direito Natural”. (*Diritto naturale e giustizia materiale*, pg. 263). Como “o que é real é racional, e o que é racional é real”, não há, em Hegel, a bem ver, uma distinção entre o *jurídico* (o Direito que *é*) e o *justo* (o Direito que *deve ser*), assim como não tem sentido contrapor Direito real ao Direito ideal, visto que esses termos ou elementos se dialetizam numa unidade ética essencial, na qual o subjetivo e o objetivo se convertem. (Idem, págs. 19 e 20).

35 – **Miguel Reale – contrário à possibilidade de alcançar-se uma idéia absoluta de justiça.** Em última análise, justiça social e bem comum são expressões sinônimas, significando tanto intersubjetividade como intercomunicabilidade, sendo esta a nota que emerge da experiência jurídica contemporânea, de tal modo que uma sociedade será tanto mais justa quanto mais os homens se comunicarem entre si, não apenas por palavras, mas também pela ação, o que envolve crescente participação de todos nos bens da vida que são o resultado do esforço



coletivo da espécie humana em sua incessante faina cultural. Donde se conclui que estamos perante uma *idéia cultural*, isto é, histórico-axiológica da justiça, sendo vãs todas as tentativas de alcançar-se uma idéia absoluta e a-histórica do justo. (Idem, idem, pág. 39).

36 – **Paulo Nader: A Moral e o Direito Natural.** O Direito Natural é referência para o legislador e para as consciências individuais. O homem médio da sociedade, além de orientar-se socialmente pelo chamado conhecimento vulgar do Direito, guia-se também pelos princípios do Direito Natural. Se o apurado conhecimento desta ordem se obtém pela reflexão, certo é, também, que a simples experiência de vida induz à percepção de seus princípios mais fundamentais. Estes configuram verdadeira fonte ordenadora da conduta e não se reduzem à ordem moral. Direito Natural e Moral, por seus princípios, estão presentes na consciência humana. Conquanto não se circunscrevam no mundo da cultura, a percepção mais ampla das duas esferas pressupõe espírito adaptado ao meio civilizado. Quanto mais culto o homem, maior a sua capacidade de compreender e teorizar aqueles princípios; a vivência concreta de valores espirituais, porém, não tende a ser mais intensa nas camadas mais intelectualizadas. O sentimento de respeito aos ditames jusnaturalistas e morais é imanente à pessoa humana e se revela a partir dos primeiros anos da existência. Embora afins, as duas ordens não se confundem. Mais abrangente, a Moral se coloca em função de um segmento daquele valor: o resguardo das condições fundamentais da convivência. O homem isolado mantém-se portador de deveres morais sem sujeitar-se aos emanados do Direito Natural, pois estes pressupõem vida coletiva. (Paulo Nader, *Filosofia do Direito*, Editora Forense, 6<sup>a</sup> ed., R.Janeiro, 1998, pág. 156).

37 – **Paulo Nader: Direito Positivo e Direito Natural.** Tanto quanto o Direito Positivo, o Natural pode ser considerado subjetiva e objetivamente. Sob o primeiro aspecto, identifica-se com o poder de viver e desfrutar de liberdade, sob a garantia de igual oportunidade. Na acepção objetiva, é conjunto orgânico de princípios que deve orientar o Estado em sua tarefa de organizar a sociedade, tomando-se por referência a natureza humana. Pensamos que nesta síntese se acha a idéia básica do Direito Natural. As dificuldades surgem quando se pretende o arrolamento dos princípios e se intensificam na medida em que se busca a pormenorização. A existência do Direito Natural se justifica por uma cadeia de raciocínios lógicos, sem recurso a dogmas. Como todo ser, a pessoa humana possui natureza e se dispõe a realizar fins. Estes sofrem condicionamentos ditados pela natureza. Os fins não são um todo cerrado e sem alternativas, mas um leque de amplas possibilidades de realizações. Os fins são aqueles que a natureza do homem e do mundo físico permitem e que não encontram censura na razão. O Direito Natural é uma tutela de fins. Seus princípios consideram a natureza humana e os fins que os homens buscam. (Idem, idem págs. 156 e 157).

38 – **Paulo Nader: Direito Natural (a natureza humana, a experiência e a razão).** **Justiça.** A filosofia atual não abandona os subsídios da razão nas tarefas de determinação do Direito Natural. Nem poderia fazê-lo, pois não há como se induzirem princípios sem as operações do intelecto. A experiência observa os fenômenos, mas a constatação e enunciado de leis é algo afeto à razão. O Direito Natural, em si, não pressupõe senão a vida humana em sociedade. A sua compreensão pelo homem requer, sim, experiência e raciocínio. O seu existir coincide com a vida cultural; o seu conhecimento, porém, é fato cultural, que não aflora na consciência humana de modo espontâneo. É certo que a natureza do homem possui intuições do justo, que se revelam, todavia, sem a plena consciência de sua dimensão.

Embora não se possa confundir o Direito Natural com a justiça, o certo é que aquela ordem constitui um ideal de justiça e um dos caminhos que levam o pensador ao *jus naturae* é

a sua insatisfação com a carência de justiça nos estatutos legais. O homem, ser eminentemente racional, sonda a razão de ser das coisas, não se submetendo passivamente a qualquer ordenamento. Procura-se o fundamento ético das leis e das decisões. O espírito crítico apela para a busca de orientação, de referência, na *ordem natural das coisas*. O Direito, como instrumento de promoção da sociedade, há de estar adequado à razão, há de se apresentar em conformidade com a natureza humana. Quando o filósofo chega à conclusão de que nem tudo é contingente e variável no Direito e que alguns direitos pertencem aos homens por sua condição de ser humano, alcança-se a idéia do Direito Natural, que deve ser a grande fonte a ser consultada pelo legislador. Diferentemente do que alguns pensam, o Direito Natural, assim formado, não é obstáculo ao desenvolvimento social; não é contra a história. Preservar o Direito Natural não significa perda de espaço para o legislador, apenas iluminação de caminhos. As alternativas não desaparecem quando o construtor da ordem jurídica recorre ao Direito Natural. Mesmo atrelado a esta ordem, o *jus positum* mantém-se móvel, apto a acompanhar a marcha da história. Os planos sociais, em vez de coartados pelo Direito Natural, se viabilizam, fecunda e duradouramente, na medida em que consagram aqueles princípios. (Idem, idem págs. 157 e 158).

39 – **Paulo Nader. Os direitos naturais eternos, imutáveis e universais.** Os direitos naturais são eternos, imutáveis e universais? Partindo-se do entendimento, hoje generalizado, de que o *jus naturae* não possui caráter normativo e se compendia em grandes princípios, cuja fonte é a chamada *ordem natural das coisas*, é possível reconhecer-lhes os atributos de fixidez e generalidade. O direito à vida, à liberdade, à igual oportunidade são a-históricos e se impõe incondicionalmente. O seu desdobramento em princípios de menor abstração ou em regras práticas é passível de mutação no tempo e no espaço. O avanço gnoseológico, a mudança nos costumes, o surgimento de crises sociais e de progresso dão nova fisionomia à sociedade e reclamam adequada renovação nos instrumentos legais. As *estruturas de poder*, em consequência, devem promover a reformulação da ordem jurídica. A criação de novos institutos ou a modernização de antigos códigos é providência a ser tomada em consonância com a vontade popular, de que os detentores do poder devem ser intérpretes, respeitados sempre aqueles princípios majoritários, verdadeiras matrizes do direito universal. Não há incompatibilidade entre o Direito Natural e o processo histórico ou dialético. O substrato é fixo; as aplicações variáveis. Como princípio, é inquestionável. A extensão de seu exercício, porém, é cambiável em função das condições históricas. A regulamentação positiva do Direito exige o concurso da *razão* e a presença do valor *justiça*, a fim de que as fórmulas de adaptação preservem a sua essência. (Idem, págs. 159 e 160).

40 – **Paulo Nader. O Direito Natural não é obstáculo aos reclamos da história.** Esta linha de pensamento não retrata o Direito Natural como obstáculo ao desenvolvimento, antes o assimila e o situa como processo de adaptação social tanto quanto o Direito Positivo, desde que consideremos as aplicações como seu prolongamento. Não há antítese, pois, entre o jusnaturalismo contemporâneo e os reclamos da história. Os princípios do Direito Natural não constituem objeto cultural, mas o seu desdobramento é produto da experiência humana. Oposição entre a doutrina jusnaturalista e história somente existe na concepção radical do historicismo, para o qual tudo é contingente e mutável no Direito. A prevalecer tal versão, o Direito perderia a sua condição de ciência, pois esta pressupõe elementos necessários e universais. Pelo menos em relação ao Direito material é o *jus naturae* que garante a cientificidade do Direito. Se a presença do Direito Natural na *lei de fundo* é nítida, não se pode negar a sua influência também na formulação da lei instrumental ou processual, onde as partes devem ser tratadas com igualdade, onde ninguém pode ser julgado sem a oportunidade de defesa. Apoiando-se em Kant, para quem não era possível derivar o *dever-ser* do *ser*, Gustav Radbruch, que se conver-

teu ao jusnaturalismo, rebateu o positivismo, o historicismo e o evolucionismo, sob o fundamento de que derivam o dever-ser jurídico, respectivamente daquilo que *é, foi* ou *virá a ser*.

O Direito Natural não é, em si, conservador ou revolucionário. A tábua de valores que encerra deve nortear sempre o *jus positum*. Assim, quando este é uma projeção daquele, o argumento do *jus naturae* se revela conservador; quando há desarmonia entre ambos, a evocação de seus princípios se faz visando à transformação, mantendo-se, assim, de índole revolucionária. Em outras palavras, encontramos este pensamento expresso por Gustav Radbruch: “Vemos, na história, ora o Direito Natural estar a serviço do Direito Positivo, para o fortalecer, ora inversamente, ser um auxiliar na luta contra o Direito Positivo, para o reformar”.

Enquanto as leis positivas ordenam a sociedade, o Direito Natural influencia as fontes geradoras de normas jurídicas, que devem ser receptivas àqueles princípios maiores. Importante, todavia, é que o papel do Direito Natural não se esgota em sua função indicativa. É opinião prevalecte na Filosofia do Direito que o sistema de legalidade, por si só, não é suficiente, pois pressupõe ainda legitimidade e entre as fontes de legitimidade encontra-se o Direito Natural. Não houvesse oportunidade, sob certas condições, para que o Direito Natural se impusesse diretamente na ordem social, os conceitos de lei e de Direito se igualariam e razão assistiria a Hans Kelsen com a sua teoria pura do Direito. Se o Direito Natural se limitasse à função indicativa, haveríamos de concordar com Tobias Barreto, para quem “não existe um Direito Natural; mas há uma lei natural do Direito”, assim como “não existe uma linguagem natural, mas existe uma lei natural da linguagem; não há uma lei natural da indústria; não há uma arte natural, mas há uma lei natural da arte”. Ocorre, todavia, que o Direito Natural possui também função ordenadora, que se manifesta quando se identificam, com ele, os princípios gerais de Direito; quando se autoriza o magistrado a decidir com equidade; quando se registram diferentes formas de resistência ao direito ilegítimo. (Idem, idem, págs. 161-163).

**41 – Conclusão de Paulo Nader: Direito Natural e Justiça Absoluta que não variam no tempo e no espaço.** O reconhecimento da existência de uma justiça absoluta, que não varia no tempo e no espaço, revela-se decorrência lógica e necessária da admissão do Direito Natural. Como este é eterno, imutável e universal em seus princípios, será a medida pela qual se irá atribuir “a cada um o que é seu”. A amplitude e abstratividade dos princípios do Direito Natural não criam obstáculo à sua função prática. A divergência entre os jusnaturalistas, na discriminação e dedução desses critérios, também não constitui impedimento como, equívocamente, Michel Miaille proclama. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, que encarna os postulados da *lei mais alta* e orienta o Direito das nações mais cultas, não obstante as restrições que sofre, é prova incontestável da efetividade do Direito Natural. (Idem, idem pg.172).

**42 – Cláudio De Cicco. Autonomia da Lei Moral em Kant e o princípio evangélico.** E assim o autor da *Doutrina do Direito* termina por investigar a razão mesma da sociedade em si, do Estado em si, abstraindo de suas características históricas peculiares. E chega facilmente à idéia de liberdade. Porque sem ela seria impossível pensar o contrato em si mesmo, racionalmente. Logo, a liberdade, para Kant, é uma pré-condição da ordem normativa, quer da moralidade, quer do Direito.

Ouçamos o próprio filósofo dizer: “A vontade é uma espécie de causalidade para os seres vivos, enquanto racionais, e a liberdade seria a propriedade que teria esta causalidade de poder agir independentemente de causas estranhas que a determinem, do mesmo modo que a necessidade é a propriedade que a causalidade de todos os seres desprovidos de razão tem de

ser determinada a agir por influência de causas (estranhas ao agente). (...) No que pode consistir a liberdade da vontade senão na autonomia, ou seja, na propriedade que ela tem de ser ela mesma sua lei? O que resulta no princípio: deve-se agir segundo uma máxima (regra de conduta) que possa se apresentar como lei universal”.

Toda a Moral kantiana parte pois do pressuposto da liberdade e da autonomia da lei moral, estimada por ela mesma e não pelo temor de sanções ou pela esperança de prêmios. O que poderia parecer uma “moral desumana” nada mais é do que a aplicação radical do princípio evangélico: “Guardai-vos de praticar a vossa justiça diante dos homens para serdes vistos por eles. Quando deres uma esmola, não te ponhas a trombetear em público. Não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita, para que tua esmola fique em segredo”. (S. Mat. VI, 1 ao 4). Eis o chamado “imperativo categórico”, ou a autonomia da moral em Kant. É claro que sem a liberdade toda idéia de dever se torna impossível. Esta liberdade tem duas faces: a face subjetiva, que é o livre-arbítrio, autonomia da vontade e a face externa, ou seja condição objetiva para agir livremente. Cabe ao Direito fornecer as condições para o convívio entre seres igualmente livres. Daí ser ele heterônomo, pois o bem que se tem em vista com o cumprimento da norma jurídica não está explicitado nela mesma, como enunciado material, mas está apenas implícito, pois ela é meio para se atingir um fim a ela exterior ou que a transcende. Daí ser inerente ao Direito a idéia de pena ou recompensa, não sendo necessária a adesão autônoma do sujeito, que pode discordar do meio (conteúdo ou enunciado da norma, *endonorma*) para atingir um fim positivo (recompensa) ou negativo (pena a evitar). No entanto, ambos (Moral e Direito) estão na *Metafísica dos Costumes*, com fundamento na liberdade. (Cláudio De Cicco, *Kant e o Estado de Direito: O Problema do Fundamento da Cidadania*. Livro – Direito, Cidadania e Justiça, Editora Revista dos Tribunais, 1995, págs. 178 e 179).

**43 – Cláudio De Cicco. Foro íntimo e Foro externo: a luta pelo Estado de Direito em Kant.** É uma conquista histórica do Cristianismo dos primeiros séculos de nossa Era a própria idéia de consciência como algo que pode mesmo se opor à supremacia do Estado. Vale dizer com o clássico Fustel de Coulanges que “os antigos não conheceram a liberdade de consciência”. Foi o “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” o primeiro marco de uma luta pelo que chamaríamos “liberdade de consciência”, ficando para sempre delimitado o foro interior do indivíduo, como algo independente do poder estatal. No entanto, com o passar dos séculos deu-se a mistura das coisas de César com as de Deus, ou as assim chamadas pelos que se apresentavam como seus representantes. E se chegou ao ponto de – na época de Kant, em pleno século XVIII – se admitir ainda o princípio *cujus regio ejus religio* ou seja, “cada um siga a religião de seu rei como sua”, do início da Idade Moderna e do movimento da Reforma protestante. Miguel Reale nos faz ver que a Europa mergulhou nas guerras de religião entre católicos e evangélicos, entre luteranos e anglicanos, entre calvinistas e anabatistas, etc., cada chefe de Estado passando a se imiscuir na vida particular dos cidadãos, a fim de indagar se suas convicções religiosas conferiam com a sua (Lições Preliminares de Direito, Ed. Saraiva, pp. 53-54, 19ª ed. 1991). Isto levou à “conversão” forçada de milhares de católicos ao luteranismo e vice-versa, conforme se passavam as coisas nos campos de batalha ou se sucediam príncipes de diversos credos nos vários tronos da Alemanha, Holanda, Inglaterra, etc.

A reação veio com Cristiano Thomasius que, entre 1700 e 1705, passou a defender a distinção fundamental entre foro íntimo e foro externo. O Direito, dizia ele, só pode cuidar daquilo que se exterioriza em ações humanas. O que permanece no foro da consciência não lhe cabe disciplinar. Era uma grande limitação jurídica para a ação do Estado e o embrião do que depois se chamou “Estado de Direito”, o que respeita a personalidade, a cidadania, as crenças

dos cidadãos individualmente considerados. Kant aderiu a esta idéia dos foros externo e interno, fazendo dela a distinção prática entre Moral (que cuida do foro íntimo) e Direito (que cuida do foro externo).

No entanto, não bastou a proclamação dos dois foros. Nem estavam ainda secas as letras com que se escreveu a famosa “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*” que no seu art. 10 consagrava o princípio de Thomasius e Kant: “Ninguém deve ser perturbado por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não prejudique a ordem pública estabelecida pela Lei” - e logo iniciavam, no seio da própria Revolução Francesa as perseguições por motivos políticos e filosóficos; liberais contra jacobinos, monarquistas contra republicanos, se entre-degladiando os aliados da véspera na luta contra o Antigo Regime, sendo criados tribunais de exceção e julgamentos sumários; Robespierre, enquanto esteve à testa do governo jacobino não só condenou à morte Maria Antonieta, o químico Lavoisier e o poeta André Chénier, mas também o líder revolucionário Camilo Desmoulins, Madame Roland, Danton, seu rival na “Convenção Nacional”... depois de terem ambos caminhado lado a lado contra a monarquia de Luís XVI. Kant, como já disse, condenou não só o regicídio, mas é claro todas as outras condenações à morte, retirando o seu apoio à Revolução através de artigos e cartas em várias revistas internacionais e jornais da época.

Parece que a intolerância política tomava o lugar da velha intolerância religiosa e que os “Tribunais Revolucionários” substituíam em toda parte os antigos “Tribunais da Inquisição” religiosa. Contra tudo isto – e até os nossos dias – a idéia de liberdade de pensamento e de crença política ou religiosa é um dos principais componentes do Estado de Direito, mas não o único.

Outro aspecto fundamental é o da coexistência da liberdade de cada um com a legalidade que obriga a todos. Surge uma objeção contra Kant: se o ideal de justiça, segundo Kant, consiste na liberdade, como falar em Estado, o que pressupõe a força e “Estado de Direito”, pois o Direito pressupõe a coercibilidade? A resposta dada por Kant é a seguinte: “a liberdade, para ser um princípio deve valer para todos. Assim sendo, o arbítrio de cada um deve conviver com o arbítrio dos demais. Para isto se impõe um limite à liberdade de cada um, sendo válido o uso da força para garantir que cada um respeite a liberdade do outro, o que concilia a idéia de liberdade com a de legalidade, pois esta está a serviço da liberdade”. (Idem, idem, págs.184-186).

44 – **Cláudio De Cicco. Paternalismo Político e Bem Comum (Felicidade!). Kant e Aristóteles.** Outro aspecto importante da idéia de Estado em Kant é a que o opõe a Aristóteles, ou seja, sua oposição a qualquer tipo de “paternalismo”. Ao escrever o livro *The Patriarch* o filósofo Pilmer, na Inglaterra dos Stuarts absolutistas, comparou o monarca a um pai e a nação a uma grande família. É claro que os cidadãos seriam “filhos” do monarca-pai. Deveriam eles esperar que seu rei lhes traçasse o rumo para alcançar a felicidade, fim do Estado, isto é, o caminho para o bem comum, desde Aristóteles considerado como Fim do Estado. Kant concluía, acertadamente, que esta concepção do fim do Estado como realizador do bem comum era a legitimação do paternalismo, seu instrumento confessado. No fundo, ao ser contra Pilmer, Kant atacou o famoso “bem comum” de Aristóteles, pois negou que o monarca pudesse indicar aos súditos uma felicidade comum a todos. Vale dizer que, para o filósofo alemão, o bem comum não pode ser o fim do Estado, pelo simples fato de que ninguém sabe no que ele consiste de modo objetivo. A idéia de felicidade é, para Kant, algo muito pessoal, individual mesmo e por

isto não compete ao Estado, nem ao chefe do Estado determinar o que será a felicidade de todos.

Hoje diríamos que, para Kant, a idéia de “bem comum” é carregada de ideologia. Uma será a idéia do católico, outra a do protestante; uma a do racionalista, outra a do positivista; uma a do liberal, outra a do socialista... De modo que o “bem comum”, *eudemonismo* aristotélico (*eudemos* = felicidade, prazer) não é uma expressão unívoca, mas altamente equívoca!

Qual seria então o fim do Estado na ótica kantiana? Simplesmente realizar as condições essenciais para que cada cidadão alcance sua própria felicidade... o que confere com a idéia liberal de Estado e repele qualquer forma de dirigismo, venha com qual bandeira vier...

Observe-se a linha de coerência de Kant, não abandonando em momento algum o importante papel do indivíduo, da liberdade, da cidadania, do livre-arbítrio.

Neste ponto capital ele se contrapõe a todas as formas de “nova ordem” com sacrifício das liberdades e gostos pessoais, pois o paternalismo conduz ao controle da educação, das artes, até das ciências exatas – veja-se o caso Lissenko, o caso Sakarov, na antiga URSS – da economia, dos esportes, da organização da família – veja-se o “castigo” para as famílias numerosas na China de hoje – etc., etc. Sempre o súdito é considerado e tratado como “menor de idade” perante o Estado-pai que como o velho monarca-patriarca de Pilmer “sabe o que é melhor para ele”... Contra tudo isto se coloca Kant e seu “Estado de Direito” considerando seus cidadãos como adultos.

**45 – Tércio Sampaio Ferraz Jr. – O direito é um mistério: estudá-lo exige precisão e rigor científico, mas também abertura para o humano, para a história, para o social.** O direito é um dos fenômenos mais notáveis na vida humana. Compreendê-lo é compreender uma parte de nós mesmos. É saber em parte porque obedecemos, porque mandamos, porque nos indignamos, porque aspiramos mudar em nome de ideais, porque em nome de ideais conservamos as coisas como estão. Ser livre é estar no direito e, no entanto, o direito também nos oprime e nos tira a liberdade. Por isso, compreender o direito não é um empreendimento que se reduz facilmente a conceituações lógicas e racionalmente sistematizadas. O encontro com o direito é diversificado, às vezes conflitivo e incoerente, às vezes linear e conseqüente. Estudar o direito é, assim, uma atividade difícil, que exige não só acuidade, inteligência, preparo, mas também encantamento, intuição, espontaneidade. Para compreendê-lo é preciso, pois, saber e amar. Só o homem que sabe pode ter-lhe o domínio. Mas só quem o ama é capaz de dominá-lo rendendo-se a ele.

Por tudo isso, o direito é um mistério, o mistério do princípio e do fim da sociabilidade humana. Suas raízes estão enterradas nesta força oculta que nos move a sentir remorso quando agimos indignamente e que se apodera de nós quando vemos alguém sofrer uma injustiça. Introduzir-se ao estudo do direito é, pois, entronizar-se num mundo fantástico de piedade e impiedade, de sublimação e de perversão, pois o direito pode ser *sentido* como uma prática virtuosa que serve ao bom julgamento, mas também *usado* como um instrumento para propósitos ocultos ou inconfessáveis. Estudá-lo sem paixão é como sorver um vinho precioso apenas para saciar a sede. Mas estudá-lo sem interesse pelo seu domínio técnico, seus conceitos, seus princípios, é inebriar-se numa fantasia incoerente. Isto exige, pois, precisão e rigor científico, mas também abertura para o humano, para a história, para o social, numa forma combinada que a sabedoria ocidental, desde os romanos, vem esculpindo como uma obra sempre por aca-

bar. (Tércio Sampaio Ferraz Jr., Introdução ao Estudo do Direito, Ed. Atlas, 2ª ed. 1996, S,Paulo, Introdução, pág.21).

**46 – Tércio Sampaio Ferraz Jr. – O Direito no mundo contemporâneo passou a ser bem de consumo.** Na sociedade dominada pela concepção do *homo faber* a troca de produtos se transforma na principal atividade política. Nela os homens começam a ser julgados não como pessoas, como seres que agem, que falam, que julgam, mas como produtores e segundo a utilidade dos seus produtos. Aos olhos do *homo faber*, a força do trabalho é apenas um meio de produzir um objeto de uso ou um objeto de troca. Nesta sociedade, na sociedade dominada pela idéia de troca, o direito passa a ser considerado como um bem que se produz. É a identificação do *jus* com a *lex*. O bem produzido por meio da edição de normas constitui então um objeto de uso, algo que se tem, que se protege, que se adquire, que pode ser cedido, enfim, que tem valor de troca. Ora, como no mercado de trocas os homens não entram em contato diretamente uns com os outros, mas com os produtos produzidos, o espaço da comunicação do *homo faber* é um espaço alienante porque de certa maneira exclui o próprio homem. O homem neste espaço se mostra através de seus produtos. Esses produtos são as coisas que ele fabrica ou as máscaras que ele usa. Em consequência, no mundo do *homo faber* o direito, transformado em produto, também se despersonaliza, tornando-se mero objeto. O direito considerado objeto de uso é o direito encarado como conjunto abstrato de normas, conjunto abstrato de correspondentes direitos subjetivos, enfim o direito, objeto de uso, é um sistema de normas e direitos subjetivos constituídos independentemente das situações reais ou pelo menos considerados independentemente destas situações reais, mero instrumento de atuação do homem sobre outro homem. Está aí a base de uma concepção que vê no direito e no saber jurídico um sistema neutro que atua sobre a realidade de forma a obter fins úteis e desejáveis.

Contudo, no correr da Era Moderna, repercutindo intensamente no mundo contemporâneo, uma outra assimilação semântica ocorrerá: a progressiva absorção da idéia de trabalho pela idéia de labor. Com isso vamos ter uma nova concepção antropológica, portanto uma concepção do mundo dominado agora pela idéia do *animal laborans*. Em consequência o direito que na Antigüidade era ação, que na Era Moderna passa a ser trabalho produtor de normas, isto é, objetos de uso, no mundo contemporâneo torna-se produto de labor, isto é, objeto de consumo ou bem de consumo. (Idem, idem, págs.25 e 26)

**47 - Tércio Sampaio Ferraz Jr. As sociedades estão em transformação e a complexidade do mundo está exigindo novas formas de manifestação do fenômeno jurídico.** (...) O reconhecimento desta situação, porém, não deve significar que estamos sucumbindo à fatalidade e que as coisas são como são, não importa o que se faça. Se o direito se tornou hoje um objeto de consumo, aliás como ocorre também com a ciência e a arte – afinal quanta gente hoje não estuda somente para ter maiores ou melhores chances de sobrevivência no mercado de trabalho e quanta gente não adquire uma obra de arte porque nela vê principalmente um investimento – isto não faz dele (como não faz da ciência e da arte) um objeto de permanente alienação humana. As sociedades estão em transformação e a complexidade do mundo está exigindo novas formas de manifestação do fenômeno jurídico. É possível que, não tão distantemente no futuro, esta forma compacta do direito instrumentalizado, uniformizado e generalizado sob a forma estatal de organização venha a implodir, recuperando-se, em manifestações espontâneas e localizadas, um direito de muitas faces, peculiar aos grupos e às pessoas que os compõem. Por isso, a consciência da nossa circunstância não deve ser entendida como um momento final, mas como um ponto de partida. Afinal, a ciência não nos libera porque nos torna mais sábios, mas é porque nos tornamos mais sábios que a ciência nos libera. Adquirir a sa-

bedoria não é ato nem resultado da ciência e do conhecimento, mas é a experiência e reflexão, exercício do pensar. E é para isso, por fim, que convidamos o leitor: pensar o direito, refletir sobre as suas formas hodiernas de atuação, encontrar-lhe um sentido, para então vivê-lo com prudência, esta marca virtuosa do jurista, que os romanos nos legaram, e que não desapareceu de todo na face da Terra. – Idem, idem, págs. 28 e 29.

48 – **Tércio Sampaio Ferraz Jr. - Direito Positivo e Natural: Uma Dicotomia Enfraquecida. Positivização do Direito Natural.** Antes de encerrar estas considerações sobre a teoria estrutural da norma ou dogmática das relações normativas, cumpre mencionar uma última dicotomia que, de propósito, não havíamos incluído entre as grandes dicotomias dogmáticas. Referimo-nos a *direito positivo* e *direito natural*. Não o fizemos, não por algum preconceito positivista (enquanto doutrina que nega a existência do direito natural), mas porque se trata, no universo da ciência jurídica atual, de uma dicotomia operacionalmente enfraquecida.

A influência desta dicotomia, no direito contemporâneo, provém do século XVIII. O período do racionalismo jurídico concebeu o saber jurídico como uma sistematização completa do direito a partir de bases racionais, isto é, a partir de princípios da razão. Em conseqüência, o direito natural aparecia como um conjunto de direitos e deveres que se aplicava às relações entre os seres humanos de forma análoga à que ocorre com o direito posto, o direito positivado ou pelos costumes ou pela decisão expressa da autoridade institucionalizada. Nessa época, o direito natural, até então, uma disciplina moral, ganhou uma certa autonomia e se transformou numa genuína disciplina jurídica. Pressupunha-se uma espécie de duplicação do sistema jurídico: por de trás ou por cima das relações jurídicas estabelecidas por normas postas admitia-se o conjunto dos direitos naturais. Esta idéia permitiu, então, uma separação entre direito e moral (assim, por exemplo, em Pufendorf, Thomasius, Kant), concebendo-se o primeiro, em oposição à segunda, pela noção de compulsão ou poder de compulsão exteriorizada por normas enquanto comandos objetivos.

Esta autonomia do direito natural face à moral e sua superioridade face ao direito positivo marcou, propriamente, o início da filosofia do direito como disciplina jurídica autônoma. Isto foi assim até as primeiras décadas do século XIX. Depois, a disciplina sofre um declínio que acompanha o declínio da própria idéia de direito natural. No final daquele século, a disciplina reaparece, ganha força nas primeiras décadas do século XX. A reflexão sobre o direito natural toma novos rumos e a noção readquire sua importância. Na ciência dogmática do direito, porém, embora a idéia esteja até hoje sempre presente (por exemplo na fundamentação do direito subjetivo na liberdade), a *dicotomia*, como instrumento operacional, isto é, como técnica para a descrição e a classificação de situações jurídicas normativamente decidíveis, perdeu força. Sua importância mantém-se mais nas discussões sobre a política jurídica, na defesa dos direitos fundamentais do homem, como meio de argumentação contra a ingerência avassaladora do Estado na vida privada ou como freio às diferentes formas de totalitarismo.

Uma das razões do enfraquecimento operacional da dicotomia pode ser localizada na promulgação constitucional dos direitos fundamentais. Esta promulgação, o estabelecimento do direito natural na forma de normas *postas* na Constituição, de algum modo “**positivou-o**” (grifo nosso). E, depois, a proliferação dos direitos fundamentais e, posteriormente, de direitos sociais, políticos, econômicos aos quais se acrescem hoje direitos ecológicos, direitos especiais das crianças, das mulheres etc., provocou, progressivamente, a sua trivialização. Uma coisa se torna trivial quando perdemos a capacidade de diferenciá-la e avaliá-la, quando ela se torna tão



comum que passamos a conviver com ela sem nos apercebermos disto, gerando, portanto, alta indiferença face às diferenças (c. Luhmann, 1972, v. 2:255).

Esta trivialização dos direitos fundamentais foi precedida pela trivialização do próprio direito natural. Quando todo o direito passou a ser logicamente redutível a direitos naturais, a noção perdeu força comunicacional, sua relevância foi ficando amortecida e gerou até descrédito. Assim, a distinção entre direito natural (direito à vida, à saúde, à liberdade etc.) e direito positivo foi, primeiro, esmaecida pela distinção entre direitos fundamentais constitucionais e demais direitos e, depois, com a trivialização dos constitucionais, a **positivação** acabou por tomar conta do raciocínio dogmático sobre o direito natural, confundido com um conjunto de normas naturais-rationais (Ferraz Jr. 1990:99). (Idem, idem, págs. 170 e 171).

49 – **Carlos Galves. O Direito Justo.** Direito Justo é o que realiza a justiça, dando a cada um o seu, comutativa ou distributivamente. Para o leigo, a expressão “direito justo” causa surpresa: tudo o que é Direito não é justo?, tudo o que é justo não é Direito? Então, para que juntar as duas palavras, se nada acrescentam uma a outra? Já para o estudioso dessa dramática porção da realidade humana, a expressão “direito justo” quase lhe arranca um sobressalto: quem ousa falar em direito justo?

Ora, próximo a nossos dias, um grande mestre procurou ensinar em que consiste o Direito Justo, e onde se acha o caminho que a ele conduz: Rudolf Stammler, na obra *Die Lehre von dem Richtigen Rechte*, 1902 (*Teoria do Direito Justo*). Stammler é um neokantiano, que buscou aplicar a teoria do conhecimento de Kant ao estudo do Direito. Para Kant, o conhecimento científico é só aquele que resulta da combinação de uma força, ou estrutura, *a priori* (isto é, anterior à experiência, ou ao contato com os fatos), com um material fornecido pela experiência, ou vida.

Assim, a noção do justo não nasce só da idéia abstrata da justiça, mas provém, também, do material histórico, ou social, a que essa idéia se aplica. O Direito Justo é, pois, a matéria social organizada pela idéia da Justiça. Que é Justiça? É aquela idéia pura, ou *a priori*, que nos diz o que torna possível uma comunidade perfeita dos homens, a qual é aquela em que cada homem é considerado como um fim em si mesmo, de modo que nenhum homem pode ser meio ou instrumento de qualquer outro homem.

Dessa idéia de comunidade pura fluem os princípios que permitem criar o Direito Justo: o princípio do respeito (ninguém está sujeito ao arbítrio de ninguém) e o princípio da solidariedade ou participação (ninguém pode ser excluído da comunidade). O Direito Justo, de que as ordens legais históricas buscam aproximar-se, realiza esses princípios, e pode ser julgado por aquela idéia *a priori*; ou, nas palavras de Stammler, “aquelas proposições jurídicas que, em relações empiricamente condicionadas, contêm o direito teoricamente justo” (*apud* G. Fassó, *Storia della Filosofia del Diritto*, ed. II, Mulino, III, p. 272). (Carlos Nicolau Galves, Manual de Filosofia do Direito, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1ª edição, 1995, págs. 11 e 12).

50 – **Carlos Galves. A Ciência do Direito como Ciência do Espírito.** Além das coisas naturais, que compõem ou são produzidas pela Natureza, há no mundo outras coisas. Aquelas são estudadas pelas Ciências Naturais; e estas outras coisas ficariam fora de qualquer conhecimento científico, uma vez que não podem ser estudadas pelas Ciências Naturais? Ficariam para todo sempre relegadas ao conhecimento vulgar ou da opinião?

No último quartel do séc. 19, alguns filósofos alemães se dedicaram a investigar se ao lado das Ciências Naturais existem outros tipos de ciências, no sentido rigoroso da palavra, às quais caberia o estudo daquelas regiões da realidade, de cujo conhecimento as Ciências Naturais não dão nem podem dar conta?

Dois pensadores, de mais alta estatura, foram os pioneiros na resposta afirmativa: há as Ciências do Espírito – também denominadas Ciências da Cultura, Ciências Morais, Ciências do Homem, a cuja família pertence a Ciência do Direito: o primeiro foi Wilhelm Wundt, em 1880, com a obra *A Lógica das Ciências do Espírito (Logick der Geist e Swissenschaften)*, o outro foi Wilhelm Dilthey, em 1883, com a obra *Introdução às Ciências do Espírito (Einleitung in die Geist e Swissenschaften)*.

O ponto de partida é idêntico num e noutra autor. Neste mundo, não há só natureza; há o homem e as coisas que o homem faz. Aquela é estudada pelas Ciências Naturais; os fatos ou fenômenos típicos da vida e da atividade humana, individual e coletiva, são estudadas pelas Ciências do Espírito. Aquelas têm um modo de pensar, ou lógica, ou metodologia próprios – adaptados aos objetos naturais que elas estudam. O mesmo acontece com as Ciências do Espírito: não podem usar de metodologia naturalista, porque o seu objeto de estudo é diverso das coisas naturais, é o Homem; e por isso têm, também, a sua lógica, ou metodologia peculiar, ditada pela peculiaridade dos objetos que estudam.

Para Wundt, o mundo estudado pelas Ciências do Espírito tem estas características: 1) é o mundo onde aparecem os *valores*: o homem faz juízos de valor em relação à realidade (se é belo ou feio, útil ou inútil, justo ou injusto etc.); 2) é o mundo onde o homem busca *fins* ou *objetivos*: a ação do homem não é a causal ou gratuita; 3) é o mundo onde estão os resultados da ação do homem.

Para Dilthey, o material de estudo das Ciências do Espírito são as *produções* que o espírito do homem faz e tem feito no curso da História. De modo geral, esses produtos entram em duas classes: 1) os sistemas culturais; 2) as organizações das sociedades humanas. Na primeira classe entram todos os objetos criados pela cultura ou atividades do homem: economia, arte, agricultura, arquitetura etc.; na segunda, todas as formas mediante as quais se constituem ou organizam os diferentes grupos humanos. Sobre esses objetos é que se aplicam cognoscitivamente as Ciências do Espírito, e nesse estudo podem obter três resultados: 1) formulam juízos históricos sobre a existência dos objetos; 2) constroem conceitos abstratos ou gerais sobre tais objetos; 3) emitem juízos sobre o valor, de diversos pontos de vista, sobre esses objetos. Ou seja, fazem História, Teoria e Prática.

Aplicada essa ótica da Ciência do Espírito sobre o Direito, o que se tira? O Direito não pertence ao mundo da natureza inanimada, ou puramente biológica; mas ao mundo do espírito, ou, se se quiser, ao mundo específico do humano, transmineral e transbiológico. Os métodos de conhecimento das Ciências infra-humanas não esgotam, pois, a cognoscibilidade do jurídico, tomado este em sua extensão própria. O Direito surge por efeito da existência humana: é, pois, um produto cultural. O seu modo de ser é o de uma norma social, que visa a um certo objetivo, que se reputa de valor. O estudioso pode, sem dúvida, estudar, isoladamente, este ou aquele aspecto do Direito. Mas nenhuma das apresentações desses aspectos desmembrados do Direito pode pretender que represente todo o Direito. Como norma visando a um objetivo, o Direito é um ser intencional – um ser que busca algo. Esse algo já pode estar indicado na norma existente. Mas o jurista, que examina qual o valor da norma como veículo para alcançar o fim, e qual

o valor do objeto pretendido pela norma tem, por definição, sempre aberto diante de si o horizonte dos valores, a partir do qual faz aquelas avaliações. É dizer que o ser do Direito é aberto, e exige abertura. (Idem, idem, págs.42-44).

**51 – Carlos Galves. O Direito Natural no Mundo Antigo: - Sócrates (469 - 399 a.C)** – Era radicalmente impelido pela convicção de que a Divindade lhe confiara a missão de ensinar os homens a serem melhores, pela prática das virtudes. O melhor homem é o justo, aquele que não causa mal a ninguém. Mas como se ensina o homem a ser justo, para consigo mesmo e para com os outros? Muito simples: ensinando-lhe o que é a verdade e o bem, pois quem conhece uma e outra coisa torna-se, só por isso, bom. Todavia, como se pode conhecer com certeza a verdade e o bem? Mediante a análise ou exame das coisas, que permitem descobrir a essência ou definição de cada coisa, conhecimento válido perante todos. Assim se descobre e prova o que é o justo, o belo, o útil, o bom, o verdadeiro etc. Essa técnica de conhecimento fornece a verdade, e é superior ao saber dos Sofistas, que se contentavam com a verossimilhança, a aparência, o relativo. Permite constituir uma ciência que vale para todos. E que fundamenta na certeza a conduta que os homens devem ter nesta vida. O justo é o que realiza o melhor da natureza humana, em si e para os outros, praticando o bem e evitando o mal. O conhecimento verdadeiro revela em que consiste a conduta justa, examinando as diversas condutas e os seus efeitos na vida. E o Direito faz respeitar a conduta justa, na sociedade.

Nas palavras finais de sua defesa perante o tribunal ateniense, Sócrates põe ao claro o efeito supremo que a Justiça tem: esta é algo inobscurecível nesta vida, e absolutamente respeitada e satisfeita no que virá depois do Tempo: “Não há mal possível contra o homem de bem, nem nesta vida, nem depois da morte, e os deuses não são indiferentes à sua sorte”(Apologia, 41, c). – Idem, idem, págs. 108 e 109.

**Platão. (428 – 347 a.C.)** - Só a prática da Justiça na vida individual e na vida social pode assegurar a salvação de uns e de outros. Para reforçar a idéia de que é preferível a vida sob a Justiça, acrescenta que mesmo nesta vida o homem justo é mais feliz do que o homem mau e injusto. E então Platão recorre a um extraordinário e grave argumento, de meditação infinda: a sanção absoluta de recompensa aos justos e de castigo aos maus é dada, ao final, pelos deuses na vida imortal. Assim, o fundamento último da ordem jurídica é a Divindade, que criou o mundo e lhe deu as leis. Todo pensamento de Platão repousa, evidentemente, na certeza de que a inteligência humana pode chegar à verdade. Opõe-se a sofistas e céticos. Demonstra-o em sua *Teoria das Idéias*. Um exemplo permitirá uma breve noção desta teoria. O homem habita em casas, e há, neste mundo, uma infinidade de casas, diferentes umas das outras, sob mil e um aspectos. Mas todas são casas. De onde vem essas possibilidades de identificá-las, sempre, como casas, não obstante a sua infinita diversificação? É que todas elas nada mais são do que meras imitações diversificadas, mais ou menos perfeitas, de um tipo ideal de casa, que existe num mundo mais perfeito que o nosso, e que é, a um só tempo, a casa perfeita e que contém todas as formas possíveis das casas do nosso mundo imperfeito. Ora, o sábio ou filósofo é aquele que é capaz de chegar ao conhecimento dessa *idéia* de casa perfeita e participada, e assim obter um conhecimento completo e verdadeiro. Aplicada a teoria ao Direito e à Justiça, o filósofo conhecerá verdadeiramente em que consiste uma e outra coisa, e aplicará tal conhecimento na feitura das leis e do Estado verdadeiro. (Idem, idem, págs. 111 e 112).

**Aristóteles. (384-322 a.C) - Matéria e Forma, Potência e Ato.** Aos olhos de Aristóteles, todas as coisas deste mundo – todos os entes – são compostos de matéria e forma. Em jargão filosófico: a estrutura ontológica dos seres é constituída de matéria e forma. Foi além:

ensinou que esse binômio permite, também, explicar o dinamismo das coisas deste mundo. (...) Na verdade (exemplo citado), a estátua vai sendo feita aos poucos. Assim também a semente vai fazendo aos poucos a árvore. É como se a matéria, progressivamente modelada pela forma, tivesse em si a possibilidade de ir passando de semente à árvore frondosa. A essa possibilidade Aristóteles chamou de *potência*, à árvore frondosa chamou de *ato* – certamente porque a plena realização da potência equivale a ter tornado *atual*, e não somente potencial, a *forma* que atuava na matéria. Matéria e forma, potência e ato – explicam como o mundo é, e como evolui. Aristóteles deu, também, o nome de *natureza* à forma. Podia, assim, dizer que os entes deste mundo se desenvolvem de acordo com a sua natureza, ou que agem de acordo com a sua natureza, ou que procuram realizar as potencialidades de sua natureza, ou forma. Com isso podia também dizer que cada ser, desenvolvendo-se de acordo com a sua forma, tinha por objetivo ou *fim* (telos, teleologia) realizar a sua natureza. A conclusão só pode ser a de que é realizando a sua natureza e seguindo as inclinações desta é que o ser se realiza e atinge o seu objetivo: a plena realização de si mesmo. Eis o que é o Direito Natural: aquele conjunto de prescrições, emanadas da natureza do homem, e que este deve seguir, a fim de atingir a sua finalidade na existência, que é a realização de suas potencialidades. Ao Direito Natural, Aristóteles chamava de *justo natural*. O *justo legal* nascia do que o legislador ditava, e era injusto se não respeitava o justo natural (...) Mas o homem vive em sociedade: é um “animal político”. Isso impõe que se precise mais o assunto. O Direito é um conjunto de regras de conduta que os homens devem obedecer em sua vida social, a fim de que possa ser, nela, respeitada a sua natureza. Assim, o fim do Direito é assegurar que, na vida social, cada homem possa encontrar aquelas condições para realizar o seu ser; o Direito procura dar a cada um o seu. Ora, dar a cada um o seu é a definição da **Justiça**. O Direito tem por objetivo a Justiça. Esta é, pois, como vimos, algo vinculado à natureza humana, serve a esta, dar a cada um o seu: essa repartição é o Direito que procura fazê-lo, de modo que reine a igualdade entre todos. Acontece, porém, que essa igualdade na Justiça não quer dizer igualdade cega, tratar todos os indivíduos e situações como se fossem idênticos. **A igualdade da Justiça é uma igualdade proporcional**. Essa igualdade proporcional, o Direito procura realizá-la de duas formas: realizando a Justiça Comutativa e a Justiça Distributiva. Pela primeira visa a obter que, nas relações de troca, haja igualdade nas proporções dos bens negociados: coisa e preço, trabalho e salário etc. Pela segunda visa a obter que a repartição dos bens e dos encargos do Estado seja feita em proporção às necessidades e aos méritos de cada um. Logo, tanto num como noutro caso fica partilhado a cada um o seu. (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, I.130, b, 30, I.131, a, 5). (Idem, idem, págs. 112-115).

**A Filosofia Estóica (Zenão de Cítio, 336 a 264 a.C.): Deus e as leis divinas.** O Estoicismo teve como o mais fundamental dos problemas filosóficos, este: como assegurar a melhor vida aos homens neste mundo? A resposta só poderia estar, evidentemente, no que lhes revelasse a sua reflexão sobre o mundo e o homem. Ora, o universo, com tudo o que nele contém, é feito por Deus, inteligência suprema (*Logos*). E não só é feito: Deus impregna cada coisa deste mundo, de modo que o que existe é, mesmo, um panteísmo. E como Deus é a suprema Razão (*Logos*), o universo é totalmente feito e dirigido pelas leis impostas pelo *Logos*. Essas leis, sendo divinas, são perfeitas, e, sendo perfeitas, são inalteráveis. O universo é guiado, pois, por leis necessárias e fatais.

O homem faz parte do universo, e está, portanto, sob o império das leis do *Logos*. Essas leis traçam o seu destino imutável, de modo que tudo o que acontece ao homem foi querido pelo *Logos*. A felicidade consiste em conhecer e conformar-se com as leis do *Logos*; A infelicidade, em pretender desobedecê-las.

Por outro lado, sendo parte do mundo e, portando, da própria Divindade, que tudo impregna, o homem participa desse *Logos* ou Razão Universal. Por isso a sua natureza é, também, dotada de razão ou inteligência. E usando desta pode descobrir as leis do *Logos* que estruturam e dirigem tudo. É o uso correto da razão que dá ao homem esse conhecimento. Os Estóicos diziam, por esse motivo, que a Reta Razão (*Recta Ratio*) é que indicava a boa conduta dos homens. Os inimigos dela eram as paixões e, evidentemente, a ignorância. O cultivo da Filosofia evitava uma coisa e outra. (Idem, pg.116).

**O Direito Natural no estoicismo.** É dentro dessa concepção total da realidade que deve ser buscado o conceito de Direito Natural dos estóicos.

A razão humana, como se viu, é capaz de conhecer as leis do *Logos* (ou Razão Divina) que presidem a estrutura e existência da natureza humana. Ora, o Direito Natural é aquela parte das leis do *Logos* que comandam a conduta humana na sociedade. A regra fundamental é viver de acordo com a natureza; e como a natureza humana é racional, viver bem é viver de acordo com a reta razão.

Notava, ainda, o estoicismo que, sendo a essência da natureza humana a razão, e tendo todos os homens a mesma natureza, daí se seguia, como de Direito Natural, que todos os homens são iguais. O Estóico, ademais, via, como consequência dessa igualdade, o cosmopolitismo da Humanidade, transcendendo fronteiras e tempo. O Estóico é o primeiro igualitarista e internacionalista a aparecer na História. Outra consequência: ao lado dos Direitos Nacionais há um Direito Natural uno aplicável a todos: é o germe do Direito das Gentes, hoje chamado Direito Internacional. Mais: onde reinar consenso a respeito de algum Direito é porque se trata de matéria de Direito Natural, revelado pela razão reta. Finalmente, ninguém pode alegar desconhecimento do Direito que a reta razão, presente em todos os homens, revela, naturalmente, a todos eles. (Idem, idem, pág. 117).

**O estoicismo e o Direito Natural no Direito Romano: Cícero e Sêneca.** O estoicismo exerceu grande influência em Roma, facilitada pela austera psicologia do cidadão romano que construíra o Império. É grande a sua influência na ética pessoal, assim como no Direito.

Devem-se a **Cícero** as conceituações mais precisas do Direito Natural em termos estóicos. É o que se vê: “A lei é a Razão Suprema, ínsita na Natureza, que comanda o que se deve fazer e proíbe o contrário: Razão que, atuando sobre o pensamento do homem, é a Lei mesma” (*De Legibus*, I, 5, 16-17). “O Direito Natural não é aquilo que a opinião produz, mas aquilo que uma força imprimiu na natureza” (*De Inventione*, II, 101). Mas o texto célebre de Cícero sobre o Direito Natural é este, vibrante e caloroso como se fosse dito agora pelo orador, não obstante os milênios volvidos sobre ele: “É uma lei verdadeira, reta razão, conforme com a natureza, presente em todos os homens, invariável, eterna, impondo com o seu comando os deveres, impedindo com as suas proibições as más ações. Dessa lei não se pode diminuir o valor, nem é lícito derogá-la em qualquer coisa, nem pode ser revogada; dessa lei não podemos ser dispensados nem pelo Senado nem pelo povo. Ela não é uma em Roma e outra em Atenas, nem será no futuro diferente de agora: ao contrário, todos os povos serão regidos, em todos os tempos, por essa lei única, eterna e imutável. E Deus será o único senhor comum, e soberano de todos; dessa lei só ele é o autor, o intérprete, o legislador. E quem não a obedecer, renegar-se-á a si mesmo na maior das penas, embora possa escapar das outras punições” (*De Re Publica*, III, 22-23).

**Sêneca** é uma outra grande figura do Estoicismo romano. A ele se devem duas ou três idéias sobre o Direito Natural, que antecipam o que será dito, séculos mais tarde, por eminentes jusfilósofos. Ao início dos tempos, a humanidade viveu inteiramente sob as luzes da reta razão, em felicidade, igualdade e harmonia. Foi a Idade de Ouro da humanidade, estado da natureza perfeito. Mas sobrevieram as paixões e a corrupção, e com elas a Tirania. Para fugir dessa situação, os homens celebram um Contrato Social, e criam o Estado, para limitar o Poder e assegurar a observância da Lei Natural. (Idem, idem, pág. 117 e 118).

**Cristianismo e Direito Natural.** Iniciando a marcação de nossa era, irrompe na História o Cristianismo, com a sua mensagem da Boa Nova, transmitida nos Evangelhos. Como se sabe, a Boa Nova traz a resposta e a solução perfeitas para todos os problemas do homem e para todos os tempos. Inclusive para o Direito. O primeiro reflexo da Doutrina Cristã sobre o Direito Natural ocorre na conceituação do que seja a natureza humana: na visão cristã, o homem é um ser cuja natureza é espiritual, e cuja vida se prolonga, dada a sua imortalidade, para além do Tempo. É claro que essa revelação de uma nova e mais completa imagem do que o homem é, não pode deixar de revelar, por sua vez, uma nova imagem do que seja o Direito Natural. Evidentemente, não será um Direito Natural adequadamente humano aquele que, em suas regras, não se dimensionar por todo o perfil do ser do homem.

Não se trata, apenas, de um novo ajustamento cognoscitivo entre uma realidade (o ser do homem) e a sua conceituação jurídica (o Direito Natural). A nova visão da natureza humana tem, evidentemente, fins e efeitos práticos, dirigindo-se, como se dirige a Mensagem Cristã, à vida e seu destino.

Veja-se um exemplo. É, indiscutivelmente, um Direito Fundamental do Homem, oriundo da espiritualidade de sua natureza, a necessidade da existência de um espaço de liberdade, na vida social, em que essa abertura para o espírito e para a sobrenaturalidade, poderá ser aproveitada pelos que a tenham como um bem.

As opiniões adversas à existência dessas duas dimensões do homem não podem recuar, com fundamento, o espaço social que as interessa, uma vez que tais adversários não podem firmar na certeza a sua negação. E mesmo quando os adeptos dessas realidades espirituais também não as pudessem provar ou demonstrar com eficácia *erga omnes* – por resultar talvez apenas de uma opção (Hans Küng, *Dieu Existe-il?*, ed. Seuil, Paris, 1978, p. 658 e segs.) – ainda assim o debate se saldaria, na pior das hipóteses, por uma dúvida, cuja busca de solução, num ou noutro sentido, não poderia ser obstaculizado, pois nenhuma razão sustentaria, fundamentamente, o fechamento da questão.

Na dúvida, subsiste a abertura e o espaço social para o exercício desse Direito do Homem, para cujo conteúdo a própria natureza inclina irremissivelmente.

É manifesto que o novo Direito natural impõe a sua presença e o seu exercício, uma e outra coisa não podendo ser ocultadas, *maxime* em nossos dias, quando constituem gigantesco fato social e uma dinâmica constitutivos de nossa mesma civilização. (Idem, idem, pgs. 119-124).

**O Direito Natural em Santo Agostinho.** A maior figura da Patrística foi Santo Agostinho (354-430 AD.). Pelo gênio multiforme e pela profunda vivência pessoal da condição humana, é um contemporâneo de todos os homens, em todos os tempos. Gênio teológico, gênio

filosófico, gênio literário, realizou a obra gigantesca de harmonizar Platão com o Cristianismo – o batismo de Platão. Agostinho, platônico, e Santo Tomás de Aquino, aristotélico, são as suas grandes linhas do pensamento cristão até o presente. Com Agostinho encerramos o estudo do Direito Natural no mundo antigo.

O Direito Natural é parte da grande ordem do universo. A Lei Eterna é o plano segundo o qual Deus ordena e dirige todo o universo. A Lei Natural (Direito Natural) é a impressão da Lei Eterna na alma dos homens, de modo que, aí estando gravada, os homens a podem ler para si mesmos. A Lei Positiva Divina é a Lei que Deus ensinou a Moisés e aos Profetas, e foi também revelada aos homens pelo Cristo. A Lei Temporal é a Lei feita pelo Estado, para atender as circunstâncias mutáveis que se apresentam aos diferentes grupos humanos.

A novidade talvez maior na concepção de Agostinho está no modo como fundamentou a Lei Eterna, que é a base de todas as outras Leis. Diz Agostinho que a Lei Eterna é feita “pela razão ou vontade de Deus”. Esse modo de ver teve uma enorme repercussão, pelos séculos afora sobre a Teologia cristã, pois se entendia que a vontade divina fazia a Lei, em última instância.

Um tal entendimento repercutiu, também, na vida prática. Na verdade, se a Lei é obra da razão divina, então é imutável como essa, e o homem a pode descobrir. Mas se é obra da vontade divina onipotente, então pode ser mudada por essa, excepcionalmente – de modo que o homem só a poderá conhecer se Deus a revelar. No primeiro caso, tem-se uma visão racional do Direito; no segundo, a concepção voluntarista do Direito. Em séculos posteriores, e num mundo ateu, a concepção voluntarista do Direito ensinará que o fundamento deste é a vontade do Estado, e não a razão reta. (Idem, idem, pags. 124/5).

**A justiça em Agostinho.** Para Agostinho, a Justiça é aquela disposição de ânimo que, tendo em vista o interesse comum, atribui a cada um o próprio valor. É flagrante a visão concreta da Justiça nessa definição. A Justiça consiste numa dada situação dos dinamismos da alma humana. Esse dinamismo põe ordem nas coisas, tendo em vista o interesse de todos. E esse interesse consiste em que cada um tenha – note-se – o que lhe é próprio, apropriado. A Justiça se adequa à pessoa individual.

Ainda quanto à Justiça, Santo Agostinho tem outra observação da mais alta importância. Justiça é dar o próprio a cada um. Ora, o Estado só viverá na Justiça se der a Deus a parte que, no Tempo, é própria dele, e que a Lei Eterna indica. (Idem, pg. 125).

**Agostinho e o Estado.** Agostinho viu com seus olhos o Império Romano ser destruído pelos bárbaros. Por que morreu o Estado Romano? Agostinho, na obra *A Cidade de Deus*, dedicou os derradeiros anos da vida à meditação dessa hecatombe. Roma morreu porque não viveu sob a Justiça, pois não deu a Deus o que é de Deus. O Estado, cujas leis respeitam a Lei Eterna, trilha o caminho que leva à Cidade de Deus. Os Estados, que não a observam, constroem a Cidade Terrena, que é a do demônio, da corrupção, do mal. Só pervivem as sociedades assentadas sobre a Justiça, que traz a ordem e a paz. (Idem, idem, pag. 125).

52 – **Carlos Galves. O Direito Natural no mundo medieval.** A Idade Média é o período histórico que vai do século IX ao século 15 de nossa era. É caracterizado pelo fato de que a Religião Cristã modela todos os aspectos da vida, privada e pública.

Dá-se o nome de Escolástica à teologia e filosofia que eram ensinadas nas escolas do tempo. Em seu magistério transpareciam duas grandes correntes de pensamento: o Augustinismo, ou doutrina de Santo Agostinho e, o Tomismo, doutrina de Santo Tomás de Aquino. Houve um predomínio inicial daquele, até o aparecimento da obra do Aquinatense, daí em diante reinou quase só o Tomismo.

Até o século 13 a obra de Aristóteles – salvo uma parte das obras de Lógica – era desconhecida no mundo medieval, até mesmo fisicamente; não dispunham dos livros dele. Coube a teólogos e filósofos árabes (Avicena, Averróis) e judeus (Maimônides), da Espanha mourisca, traduzir e tornar conhecida toda a bibliografia existente desse autor.

Tomás de Aquino, com seu gênio próprio, apercebeu-se de que poderia elaborar uma Teologia cristã e uma Filosofia, melhores do que as anteriores, guiado pelas idéias fundamentais do Cristianismo, e usando dos elementos constantes do Augustinismo, da Patrística, de Aristóteles, e dos árabes e judeus, num sistema unitário e harmônico, estruturado em torno à intuição básica, colhida por seu gênio próprio. O resultado é o que se chama Tomismo, que se tornou a doutrina teológica e filosófica oficiosa, senão oficial, da Igreja Católica. Aristóteles e Tomás pertencem à mesma família intelectual das análises racionais, lúcidas, profundas e ordenadas. Tem-se a Tomás como um condigno continuador de Aristóteles, e como a maior figura de todo o pensamento medieval.

**Santo Tomás de Aquino e o Direito Natural.** Viveu de 1224 a 1275, tendo pertencido à ordem dos Padres Dominicanos. As suas obras, que interessam ao nosso tema, são a *Suma Teológica*, a *Suma contra os gentios*, o *De Regimine Principum*, e os comentários à *Ética* e à *Política* de Aristóteles. A concepção de Direito Natural de Tomás de Aquino faz parte do grande quadro de leis que existem, segundo ele, no tempo e na eternidade.

O ponto de partida é este: tudo quanto existe deseja o que é bom para si. Esse é o fim que todo ente tem em vista ao existir. Ora, *lei* é uma ordem que tem em vista, precisamente, alcançar um fim, um bem, e é elaborada pela razão ou inteligência.

A *Lei Eterna* é a razão mesma de Deus como regedor do universo, que guia este a seus fins. A *Lei Natural*, ou *Direito Natural*, é a participação da natureza humana na Lei Eterna, e participação em dois sentidos: primeiro, porque representa aquela porção da Lei Eterna que ordena a criatura chamada homem aos seus fins próprios – e, segundo, porque, através de sua razão, o homem tem a capacidade de conhecer essa porção da Lei Eterna, e assim julgar a ordem das coisas humanas à luz dessa Lei Natural. A *Lei Positiva Divina* são as normas que Deus revelou explicitamente (os Dez Mandamentos) aos homens para que estes pudessem alcançar a felicidade eterna, e, como dizem respeito também ao mundo sobrenatural, os homens não as poderiam conhecer sózinhos. A *Lei Humana* é feita pela inteligência do homem para adaptar os preceitos do Direito Natural às circunstâncias sociais e históricas que o cercam. (A Lei Humana, nesse obrar, pode ser infiel ao Direito Natural).

Todo ente deseja o seu bem: o Direito Natural visa a possibilitar que a natureza humana, no convívio social, alcance o seu bem. Todavia, de que maneira o jurista colherá o que é bom para ela, e que constitui o conteúdo dos direitos naturais do homem? Resposta de Santo Tomás: as inclinações, ou impulsos, ou tendências, ou desejos do homem mostram o que é bom para ele: o impulso à autoconservação, a inclinação à união de sexos e à procriação, a tendência a conhecer a verdade, o impulso a viver em sociedade etc. Agora, veja-se: do primeiro,



deflui o direito de legítima defesa; do segundo, o direito ao matrimônio, à educação dos filhos; do terceiro, o direito a procurar e dizer e comunicar a verdade; do quarto, o direito à vida social e política. E assim por diante.

(...) O bom para a natureza humana constitui o conteúdo das normas do Direito Natural. O preceito básico deste diz que “devemos fazer o bem e evitar o mal”. É um preceito evidente para todos os homens, pois é a exigência básica da natureza. Os demais preceitos, todos, no fundo, aplicação desse, vão sendo explicitados pela razão humana, em seu exercício na história da Humanidade. O aparecimento de novas situações históricas, a elevação do nível da civilização e da cultura, o progresso da consciência moral, o aparecimento de gênios intelectuais e morais – tudo isso vai fazendo com que o Direito Natural se clarifique e amplie (exemplo de ampliação: o direito de voto, direito natural que só se fez presente tardiamente na História, com a Revolução Francesa). Note-se, porém, que essa clarificação anda sempre adstrita à finalidade e às leis da natureza humana essencial, que permanece sempre idêntica a si mesma. A mutabilidade histórica do homem não o saca para fora da espécie humana. Nem anjo, nem fera.

**O ser e o dever ser.** Toda coisa, todo ente tem a sua natureza própria (sua “forma”, como diz Aristóteles), isto é, o seu modo de ser próprio, que faz com que esse ente tenha este tipo de ser (natureza humana = homem), e não outro (natureza humana = anjo).

Assim, todo ente, neste mundo, ao entrar na existência, já traz em si – pensemos na semente da árvore – como que programado o seu desenvolvimento progressivo, rumo à realização final e completa de sua natureza própria: a árvore frondosa e fecunda.

Nos seres inferiores ao homem, a marcha para aquele fim é comandada por dinamismos automáticos, que fazem com que o caminho tenha de ser percorrido fatalmente.

Nos seres dotados de inteligência e vontade – como o homem – esse movimento ontológico rumo ao objetivo final é realizado pela vontade orientada pela inteligência: esta vê o que convém à realização das potencialidades da natureza do homem, e diz à vontade o que esta deve fazer para realizar essa natureza.

Assim, o *dever ser*, que orienta a boa conduta do homem para que possa desenvolver o seu *ser*, é tirado da natureza humana ou modo de ser do homem: o dever ser vem do ser e realiza o ser.

Mas o homem vive em sociedade, em convívio com outros, e a realização desse dever ser é imposta ou assegurada pela sociedade, através de regras de conduta social. O conteúdo fundamental destas é revelado pelo Direito Natural.

**O valor.** Por outro lado, a linha dinâmica, programada desde o início na natureza do ente, visando a realizar o seu fim próprio, o desabrochar de sua potencialidade, vai tornando esse ente cada vez mais completo – mais ser, e por isso melhor, mais valioso.

Assim, é da própria natureza do ente que vai surgindo o valor do ente, à proporção que se vai realizando, até atingir o máximo de seu valor, que coincide com o máximo de realização do seu modo de ser.

É possível estabelecer a hierarquia dos diferentes seres: basta colocá-los segundo possuam atributos cada vez mais perfeitos. Dentro da espécie humana, é possível dispor os homens conforme o seu valor.

Além disso, a classificação na hierarquia dos seres e, pois, dos seus valores, dá, além do valor em si dos seres, o seu valor relativo aos outros seres.

Ser e valor vão, pois, juntos. O Direito visa a realizar, na sociedade, o que é valioso para os homens – impondo ou assegurando uma ordem de dever ser que permita realizar os seus valores. (Idem, idem, págs.126 a 130).

**Gregório de Rimini.** Gregório de Rimini (nascido em 1358) foi aluno de Ockham. Não obstante, não adotou a teoria do voluntarismo divino. Ao contrário, reafirmou a estrutura do Direito Natural: a base deste é a natureza humana racional, onde vai ser buscado pela inteligência do homem. E aqui Rimini traz algo novo.

Rimini introduz uma distinção entre *lex indicativa* e *lex imperativa*. Aquela nasce da *Ratio Divina*, e esta da *Voluntas Divina*. Aquela mostra o que é bom e o que é mau *em si mesmo*; esta apenas comanda o que se deve fazer. E o que se deve fazer é aquilo que foi mostrado e está de acordo com a razão.

E como o bom e o mau residem na natureza mesma das coisas, a inteligência humana pode perder uma e outra coisa: ela é capaz de descobrir o que é o bem e o que é o mal. E como esse conhecimento é assim objetivo e obtido pelo só uso da inteligência humana, a consequência é que esse resultado sempre se obteria, mesmo que, por hipótese, Deus não existisse. Rimini, assim, estabelece, com a maior clareza que se pode descobrir o Direito Natural a partir dos princípios obtidos dos trabalhos da pura razão humana: Direito Natural leigo. Rimini antecipa Hugo Grócio.

A Justiça, a solução justa para os casos, é algo que pode ser encontrado pelo só uso da inteligência humana. E tem o poder intrínseco de impor-se perante qualquer inteligência, pois é filha dela. (Idem, idem, pag. 133).

**Francisco de Vitória (1483-1546). Direito Natural e Direito Internacional.** Religioso dominicano, era tomista, e foi com o Direito Natural de S. Tomás de Aquino que levantou todo o edifício desse novo Direito – que denominou de *Jus Inter Gentes*, e que hoje chamamos de Direito Internacional.

O Direito Natural fornece os princípios e a *recta ratio* os aplica às realidades novas. O Prof. Alfred Verdross (*Filosofia del Derecho Occidental*, ed. Univ. do México, 1962, p. 148 e 149) compreendia os elementos básicos do enquadramento e construção feitos por Vitória:

- a) O *Jus inter Gentes* é aquela parte do Direito Natural, que regula as relações entre as nações e os indivíduos da terra.;
- b) O mundo todo compõe uma única comunidade jurídica concreta. O que lhe comunica esse caráter é o Direito Natural, que está baseado na natureza essencial única desse todo e dos elementos que o compõem, homens e coisas.

- c) A base da sociedade não é a fé religiosa, mas o Direito Natural: todos os homens, independentemente de sua fé, têm a mesma natureza social. Depende deles o estabelecimento de cada Poder estatal.
- d) Os Estados, cujo alicerce é o Direito Natural, estão ligados entre si pelo Direito Natural, pois têm a mesma natureza. O Direito Natural é que irradia a ordem jurídica que deve reinar entre eles, e que se expressa na *recta ratio*, nos costumes e nos tratados.
- e) Nem o Papa nem o Imperador têm títulos ao domínio do mundo, pois nem Deus nem os povos lhes deram tal direito.
- f) A comunidade de Estados forma uma unidade natural para as comunicações e para o comércio entre Estados e povos. É contra o Direito Natural impedir o comércio entre Estados e povos. É contra o Direito Natural impedir o comércio aos estrangeiros ou a sua entrada regular no país.
- g) Mares, rios, postos etc., são coisas comuns de todos, como deflui das necessidades da natureza das coisas da navegação.
- h) Não é justa a guerra que se faz para estender a religião. O único fundamento para uma guerra justa é uma injustiça sofrida.
- i) Um Estado pode intervir noutro Estado para desfazer violações aos Direitos do Homem.
- j) Os índios do Novo Mundo, por isso que são dotados de natureza racional e social, são autênticos sujeitos de direito, como qualquer homem, e independentes e livres. (Idem, idem, págs. 135-138).

53 – **Carlos Galves. O Direito Natural no mundo moderno (Razão e Ciência - experiência).** O mundo moderno é o período histórico que vai do século 16 aos fins do século 19. Tem uma fisionomia profundamente diversa dos períodos anteriores, inclusive no que concerne com o modo de conceber o Direito Natural.

A atmosfera espiritual do Mundo Moderno é caracterizada pelo que recebeu do Renascimento, e desenvolveu poderosamente: a crença no valor do homem individual e nas suas potencialidades. O dinamismo, que essa idéia comunicou aos homens, foi algo gigantesco, que se comunicou a todos os ramos da cultura e da existência, e vem até hoje.

Quanto ao exercício da inteligência, duas idéias foram o seu motor: a de que a razão humana pode chegar sozinha à verdade, e usar desta em benefício do homem; e a de que as ciências devem ocupar-se com coisas e fatos concreto, e não com abstrações.

Ambas essas idéias tiveram aplicação na Filosofia do Direito de então, e, na verdade, plasmaram o Direito Natural dos tempos modernos, sob todos os seus aspectos.

Assim é que o Direito Natural que o Mundo Moderno elaborou tem estas características: é um Direito Natural *leigo* (feito por filósofos laicos, e não por teólogos, os quais pratica-

mente saíram de cena), *racional* (usa só do que lhe dá a razão humana, e não os Deuses ou a Revelação divina), trabalhando só sobre a *natureza humana* (e não mais sobre o universo e a vida transtemporal), *pragmático* (preocupado em obter verdades aplicáveis na prática), em benefício do *homem individual* (personalismo que pode cair em individualismo), visando a assegurar a sua liberdade (*liberalismo*), pois é titular de direitos anteriores (*inatismo*) ao Estado, sendo que este resulta (*voluntarismo*) de um pacto ou contrato social (*contratualismo*) dos cidadãos que o criam.

Essas são as notas distintivas mais presentes no Direito Natural moderno. Evidentemente, há as grandes contribuições de marca pessoal de seus grandes autores. E ao lado de exageros e erros há, sobretudo, ao longo do período, o fluir das correntes do equilíbrio, enriquecedoras da visão jusnaturalista. (Idem, idem, págs. 139 e 140).

**Lutero e Calvino.** Lutero (1483-1546) ensina que só a fé dá a salvação, e só têm fé aqueles a quem Deus a deu, e por isso estão predestinados à salvação. A estes não se aplica o Direito, pois agem sempre bem. Aos outros, aos maus, é que ele se destina, para intimidá-los ou castigá-los com penas: assim, a coação ou sanção não é um momento ou elemento do Direito, mas é a sua substância mesma (Michel Villey, *La Formation de la Pensée Juridique Moderne*, ed. Montchrétien, Paris, 1968, p. 291).

**Calvino** (1509-1564) estabelece que, no cristão perfeito, o Direito Natural é um sentimento da consciência, que discerne o bem do mal. Quanto aos corruptos, não predestinados pela Graça divina, foi necessário que Deus, pelo Decálogo ou Lei Revelada, lhes ensinasse o Direito Natural. Ademais, dada a maldade da grande maioria dos homens, deve haver um Direito Positivo, que assessorie na aplicação da Lei Divina, afastando o que dificulta ou impede esta. O Poder deve ser teocrático e forte.

**Hugo Grócio** (1583-1645) **O Direito Natural e as Guerras.** As guerras eram o maior problema de então. Mas, por guerra, Grócio entendia: 1) as *guerras públicas*, travadas entre dois ou mais Estados; 2) as *guerras privadas*, travadas entre pessoas particulares, como assassinatos, raptos, duelos, todas as formas de violências etc.); 3) as *guerras mistas*, travadas no interior do país entre os grupos particulares e o Estado (p. ex., os conflitos religiosos internos). Ao estudar esses três tipos de guerras, Grócio repassa quase todo o campo do Direito, público e privado; e por isso alguns autores entendem que *De Iure Belli ac Pacis* (Do Direito da Guerra e da Paz) é todo um sistema de Direito, e não apenas obra de Direito das Gentes ou Direito Internacional) Michel Villey, ob. Cit., p. 609).

Solucionar o problema das guerras é não só discipliná-las quando ocorrem, como sobretudo remover as suas causas e impedir o seu advenimento, dando a solução justa.

Quem poderia fazê-lo? Com a divisão religiosa dos povos cristãos, não era mais reconhecida a autoridade do Papa. Com a emergência das novas nações, fragmentava-se o antigo Império Romano Cristão, e as novas soberanias nacionais não reconheciam mais um Imperador comum.

Grócio acreditou haver encontrado a solução, a qual, dada a sua natureza, não poderia ser recusada por ninguém.

Essa solução consistia na aplicação do Direito Natural aos problemas conflituais. Para isso, o Direito Natural haveria de ser extraído de um fato irrecusável: a natureza racional e social de todos os homens.

E essa extração seria feita mediante o uso de dois instrumentos igualmente irrecusáveis: a *razão* ou inteligência humana, e a lição da *experiência*. Na verdade, a constatação do que é o Direito Natural obtém-se por dois caminhos: através da razão humana, racional e social – e através da observação de quais são as normas de Direito a que todos os homens prestam obediência, pois o que é de observância geral só pode ter por causa uma causa geral, e nada mais geral a todos os homens do que a sua natureza comum.

O Direito Natural, baseado na natureza humana, é imutável, como essa, e não tem nenhuma relação com nenhuma religião, nem se subordina a qualquer Poder nacional. Só as tem com a natureza dos homens. Ademais, o Direito Natural é que possibilita a sociabilidade dos homens: satisfaz o seu *appetitus societatis*. Logo, o Direito Natural racional, social, laico, pragmático. (Idem, idem, págs. 141 e 142).

**Hobbes.** Thomaz Hobbes (1588-1679) teve uma vida longa, numa Inglaterra dilacerada pela guerra civil, causada pela disputa em torno do Poder: entre o Rei e o Parlamento, entre os partidários da Monarquia absoluta e os partidários das Liberdades individuais. Também encontra na natureza humana a explicação e a solução para os problemas sociais e políticos dos homens, e pois para os de sua pátria. Mas, à diferença de seus antecessores, a natureza humana, que o olho cruel e o original de Hobbes viu, é algo de horrível e trágico. O homem, por sua natureza, é um ser mau e anti-social. É um ser que crê apenas na força, na idéia de que tudo lhe pertence que pode fazer tudo o que bem entender. Por isso os homens vivem em permanente conflito uns com os outros – o homem é lobo para o homem, *homo homini lupus*. E não se pense que essa condição humana seja algo que existe apenas nos homens dos albores da vida humana sobre a Terra; não, é uma situação que se manifesta no homem toda vez que, numa sociedade, há guerra civil, ou em que o Estado perde o seu poder. Nessa situação, não há nenhum Direito; nessa guerra só imperam dois princípios: a força e a astúcia. Uma só idéia guia os homens: a de conservar a própria vida, não importando os meios.

Mas essa mesma situação acaba por instilar nos homens a idéia de buscar a paz – pois na guerra podem encontrar a morte. A natureza humana é trabalhada por um instrumento ainda mais forte do que a sua agressividade: o instinto da conservação da vida. E além do instinto tem a inteligência. Começa então o processo de formação do Estado, que imporá a paz, suprimirá as guerras e o conflitos, assegurará a vida e o desfrute dos bens.

(...) A idéia de buscar a paz, ditada pela própria natureza humana, é uma lei natural fundamental. Dela defluem outras leis, que expressam como deve ser a conduta humana para viver e conservar a paz, e favorecer todos os que vivem em sociedade; respeito à propriedade, respeito aos contratos, respeito às liberdades individuais etc. Estas últimas leis constituem os Direitos naturais do homem.

Tendo transferido todos os seus direitos ao Estado, é claro que os indivíduos só irão ter, na *sociedade civil* em que entraram em busca da paz, aqueles direitos que o Estado lhes outorgar através das *leis* que editar; os indivíduos só terão, no Estado, aqueles Direitos que o *Direito Positivo* do Estado lhes der. O conteúdo do Direito Positivo é tudo quanto for útil para a paz, e com isso se tornam conteúdo do Direito Estatal alguns Direitos Naturais, como a i-

gualdade, a família, a propriedade, os contratos etc. Mas eles só valem, não por serem Naturais, mas porque *postos* ou *impostos* (positivados) pelo Estado.

O poder estatal de legislar é total. O Estado legisla sobre os assuntos terrenos, e também sobre o culto religioso externo. Da mesma forma, legisla sobre as opiniões dos cidadãos – pois os homens agem de acordo com o que pensam. A Filosofia Antiga é proibida, pois a mente do cidadão deve ser uma *tabula rasa*, na qual o Estado escreve a sua doutrina.

Mas se é a própria natureza humana que faz ver tudo isso, por que não executa ela, desde o início, esse plano? Por que cai no *estado natural*, e não entra desde logo no *estado civil*? É porque os homens não são como as abelhas e as formigas, que cumprem automaticamente os impulsos naturais. Os homens são livres, e mais dominados por suas paixões do que por sua razão. Daí a necessidade de uma Autoridade mais forte do que tudo, que infunda terror e aplique penas aos homens: Hobbes a denominou de Leviatã – o mais poderoso dos monstros da terra, segundo a Bíblia.

**John Locke (1632-1704)** tem uma visão clara, harmoniosa e otimista do Direito e do Estado. E, isso, em virtude da concepção que ele fazia do homem e da natureza humana. Com ela, constrói, para todo o sempre, essa grandeza que é, em sua inspiração profunda, o Liberalismo – cujo único defeito é não funcionar bem na realidade: mito, que não existe, mas que é, sempre, um ideal buscado.

Hobbes via os homens como sendo verdadeiras feras uns para com os outros. Locke entende que a observação dos fatos revela que a realidade é diametralmente oposta: os homens são substancialmente uns seres racionais e bons, e que se conduzem como tais.

O estudo da História revela que os homens vivem em sociedade, mesmo antes do aparecimento do Estado. Esse é o *estado natural* do homem. Nesse estado de natureza, o homem é orientado em sua conduta pela Lei Natural. Esta lei é revelada pela razão humana, reflexionando sobre a natureza própria do homem. Essa lei estrutura a sociedade natural, mostrando quais são os Direitos Naturais de todos os homens: o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, à independência, à felicidade. E é num ambiente com tais características que os homens vão vivendo quando em estado de natureza: livres, independentes, iguais, pacíficos, seguros – realizando as potencialidades de sua essência própria. Em tudo, guiados pelo exercício espontâneo de sua razão. Não há Poderes, seja Legislativo, Executivo ou Judiciário.

**Locke, o Estado e o Direito Natural.** Ocorre, porém, que esse estado de natureza, ou pré-político, não é perfeito. Sempre há alguns homens que não têm um conhecimento exato dos Direitos Naturais, alguns outros que, arrebatados pelas paixões, os infringem – de modo que a ordem não é respeitada, e irrompem violências, inseguranças, prejuízos, entre os indivíduos. E como todos são iguais, qualquer infração não pode deixar de ser sempre algo injusto e grave.

Ora, é para impedir esses males, para assegurar que os Direitos Naturais de todos sejam respeitados, para possibilitar que todos desfrutem da liberdade, da igualdade, da segurança, na existência, que os homens fundam o *Estado*. Este, sim, nasce de um *contrato social*, que estabelece a finalidade, a estrutura e as condições de atividade do Estado.

Mas o importante é que, ao criar o Estado, os homens conservam todos os seus Direitos Naturais, nada perdem, nada transferem para ele – de modo que o Estado só tem por missão

impedir as ofensas aos Direitos Naturais de cada homem (direitos naturais subjetivos). O Estado deve pautar-se pelo Direito Natural. O que é dado em confiança (fidúcia) ao Estado é o encargo de velar pelos Direitos Naturais.

**Locke e a Positivção do Direito Natural.** O Estado promulga leis (Direito Positivo), mas estas não passam nem podem passar de mera positivção e garantia do Direito Natural. Como ninguém pode transmitir mais direitos do que tem, o Estado não tem poder arbitrário sobre a vida, a liberdade e os haveres dos cidadãos, pois no estado de natureza os indivíduos não tinham esse direito uns em relação com os outros, e ademais a cada indivíduo a natureza deu direitos apenas para a própria conservação. O Poder Legislativo não tem mais poderes do que os têm os cidadãos, que o criam, e que a Lei Natural indica. As leis devem ser certas, gerais e publicadas. Só podem ser aplicadas por juízes pré-constituídos, e eleitos pelo povo.

A soberania fica com o povo, que não a transferiu. O Estado é, pois, democrático. Locke é o primeiro teórico sistemático da *Democracia* moderna. E como o Estado só se destina a servir os Direitos Naturais dos cidadãos – não tendo jamais havido um *pactum subiectionis* – Locke é, também, o fundador do *Liberalismo*: “O fim da lei não é abolir, ou restringir a liberdade, mas protegê-la e aumentá-la.”

O Estado recebe do povo em fidúcia (*trust*) os poderes. A fidúcia cai, automaticamente, quando o Estado se afasta de seus objetivos fundamentais. Sempre que isso ocorre, o povo tem o *Direito de Revolução*, para restabelecer a normalidade na vida estatal.

**Locke: Direito Natural e Cristianismo.** Locke pensava que as leis reveladas pelo Cristianismo constituem o Direito Natural para toda a humanidade, e não só para os cristãos, porque nelas está presente e racionalizada toda a Lei Natural, em sua integralidade – coisa que não se encontra alhures. (Idem, pgs.145-148).

**A Filosofia de Spinoza.** Benedito Spinoza (1632-1677), nascido em Amsterdam, era de ascendência israelita. É um dos maiores filósofos de todos os tempos. A concepção filosófica de Spinoza foi qualificada de panteísta: tudo seria Deus, ou divino. Como quer que seja, é a preocupação de Spinoza em saber o que é mesmo que, no verdadeiro sentido da palavra, existe, que o leva à sua concepção de Deus, da Natureza, do Homem e do Direito Natural.

Quando é que se pode dizer que um ser tem a plenitude da existência? Quando ele não depende de nenhum outro para existir ou ser; quando tem em si mesmo, por assim dizer, a causa de sua existência. Ora, esse ser é Deus só; só ele tem a existência absoluta, perfeita. Tudo o mais depende dele para existir. Logo, são criados por Deus, e mantidos por ele na existência. Portanto, participam, de alguma forma de Deus. Esse é o laivo dito panteísta de Spinoza.

**Spinoza e o Direito Natural.** Ao ser do homem foram dadas a vida, o espírito, a razão, a vontade, a liberdade. Com esses dons pode realizar o tipo de existência para a qual foi criado: e esses são os instrumentos e o dinamismo para tal. Constituem o Direito Natural. (Idem, idem, pág. 148).

**Leibniz: O Direito Natural é criado por Deus e é impregnado pela Caridade.** Godofredo Guilherme Leibniz (1646-1716) entendia que o Direito não é algo que exista, neste mundo, isolado das demais coisas e seres. Ao contrário, está ligado a tudo o mais..O Direito não pode limitar-se apenas à conduta externa, pois importaria em amputar todo um lado da e-

xistência humana. Ademais, o Direito não pode limitar-se apenas ao aspecto terreno da vida humana, ignorando a vida transtemporal, pois isso importaria em desconhecer uma série de direitos e deveres terrenos, além de separar arbitrariamente partes fundamentais da realidade. O Direito Natural é criado por Deus, como os demais seres, e é impregnado pela caridade, dado que a Razão Suprema, que tudo compreende, é também o Supremo Amor, que tudo harmoniza. (Idem, pág.151).

**Leibniz e a Justiça.** Justiça é mais do que dar a cada um o seu: é fazer o bem, é a ciência da felicidade. O Bem máximo é Deus; por isso amar a Deus (*pietas*) é a *Justiça Perfeita*, a que corresponde o *honeste vivere do Corpus Juris Civilis*. Logo abaixo dela, como compreensão e bondade, vem a *Justiça Distributiva*, que manda dar a cada um o seu, *suum cuique tribuere (aequitas)*. E abaixo, a *Justiça Comutativa (ius strictum)*, que manda não prejudicar a ninguém, (*neminem laedere*). Esta última é o Direito de fins individuais; a imediatamente anterior é a que informa o ordenamento social e político. A concepção de Leibniz quanto ao poder unificador e simplificador da razão – a que corresponde a aquiescência da realidade – leva-o a ensinar que é perfeitamente possível a construção de uma Ciência do Direito una, clara, sistemática e rigorosa: basta ater-se aos princípios fundamentais, e deles deduzir as regras que, dada a sua compreensividade básica, não comportam exceções. (Idem, pág. 152).

**Thomasius. O Iluminismo. Direito Natural: o honesto, o decoroso e o justo.** Cristiano Thomasius (1655-1728) aborda o tema do Direito Natural e em especial as características próprias dos diferentes tipos de normas que regem a conduta humana. Acentua que a busca da utilidade final para o homem é o que deve animar a pesquisa científica. É um filho espiritual do Iluminismo (*Aufklärung*). O Iluminismo não é um sistema filosófico, nem uma escola de pensamento; é, antes, uma postura ou atmosfera intelectual, que teve grande voga na Europa dos séculos 17 e 18, e que se caracterizava por ter a mais absoluta confiança nos poderes da razão humana, com o uso da qual os homens poderiam resolver todos os problemas da existência, emancipando-se do peso morto da Tradição e da Rotina, e passando a ocupar-se com coisas práticas e úteis para a sua vida. As raízes desse estado de espírito vêm do Renascimento.

A finalidade de toda a atividade humana é obter uma vida longa e feliz; e isso o homem pode alcançar se obedecer aos preceitos de conduta que lhe são ditados pela razão ou inteligência humana. Essas regras de conduta constituem, no sentido lato, o Direito Natural, o qual, é, como se disse, obra da razão, resultado de um “raciocínio de ânimo tranqüilo”. O Direito Natural, no sentido lato, apanha todas as regras de conduta elaboradas pela razão, as quais dizem respeito ao que é *honesto, decoroso e justo*. O Direito Natural, no sentido estrito, compreende apenas as regras de conduta relativas à prática do que é *justo*.

Thomasius empreende, então, distinguir entre esses três tipos de regras de conduta, a fim de isolar a característica própria do *justum*, ou da juridicidade do Direito. Tanto o *justum* como o *decorum* dizem respeito às relações dos indivíduos e uns com os outros, são *normas sociais* (intersubjetividade) – o *justum* dando a cada um o seu, o *decorum* indicando o que é *conveniente e oportuno* entre os homens. Mas se diferenciam um do outro, pois o justo é aplicável, se necessário, sob *coação*, ao passo que o decoroso é *incoagível*. Quanto ao *honestum*, que regra a conduta de cada indivíduo para *consigo mesmo* (Moral), diferencia-se, por sua vez, do *decorum* e do *justum*, pois estes regem condutas intersubjetivas, aquele sem coação e este com coação; e também porque o *honestum* se passa no interior da consciência, ao passo que o *decorum* e o *justum* se passam no exterior da conduta social.



O que caracteriza, pois, o *justum*, ou a juridicidade, ou o Direito, são as notas de *inter-subjetividade*, exterioridade, *coatividade*.

Mas dessas distinções saltam conseqüências, pois Thomasius, como bom iluminista, obra também com fins práticos – e suas distinções têm em vista efeitos existenciais, sociais, políticos. Se a conduta jurídica é exterior e coativa, segue-se que a conduta interior do homem não cai sob a alçada do Direito. Daí se segue que essa parte da vida humana que se passa no interior da consciência não pode ser alcançada, nem regrada, nem coagida pelas Autoridades, civis ou religiosas: deve haver liberdade de pensamento e de religião.

O fim do saber é achar o que é útil para o gênero humano. Ora, o instrumento do saber ou ciência é o pensamento. De modo que a liberdade de pensamento é condição essencial da criação e desenvolvimento das ciências e das coisas úteis para os homens. (Idem, idem, págs. 152 e 153).

**Wolff. O Estado. O Direito Natural: Universal e Imutável. Solidariedade.** Em Christian Wolff (1679-1754) o que há de interessante é que ele é um dos poucos jusfilósofos de então que diz, claramente, que o fim da ordem jurídica é o indivíduo humano – cada indivíduo. Essa visão do tema fez com que ele tratasse de outro assunto novo, em linguagem quase atual: o dever jurídico do homem ajudar o homem, Justiça Distributiva.

Seus livros tiveram grande audiência. Os principais são: *O Direito Natural estudado por Método Científico*, em oito volumes, publicados de 1740 a 1748; e as *Instituições de Direito Natural e das Gentes*, nas quais todas as obrigações e direitos são deduzidos de modo rigoroso e contínuo da própria natureza humana, de 1752. Ressalta o sabor racionalista.

A base da concepção do Direito de Wolff não é este ou aquele aspecto da natureza humana; é o homem todo, corpo e alma. Essa unidade humana é, ademais, dinâmica, e todas as suas ações devem ter por finalidade o aperfeiçoamento do ser humano. É, pois, uma Lei Natural que o homem tenha uma conduta que aperfeiçoe a sua natureza, e evite os atos que a podem prejudicar. Ora, se tem de realizar esse objetivo, o homem tem direito aos meios que possibilitem alcançá-los: é o Direito Natural, que tem origem, assim, na Lei Natural.

Ocorre, porém, que nenhum homem se basta a si mesmo. Para realizar-se, precisa do auxílio de seus semelhantes, com os quais se une em sociedade e com os quais intercambia prestações. Assim, o homem não só deve procurar o seu aperfeiçoamento como deve também concorrer para o aperfeiçoamento dos outros. Essa colaboração não deve prejudicar o doador, nem deve ocorrer quando supérflua ao donatário. O homem deve primeiro atender à sua realização, depois concorrer para a dos outros; e deve a estes, na medida em que eles necessitam.

Wolff pensava que a natureza humana era universal e imutável, de modo que a Lei Natural, que a governa, é universal e imutável. E os Direitos Naturais, que essa lei assegura – como meios relativos ao alcance do fim da Lei – são também universais e imutáveis. Acreditava, por isso, Wolff que era possível deduzir, com um rigor matemático, da Lei Natural todos os Direitos Naturais relativos à conduta do homem nesta vida, tendo em vista os meios para alcançar o seu fim.

Os homens são iguais, donde flui que têm direitos iguais à liberdade, segurança, legítima defesa. O Estado tem por base o Contrato Social, pelo qual os homens disciplinam a coo-

peração necessária ao aperfeiçoamento e progresso de todos; e isso põe limite à atividade do Estado. A Lei Natural obriga os súditos; mas obriga também o Estado. O princípio básico de que o homem deve ajudar o homem, fundamenta também as relações dos Estados entre si. É o que Wolff denomina de *civitas maxima*, Tem por fim o aperfeiçoamento de todos os Estados. (Idem, idem, págs.155 e 156).

**OS FISIOCRATAS. A riqueza das nações (a agricultura) e a lei natural. O Direito Natural: A Ordem Natural posta por Deus.** (...) Temos visto, neste Ponto (Direito Natural), Filósofos e Juristas emitirem suas opiniões sobre o Direito Natural. Ora, uma das tarefas principais de que se encarregaria a correta aplicação do Direito Natural seria a boa vida material dos homens, a justa distribuição dos bens entre eles. Causa espécie, pois, que até agora não se tenha ouvido a voz de nenhum economista a respeito. Essa lacuna, todavia, é resgatada, no século 18, por uma das mais importantes correntes do pensamento econômico – a Escola Fisiocrática. Seu fundador e maior vulto foi o Dr. Quesnay (1694-1774), médico de Madame Pompadour.

A teoria dos Fisiocratas arranca da preocupação de saber como fazer economicamente rico um país (tema a que se dedicaria, com mais amplo gênio, Adam Smith, logo após). Mas como viviam num meio e num tempo – o do Iluminismo – em que se buscavam os grandes quadros explicativos desdobrados pela razão humana, procuraram dar uma resposta cabal ao tema, descendo até os seus alicerces. E assim tiveram de tocar no Direito Natural.

Só a agricultura enriquece as nações (isso naturalmente reflete a economia do tempo, quando não havia ainda irrompido a Revolução Industrial). Logo, a intensificação da agricultura torna mais rico o país.

Como? Aqui entra a visão do todo, destinada a arrastar as convicções gerais em favor da Escola. DEUS submeteu tudo quanto existe – os entes da Natureza e o mundo humano e social – a uma ORDEM NATURAL: A LEI NATURAL que tudo governa. A Lei Natural compreende as LEIS FÍSICAS (que governam o mundo infra-humano) e as LEIS MORAIS, nas quais se inclui o DIREITO NATURAL (que governa o homem e as sociedades). Aquelas governam deterministicamente, ao passo que estas não têm o determinismo das leis físicas. (grifo nosso).

Como quer que seja, seguindo as leis físicas e não contrariando as leis morais, o homem realiza a Lei Natural, pois, a Ordem Natural, POSTA POR DEUS, que é, evidentemente, a que melhor lhe serve.(grifo nosso).

Tudo está, pois, em fazer com que, em tudo, atuem as leis físicas e as leis morais, constantes, umas e outras, da Lei Natural.

Ora, essa é a função do Direito. Este não cria a ordem normativa da conduta humana; mas, apenas, copia ou declara o que consta da Lei Natural; e obriga a conduta humana no sentido de não perturbar a ação desta no mundo físico, e de realizar as suas orientações no mundo moral (social e humano). A Ordem Natural é a regra suprema de toda legislação humana e de todo comportamento civil, político, econômico e social.

São, pois, as regras tiradas, pela razão, do mundo natural, físico e humano, que devem orientar o legislador humano, para se ter o melhor governo possível: um Direito tirado da natureza. (Idem, idem, págs. 158 e 159).

**Kant. A filosofia kantiana.** Emmanuel Kant (1724-1804) constrói, também, a sua teoria do Direito a partir da natureza humana, evidentemente tal como a vê. É um jusnaturalista extremamente original. Há dois fatos absolutamente inconstestáveis na vida humana: o homem tem a faculdade de conhecer coisas – é o fato do conhecimento; o homem em sua vida tem conduta moral – é o fato moral. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant estudou o fato do conhecimento, e o que o homem pode conhecer. Na *Crítica da Razão Prática*, Kant estudou como deve ser a conduta humana (moral e jurídica).

**Kant e a Crítica da Razão Pura.** Ao examinar o conhecimento humano teórico, ou puro, Kant conclui o seguinte: 1) as Ciências Particulares (Física, Matemática etc.) são possíveis, como ciências racionais – porém possíveis não como conhecimento puro do mundo extramental, ou realidade em si -, o que ele denominou de *noúmeno* – mas como conhecimento de objetos construídos de acordo com as leis ou estruturas do espírito humano, conhecimento pois de algo resultante da mistura da realidade com as leis do pensamento – o que ele denominou de *fenômeno*; 2) a Metafísica é impossível, como ciência racional, pois pretende lidar com coisas suprasensíveis (Deus, alma, imortalidade, liberdade), que não são suscetíveis de serem observadas na experiência da vida, não tendo pois fundamento nos fatos de gerar demonstrações e certezas: não pode a Metafísica provar cientificamente a existência de Deus, da Liberdade, e da imortalidade da alma. Mas também não pode – acrescentava Kant – provar a inexistência de tais coisas, pois seria fazer Metafísica negativa ou às avessas.

**Kant e a Crítica da Razão Prática (Dever Moral: Imperativo Categórico).** Ora, como fica a vida humana, com todo o seu drama, se ela não pode dispor dessas certezas fundamentais? Ao examinar o conhecimento humano prático, ou usado nas tarefas da vida diária, Kant concluiu o seguinte: 1) há um fato fundamental inegável na vida dos homens – a necessidade de observar uma conduta moral, pois a não ser assim não existiria humanidade nem sociedade: é o que ele chamou de *Imperativo Categórico*, que diz que todo dever tem de ser cumprido; 2) esse imperativo diz que “devemos proceder em todas as nossas ações de modo que a regra de nosso proceder possa ser tomada como uma lei ou regra por todos”; 3) ora, o cabal cumprimento do dever humano exige que haja a liberdade, a alma imortal e Deus. Note-se, todavia, que esses ensinamentos da razão prática não são verdades absolutas (pois senão a Metafísica seria possível) – mas apenas *postulados*, isto é, pressupõe-se que existam como verdades absolutas, pois se tal não fosse, a vida humana não teria sentido, nem organização, nem valor.

**Kant, o fato moral: a liberdade no homem.** Podemos vir ao Direito. A concepção kantiana da Moral e do Direito tem por base a liberdade. O exame dos entes deste mundo revela que só o homem tem uma conduta livre. Todo o resto – o mundo da Natureza – vive sob o império do determinismo. Kant estabelece uma distinção radical entre o mundo da Natureza e o mundo do Espírito. Mas o exame da conduta humana revela, mais, que a liberdade só é boa quando o seu exercício não prejudica a liberdade alheia. Essa é a conduta moral – o fato moral. A regra fundamental da moral é, pois, ‘deves usar de tua liberdade de modo que ela não lese a liberdade dos outros’. Ou, em linguagem kantiana: “Deves usar de tua liberdade segundo uma regra, ou roteiro, que possa tornar-se uma lei de conduta universal, isto é, para todos.”

**Kant: A liberdade na Moral e no Direito. Distinção entre Moral e Direito.** É no modo de realizarem esse dever ser da liberdade que se distinguem a Moral e o Direito. O homem verdadeiramente correto, ético, cumpre o seu dever por puro respeito ao seu dever; não visa a recompensa, nem outros objetivos, nem age sob coação. A sua vontade é puramente moral. Já o Direito se contenta com que o homem faça ao menos com que a sua conduta coincida, exteriormente, com o que a lei ou a regra dizem – pouco lhe importando que faça isso por amor ao dever, ou para fugir a uma pena, ou para se beneficiar. A Moral é algo interno à conduta; o Direito é mera exterioridade. No dever-ser moral, o homem obedece ao Imperativo Puro, que lhe dita a sua consciência ética; no dever-ser jurídico, o homem age por motivos externos à sua consciência (recompensa, pena etc.). A Moral, assim, é autônoma, e o Direito heterônomo. O Imperativo moral é Categórico: o dever é cumprido porque é dever; o Imperativo jurídico é Hipotético: o dever é cumprido como meio de chegar a outras finalidades.

**Kant: O Direito e seu objetivo.** Interessa-nos, aqui, o Direito, como regra de conduta, em si mesmo. 1) *O exercício da liberdade* – A missão do Direito é disciplinar o exercício da liberdade de cada um, dentro da vida social. O Direito, como vimos, lida com a exterioridade das condutas, pois isso basta para o tráfego social. Assim, a tarefa do Direito é obter a coexistência externa, pacífica, das liberdades dos indivíduos. Ou, em terminologia kantiana, obter que todos obedeçam a este imperativo: “Age externamente de tal maneira que o uso livre de tua vontade possa conciliar-se com o exercício da liberdade de todos os outros, segundo uma lei universal (isto é, válida para todos os membros da sociedade).” 2) *A forma no Direito* – Como se vê, o Direito não se caracteriza por tratar, privativamente, desta ou daquela matéria ou assunto. Pretende ele, apenas, que toda matéria tratada pelo Direito, seja sempre tratada de uma maneira que permita, sempre, a coexistência das vontades ou liberdades de todos. É, por isso, evidente que o Direito é algo *formal* – que se limita a impor uma dada forma (o dever ser da coexistência) a toda e qualquer matéria por ele tratada. Observa-se, do que vem exposto, que a noção ou definição do Direito é construída mediante o recurso apenas ao puro raciocínio, ou uso da razão; e se aplica a todo e qualquer Direito – presente, passado ou futuro.

**Kant: O Direito Natural e o Direito Civil.** Mas o Direito pode encontrar-se em dois estados ou situações diferentes, que Kant denomina *estado de natureza* e *estado civil*. No estado natural existe o Direito Natural, ao qual Kant dá o nome de *Direito Civil*. No estado civil, há o Direito Positivo, que, por ser criado pelo Estado, Kant denomina de *Direito Público*. O Direito Natural, ou Civil, é ditado pela razão *a priori*; o Direito Positivo, ou Público, é ditado pelo Estado.

1) *O Direito Natural* – Detenhamo-nos no Direito Natural, ou Civil. Com ele é que aparece a noção do “meu” jurídico, o qual se caracteriza pelo fato de eu ter “posse” de algo: a posse dá direito ao possuidor. Para haver posse é preciso que o objeto seja exterior ao sujeito, e apossável por ele. A posse impõe a todos os demais que se abstenham de ofendê-la. O “meu” jurídico é, assim, condição lógica do direito subjetivo e da coação ou sanção possíveis. Mas o estado de natureza é de juridicidade provisória ou precária: não tem juízes nem a autoridade que dimana destes.

2) *O estado civil (Direito Positivo ou Público). O Estado.* – Todavia, o estado de natureza é condição lógica, por sua vez, do estado civil. Com efeito, a posse dá direito a pretender o respeito dos outros quanto ao “meu” jurídico, e para se assegurar isso torna-se necessário o advento do Estado, com a sua legislação e autoridade: o que era, no estado natural, precário ou provisório, torna-se peremptório ou garantido, no estado civil. Mas a sociedade civil, como se

vê, não cria o *meum*, apenas o assegura: a natureza e a sociedade natural é que indicam e determinam o Direito Natural. O Estado tem, pois, como razão de ser, a defesa coativa dos direitos dos seus membros. Os direitos subjetivos preexistem ao Estado (o Estado não cria o Direito).

3) *Do Direito Natural (estado natural = Direito Civil) para o Direito Positivo ou Público (estado civil). A Liberdade.* – Observe-se que, ao desempenhar essa tarefa assecuratória, o Estado está tutelando a liberdade de todos, em sua coexistência harmônica e universal. Mas a liberdade é da substância do homem, é o que constitui a humanidade do homem. Logo, os homens têm o dever de sair do estado natural e ingressar no estado civil, pois só neste realizam bem a sua liberdade, e, pois, a sua existência como homens. Essa é a finalidade própria de cada pessoa humana. Constitui uma lesão à pessoa humana usá-la como meio e instrumento para qualquer outro fim. A pessoa tem o seu fim em si mesma.

**Kant. Direito e coação.** O Direito, entendido como possibilitação da coexistência das esferas de liberdade de cada pessoa, é que explica a licitude da coação ou sanção: a coação se justifica contra aquele que atenta contra a liberdade alheia, pois reprime essa liberdade mal-usada para restabelecer em sua plenitude a liberdade agredida. A necessidade da coexistência impõe a coação.

**Kant. Direito e felicidade.** Não há um conceito de felicidade que possa servir universalmente (=para todos) como princípio do Direito, como princípio para fazer leis. Cada um tem o seu conceito de felicidade. Por isso o Direito só pode ser formal, e apenas assegurar a liberdade de todos (coexistência). Possibilita a coordenação das buscas de felicidade por cada indivíduo conforme a cada um pareça melhor. (Idem, idem, págs.162-166).

**O Direito no sistema de Hegel.** O Direito pertence ao mundo do Espírito, e por isso interessa-nos, aqui, o terceiro grande momento da evolução da Idéia, ou Realidade – o momento do *Espírito*. Ora, esse momento, como os outros, se desenvolve obedecendo à tríade (tese, antítese, síntese), e por isso passa, por sua vez, por três momentos: *Espírito Subjetivo*, ou da *consciência individual*; *Espírito Objetivo*, ou da *vida social*; e *Espírito Absoluto*, ou da *consciência que se pensa em si mesma*, onde a Idéia, ou Ser Absoluto, atinge a perfeição em tudo (dir-se-ia que atingiu, então, o estado ontológico perfeito sob todos os aspectos, engloba tudo, é Deus).

Em qual desses momentos ou submomentos do Espírito aparece e existe o Direito? No momento do *Espírito Objetivo*, que é o momento do social: o Direito é, na verdade, algo social, produzido pelo espírito. Esse momento, na verdade, é aquele em que o Espírito institui e torna progressivamente mais profundas as relações sociais entre os indivíduos humanos.

Mas, seguindo a lei da tríade – que preside a tudo quanto existe -, o Espírito Objetivo realiza tal tarefa em três etapas: o *Direito*, a *Moralidade*, a *Eticidade*. No *Direito*, as relações sociais são formais, abstratas, sem atenção relevante à interioridade das vontades: na verdade, ao Direito basta a coexistência harmônica e exterior dos indivíduos, sem perquirir das intenções. Na *Moralidade*, as relações entre os indivíduos levam em conta a interioridade, ou intimidade, ou intenção das vontades. E na *Eticidade*, as vontades individuais e o bem coincidem perfeitamente, e se tem, pois, o perfeito relacionamento social – o bem universal social e o bem individual coincidem, para todos. Todos os homens se realizam como pessoa, e em liberdade.

No momento do *Direito*, os indivíduos encontram a garantia, para a sua liberdade, na *propriedade*: as coisas são função da vida das pessoas (o que é uma visão profunda do papel da propriedade na existência humana). E da existência da propriedade nasce o contrato: por ele, uma liberdade reconhece a existência de outras liberdades, e assim as propriedades podem passar de uns para outros indivíduos. Quando as vontades individuais coincidem no livre universo dos indivíduos, tem-se o Direito e quando não coincidem tem-se o Não-Direito. Este pode ser ilícito civil ou ilícito penal, aquele trazendo indenização, este trazendo pena.

**Hegel e o Direito Natural.** Eis, em suas próprias palavras, o entendimento de Hegel a respeito do Direito natural: “A expressão *Direito Natural*, que usualmente designa a doutrina filosófica do Direito, é ambígua: significa que o Direito existe de um *modo natural e imediato*, ou significa que ele é determinado pela natureza da coisa, isto é, por sua idéia.

O primeiro sentido é o que, comumente, se usava outrora; e ao mesmo tempo se inventou um *estado de natureza*, no qual deveria ocorrer o Direito Natural, ao passo que uma situação de sociedade e de Estado exigia, dizia-se, e comportava, uma limitação da liberdade e um sacrifício dos direitos naturais.

Mas, de fato, o Direito e todas as suas determinações se fundamentam na *personalidade livre, determinação de si próprio*, que é o contrário da *determinação natural*.

O Direito Natural é, assim, um ser da força, a prevalência da violência – e um estado de natureza é um estado em que reinam a brutalidade e a injustiça, a respeito do qual não se pode dizer nada de melhor que – *é preciso sair dele*.

O estado de sociedade, ao contrário, é a condição em que o Direito se realiza. O que é preciso reprimir e sacrificar é, precisamente, o arbitrário, e a violência do estado de natureza” (Hegel, *Précis de l'Encyclopédie des Sciences Philosophiques*, ed. Vrin, Paris, 1952, trad. Gibelin, p. 271-272). (Idem, idem, págs. 169 e 170).

**Nota sobre o Idealismo.** Kant e seus discípulos (especialmente Fichte, Schelling e Hegel) legaram ao mundo moderno e contemporâneo o *Idealismo*. Trata-se de uma teoria filosófica sobre o conhecimento humano, que teve grandes repercussões em todos os ramos da cultura.

O Idealismo entende que o que conhecemos não é a realidade das coisas, tais quais existem em si mesmas – mas a *idéia* ou *representação* que o nosso conhecer *constrói*, ao aplicar as suas formas ou estruturas ao material que vem das coisas ou do mundo exterior, ao pretender conhecê-los. Assim, não temos possibilidade de saber o que são as coisas em si mesmas. O mundo é um quadro montado por nossa inteligência ou razão.

O fundamental, portanto, no conhecimento, para o Idealismo, são as formas ou estruturas que o nosso espírito usa, para fazer a triagem do material e a construção do conhecimento. A certeza, na ciência, é obtida, apoiando o conhecimento nas formas ou estruturas do aparelho cognoscitivo.

O Idealismo Jurídico, por isso, é a tentativa de edificar uma Ciência e uma Filosofia do Direito, deduzindo-as apenas da estrutura e formas do espírito humano, num trabalho, *a priori*, alheio à experiência e à realidade concreta.

“Os fatos, diz Kant, não nos ensinam nada sobre o Direito. Toda a nossa ciência do dever ser (Moral, Direito) só pode provir de nós mesmos, de nossa consciência, de nossa razão, duma fonte interior, subjetiva” (*apud* Michel Villey, *Leçons d'Histoire de la Philosophie du Droit*, ed. Dalloz, Paris, 1962, p. 129).

É com a massa de doutrinas clássicas, medievais e modernas que entramos no Direito Natural Contemporâneo. (Idem, idem, pág. 170).

#### **54 – Carlos Galves. O Direito Natural no mundo contemporâneo.**

**Del Vecchio. Giorgio Del Vecchio (1878-1970).** Giorgio Del Vecchio é uma das grandes figuras da filosofia do Direito contemporâneo. O seu pensamento, sem prejuízo de sua originalidade, recebeu a influência de Kant, Hegel, Stammler e Bergson. É um neokantiano. Interessa-nos aqui a sua teoria do Direito Natural.

**Del Vecchio e O Direito Natural.** Eis como entra na questão: “Devemos procurar na natureza humana – na própria consciência do homem – o fundamento último do Direito” (*Lições de Filosofia do Direito*, ed. Amado, Coimbra, 1959, vol. I, p. 351). (grifo nosso). Aí está apontada a região do mundo e, mais precisamente, a região do ser do homem, em que vamos encontrar as raízes do Direito: em sua consciência. Ressalta o saber idealista ou criticista: o Direito não é extraído das coisas exteriores, mas da consciência humana – da análise do espírito humano.

**Del Vecchio. A natureza. O Direito Natural. O homem e a Evolução. A Liberdade.** Para saber o que é o Direito Natural é preciso saber o que é a natureza humana; e para saber o que esta é, é preciso saber o que a “natureza” é. Ora, encarada do ponto de vista da lei da causalidade, a Natureza é o conjunto de todos os fenômenos vinculados entre si por relações de causa e efeito. É o reino do determinismo. Mas encarada do ponto de vista da lei da finalidade, ou teleologia (*telos* = fim), a Natureza é um todo caracterizado pela diversidade e hierarquia dos seres, animada por uma corrente de vida que vai ascendendo das formas mais simples às mais complexas e superiores, e em cujo ápice se encontra o homem, ser dotado de razão e liberdade. É o mundo da teleologia, em que há o uso de meios para o alcance de fins. É o mundo da liberdade, pois nele figura o homem.

**Del Vecchio. A natureza humana.** A natureza humana é, pois, uma natureza teleológica ou finalista. É uma natureza, portanto, que, em sua vida, busca fins, usando de sua razão e liberdade. Tendo tais qualidades, a natureza humana faz com que o homem esteja colocado como o ponto mais alto na escada dos seres do universo. É, neste, o único sujeito pensante, o qual, mediante as formas *a priori*, ou estruturadoras do seu espírito, modela e ordena os dados do mundo exterior, com que entra em contato, e assim elabora o conhecimento que deles tem, e que servirão de base à sua ação prática. As formas ou estruturas usadas pelo conhecimento humano são anteriores, e, aliás, prévias ou pressupostas pelo conhecimento; e provêm do espírito ou consciência que conhece, uma vez que, sendo de validade universal, não podem provir das coisas externas, que são fragmentárias, sensíveis, individuais. Por isso se pode dizer que, perante o sujeito pensante homem, o mundo todo não passa de mero objeto de conhecimento criado por ele, que dele usa e dele dispõe para os fins que escolhe.

**Del Vecchio. A Ética.** A posse da razão e da liberdade, e a condição de sujeito, e não objeto, não só caracterizam a natureza do homem: servem, também, para fixar, irrecusavelmente,

te, as bases da Ética, a qual indica qual deve ser a conduta humana. Essa conduta só pode ter por finalidade a realização da natureza humana, e só pode usar dos meios da razão e da liberdade. Esta proposição é a lei fundamental da Ética. A Ética compreende dois ramos, a Moral e o Direito.

**Del Vecchio. A Moral.** A Moral rege a conduta do indivíduo para consigo mesmo. E a aplicação da lei ética fundamental no campo da moralidade, dá a regra básica desta: a conduta moral deve ser pautada pelos ditames puros e universais da razão, e não por motivos exteriores e impulsos particulares – “deves agir como um sujeito autônomo”. (grifo nosso).

**Del Vecchio. O Direito.** Mas a aplicação da lei ética fundamental no orbe moral, e os efeitos que causa no campo da consciência individual, vai ter outros efeitos: efeitos na vida do homem em sociedade. Na verdade, o dever moral de agir com autonomia gera para o homem a faculdade de exigir de todos que o reconheçam como sujeito autônomo, e que não impeçam que se afirme como tal na vida prática. Deve ser reconhecido como pessoa inviolável, e não como objeto; como fim de si mesmo, e não como meio ou instrumento. Ora, essa afirmação e reconhecimento, ocorrendo entre pessoas, é transubjetiva ou bilateral, e, sendo inviolável, é coativa. Essas são as marcas da regra de conduta jurídica, ou norma jurídica: alteridade e coatividade. Como se vê foi do exame racional da pura natureza humana que se extraíram, assim, as bases de Direito Fundamental, ou Direito Natural.

**Del Vecchio. Direito Natural e História.** O Direito Natural, na História humana, não deve ser contemplado em seus balbuciantes primórdios. Deve ser visto nas suas etapas adiantadas. E então é inegável que o curso da História – inclusive nos Direitos Positivos – atesta que aos poucos se vem realizando, na prática, o reconhecimento das propriedades essenciais da pessoa humana – tais como no-las revelou a análise *a priori* ou pura de sua natureza. Exemplos: o valor absoluto da pessoa, a liberdade para todos, a liberdade de consciência, a autonomia da pessoa individual e das nações etc.

**Radbruch – Gustav Radbruch (1878-1949).** Dentre os filósofos do Direito deste século – sobretudo quanto ao Direito Natural – merece especial referência Gustav Radbruch, que Roscoe Pound reputava o príncipe dos filósofos do Direito de sua geração. Era filiado à escola de Baden, ou Sud-ocidental alemã. E merece tal referência, porque Radbruch foi, em sua vida e sua obra, uma emocionante testemunha, de valor inultrapassável, da tragédia demoníaca que pode ser o Direito Positivo, para a existência humana, quando desvinculado do Direito Natural.

**Radbruch. O Relativismo Jurídico.** Com brilho, originalidade, profundidade, Radbruch foi, até 1933, professor de Filosofia do Direito, na Alemanha. Fora, até então, o mais autorizado mestre do Relativismo Jurídico, doutrina segundo a qual não é possível dar do justo e da Justiça uma conceituação com validade universal: justo, Justiça variam conforme o tempo, o lugar, a concepção que cada um faz dos valores da vida, e sobretudo a ideologia reinante em cada sociedade.

**Radbruch. O apocalipse nazista e o Direito Positivo vigente.** Em 1933, o Nazismo sobe ao poder, e Radbruch é destituído de sua cátedra, por motivos políticos. E assim viu o Partido Nazista promulgar e aplicar as suas leis, impondo à nação alemã o Direito e a Justiça do Partido.



(a) Como se sabe, o sistema do Direito Nacional-Socialista tinha por base o *Führerprinzip*, (o princípio do Chefe); o *führer* Adolfo Hitler detinha o dom de interpretar os desejos do povo alemão; e os legisladores e juízes deviam inspirar-se nas revelações do *führer*, para bem cumprir suas funções.

(b) Sabe-se o que pareceu justo e jurídico a essa legislação: a esterilização ou eutanásia dos deficientes, as detenções arbitrárias de cidadãos alemães, o confisco das propriedades dos judeus, o extermínio de seis milhões de judeus na hecatombe da “solução final” para o problema racial etc. Legisladores, juízes, administradores não se podiam esquivar à aplicação das leis do regime, pois constituíam elas o Direito Positivo vigente no país.

**Radbruch. A volta ao Direito Natural.** Ao fim da Segunda Grande Guerra, Radbruch tinha diante de si o país em ruínas, e as ruínas do Direito, causadas ambas pela impotência do Relativismo Jurídico e do conseqüente positivismo jurídico (ou seja, vale o que está na lei). O velho Jurista voltou à cátedra e se perguntou, então, repudiadas as suas antigas doutrinas relativistas, se não havia um meio de impedir que o Direito Positivo pudesse ser usado com tamanho barbarismo e desumanidade.

(a) *O Direito Natural, controle do Direito Positivo.* A resposta encontrada por Radbruch foi esta: só o Direito Natural pode impedir isso. Eis as suas próprias palavras: “Existem princípios jurídicos que são mais fortes do que qualquer lei, de modo que qualquer lei, que os contradiga, carece totalmente de validade. Esses princípios são chamados de Direito Natural, ou Direito Racional. Alguns deles acham-se, quanto a detalhes, ainda envoltos em certas dúvidas – mas o trabalho de séculos conseguiu extrair deles um núcleo seguro e fixo, que reuniu nas chamadas Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão, e o fez com um consenso de tal modo universal que, com relação a muitos deles, só um ceticismo sistemático poderá ainda levantar dúvida.”

(b) *Leis contra a Justiça:* “Quando as leis denegam, de modo consciente, a vontade da Justiça (p.ex., se os Direitos humanos são arbitrariamente desrespeitados), então tais leis não têm validade, por isso o povo não lhes deve obediência alguma, então devem os juristas ter a coragem de lhes negar o caráter jurídico.”

(c) *O inútil Positivismo Jurídico:* “A concepção dominante entre os juristas alemães – o Positivismo, que reconhece validade a toda lei formalmente promulgada – ficava indefesa diante de tais leis criminosas. Devemos, de novo, agora, recorrer aos Direitos Humanos, que pairam acima das Leis, ao Direito Natural, que nega validade a toda lei inimiga da Justiça” (*Primeira tomada de Posição após o Desastre de 1945*”, no *El Hombre en el Derecho*, ed. de Palma, B. Aires, 1980, ps. 122 e segs.). (Idem, idem, pgs. 180 e 181).

**Reale. Miguel Reale (1910)**, nossa maior figura atual na Filosofia do Direito (além de eminente advogado, jurista e político), oferece uma concepção realista e fecunda do Direito Natural. O seu pensamento vem expresso em terminologia tomada aos kantianos e aos fenomenólogos, mas a teoria é original do próprio Reale. Em exposição sintética, ela se encontra na obra *Lições Preliminares de Direito* (ed. Saraiva, S.Paulo, 3ª ed., 1976, pgs. 306 e segs.); e, em sua última forma, na obra *Direito Natural-Direito Positivo* (mesma editora, 1984, ps. 1-19).

**Reale. O Direito Natural.** Para Reale, o Direito Natural é “a condição transcendental, lógica e axiológica, da experiência histórica possível” do jurídico (*Lições*, p. 310). O que quer

dizer isso? Reale o esclarece, valendo-se da distinção entre os conceitos de transcendente, transcendental puro, e transcendental-axiológico.

Segundo Reale, a concepção *transcendente* do Direito Natural é um conjunto de imperativos éticos que está acima do Direito Positivo, e que expressa o que a razão humana descobre por suas próprias forças – e cujas raízes se encontram na Razão Divina, pois Deus é não só o criador como o ordenador de tudo quanto existe.

Já a concepção *transcendental* do Direito Natural é coisa diversa. Tem como pressuposto a existência de “transcendentais puros” no pensamento e na conduta dos homens. Transcendental puro, ou formal, aqui quer dizer que os diversos pensares e condutas, que encontramos na vida humana, só ocorrem porque há, na estrutura do espírito do homem, *formas* (ou *categorias* ou *conceitos*) que tornam possíveis esses pensares e condutas, e lhes dão as respectivas fisionomias. Logo, essas formas, ou categorias, precedem os saberes e condutas, pois só aquelas tornam possíveis estas. Por isso se diz que as formas, ou categorias, ou conceitos, são *a priori*; e como são *a priori*, não dependem em nada da experiência, ou prática, para existirem. Existem como puros quadros formais ordenadores e modeladores, dentro dos quais vão sendo postos e ordenados todos e quaisquer conteúdos, ou matérias, que vêm da experiência, e que digam respeito a uma dada forma, ou categoria. Esses conteúdos, ou matérias, podem até ser contraditórios entre si. (Não é o que acontece com a Lei Jurídica, forma dentro da qual o legislador positivo põe os conteúdos que quer?). Para esta concepção transcendental pura, o Direito Natural é o conjunto das puras formas, ou categorias, do Direito que se encontram em toda e qualquer experiência jurídica, e cujo conteúdo é variável e mutável, ao sabor dos tempos e lugares. Esta concepção transcendental formal é que dá nascimento ao *Direito Natural de conteúdo variável*.

**A concepção de Reale é transcendental-axiológica.** O Direito Natural, para ele, oferece, ao mesmo tempo, os elementos lógicos e axiológicos que encontramos em todas as experiências jurídicas, ou história do Direito. A estrutura transcendental do espírito humano oferece não só a *forma*, ou categoria, própria do Direito, como também, em contato com a experiência da vida, fornece os *conteúdos*, os *valores*, fundamentais, ou básicos, que constituem o Direito Justo.

Como ocorre isso? É que a prática da vida jurídica, comandada pelas categorias e valores próprios do Direito, vai fazendo com que os homens vão tomando consciência de que, na realidade da vida, existem não só *formas*, mas sobretudo *valores jurídicos*, ou seja, bens, ou coisas boas, sem as quais não haveria sequer Direito e Justiça: a dignidade da pessoa humana, os Direitos do Homem, a sociedade, a comunidade das nações etc. Uma vez descobertos, esses valores se mostram irrefutáveis e irreversíveis (exemplo: a liberdade do pensar é um direito de todo ser humano).

Assim, ao longo da história humana e da análise milenar da experiência humana, vai-se revelando um corpo básico de princípios, e tornando-se evidente a existência desses valores, ou bens, cuja tutela e expansão competem ao Direito.

**Reale. Estrutura do Direito Natural – Progressiva.** O Direito Natural não é, pois, uma construção lógica e formal, sem conteúdo próprio, ou aceitando qualquer conteúdo, ou matéria. É um sistema lógico com um conteúdo próprio e intransferível: forma ordenadora de toda sociedade, sociedade ordenada sobre o valor da pessoa humana. E essa descoberta, ou to-

mada de consciência, do Direito Natural é progressiva. Uma consulta à evolução histórica mostra o reconhecimento cada vez mais preciso e veemente dos Direitos do Homem, e sua implementação na prática. Hoje, mesmo os que os infringem nas trevas, não os impugnam ao claro. É, além de progressivo, irreversível o Direito Natural.

**Reale: Classes de Direitos Naturais.** Visto o Direito Natural por esse ângulo, Reale observa que ele se compõe de duas camadas de regras ou princípios: *a)* os princípios imediatos, que lhe constituem o cerne, e dizem respeito à sociabilidade e à pessoa; *b)* os princípios mediatos, que ligam os imediatos às circunstâncias variáveis dos tempos e dos lugares.

**Reale. Exegese (comentário) da definição (Teoria tridimensional do Direito).** Fica, assim, clara a definição de Direito Natural enunciada ao início: *condição transcendental*, porque anterior à experiência prática; *lógica*, porque imprime ordem, estrutura e sistema a essa experiência; *axiológica*, porque vai além do formal, e desvenda à consciência humana, por ocasião da experiência vivida, a presença de valores (bens da vida) básicos, sempre presentes em toda *experiência histórico-jurídica possível*, tácita ou expressamente. (Idem, pgs.192/194).

**A sanção e eficácia do Direito Natural: Cícero.** O Direito Natural tem eficácia? Se se quer liquidar a questão já no vestibulo – embora a certo nível de abstração -, tenha-se presente a análise de Cícero quanto a uma peculiar eficácia e sanção do Direito Natural. O Direito Natural nasce da natureza do homem e tem por finalidade favorecê-la – de modo que quem se afasta do Direito Natural, afasta-se da natureza humana, *aliena-se*, perverte-se, prejudica-se: todo prejuízo sofrido pelo infrator é sanção. “E quem não o obedece, renega-se a si mesmo, e, renegando-se em sua natureza de homem, por isso mesmo incorre na *maior das penas*, mesmo que tenha podido escapar a outras punições” (Cícero, *De Re Publica*, III, 22, 33). (Idem, pág.206).

#### 55 - Carlos Galves - suas conclusões sobre o Direito Natural:

**A supra-eficácia do Direito Natural: a Democracia Moderna; a Declaração de Independência dos Estados Unidos; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.** A supra-eficácia indica que o Direito Natural tem demonstrado, na História da humanidade, ter eficácia *superior*, ou *maior*, que o Direito Positivo. Vários fatos o provam. Fiquemos com um deles, que o prova cabalmente: o Direito Natural é que trouxe e implantou, no mundo, a Democracia Moderna. A Democracia Moderna é a busca por excelência da Justiça.

No curso da exposição das doutrinas do Direito Natural, que vimos fazendo nas páginas anteriores, pode-se ver a progressiva intensificação da concepção de que o homem traz consigo direitos inatos, ou inerentes à sua própria natureza (liberdade, igualdade, busca da felicidade etc.) – e que o Estado é o instrumento de que ele dispõe, para realizar tais direitos. Tal é a substância do Direito Natural. E a estrutura própria da Democracia.

Nos fins do século 18, esse modo de ver a realidade dominou os espíritos, dinamizou as vontades, e desembocou no mundo, levando por diante e pondo abaixo todos os obstáculos que procuraram contrariá-lo, e erigindo, nas sociedades humanas, um Direito e um Estado organizados à luz do Direito Natural.

Tal fato aconteceu, inicialmente, nos Estados Unidos da América e na França, e de lá veio progressivamente, se alastrando pelo mundo inteiro, com maior ou menor acerto, em meio até a reações, localizando-se a princípio na área de organização do Poder.

Aqueles criadores da Democracia Moderna, nesses fins do séc. 18, são claros no afirmar que agem impelidos pelo Direito Natural. Até a linguagem de que usam, em seus estatutos fundamentais, é tomada aos autores de teorias do Direito Natural.

A *Declaração de Independência* dos Estados Unidos da América do Norte, de 4 de julho de 1776, é expressa no dizer que os homens têm direitos naturais inatos e que o Governo só existe para proteger e efetivar tais direitos.

“Sustentamos, como *evidentes por si mesmas*, estas verdades: que todos os *homens* foram *criados iguais*; que estão *dotados por seu Criador* de certos direitos *inalienáveis*; que entre eles estão *a vida, a liberdade e a busca da felicidade*; que *para assegurar esses direitos foram instituídos Governos entre os homens*, os quais tiram *os seus poderes justos do consentimento dos governados*.”

A mesma coisa disseram os homens da Revolução Francesa de 1789, ao fundarem o Estado Democrático, em sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, na Assembléia Constituinte de 26 de agosto de 1789:

“Os representantes do *povo francês*, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a *ignorância*, o olvido ou o desprezo dos *direitos do homem* são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram expor, numa *Declaração solene*, os *Direitos Naturais*, inalienáveis e sagrados do Homem...”

“Art. 1º - Os homens *nascem* e permanecem *livres e iguais* em direitos.

“Art. 2º - O fim de toda *associação política* é a conservação dos *Direitos Naturais* e imprescritíveis do Homem. Esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e a resistência à opressão.”

Assim, liberdade, igualdade, segurança, propriedade, busca da felicidade, lá onde se implantaram os Novos Direitos, foram postos ao alcance de todos, e a trabalhar a terra fértil da História. Como tudo o que é do Homem e do Tempo, houve imperfeições, atrasos, recuos, reações. Mas a caudal da nova ideologia prosseguiu sempre em sua dinâmica fecundidade. Abriu os territórios da Democracia Econômica, Democracia Social, Democracia Inter-nações. E vem avançando por todos esses caminhos até o presente, sem que se veja um termo para o seu desenrolar. O progresso havido nestes dois últimos séculos sobreleva de longe o que a humanidade fez nos milênios anteriores.

Se se busca a causa profunda dessa potente energia criadora, ver-se-á que ela reside no fato de que a efetivação, embora mais ou menos imperfeita, daqueles Direitos Naturais, ao alcance de todos, como que desamarrou os indivíduos, e lhes vem, desde então, permitindo, na sua busca da felicidade, expandirem as potencialidades da natureza humana. É de concluir-se que o Direito Natural não é inexistente, nem impossível. Pode ser difícil – mas quando tocado em seu veio autêntico irrompe numa torrente dos maiores benefícios para os indivíduos e as sociedades.

**Macroeficácia do Direito Natural em relação ao Direito Positivo.** O Direito Natural, portanto, a partir desses confins do século 18, vem mudando a face da Terra e promovendo a níveis mais altos a vida dos homens e das sociedades. Criou um novo tipo de civilização e de cultura. Pode haver eficácia maior? A história do Direito Positivo, no mundo todo, não mostra que este tenha feito algo mesmo longinquamente semelhante a essa macroeficácia.

**O Direito Natural positiva-se, alimentando o Direito Positivo.** Assinale-se, a propósito, o paradoxo de que a efetivação histórica dessa supra-eficácia determina, sempre, o surgimento de novos sistemas de Direito Positivo, que concorrem para a sua aplicação. Ora, isso quer dizer que o Direito Positivo recebe, fundamentalmente, a sua eficácia e força infravalentes da megaeficácia, ou supra-eficácia, do Direito Natural.

Vê-se que o questionamento a respeito da eficácia e força do Direito Natural repousava, ao que parece, numa imprecisão de perspectiva: era esquecido o plano da supra-eficácia, que exige uma ótica de maior horizonte. Mesmo quanto à para-eficácia, que é inegável – inclusive com poder de veto sobre o Direito Positivo –, padecia-se de uma microvisão oriunda da velha ótica civilista, ou dogmática, que rodopia em torno a privativismos e patrimonialidades, buscando sobretudo o justo comutativo.

**Outras eficácias globais do Direito Natural da História (a Natureza animada e inanimada).** O estudioso da História poderá trazer outros acontecimentos históricos relacionados com a super-eficácia em estudo. Mesmo nos dias que passam estamos vendo o Direito Natural atuar, praticamente, a nível global.

A Declaração dos Direitos do Homem, proclamado pela Organização das Nações Unidas, a 10 de dezembro de 1948, exerce tremenda pressão, sobretudo inibitória e modificativa, na política interna dos países, inclusive nos atrasados e nos totalitários da esquerda e da direita – sobretudo através dos movimentos da opinião pública interna e mundial.

Mas ainda o mais eloqüente é o que vem ocorrendo no mundo da Natureza animada e inanimada. Direito Natural é algo que diz respeito à natureza humana. Ora, é nas fronteiras entre esta natureza e aquelas que vem sendo trabalhado, e trabalhando, um desdobramento novo do Direito Natural. A causa do fenômeno é o conjunto de problemas, extremamente graves, senão trágicos, que a superindustrialização, a superpopulação, o consumismo, a urbanização estão trazendo para o trato com a natureza animada e inanimada, e seus reflexos sobre a natureza humana, inclusive quanto à sua existência e sobrevivência. De modo geral, são os problemas reunidos sob as rubricas da Poluição, do Equilíbrio Ecológico etc. Dir-se-ia que tão natural é o Direito, que a mãe Natureza animada e inanimada o está invadindo e solicitando.

Dada a extrema complexidade dos problemas, os Direitos Positivos dos países estão em atraso na disciplinação do assunto. Sob a invocação dos Direitos Naturais é que os povos afetados estão buscando resolvê-los. E é curioso de notar que os Poderes Executivos e Judiciários estão a atuar, mesmo na falta de leis positivas, invocando os direitos naturais fundamentais das populações. Eis uma para-eficácia, que certos autores pensam que em breve, fatalmente, com a intensificação e a universalização do fenômeno, afetará a base e a estrutura da civilização e da cultura – o que exigirá a ação de uma nova concepção de vida, a qual sempre se faz acompanhar de um Direito supra-eficaz, ou megaeficaz. (Idem, idem, págs.207-211).

## II – BREVE HISTÓRICO E ALGUNS PRINCÍPIOS DO ESPIRITISMO (Fragmentos e artigos de diversos autores encarnados e desencarnados):

1 – ALLAN KARDEC – TRAÇOS BIOGRÁFICOS – (Revista Espírita, maio/1869 – Editora Edicel,SP., traduzida por Júlio Abreu Filho)

(...) Nascido em Lyon, a 3 de outubro de 1804, de uma antiga família que se distinguia na magistratura e na tribuna jurídica, o sr. Allan Kardec (Léon-Hippolithe-Denizart Rivail) não seguiu esta carreira. Desde a primeira juventude sentia-se atraído para o estudo das Ciências e da Filosofia. Educado na Escola de Pestalozzi, em Yverdun, Suíça, tornou-se um dos mais eminentes discípulos do célebre professor e um dos propagadores zelosos de seu sistema de educação, que exerceu uma grande influência sobre a reforma dos estudos na Alemanha e na França. Dotado de uma inteligência notável e atraído para o ensino por seu caráter e suas aptidões especiais, desde a idade de quatorze anos ensinava o que sabia aos seus discípulos que tinham aprendido menos que ele. Nesta escola se desenvolveram as idéias que, mais tarde, deveriam colocá-lo na classe dos homens avançados e dos livre-pensadores.

Nascido na religião católica, mas educado em país protestante, os atos de intolerância que a propósito teve de sofrer, desde cedo o fizeram conceber a idéia de uma reforma religiosa, na qual trabalhou em silêncio durante longos anos, com o pensamento de chegar a uma unificação de crenças; mas lhe faltava o elemento indispensável à solução deste grande problema. Mais tarde o Espiritismo lhe veio fornecer esse elemento e imprimir uma direção especial aos seus trabalhos. Terminados os estudos, voltou para a França. Dominando a fundo a língua alemã, traduziu para a Alemanha diversas obras de educação e de moral e, o que é característico, as obras de Fénelon, que o haviam seduzido particularmente. Era membro de várias sociedades científicas, entre outras, da Academia Real de Arras que, em seu concurso de 1831, o laureou por uma memória notável sobre esta questão: “Qual o sistema de estudos mais em harmonia com as necessidades da época?”

De 1835 a 1840, em seu domicílio, à rua de Sévres, fundou cursos gratuitos de Química, Física, Anatomia Comparada, Astronomia, etc.; empreendimento digno de elogios em todos os tempos, mas sobretudo numa época em que um pequeníssimo número de inteligências se aventurava a entrar por esse caminho. Constantemente preocupado em tornar atraentes e interessantes os sistemas de educação, inventou, ao mesmo tempo, um método engenhoso para ensinar a contar e um quadro menemônico da História da França, tendo por objetivo fixar na memória as datas dos acontecimentos notáveis e das grandes descobertas que ilustraram cada reinado. Entre as suas numerosas obras de educação, citaremos as seguintes: Plano proposto para o melhoramento da instrução pública (1828); Curso prático e teórico de Aritmética, segundo o método de Pestalozzi, para uso dos professores e mães de família (1829); Gramática Francesa Clássica (1831); Manual dos exames para o título de capacidade; Soluções racionadas das questões e problemas de Aritmética e de Geometria (1846); Catecismo gramatical da Língua Francesa (1848); Programa dos cursos de Química, Física, Astronomia, Fisiologia, que professava no Liceu Polimático; Ditados normais dos exames da Prefeitura e da Sorbonne, acompanhados de Ditados especiais sobre as dificuldades ortográficas (1849), obra muito estimada na época de seu aparecimento e da qual ainda recentemente ele tirava novas edições. Antes que o Espiritismo viesse a popularizar o pseudônimo ALLAN KARDEC, tinha ele, como se

vê, sabido ilustrar-se por trabalhos de natureza completamente diversa, mas tendo como objetivo esclarecer as massas e ligá-las cada vez mais à família e ao país.

Em 1855, desde que se tratou das manifestações dos Espíritos, o Sr. Allan Kardec entregou-se a observações perseverantes sobre esses fenômenos e empenhou-se principalmente em lhes deduzir as conseqüências filosóficas. Entreviu desde logo o princípio de novas leis naturais: as que regem as relações entre o mundo visível e o mundo invisível; reconheceu na ação deste último uma das forças da Natureza, cujo conhecimento deveria lançar luz sobre uma porção de problemas reputados insolúveis, e compreendeu o seu alcance do ponto de vista religioso. Suas principais obras sobre esta matéria são: O Livro dos Espíritos, para a parte filosófica, e cuja primeira edição apareceu a 18 de abril de 1857; O Livro dos Médiuns, para a parte experimental e científica (janeiro de 1861); O Evangelho Segundo o Espiritismo, para a parte moral (abril de 1864); O Céu e o Inferno, ou a justiça de Deus segundo o Espiritismo (agosto de 1865); A Gênese, os Milagres e as Predições (janeiro de 1868); a Revista Espírita, jornal de estudos psicológicos, coleção mensal começada a 1.º de janeiro de 1858. Fundou em Paris, a 1.º de abril de 1858, a primeira Sociedade Espírita regularmente constituída, sob o nome de Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, cujo fim exclusivo é o estudo de tudo o que possa contribuir para o progresso desta nova Ciência. A justo título o Sr. Allan Kardec se defende de haver algo escrito sob a influência de idéias preconcebidas ou sistemáticas: homem de um caráter frio e calmo, observou os fatos e de suas observações deduziu as leis que os regem; foi o primeiro a elaborar a sua teoria e a dispô-los num corpo metódico e regular.

Demonstrando que os fatos falsamente qualificados de sobrenaturais estão submetidos a leis, fá-los entrar na ordem dos fenômenos da Natureza e assim destrói o último refúgio do maravilhoso, um dos elementos de superstição. Durante os primeiros anos em que se cogitava dos fenômenos espíritas, essas manifestações eram antes objeto de curiosidade do que assunto para sérias meditações; O Livro dos Espíritos colocou o assunto sob um aspecto completamente novo. Abandonaram-se então as mesas girantes, que apenas haviam sido um prelúdio, voltando-se o interesse para um corpo de doutrina que abarcava todas as questões ligadas à Humanidade. Do aparecimento de O Livro dos Espíritos data a verdadeira fundação do Espiritismo, que até então se constituía apenas de elementos esparsos, sem coordenação, e cujo alcance não havia sido compreendido suficientemente; também a partir desse momento a doutrina chamou a atenção dos homens sérios e tomou rápido desenvolvimento. Em poucos anos essas idéias encontraram numerosos aderentes em todas as camadas da sociedade e em todos os países. Este sucesso sem precedentes se deve sem dúvida às simpatias que essas idéias encontraram, mas é devido em grande parte à clareza, que é uma das características distintivas de Allan Kardec. Abstendo-se das fórmulas abstratas da Metafísica, o autor soube fazer-se ler sem fadiga, condição essencial para a vulgarização de uma idéia. Sobre todos os pontos da controvérsia, sua argumentação, de uma lógica cerrada, oferece pouca margem à refutação e predispõe à convicção. As provas materiais que o Espiritismo oferece da existência da alma e da vida futura tendem à destruição das idéias materialistas e panteístas. Um dos mais fecundos princípios desta doutrina, que decorre do precedente, é o da pluralidade das existências, já entrevisto por uma porção de filósofos antigos e modernos e, nestes últimos tempos, por Jean Reynaud, Charles Fourier, Eugène Sue e outros, mas permanecendo apenas em estado de hipótese, e de sistema, ao passo que o Espiritismo demonstra a sua realidade e prova que é um dos atributos essenciais da Humanidade. Deste princípio decorre a solução de todas as anomalias aparentes da vida humana, de todas as desigualdades intelectuais, morais e sociais. Assim, o homem sabe de onde vem, para onde vai, para o que está na Terra e porque sofre.

As idéias inatas se explicam pelos conhecimentos adquiridos em vidas anteriores; a marcha dos povos e da Humanidade, pela volta dos homens dos tempos passados, que revivem depois de haverem progredido; as simpatias e as antipatias, pela natureza das relações anteriores; essas relações, que ligam a grande família humana de todas as épocas, oferecem as próprias leis da Natureza, e não mais uma teoria, como base dos grandes princípios de fraternidade, de igualdade, de liberdade e de solidariedade universal.

Em vez do princípio: “Fora da Igreja não há salvação”, que alimenta a divisão e a animosidade entre as diversas seitas, e que tem feito correr tanto sangue, o Espiritismo tem por máxima: “Fora da Caridade não há salvação”, isto é, a igualdade entre os homens perante Deus, a tolerância, a liberdade de consciência e a mútua benevolência. Em vez da fé cega, que aniquila a liberdade de pensar, diz ele: “Não há fé inabalável senão aquela que pode olhar a razão face a face em todas as épocas da Humanidade. A fé necessita de uma base, e esta base é a inteligência perfeita daquilo que se deve crer; para crer não basta ver; é necessário sobretudo compreender. A fé cega não é mais deste século; ora, é precisamente o dogma da fé cega que hoje faz o maior número de incrédulos, porque ela quer impor-se e exige a abdicação de uma das mais preciosas faculdades do homem: o raciocínio e o livre-arbítrio”. ( O Evangelho Segundo o Espiritismo).

Trabalhador infatigável, sempre o primeiro e o último a postos, sucumbiu a 31 de março de 1869, em meio aos preparativos de mudança de local, exigida pela extensão considerável de suas múltiplas ocupações. Numerosas obras em via de conclusão, ou que aguardavam o tempo oportuno para aparecerem, virão um dia provar, ainda mais, a extensão e o poder de suas concepções. Morreu como viveu: trabalhando. Há longos anos sofria de uma moléstia do coração, que só podia ser combatida pelo repouso intelectual e alguma atividade material. Mas, inteiramente dedicado ao seu trabalho, recusava-se a tudo quanto pudesse tomar-lhe o tempo, em prejuízo de suas ocupações prediletas. Nele, como em todas as almas fortemente temperadas, a lâmina gastou a baínha.

(...) O homem não existe mais – repetimo-lo. Mas Allan Kardec é imortal e sua lembrança, seus trabalhos, seu Espírito estarão sempre com os que sustentarem, alto e firme, a bandeira que ele sempre soube fazer respeitar. Uma individualidade poderosa construiu a obra; era o guia e a luz de todos. Na Terra, a obra tomará o lugar do indivíduo. Não nos uniremos em torno de Allan Kardec; estaremos unidos em torno do Espiritismo, tal qual ele o constituiu, e, por seus conselhos, sob sua influência, avançaremos a passos certos para as fases prometidas à Humanidade regenerada.

## 2 – JOSÉ HERCULANO PIRES – TRAÇOS BIOGRÁFICOS

José Herculano Pires foi o que podemos chamar homem múltiplo. Em todas as áreas do conhecimento em que desenvolveu atividades – dentro e fora do movimento doutrinário – sua inteligência superior iluminada pela Doutrina Espírita e pela cultura humanística brilhava com grande magnitude fazendo o povo crescer espiritualmente. Herculano Pires foi mestre de Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia de Araraquara e membro da Sociedade Brasileira de Filosofia. Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e fundador do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo que presidiu por longos anos. Diretor da União Brasileira de Escritores e vice-presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo. Presidente do Instituto Paulista de Parapsicologia. Romancista, recebeu em São Paulo o “Prêmio Municipal de Cultura” e foi reconhecido pela crítica como um dos renovadores do



romance brasileiro. E, o que é mais importante: espírita desde os vinte e dois anos de idade, ninguém no Brasil e no estrangeiro mergulhou tão fundo nas águas cristalinas da Codificação Kardeciana e ninguém defendeu mais – e com mais competência do que ele – a pureza doutrinária, que colocava acima das instituições e dos homens, de que é exemplo a batalha dantesca que travou quando uma edição adulterada de trinta mil exemplares do Evangelho Segundo o Espiritismo fôra publicada por uma das maiores federações espíritas do Brasil. (Livro “José Herculano Pires – O Apóstolo de Kardec”, autor: Jorge Rizzini, Editora Paidéia, SP., 1ª. edição, 2001).

J. Herculano Pires nasceu em 25.09.1914, na antiga Província de Avaré, Zona Sorocabana e desencarnou a 09.03.1979, em São Paulo. Filho do farmacêutico José Pires Correa e da pianista Bonina Amaral Simonetti Pires. Fez seus primeiros estudos em Avaré, Itaí e Cerqueira César. Revelou sua vocação literária desde que começou a escrever. Aos 9 anos fez o seu primeiro soneto, um decassílabo sobre o Largo São João, da cidade natal. Aos 16 anos publicou seu primeiro livro, Coração (poemas livres e sonetos). Já possuía seis cadernos de poemas na gaveta, colaborava nos jornais e revistas da época, da província de São Paulo e do Rio. Teve vários contos publicados com ilustrações na Revista da Semana e no Malho. Foi um dos fundadores da União Artística do Interior, que promoveu dois concursos literários, um de poemas, pela sede da UAI em C. César, e outro de contos, pela Seção de Sorocaba.

Mário Graciotti o incluiu entre os colaboradores permanentes da seção literária de A Razão, em São Paulo, que publicava um poema de sua autoria todos os domingos. Transformou (1928) o jornal político de seu pai em semanário literário e órgão da UAI. mudou-se para Marília em 1940 (com 26 anos), onde adquiriu o jornal Diário Paulista e o dirigiu durante seis anos. Com José Geraldo Vieira, Zoroastro Gouveia, Osório Alves de Castro, Nichemja Sigal, Anthol Rosenfeld e outros promoveu, através do jornal, um movimento literário na cidade e publicou Estradas e Ruas (poemas) que Érico Veríssimo e Sérgio Millet comentaram favoravelmente. Em 1946 mudou-se para São Paulo e lançou seu primeiro romance, O Caminho do Meio, que mereceu críticas elogiosas de Afonso Shimidt, Geraldo Vieira e Wilson Martins. Repórter, redator, secretário cronista parlamentar e crítico literário dos Diários Associados. Exerceu essas funções na Rua 7 de Abril por cerca de trinta anos. Autor de oitenta livros de Filosofia, Ensaios, Histórias, Psicologia, Parapsicologia e Espiritismo, vários de parceria com Chico Xavier, e lançou recentemente a série de ensaios Pensamentos da Era Cósmica e a série de romances e novelas de Ficção Científica Paranormal. Alegava sofrer de grafomania, escrevendo dia e noite. Não tinha vocação acadêmica e não seguia escolas literárias. Seu único objetivo era comunicar o que achava necessário, da melhor maneira possível. Graduado em Filosofia pela USP, publicou uma tese existencial: O Ser e a Serenidade. (Ficha de Identificação Literária – Livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Ed. Paidéia, 1ª. edição, 1979).

3 – A REVELAÇÃO - (José Herculano Pires, Livro “Revisão do Cristianismo”, Ed. Paidéia, SP, 3ª. edição, 1990).

Toda a estrutura do Cristianismo estatal (vaticânico) se apoia no dogma da Revelação. O mesmo acontece com o Cristianismo da Reforma e o remanescente das chamadas heresias dos primeiros tempos. Mesmo as seitas cristãs mais recentes, que os norte-americanos exportam num fluxo constante, e as Igrejas Católicas nacionais, rebeladas contra a Santa Madre geralmente aceitam esse dogma. Kardec aceitou no Espiritismo, dando-lhe uma nova interpretação, puramente racional e dotada de conotação científica. Assim, devemos tratar da Revelação como um sustentáculo geral das estruturas cristãs mais diversas. Até mesmo no Islamismo, o

filho árabe e enjeitado do Judaísmo, a Revelação Islâmica torna-se comunicação e ordenação, assemelhando-se ao caso, também específico, da manifestação de Deus a Moisés no Sinai.

A PRIMEIRA REVELAÇÃO - Os estudos religiosos contemporâneos enquadram a Revelação no campo científico dos fenômenos paranormais. Na Teologia Católica Romana, a Revelação se divide em dois tempos: a do Antigo Testamento (bíblica) e a do Novo Testamento (evangélica). A primeira é considerada numa interpretação contraditória, com uma face de grandeza e profundidade e outra face de miudeza e superficialidade, em que a manifestação de Deus se esmiuça na área corriqueira dos sonhos ou oráculos. Nesses dois sentidos, porém, sua natureza é de comunicação direta de Deus com os seus servos preferidos do povo eleito. É uma Revelação preferencial, dada por Iavé à raça a que ele deve pertencer ou, pelo menos, ter sido criada pelo seu poder com privilégios específicos e irredutíveis. Deus absorve em si mesmo o preferencialismo dos deuses mitológicos da Grécia e de Roma, e com ele o desprezo, a ira e a indignação contra os povos idólatras. Se o amor de Deus criou os homens sem distinções preferenciais, a ira de Deus faz o contrário, e o faz da maneira mais violenta e imprecisa, ordenando os judeus a dizimarem todos os povos que possam obstar-lhes a conquista, a fio de espada, da Terra Prometida. Moisés é o seu filho amado e tem o privilégio de falar com Ele face a face. Iavé é irascível e ciumento, ordena matanças arrasadoras e só respeita a sua própria figura nos seres humanos da sua raça preferida. Apesar dessa dualidade estranha, a Revelação Bíblica é considerada como um ato de plena doação. Deus não se limita a falar, a advertir, a ensinar, pois revela-se na plenitude de si mesmo, na profundidade da sua natureza íntima, liga-se ao seu povo, “engaja-se”, faz-se reconhecer pelo povo eleito na sua qualidade de Ser Supremo.

Essa doação completa de Deus aos homens é teoricamente universal, mas praticamente se limita ao povo judeu. Os ingênuos cristãos que, nas várias Igrejas, costumam chamar-se coletivamente de povo de Deus, estão simplesmente enganados. A Igreja Católica considerou-se a herdeira absoluta desse privilégio, chegando mesmo a negá-lo aos judeus. Hoje, com a tentativa do Ecumenismo, há uma aproximação entre as várias igrejas, mas a distinção permanece rígida. O processo ecumênico se desenvolve sob a regência da Mater e Mestra, o que provoca rebeldias muitas vezes agressivas no campo da unificação cristã. Iavé é o mesmo, mas como os judeus de hoje não são os mesmos da Antigüidade, segundo afirmam os teólogos, a sua posição perante Roma é a de novos goyim da Nova Jerusalém. Há puros e impuros, e só estão em estado de pureza os que receberam os sacramentos da Igreja e a ela se engajarem. Disso quase não se fala, pois não é conveniente. Deus também conhece as manhas políticas dos homens e, como engajou-se a eles, continua a usar os seus processos, como nos tempos bíblicos.

A SEGUNDA REVELAÇÃO - A Revelação do Novo Testamento diverge da antiga em amplitude e posição. Restringe-se a Jesus Cristo, Filho de Deus, e é dada por ele mesmo. Revelação pessoal de si próprio, na distinta condição de filho. Nessa interpretação a Igreja contradiz o dogma da Trindade, aceitando a doutrina de Ário, rejeitada naquela. A relação entre pai e filho torna-se evidente e específica. O objeto único dessa revelação é a pessoa de Jesus Cristo e sua doutrina. Numa e noutra Jesus aparece como o único mediador entre Deus e os homens e o único meio de salvação ou redenção. Essa interpretação fecha as fronteiras da redenção na pessoa única de Jesus, o que determinou o estabelecimento das alfândegas da fé no processo ecumênico. Todo o universalismo da Revelação Cristã desaparece, com essa volta ao sociocentrismo judaico. Não obstante, o que mais ressalta dos textos evangélicos é precisamente a ruptura do sociocentrismo da antiga Israel com a definição nova de Deus oferecida e pregada por Jesus através de uma única palavra – Pai – que anulou os divisionismos antigos e estabeleceu a fraternidade universal dos povos. Jesus de Nazaré, embora designado pelo mito

grego do Cristo, não deixa de ser o Messias judeu, fechado nas estreitas fronteiras da sua própria raça terrena. Ao invés de aparecer como o reformador religioso que ampliou as dimensões do Cristianismo, Jesus se converte no ponto-final definitivo do preferencialismo de Iavé. A sofisticada tessitura da doutrina sibilina da Igreja reduz a redenção do mundo à simples redenção de uma seita religiosa. Desde o tempo dos gregos, os sofistas primaram em confundir as coisas mais claras, o que levou Sócrates a desligar-se deles para descobrir a verdade do conceito no fundo da palavra, como a Verdade se esconde no fundo do poço.

Colocado em termos sectários e num plano de misticismo medieval, o problema da Revelação Cristã tornou-se o espinheiro da parábola em que as sementes germinam mas não podem desenvolver os ses poderes latentes. Enleada nas malhas de interpretações sobrenaturais, absurdas e delirantes, a Revelação impôs-se aos crentes como a encarnação da Sabedoria Divina. As antigas escrituras judaicas revestiram-se da infalibilidade que mais tarde seria conferida também ao Papa em seus pronunciamentos ex-cátedra. O Clero armou-se de poderes absolutos e a renovação cristã do mundo transformou-se em retrocesso ao tempo das civilizações teocráticas. As maldições, excomunhões e condenações do Santo Ofício amedrontaram e acovardaram os meios culturais. A Filosofia tornou-se serva da Teologia e a piedade cristã chegou ao extremo das torturas em calabouços e execuções nas fogueiras como atos de caridade em favor dos hereges condenados ao fogo eterno. O Cristianismo era o próprio anti-Cristo, pois obra de redenção virara obra de restrição, o sonho de amor e fraternidade dos Evangelhos revertera em pesadelo de perseguições, guerras e atrocidades. Como reconhecer nas instituições cristãs a promessa do Cristo? Apesar de tudo, as instituições prevaleceram e a verdade cristã foi asfixiada sob a avalanche de maldições e condenações cruéis proferidas em nome do Cristianismo. E ainda hoje é esse Cristianismo institucional que se apresenta como o Cristianismo do Cristo, herdeiro exclusivo do pensamento do Cristo.

A pequena mostra que demos do processo mágico de metamorfose forçada da Revelação é suficiente para colocar o problema. Mas a penetração a fundo da história desse processo, com a documentação necessária à comprovação de suas várias fases, das incríveis manobras realizadas nos bastidores da política dos reinos do mundo seria suficiente para que o Reino do Céu fosse condenado pela justiça perecível e cega da Terra. Isso revela insensatez humana e a irresponsabilidade a que nos entregamos quando nos atrevemos a cambiar as estrelas por moedas de prata e ouro. Mas o tempo incumbiu-se de roer as construções humanas, romper os seus revestimentos de púrpura falsa e desnudar as estruturas internas das grandezas aparentes. O homem sedento de conhecimentos não se sujeitou à escravidão dos dogmas, acabou rompendo as barreiras teológicas e desenvolvendo a Ciência e a Filosofia no plano exato das pesquisas. Os resultados objetivos das pesquisas e das descobertas tornaram insustentáveis no plano cultural os princípios e conceitos derivados do Mito da Revelação. A Razão teria de triunfar, como realmente triunfou. O pensamento racional do Cristo brotou das investigações históricas, retomando o seu lugar no campo cultural.

A TERCEIRA REVELAÇÃO - Entre as numerosas doutrinas que surgiram em oposição ao dogma da Revelação, postulando os direitos da Razão, o Espiritismo enfrentou face a face a questão e Kardec a colocou no lugar devido. Revelar não é nada mais do que mostrar o que estava oculto. Para isso, basta levantar o véu que encobre os mistérios. Quanto mais densa é a ignorância do Mundo, maior é o número dos mistérios que aturdem a compreensão humana. Com o avanço dos estudos e das pesquisas, a Ciência descobria a natureza e as leis dos fenômenos considerados misteriosos. A investigação do mistério dos milagres, dos estranhos fenômenos da mediunidade, das manifestações proféticas e oraculares lançou a luz necessária sobre

esses problemas. Uma grande dúvida havia sido lançada sobre a validade do Cristianismo, cuja razão de ser parecia ligada exclusivamente à mentalidade mitológica da Antigüidade e ao espírito supersticioso dos tempos do obscurantismo. Teria realmente existido o Cristo, esse Jesus de Nazaré que fundara a seita cristã dos galileus? Não se trataria apenas de um mito? A tragédia da Paixão não seria uma simples transfiguração do mito de Osíris, esquartejado e ressuscitado? O mito solar das civilizações agrárias, como queriam os mitólogos, não seria a fonte de que surgira a estranha estória do Messias judeu, forjada pela imaginação excitada dos pescadores do Lago de Genezaré? Não existia – dizia-se – nenhuma prova histórica da existência de Jesus.

Renan, ex-seminarista, tomado pelas dúvidas, resolveu investigar o assunto e conseguiu provar a realidade existencial de Jesus. E Kardec, debruçado sobre as realidades invisíveis que transpareciam das manifestações mediúnicas, colheu em suas pesquisas os dados necessários para reformular a questão em termos mais profundos e desenlear da ganga dos mistérios teológicos o sentido real da Revelação. Nos próprios textos evangélicos, examinados à luz da crítica histórica e segundo critérios psicológicos e antropológicos, encontrou a confirmação de uma nova teoria. Era fácil, com esses recursos, separar dos textos evangélicos o que pertencia ao clima mitológico da época da redação dos textos e o que pertencia à realidade histórica. Ao mesmo tempo, era fácil explicar, na perspectiva de uma visão antropológica da evolução do homem, o desenvolvimento das manifestações espirituais no plano mediúnico, desde as selvas até os oráculos do mundo civilizado e à eclosão da mediunidade positiva nos Estados Unidos e na Europa do Século XIX. A Revelação surgia do mistério teológico como Vênus do mistério das águas.

A Revelação perdia a sua face de esfinge e aparecia como um fato natural e contínuo ao longo da História. Colocou então o problema nestes termos:

A REVELAÇÃO E A PESQUISA CIENTÍFICA - A Revelação Divina provém de oráculos e profecias, tendo sido aceita na Antigüidade como ensino superior que devemos encarar com reverência. Se existem entidades espirituais que podem comunicar-se com os homens, é natural que essas entidades nos forneçam informações sobre o plano em que vivem, e ensinos de ordem moral. Um profeta ou vidente pode também revelar-nos as suas intuições ou visões de uma realidade que escapa aos nossos sentidos. Mas a validade dessas revelações depende da comprovação que pudermos efetuar através de pesquisas científicas rigorosamente controladas, segundo um critério lógico rigoroso e uma metodologia específica de comprovada eficiência.

A Revelação humana é feita por homens que não possuem dons mediúnicos, mas estão preparados para a investigação científica e a ela se dedicam. Não há mistério divino nesses dois casos, há leis a serem descobertas e demonstradas. O valor da profecia e da vidência dependem naturalmente das comprovações objetivas que possam referendá-las. Qualquer Revelação que ultrapasse o nível presente dos conhecimentos humanos deve ser encarada, quando lógica, apenas como provável. Só a comprovação futura da realidade revelada pode nos dar a prova da sua validade, a menos que consigamos, no presente, descobrir meios capazes de nos permitir a investigação do problema e o reconhecimento científico da sua realidade.

A Revelação Cristã foi de ordem moral e a sua validade se comprovou na vivência dos seus princípios por homens que não se entregaram a devaneios a respeito. Coube à Ciência Espírita comprovar a possibilidade dos milagres de Jesus e dos seus apóstolos, através das pes-

quisas científicas dos fatos mediúnicos. E Jesus mesmo foi o primeiro a declarar que os seus feitos, e até feitos maiores que os dele, podem ser realizados por nós. (Não estamos dando textos de Kardec, mas fazendo uma síntese de suas explicações a respeito, que é o que nos dá a medida da sua posição).

Estudando o panorama das Revelações Divinas no Mundo, Kardec estabeleceu o seguinte critério: as revelações da Antigüidade foram sempre pessoais e locais, pois as civilizações se desenvolviam ilhadas, distanciadas umas das outras, sem as facilidades modernas de comunicação. Cada Revelador falava ao seu povo, mas todas se harmonizavam nos pontos fundamentais. As revelações de Moisés e de Jesus foram também pessoais e locais, mas abrindo perspectivas ao projetar-se do meio judeu, universalizando-se progressivamente. Essa Revelação mostrou, com isso, representar uma síntese de todas as Revelações anteriores. A Revelação Espírita não foi pessoal nem local e representa a continuidade da Revelação Cristã, no esclarecimento de todos os princípios cristãos e no restabelecimento do ensino real do Cristo. Sua finalidade não é a implantação de uma nova Religião, mas unificar o conhecimento, unindo a Ciência, a Filosofia e a Religião num sistema integrado. O Espiritismo é um auxiliar das Religiões, às quais oferece os recursos necessários para enfrentarem o Materialismo e se livrarem dos resíduos supersticiosos do passado. A Ciência Espírita vem contrabalançar o avanço da Ciência da Matéria, ampliando as dimensões do conhecimento humano. A Filosofia Espírita é o corpo central da Doutrina e dela resulta a Moral Espírita, coincidente com a Moral Evangélica pura, liberta de tendências sectárias.

A vida terrena é apenas um estágio do espírito na encarnação, um passo no seu processo evolutivo. A Revelação Espírita provém de instruções dos Espíritos Superiores, transmitidas por via mediúnica. Essas instruções não foram dadas através de nenhum processo místico, mas como consequência das pesquisas científicas dos fenômenos paranormais. Como dizia Kardec, os fenômenos investigados não eram mudos, mas falantes, revelando a presença de uma inteligência, que ele a princípio atribuiu às pessoas presentes e a ele mesmo. Na continuidade das pesquisas essa inteligência revelou-se autônoma, estabelecendo-se então um diálogo esclarecedor por meio de tipologia e depois de psicografia. Kardec elaborava em segredo os testes de cada experiência. As respostas não eram aceitas gratuitamente, mas através de discussão com a inteligência presente, examinadas sob critério lógico, submetidas a confronto com a cultura da época e a experiências de comprovação. Na “Revista Espírita” ele divulgava essas experiências e outros pesquisadores, na França e no mundo, passaram a colaborar com ele. Seu critério científico foi louvado por Richet, que reconheceu o seu pioneirismo, discordou de suas conclusões espíritas, mas depois, através de suas famosas experiências metapsíquicas, comprovou o acerto de Kardec. Apesar de sua elevada posição nas Ciências, Richet, Prêmio Nobel de Fisiologia em 1913, acabou aceitando as conclusões de Kardec. Hoje, as pesquisas parapsicológicas e o avanço geral das Ciências, particularmente da Física Nuclear, trouxeram novas e decisivas comprovações ao trabalho de Kardec.

A CIÊNCIA ESPÍRITA - Essa, segundo ele mesmo explicou, foi a primeira Revelação ao mesmo tempo divina e humana, em que as entidades espirituais e os homens se conjugaram num esforço comum em busca da Verdade. O resultado foi a elaboração da Ciência Espírita, que por sua vez desencadeou no mundo as pesquisas psíquicas científicas, realizadas em laboratório nos grandes centros universitários. A essa Revelação sem precedentes é que ainda hoje se opõem alguns sacerdotes das religiões cristãs, tristemente desprovidos de capacidade científica, sem os recursos culturais e o preparo científico necessários, na ingloria e inútil defesa de seus dogmas.

Não há mais lugar, no pensamento contemporâneo, para as crenças ingênuas do passado, fundadas em pressupostos absurdos, alimentadas por esperanças irracionais e aspirações indefinidas de povos incultos. O Espiritualismo Utópico e o Materialismo Científico estão inteiramente superados. O primeiro ainda vive graças a tradições religiosas que rapidamente vão se apagando no suceder das gerações, e o segundo só subsiste graças às estruturas políticas que o sustentam, preservando-o através de medidas coercitivas, à semelhança dos métodos medievais com que a Igreja pretendeu, na fase do seu domínio absoluto, impedir o desenvolvimento científico.

Não há Revelação sem Ciência. E não há Ciência sem espírito livre aberto, entregue à pesquisa com o único objetivo de conhecer a realidade em suas múltiplas faces. O progresso humano depende do progresso científico. O conhecimento se forma da conjugação de todos os campos da Ciência, abrangendo a totalidade do Existente. As várias instâncias da estrutura bio-psico-somática do homem correspondem aos diversos planos na Natureza e no Cosmos em que se engasta o nosso planeta. O conhecimento é um sistema único e integrado. Sua divisão em Ciência, Filosofia, Arte e Religião é apenas metodológica. Uma religião sem apoio lógico e científico é um conjunto de lendas ou de cavalações astuciosas. Uma Ciência sem os dados da Religião é um corpo sem alma. Ciência, Arte e Religião desprovidas de arcabouço filosófico não são mais do que esboços imprecisos do que pretendem ser.

**Revisão Histórica e Estrutural do Cristianismo** - O Cristianismo surgiu da intervenção de um Gênio, Jesus de Nazaré, na Cultura palavresca e formalista dos fins do Mundo Antigo, para dar-lhe a possibilidade da integração cultural. O dogma da Revelação frustrou esse desígnio, opondo a infalibilidade da suposta palavra de Deus a todas as formas de progresso que contrariassem esse mito. Mas agora, nesta fase de acelerado avanço do Conhecimento além dos próprios limites do Sistema Planetário e do Sistema Solar, impõe-se a volta ao Pensamento do Cristo com todos os recursos novos que conquistamos. A revisão histórica e estrutural do Cristianismo é uma exigência vital da Nova Era – a Era Espacial ou Cósmica – que se abre para a Terra.

Quando Kardec lançou, no século XIX, a teoria da pluralidade dos mundos habitados, a que o astrônomo Camille Flammarion deu o apoio de uma obra especial a respeito, os escribas do século tentaram ridicularizar a ambos. Não obstante, Jesus já havia anunciado a existência de muitas moradas na Casa do Pai. O mesmo fizeram no tocante ao perispírito ou corpo espiritual. Hoje ninguém de bom senso se atreve a ridicularizar as conquistas da Astronáutica ou a descoberta científica, pelos físicos e biólogos soviéticos, na famosa Universidade de Kirov (materialista) do corpo bioplásmico do homem. É hora de revisão, e revisão profunda, corajosa, para repormos o Cristianismo no seu justo lugar.

4 – “O LIVRO DOS ESPÍRITOS”- “RESUMO DA DOCTRINA DOS ESPÍRITOS”- (O Livro dos Espíritos, Allan Kardec, tradução de José Herculano Pires, Ed. FEESP, 10ª. edição, 2001 – Introdução).

**“O Livro dos Espíritos” – Explicação do tradutor** – Com este livro, surgiu no mundo o Espiritismo. Sua primeira edição foi lançada a 18 de abril de 1857, em Paris, pelo editor E. Dentu, estabelecido no Palais Royal, Galerie d’Orleans, 13. Três novidades, à maneira das tríades druídicas, apareciam com este livro: a DOCTRINA ESPÍRITA e a palavra ESPIRITISMO, que a designava; o nome ALLAN KARDEC, que provinha do passado celta das Gálias. A primeira novidade era apresentada como antiga, em virtude de representar a eter-

na realidade espiritual, servindo de fundamento a todas as religiões de todos os tempos: a Doutrina Espírita. Era, entretanto, a primeira vez que aparecia na sua inteireza, graças à revelação do Espírito da Verdade prometida pelo Cristo. A segunda, a palavra Espiritismo, era um neologismo criado por Kardec e, desde aquele momento, integrado na língua francesa e nos demais idiomas do mundo. A terceira representava a ressurreição do nome de um sacerdote druida desconhecido. A maneira por que o livro fora escrito era também inteiramente nova. O prof. Denizard Hippolyte Léon Rivail fizera as perguntas que eram respondidas pelos Espíritos, sob a direção do Espírito da Verdade, por meio da cestinha-de-bico. Psicografia indireta. Os médiuns, duas meninas Caroline Baudin, de 16 anos, e Julie Baudin, de 14, colocavam as mãos nas bordas da cesta e o lápis (o bico) escrevia numa lousa. Pelo mesmo processo, o livro foi revisado pelo Espírito da Verdade por intermédio de outra menina, a srta. Japhet. Outros médiuns foram posteriormente consultados e Kardec informa, em Obras Póstumas: “Foi dessa maneira que mais de dez médiuns prestaram concurso a esse trabalho”.

Este livro é, portanto, o resultado de um trabalho coletivo e conjugado entre o Céu e a Terra. O prof. Denizard não o publicou com o seu nome ilustre de pedagogo e cientista, mas como Allan Kardec, nome obscuro que havia tido entre os druidas, na encarnação em que se preparara ativamente para a missão espírita. O nome obscuro suplantou o nome ilustre, pois representava na Terra a Falange do Consolador. Esta falange, se constituía dos Espíritos Reveladores, sob a orientação do Espírito da Verdade, e dos pioneiros encarnados, com Allan Kardec à frente. A 16 de março de 1860 foi publicada a segunda edição deste livro, inteiramente revista, reestruturada e aumentada por Kardec sob a orientação do Espírito da Verdade, que desde a elaboração da primeira edição já o avisara de que nem tudo podia ser feito naquela. Assim, a primeira edição foi o primeiro impacto da Doutrina Espírita no mundo, preparando o ambiente para a segunda que a completaria. Toda a Doutrina está contida neste livro, de forma sintética, e foi posteriormente desenvolvida nos demais volumes da Codificação.

Escrito na forma dialogada da Filosofia Clássica, em linguagem clara e simples, para divulgação popular, este livro é um verdadeiro tratado filosófico que começa pela Metafísica, desenvolvendo em novas perspectivas a Ontologia, a Sociologia, a Psicologia, a Ética, estabelecendo as ligações históricas de todas as fases da evolução humana em seus aspectos biológico, psíquico, social e espiritual. Um livro para ser estudado e meditado, com o auxílio dos demais volumes da Codificação.

**Resumo da Doutrina dos Espíritos – Explicação de Allan Kardec** - Os seres que se manifestam designam-se a si mesmos, como dissemos, pelo nome de Espíritos ou gênios, e dizem alguns pelo menos, que viveram como homens na Terra. Constituem o mundo espiritual, como nós constituímos, durante a nossa vida, o mundo corporal. Resumimos em poucas palavras os pontos principais da doutrina que transmitiram, a fim de mais facilmente responder a certas objeções:

“Deus é eterno, imutável, imaterial, único, todo-poderoso, soberanamente justo e bom. Criou o Universo, que compreende todos os seres animados e inanimados, materiais e imateriais. Os seres materiais constituem o mundo visível ou corporal e os seres imateriais o mundo invisível ou espírita, ou seja, dos Espíritos. O mundo espírita é o mundo normal, primitivo, eterno, preexistente e sobrevivente a tudo. O mundo corporal é secundário; pode deixar de existir ou nunca ter existido, sem alterar a essência do mundo espírita. Os Espíritos revestem temporariamente um invólucro material perecível e sua destruição pela morte os devolve à liberdade. Entre as diferentes espécies de seres corporais Deus escolheu a espécie humana para a en-

carnação dos Espíritos que chegaram a um certo grau de desenvolvimento, o que lhes dá superioridade moral e intelectual perante as demais. A alma é um Espírito encarnado e o corpo é apenas o seu invólucro. Há no homem três coisas; 1.º) O corpo ou ser material, semelhante ao dos animais e animado pelo mesmo princípio vital; 2.º) A alma ou ser imaterial, espírito encarnado no corpo; 3.º) O liame que une a alma ao corpo, princípio intermediário entre a matéria e o Espírito. O homem tem assim duas naturezas: pelo corpo participa da natureza dos animais, dos quais possui os instintos; pela alma participa da natureza dos Espíritos. O liame ou perispírito que une o corpo e Espírito é uma espécie de invólucro semimaterial. A morte é a destruição do invólucro mais grosseiro. O Espírito conserva o segundo, que constitui para ele um corpo etéreo, invisível para nós no seu estado normal, mas que ele pode tornar acidentalmente visível e mesmo tangível, como se verifica nos fenômenos de aparição. O Espírito não é portanto um ser abstrato, indefinido, que só o pensamento pode conceber. É um ser real, definido, que em certos casos pode ser apreciado, pelos nossos sentidos da vista, da audição e do tato. Os Espíritos pertencem a diferentes classes, não sendo iguais em poder nem inteligência, saber ou moralidade. Os da primeira ordem são os Espíritos Superiores que se distinguem pela perfeição, pelos conhecimentos e pela proximidade de Deus, a pureza dos sentimentos e o amor do bem: são os anjos ou Espíritos puros. As demais classes se distanciam mais e mais dessa perfeição. Os das classes inferiores são inclinados às nossas paixões: o ódio, a inveja, o ciúme, o orgulho etc. e se comprazem no mal. Nesse número há os que não são nem muito bons, nem muito maus; antes perturbadores e intrigantes do que maus; a malícia e a inconseqüência parecem ser as suas características: são os Espíritos estouvados ou levianos.

Os Espíritos não pertencem eternamente à mesma ordem. Todos melhoram, passando pelos diferentes graus da hierarquia espírita. Esse melhoramento se verifica pela encarnação, que a uns é imposta como uma expiação e a outros como missão. A vida material é uma prova a que devem submeter-se repetidas vezes até atingirem a perfeição absoluta; é uma espécie de peneira ou depurador de que eles saem mais ou menos purificados. Deixando o corpo, a alma volta ao mundo dos Espíritos, de que havia saído para reiniciar uma nova existência material após um lapso de tempo mais ou menos longo durante o qual permanecerá no estado de Espírito errante. Devendo o Espírito passar por muitas encarnações, conclui-se que todos nós tivemos muitas existências e que teremos ainda outras mais ou menos aperfeiçoadas, seja na Terra ou em outros mundos. A encarnação dos Espíritos ocorre sempre na espécie humana. Seria um erro acreditar que a alma ou espírito pudesse encarnar num corpo de animal. As diferentes existências corporais do Espírito são sempre progressivas e jamais retrógradas, mas a rapidez do progresso depende dos esforços que fazemos para chegar à perfeição. As qualidades da alma são as do Espírito encarnado. Assim, o homem de bem é a encarnação de um bom Espírito e o homem perverso a de um Espírito impuro. A alma tinha a sua individualidade antes da encarnação e a conserva após a separação do corpo. No seu regresso ao mundo dos Espíritos a alma reencontra todos os que conheceu na Terra e todas as suas existências anteriores se delineiam na sua memória, com a recordação de todo o bem e todo o mal que tenha feito.

O Espírito encarnado está sob a influência da matéria. O homem que supera essa influência, pela elevação e purificação de sua alma, aproxima-se dos bons Espíritos com os quais estará um dia. Aquele que se deixa dominar pelas más paixões e põe todas as suas alegrias na satisfação dos apetites grosseiros aproxima-se dos Espíritos impuros, dando preferência à natureza animal. Os Espíritos encarnados habitam os diferentes globos do Universo. Os Espíritos não-encarnados ou errantes não ocupam nenhuma região determinada ou circunscrita; estão por toda parte, no espaço e ao nosso lado, vendo-nos e acotovelando-nos sem cessar. É toda uma população invisível que se agita em nosso redor. Os Espíritos exercem sobre o mundo moral e



mesmo sobre o mundo físico uma ação incessante. Agem sobre a matéria e sobre o pensamento e constituem uma das forças da Natureza, causa eficiente de uma multidão de fenômenos até agora inexplicados ou mal explicados, que não encontram solução racional. As relações dos Espíritos com os homens são constantes. Os bons Espíritos nos convidam ao bem, nos sustentam nas provas da vida e nos ajudam a suportá-las com coragem e resignação; os maus nos convidam ao mal: é para eles um prazer ver-nos sucumbir e cair no seu estado.

As comunicações ocultas verificam-se pela influência boa ou má que eles exercem sobre nós sem o sabermos, cabendo ao nosso julgamento discernir as más e boas inspirações. As comunicações ostensivas realizam-se por meio da escrita ou de outras manifestações materiais, na maioria das vezes através dos médiuns que lhes servem de instrumentos. Os Espíritos se manifestam espontaneamente ou pela evocação. Podemos evocar todos os Espíritos: os que animaram homens obscuros e os dos personagens mais ilustres, qualquer que seja a época em que tenham vivido; os de nossos parentes, de nossos amigos ou inimigos e deles obter, por comunicações escritas ou verbais, conselhos, informações sobre a situação em que se acham no espaço, seus pensamentos a nosso respeito, assim como as revelações que tenham a permissão de fazer-nos. Os Espíritos são atraídos na razão de sua simpatia pela natureza moral do meio que os evoca. Os Espíritos superiores gostam das reuniões sérias em que predominam o amor do bem e o desejo sincero de instrução e de melhoria. Sua presença afasta os Espíritos inferiores, que encontram, ao contrário, livre acesso e podem agir com inteira liberdade entre as pessoas frívolas ou guiadas apenas pela curiosidade, e por toda parte onde encontrem maus instintos. Longe de obtermos bons conselhos e informações úteis desses Espíritos, nada mais devemos esperar do que futilidades, mentiras, brincadeiras de mau gosto ou mistificações, pois freqüentemente se servem de nomes veneráveis para melhor nos induzirem ao erro.

Distinguir os bons e os maus Espíritos é extremamente fácil. A linguagem dos Espíritos superiores é constantemente digna, nobre, cheia da mais alta moralidade, livre de qualquer paixão inferior, seus conselhos revelam a mais pura sabedoria e têm sempre por alvo o nosso progresso e o bem da Humanidade. A dos Espíritos inferiores, é incoerente, quase sempre banal e mesmo grosseira; se dizem às vezes coisas boas e verdadeiras, dizem com mais freqüência falsidades e absurdos, por malícia ou ignorância; zombam da credulidade e divertem-se à custa dos que os interrogam, lisonjeando-lhes a vaidade e embalando-lhes os desejos com falsas esperanças. Em resumo, as comunicações sérias, na perfeita aceção do termo, não se verificam senão nos centros sérios, cujos membros estão unidos por uma íntima comunhão de pensamentos dirigidos para o bem. A moral dos Espíritos superiores se resume, como a do Cristo, na máxima evangélica: “Fazer aos outros o que desejamos que os outros nos façam”, ou seja, fazer o bem e não o mal. O homem encontra nesse princípio a regra universal de conduta mesmo para as menores ações.

Eles nos ensinam que o egoísmo, o orgulho, a sensualidade são paixões que nos aproximam da natureza animal, prendendo-nos à matéria; que o homem que desde este mundo se liberta da matéria pelo desprezo das futilidades mundanas e o cultivo do amor ao próximo, aproxima-se da natureza espiritual; que cada um de nós deve tornar-se útil segundo as faculdades e os meios que Deus nos colocou nas mãos para nos provar; que o Forte e o Poderoso devem apoio e proteção ao Fraco porque aquele que abusa da sua força e do seu poder para oprimir o seu semelhante viola a lei de Deus. Eles ensinam, enfim, que no mundo dos Espíritos nada pode estar escondido: o hipócrita será desmascarado e todas as suas torpezas reveladas; a presença inevitável e incessante daqueles que prejudicamos é um dos castigos que nos estão reservados; ao estado de inferioridade e de superioridade dos Espíritos correspondem penas e a-

legrias que nos são desconhecidas na Terra. Mas eles nos ensinam também que não há faltas irremissíveis que não possam ser apagadas pela expiação. O homem encontra o meio necessário nas diferentes existências que lhe permitem avançar, na via do progresso, em direção à perfeição que é o seu objetivo final.”

Este é o resumo da Doutrina Espírita, como ela aparece no ensinamento dos Espíritos superiores. Vejamos agora as objeções que lhe fazem”.

5 – A CIÊNCIA E O ESPIRITISMO – (O Livro dos Espíritos, Allan Kardec, Introdução).

A oposição das corporações científicas é, para muita gente, senão uma prova, pelo menos uma forte presunção contrária. Não somos dos que levantam a voz contra os sábios, pois não queremos dar motivo a nos chamarem de estouvados; temo-los, pelo contrário, em grande estima e ficaríamos muito honrados se fôssemos contados entre eles. Entretanto, sua opinião não poderia representar, em todas as circunstâncias, um julgamento irrevogável. Quando a Ciência sai da observação material dos fatos e trata de apreciá-los e explicá-los, abre-se para os cientistas o campo das conjecturas: cada um constrói o seu sistemazinho, que deseja fazer prevalecer, e o sustenta encarniçadamente. Não vemos diariamente as opiniões mais contraditórias serem preconizadas e rejeitadas, repelidas como erros absurdos e depois proclamadas como verdades incontestáveis? Os fatos, eis o verdadeiro critério dos nossos julgamentos, o argumento sem réplica. Na ausência dos fatos, a dúvida é a opinião do homem prudente.

No tocante às coisas evidentes, a opinião dos sábios é justamente digna de fé, porque eles as conhecem mais e melhor que o vulgo. Mas no tocante a princípios novos, a coisas desconhecidas, a sua maneira de ver não é mais do que hipotética, porque eles não são mais livres de preconceitos que os outros. Direi mesmo que o sábio terá, talvez, mais preconceitos que qualquer outro, pois uma propensão natural o leva a tudo subordinar ao ponto de vista de sua especialidade: o matemático não vê nenhuma espécie de prova, senão por meio de uma demonstração algébrica, o químico relaciona tudo com a ação dos elementos, e assim por diante. Todo homem que se dedica a uma especialidade escraviza a ela as suas idéias. Afastai-o do assunto e ele quase sempre se confundirá, porque deseja tudo submeter ao seu modo de ver; é esta uma conseqüência da fragilidade humana. Consultarei, portanto, de bom grado e com absoluta confiança, um químico sobre uma questão de análise; um físico sobre a força elétrica; um mecânico sobre a força motriz; mas eles me permitirão, sem que isto afete a estima que lhes devo por sua especialização, que não tenha em melhor conta a sua opinião negativa sobre o Espiritismo do que a de um arquiteto sobre questões de música.

As ciências comuns se apoiam nas propriedades da matéria, que pode ser experimentada e manipulada à vontade; os fenômenos espíritos se apoiam na ação de inteligências que têm vontade própria e nos provam a todo instante não estarem submetidas ao nosso capricho. As observações, portanto, não podem ser feitas da mesma maneira, num e noutro caso. No Espiritismo elas requerem condições especiais e outra maneira de encará-las: querer sujeitá-las aos processos ordinários de investigação, seria estabelecer analogias que não existem. A Ciência propriamente dita, como Ciência, é incompetente para se pronunciar sobre a questão do Espiritismo: não lhe cabe ocupar-se do assunto, e seu pronunciamento a respeito, qualquer que seja, favorável ou não, nenhum peso teria.

O Espiritismo é o resultado de uma convicção pessoal que os sábios podem ter como indivíduos, independente de sua condição de sábios. Querer, porém, deferir a questão à Ciência seria o mesmo que entregar a uma assembléia de físicos ou astrônomos a solução do problema da existência da alma. Com efeito, o Espiritismo repousa inteiramente sobre a existência da alma e o seu estado após a morte. Ora, é supinamente ilógico pensar que um homem deve ser grande psicólogo pelo simples fato de ser grande matemático ou grande anatomista. O anatomista, dissecando o corpo humano, procura a alma e, porque não a encontra com o seu bisturi, como se encontrasse um nervo, ou porque não a vê evoluir-se como um gás, conclui que ela não existe. Isto, em razão de colocar-se num ponto de vista exclusivamente material. Segue-se daí que ele esteja com a razão, contra a opinião universal? Não. Vê-se, portanto, que o Espiritismo não é da alçada da Ciência.

Quando as crenças espíritas estiverem vulgarizadas, quando forem aceitas pelas massas, - o que, a julgar pela rapidez com que se propagam, não estaria muito longe, - dar-se-á com elas o que se tem dado com todas as idéias novas que encontraram oposição: os sábios se renderão à evidência. Eles a aceitarão individualmente, pela força das circunstâncias. Até que isso aconteça, seria inoportuno desviá-los de seus trabalhos especiais para constrangê-los a ocupar-se de coisa estranha que não está nas suas atribuições nem nos seus programas. Enquanto isso, os que, sem estudo prévio e aprofundado da questão, pronunciam-se pela negativa e zombam dos que não concordam com a sua opinião esquecem que o mesmo aconteceu com a maioria das grandes descobertas que honram a Humanidade. Arriscam-se a ver os seus nomes aumentando a lista dos ilustres negadores das idéias novas, inscritos ao lado dos membros da douta assembléia que, em 1752, recebeu com estrondosa gargalhada o relatório de Franklin sobre os pára-raios, julgando indigno de figurar entre as comunicações da pauta, e daquela outra que fez a França perder as vantagens da navegação a vapor ao declarar o sistema de Fulton um sonho impraticável. Não obstante, eram questões da alçada da Ciência. Se essas assembléias, que contavam com os maiores sábios do mundo, só tiveram zombaria e sarcasmo para as idéias que ainda não compreendiam e que alguns anos mais tarde deviam revolucionar a Ciência, os costumes e a indústria, como esperar que uma questão estranha aos seus trabalhos possa ser melhor aceita?

Esses erros lamentáveis não tirariam aos sábios, entretanto, os títulos com que, noutros assuntos, conquistam o nosso respeito. Mas é necessário um diploma oficial para se ter bom senso? E fora das cátedras acadêmicas não haverá mais do que tolos e imbecis? Basta olhar para os adeptos da doutrina espírita, para se ver se entre eles só existem ignorantes e se o número imenso de homens de mérito que a abraçaram permite que a releguemos ao rol das simples credices. O caráter e o saber desses homens autorizam-nos a dizer: pois se eles o afirmam, deve pelo menos haver alguma coisa.

Repetimos ainda que, se os fatos de que nos ocupamos estivessem reduzidos ao movimento mecânico dos corpos, a pesquisa da causa física do fenômeno seria do domínio da Ciência; mas desde que se trata de uma manifestação fora do domínio das leis humanas, escapa à competência da Ciência material, porque não pode ser explicada por números, nem por forças mecânicas. Quando surge um fato novo, que não se enquadra em nenhuma Ciência conhecida, o sábio, para o estudar, deve fazer abstração de sua ciência e dizer a si mesmo que se trata de um estudo novo, que não pode ser feito com idéias preconcebidas. O homem que considere a sua razão infalível está bem próximo do erro; mesmo aqueles que têm as mais falsas idéias apoiam-se na própria razão e é por isso que rejeitam tudo quanto lhes parece impossível. Os que ontem repeliram as admiráveis descobertas de que a Humanidade hoje se orgulha, apelaram a

esse juiz para as rejeitar. Aquilo que chamamos razão é quase sempre o orgulho mascarado, e quem quer que se julgue infalível coloca-se como igual a Deus. Dirigimo-nos, portanto, aos que são bastante ponderados para duvidar do que não viram e, julgando o futuro pelo passado, não acreditam que o homem tenha chegado ao apogeu nem que a Natureza lhes tenha virado a última página de seu livro.

6 – “PROFISSÃO DE FÉ ESPÍRITA RACIONAL”: DEUS – A ALMA – CRIAÇÃO – REENCARNAÇÕES - MANIFESTAÇÕES DE ESPÍRITOS - (Livro “Obras Póstumas”, Allan Kardec, Editora LAKE, 11<sup>a</sup>. edição, 1995, tradução de João Teixeira de Paula, págs. 26 e seguintes).

**DEUS – Existe um Deus, inteligência suprema, causa primária de todas as coisas.**

A prova da existência de Deus está no axioma: **não há efeito sem causa**. Vemos constantemente uma multidão de efeitos inumeráveis, cuja causa está fora da humanidade, não podendo esta, pois, produzi-los, nem sequer explicá-los. A causa, que está acima da humanidade, é o que se chama: **Deus, Jeová, Alá, Brama, Fo-Hi, Grande Espírito, etc.**, segundo as linhas, os tempos e os lugares. Aqueles efeitos não se produzem ao acaso, fortuitamente e sem ordem; desde a organização do mais pequeno inseto, do mais pequeno grão, até à lei que rege os mundos suspensos no espaço, tudo atesta um pensamento, uma combinação, uma providência, uma solicitude superiores a toda concepção humana. A causa desses efeitos é, por conseguinte, soberanamente inteligente.

**Deus é eterno, imutável, imaterial, uno, onipotente, soberanamente justo e bom.**

Deus é **eterno**, porque se houvesse tido princípio, alguma coisa teria existido antes dele; teria saído do nada, ou seria criação de um ser anterior. É por esta dedução que gradativamente nos elevamos ao infinito na eternidade. Deus é **imutável**, porque, se assim não fora, se estivesse sujeito a modificações, as leis, que regem o universo, não poderiam ter estabilidade. Deus é **imaterial** ou de natureza oposta ao que chamamos matéria; pois que se o não fora, se fosse da natureza da matéria, seria, como esta, sujeito às flutuações e transformações: não seria, pois, **imutável**. Deus é **uno**, pois que se múltiplo fora, múltiplas seriam as vontades; e, conseguintemente, impossível seria a unidade de vista e de ação na criação e na manutenção da ordem universal. Deus é **onipotente**, porque é **uno**. Se não possuísse o absoluto poder, haveria algum ser mais poderoso; não seria o criador de todas as coisas, e aquelas, que não tivesse criado, seriam obras de outro Deus. Deus é **soberanamente justo e bom**, porque a sabedoria das suas leis, revelando-se nas menores como nas maiores coisas, não permite pôr-lhe em dúvida a justiça e a bondade.

**Deus é infinito em todas as suas perfeições.** Se fosse possível admitir imperfeição em qualquer dos atributos divinos, se se lhe suprimisse a menor parcela de **eternidade**, de **imutabilidade**, de **imaterialidade**, de **unidade**, de **onipotência**, de **justiça** e de **bondade**, ficar-se-ia logicamente no direito de admitir um ser dotado de tudo quanto lhe faltasse. Então esse ser, mais perfeito que ele, seria o verdadeiro Deus.

**A ALMA – Há no homem um princípio inteligente que se chama ALMA ou ESPÍRITO, independente da matéria e que lhe dá o senso moral e a faculdade de pensar.**

Se o pensamento fosse propriedade da matéria, a matéria bruta pensaria; mas a matéria inerte evidentemente não possui faculdades intelectuais e o corpo logo que morre cessa de manifestar pensamentos; portanto é de rigor concluir que a alma é independente da matéria e que os ór-

gãos corpóreos não são senão instrumentos de que se serve o homem para transmitir os pensamentos.

**As doutrinas materialistas são incompatíveis com a moral e subversivas da ordem social.** Se, como julgam os materialistas, o pensamento fosse uma secreção do cérebro, como a bÍlis o é do fÍgado, resultaria que, morto o corpo, a inteligéncia e as qualidades morais do homem ficariam reduzidas a nada; os pais, os amigos e todos, a quem se amasse, ficariam para sempre perdidos; o mérito do talento nada valeria, porque só ao acaso deveria as suas faculdades transcendentés que revela, e entre o imbecil e o sábio a diferença seria apenas de mais ou menos massa cerebral. As conseqüéncias desses princípÍos seriam que o homem, nada esperando depois desta vida, nenhum interesse teria em fazer o bem; que o que é natural é procurar ele todo o gozo possível, mesmo à custa dos outros; que seria estúpido privar-se do que lhe apraz por causa de outrem; que o egoÍsmo seria o mais racional dos seus sentimentos; que o infeliz, perseguido pela adversidade, o que melhor pode fazer é matar-se, uma vez que, tendo fatalmente de reduzir-se a nada, teria a vantagem de abreviar o tempo de sofrimentos. A doutrina materialista é, pois, a sanção do egoÍsmo, fonte de todos os vÍcios; a negação da caridade, origem de todas as virtudes, pedra angular da ordem social – bem assim como a justificação do suicÍdio.

**A independéncia da alma é provada pelo Espiritismo.** A existéncia da alma é provada pelos atos inteligentes do homem, os quais decorrem necessariamente de uma causa inteligente e jamais de uma causa inerte. A sua independéncia da matéria é demonstrada de modo patente pelos fenômenos espÍritas, que a mostram agindo por si mesma; e o é, principalmente, pela experiéncia do seu desprendimento, **durante a vida**, o que lhe permite manifestar-se, pensar e agir separada do corpo. A química separa os elementos constitutivos da água, patenteadolhe as propriedades, bem como pode decompor e recompor o corpo composto. Pois bem!, o Espiritismo pode, do mesmo modo, separar os dois elementos constitutivos do homem: **o espÍrito e a matéria, a alma e o corpo**; pode separá-los e reuni-los à vontade, donde decorre a prova de sua independéncia.

**A alma sobrevive ao corpo e conserva a individualidade depois da morte.** Se a alma não sobrevivesse ao corpo, a única perspectiva do homem seria o nada, do mesmo modo como se a faculdade de pensar fosse produto da matéria. Se ela não conservasse a individualidade, isto é, se se perdesse no seio do **grande todo**, como gotas d'água no oceano, valeria isto pelo nada do pensamento humano, e as conseqüéncias seriam absolutamente as mesmas como se o homem não tivesse alma. A sobrevivéncia da alma prova-se de maneira irrecusável e por assim dizer palpável pelas comunicações espÍritas. A sua individualidade demonstra-se pelo caráter e qualidades próprias a cada uma; essas qualidades, distintas umas das outras, constituem a personalidade; se se confundissem em um todo comum, as qualidades de todos seriam uniformes. Além dessas provas, ainda temos a material das manifestações visuais ou aparições, que são tão freqüentes e tão autênticas a ponto de não deixarem a menor dúvida.

**A alma é feliz ou infeliz depois da morte, segundo o bem ou o mal, que fez na vida.** Desde que se admite um Deus, soberanamente justo, é impossível crer-se que as almas tenham a mesma sorte. Se o criminoso e o virtuoso tivessem a mesma posição depois da morte, inútil seria praticar o bem, e seria negar a justiça de Deus supor que Ele não faz diferença entre os que praticam o bem e os que praticam o mal, o que seria a negação da sua justiça. Deus não seria justo se, não sendo o mal punido na terra e o bem premiado, não o punisse ou galardoasse depois da vida terrestre. As penas e recompensas futuras nós as conhecemos, materialmente,

pelas comunicações com as almas dos que viveram entre nós, e nos vêm descrever as suas felicidades ou infelicidades, a natureza de uma e outras e o que as causa.

**Deus, a alma, a sobrevivência e a individualidade da alma depois da morte do corpo, as penas e as recompensas futuras – eis os princípios fundamentais de todas as religiões.** O Espiritismo vem acrescentar às provas morais desses princípios, as provas materiais através dos fatos e da experimentação, cortando assim pela raiz os sofismas do materialismo. Em presença dos fatos, não há razão para a incredulidade. E assim o Espiritismo restitui a fé aos que a perderam e dissipa as dúvidas aos que vacilam.

**CRIAÇÃO – Deus é o criador de todas as coisas.** Esta proposição decorre da prova da existência de Deus.

**O princípio das coisas é segredo de Deus.** Tudo atesta que Deus é o autor de todas as coisas; mas quando e como as fez? A matéria existe de toda a eternidade, como Ele? Ignoramo-lo. Não podemos formular senão hipóteses, mais ou menos prováveis, sobre o que não julgou oportuno revelar-nos. Dos efeitos que vemos, podemos chegar a certas causas, mas há um limite, que nos é impossível transpor, e tentar fazê-lo seria perder tempo e arriscar-se a cair em erro.

**O homem tem um farol para a procura do desconhecido: são os atributos de Deus.** No tentame de devassar, pelo raciocínio, os mistérios da criação, temos um critério infalível, um guia seguro: os atributos de Deus. Uma vez admitido que Deus não pode deixar de ser **eterno, imutável, imaterial, uno, onipotente, soberanamente justo e bom**, infinito em todas as suas perfeições, toda a doutrina ou teoria, científica ou religiosa, que deprimir, ainda que infinitesimalmente, qualquer daqueles predicados, é necessariamente falsa, pois tende à negação do próprio Deus.

**Os mundos materiais tiveram princípio e não de ter fim.** Em qualquer das hipóteses, ou de existir a matéria de toda a eternidade, como Deus, ou de ter sido criada em uma dada época, é evidente, à vista do que se passa constantemente a nossos olhos, que as transformações pelas quais ela passa são temporárias, resultando de tais transformações diferentes corpos que nascem e se destroem incessantemente. Sendo os diversos mundos produzidos pela aglomeração e transformação da matéria, devem, como todos os corpos materiais, ter princípio e fim, segundo leis que nos são desconhecidas. A ciência pode, até certo ponto, formular as leis que lhes presidiram à formação e remontar ao estado primitivo deles. Toda teoria filosófica, em contradição com os fatos demonstrados pela Ciência, é necessariamente falsa, salvo se se provar que a Ciência está em erro.

**CRIAÇÃO DOS ESPÍRITOS – REENCARNAÇÕES - Deus criou, juntamente com os mundos materiais, seres inteligentes, que chamamos Espíritos.** Não conhecemos a origem e o modo de criação dos Espíritos; sabemos somente que são criados simples e ignorantes, isto é, sem sabedoria e sem o sentimento do bem e do mal, sendo, porém, dotados de perfectibilidade e igual aptidão para adquirir sabedoria e moralidade. No princípio, são como crianças, sem vontade própria, nem consciência perfeita da sua existência. À medida que o Espírito se afasta do ponto inicial, desenvolvem-se-lhe as idéias, como acontece às crianças, e com as idéias rompe o livre-arbítrio, isto é, a liberdade de ação consciente para escolher o caminho a seguir em sua marcha – o que constitui um dos atributos essenciais do Espírito. O termo final da caminhada dos Espíritos, o destino de todos, é a conquista da perfeição, de que é susceptível

a criatura, e o resultado ou conseqüência dessa conquista é o gozo da suprema felicidade, que se alcança lenta ou rapidamente, segundo o uso que se faz do livre-arbítrio.

Os Espíritos são os agentes do poder divino, constituem a força inteligente da natureza, concorrem para a realização dos desígnios do Criador, no intuito de manter-se a harmonia geral do universo e das leis imutáveis da criação. Para concorrerem, como agentes do poder divino, à obra dos mundos materiais, os Espíritos revestem temporariamente um corpo material. Os Espíritos encarnados constituem a humanidade. A alma do homem é um Espírito encarnado. A vida normal dos Espíritos é a espiritual, que é eterna; a corpórea é transitória e passageira, um verdadeiro instante na eternidade. A encarnação dos Espíritos deriva de lei natural, é uma necessidade, tanto para o seu progresso, como para a realização dos planos de Deus. Pelo trabalho, função necessária da vida corporal, aperfeiçoam a inteligência e adquirem, observando a lei de Deus, os méritos que lhes proporcionam a eterna felicidade. Resulta do exposto que os Espíritos, concorrendo para a obra geral da criação, trabalham ao mesmo tempo em seu próprio progresso. O aperfeiçoamento do Espírito é fruto do seu trabalho, ele o alcança na razão da atividade e boa vontade que emprega para a aquisição das qualidades que lhe faltam.

**Reencarnações** – Não podendo o Espírito adquirir em uma única existência corpórea todas as qualidades intelectuais e morais, que devem conduzi-lo ao fim para que foi criado, precisa, para conseguir esse fim, de uma série de existências, em cada uma das quais adianta um passo nas vias do progresso e se limpa de algumas imperfeições. Em cada uma dessas existências, o Espírito traz o cabedal adquirido nas anteriores, quer intelectual, quer moralmente; do mesmo modo como traz os germens das imperfeições de que não conseguiu expurgar-se. O Espírito, que emprega mal uma existência, não adiantando uma linha no caminho do bem, nenhum proveito colhe e tem de recomeçar o trabalho em condições mais ou menos penosas, em conseqüência de sua negligência e má vontade. Uma vez que o Espírito adquire alguma coisa de bom e se despoja de algo de mau, em cada existência corpórea, segue-se que, ao fim de certo número de encarnações, se encontra depurado e chega ao estado de Espírito puro.

O número de existências corporais é indeterminado e depende da vontade do Espírito no trabalho ativo do aperfeiçoamento moral. No intervalo das existências corporais, o Espírito fica **errante** e vive a vida espiritual. A erraticidade não tem duração determinada. Os Espíritos que adquiriram o progresso compatível com o mundo em que estiveram deixam-no para se encarnarem em outro mais adiantado, onde adquirem novos conhecimentos, e assim vão fazendo a sua excursão, até chegarem ao ponto de não mais precisarem de um corpo material, vivendo exclusivamente a vida espiritual, em que progridem ainda noutra sentida e por outros meios. Desde que chegam ao ponto culminante do progresso, gozam da suprema felicidade. São admitidos aos conselhos do Onipotente, cujo pensamento recebem, e constituem-se seus diretos ministros para o governo dos mundos, tendo sob as ordens Espíritos de variados graus de adiantamento.

**MANIFESTAÇÕES DE ESPÍRITOS – Caráter e conseqüências religiosas de manifestações de Espíritos.** As Almas ou Espíritos dos homens que viveram na Terra, constituem o mundo invisível no espaço que nos cerca. Resulta daí, que desde que há Espíritos e que, se estes têm o poder de se manifestarem, deveriam tê-lo em todo tempo. É o que provam a história e as religiões de todos os povos. Ultimamente, porém, as manifestações de Espíritos têm adquirido enorme desenvolvimento e maior autenticidade, sem dúvida por querer a Providência curar a chaga da incredulidade e do materialismo por evidentes provas, permitindo aos que deixaram a Terra virem comprovar a sua existência e revelar-nos as condições felizes ou peno-

sas em que vivem. O mundo visível, sendo envolvido pelo invisível, com o qual vive em perpétuo contato, age incessantemente sobre ele e recebe dele a reação. Esta reciprocidade é origem de uma multidão de fenômenos, considerados sobrenaturais, por se lhes ignorar a causa. A ação e a reação de um mundo sobre outro é uma das leis, uma das forças da natureza, necessárias à harmonia universal, como por exemplo a lei de atração. Se aquela força deixasse de obrar, perturbar-se-ia a ordem universal, como em um maquinismo, de que se tirasse uma roda. Não têm, portanto, o caráter de sobrenatural os fenômenos produzidos por semelhante força ou lei da natureza, julgados tais por não se lhes conhecer a causa, como acontece com certos efeitos da luz, da eletricidade, etc.

Todas as religiões têm por base a existência de Deus e por objetivo o futuro do homem depois da morte. Esse futuro, que é de interesse capital, está necessariamente ligado à existência do mundo invisível; e é por isso que em todos os tempos a humanidade tem feito do conhecimento desse mundo o principal objeto dos seus estudos e preocupações. A sua atenção era naturalmente arrastada para todo o fenômeno indicativo daquele mundo, e nenhum havia tão positivo como o das manifestações dos Espíritos, pelos quais os seus habitantes nos revelam a sua existência. É por isso que os fenômenos se tornaram a base da maior parte das dogmas das religiões.

Havendo o homem tido em todos os tempos a intuição de um poder superior, foi induzido a atribuir à ação **direta** dessa potência os fenômenos cuja causa lhe era desconhecida, considerando-os prodígios e efeitos supernaturais. Essa tendência é pelos incrédulos considerada obra do amor do homem pelo maravilhoso, mas não lhe procuram os motivos. Se se dessem a esse trabalho, reconheceriam que o amor do maravilhoso procede da intuição mal definida de uma ordem de coisas extracorporais. Com o progresso da Ciência e o conhecimento das leis da natureza, aqueles fenômenos têm, pouco a pouco, passado do domínio do maravilhoso ao dos efeitos naturais; e por isso o que se supunha outrora sobrenatural não o é mais atualmente, nem mais o será de ora em diante.

Os fenômenos dependentes da manifestação dos Espíritos forneceram, pela sua própria natureza, larga contribuição aos fatos considerados maravilhosos; devia porém chegar o tempo em que fosse conhecida a lei que os rege e eles entrassem, como quaisquer outros, na ordem dos fatos naturais. Esse tempo chegou e o Espiritismo, fazendo conhecer aquela lei, trouxe a chave para a interpretação da maior parte das passagens incompreendidas das Escrituras sagradas, que aludiam a ela e dos fatos reputados miraculosos. O caráter de um fato miraculoso é ser insólito e excepcional; é ser uma derrogação das leis da natureza. Desde que um fenômeno se reproduza em identidade de condições, é porque obedece a uma lei e portanto não é miraculoso. Essa lei pode ser ignorada, mas nem por isso deixa de existir, competindo ao tempo torná-la conhecida. O movimento do Sol, ou, melhor, da Terra, sustado por ordem de Josué, seria um verdadeiro milagre, por ser uma manifesta derrogação da lei, que rege o movimento dos astros; se, porém, o mesmo fato pudesse reproduzir-se, em dadas condições, é porque obedeceria a uma lei e deixaria de ser um milagre.

A Igreja não tem razão de perturbar-se por se ir estreitando o círculo dos fatos miraculosos. Deus afirma muito mais a sua grandeza e poder, com o admirável conjunto das suas leis, do que com a infração delas; tanto mais atribuindo ela ao demônio o poder de fazer prodígios, o que implica ser o demônio tão poderoso quanto Deus, uma vez que tem a faculdade de interromper o curso das leis divinas. É blasfêmia e sacrilégio dizer que o Espírito do mal pode suspender a ação das leis divinas! A religião ganha autoridade, em vez de a perder, com a classifi-



cação na ordem natural dos fatos reputados miraculosos e isto porque, se um deles é falsamente considerado milagre, nasce dali um erro e a religião, obstinando-se em mantê-lo, só tem que perder. Além disso, ainda é prejudicado porque muitas pessoas não admitem a possibilidade dos milagres; donde resulta negarem os fatos tidos como tais e a religião que os sustenta. Pelo contrário, admitidos os fatos como efeitos de leis naturais, nenhuma razão há para se lhes recusar fé, tanto como à religião, que os proclama.

Os fatos, que a ciência demonstra peremptoriamente, não podem ser negados por nenhuma crença religiosa. A religião ganha autoridade, acompanhando a ciência em seus progressos; tanto quanto a perdeu, caprichando em ficar atrás, ou repelindo as verdades científicas em nome de dogmas, que jamais poderão prevalecer contra as leis naturais, nem principalmente anulá-las. Um dogma fundado na negação de uma daquelas leis é necessariamente falso.

O Espiritismo, firmado no conhecimento de leis ainda não compreendidas, não vem destruir os fatos religiosos, mas torná-los mais aceitáveis, dando-lhes explicação racional. O que ele vem destruir são as falsas deduções tiradas daquelas leis, por erro ou ignorância. A ignorância das leis da natureza, induzindo o homem a procurar causas fantásticas para os fenômenos que não compreende, é a origem das idéias supersticiosas, entre as quais algumas são devidas aos fenômenos espíritas mal compreendidos. O conhecimento das leis que regem os fenômenos destrói essas idéias supersticiosas, dando às coisas o seu caráter real e demarcando os limites do possível e do impossível.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

### (Do Projeto de Código de Direito Natural Espírita)

Todo projeto de Lei, de Decreto-Lei ou de Código traz, geralmente, sua “Exposição de Motivos” para apreciação da autoridade superior encarregada de decretá-lo ou promulgá-lo. Em nosso caso, a autoridade maior a quem é dirigido este projeto de Código é o querido leitor, consultor ou pesquisador, de qualquer nível cultural, livre-pensador, que esteja empenhado em conhecer os princípios da VERDADEIRA JUSTIÇA.

Os motivos expostos não poderiam ser outros senão os resultados das pesquisas e estudos profundos realizados, principalmente, por José Herculano Pires – O Apóstolo de Kardec -, consubstanciados nos temas, reflexões, crônicas e comentários que se seguem, colhidos de alguns de seus principais livros (escreveu, ao todo, mais de oitenta), que comprovam definitiva e irrefutavelmente a afirmação de Allan Kardec que o Espiritismo é Ciência, Filosofia e Religião (em Espírito e Verdade).

Apoiados nesse tripé cultural, agora sedimentado por José Herculano Pires, identificamos em “O Livro dos Espíritos”, nos capítulos “As Leis Morais” e “Esperanças e Consolações”, todo o conteúdo para o nosso projeto de “Código de Direito Natural Espírita”, que agora submetemos à apreciação do público leitor que poderá promulgá-lo, ignorá-lo e, até mesmo, execrá-lo. Antes de qualquer veredicto, entretanto, deve-se ter em mente que as “Leis Morais” que o compõem têm sua fonte no LEGISLADOR SUPREMO, que é DEUS!

**1 – O GRANDE DESCONHECIDO – (Explicação de José Herculano Pires, em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Editora Paidéia, SP, 1ª. edição, 1979, págs. 1-5) –** Todos falam de Espiritismo, bem ou mal. Mas poucos o conhecem. Geralmente o consideram como uma seita religiosa comum, carregada de superstições. Muitos o vêem como uma tentativa de sistematização de credices populares, onde todos os absurdos podem ser encontrados. Há os que o aceitam como nova Goécia, magia negra da Antigüidade disfarçada de Cristianismo milagreiro. Grandes cientistas se deixaram envolver nos seus problemas e se desmoralizaram. Outros entendem que podem encontrar nele a solução para todos os seus problemas, conseguir filtros de amor e os 13 pontos da Loteria Esportiva. E na verdade os seus próprios adeptos não o conhecem. Quem se diz espírita arrisca-se a ser procurado para fazer macumba, despachos contra inimigos ou curas milagrosas de doenças incuráveis. Grandes instituições espíritas, geralmente fundadas por pessoas sérias, tornam-se as vezes verdadeiras fontes de confusão a respeito do sentido e da natureza da doutrina. O Espiritismo, nascido ontem, nos meados do século 19, é hoje o Grande Desconhecido dos que o aprovam e o louvam e dos que o atacam e criticam.

Durante muito tempo ele foi encarado com pavor pelos religiosos, que viam nele uma criação diabólica para perdição das almas. Falar em fenômenos espíritas era pecado mortal, comprar passagem direta para o Caldeirão de Belzebu. Médicos ilustres chegaram a classificar o Espiritismo como fábrica de loucos. Quando começaram a surgir os hospitais espíritas para doenças mentais, alegaram que os espíritas procuravam curar loucos que eles mesmos faziam para aliviar suas consciências pesadas. E quando viram que o Espiritismo realmente curava loucos incuráveis, diziam que os demônios se entendiam entre si para lograr o povo.

Não obstante, o Espiritismo é uma doutrina moderna, perfeitamente estruturada por um grande pensador, escritor e pedagogo francês, homem de letras e ciências, famoso por sua cultura e seus trabalhos científicos e que assinou suas obras espíritas com o pseudônimo de Allan Kardec. Saber isso já é saber alguma coisa a respeito, mas está muito longe de ser tudo. Doutrina complexa, que abrange todo o campo do Conhecimento, apresenta-se enquadrada na seqüência epistemológica de: a) **Ciência** – como pesquisa dos chamados fenômenos paranormais, dotada de métodos próprios, específicos e adequados ao objeto que investiga, tendo dado origem a todas as ciências do paranormal, até à Parapsicologia atual e seu ramo romeno, que se disfarça sob o nome pouco conhecido de Psicotrônica, para não assustar os materialistas. b) **Filosofia** – como interpretação da natureza dos fenômenos e reformulação da concepção do mundo e de toda a realidade segundo as novas descobertas científicas; aceita Oficialmente no plano filosófico, consta do Dicionário Filosófico do Instituto de França; no Brasil, reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, constando do volume Panorama da Filosofia em São Paulo, edição conjunta do Instituto e da Universidade de São Paulo, coordenação do Prof. Luiz Washington Vitta. c) **Religião** – como conseqüência das conclusões filosóficas, baseadas nas provas da sobrevivência humana após a morte e nas ligações históricas e genésicas do Cristianismo com o Espiritismo; considerado como a Religião em Espírito e Verdade, anunciada por Jesus, segundo os Evangelhos; religião espiritual, sem aparatos formais, dogmas de fé ou instituição igreja, sem sacramentos. d) **Essa seqüência** – obedece as leis da Gnosiológia, pelas quais o conhecimento começa nas experiências do homem com o mundo e se desenvolve nas ilações do pensamento humano dentro do quadro da realidade conhecida; como no Espiritismo essa realidade supera os limites da vida física, a moral se projeta no plano das relações do homem com a Divindade, adquirindo sentido religioso.

Colocado assim o problema, a complexidade do Espiritismo se torna facilmente compreensível. Tudo no Universo se processa mediante a ação e o controle de leis naturais, que correspondem à imanência de Deus no Mundo através de suas leis. Toda a realidade verificável é natural, de maneira que os espíritos e suas manifestações não são sobrenaturais, mas fatos naturais explicáveis, resultantes de leis que a pesquisa científica esclarece. O Sobrenatural só se refere a Deus, cuja natureza não é acessível ao homem neste estágio de sua evolução, mas o será possivelmente, quando o homem atingir os graus superiores de sua evolução. Todas as possibilidades estão abertas e fraqueadas ao homem em todo o Universo, desde que ele avance no desenvolvimento de suas potencialidades espirituais, segundo as leis da transcendência. (...)

**2 – EPISTEMOLOGIA ESPÍRITA – (Explicação de J. Herculano Pires no referido livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, págs. 71-82)** – Na aparente simplicidade da sua forma escrita o Espiritismo abrange todos os campos do Conhecimento. Não o faz de maneira sistemática, mas espontânea, numa espécie de improvisação determinada pelas exigências do borbulhar dos fatos e da escassez do tempo. Kardec já estava com 50 anos de idade e não dispunha de recursos financeiros e meios técnicos, nem de auxiliares preparados para a execução da obra imensa e urgente que o desafiava. Estava só diante daquela erupção de fenômenos que

tinha de controlar na formulação de uma doutrina que os tornassem acessíveis a todos. Dispunha apenas dos seus conhecimentos científicos, da visão pedagógica herdada de Rousseau e Pestalozzi, dos instrumentos humanos de pesquisa que eram as meninas Boudin, de 14 e 16 anos e dos recursos da sua didática, desenvolvidos nos Institutos que fundara e dirigira, nas obras que publicara e nos serviços prestados à Universidade de França como diretor de estudos. Valeu-lhe o seu temperamento calmo, ponderado, que lhe permitiu dominar as circunstâncias e organizar uma nova ciência apoiada em pesquisas dotadas de métodos próprios, entrosada nas exigências científicas da época, amparada numa instituição científica por ele mesmo fundada e pelos meios de divulgação, pesquisa de opinião e possibilidade de debates em plano mundial, que criou com suas obras e a fundação e manutenção da Revista Espírita. Uma epopéia cultural silenciosa, que não obstante expandiu-se em todas as direções culturais, abalando o mundo.

Essa façanha homérica não dispensou o auxílio clássico dos deuses – aqueles mesmos que Tales de Mileto dizia encherem o mundo em todas as suas dimensões – os Espíritos. Esses deuses, que ele humanizou ao invés de divinizar, enfunaram as velas do seu barco e o levaram, solitário, à conquista de mares e terras desconhecidas e envoltos nos mistérios de todas as mitologias e magias religiosas. Teve de enfrentar, como Ulisses, os báratros e os monstros do mar e os guerreiros entrincheirados nas muralhas das tróias culturais da Terra.

**A Epistemologia Espírita, estudo e crítica do Conhecimento Científico à luz do Espiritismo**, não é sequer mencionada na obra de Kardec, mas está nela integrada, é um dos problemas fundamentais da doutrina, indispensável à sua compreensão. Na Antigüidade, com algumas exceções do mundo clássico grego-romano (por exemplo: as observações empíricas dos filósofos gregos e posteriormente de Aristóteles), todo o Conhecimento Humano decorria das tradições religiosas e se processava por dedução. Com ou sem o esquema lógico aristotélico, os sábios serviam-se de um único instrumento de pesquisa, que era o silogismo. Só nos princípios do Século XIV surgiram na Itália as primeiras tentativas de interrogar a Natureza para se conhecer a realidade. Daí por diante a Ciência desenvolveu-se, através de penosos episódios históricos como os de Galileu e Giordano Bruno, pois qualquer descoberta que contrariasse a Bíblia era logo motivo de perseguições e condenações por heresia. Para se dar o passo lógico da dedução para a indução foram necessários quatro séculos. Basta lembrarmos o episódio de Descartes, que em seu Tratado do Mundo teve de usar um expediente curioso. Para dizer que a Terra girava em torno do sol, afirmou que a Terra era fixa no espaço, envolta na sua atmosfera, mas esta girava em torno do Sol. Apesar disso, Descartes acabou fugindo para a Holanda, país protestante, a fim de livrar-se das condenações da Igreja. Ele usava em seu emblema a palavra **caute**, significando a cautela que devia ter na exposição de suas idéias. Nesse ambiente opressivo a Ciência era uma erva daninha que só crescia às ocultas. No Século XVIII, chamado o Século de Ouro das Ciências, a opressão clerical se afrouxara na medida em que as invenções, mais do que as descobertas, lhes davam prestígio. No Século XIX a situação mudara bastante, mas só nos meados desse século o clima se tornara propício ao emprego atrevido do uso da indução científica, que consiste na pesquisa de vários fenômenos para deles obter-se a lei geral que os rege. Antes disso seria impossível a pesquisa espírita, que além de condenada em si mesma como profanação da morte, seria também condenada por contrariar a sabedoria infusa dos teólogos, procedente de Deus através da Bíblia e do milagre das intuições reveladoras. Apesar da liberdade já conquistada, a Inquisição Espanhola, não podendo condenar Kardec à fogueira, pois ele estava na França, condenou a sua obra e a queimou com todos os rituais da Inquisição em Barcelona. Kardec comentou o fato na Revista Espírita, num artigo intitulado A Cauda da Inquisição, aproveitando o fato para rasgar mais amplamente a pesada cortina da censura eclesiástica no mundo. A França marchava na vanguarda da libertação, enquanto a

cauda da opressão ainda se arrastava, erizada de ameaças e eivada de crimes, em Terras de Portugal e Espanha. Só na França seria possível, naquela fase de transição histórica e cultural, o desenvolvimento do Espiritismo. Não obstante, ali mesmo se ergueram as ondas de reação, sopradas pelos vendavais do fanatismo religioso, dos preconceitos culturais e do exclusivismo científico. Foi no estudo sereno dessa reação, em meio ao furor dos elementos desencadeados, que Kardec deu início à Epistemologia Espírita. Sózinho a princípio, eram ainda poucos os seus companheiros. Repetia-se no antigo e carismático solo das Gálias o mesmo quadro palestino de Jesus com seus poucos discípulos a enfrentar os poderes do mundo. O panorama histórico, porém, se modificara e Kardec podia usar com mais eficácia as armas da razão. O Renascimento preparara a França para aquele momento glorioso.

**Kardec examina a posição epistemológica do Espiritismo na Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita que abre O Livro dos Espíritos**, obra fundamental da Doutrina. O Espiritismo é uma Ciência que se defronta com as outras ciências em pé de igualdade e não pode ser julgada pelos cientistas que não a conhecem. Os sábios são dignos de admiração e respeito, quando se pronunciam sobre o que sabem. Mas quando opinam sobre o que não sabem igualam-se ao vulgo, dando simples opiniões desprovidas de valor. O que vale na Ciência são os fatos e não as opiniões. Só é válido no campo científico o veredito das provas. A rejeição dos fatos **a priori** não tem valor científico, por mais reputado que o seja o cientista que emitiu um julgamento. E acrescenta: “Quando a Ciência sai da observação material dos fatos para apreciá-los e explicá-los, abre-se para os cientistas o campo das conjecturas. Cada um constrói o seu sistemazinho, que deseja fazer prevalecer e o sustenta encarniçadamente. Os fatos são o verdadeiro critério dos nossos julgamentos sem réplica. Na ausência dos fatos, a dúvida é a opinião do homem prudente.”

A posição de Kardec era assim de uma clareza e positividade absoluta. O Espiritismo nascia como Ciência, dentro dos quadros da evolução científica, e ao mesmo tempo assumia uma posição epistemológica realista, criticando os desvios individualistas à realidade objetiva. Aos que o criticaram alegando que o objeto de sua doutrina não era objetivo, Kardec lembrava que o conceito espírita de Espírito não era vago, indefinido, mas rigorosamente objetivo. “O Espírito é um ser concreto e circunscrito – afirmava – um ser real, definido, que em certos casos pode ser apreendido pelos nossos sentidos da vista, da audição e do tacto.” A natureza objetiva do Espírito não podia ser confundida com a dos objetos lógicos, matemáticos ou mitológicos e imaginários, pois as suas manifestações permitiam a verificação científica de sua realidade objetiva e de sua capacidade de produzir efeitos materiais das mínimas às máximas proporções. Por isso o Espiritismo exigia atitude científica no seu estudo, pesquisas objetivas na comprovação das leis naturais que regem as suas relações com o mundo sensível e com os homens encarnados.

**A dança das mesas e a dança das rãs** - A maioria dos cientistas criticava o fato de o Espiritismo haver nascido da observação da chamada **dança das mesas**. Kardec perguntava se a movimentação espontânea de objetos materiais, rigorosamente constatada, era mais ridícula que a dança das rãs que dera a Galvani a possibilidade de descobrir a eletricidade. Negar esses fatos sem observá-los e pesquisá-los era anticientífico, revelava a persistência de preconceitos na Ciência e exigia, por isso mesmo, a pesquisa séria e metódica dos cientistas sérios. A Ciência da época se fechara sobre as suas conquistas primárias e com elas se julgava na posse do conhecimento total. Caíra num mecanicismo simplório e se alienava num solipsismo arrogante. Quando a Academia reconheceu a existência do Hipnotismo, Kardec lembrou, num artigo crítico e irônico da Revista Espírita, que o Sr. Magnetismo tentara numerosas vezes entrar na Aca-

demia pelas portas da frente, mas sempre rejeitado, até que resolveu trocar de nome e entrar pelas portas dos fundos, sendo bem recebido e adquirindo a sua desejada cidadania científica. A Ciência dava mais importância às aparências formais do que à substância. Kardec assinalava que o Espiritismo não era uma questão de forma, mas de fundo.

Sua crítica epistemológica desenvolveu-se implacável através dos anos sucessivos de pesquisa na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritos, que ele estruturara e dirigia como instituição científica de pesquisas. Quando os cientistas voltavam à carga contra o Espiritismo, Kardec declarava francamente a impotência da Ciência para opinar sobre questões que os cientistas simplesmente desconheciam. Respeitava os cientistas sérios e prudentes, mas não poupava os levianos e atrevidos que se julgavam, como ele dizia, monopolizadores do bom-senso e da verdade.

**A Ciência Espírita e o aval dos sábios** - Charles Richet, Prêmio Nobel de Fisiologia, reconheceu o seu valor e a sua capacidade de pesquisador, embora não aceitasse a Doutrina Espírita, que considerava precipitada. William Crookes aceitou a incumbência da Sociedade Dialética de Londres, de demolir o Espiritismo, e após três anos de pesquisas, com resultados assombrosos, proclamou a veracidade inegável dos fenômenos espíritos. A luta solitária de Kardec deu resultados inesperados: Os trabalhos de Friedrich Zöllner e do Barão Von Schrenk-Notzing na Alemanha, de Ernesto Bozzano e Chiaia na Itália, que dobraram a resistência férrea de Césare Lombroso, com várias materializações incontestáveis da mãe do grande antropólogo, o aparecimento da Metapsíquica, da Ciência Psíquica Inglesa, da antiga Parapsicologia Alemã, as pesquisas que levaram Friederic Myers a publicar seu tratado *A Personalidade Humana e sua Sobrevivência*, o desenvolvimento da Psicologia Experimental e por fim o aparecimento da Parapsicologia Moderna de Rhine e McDougal provaram a legitimidade da Ciência Espírita e da crítica epistemológica de Kardec. Mas como o Espiritismo não mudou de nome, conservando-se fiel à sua origem e a si mesmo, intransigente na sua clara e precisa posição epistemológica, não foi admitido na Academia nem recebeu a cidadania científica a que tinha e tem o mais absoluto e inegável direito. Kardec, que faleceu em 1869, não teve a oportunidade de ver, em vida, os lances mais importantes da sua vitória sobre o carrancismo e o radicalismo do mundo científico oficial.

Hoje, arrastada pela correnteza da evolução, a Ciência teve de mergulhar no oceano invisível dos átomos e suas partículas, da percepção extra-sensorial e do poder insuspeitado do pensamento, precipitando-se na voragem das pesquisas sobre a reencarnação, ao absurdo das múltiplas dimensões da matéria, dos mundos interpenetrados, da antimatéria, da pluralidade dos mundos habitados, da assustadora problemática filosófica da concepção existencial do homem, da realidade ontológica considerada como subjetividade pura e assim por diante, negando-se a si mesma para poder sobreviver como sobrevivem os homens e todas as coisas e seres, segundo Kardec afirmava.

**Kardec podia opinar com autoridade sobre a Ciência, porque era professor de Ciências.** Mas por isso mesmo negava à Ciência o direito de opinar sobre o Espiritismo, que ela não conhecia e os cientistas o encaravam através de preconceitos, numa atitude anticientífica. Sua rejeição ao juízo científico da época, nesse sentido, é um veredito: “A Ciência propriamente dita, como Ciência, é incompetente para se pronunciar sobre a questão do Espiritismo, e seu pronunciamento a respeito, qualquer que seja, favorável ou não, nenhum peso teria”. Essa declaração de incompetência é válida ainda hoje, quando vemos a Ciência confirmar o Espiritismo sem querer e sem o saber. A ignorância dos sábios a respeito, como dizia Kardec, não se

modificou. A posição realista de Kardec prova a sua segurança absoluta no tocante à legitimidade das suas pesquisas. O Espiritismo se sustentava em suas bases experimentais e lógicas, sem necessitar de aprovações estranhas, mesmo porque essas aprovações não provinham de quem tivesse o conhecimento suficiente para opinar a respeito.

**Por outro lado, a posição epistemológica do Espiritismo não podia ser criticada.**

Seu objeto era inegável: a realidade psíquica do homem e os fenômenos que a demonstravam através dos tempos. Seu método de investigação era perfeito e bem integrado nas exigências científicas, adequado ao objeto; a orientação das pesquisas era feita por um mestre capacitado e reconhecido como tal; os resultados obtidos eram interpretados com critério rigorosamente científico; a divulgação das experiências, observações e pesquisas era feita através de órgão específico e especializado, com todas as informações e minúcias das ocorrências; nenhuma experiência conseguira cientificamente negar a realidade dos fenômenos ou contrariar a validade das interpretações. Se a Ciência não reconhecia a validade científica da pesquisa espírita, não era por desmenti-la ou pô-la em cheque com outras experiências, mas por simples atitude preconceituosa, que não podia pesar em considerações realmente científicas. Restava ainda o fato importante da comprovação dos fenômenos por cientistas eminentes da época e conhecidamente contrários ao Espiritismo.

As alegações de que o Espiritismo se apresentava à Ciência como um produto híbrido, em que problemas científicos, filosóficos e religiosos se misturavam, tornando-o indefinido, não passava de manobra, pois a seqüência natural dessas áreas, no plano do desenvolvimento cultural, corresponde exatamente ao esquema espírita. A magia primitiva corresponde ao fazer experimental, portanto à Ciência; a Filosofia era a concepção do mundo dada pela experiência em que se conjugam teoria e prática; a moral decorria do comportamento determinado pela mundividência e a religião surgia como imperativo das conquistas do saber adquirido. Toda a História do Mundo Antigo testemunhava isso. As próprias culturas teológicas fizeram esses caminhos. O Positivismo de Augusto Comte, que se apresentava como Filosofia Científica, seguiria o mesmo esquema da Teoria Geral do Conhecimento, acabando por desembocar na Religião da Humanidade. Epistemologicamente nada havia a censurar ou condenar no contexto do Espiritismo. Comentando a fatuidade humana, Kardec lembra que os homens mais sábios deixam-se embaraçar por coisas insignificantes. O que impediu a expansão do Espiritismo na Europa do século XIX, de maneira a poder renovar a velha criminosa concepção do mundo ainda hoje dominante, foi simplesmente o seu aspecto religioso. Como no Cristianismo Primitivo, o Espiritismo foi acolhido com ansiedade pelas camadas pobres da população, que o converteram por toda parte numa nova seita cristã. Nesse aspecto devocional as camadas superiores viam apenas o religiosismo popularesco, dotado da mesma fé ingênua de toda a religiosidade massiva. Contra essa avalanche de crentes humildes, predispostos ao beatismo, surgiram pequenos grupos de pessoas cultas, que lutaram muitas vezes com entusiasmo, mas acabaram cedendo à pressão dos preconceitos. Esses grupos se fecharam em sociedades de elite, desligados do povo, ou simplesmente desapareceram por falta de elementos dispostos ao trabalho árduo e à luta constante em defesa da doutrina. Padres e médicos aproveitaram-se disso para tentar asfixiar, acompanhados por pastores protestantes de produtivos rebanhos, o Renascimento Cristão. A palavra Cristianismo gerara um estereótipo enriquecido pelo duplo prestígio das classes dominantes e das igrejas tradicionais. As corporações científicas e as associações profissionais de médicos representavam a reação científica e as igrejas cristãs a cólera divina, disparando os raios do Olimpo contra os renegados. Apesar desses fogos cruzados sobre as suas cabeças descobertas, os espíritas conseguiram compreender os princípios fundamentais da doutrina, na sua luta pacífica no desespero das guerras impiedosas.

**A Ciência da atualidade comprova a veracidade do esquema de pesquisas da Ciência Espírita** - Mas a atualidade nos oferece perspectivas inteiramente diversas das que predominaram até agora. Graças à sua própria ignorância do assunto, os cientistas entraram a fundo no esquema de pesquisas da Ciência Espírita e comprovaram a sua veracidade. Chegamos assim a um momento crucial. E se os homens não clamarem, como advertiu Jesus, as pedras clamarão. Na verdade já estão clamando, pois é precisamente do minério que se levanta sobre o mundo a alvorada da concepção atômica, dissipando as trevas da falsa cultura materialista, em que o espírito fora substituído pelo pó dos túmulos. O poder atômico é ao mesmo tempo ameaça e consolo. E está nas mãos dos homens para que eles decidam por si mesmos o que desejam ser. A opção do Espiritismo continua aberta para todos. Quem quiser semear bombas e destruição poderá fazê-lo, mas os que optarem pela sementeira da luz, da compreensão real do homem e do Universo, do verdadeiro sentido da vida e do destino superior da Humanidade, verão na concepção espírita a solução do Grande Enigma sobre o qual Léon Denis escreveu um dos seus livros mais profundos.

**A crítica de Kardec à Ciência do seu tempo continua válida em nossos dias.** A Epistemologia Espírita assemelha-se, neste momento, às profecias apocalípticas da Antiga Israel. Não é apenas uma crítica do Homem, pois é ele quem busca o Conhecimento e quem faz a Ciência. A estrutura científica nos dá a imagem do Homem, do seu fazer e de como ele a fez. Voltado para fora de si mesmo, estimulado pelo fascínio da Natureza, o homem esqueceu a sua própria natureza – a natureza humana – e coisificou-se. Esse “homem-coisa” perdeu-se no orgulho das suas conquistas materiais e rejeitou os anseios espirituais. Por isso desenvolveu a Técnica e atrofiou a Religião. A eclosão espírita do Século XIX foi desencadeada pelos Espíritos para despertar os homens da sua apatia espiritual, lembrando-lhe que a euforia material o levaria à própria destruição. Descartes já lembrara que é mais fácil conhecermos as coisas exteriores do que a nós mesmos. Frances Bacon advertira que só atingimos o poder científico obedecendo a Deus. Mas Deus e suas leis foram considerados indignos do laboratório e jogados na sacristia, entregues à quinquilharia devocional das medalhas, escapulários, imagens para a idolatria e ameaças demoníacas.

**Kardec estruturou a Ciência do Espírito e instituiu a pesquisa mediúnica**, porque a mediunidade é a janela aberta no paredão dos fenômenos materiais para mostrar uma nesga do Infinito aos homens imantados ao finito. Sua crítica à Ciência é um ato de transcendência: liga-se em conflito à concepção do homem e do mundo, para que ambos recobrem a sua unidade e possam livrar-se da hipnose atômica. Mas os próprios espíritas, em geral, ao tentarem compreendê-lo, retornam às fontes mágicas do beatismo religioso, esquecidos de que religião sem ciência é superstição e ciência sem religião é loucura. Deus é a Fonte da Sabedoria e os homens a procuram na matéria. Esse engano vaidoso e fatal levou-nos à beira da destruição do planeta. O Espiritismo é um esforço para devolver-nos à condição humana, salvando-nos do robô. A Terra está sendo destruída pela técnica da voracidade sem limites. O Espiritismo nos oferece a única via de escape: a unidade do espírito em contraposição à fragmentação da matéria. Só a visão monista do mundo que Kardec nos oferece pode salvar-nos do caos.

**3 – COLABORAÇÃO INTEREXISTENCIAL (Filosofia Existencial) – (Explicação de J. Herculano Pires no referido livro “Curso Dinâmico de Espiritismo” – págs. 95-102) –**

**A Filosofia Existencial dominou o pensamento filosófico mundial e permanece como o marco de uma profunda revolução filosófica** - A Filosofia atual, representativa do



nosso século, é a Existencial. Dela se derivou o movimento existencialista, por uma interpretação espúria do pensamento de Jean-Paul Sartre. Mas o pensamento desse famoso filósofo francês nada tem a ver com as estroinices da cantora Julliete Grecco, que aproveitou-se do renome de Sartre para criar no Café de Fiore, em Paris, um movimento juvenil em que se atribuiu o título de Musa do Existencialismo, dando a Sartre o título de Papa do Existencialismo. Simone de Beauvoir, discípula e companheira do filósofo, perguntou-lhe porque aceitara essa situação. Sartre deu de ombros, dizendo que nada tinha com o movimento da cantora e nem se interessava por ele. O famoso autor de “O Ser e o Nada” e da “Crítica da Razão Dialética” costumava escrever numa das mesas do Café, e ali continuou a trabalhar, indiferente aos shows da cantora. A Filosofia Existencial desfigurou-se na opinião dos leigos, mas não abalou o seu prestígio no meio intelectual. Fundada por Kierkegaard, teólogo dinamarquês, que não pretendia filosofar, a Filosofia Existencial dominou o pensamento filosófico mundial e permanece como o marco de uma profunda revolução filosófica, semelhante à de Copérnico na Astronomia.

**Vida e Existência – O Homem é um pro-jecto** - O conceito existencial do homem foi desenvolvido pelos maiores filósofos contemporâneos, como Martin Heidegger, Karl Jaspers, Gabriel Marcel, Simone, Camus e outros. Esse conceito corresponde ao espírita, formulado por Kardec na Filosofia Espírita. O homem é um ‘pro-jecto’, um ser que se lança na existência e a atravessa como uma flecha em direção à transcendência que é o objetivo da existência. Para Sartre, materialista, a morte é a frustração do homem. Para Heidegger, metafísico, o homem se completa na morte. A Filosofia Existencial admite, em geral, que o ser é um embrião lançado à existência para desenvolver suas potencialidades. Há uma diferença essencial entre Vida e Existência. Todos os seres vivem, mas só o ser humano existe, porque existir é ter consciência de si mesmo e viver em ritmo de ascensão, buscando superar a condição humana e atingir a divina. O homem é o único “existente”. Esta palavra, “existente”, designa o homem como ser na existência.

**Conceito Espírita do homem, o único “ser existente”** - Vejamos o sentido tipicamente espírita dessa concepção do homem. Antes de ser, o homem é apenas um vir-a-ser, uma coisa misteriosa fechada em si mesma. Ansiando por realização, essa coisa se projeta na existência e se abre na relação, encontrando nesta os elementos que a despertam e a transformam num ser. Este toma consciência de sua própria natureza de ser e como tal busca superar-se. No trânsito existencial desenvolve a sua essência e abre no maciço do mundo, feito de leis rígidas e fatalistas, a única brecha de liberdade, que é o homem com seu livre arbítrio. Para Sartre, ao chegar à morte o homem já elaborou a sua essência na existência, mas esta não subsiste porque o homem desaparece na morte: o homem é uma frustração. Para Heidegger, o ser se desenvolve na existência e se completa na morte: é uma realização. Para Jaspers, o desenvolvimento do ser na existência se faz em duas etapas: 1ª.) a transcendência horizontal, no plano social; 2ª.) a transcendência vertical, na busca de Deus. Sartre aplica ao existente a dialética de Hegel: a) o homem antes da existência é o “em-si”; b) o homem na existência é o “para-si”; c) o homem na morte é o “em-si-para-si”. Como vemos, o “em-si-para-si” é a síntese dialética em que o “em-si” (fechado em si mesmo) e o “para-si” (aberto na relação social), que é a transcendência horizontal de Jaspers, resolve-se no “em-si-para-si”, que é a condição divina atingida na transcendência vertical de Jaspers.

O conceito filosófico (espírita) de “existência” difere profundamente do conceito de vida. Enquanto a vida se define como o elã de Bergson, um impulso, uma força que penetra na matéria e, segundo a idéia hegeliana, modela as formas, a existência é subjetividade pura, o que vale dizer espírita. Assim, não vivemos como as plantas e os animais, integrados na matéria,

mas como espíritos ligados à matéria para usá-la em função de seus interesses subjetivos. Vivemos na psique e não no corpo. Nossa vida não é propriamente vida, mas um existir independente das coisas e dos seres materiais, cuja única aspiração verdadeira é a liberdade, que só podemos de fato obter e gozar na interioridade de nós mesmos. Mesmo encarnados, não saímos do plano espiritual, continuamos nele, nosso habitat natural, como sonâmbulos. A matéria não nos absorve, apenas reflete-se em nossa sensibilidade. O dia e a noite, a vigília e o sono, como Jaspers observou, marcam o ritmo existencial da relação alma-corpo. Durante o repouso do corpo, para refazer-nos, voltamos ao mundo espiritual no veículo do perispírito, e, mesmo em plena vigília, escapamos da matéria através das fugas psíquicas, das projeções telepáticas, das várias modalidades da percepção extra-sensorial. A hipnose prova o sentido ilusório do viver. No estado sonambúlico ou hipnótico, semidesligados do corpo, vagamos no intermúndio e aceitamos facilmente as sugestões de uma situação irreal: tocamos violino sem violino, sentimos calor e suamos sem calor, resistimos ao fogo sem queimar-nos, regressamos no tempo e nos projetamos no futuro através da memória e assim por diante. A Gestalt nos mostra a ilusão da forma na percepção do mundo, em que as aparências pregnantes cobrem a realidade material precipitando-nos em quedas e frustrações. A evolução da Física roubou-nos o mundo sólido e opaco do passado e lançou-nos no torvelinho dos átomos e das partículas nucleares. A matéria esfarelou-se nas mãos dos físicos e obrigou-nos a reconhecer-nos como seres evanescentes, e que vivemos num mundo mágico de estruturas imponderáveis.

Diante dessa realidade fantástica, às leis físicas que Bertrand Russel se apegou para não naufragar no irreal, impõe-se a realidade-real das leis psíquicas, do espírito que domina, estrutura e ordena a matéria. O que chamamos de vida se transforma em existência, e esta não é mais do que a curta medida do tempo necessário para nos libertar-nos de um condicionamento mental determinado pela ilusão dos sentidos, como Descartes já verificara e demonstrara em suas tentativas de nos dar a Ciência Admirável que o Espírito da Verdade lhe revelara em sonhos. O “cogito ergo sum” do filósofo aparece-nos hoje como um traço de união entre o Cristianismo puro do Cristo e o Espiritismo, em que a verdade revelada se restabelece na sua realidade incompreendida, como uma ponte fluídica e indestrutível que liga duas partes do real, separadas pelo abismo de quase dois milênios de loucura, de esquizofrenia religiosa. Ao descobrir que essa frase cartesiana – penso, logo existo – foi o “abre-te Sésamo” de um filósofo mágico que não queria ilusionar mas atingir a Verdade, compreendemos que a ponte cartesiana passou sobre um abismo onde espumou por milênios a voragem de sangue e impiedade de um pesadelo mundial. E tão hipnótica foi essa voragem que cientistas e filósofos ainda resistem ao chamado da nova concepção do homem e do mundo que o Espírito da Verdade nos oferece. O próprio Descartes, apegado aos ídolos de Bacon, saiu do seu deslumbramento para uma peregrinação ao ídolo de Nossa Senhora da Saletti, no cumprimento de uma promessa. Repetiu-se nesse episódio histórico a mensagem do Mito da Caverna na República de Platão. Um escravo escapou dos grilhões e foi ver à luz do Sol a realidade que só conhecia através das silhuetas de sombras. E quando voltou e contou o que vira lá fora, os demais o consideraram perturbado. No entanto, a partir de suas obras iniciava-se no mundo a Renascença Cristã, que se completaria mais tarde numa eclosão mediúcnica em que as línguas de fogo do Pentecoste se acenderiam de novo sobre a cabeça dos Apóstolos da Nova Era.

**O conceito de existência é o carisma do Século XX**, da fase mais aguda da transição planetária para um grau superior da Escala dos Mundos. As inteligências terrenas foram convocadas para a nova batalha cristã, em que os Mártires da Verdade não sofreriam mais as penas cruentas do passado tenebroso, mas enfrentariam as angústias da incompreensão e o martírio inevitável da marginalização cultural. Os construtores da nova cultura, nascida dos princí-

pios cristãos, iniciariam sob escárnio e calúnias a construção da Civilização do Espírito. Esse o grave problema que os espíritas precisam encarar com a maior seriedade em nosso tempo, pois somos herdeiros dessa causa e os continuadores dessa obra. Se não nos empenharmos nela com a devida consciência da sua importância, se não formos capazes de sacrifício e abnegação, em favor dos novos tempos, assumiremos também a nossa parte de responsabilidade nos fracassos que poderão levar-nos a um catástrofe planetária.

**Conceito de Existência e Conceito de Solidariedade Existencial entre os espíritos e os homens** - Mas é bom lembrar que não estamos sós. Ao conceito de “existência” dos filósofos atuais o Espiritismo acrescenta o conceito da solidariedade existencial entre os espíritos e os homens. Provada a sobrevivência dos mortos pela pesquisa científica e demonstrada a interpenetração dos mundos material e espiritual – que se evidencia na nossa própria organização psicofísica, impõe-se naturalmente o conceito espírita da “interexistência”. Já vimos que não vivemos apenas no plano material, que não estamos fundidos no corpo carnal mas apenas ligados a ele como o condutor ao seu veículo. Nos estudos de Hipnotismo aprendemos que a nossa vida diária também se processa simultaneamente em dois planos. O mesmo acontece com os espíritos, que não estão isolados no plano espiritual mas passam constantemente do seu plano para o nosso, como vemos no caso das comunicações mediúnicas, das aparições, das materializações e até mesmo, de maneira espontânea e concreta, visível e palpável, no caso dos “agêneres”. Assim, a interpenetração do plano espiritual inferior com o plano material superior (a crosta terrena e sua atmosfera), constitui a zona planetária a que chamamos de “intermúndio”. Os gregos antigos diziam que os seus deuses viviam no intermúndio, entre o Céu e a Terra. O Espiritismo nos permite compreender essa verdade de maneira clara e racional: para eles, os espíritos eram os deuses bons e maus que se comunicavam através dos oráculos e das pitonisas. Eles também conheciam os “agêneres”, pois os seus deuses podiam descer do Olimpo e aparecer aos homens como homens. **O conceito de interexistência deriva do conceito de intermúndio formulado pelos gregos.**

**A colaboração interexistencial e as pesquisas mediúnicas** - E no Espiritismo esses conceitos se ampliam através das pesquisas mediúnicas, revelando as leis da colaboração interexistencial a que naturalmente se entregam os espíritos e os homens em todos os tempos, desde os primitivos até ao nosso. Contamos, pois, com a colaboração constante dos nossos companheiros de humanidade na batalha cristã de elevação na Terra. Anotemos a importância que, nesse contexto, adquirem as sessões mediúnicas de orientação e esclarecimento de espíritos sofredores ou malfeitores. A doutrinação espírita, sempre auxiliada pelos Espíritos Superiores e os Espíritos Bons que os servem, é um trabalho humilde de caridade que, no entanto, não se limita aos efeitos pessoais em favor do socorrido e das suas vítimas, pois sua contribuição maior é a renovação consciencial ou despertar das consciências humanas para as responsabilidades do ser na existência. Pouco pode fazer uma sessão de doutrinação, diante da extensão dos desequilíbrios, a multidão de sofredores e malfeitores que nos rodeiam. Mas cada espírito que se esclarece é uma nova irradiação nas trevas conscienciais. Além disso, numa pequena sessão não temos o esclarecimento apenas das entidades comunicantes. Em geral, é maior o número de espíritos assistentes, que se beneficiam com a doutrinação dos que se encontram na sua mesma situação. Por outro lado, o ambiente espiritual da sessão irradia suas luzes muito além do recinto estreito em que se realiza. O milagre da multiplicação dos pães se repete em cada sessão de humildes servidores da causa que é de toda a Humanidade. Os resultados positivos das sessões vão muito além do que podemos perceber, espalhando seus benefícios no intermúndio, no Espaço e na Terra. Note-se ainda que essas sessões representam a colaboração humana aos trabalhos de esclarecimento e orientação que os Espíritos realizam incessantemente

no plano espiritual. Essa participação dos homens nas tarefas espirituais restabelece os elos de fraternidade desfeitos pelo formalismo igrejeiro. E desfaz a fábula do ciúme dos anjos, que teriam se rebelado contra Deus pela encarnação de Jesus como homem e pela concessão aos padres do direito de perdoar pecados, que os anjos não possuem. Fábulas dessa espécie, criadas pela pretenciosa imaginação teológica, dão-nos a medida do desconhecimento dos clérigos mais ilustrados e prestigiosos sobre a realidade espiritual. Os anjos não são mais do que espíritos humanos que se sublimaram em encarnações sucessivas. O Espiritismo coloca o problema da Criação em termos evolutivos, à luz da concepção monista e monoteísta. Nas sessões mediúnicas de caridade anjos, espíritos humanos e espíritos diabólicos participam como orientadores, doutrinadores e necessitados de doutrinação. Não sendo o Diabo mais do que uma alegoria, um mito representativo dos espíritos inferiores voltados ao mal, a presença dos impropriamente chamados espíritos diabólicos nas sessões de socorro espiritual é justa e necessária. Ninguém necessita mais do socorro humano do que essas criaturas transviadas. Quando elas não estão em condições de aproveitar a oportunidade, não lhes é facultada a comunicação mediúnica. Permanecem no ambiente como observadores, vigiados pelos espíritos guardiães, e aprendem aos poucos, como alunos ouvintes, a se prepararem para o tratamento de que necessitam. Muitas pessoas não gostam dessas sessões de comunicações desagradáveis, onde a caridade brilha no seu mais puro esplendor. São nelas que os pretensos diabos deixam cair suas fantasias infelizes para vestir de novo a roupagem comum dos homens, voltando ao convívio dos que seguem a senda da evolução espiritual. Os grupos que se recusam a realizar esses trabalhos de amor acabam caindo nas mistificações de espíritos pseudo-sábios e pagam caro o seu comodismo e a sua pretensão.

**A colaboração interexistencial iniciada pelo Espiritismo estabeleceu a verdadeira fraternidade espiritual na Terra.** Esse fato marca um momento sublime nos rumos da transcendência humana. O planeta das sombras, cuja História é um terrível caleidoscópio de atrocidades e maldades, brutalidade e miséria moral, ganhou um ponto de luz celeste com essa reviravolta em suas precaríssimas condições religiosas. O desenvolvimento das práticas de socorro espiritual indiscriminado, oferecido a todos os tipos de necessitados, dará condições à Terra para se libertar das sombras e elevar-se aos planos de luz. O lema espírita: “Fora da Caridade não há Salvação” é o passaporte da Terra para a sua escalada aos planos superiores. Os médiuns que trabalham nessas sessões de socorro, ao invés de preferirem aquelas em que só se interessam por mensagens de Espíritos Superiores, estão mais próximos dos planos elevados e das entidades realmente superiores. Não foi para os elegantes e vaidosos rabinos do Templo que Jesus veio à Terra, mas, como ele mesmo disse, para as ovelhas transviadas de Israel. Os que pensam que só devem tratar com Espíritos Superiores provam, por essa pretensão, a incapacidade de compreender a elevação espiritual.

#### 4 – A CIÊNCIA ESPÍRITA

**4.1 - O Espiritismo é uma Ciência Positiva – (Alocução do Sr. Allan Kardec aos Espíritos de Bruxelas e Antuérpia, em 1864 – Revista Espírita, Novembro de 1864, Editora Edicel, tradução de Júlio Abreu Filho, págs. 319-326) – (...)** Minhas visitas aos centros espíritas, naturalmente, têm por objetivo principal ajudar os irmãos em crença em suas tarefas. Assim, as aproveito para lhes dar instruções que possam necessitar, como desenvolvimento teórico ou aplicação prática da doutrina, tanto quanto me é possível fazê-lo. O fim dessas visitas é sério e exclusivamente no interesse da doutrina; assim, não busco ovações, que nem são do meu gosto, nem do meu caráter. Minha maior satisfação é encontrar-me com amigos sinceros, devotados, com os quais a gente se pode entreter sem constrangimento e se esclarecer

mütuamente, por uma discussão amistosa, em que cada um leva o contributo de suas próprias observações. Nessas excursões não vou pregar aos incrédulos; jamais convoco o público para o catequizar. Numa palavra, não vou fazer propaganda: só apareço em reuniões de adeptos, nas quais meus conselhos são desejados e podem ser úteis; eu os dou de boa vontade aos que julgam deles necessitar; abstenho-me com os que se julgam bastante esclarecidos para os dispensar. Só me dirijo aos homens de boa vontade. Se nessas reuniões, excepcionalmente, se insinuam pessoas apenas atraídas pela curiosidade, ficarão desapontadas, pois aí nada encontrarão que as pudesse satisfazer; e se estivessem animadas de um sentimento hostil ou de denegrimen- to, o caráter eminentemente sério, sincero e moral da assembléia e dos assuntos aí tratados tira- ria qualquer pretexto plausível para a sua malevolência. Tais são os pensamentos que exprimo nas diversas reuniões a que devo assistir, a fim de que se não equivoquem quanto às minhas in- tenções.

**O Espiritismo tem sua fonte nos fatos da natureza: fatos positivos** - Disse de co- meço que eu não era senão o representante da doutrina. Algumas explicações sobre o seu ver- dadeiro caráter naturalmente chamarão a vossa atenção para um ponto essencial que, até agora, não foi considerado suficientemente. Certo que, vendo o rápido progresso desta doutrina, haveria mais glória em dizer-me seu criador; meu amor-próprio aí encontraria seu crédito; mas não devo fazer minha parte maior do que ela é; longe de o lamentar, eu me felicito, porque, então, a doutrina não passaria de uma concepção individual, que poderia ser mais ou menos justa, mais ou menos engenhosa, mas que, por isso mesmo, perderia sua autoridade. Poderia ter partidá- rios, talvez fazer escola, como muitas outras, mas certamente não teria, em poucos anos, adqui- rido o caráter de universalidade que a distingue. Eis um fato capital, senhores, que deve ser proclamado bem alto. Não: o Espiritismo não é concepção individual, um produto da imagina- ção; não é uma teoria, um sistema inventado para a necessidade de uma causa. Tem sua fonte nos fatos da natureza mesma, em fatos positivos, que se produzem aos nossos olhos e a cada instante, mas cuja origem não se suspeitava. É, pois, resultado da observação, numa palavra, uma ciência: a ciência das relações entre os mundos visível e invisível; ciência ainda imperfei- ta, mas que diariamente se completa por novos estudos e que, tende certeza, tomará posição ao lado das ciências positivas. Digo positivas, porque toda ciência que repousa sobre fatos é uma ciência positiva, e não puramente especulativa.

**O Espiritismo vem mostrar uma nova lei, uma nova força da natureza, a que re- side na ação do Espírito sobre a matéria** - O Espiritismo nada inventou, porque não se inven- ta o que está na natureza. Newton não inventou a lei da gravitação: esta lei universal existia an- tes dele; cada um a aplicava e lhe sentia os efeitos, posto não a conhecessem. Por sua vez, o Espiritismo vem mostrar uma nova lei, uma nova força da natureza: a que reside na ação do Espírito sobre a matéria, lei tão universal quanto a da gravitação e da eletricidade, contudo ain- da desconhecida e negada por certas pessoas, como o foram todas as outras leis no momento de sua descoberta. É que os homens geralmente sentem dificuldade em renunciar às suas idéias preconcebidas e, por amor-próprio, custa-lhes concordar que estavam enganados, ou que outros tenham podido encontrar o que eles próprios não encontraram. Mas como, em definitivo, esta lei repousa sobre fatos e contra os fatos não há negação que possa prevalecer, terão que render- se à evidência, como os mais recalcitrantes tiveram que o fazer quanto ao movimento da terra, à formação do globo e aos efeitos do vapor. Por mais que taxem os fenômenos de ridículos, não podem impedir a existência daquilo que é.

**O médium: instrumento de pesquisa do Espiritismo** - Assim, o Espiritismo procu- rrou a explicação dos fenômenos de uma certa ordem e que, em todas as épocas, se produziram

de maneira espontânea. Mas o que, sobretudo, o favoreceu nessas pesquisas, é que lhe foi dado o poder de os produzir e os provocar, até um certo ponto. Encontrou nos médiuns instrumentos adequados a tal efeito, como o físico encontrou na pilha e na máquina elétrica os meios de reproduzir os efeitos do raio. Compreende-se que isto é uma comparação e não uma analogia. Há aqui uma consideração de alta importância: é que, em suas pesquisas, ele não procedeu por via de hipóteses, como o acusam; não supôs a existência do mundo espiritual, para explicar os fenômenos que tinha sob as vistas; procedeu pela via da análise e da observação; ‘dos fatos remontou à causa e o elemento espiritual se apresentou como força ativa; só o proclamou depois de o haver constatado’.

**O Espiritismo deverá provocar uma Revolução Moral que deve transformar a humanidade e mudar a face do mundo** - Como força e como lei da natureza, a ação do elemento espiritual abre, assim, novos horizontes à ciência, dando-lhe a chave de uma porção de problemas incompreendidos. Mas se a descoberta de leis puramente materiais produziu no mundo revoluções materiais, a do elemento espiritual nele prepara uma revolução moral, porque muda totalmente o curso das idéias e das crenças mais arraigadas; mostra a vida sob um outro aspecto; mata a superstição e o fanatismo; desenvolve o pensamento e o homem, em vez de se arrastar na matéria, de circunscrever sua vida entre o nascimento e a morte, eleva-se ao infinito; sabe de onde vem e para onde vai; vê um objetivo para o seu trabalho, para os seus esforços, uma razão de ser para o bem; sabe que nada do que aqui adquire em saber e moralidade lhe é perdido, e que o seu progresso continua indefinidamente no além-túmulo; sabe que há sempre um futuro para si, sejam quais forem a insuficiência e a brevidade da presente existência, ao passo que a idéia materialista, circunscrevendo a vida à existência atual, dá-lhe como perspectiva o nada, que nem mesmo tem por compensação a duração, que ninguém pode aumentar à sua vontade, desde que podemos cair amanhã, em uma hora, e então o fruto de nossos labores, de nossas vigílias, dos conhecimentos adquiridos estarão para nós perdidos para sempre, muitas vezes sem termos tido tempo de os desfrutar.

Repito, demonstrando o Espiritismo, não por hipótese, mas por fatos, a existência do mundo invisível e o futuro que nos aguarda, muda completamente o curso das idéias; dá ao homem a força moral, a coragem e a resignação, porque não mais trabalha apenas pelo presente, mas pelo futuro; sabe que se não gozar hoje, gozará amanhã. Demonstrando a ação do elemento espiritual sobre o mundo material, alarga o domínio da ciência e, por isto mesmo, abre uma nova via ao progresso material. Então terá o homem uma base sólida para o estabelecimento da ordem moral na terra; compreenderá melhor a solidariedade que existe entre os seres deste mundo, desde que esta se perpetua indefinidamente; a fraternidade deixa de ser palavra vã; ela mata o egoísmo, em vez de ser morta por ele e, muito naturalmente, imbuído destas idéias, o homem a elas conformará as suas leis e suas instituições sociais.

O Espiritismo conduz inevitavelmente a essa reforma. Assim, pela força das coisas, realizar-se-á a revolução moral que deve transformar a humanidade e mudar a face do mundo; e isto muito simplesmente pelo conhecimento de uma nova lei da natureza, que dá um outro curso às idéias, uma significação a esta vida, um objetivo às aspirações do futuro, e faz encarar as coisas de outro ponto de vista.

**Os detratores do Espiritismo, quando o conhecerem, o aclamarão como um socorro providencial** - Se os detratores do Espiritismo – falo dos que militam pelo progresso social, dos escritores que pregam a emancipação dos povos, a liberdade, a fraternidade e a reforma dos abusos – conhecessem as verdadeiras tendências do Espiritismo, seu alcance e seus i-

nevitáveis resultados, em vez de o atacar, como o fazem, de lançar incessantemente obstáculos no seu caminho, nele vissem a mais poderosa alavanca para chegar à destruição dos abusos que combatem, em vez de lhes serem hostis, o aclamariam como um socorro providencial. Infelizmente, na sua maioria, crêem mais em si do que na Providência. Mas a alavanca age sem eles e apesar deles, e a força irresistível do Espiritismo será tanto melhor constatada quanto mais tiver que combater. Um dia deles dirão – o que não será para sua glória – o que eles próprios dizem dos que combateram o movimento da terra e dos que negaram a força do vapor. Todas as negações, todas as perseguições não impediram que estas leis naturais seguissem o seu curso, como todos os sarcasmos da incredulidade não impedirão a ação do elemento espiritual, que é, também, uma lei da natureza.

Considerado desta maneira, o Espiritismo perde o caráter de misticismo, que lhe censuram os detratores ou, pelo menos, os que não o conhecem. Não é mais a ciência do maravilhoso e do sobrenatural ressuscitada, é o domínio da natureza, enriquecido por uma lei nova e fecunda, uma prova a mais do poder e da sabedoria do Criador; são, enfim, os limites recuados do conhecimento humano.

**Tal é, em resumo, senhores, o ponto de vista sob o qual se deve encarar o Espiritismo.** Nesta circunstância, qual foi o meu papel? Não é nem o de inventor, nem o de criador. Vi, observei, estudei os fatos com cuidado e perseverança; coordenei-os e lhes deduzi as conseqüências: eis toda a parte que me cabe. Aquilo que fiz outro poderia ter feito em meu lugar. Em tudo isto fui apenas um instrumento dos pontos de vista da Providência, e dou graças a Deus e aos bons Espíritos por terem querido servir-se de mim. É uma tarefa que aceitei com alegria, e da qual me esforcei por me tornar digno, pedindo a Deus me desse as forças necessárias para a realizar segundo a sua santa vontade. A tarefa, entretanto, é pesada, mais pesada do que podem supô-la; e se tem para mim algum mérito, é que tenho a consciência de não haver recuado ante nenhum obstáculo e nenhum sacrifício; será a obra de minha vida até meu último dia, pois ante um objetivo tão importante, todos os interesses materiais e pessoais se apagam, como pontos diante do infinito.

**4.2 – O Desenvolvimento Científico e a Ciência Espírita – (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Ciência Espírita”, Editora Paidéia, 1ª. edição, 1979, Introdução) –** A inquietação do mundo atual, na busca de novas soluções para os problemas humanos, abrange todos os setores de nossas atividades e teria necessariamente de afetar o meio espírita. Mas a nossa Doutrina não é uma realidade entranhada nas estruturas atuais. É um arquétipo carregado de futuro, um vir-a-ser que se projeta precisamente no que ainda não é, na rota das aspirações em demanda. Confundi-la com as estruturas peremptas deste momento de transição e querer sujeitá-la às normas e modelos do que já foi é tentar prendê-la no círculo vicioso dos abortos culturais. O Espiritismo, rejeitado pelo mundo agora agonizante, não é cúmplice nem herdeiro, mas vítima inocente desse mundo como Jesus e o Cristianismo o foram no seu tempo. Se não tomarmos consciência dessa realidade histórica, com a lucidez necessária, não saberemos como sair do labirinto em que o Minotauro nos espera. O fio de Ariadne da salvação está nessa tomada de consciência. Na verdade, não é o fio mitológico, mas o fio racional das proposições doutrinárias de Kardec, limpidamente científicas. A prova disso ressalta aos olhos dos estudiosos e dos pesquisadores experientes, que não se deixam levar pelo sopro da vaidade em seus precários balões de ensaio. Porque a hora é propícia às inovações nefelibáticas do tipo de Rabelais. Para andar nas nuvens os nefelibáticos não precisam mais de subir ao céu, bastalhes tomar o elevador de um arranha-céu. Não podemos adaptar o Espiritismo às exigências

dos que negaram e negam a existência dos espíritos, aviltando o princípio inteligente e a razão nas correntes de Prometeu.

**A Revelação Espiritual veio pelo Espírito da Verdade, mas a Ciência Espírita (revelação humana) foi obra de Kardec** – Ele mesmo proclamou essa distinção e se entregou de corpo e alma ao trabalho científico, sacrificial e único de elaboração da Ciência Admirável que Descartes percebeu por antecipação em seus famosos sonhos premonitórios. Cientista, Pedagogo, diretor de estudos da Universidade de França, médico e psicólogo, ele se serviu de sua experiência e seu saber onímodo para organizar a Nova Ciência, que se iniciara desdobrando as dimensões espaciais e humanas da Terra. Em meados do século XIX, às portas do grande avanço científico do Século XX, os cientistas ainda não percebiam a sua total ignorância da estrutura real do planeta, de suas várias dimensões físicas e de sua população oculta. O peso esmagador da tradição teológica vendava os olhos da Ciência, que tinha de andar às cegas como a própria justiça humana. Essa Ciência, trôpega e bastarda, não obstante os seus pressupostos atrevidos, contava em seu seio com os pioneiros do futuro. À frente desses pioneiros se colocou Kardec, dotado de uma coragem assustadora, que lhe permitiu enfrentar com a insolência dos gênios todas as forças culturais da época. Graças à sua visão genial o solitário da Rua dos Mártires, conseguiu despertar os maiores cientistas do tempo para a realidade dos fenômenos espíritas, hoje estrategicamente chamados paranormais. Fundou a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas como entidade científica e não religiosa. Dedicou-se a pesquisas exaustivas e fundou a “Revista Espírita” para divulgação ampla e sistemática dos resultados dessas pesquisas. Sua coragem serviu de amparo e estímulo aos cientistas que, surpreendidos pela realidade dos fenômenos fizeram os primeiros rasgos na cortina de trevas que cercava as mais imponentes instituições científicas. Foi para contestá-lo e estigmatizá-lo como inimigo das Ciências, comparsa dos bruxos medievais, restaurador das superstições, que cientistas como Crookes, Schrenk-Notzing, Richet e outros resolveram atender aos apelos angustiados das Academias e Associações científicas. Dessa atitude corajosa resultou o escândalo das batalhas que romperam o impasse científico, revelando que o bruxo agia com o conhecimento e a segurança dos mais reputados cientistas. Era impossível desmenti-lo ou derrotá-lo. Kardec rompera definitivamente as barreiras dos pressupostos para firmar em bases lógicas e experimentais os princípios da Ciência Admirável dos sonhos de Descartes e das previsões de Frances Bacon.

**Os fenômenos extrafísicos exigiam metodologia científica adequada ao objeto** – A metodologia científica, minuciosa e mesquinha, desdobrou-se no campo do paranormal e aprofundou-se na pesquisa do inteligível com audácia platônica. Kardec não se perdeu, como Wundt, Werner e Fechner, no sensível das pesquisas epidérmicas do limiar das sensações. Percebeu logo que os métodos não podiam ser aplicados a fenômenos extrafísicos e estabeleceu o princípio da adequação do método ao objeto. Quando alguns membros da “Société Parisien” quiseram desviá-lo para a pesquisa biofísica das materializações, ele se recusou a fazê-lo, alegando que essa tarefa cabia aos especialistas das ciências materiais. Os objetivos que perseguia eram psicológicos e deu à Revue o subtítulo de “Jornal de Estudos Psicológicos”. Quando Zöllner, em Leipzig, realizou suas pesquisas psicofísicas com o ectoplasma e o problema da quarta-dimensão, tornou-se evidente que o mestre estava no caminho certo. Era preciso penetrar nos segredos da alma, deixando para os físicos as questões materiais. Sua firmeza metodológica denunciava o gênio de visão segura e posição inabalável. Ele criava, como declarou, a Ciência dos Espíritos, sua natureza, suas relações com a matéria e com os homens. Se não foi colocado oficialmente entre os pioneiros da Ciência, foi porque a sua posição era de rebeldia consciente e declarada contra o materialismo científico. Afirmava em seus escritos e palestras que os cientistas se empolgavam com o campo objetivo dos efeitos materiais, fugindo à pesqui-



sa das causas profundas como o Diabo fugia da cruz. Mais tarde Richet, o fisiologista implacável, reconhecera o rigor das suas pesquisas, a firmeza da sua posição, sem as quais a Ciência não se libertaria da poeira da terra. Kant lhe opunha a barreira de sua autoridade ao afirmar que a Ciência só era possível no plano dialético. A proposição kantiana pesa até hoje na limitação das atividades científicas. Mas a audácia de Kardec o levou à vitória. Richet observou, numa carta histórica a Ernesto Bozzano, o grande metapsiquista italiano, que a posição kardeciana deste contrastava decisivamente com as “teorias que atravancam o caminho da Ciência”.

**Kardec provara que as Ciências não deviam temer os fantasmas, mas enfrentá-los e explicá-los** – As teorias podem ser as mais brilhantes – como observou Bozzano -, mas não podem prevalecer contra a realidade dos fatos. E Lombroso, que combatera tenazmente a volta às superstições, acabaria se penitenciando do seu erro nas páginas da revista “Luce e Ombra”, de Milão. Os frutos da tremenda batalha kardeciana começava a modificar a mentalidade científica temerosa dos absurdos teológicos. Kardec provara que as Ciências não deviam temer os fantasmas, mas enfrentá-los e explicá-los. Nenhuma autoridade era mais elevada, para ele, do que realidade dos fatos comprováveis pela experiência científica e objetiva das pesquisas. Os cientistas mais audaciosos aprenderam com ele a superar os condicionamentos do formalismo acadêmico e enfrentar o mundo como ele é. Richet reconhecera no “Tratado de Metapsíquica”, que Kardec jamais fizera uma afirmativa que não tivesse sido provada pelas pesquisas. O criador da Ciência atual e de sua metodologia eficiente e eficaz, queiram ou não os alérgicos ao futuro, na expressão recente de Remy Chauvin foi precisamente Kardec, o homem do século XIX que revelou, numa batalha sem tréguas, estes dois princípios fundamentais da nossa mundividência: 1 – A realidade é una e indivisível, firmada na Unidade Pitagórica que se revela na multiplicidade da Década. 2 – Tudo se encadeia no Universo, sem solução de continuidade. Os que tentam fragmentar essa unidade orgânica estão presos às falíveis condições do sensorio humano.

**A Ciência Admirável elaborada por Kardec (o “bruxo parisiense”) continua a pesar nas preocupações e no desenvolvimento da Ciência atual, que avança inelutavelmente sobre o seu esquema científico** – No desenvolvimento atual das Ciências, muitas cabeças gregas e troianas formularão novas, fascinantes e complexas teorias, mas só prevalecerão as que forem sancionadas pelas profecias fatais de Cassandra. O fatalismo, no caso, não decorre da natureza trágica das previsões, mas da comprovação dos fatos. A figura de Kardec continua suspensa sobre o panorama científico atual como o orientador indispensável dos novos caminhos do conhecimento, na rota cósmica das constelações. Em recente congresso realizado em Moscou, provocado pelas controvérsias sobre a descoberta do corpo bioplásmico do homem, Kardec foi considerado como um racionalista francês do século XIX que antecipou diversas conquistas da tecnologia moderna. Nossos jornais noticiaram a realização desse congresso, mas os dados a respeito foram escassos. Pesava sobre o congresso a suspeição de atitudes que pudessem perturbar as relações entre a Ciência Soviética e os interesses básicos da ideologia fundamental do Estado. Na Romênia marxista a Parapsicologia mudou de nome, passando a chamar-se Psicotrônica, e isso com a finalidade declarada de aproximar das ciências paranormais os materialistas mais ferrenhos ou mais cautelosos, que não desejam ver-se envolvidos em complicações espíritas. Todos esses fatos provam que a Ciência Admirável elaborada pelo ‘bruxo parisiense’ continua a pesar nas preocupações e no desenvolvimento da Ciência atual, que avança inelutavelmente sobre o esquema científico de Kardec. Este é o fato mais significativo dos nossos dias, que os espíritas não podem ignorar. As próprias pesquisas da Astronáutica têm seguido – sem querer e sem saber – o esquema de Kardec na ‘Société Parisien’. Das comunicações mediúnicas de Mozart, Bernard Palissy, Georges e outras entidades, na So-

cieté, referindo-se à Lua, à Marte e Júpiter, até a remessa de homens à Lua e sondas soviéticas e norte-americanas à Marte e Júpiter, mostram que o mapa das incursões possíveis foi decalcado, de maneira inconsciente, mas evidente, no mapa kardeciano. Além disso, as próprias descrições desses corpos celestes, feitas pelos espíritos comunicantes em Paris, que Kardec considerou com reservas, têm geralmente coincidido com os dados atuais das pesquisas astronômicas. No tocante à Lua há um problema referente à sua posição na órbita em torno da Terra. Mas Kardec acentuou, no seu tempo, com o apoio do famoso astrônomo Flammarion, que os dados espirituais davam a única teoria existente na época sobre o problema. O esquema kardeciano não foi feito intencionalmente. Resultou de comunicações espirituais espontâneas, que Kardec recebeu com reservas, acentuando que esse fato não se enquadrava nas pesquisas da Société e eram recebidos como curiosidades significativas, sujeitas a confrontos futuros no processo de desenvolvimento das Ciências.

Também nessa atitude evidencia-se o critério científico de Kardec, interessado nos casos gratuitos, mas reservando a sua verificação real ao futuro. Aos que, na época, entusiasmados com essa possível revelação de problemas cósmicos, diziam a Kardec que as utopias de hoje se realizam amanhã, Kardec respondia que deviam esperar a transformação da utopia em realidade para depois as aceitar. Os dados positivos, os fatos, a realidade evidente e a lógica de clareza meridiana eram os elementos preferenciais do seu trabalho. Suas obras nos mostram a limpidez clássica do pensamento francês. Era o mestre por excelência. Sua didática ressalta de toda a sua obra. Richet lhe censurou a aparente facilidade com que aceitava a realidade dos fenômenos mediúnicos e da vida após a morte, mas acabou reconhecendo que ele nunca fizera uma só afirmação que não estivesse respaldada pelas pesquisas.

**Não dispunha dos recursos atuais da pesquisa tecnológica, mas tocou a verdade com a ponta dos dedos, como Tomé. Tudo quanto afirmou no seu tempo permanece válido até hoje.** A instabilidade das hipóteses e das teorias científicas não existiu para ele. Os cientistas atuais não conseguiram abalar o edifício das suas conclusões. Giram ainda hoje como borboletas noturnas no fogo da sua verdade mil vezes comprovada em todo o mundo. Esse problema da comprovação é freqüentemente levantado pelos contraditores da doutrina e até mesmo por adeptos pouco informados, que alegam a impossibilidade de repetição dos fenômenos para atender às exigências do método científico. Com esse velho chavão nas mãos, pensando haver descoberto a chave do mistério, declaram com ênfase que a Ciência Espírita não é ciência, mas apenas um apêndice espúrio da doutrina. Com isso agridem a competência de Kardec e de todos os grandes cientistas que, desde o século XIX até o presente, de Crookes a Rhine, submeteram os fenômenos às formas possíveis de repetição. Basta a leitura das anotações de Kardec em 'Obras Póstumas', o episódio do seu encontro com o fenômeno das mesas girantes, para se ver a falácia dessa acusação. A impossibilidade de repetição dos fenômenos espíritas implicaria a impossibilidade da pesquisa. Todos os anos da pesquisa sistemática, minuciosa e exaustiva de Kardec, e os anos de pesquisa exemplar de Crookes, Notzing, Gibier, Ochorowicz, Aksakof, Myers, Geley e Osty, e assim por diante, são displicentemente atirados no baú das antigüidades estúpidas. Foi por essa e por outras que Richet escreveu o seu livro 'O Homem Estúpido'. A repetição de experiências é medida corriqueira em qualquer pesquisa. Os que lançam mão dessa alegação para negar a existência da Ciência Espírita nos dão a prova gratuita da sua incapacidade para tratar do assunto.

**Houve interrupção no desenvolvimento da Ciência Espírita, alegam outros.** Depois de Kardec ninguém mais pesquisou e os espíritas se entregaram a rememorar os feitos do passado. Se tivéssemos feito isso, simplesmente isso, já teríamos mantido viva a tradição dou-

trinária, vigorosamente apoiada em séries infindáveis de pesquisas mundiais, realizadas por nomes exponenciais das Ciências. Mas a verdade é que não houve solução de continuidade na investigação, mas simples diversificação das experiências em várias áreas culturais, acompanhada de renovações metodológicas. A Ciência Espírita projetou-se em direções diversas, desdobrou-se em outras coordenadas e deu nascimento a outras ciências. Atacada por todos os lados, por todas as forças culturais da época, a Ciência Espírita firmou-se nos seus princípios e multiplicou os seus meios de comunicação. A escassez do elemento humano interessado na busca da realidade pura não lhe permitiu a expansão necessária. O homem terreno continua ainda apegado aos interesses imediatistas e aos seus preconceitos, à sua vaidade sem razão e sem sentido. São poucas as pessoas de mente aberta e coração sensível, nesta humanidade egoísta e voraz. Esses elementos compreensivos e abnegados nem sempre dispõem de condições culturais suficientes para enfrentar a luta contra as fascinações do seu próprio passado e dos insufladores de idéias confusas e perturbadoras no meio espírita e nas áreas adjacentes. Mas tudo isso faz parte da lenta e difícil evolução humana. Estamos ainda nos arrancando dos instintos animais, dos mecanismos condicionados pelos milênios do passado genésico. O panorama atual do mundo nos dá a medida exata do nosso atraso evolutivo. O contraste chocante entre os pesados lastros da barbárie e as aspirações renovadoras do futuro, geralmente desprovidos de recursos materiais para realizações concretas urgentes, revelam a densidade do nosso karma coletivo.

**Por isso a dor explode por toda a parte, em vagalhões enfurecidos. A dor aumentará, porque só ela pode arrancar os insensíveis de suas tocas.** – A preguiça mental e a atração magnética do passado encarceradas em si mesmas, mostram-se incapazes de um gesto de grandeza em favor de realizações urgentíssimas. Por isso a dor explode por toda a parte, em vagalhões enfurecidos. A dor aumentará, porque só ela pode arrancar os insensíveis de suas tocas. As leis da evolução são implacáveis e nada as deterá enquanto os homens não acordarem para o cumprimento dos seus deveres morais e espirituais. A Ciência Espírita está em nossas mãos e nos indica o roteiro a seguir. Mas nós a envolvemos em dúvidas e debates inúteis, ao invés de nos alistarmos em suas fileiras e de nos entregarmos generosamente ao seu estudo, à sua divulgação e à sua prática. Homens de recursos financeiros julgam-se agraciados por Deus para viverem ‘à tripa forra’, esquecidos das multidões de ignorantes, muitos deles ansiosos por elevação cultural, mas presos às grilhetas da chamada sociedade de consumo, que na verdade está consumindo o próprio planeta. Os privilégios sociais de uma ordem social estabelecida pela força e não pelo amor lhes dão a ilusão da graça divina. Desapareceram do mundo os antigos mecenas, que punham suas fortunas ao serviço da coletividade. Preferem socorrer os pobres com suas migalhas de sopas e assistências precárias, julgando que assim aumentam seu crédito nos Bancos da Eternidade. Não jogam com a caridade, mas com os cálculos de juros que não existem no Além. São os novos vendilhões do Templo, os cambistas da caridade fácil e supostamente rendosa. Chegarão no Além de mãos vazias e manchadas pelas nódoas da ambição desmedida e da insensibilidade moral.

**A Ciência Espírita necessita de escolas, de Universidades, de bibliografias especializadas.** Não pode contar com os recursos comuns da simonia, em que se banqueteam as religiões pomposas e mentirosas. Não existe no mundo uma única Universidade Espírita, em que a Ciência Admirável possa manter e desenvolver os seus trabalhos de pesquisa científica. De vez em quando, um potentado se sente tocado pela intuição de uma entidade benévola e faz doações generosas a um médium ou a uma instituição de assistência social. O médium, se honesto e sensível, passa a doação para outras instituições de caridade. Os serviços culturais continuam à míngua, sustentados apenas pelos que dão seu tempo, sua vida e seu sangue para a sustenta-

ção da cultura espírita. Certas instituições gastam os seus recursos em aviltamento da Doutrina, com a produção de obras espúrias, a serviço da mistificação. Respondem por essa situação precária da Ciência Espírita todos os que preferem os juro bancários ao desenvolvimento cultural. A Ordem Divina é regida por Deus, mas a ordem humana é dominada pelo homem, no aprendizado da vida terrena. Se não conseguirmos despertar os homens para o urgente desenvolvimento da Ciência Espírita, nada mais teremos do que a cultura terrena em que vivemos, de olhos fechados para o alvorecer dos novos tempos. Não veremos o raiar da Era Cósmica, porque teremos voluntariamente enterrado a cabeça na areia, em pleno deserto, na hora das tempestades. E o que faremos, de nossa ignorância espiritual, ante a proliferação das Universidades das subculturas materialistas? ...

**4.3 – Pesquisa Científica da Mediunidade – Sessões Experimentais – (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Espírito e o Tempo”, Editora EDICEL, DF., 7ª edição, 1995, págs.183-186** – A pesquisa científica dos fenômenos mediúnicos foi iniciada e desenvolvida por Allan Kardec na parte psicológica. Embora os fenômenos físicos despertassem maior interesse em todo o mundo, Kardec dedicou maior atenção aos fenômenos psicológicos, partindo de um critério metodológico justificado pela sua posição filosófica. Formado e especializado em Pedagogia, na Escola de Pestalozzi, interessava-se profundamente pelos problemas da natureza humana. Assim como o Magnetismo, em voga na época, abriu-lhe novas perspectivas para a investigação das potencialidades anímicas do homem, os fenômenos mediúnicos revelavam-lhe novas possibilidades nesse sentido. Considerou os fenômenos físicos como simples efeito de uma causa que era naturalmente mais importante. Em 1854, quando observou pela primeira vez fenômenos mediúnicos de natureza física (movimentos de objetos, dança das mesas etc.) considerou-os como de origem possivelmente energética, produzidos por indução de correntes elétricas das pessoas presentes ou efeitos desconhecidos da lei de gravidade. Logo mais estabeleceu relações entre o psiquismo dos médiuns e essas forças, antecipando de vinte anos a Psicologia-Fisiológica de Wilhem Wundt, que surgiria em 1874. Experiências posteriores com as meninas Julia e Carolina Baudin e com a srta. Japhet lhe provaram a presença de inteligências estranhas na produção e orientação dos fenômenos. Kardec reconheceu a importância desse fato e desenvolveu métodos específicos de pesquisa, relacionando os fatores espirituais com os psíquicos (psiquismo dos médiuns) e anímicos (alma dos médiuns) e fisiológicos. Esse complexo de fatores antecipava a metodologia de Wundt e superava antecipadamente a metodologia experimental de Weber e Fechner.

**A posição de Kardec de iniciador da Psicologia Experimental (Wundt) e a de pioneiro da Psicologia Profunda (Freud) – O desafio aos sábios – A Parapsicologia e a Física** – Das experiências iniciais com médiuns diversos, em que obteve o material reunido em ‘O Livro dos Espíritos’ passou aos trabalhos sistemáticos da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritos, onde contava com a colaboração de Camille Flammarion, Alexandre e Gabriel Delanne, Victorien Sardou, Didier e outros. Recusou-se a fazer pesquisas físicas, deixando estas a cargo dos especialistas científicos que punham em dúvida a validade dos seus trabalhos. Sua convicção o levava a não desviar-se do rumo traçado e a lançar esse desafio aos adversários e críticos. A tenacidade e o rigor com que prosseguiu nas pesquisas, que qualificou justamente de psicológicas, e os resultados a que chegou, positivos e irrefutáveis, teriam lhe assegurado a posição de iniciador da Psicologia Experimental que deram a Wundt, e a de pioneiro da Psicologia Profunda, que deram a Freud. Ao tratar das manifestações anímicas dos médiuns revelou a existência do inconsciente, sua dinâmica e sua influência no comportamento humano, e isso quando Sigmund Freud não tinha mais do que um ano de idade. A catarse espírita de Kardec foi muito mais eficaz e profunda que a catarse psicanalítica de hoje. Albert De Rochas o pro-

vou na França e Wladimir Raikov, seguindo o método empregado por De Rochas, o comprova hoje na Universidade de Moscou, enquanto Ian Stevenson faz o mesmo na Universidade da Califórnia (EUA) embora sem o gênio e o rigor kardecianos. O preconceito científico (aberração nas ciências) e a alienação cultural ao materialismo, que colocou um pressuposto absurdo como base de toda a Ciência, negaram a Kardec o reconhecimento de sua contribuição ao desenvolvimento da Cultura. O desafio aos sábios, entretanto, surtia os seus efeitos. As pesquisas de William Crookes, Henry Sidgurick, Edmund Gurney, Oliver Lodge, Frederic Myers, Schrenk Notzing, Charles Richet, Gustave Geley, Eugene Osty, Friedrich Zöllner, Paul Gibier e tantos, tantos outros nomes exponenciais da Ciência comprovaram, nos anos sucessivos, a validade absoluta do trabalho pioneiríssimo de Kardec. Hoje a Parapsicologia e a própria Física, que rompeu o seu arcabouço de materialismo estratificado, mostraram, sem querer e sem saber, que as conclusões kardecianas são verdadeiras. Incumbiram-se os parapsicólogos e os físicos atuais da reparação científica devida inexoravelmente a Kardec.

**As pesquisas científicas dos fenômenos espíritos prosseguem na atualidade** – Muitas pessoas reclamam da falta de pesquisas científicas dos fenômenos espíritos na atualidade, sem perceber que essas pesquisas prosseguem como deviam e como Kardec desejava, ou seja, nos laboratórios científicos de todos os grandes centros universitários do mundo, pela ‘força das coisas’, como escrevia Kardec, por necessidade absoluta do progresso científico e sem qualquer delimitação ideológica ou sectária. E enquanto os cientistas cumprem o seu dever de pesquisar sem preconceitos, os espíritos prosseguem na prática de suas atividades doutrinárias, socorrendo as vítimas do equívoco científico (os obsedados, fascinados e subjugados) através de suas simples e humildes sessões de assistência fraterna e gratuita. Isso não impede que os espíritos, no âmbito de suas instituições doutrinárias, realizem também suas sessões de pesquisas científicas. Mas as instituições espíritas, em geral, não dispõem de condições para esse trabalho especializado (diremos mesmo: especializadíssimo) que exige a participação de especialistas, de aparelhagem custosa, de todos os recursos de um laboratório de tipo universitário. Algumas instituições espíritas aventuram-se ingenuamente à promoção de pesquisas sem disporem de nada disso. Alimentam ainda as crendices religiosas do passado, esperando que o Alto (o mundo dos espíritos superiores) possa suprir as suas desoladoras deficiências culturais e conceptuais, no tocante ao problema espírita. Alguns graduados universitários pensam que seus canudos de bacharel ou licenciado são suficientes para lhes dar a habilitação especializada que não possuem. Criam institutos ‘científicos’ domésticos, sem recursos de espécie alguma para pesquisas complexas e refinadas, e passam a julgar-se e apresentar-se, até mesmo em televisões, como cientistas dignos de acato. Um pouco de bom-senso bastaria para lhes mostrar o erro em que incidem. Enquanto não tivermos uma Universidade suficientemente aparelhada – em pessoal especializado e competente e com aparelhagem técnica suficiente – não podemos promover sessões de materialização, efeitos físicos, ectoplasmia diversificada, psicofonia e escrita direta, que possam dar algum resultado positivo no campo dos interesses científicos. O exemplo de Kardec deve servir de advertência aos que se aventuram nesse terreno escorregadio. Vivendo num tempo em que o problema científico era muito menos complexo do que hoje, assim mesmo ele se recusou a dedicar-se a trabalhos que poderiam desviá-lo do campo exigente da elaboração e divulgação da Doutrina Espírita, que precisava levar o seu socorro imediato ao povo, preparando a mente popular para a superação indispensável das concepções supersticiosas do passado. A tarefa principal de um espírita consciente, naquele tempo, como ainda hoje, era a de assentar as bases do novo edifício a construir.

**Todas as Ciências, enfim, já atravessaram o limiar do Mundo Espiritual e não podem mais recuar** - Os meios científicos atuais já chegaram à compreensão de que os tabus

materialistas foram pulverizados pelas explosões atômicas. A realidade espiritual se impõe de tal maneira que os materialistas são obrigados a sofismar e até mesmo a disfarçar suas conquistas científicas mais avançadas, para não darem a mão à palmatória implacável da Verdade. A História, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, a Física, a Astronáutica – todas as Ciências, enfim – já atravessaram o limiar do Mundo Espiritual e não podem mais recuar. Já temos a pesquisa da reencarnação, dos fenômenos paranormais, especialmente dos chamados ‘fenômenos thêta’ (de manifestações e comunicações de espíritos) nos mais adiantados centros universitários do mundo, sem excluir sequer os da órbita soviética, onde o ‘corpo-bioplásmico’ é o novo fantasma, agora constituído de plasma físico, que apavora os remanescentes do Materialismo falecido por asfixia e reduzido a cinzas nos fornos crematórios da Verdade. Pensemos nisso, analisemos bem esses problemas, antes de nos aventurarmos a pioneiros de porão, na retaguarda do avanço científico e tecnológico dos nossos dias, que não estamos em condições de acompanhar.

## 5 – A CIÊNCIA ESPÍRITA E A PARAPSIKOLOGIA

**5.1 – O que é o homem? – (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Parapsicologia Hoje e Amanhã”, editora EDICEL, SP, 6ª. edição, 1981, págs. 13-17)**

**O “homem-psicológico” moderno está irremediavelmente superado pelo “homem-psi” contemporâneo** - A pergunta “O que é o homem?” abre esta edição porque corresponde precisamente à encruzilhada a que a Parapsicologia chegou neste momento. A investigação dos fenômenos parapsíquicos revelou à Ciência um homem de novas dimensões. As duas linhas clássicas de interpretação antropológica – ou as diversas Antropologias a que se refere Rhine – encontram a sua superação dialética na síntese do ‘homem-psi’. Tínhamos de um lado a tese do homem espiritual e de outro a antítese do homem animal. As concepções religiosas em geral ofereciam-nos a perspectiva de uma Antropologia espiritualista. As concepções científicas reduziam essa perspectiva às limitações de uma Antropologia materialista. Mas o avanço das próprias pesquisas científicas levou o dilema ‘espiritualismo-materialismo’ à solução que hoje se impõe em todos os campos do conhecimento, particularmente na própria Física. É claro que a Psicologia, sujeita aos postulados físicos como todas as demais disciplinas científicas, não poderia escapar às conseqüências desse processo. O ‘homem-psicológico’ não pôde mais ajeitar-se na rede animal do sensório. Teve fatalmente de ‘se abrir’ no extra-sensório, como o Universo físico ‘se abriu’ no energético. O ‘homem-psi’ é a réplica do novo microcosmo ao novo macrocosmo. Em vão reagem – e reagirão ainda por algum tempo – certas áreas psicológicas a essa transformação radical do seu campo de estudos. O ‘homem-psicológico’ moderno está irremediavelmente superado pelo ‘homem-psi’ contemporâneo, da mesma forma que o Universo físico foi superado pela nova concepção do Universo energético. Pode-se alegar, como o faz Bertrand Russell, que a energia é também um conceito físico. Mas pode-se responder, com Arthur Compton, que o conceito de energia mudou e mudará ainda mais.

**A nova concepção do homem não é materialista nem espiritualista, mas as duas coisas ao mesmo tempo - “dualismo relativo”: psique e soma** - Ao superar o conceito do ‘homem-psicológico’, o novo conceito de ‘homem-psi’ não destrói aquele: apenas o amplia. É o mesmo que se dá no tocante ao conceito de Universo, bem como aos seus corolários de ‘matéria’ e ‘energia’. O conhecimento avança por degraus, é a subida por uma escada. Só os precipitados pretendem negar inteiramente o passado, esquecidos de que as conquistas recentes se apóiam nas anteriores. A nova concepção do homem não é materialista nem espiritualista, mas as duas coisas ao mesmo tempo. Segundo a bela expressão de Rhine, o repúdio ao dualismo

cartesiano, decorrente do exagero que se pode chamar de ‘dualismo-absoluto’, desaparece ante a demonstração científica da existência universal de um ‘dualismo-relativo’. Esse novo dualismo aparece no homem como a relação ‘psico-somática’. Os fenômenos parapsíquicos demonstram a dualidade da composição humana. Assim, o ‘homem-psi’ é um composto de psique e soma. Seria isto uma volta à concepção religiosa de alma e corpo? Sim, mas enriquecida como sempre aconteceu na dialética do conhecimento. A alma não é mais uma entidade metafísica ou uma concepção teológica: é o moderno psiquismo da concepção científica, mas liberto da sujeição ao corpo. A alma não é mais um epifenômeno, um simples resultado das atividades do fenômeno orgânico. Passou a ser a ‘mente’, elemento extrafísico do homem, capaz de sobreviver à morte física, mas susceptível de investigação científica em laboratório.

**Abrem-se, assim, novas possibilidades à própria Medicina psico-somática, bem como a todas as Ciências do Homem** – Bastaria isto para evidenciar a importância das pesquisas parapsicológicas, como chegou a encarecer o Prof. Leonid Vassiliev, da Universidade de Leningrado, pouco antes de seu falecimento, não obstante sua posição materialista. Acessível à pesquisa científica de laboratório, a alma deixa de ser “do outro mundo” para se integrar neste. A sua relação com o corpo físico mostra que ela não é metafísica, no sentido clássico do termo, mas extrafísica, ou seja, apenas não sujeita às leis físicas, como a considerava o materialismo.

**Os pontos principais do “momento parapsicológico”, segundo nos parece, são os seguintes:** a) Pesquisa dos fenômenos relacionados com a morte, pelo grupo do Prof. Pratt, da Duke University, dando origem à classificação de um novo tipo de fenômeno paranormal, denominado ‘teta’ (oitava letra do alfabeto grego); b) Pesquisa dos fenômenos relacionados com a teoria da reencarnação, como o provam o livro já famoso do Prof. Ian Stevenson, da Universidade de Virgínia, Estados Unidos, e os trabalhos do Prof. Banerjee, da Universidade de Jaipur, na Índia, embora ainda cercados de cautelas e reservas excessivas; c) Pesquisa no mesmo sentido através da hipnose por psiquiatras russos, como o caso do Prof. Vladimir Raikov e suas experiências de “reencarnações sugestivas”, embora consideradas puramente do ponto-de-vista da sugestão hipnótica; d) Prosseguimento das pesquisas sobre o problema de padrões de memória na percepção extra-sensorial, nos Estados Unidos e na Europa, esclarecedoras de grande número de casos atribuídos à fraude anímica ou mediúnica; e) Pesquisas dos cientistas norte-americanos da equipe do Prof. Puhariche sobre médiuns curadores (ressaltando as realizadas com Arigó) e da Fundação Edgard Cacy, no mesmo sentido. Uma equipe desta fundação esteve em São Paulo fazendo observações em 1969; f) Pesquisas sobre gravações de comunicações espirituais em fitas magnéticas, iniciadas por Friederich Jürgenson, de Mölnbo, Suécia, e desenvolvidas pelo cientista Konstantin Raudive e outros na Alemanha, entre os quais Hans Geisler. Tivemos contato pessoal com o pesquisador italiano Dr. Giuseppe Crosa, de Gênova, neuro-psiquiatra e parapsicólogo, e ouvimos algumas de suas importantes gravações; g) Como significativa contribuição dos físicos e biólogos soviéticos podemos registrar a descoberta do corpo bioplasmático do homem, que se retira do corpo no momento da morte (verificação experimental através de câmaras fotográficas especiais) e cujas pesquisas podem ser conhecidas através do livro ‘Descobertas Psíquicas atrás da Cortina de Ferro’, de Lyn Schroeder e Scheila Ostrander, Estados Unidos, atualmente em fase de tradução no Brasil.

**Sobrevivência do homem após a morte física e sua possibilidade de “ação sobre a matéria”**- Essas novidades mostram uma tendência geral do “momento parapsicológico” para a aceitação da tese da sobrevivência do homem após a morte física e sua possibilidade de ‘ação sobre a matéria’, segundo a tese do casal Rhine e de outros investigadores eminentes da Amé-

rica, da Europa e da Ásia. A reação a essa tendência é intensa, tanto no campo parapsicológico como no científico em geral, mas o rigor das investigações e o comportamento cauteloso dos pesquisadores, todos altamente capacitados, têm evitado os tumultos e as polêmicas estereis que praticamente barraram o avanço da Metapsíquica.

**O preconceito científico e religioso:** É assim que a Parapsicologia de hoje se abre em possibilidades para o amanhã. Essas possibilidades não decorrem, porém, unicamente da situação atual. O que as torna mais viáveis é todo o acervo de pesquisas anteriores em que se apóiam: as pesquisas espíritas, as da chamada Ciência Psíquica Inglesa, as da antiga Parapsicologia alemã, as da Metapsíquica francesa, a dos investigadores alemães, italianos e russos – todo um vasto acervo honrado por nomes exponenciais das Ciências em todo o mundo. O que ainda embarça o desenvolvimento das investigações é o preconceito. De um lado o preconceito materialista, a que se aferram de maneira anticientífica numerosos expoentes das Ciências na atualidade. De outro lado o preconceito religioso que se recusa a aceitar a possibilidade de investigações científicas do problema espiritual. Os dois lados se encontram na mesma ojeriza: para o primeiro, falar em natureza espiritual do homem é cair na superstição; para o segundo é violar a santidade do espírito. Mas o desenvolvimento das Ciências sempre se fez ‘apesar’ dessas dificuldades.

**O conceito de “homem-psi” já está definitivamente firmado** – É uma conquista da Parapsicologia. Nenhuma pessoa medianamente informada da evolução das Ciências nos últimos quarenta anos pode aceitar que o homem seja um animal limitado aos sentidos físicos. Mesmo os especialistas que se apegam aos conceitos de suas especialidades reconhecem que há alguma coisa de novo “no ar”. Sofrem daquela “alergia ao futuro” descoberta pelo Prof. Rémy Chauvin, da Escola de Altos Estudos de Paris, mas a sua própria reação é um indício de que o futuro se aproxima. A situação atual das Ciências é demasiado favorável ao radicalismo. Sua evolução se faz com tamanha rapidez que assusta a uns e exalta a outros. Precisamos usar, mais do que nunca, o bom-senso cartesiano. Temos de ouvir o conselho de Francis Bacon: pôr chumbo nas asas do espírito. Mas não podemos carregar demais essas frágeis asas, para não ficarmos asfixiados no chão. Os assustados se afundam na poeira como avestruzes. Os exaltados voam com asas de cera, como Ícaro. Temos de evitar uns e outros e seguir passo a passo o avanço das Ciências. Este livro se atém à realidade das pesquisas e seus resultados até o momento, mas não deixa de mostrar as suas conseqüências no futuro imediato. Fechar os olhos diante do Sol, que nasce é próprio das toupeiras. Não podemos imitá-las. Somos criaturas humanas dotadas de razão e pensamento criador. Somos capazes não só de conquistar os espaços siderais, mas também de descobrir a nossa própria natureza. Recusarmo-nos a isso, em atenção a preconceitos, seria renunciarmos à própria inteligência.

**5.2 – Mec – Mergulho no passado – (Reencarnação) – (Explicação de José Herculano Pires no mesmo livro “Parapsicologia Hoje e Amanhã”, págs.91-102)** – ‘Mec’ é a sigla de memória extracerebral, o mais recente fenômeno a entrar no campo das pesquisas de ‘psi’. Com ele, esse campo de pesquisas se amplia de súbito, rompendo a aparente estagnação em que parecia haver caído. E assinala-se a contradição: representando um mergulho no passado, ‘mec’ é, na verdade, um salto no futuro. A colocação científica do problema de ‘mec’, simultaneamente na URSS e nos EUA, por cientistas de reconhecida capacidade e probidade, valeu por um rompimento inesperado das barreiras do preconceito que impediam o avanço das pesquisas e chegavam mesmo a ameaçar a Parapsicologia com a repetição da aparente derrota infligida pelos adversários da Metapsíquica. Podemos agora dizer que esse perigo foi afastado, exorcizado pela audácia dos pesquisadores modernos.



**Memória extracerebral – Paramemórias – Reencarnações Sugestivas** – A expressão memória extracerebral surgiu simultaneamente com outras, como: paramemórias e reencarnações sugestivas. É evidente a superioridade teórica da primeira designação, que se empalmeia perfeitamente com ‘pes’ (percepção extra-sensorial) e ao mesmo tempo rejeita a suspeição de causas puramente sugestivas, que torna anticientífica a última designação. Por sinal que esta última surgiu na Rússia, onde é evidente o interesse ideológico de contestação do significado do fenômeno. Quanto à expressão ‘paramemórias’, que também se ajusta à nomenclatura parapsicológica, perde entretanto para ‘mec’ no tocante às exigências de clareza e precisão.

**Memória extracerebral** é um tipo de memória que não pode estar no cérebro, pois este pertence à existência atual do indivíduo, surgiu com o seu corpo, ‘nesta vida’, como a ‘tábula rasa’ dos empiristas – disco virgem para as primeiras gravações sensoriais – enquanto a referida memória corresponde a uma possível existência anterior. De onde vem ela? Esse o problema essencial a ser resolvido pelas pesquisas. Era muito fácil e cômodo, até há pouco tempo, resolvê-lo com um simples dar de ombros negando a sua existência. Mas ‘agora’, com as provas científicas da sua realidade, só resta a evasiva simplória da sugestão ou a escapadela provisória pelas vias da ‘percepção extra-sensorial’. Essas duas vias de escape, entretanto, já se encontram bloqueadas pelas conseqüências teóricas e as evidências práticas das pesquisas.

**Podemos dividir em três campos (regiões), no momento, a área de pesquisas de “mec”.** De um lado temos o campo ocidental constituído pelos investigadores norte-americanos e europeus; de outro o campo oriental constituído pelos pesquisadores indianos e asiáticos; e por fim o campo soviético, de onde se destaca a figura do Prof. Wladimir Raikov, da Universidade de Moscou. As pesquisas realizadas no Brasil pelo Eng. Hernani Guimarães Andrade e outros pesquisadores, bem como as da Argentina, enquadram-se naturalmente no campo ocidental. O pioneiro das investigações no meio universitário, ao que parece, foi o prof. Dr. Hamendras Nat Barnejee, da Universidade de Jaipur, província de Rajastan, na Índia. Desde 1954, segundo ele mesmo nos informou em entrevista pessoal, suas pesquisas vêm aprofundando a questão de maneira sistemática e rigorosa. Vários livros em que apresenta o resultado de seus trabalhos foram editados em inglês pela própria Universidade. Seu fichário de casos excede ao de qualquer outro pesquisador, indo além de um milheiro. Apesar disso, as suas conclusões não são tão positivas como as do Prof. Ian Stevenson, da Universidade de Virgínia, EUA, que parece agir com mais desenvoltura. O Dr. Barnejee dá-nos a impressão de um homem que sofre das restrições naturais determinadas pela sua condição de indiano. Sua posição científica é mais ou menos afetada pelo preconceito ocidental que sempre envolve as figuras da Índia numa auréola mística. Reagindo contra isso, Barnejee se mostra demasiado cauteloso, embora nem sempre consiga manter essa cautela. Stevenson está livre dessa coação e age de maneira mais decisiva.

O pioneirismo de Barnejee, porém, restringe-se à atualidade. Antes dele temos de assinalar a presença vanguardista do Cel. e Prof. Albert De Rochas, Diretor do Instituto Politécnico de Paris, que em 1924 já lançava o seu livro ‘As Vidas Sucessivas’, pelos Editores Chacoran Frères, e o Dr. J. Björkem, que em 1943 publicava em Estocolmo o seu livro ‘Hypnotiska Hallucinationerna’, pela Editora Litteraturforlaget. Na Inglaterra, embora não estritamente em plano universitário, o livro ‘This Egyptian Miracle’, do Dr. F. H. Wood, despertou grande interesse, relatando o caso de Rosemary, médium espontânea que ‘falava’ o egípcio faraônico, revelando recordações de uma vida longínqua. Outro livro inglês, recente, e que enquadra o autor nas pesquisas atuais, é o do Dr. Alexander Canon, médico da corte, intitulado ‘Reencarnação e Psiquiatria’.

**As pesquisas hipnóticas sobre a reencarnação** – Albert De Rochas foi o pioneiro das pesquisas hipnóticas sobre a reencarnação. Sua técnica é hoje (1ª edição deste livro em 1965) desenvolvida pelo Dr. Raikov, na Universidade de Moscou, favorecendo a posição do pesquisador em face do materialismo oficial da URSS. Daí a expressão ‘reencarnações sugestivas’ por ele utilizada inicialmente. Mas Barnejee e Stevenson seguem outro método, preferindo o exame dos casos espontâneos de lembranças de vidas anteriores reveladas por crianças. Segundo esses dois cientistas, os casos espontâneos têm a vantagem da naturalidade, enquanto o processo de ‘regressão da memória’ pela hipnose é artificial e o mais sujeito à suspeita de fabulações inconscientes pelo paciente. Os dois métodos, porém, vão se revelando aos poucos como processos complementares, servindo alternadamente para a comprovação científica da realidade das vidas sucessivas. Em suas conferências e entrevistas em São Paulo o Dr. Barnejee colocou-se numa posição cautelosa, mas instado por um entrevistador de televisão, no Canal 4, chegou a sustentar a tese da prova da sobrevivência espiritual do homem através da pesquisa sobre a ‘memória extracerebral’. O Dr. Stevenson, em seu livro ‘20 Casos Sugestivos de Reencarnação’, no qual figuram dois casos observados no Brasil, admite que as pesquisas já romperam os limites da simples sugestão, atingindo a evidência. Isto mostra o quanto se avançou no campo da Parapsicologia nestes últimos anos. Mas como poderiam os cientistas chegar à comprovação científica, e portanto irrefutável, de um caso de reencarnação através das manifestações espontâneas ou provocadas da ‘memória extracerebral’? É o que procuraremos esclarecer a seguir.

**Como poderiam os cientistas chegar à comprovação científica, e portanto irrefutável, de um caso de reencarnação através das manifestações espontâneas ou provocadas da “memória extracerebral”?** O método seguido por De Rochas é ainda o empregado pelos cientistas atuais, mas aperfeiçoado. Com exceção, naturalmente, de Raikov, que não se preocupa com a verificação da realidade da reencarnação, mas apenas com o problema em si, estritamente psicológico, da ‘memória extracerebral’. Raikov, na linha pavloviana da psicologia soviética, pretende explicar o fenômeno em termos biológicos. Mas tanto Barnejee como Stevenson, e os demais cientistas que os acompanham nesse campo de pesquisas, seguem as trilhas de De Rochas: verificação objetiva das lembranças nos locais e meios social e familiar em que teria vivido a personalidade anterior, que agora aparece como reencarnada. Essa verificação, dando resultados positivos, é tanto mais significativa quanto menos as pessoas atuais, em cujo meio vive o reencarnado, tiverem informações sobre os fatos lembrados. Ou seja: quanto mais estranhos sejam para os familiares atuais do reencarnado os locais, as pessoas e os costumes de sua existência anterior.

A esse método de verificação acrescentaram-se técnicas modernas de comparação tipológica, tanto de natureza psicológica como biofisiológica. Barnejee e Stevenson servem-se de fichas tipológicas comparativas. Isso é possível nos casos de reencarnações recentes, particularmente em meios sociais afins, por exemplo: no mesmo país, na mesma família, em famílias interligadas por relações de amizade. É possível também no caso de personalidades que deixaram marcas na tradição local ou na História, tornando-se impossível em casos de reencarnações que implicam distâncias maiores de tempo entre a vida anterior e a atual, porque então escasseiam ou desaparecem totalmente os dados da tipologia anterior. De qualquer maneira, essa técnica de comparação tipológica, quando bem aplicada, proporciona elementos valiosos de evidência. Stevenson, seguindo tentativas feitas no passado por Sir Oliver Lodge e atualmente por C. J. Ducasse, dá grande importância aos padrões culturais, que podem ser confrontados, entre as duas personalidades, mesmo quando colocada a segunda (a do reencarnado) em situação cultural e social diferente da situação do passado. Nos padrões físicos, corporais, destacam-

se os sinais de nascimento e as deformações que podem identificar, ao menos em princípio, a personalidade atual com a personalidade anterior. Em vários casos há também um elemento ponderável a ser considerado: o aviso de reencarnação, que poderíamos chamar de ‘anunciação’ em virtude dos casos clássicos de anunciações de nascimento nas várias religiões. Lembre-se a anunciação do anjo a Maria, a anunciação do nascimento de João e assim por diante. As anunciações, naturalmente mais modestas, feitas no âmbito familiar, tem inegável significação quando o fato se realiza e as suas circunstâncias confirmam a previsão.

Todo esse processo de verificação dos casos de reencarnação não exclui a multiplicidade de teorias explicativas do fenômeno de ‘memória extracerebral’. Mas, como em todos os campos da Ciência, e particularmente no setor específico das Ciências Psicológicas, a verificação depende da capacidade e habilidade do investigador, pois o processo é complexo, implicando numerosos fatores sutis (porque psíquicos) e exigindo elevado grau de bom-senso, de conhecimento dos problemas em causa e de capacidade de discernimento. Como assinala Stevenson, é preciso discernir, por exemplo, entre casos de ‘possessão’ e de reencarnação. Os casos de possessão pertencem ao capítulo da mediunidade. Uma criatura atual é possuída pelo espírito de outra, que se manifesta nela como personalidade alternante. O interessante neste caso é a aceitação científica, e já agora pacífica, dos casos de manifestações mediúnicas. A evidência dos casos de reencarnação supera a fase das discussões teóricas sobre a sobrevivência espiritual e da comunicabilidade dos mortos. Stevenson confunde, em certos casos, a possessão mediúnica com a reencarnação propriamente dita, o que prova que ele não é espírito.

**Allan Kardec, o Espiritismo e a Reencarnação** – Façamos justiça a Allan Kardec e ao Espiritismo, reconhecendo sua prioridade no campo das investigações científicas sobre a reencarnação. A “Revista Espírita” (coleção do tempo de Kardec) hoje editada em português, é um valioso repositório de fatos e uma eloqüente demonstração do esforço de Kardec no campo da pesquisa psíquica, para provar a reencarnação. E os métodos hoje postos em prática pelos cientistas têm as suas raízes mais profundas no Espiritismo. Ao contrário do que dizem as pessoas mal informadas ou mal intencionadas, Kardec não tirou o princípio da reencarnação das doutrinas da Índia. O princípio espírita da reencarnação originou-se das manifestações dos espíritos e confirmou-se nas pesquisas. O próprio Richet, no ‘Tratado de Metapsíquica’, reconhece que Kardec jamais aceitou um princípio que não fosse confirmado pela experiência, pela investigação de tipo científico. Até mesmo a questão das fichas tipológicas atuais já teve o seu precedente em ‘O Livro dos Espíritos’. O meio ali indicado para saber-se o que se foi no passado é o exame das tendências atuais. Essas tendências, vocações e habilidades, revelam no presente as conquistas efetuadas no passado pelo espírito.

**Allan Kardec e Léon Denis: os druidas reencarnados** – Kardec se considerava um druida reencarnado. O mesmo aconteceu com Léon Denis, continuador de Kardec, a quem Conan Doyle chamou ‘um druida da Lorena’, em cuja província ele havia nascido. Kardec publicou na Revista um curioso estudo sobre os celtas e sua religião, o Druidismo. Léon Denis desenvolveu esse estudo num livro dos mais belos e curiosos: ‘La Génie Céltique et le Monde Invisible’. Mas ambos, Kardec e Denis, não ‘acreditavam’ apenas que eram druidas reencarnados na França, território da antiga Gália de Vercingetórix.. Eles ‘sabiam’ que o eram. E sabiam porque: porque haviam constatado as suas tendências, a orientação cultural (o problema dos padrões de cultura) que já traziam em seus espíritos ao nascer, a sua predisposição para o reerguimento dos princípios druídicos (reencarnação, comunicação mediúnica, existência dos vá-

rios planos espirituais, lei de causa e efeito, conceito de Deus e lei de evolução) através do Espiritismo.

**As provas da reencarnação no Espiritismo** – abrangem todos os elementos considerados pelas pesquisas científicas atuais. São considerados elementos probantes os seguintes: lembranças de vidas passadas, sinais físicos reproduzidos no reencarnado, anunciação mediúnica de renascimento (comprovada por sinais ou semelhanças temperamentais e tipológicas), súbito reconhecimento pelo reencarnado de locais em que vivera e de pessoas com as quais convivera (sempre que seguidos de comprovações objetivas), simpatias ou antipatias acentuadas e sem motivos imediatos entre pessoas (excluídos os casos de simples atração ou repulsão fluídica por motivos de disposições temperamentais ou psíquicas). Como se vê, a posição espírita, rejeitada pelas Ciências, é a mesma por elas adotadas na atualidade. Há profundas diferenças entre as leis da reencarnação no Espiritismo e nas antigas religiões da Índia e de outros povos, bem como na posição dos espíritas ante o problema e a posição dos indianos, por sinal bem ressaltada pelo Dr. Stevenson em seu livro acima citado. A concepção espírita da reencarnação se liga, de um lado, à do Cristianismo primitivo, e de outro lado à concepção druída, segundo acentuaram Kardec e Denis.

**As concepções sobre a reencarnação variaram através dos tempos – A concepção cristã da reencarnação encontra-se nos próprios Evangelhos e alguns dos Pais da Igreja, como Orígenes, São Clemente de Alexandria e São Gregório de Nazianza.** A concepção celta se encontra nas ‘tríades druídicas’, exposição da doutrina em estrofes de três versos, largamente estudadas pelos especialistas ingleses, franceses, escoceses e outros. Kardec apresenta essas duas concepções confluindo na Doutrina Espírita, e dialeticamente se fundindo na síntese superior da concepção espírita, o que as investigações científicas estão agora comprovando e referendando. Como se sabe, o princípio da reencarnação vem de épocas imemoriais. Desenvolveu-se amplamente nas civilizações antigas, como a do Egito, as da Mesopotâmia, da Índia e da China. As tradições religiosas de Israel a registraram com o nome de ‘ressurreição’ e os judeus atuais, estudiosos de sua religião, não podem negá-la. Mas o Cristianismo herdou essa tradição e aprimorou-a, apesar de tê-la suprimido (bem como à pneumatologia ou manifestação mediúnica) para vê-la renascer nos tempos modernos através do Espiritismo, que Kardec apresentou como uma forma de Renascimento Cristão.

As concepções da reencarnação variaram através dos tempos e dos povos, desde a forma retroativa da Metempsicose egípcia, que Pitágoras adotou, até às formas confusas da ressurreição judaica e cristã (João Batista era Elias, Jesus um dos profetas antigos e ensinava que ‘é preciso renascer de novo, da carne e do espírito’ – ou da água e do espírito, o que dá na mesma, pois a água era o símbolo do elemento material para os antigos). Essas variações não militam contra, mas a favor do princípio da reencarnação, como realidade interpretada diversamente por diversas culturas.

**A lei da reencarnação deixa de ser um princípio abstrato e passa para o plano da realidade concreta (ou pelo menos verificável) – O estudo e a pesquisa de “mec” representam, sem dúvida, uma das mais recentes conquistas da atualidade no campo do Conhecimento** - O que a Ciência faz agora com ‘mec’ (memória extracerebral) é o que já fez com vários outros problemas religiosos e terá de fazer com outros no futuro: racionaliza-os, integrando-os na cultura contemporânea através da pesquisa e da comprovação. O sobrenatural dá lugar ao natural. A lei da reencarnação deixa de ser um princípio abstrato e passa para o plano da realidade concreta (ou pelo menos verificável) à semelhança das leis físicas e mate-

máticas. Assim, o estudo e a pesquisa de ‘mec’ representam, sem dúvida, uma das mais recentes conquistas da atualidade no campo do Conhecimento, reintegrando o espírito no quadro das realidades científicas do século.

**A falta de pesquisas intensivas sobre a reencarnação no Brasil e em toda a América** de língua castelhana decorre principalmente da falta de recursos financeiros e de pessoal habilitado. Nos Estados Unidos, como se vê pelos trabalhos ali publicados – e um dos atestados disso é o livro de Ian Stevenson – os pesquisadores são financiados por indivíduos ou instituições que lhes permitem a tranqüilidade, as condições e o tempo necessários. Por outro lado, as condições culturais e a preparação universitária dos pesquisadores facilita a habilitação para esse campo específico e difícil de estudos e investigações. Em nossos países latino-americanos escasseiam recursos, condições e preparação. Stevenson observou em seu livro que as condições psicológicas no Brasil são mais favoráveis do que na própria Índia, onde uma tradição espiritualista de tipo arcaico, fundamentada em pressupostos místicos e eivada de superstições, dificulta o aparecimento dos casos e mais ainda a sua pesquisa. As condições psicológicas do Brasil decorrem de sua formação cultural, na qual Stevenson destaca duas correntes importantes de contribuição, provenientes de fontes e camadas estruturalmente diversas. A primeira é a corrente africana, folclórica, representada pelas religiões primitivas trazidas até nós pelo tráfico negreiro. É a corrente do Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro, da mistura de religiões e crenças do continente negro com o Catolicismo e as crenças indígenas de nossa terra. A segunda é a corrente filosófica francesa, que chegou bem mais tarde, somente em fins do século XIX, com o Espiritismo e portanto com as obras de Allan Kardec. Entre esses dois extremos da estrutura cultural – o Folclore africano e a Filosofia francesa (esta particularmente em suas conseqüências religiosas) – há porém a vasta área de reação da cultura acadêmica européia, de tipo materialista, que levanta uma barreira de preconceitos contra as pesquisas parapsicológicas.

**As próprias conquistas da Física abrem novas perspectivas para um renascimento espiritualista mundial. Mas os meios intelectuais – e particularmente os universitários – no Brasil e demais países do continente não conseguiram ainda vencer a sua repugnância instintiva pelos problemas espirituais.** Há inegavelmente um complexo de inferioridade cultural em toda a América Latina, que não lhe permite o arejamento e a desenvoltura com que norte-americanos e europeus enfrentam o momento de transição em que nos encontramos no mundo. A evolução cultural do nosso tempo já superou, e com muita rapidez, a fase de materialismo defensivo que marcou fortemente a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. As próprias conquistas da Física abrem novas perspectivas para um renascimento espiritualista mundial. Mas os meios intelectuais – e particularmente os universitários – no Brasil e demais países do continente, não conseguiram ainda vencer a sua repugnância instintiva pelos problemas espirituais. Permanecem fechados na casca de tatu do materialismo superado, convencidos de encontrarem-se ainda na trincheira da verdade contra a superstição, sem perceberem que a guerra já acabou e a anistia ampla se faz em todo o mundo. Encastelado assim numa posição retrógrada, o nosso intelectualismo acadêmico se vê acuado, principalmente no Brasil, pelas avalanchas de ‘hordas bárbaras’ que aumentam sem cessar, tanto no campo da corrente africana quanto no da corrente francesa. Essa teimosia o levará fatalmente a uma derrocada semelhante à do Império Romano, mas enquanto não se der a queda da orgulhosa Roma Imperial a pesquisa de ‘mec’ entre nós prosseguirá em ritmo de catacumba, à luz de archotes. Esse aspecto trágico da situação cultural brasileira escapou naturalmente à observação de Stevenson.

**Os casos de reencarnação no Brasil, conhecidos particularmente no meio espírita, são numerosos. Mas o interesse existente nesse e em outros meios culturais afins é esterilizado pela indiferença e pela reação dos meios universitários.** Essa reação, num país de pouco desenvolvimento cultural, exerce poderosa influência, levando as próprias famílias em que ocorrem os casos de reencarnação a uma curiosa posição de ambivalência: de um lado, elas se orgulham da ocorrência, que as torna objeto de interesse especial dos meios espiritualistas; de outro lado elas se esquivam e disfarçam a situação, com o receio de serem consideradas pelos intelectuais como redutos de superstições, e também com o receio (por sinal muito humano e muito de acordo com o sentimentalismo brasileiro) de exporem os seus parentes reencarnados ao ridículo e lhes criarem situações embaraçosas no futuro. Isso particularmente nos casos de reencarnação com mudança de sexo. Mas apesar disso os ventos do mar largo, que sopram de todos os quadrantes do mundo, e o desenvolvimento cultural acelerado dos últimos anos nos levam a esperar, talvez para mais breve do que se pensa, uma mudança favorável dessa situação opaca para a transparência necessária.

**Não é fácil fazer um levantamento geral dos pesquisadores atuais da reencarnação em todo o mundo. Por toda a parte eles se multiplicam sem cessar.** Basta correr os olhos em algumas publicações especializadas da Europa e da América, particularmente o ‘Journal of Parapsychology’, para se ver a abundância de estudos publicados a respeito. Mas o livro de Ian Stevenson, ‘20 Casos Sugestivos de Reencarnação’, oferece-nos, já nos agradecimentos do autor aos que com ele colaboraram, uma lista impressionante de figuras exponenciais das Ciências contemporâneas. Na abertura de um ciclo de conferências na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, o Dr. Barnejee declarou que pôde verificar pessoalmente a existência, na Rússia, de duzentos cientistas empenhados na investigação da ‘memória extracerebral’. Barnejee tem estado com certa frequência nos Estados Unidos, na URSS e no Canadá, três países em que essas pesquisas se processam com mais intensidade.

Ian Stevenson é diretor do Departamento de Psiquiatria e Neurologia da Escola de Medicina da Universidade de Virgínia, EUA. Entre os cientistas atuais citados no seu livro podemos destacar os seguintes: Dr. Karlis Osis, eminente Parapsicólogo norte-americano; Dr. Robert Laidlaw, Psicólogo e Diretor do Hospital Roosevelt, de New York; Prof. C. J. Ducasse, da American Society for Psychical Research; Prof. Gardner Murphy, famoso Psicólogo norte-americano; Dr. J. G. Pratt, do grupo de parapsicólogos da Universidade de Duke, EUA; Prof. P. Pal, do Itachuna College de Bengala Ocidental; Prof. B.L. Atreya, da Universidade Hindu de Benares; Dr. Jamuna Prasad, Diretor do Gabinete, Diretor do Gabinete de Psicologia do Ministério da Educação da Índia; Dr. William A. Coates, da Universidade do Ceilão e atualmente na Universidade de Vidalankara, Índia; Dra. Louise Rhine, esposa e companheira de pesquisas do Dr. Joseph Banks Rhine, Duke University, EUA.

**“Mec” pertence ao campo de “psigama” no quadro de classificação dos fenômenos paranormais.** Sua própria natureza o inclui nesse campo, pois tratando-se de ‘memória’ não tem nenhuma forma de manifestação exterior. Não obstante, como todos os fenômenos parapsicológicos, suas provas são sempre objetivas. Só podemos saber se estamos diante de ‘mec’ ou de uma fabulação inconsciente pelo confronto das lembranças do paciente com a realidade histórica e social.

**5.3 – Parapsicologia e Espiritismo – (Explicação de José Herculano Pires em seu referido livro “Parapsicologia Hoje e Amanhã”, págs. 199-204) –** Os domínios da Parapsicologia são um ‘enclave’ no vasto império do Espiritismo: um pequeno território autônomo,

recortado pelos cientistas no campo da imensa fenomenologia espírita. Os livros de Parapsicologia, por isso mesmo, costumam citar o Espiritismo e os fenômenos espíritas como antecedentes dessa nova Ciência. Um exemplo típico desse procedimento é o livro do Prof. Ricardo Musso, do Instituto Argentino de Parapsicologia, que traz o expressivo título: ‘En los límites de la Psicología’, mas seguido de um subtítulo bastante significativo: ‘Desde el Espiritismo hasta la Parapsicología’.

**As relações entre o Espiritismo e a Parapsicologia não são amistosas** – Para os psicólogos que, tendo à frente o Prof. Joseph Banks Rhine, da Universidade de Duke, reiniciaram as pesquisas metapsíquicas neste século (XX), dando-lhes nova orientação sob esse novo nome, o Espiritismo representa uma fase antiga e superada do trato com o paranormal. É o passado. E com ele a Metapsíquica, cujas experiências e investigações estão sendo submetidas a rigorosa e penosa revisão. As relações entre o Espiritismo e a Parapsicologia não são, portanto, amistosas, como pensam geralmente espíritas e não-espíritas. Pelo contrário, têm sido até bastante ásperas, pois os parapsicólogos não desejam qualquer confusão entre os dois campos. O ‘enclave científico’, orgulhoso como um Principado de Mônaco, retém ciosamente o que conseguiu conquistar do vasto império que o rodeia e ameaça desmantelá-lo por completo no futuro, se os espíritos puderem ser eliminados.

**A tese parapsicológica é a seguinte:** O Espiritismo surgiu em virtude de interpretações apressadas de fenômenos desconhecidos. Escapando ao controle das Ciências, esses fenômenos ofereceram larga margem à credence humana. Depois surgiu a Metapsíquica, pretendendo colocar o problema nos devidos termos. Mas essa Ciência também se perdeu no emaranhado dos fenômenos paranormais, avançando demasiado rapidamente nas suas investigações. Agora a Parapsicologia tem de repor tudo novamente em seus lugares. E isso sem pressa, sem precipitar conclusões, avançando devagar e com a mais absoluta segurança, que o terreno é traiçoeiro.

**A tese espírita é bem outra. Tentemos resumí-la:** A Metapsíquica e a Parapsicologia representam esforços científicos para a explicação dos fenômenos espíritas. Louváveis esforços que farão os homens de ciência compreenderem a verdade do Espiritismo, dando-lhes uma visão mais ampla e mais bela da vida universal. Não importa que a Parapsicologia rejeite o Espiritismo e até mesmo o despreze. O que importa é que ela prossiga nas suas investigações, pois estas a levarão fatalmente ao reconhecimento da realidade espiritual. Como o Espiritismo não quer outra coisa para os homens, a existência desse pequeno e orgulhoso enclave científico, no seu território, longe de incomodá-lo, só pode dar-lhe satisfações.

**Mas nem todos os espíritas entendem essa tese.** Alguns pensam que a Parapsicologia é apenas uma nova denominação – orgulhosamente dada pelos cientistas, com o fim exclusivo de fugirem à verdade – ao vasto império do Espiritismo. Outros chegam a temer que os espíritas, fascinados pelo brilho aparente e a prosperidade desse Principado de Mônaco, acabem se perdendo no pano verde das suas cartas de baralho e dos seus jogos de dados. Ficam indignados quando vêem espíritas militantes entregarem-se a atividades parapsicológicas. E outros, ainda, certamente os mais felizes e ingênuos – que ganharão o Reino dos Céus – entendem que todo parapsicólogo é um espírita disfarçado de cientista para minar e sabotar o edifício das ‘Ciências materiais’.

**Como vimos no confronto das duas teses, a aspereza existente nas relações entre o Espiritismo e a Parapsicologia decorre apenas da falta de compreensão.** Se os parapsicó-

logos abdicassem dos seus preconceitos positivistas ou pragmatistas, e se os espíritas, por sua vez, abdicassem dos resíduos do dogmatismo que ainda alimentam, essas relações seriam as mais amistosas e compreensivas. É o que, felizmente, já vem ocorrendo em várias áreas. Na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos e aqui mesmo, no Brasil, alguns parapsicólogos e espíritas já aprenderam a dar-se as mãos, jogando fora os seus preconceitos e os seus possíveis temores.

Tanto a Parapsicologia quanto o Espiritismo objetivam exclusivamente a descoberta da verdade sobre a natureza humana. Aquela realiza o seu trabalho no campo das Ciências positivas, servindo-se dos métodos a elas inerentes; este o faz no campo das Ciências culturais, servindo-se também de metodologia específica. O Espiritismo surgiu de um processo de síntese do conhecimento: a conjugação das experiências científicas e religiosas do homem, num momento exato de fusão, permitiu o aparecimento de uma concepção nova, de natureza global, para o estudo dos problemas humanos. Por isso, Kardec afirma que o Espiritismo é uma Ciência, mas que trata especificamente do elemento inteligente do Universo, ou seja, uma Ciência espiritual. Não se pode confundí-lo com as Ciências chamadas positivas que tratam do elemento material do Universo. Mas é evidente que as duas formas de Ciência devem conjugar-se para abrangerem todos os aspectos do Universo. A Parapsicologia surgiu das pesquisas psicológicas, perfeitamente integrada nos quadros e nas exigências das Ciências positivas. Podem e devem, portanto, marchar lado a lado na conquista do objetivo comum.

**O Espiritismo não trata apenas do exame dos fenômenos paranormais: seu método é cultural e não apenas científico.** Para esclarecer melhor o que acima dissemos basta lembrar que o Espiritismo não trata apenas do exame dos fenômenos paranormais. Ao examinar esses fenômenos ele toma uma posição analítico-sintética e não somente analítica. Não vê os fenômenos em si, como o faz a Parapsicologia mas os ‘fenômenos em si ligados a um contexto’. Por isso o seu método é cultural e não apenas científico. As Ciências materiais são fragmentárias e esmiúçam os fenômenos. O Espiritismo é global e ‘entrosa’ os fenômenos ‘em si mesmos e no contexto a que pertencem’. Psicologicamente podemos dizer que o procedimento do Espiritismo é ‘gestáltico’, ou seja: ‘ele se preocupa com a forma global e não com os detalhes’. Os parapsicólogos entendem que essa posição do Espiritismo é arcaica, pertence ao passado místico da Humanidade. Para eles a verdade só pode ser descoberta pela análise, pelo esmiuçamento dos problemas, isolados e submetidos ao processo cartesiano de divisão. Mas o Espiritismo não despreza a análise. Procura apenas colocá-la no devido lugar, como uma simples fase do processo do conhecimento. Aliás, o próprio desenvolvimento das Ciências positivas está sendo feito nesse sentido. O método ‘gestáltico’ em psicologia e a teoria da relatividade na física são exemplos disso. O que nos mostra que o Espiritismo está bem firmado na sua posição, que não é arcaica mas adiantada, representando uma antecipação no campo do conhecimento. Enganam-se os parapsicólogos que desprezam o Espiritismo. E mais ainda se enganam os espíritas que, empolgados pelo desenvolvimento atual das Ciências positivas, entendem que a Parapsicologia vai realmente tomar o lugar do Espiritismo e arquivá-lo nas estantes empoeiradas do passado. Para maior clareza podemos dizer que os parapsicólogos são como os mineiros que cavam no escuro, arrancando os minérios da terra. Os espíritas são como os pedreiros que constroem à luz do sol, sobre a terra. É evidente que o trabalho dos parapsicólogos interessa de perto aos pedreiros do Espiritismo. E não há razão nenhuma para os pedreiros se assustarem com o trabalho penoso dos mineiros. Os espíritas, portanto, não devem menosprezar nem superestimar os domínios da Parapsicologia, que na verdade estão encravados – na exata expressão da palavra francesa ‘enclave’ – nos próprios domínios do Espiritismo.



**A existência do extrafísico no Homem e no Universo. A “mediunidade generalizada”. O campo de “psigama”: PES (Percepção Extra-Sensorial) e Teta (manifestações de espíritos).** A investigação parapsicológica já venceu a sua primeira fase – a da constatação da existência do extrafísico no Homem e no Universo – e está avançando para a demonstração da supervivência do homem após a morte. Rhine dedica-se, no momento, à elaboração de metodologia especial necessária a essa comprovação científica que vai aos poucos realizando, no exame dos ‘fenômenos teta’, de manifestação de entidades espirituais. Enquanto isso podemos assinalar a área da concepção espírita já plenamente confirmada pela pesquisa parapsicológica. Ao afirmar que as ‘funções psi’ são comuns a toda a espécie humana a Parapsicologia confirma a tese espírita da ‘mediunidade generalizada’. Reconhecendo a diversificação dessas funções em dois campos, o subjetivo e o objetivo, endossa a divisão espírita das manifestações inteligentes e dos fenômenos físicos. Sustentando a independência da mente, que percebe e age sem se servir dos órgãos corporais, restabelece a dualidade relativa de corpo e espírito. Provando a ação psiconética, confirma a tese espírita das relações alma-corpo. E, por fim, reconhecendo a existência de fenômenos mentais possivelmente produzidos por ‘mentes desencarnadas’ confirma a divisão espírita dos fenômenos mediúnicos em dois campos: os anímicos (produzidos pela própria alma do médium) e os espíritos (produzidos por espíritos desencarnados). O campo de ‘psigama’ está hoje dividido em duas áreas – a de PES, percepção extra-sensorial, e a de ‘Teta’, manifestações de espíritos. Além disso, ao tratar da existência de pseudofenômenos paranormais a Parapsicologia endossa as explicações espíritas a respeito da existência dos chamados ‘fenômenos espiritóides’.

**A posição de Rhine no tocante à questão da sobrevivência é declarada nos seus últimos livros e artigos: até agora as pesquisas parapsicológicas não provaram nada contra o Espiritismo** – Assim, as novidades parapsicológicas, que deviam “aturdir os ingênuos espiritistas” nada mais fazem do que reafirmar tardiamente as teorias espíritas, já confirmadas pelas experiências do Espiritismo há mais de um século. Não é de admirar que os adversários do Espiritismo queiram reduzir a Parapsicologia à triste condição de um ‘pavlovismo’ ou um ‘behaviorismo’ paranormal. É o único recurso que lhes resta diante do avanço das Ciências na comprovação progressiva das pesquisas e teorias espíritas. A posição de Rhine no tocante à questão da sobrevivência é declarada nos seus últimos livros e artigos. O Prof. Jorge Ayala, da Universidade do México, declarou-nos pessoalmente: Rhine segue por etapas – a primeira foi a prova de que os fenômenos existem; a segunda, a prova de que a mente não é física; a terceira será a da sobrevivência espiritual do homem. A equipe de Puhariche, que realizou pesquisas com Arigó e outros médiuns, tem o mesmo objetivo. É importante assinalar que até agora as pesquisas parapsicológicas não provaram nada contra o Espiritismo. Pelo contrário, só têm confirmado, passo a passo, a doutrina espírita em seu aspecto científico.

**5.4 – PSI e a revolução cristã – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – Os estados: teológico-metafísico, científico-positivo e psicológico; Fé, Razão e Intuição - ( Explicação de José Herculano Pires em seu referido livro “Parapsicologia Hoje e Amanhã”, págs. 173-177).**

**Psi abre as portas do mundo extrafísico e completa a revolução da Física Nuclear** - Rompida com a prova científica da existência das ‘funções psi’ a concepção organocêntrica da vida, a tendência egocentrista do homem sofre a sua última derrota no campo da Filosofia e da Ciência. O orgulho humano, que na sua futilidade fizera do nosso planeta o centro do cosmos, e posteriormente da nossa forma animal de vida o centro do psiquismo, a única possibilidade de manifestações vitais e inteligentes, foi abatido no seu último reduto. ‘Psi’ abre as por-

tas do mundo extrafísico, segundo afirmou Rhine, e completa a revolução da Física Nuclear revelando a outra face do cosmos, até agora apenas vislumbrada pela intuição filosófica, artística e religiosa. Ao fazer isso ‘psi’ transfere o problema humano do temporal para o atemporal, para a duração. O conceito estático de eternidade não seria admissível, a menos que aceitássemos a imobilidade aristotélica. Na duração o dinamismo psíquico se apresenta em sua plenitude, como o revelam as experiências parapsicológicas, superando todas as barreiras conceptuais de espaço e tempo. Temos então, aquele ‘universo pleno de deuses’ de que falava Tales, não no sentido greco-mitológico mas no sentido ‘psi’, ou seja, da existência de entidades psíquicas além de todas as nossas possíveis barreiras. É claro que essa consequência lógica de ‘psi’ não poderá ser cientificamente demonstrada senão no futuro, com o avanço da investigação além das próprias barreiras físicas do método quantitativo. Mas teoricamente ela se impõe desde já, desde o momento em que, como num passe de mágica, dentro das próprias condições rigorosas da investigação de laboratório, as cartas Zener e os dados de Rhine abriram a primeira brecha na concepção física do Universo.

**A realidade extrafísica (o outro lado da vida) e as consequências para as relações sociais de ordem filosófica, política e econômica** – Colocados, assim, diante daquela realidade extrafísica que Carl Du Prel chamava ‘outro lado da vida’, verificamos imediatamente algumas consequências para as relações sociais, da mais alta importância filosófica, política e econômica. Na primeira dessas ordens, a filosófica, temos a reafirmação prática do ‘princípio teórico da liberdade’. Os experimentos de precognição parecem contrariar esta dedução, revelando uma estrutura determinista do processo existencial. Essa primeira impressão decorre da nossa prisão conceptual, nos limites de tempo e espaço. A precognição, se de um lado revela a existência de um determinismo na seqüência dos eventos, de outro lado demonstra a possibilidade de penetração da mente nesse determinismo e conseqüentemente a sua possibilidade de ação sobre ele. A mente não é apenas espectadora passiva dos acontecimentos, mas a modeladora e condutora destes. Esse fato se patenteia particularmente nas experiências de telepatia precognitiva, onde se verifica, como nas observações de Carington, que o pensamento deflagra uma ordem causal ou sincrônica de eventos. É o caso das estruturas ‘psicônicas’ ou das estruturas mentais, em que o percipiente consegue penetrar descobrindo os elementos não-revelados que constituem todo um plano de experimentação.

**Ordem Filosófica:** ‘O princípio de liberdade’, tão limitado no plano existencial, mas que assim mesmo serviu para a definição sartreana da essência do homem como sendo a própria liberdade, reafirma-se e amplia-se nessa outra face do existencial que é a existência extrafísica, em termos de ‘psi’. ‘Domínio do espaço e do tempo, ação da mente sobre a matéria e sobre a estrutura determinista dos eventos extrafísicos: são estas as características da liberdade psíquica muito mais ampla e fecunda que a liberdade humana do plano temporal’. A mente é livre de penetrar o espaço e o tempo em todos os sentidos – do que podemos ter a nossa experiência comum através do pensamento – e livre para se determinar a si mesma e determinar a cadeia de eventos que lhe convém ou não desencadear. Não temos apenas a reafirmação, mas também a ampliação do princípio de liberdade.

**Ordem Política:** ‘Reafirmação e ampliação dos princípios de igualdade’ – A seguir, na ordem política – que também se abre para as perspectivas místicas da ‘polis celeste’ – temos a reafirmação e a ampliação do princípio de igualdade. Os homens já não são iguais somente perante a lei, no plano dos direitos convencionais, mas também e sobretudo perante a sua funcionalidade, a sua função na ordem cósmica. A igualdade humana rompe as comportas do convencionalismo, supera os conflitos do organocentrismo – provenientes da extrema variabilidade

de orgânica no plano étnico – e projeta-se como realidade extrafísica, superando o existencial (que no caso se apresenta simplesmente como o circunstancial) para afirmar-se como essencial. Os homens são essencialmente iguais, como o comprova a observação de suas possibilidades mentais, intelectuais e emocionais (ou estéticas) na própria observação comum. A natureza mesma das ‘funções psi’, como manifestações de um psiquismo primitivo comum aos animais e ao homem, revelando apenas graduações evolutivas, demonstra a igualdade psíquica fundamental como potencialidade sujeita às mesmas leis e aos mesmos processos de atualização, de maneira universal. Assim como no plano biológico o recém-nascido é potencialmente igual ao adulto, no plano psíquico a igualdade potencial se apresenta válida, e ainda mais, enriquecida pela irredutibilidade e a irreversibilidade do psiquismo. As experiências de ‘psi’ com retardados mentais demonstrou que a atrofia psíquica é apenas decorrente das deficiências orgânicas do plano físico, podendo os retardados, como os psicopatas em geral, exercer suas ‘funções psi’ tão bem ou melhor que os indivíduos normais.

**Ordem Econômica:** ‘Princípio da fraternidade’ - No tocante à economia, ‘psi’ nos arranca da infra-estrutura material como o mineiro que arrancasse minérios das entranhas da terra para convertê-los em utilidades da superestrutura cultural. A economia de ‘psi’ não é simplesmente econômica, mas ético-econômica. Nesse novo plano da ético-economia nossos conceitos se elevam acima da matéria e da energia, para atingirem, além do que conhecemos comumente por psiquismo, a área de ‘psi’ propriamente dita. Nessa área temos uma superestrutura de funções psíquicas ‘onde a fraternidade se apresenta como lei’. As experiências parapsicológicas revelam a inviabilidade de ‘psi’ entre pessoas que não se estimam. A simpatia é condição básica para a sintonia mental e psíquica que produz os resultados significativos na experimentação de laboratório. Simpatia, sintonia, harmonia, eis os termos que nos podem abrir as portas da concepção ético-econômica do Universo, reafirmando e ampliando o princípio da fraternidade.

**Dessa maneira vemos que “psi” nos aparece como a seqüência lógica do processo histórico do Cristianismo.** A revolução cristã, que minou a estrutura de injustiças do mundo clássico e preparou o advento do mundo contemporâneo através do Renascimento e da Revolução Francesa, renova-se e amplia-se na conquista desta nova concepção do homem e do mundo que a Parapsicologia nos propõe. Não nos esqueçamos de que, segundo Wilhelm Dilthey e Whitehead, o milênio medieval não foi mais do que a preparação do Renascimento, predispondo o homem para a volta à cultura clássica, mas através do enriquecimento conceptual do Cristianismo. ‘Psi’ prossegue essa revolução ao provar cientificamente a transcendência do homem.

**A Fé, A Razão e a Intuição** - Estamos no fim de outra fase de preparação histórica. O processo dialético se evidencia novamente: à fase teológica do medievalismo (com acentuação metafísica) sucede a fase positiva da era científica. Aquela preparou o advento da razão, esta prepara o advento da intuição. Às formas fragmentárias – porque racionais, analíticas, da percepção e do conhecimento – sucedem-se as formas ‘gestálticas’ da percepção intuitiva que proporcionam o conhecimento global. Passamos da tese teológico-metafísica à antítese científico-positiva, e desta à síntese psicológica que se inicia com as investigações da Parapsicologia. Aos três estados da lei positivista de Augusto Comte o Prof. Rhine acrescenta o ‘estado psicológico’, com a descoberta científica das ‘funções psi’, repetindo o gesto de Kardec em abril de 1868, como se pode ver na “Revue Spirite”.

**5.5 – PSI e a civilização do espírito – (Explicação de José Herculano Pires no seu referido livro “Parapsicologia Hoje e Amanhã”, págs.179-182).**

**O Cristianismo é uma revolução em marcha. Sua finalidade é instituir na Terra o Reino de Deus. O manifesto do Reino é o Sermão da Montanha – (A estrutura político-religiosa da Igreja – A Reforma e a Contra-Reforma)** - Mas como chegar à realização desse manifesto na ordem social, quando nos afastamos do seu princípio básico que é a natureza espiritual do homem? A partir da pregação de Jesus a revolução cristã se desencadeou. Não demorou muito e punha abaixo o mundo clássico greco-romano para iniciar uma nova ordem. Essa nova ordem começava por um longo processo histórico de fusão conceptual. Daí o ‘caldeirão medieval’ de que fala Dilthey, em que a concepção greco-romana do mundo se fundiu lentamente com a concepção judeu-cristã. Arnold Toynbee coloca o problema em termos de física ondulatória: fusão da onda grega com a onda siríaca. Victor Hugo já o dissera, no prefácio de ‘Cromwell’: “Uma religião espiritual, suplantando o paganismo material e exterior, se infiltra no coração da sociedade antiga, mata-a e sobre o cadáver de uma civilização decrépita depõe o germe da civilização moderna”. Nada mais claro e mais preciso. O Cristianismo se infiltra na velha estrutura minando-lhe os alicerces. Quando sopra a tempestade bárbara o Império não resiste. Mas em meio à ruína total alguma coisa se mantém firme e vai dirigir o caos; é a estrutura político-religiosa da Igreja, que se apresenta como síntese formidável das conquistas do passado. Encarna a estrutura imperial romana, o monoteísmo judaico e o politeísmo mitológico, a dogmática do mosaísmo e o racionalismo grego, o direito romano e a mística evangélica. Delta histórico em que deságuam e se misturam os rios das diversas civilizações, o Cristianismo é o momento de sístole da evolução humana. Por isso mesmo se apresenta terrível e contraditório. É o ‘point d’optique’ da expressão hugoana, em que “tudo o que existe no mundo, na história, na vida, no homem, tudo pode e deve ali se refletir, mas sob a vara mágica da arte”. O desespero judaico e o trágico grego se misturam à esperança cristã da salvação, e dolorosamente se funde a concepção romântica do mundo que florescerá na galanteria cavalheiresca e eclodirá em frutos no Renascimento. A Reforma e a Contra-Reforma assinalam o momento da diástole histórica do Cristianismo, o conflito fecundo em que o germe se rompe para que a germinação se realize. Morre o grão de trigo, segundo a expressão evangélica, para multiplicar-se na colheita futura.

**A civilização contemporânea é ainda um momento da diástole. Mas os sinais da sístole são visíveis.** Na diástole o Cristianismo alienou-se, fragmentou-se e perdeu-se no mundo. Mas o fez para conquistá-lo. Na verdade ele apenas continuou a infiltrar-se nas estruturas arcaicas, mas agora para apossar-se delas, dominá-las e fundi-las preparando o Reino de Deus. O racionalismo nos deu as Ciências, que superaram as superstições mitológicas e quiseram reduzir o mundo a uma equação matemática. O homem se transformou em número – não o fecundo número pitagórico, mas a fria e estéril cifra do economismo utilitarista – e esse número passou a existir em termos de soma, multiplicação, subtração e divisão. A qualidade desapareceu alienada na quantidade. Mas como a qualidade é substância e a quantidade é apenas atributo, a primeira voltará a se impor.

**A sístole cristã é o momento de volta à qualidade, à essência, ao Ser, ao homem como homem e não como número, ao homem como espírito e não como acidente biológico.** O racionalismo se salva da alienação quantitativa superando suas próprias limitações através do avanço científico. É por isso que o rompimento da concepção física do mundo se verifica no próprio campo da Física: os números se opõem ao homem e o definem como o anti-número, da mesma maneira por que o mundo, na concepção sartreana, se opõe à consciência e

a define como não-mundo. Nas ciências psicológicas esse fato se patenteia de maneira dramática através das experiências quantitativas da Parapsicologia. O método fragmentário conduz à reunificação do objeto, as provas quantitativas reafirmam a qualidade uma do psiquismo. Isso é o que permite a Rhine proclamar que a Parapsicologia devolve à Psicologia o ‘seu objeto perdido’.

**É assim que vemos o retorno do homem a si mesmo através da descoberta parapsicológica de suas “funções psi”.** Torna-se agora possível, não apenas em sentido individual, mas no sentido coletivo, obedecer à ordem do Oráculo de Delfos – “conhece-te a ti mesmo”. ‘Psi’, essa espécie de mistério moderno, racionalmente definido por uma letra grega, surge como nova esfinge no caminho de Édipo. Por isso muitos a temem, outros zombam dela, outros querem negá-la, outros reduzir a sua significação ao mínimo possível e outros, ainda, simplesmente desviá-la do caminho. Mas eis que ela está aqui, diante de nós, irremediável e irrevogavelmente. Não há como escapar ao seu fascínio. Denis de Rougemont disse que o Cristianismo primitivo aprendeu a falar grego para cumprir sua missão universal. O mundo moderno será espiritualmente alfabetizado por uma letra grega.

**Interpretação científica dos princípios evangélicos** – A importância de ‘psi’, como se vê, é fundamental para o momento de transição que estamos vivendo. A demonstração científica da natureza espiritual do homem, ainda apenas em início, mas já suficientemente realizada pela investigação parapsicológica, abre a possibilidade de interpretação científica dos princípios evangélicos. Surge, não somente no plano da cogitação filosófica, mas na polaridade teórico-prática das ciências modernas – a hipótese parapsíquica como potência atualizada na experimentação – a possibilidade de construção de uma civilização do espírito que superará as limitações da civilização materialista do presente. O homem-cósmico da astronáutica é também o homem-psíquico das ‘funções psi’. E é graças a essa verdadeira ação de pinça – o ataque sincrônico através da Física e da Psicologia – que o arcabouço materialista cederá mais rápido do que o supõem os seus defensores.

**O “racionalismo-fideísta”, signo sob o qual se desenvolverá a Civilização do Espírito** - O mundo consciencial ou a ‘República dos Espíritos’ que René Hubert proclama, na corrente néo-kantiana do relativismo-crítico, já não se assemelha à República de Platão mas a um resultado fatal do processo dialético hegeliano. Este processo, por sua vez, revela a sua mola oculta, que o Marxismo e o Existencialismo sartreano ignoraram: é o elã vital bergsoniano em trânsito psíquico através das formas orgânicas. A Parapsicologia animal revela a identidade psíquica do reino biológico, quebrando mais uma vez a aparente dicotomia cartesiana. As ‘funções psi’ dos animais se elevam no plano hominal, onde a conquista e a elaboração da razão as enriquecem, predispondo-as à criação do novo tipo de racionalismo com que precognitivamente sonharam os escolásticos: o ‘racionalismo-fideísta’, signo sob o qual se desenvolverá a Civilização do Espírito. Mas o que podemos entender por esse tipo de civilização? O racionalismo-fideísta é a síntese da razão e da fé, a unificação do espírito. O homem dividido reencontra a sua metade perdida, segundo o mito platônico. O amor então se realiza na plenitude do espírito. Se o homem racional era incerteza e desespero, conquista e ganância, em oposição ao homem de fé, que era acomodação e espera, mortificação e medo, o novo homem espiritual será compreensão e esperança, na percepção intuitiva das suas potencialidades, o que vale dizer da sua perfectibilidade. O desabrochar das ‘funções psi’ o terá sobrelevado às contradições da dialética evolutiva. Não se trata de um simples sonho, pois são as próprias investigações científicas que abrem essas perspectivas para o nosso século. Estamos no limiar de um mundo renovado pelo poder do espírito, que é o construtor das civilizações.

**5.6 – PSI e o desenvolvimento moral – (Explicação de José Herculano Pires em seu referido livro “Parapsicologia Hoje e Amanhã”, págs. 183-186).**

**Rhine não é apenas um pesquisador, é também um pensador** - A investigação das ‘funções psi’ tem as conseqüências inevitáveis de um mergulho nas profundezas do psiquismo. Alguns parapsicólogos de tipo fanaticamente científico não querem reconhecer esse fato e protestam contra as ilações de Rhine no campo das conseqüências morais, sociais, políticas e ideológicas da Parapsicologia. Mas o que mais valoriza o trabalho de Rhine e seu grupo é exatamente a amplitude de vistas que o caracteriza. Rhine não é apenas um pesquisador, é também um pensador. E um pensador capaz de tratar os resultados de suas experiências não apenas de maneira matemática e lógica, mas também emocional. É precisamente nesse ponto que o carro pega, segundo alegam os seus adversários. Porque um cientista deve ser frio, racional e não emotivo. Deve ser sobretudo positivo, não passar além daquilo que os dados da experiência objetivamente oferecem ao seu exame. Essa é a mentalidade típica do mecanicismo. O cientista apresentado como uma espécie de ‘robot’, de homem metálico que abdica da parte fundamental de sua natureza humana para funcionar como disfragma de máquina fotográfica. Rhine não é assim nem deseja parecer assim. Como Einstein, tem a coragem de sentir febre diante das conclusões da sua pesquisa.

**“Vós e eu, os seres humanos, o que somos? Ninguém o sabe. É quase incrível essa ignorância do conhecedor a respeito dele mesmo!”** - Em seu livro ‘The Reach of the Mind’, apresentando os resultados de mais de quinze anos de investigação, começa por colocar o que chama, com muita razão, “o problema central do homem”. Sua primeira frase é socrática: “Vós e eu, os seres humanos, o que somos?” E ele mesmo responde: “Ninguém o sabe”. A seguir exclama: “É quase incrível essa ignorância do conhecedor a respeito dele mesmo!” Sim, porque o homem é um conhecedor insaciável que estende a sua curiosidade em todas as direções, que tudo conquista e domina, menos a si mesmo. O que leva Rhine a advertir: “Os historiadores do século XXI ficarão assombrados ao constatarem que o homem demorou tanto em concentrar as suas investigações sobre o problema da sua própria essência”. Mais assombrados ficarão ao se lembrarem de que Sócrates já proclamava a necessidade de ‘conhecer-se a si mesmo’ antes ‘de conhecer o mundo’. A pesquisa científica de ‘psi’ não pode, por isso, limitar-se à zona periférica das percepções. Deve aprofundar-se, como o faz Rhine, em termos de estrutura e essência. Inútil criticá-lo por isso. O processo de investigações ‘psi’, uma vez desencadeado, terá forçosamente de prosseguir até às suas últimas conseqüências. E as últimas conseqüências, tanto na prática científica quanto na cogitação filosófica, tanto na experiência quanto no pensamento – na ordem empírica e na racional – são sempre de sentido moral.

**A incapacidade da Ciência para provar que o homem é apenas corpo só encontra equivalente na incapacidade da Religião para provar que o homem é espírito** – Rhine acentua este aspecto contraditório do nosso tempo: enquanto nas Faculdades de Teologia preparam-se jovens pregadores instruídos em velhos princípios de fé, nas Faculdades de Medicina, a poucos metros de distância das primeiras, formam-se jovens médicos instruídos nos princípios da descrença. E ambos, o sacerdote e o médico vão operar no meio social, muitas vezes encontrando-se aos pés do mesmo leito, cada um com sua verdade particular, oposta e irredutível à verdade do outro. O mesmo enfermo, entretanto, aceita e ajusta as duas verdades diante dos dois perigos que enfrenta: o da morte e o da sobrevivência. A incapacidade da Ciência para provar que o homem é apenas corpo só encontra equivalente na incapacidade da Religião para provar que o homem é espírito. Nada mais justo que nessa situação de conflito insanável o Existencialismo sartreano nos proponha a moral da ambigüidade. Moral, aliás, que antes de sua

formulação por Simone de Beauvoir já superava na prática os antigos padrões morais derruídos ao impacto das transformações sociais e culturais. Acusado de espiritualismo, no sentido de preconceito prejudicial à investigação científica, Rhine responde com a colocação das cartas na mesa. Literal e efetivamente é essa a sua atitude. As cartas e os dados sobre a mesa para que o problema seja solucionado nos termos da evidência cartesiana.

**As conseqüências morais que Rhine pretende tirar da investigação de “psi” não são de ordem espiritualista ou materialista, mas de ordem real ou verídica** – No final de ‘The Reach of the Mind’ declara serenamente: “Se as futuras descobertas excluïrem toda possibilidade de aceitação da hipótese da sobrevivência podemos antecipar, com segurança, que o desaparecimento das teorias de toda a espécie sobre a ressurreição não seria mais lamentável que o da existência dos antigos anjos alados, ou o da velha doutrina do enxofre entre os intelectuais das escolas teológicas de hoje”. As conseqüências morais que Rhine pretende tirar da investigação de ‘psi’ não são de ordem espiritualista ou materialista, mas de ordem real ou verídica. O que importa não é a posição mental diante dos fatos, mas a realidade das comprovações. Porque tanto é prejudicial, do ponto-de-vista científico, o preconceito espiritualista quanto o materialista. Ambos, como assinala Ernst Cassirer, acabam por fazer os fatos empíricos deitarem no leito de Procufo das simples teorias. A verdade, portanto, e não as suposições – a verdade que ressalte dos fatos – eis o que importa. E essa verdade, como o demonstra Rhine, já não admite contradições no estado atual das investigações parapsicológicas. Quando publicou o livro a que aludimos, as investigações ainda não haviam atingido o desenvolvimento de hoje. Mas assim mesmo Rhine podia afirmar que “as experiências de ESP e PK demonstram que a mente está livre das leis físicas”. E acrescentava: “Estas investigações oferecem a única comprovação indiscutível que pode contribuir para a solução do problema da liberdade moral”.

**A conclusão de Rhine é um anúncio dos novos tempos. É um programa do Reino, que renova em bases científicas o manifesto do Sermão da Montanha. A descoberta das “funções psi” e de seu alcance oferece bases experimentais para a formulação de uma nova moral.** Não a moral ambígua destes tempos de incertezas e de contradições, mas a moral positiva dos tempos que já se abrem diante de nós, a moral apoiada no conhecimento da natureza extrafísica do homem. Uma coisa é a crença nessa natureza, outra coisa, e bem diversa, é a certeza científica. Como dizia Denis Bradley: “Afirmar ‘eu creio’ não é o mesmo que afirmar ‘eu sei’”. Por isso ‘psi’ se apresenta no quadro científico do nosso tempo como o resgate moral da Ciência e portanto da razão. A malsinada razão atinge em ‘psi’ o momento de afirmar a sua vitória decisiva, superando a si mesma. Dessa vitória e dessa superação resulta a ‘moral psi’ que, na precognição de Rhine, estruturará o novo mundo.

**Razão da ignorância...Razão da astúcia...Razão do sábio...Razão do sábio-santo (razão iluminada pela intuição e a fé)** – Muitos perguntam o que entendemos por uma razão que supera a si mesma. Basta olhar para a graduação do processo racional em nosso mundo para ter a resposta. Vamos da razão da ignorância à razão da astúcia (a chamada razão diabólica), até à razão do sábio. Mas acima desta existe a razão do sábio-santo, que é o verdadeiro sábio, a razão iluminada pela intuição e a fé. Porque a razão é a experiência vital dinamizada no espírito em forma de categorias mentais. Essa experiência e suas categorias dinâmicas se elevam ao plano da intuição e com ela se fundem na visão global e endopática do todo. A razão que supera a si mesma é a que rompe os limites sensoriais e se eleva além do tempo e do espaço nas asas de ‘psi’.

## 6 – A FILOSOFIA ESPÍRITA

### **6.1 – Sócrates e Platão, Precursores da Doutrina Cristã e do Espiritismo – (Alocação de Allan Kardec na Introdução de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Edições FEESP, Tradução de José Herculano Pires).**

Da suposição de que Jesus devia conhecer a seita dos Essênios, seria errado concluir que Ele bebeu nessa seita a sua Doutrina, e que, se tivesse vivido em outro meio, professaria outros princípios. As grandes idéias não aparecem nunca de súbito. As que têm a verdade por base contam sempre com precursores, que lhes preparam parcialmente o caminho. Depois, quando o tempo é chegado, Deus envia um homem com a missão de resumir, coordenar e completar os elementos esparsos, com eles formando um corpo de doutrina. Dessa maneira, não tendo surgido bruscamente, a doutrina encontra, ao aparecer, espíritos inteiramente preparados para a aceitar. Assim aconteceu com as idéias cristãs, que foram pressentidas muitos séculos antes de Jesus e dos Essênios, e das quais foram Sócrates e Platão os principais precursores. Sócrates, como o Cristo, nada escreveu, ou pelo menos nada deixou escrito. Como o Cristo, teve a morte dos criminosos, vítima do fanatismo, por haver atacado as crenças tradicionais e colocado a verdadeira virtude acima da hipocrisia e da ilusão dos formalismos, ou seja, por haver combatido os preconceitos religiosos. Assim como Jesus foi acusado pelos Fariseus de corromper o povo com seus ensinamentos, ele também foi acusado pelos Fariseus do seu tempo – pois que os têm havido em todas as épocas – de corromper a juventude, ao proclamar o dogma da unicidade de Deus, da imortalidade da alma e da existência da vida futura. Da mesma maneira porque hoje não conhecemos a Doutrina de Jesus senão pelos escritos dos seus discípulos, também não conhecemos a de Sócrates, senão pelos escritos do seu discípulo Platão. Consideramos útil resumir aqui os seus pontos principais, para demonstrar sua concordância com os princípios do Cristianismo.

Aos que encararem este paralelo como uma profanação, pretendendo não ser possível haver semelhanças entre a doutrina de um pagão e a do Cristo, responderemos que a doutrina de Sócrates não era pagã, pois tinha por finalidade combater o paganismo, e que a doutrina de Jesus, mais completa e mais depurada que a de Sócrates, nada tem que perder na comparação. A grandeza da missão divina do Cristo não poderá ser diminuída. Além disso, trata-se de fatos históricos, que não podem ser escondidos. O homem atingiu um ponto em que a luz sai por si mesma de baixo do alqueire e o encontra maduro para a enfrentar. Tanto pior para os que temem abrir os olhos. É chegado o tempo de encarar as coisas do alto e com amplitude, e não mais do ponto de vista mesquinho e estreito dos interesses de seitas e de castas. Estas citações provarão, além disso, que, se Sócrates e Platão pressentiram as idéias cristãs, encontram-se igualmente na sua doutrina os princípios fundamentais do Espiritismo.

#### **Resumo da Doutrina de Sócrates e Platão:**

I – O homem é *uma alma encarnada*. Antes de sua encarnação, ela existia junto aos modelos primordiais, às idéias do verdadeiro, do bem e do belo. Separou-se deles ao encarnar-se, e, *lembrando seu passado*, sente-se mais ou menos atormentada pelo desejo de a eles voltar.

*Não se pode enunciar mais claramente a distinção e a independência dos dois princípios, o inteligente e o material. Além disso, temos aí a doutrina da preexistência da alma; da vaga intuição que ela conserva, da existência de outro mundo, ao qual aspira; de sua sobrevivência à morte do corpo; de sua saída do mundo espiritual, para encarnar-se; e da sua volta a esse mundo, após a morte. É, enfim, o germe da doutrina dos anjos decaídos.*



II – A alma se perturba e confunde, quando se serve do corpo para considerar algum objeto; sente vertigens, como se estivesse ébria, porque se liga a coisas que são, por sua natureza, sujeitas a transformações. Em vez disso, quando contempla sua própria essência, ela se volta para o que é puro, eterno, imortal, e, sendo da mesma natureza, permanece nessa contemplação tanto tempo quanto possível. Cessam, então, as suas perturbações, e esse estado da alma é o que chamamos de *sabedoria*.

*Assim, o homem que considera as coisas de baixo, terra-a-terra, do ponto de vista material, vive iludido. Para apreciá-las com justeza, é necessário vê-las do alto, ou seja, do ponto de vista espiritual. O verdadeiro sábio deve, portanto, de algum modo, isolar a alma do corpo, para ver com os olhos do espírito. É isso o que ensina o Espiritismo. (Cap. II no.5.)*

III – Enquanto tivermos o nosso corpo, e a nossa alma encontrar-se mergulhada nessa corrupção, jamais possuiremos o objeto de nossos desejos: a verdade. De fato, o corpo nos oferece mil obstáculos, pela necessidade que temos de cuidar dele; além disso, ele nos enche de desejos, de apetites, de temores, de mil quimeras e de mil tolices, de maneira que, com ele, é impossível sermos sábios por um instante. Mas, se nada se pode conhecer puramente, enquanto a alma está unida ao corpo, uma destas coisas se impõe: ou que jamais se conheça a verdade, ou que se conheça após a morte. Livres da loucura do corpo, então conversaremos, é de esperar, com homens igualmente livres, e conheceremos por nós mesmos a essência das coisas. Eis porque os verdadeiros filósofos se preparam para morrer e a morte não lhes parece de maneira alguma temível. (*O Céu e o Inferno*, 1<sup>a</sup>. parte, cap. 2<sup>o</sup>., e 2<sup>a</sup>. parte, cap. 1<sup>o</sup>.)

*Temos aí o princípio das faculdades da alma, obscurecidas pela mediação dos órgãos corporais, e da expansão dessas faculdades depois da morte. Mas trata-se, aqui, das almas evoluídas, já depuradas, não acontece o mesmo com as almas impuras.*

IV – A alma impura, nesse estado, encontra-se pesada, e é novamente arrastada para o mundo visível, pelo horror do que é invisível e imaterial. Ela erra, então, segundo se diz, ao redor dos monumentos e dos túmulos, junto dos quais foram vistos às vezes fantasmas tenebrosos, como devem ser as imagens das almas que deixaram o corpo, sem estarem inteiramente puras, e que conservam alguma coisa da forma material, o que permite aos nossos olhos percebê-las. Essas não são as almas dos bons, mas as dos maus, que são forçadas a errar nesses lugares, onde carregam as penas de sua vida passada, e onde continuam a errar, até que os apetites inerentes à sua forma material as devolvam a um corpo. Então, elas retomam, sem dúvida, os mesmos costumes que, durante a vida anterior, eram de sua predileção.

*Não somente o princípio da reencarnação está aqui claramente expresso, mas também o estado das almas que ainda estão sob o domínio da matéria é descrito tal como o Espiritismo o demonstra nas evocações. E há mais, pois, afirma-se que a reencarnação é uma consequência da impureza da alma, enquanto as almas purificadas estão livres dela. O Espiritismo não diz outra coisa, apenas acrescenta que a alma que tomou boas resoluções na erraticidade, e que tem conhecimentos adquiridos, trará menos defeitos ao renascer, mais virtudes e mais idéias intuitivas do que na existência precedente, e que, assim, cada existência marca para ela um progresso intelectual moral. (O Céu e o Inferno, 2<sup>a</sup>. parte: exemplos.)*

V – Após a nossa morte, o gênio (*daimon*, *démon*) que nos havia sido designado durante a vida, nos leva a um lugar onde se reúnem todos os que devem ser conduzidos ao *Hades*,

para o julgamento. As almas, depois de permanecerem no *Hades* o tempo necessário, são reconduzidas a esta vida, por numerosos e longos períodos.

*Esta é a doutrina dos Anjos Guardiães ou Espíritos protetores, e das reencarnações sucessivas, após intervalos mais ou menos longos de erraticidade.*

VI - Os demônios preenchem o espaço que separa o céu da terra; são o laço que liga o Grande Todo consigo mesmo. A divindade não entra jamais em comunicação direta com os homens, mas é por meio dos demônios que os deuses se relacionam e conversam com eles, seja durante o estado de vigília, seja durante o sono.

*A palavra daimon, da qual se originou demônio, não era tomada no mau sentido pela antigüidade, como entre os modernos. Não se aplicava essa palavra exclusivamente aos seres malfazejos, mas aos Espíritos em geral, entre os quais se distinguem os Espíritos superiores, chamados deuses, e os Espíritos menos elevados, ou demônios propriamente ditos, que se comunicavam diretamente com os homens. O Espiritismo ensina também que os Espíritos povoam o espaço; que Deus não se comunica com os homens senão por intermédio dos Espíritos puros, encarregados de nos transmitir a sua vontade; que os Espíritos se comunicam conosco durante o estado de vigília e durante o sono. Substituí a palavra demônio pela palavra Espírito, e tereis a Doutrina Espírita; ponde a palavra anjo, e tereis a doutrina cristã.*

VII – A preocupação constante do filósofo (tal como o compreendem Sócrates e Platão) é a de ter o maior cuidado com a alma, menos em vista desta vida, que é apenas um instante, do que em vista da eternidade. Se a alma é imortal, não é sábio viver com vistas à eternidade?

*O Cristianismo e o Espiritismo ensinam a mesma coisa.*

VIII – Se a alma é imaterial, ela deve passar, após esta vida, para um mundo igualmente invisível e imaterial, da mesma maneira que o corpo, ao se decompor, retorna à matéria. Importa somente distinguir bem a alma pura, verdadeiramente imaterial, que se nutre, como Deus, da ciência e de pensamentos, da alma *mais ou menos* manchada de impurezas materiais, que a impedem de elevar-se ao divino, retendo-a nos lugares de sua passagem pela terra.

*Sócrates e Platão, como se vê, compreendiam perfeitamente os diferentes graus de desmaterialização da alma. Eles insistem sobre as diferenças de situação que resultam para ela, de sua maior ou menor pureza. Isso que eles diziam por intuição, o Espiritismo o prova, pelos numerosos exemplos que nos põe diante dos olhos. ( O Céu e o Inferno, 2ª. parte.)*

IX – Se a morte fosse a dissolução total do homem, isso seria de grande vantagem para os maus, que, após a morte estariam livres, ao mesmo tempo, de seus corpos, de suas almas e de seus vícios. Aquele que adornou sua alma, não com enfeites estranhos, mas com os que lhe são próprios, somente poderá esperar com tranqüilidade a hora de sua partida para o outro mundo.

*Em outros termos, quer dizer que o materialismo, que proclama o nada pós a morte, seria a negação de toda responsabilidade moral ulterior, e por conseguinte um estímulo ao mal; que o malvado tem tudo a ganhar com o nada; que o homem que se livrou dos seus vícios e se enriqueceu de virtudes é o único que pode esperar tranqüilamente o despertar na outra*

*vida. O Espiritismo nos mostra, pelos exemplos que diariamente nos põe ante os olhos, quanto é penosa para o malvado a passagem de uma para a outra vida, a entrada na vida futura. ( O Céu e o Inferno, 2ª. parte, cap. 1º.)*

X – O corpo conserva os vestígios bem marcados dos cuidados que se teve com ele ou dos acidentes que sofreu. Acontece o mesmo com a alma. Quando ela se despoja do corpo, conserva os traços evidentes de seu caráter, de seus sentimentos, e as marcas que cada um dos seus atos lhe deixou. Assim, a maior desgraça que pode acontecer a um homem, é a de ir para o outro mundo com uma alma carregada de culpas. Tu vês, Cálicles, que nem tu, nem Pólus, nem Górgias, poderíeis provar que se deve seguir outra vida que nos seja mais útil, quando formos para lá. De tantas opiniões diversas, a única que permanece inabalável é a de que *mais vale sofrer que cometer uma injustiça*, e que antes de tudo devemos aplicar-nos, não a parecer, mas a ser um homem de bem. (Conversações de Sócrates com os discípulos na prisão.)

*Aqui se encontra outro ponto capital, hoje confirmado pela experiência, segundo o qual a alma não purificada conserva as idéias, as tendências, o caráter e as paixões que tinha na terra. Esta máxima: Mais vale sofrer do que cometer uma injustiça, não é inteiramente cristã? É o mesmo pensamento que Jesus exprime por esta figura: “Se alguém te bater numa face, oferece-lhe a outra.” (Cap. XII, Mateus, V: 38-42 e ns. 7 e 8.)*

XI – De duas, uma: ou a morte é a destruição absoluta, ou é a passagem da alma para outro lugar. Se tudo deve extinguir-se, a morte é como uma dessas raras noites que passamos sem sonhar e sem nenhuma consciência de nós mesmos. Mas se a morte é apenas uma mudança, a passagem para um lugar em que os mortos devem reunir-se, que felicidade a de ali reencontrar os nossos conhecidos! Meu maior prazer seria o de examinar de perto os habitantes dessa morada, e dentre eles distinguir, como aqui, os que são sábios dos que crêem sê-lo e não o são. Mas já é tempo de partirmos, eu para morrer e vós para viver. (Sócrates a seus julgadores.)

*Segundo Sócrates, os homens que viveram na terra encontram-se depois da morte e se reconhecem. O Espiritismo no-los mostra continuando suas relações, de tal maneira que a morte não é uma interrupção, nem uma cessação da vida, sem solução de continuidade, mas uma transformação.*

*Sócrates e Platão, se tivessem conhecido os ensinamentos que o Cristo daria quinhentos anos mais tarde, e os que o Espiritismo hoje nos dá, não teriam falado de outra maneira. Nisso, nada há que nos deva surpreender, se considerarmos que as grandes verdades são eternas, e que os Espíritos adiantados devem tê-las conhecido antes de vir para a terra, para onde as trouxeram. Se considerarmos ainda que Sócrates, Platão, e os grandes filósofos do seu tempo, podiam estar, mais tarde, entre aqueles que secundaram o Cristo na sua divina missão, sendo escolhidos precisamente porque estavam mais aptos do que outros a compreenderem os seus sublimes ensinamentos. E que eles podem, por fim, participar hoje da grande plêiade de Espíritos encarregados de vir ensinar aos homens as mesmas verdades.*

XII – Não se deve nunca retribuir a injustiça com a injustiça, nem fazer mal a ninguém, qualquer que seja o mal que nos tenham feito. Poucas pessoas, entretanto, admitem esse princípio, e as que não concordam com ele só podem desprezar-se umas às outras.

*Não é este o princípio da caridade, que nos ensina a não retribuir o mal com o mal e a perdoar aos inimigos?*

XIII – É pelos frutos que se conhece a árvore. É necessário qualificar cada ação, segundo o que ela produz: chamá-la má, quando a sua conseqüência é má, e boa, quando produz o bem.

*Esta máxima: “É pelos frutos que se conhece a árvore”, encontra-se textualmente repetida, muitas vezes, no Evangelho.*

XIV – A riqueza é um grande perigo. Todo homem que ama a riqueza, não ama nem a ele nem ao que possui, mas ama uma coisa que é ainda mais estranha do que aquilo que ele possui. (Cap. XVI.)

XV – As mais belas preces e os mais belos sacrifícios agradam menos à Divindade do que uma alma virtuosa que se esforça por assemelhar-se a ela. Seria coisa grave que os deuses se interessassem mais pelas nossas oferendas do que pelas nossas almas. Dessa maneira, os maiores culpados poderiam conquistar os seus favores. Mas não: pois só são verdadeiramente retos e justos os que, por suas palavras e seus atos, cumprem o que devem aos deuses e aos homens. (Cap. X ns. 7 e 8.)

XVI – Chamo de homem vicioso ao amante vulgar, que ama mais ao corpo que à alma. O amor está por toda a natureza, e incita-nos a exercer a nossa inteligência: encontramos-lo até mesmo no movimento dos astros. É o amor que adorna a natureza com suas ricas alfombras; ele se enfeita e fixa a sua morada onde encontra flores e perfumes. É ainda o amor que traz a paz aos homens, a calma ao mar, o silêncio aos ventos e sono à dor.

*O amor, que deve unir os homens por um sentimento de fraternidade, é uma conseqüência dessa teoria de Platão sobre o amor universal, como lei da natureza. Sócrates, tendo dito que “o amor não é um deus nem um mortal, mas um grande demônio”, ou seja, um grande Espírito que preside ao amor universal, esta afirmação lhe foi, sobretudo, imputada como crime.*

XVII – A virtude não pode ser ensinada; ela vem por um dom de Deus aos que a possuem.

*É quase a Doutrina cristã sobre a graça. Mas se a virtude é um dom de Deus, é um favor; pode perguntar-se por que ela não é concedida a todos. De outro lado, se ela é um dom, não há mérito da parte daquele que a possui. O Espiritismo é mais explícito. Ele ensina que aquele que a possui, a adquiriu pelos seus esforços nas vidas sucessivas, ao se livrar pouco a pouco das suas imperfeições. A graça é a força que Deus concede a todo homem de boa vontade, para se livrar do mal e fazer o bem.*

XVIII - Há uma disposição natural, em cada um de nós, para nos apercebermos bem menos dos nossos defeitos, do que dos defeitos alheios.

*O Evangelho diz: “Vês a aresta no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu?” (Cap. X, Mateus, VII: 3-5 ns. 9 e 10.)*

XIX – Se os médicos fracassam na maior parte das doenças, *é porque tratam do corpo sem a alma*, e porque, se o todo não se encontra em bom estado, é impossível que a parte esteja bem.

*O Espiritismo oferece a chave das relações entre a alma e o corpo, e prova que existe incessante reação de um sobre o outro. Ele abre, assim, novo caminho à ciência: mostrando-lhe a verdadeira causa de certas afecções, dá-lhe os meios de combatê-las. Quando ela levar em conta a ação do elemento espiritual na economia orgânica, fracassará menos.*

XX – Todos os homens, desde a infância, fazem mais mal do que bem.

*Estas palavras de Sócrates tocam a grave questão da predominância do mal sobre a terra, questão insolúvel sem o conhecimento da pluralidade dos mundos e ao destino da terra, onde se encontra apenas uma pequena fração da Humanidade. Só o Espiritismo lhe dá solução, que é desenvolvida logo adiante, nos capítulos II, III e V (O Evangelho Segundo o Espiritismo.)*

XXI – A sabedoria está em não pensares que sabes aquilo que não sabes.

*Isto vai endereçado àqueles que criticam as coisas de que, freqüentemente, nada sabem. Platão completa este pensamento de Sócrates, ao dizer: “Tentemos primeiro torná-los, se possível, mais honestos nas palavras; se não o conseguirmos, não nos ocupemos mais deles e não busquemos mais do que a verdade. Tratemos de nos instruir, mas não nos aborrecamos.” É assim que devem agir os espíritas, com relação aos seus contraditores de boa ou de má fé. Se Platão revivesse hoje, encontraria as coisas mais ou menos como no seu tempo, e poderia usar a mesma linguagem. Sócrates também encontraria quem zombasse de sua crença nos Espíritos e o tratasse de louco, assim como ao seu discípulo Platão.*

*Por haver professado esses princípios, Sócrates foi primeiro ridicularizado, depois acusado de impiedade e condenado a beber cicuta. Tanto é certo, que as grandes verdades novas, levantando contra elas os interesses e os preconceitos que ferem, não podem ser estabelecidas sem lutas e sem mártires.*

**6.2 – Princípios e regras socráticos – (Síntese elaborada por Carlos Toledo Rizzi em seu livro “Evolução Para o Terceiro Milênio”, Editora EDICEL, DF, Volume 1, 8ª edição, 1990, págs. 285/6.)** – Das exposições precedentes, extraídos dos três citados diálogos platônicos, pode-se, sem dificuldade, enunciar uma série de preceitos éticos e religiosos propostos por Sócrates, ao final de sua longa vida, após prolongada experimentação no trato com os seus semelhantes e em face da situação-teste representada pela acusação, julgamento, condenação e execução (notável semelhança com a vida e morte de Cristo).

I. CRÍTON (princípios morais) – 1. Guiar-se pela razão, usando o raciocínio. 2. Não se conduzir pela opinião da maioria, mesmo forçado, mas fazer o que julgar direito. 3. Respeitar os princípios aceitos como válidos, salvo se princípios superiores forem propostos e demonstrados. 4. Não levar em conta as possíveis conseqüências desagradáveis dos atos ditados pelos princípios prescritos pela razão. 5. Respeitar as leis vigentes; discordando delas, o certo é

procurar outro lugar, com leis diferentes, para viver. 6. O primeiro princípio de ação é este: não prejudicar a ninguém e não pagar o mal com o mal – nem a si mesmo. 7. Pensar primeiro na justiça e, depois, nos interesses pessoais (cf. 10 e 15). 8. Cumprir a vontade de Deus.

II. APOLOGIA (idem) – 9. Obediência ao Poder Supremo, Deus acima de tudo. 10. Colocar, acima do temor da morte, a justiça e a virtude. 11. Cuidar do auto-aperfeiçoamento através do conhecimento de si mesmo: procurar ser cada vez melhor mediante o esforço necessário. 12. Dar o devido valor aos bens materiais sem apegar-se a eles. 13. Revestir-se de humildade, reconhecendo a própria ignorância e não se julgando superior ao que é. 14. Respeitar os outros e a si mesmo, embora pondo a vontade divina acima de todos. 15. Promover o bem desinteressadamente.

III – FÉDON (princípios religiosos) – 16. a morte só é temível para quem viveu no apego à vida material, disputando prazeres, riquezas e honrarias. 17. Numerosos são os chamados e raros os escolhidos. 18. A sorte das almas boas, no além-túmulo é a melhor. 19. A única solução para os males humanos é tornar-se o melhor possível. 20. A alma nada mais leva consigo do que a formação moral que adquiriu em vida. 21. As almas materializadas, em virtude do seu modo de vida na Terra sofrem muito e precisam reencarnar. 22. É o próprio homem quem fabrica e reforça as cadeias do mal, às quais se prende voluntariamente. 23. Sendo a alma imortal, é grave perigo não cuidar dela enquanto é tempo. 24. A grande regra de ação é esta: cuidar de si mesmo, realizando as tarefas por amor e esforçando-se para viver sem apego demasiado às coisas do mundo material.

### **6.3 – Filosofia e Espiritismo – (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Introdução à Filosofia Espírita”, Edições FEESP, 1ª. edição, 1993, págs. 19-28).**

#### **I – O QUE É FILOSOFIA?**

É comum ouvir-se de pessoas que não aceitam o Espiritismo a afirmação de que a Filosofia Espírita não existe. Conhecido professor brasileiro de Filosofia chegou a declarar numa entrevista à imprensa brasileira que “O Livro dos Espíritos” nada tem de filosófico. A mesma coisa acontece com o Marxismo. Papini esforçou-se, em toda a sua vida, para provar que Marx era um economista, e, portanto, não devia ser confundido com um filósofo. Como se um economista não pudesse e até mesmo não precisasse de filosofar. Sartre, pelo contrário, considera o Marxismo a única Filosofia do nosso tempo. As opiniões são contraditórias, mas isso não nos deve impressionar, pois opiniões não passam de palpites, de pontos de vista individuais, sujeitos às idiosincrasias de cada um. E Pitágoras, o criador do termo Filosofia, já afirmava que a Terra é a morada da opinião. Mais tarde, Descartes advertiu que o preconceito e a precipitação, dois vícios comuns da espécie humana, prejudicam o juízo e impedem a descoberta da verdade.

Um filósofo, um professor de filosofia, um pensador honesto e até mesmo uma simples criatura de bom-senso não podem negar a existência da Filosofia Espírita, a menos que não saibam o que essa palavra significa. Muito menos negar a natureza filosófica de “O Livro dos Espíritos”, que é um verdadeiro tratado de Filosofia. Veja-se, por exemplo, como Yvonne Castellan, que não é espírita, encara esse livro em seu estudo sobre o Espiritismo. Consulte-se

o “Dicionário Técnico e Científico de Filosofia”, de Lalande. E leia-se o admirável ensaio de Gonzales Soriano, desafiadoramente intitulado “El Espiritismo es la Filosofía”.

São muitas as definições de Filosofia, mas a que subsiste como essencial é ainda a de Pitágoras: “Amor da Sabedoria”. Daí a exatidão daquele axioma: “A Filosofia é o pensamento debruçado sobre si mesmo.” Eis a descrição perfeita de um ato de amor: a mãe se debruça sobre o filho porque o ama e deseja conhecê-lo. A sabedoria é filha do pensamento, que a embala em seus braços, alimentando-a e fazendo-a crescer. Assim, o objeto da Filosofia é ela mesma, não está fora, no exterior, mas dentro dela. Podemos defini-la como a relação entre o pensamento e a realidade. Essa a razão de Gonzales Soriano afirmar que o Espiritismo é a Filosofia. Relação, aliás, que ele demonstra filosoficamente em seu livro. O Espiritismo é, segundo sua definição, “a síntese essencial dos conhecimentos humanos aplicados à investigação da verdade.” É o pensamento debruçado sobre si mesmo para reajustar-se à realidade.

## II – O QUE É ESPIRITISMO?

Respondida a pergunta sobre Filosofia devemos tratar ligeiramente da natureza do Espiritismo. E nada mais necessário do que isso, porque nada mais desconhecido em nosso mundo do que ele. Fala-se muito em Espiritismo, mas quase nada se sabe a seu respeito. Kardec afirma, na introdução de “O Livro dos Espíritos”, que a força do Espiritismo não está nos fenômenos, como geralmente se pensa, mas na sua “filosofia”, o que vale dizer na sua mundividência, na sua concepção da realidade. Mas de onde vem essa concepção? Como foi elaborada?

Os adversários do Espiritismo desconhecem tudo a respeito e fazem tremenda confusão. Os próprios espíritas, por sua vez, na sua esmagadora maioria estão na mesma situação. Por quê? É fácil explicar. Os adversários partem do preconceito e agem por precipitação. Os espíritas, em geral, fazem o mesmo: formularam uma idéia pessoal da Doutrina, um estereótipo mental a que se apegaram. A maioria, dos dois lados, se esquece desta coisa importante: o Espiritismo é uma doutrina que existe nos livros e precisa ser estudada. Trata-se, pois, não de fazer sessões, provocar fenômenos, procurar médiuns, mas de debruçar o pensamento sobre si mesmo, examinar a concepção espírita do mundo e reajustar a ela a conduta através da moral espírita.

Assim, temos alguns dados: o Espiritismo é uma doutrina sobre o mundo, dá-nos a sua interpretação e nos mostra como nos devemos conduzir nele. Mas como nasceu essa doutrina, em que cabeça apareceu pela primeira vez? Dizem que foi na de Allan Kardec, mas não é verdade. O próprio Kardec nos diz o contrário. Os dados históricos nos revelam o seguinte: o Espiritismo se formou lentamente através da observação e da pesquisa científica dos fenômenos espíritas, hoje, parapsicologicamente, chamados de fenômenos paranormais. Os estudos científicos começaram seis anos antes de Kardec, nos Estados Unidos, com o famoso caso das irmãs Fox em Hydesville. Quando Kardec iniciou as suas pesquisas na França, em 1854, já havia uma grande bibliografia espírita, com a denominação de neo-espiritualista, nos Estados Unidos e na Europa. Mas foi Kardec quem aprofundou e ordenou essas pesquisas, levando-as às necessárias conseqüências filosóficas, morais e religiosas.

“O Livro dos Espíritos” nos oferece a sùmula do trabalho gigantesco de Kardec. Mas se quisermos conhecer esse trabalho em profundidade temos de ler toda a bibliografia kardeciana: os cinco volumes da codificação doutrinária, os volumes subsidiários e mais os doze volumes da **Revista Espírita**, que nos oferecem o registro minucioso das pesquisas realizadas na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas. E precisamos nos interessar também pelos trabalhos posteriores de Camille Flammarion, de Gabriel Dellane, de Ernesto Bozzano, de Léon Denis (que foi o continuador e o consolidador do trabalho de Kardec).

Veremos, assim, que Kardec partiu da pesquisa científica, originando-se desta a Ciência Espírita; desenvolveu, a seguir, a interpretação dos resultados da pesquisa, que resultou na Filosofia Espírita; tirou, depois, as conclusões morais da concepção filosófica, que levaram naturalmente à Religião Espírita. É por isso que o Espiritismo se apresenta como doutrina de tríplice aspecto. A Ciência Espírita é o fundamento da Doutrina. Sobre ela se ergue a Filosofia Espírita. E desta resulta naturalmente a Religião Espírita. Muitas pessoas se atrapalham com isso e perguntam: “Como uma doutrina pode ser ao mesmo tempo, Ciência, Filosofia e Religião?” Mas essa pergunta revela a ignorância do processo gnoseológico. Porque, na verdade, o conhecimento se desenvolve nessa mesma seqüência e em todas as formas atuais de conhecimento repete-se o processo filogenético.

No Espiritismo, porém, esse processo aparece bem preciso, bem marcado por suas fases sucessivas, entrosadas numa seqüência lógica. Podem alguns críticos alegar que Kardec não partiu da pesquisa, mas da crença. Alguns chegam a afirmar que foi assim, que ele já acreditava nas comunicações espíritas antes de iniciar o seu trabalho de investigação. Mas essa afirmação é falsa, a suposição é gratuita. Basta uma consulta às anotações íntimas de “Obras Póstumas” e às biografias do mestre para se ver o contrário. Quando lhe falaram pela primeira vez em mesinhas falantes, Kardec respondeu como o fazem os céticos de hoje: “Isso é conversa para fazer dormir em pé”. Só deixou essa atitude cética depois de constatar a realidade dos fenômenos. Então pesquisou, aprofundou a questão e levou-a às últimas conseqüências, como era, aliás, de seu hábito, do seu feitio de investigador. Charles Richet lhe faz justiça (embora discordando dele) em seu **Tratado de Metapsíquica**.

Encarando a obra de Kardec pelo seu aspecto científico, sem os preconceitos que têm impedido a sua justa avaliação, ela nos parece inatacável. Alega-se que o seu método de pesquisa não era científico, mas foi ele o primeiro a explicar que não se podiam usar na pesquisa psíquica os métodos das ciências físicas. O desenvolvimento da Psicologia provaria, mais tarde, que Kardec estava com a Razão. Hoje, as pesquisas parapsicológicas o confirmam. No tocante ao aspecto filosófico, o desenvolvimento atual das investigações mostram a posição acertada do Espiritismo como doutrina assistemática, “livre dos prejuízos de espírito de sistema”, como declara “O Livro dos Espíritos”, utilizando a conjugação dos métodos indutivo e dedutivo para o esclarecimento da realidade em seu duplo sentido: o objetivo e o subjetivo. A Filosofia Espírita se apresenta como antecipação das conquistas atuais do campo filosófico e abertura de perspectivas para o futuro.



### III – A TRADIÇÃO FILOSÓFICA.

A Filosofia Espírita se apresenta naturalmente integrada na tradição filosófica. Foi por isso que Kardec colocou, sobre o título de “O Livro dos Espíritos”, a indicação: “Filosofia Espiritualista”. Em “O Evangelho Segundo o Espiritismo” ele indica Sócrates e Platão como precursores do Cristianismo e do Espiritismo, sendo este o desenvolvimento histórico daquele. Mas podemos ir mais longe, demonstrando as múltiplas relações da Filosofia Espírita com as mais significativas escolas filosóficas do passado. Na verdade, a Filosofia Espírita se apresenta, para o investigador imparcial como o delta natural em que desemboca no presente toda a tradição filosófica. Essa convergência, porém, não se faz de súbito, não é um “arranjo”, como pretendem os adversários gratuitos do Espiritismo. Podemos ver “com os olhos” o processo de convergência delinear-se na própria História da Filosofia. Dos pitagóricos (com sua simbiose espiritual traduzida na doutrina da metempsicose), aos jônicos (com sua busca da origem única, da substância originária), aos eleatas (com a procura do Ser em seu sentido absoluto), até Plotino (o neoplatonismo investigando a “alma-viajora”), passando pela contribuição da doutrina de forma e matéria, de Aristóteles (antecipação da teoria espírita do perispírito), chegamos ao Renascimento. E é nesta fase que a confluência se define: primeiro com a rebelião de Abelardo, preparando o advento de Descartes; depois, com este, o pai do pensamento moderno, que escreveu o “Discurso do Método” sob inspiração do Espírito da Verdade; a seguir com Espinosa, que fez da “Ética” um livro precursor (em estrutura, substância e ligações históricas) de “O Livro dos Espíritos”.

A tradição histórica é o terreno vasto e profundo em que podemos descobrir as raízes da Filosofia Espírita. Mas, como vimos, essa tradição se prolonga até o mundo moderno que começou no Renascimento e veio findar na guerra de 1914-18. E depois, no mundo contemporâneo, reencontramos as conotações filosóficas do passado. No mundo moderno podemos lembrar as figuras centrais de Hegel e Kant, o primeiro com sua dialética da idéia (evolução do princípio espiritual através da matéria) e o segundo com sua teoria do número e do fenômeno e sua crítica da razão (correspondentes à teoria espírita da alma e matéria e a crítica da fé em Kardec). Na atualidade, as principais escolas filosóficas apresentam relações evidentes com a Filosofia Espírita. Estudaremos essas relações no prosseguimento deste trabalho. Mas convém destacar, desde logo, o paralelismo da corrente filosófica característica do pensamento atual com o Espiritismo. Paralelismo tanto mais evidente quanto se apresenta no tempo e no espaço (contemporaneidade), no método de abordagem dos problemas filosóficos (o enfoque ontológico existencial), e na procura da compreensão racional (humana e não teológica) da problemática da existência. É a corrente das Filosofias da Existência, que surgiu na mesma época do Espiritismo; na Europa, na mesma posição assistemática (Kierkegaard e sua aversão aos sistemas), com o mesmo processo de abordagem do Ser (através do ser humano na existência) e a mesma busca de transcendência na interpretação da natureza humana ou essência do ser.

Mas acontece com o Existencialismo o que Kardec assinalou no tocante às ciências materiais: o paralelismo com o Espiritismo vai até o limite da conceituação da “existência”. Depois desse limite o Espiritismo prossegue sozinho, investigando e aprofundando o problema das relações interexistenciais, que abre possibilidades de comprovação das antigas intuições sobre as existências múltiplas do ser. No Espiritismo essas intuições, que desde a antiga metempsicose egípcia, adotada pelos pitagóricos, até a ressurreição judaica e a teoria católica de ressurreição da carne se mantiveram no plano sobrenatural, transformam-se em conceitos racionais comprovados pela experiência e a investigação científica.

Chegamos, assim, a um ponto de contato da Filosofia Espírita com o panteísmo de Espinosa, que é o da negação do sobrenatural. A Filosofia Espírita não é panteísta, o que está explícito em “O Livro dos Espíritos”. Mas isso não impede que haja entre Espinosa e Kardec a concordância no tocante ao sobrenatural. Para a Filosofia Espírita o sobrenatural, segundo a concepção vigente até nossos dias, é apenas “o natural ainda não conhecido”, pois tudo quanto existe pertence à Natureza e tudo quanto estiver além da Natureza não é acessível ao nosso conhecimento (posição paralela à do criticismo kantiano). Esse conceito de Natureza no Espiritismo é um dos mais significativos da Filosofia Espírita e a coloca numa posição de vanguarda perante o pensamento contemporâneo. Quando as ciências atuais se viram obrigadas a adotar a expressão “paranormal”, como substitutiva da expressão “sobrenatural”, nas investigações sobre a natureza humana, nada mais fizeram do que seguir a orientação firmada pelo pensamento espírita há mais de um século.

Como se vê, desta simples exposição inicial, é inegável a natureza de síntese da Filosofia Espírita. Ela representa um daqueles momentos de confluência de todas as conquistas culturais do homem para um delta comum, a que se refere Arnold Toynbee nos seus estudos sobre o desenvolvimento das civilizações. Ernst Cassirer, filósofo alemão contemporâneo, em seu ensaio “**A Tragédia da Cultura**”, analisa o processo de evolução cultural do homem através das civilizações sucessivas, demonstrando que as conquistas essenciais de cada época são transmitidas à outra por meio de concretizações, de formas sintéticas de expressão. O Espiritismo, como afirmaram Kardec, Léon Denis, Sir Oliver Lodge, Gustave Geley e Gonzales Soriano, entre outros, é a síntese cultural do nosso tempo. A Filosofia Espírita sintetiza em sua ampla e dinâmica conceituação todas as conquistas reais da tradição filosófica, ao mesmo tempo que inicia o novo ciclo dialético da nova civilização em perspectiva.

IV – TEORIA ESPÍRITA DO CONHECIMENTO: Como Conhecemos? O que conhecemos? O processo gnoseológico.

**1. - Como conhecemos?** Já vimos que o problema do conhecimento é básico em Filosofia. Pois se esta tem por objeto a Sabedoria, o que vale dizer o nosso saber, aquilo que sabemos, é claro que o conhecimento e a maneira pela qual o adquirimos é de importância fundamental em toda a indagação filosófica. Por isso a Teoria do Conhecimento é uma das partes mais complexas e mais debatidas da Filosofia, em todos os tempos. Na Filosofia Espírita ela assume uma importância ainda mais profunda, pois a pergunta “Como conhecemos?” implica a relação espírito-corpo. E essa relação exige a definição dos seus componentes, envolvendo as perguntas “o que é espírito?” e “o que é corpo?”.

Mas antes dessas questões há outra, relacionada com os próprios elementos do ato de conhecer. A tradição filosófica nos mostra duas posições clássicas diante desse problema: a platônica ou socrático-platônica, que envolve a questão da reminiscência, das idéias inatas, e a sofística ou empírica que se refere apenas aos nossos sentidos. Há entre esses dois campos, numerosas escolas e subescolas, mas para o nosso propósito bastam essas duas linhas fundamentais, que permanecem válidas em nossos dias e representam as pontas do dilema de conhecer. Nessas duas linhas, a resposta à pergunta “Como conhecemos?” é dada pela seguinte tradição: 1<sup>a</sup>.) “Conhecemos pelo espírito”; 2<sup>a</sup>.) “Conhecemos pelos sentidos”. O primeiro a dar uma resposta conciliatória, ao que parece, foi Aristóteles com a sua teoria dos dois espíritos do

homem: o **formativo** e o **receptivo**. Esta dualidade é resolvida pela Filosofia Espírita de maneira dialética, como veremos.

Os elementos do conhecer podem ser definidos como a **razão** e o **sensorio**. Nesses dois elementos encontramos os seus respectivos instrumentos, que podemos chamar os **instrumentos do conhecer**. Na razão encontramos os conceitos ou idéias, que Sócrates foi o primeiro a descobrir (escondidos atrás das palavras) e que Kant chamaria mais tarde de categorias. No sensorio encontramos as sensações, que na Psicologia atual podemos chamar de percepções. Assim, o conhecer é um ato de relação. O conhecedor, que é o homem, se põe em relação com alguma coisa, percebe essa coisa e procura identificá-la. Mas identificá-la com o que? Com os conceitos ou idéias, com as chamadas categorias da razão, que não estão nos sentidos mas no espírito. Essa identificação é o próprio ato de conhecer. Captamos pela vista uma forma à distância. Ela nos parece um cavaleiro. Identificamos a forma visual com a idéia ou conceito de um cavaleiro. Mas, ao nos aproximarmos, verificamos que se trata de uma pedra com forma de cavaleiro: refazemos a identificação automaticamente. É assim que um objeto captado pelos nossos sentidos pode enganar-nos, mas a verificação da razão corrige o erro.

Estão aí os dois espíritos da teoria de Aristóteles. O primeiro é o **espírito-formativo**, que para Aristóteles era a própria alma humana procedente do mundo espiritual, não sujeita às influências do mundo exterior. O segundo é o **espírito-receptivo**, uma espécie de matéria em que se imprimem as sensações do mundo exterior, segundo Aristóteles. Isto implica a teoria aristotélica da forma e matéria. As formas do mundo exterior se imprimem na matéria dos sentidos e dão forma a essa matéria. Mas na Filosofia Espírita não é assim. Os sentidos são apenas instrumentos de captação. E esses instrumentos pertencem à condição existencial do homem encarnado, do homem no mundo. O homem é um composto de espírito e corpo. O corpo é o escafandro de que o espírito se serve para mergulhar nas profundidades da matéria. Quando deixamos o escafandro os seus instrumentos não funcionam. Quando deixamos o corpo os seus instrumentos morrem.

Para a Filosofia Espírita, portanto, a dualidade de espíritos da teoria aristotélica não existe. O homem é essencialmente um espírito. Assim, o espírito é a substância do homem e o corpo o seu acidente. A percepção é uma faculdade do espírito e não do corpo. É o escafandrista que vê através dos vidros do escafandro e não este que vê pelos seus vidros. A contradição das teorias platônica e sofística do conhecimento se resolve numa síntese funcional. Essa contradição ainda existe na Filosofia atual. Podemos representá-la pela teoria racional de Kant e a empírica ou sensorial de Locke: a escola racional e empírica do conhecimento. A síntese funcional é a que nos oferece a reunião do racionalismo e do empirismo num sistema de funções. Esse sistema é o processo vital do homem, ou seja, um espírito encarnado, uma razão prisioneira da rede sensorial, funcionando em relação ao mundo através dessa rede.

A percepção, segundo a Filosofia Espírita, é uma faculdade geral do espírito, que abrange todo o seu ser. Veja-se o ensaio teórico sobre as sensações dos espíritos, em “O Livro dos Espíritos”. O espírito não percebe através dos órgãos, não vê pelos olhos nem ouve pelos ouvidos. Vê e ouve por todo o seu ser. Somente quando sujeito ao corpo, tem a sua percepção reduzida ao organismo sensorial. Mas, apesar disso, a sujeição corpórea não é absoluta. O espírito, mesmo encarnado, extravasa dos limites sensoriais e tem percepções extra-sensoriais. Essa a grande “descoberta” da Parapsicologia, que, segundo o próprio prof. Rhine: “só é nova para a

Ciência?”. Sim, pois os homens sabem, desde todos os tempos, que podem ver sem os olhos e perceber sem os sentidos em todos os campos da percepção.

Mas se os homens podem ver sem os olhos, não de ver também coisas não visíveis para os olhos. Eis a questão, diria Shakespeare. E essa questão nos leva de volta à teoria das reminiscências de Sócrates e Platão. Que teoria é essa? A de que os nossos espíritos, ou seja, nós mesmos, antes de encarnarmos neste mundo já conhecíamos muitas coisas. Esse conhecimento está dentro de nós na forma de reminiscência, de lembrança amortecida pela carne. Por isso Sócrates inventou a **maiêutica**, o processo de tirar o conhecimento das profundezas do ignorante como se tira água do poço. E Platão ensinou, com o famoso mito da caverna, que na terra somos apenas sombras, as projeções passageiras e irrealis de nós mesmos, dos nossos espíritos, que na realidade vivem acima da matéria, transcendem a ela. E hoje, os parapsicólogos mais esclarecidos, mais conseqüentes consigo mesmos – como o casal Rhine, os profs. Soal, Carington, Price, Tichner e outros -, afirmam que a mente e o pensamento não são materiais, pertencem a outro plano da natureza, a outro plano da complexa estrutura do Universo. A teoria espírita do conhecimento tem a sanção das últimas conquistas científicas.

Mas voltemos ainda aos **instrumentos do conhecimento** para tratarmos de um deles, que é para a Filosofia Espírita de muita importância. Trata-se da idéia ou conceito de **espírito**. Todas as especulações foram feitas para explicar a existência desse conceito. Conhece-se a teoria da projeção anímica, de Feuerbach, adotada pelo Marxismo: “Não foi Deus quem criou o homem, mas o homem quem criou Deus”, a teoria animista de Taylor; a teoria da imaginação primitiva, de Spencer, que o seu discípulo Ernesto Bozzano ampliou para torná-la espírita. E é em Bozzano “*Popoli Primitivi e Manifestazione Supernormale*” que vamos encontrar a resposta espírita a todas essas hipóteses imaginosas. O conceito de espírito é uma categoria lógica, semelhante às de espaço e tempo, que o homem desenvolveu com a experiência sensível. As pesquisas científicas da Metapsíquica, da chamada Ciência Psíquica Inglesa, da antiga Parapsicologia alemã e da atual Parapsicologia, ao lado das investigações clássicas e modernas da Ciência Espírita confirmam essa teoria. Não foi da imaginação primata (incapaz de tal abstração) que surgiu o conceito de espírito, mas dos fenômenos de aparições, de materializações e de todos os tipos de manifestações paranormais.

**2. - O que conhecemos?** O espírito é, pois, o conhecedor, é o princípio inteligente da Natureza, cuja faculdade perceptiva se desenvolve através de fases sucessivas. Primeiro, temos a sensibilidade vegetal; depois, a perceptibilidade animal; por fim, a inteligência humana. Uma frase célebre de Léon Denis resume todo esse processo milenar: “A alma dorme na pedra, sonha no vegetal, agita-se no animal e acorda no homem.” O conceito de alma foi estudado por Kardec na introdução de “O Livro dos Espíritos”. A Filosofia Espírita define a alma como o espírito encarnado. O princípio inteligente, quando manifestado na matéria, produz a vida, segundo o nosso restrito conceito de vida. Assim, ele anima a matéria, é a **ânima** dos latinos, a alma das coisas e dos seres. No homem, a alma é o espírito que anima o corpo. Quando o homem morre, sua alma volta ao estado de espírito, liberta-se da função de alma. Não existem **almas do outro mundo**, pois estas, na verdade, são espíritos.

Mas o que é que o conhecedor conhece, o que é que conhecemos através da nossa faculdade perceptiva e da nossa capacidade intelectual? Há o conhecimento das coisas exteriores e o das coisas interiores. Há a percepção objetiva, que estabelece a relação sujeito-objeto, e a

percepção subjetiva, que faz do sujeito o seu próprio objeto. Isso quer dizer, em termos epistemológicos (na teoria das ciências) que há Ciência e há Filosofia. Como já vimos, a Ciência investiga os objetos exteriores, a Filosofia investiga a si mesma, é o pensamento debruçado sobre si mesmo. Podemos retornar às explicações de Platão: há o mundo sensível e o mundo inteligível. Temos acesso ao sensível por meio da percepção, captamos, sentimos, percebemos as coisas exteriores. Temos acesso ao inteligível por meio da razão e da intuição. São essas as duas faces da realidade. O verso e o reverso da moeda com que pagamos o direito de saber.

Desde o tempo dos gregos a nossa Civilização Ocidental vem se debatendo entre esses dois campos do conhecimento. Hoje, temos o mundo dividido em duas partes: numa se desenvolve o pensamento materialista como ideologia oficial dos Estados; noutra, o pensamento espiritualista na mesma posição. Nem uma nem outra dessas formas de pensamento, dessas sistematizações do conhecimento, conseguiu trazer nem poderá trazer ao homem a solução dos seus problemas. A Filosofia Espírita se coloca entre ambas e nos oferece a solução dialética, nos termos da velha e boa dialética de Hegel, mostrando o equívoco desse divisionismo artificial e anunciando o advento da compreensão global da realidade.

Espírito e matéria, ensina a Filosofia Espírita, são os dois elementos constitutivos do universo. Sobre ambos paira o poder unificador que é Deus. Essa, diz “O Livro dos Espíritos”, é a trindade universal. Mas a realidade não se fecha apenas nesse tríptico, nesse esquema geral. Ela é uma em essência, mas é múltipla nas suas manifestações. A lei cósmica é a da diversidade da unidade. Querer reduzir o real a um dos seus aspectos, o materialista ou o espiritualista, é simples utopia. A própria História da Filosofia nos mostra a impossibilidade de uma interpretação esquemática da realidade. Os esquemas das diversas escolas filosóficas serviram apenas de muletas do pensamento, em sua busca da verdade. Hoje, os filósofos compreendem que as escolas servem como pontos de observação, como posições estratégicas e não como trincheiras definitivas no campo de batalha do conhecimento. Não mais se formulam grandes sistemas. A época dos sistemas passou. A sistemática foi substituída pela problemática: importam os problemas, não as explicações conclusivas.

A Filosofia Espírita foi uma antecipação dessa nova atitude filosófica. Na mesma época em que surgiam os dois últimos grandes sistemas filosóficos: o Positivismo de Augusto Comte e o Marxismo, os Espíritos diziam a Kardec que era necessário apresentar ao mundo uma Filosofia racional, “livre dos prejuízos do espírito de sistema”. E lhe davam as linhas mestras do novo pensamento através do processo dinâmico do diálogo, que hoje está consagrado em todo o mundo. A forma de perguntas e respostas de “O Livro dos Espíritos”, às vezes considerada antiquada por alguns espíritas sequiosos de novidades, é hoje a forma preferida para a busca de soluções em todos os setores das atividades humanas. O diálogo é a **maiêutica** de Sócrates e a **dialética** de Platão e de Hegel ressuscitadas em nosso tempo. É o instrumento mais prático de conhecimento no plano social. E foi através dele que surgiu a Filosofia Espírita, no diálogo mediúnico de Kardec com os Espíritos.

A **mediunidade** se apresenta como a oportunidade do diálogo paranormal. A palavra paranormal é simplesmente uma substituta da palavra sobrenatural. Classifica o fenômeno natural inabitual a que se referia Richet. Na proporção em que os homens avançam na evolução espiritual o diálogo mediúnico se integra na normalidade. Quando Sócrates dialogava com o seu *daimon* (demônio ou espírito protetor) ou quando Joana D’Arc dialogava com as suas vo-

zes, ou quando Abrahão Lincoln (à maneira do patriarca bíblico) dialogava com os Espíritos na Casa Branca, em Washington, não estavam fora da Natureza nem de normalidades. Só a ignorância das leis naturais que regem a comunicação interexistencial (a comunicação mediúnica entre os diferentes planos de existência) levou os homens a tratarem o assunto com prevenção e excesso de superstição. O diálogo mediúnico que fez a Donzela de Orléans a empunhar a espada e salvar a França, que levou Sócrates a impulsionar o conhecimento, que fez Lincoln assinar a lei de libertação dos escravos nos Estados Unidos, que orientou Mackenzie King no governo do Canadá, e assim por diante, levou Kardec a formular a Doutrina Espírita e oferecer ao mundo a maior síntese filosófica de todos os tempos, que é a Filosofia Espírita.

**3. – O processo gnoseológico.** Aplicada ao Espiritismo, na avaliação da totalidade da Doutrina, a Teoria Espírita do Conhecimento nos mostra essa doutrina como a última fase de um processo gnoseológico que abrange toda a evolução humana. Kardec explica, no cap.I de “A Gênese”, os motivos do aparecimento do Espiritismo em meados do século passado (XIX). Era necessário o desenvolvimento das Ciências, a superação racional dos estágios anteriores da evolução, para que o homem se tornasse capaz de compreender o problema espírita. O processo gnoseológico iniciado na era tribal se desenvolve através das fases anímica, mágica, mítica, mística ou religiosa, atingindo a científica ou racional e passando, então, à psicológica ou espírita.

Lembre-mos rapidamente da lei dos três estados da evolução gnoseológica segundo Augusto Comte. Temos primeiro, o **estado teológico** em que tudo se explica pela intervenção dos deuses; a seguir, o **estado metafísico** das explicações abstratas (o ópio faz dormir porque tem a virtude dormitiva); e depois, o **estado positivo** em que predominam as Ciências. Kardec acrescentou a essa teoria, por sugestão de um leitor da “Revista Espírita” (Veja-se o n. de abril de 1858) o **estado psicológico** iniciado pelo Espiritismo. Vemos hoje o acerto desse acréscimo. As ciências psicológicas dominam o mundo atual e já se abriram para o futuro através da investigação parapsicológica. A Humanidade avança, segundo a observação de Simone de Beauvoir, que não é espírita, “num constante **devenir**”. O homem se liberta da matéria, emancipando-se como espírito.

Mas o Espiritismo não é apenas a fase derradeira do processo gnoseológico em que nos encontramos como componentes da Humanidade terrena. Ele apresenta também, em si mesmo, as características de um processo gnoseológico especial. A Teoria do Conhecimento nos mostra que as fases sucessivas do conhecer se repetem no desenvolvimento do Espiritismo. Através do seu aspecto científico ele nos oferece a captação sensorial do mundo fenomênico, dessa faixa da Natureza em que o espírito se manifesta no sensível, e a captação extra-sensorial do inteligível, da realidade espiritual. Através da Filosofia Espírita, nos mostra a interpretação racional do Universo e do Homem numa visão integral. Através da Religião Espírita, - moral, normativa e jamais ritual, sacramental, destituída de resíduos mágicos – determina a orientação adequada, no plano existencial, à nossa conduta em face da realidade ampla que conseguimos descortinar.

Assim, a Teoria Espírita do Conhecimento explica, ao mesmo tempo, o problema do conhecer em sua expressão mais simples e em sua expressão mais complexa. Aprendemos, graças a ela, que o processo gnoseológico é uma conquista e uma integração. Conquistando pelo conhecimento progressivo o **saber** espírita integramo-nos na realidade multidimensional da

era cósmica. Não pensamos mais em termos geocêntricos, organocêntricos ou antropocêntricos e, por isso mesmo, não vivemos mais apegados a temores e superstições. O Espiritismo nos confere a emancipação espiritual de cidadãos do Cosmos. Pertencemos à Humanidade Cósmica.

#### V – FIDEÍSMO CRÍTICO – KARDEC E A CRÍTICA DA FÉ *VERSUS* KANT E A CRÍTICA DA RAZÃO.

(...) A Teoria Espírita do Conhecimento nos levou da simples sensação até à captação da realidade espiritual. O Espiritismo, como síntese de todo o progresso espiritual da Humanidade, repete, em seu desenvolvimento, o processo filogenético do conhecer. O Espiritismo aparece, assim, como um novo ser da família do conhecimento. À maneira das crianças que repetem, em sua vida intra-uterina, o processo da evolução animal, o Espiritismo reinicia a descoberta do mundo no campo fenomênico através da sensação e da percepção, passando pelo desenvolvimento racional para atingir o plano metafísico da fé. Mas a fé espírita apresenta-se como **raciocinada** e, portanto, proveniente do raciocínio. É uma filha da razão, e, não obstante, tem como pai o sentimento.

Se nos lembrarmos de que a razão, no plano existencial, procede da sensação, veremos que a imagem do processo filogenético se justifica. Para Kant a razão era um sistema de princípios universais e necessários, que organizava os dados da experiência sensível. Era o espírito humano, dotado do poder de discernir e disciplinar as sensações, que organizava o conhecimento a partir das categorias racionais. Para os neokantianos atuais, na corrente do Relativismo Crítico de Octave Hamelin e René Hubert, as categorias da razão se formam na experiência, são as próprias experiências sensoriais transformadas em elementos dinâmicos do psiquismo. Na Filosofia Espírita esses elementos são apriorísticos, segundo entendia Kant, mas como potencialidades. A experiência sensível os desenvolve e **atualiza**, transforma a potência em ato.

Vemos assim que a sensação excita e desenvolve a razão, mas esta é que dá **sentido** à sensação. O princípio inteligente universal possui os germes da razão, que a experiência sensorial faz desabrochar. No cap. “Progressão dos Espíritos”, de “O Livro dos Espíritos”, itens 114 a 127, vemos que a evolução espiritual (semelhante ao desenvolvimento psíquico das crianças) parte do geral indiferenciado (indiferenciação psíquica) para a diferenciação progressiva dos reinos vegetal, animal e hominal, atingindo neste a plena individualização e buscando conscientemente a perfeição. Os espíritos humanos aparecem no plano existencial dotados de **inteligência** (capacidade de captar o nexos das coisas e das idéias), de **livre-arbítrio** (liberdade de escolha) e da **missão** (obrigação a cumprir) a desenvolver na ordem universal ou na **harmonia do Universo**, aperfeiçoando-se moralmente para se aproximarem de Deus. Isso nos mostra o conhecimento como um processo que vai do finito (o plano fenomênico ou sensorial) ao infinito (Deus) de maneira que sensação, razão e intuição aparecem como simples fases (de desenvolvimento sucessivo mas coexistentes no dinamismo espiritual) da evolução dos seres.

Razão e Fé constituem, portanto, elementos essenciais do espírito, conjugados em torno de um eixo que é a Vontade. Esta, a Vontade, se representa pelo **livre-arbítrio**, o princípio da liberdade, sem o qual a Razão de nada serviria e a Fé não teria sentido. Vê-se claramente a natureza sintética do Espiritismo. Todas as antinomias, todas as contradições se resolvem numa

visão mais ampla do problema universal. O racionalismo e o empirismo, o positivismo e o idealismo, o materialismo e o espiritualismo, o ontologismo e o existencialismo, e assim por diante, encontram o seu delta comum numa visão **gestáltica** ou global do Universo. Não há motivo para as intermináveis disputas a respeito de Razão e Fé, pois ambas pertencem à própria substância do ser, que desprovido de uma delas já não poderia ser.

Fé e Razão estão implícitas na própria destinação dos seres e a Razão se desenvolve, ao mesmo tempo, apoiada na Fé e buscando a Fé. Vice-versa, a Fé serve de apoio à Razão e nela encontra o meio de se desenvolver. Para a demonstração desse sincronismo a Filosofia Espírita teve de cumprir a tarefa de explicar a Fé. Isso levou Kardec a realizar a crítica da Fé, como Kant se vira obrigado, para superar as divergências do empirismo e do racionalismo, a realizar a crítica da Razão. Kardec não faz um trabalho sistematicamente filosófico porque o seu objetivo não é fundar um sistema novo de Filosofia mas oferecer ao mundo “uma Filosofia Racional, livre dos prejuízos do espírito de sistema”, como já tivemos oportunidade de ver. Mas a sua crítica da Fé penetra na raiz do problema. Depois de mostrar que ela pertence à própria essência do ser, estuda o processo de sua manifestação. Psicologicamente (itens 960 a 962 do L.E.) a fé se apresenta como “o sentimento inato de justiça” que todas as criaturas humanas possuem. Sentimento que se apóia na “idéia inata de Deus”, nessa certeza intuitiva que faz do homem uma criatura naturalmente religiosa, a ponto de nunca haver existido uma tribo ou um povo ateu. Assim, sociologicamente a Fé se manifesta como um elemento de ligação social, o cimento que embasa as estruturas da sociedade e se concretiza nas instituições religiosas. Gnoseologicamente a Fé se traduz na Lei de Adoração, lei natural que dirige todo o processo da evolução humana, individual e coletiva, e que só aparece definida e estudada em “O Livro dos Espíritos”.

No Cap. XIX de “O Evangelho Segundo o Espiritismo” Kardec estuda os aspectos imanente e transcendente da Fé. O imanente é o que ele chama a Fé humana, que consiste na “confiança na realização de alguma coisa, a certeza de atingir um fim”. O transcendente é a fé religiosa. O homem tem fé em si mesmo, na sua força, na sua inteligência, na sua capacidade. Mas tem fé, também, no seu destino, nas forças sobrenaturais e em Deus. Em todos os estágios de sua manifestação, desde as eras primitivas até os nossos dias, a Fé se justifica pela Razão. Mas somente na era espírita, no momento em que o Espiritismo desvenda novas perspectivas à compreensão humana, a fé se confirma pela explicação racional e se demonstra de maneira científica. A Fé cega do passado se transforma, então, na Fé racional e raciocinada do Espiritismo.

A posição crítica de Kardec, em relação à Fé, assemelha-se à de Kant em relação ao problema da Razão. Ambos procuram tirar a Filosofia de um impasse. No século dezoito esse impasse se referia à natureza e aos limites do conhecimento. Ao dogma metafísico da Razão como elemento único do conhecimento, e ao dogma empirista que colocava as sensações nessa mesma posição, sucedera o agnosticismo de Hume, para quem todo conhecimento se tornava impossível e toda verdade ilusória. Kant se propõe a realizar uma crítica profunda da Razão e consegue chegar a uma síntese parcial do processo gnoseológico, superando a contradição racional-empírica. Recorre à Ética e nela se apóia para superar as contradições e oferecer uma nova base à Metafísica destruída pela época das luzes. Kant restabelece o valor da Razão e reconstrói os fundamentos da Fé. A natureza moral do homem lhe oferece os elementos necessários à vitória sobre Hume. De Kant para frente, a existência de Deus se torna uma verdade moral que não depende dos sofismas racionais. Mas a fé, reduzida ao campo ético, fica exposta às



controvérsias que logo mais se travarão sobre o próprio valor da Moral e que, ainda hoje turbam o mundo filosófico.

O grande problema do século dezanove era o da validade da fé. Kardec enfrenta esse problema com a simplicidade do bom-senso cartesiano. Não necessita de entrar na arena das grandes especulações. Dispõe de duas armas excelentes: o bom-senso e a pesquisa científica. O bom-senso lhe oferece o melhor da conquista kantiana: a liberdade de julgar, que prova a natureza transcendente do Homem. A pesquisa científica lhe assegura a prova positiva e até mesmo material dessa transcendência. Fica, pois, dispensado dos circunlóquios infundáveis da argumentação filosófica. É com essas duas armas que ele responde ao desafio do século. E com elas realiza a crítica necessária, que completa a especulação kantiana, provando a validade universal da fé.

A crítica de Kardec reveste-se das exigências fundamentais do chamado **espírito-crítico**: é genética ou externa, examinando a origem e a manifestação objetiva da Fé no plano social; e é ontológica ou interna, investigando a substância e o significado da Fé em si mesma, como um fato subjetivo. Nada falta, pois, à sua crítica da Fé para ser filosoficamente válida. No item 4 (Questão 4) de “O Livro dos Espíritos”, encontramos a afirmação da existência de Deus como necessidade lógica. A Filosofia Espírita reafirma o postulado cartesiano: “A idéia de Deus está no homem como a marca do obreiro na sua obra.” E completa o pensamento de Descartes de que: “Tirar Deus do Universo seria como tirar o Sol do nosso sistema solar”, com o célebre postulado kardeciano: “Todo efeito inteligente tem uma causa inteligente, e a grandeza da causa corresponde à grandeza do efeito.”

A posição espírita no tocante ao problema da Fé está hoje suficientemente confirmada pela investigação filosófica. O Relativismo Crítico, essa corrente neokantiana a que já nos referimos, estabelece o primado moral das **exigências da razão** no campo do conhecimento. A primeira dessas exigências, para o conhecimento do Universo e o desenvolvimento moral do homem é a existência de Deus. A segunda é a Fé em Deus, a confiança interna, intuitiva, no seu poder e na sua providência, não como uma entidade pessoal, antropomórfica, mas como “a intuição de uma Presença e a identificação a essa Presença”, segundo a expressão final de Hubert em “Esboço de Uma Doutrina da Moralidade”. Por outro lado, a Fé espírita não se enquadra num sistema dogmático e ritual: o seu ambiente natural e necessário é o da liberdade moral. Para Kardec, como para seu mestre Enrico Pestalozzi, a religião verdadeira é a Moralidade, a que leva o homem, não à santidade convencional, mas à sua realização como ser moral. Kant e os neokantianos dizem o mesmo.

O pecado de Kant foi o da dicotomia no plano do conhecimento, negar à Razão a possibilidade da metafísica. Essa posição estimulou, em nossos dias, alguns pensadores que procuram manter-se no campo do empirismo, entendendo que as ciências não podem ir além do sensível. Mas é tão insustentável esse argumento que os próprios filósofos materialistas o têm recusado. John Lewis, filósofo marxista inglês, afirma em seu livro “Ciência, Fé e Ceticismo”, que tal argumento implica a rejeição da realidade objetiva das próprias leis e teorias científicas. Wilhelm Dilthey, o famoso filósofo historicista alemão, estuda a formação da consciência metafísica do Ocidente a partir dos gregos, passando pela Idade Média e eclodindo na Renascença, para concluir que o método experimental das ciências se fundamenta na Fé.

Um trabalho de Alfred North Whitehead, “**A Ciência e o Mundo Moderno**”, põe água na fervura demonstrando que toda a nossa estrutura científica se alicerça numa fé ingênua e jamais demonstrada. Se a religião parte do pressuposto da existência de Deus, de que tanto zombam alguns cientistas, a verdade é que a Ciência faz o mesmo, partindo do pressuposto da ordem universal. Essa ordem, por sua vez, exige um poder mantenedor, uma força ou um conjunto de forças que garanta o controle e a regularidade permanente das funções criadoras e renovadoras da Natureza. O que Kardec chamou de “sentimento intuitivo da existência de Deus”, o filósofo Whitehead chama de “convicção instintiva”. Os termos se equivalem, mas a expressão de Kardec é mais adequada. Ouçamos Whitehead: “Em primeiro lugar, não pode haver Ciência viva se não estiver difundida a convicção instintiva de uma **ordem das coisas** e, em particular, de uma **ordem da Natureza**.” E acrescenta: “Usei intencionalmente a palavra **instintiva**.” Referindo-se ao agnosticismo da filosofia de David Hume, lembra Whitehead que a Ciência o repeliu e continuou apegada à fé na ordem universal, sem o que voltaríamos à Idade Média.

Uma passagem curiosa de Whitehead nos lembra o Evangelho. Escreve ele: “A fé científica se manteve à altura das circunstâncias e aplainou tacitamente a montanha filosófica.” É uma confirmação histórica e científica de que a fé remove montanhas. Ai das Ciências se assim não fosse! E Whitehead confirma a seguir a teoria de Dilthey: “Minha explicação é que a fé na possibilidade da Ciência, originada antes da teoria científica moderna, é um derivado inconsciente da teologia medieval”. Teríamos de voltar a Dilthey para lembrar que em seu livro “**O Homem e o Mundo**” ele considera a Idade Média como um longo período de treinamento da Razão, durante o qual fermentou na Europa o racionalismo iluminista que deveria eclodir no Renascimento e dar início ao mundo moderno.

Dessa maneira, a Ciência aparece no Renascimento como uma reação da Teologia Medieval contra si mesma. Por isso, Descartes surge como o continuador de Abelardo, cujo racionalismo é levado pelo cartesianismo “sob inspiração do Espírito da Verdade” (segundo as declarações do próprio filósofo) às últimas conseqüências. Os pressupostos metafísicos da ordem universal e das conexões de causa e efeito não puderam ser abandonados nem mesmo pelo Positivismo e o Materialismo Dialético, pois sem esses pressupostos seria impossível qualquer conhecimento e voltaríamos ao agnosticismo destruidor de Hume. A fé científica permitiu o desenvolvimento das Ciências e continua a sustentá-la.

E podemos ir além, acrescentando que neste momento, quando um foguete cósmico é lançado no espaço (façanha que tem servido para novas e ingênuas esperanças de parte dos negadores sistemáticos), o poder da Fé se confirma e se demonstra. Por outro lado, o lançamento de um foguete é um ato de submissão a Deus. Pois o que faz a inteligência humana para conseguir essa realização, senão curvar-se ante a realidade das leis universais e obedecer rigorosamente a essas leis, sob pena de acabar numa catástrofe?

A Filosofia Espírita não é dicotômica, não divide a realidade em duas partes, não abre um abismo entre matéria e espírito. Pelo contrário, sua posição é monista, sua cosmovisão é global. As leis naturais, físicas, psíquicas, morais ou metafísicas são todas leis de Deus. A fé humana do vender que confia em si mesmo, a Fé científica do sábio que confia na ordem universal, a Fé mística do crente que confia no seu santo ou no seu Deus são todas manifestações de uma mesma lei, que é estudada em “O Livro dos Espíritos” como **Lei de Adoração**.

Essa lei universal levou Pierre Gaspar Chaumette a entronisar a bailarina Candeille no altar da Catedral de Notre Dame como a Deusa Razão; fez o filósofo positivista Augusto Comte cair de joelhos ante a deusa Clotilde de Vaux; obrigou Marx e Engels a proclamarem a classe operária como o Messias da redenção socialista; e só encontrou, apesar de tudo isso, na Filosofia Espírita a sua análise, a sua crítica e a sua explicação racional.

**7. A RELIGIÃO ESPÍRITA: RELIGIÃO EM ESPÍRITO E VERDADE. (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Espírito e o Tempo”, Editora EDICEL, DF, 7ª. edição, 1995, págs. 159-170)**

**7.1 – O Espiritismo e as Religiões** – A posição do Espiritismo, em face das religiões, foi definida desde o princípio, ou seja, desde a publicação de *O Livro dos Espíritos*. A terceira parte do livro tem o título de “Leis Morais”, e começa pela afirmação: “A Lei natural é a lei de Deus”, que equivale ao reconhecimento da unidade divina de todas as leis que regem o Universo. Note-se que Kardec e os Espíritos referem-se à lei de Deus no singular, como lei única, e nela incluem as leis morais, no plural. Assim, as leis morais são espécies de um gênero, que é a lei natural. Mas como esta não é a lei da Natureza, e sim a lei de Deus, não estamos diante de uma concepção monista natural, mas de uma concepção monista de ordem ética. As religiões, como fenômenos éticos, formas de educação moral das coletividades humanas, nada mais são do que processos diferenciados, segundo as necessidades circunstanciais e temporais da evolução, pelos quais as leis morais se manifestam no plano social.

Vejamos a explicação de Kardec, no comentário que fez ao item 617.a de *O Livro dos Espíritos*: “Entre as leis divinas, umas regulam o movimento e as relações da matéria bruta: essas são as leis físicas; seu estudo pertence ao domínio da ciência. As outras concernem especialmente ao homem em si mesmo, e às suas relações com Deus e com os seus semelhantes. Compreendem as regras da vida do corpo, tanto quanto as da vida da alma: essas são as leis morais.” Dessa maneira, o Espiritismo nos oferece a visão global do Universo, num vasto sistema de relações, que unem todas as coisas, desde a matéria bruta até à divindade, ou seja, desde o plano material até o espiritual. As religiões, nesse amplo contexto, são como fragmentações temporárias do processo único da evolução humana.

Essa compreensão histórica permite ao Espiritismo encarar as religiões, não como adversárias, mas como formas progressivas do esclarecimento espiritual do homem, que atinge na atualidade um momento crítico, de passagem para um plano superior. Daí a afirmação de Kardec, feita em *O Livro dos Espíritos* e repetida em outras obras, particularmente em *O que é o Espiritismo*, de que este, na verdade, é o maior auxiliar das religiões. Auxiliar em que sentido? Primeiro, no sentido de fornecer às religiões, entrincheiradas em seus dogmas de fé, as armas racionais de que necessitam, para enfrentar o racionalismo materialista, e especialmente as armas experimentais, com que sustentar os seus princípios espirituais diante das ciências. Depois, no sentido de que o Espiritismo não é nem pretende ser uma religião social, pelo que não disputa um lugar entre as igrejas e as seitas, mas quer apenas ajudar as religiões a completarem a sua obra de espiritualização do mundo. A finalidade das religiões é arrancar o homem da animalidade e levá-lo à moralidade. O Espiritismo vem contribuir para que essa finalidade seja atingida.

Nisto se repete e se confirma o que o Cristo declarou, a propósito de sua própria missão, ao dizer que não vinha revogar a lei e os profetas, mas dar-lhes cumprimento. Como desenvolvimento natural do Cristianismo, o Espiritismo prossegue nesse mesmo rumo. Sua finalidade não é combater, contrariar ou destruir as religiões, mas auxiliá-las. Para auxiliá-las, porém, não pode o Espiritismo endossar os seus erros, o seu apego aos formalismos religiosos, a sua aderência às circunstâncias. Porque tudo isso diminui e enfraquece as religiões, expondo-as ao perigo do fracasso, diante das próprias leis evolutivas, que impulsionam o homem para além das suas convenções circunstanciais. O Espiritismo, assim, não condena as religiões. Considera que todas elas são boas – o que é sempre contestado com violência pelo espírito de sectarismo – mas pretende que, para continuarem boas, não estacionem nos estágios inferiores, já superados pela evolução humana.

Justamente por isso, o Espiritismo se apresenta, aos espíritos formalistas e sectários, como um adversário perigoso, que parece querer infiltrar-se nas estruturas religiosas e miná-las, para destruí-las. Era o que parecia o Cristianismo primitivo, para os judeus, gregos e romanos. Não obstante, os ensinamentos de Jesus não visavam à destruição, mas ao esclarecimento e à liberdade do pensamento religioso da época. Podem alegar os religiosos atuais que os espíritos os combatem às vezes com violência. O mesmo faziam os cristãos primitivos, em relação às religiões antigas. Mas essa atitude agressiva não decorre dos princípios doutrinários, e sim das circunstâncias sociais em que se encontram os inovadores, diante da tradição. Por outro lado, é preciso considerar que a agressividade das religiões para com o Espiritismo é uma constante histórica, determinada pela própria natureza social das religiões organizadas ou positivas. Nada mais compreensível que o revide dos espíritos, quando ainda não suficientemente integrados nos seus próprios princípios.

No capítulo segundo da terceira parte de *O Livro dos Espíritos*, item 653, temos a explicação e a justificação da existência das religiões formalistas. Kardec estuda, através de perguntas aos Espíritos, a lei de adoração, que é o fundamento e a razão de ser de todo o processo religioso. Desse diálogo resulta a posição espírita bem definida: “**A verdadeira adoração é a do coração.**” Não obstante, a adoração exterior, através do culto religioso, por mais complicado e material que este se apresente, desde que praticada com sinceridade, corresponde a uma necessidade evolutiva dos espíritos a ela afeiçoados. Negar a esses espíritos a possibilidade de praticarem a adoração exterior, seria tão prejudicial, quanto admitir que os espíritos que já superaram essa fase continuassem apegados a cultos materiais. A cada qual, segundo as suas condições evolutivas.

O princípio da tolerância substitui, portanto, no Espiritismo, o sistema de intolerância que marca estranhamente a tradição religiosa. As religiões, pregando o amor, promoveram a discórdia. Ainda hoje podemos sentir a agressividade do chamado espírito-religioso, na intolerância fanática das condenações religiosas. Por isso, Kardec esclareceu, em “*O Evangelho Segundo o Espiritismo*”, que o princípio religioso da doutrina não era o de salvação pela fé, e nem mesmo pela verdade, mas pela caridade. A fé é sempre interpretada de maneira particular, como a dogmática de determinada igreja a apresenta. A verdade é sempre condicionada às interpretações sectárias. Mas a caridade, no seu mais amplo sentido, como a fórmula do amor ao próximo ensinada pelo Cristo, supera todas as limitações formais. A salvação espírita não está na adesão a princípios e sistemas, mas na prática do amor.

**7.2 – Panteísmo Espírita** – Uma das acusações constantes formuladas ao Espiritismo pelos religiosos, e particularmente pelos teólogos, é a de panteísmo. Segundo afirmam, de modo geral, o Espiritismo seria uma concepção materialista do mundo, por confundir o Criador com a Criação. Já vimos que essa acusação é infundada. Ao tratar da Filosofia Espírita, verificamos que a cosmologia e a cosmogonia doutrinárias não permitem essa confusão. Anteriormente verificamos que o próprio Kardec dedicou um capítulo ao problema, em *O Livro dos Espíritos*, esclarecendo a posição do Espiritismo. Não obstante, convém analisarmos alguns aspectos da questão, para melhor definirmos o nosso pensamento a respeito.

Segundo a etimologia, e de acordo com o emprego tradicional do termo, panteísmo é uma concepção monista do mundo que pode ser traduzida na expressão: tudo é Deus. Espinosa foi o sistematizador filosófico dessa concepção. Deus é a realidade única, da qual todas as coisas não são mais do que emanações. Mas existe o chamado panteísmo materialista, não obstante a contradição dos termos. Segundo a concepção de D'Holbach, por exemplo, a realidade primária é o Mundo, e Deus é a suma do Mundo, ou seja, o resultado do conjunto de leis universais. Com razão se diz que não se trata propriamente de panteísmo, apesar do emprego tradicional da classificação. Essas duas formas de panteísmo são rejeitadas pelo Espiritismo.

Kardec argumenta, no comentário ao item 16 de *O Livro dos Espíritos*, que “não sabemos tudo o que Deus é, mas sabemos o que ele não pode ser”. Forma precisa de definir a posição espírita. Deus não pode ser confundido com o mundo, da mesma maneira por que um artista não pode ser confundido com as suas obras. Assim como as obras exprimem a inteligência e a intenção pessoal do artista, nas várias direções seguidas pela sua inspiração, as obras de Deus o revelam ao nosso entendimento, mas não podemos confundi-las com o seu Autor. O Espiritismo, portanto, não pode ser considerado como nenhuma forma de panteísmo, no sentido absoluto que se dá ao termo.

Apesar disso, podemos dizer que existe uma forma de panteísmo-espírita, se entendermos a palavra em sentido relativo. Essa forma, porém, não é privativa do Espiritismo. Aparece em todas as concepções religiosas, pois todas as religiões consideram universal a presença de Deus, que se manifesta na natureza inteira e “está em todas as coisas”. É conhecida a afirmação do apóstolo Paulo, de que vivemos em Deus e nele nos movemos. Essa fórmula encontra correspondência no pensamento grego e no pensamento romano: o racionalismo dos primeiros e o juridismo dos segundos constituem sistemas de leis universais, presididos por uma inteligência suprema. Quanto ao judaísmo, o providencialismo bíblico é uma forma ainda mais efetiva de panteísmo conceptual. Mas fora do âmbito da tradição ocidental vamos encontrar a mesma concepção, tanto nas religiões indianas, quanto na própria religião-filosófica ou civil do confucionismo, bem como entre os egípcios, os mesopotâmicos e os persas.

A presença universal de Deus é uma forma relativa de panteísmo, que nos mostra o Universo em relação estreita com Deus, a Criação ligada ao Criador. Mesmo no panteísmo espinosiano, é necessário compreendermos o panteísmo de maneira mais conceptual do que real, ou seja, num plano antes teórico do que prático. Porque Espinosa fazia a distinção entre o que chamava “natureza naturata”, ou material, e “natura naturans”, ou inteligente. Deus, para ele, era esta última, o que pode ser entendido, do ponto de vista espírita, como uma confusão entre o princípio-inteligente e Deus. Ou seja, Espinosa confundiu a segunda hipóstase do Universo, o

Espírito, com a primeira, que é Deus. O Espiritismo não faz essa confusão, admitindo apenas a imanência de Deus no Universo, como consequência de sua própria transcendência.

Não é fácil compreendermos esse processo, sem uma definição dos termos. Mas quando procuramos examiná-los, tudo se torna mais claro. Imanente é aquilo que está compreendido na própria natureza, como elemento intrínseco, pertencente à sua constituição e determinante do seu destino. Dessa maneira, o panteísmo tem sido considerado uma teoria da imanência de Deus. Não obstante, a própria teologia católica considera as aspirações religiosas do homem como decorrência da imanência de Deus na alma. E o Cristianismo evangélico estabelece o princípio da imanência de Deus em nós mesmos. Como poderíamos entender, assim, a imanência daquilo que é transcendente, que está acima e além do mundo e dos homens?

Este problema tem provocado grande celeuma no campo teológico, mas a posição espírita é de tal maneira clara, que a podemos compreender sem maiores dificuldades. Kardec a colocou em termos de causa e efeito: não há efeito inteligente sem uma causa inteligente. Ora, se Deus é a inteligência suprema e causa primária de todas as coisas, a transcendência de Deus é a própria causa da sua imanência. Ou seja: Deus, como criador, está presente na Criação, através de suas leis, que representam ao mesmo tempo a ligação de todas as coisas ao seu poder e a possibilidade de elevação de todas as coisas à sua perfeição. A lei de evolução explica a imanência, como consequência lógica e necessária da transcendência. As disputas teológicas decorrem mais do formalismo em que o problema é colocado, do que das dificuldades lógicas ou filosóficas existentes no mesmo.

O panteísmo-espírita não seria mais, portanto, do que a consideração da presença de Deus em todas as coisas, através de suas leis, e particularmente na consciência humana. No item 626 de *O Livro dos Espíritos* vemos a afirmação de que as leis divinas “estão escritas por toda parte”. Esse o motivo por que: “todos os homens que meditaram sobre a sabedoria puderam compreendê-las e ensiná-las”. Reafirma ainda esse item: “Estando as leis divinas escritas no livro da Natureza, o homem pôde conhecê-las sempre que desejou procurá-las. Eis porque os seus princípios foram proclamados em todos os tempos, pelos homens de bem, e também porque encontramos os seus elementos na doutrina moral de todos os povos saídos da barbárie, mas incompletos, ou alterados pela ignorância e a superstição.” O relativismo panteísta está bem claro nesta proposição.

A presença de Deus, e portanto a sua imanência, não se restringe à consciência humana, mas estende-se a toda a natureza. Todas as religiões admitem esse princípio, de uma ou de outra forma, principalmente quando pretendem oferecer as provas da existência de Deus. O Espiritismo o esclarece de maneira simples e precisa, retirando-o da névoa das discussões teológicas e colocando-o sob a luz dos princípios lógicos. Ainda neste terreno controvertido, como vemos, o Espiritismo se apresenta com todo o seu poder de esclarecimento.

**7.3 – Teologia Espírita** – Falar de teologia espírita é escandalizar alguns setores doutrinários, que só compreendem o Espiritismo como filosofia de bases científicas e consequências morais. Mas num curso de introdução doutrinária não podemos fazer concessões nesse terreno. A palavra teologia tem um sentido etimológico e usual bastante conhecido e claro: é a Ciência de Deus, ou, numa interpretação mais humilde, o estudo de Deus. Não importa que a

tradição católica a considere como a Ciência de Deus revelada pelo Cristo e conservada pela Igreja. Lalande a define assim: “Ciência de Deus, de seus atributos e de suas relações com o mundo e o homem.” Nessa acepção filosófica é que ela nos interessa, do ponto de vista espírita, e que dela não podemos prescindir para um conhecimento geral da doutrina.

Já vimos que “*O Livro dos Espíritos*” começa pela definição de Deus, e portanto como um tratado teológico. Sua primeira pergunta é esta: “O que é Deus?” E a primeira resposta dada pelos Espíritos está formulada como a pedra angular da teologia espírita: “Deus é a inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas.” Todo o primeiro capítulo do livro básico do Espiritismo é dedicado ao estudo de Deus. Um capítulo teológico, portanto. Mas não ficamos nisso. A teologia espírita se estende por toda a codificação. E nem poderia ser de outra maneira, uma vez que o Espiritismo, na sua condição de filosofia espiritualista, tem por fundamento a existência de Deus e suas relações com o homem.

Após a afirmação da existência, *O Livro dos Espíritos* trata do problema dos atributos de Deus. A seguir, das relações de Deus com o mundo e com os homens. Esse problema das relações vai ser amplamente desenvolvido por Kardec, não só na continuidade do livro básico, mas também nas demais obras da Codificação. Há alguns livros escritos especialmente para esclarecer o assunto, como *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *A Gênese, os Milagres e as Predições* e *O Céu e o Inferno*. Livros teológicos, no pleno sentido da definição de Lalande, que nos dão toda a estrutura de uma teologia racional, abrindo perspectivas para desenvolvimentos em várias direções: o estudo da concepção de Deus através dos tempos, das relações dessa concepção com a moral; do desenvolvimento da mística espírita, ou seja, da experiência psicológica da prece e do conseqüente desenvolvimento do sentimento de Deus entre os espíritas; e assim por diante.

Vemos, pela simples citação dessas possibilidades, que dois problemas fundamentais da teologia clássica foram postos de lado: o da natureza de Deus e o da Criação do Mundo. Realmente, esses problemas são considerados pelo Espiritismo como limítrofes do incognoscível. Nesse ponto, aliás, o Espiritismo coincide com a posição de Espinosa, para quem Deus possuía dois atributos que conhecemos: o espírito e a matéria, e muitos outros que escapam às nossas possibilidades de conhecimento. Mas não é por não tratarmos desses problemas que podemos negar a existência de uma teologia espírita, racional, e livre do espírito de sistema, como afirmava Kardec, a respeito da filosofia espírita.

A teologia espírita é, portanto, a parte da doutrina que trata de Deus, que procura estudá-lo, dentro das limitações da nossa capacidade cognitiva. Começa com um axioma: a existência de Deus. Mas este axioma se evidencia de maneira matemática, por uma seqüência lógica que podemos seguir nesta afirmação: “Deus existe, não o podeis duvidar e isso é essencial.” (item 14 de *O Livro dos Espíritos*.) Analisando esta assertiva, encontramos o seguinte: 1º.) a afirmação pura e simples de Deus, como verdade suprema, que antecede a nossa razão e a ela se impõe; 2º.) a afirmação de um atributo de Deus, que é a sua existência, ou seja a sua imanência; 3º.) a afirmação de que não podemos duvidar dele e de sua existência, não porque estejamos proibidos de fazê-lo, mas porque há uma impossibilidade lógica de duvidar; 4º.) a afirmação de que “isso é o essencial”, ou seja, de que, no nosso estado atual de evolução, não precisamos de mais do que essa compreensão, que nos basta.

Poderíamos argumentar que essa posição teológica é absurda, principalmente quando falamos de uma teologia racional. Partimos de um dogma de fé, que se impõe à nossa consciência. Não se trata, porém, de um dogma de fé, e sim de um axioma matemático. As coisas evidentes se impõem pela sua própria evidência. Não podemos negar a existência de Deus, porque, como dizia Descartes, isso equivaleria a negar a existência do sol em nosso sistema planetário. Muito antes dos homens saberem o que era o sol, não podiam negá-lo. E hoje mesmo continuamos cercados de evidências que escapam à nossa inteligência. Apesar do grande avanço das ciências da vida, não sabemos o que é a vida. E todas as ciências partem sempre de axiomas, de evidências que lhes servem de base, e sobre as quais constroem os seus sistemas racionais, como as religiões constroem a sua dogmática. A posição espírita, portanto, nada tem de estranho. Está perfeitamente enquadrada nos limites gerais do conhecimento humano, sujeita aos mesmos princípios que regem o desenvolvimento das ciências, da filosofia e das religiões.

A teologia espírita implica ainda a existência da revelação. Nas relações entre Deus e o homem existe a possibilidade do diálogo. O homem pode receber informações de Deus a respeito de problemas que a sua razão não alcança. É o que vemos no item 20 de *O Livro dos Espíritos*, quando Kardec pergunta se é possível a revelação de coisas que escapam à investigação científica. Os Espíritos respondem: “Sim, se Deus o julgar útil, pode revelar aquilo que a ciência não consegue apreender.” E Kardec comenta: “É através dessas comunicações que o homem recebe, dentro de certos limites, o conhecimento do seu passado e do seu destino futuro.” Mas, por outro lado, existe a revelação humana, aquela que não é uma oferta de Deus ao homem, mas uma conquista deste, através de sua evolução. “A ciência lhe foi dada para o seu adiantamento, em todos os sentidos”, afirma o item 19, e Kardec reafirma em *A Gênese*, capítulo primeiro, essa duplicidade da revelação, considerada do ponto de vista espírita. Assim, pela sua própria natureza, ao mesmo tempo divina e humana, a teologia espírita confirma a sua racionalidade.

**7.4 – Cristianismo e Espiritismo** – A religião espiritual se define pela superação do social. Johann Heinrich Pestalozzi, mestre de Kardec, considerava a existência de três tipos de religião: a animal ou primitiva, a social ou positiva, e a espiritual ou moral. A esta última preferia chamar simplesmente moralidade, a fim de não confundi-la com as duas formas anteriores. Kardec recebeu dos Espíritos a confirmação dessa teoria pestalozziana. Todo *O Livro dos Espíritos* a confirma, ensinando uma religião pura, desprovida de exigências materiais para o culto, de investiduras sacerdotais, e conseqüentemente de organização social em forma de igreja. As comunicações particulares que Kardec recebia, como já vimos, e que figuraram posteriormente em *Obras Póstumas*, acentuavam a importância espiritual da nova doutrina, como restabelecimento do Cristianismo em espírito e verdade. Em *O Evangelho Segundo o Espiritismo* o problema foi esclarecido em definitivo.

No item 673 de *O Livro dos Espíritos*, vemos como o problema da religião espiritual é colocado pelos Espíritos, de maneira incisiva, condenando o apego às exterioridades. É a seguinte a resposta dada a uma pergunta de Kardec: “Deus abençoa sempre os que praticam o bem. Amparar os pobres e os aflitos é o melhor meio de o homenagear. Já vos disse, por isso mesmo, que Deus desaprova as cerimônias que fazeis para as vossas preces, pois há muito dinheiro que poderia ser empregado mais utilmente do que é. O homem que se prende à exterioridade e não ao coração, é um espírito de vista estreita: julgai se Deus deve se importar mais com a forma do que o fundo.”



No capítulo oitavo das “Conclusões” de *O Livro dos Espíritos* é o próprio Kardec quem declara: “Jesus veio mostrar aos homens a rota do verdadeiro bem. Por que Deus que o enviaria para relembrar a sua lei esquecida, não enviaria hoje os Espíritos, para novamente a lembrarem, e de maneira mais precisa, agora que os homens a esquecem, para tudo sacrificarem ao orgulho e à cupidez? Quem ousaria pôr limites ao poder de Deus e determinar os seus caminhos? Quem dirá que os tempos preditos não são chegados, como o afirmam os Espíritos, e que não alcançamos aquele em que as verdades mal compreendidas, ou falsamente interpretadas, devem ser ostensivamente reveladas ao gênero humano, para acelerar o seu adiantamento?”

No item 625 vemos a ligação direta que *O Livro dos Espíritos* estabelece entre Cristianismo e Espiritismo. Os Espíritos apontam Jesus como modelo que o homem deve seguir na Terra e Kardec comenta, de maneira incisiva: “Jesus é para o homem o tipo de perfeição moral a que a humanidade pode pretender na Terra. Deus no-lo oferece como o mais perfeito modelo, e a doutrina que ele ensinou é a mais pura expressão da sua lei, porque ele estava animado do espírito divino, e foi o ser mais puro que já apareceu sobre a Terra”.

A seguir, no item 627, a ligação histórica e espiritual se completa pela voz dos Espíritos: “O ensino de Jesus era freqüentemente alegórico, em forma de parábolas, porque ele falava de acordo com a época e os lugares. Faz-se hoje necessário que a verdade seja inteligível para todos. É preciso, pois explicar e desenvolver essas leis, tão poucos são os que as compreendem, e menos ainda os que as praticam. Nossa missão é a de espertar os olhos e os ouvidos, para confundir os orgulhosos e desmascarar os hipócritas: os que afetam exteriormente a virtude e a religião, para ocultar as suas torpezas. O ensinamento dos Espíritos deve ser claro e sem equívocos, a fim de que ninguém possa pretextar ignorância, e cada um possa julgá-lo e apreciá-lo com sua própria razão. Estamos encarregados de preparar o Reino de Deus anunciado por Jesus, e por isso é necessário que ninguém possa interpretar a lei de Deus ao sabor das suas paixões, nem falsear o sentido de uma lei que é toda amor e caridade.”

O Espiritismo aparece, nesse trecho de *O Livro dos Espíritos*, como o continuador natural do Cristianismo, confirmando o que estudamos anteriormente a respeito. Sua missão é a de restabelecer o ensino do Cristo e efetivá-lo nos corações e nas consciências, já amadurecidas pela evolução, preparando assim o Reino de Deus, ou seja, levando o Cristianismo às suas últimas conseqüências. Assim, quando Kardec nos apresenta o Espiritismo como a religião em espírito e verdade, porque sendo o cumprimento da promessa do Consolador, em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, nada mais faz do que confirmar o que já havia sido anunciado em *O Livro dos Espíritos*.

No capítulo sexto de *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, comentando o advento do Consolador, Kardec assinala: “Assim, o Espiritismo realiza o que Jesus disse do Consolador Prometido: conhecimento das coisas, que faz o homem saber de onde vem, para onde vai e porque está na Terra; reevocação dos verdadeiros princípios da lei de Deus; e consolação pela fé e pela esperança.” A análise desse pequeno trecho oferece-nos, ao mesmo tempo, a confirmação da ligação histórica entre o Cristianismo e o Espiritismo, e os traços característicos da religião em espírito e verdade.

O Consolador vem para esclarecer os homens, e assim consolá-los através do conhecimento. Religião sem dogmas, sem culto exterior, sem sacerdócio, sem apego material, sem intenção de domínio político e social, pode explicar livremente ao homem que ele é um espírito em evolução, responsável direto pelos seus atos, e portanto pelos seus fracassos ou as suas vitórias. Pode dizer-lhe que, tendo vindo do mundo espiritual, voltará a esse mundo após a vida terrena, tão naturalmente como as borboletas se livram dos casulos, e lá responderá pelos seus erros e os acertos, sem a mediação de sacramentos ou cerimônias materiais de espécie alguma. Sua permanência na Terra pode também ser explicada sem alegoria, pela simples necessidade da evolução espiritual.

A reevocação dos verdadeiros princípios da lei de Deus equivale ao restabelecimento dos ensinamentos do Cristo. A palavra francesa do texto original é “rappel”, que tem sido traduzida por “lembrança”. A tradução mais fiel é a que oferece a idéia de restabelecimento, como o faz a palavra reevocação. Essa idéia está de acordo com o texto de Kardec e com a promessa do texto evangélico. Reevocar os verdadeiros princípios é relembrar, não apenas lembrar: “tudo aquilo que vos ensinei”, segundo a expressão do Evangelho de João. Relembrados os princípios esquecidos, deturpados pela ignorância e a vaidade humanas, a religião espiritual se restabelecerá em sua plenitude.

A conseqüência desse processo é naturalmente o restabelecimento da fé e da esperança. A fé, não mais dogmática, fruto de uma imposição autoritária, mas racional, e portanto consciente, como decisão livre do homem. E, por fim, a esperança na vida futura, que se apresenta como oportunidade renovada de reencetar o progresso espiritual. A “moralidade” de Pestalozzi se afirma, através das palavras do seu discípulo Rivail, no plano superior do ensino espiritual, como a forma mais pura de religião: aquela em que o homem age com plena consciência dos seus deveres, livre de ameaças e coações, ciente de que é ele mesmo o construtor do seu futuro.

O conceito de religião espiritual, atualmente, já não mais requer a diferenciação que Pestalozzi adotou. No tempo de Kardec ainda era necessário, principalmente numa obra de divulgação, como *O Livro dos Espíritos*, evitar a palavra “religião”. Hoje, a definição filosófica de religião superou as confusões anteriormente reinantes. O trabalho de Bergson sobre as fontes da moral e da religião colocou o problema em termos claros. A “religião estática” de Bergson é a religião social de Pestalozzi, como a “religião dinâmica” é a religião espiritual, ou moralidade.

A prova das razões por que Kardec evitou a palavra religião, para definir o Espiritismo, nos é dada pela sua própria confissão, no discurso que pronunciou na Sociedade Espírita de Paris, a primeiro de novembro de 1868: “Por que então declaramos que o Espiritismo não é uma religião? Porque só temos uma palavra para exprimir duas idéias diferentes, e porque, na opinião geral, a palavra religião é inseparável da palavra culto: revela exclusivamente uma idéia de forma, e o Espiritismo não é isso. Se o Espiritismo se dissesse uma religião, o público só veria nele uma nova edição, uma variante, se assim nos quisermos expressar, dos princípios absolutos em matéria de fé, uma classe sacerdotal com seu cortejo de hierarquias, de cerimônias e de privilégios; o público não o separaria das idéias de misticismo e dos abusos contra os quais sua opinião se tem levantado tantas vezes.”

Essas palavras de Kardec, ao mesmo tempo afirmam a natureza religiosa do Espiritismo, já implícita na própria Codificação, e negam a possibilidade de sua transformação em seita formalista. A religião-espírita reafirma, assim, pelas declarações do próprio Codificador, o seu sentido e a sua natureza espirituais, já evidentes no contexto doutrinário.

## “DEUS: O SUPREMO LEGISLADOR”

De todas as pesquisas que realizamos nos escritos de filósofos, teólogos, humanistas, cientistas materialistas e os raros cientistas espiritualistas que tentaram explicar “Deus”, não encontramos nada melhor que as conclusões de ALLAN KARDEC, o Codificador do Espiritismo, que a seguir apresentamos:

1 - Existência de Deus – (Explicação de Allan Kardec em seu livro “A Gênese”, Editora LAKE, SP, 17<sup>a</sup>. edição, 1994, tradução de Victor Tollendal Pacheco, apresentação e notas de J. Herculano Pires, págs. 44-46):

Sendo Deus a causa primária de todas as coisas, o ponto de partida de tudo, o eixo sobre que repousa o edifício da criação, é o ponto que importa considerar antes de tudo. Constitui princípio elementar que se julgue uma causa pelos seus efeitos, mesmo quando não se veja a causa. Se um pássaro que corta os ares for atingido por um projétil mortal, deduz-se que um hábil atirador o atingiu, mesmo que não se veja o atirador. Portanto, nem sempre é necessário ter visto uma coisa para saber que ela existe. Em tudo, é observando os efeitos que se chega ao conhecimento das causas.

Outro princípio igualmente elementar, tão verdadeiro que é admitido como axioma, é que todo efeito inteligente deve ter uma causa inteligente. Se perguntássemos quem é o construtor de um mecanismo engenhoso, que pensaríamos daquele que respondesse que ele se fez a si mesmo? Quando se contempla uma obra-prima da arte ou da indústria, diz-se que ela deve ter sido produzida por um homem de gênio, porque só uma alta inteligência poderia concebê-la. Reconhece-se, no entanto, que terá sido obra de um homem, porque se sabe que a coisa não está acima da capacidade humana; mas ninguém dirá que ela saíu do cérebro de um idiota ou de um ignorante, e menos ainda que ela seja o trabalho de um animal, ou o produto do acaso. Por toda parte se reconhece a presença do homem em suas obras. A existência dos homens antediluvianos não seria provada somente pelos fósseis humanos, mas, também, e com tanto mais certeza, pela presença nos terrenos da sua época, de objetos trabalhados pelos homens; um fragmento de vaso, uma pedra talhada, uma arma, um tijolo, bastarão para atestar sua presença. Pela grosseria ou pela perfeição do trabalho, se reconhecerá o grau de inteligência e de aperfeiçoamento daqueles que a realizaram. Se, pois, caso vos encontrásseis num país habitado exclusivamente por selvagens e descobrísseis uma estátua digna de Fídias, não hesitaríeis em dizer que ela devera ter sido obra de uma inteligência superior à dos selvagens, pois estes seriam incapazes de havê-la produzido.

Pois bem! Lançando o olhar em torno de si, sobre as obras da Natureza, observando a providência, a sabedoria, a harmonia que preside a todas as coisas, reconhecemos que nenhuma há que não ultrapasse o mais alto alcance da inteligência humana. Ora, desde que o homem não as pode produzir, é que elas são o produto de uma inteligência superior à humanidade, a não ser que admitamos haver efeito sem causa.

A isto, alguns opõem o seguinte raciocínio: as obras ditas da Natureza são o produto de forças materiais que atuam mecanicamente, como consequência das leis de atração e repulsão; as moléculas dos corpos inertes se agregam e desagregam sob o império dessas leis. As plantas nascem, brotam, crescem e se multiplicam sempre da mesma maneira, cada uma em sua espécie, por força dessas mesmas leis; cada indivíduo é semelhante àquele de onde ele saiu; o crescimento, a floração, a frutificação, a coloração, são subordinados a causas materiais, tais como o calor, a eletricidade, a luz, a umidade, etc. O mesmo sucede com os animais. Os astros se formam pela atração molecular, e se movem perpétuamente em suas órbitas por efeito da lei da gravitação. Esta regularidade mecânica no emprego das forças naturais não indica uma inteligência autônoma. O homem movimentava seu braço quando quer e como quer; aquele, porém, que o movesse no mesmo sentido, desde seu nascimento até sua morte, seria um autômato; ora, as forças orgânicas da Natureza são puramente automáticas.

Tudo isso é verdadeiro; porém essas forças são efeitos que devem ter uma causa, e ninguém pretende que estas constituam a Divindade. Elas são materiais e mecânicas; não são inteligentes por si mesmas, o que ainda é verdadeiro; mas são postas em funcionamento, distribuídas, adequadas às necessidades de cada coisa, por uma inteligência que não é a do homem. A aplicação útil destas forças é um efeito inteligente que denota uma causa inteligente. Um pêndulo move-se com regularidade mecânica, e esta regularidade é que constitui seu mérito. A força que o faz agir é toda material e de nenhum modo inteligente; porém, que seria deste pêndulo se uma inteligência não houvesse combinado, calculado, distribuído o emprego dessa força, para o fazer funcionar com precisão? Pelo fato de que a inteligência não está no mecanismo do pêndulo, e pelo fato de que ela não é visível, seria racional concluir que ela não existe? Ela é conhecida pelos seus efeitos. A existência do relógio atesta a existência do relojoeiro; a engenhosidade do mecanismo atesta a inteligência e o saber do relojoeiro. Quando um relógio vos dá, no momento necessário, a indicação do que tendes necessidade, algum dia terá vindo ao pensamento de alguém, dizer: Aí está um relógio bem inteligente?

Assim é com o mecanismo do Universo; **Deus não se mostra, mas afirma-se mediante suas obras.** A existência de Deus é, pois, um fato assente, não só pela revelação, mas também pela evidência material dos fatos. Os povos selvagens não tiveram revelação, e no entanto crêem instintivamente na existência de um poder sobre-humano. Eles vêem coisas que estão acima do poder humano, e por isso concluem que elas são provenientes de um ente superior à humanidade. Não são eles mais lógicos do que os que pretendem que tais coisas se fizeram a si mesmas?

## 2 - Da Natureza Divina – (Idem, págs. 46-50):

Não é dado ao homem sondar a natureza íntima de Deus. **Para compreender Deus ainda nos falta o sentido que não se adquire senão pela completa depuração do Espírito.** Mas, se o homem não pode penetrar o conhecimento de sua essência, desde que aceite sua existência como premissa, pode, pelo raciocínio, chegar ao conhecimento de seus atributos necessários, pois, vendo o que ele absolutamente não pode ser, sem deixar de ser Deus, deduz daí o que ele deve ser.

Sem o conhecimento dos atributos de Deus, seria impossível conhecer a obra de sua criação; esse é o ponto de partida de todas as crenças religiosas e é pelo motivo de que elas não se hajam referido a tais atributos, como ao farol que as poderia dirigir, que a maior parte das religiões tem errado em seus dogmas. As que não têm atribuído a Deus a onipotência, imaginaram muitos deuses; as que não lhe atribuíram soberana bondade, formularam um deus ciumento, colérico, parcial e vingativo.

### 3 - Deus é a suprema e soberana inteligência.

A inteligência do homem é limitada, pois não pode fazer nem compreender tudo o que existe. A de Deus, abrangendo o infinito, tem que ser infinita. Se a supuséssemos limitada num ponto qualquer, seria possível conceber um ente ainda mais inteligente, capaz de compreender e de fazer o que o outro não faria, e assim por diante até o infinito.

**Deus é eterno**, o que equivale a dizer que não teve começo, e não terá fim. Tivesse tido um começo, teria saído do nada. Ora, não sendo o nada coisa alguma, coisa nenhuma pode produzir. Ou então, teria sido criado por outro ser anterior; nesse caso, este ser é que seria Deus. Se lhe supuséssemos um começo ou um fim, poderíamos conceber um ser que teria existido antes dele, ou o qual poderia existir depois dele, e assim por diante, até o infinito.

**Deus é imutável.** Caso fosse sujeito a mudanças, as leis que regem o Universo não teriam estabilidade alguma.

**Deus é imaterial**, isto é, sua natureza difere de tudo o que denominamos matéria; de outra forma ele não seria imutável, pois seria sujeito às transformações da matéria. Deus não tem forma perceptível pelos nossos sentidos, sem o que seria matéria. Dizemos: a mão de Deus, o olho de Deus, a boca de Deus, porque o homem que não conhece senão a si mesmo, toma a si por termo de comparação de tudo o que não compreende. Estas imagens nas quais Deus é representado pela figura de um velho, com barbas compridas, são ridículas; elas têm o inconveniente de rebaixar o Ser supremo às mesquinhas proporções da humanidade; daí vai um passo, o emprestar-lhe as paixões da humanidade, o conceber um Deus colérico e ciumento.

**Deus é todo-poderoso.** Não tivesse a onipotência, seria possível conceber um ser mais poderoso, e assim por diante até que se encontrasse o ente que nenhum outro pudesse ultrapassar em poder e este é que seria Deus.

**Deus é soberanamente justo e bom.** A sabedoria providencial das leis divinas se revela nas menores coisas, assim como nas maiores, e essa sabedoria não permite duvidar de sua justiça ou de sua bondade. O infinito de uma qualidade exclui a possibilidade da existência de uma qualidade contrária que a diminuísse ou anulasse. Um ente **infinitamente bom** não poderia conter a mínima parcela de maldade; do mesmo modo, um objeto não pode ser de um negro absoluto, se tiver a mais ligeira nuance de branco, assim como não pode ser de um branco absoluto com a menor mancha preta. Deus não poderia ser ao mesmo tempo bom e mau, pois então, não possuindo nenhuma de tais qualidades no grau máximo, não seria Deus; todas as coisas seriam submetidas ao seu capricho, e não haveria estabilidade para nada. Ele não poderia

ser senão infinitamente bom, ou infinitamente mau; ora, como suas obras testemunham sua sabedoria, sua bondade e sua solicitude, necessariamente se conclui que, não podendo ao mesmo tempo ser bom e mau, sem cessar de ser Deus, deve ser infinitamente bom.

**Deus é infinitamente perfeito.** É impossível conceber Deus sem o infinito das perfeições, sem o que ele não seria Deus, pois sempre se poderia conceber um ente que possuísse aquilo que lhe faltasse. Para que algum ser não lhe possa ultrapassar, é necessário que ele seja infinito em tudo. Os atributos de Deus, sendo infinitos, não são suscetíveis de aumento nem de diminuição, sem o que não seriam infinitos e Deus não seria perfeito. Se retirássemos a menor parcela de um só de seus atributos, já não teríamos Deus, pois seria possível existir um ser mais perfeito.

**Deus é único.** A unidade de Deus é a conseqüência do infinito absoluto de suas perfeições. Um outro Deus não poderia existir senão com a condição de ser igualmente infinito em todas as coisas; pois se houvesse entre eles a mais ligeira diferença, um seria inferior ao outro, subordinado a seu poder, e não seria Deus. Se houvesse entre eles igualdade absoluta, isto equivaleria a existir, por toda a eternidade, um mesmo pensamento, uma mesma vontade, um mesmo poder; assim confundidos em sua identidade, isso não resultaria, na realidade, senão um só Deus. Caso eles tivessem atribuições especiais, um faria o que o outro não fizesse, e portanto não haveria entre eles igualdade perfeita, pois nem um nem o outro teria a soberana autoridade.

A ignorância do princípio das perfeições de Deus é que engendrou o politeísmo, culto de todos os povos primitivos; eles atribuíram divindade a todo poder que lhes pareceu estar acima da humanidade; mais tarde, a razão os conduziu a confundir estes diversos poderes num só. Depois, à medida que os homens compreenderam a essência dos atributos divinos, retiraram dos símbolos, que haviam criado, a crença que implicava na negação desses atributos.

Em resumo, Deus não pode ser Deus senão com a condição de não ser ultrapassado em nada por outro ente; pois, então, o verdadeiro Deus seria aquele que o ultrapassasse em qualquer assunto mesmo que não excedesse da espessura de um cabelo; para que tal não se dê, é preciso que ele seja infinito em todas as coisas. É por esta forma que, constatando-se a existência de Deus pelas suas obras, chega-se a determinar os atributos que o caracterizam, mediante simples dedução lógica.

Deus é, pois, **a suprema e soberana inteligência; é único, eterno, imutável, imaterial, onipotente, soberanamente justo e bom, infinito em todas as suas perfeições**, e não pode deixar de ser assim. Tal é o eixo sobre o qual repousa o edifício universal; é o farol do qual os raios se estendem sobre o universo inteiro, o único que pode guiar o homem em sua pesquisa da verdade; ao segui-lo, não se extraviará nunca; e se tem se desencaminhado com tanta freqüência, é por não ter seguido o caminho que lhe é indicado. Tal é também o critério **infalível** de todas as doutrinas filosóficas e religiosas; para julgá-las, o homem tem um padrão rigorosamente exato nos atributos de Deus, e ele pode afirmar a si mesmo com certeza, que **toda teoria, todo princípio, todo dogma, toda crença, toda prática, que esteja em contradição com um só destes atributos, que tenda não só a anulá-los, mas simplesmente a enfraquecê-los, não pode estar com a verdade.**

**Em Filosofia, em Psicologia, em moral, em religião, nada há de verdadeiro que não esteja conforme às qualidades essenciais da Divindade.** A religião perfeita seria aquela da qual **nenhum artigo de fé** estivesse em oposição com estas qualidades, da qual todos os dogmas possam suportar a prova deste controle, sem dele receber nenhuma contradita.

4 – A Providência: Deus está em toda parte – (Idem, págs. 50-54; e, também, na Revista Espírita, ano 1866, mês de Maio, sob o título “Deus está em toda parte”, págs. 129-132, Editora EDICEL, SP, tradução de Júlio Abreu Filho):

A providência é a solicitude de Deus pelas suas criaturas. Deus está em toda parte, tudo vê, a tudo preside, mesmo às menores coisas: é nisto que consiste sua ação providencial.

“Como é que Deus, tão grande, tão poderoso, tão superior a tudo, pode imiscuir-se em detalhes ínfimos, preocupar-se com os menores atos e com os menores pensamentos de cada indivíduo? Essa é a pergunta que a si mesmo faz o incrédulo, de onde ele conclui que ao admitir a existência de Deus, sua ação não deve estender-se senão às leis gerais do universo; que o universo funciona por toda a eternidade em virtude destas leis às quais cada criatura está submetida em sua esfera de atividade, sem que seja necessário o incessante concurso da Providência.”

Em seu estado atual de inferioridade, os homens não podem compreender o Deus infinito, senão com enorme dificuldade, pois que eles mesmos são restritos e limitados, e, portanto, eles o consideram restrito e limitado como eles mesmos. A representação que dele fazem é a de um ente circunscrito, e fazem dele uma imagem à sua própria semelhança. Nos quadros que o pintam, sob traços humanos, não contribuem pouco à fomentação deste erro no espírito das massas, que nele adoram mais a forma que o pensamento. No conceito do maior número, é um soberano poderoso, sobre um **trono** inacessível, perdido na imensidão dos céus, e devido ao fato de que suas faculdades e suas percepções são restritas não compreendem que Deus possa ou ouse intervir diretamente nas pequenas coisas.

Na impotência em que se encontra o homem, de compreender a própria essência da Divindade, não pode fazer dela senão uma idéia aproximativa, com o auxílio de comparações necessariamente muito imperfeitas, mas que pelo menos podem mostrar-lhe a possibilidade daquilo que, à primeira tentativa, lhe parece impossível. Suponhamos um fluido bastante sutil para penetrar todos os corpos; este fluido, sendo não-inteligente, age mecanicamente, seguindo unicamente as leis materiais; mas se supusermos que este fluido seja dotado de inteligência, de faculdades perceptivas e sensitivas, agirá, não mais cegamente, mas com discernimento, com vontade e liberdade; ele verá, ouvirá e sentirá. As propriedades do fluido perispiritual podem dar-nos uma idéia. Por si mesmo, não é inteligente, eis que é matéria; mas é o veículo do pensamento, das sensações e das percepções do Espírito. O fluido perispiritual não é o pensamento do Espírito, mas sim o agente e o intermediário desse pensamento; como é ele que o transmite, de alguma forma está **impregnado** pelo pensamento, e dada a impossibilidade em que estamos de o isolar, parece-nos ser íntegro com o ar, de modo que podemos, por assim dizer, materializá-lo. Da mesma forma pela qual dizemos que o ar torna-se sonoro, poderíamos, tomando o efeito pela causa, dizer que o fluido se torna inteligente.



Quer seja assim, ou não, com o pensamento de Deus, isto é, quer ele atue diretamente, ou por intermédio de um fluido, para facilitarmos a compreensão à nossa inteligência, figuremo-lo sob a forma concreta de um fluido inteligente que enche o universo infinito e penetra todas as partes da criação: **a natureza inteira está imersa no fluido divino**; ou, segundo o princípio de que as partes de um todo são da sua mesma natureza, e têm as mesmas propriedades que o todo, cada átomo desse fluido, se assim podemos exprimir-nos, possui o pensamento, isto é, os atributos essenciais da Divindade, e já que tal fluido está em toda parte, tudo é submetido à sua ação inteligente, à sua previsão, à sua solicitude; não há um ser, por mais ínfimo que o possamos supor, que não seja saturado por ele, de alguma forma. Estamos assim constantemente na presença da Divindade; não há sequer uma de nossas ações que possamos subtrair à sua consideração; nosso pensamento está em incessante contato com seu pensamento, e é com razão que se diz que Deus jaz nas mais profundas dobras de nosso coração. **Estamos nele, como ele está em nós**, segundo a palavra do Cristo. Para estender sua solicitude a todas as suas criaturas, Deus não tem, pois, necessidade de mergulhar seu olhar, do alto de sua imensidade; nossas orações, para serem ouvidas por ele, não têm necessidade de atravessar o espaço, nem serem proferidas com voz ressoante, pois, sem cessar, a nosso lado, nossos pensamentos repercutem nele. Nossos pensamentos são como os sons de um sino que faz vibrar todas as moléculas do ar ambiente.

Longe de nós o pensamento de materializar a Divindade; a imagem de um fluido universal não é evidentemente senão uma comparação, apenas adequada a dar uma idéia mais justa de Deus, que os quadros que o representam sob uma figura humana; ela tem por objeto fazer compreender a possibilidade de estar Deus em toda parte e de se ocupar de tudo. Temos incessantemente sob nossos olhos um exemplo que pode dar-nos uma idéia pela qual a ação de Deus pode exercer-se sobre as partes mais íntimas de todos os seres, e por conseguinte, como as impressões mais sutis de nossa alma chegam a ele. Extraímo-la de uma instrução dada por um Espírito, acerca desse assunto.

“O homem é o corpo. Neste universo, o corpo representará uma criação da qual o Espírito seria Deus. (Deveis compreender que aqui não se trata de uma questão de identidade, mas sim de analogia.) Os membros desse corpo, os diversos órgãos que o compõem, seus músculos, seus nervos, suas articulações, são outras tantas individualidades materiais, se assim o podemos dizer, localizadas num recanto especial do corpo; embora seja considerável o número de suas partes constitutivas, tão variadas e tão diversas em sua natureza, entretanto, ninguém duvida que o corpo não pode por si produzir movimentos, assim como uma impressão qualquer não pode ocorrer numa parte qualquer, sem que o Espírito tenha consciência de tal movimento ou de tal impressão. Há sensações diversas, simultâneas, em diversos lugares? O Espírito as registra todas, distingue-as, atribui a cada uma sua causa e seu lugar de ação, por intermédio do fluido perispiritual.

“Um fenômeno análogo ocorre entre a criação e Deus. Deus está em toda parte, na Natureza, como o Espírito está em toda parte, no corpo; todos os elementos da criação estão em constante relação com ele, como todas as células do corpo humano estão em contato imediato com o ser espiritual; não há, pois, nenhuma razão para que os fenômenos da mesma ordem não se produzam pela mesma forma, num e noutro caso.

“Um membro se agita; o Espírito o sente; uma criatura pensa; Deus o sabe. Todos os membros estão em movimento, os diversos órgãos são postos em vibração; o Espírito registra cada manifestação, as distingue e as localiza. As diversas criações, as diferentes criaturas se agitam, pensam, agem de modos diversos e Deus sabe tudo o que se passa e assinala a cada um o que lhe diz respeito. Igualmente se pode deduzir a solidariedade da matéria e da inteligência, a solidariedade de todos os entes de um mundo entre si, a solidariedade de todos os mundos, e a solidariedade, enfim, das criações e do Criador.” (Quinemant, **Société de Paris, 1867.**)

Compreendemos o efeito, já é muito; do efeito remontamos à causa, e avaliamos sua grandeza pela grandeza do efeito; porém sua essência íntima nos escapa, assim como acontece com a causa de uma quantidade de fenômenos. Conhecemos os efeitos da eletricidade, do calor, da luz, da gravitação; chegamos a calculá-los, e, entretanto, ignoramos a natureza íntima do princípio que os produz. Será pois, mais racional, negar o princípio divino, porque não o compreendemos?

Nada impede que se admita, pelo princípio de soberana inteligência, um centro de ação, um foco principal que irradia sem cessar, inundando o universo com seus eflúvios, tal como o sol faz com sua luz. Porém, onde está este foco? É o que ninguém pode dizer. É provável que ele não se encontre fixado sobre um ponto determinado, assim como sua ação não é também fixada, e que ele percorra incessantemente as regiões do espaço sem limites. Se simples Espíritos têm o dom da ubiqüidade, esta faculdade, em Deus, deve ser sem limites. Se Deus enche o Universo, poder-se-ia admitir, ainda, a título de hipótese, que tal foco não tem necessidade de se transportar, e que ele se forma sobre todos os pontos onde a soberana vontade julga ser seu propósito ali produzir-se, com o que se poderia dizer que ele está em toda parte, e em parte alguma.

Diante de tais problemas insondáveis, nossa razão deve humilhar-se. Deus existe: disso não poderemos duvidar.; é infinitamente justo e bom: isso é sua essência; sua solicitude se estende a tudo: compreendemo-lo. Ele não pode, pois, querer senão o nosso bem, e por isso devemos ter confiança nele: é o essencial. Quanto ao mais, procuremos ser dignos de compreendê-lo.

## 5 – A Visão de Deus – (Idem, págs. 54-56):

Já que Deus está em toda parte, por que não o vemos? Será que o veremos quando deixarmos a terra? Tais são as interrogações que diariamente se nos defrontam. A primeira, é fácil de ser respondida: nossos órgãos materiais têm percepções limitadas que os tornam impróprios à visão de certas coisas, mesmo materiais. É assim que certos fluidos escapam totalmente à nossa visão e a nossos instrumentos de análise e mesmo assim não duvidamos de sua existência. Vemos os efeitos da peste, e não vemos o fluido que a transporta; vemos os corpos se moverem sob a influência da força da gravitação e não vemos essa força.

As coisas de essência espiritual não podem ser percebidas por órgãos materiais; não é senão pela visão espiritual que podemos ver os Espíritos e as coisas do mundo imaterial; unicamente, pois, nossa alma pode ter a percepção de Deus. Ela o vê imediatamente após a morte? É assunto que somente nos pode ser ensinado pelas comunicações de além-túmulo. Por elas,

sabemos que a visão de Deus não é privilégio senão das almas mais purificadas, e também que ao deixar o envoltório terrestre, poucas possuem o grau de desmaterialização para isso necessário. Uma comparação vulgar tornará o assunto facilmente compreensível.

Quem estiver no fundo de um vale, imerso numa bruma espessa, não vê o sol; entretanto, pela luz difusa, avalia a presença do sol. Se escala a montanha, à medida que sobe, a névoa se esclarece, a luz torna-se cada vez mais viva, porém ainda ele não vê o sol. Não é senão depois que o observador se elevou completamente acima da camada brumosa, que, ao se encontrar no ar perfeitamente puro, ele o vê em todo o seu esplendor.

Assim acontece com a alma. O envoltório perispiritual, se bem que seja invisível e impalpável aos nossos sentidos, é para a alma uma verdadeira matéria, ainda demasiado grosseira para certas percepções. Esse envoltório se espiritualiza à medida que a alma se eleva em moralidade. As imperfeições da alma são como camadas brumosas que obscurecem sua visão; cada imperfeição de que ela se desfaz é uma mancha a menos; porém, não é senão depois que ela se haja purificado completamente que goza da plenitude de suas faculdades.

Deus, sendo a essência divina por excelência, não pode ser percebido em todo o seu esplendor, senão pelos Espíritos que hajam alcançado o mais elevado grau de desmaterialização. Se os Espíritos imperfeitos não o vêem, não é que estejam mais afastados dele que os outros; tal como eles, como todos os seres da Natureza, estão mergulhados no fluido divino, como estamos na luz; apenas, suas imperfeições são como vapores que o furtam à sua visão: quando a névoa se houver dissipado, eles o verão resplandecer; para tal alcançar, não terão necessidade nem de subir, nem de ir buscá-lo nas profundezas do infinito; estando a visão espiritual desembaraçada das membranas morais que a obscurecem, eles o verão em qualquer lugar em que se encontrem, mesmo que seja sobre a terra, pois ele está em toda parte.

O Espírito não se purifica senão com vagar, e as diversas encarnações são os alambiques em cujo fundo ele deixa, de cada vez, algumas de suas impurezas. Ao deixar seu envoltório corporal, não se despoja instantaneamente de suas imperfeições; é por isso que há muitos que, após a morte, não vêem Deus, tanto quanto não o viam enquanto eram vivos; porém, à medida que se depurem, têm dele uma intuição mais nítida; se eles não o vêem, já o compreendem melhor: a luz é menos difusa. Quando, pois, alguns Espíritos dizem que Deus os proíbe de responderem a tal pergunta, não é que Deus lhes apareça, ou lhes dirija a palavra para lhes proibir algo ou para lhes interditar de fazer tal ou qual coisa; porém eles o sentem; recebem os eflúvios de seu pensamento tal como a nós sucede com relação aos Espíritos que nos rodeiam com seus fluidos, embora não os vejamos.

Certo, pois, que nenhum homem pode ver Deus, com os olhos da carne. Se tal favor fosse concedido a alguns, isso não se daria senão num estado de êxtase, no qual a alma estará tão desligada dos laços materiais quanto possível durante a encarnação. Aliás, um tal privilégio não será concedido senão às almas de eleição, encarnadas em missão e não em **expição**. Porém, como os Espíritos da ordem mais elevada resplendem com um brilho deslumbrante, pode ocorrer que Espíritos menos elevados, encarnados ou desencarnados, impressionados com o esplendor que os rodeia, tenham acreditado ver o próprio Deus. O mesmo sucede quando um ministro é considerado em lugar do seu soberano.

Sob qual aparência Deus se apresenta aos que se hajam tornado dignos de tal favor? Será sob uma forma qualquer? Sob uma figura humana, ou como um foco resplandecente de luz? Isso é algo em que a linguagem humana se revela impotente para descrever, porque para nós não existe nenhum ponto de comparação que nos possa dar dele uma idéia; somos como cegos a quem em vão se procuraria fazer compreender o brilho do sol. Nosso vocabulário é limitado às nossas necessidades e ao círculo de nossas idéias; a linguagem dos selvagens não poderia reproduzir as maravilhas da civilização; a dos povos mais civilizados é demasiado pobre para descrever os esplendores dos céus; nossa inteligência é demasiado limitada para os compreender, e nossa visão demasiado fraca seria por eles ofuscada.

## CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

### P A R T E G E R A L

#### AS LEIS MORAIS

##### CAPÍTULO I

#### A LEI DIVINA OU NATURAL

##### I – CARACTERES DA LEI NATURAL (O Livro dos Espíritos, Itens 614 a 617<sup>a</sup>)

**Artigo 1** - A lei natural é a lei de Deus; é a única necessária à felicidade do homem; ela lhe indica o que deve fazer ou não fazer e ele só se torna infeliz porque dela se afasta. Ela é imutável e perfeita como o próprio Deus. A harmonia que regula o universo material e o universo moral se funda nas leis que Deus estabeleceu por toda a eternidade. Umás regulam o movimento e as relações da matéria bruta: são as leis físicas e seu estudo pertence ao domínio da Ciência. As outras concernem especialmente ao homem e às suas relações com Deus e com os seus semelhantes, compreendem as regras da vida do corpo e as da vida da alma: são as leis morais.

**Parágrafo único** – O sábio estuda as leis da matéria, o homem de bem as da alma e as segue. Ao homem é dado aprofundar o conhecimento dessas leis; mas uma só existência não lhe é suficiente para isso.

1.1 – “LEI”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis. (Livro “Estudos Espíritos”, Ed. FEB, Rio de Janeiro, 3ª edição, 1983, pgs. 86 a 90, psicografia de Divaldo P. Franco).

##### Conceito

Qualquer diretriz ou norma estabelecida no seio de uma comunidade constitui intrinsecamente a Lei.

Desde as primeiras agregações humanas, no recuado dos tempos, surgiram, por exigência do progresso, impositivos para o comportamento social que, a pouco e pouco, adquiriram dimensão jurídica. Assim, hábitos, conceitos, modos e modas, formulações éticas e religiosas surgiram paulatinamente, estabelecendo bases para os conglomerados sociais, com os altos objetivos de preservação do indivíduo, da família, da sociedade.

Os primeiros códigos surgiram da necessidade de o homem manter padrões de equilíbrio individual e geral, impondo-se linhas de segurança, através das quais o grupo se unia para progredir.

Na defesa e preservação da vida, em face dos fatores climatéricos, das agressões animais, os instintos inerentes à individualidade compulsoriamente estabeleceram os primeiros deveres, que foram criando raízes e transformando-se em hábitos – estruturas primeiras das leis humanas. Higiene, convívio comunitário, respeito a si mesmo e aos outros, intercâmbio entre os grupamentos, em prol da sobrevivência, e negociações para a preservação grupal lentamente se transmitiram, gerando leis que, aceitas ou não, se transformaram em códigos estruturadores da ética, da religião, da justiça.

Pela intuição pura e simples, graças à interferência dos Espíritos Superiores, o homem hauriu nas imutáveis leis da Natureza, por refletirem as Leis de Deus, definições para a conduta e aprendeu, pela multiplicidade de impositivos que lhe escapavam ao controle, que a própria sobrevivência dependia da solidariedade, do amor, do respeito, deveres que brotavam e se desdobravam como abençoadas flores em extenso campo de esperança.

O natural respeito às forças cósmicas que o dominavam no período primário, em forma de medo, com as conseqüentes manifestações de culto religioso, a se materializarem em holocaustos, transitando do bárbaro ao sutil, desde a imolação de criaturas à oferenda de flores, construiu a identificação lenta e segura entre o homem aparentemente desarmado e o Criador Paternal.

Pelo mesmo processo – mediante a mediunidade natural – os antepassados retornaram e falaram da imortalidade, propondo conceitos libertadores e, ao mesmo tempo, de sabedoria sobre os quais se estabeleceriam as futuras normas humanas que se iriam transformar em legislação terrena.

### **Desenvolvimento**

Mesmo nas guerras em que os grupos se entredoravam, o impulso gregário fê-los abandonar a antropofagia na tribo, transferindo-a para aquele que considerava adversário, do que surgiram preceitos de combate que, hoje, nas nações civilizadas, se discutem tendo em vista os acordos firmados em Genebra, no respeito aos prisioneiros, e dos quais se faz mediadora a Cruz Vermelha Internacional.

Sem dúvida, há muito ainda por fazer, nesse capítulo da legislação humana pertinente à guerra. Todavia, merece considerar que o homem sofre a “predominância da natureza animal sobre a espiritual”, que lhe constitui lamentável fator preponderante de guerra. Belicoso para consigo mesmo, expande as paixões irrefreadas e desarticula-se, agredindo, malsinando e engendrando a própria desdita.

**Código de Hamurabi.** No que diz respeito à evolução dos códigos da justiça humana, a Hamurabi se deve o mais antigo conjunto de leis conhecidas pela Humanidade. Reinando de 2067 a 2025 antes de Cristo, fez gravar numa coluna de diorito preto, com aproximadamente 2,5 metros de altura, quatro mil linhas, nas quais se encontravam exarados os princípios que diziam respeito ao indivíduo e às propriedades, dividindo-se em subcapítulos, sucessivamente,

nos quais se tem uma visão de equidade avançada para a época em que predominava o poder sobre o direito, a supremacia do vencedor sobre o vencido.

**Pensadores e Profetas diversos.** Posteriormente, as Civilizações, pela necessidade de estabelecerem códigos destinados a regerem seus membros, ora subordinados às diretrizes religiosas, ora aos impositivos éticos sobre que colocavam suas bases, formaram seus estatutos de justiça e ordem, nem sempre felizes... Pensadores e Profetas de todos os tempos, refletindo a mensagem eterna ou as disposições humanas, não obstante os malogros do passado, criaram as determinações através das quais se levantaram impérios e se construíram povos, sem o que teria dominado o caos e a sobrevivência periclitado.

**Moisés e Jesus.** Dos primeiros moralistas, da escola ingênua, aos grandes legisladores, ressaltam as figuras de Moisés, instrumento do Decálogo, e Jesus, o excelso paradigma do amor, que consubstanciaram as necessidades humanas, e Jesus, o excelso paradigma do amor, que consubstanciaram as necessidades humanas, ao mesmo tempo facultando os meios liberativos para o ser que marcha na direção da imortalidade.

Adaptando as Leis Divinas, identificadas na Natureza, às faculdades humanas, aquelas permanecem modelos a que o homem, vagarosa, porém, infalivelmente, se adaptará, para a própria felicidade. Do Direito Romano aos modernos tratados, as fórmulas jurídicas evoluem, apresentando dispositivos e artigos cada vez mais concordes com o espírito de justiça do que com as ambições do comportamento individual e grupal.

**Francesco Carrara.** O insigne mestre do Direito italiano, deslumbrado com a magnitude da vida imperecível, já preceituava: “O dogma sobre o qual assenta nossa doutrina é o da criação operada pela mente de um Ser eterno e infinito no saber, na bondade e no poder. Renegado este princípio, tudo no Direito se torna arbitrário, ou melhor: o Direito perde a razão de ser, a soberana do mundo é a força. Aceito o princípio, dele deflui como consequência necessária o reconhecimento de uma lei de ordem imposta pelo Criador à criatura.”

E, dominado pela Presença Divina, prossegue, espiritualista: “A alma não está submetida à lei física, mas a compreende e a percebe e dela deseja o melhor, mercê da aspiração do belo.”

Complementando o raciocínio, expõe: “Esta alma inteligente e livre que Deus deu ao homem, a fim de que, com suas obras, pudesse merecer ou desmerecer, sujeitou-o, como ser moralmente livre, a uma outra lei: a lei moral.”

**A Lei Natural, ou Lei de Deus e as Leis Morais.** Ora, as leis morais estão estruturadas na Lei Natural ou Lei de Deus. Por serem imperfeitas, as leis elaboradas pelos homens sofrem diariamente modificações, variando de povo para povo e, ao mesmo tempo, adaptando-se a situações compatíveis com os dias da sua vigência.

Todas as criaturas têm, na sua maioria, no atual estágio da evolução da vida na Terra, consciência da Lei de Deus, sabendo o de que necessitam para a própria felicidade. Os desmandos a que se entregam, os abusos que perpetraram, os excessos a que se expõem não lhes permitirão tranquilizarem-se, porque, inscrita na consciência, aquela lei superior, a seu turno, no momento justo, convocará os infratores ao reajuste, de que ninguém se furta.

### **Espiritismo e a Lei**

Sendo o Espiritismo revelação divina para o reencontro do homem com a verdade (noutras palavras: para o religamento da criatura com o seu Criador), todos os seus ensinamentos se assentam na 'Lei Natural', aquela que dimana do Pai.

À semelhança de Jesus, que não veio destruir a Lei, antes submeter-se ao seu estatuto, o Espiritismo respeita as instituições humanas e os códigos dos homens, oferecendo, porém, sublimes normas de evolução, todas fundamentadas no amor ao próximo e na caridade, de cujo exercício o homem aprende, mediante o estudo contínuo e sistemático, quais as suas obrigações na Terra, as razões das vidas sucessivas, a justiça e sabedoria celestes, contribuindo, eficazmente, pela submissão e pela ação dinâmica, através do impulso dado ao progresso de todos, para a sua total libertação da dor, do desequilíbrio, da sombra, da morte...

Mediante a observância das leis morais que fluem dos exemplos e da palavra do Cristo, o homem constrói a Nova Era, na qual os códigos da intolerância e do preconceito, fomentadores do mal e do ódio, empalidecem, para que fulguem as luminosidades do bem e da verdade.

Dia virá em que o homem, amando ao seu irmão, elaborará códigos mais generosos e leis mais justas, em cujas malhas evoluirá, até o momento de plenitude espiritual.

**Ciência e Amor.** “O Espiritismo é de ordem divina, pois que se assenta nas próprias leis da Natureza e estai certos de que tudo o que é de ordem divina tem grande e útil objetivo. O vosso mundo se perdia; a Ciência, desenvolvida à custa do que é de ordem moral, mas conduzindo-vos ao bem-estar material, redundava em proveito do espírito das trevas. Como sabeis, cristãos, o coração e o amor têm de caminhar unidos à Ciência.”(O Evangelho segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. I, item 10).

### **II – CONHECIMENTO DA LEI NATURAL (Idem, itens 619 a 628)**

**Artigo 2** - Todos podem conhecer a lei de Deus, mas nem todos a compreendem; os que melhor a compreendem são os homens de bem e os que desejam pesquisá-la. Não obstante, todos um dia a compreenderão, porque é necessário que o progresso se realize.

### **Justiça da reencarnação**

**Parágrafo único** - A justiça da multiplicidade de encarnações decorre deste princípio, pois a cada nova existência sua inteligência se torna mais desenvolvida e ele compreende melhor o que é o bem e o que é o mal. Se tudo tivesse de se realizar numa só existência, qual seria a sorte de tantos milhões de seres que morrem diariamente no embrutecimento da selvageria ou nas trevas da ignorância, sem que deles dependa o próprio esclarecimento?

### **Revelação da Lei Divina: por Jesus e pelo Espiritismo**



**Artigo 3** - A lei de Deus está escrita na consciência do homem, mas os seus maus instintos frequentemente fazem que ele a esqueça e despreze; então ela lhe é lembrada através da revelação, por Espíritos superiores, encarnados ou desencarnados, com o fim de fazer progredir a Humanidade.

**Artigo 4** - Jesus é para o homem o tipo da perfeição moral a que pode aspirar a Humanidade na Terra. Deus no-lo oferece como o mais perfeito modelo e a doutrina que ele ensinou é a mais pura expressão de sua lei, porque ele estava animado do espírito divino e foi o ser mais puro que já apareceu na Terra. Seu ensino era frequentemente alegórico e em forma de parábolas, porque ele falava de acordo com a época e os lugares. Faz-se hoje necessário que a verdade seja inteligível para todos. É preciso, pois, explicar e desenvolver essas leis, tão pouco são os que as compreendem e ainda menos os que as praticam. O ensinamento dos Espíritos deve ser claro e sem equívocos a fim de que ninguém possa pretextar ignorância e cada um possa julgá-lo e apreciá-lo com sua própria razão.

### **A Verdade Relativa e a Verdade Absoluta**

**Artigo 5** - A verdade relativa sempre esteve ao alcance do homem; pois é necessário que cada coisa venha a seu tempo. Ela é como a luz: é preciso que nos habituemos a ela pouco a pouco, pois de outra maneira nos ofuscaria. Estando as leis divinas escritas no livro da Natureza, o homem pôde conhecê-las sempre que desejou procurá-las. Eis porque os seus princípios foram proclamados em todos os tempos pelos homens de bem, e também porque encontramos os seus elementos na doutrina moral de todos os povos saídos da barbárie, mas incompletos ou alterados pela ignorância e a superstição.

**Artigo 6** - Jamais houve um tempo em que Deus permitisse ao homem receber comunicações tão completas e tão instrutivas como as que hoje lhe são dadas. Havia na Antigüidade alguns indivíduos que estavam de posse daquilo que consideravam uma ciência sagrada e da qual faziam mistério para os que consideravam profanos; eles recebiam apenas verdades esparsas no meio de um conjunto equívoco e na maioria das vezes alegórico. Não há, entretanto, para o homem de estudo, nenhum antigo sistema filosófico, nenhuma tradição, nenhuma religião a negligenciar, porque todos encerram os germes de grandes verdades, que embora pareçam contraditórias entre si, espalhadas que se acham entre acessórios sem fundamento, são hoje muito fáceis de coordenar, graças à chave que dá o Espiritismo de uma infinidade de coisas que até aqui pareciam sem razão, e cuja realidade é agora demonstrada de maneira irrecusável.

**Artigo 7** - A Moral é a regra da boa conduta e portanto da distinção entre o bem e o mal. Funda-se na observação da lei de Deus. O homem se conduz bem quando faz tudo tendo em vista o bem e para o bem de todos, porque então observa a lei de Deus. Assim, o bem é tudo o que está de acordo com a lei de Deus e o mal é tudo o que dela se afasta. Fazer o bem é se conformar à lei de Deus; fazer o mal é infringir essa lei.

**Parágrafo único** - O homem, por si mesmo e se o desejar, pode distinguir o bem do mal quando crê em Deus, que lhe deu a inteligência para discernir um e outro; na dúvida, quanto à apreciação do bem e do mal, basta lembrar as palavras de Jesus: *vede o que quereríeis que vos fizessem ou não*.

**Artigo 8** - A lei de Deus é a mesma para todos; mas o mal depende, sobretudo, da vontade que se tenha de fazê-lo. O bem é sempre bem e o mal sempre mal, qualquer que seja a posição do homem; a diferença está no grau de responsabilidade.

**Parágrafo único** - As circunstâncias dão ao bem e ao mal uma gravidade relativa. O homem comete, freqüentemente, faltas que, sendo decorrentes da posição em que a sociedade o colocou, não são menos repreensíveis; mas a responsabilidade está na razão dos meios que ele tiver para compreender o bem e o mal. É assim que o homem esclarecido que comete uma simples injustiça é mais culpável aos olhos de Deus que o selvagem que se entrega aos instintos.

### **O Mal e o Concurso de Pessoas**

**Artigo 9** - O mal recai sobre aquele que o causou. Assim, o homem que é levado ao mal pela posição em que os outros o colocaram é menos culpável que aqueles que o causaram, pois cada um sofrerá a pena não somente do mal que tenha feito, mas também do que houver provocado.

**Artigo 10** - Aquele que se aproveita do mal praticado por outro é como se o cometesse; embora não o tenha praticado, torna-se participante dele e é culpável no mesmo grau. Talvez tivesse recuado diante da ação, mas, se ao encontrá-la realizada, dela se serve, é porque a aprova e a teria praticado se pudesse ou se tivesse ousado.

### **Resistência Voluntária ao Mal**

**Artigo 11** - Há virtude em resistir voluntariamente ao mal que se sente desejo de praticar, sobretudo quando se tem a possibilidade de satisfazer esse desejo; mas se o que faltou foi apenas a ocasião, o homem é culpável.

## **Dever de praticar o bem**

**Artigo 12** - É preciso fazer o bem no limite das próprias forças, pois cada um responderá por todo o mal que tiver ocorrido por causa do bem que deixou de fazer.

**Parágrafo único** – Não há ninguém que não possa fazer o bem; somente o egoísta não encontra jamais a ocasião de praticá-lo. É suficiente estar em relação com outros homens para se fazer o bem, e cada dia da vida oferece essa possibilidade a quem não estiver cego pelo egoísmo, porque fazer o bem não é apenas ser caridoso mas ser útil na medida do possível, sempre que o auxílio se faça necessário.

**Artigo 13** - O mérito do bem está na dificuldade de praticá-lo; não há nenhum em fazê-lo sem penas e quando nada custa. Deus leva mais em conta o pobre que reparte o seu único pedaço de pão que o rico que só dá do seu superfluo. Jesus já o disse, a propósito do óbolo da viúva.

**13.1 –“A Lei Civil e a Lei Moral”– Explicação de Allan Kardec.(Allan Kardec no livro Obras Póstumas, Ed. Lake, S.Paulo, 11<sup>a</sup> ed., 1995, pg. 288):**

Os males da humanidade vêm da imperfeição dos homens; é pelos seus vícios que prejudicam uns aos outros. Enquanto os homens forem viciosos, serão infelizes, porque a luta dos interesses produzirá incessantemente misérias.

Boas leis contribuem, sem dúvida, para o melhoramento do estado social, mas são impotentes para assegurar a felicidade da humanidade, porque apenas comprimem as más paixões, mas não as aniquilam; são antes repreensivas do que moralizadoras; reprimem atos maus, que se tornam mais salientes, sem lhes destruir as causas. Além disso a bondade das leis está em relação com a bondade dos homens; enquanto eles estiverem dominados pelo orgulho e egoísmo, farão leis, que aproveitem às ambições pessoais.

A lei civil não modifica senão a superfície; a lei moral é que penetra no foro íntimo da consciência e o reforma.

Sendo pois admitido que o atrito causado ao contato dos vícios torna os homens desgraçados, está em seu melhoramento moral o único remédio para seus males. Pois que as imperfeições são a origem dos males, a felicidade aumentará, à medida que diminuïrem as imperfeições. Por melhor que seja uma instituição social, se os homens forem maus, hão de falsificá-la e desnaturá-la para que a explorem em seu particular proveito.

Quando os homens forem bons, farão boas instituições que serão duráveis, porque todos têm interesse em sua conservação.

A questão social não tem pois seu ponto de partida na forma desta ou daquela instituição; ela está inteira no melhoramento moral dos indivíduos e das massas. Aí está o princípio, a verdadeira chave da felicidade humana, porque os homens não pensarão mais em fazer o mal uns aos outros. Não basta cobrir de verniz a corrupção; é preciso extirpá-la. O princípio do melhoramento está na natureza das crenças, porque estas constituem o móvel das ações e modificam os sentimentos. Também está nas ideias inculcadas desde a infância e que se identificam com o espírito; está ainda nas ideias que o desenvolvimento ulterior da inteligência e da razão podem fortificar, nunca destruir. É pela educação, mais ainda do que pela instrução, que se transformará a humanidade..

O homem, que trabalha seriamente em seu melhoramento, assegura sua felicidade desde esta vida; além da satisfação da sua consciência, está livre das misérias materiais e morais, que são as conseqüências forçadas de suas imperfeições. Terá calma, porque as vicissitudes não o afetarão senão de leve; terá saúde, porque não esgotará o corpo com excessos; será rico, porque o é quem se satisfaz com o necessário; terá a paz da alma, porque não terá necessidades impossíveis; não será atormentado pela sede de honras e do supérfluo pela febre de ambição, da inveja e do ciúme.

Indulgente para com as imperfeições dos outros, menos sofrerá com isto; elas lhe excitarão piedade em vez da cólera. Evitando o que possa ser nocivo ao próximo, quer por palavras, quer por obras, procurando tudo o que pode ser útil e agradável aos outros, ninguém sofrerá com as suas relações; assegura a sua felicidade na vida futura, porque quanto mais seapura aqui, mais se elevará na hierarquia dos seres inteligentes, e bem cedo deixará esta de provas pelos mundos superiores, porque o mal que tiver reparado nesta vida, não reclama outras existências reparadoras e porque, na erraticidade, não encontrará senão amigos e simpatizantes e não será atormentado pela visão constante dos que teriam razão para clamar contra ele.

Vivam os homens animados destes sentimentos e serão tão felizes quanto se pode na terra; e quando pouco a pouco esses sentimentos ganhem um povo, uma raça, toda a humanidade, o nosso globo passará à ordem dos mundos felizes. Será isto uma quimera, uma utopia? Sim, para quem não crê no progresso da alma; não, para quem acredita na perfectibilidade indefinida.

13.2 – “Moral”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis no livro “Estudos Espíritas”, já referido.

### **Conceito**

Moral é o conjunto de regras que constituem os bons costumes, consubstancia os princípios salutarres de comportamento de que resultam o respeito ao próximo e a si mesmo.

Decorrência natural da evolução, estabelece as diretrizes seguras em que se fundam os alicerces da Civilização, produzindo matrizes de caráter que vitalizam as relações humanas, sem as quais o homem, por mais avançado nos esquemas técnicos, poucos passos teria conseguido desde os estados primários do sentimento.

Da constante necessidade de defender-se e defender as primeiras comunidades, ainda na fase agrária, surgiram as medidas ora restritivas, ora estimulantes entre os chefes e os subordinados e nas relações recíprocas dos indivíduos, do que resultavam produtivos empreendimen-

tos e proveitosos aprestos no concerto de interesses. Da observação pura e simples, aglutinaram-se experiências que se transformaram, a pouco e pouco, em regras para as trocas comerciais e os acertos políticos entre os diversos grupos, evoluindo para os costumes que se fixaram nas gerações sucessivas, em forma de leis e estatutos.

Impostas por uns, espontaneamente aceitas por outros, desprezadas por muitos, as diretrizes morais evoluíram e se transformaram em Civilização e Cultura, conduzindo às diversas formas de governo superior e à manutenção da ordem pelo indivíduo, em relação a outro, à comunidade, ao Estado e reciprocamente.

Dividida em teoria e prática, a primeira busca determinar o bem supremo, enquanto a outra se encarrega de expor os múltiplos deveres, que constituem os princípios práticos, basilares da vida. Observando suas regras o homem pratica o bem e evita o mal.

### **Desenvolvimento : A Filosofia e a Moral.**

(...) Observando-se as conquistas do homem através do conhecimento, fácil é constatar-se que as regras morais são, também, medidas de higiene e saúde, com comprometimentos profundos nas atitudes e ações do próprio Espírito.

Sendo o homem um animal em evolução, a disciplina do instinto e o desdobramento dos recursos da inteligência, bem como a necessidade da preservação da vida, impõem, a princípio, a disciplina, depois, a lei e, por fim, a Moral, que se converte em nobilitante comportamento com que se liberta das constrictões primitivas e se põe em sintonia com as vibrações sutis da Espiritualidade, para onde ruma na condição de Espírito imortal que é.

A história da Filosofia é uma constante busca de uma concepção otimista do mundo. E nesse capítulo a Moral é relevante. De Hermes, com as suas asseverações espirituais, a Lao-tse; de Confúcio, com os princípios da família e da sociedade fundamentando a Moral numa filosofia da Natureza, otimista, a Zoroastro e Maomé, na concepção dualista da vida; de Sócrates, Platão e Aristóteles com os conceitos políticos, morais e espirituais, às leis apresentadas por Moisés, em Jesus a Moral assume relevante proposição, que modifica a estrutura do pensamento humano e social, abrindo o campo a experiências vigorosas, em que medram as legítimas aspirações humanas, que transitam do poder da força para a força do amor...

Jesus se preocupa com a perfeição íntima, ética, intransferível, dos homens, concludo-os a realizarem o “reino de Deus” interiormente, numa elaboração otimista.

### **Conclusão**

**A Moral Cristã.** Certamente a moral cristã ainda não colimou os seus objetivos elevados, conquanto os vinte séculos passados. Todavia, diante dos esforços do Direito e da acenada luta pacífica das organizações mundiais, a Moral, em diversas apreciações tornadas legais, sancionadas por governos e povos, atingirá, não obstante as dificuldades e transições do atual momento histórico, o seu fanal nos dias do porvir, propondo ao homem moderno, na moderação e na equidade, nos costumes corretos, aceitos pelo comportamento das gerações passadas, a vivência do máximo postulado do Cristo, sempre sábio e atual: “Fazer ao próximo o que desejar que este lhe faça”, respeitando e respeitando-se, para desfrutar a consciência apazigua-

da e viver longos dias de harmonia na Terra, com felicidade espiritual depois da destruição dos tecidos físicos pelo fenômeno da morte.

**Virtude.** A virtude, no mais alto grau, é o conjunto de todas as qualidades essenciais que constituem o homem de bem. Ser bom, caritativo, laborioso, sóbrio, modesto, são qualidades do homem virtuoso. Infelizmente, quase sempre as acompanham pequenas enfermidades morais que as desornam e enfraquecem. Não é virtuoso aquele que faz ostentação da sua virtude, pois que lhe falta a qualidade principal: a modéstia, e tem o vício que mais se lhe opõe: o orgulho. A virtude, verdadeiramente digna desse nome, não gosta de estadear-se. Adivinha-na; ela, porém, se oculta na obscuridade e foge à admiração das massas(...). (O Evangelho segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. XVII, item 8).

### **13.3 – “O Bem e o Mal: Origem do Bem e do Mal”- Explicação de Allan Kardec no livro A Gênese, Editora LAKE, S.Paulo, 17ª edição, 1994, tradução de Victor Tollendal Pacheco, apresentação e notas de J. Herculaniano Pires, pgs. 57 a 61:**

**Deus e Satanás.** Sendo Deus o princípio de todas as coisas, e sendo tal princípio todo sabedoria, toda bondade, toda justiça, tudo que dele provém deve participar de seus atributos, pois que aquilo que é infinitamente sábio, justo e bom, não pode produzir nada que seja desrazoável, mau e injusto. Portanto, o mal que observamos não pode ter sua origem nele.

Se o mal fosse atribuição de um ente especial, chamado Ahriman ou Satanás, de duas coisas uma: ou tal entidade seria igual a Deus, e, por conseguinte, tão poderosa quanto ele, teria existido por toda a eternidade como ele, ou lhe seria inferior.

No primeiro caso, haveria duas potências rivais, lutando sem cessar, cada uma procurando desfazer o que a outra houvesse feito, contrariando-se mutuamente. Esta hipótese é inconciliável com a unidade de visão que se revela na disposição do universo.

No segundo caso, sendo esta entidade inferior a Deus, ser-lhe-ia subordinada; não podendo ter existido, como ele, por toda a eternidade, sem ser seu igual, teria tido um começo; se ele foi criado, não o pode ter sido, senão por Deus; Deus teria, assim, criado o Espírito do mal, o que seria a negação da infinita bondade. (Vide “O Céu e o Inferno Segundo o Espiritismo”, de Allan Kardec, Cap. X, “Os demônios”).

Entretanto, o mal existe e tem uma causa.

Os males de toda espécie, físicos ou morais, que afligem a humanidade, apresentam duas categorias que é necessário distinguir: tais são os males que o homem pode evitar, e os que são independentes de sua vontade. Entre estes últimos, colocam-se os flagelos naturais.

O homem, cujas faculdades são limitadas, não pode penetrar nem abarcar o conjunto das finalidades do Criador; julga as coisas do ponto de vista de sua personalidade, dos interesses de grupos e das convenções que para si criaram, as quais não existem na ordem da Natureza; é por isso que ele freqüentemente encontra coisas más e injustas, as quais consideraria justas e admiráveis, se percebesse suas causas, sua finalidade e o resultado final. Procurando a ra-

ção de ser e a utilidade de cada coisa, reconhecerá que tudo traz o sinal da sabedoria infinita e ele se inclinará diante de tal sabedoria, mesmo em relação às coisas que não compreende.

**Flagelos Naturais, a Dor, a Ciência e o Progresso.** O homem recebeu como partilha uma inteligência com cujo auxílio pode anular, ou pelo menos em grande parte atenuar, os efeitos dos flagelos naturais; quanto mais saber adquire, e mais avança em civilização, menos são desastrosos tais flagelos; com uma organização social sabiamente providente poderá mesmo neutralizar as suas conseqüências, uma vez que não as poderá evitar totalmente. Deus deu ao homem, pelas faculdades de que dotou o seu Espírito, os meios de paralisar no futuro até mesmo os efeitos daqueles flagelos que têm sua utilidade no quadro geral da Natureza, os quais, contudo, no presente, atingem os homens.

É assim que ele saneia os terrenos insalubres, neutraliza os miasmas pestilentos, fertiliza os terrenos incultos, e exerce seu engenho na preservação das inundações; edifica para si habitações mais saudáveis, mais sólidas, a fim de resistir aos ventos tão necessários à purificação da atmosfera, e coloca-se ao abrigo das intempéries; é assim, enfim, que pouco a pouco, a necessidade o estimula à criação das ciências, com cujo auxílio melhora as condições de habitabilidade do globo e aumenta a soma do seu bem-estar.

Como o homem deve progredir, os males aos quais está exposto são um estimulante ao exercício de sua inteligência, de todas as faculdades físicas e morais, mediante o incitamento à pesquisa dos meios de se subtrair aos mesmos males. Se nada receasse, nenhuma necessidade o levaria à busca do que é melhor; seu espírito se entorpeceria na inatividade; nada inventaria e nada descobriria. ‘A dor é o agulhão que empurra o homem para a frente na via do progresso’.

**Males que o homem criou para si. A Lei Divina gravada na consciência do homem. O remédio ao lado do mal.** Porém, os males mais numerosos são aqueles que o homem criou para si, por seus próprios vícios, aqueles que provêm de seu orgulho, de seu egoísmo, de sua ambição, de sua cobiça, de seus excessos em todas as coisas; aí está a causa das guerras e das calamidades que elas geram, das dissensões, das injustiças, da opressão do fraco pelo mais forte, enfim, da maior parte das moléstias.

Deus estabeleceu leis cheias de sabedoria, as quais não têm outra finalidade senão o bem; o homem encontra em si mesmo tudo o que é necessário para segui-las; seu caminho é traçado por sua consciência; as leis divinas estão gravadas em seu coração; e, além disso, Deus as faz lembrar sem cessar, por seus messias e seus profetas, por todos os Espíritos encarnados que receberam a missão de esclarecê-lo, moralizá-lo, aperfeiçoá-lo, e nestes últimos tempos, pela multidão de Espíritos desencarnados que se manifestam em todos os lugares. ‘Se o homem se conformasse rigorosamente com as leis divinas, não é duvidoso que evitaria os males mais amargos, e que viveria feliz sobre a Terra’. Se não o faz, é em virtude de seu livre-arbítrio, e disso ele sofre as conseqüências. (Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. V, ns. 4, 5, 6 e seguintes).

Deus, porém, cheio de bondade, colocou o remédio ao lado do mal, isto é, do próprio mal faz sair o bem. Chega um momento em que o excesso do mal moral torna-se intolerável e faz com que o homem sinta a necessidade de mudar de caminho; instruído pela experiência, é compelido a procurar um remédio no bem, sempre por efeito de seu livre-arbítrio; quando penetra num caminho melhor, o faz por efeito de sua vontade e porque reconheceu os inconveni-

entes do outro trilhado. A necessidade o obriga a se melhorar moralmente pelo desejo de ser mais feliz, assim como esta mesma necessidade o impeliu a melhorar as condições materiais de sua existência.

**O Mal é a ausência do Bem. Deus só quer o Bem. O homem tem a causa do Mal em SI MESMO, mas tem o Livre-arbítrio para seguir As Leis Divinas, que estão em sua consciência e, assim, evitar o Mal.** Pode-se dizer que o mal é a ausência do bem, como o frio é a falta do calor. O mal não é um atributo distinto, assim como o frio não é um fluido especial; um é a negação do outro. Onde o bem não existe, forçosamente existe o mal; deixar de fazer o mal já é o começo do bem. ‘Deus não quer senão o bem; o mal provém unicamente do homem. Se na criação houvesse um ser predisposto ao mal, ninguém o poderia evitar; porém, tendo o homem a causa do mal em SI MESMO, e tendo ao mesmo tempo seu livre-arbítrio e por guia as leis divinas, evitará o mal quando quiser’.

Tomemos, para comparação, um fato vulgar. Um proprietário sabe que a extremidade de seu campo é um lugar perigoso no qual poderia perecer ou machucar-se quem ali se aventurasse. Que faz ele para evitar os acidentes? Coloca nas proximidades de tal lugar, um aviso proibindo que prossigam os que por ali passem, devido ao perigo. Eis a lei; ela é sábia e previdente. Se, apesar disso, um imprudente não lhe dá atenção e ultrapassa tal lugar, e se assim chega a um mau resultado, a quem poderá ele responsabilizar, senão a si mesmo?

Assim sucede com todo o mal; o homem o evitaria se observasse as leis divinas; para exemplificar, Deus colocou um limite à satisfação de suas necessidades; o homem é advertido à saciedade; se ultrapassa esse limite, o faz voluntariamente. As moléstias, as enfermidades, a morte que delas podem resultar, são o resultado de sua imprevidência e não de ato de Deus.

**Se Deus tivesse criado o homem já perfeito o mal não existiria!** Sendo o mal o resultado das imperfeições do homem, e sendo o homem criado por Deus, dir-se-ia, ter Deus criado senão o mal, pelo menos a causa do mal; tivesse ele feito o homem perfeito, o mal não existiria.

Se o homem tivesse sido criado perfeito, seria levado fatalmente ao bem; ora, em virtude de seu livre-arbítrio, ele não é fatalmente levado, nem ao bem, nem ao mal. Deus quis que ele fosse submetido à lei do progresso e que esse progresso fosse o fruto de seu próprio trabalho, a fim de que tivesse o mérito desse trabalho, do mesmo modo que carrega a responsabilidade do mal que é feito por sua vontade. Levanta-se, pois, a questão de saber qual é, no homem, a fonte da propensão para o mal.

**Todas as Paixões e Todos os Vícios têm seu princípio no INSTINTO DE CONSERVAÇÃO. O abuso das paixões é que constitui o mal.** Se estudarmos todas as paixões, e assim também todos os vícios, veremos que ambos têm seu princípio no instinto de conservação. Tal instinto existe com toda sua força nos animais e nos seres primitivos que se aproximam mais à animalidade; aí ele domina sózinho, porque em tais seres ainda não há o contra-peso do senso moral; o ser ainda não nasceu na vida intelectual. Ao contrário, o instinto se enfraquece à medida que a inteligência se desenvolve, pois que a inteligência domina a matéria.

O destino do Espírito é a vida espiritual; porém, nas primeiras fases de sua existência corporal, apenas tem necessidades materiais a satisfazer, e com vistas a esta finalidade o exer-



cício das paixões é uma necessidade para a conservação da espécie e dos indivíduos, ‘materialmente falando’. Entretanto, saindo desse período, tem outras necessidades; a princípio, necessidades semimorais e semimateriais, e depois, exclusivamente morais. É então que o Espírito domina a matéria; se ele abafa o jugo da matéria, avança em sua estrada providencial, aproxima-se de seu destino final. Se, ao contrário, deixa dominar-se por ela, o Espírito se retarda, assemelhando-se ao bruto. Nesta situação, ‘o que outrora era um bem, porque era uma necessidade de sua natureza, torna-se um mal, não somente porque não é mais uma necessidade, mas porque tal se torna nocivo à espiritualização do ser’. De modo semelhante, o que é qualidade na criança torna-se defeito no adulto. Assim, o mal é relativo, e a responsabilidade é proporcional ao grau de progresso.

Logo, todas as paixões têm sua utilidade providencial; sem isso, Deus teria feito algo de inútil e de nocivo. É o abuso que constitui o mal, e o homem abusa em virtude de seu livre-arbítrio. Mais adiante, esclarecido por seu próprio interesse, ele escolhe livremente entre o bem e o mal.

## CAPÍTULO II

### LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE

#### I – JUSTIÇA E DIREITO NATURAL (Livro dos Espíritos, itens 873 a 879)

**Artigo 14** - O sentimento de justiça é natural; o progresso moral desenvolve esse sentimento, mas não o dá. Deus o pôs no coração do homem. As divergências no entendimento do justo e do injusto ocorrem quando se misturam paixões ao julgamento, alterando esse sentimento, como acontece com a maioria dos outros sentimentos naturais e fazendo ver as coisas sob um falso ponto de vista.

#### A lei humana e a lei natural

**Artigo 15** - A justiça consiste no respeito aos direitos de cada um. São determinados por duas coisas: a lei humana e a lei natural. Tendo os homens feito leis apropriadas aos seus costumes e ao seu caráter, elas estabeleceram direitos que podem variar com o progresso; portanto, nem sempre são conforme à justiça. Só regulam algumas relações sociais, enquanto na vida privada há uma infinidade de atos que são de competência exclusiva do tribunal da consciência.

#### Conceito de Justiça

**Artigo 16** - Fora do direito consagrado pela lei humana, a base da justiça fundada sobre a lei natural é encontrada nas palavras do Cristo: “*Querer para os outros o que quereis para vós mesmos*”. Deus pôs no coração do homem a regra de toda a verdadeira justiça, pelo desejo que tem cada um de ver os seus direitos respeitados. Na incerteza do que deve fazer para o semelhante, em dada circunstância, que o homem pergunte a si mesmo como desejaria que agissem com ele. Deus não lhe poderia dar um guia mais seguro que a sua própria consciência.

**Artigo 17** - A vida social dá direitos e impõe deveres recíprocos. A primeira obrigação particular é a de respeitar os direitos dos semelhantes; aquele que respeitar esses direitos será sempre justo.

**Parágrafo único.** Mas se cada um se atribui a si mesmo os direitos do semelhante, em que se transforma a subordinação aos superiores? Não será isso a anarquia de todos os poderes?

– Os direitos naturais são os mesmos para todos os homens, desde o menor até o maior. Deus não fez uns de limo mais puro que outros e todos são iguais perante ele. Esses direitos são eternos; os estabelecidos pelos homens perecem com as instituições. De resto, cada qual sente bem a sua força ou a sua fraqueza, e saberá ter sempre uma certa deferência para aquele que o merecer, por sua virtude e saber. É importante assinalar isto, para que os que se julgam superiores conheçam os seus deveres e possam merecer essas deferências. A subordinação não estará comprometida, quando a autoridade for conferida à sabedoria.

### **A verdadeira Justiça e o verdadeiro justo**

**Artigo 18** - Qual seria o caráter do homem que praticasse a justiça em toda a sua pureza?

– O do verdadeiro justo, a exemplo de Jesus; porque praticaria também o amor do próximo e a caridade, sem os quais não há a verdadeira justiça.

18.1 – “Cristianismo e Justiça (a venda nos olhos, a balança e a espada)”- Explicação de Vinícius (Pedro de Camargo) no livro “Em Torno do Mestre”, Edit. FEB, 4ª ed., 1979, pgs. 234/5:

Os símbolos valem pelo que representam. Falam através da linguagem muda das linhas, das formas e das alegorias.

Lucas, reportando-se às prédicas do Batista em sua missão de precursor de Jesus, cita a seguinte profecia de Isaías: “Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, Endireitai as suas veredas; Todo o vale será aterrado E todo o monte e outeiro será arrasado; Os caminhos tortos far-se-ão direitos E os escabrosos planos; E todo homem verá, então, a salvação de Deus.”

Essa profecia é uma bela imagem da Justiça, representada no panorama e na topografia das terras da Palestina. Os relevos, as depressões e demais anfractuosidades dos terrenos, figuram as iniquidades, as opressões e tiranias de que este mundo tem sido teatro.

O aterro dos vales, o arrasamento dos montes, os cortes e recortes nas sinuosidades dos carreiros, transformando tudo em planícies e explanadas, simboliza a obra da justiça reduzindo as anomalias sociais, obra essa que o Emissário divino, Jesus-Cristo, vinha realizar na Terra.

Os antigos costumavam representar a Justiça na figura de uma mulher com os olhos vendados, trazendo numa das mãos uma balança, e, na outra, uma espada.

A venda nos olhos significa a imparcialidade de que a Justiça se acha revestida: não faz exceção de pessoas, desconhece as individualidades. A balança, instrumento de pesagem

que registra todas as diferenças para mais ou para menos, cujo fiel oscila mediante a mais ligeira pressão exercida sobre quaisquer das conchas, simboliza a justeza com que age a Justiça, dando a cada um aquilo que de direito lhe pertence, registrando com admirável precisão todas as nuances e matizes do mérito ou do demérito individual. A espada, a seu turno, alegoriza a equidade perfeita com que a Justiça se porta. Sua lâmina, ao contrário da do punhal que rasga e dilacera impiedosamente sem jamais ceder ou vergar, é dúctil e maleável sem que, contudo, deixe de ser retilínea.

Tal é como se imaginava outrora a Justiça, a divina Têmis: imparcial como aquele que, de venda nos olhos, julga o fato sem atentar para a pessoa que o praticou. Exata e precisa como a balança cuja sensibilidade mecânica acusa as mais insignificantes diferenças para mais ou para menos. Flexível como a espada que assume curvaturas várias consoante exijam as necessidades do golpe que desfere, voltando, invariavelmente, à posição reta.

- Imparcialidade, flexibilidade e exação – eis os predicados inseparáveis da Justiça. A ausência de qualquer deles desvirtuará sua natureza. Se lhe faltar flexibilidade, será cruel. Se lhe faltar exação, será defectível e falha.

Só o vero Cristianismo nos oferece a expressão da Justiça indefectível, proclamando com o Evangelho: “A cada um será dado segundo suas obras”.

18.2 – “Justiça” – Explicação de Vinícius (Pedro de Camargo) no livro “Na Escola do Mestre”, Ed. FEESP, 3ª ed., 1978, pgs. 22-28:

#### **Justiça e Direito**

A Justiça, como o Direito, resulta dum imperativo da própria vida humana. O homem é gregário. Não podemos imaginá-lo isolado dos seus semelhantes. Para socializar os agrupamentos humanos, torna-se indispensável coordenar a ação individual, delimitando-lhe as expansões, de modo a evitar atritos e conflitos. É necessário criar uma força íntima que se oponha às volições pessoais, sempre que estas colidam com os legítimos interesses de terceiros. Essa força interior que nasce, cresce e viceja na consciência humana, orientando e dirigindo a nossa conduta, é o Direito, e sua aplicação, a Justiça.

Ela tende naturalmente a desenvolver-se, determinando e acelerando a marcha evolutiva do Espírito.

#### **Olho por Olho, Dente por Dente**

É assim que podemos descobrir o dealbar da Justiça naquela ordenança mosaica – dente por dente, olho por olho – assim como o sol que, rompendo as brumas duma noite caliginosa, desponta no horizonte com luz indecisa e frouxa, até que, pouco a pouco, vencendo as névoas, se ostenta com esplendor e majestade no Zênite.

Aquela legislação de Moisés foi inspirada num princípio de justiça, porque, regulando as faculdades de vingar, lhe delimitou os ímpetos, contendo-os nas proporções exatas do dano ou ofensa recebida.

Tanto isto é verdade, que até hoje, após milênios decorridos, ainda os homens, em geral, não se ajustaram rigorosamente ao “dente por dente”, excedendo-se em suas vinditas e revidas. Logo, o preceito mosaíta não é tão escandaloso como se imagina, pois representa, realmente, um prelúdio de justiça. De outra sorte, verificamos, com bastante amargura, como o nosso orbe ainda se acha retardado moralmente, apesar do seu grande surto de progresso material, visto como não chegou sequer a integrar-se no vetusto e rude dispositivo da legislação hebraica.

### **A idéia de Justiça palpita em todo o ser consciente**

A idéia de justiça palpita em todo o ser consciente. A criança, que recebe certo quinhão duma guloseima qualquer, de parceria com outras, compara logo a parte que lhe tocou com a dos demais, reclamando, sempre que se vê prejudicada. Dirão, talvez, que isso é manifestação do egoísmo, porquanto a criança que protesta é, invariavelmente a que recebeu menos, nunca a que foi mais bem aquinhoadada. Mas semelhante observação não invalida a nossa hipótese, porque é mesmo suportando iniquidades que chegamos a saber o que é a Justiça e o que ela representa na vida humana. Os doentes, por experiência, conhecem o valor da saúde. Os que se vêm constringidos e escravizados aprendem a amar a liberdade. É no infortúnio que colhemos os melhores ensinamentos. As lições que daí decorrem gravam-se indelevelmente em nosso Espírito. Foi o pleno conhecimento da psicologia humana que levou Jesus a dizer, no Sermão do Monte: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos”. Ora, quem tem fome e sede de justiça é aquele que, privado desse elemento, ficou, por isso mesmo, sabendo o que ele é e que papel representa. Convencido, então, de que a Justiça é tão necessária à vida do Espírito, como o alimento é necessário à vida do corpo, empenha-se em encontrá-la e acaba integrando-se nela.

### **O espírito de Justiça: “Não faças a outrem o que não queres que os outros te façam”**

Por isso vemos, no ato da criança, que reclama porção igual àquela distribuída às suas companheiras, vislumbres da luz da justiça a despontar na mente infantil. Quanto às que se calam, recebendo mais, assim procedem pelo poder do egoísmo, sendo este, aliás, o critério que vigora, não só entre as crianças, como na sociedade dos adultos. Daí a sentença evangélica: “Não faças a outrem o que não queres que os outros te façam”.

Esta máxima exprime bem o espírito de justiça. Assim como não queremos receber menos, também não devemos desejar receber mais; pois tanto há injustiça num, como noutro caso. A mesma falha que notamos na distribuição avantajada para outrem, persiste, quando somos nós os favorecidos.

Demais, cumpre considerar que não é propriamente na igualdade da distribuição que está a justiça, como querem os simplistas. A justiça se manifesta no: “dar a cada um o que é seu, o que lhe pertence, isto é, aquilo a que faz jus e tem direito”. “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”, ensina o divino intérprete da soberana justiça. Notemos bem que esse pedido se refere exclusivamente ao que é “nosso”, isto é, ao indispensável à nossa subsistência e manutenção. Nada do alheio, nada do supérfluo: somente o que é nosso, por força da ‘lei natural de conservação’.

A Justiça não se limita só a dar e distribuir, como pensam os comodistas. Ela quer também receber. Geralmente os que reclamam aquilo que julgam seu, esquecem-se de restituir o que não é seu.

A Justiça presta contas aos que lhe dão contas. Se não lhe damos conta de que temos, não nos assiste o direito de lhe pedir conta do que não temos.

### **A Escola do Direito e a Escola do Dever**

Justiça é luz: revela à consciência o que existe no coração. Aqueles que cerram os olhos às falhas e senões apontados pela consciência própria, não poderão ver o bem que tanto almejam.

A Justiça é a Lei Divina. Sendo esta, como é, perfeita, é por isso mesmo imparcial. A lei é urdida de deveres e direitos. Estes decorrem daqueles. Desfrutar direitos sem cumprir deveres é a velha utopia dos egoístas, donde tem resultado a confusão em que a humanidade vem se debatendo através dos séculos.

Os homens ergueram templos majestosos ao Direito. Jesus, do Alto, vendo que de balde eles se agitavam em torno de uma ideologia vã e vazia, veio à Terra e erigiu, no cume do Gólgota, um templo e um altar ao Dever, ensinando e exemplificando que o Direito nasce do Dever. Pretender implantar aquele sem este, é tão pueril, como esperar a germinação do grão que não foi semeado. Escola do Direito, desacompanhada da Escola do Dever, é a moderna torre de Babel, demandando as nuvens para alcançar o céu.

### **Suprema Justiça: Causas e Efeitos**

Costuma-se dizer que neste mundo não há justiça. Engano: aqui como além, em toda parte do infinito universal, a Suprema Justiça se cumpre em sua plenitude.

A lei se revela entre as causas e os efeitos que daquelas decorrem. Tudo, pois, que sucede neste plano, onde ora nos encontramos, é efeito de causas próximas ou remotas. Só com os olhos da razão podemos ver os esplendores da Justiça. Como, em geral, tudo aqui se julga perfuntoriamente, utilizando-se apenas dos sentidos, conclui-se que não há justiça na Terra. E assim discorrem os entendidos do século: Justiça é uma ficção, um ideal se quiserem, nada porém encerra de real e positivo. Vede o que se passa em torno de nós: aqui, um marido exemplar, suportando a esposa fútil, caprichosa, desamorável e perjura; ali, o reverso da medalha: uma esposa dócil, criteriosa e dedicada ao lar, sofrendo o convívio dum marido rude, desafeiçoado e libertino. Além, vemos pais solícitos, sacrificando-se por filhos ingratos e maus que os desdenham e menosprezam. Ao lado desse quadro pungente, deparamos com filhos meigos e respeitosos cujos progenitores, velhacos e viciados, descuram da sua educação e do seu futuro. Mais adiante, vê-se o rico astuto espoliando o pobre de boa fé; o industrial poderoso, no uso e gozo de favores e regalias iníquas, explorando os consumidores, concorrendo para o encarecimento da vida. Logo após, é o impostor triunfante, ao lado da probidade humilhada; é a virtude abatida e o vício entronizado; é o algoz impune e a vítima desamparada; é a saúde e o vigor banqueteados no tremedal do mundanismo e a enfermidade gemendo no leito de agonias lentas, intermináveis; é o gênio a fulgir como astro de primeira grandeza no azul do firmamento, e o imbecil confundindo-se com o pó das ruas por onde perambula; é o desperdício, o supérfluo, o luxo desmedido, o fausto arrogante e as pompas que deslumbram, junto da carestia, da

miséria, da fome e da nudez; é a beleza plástica, o aveludado de faces rosadas que lembram pétalas das mais delicadas flores, ao lado de criaturas repelentes cobertas de chagas e pústulas asquerosas, ou portadoras de aleijões que horrorizam. É, finalmente, a lágrima desconsolada junto ao riso impenitente, a dor e o prazer, um, ao pé do outro. Onde, pois, a Justiça?

Esse caos, onde tudo parece confuso e obscuro, é precisamente a expressão da indefectível justiça que se cumpre. É a expressão de uma esplêndida harmonia, surgindo de todas essas desconcertantes desafinações da grande orquestra da vida.

Não há vítimas no meio de todas essas aparentes anomalias. Os olhos do corpo vêm vítimas, quando os da alma não funcionam. Abertos estes, a mais perfeita justiça se revela à luz da nossa razão. Fechem-se os olhos da carne e abram-se os do Espírito: ver-se-á na vítima de hoje o algoz de ontem. O homem é o senhor do futuro, mas escravo do passado. Resgata-se no momento atual a dívida de outrora. Nós somos de ontem e o ignoramos, pois a nossa vida, na Terra, passa como uma sombra, disse Job. Os nossos sentidos observam a parte destacada do todo: eis a ilusão. A sabedoria do Espírito, ligando o passado ao presente, abrange o conjunto, a realidade, a vida no amálgama das múltiplas existências.

### **Somos os arquitetos do nosso destino**

O que nos acontece é precisamente o que deve acontecer, e o Universo inteiro não esmagará sem razão a mais pequenina formiga.

Somos os arquitetos do nosso destino. Trazemos conosco, perfeitamente encadeadas, as causas e os respectivos efeitos, que determinam tudo que nos acontece, tal como a semente encerra em seu âmago, oculto pelos tegumentos, os germes donde procede a árvore com seus ramos, folhas, flores e frutos.

O Espiritismo não acena com fantasia visando a fazer prosélitos. Mostra a verdade, tal como ela é, pois, como afirma Jesus, ‘só a verdade nos libertará’.

Aquilo que o homem semeia – disse Paulo – isso mesmo colherá. Com Deus não se faz conchavos, nem arranjos, nem negociações. Deus está na imutabilidade da lei. A Ele devemos gratidão, respeito e obediência. Não se anulam os efeitos das causas que criamos, nem podemos alterar o curso natural dos acontecimentos que conosco se relacionam. Devemos, sim, nos prepararmos para recebê-los, tirando das experiências do presente os elementos para formarmos um futuro melhor.

E, por ser assim, o inigualável Mestre nos aconselha: “Buscai em primeiro lugar o reino de Deus e a sua Justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo”. Isto quer dizer que devemos procurar conhecer a Justiça de Deus através da manifestação das suas leis, pois só assim decifraremos os ‘enigmas da vida e do destino, na parte que nos diz respeito’.

## **II – DIREITO DE PROPRIEDADE. ROUBO. (Idem, itens 880 a 885)**

**Artigo 19** - O primeiro de todos os direitos naturais do homem é o de viver. É por isso que ninguém tem o direito de atentar contra a vida do seme-

lhante ou fazer qualquer coisa que possa comprometer a sua existência corpórea.

**Artigo 20** - O direito de viver confere ao homem o direito de ajuntar o que necessita para viver e repousar, quando não mais puder trabalhar. Mas deve fazê-lo em família, como a abelha, através de um trabalho honesto, e não ajuntar como um egoísta. Alguns animais lhe dão o exemplo dessa previdência.

**Artigo 21** - Aquilo que o homem ajunta por um trabalho honesto é uma propriedade legítima, que ele tem o direito de defender. Porque a propriedade que é fruto do trabalho constitui um direito natural, tão sagrado como o de trabalhar e viver.

### **O desejo de posse e o egoísmo**

**Artigo 22** - O desejo de possuir é natural; mas quando o homem só deseja para si e para sua satisfação pessoal, é egoísmo. Há homens insaciáveis que acumulam sem proveito para ninguém ou apenas para satisfazer as suas paixões. Aquele que ajunta pelo seu trabalho com a intenção de auxiliar o seu semelhante, pratica a lei de amor e caridade e seu trabalho é abençoado por Deus.

### **A propriedade verdadeiramente legítima**

**Artigo 23** - A propriedade verdadeiramente legítima é a que foi adquirida sem prejuízo para os outros. A lei de amor e de justiça proíbe que se faça a outro o que não queremos que nos seja feito, e condena, por esse mesmo princípio, todo meio de adquirir que o contrarie.

### **Direito de propriedade e seu limite**

**Artigo 24** - O direito de propriedade é sem limites. Tudo o que é legitimamente adquirido é uma propriedade; mas a legislação humana é imperfeita e consagra freqüentemente direitos convencionais que a justiça natural reprova. É por isso que os homens reformam suas leis à medida que o progresso se realiza e que eles compreendem melhor a justiça. O que num século parece perfeito, no século seguinte se apresenta como bárbaro.

24.1 – “O Direito de Propriedade. Roubo”- Explicação de Rodolfo Caligaris no livro “As Leis Morais”, Edit. FEB, 3ª edição, 1983, R. Janeiro, pgs. 173-176:



A Doutrina Espírita nos ensina que o direito de viver é “o primeiro de todos os direitos do homem”, cabendo-lhe, subseqüentemente, também o de “acumular bens que lhe permitam repousar quando não mais possa trabalhar”.

Se todos os homens fossem previdentes e, ao invés de malgastar seus rendimentos no vício e no luxo, tratassem de formar um pecúlio com que assegurar a tranquilidade de sua velhice, a Sociedade não teria que arcar, como hoje acontece, com o pesado ônus da manutenção de tantas criaturas que chegam ao fim de seus dias na maior indigência, precisadas de teto, alimento, agasalho, remédio, etc.

O desejo de possuir, com o fim de resguardar-se das incertezas do futuro, não justifica, entretanto, os meios que certos homens soem empregar para conseguir bens de fortuna.

Propriedade legítima – di-lo o Espiritismo – só é aquela que foi conseguida por meio do ‘trabalho honesto, sem prejuízo de ninguém’.

Ora, se se pudesse investigar a origem de muitas fortunas acumuladas nas mãos de determinadas famílias, verificar-se-ia, com horror, que são frutos de roubos vergonhosos, traficâncias infames e crimes execráveis.

O tempo, porém, tudo santifica, de sorte que, após algumas gerações, tais haveres se transformam em “sagrado e inviolável patrimônio”, defendido com unhas e dentes pelos netos e bisnetos dos ladrões, traficantes e criminosos que o erigiram.

Não raro, essas fortunas se transferem, por herança, a pessoas que solicitaram, no plano espiritual, a oportunidade de voltar ao prosaetrio (teatro) da Terra para dar-lhes uma aplicação nobre, proporcionando, assim, uma reparação àqueles que inicialmente as adquiriram mal; reparação essa que, se efetuada, lhes suavizaria os remordimentos de consciência. Quase sempre, todavia, não resistem ao fascínio das riquezas e, longe de corresponderem ao que delas se esperava, deixam-se tomar pela cobiça, tratando de aumentar, egoisticamente, aquilo que receberam. Daí a afirmação do Mestre, de que “é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”(Mat. 19:24).

Neste mundo e no grau evolutivo em que nos encontramos, a aquisição e a defesa da propriedade individual devem e precisam ser consagradas, porque a ambição é, e tão cedo não deixará de sê-lo, um dos mais fortes sentimentos humanos, constituindo-se, mesmo, em mola propulsora do progresso. Pretender-se que, a curto prazo, o homem renuncie aos interesses pessoais em nome de um ideal igualitário, é desconhecer-lhe a natureza e esperar o impossível. Tanto assim que a União Soviética, onde essa prerrogativa democrática foi proscrita, começa a admitir ser isso um erro, um entrave ao seu desenvolvimento, dispondo-se a uma revisão do assunto, de modo a reinstaurar o direito de propriedade, por ser ele o mais poderoso estímulo à produtividade do indivíduo. (Nos dias de hoje, ano 2.004, tudo isso já está estabelecido na atual Rússia).

O que de melhor se deve fazer não é confiscar os haveres de quem quer que seja, mas aperfeiçoar nossas leis, criando condições para que aumente o número de proprietários, mediante uma participação mais eqüitativa da riqueza.

À medida que se adianta espiritualmente, o homem passa a compreender que, em última análise, ninguém é dono de nada, pois tudo pertence a Deus, sendo, todos nós, meros usufrutuários dos bens terrenos, já que eles não poderão seguir conosco, de forma alguma, além das fronteiras da morte. Por conseguinte, se a Providência no-los confia, por determinado período, não é para que os utilizemos em proveito exclusivamente familiar, mas para que aprendamos a movimentá-los em benefício de todos, dando-lhes uma função social.

Filhos que somos do Pai Celestial e, portanto, co-herdeiros do Universo, dia virá – se bem que assaz longínquo – quando, libertos, por merecimento, do ciclo de reencarnações em mundos grosseiros como o nosso, haveremos de tornar-nos puros espíritos, tendo por morada as suaves e maravilhosas esferas siderais.

Será, então, com imensa autopiedade que nos recordaremos desta fase de nossa evolução em que tão grande é o nosso apego a uns pedacinhos de chão lamacento e tão desesperada a nossa luta por uns papéizinhos coloridos, estampados na Casa da Moeda...

### III – CARIDADE E AMOR AO PRÓXIMO – COMPLEMENTO DA LEI DE JUSTIÇA - (Idem, itens 886 a 889)

**Artigo 25** - O verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus, é: “Benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições alheias, perdão das ofensas”.

**Parágrafo único.** O amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, porque amar ao próximo é fazer-lhe todo o bem possível, que desejaríamos que nos fosse feito. Tal é o sentido das palavras de Jesus: - *“Amai-vos uns aos outros, como irmãos”*.

A caridade, segundo Jesus, não se restringe à esmola, mas abrange todas as relações com os nossos semelhantes, quer se trate de nossos inferiores, iguais ou superiores. Ela nos manda ser indulgentes, porque temos necessidade de indulgência, e nos proíbe humilhar o infortúnio, ao contrário do que comumente se pratica. Se um rico nos procura, atendemo-lo com excesso de consideração e atenção, mas se é um pobre, parece que não nos devemos incomodar com ele. Quanto mais, entretanto, sua posição é lastimável, mais devemos temer aumentar-lhe a desgraça pela humilhação. O homem verdadeiramente bom procura elevar o inferior aos seus próprios olhos, diminuindo a distância entre ambos.

25.1 – “Caridade”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis, no livro “Estudos Espíritos” psicografado por Divaldo P. Franco, Edit. FEB, 3ª. edição, 1983, pgs. 121-126:

### Conceito

Caridade - virtude por excelência - constitui a mais alta expressão do sentimento humano, sobre cuja base as construções elevadas do Espírito encontram firmeza para desdobram atividades enobrecidas em prol de todas as criaturas.

**Caridade, esmola e filantropia: diferenças.** Vulgarmente confundida com a esmola – essa dádiva humilhante do que sobeja e representa inutilidade – a caridade excede, sob qualquer aspecto considerada, as doações externas com que supõe-se em tal atividade encerrá-la.

Sem dúvida, valioso é todo gesto de generosidade, quando consubstanciado em dádiva oportuna ao que padece tal ou qual aflição, lenindo nele as exulcerações físicas ou renovando-lhe o ânimo, com que o fortalece para as atividades redentoras.

Entretanto, a caridade que se restringe às oferendas transitórias, não poucas vezes pode ser confundida com filantropia, esse ato de amor fraterno e humano que identifica certos homens ao destinarem altas somas que se aplicam em obras de incontestável valor, financiando múltiplos setores da Ciência, da Arte, da Higiene, do Humanismo... Henry Ford, John Rockefeller e inúmeros outros homens de bem foram filantropos eméritos a cuja contribuição a Humanidade deve serviços de inapreciável qualidade, que se converteram em lenitivo para multidões, espalhando dadivosas oportunidades para países e povos de diversas regiões da Terra.

Vicente de Paulo, Damien de Veuster, João Bosco e tantos outros, todavia, se transformaram em apóstolos da caridade, pois que nada possuindo entre os valores transitórios do dinheiro ou do poder, ofertaram tesouros de amor e fecundaram, em milhões de vidas, o pólen da esperança, da saúde, da alegria de viver, lecionando exemplo rutilante com o qual convocaram multidões de Espíritos ao prosseguimento do seu ministério que nem a morte conseguiu interromper...

A caridade para ser praticada nada exige, e, no entanto, tudo oferece. Pode ser caridooso o homem que nada detém e é capaz de amar até ao sacrifício da própria vida. Enquanto que o filantropo se exalça, mediante o excedente de que salutarmente se utiliza, na preservação do bem, na edificação da beleza, na manutenção da saúde.

Para a legítima caridade é imprescindível a fé, sem o que não lobriga a transcendente finalidade. Sem embargo, para a aplicação filantrópica basta um arroubo momentâneo, uma motivação estimulante, uma explosão idealista.

A caridade é sobretudo cristã e esteve sempre presente em toda a vida de Jesus, seu insuperável divulgador e expoente, porque repassava todas as suas doações com o inefável amor, mesmo quando visitado pelo impositivo da energia.

A filantropia, não obstante o valioso atributo de que se reveste, independe da fé, não se caracteriza pelo sentimento cristão, é irreligiosa, brotando em qualquer indivíduo, mesmo entre déspotas ou estróinas, vaidosos ou usurpadores, o que significa já avançado passo de elevação moral.

Enquanto uma é humilde e se apaga, ocultando as mãos do socorro e reconhecendo não haver feito tudo quanto deveria, a outra pode medrar arbitrariamente, recebendo o prêmio

da gratidão e o aplauso popular, engalanada na recompensa da referência bajulatória ou imortalizada na estatuária e nos monumentos, igualmente transitórios...

Ideal, porém, seria o filantropo atingir a mais alta expressão do seu investimento, culminando na caridade que transforma o próprio doador, como alguns não lograram.

### **Desenvolvimento: O Apóstolo Paulo**

O apóstolo Paulo, o incomparável pregoeiro das verdades eternas, melhor do que ninguém, escrevendo aos Coríntios a sua Primeira Carta, nos versículos 1 a 7 e 13 do capítulo XIII, definiu a caridade na sua máxima significação: “Mesmo quando eu falasse todas as línguas dos homens e a língua dos próprios anjos, se eu não tiver caridade serei como o bronze que soa ou um címbalo que retine; - ainda quando tivesse o dom da profecia, que penetrasse todos os mistérios, e tivesse perfeita ciência de todas as coisas; ainda quando tivesse toda a fé possível, até ao ponto de transportar montanhas, se não tiver caridade, nada sou. – E, quando houvesse distribuído os meus bens para alimentar os pobres e houvesse entregado meu corpo para ser queimado, se não tivesse caridade, tudo isso de nada me serviria.

“A caridade é paciente; é branda e benfazeja; a caridade não é invejosa; não é temerária, nem precipitada; não se enche de orgulho; não é desdenhosa; não cuida de seus interesses; não se agasta, nem se azeda com coisa alguma; não suspeita mal; não se rejubila com a injustiça, mas se rejubila com a verdade; tudo suporta, tudo crê, tudo espera, tudo sofre.

“Agora, estas três virtudes: a Fé, a Esperança e a Caridade permanecem; mas, dentre elas, a mais excelente é a Caridade”.

E determinou com incomparável sabedoria, sob superior inspiração, alguns dentre os diversos Carismas, mediante cuja prática o cristão alcança plenitude de paz, na convulsão envolvente do caminho por onde evolui, no corpo somático: o de pregar e ensinar a verdade cristã – caridade do ensino; o dos auxílio a pobres e enfermos – caridade do socorro; o de curar – caridade para com a saúde...

### **Caridade e Espiritismo**

Escudando na caridade o recurso único, sem o qual o homem não consegue salvar-se, Allan Kardec penetrou as inesgotáveis fontes da Espiritualidade fazendo que a Doutrina Espírita tivesse como objetivo precípuo a salvação do Espírito, arrancando-o em definitivo da constrição das reencarnações inferiores, em cujos vaivéns se compromete para logo expungir e se desequilibrar para depois se reorganizar.

Através dos complexos meandros da Ciência Espírita o investigador consciente e devotado culmina na certeza indubitável da indestrutibilidade da vida e da imortalidade; mediante as demoradas lucubrações pelas trilhas variadas da Filosofia Espírita compreende a lógica irretorquível da vida, mesmo diante dos aparentes disparates e aberrações da Lei como em face das mil incógnitas dos destinos, defrontando a justiça equânime, imparcial para todos, a todos facultando os mesmos recursos de autoburilamento com a recuperação dos valiosos tesouros da harmonia interior; pelo inter-relacionamento com a Divindade de ‘Quem’ se aproxima e a ‘Quem’ se revincula, pela Religião com que se afervora acima das exterioridades e frui o bene-

fício da perfeita comunhão, com que se refaz e se capacita para a felicidade real, indestrutível e plena.

Embora estabelecendo a necessidade de o homem promover e praticar a caridade material, necessária e de subida significação, propugna o Espiritismo, também e especialmente, pela caridade moral, a que exige melhores condições ao Espírito, portanto, mais importante, quando conclama aquele que a pratica à própria elevação com que se sublima e edifica interiormente.

Na sua execução não se cansa, não se exaure, não reclama, não se considera, tudo dá, mais do que dá: dá-se!

Jesus, culminando o Seu ministério entre os homens da Terra, após as incontáveis doações pela estrada da compaixão e da misericórdia, com que a todos socorreu e leniu, doou-Se, deu a vida na cruz como sublime legado de amor, inapagável luz de Caridade que passou a clarear os milênios porvindouros a fora, desde aquele momento.

### **Fora da Caridade Não Há Salvação!**

“Meus filhos, na sentença: ‘Fora da Caridade Não Há Salvação’, estão encerrados os destinos dos homens, na Terra e no céu; na Terra, porque à sombra desse estandarte eles viverão em paz; no céu, porque os que a houverem praticado acharão graças diante do Senhor. Essa divisa é o facho celeste, a luminosa coluna que guia o homem no deserto da vida, encaminhando-o para a Terra da Promissão. Ela brilha no céu, como auréola santa, na fronte dos eleitos e, na Terra, se acha gravada no coração daqueles a quem Jesus dirá: Passai à direita, benditos de meu Pai. Reconhecê-los-eis pelo perfume de caridade que espalham em torno de si.” (O Evangelho Segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. XV, item 10).

25.2 – “Amor”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis no livro referido no item 25.1 acima, pgs. 157-161:

#### **Conceito - (Empédocles, Heráclito, Sócrates, Epicuro, Zenão, Plutarco....Jesus)**

Múltiplas, através dos tempos, hão sido as conceituações do amor. Variando desde as exaltações grandiloqüentes aos excelsos ideais da Humanidade, tem descido aos mais vis estímulos da sensualidade desgovernada e criminosa.

Inspirando guerras de religião, como devotamento a Deus, ou levantando Nações contra agressores infelizes, sua mensagem tem transitado das explosões bárbaras às culminâncias da santificação.

Para uns significa o alvo legítimo das nobres emoções do sentimento elevado; para outros é impulso grotesco da carne, em conúbio com a ambição desatrelada e a posse insaciada.

Empédocles, por exemplo, motivado pela vitalidade poderosa do amor, definiu-o como sendo a “força que preside à ordem do mundo”, incidindo, sem dúvida, no conceito de que a Divindade é amor, enquanto a Criação resulta de um ato de amor.

Já Heráclito, desapercibido da transcendência do amor, informava que o amor tem como estímulo os contrastes, sem mais significativas conseqüências.

Sócrates, na sua doutrina ‘Maiêutica’, distingüia-o pela feição divina – aquela que reúne todos e tudo – e pela expressão vulgar – como corrupção - aquela que abastarda os homens e os vence inexoravelmente.

A doutrina ‘hedonista’, de Epicuro, não conseguiu situá-lo além das exigências de natureza fisiológica e sensual, animalizando-o apenas.

Zenão tomou-o pelo ideal de beleza, que engendra a força estóica da libertação dos sentidos mais grosseiros, elevando o ser.

Plutarco descobriu-lhe as exteriorizações em forma de paixão arrastadora como de fervor enobrecido.

Os modernos pensadores das linhas ‘utilitaristas, os sensualistas e existencialistas’ reduzem-no ao apetite sexual, desconcertando o equilíbrio dos centros genésicos, e, estimulados pela idéia da ‘libido freudiana’, não fazem honesta distinção entre o fator eminentemente reprodutor no uso do sexo e a perversão do abuso, no prazer anestesiante das imposições glandulares.

Os santos, os heróis da abnegação, os apóstolos da Ciência, da Arte, do Humanismo e da Fé, no entanto, nele encontraram sempre o ‘élan’ de enobrecimento e a força superior que os sustentaram nas ingentes batalhas que empreenderam pela beleza, pela vida, pelo progresso, pelo engrandecimento dos homens.

Jesus exalçou-o à maior culminância, lecionando-o pela vivência e assim reformulando os ideais e os conceitos éticos até então vigentes, conclamando a que todos se amassem, mesmo em relação com os inimigos e verdugos, por serem exatamente esses os mais carecentes da força persuasiva e poderosa do amor. Com a dinâmica do amor, Ele revitalizou as esperanças humanas e inaugurou um reino ideal de paz e fraternidade, que, lentamente, vem dominando a Terra, fazendo desde agora antever-se a possibilidade de felizes e prósperos dias para todas as criaturas do futuro.

O amor, sem dúvida, é hálito divino fecundando a vida, pois que, sem o amor, a Criação não existiria. Nos vórtices centrais do Universo o amor tem caráter preponderante como força de atração, coesão e repulsão que mantém o equilíbrio geral.

### **Jesus e Amor**

Quantos O precederam na condição de Seus embaixadores, compreenderam-lhe o impositivo e alguns tentaram vivê-lo. Muitos que vieram depois, sob Sua inspiração, conseguiram exemplificá-lo. Foi, porém, Ele quem o atingiu na mais pura exteriorização, fazendo de todas as suas horas, palavras, pensamentos e ações, atos de amor.

Grassando a hediondez da brutalidade, a se traduzir pela violência da força e mediante a vilania da corrupção, Sua vida é uma resposta aos vencedores-vencidos em si mesmos, mantendo inalterada serenidade, com absoluto desinteresse pelas ilusões da transitoriedade física,

de tal modo característica e real que reformulou o código vigente e reestruturou o pensamento dos dias porvindouros.

Amou os não amados sem se preocupar com os perseguidores dos fracos, fracos que também são em si mesmos. Amou os vencidos sem rezear seus escravizadores, a seu turno escravos de outros senhores, que podem ser: paixões, posições ou engodos.

E, quando instalou o primado do amor na Terra, deixou-se crucificar para adubar o solo das almas com o seu sacrifício, como a dizer que no amor se encontram o princípio e o fim de tudo e de todas as criaturas.

“O amor é de essência divina e todos vós, do primeiro ao último, tendes, no fundo do coração, a centelha desse fogo sagrado. É fato, que já haveis podido comprovar muitas vezes: o homem, por mais abjeto, vil e criminoso que seja, vota a um ente ou a um objeto qualquer, viva e ardente afeição, à prova de tudo quanto tendesse a diminuí-la e que alcança, não raro, sublimes proporções.” (O Evangelho Segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. XI, item 9).

### **Perdão e Amor aos Inimigos!?**

**Artigo 26** - Jesus ensinou ainda: “*Amai aos vossos inimigos*”. Ora, um amor pelos nossos inimigos não é contrário às nossas tendências naturais, e a inimizade não provém de uma falta de simpatia entre os Espíritos?

- Sem dúvida não se pode ter, para com os inimigos, um amor terno e apaixonado. E não foi isso que ele quis dizer. Amar aos inimigos é perdoá-los e pagar-lhes o mal com o bem. É assim que nos tornamos superiores, pela vitória nos colocamos abaixo deles.

#### **26.1 – “Amai os vossos inimigos”- “Pagar o mal com o bem”- Trecho evangélico e comentário de Kardec em O Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XII, itens 1 a 4:**

“Tendes ouvido o que foi dito: Amarás ao teu próximo e aborrecerás ao teu inimigo. Mas eu vos digo: Amai os vossos inimigos, fazei bem ao que vos odeia, e orai pelos que vos perseguem e caluniam, para serdes filhos de vosso Pai, que está nos céus, o qual faz nascer o seu sol sobre bons e maus, e vir chuva sobre justos e injustos. Porque, se não amardes senão os que vos amam, que recompensa haveis de ter? Não fazem os publicanos também assim? E se saudardes somente aos vossos irmãos, que fazeis nisso de especial? Não fazem também assim os gentios? – Eu vos digo que, se a vossa justiça não for maior e mais perfeita que a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus” (Mateus, V: 20, 43-47).

Se o amor do próximo é o princípio da caridade, amar aos inimigos é a sua aplicação sublime, porque essa virtude constitui uma das maiores vitórias conquistadas sobre o egoísmo e o orgulho.

Não obstante, geralmente nos equivocamos quanto ao sentido da palavra ‘amor’, aplicada a esta circunstância. Jesus não entendia, ao dizer essas palavras, que se deve ter pelo ini-

migo a mesma ternura que se tem por um irmão ou por um amigo. A ternura pressupõe confiança. Ora, não se pode ter confiança naquele que se sabe que nos quer mal. Não se pode ter para com ele as efusões da amizade desde que se sabe que é capaz de abusar delas. Entre pessoas que desconfiam umas das outras, não pode haver os impulsos de simpatia existentes entre aqueles que comungam nos mesmos pensamentos. Não se pode, enfim, ter a mesma satisfação ao encontrar um inimigo, que se tem com um amigo.

‘Esse sentimento, por outro lado, resulta de uma lei física: a da assimilação e repulsão dos fluidos. O pensamento malévolos emite uma corrente fluídica que causa penosa impressão; o pensamento benévolo envolve-nos num eflúvio agradável. Daí a diferença de sensações que se experimenta, à aproximação de um inimigo ou de um amigo. Amar os inimigos não pode, pois, significar que não se deve fazer nenhuma diferença entre eles e os amigos. Este preceito parece difícil, e até mesmo impossível de praticar, porque falsamente supomos que ele prescreve darmos a uns e a outros o mesmo lugar no coração. Se a pobreza das línguas humanas nos obriga a usarmos a mesma palavra, para exprimir formas diversas de sentimentos, a razão deve fazer as diferenças necessárias, segundo os casos’.

Amar os inimigos não é, pois, ter por eles uma afeição que não é natural, uma vez que o contato de um inimigo faz bater o coração de maneira inteiramente diversa que o de um amigo. Mas é não lhes ter ódio, nem rancor, ou desejo de vingança. É perdoar-lhes ‘sem segunda intenção e incondicionalmente’, pelo mal que nos fizeram. É não opor nenhum obstáculo à reconciliação. É desejar-lhes o bem em vez do mal. É alegrar-nos em lugar de aborrecer-nos com o bem que os atinge. É estender-lhes a mão prestativa em caso de necessidade. É abster-nos, ‘por atos e palavras’, de tudo o que possa prejudicá-los. É, enfim, pagar-lhes em tudo o mal com o bem, ‘sem a intenção de humilhá-los’. Todo aquele que assim fizer, cumpre as condições do mandamento: ‘Amai os vossos inimigos’.

#### **Desejo de vingança: o ódio e o rancor rebaixam o homem**

Amar os inimigos é um absurdo para os incrédulos. Aquele para quem a vida presente é tudo, só vê no seu inimigo uma criatura pernicioso, a perturbar-lhe o sossego, e do qual somente a morte pode libertar. Daí, o desejo de vingança. Não há nenhum interesse em perdoar, a menos que seja para satisfazer o seu orgulho aos olhos do mundo. Perdoar, até mesmo lhe parece, em certos casos, uma fraqueza indigna da sua personalidade. Se não se vinga, pois, nem por isso deixa de guardar rancor e um secreto desejo de fazer o mal.

Para o crente, e mais ainda para o espírita, a maneira de ver é inteiramente diversa, porque ele dirige o seu olhar para o passado e o futuro, entre os quais a vida presente é um momento apenas. Sabe que, pela própria destinação da Terra, nela deve encontrar homens maus e perversos; que as maldades a que está exposto fazem parte das provas que deve sofrer. O ponto de vista em que se coloca torna-lhes as vicissitudes menos amargas, quer venham dos homens ou das coisas. ‘Se não se queixa das provas, não deve queixar-se também dos que lhe servem de instrumentos’. Se, em lugar de lamentar, agradece a Deus por experimentá-las, ‘deve também agradecer a mão que lhe oferece a ocasião de mostrar a sua paciência e a sua resignação’. Esse pensamento o dispõe naturalmente ao perdão. Ele sente, aliás, que quanto mais generoso for, mais se engrandece aos próprios olhos e mais longe se encontra do alcance dos dardos do seu inimigo.



O homem que ocupa no mundo uma posição elevada não se considera ofendido pelos insultos daquele que olha como seu inferior. Assim acontece com aquele que se eleva, no mundo moral, acima da humanidade material. Compreende que o ódio e o rancor o envileceriam e o rebaixariam; para ser superior ao seu adversário, pois, deve ter a alma mais nobre, maior e mais generosa.

### **Esmola**

**Artigo 27** – O homem reduzido a pedir esmolas se degrada moral e fisicamente: se embrutece. Numa sociedade baseada na lei de Deus e na justiça, deve-se prover a vida do fraco, sem humilhação para ele. Deve-se assegurar a existência dos que não podem trabalhar sem deixá-los à mercê do acaso e da boa vontade. O homem de bem, que compreende a caridade segundo Jesus, vai ao encontro do desgraçado sem esperar que ele lhe estenda a mão.

### **A Verdadeira Caridade**

**Artigo 28** – A verdadeira caridade é sempre boa e benevolente, tanto está no ato quanto na maneira de fazê-la. Um serviço prestado com delicadeza tem duplo valor; se o for com altivez, a necessidade pode fazê-lo aceito mas o coração mal será tocado. É necessário distinguir a esmola propriamente dita da beneficência. O mais necessitado nem sempre é o que pede; o temor da humilhação retém o verdadeiro pobre, que quase sempre sofre sem se queixar. É a esse que o homem verdadeiramente humano sabe assistir sem ostentação.

## **IV – AMOR MATERNAL E FILIAL (Itens 890 a 892)**

### **O Amor: Eis Toda a Lei!**

**Artigo 29** – O amor maternal é uma virtude e um sentimento instintivo, comum aos homens e aos animais. A Natureza deu à mãe o amor pelos filhos, no interesse de sua conservação; mas no animal esse amor é limitado às necessidades materiais; cessa quando os cuidados se tornam inúteis. No homem ele persiste por toda a vida e comporta um devotamento e uma abnegação que constituem virtudes; sobrevive mesmo à própria morte, acompanhando o filho além da tumba.

### **Mães que odeiam os filhos**

Há mães que odeiam os filhos e freqüentemente desde o nascimento: é às vezes uma prova escolhida pelo Espírito do filho ou uma expiação, se ele tiver sido um mau pai, mãe ruim ou mau filho em outra existência. Em todos esses casos a mãe ruim não pode ser animada senão pôr um mau Espírito, que

procura criar dificuldades ao do filho para que ele fracasse na prova desejada. Mas essa violação das leis naturais não ficará impune e o Espírito do filho será recompensado pelos obstáculos que tiver superado.

### **Filhos que causam desgostos aos pais**

Quando os pais têm filhos que lhes causam desgostos, não são escusáveis de não terem pôr eles a ternura que teriam em caso contrário, porque se trata de um encargo que lhes foi confiado e sua missão é a de fazer todos os esforços para os conduzir ao bem. Por outro lado, esses desgostos são quase sempre a conseqüência dos maus costumes que os pais deixaram os filhos seguirem desde o berço. Colhem, portanto, o que semearam.

Amai-vos uns aos outros, eis toda lei, divina lei pela qual Deus governa os mundos. O amor é a lei de atração para os seres vivos e organizados, e a atração é a lei de amor para a matéria inorgânica.

**Parágrafo único** – O Espírito, qualquer que seja o grau de adiantamento, sua situação como reencarnado ou na erraticidade, está sempre colocado entre um superior que o guia e aperfeiçoa e um inferior perante o qual tem deveres iguais a cumprir. Sede portanto caridosos, não somente dessa caridade que vos leva a tirar do bolso o óbolo que friamente atirais ao que ousa pedir-vos, mas ide ao encontro das misérias ocultas. Sede indulgentes para com os erros dos vossos semelhantes. Em lugar de desprezar a ignorância e o vício, instruí-os e moralizai-os. Sede afáveis e benevolentes para com todos os que vos são inferiores; sede-o mesmo para com os mais ínfimos seres da Criação, e tereis obedecido à lei de Deus.

29.1 – “Dever dos cônjuges entre si e para com os filhos”- Explicação do Espírito Emmanuel no livro “O Consolador”, editora FEB, 19ª edição, 1998, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 113-116, itens 188-191:

#### **Como devem proceder os cônjuges para bem cumprir seus deveres?**

O matrimônio muito freqüentemente, na Terra, constitui uma prova difícil, mas redentora. Os cônjuges, desvelados por bem cumprir suas obrigações divinas, devem observar o máximo de atenção, respeito e carinho mútuos, concentrando-se ambos no lar, sempre que haja um perigo ameaçando-lhes a felicidade doméstica, porque na prece e na vigilância espiritual encontrarão sempre as melhores defesas.

No lar, muitas vezes, quando um dos cônjuges se transvia, a tarefa é de lutas e lágrimas penosas; porém, no sacrifício, toda alma se santifica e se ilumina, transformando-se em modelo no sagrado instituto da família. Para alcançar a paciência e o heroísmo domésticos, faz-

se mister a mais entranhada fé em Deus, tomando-se como espelho divino a exemplificação de Jesus, no seu apostolado de abnegação e de dor, à face da Terra.

**Que deve fazer a mãe terrestre para cumprir evangelicamente os seus deveres, conduzindo os filhos para o bem e para a verdade?**

No ambiente doméstico, o coração maternal deve ser o expoente divino de toda a compreensão espiritual e de todos os sacrifícios pela paz da família. Dentro dessa esfera de trabalho, na mais santificada tarefa de renúncia pessoal, a mulher cristã acende a verdadeira luz para o caminho dos filhos através da vida.

A missão materna resume-se em dar sempre o amor de Deus, o Pai de Infinita Bondade, que pôs no coração das mães a sagrada essência da vida. Nos labores do mundo, existem aquelas que se deixam levar pelo egoísmo do ambiente particularista; contudo, é preciso acordar a tempo, de modo a não viciar a fonte da ternura.

A mãe terrestre deve compreender, antes de tudo, que seus filhos, primeiramente, são filhos de Deus. Desde a infância, deve prepará-los para o trabalho e para a luta que os esperam. Desde os primeiros anos, deve ensinar a criança a fugir do abismo da liberdade, controlando-lhe as atitudes e concertando-lhe as posições mentais, pois que essa é a ocasião mais propícia à edificação das bases de uma vida.

Deve sentir os filhos de outras mães como se fossem os seus próprios, sem guardar, de modo algum, a falsa compreensão de que os seus são melhores e mais altamente aquinhoados que os das outras.

Ensinará a tolerância mais pura, mas não desdenhará a energia quando seja necessária no processo da educação, reconhecida a heterogeneidade das tendências e a diversidade dos temperamentos. Sacrificar-se-á de todos os modos ao seu alcance, sem quebrar o padrão de grandeza espiritual da sua tarefa, pela paz dos filhos, ensinando-lhes que toda dor é respeitável, que todo trabalho edificante é divino, e que todo desperdício é falta grave.

Ensinar-lhes-á o respeito pelo infortúnio alheio, para que sejam igualmente amparados no mundo, na hora de amargura que os espera, comum a todos os Espíritos encarnados. Nos problemas da dor e do trabalho, da provação e da experiência, não deve dar razão a qualquer queixa dos filhos, sem exame desapassionado e metucioso das questões, levantando-lhes os sentimentos para Deus, sem permitir que estacionem na futilidade ou nos prejuízos morais das situações transitórias do mundo.

Será ela no lar o bom conselho sem parcialidade, o estímulo do trabalho e a fonte de harmonia para todos. Buscará na piedosa Mãe de Jesus o símbolo das virtudes cristãs, transmitindo aos que a cercam os dons sublimes da humildade e da perseverança, sem qualquer preocupação pelas gloriolas efêmeras da vida material.

Cumprindo esse programa de esforço evangélico, na hipótese de fracassarem todas as suas dedicações e renúncias, compete às mães incompreendidas entregar o fruto de seus labores a Deus, prescindindo de qualquer julgamento do mundo, pois que o Pai de Misericórdia saberá apreciar os seus sacrifícios e abençoará as suas penas, no instituto sagrado da vida familiar.

**Quando os filhos são rebeldes e incorrigíveis, impermeáveis a todos os processos educativos, como devem proceder os pais?**

Depois de movimentar todos os processos de amor e de energia no trabalho de orientação educativa dos filhos, é justo que os responsáveis pelo instituto familiar, sem descontinuidade da dedicação e do sacrifício, esperem a manifestação da Providência Divina para o esclarecimento dos filhos incorrigíveis, compreendendo que essa manifestação deve chegar através de dores e de provas acerbas, de modo a semear-lhes, com êxito, o campo da compreensão e do sentimento.

**Como poderão os pais despertar no íntimo do filho rebelde as noções sagradas do dever e das obrigações para com Deus Todo-Poderoso, de quem somos filhos?**

Depois de esgotar todos os recursos a bem dos filhos e depois da prática sincera de todos os processos amorosos e enérgicos pela sua formação espiritual, sem êxito algum, é preciso que os pais estimem nesses filhos adultos, que não lhes apreenderam a palavra e a exemplificação, os irmãos indiferentes ou endurecidos de sua alma, comparsas do passado delituoso, que é necessário entregar a Deus, de modo que sejam naturalmente trabalhados pelos processos tristes e violentos da educação do mundo.

Eis a razão pela qual, em certas circunstâncias da vida, faz-se mister que os pais estejam revestidos de suprema resignação, reconhecendo no sofrimento que persegue os filhos a manifestação de uma bondade superior, cujo buril oculto, constituído por sofrimentos, remodela e aperfeiçoa com vistas ao futuro espiritual.

29.2 – “As Mães”- Explanação de Dora Incontri em seu livro “A Educação Segundo o Espiritismo”, Edições FEESP, S.Paulo, 1<sup>a</sup>. edição, 1997, págs. 85-88:

Desde que o mundo é mundo, o coração da mulher tem contribuído para o progresso da humanidade. Mas pelo predomínio dos homens, na História da civilização, a figura feminina nem sempre recebeu as homenagens e o reconhecimento devidos. Não dizemos com isso que a missão paterna não seja importante e que a mãe deva ocupar o lugar predominante na Educação dos filhos. A partilha das responsabilidades deve orientar a função educativa na família. Nem afirmamos que todas as mães sejam modelos de maternidade e solicitude, pois o fracasso nessa função é muito comum e evidente em nosso planeta deficitário. Mas o fato de que até recentemente na História os homens exerceram um poder tirânico sobre a mulher, vedando-lhe a participação no mundo externo, fez com que a maioria dos homens se desviassem muito mais em erros e quedas do que os Espíritos que têm reencarnado predominantemente no sexo feminino. É verdade que a mulher pode muitas vezes dominar pela perfídia, pela intriga, pela sensualidade e então se torna pior do que o homem.

Outrossim, sabemos, pela Doutrina Espírita, que podemos e devemos reencarnar ora como homem, ora como mulher, para desenvolvermos nosso Espírito de maneira integral, amealhando experiências de ambos os sexos. É uma lei da vida. Mas também observamos que os Espíritos em nosso estágio de evolução costumam reencarnar longamente num mesmo sexo, possivelmente para repetir experiências e fixar determinados traços psicológicos, que numa só existência não seria possível adquirir. Assim, vários casos em que se conhecem múltiplas en-

carneações de um Espírito, a predominância de um sexo é constante. Isso também pode representar uma certa repugnância da própria alma em voltar no sexo oposto – o que implica num preconceito, e os Espíritos ainda não esclarecidos têm preconceitos. Mas há também aqueles, que mudaram algumas vezes no decorrer dos últimos séculos. Importante acrescentar que essa mudança não resulta necessariamente em homossexualismo, que pode ter muitas outras causas. Se um Espírito muda de sexo e envereda por esse caminho é que não aceitou a mudança. Trata-se de uma forma de fixação voluntária na encarnação anterior, mas não uma conseqüência inevitável da troca de sexo.

Diante desses fatos, podemos dizer que muitas mulheres foram diversas vezes mulheres em nosso mundo e tendo vivido constantemente em situação pior que a dos homens, desenvolveram, muitas delas, uma capacidade de sublimação e renúncia, ausente na maioria dos caracteres predominantemente masculinos. Com isso, não estamos justificando a opressão. Muito pelo contrário, combatemos ardentemente toda forma de domínio. Mas é da Lei que os que mais sofrem, mais evoluem, e os que exercem um poder ilegítimo e violento, mais se endividam e se comprometem no mal. Existem Espíritos femininos extremamente endurecidos, mas são em menor escala do que Espíritos que foram homens.

Além desse fator histórico – o de que provavelmente a mulher em muitas ocasiões tenha se desenvolvido mais moralmente do que o homem, ainda temos de considerar a ligação especial que existe entre a mãe e o filho. Homem e mulher participam biológica e espiritualmente na concepção do corpo carnal, que deve servir de morada para o Espírito que volta à Terra. Mas a mulher o carrega no ventre, e ao fazer isso não abriga somente o corpo físico em desenvolvimento. Durante a gravidez, como que está em simbiose fluídica e mental, com a alma reencarnante. No processo de reencarnação, o Espírito que volta, de certa forma, entra no ventre da mãe, pois adormece junto ao embrião. Ao nascer, não é apenas seu corpo físico que vem à luz, mas seu Espírito, já encarnado no novo corpo.

Por causa dessa comunhão íntima de corpo e espírito, entre mãe e filho, estabelece-se um vínculo natural e forte, que ultrapassa todos os outros tipos de ligação afetiva e biológica na espécie humana. Nessa base natural, pode se erguer um amor ilimitado e salvador. Nas mulheres de sentimentos ainda inferiores, esse amor é feroz e possessivo, desequilibrado e rude. Num Espírito endurecido, o impulso maternal pode até ser negado. Mas quanto mais o Espírito evolui, mais depura o amor materno e quando atinge o seu grau mais sublime, esse amor pode de fato redimir. E no seu plano mais alto, o amor maternal não é dirigido exclusivamente aos Espíritos que já foram filhos de certa alma. Ela o estende a toda a humanidade.

A mulher, quando exercita a maternidade, está realizando o poder criador, o poder da vida, que é herança de Deus. Se ela puder elevar seu sentimento à altura desse dom, seu poder de regeneração é muito grande. Por isso, todo Espírito deverá também renascer mulher, pois essa é uma experiência e uma aprendizagem que não pode ser feita num corpo masculino, pelo menos em nosso planeta – não sabemos como se dá em outros mundos.

Da maioria das mães nada sabemos, pois passaram no mundo colaborando em silêncio na obra divina, mas temos notícias das mães de alguns homens que, por sua vez, exerceram missões importantes para a humanidade. Teriam cumprido plenamente seu papel, se não tivessem encontrado o apoio materno?

Sócrates, o maior filósofo de todos os tempos e precursor do Cristianismo, dizia ter aprendido com sua mãe o ofício de parteiro. Só que sua mãe era parteira literalmente e ele praticava um parto espiritual: ajudava as pessoas a conceberem idéias mais justas a respeito da vida.

Agostinho levou vida irregular e incerta, metido em várias doutrinas errôneas até que as preces e o empenho de sua mãe, Mônica, cristã convicta e exemplar, conseguiram convertê-lo definitivamente ao Cristianismo e conduzi-lo a uma vida mais pura. As passagens sobre a mãe, em seu célebre livro, *As Confissões*, são das mais lindas que já foram escritas pelo amor filial.

Francisco de Assis, Espírito delicado e cheio de luz, recebeu ao que parece o apoio de sua mãe, Picca, para lançar-se ao caminho da missão que o trouxe à Terra. Isso sem falar na cooperação de outro Espírito feminino em sua tarefa: Clara.

Pestalozzi, órfão de pai desde muito cedo, deveu sua Educação a duas mulheres corajosas, sua mãe e sua governanta, Babeli, que marcaram fortemente sua existência.

Também Kardec certamente tinha grande ligação com sua mãe: ela mesma o foi levar a Iverdon, para estudar com Pestalozzi, que se refere à Mme. Rivail em sua correspondência. Mais tarde, quando já entregue ao trabalho espírita, Kardec confessa em *Obras Póstumas*, que sonhava freqüentemente com a mãe lhe dando conselhos.

Padre Flanagan, o grande educador irlandês, que atuou nos Estados Unidos, dizia que a sua maior inspiração, em prática pedagógica, tinha sido a de sua própria mãe.

Gandhi, o Espírito mais evoluído do século XX, tinha estreito vínculo com a mãe, cuja ascendência moral – mesmo à distância – o ajudou muito, durante a sua estadia na Inglaterra, em contato com as tentações ocidentais.

Junto ao próprio Jesus, o Espírito mais sublime que já pisou no planeta, vemos a figura suave e iluminada de Maria. Teria ele, Espírito perfeito, encontrado condições vibratórias para se submeter ao sacrifício de vir habitar num corpo de carne, se não tivesse afinidade com a mãe, se ela não estivesse à sua altura? As intuições que Maria teve antes de seu nascimento, a oração que pronunciou em presença da prima Isabel e toda a preparação que antecedeu a vinda do Mestre, demonstram o quanto ela (ao lado de José) estava consciente do plano divino. Com o passar dos séculos, o vulto de Maria foi transcendendo a de simples coadjuvante na vida de Jesus, para alcançar o título de mãe da humanidade. Sua emanção espiritual regenera muitas almas, porque seu amor maternal toca as fibras dos Espíritos mais endurecidos que, em algum momento de sua vida, sempre tiveram uma mãe que os aconchegasse e cuja lembrança ilumina novamente seus corações. Para uma humanidade ainda tão infeliz e pecadora, um Espírito maternal dessa envergadura é um estímulo à recuperação de muitos, pelo atavismo que o homem guarda em relação aos cuidados maternos e pela amorosa influência vibratória, que a mãe de Jesus expande de si.

### **29.3 – “Piedade Filial”- Explicação de Kardec no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap. XIV, item 3:**

“Honrarás a teu pai e a tua mãe, para teres uma dilatada vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te há de dar. (Decálogo, Êxodo, XX: 12.)”

O mandamento: “Honra a teu pai e a tua mãe”, é uma consequência da lei geral da caridade e do amor ao próximo, porque não se pode amar ao próximo sem amar aos pais; mas o imperativo ‘honra’ implica um dever a mais para com eles: o da piedade filial. Deus quis demonstrar, assim, que ao amor é necessário juntar o respeito, a estima, a obediência e a condescendência, o que implica a obrigação de cumprir para com eles, de maneira ainda mais rigorosa, tudo o que a caridade determina em relação ao próximo. Esse dever se estende naturalmente às pessoas que se encontram no lugar dos pais, e cujo mérito é tanto maior, quanto o devotamento é para elas menos obrigatório. Deus pune sempre de maneira rigorosa toda violação desse mandamento.

Honrar ao pai e à mãe não é somente respeitá-los, mas também assisti-los nas suas necessidades; proporcionar-lhes o repouso na velhice; cercá-los de solicitude, como eles fizeram por nós na infância.

É sobretudo para com os pais sem recursos que se demonstra a verdadeira piedade filial. Satisfariam a esse mandamento os que julgam fazer muito, ao lhes darem o estritamente necessário, para que não morram de fome, enquanto eles mesmos de nada se privam? Relegando-os aos piores cômodos da casa, apenas para não deixá-los na rua, e reservando para si mesmos os melhores aposentos, os mais confortáveis? E ainda bem quando tudo isso não é feito de má vontade, sendo os pais obrigados a pagar o que lhes resta da vida com a carga dos serviços domésticos! É então justo que pais velhos e fracos tenham de servir a filhos jovens e fortes? A mãe lhes teria cobrado o leite, quando ainda estavam no berço? Teria, por acaso, contado as suas noites de vigília, quando eles ficavam doentes, os seus passos para proporcionar-lhes o cuidado necessário? Não, não é só o estritamente necessário que os filhos devem aos pais pobres, mas também, tanto quanto puderem, as pequenas alegrias do supérfluo, as amabilidades, os cuidados carinhosos, que são apenas os juros do que receberam, o pagamento de uma dívida sagrada. Essa, somente, é a piedade filial aceita por Deus.

Infeliz, portanto, aquele que se esquece da sua dívida para os que o sustentaram na infância, os que, com a vida material, lhe deram também a vida moral, e que freqüentemente se impuseram duras privações para lhe assegurar o bem-estar! Ai do ingrato, porque ele será punido pela ingratidão e pelo abandono; será ferido nas suas mais caras afeições, ‘às vezes desde a vida presente’, mas de maneira certa noutra existência, em que terá de sofrer o que fez os outros sofrerem!

Certos pais, é verdade, descuidam dos seus deveres, e não são para os filhos o que deviam ser. Mas é a Deus que compete puni-los, e não aos filhos. Não cabe a estes censurá-los, pois que talvez eles mesmos fizeram por merecê-los assim. Se a caridade estabelece como lei que devemos pagar o mal com o bem, ser indulgente para com as imperfeições alheias, não maldizer do próximo, esquecer e perdoar as ofensas, e amar até mesmo os inimigos, quanto essa obrigação se faz ainda maior, em relação aos pais! Os filhos devem, por isso mesmo, tomar como regra de conduta para com os pais os preceitos de Jesus referentes ao próximo, e lembrar que todo procedimento condenável em relação aos estranhos, mais condenável se torna para com os pais. Devem lembrar que aquilo que no primeiro caso seria apenas uma falta, pode tornar-se um crime no segundo, porque, neste, à falta de caridade junta-se a ingratidão.

## V – O AMOR, A EDUCAÇÃO MORAL E O MELHORAMENTO DO GLOBO

**Artigo 30** – Não há homens reduzidos à mendicância por sua própria culpa?

- Sem dúvida. Mas se uma boa educação moral lhes tivesse ensinado a lei de Deus, não teriam caído nos excessos que os levaram à perda. E é disso, sobretudo, que depende o melhoramento do globo.

**30.1 – “A Lei de Amor”- Explicações dos Espíritos Lázaro, Fénelon e Sansão no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap. XI, itens 8-10:**

O amor resume toda a Doutrina de Jesus, porque é o sentimento por excelência, e os sentimentos são os instintos elevados à altura do progresso realizado. No seu ponto de partida, o homem só tem instintos; mais avançado e corrompido, só tem sensações; mais instruído e purificado, tem sentimentos; e o amor é o requinte do sentimento. Não o amor no sentido vulgar do termo, mas esse sol interior, que reúne e condensa em seu foco ardente todas as aspirações e todas as revelações sobre-humanas. A lei do amor substitui a personalidade pela fusão dos seres e extingue as misérias sociais. Feliz daquele que, sobrelevando-se à Humanidade, ama com imenso amor os seus irmãos em sofrimento! Feliz aquele que ama, porque não conhece as angústias da alma, nem as do corpo! Seus pés são leves, e ele vive como transportado fora de si mesmo. Quando Jesus pronunciou essa palavra divina – amor – fez estremecerem os povos, e os mártires, ébrios de esperança, desceram ao circo.

### Amor e Reencarnação

O Espiritismo, por sua vez, vem pronunciar a segunda palavra do alfabeto divino. Ficai atentos, porque essa palavra levanta a lápide dos túmulos vazios, e a ‘reencarnação’, vencendo a morte, revela ao homem deslumbrado o seu patrimônio intelectual. Mas já não é mais aos suplícios que ela conduz, e sim à conquista do seu ser, elevado e transfigurado. O sangue resgatou o Espírito, e o Espírito deve agora resgatar o homem da matéria.

Diz-se que o homem, no seu início, tem apenas instintos. Aquele, pois, que os instintos dominam, está mais próximo do ponto de partida que do alvo. Para avançar em direção ao alvo, é necessário vencer ele os instintos a favor dos sentimentos, ou seja, aperfeiçoar estes, sufocando os germes latentes da matéria. Os instintos são a germinação e os embriões dos sentimentos. Trazem consigo o progresso, como a bolota oculta o carvalho. Os seres menos adiantados são os que, libertando-se lentamente de sua crisálida, permanecem subjugados pelos instintos.

O Espírito deve ser cultivado como um campo. Toda a riqueza futura depende do trabalho atual. E mais que aos bens terrenos, ele vos conduzirá à gloriosa elevação. Será então que, compreendendo a lei do amor, que une todos os seres, nela buscareis os suaves prazeres da alma, que são o prelúdio das alegrias celestes.



### O amor, o egoísmo e o aperfeiçoamento moral da raça humana

O amor é de essência divina. Desde o mais elevado até o mais humilde, todos vós possuís, no fundo do coração, a centelha desse fogo sagrado. É um fato que tendes podido constatar muitas vezes: o homem mais abjeto, o mais vil, o mais criminoso, tem por um ser ou um objeto qualquer uma afeição viva e ardente, à prova de todas as vicissitudes, atingindo freqüentemente alturas sublimes.

Diz-se por um ser ou um objeto qualquer, porque existem, entre vós, indivíduos que dispensam tesouros de amor, que lhes transbordam do coração, aos animais, às plantas, e até mesmo aos objetos materiais. Espécies de misantropos a se lamentarem da Humanidade em geral, resistem à tendência natural da alma, que busca em seu redor afeição e simpatia. Rebaixam a lei do amor à condição do instinto. Mas, façam o que quiserem, não conseguirão sufocar o germe vivaz que Deus depositou em seus corações, no ato da criação. Esse germe se desenvolve e cresce com a moralidade e a inteligência, e embora freqüentemente comprimido pelo egoísmo, é a fonte das santas e doces virtudes que constituem as afeições sinceras e duradouras, e que os ajudam a transpor a rota escarpada e árida da existência humana.

Há algumas pessoas a quem repugna a prova da ‘reencarnação’, pela idéia de que outros participarão das simpatias afetivas de que são ciosas. Pobres irmãos! O vosso afeto vos torna egoístas. Vosso amor se restringe a um círculo estreito de parentes ou de amigos, e todos os demais vos são indiferentes. Pois bem: para praticar a lei do amor, como Deus a quer, é necessário que chegueis a amar, pouco a pouco, e indistintamente, a todos os vossos irmãos. A tarefa é longa e difícil, mas será realizada. Deus o quer, e a lei do amor é o primeiro e o mais importante preceito da vossa nova Doutrina, porque é ela que deve um dia matar o egoísmo, sob qualquer aspecto em que se apresente, pois além do egoísmo pessoal, há ainda o egoísmo de família, de casta, de nacionalidade. Jesus disse: “Amai ao próximo como a vós mesmos”; ora, qual é o limite do próximo? Será a família, a seita, a nação? Não: é toda a Humanidade! Nos mundos superiores, é o amor recíproco que harmoniza e dirige os Espíritos adiantados que os habitam. E o vosso planeta, destinado a um progresso que se aproxima, para a sua transformação social, verá seus habitantes praticarem essa lei sublime, reflexo da própria Divindade.

Os efeitos da lei do amor são o aperfeiçoamento moral da raça humana e a felicidade durante a vida terrena. Os mais rebeldes e os mais viciosos deverão reformar-se quando presenciarem os benefícios produzidos pela prática deste princípio: “Não façais aos outros o que não quereis que os outros vos façam, mas fazei, pelo contrário, todo bem que puderdes.”

Não acrediteis na esterilidade e no endurecimento do coração humano, que cederá, mesmo de malgrado, ao verdadeiro amor. Este é um ímã a que ele não poderá resistir, e o seu contato vivifica e fecunda os germes dessa virtude, que estão latentes em vossos corações. A Terra, morada de exílio e de provas, será então purificada por esse fogo sagrado, e nela se praticarão a caridade, a humildade, a paciência, a abnegação, a resignação, o sacrifício, todas essas virtudes filhas do amor. Não vos canseis, pois, de escutar as palavras de João Evangelista. Sabeis que, quando a doença e a velhice interromperam o curso de suas pregações, ele repetia apenas estas doces palavras: “Meus filhinhos, amai-vos uns aos outros!”

Queridos irmãos, utilizai com proveito essas lições: sua prática é difícil, mas delas retira a alma imenso benefício. Crede-me, fazei o sublime esforço: “Amai-vos”, e vereis, muito

em breve, a Terra modificada tornar-se um novo Eliseu, em que as almas dos justos virão gozar o merecido repouso.

### **30.2 – “O Livro dos Espíritos e A Educação”- Explicação de José Herculano Pires no livro “Pedagogia Espírita”, Editora J. Herculano Pires, 2<sup>a</sup>. edição, Belo Horizonte, 1994, págs. 79-84:**

A primeira característica de ‘O Livro dos Espíritos’, nem sempre percebida, é a sua forma didática. Não fosse Kardec um pedagogo, habituado à disciplina pestalozziana, e os Espíritos do Senhor não teriam conseguido na Terra um tão puro reflexo dos seus pensamentos. Mas a didática de Kardec nessa obra não se limita à técnica de ensinar. É uma didática transcendente insuflada pelo espírito, que mais se aproxima da ‘Didática Magna’ de Comenius do que dos manuais técnicos dos nossos dias.

A Educação Espírita brota desse livro como água da fonte: espontânea e necessária. Logo na ‘Introdução’ temos um exemplo disso. Não se trata apenas de introdução à obra, mas à Doutrina Espírita. Ao invés de uma justificativa e uma explicação do livro, temos uma abertura para a compreensão de todo o seu conteúdo e até mesmo da posição do Espiritismo no vasto panorama da cultura terrena, abrangendo as áreas até então conflitivas do Conhecimento e estabelecendo entre elas as ligações indispensáveis. Sim, indispensáveis porque o conflito entre as áreas culturais era o maior obstáculo à compreensão global do homem que o Espiritismo trazia.

Ainda agora, em nossos dias, o Prof. Rhine assinalou a existência de várias concepções antropológicas conflitivas: a religiosa ou teológica, a científica ou materialista, a filosófica materialista ou espiritualista e assim por diante. (Ver O Novo Mundo da Mente, de Rhine). O que a Parapsicologia se propõe a fazer, mais de cem anos depois, Kardec já realizara com ‘O Livro dos Espíritos’. Se os cientistas não perceberam isso, os espíritas por todo o mundo se beneficiaram com a nova concepção ‘gestáltica’ e se incumbiram de propagá-la.

Bastaria isso para mostrar e provar que a didática de Kardec nessa obra transcendeu os limites puramente didáticos para atingir dimensões pedagógicas. Não poderíamos dizer que ‘O Livro dos Espíritos’ é um tratado de Pedagogia, pois o seu objetivo específico não é a Pedagogia. Mas é evidente que se trata de um verdadeiro manual de Educação, no mais amplo e elevado sentido do termo. Seu objetivo explícito é ensinar e educar. O ensino ressalta desde as primeiras linhas e se desenvolve até às últimas, sem solução de continuidade. Mas esse ensino não se limita à transmissão de dados técnicos de informações culturais objetivas. Pelo contrário, projeta-se além desses dados e leva o estudante ao campo pedagógico da formação moral e espiritual. Ao terminar a sua leitura o estudante atento e perspicaz adquiriu novos conhecimentos, mas conquistou principalmente uma nova concepção do homem, da vida e do Universo. E mais do que isso, realizou o desígnio da sua própria existência, que é a sintonia do seu ser com o Ser Supremo: Deus.

O Sr. Sanson, materialista, lendo esse livro volta ao espiritualismo e se reencontra com Deus. Os caminhos da fé lhe eram vedados pela barreira do ilogismo religioso, mas ‘O Livro dos Espíritos’ lhe demonstrou que entre os caminhos para Deus o da razão era o mais seguro. Este exemplo concreto e histórico, referido pelo próprio Kardec, mostra-nos a ligação das

áreas culturais. Sanson ilustra essa ligação, como tantos outros o fariam mais tarde, ao atingir a fé pela razão.

Podemos dizer que, na Educação, segundo a conhecida proposição de Kerchensteiner, a Didática é o campo da cultura objetiva e a Pedagogia, que abrange naturalmente aquela, é o campo da cultura subjetiva. Mais de cem anos antes de Kerchensteiner fazer essa proposição Kardec já a havia utilizado com êxito na elaboração de ‘O Livro dos Espíritos’. Pode-se alegar que essa não foi uma realização de Kardec, e sim dos Espíritos. Convém lembrar que a organização do livro, e até mesmo a sua feitura na produção do texto, através das perguntas que provocaram as respostas espirituais, estiveram a cargo de Kardec. Nessa prodigiosa elaboração os Espíritos contribuíram com a matéria-prima, mas Kardec foi o artesão paciente e lúcido, esclarecido e capaz.

A preocupação de Kardec com as palavras, por exemplo, revela o cuidado do professor terreno que tem de aplicar os termos com exatidão para se fazer compreender. Os Espíritos não se importavam com isso, como muitas vezes disseram ao mestre, pois o que lhes interessava era o pensamento e seu significado intrínseco, sua substância. Mas Kardec estava encarnado – era o homem no mundo – e por isso mesmo atento aos problemas do mundo. Vemos na Introdução como ele, logo de início procura e consegue definir com clareza os termos para que “a ambigüidade das palavras” não leve o leitor a confusões perigosas ou os possíveis exegetas a interpretações deturpadoras.

O ‘Resumo da Doutrina dos Espíritos’, que encontramos na Introdução, é outra prova do trabalho pessoal de Kardec e da maneira por que ele sabia colocar a Didática em função da Educação, entrosando-a na Pedagogia não só como instrumento de ensino, mas sobretudo como função pedagógica. A leitura atenta e meditada desse resumo seria suficiente para esclarecer um leitor realmente interessado no assunto e predispor-lo à renovação interior. Nesse sentido, podemos dizer que Kardec realizou o sonho de Pestalozzi: deu ao mundo uma forma viva de ensino que ao mesmo tempo informa e forma, instrui e moraliza. A dinâmica pedagógica de ‘O Livro dos Espíritos’ teria impedido o desvirtuamento da Educação através do pragmatismo educacional, se porventura os pedagogos do século XX o tivessem encarado com isenção de ânimo e os cientistas, na sua maioria, não se tivessem deixado embriagar pelas teorias materialistas.

### **A Ciência Espírita: A Revelação Divina e A Revelação Humana**

O ensino de ‘O Livro dos Espíritos’ se constitui da transmissão para os educandos dos novos dados sobre o homem, a vida, a Natureza e o Universo que a Ciência Espírita conseguiu obter através da pesquisa, da observação e da revelação. O problema da revelação, que levanta suspeitas e objeções na área científica propriamente dita, é explicado de maneira didática. Até Kardec a Revelação era divina e só divina, e se escrevia assim como fizemos, com inicial maiúscula. Dela se originava a Teologia, a Ciência de Deus... feita pelos homens. A partir de Kardec a situação é outra.

Descartes, inspirado pelo Espírito da Verdade já havia demonstrado no século XVII que à Ciência Divina proveniente da Revelação se opunham as ciências humanas provenientes da razão. Kardec foi além e demonstrou a existência de dois tipos de revelação: a divina e a humana. A Ciência Espírita se apresentava como produto da conjugação dessas duas formas. De um lado tínhamos a revelação divina feita pelos Espíritos, de outro a revelação humana fei-

ta pelos homens. Todo cientista capaz de descobrir novas leis naturais é um revelador, pois na verdade ‘revela’ uma realidade oculta. A Ciência Espírita fundia a revelação divina com a revelação humana. Os Espíritos revelavam no geral, os homens no particular.

Vamos a um exemplo concreto. Os Espíritos revelaram a Kardec que muitos Espíritos não sabiam que haviam morrido. Kardec estranhou e pôs em dúvida esse dado da revelação. Mas para esclarecer o problema entregou-se à pesquisa e esta lhe mostrou que os Espíritos tinham razão. Kardec poderia ter-se apoiado em pressupostos da tradição espiritualista, inclusive da tradição judaica a respeito, mas não procedeu assim porque o seu critério científico exigia a comprovação objetiva dos fatos. Quem quiser consultar a coleção da ‘Revista Espírita’ sobre esse assunto verá como Kardec conseguiu objetivar esse problema subjetivo com a questão do desprendimento do espírito durante o sono, com o problema da obsessão e também com o problema da existência do corpo espiritual (perispírito), e assim por diante.

A própria existência de Deus e a questão de sua imanência e transcendência, inacessíveis à Ciência, segundo a tese kantiana, Kardec submeteu à observação e à lógica. Depois dele o Prof. Ernesto Bozzano sugeriu a hipótese do Deus-Éter, mas Kardec não se prendera ao campo das leis físicas, recorrendo ao princípio de causa e efeito e firmando o princípio espírita de que: ‘todo efeito inteligente tem uma causa inteligente’.

A idéia de evolução se infiltrara na Ciência e na Filosofia desde o século XVIII. Kardec a recebeu dos Espíritos, mas também a submeteu à observação. No caso da evolução do homem submeteu-a ainda à pesquisa através da mediunidade e conseguiu demonstrar a sua realidade de maneira positiva.

Assim os dados da ‘nova ciência’, que Kardec chamou de ‘ciência do espírito’ ofereciam uma nova concepção do homem e do mundo que tinha de ser ensinada à Humanidade. A transmissão desses dados coube à didática de Kardec em ‘O Livro dos Espíritos’.

### **O novo homem: Espiritismo e Cristianismo**

Esse volume de informações novas que abriam novas perspectivas para o futuro humano, Kardec, o pedagogo e professor, submeteu naturalmente ao controle pedagógico da formação do novo homem. Surge aí, precisamente nesse ponto do processo espírita, a conexão necessária (entendendo-se a necessidade do mais rigoroso sentido lógico) do Espiritismo com o Cristianismo. Jesus também havia procedido assim. Oferecera aos homens novos dados sobre a sua natureza e sobre a natureza do Universo, provando através de demonstrações práticas a realidade do seu ensino: os fatos espíritas que constam dos Evangelhos, os fenômenos físicos por ele produzidos, os fenômenos de transfiguração e materializações ou aparições tangíveis (como no Monte Tabor e os ocorridos com ele mesmo após a morte).

Por outro lado, apoiando-se nesses dados, Jesus afirmara a necessidade de transformação do ‘homem velho em homem novo’ e aplicara a sua pedagogia nesse sentido. Kardec dava continuação a esse trabalho de Jesus e verificava que a moral evangélica preenchia todos os requisitos da nova formação do homem a partir do século XIX.

‘O Livro dos Espíritos’ é, pois, um manual de Educação Integral oferecido à Humanidade para a sua formação moral e espiritual na Escola da Terra.

**30.3 – “Cultura”- Questões respondidas pelo Espírito Emmanuel no livro “O Consolador”, Editora FEB, 19ª. edição, 1998, Psicografia de Francisco Cândido Xavier, pág. 119 e seguintes:**

**Razão**

**‘Como se observa, no plano espiritual, o patrimônio da cultura terrestre’?**

- Todas as expressões da cultura humana são apreciadas, na esfera invisível, como um repositório sagrado de esforços do homem planetário em seus labores contínuos e respeitáveis. Todavia, é preciso encarecer que, neste “outro lado” da vida, a vossa posição cultural é considerada como processo, não como fim, porquanto este reside na perfeita sabedoria, síntese gloriosa da alma que se edificou a si mesma, através de todas as oportunidades de trabalho e de estudo da existência material. Entre a cultura terrestre e a sabedoria do espírito há singular diferença, que é preciso considerar. A primeira se modifica todos os dias e varia de concepção nos indivíduos que se constituem seus expositores, dentro das mais evidentes características de instabilidade; a segunda, porém, é o conhecimento divino, puro e inalienável, que a alma vai armazenando no seu caminho, em marcha para a vida imortal.

**‘Pode o racionalismo garantir a linha de evolução da Terra’?**

- A razão humana é ainda muito frágil e não poderá dispensar a cooperação da fé que a ilumina, para a solução dos grandes e sagrados problemas da vida. Em virtude da separação de ambas, nas estradas da vida, é que observamos o homem terrestre no desfiladeiro terrível da miséria e da destruição. Pela insânia da razão, sem a luz divina da fé, a força faz as suas derradeiras tentativas para assenhorear-se de todas as conquistas do mundo. Falastes demasiadamente de razão e permaneceis na guerra de destruição, onde só perambulam miseráveis vencidos; revelastes as mais elevadas demonstrações de inteligência, mas mobilizais todo o conhecimento para o morticínio sem piedade; pregastes a paz, fabricando os canhões homicidas; pretendestes haver solucionado os problemas sociais, intensificando a construção das cadeias e dos prostíbulos. Este progresso é o da razão sem fé, onde os homens se perdem em luta inglória e sem fim.

**‘No quadro dos valores racionais, Ciência e Filosofia se integram mutuamente, objetivando as realizações do Espírito’?**

- Ambas se completam no campo das atividades do mundo, como dois grandes rios que, servindo a regiões diversas na esfera da produção indispensável à manutenção da vida, se reúnem em determinado ponto do caminho para desaguardem, juntos, no mesmo oceano, que é o da sabedoria.

**‘No problema da investigação, há limites para aplicação dos métodos racionalistas’?**

- Esses limites existem, não só para a aplicação, como também para a observação; limites esses que são condicionados pelas forças espirituais que presidem à evolução planetária, atendendo à conveniência e ao estado de progresso moral das criaturas. É por esse motivo que

os limites das aplicações e das análises chamadas positivas sempre acompanham e seguirão sempre o curso da evolução espiritual das entidades encarnadas na Terra.

**‘Como apreciar os racionalistas que se orgulham de suas realizações terrestres, nas quais pretendem encontrar valores finais e definitivos’?**

- Quase sempre, os que se orgulham de alguma coisa caem no egoísmo isolacionista que os separa do plano universal, mas, os que amam o seu esforço nas realizações alheias ou a continuidade sagrada das obras dos outros, na sua atividade própria, jamais conservam pretensões descabidas e nunca restringem sua esfera de evolução, porquanto as energias profundas da espiritualidade lhes santificam os esforços sinceros, conduzindo-os aos grandes feitos através dos elevados caminhos da inspiração.

**Intelectualismo**

**‘A alma humana poder-se-á elevar para Deus tão-somente com o progresso moral, sem os valores intelectivos’?**

- O sentimento e a sabedoria são as duas asas com que a alma se elevará para a perfeição infinita. No círculo acanhado do orbe terrestre, ambos são classificados como adiantamento moral e adiantamento intelectual, mas, como estamos examinando os valores propriamente do mundo, em particular, devemos reconhecer que ambos são imprescindíveis ao progresso, sendo justo, porém, considerar a superioridade do primeiro sobre o segundo, porquanto a parte intelectual sem a moral pode oferecer numerosas perspectivas de queda, na repetição das experiências, enquanto que o avanço moral jamais será excessivo, representando o núcleo mais importante das energias evolutivas.

**‘Podemos ter uma idéia da extensão de nossa capacidade intelectual’?**

- A capacidade intelectual do homem terrestre é excessivamente reduzida, em face dos elevados poderes da personalidade espiritual independente dos laços da matéria. Os elos da reencarnação fazem o papel de quebra-luz sobre todas as conquistas anteriores do Espírito reencarnado. Nessa sombra, reside o acervo de lembranças vagas, de vocações inatas, de numerosas experiências, de valores naturais e espontâneos, a que chamais sub-consciência.

O homem comum é uma representação parcial do homem transcendente, que será re-integrado nas suas aquisições do passado, depois de haver cumprido a prova ou a missão exigidas pelas suas condições morais, no mecanismo da justiça divina. Aliás, a incapacidade intelectual do homem físico tem sua origem na sua própria situação, caracterizada pela necessidade de provas amargas. O cérebro humano é um aparelho frágil e deficiente, onde o Espírito em queda tem de valorizar as suas realizações de trabalho.

Imaginal a caixa craniana, onde se acomodam células microscópicas, inteiramente preocupadas com a sua sede de oxigênio, sem dispensarem por um milésimo de segundo a corrente do sangue que as irriga, a fragilidade dos filamentos que as reúnem, cujas conexões são de cem milésimos de milímetro, e tereis assim uma idéia exata da pobreza da máquina pensante de que dispõe o sábio da Terra para as suas orgulhosas deduções, verificando que, por sua condição de Espírito caído na luta expiatória, tudo tende a demonstrar ao homem do mundo a sua

posição de humildade, de modo que, em todas as condições, possa ele cultivar os valores legítimos do sentimento.

**‘Como é considerada, no plano espiritual, a posição atual intelectual da Terra?’**

- Os valores intelectuais do planeta, nos tempos modernos, sofrem a humilhação de todas as forças corruptoras da decadência. A atual geração, que tantas vezes se entregou à jacância, atribuindo a si mesma as mais altas conquistas no terreno do raciocínio positivo, operou os mais vastos desequilíbrios das correntes evolutivas do orbe, com o seu injustificável divórcio do sentimento.

Nunca os círculos educativos da Terra possuíram tanta facilidade de amplificação, como agora, em face da evolução das artes gráficas; jamais o livro e o jornal foram tão largamente difundidos; entretanto, a imprensa, quase de modo geral, é órgão de escândalo para a comunidade e centro de interesse econômico para o ambiente particular, enquanto que poucos livros triunfam sem o bafejo da fortuna privada ou oficial, na hipótese de ventilarem os problemas elevados da vida.

**‘A decadência intelectual pode provocar o desequilíbrio do mundo?’**

- Sem dúvida. E é por essa razão que observamos na paisagem político-social da Terra as aberrações, os absurdos teóricos, os extremismos, operando a inversão de todos os valores. Excessivamente preocupados com as suas extravagâncias, os missionários da inteligência trocaram o seu labor junto ao espírito por um lugar de domínio, como os sacerdotes religiosos que permutaram a luz da fé pelas prebendas tangíveis da situação econômica. Semelhante situação operou naturalmente o mais alto desequilíbrio no organismo social do planeta, e, como prova real desse asserto, devemos recordar que a guerra de 1914-1918 custou aos povos mais intelectualizados do mundo mais de cem mil bilhões de francos, salientando-se que, com menos da centésima parte dessa importância, poderiam essas nações haver expulsado o fantasma da sífilis do cenário da Terra.

**‘Há uma tarefa especializada da inteligência no orbe terrestre?’**

- Assim como numerosos Espíritos recebem a provação da fortuna, do poder transitório e da autoridade, há os que recebem a incumbência sagrada, em lutas expiatórias ou em missões santificantes, de desenvolverem a boa tarefa da inteligência em proveito real da coletividade.

Todavia, assim como o dinheiro e a posição de realce são ambientes de luta, onde todo êxito espiritual se torna mais porfiado e difícil, o destaque intelectual, muitas vezes, obscurece no mundo a visão do Espírito encarnado, conduzindo-o à vaidade injustificável, onde as intenções mais puras ficam aniquiladas.

**‘O escritor de determinada obra será julgado pelos efeitos produzidos pelo seu labor intelectual na Terra?’**

- O livro é igualmente como a sementeira. O escritor correto, sincero e bem-intencionado é o lavrador previdente que alcançará a colheita abundante e a elevada retribuição das leis divinas à sua atividade. O literato fútil, amigo da insignificância e da vaidade, é bem

aquele trabalhador preguiçoso e nulo que “semeia ventos para colher tempestades”. E o homem de inteligência que vende a sua pena, a sua opinião e o seu pensamento, no mercado da calúnia, do interesse, da ambição e da maldade, é o agricultor criminoso que humilha as possibilidades generosas da Terra, que rouba os vizinhos, que não planta e não permite o desenvolvimento da semente alheia, cultivando espinhos e agravando responsabilidades pelas quais responderá um dia, quando houver despido a indumentária do mundo, para comparecer ante as verdades do Infinito.

**‘Os trabalhadores do Espiritismo devem buscar os intelectuais para a compreensão dos seus deveres espirituais’?**

- Os operários da doutrina devem estar sempre bem dispostos na oficina do esclarecimento, todas as vezes que procurados pelos que desejem cooperar sinceramente nos seus esforços. Mas provocar a atenção dos outros no intuito de regenerá-los, quando todos nós, mesmo os desencarnados, estamos em função de aperfeiçoamento e aprendizado, não parece muito justo, porque estamos ainda com um dever essencial, que é o da edificação de nós mesmos.

No labor da Doutrina, temos de convir que o Espiritismo é o Cristianismo redivivo pelo qual precisamos fornecer o testemunho da verdade e, dentro do nosso conceito de relatividade, todo o fundamento da verdade da Terra está em Jesus-Cristo.

A verdade triunfa por si, sem o concurso das frágeis possibilidades humanas. Alma alguma deverá procurá-la supondo-se elemento indispensável à sua vitória. Como seu órgão no planeta, o Espiritismo não necessita de determinados homens para consolar e instruir as criaturas, depreendendo-se que os próprios intelectuais do mundo é que devem buscar, espontaneamente, na fonte de conhecimentos doutrinários, o benefício de sua iluminação.

**30.4 – “Educação”- Explanação do Espírito Joanna de Ângelis no livro “Estudos Espíritos”, psicografado por Divaldo P. Franco, Editora FEB, 3ª. edição, 1983, págs. 169-173:**

**Conceito**

A educação é base para a vida em comunidade, por meio de legítimos processos de aprendizagem que fomentam as motivações de crescimento e evolução do indivíduo. Não apenas um preparo para a vida, mediante a transferência de conhecimentos pelos métodos da aprendizagem. Antes é um processo de desenvolvimento de experiências, no qual o educador e educando desdobram as aptidões inatas, aprimorando-as como recursos para a utilização consciente, nas múltiplas oportunidades da existência.

Objetivada como intercâmbio de aprendizagens, merece considerá-la nas matérias, nos métodos e fins, quando se restringe à instrução. Não somente a formar hábitos e desenvolver o intelecto deve dedicar-se a educação, mas, sobretudo, realizar um ‘continuum’ permanente, em que as experiências por não cessarem se fixam ou se reformulam, tendo em conta as necessidades da convivência em sociedade e da auto-realização do educando.

Os métodos na experiência educacional devem ser consentâneos às condições mentais e emocionais do aprendiz. Em vez de se lhe impingir, por meio do processo repetitivo, os co-



nhecimentos adquiridos, o educador há de motivá-lo às próprias descobertas, com ele crescendo, de modo que a sua contribuição não seja o resultado do “pronto e concluído”, processo que, segundo a experiência de alguns, “deu certo até aqui”.

Na aplicação dos métodos e escolha das matérias merece considerar as qualidades do educador, sejam de natureza intelectual ou emocional e psicológica, como de caráter afetivo ou sentimental.

Os fins, sem dúvida, estão além das linhas da escolaridade. Erguem-se como permanente etapa a culminar na razão do crescimento do indivíduo, sempre além, até transcender-se na realidade espiritual do porvir.

**‘As experiências de vidas pretéritas’.** A criança não é um “adulto miniaturizado”, nem uma “cera plástica”, facilmente moldável. Trata-se de um espírito em recomeço, momentaneamente em esquecimento das realizações positivas e negativas que traz das vidas pretéritas, empenhado na conquista da felicidade. Redescobrimo o mundo e se reidentificando, tende a repetir atitudes e atividades familiares em que se comprazia antes, ou através das quais sucumbiu.

Tendências, aptidões, percepções são lembranças evocadas inconscientemente, que renascem em forma de impressões atraentes, dominantes, assim como limitações, repulsas, frustrações, agressividade e psicoses constituem impositivos constritores ou restritivos – não poucas vezes dolorosos – de que se utilizam as Leis Divinas para corrigir e disciplinar o rebelde que, apesar da manifestação física em período infantil, é espírito relapso, mais de uma vez acumpliciado com o erro, a ele fortemente vinculado, em fracassos morais sucessivos.

Ao educador, além do currículo a que se deve submeter, são indispensáveis os conhecimentos da psicologia infantil, das leis da reencarnação, alta compreensão afetiva junto aos problemas naturais do ‘processus’ educativo e harmonia interior, valores esses capazes de auxiliar eficientemente a experiência educacional.

**‘Reencarnação’.** As leis da reencarnação quando conhecidas, penetradas necessariamente e aplicadas, conseguem elucidar os mais intrincados enigmas que defronta o educador no processo educativo, isto porque, sem elucidação bastante ampla, nem sempre exitosas, não redundado em fracasso as mais avançadas técnicas e modernas experiências.

**‘A Instrução e A Educação’.** A instrução é setor da educação, na qual os valores do intelecto encontram necessário cultivo. A educação, porém, abrange área muito grande, na quase totalidade da vida. No período de formação do homem é pedra fundamental, por isso que ao instituto da família compete a indeclinável tarefa, porquanto pela educação, e não pela instrução apenas, se dará a transformação do indivíduo e conseqüentemente da Humanidade.

**‘O Lar’.** No lar assentam-se os alicerces legítimos da educação, que se trasladam para a escola que tem a finalidade de continuar aquele mister, de par com a contribuição intelectual, as experiências sociais... O lar constrói o homem. A escola forma o cidadão.

## Desenvolvimento

**‘A Escola tradicional’.** A escola tradicional fundamentada no rigor da transmissão dos conhecimentos elaborava métodos repetitivos de imposição, mediante o desgoverno da força, sem abrir oportunidades ao aprendiz de formular as próprias experiências, mediante o redescobrimto da vida e do mundo.

O educador, utilizando-se da posição de semideus, fazia-se um simples repetidor das expressões culturais ancestrais, asfixiando as germinações dos interesses novos no educando e matando-as, como recalçando por imposição os sentimentos formosos e nobres, ao tempo em que assinalava irremediavelmente de forma negativa os que recomeçavam a vida física sob o abençoado impositivo da reencarnação. Expunha-se o conhecimento, impondo-o.

**‘A Escola Progressiva e o Materialismo’.** Com a escola progressiva, porém, surgiu mais ampla visão, em torno da problemática da educação, e o educando passou a merecer o necessário respeito, de modo a desdobrar possibilidades próprias, fomentando intercâmbios experienciais a benefício de mais valiosa aprendizagem. Não mais a fixidez tradicional, porém os métodos móveis da oportunidade criativa.

Atualizada através de experiências de liberdade exagerada – graças à técnica da própria liberdade -, vem pecando pela libertinagem que enseja, porquanto, em se fundamentando em filosofias materialistas, não percebe no educando um espírito em árdua luta de evolução, mas um corpo e uma mente novos a armazenarem num cérebro em formação e desenvolvimento a herança cultural do passado e as aquisições do presente, com hora marcada para o aniquilamento, após a transposição do portal do túmulo...

Nesse sentido, conturbadas e infelizes redundaram as tentativas mais modernas no campo educacional, produzindo larga e expressiva faixa de jovens desajustados, inquietos, indisciplinados, quais a multidão que ora desfila, com raras exceções, a um passo da alucinação e do suicídio.

**‘Liberdade e Responsabilidade’** – Inegavelmente, na educação a liberdade é primordial, porém com responsabilidade, a fim de que as conquistas se incorporem nos seus efeitos ao educando, que os ressarcirá quando negativos, como os fruirá em bem-estares quando positivos.

Nesse sentido, nem agressão nem abandono ao educando. Nem severidade exagerada nem negligência contumaz. Antes, técnicas de amor, através de convivência digna, assistência fraternal e programa de experiências vívidas, atuantes, em tarefas dinâmicas.

### **Espiritismo e Educação**

Doutrina eminentemente racional, o Espiritismo dispõe de vigorosos recursos para a edificação do templo da educação, porquanto penetra nas raízes da vida, jornadeando com o espírito através dos tempos, de modo a elucidar recalques, neuroses, distonias que repontam desde os primeiros dias da conjuntura carnal, a se fixarem no carro somático para complexas provas ou expiações.

Considerando os fatores preponderantes como os secundários que atuam e desorganizam os implementos físicos e psíquicos, equaciona como problemas obsessivos as conjunturas

em que padecem os trãsfulgas da responsabilidade, agora travestidos em roupagem nova, reen-cetando tarefas, repetindo experiências para a libertação.

A educação encontra no Espiritismo respostas precisas para melhor compreensão do educando e maior eficiência do educador no labor produtivo de ensinar a viver, oferecendo os instrumentos do conhecimento e da serenidade, da cultura e da experiência aos reiniciantes do sublime caminho redentor, através dos quais os tornam homens voltados para Deus, o bem e o próximo.

(...) A educação, convenientemente entendida, constitui a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres, como se conhece a de manejar as inteli-gências, conseguir-se-á corrigí-los, do mesmo modo que se aprumam plantas novas. Essa arte, porém, exige muito tato, muita experiência e profunda observação (...). (O Livro dos Espíritos, Allan Kardec, questão 917).

“Desde pequenina, a criança manifesta os instintos bons ou maus que traz da sua exis-tência anterior. A estudá-los devem os pais aplicar-se. Todos os males se originam do egoísmo e do orgulho (...)”. (O Evangelho Segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. XIV, item 9).

### **30.5 – “Educação Evangélica”- Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Emmanuel”, Editora FEB, 18ª. edição, 1997, Psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 177-182:**

Todas as reformas sociais, necessárias em vossos tempos de indecisão espiritual, têm de processar-se sobre a base do Evangelho.

Como? – podereis objetar-nos. Pela educação, replicaremos.

O plano pedagógico que implica esse grandioso problema tem de partir ainda do sim-ples para o complexo. Ele abrange atividades multiformes e imensas, mas não é impossível. Primeiramente, o trabalho de vulgarização deverá intensificar-se, lançando, através da palavra falada ou escrita do ensinamento, as diminutas raízes do futuro.

**‘O Resultado dos Erros Religiosos’**– Toda essa multiplicidade de opiniões no campo filosófico-doutrinário, que vedes no Cristianismo, tem sua razão de ser. As almas humanas se preparam para o bom caminho. A missão do Cristianismo na Terra não era a de mancomunar-se com as forças políticas que lhe desviassem a profunda significação espiritual para os ho-mens. O Cristo não teria vindo ao mundo para instituir castas sacerdotais e nem impor dogma-tismos absurdos. Sua ação dirigiu-se, justamente, para a necessidade de se remodelar a socie-dade humana, eliminando-se os preconceitos religiosos, constituindo isso a causa da sua cruz e do seu martírio, sem se desviar, contudo, do terreno das profecias que o anunciavam.

Todas essas atividades bélicas, todas as lutas antifraternas no seio dos povos irmãos, quase a totalidade dos absurdos, que complicam a vida do homem, vieram da escravização da consciência ao conglomerado de preceitos dogmáticos das Igrejas que se levantaram sobre a doutrina do Divino Mestre, contrariando as suas bases, digladiando-se mutuamente, condenan-do-se umas às outras em nome de Deus.

Aliado ao Estado, o Cristianismo deturpou-se, perdendo as suas características divinas.

**‘Fim de um Ciclo Evolutivo’** – Sabemos todos que a Humanidade terrena atinge, atualmente, as cumeadas de um dos mais importantes ciclos evolutivos. Nessas transformações, há sempre necessidade do pensamento religioso para manter-se a espiritualidade das criaturas em momentos tão críticos. À idéia cristã se encontrava afeto o trabalho de sustentar essa coesão dos sentimentos de confiança e de fé das criaturas humanas nos seus elevados destinos; todavia, encarcerada nas grades dos dogmas católico-romanos, a doutrina de Jesus não poderia, de modo algum, amparar o espírito humano nessas dolorosas transições.

Todas as exterioridades da Igreja deixam nas almas atuais, sedentas de progresso, um vazio muito amargo.

**‘Urge Reformar’** – Foi justamente quando o Positivismo alcançava o absurdo da negação, com Auguste Comte, e o Catolicismo tocava às extravagâncias da afirmativa, com Pio IX proclamando a infalibilidade papal, que o Céu deixou cair à Terra a revelação abençoada dos túmulos. O Consolador prometido pelo Mestre chegava no momento oportuno. Urge reformar, reconstruir, aproveitar o material ainda firme, para destruir os elementos apodrecidos na reorganização do edifício social. E é por isso que a nossa palavra bate insistentemente nas antigas teclas do Evangelho cristão, porquanto não existe outra fórmula que possa dirimir o conflito da vida atormentada dos homens. A atualidade requer a difusão dos seus divinos ensinamentos. Urge, sobretudo, a criação dos núcleos verdadeiramente evangélicos, de onde possa nascer a orientação cristã a ser mantida no lar, pela dedicação dos seus chefes. As escolas do lar são mais que precisas, em vossos tempos, para a formação do espírito que atravessará a noite de lutas que a vossa Terra está vivendo, em demanda da gloriosa luz do porvir.

**‘Necessidade da Educação Pura e Simples’** – Há necessidade de iniciar-se o esforço de regeneração em cada indivíduo, dentro do Evangelho, com a tarefa nem sempre amena da auto-educação. Evangelizando o indivíduo, evangeliza-se a família; regenerada esta, a sociedade estará a caminho de sua purificação, reabilitando-se simultaneamente a vida do mundo.

No capítulo da preparação da infância, não preconizamos a educação defeituosa de determinadas noções doutrinárias, mas facciosas, facilitando-se na alma infantil a eclosão de sectarismos prejudiciais e incentivando o espírito de separatividade, e não concordamos com a educação ministrada absolutamente nos moldes desse materialismo demolidor, que não vê no homem senão um complexo celular, onde as glândulas, com as suas secreções, criam uma personalidade fictícia e transitória. Não são os sucos e os hormônios, na sua mistura adequada nos laboratórios internos do organismo, que fazem a luz do espírito imortal. Ao contrário dessa visão audaciosa dos cientistas, são os fluidos, imponderáveis e invisíveis, atributos da individualidade que preexiste ao corpo e a ele sobrevive, que dirigem todos os fenômenos orgânicos que os utopistas da biologia tentam em vão solucionar, com a eliminação da influência espiritual. Todas as câmaras misteriosas desse admirável aparelho, que é o mecanismo orgânico do homem, estão repletas de uma luz invisível para os olhos mortais.

**‘Formação da Mentalidade Cristã’** – As atividades pedagógicas do presente e do futuro terão de se caracterizar pela sua feição evangélica e spiritista, se quiserem colaborar no grandioso edifício do progresso humano.

Os estudiosos do materialismo não sabem que todos os seus estudos se baseiam na transição e na morte. Todas as realidades da vida se conservam inapreensíveis às suas faculdades sensoriais. Suas análises objetivam somente a carne perecível. O corpo que estudam, a célula que examinam, o corpo químico submetido à sua crítica minuciosa, são acidentais e passageiros. Os materiais humanos postos sob os seus olhos pertencem ao domínio das transformações, através do suposto aniquilamento. Como poderá, pois, esse movimento de extravagância do espírito humano presidir à formação da mentalidade geral que o futuro requer, para a consecução dos seus projetos grandiosos de fraternidade e paz? A intelectualidade acadêmica está fechada no círculo da opinião dos catedráticos, como a idéia religiosa está presa no cárcere dos dogmas absurdos.

Os continuadores do Cristo, nos tempos modernos, terão de marchar contra esses gigantes, com a liberdade dos seus atos e das suas idéias.

Por enquanto, todo o nosso trabalho objetiva a formação da mentalidade cristã, por excelência, mentalidade purificada, livre dos preceitos e preconceitos que impedem a marcha da Humanidade. Formadas essas correntes de pensadores esclarecidos do Evangelho, entraremos, então, no ataque às obras. Os jornais educativos, as estações radiofônicas, os centros de estudo, os clubes do pensamento evangélico, as assembléias da palavra, o filme que ensina e moraliza, tudo à base do sentimento cristão, não constituem uma utopia dos nossos corações. Essas obras que hoje surgem, vacilantes e indecisas no seio da sociedade moderna, experimentando quase sempre um fracasso temporário, indicam que a mentalidade evangélica não se acha ainda edificada. A andaimaria, porém, aí está, esperando o momento final da grandiosa construção.

Toda a tarefa, no momento, é formar o espírito genuinamente cristão; terminado esse trabalho, os homens terão atingido o dia luminoso da paz universal e da concórdia de todos os corações.

## CAPÍTULO III

### LEI DO PROGRESSO

#### I – ESTADO NATURAL E LEI NATURAL (O Livro dos Espíritos, itens 776 a 778)

**Artigo 31** – O estado natural é o estado primitivo. A civilização é incompatível com o estado natural, enquanto que a *lei natural* contribui para o progresso da Humanidade.

**Parágrafo único** – O estado natural é a infância da Humanidade e o ponto de partida do seu desenvolvimento intelectual e moral. O homem, sendo perfectível e trazendo em si o germe de seu melhoramento, não foi destinado a viver perpetuamente no estado natural, como não foi destinado a viver perpetuamente na infância. O estado natural é transitório e o homem o deixa pelo progresso e civilização. A *lei natural*, pelo contrário, rege toda a condição humana e o homem se melhora na medida em que melhor compreenda e melhor pratica essa lei.

**31.1 – “Dois livros, duas teorias... um novo rumo...” – Explicação de Hebe Laghi de Souza no livro “Darwin e Kardec – Um Diálogo Possível”, Editora CEA, Campinas, 1ª. edição, 2002, págs. 15 e seguintes:**

Há pouco mais de um século, entre 1857 e 1859 a publicação de dois livros, um deles na França, ‘O Livro dos Espíritos’, escrito por Allan Kardec e o outro na Inglaterra, ‘A Origem das Espécies’, por Charles Darwin, foram os marcos de uma grande reviravolta na história intelectual e espiritual da humanidade.

O conteúdo que traziam foi capaz de não somente abalar toda a estrutura da mentalidade humana, mas, também, de mudar a compreensão do ser humano sobre si próprio e de seu lugar no universo.

Na época em que foram lançados, porém, não foram facilmente aceitos, além de criarem controvérsias e discussões nos meios científico e religioso, numa luta não pouco acirrada do materialismo contra o idealismo religioso; do pensamento científico, que apresentava uma nova versão para a origem do homem, e do kardecismo, que trazia uma nova idéia de Deus, do universo e do próprio homem.

Para podermos entender um pouco melhor todo o impacto que causaram na época, deixemo-nos transportar no tempo e tentemos participar, sutilmente, dos pensamentos e sentimentos que permeavam a mente de toda a sociedade em meados do século passado (XIX). Uma vez estando lá, vamos procurar sentir aquela atmosfera que preenchia os salões onde as pessoas mais nobres e bem posicionadas na vida, entre risos e vozes, recendendo a falsa mo-

déstia, discorriam sobre os mais variados assuntos, distribuindo largamente entre si as novidades mais recentes.

Era um povo que, na maioria, freqüentava os cultos religiosos, lia a Bíblia e, em suas críticas, rejeitava quaisquer sugestões que fossem contra a moral e a fé. Com isso, apesar de nem sempre as atitudes serem reflexos de um sentimento verdadeiro, as pessoas sentiam-se justificadas perante seu Deus, ainda que lhes importassem mais as opiniões alheias do que realmente as suas próprias, perante suas consciências.

(...) Embalados pela idéia de terem sido criados como seres especiais, com o mundo a seu dispor e uma alma cujo destino era alcançar o paraíso, sentiam-se na obrigação de ter como verdade somente os antigos textos sagrados, considerando qualquer fato, qualquer menção contrária ou, que pudesse pô-los em dúvida, como um artefato demoníaco. Firmavam-se mais no medo do que no verdadeiro amor a Deus e isso os impedia de abrirem os olhos e analisarem o mundo, a vida e o Grande Autor de tudo, de maneira diversa daquela na qual eram tão arraigados.

Foram dois livros e duas teorias que, independentemente do impacto causado, apontaram para um novo modo de olhar a vida e de entendê-la. Uma delas indicava o ser humano para mostrá-lo como animal, e tão-somente animal, descendente de animais; a outra o revelava como ser espiritual, não importando a origem material de seu corpo, não importando sua vestimenta animal.

### **Detonando o orgulho: a teoria darwinista**

Penso que vale a pena continuarmos mais um pouco no meio daquela sociedade tão ufana de sua origem especial, tão crente de ter sido criada à imagem e semelhança de Deus, para imaginar a expressão de espanto, de patético desespero, muitas vezes retratado na maioria dos livros que abordam o assunto com uma história contada como anedota: diz-se que uma *lady* inglesa, ao ser informada das teorias de Darwin, exclamou: “Descendentes de gorilas! Meu caro, espero que não seja verdade. Mas se for, rezemos para que isso não se torne público. Imaginem, gorilas, criaturas tão sujas, malcheirosas e lascivas não mereciam estar nem mesmo num zoológico!” E Darwin havia proposto um ancestral comum para os homens e gorilas, proposição que foi confundida com “os homens descendem dos gorilas”.

Dentro de todo o contexto que trazia a teoria de Darwin, nada mais fez que explodir, como poderosa bomba, toda a vaidade que reinava na época, detonando o orgulho, abrindo largas portas para conflitos, dúvidas e temores sem limites. Arrancava o ser humano do pedestal onde julgava estar, mostrando a vida como uma longa escalada a subir; uma escalada que provinha do mais ínfimo organismo para chegar ao Homem que, apesar de posicionado em um degrau superior, ainda deveria continuar progredindo.

Pior ainda para os líderes da Igreja, posto que se viram na contingência de uma desestruturação completa do que haviam professado e pregado. Perceberam-se em perigo quanto às bases de sua doutrina e, possuídos pelo temor, voltaram-se contra aquela inusitada teoria, com toda a hostilidade que conseguiram arrebatar. É, portanto, fácil de se imaginar quantos con-

tos, quantas opiniões contraditórias, quanta agressividade dominou o espírito daqueles religiosos.

**Tudo o que Darwin escrevera estava muito bem documentado: “O homem descendia de símios”.**

Darwin, porém, deixou que toda aquela hostilidade passasse ao largo. Tudo o que havia escrito havia sido muito bem documentado e, afinal, ele não poderia mudar a história.

O homem, como sua teoria demonstrava de forma clara e categórica, descendia de símios, independentemente de que isso pudesse jogar por terra toda a pretensão de uma divindade ou a esperança de um augusto destino rumo à eternidade. Ele estava consciente de que a aceitação desse pensamento implicava, automaticamente, a renegação de qualquer conexão com a existência divina. Entendia, da mesma forma, que o mais humilhante para as sociedades humanas era a afronta de considerar o ser humano um descendente de símio e, portanto, de nada mais representar que um macaco melhorado.

Apesar de respeitado pela sua posição social, podia sentir, no seio de toda aquela sociedade, os sentimentos de desagrado que afluíam do íntimo de cada pessoa; sabia que as suas idéias eram motivo de conversas em todos os lugares, em todos os salões por onde circulavam as pessoas mais ecléticas e nobres da época, nas igrejas ou nas ruas, nos encontros casuais de amigos.

**O preconceito contra a teoria darwinista continua nos dias de hoje**

Hoje, evidentemente, o panorama geral do pensamento humano diverge completamente. Contudo, o preconceito contra a teoria darwinista ainda continua nos estabelecimentos religiosos, especialmente de ensino, nos quais o programa das disciplinas biológicas deve excluir o da evolução orgânica. Nesses estabelecimentos, o ensino deve estar de acordo com os ensinamentos bíblicos; diante deles, nenhuma dúvida deve ser imposta.

Isto tudo, porém, não deve ser entendido como uma crítica, especialmente com relação à Bíblia, somente que ela possa ser mais bem apreciada sob a luz da razão, reavaliada diante dos conhecimentos modernos, procurando-se entender as tradições antigas como geradas pelo saber da época em que surgiram. Penso que é importante deixarmos, aqui, o pensamento de Herculano Pires, expresso na introdução que fez para ‘O Livro dos Espíritos’ de Allan Kardec (1975, p. 1): ‘A Bíblia é a codificação da primeira revelação cristã, o código hebraico em que se fundiram os princípios sagrados e as grandes lendas religiosas dos povos antigos. A grande síntese dos esforços da antigüidade em direção ao espírito. Não é de admirar que se apresente muitas vezes assustadora e contraditória, para o homem moderno. O Evangelho é a codificação da segunda revelação cristã, a que brilha no centro da tríade dessas revelações, tendo na figura do Cristo o sol que ilumina as duas outras, que lança a sua luz sobre o passado e o futuro, estabelecendo entre ambos a conexão necessária’.



Se nos escritos antigos encontra-se a predição da vinda do Messias, no Evangelho, Jesus prediz para o futuro a vinda do Espírito da Verdade.

### **A codificação espírita: um caminho providencial**

O impacto causado pelo livro de Charles Darwin foi bem mais rumoroso que o de Allan Kardec porque, não somente mostrava o homem como animal, como fazia mais do que isso, excluía completamente a existência de Deus.

O Espiritismo, muito embora tenha atingido também os princípios religiosos reinantes naquele momento e, da mesma forma, tenha abordado a evolução, um pouco mais ainda que a teoria de Darwin, apresentando todos os fatos desde a origem do universo, abria as portas para uma visão de Deus, apesar de bem diferenciada daquela que, até então, havia reinado no coração e no entendimento das pessoas; e indicava, além disso, um caminho inédito para alcançá-lo. Muitos se renderam a ele e dele se tornaram adeptos.

As religiões tradicionais, porém, o enfrentaram, assim como todos os que permaneceram fiéis a elas. Allan Kardec foi, portanto, também criticado, discutido e contestado.

Quanto à sociedade, havia a possibilidade de escolha, podia ou não aceitar a nova filosofia religiosa; para os que a ela aderiram foi possível entender que, não apenas nos indicava uma procedência evolutiva a partir dos símios, como descendentes deles, mas que em uma época de nossa vida fomos símios, cobrimo-nos com aquela vestimenta. Fomos gorilas, não apenas descendemos deles!

### **Somos seres espirituais**

Esse, para mim, é o aspecto mais importante da teoria espírita, ou seja, o de nos colocar como seres espirituais, apontando o caminho para a conquista da superioridade, para a construção de nós mesmos, por meio de um contínuo evoluir. Mostra-nos a tortuosa estrada pela qual temos passado, desde os elementos mais simples como os átomos, invertebrados, vírus e bactérias, vermes e insetos até aos vertebrados como peixes, répteis, mamíferos e, destes aos símios, dos quais descendemos. Na frente não ostentamos, em nossa origem, o timbre da realeza, nem nos foi dado um paraíso celestial do qual acabamos por expulsos pela nossa imperfeição.

A Sabedoria Divina nos criou simples e ignorantes, mas dispôs nosso futuro de forma que pudéssemos alcançar o lugar que desfrutamos, como seres humanos, trazendo impresso na alma os primórdios dos conhecimentos instintivos sobre nós mesmos, sobre o amor, sobre o altruísmo e o respeito à vida de um modo geral.

O kardecismo apresenta, pois, o espírito humano como produto decorrente de um longo processo evolutivo a partir do princípio inteligente até a alma humana. Durante o decorrer desse processo, imprimimos em nosso íntimo o conhecimento de nós próprios e do universo, de Deus Criador e de sua natureza eterna, sábia e cheia de amor.

### **31.2 – “Relação entre ‘Origens das Espécies’ (1859) e ‘A Gênese’ (1868)”- Explicação de Dulcídio Dibo no livro “Civilização do Espírito –**

**Megatendência no Século XXI”, Volume 1, Editora Lúmen, 1ª. edição, S.Paulo, 1992, pág. 106:**

Afirma-se que o Conhecimento humano, quer dizer, o filosófico e o científico baseia-se na idéia de Evolução. Tudo ocorre na Natureza e na Sociedade em função da Evolução para o homem atual; daí a renovação e condição fundamental para o progresso contínuo. Admitimos ser a Lei básica do Universo. “Tanto a matéria quanto os seres mudaram ao longo do tempo; vegetais e animais surgiram, viveram e se transformaram e se extinguíram, em movimento crescente de complexibilidade e adiantamento. A Evolução é um atributo superior do Ser” (conforme Carlos T. Rizzini, “Fronteiras do Espiritismo Ciência”, LAKE, 165 págs.). É importante observar a coincidência do lançamento da Doutrina Espírita por Allan Kardec, em 1857 (O Livro dos Espíritos) e a teoria da Evolução de Charles Darwin, em 1859. A noção é fundamental para a Doutrina Espírita porque é princípio central da Lei de Deus e, portanto, o Espírito precisa progredir sempre. Em 1859, Charles Darwin prevê, formalmente, o aperfeiçoamento dos seres vivos, mediante seleção natural, em seu livro “A Origem das Espécies”. Em 1868, em “A Gênese”, Allan Kardec admite as primeiras noções da evolução orgânica, referente ao corpo animal e humano e do espírito humano, afirmando: “Por pouco se observa a escala dos seres vivos, do ponto de vista do organismo, é-se forçado a reconhecer que, desde o líquen até à árvore e desde o zoófito até o homem, há uma cadeia que se eleva gradativamente, sem solução de continuidade e cujos anéis têm um ponto de contato com o anel precedente. Acompanhando-se passo a passo a série dos seres, dir-se-ia que cada espécie é um aperfeiçoamento, uma transformação da espécie imediatamente inferior”. E, conclui Allan Kardec, in “A Gênese”: “que tem o homem que se resignar a não ver em seu corpo material mais do que o último anel da animalidade na Terra”.

**31.3 – “Conforme André Luiz – Semeando a Teoria (da Evolução)”- o mesmo autor Dulcídio Dibo, na mesma obra, às págs. 125 e 126:**

Uma das mais notáveis obras sobre Evolução foi aquela psicografada por Francisco Cândido Xavier e Waldo Vieira, ditada pelo espírito André Luiz, intitulado “Evolução em Dois Mundos”, FEB, 219 págs. Diz Emmanuel no prefácio: “Desde tempos remotos, a Humanidade reconheceu-lhe a existência (do perispírito) como organismo sutil ou mediador plástico, entre o espírito e o corpo carnal. No Egito era o “ka” para os sacerdotes; na Grécia era o “eidolon” na evocação das sibilas. Ontem, Paracelso designava-o como sendo o “corpo sidéreo”. Escrevendo acerca do corpo espiritual, que Allan Kardec denominou “o perispírito”, André Luiz não se propõe traçar estudo mais profundo, porém, busca apenas acordar em nós outros a noção de imortalidade, principalmente destacando-o qual forma da própria criatura humana, presidindo o dinamismo do casulo celular em que o Espírito – viajor da Eternidade – se demora por algum tempo na face da Terra em trabalho evolutivo, quando não seja no duro labor da própria regeneração. (...) O Apóstolo Paulo, no versículo 44, do capítulo 15 de sua primeira epístola aos Coríntios, asseverou, convincente: “Semeia-se corpo animal, ressuscitará corpo espiritual. Se há corpo animal, há também corpo espiritual como veículos da mente em sua peregrinação ascensional para Deus.”

Recompomos com André Luiz, in “Evolução em Dois Mundos”, FEB, cap. 3: “Os primórdios da vida são as células que constituem os seres vivos mais rudimentares, sendo associação de espírito e matéria. “Dessa geléia cósmica, verte o princípio inteligente, em suas primeiras manifestações”. A Evolução se processa com o ingresso no reino vegetal, para a seguir

e sucessivamente continuar pelo reino animal e reino hominal, com origens e fins a nós desconhecidos.” O princípio inteligente gastou, desde os vírus e as bactérias das primeiras horas do protoplasma na Terra, mais ou menos quinze milhões de séculos. Contudo, para alcançar a idade da Razão, com o título de homem, dotado de raciocínio e discernimento, o ser dispense para chegar aos primórdios da época quaternária, em que a Civilização elementar do sílex denuncia algum primor de técnica, nada menos de um bilhão e meio de anos. E, entendendo-se que a Civilização floresceu há mais ou menos duzentos mil anos, preparando o homem, somos induzidos a reconhecer o caráter recente dos conhecimentos, destinados a automatizar na constituição do Espírito humano as aquisições morais que lhe habilitarão a consciência terrestre a mais amplo degrau de ascensão à Consciência Cósmica.”

### **Co-Criações Espirituais**

André Luiz ainda nos auxilia ao esclarecer que a Lei da Evolução é o principal fundamento da Doutrina Espírita: “propomo-nos salientar que a Lei da Evolução prevalece para todos os seres do Universo, tanto quanto os princípios cosmocinéticos, que determinam o equilíbrio dos astros são, na origem, os mesmos que regulam a vida orgânica, na estrutura e movimento dos átomos”. Os espíritos operam no Universo e atuam na matéria conduzindo suas transformações, e sua Evolução está subordinada ao trabalho em diversos graus de evolução. As transformações da matéria, no plano humano, referem-se, em grau menor, ao que se chama “co-criação em plano menor”, como “modelando edificações” e “exprimindo ou cunhando as Civilizações” (quer dizer, neste estágio o ‘homem’ atua sobre a superfície terrestre construindo e transformando o espaço em que vive). Num plano mais elevado, os ‘Espíritos’ presidem a formação das galáxias com suas estrelas, planetas e satélites e outros corpos celestes, bem como todos os seres vivos. É o que se chama “co-criação em plano maior”. Estas duas “co-criações” fundamentam a Evolução do Universo: é a Evolução Criadora!

### **Trajectoria do Espírito: conforme Emmanuel (pág.128)**

Recompomos com Emmanuel, in Emmanuel, FEB, pág. 182: “Os progressos da vida terrestre podem ser verificados; há na Terra, toda uma escala grandiosa de ascensão. No fundo dos oceanos ainda existem os infusórios, os organismos unicelulares, que remontam a um passado multimilenário e cujo aparecimento é contemporâneo dos princípios da vida organizada na Terra. Longa tem sido a trajetória dos Espíritos!... A origem do princípio anímico perde-se dentro do dinamismo do Universo que se encadeia numa ordem equânime e absoluta. Da irritabilidade à sensação, da sensação à percepção, da percepção ao raciocínio. Desses estágios promana o cabedal de experiências do Espírito em sua evolução. A racionalidade do homem é a suprema expressão do progresso anímico que a Terra lhe pode prodigalizar. Chegado a esse ponto, o homem se encontra no limiar da existência em outras esferas, onde a matéria rarefeita oferece novas modalidades de vida, em outras manifestações.”

### **Evolucionismo Espírita (págs. 129-130)**

Pelo exposto, podemos elaborar uma síntese geral sobre a explicação da Teoria Espírita da Evolução e Migração dos Mundos, em seus aspectos filosóficos e complementação doutrinária, quer dizer, das hipóteses filosóficas para, a seguir, explicitar as bases científicas. A propósito, a Doutrina Espírita assumindo a teoria, explica que uma só existência, muitas vezes curta, corresponde, tão somente, a um segundo de tempo na vida do Espírito eterno; não sendo, desta maneira, possível adquirir e aprimorar todas as qualidades intelectuais e morais necessá-

rias à perfeição. Portanto, torna-se necessário, muitas vezes, sucessivas vidas e logicamente encadeadas. A Teoria Espírita da Evolução e Migração dos Mundos explicita: é desta maneira, através do processo de reencarnação, que a Evolução orgânica e espiritual se desenrola. Com o decorrer do tempo e num dado instante em sua Evolução, esgotado todo o progresso que o ambiente físico e espiritual permitem, passa a outro mundo mais elevado. Neste novo mundo material (quer dizer, em um planeta habitado materialmente) prossegue em novos caminhos evolutivos até superar todos os mundos materiais na escala do desenvolvimento. Daí em diante, somente encarnará em raras missões para promover o avanço de humanidades necessitadas de mudanças em seu comportamento moral. Chega, neste rumo, a ser um messias ou um Cristo (quer dizer, um enviado) de Deus para o governo espiritual dos mundos materiais onde espíritos inferiores lutam no caminho que vai desde a animalidade até a espiritualidade e desde a humanidade até a angelitude. Portanto, para a Doutrina Espírita a morte perdeu o sentido de negação da vida, já que o materialismo ateu nada mais oferece aos homens do que o Nada existencial das conquistas materiais, com a nadificação final no túmulo. De outro lado, a Doutrina Espírita, entre outras manifestações de espiritualidade, propõe que existem pesquisas físicas das ciências exatas e biológicas em processo contínuo que mostram que não vivemos tão somente num mundo tridimensional, mas multidimensional. Os seres vivos que morrem na Terra passam para planos de esfera semi-material, de matéria rarefeita, que a circunda e, conforme seu grau de evolução, para as hipóstases espirituais (planos espirituais) já entrevistadas pelo filósofo Plotino, na fase helenística da Filosofia.

**31.4 – “Wallace E As Forças Espirituais na Evolução” - (Alfred Russel Wallace, co-autor com Darwin da teoria da seleção natural) - Explicação de Célia Maria Rey de Carvalho no livro “Entre a Matéria e o Espírito”, de A. Cesar Perri de Carvalho e Osvaldo Magro Filho, Editora O Clarim, 1ª. edição, 1990, págs. 79-84:**

Alfred Russel Wallace nasceu em Usk (Monmouthshire, Inglaterra), a 8 de janeiro de 1823 e faleceu em Broadstone (Dorset) a 7 de novembro de 1913. Em 1848, iniciou viagem pela Amazônia, juntamente com William Edwards, de quem mais tarde separou-se para cobrir maior área, dirigindo-se Wallace para os Rios Negro e Orenoco. Permaneceu nesta viagem até 1850. A valiosa coleção trazida foi consumida por incêndio no navio, na viagem de retorno. Conservou as anotações e escreveu um livro sobre a Amazônia.

(...) De 1854 a 1862 viajou pelo arquipélago Malaio e resolveu escrever para Darwin, expondo sua teoria, que para surpresa deste, era como se o autor tivesse lido as 231 páginas de seu manuscrito não publicado.

Em 1858, numa reunião da Linnean Society, de Londres, é apresentado conjuntamente um resumo da teoria de Darwin sobre a evolução das espécies e um ensaio de Wallace sobre o mesmo assunto, tomando por base a seleção natural.

(...) Foi membro da Sociedade Real de Londres, da Sociedade de Estudos Psicológicos, presidente da Sociedade de Antropologia e da Sociedade de Nacionalização de Terras, membro da Sociedade para Pesquisas Psíquicas, no seu primeiro ano de atividades. Estudou os fenômenos mediúnicos e testemunhou, sob condições de teste, uma grande variedade de fenômenos telecinéticos. Em 1871, a Sociedade Dialética apresentou seu relatório e, no final, lê-se:

“foi de opinião que lhe cumpre declarar a sua convicção de que o assunto é digno de mais séria atenção e cuidadosa investigação que tem tido até agora”.

Suas primeiras experiências com matérias pertinentes a fenômenos mediúnicos datam de 1844, quando ensinava em uma escola na região dos Midland Counties. Estudou o magnetismo por inspiração de Spencer Hall e produziu fenômenos de levitação. Durante os 12 anos de sua ocupação com História Natural nas regiões tropicais, ele ouviu ocasionalmente sobre mesas girantes e espíritos batedores.

Iniciou-se no “Spiritualism” no dia 22 de julho de 1865, conforme relata em seu livro “Defesa do Espiritualismo Moderno”, onde afirma que inicialmente era materialista e livre-pensador, não acreditava na existência da alma. Numerosos e eloqüentes fenômenos fizeram com que a sua conversão ao Espiritismo se tornasse um fato concreto. Escreveu sobre o “Spiritualism” em numerosas revistas e fez inúmeras conferências na Inglaterra e nos Estados Unidos, mantendo polêmicas epistolares em diários das duas nações.

(...) Em vista dessas experiências e da larga quantidade de testemunhos similares na literatura, Wallace declarou que os fenômenos do “Spiritualism” no seu todo, não requerem futuras confirmações: “Eles estão provados tão bem quanto quaisquer fatos provados em outras ciências”. Segundo Myers, “... para Wallace todos os fenômenos paranormais se devem à interferência dos espíritos dos mortos”.

(...) Wallace, co-autor com Darwin da teoria da seleção natural, rejeitou a teoria da seleção sexual. A proposta de Wallace, que as características sexuais ocorrem por causa de uma “superabundante vitalidade” de seus possuidores, é mais satisfatória. Darwin, Wallace e seus sucessores viram claramente que a existência de diferenciação regional de formas viventes é compreensível como uma interação entre a história geológica da Terra e a evolução orgânica.

Nos últimos dias de sua vida, suas idéias sobre a seleção natural se distanciaram bastante daquelas esposadas por Darwin, evoluindo na direção das teorias apregoadas pelo Espiritismo, pois, sem negar aquela lei, sentia que existiam forças espirituais regendo o desenvolvimento da espécie humana, chegando a patrocinar a idéia da existência de uma potência criadora, de um espírito diretor, de um desiderato final, como podemos observar em sua obra “Contribuição à Teoria da Seleção Natural”. Suas críticas a Darwin, tanto pela seleção natural como pela seleção sexual, estão englobadas no livro “Darwinism” (1889).

Da revelação durante o estado febril, nas Antilhas, às conclusões sobre a participação das forças espirituais na evolução da espécie humana, transcorreram muitos anos de pesquisas e de dedicação de Wallace, canalizados também para as pesquisas psíquicas.

### **31.5 – “Do Elo Perdido Ao Homem”- Explanação de Durval Ciamponi no livro “A Evolução do Princípio Inteligente”, Edições FEESP, 1ª edição, 1995, págs. 99-104:**

Os Espíritos, na Codificação, insistem na idéia de que tudo se encadeia na Natureza, por liames que não podemos ainda perceber, e que as coisas aparentemente mais disparatadas têm pontos de contato que o homem não pode compreender no seu estado atual (Livro dos Espíritos, 604).

“No momento em que o princípio inteligente atinge o grau necessário para ser Espírito e entra no período de humanidade, não tem mais relação com o seu estado primitivo e não é mais a alma dos animais, como a árvore não é a semente. No homem, somente existe do animal o corpo, as paixões que nascem da influência do corpo e o instinto de conservação inerente à matéria” (LE, 611).

Os Espíritos dizem que “o princípio inteligente sofre uma transformação e se torna Espírito” (LE, 607-a). Dizem também que a inteligência do homem e a dos animais emanam de um princípio único (606-a e 611), mas “no homem ela passou por uma elaboração que a eleva sobre a dos brutos”.

Que ‘transformação é essa’? Ela é realizada pelo próprio princípio inteligente em razão de vivências multimilenares ou é uma transformação feita por outrem na sua estrutura perispiritual em função dos seus próprios direitos adquiridos?

Há de se convir que as respostas estão presas a duas premissas fundamentais:

1<sup>a</sup>. – O corpo físico é reflexo do corpo espiritual (“Evolução em Dois Mundos”, cap. II), e isto é válido para todos os seres vivos. Quem define a espécie, portanto, é o corpo espiritual e não a base genética dos pais, que fornecem o corpo físico, segundo a lei da hereditariedade.

2<sup>a</sup>. – A evolução de cada um é resultante dos esforços individuais, mas cada um depende de outros para sua própria evolução. Ninguém evolui sozinho, porquanto o nascer e o renascer dependem de outros, tanto da esfera física quanto da espiritual (Lei da Sociedade, LE).

A Codificação nada esclarece sobre esta ‘transformação’: onde ocorre como se processa? André Luiz (Evolução em Dois Mundos, cap. X) fala de “Intervenções Espirituais” no mecanismo da palavra, quando escreve:

“É assim que, atingindo os alicerces da Humanidade, o corpo espiritual do homem infra-primitivo demora-se longo tempo em regiões espaciais próprias, sob assistência dos Instrutores do Espírito, recebendo intervenções sutis nos petrechos da fonação, para que a palavra articulada pudesse assinalar novo ciclo de progresso.”

Esta transformação no corpo espiritual ‘nas regiões espaciais’ próprias se nos afigura como o ‘elo perdido’, ainda não descoberto pelo cientista terreno, como que a justificar o “momento em que o macaco desceu da árvore” para ser homem.

Emmanuel (A Caminho da Luz, cap. II), falando da grande transição para os hominídeos, diz que “somos compelidos a esclarecer que não houve propriamente uma ‘descida da árvore’, no início da evolução humana”, porquanto “extraordinárias experiências foram realizadas pelos mensageiros do invisível”, imprimindo novas expressões biológicas ao homem do sílex. Comenta que nas “hostes do invisível operaram uma definitiva transição no corpo espiritual preexistente, dos homens primitivos, nas regiões siderais e em certos intervalos de suas reencarnações”.

O corpo espiritual da espécie anterior foi adaptado à espécie humana para sua primeira encarnação no reino hominal. Isto não quer dizer que o princípio espiritual ficou “mais inteligente” ou deu um salto no seu progresso evolutivo, mas sim que aquela alma, por seus méritos anteriores, recebeu melhorias em sua vestimenta perispiritual para poder laborar e progredir em outra espécie mais evoluída.

Pode-se afirmar que esta primeira encarnação se deu nos primatas mais evoluídos e que a transformação ocorrida no corpo espiritual faria surgir, como consequência, a mutação descoberta pelos homens no corpo físico, originando a nova espécie.

“É então que começa para ele o período de humanidade, e com este a consciência do seu futuro, a distinção do bem e do mal e a responsabilidade dos seus atos” (LE, 607-a), dizem os Espíritos.

“A Terra não é o ponto de partida da primeira encarnação humana. O período de humanidade começa, em geral, nos mundos ainda mais inferiores. Essa, entretanto, não é uma regra absoluta e poderia acontecer que um Espírito, desde o seu início humano, esteja apto a viver na Terra. Esse caso não é freqüente e seria antes uma exceção” (LE, 607-b).

A esse respeito encontra-se também no LE, 172, a seguinte pergunta: “Nossas diferentes existências corpóreas se passam todas na Terra?”

R – “Não, mas nos diferentes mundos. As deste Globo não são as primeiras nem as últimas, porém as mais materiais e distantes da perfeição.”

Nestas duas informações pode-se visualizar, novamente, o “elo perdido” da cadeia evolutiva nos estudos do homem terreno.

Diz Santo Agostinho (Espírito, Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. III) que se alguém “pudesse seguir um mundo em suas diversas fases, desde o instante em que se aglomeraram os primeiros átomos da sua constituição, o veria percorrer uma escala incessantemente progressiva, mas em graus insensíveis para cada geração, e oferecer aos seus habitantes uma morada mais agradável, à medida que eles avançam na senda do progresso”.

Este avanço progressivo dos seres vivos em diferentes espécies não ocorreu por acaso, por simples mutação genética ou seleção natural. A lei divina foi a marca de cada mudança; os Espíritos Superiores, arquitetos da grande transição do vírus ao homem, construíram nossa morada e nossa família, seguindo as leis imutáveis do Eterno.

(...) Isto quer dizer que toda a supervisão da evolução das espécies na face da Terra, desde o início com os seres monocelulares até o surgimento do homem com o pensamento contínuo, foi feita pelos Espíritos a partir da esfera espiritual, dado que não tinham condições de encarnação, pois não havia ainda a espécie humana. Este período, em torno de um bilhão e meio de anos, corresponde ao chamado período embrionário para o “nascimento” do homem na Terra, somente e apenas há 1,6 milhões de anos.

### “Elo Perdido”- Uma ficção científica

Em “O Céu e o Inferno”, VI, 3, de Allan Kardec, lê-se que “quanto mais próximo do estado primitivo, mais material é o homem.” A análise dos fósseis descobertos pelos cientistas e antropólogos, mostrando a evolução desde os pongídeos até o ‘Homo Sapiens’, num período de mais de 10 milhões de anos, passando pelo ‘Australopithecus, Homo Habilis, Homo Erectus’ e outros, evidencia que o elo perdido é uma ficção científica, porquanto existe uma cadeia de anéis sugerindo que a espécie humana caminhou paulatinamente, aprimorando sua linhagem, desde seu corpo mais material e primitivo até sua organização mais sutil nos dias de hoje, como resultado de constante evolução da alma e conseqüente aperfeiçoamento de seu perispírito.

### **31.6 – “O Evolucionismo de Chardin” (Conciliação da Teologia Católica com o Evolucionismo) - Explicação de A.Cesar Perri de Carvalho e Osvaldo Magro Filho no livro “Entre a Matéria e o Espírito”, Editora O Clarim, 1ª. edição, 1990, págs. 189-192:**

Pierre Teilhard de Chardin nasceu a 1º. de maio de 1881 em Auvergne (França) e faleceu a 10 de abril de 1955 em New York. De família aristocrática, influenciado pelo fervor religioso de sua mãe, seguiu a carreira eclesiástica. Tornou-se jesuíta. Com a expulsão da Companhia de Jesus, da França, em 1901, exilou-se na ilha de Jersey, onde se dedicou à filosofia e à teologia. Lecionou no Egito, estudou teologia na Inglaterra e retornou à França em 1912 a fim de estudar Paleontologia. Em 1922 doutorou-se em ciências e ocupou a cadeira de geologia no Instituto Católico de Paris. Como resultado de sua primeira viagem à China, em 1923, onde fez pesquisas no deserto de Ordos, em Tienstin, obteve a desconfiança de seus superiores, em Paris. Estes o obrigaram a deixar a Cadeira do Instituto e retornar à China.

A leitura de “Evolución Créatrice”, de Henri Bergson, e a amizade com o arqueólogo Marcellin Boule, o empurram para um conflito difícil: ‘conciliar a teologia católica com o evolucionismo’. Chardin sabia que não conseguiria levantar a noite obscurantista da Igreja, mas sentiu-se impelido a “ir adiante” em seus estudos e reflexões, o que foi considerado “filosófico demais para um místico e místico demais para um filósofo”. Aderiu abertamente à teoria evolucionista, a qual para ele não era uma teoria, mas uma realidade. Sentiu necessidade de estender o conceito da evolução da esfera biológica ao plano espiritual.

Pela sua maneira independente de pensar, Teilhard de Chardin foi perseguido, coagido, exilado e proibido de publicar livros, em pleno século XX! Porém, foi “providencial” sua ida para a China. Numa das expedições em que tomou parte, foram encontrados restos de um pré-homídeo, o sinantropo (*Sinantropus pekinensis*), em Chou-k’ou-tien, no ano de 1929. Chardin achava extraordinária a passagem do antropóide ao homem e considerava o “Homo sapiens” como encontro entre a matéria e o Espírito. A evolução social, após o “Homo sapiens” seria, acima de tudo, uma evolução espiritual.

Sempre sob pressão e oposição de seus superiores, realizou inúmeras viagens e expedições pela China, Japão, Java e Birmânia. Em 1946 o Vaticano negou licença para que ele lecionasse e publicasse seus livros. Em 1951 foi nomeado membro da Academia de Ciência da França.



### O processo evolutivo para Chardin

Para Chardin, o processo da evolução é como uma espiral que representa ao mesmo tempo o movimento de convergência e de ascendência. Para ele, três grandes épocas dividem a história da vida e do homem: a “cosmogênese”, que vai da criação até o aparecimento da vida; a “biogênese”, que termina com o aparecimento do homem; e a “antropogênese”, que vai até o “ponto ômega”, realidade absoluta, divina, o grau máximo de aperfeiçoamento. A última época se completa com a “cristogênese”, que é o aparecimento do Cristo, para o qual todas as coisas convergem. A Terra seria a “biosfera”, sobre a qual se sobrepõe uma nova camada, a “noosfera” (“nous”- Espírito, em grego), onde se processariam as novas transformações. Assim, tinha uma concepção total da vida, em três fases; pré-vida, a vida e a sobrevida.

### O elo procurado pelo jesuíta encontra-se no Espiritismo

Considerando as ciências naturais a própria razão de sua vida, Chardin entusiasmou-se principalmente pela Paleontologia. Apaixonado pela ciência, empolgou-se pelas especulações filosóficas. A ciência pode e deve contribuir para a revitalização da religião, com vistas à chegada no “ponto ômega”, síntese da matéria e do espírito, além e acima da diversificação cultural e religiosa dos povos.

O elo procurado pelo jesuíta incompreendido encontra-se no Espiritismo, embora Jung tenha chegado muito próximo com o “arquétipo coletivo” e, agora, a psicologia transpessoal de Stanislav Grof também esteja a caminho.

Evidentemente, a evolução não se restringe ao organismo somático. Anda ‘pari passu’ com a evolução do Espírito, de onde se aproximou o pensamento de Chardin. Nos estudos sobre a evolução, sem dúvida os trabalhos de Charles Darwin representam um divisor de águas. Acontece que um pouco antes dele consagrar sua teoria com a publicação de “A Origem das Espécies” (1859), saiu a lume “O Livro dos Espíritos” (1857), onde Allan Kardec já tecia considerações sobre a evolução orgânica e espiritual. Alguns anos depois, Alfred Russel Wallace, co-autor da teoria da evolução, divergindo de Darwin, defendia a existência de forças espirituais regendo a evolução humana.

Nas obras espíritas, sente-se a concordância e/ou complementação das descobertas científicas sobre o evolucionismo. Particularmente, as idéias sobre reencarnação e perispírito representam a chave mágica para se entender a problemática da evolução física/espiritual. Assim, o pensamento do “jesuíta proibido” sobre a “biogênese” e a “noosfera” se aproximam muito das concepções espíritas.

As pesquisas e as especulações do autor de “O Fenômeno Humano” além de chamarem atenção para o contínuo processo de “feedback” entre ciência e religião, demonstram que pensamento livre, inovador e integral, pode surgir em qualquer parte, independentemente das barreiras religiosas e culturais.

### O estado natural e a felicidade

**Artigo 32** – No estado natural, tendo menos necessidades, o homem não sofre todas as atribulações que cria para si mesmo num estado mais adiantado. Entretanto, enganam-se os que consideram esse estado como o da mais

perfeita felicidade terrena, porque essa é a felicidade do bruto. É ser feliz à maneira dos animais.

### **O homem não retrograda ao estado natural**

**Artigo 33** – O homem não pode retrogradar ao estado natural; ele deve progredir sem cessar e não pode voltar ao estado de infância. Se ele progride é que Deus assim o quer; pensar que ele pode retrogradar para a sua condição primitiva seria negar a lei do progresso.

**33.1 – “Da Perfeição dos Seres Criados”- Explicação de Allan Kardec na Revista Espírita, março de 1864, Edit. Edicel, tradução de Júlio Abreu Filho, págs. 65-70:**

#### **As Leis Divinas são inteiramente justas e boas**

Por vezes pergunta-se se Deus não teria podido criar os Espíritos perfeitos, para lhes poupar o mal e todas as suas conseqüências.

Sem dúvida Deus o teria podido, pois é todo-poderoso; e se não o fez, é que, em sua soberana sabedoria, julgou mais útil que fosse de outro modo. Não pertence aos homens perscrutar seus desígnios e, ainda menos, julgar e condenar as suas obras. Desde que não pode admitir Deus sem o infinito das perfeições, sem a soberana bondade e a soberana justiça; desde que tem sob os olhos, incessantemente, provas de sua solicitude pelas suas criaturas, deve pensar que essa solicitude não podia ter falhado na criação dos Espíritos. Na Terra o homem é como a criança, cuja visão limitada não vai além do seu alcance. Contudo, tendo-lhe Deus dado a inteligência para se guiar, não lhe é defeso procurar compreender, parando humildemente no limite que não pode transpor. Sobre todas as coisas mantidas no segredo de Deus, não pode estabelecer senão sistemas mais ou menos prováveis. Para julgar qual desses sistemas mais se aproxima da verdade, há um critério seguro, que são os atributos essenciais da Divindade. Toda teoria, toda doutrina filosófica ou religiosa que tendesse a destruir a mínima parte de um só desses atributos pecaria pela base e seria, por isto mesmo, manchada de erro. De onde se segue que o sistema mais verdadeiro será aquele que melhor se acomodar com esses atributos.

Sendo Deus todo sabedoria e todo bondade, não poderia ter criado o mal como contrapeso do bem; se tivesse feito do mal uma lei necessária, teria voluntariamente enfraquecido o poder do bem, porque aquilo que é mal não pode senão alterar e não fortificar o que é bem. Ele estabeleceu leis que são inteiramente justas e boas; o homem seria perfeitamente feliz se as observasse escrupulosamente; mas a menor infração a essas leis causa uma perturbação cujo contra-golpe experimenta; daí todas as suas vicissitudes; é, pois, ele próprio a causa do mal por sua desobediência às leis de Deus.

Deus o criou livre de escolher seu caminho. O que tomou o mau caminho o fez por sua vontade e não pode acusar senão a si próprio pelas conseqüências para si decorrentes. Pelo destino da Terra, só vemos os Espíritos desta categoria, e é o que fez crer na necessidade do mal. Se pudéssemos abraçar o conjunto dos mundos, veríamos que os Espíritos que ficaram no bom caminho percorrem as diversas fases de sua existência em condições completamente di-

versas e que, desde que o mal não é geral, não poderia ser indispensável. Mas resta sempre a questão de saber porque Deus não criou os Espíritos perfeitos. Esta questão é análoga a esta outra: Porque a criança não nasce completamente desenvolvida, com todas as aptidões, toda a experiência e todos os conhecimentos da idade viril?

### Lei do Progresso

Há uma lei geral que rege os seres da criação, animados e inanimados. É a lei do progresso. Os Espíritos são a ela submetidos pela força das coisas, sem o que a exceção teria perturbado a harmonia geral e Deus quis dar-nos um exemplo abreviado na progressão da infância. Mas como o mal não existe como necessidade na ordem das coisas, pois não é devido senão a Espíritos prevaricadores, a lei do progresso absolutamente não os obriga a passar por esta fieira para chegar ao bem; ela não os força senão a passar pelo estado de inferioridade intelectual ou, por outras palavras, pela infância espiritual. Criados simples e ignorantes, por isso imperfeitos, ou melhor, ‘incompletos’, devem adquirir por si mesmos e por sua própria atividade, a ciência e a experiência que de início não podem ter. Se Deus os tivesse criados perfeitos, deveria tê-los dotado, desde o instante de sua criação, com a universalidade dos conhecimentos; tê-los-ia isentado de todo trabalho intelectual; mas, ao mesmo tempo, lhes teria tirado toda a atividade que devem desenvolver para adquiri-la, e pela qual concorrem, como encarnados e desencarnados, ao aperfeiçoamento material dos mundos, trabalho que não incumbe mais aos Espíritos Superiores encarregados somente de dirigir o aperfeiçoamento moral. Por sua mesma inferioridade tornam-se uma engrenagem essencial à obra geral da criação. Por outro lado, se os tivesse criado infalíveis, isto é, isentos da possibilidade de fazer mal, eles fatalmente teriam sido impelidos ao bem como mecanismos bem montados, que fazem automaticamente obras de precisão. Mas, então, não mais livre-arbítrio e, por consequência, não mais independência; ter-se-iam assemelhado a esses homens que nascem com a fortuna feita e se julgam dispensados de fazer alguma coisa. Submetendo-os à lei do progresso facultativo, quis Deus que tivessem o mérito de suas obras, para ter direito à recompensa e a desfrutar a satisfação de haverem conquistado suas próprias posições.

Sem a lei universal do progresso, aplicada a todos os seres, teria tido que estabelecer uma ordem de coisas completamente outra. Sem dúvida, Deus tinha a possibilidade. Por que não o fez? Teria sido melhor de outro modo? Assim, ter-se-ia enganado! Ora, se Deus pôde enganar-se, é que não é perfeito; se não é perfeito, não é Deus. Desde que não se pode concebê-lo sem a perfeição infinita, há que concluir-se que o que fez é o melhor; se ainda não estamos aptos a compreender os seus motivos, certamente podê-lo-emos mais tarde, num estado mais adiantado. Enquanto esperamos, se não pudermos sondar as causas, poderemos observar os efeitos e reconhecer que tudo no universo é regido por leis harmônicas, cuja sabedoria e admirável providência confundem nosso entendimento. Muito presunçoso, pois, seria aquele que pretendesse que Deus deveria ter regulado o mundo de outra maneira, pois isto significaria que, em seu lugar, teria feito melhor. Tais são os Espíritos, cujo orgulho e ingratidão Deus castiga, relegando-os a mundos inferiores, de onde só sairão quando curvando a cabeça sob a mão que os fere, reconhecem o seu poder. Deus não lhes impõe esse reconhecimento; quer que seja voluntário e fruto de suas observações, razão por que os deixa livres e espera que, vencido pelo mal mesmo, que a si atraem, se voltem para ele.

**‘Os Animais também sofrem!’ A rigor, compreende-se o sofrimento para o homem, pois pode tê-lo merecido; mas os animais também sofrem; entredevoram-se; os**

**grandes comem os pequenos. Há alguns cuja vida não passa de longo martírio; como nós, têm o livre-arbítrio ou desmereceram?**

A isto respondem: “Compreende-se que Deus não tenha criado os Espíritos perfeitos; mas se julgou a propósito submetê-los todos à lei do progresso, não teria podido, pelo menos, criá-los felizes, sem os submeter a todas as misérias da vida? A rigor, compreende-se o sofrimento para o homem, pois pode ter desmerecido; mas os animais também sofrem; entredevo-ram-se; os grandes comem os pequenos. Há alguns cuja vida não passa de longo martírio; como nós, têm o livre-arbítrio ou desmereceram?”.

Tal é, ainda, a objeção por vezes feita e à qual os argumentos acima podem servir de resposta. Não obstante, juntaremos algumas considerações.

Sobre o primeiro ponto diremos que a felicidade completa é resultado da perfeição, pois as vicissitudes o são da imperfeição. Criar os Espíritos perfeitamente felizes fôra criá-los perfeitos.

A questão dos animais exige alguns desenvolvimentos. Eles têm um princípio inteligente – isto é incontestável. De que natureza é este princípio? Que relações tem com o homem? É estacionário em cada espécie, ou progressivo ao passar de uma a outra espécie? Qual o seu limite de progresso? Marcha paralelamente com o homem, ou é o mesmo princípio que se elabora e ensaia a vida nas espécies inferiores, para receber, mais tarde, novas faculdades e sofrer a transformação humana? São outras tantas questões até hoje insolúveis; e se o véu que cobre esse mistério ainda não foi levantado pelos Espíritos, é que ainda é prematuro; o homem ainda não está maduro para receber toda a luz. É verdade que vários Espíritos deram teorias a respeito, mas nenhuma tem um caráter bastante autêntico para ser aceita como verdade definitiva. Assim, até nova ordem, não podem ser consideradas senão como sistemas individuais. Só a concordância lhes pode dar a consagração, pois nisto está o único e verdadeiro controle do ensino dos Espíritos. Eis porque estamos longe de aceitar como verdades irrecusáveis tudo quanto ensinam individualmente; um princípio, seja qual for, para nós só adquire autenticidade pela universalidade do ensinamento, isto é, por instruções idênticas, dadas em todos os lugares, por médiuns estranhos uns aos outros, sem sofrer as mesmas influências, notoriamente isentos de obsessões e assistidos por Espíritos esclarecidos. Por Espíritos esclarecidos deve entender-se os que provam sua superioridade pela sua elevação de pensamento, o alto alcance de seus ensinamentos, jamais se contradizendo e jamais dizendo nada que a lógica mais rigorosa não possa admitir. Assim é que foram controladas as diversas partes da doutrina, formulada no ‘Livro dos Espíritos’ e no ‘Livro dos Médiuns’. Tal não é ainda o caso da questão dos animais. Eis por que ainda não o decidimos. Até à constatação mais séria, não se devem aceitar teorias que possam ser dadas a respeito, senão como inventário, e esperar sua confirmação ou sua negação.

**A questão dos animais: prudência em face a teorias novas**

Em geral nunca seria demasiada a prudência em face a teorias novas, sobre as quais poderíamos ter ilusões. Assim, quantas vimos, desde a origem do Espiritismo que, publicadas prematuramente, apenas tiveram vida efêmera! Assim será com todas as que apenas tiverem o caráter individual e não tiverem passado pelo controle da concordância. Em nossa posição, recebendo as comunicações de cerca de mil centros espíritas sérios, disseminados em diversos pontos do globo, estamos em condições de ver os princípios, sobre os quais houve concordância. Foi esta observação que nos guiou até hoje e nos guiará igualmente nos novos campos que

o Espiritismo é chamado a explorar. É assim que, desde algum tempo, observamos nas comunicações, vindas de vários lados, quer da França, quer do estrangeiro, uma tendência para entrar numa via nova, através de revelações de uma natureza toda especial. Essas revelações, muitas vezes em palavras veladas, passaram inapercebidas a muitos dos que as receberam; muitos outros se supuseram os únicos a recebê-las; consideradas isoladamente, para nós não teriam valor; mas a sua coincidência lhes dá alta importância, que terá de ser julgada mais tarde quando vier o momento de as levar à luz da publicidade.

Sem essa concordância, quem poderia estar seguro de ter a verdade? A razão, a lógica, o raciocínio, sem dúvida são os primeiros meios de controle a serem usados. Em muitos casos isto basta. Mas quando se trata de um princípio importante, da emissão de uma idéia nova, seria presunção crer-se infalível na apreciação das coisas. É, aliás, um dos caracteres distintivos da revelação nova o de ser feita em toda parte ao mesmo tempo. Assim ocorreu com as diversas partes da doutrina. Aí está a experiência a provar que todas as teorias aventurosas por Espíritos sistemáticos e pseudo-sábios sempre foram isoladas e localizadas; nenhuma tornou-se geral e não suportou o controle da concordância; várias, mesmo, caíram no ridículo, prova evidente que não estavam certas. O controle universal é uma garantia para a futura unidade da doutrina.

Esta digressão afastou-nos um pouco do assunto, mas era útil, para dar a conhecer a maneira por que procedemos, no caso de teorias novas concernentes ao Espiritismo, que está longe de haver dado a última palavra sobre todas as coisas. Jamais as emitimos antes que tenham recebido a sanção de que acabamos de falar, razão por que algumas pessoas, um tanto impacientes, se admiram de nosso silêncio em certos casos. Como sabemos que cada coisa virá a seu tempo, não cedemos a nenhuma pressão, venha de onde vier, pois sabemos a sorte dos que querem ir muito depressa e têm em si mesmo e em suas próprias luzes uma confiança muito grande. Não queremos colher fruto antes de maduro; mas é preciso ter certeza de que, quando estiver maduro, não o deixaremos cair.

Estabelecido este ponto, pouco nos resta a dizer sobre a questão proposta, embora o ponto capital ainda não possa ser resolvido.

### **O sofrimento dos animais e a destruição de uns pelos outros**

O sofrimento dos animais é constante. Mas é racional imputar esses sofrimentos à imprevidência de Deus ou a uma falta de bondade de sua parte pelo fato de a causa escapar à nossa inteligência, como a utilidade dos deveres e da disciplina escapa ao escolar? Ao lado desse mal aparente não se vê brilhar a sua solicitude pelas mais ínfimas criaturas? Não são os animais providos de meios de conservação adequados ao meio onde devem viver? Não se vê que a sua pelagem desenvolve-se mais ou menos, conforme o clima? Seu aparelho de nutrição, suas armas ofensivas e defensivas proporcionadas aos obstáculos a vencer e aos inimigos a combater? Em presença destes fatos, tão multiplicados, e cujas conseqüências só escapam ao olho do materialista, é-se levado a dizer que não há Providência para eles? Não, por certo, posto nossa visão seja muito limitada para julgar a lei do conjunto. Nosso ponto de vista, restrito ao pequeno círculo que nos envolve, só nos deixa ver irregularidades aparentes; mas quando nos elevarmos pelo pensamento acima do horizonte terreno, apagar-se-ão essas irregularidades ante a harmonia geral.

O que mais choca nesta observação localizada é a destruição de uns seres pelos outros. Desde que Deus prova a sua sabedoria e a sua bondade em tudo o que podemos compreender, é forçoso admitir que a mesma sabedoria presida ao que não compreendemos. Aliás, não se exagera a importância dessa destruição senão porque se liga à matéria, sempre por força do estreito ponto de vista em que se coloca o homem. Em definitivo, só se destrói o invólucro; o princípio inteligente não é aniquilado; também o Espírito é tão indiferente à perda de seu corpo, quanto o homem à de sua roupa. Essa destruição dos envoltórios temporários é necessária à formação e manutenção de novos envoltórios, que se constituem com os mesmos elementos; mas o princípio inteligente não é atingido, quer nos animais, quer no homem.

Resta o sofrimento, que por vezes leva à destruição desse invólucro. Ensina-nos o Espiritismo, e nos prova que o sofrimento no homem é útil ao seu avanço moral. Quem nos diz que o dos animais não tem utilidades? Que na sua esfera e conforme certa ordem de coisas, não seja causa de progresso? É certo que não passa de hipótese, mas ao menos se apóia nos atributos de Deus: a justiça e a bondade, enquanto as outras são a sua negação.

A questão da criação dos seres perfeitos, tendo sido debatida em sessão da Sociedade Espírita de Paris, o Espírito de Erasto ditou, a respeito, a seguinte comunicação.

#### **Sobre a não-perfeição dos seres criados**

**(Sociedade Espírita de Paris, 5 de fevereiro de 1864)**

Por que não criou Deus todos os seres perfeitos? Em virtude mesmo da lei do progresso. É fácil compreender a economia desta lei. Aquele que marcha está no movimento, isto é, na lei da atividade humana; aquele que não progride, que por essência se acha estacionário, incontestavelmente não pertence à gradação ou à hierarquia humanitária. Explico-me. Quem nasce numa posição mais ou menos elevada, acha em sua situação nativa um dado estado de ser. Ora! Está certo de que se sua vida inteira decorresse nessa situação de ser, sem que lhe tivesse trazido modificações por sua ação ou pela de outrem declararia que a sua existência é monótona, aborrecida, fatigante, numa palavra, insuportável. Acrescento que teria perfeita razão, visto como o bem só é bem relativamente ao que lhe é inferior. Isto é tão certo que se puserdes o homem num paraíso terrestre, num paraíso onde não se progride mais, em dado tempo ele achará a existência insustentável e aquele repouso um impiedoso inferno. Daí resulta, de maneira absoluta, que a lei imutável dos mundos é o progresso ou o movimento para a frente; isto é, que todo Espírito que é criado está inevitavelmente submetido a essa grande e sublime lei da vida; conseqüentemente, tal é a mesma lei humana.

‘Só Deus pode ficar e viver na sua imobilidade’. Só existe um ser perfeito e não pode existir senão um: Deus! Ora, pedir ao Ser Supremo a criação de Espíritos perfeitos, seria pedir-lhe que criasse algo de semelhante e igual a si. Emitir semelhante proposição, não é a condenar previamente? Oh homens! Porque perguntar sempre qual a razão de ser de certas questões insolúveis ou acima do entendimento humano? Lembrai-vos sempre que só Deus pode ficar e viver na sua imobilidade gigantesca. É o ‘sumum’ e o ‘máximum’ de todas as coisas, o ‘alpha’ e o ‘ômega’ de toda a vida. Ah! crede-me, filhos, jamais busqueis levantar o véu que cobre esse grandioso mistério, que os maiores Espíritos da criação não abordam sem tremor. Quanto a mim, humilde pioneiro da iniciação tudo o que vos posso afirmar é que a imobilidade é um dos atributos de Deus, ou do Criador e que o homem e tudo o que é criado têm como atributo a

mobilidade. Compreendei, se o puderdes, ou esperai a hora de uma explicação mais inteligível, isto é, mais ao alcance do vosso entendimento.

## II – MARCHA DO PROGRESSO (Idem, itens 779 a 785)

**Artigo 34** – O homem se desenvolve por si mesmo, naturalmente, mas nem todos progridem ao mesmo tempo e da mesma maneira; é então que os mais adiantados ajudam os outros a progredir, pelo contato social.

**34.1 – “Ajuda Inestimável”- Explicação de Richard Simonetti em seu livro “A Constituição Divina”, Editora Gráfica S.João Ltda., 2ª. edição, 1989, págs. 82-84:**

Eminentemente perfectível, criado para a perfeição, há no espírito humano indelével inquietação, um anseio incontido de buscar novos horizontes, de superar limitações. Esse impulso manifesta-se mais intensamente em determinados períodos da existência, particularmente na juventude, ou fica embotado em outros, como na senilidade, mas sempre volta, renovado, vigoroso, no desdobrar das vidas sucessivas.

Cumpra-se nessa eterna procura a Lei do Progresso. É o impulso do Criador estimulando a criatura a seguir adiante, rumo à sua gloriosa destinação. Nessa jornada longa e laboriosa, conjugam-se dois fatores: ‘primeiro’: o desenvolvimento de nossas próprias experiências no suceder dos séculos, compulsando os alfarrábios da Vida, aprendendo por iniciativa própria quando nos decidimos ao exercício do dever, ou repetindo lições impostas pela eficiente mestra, a Dor, quando excursionamos por regiões de inconseqüência e desatino. ‘Segundo’: a contribuição dos companheiros que seguem à frente. Não temos todos a mesma idade. A geração de Espíritos é infinita. Se há indivíduos mais justos, mais inteligentes, mais virtuosos, é porque são mais velhos espiritualmente. Há os que já viveram um milhão de anos; há “bebês” com dez mil anos. É fácil constatar essa realidade observando que não há compatibilidade entre a idade física e a espiritual. Vemos crianças que se destacam pela sua precocidade, filhos mais ajuizados que seus pais e adultos que parecem não superar nunca um comportamento adolescente.

Na convivência com espíritos evoluídos aprendemos mais depressa, assimilamos melhor o conhecimento relacionado com o nosso aprimoramento moral e intelectual. Os grandes surtos de desenvolvimento das idéias religiosas e científicas foram marcados pela contribuição de homens geniais, que superaram as limitações de seu tempo. Seria sua genialidade um favor de Deus? Uma graça divina? Semelhante proposição é incompatível com a justiça e nos permitiria questionar os critérios do Criador. Afinal, somos todos seus filhos! Por que o favorecimento de alguns?! É muito mais lógico conceber sua condição de professores que nos visitam para nos ensinar.

Desde o desconhecido que inventou a roda a um Einstein, temos o concurso dos Espíritos mais experientes a favorecer o conforto da civilização e o conhecimento dos enigmas do Universo.

### **Evolução Moral. A Justiça. O Amor. A Reencarnação**

O mesmo ocorre com a evolução moral. Quantos milênios escoariam até que a Humanidade definisse com precisão os fundamentos da justiça, a partir da noção elementar de que nossos direitos terminam onde começam os direitos do semelhante, não fora a contribuição de Moisés para que o Céu falasse à Terra no Monte Sinai, enunciando os Dez Mandamentos?

E o Amor, alicerce das realizações mais sublimes... Que eternidade levaríamos para uma iniciação em seus misteres, sem o sacrifício de Jesus, que renunciou aos páramos celestiais para ensinar-nos a conjugá-lo com a força irresistível do exemplo?

Sem o trabalho marcante de Allan Kardec na codificação Espírita, muito mais tempo marcaria o cronômetro dos séculos até que compreendêssemos plenamente a Lei da Reencarnação, que preceitua que as existências na carne sejam repetidas até que nos diplomemos em pureza e sabedoria; a Lei de Causa e Efeito, a estabelecer que na seara das ações todos colhamos de conformidade com a sementeira, aprendendo o que podemos ou não fazer, e a Lei de Sintonia Psíquica, segundo a qual somos envolvidos por forças espirituais que podem nos elevar às alturas ou nos precipitar no abismo, mas sempre de conformidade com o rumo que imprimamos à própria vontade.

#### **A Terra: imenso educandário**

Impossível imaginar uma escola sem professores. O simples aprendizado das primeiras letras demandaria anos de esforço por parte dos alunos... Neste imenso educandário que é a Terra, a Bondade Divina não tem negligenciado o envio de valorosos mestres em benefício de nosso aprendizado. Dir-se-ia que não obstante tais dádivas a Humanidade ainda é muito atrasada, situando-se distanciada da vivência desses princípios redentores. É que a natureza não dá saltos. A assimilação plena das leis divinas pede o concurso do tempo, até que despertemos para nossas responsabilidades, habilitando-nos a um melhor aproveitamento da jornada humana, acertando o passo com aqueles que seguem à nossa frente.

#### **Progresso Intelectual e Progresso Moral**

**Artigo 35** – O progresso moral é a consequência do progresso intelectual, mas não o segue sempre imediatamente.

**Artigo 36** – O progresso intelectual pode conduzir ao progresso moral dando a compreensão do bem e do mal, pois então o homem pode escolher. O desenvolvimento do livre-arbítrio segue-se ao desenvolvimento da inteligência e aumenta a responsabilidade do homem pelos seus atos.

#### **Povos esclarecidos e pervertidos**

**Parágrafo único** – Como se explica, então, que os povos mais esclarecidos sejam freqüentemente os mais pervertidos?



- O progresso completo é o alvo a atingir, mas os povos, como os indivíduos, não chegam a ele senão passo a passo. Até que tenham desenvolvido o senso moral eles podem servir-se da inteligência para fazer o mal. A moral e a inteligência são duas forças que não se equilibram senão com o tempo.

### **Leis de entraves ao progresso**

**Artigo 37** – Os homens que tentam deter a marcha do progresso e fazer retrogradar a Humanidade serão castigados por Deus, sendo arrastados pela torrente que pretendem deter.

**Parágrafo único** – O aperfeiçoamento da Humanidade segue sempre uma marcha progressiva e lenta que resulta da força das coisas; mas quando um povo não avança bastante rápido, Deus lhe provoca, de tempos em tempos, um abalo físico ou moral que o transforma.

#### **37.1 - “Ninguém tem o poder de se opor ao progresso”. Comentário de Kardec no item 783 de O Livro dos Espíritos:**

– Sendo o progresso uma condição da natureza humana ninguém tem o poder de se opor a ele. É uma ‘força viva’ que as más leis podem retardar, mas não asfixiar. Quando essas leis se tornam de modo incompatíveis com o progresso, ele as derruba, com todos os que as querem manter, e assim será até que o homem harmonize as suas leis com a justiça divina, que deseja o bem para todos, e não as leis feitas para o forte em prejuízo do fraco.

O homem não pode permanecer perpetuamente na ignorância, porque deve chegar ao fim determinado pela Providência; ele se esclarece pela própria força das circunstâncias. As revoluções morais, como as revoluções sociais, se infiltram pouco a pouco nas idéias, germinando ao longo dos séculos e depois explodem subitamente, fazendo ruir o edifício carcomido do passado, que não se encontra mais de acordo com as necessidades novas e as novas aspirações.

O homem geralmente não percebe, nessas comoções, mais do que a desordem e a confusão momentâneas, que o atingem nos seus interesses materiais, mas aquele que eleva o seu pensamento acima dos interesses pessoais, admira os desígnios da Providência que do mal fazem surgir o bem. São a tempestade e o furacão que saneiam a atmosfera, depois de a haverem revolvido.

### **Os maiores obstáculos ao progresso moral: o orgulho e o egoísmo**

**Artigo 38** – Apesar da perversidade do homem ser bastante intensa ele continua avançando, se observarmos bem o conjunto; pois ele vai compreendendo melhor o que é o mal, e dia a dia corrige os seus abusos. É preciso que haja excesso do mal, para fazer-lhe compreender as necessidades do bem e das reformas.

**Artigo 39** – Os maiores obstáculos ao progresso são o orgulho e o egoísmo. Isto é, ao progresso moral, porque o intelectual avança sempre. Este parece, aliás, à primeira vista, duplicar a intensidade daqueles vícios desenvolvendo a ambição e o amor das riquezas, que por sua vez incitam o homem às pesquisas que lhe esclarecem o Espírito. É assim que tudo se relaciona no mundo moral como no físico e que do próprio mal pode sair o bem. Mas esse estado de coisas durará apenas algum tempo; modificar-se-á à medida que o homem compreender melhor que além do gozo dos bens terrenos existe uma felicidade infinitamente maior e infinitamente mais durável.

### **39.1 - “O Progresso Intelectual e o Progresso Moral”. Comentário de Kardec no item 785 de O Livro dos Espíritos:**

Há duas espécies de progresso que mutuamente se apoiam e entretanto não marcham juntos: o progresso intelectual e o progresso moral. Entre os povos civilizados o primeiro recebe em nosso século todos os estímulos desejáveis e por isso atingiu um grau até hoje desconhecido. Seria necessário que o segundo estivesse no mesmo nível. Não obstante, se compararmos os costumes sociais de alguns séculos atrás com os de hoje, teremos de ser cegos para negar que houvesse progresso moral. Por que, pois, a marcha ascendente da moral deveria interromper-se mais que a da inteligência? Por que não haveria, entre o século décimo nono e o vigésimo quarto, tanta diferença nesse terreno como entre o décimo quarto e décimo nono? Duvidar disso seria pretender que a Humanidade tivesse atingido o apogeu da perfeição, o que é absurdo, ou que ela não é moralmente perfectível, o que a experiência desmente.

39.2 – “A Lei de Progresso”- Explicação de Rodolfo Calligaris no livro “As Leis Morais”, Editora FEB, R. Janeiro, 3ª. edição, 1983, págs. 119-122:

#### **A Teologia e a Doutrina Espírita**

Segundo a Teologia, o homem fora criado justo, puro, feliz, e assim poderia ter-se mantido por toda a eternidade. Tentado, porém, por satanás, desobedeceu ao Criador, vindo a sofrer, em consequência desse grave pecado, “a privação da graça, a perda do paraíso, a ignorância, a inclinação para o mal, a morte e toda a sorte de misérias do corpo e da alma”.

Em outras palavras, isso quer dizer que o gênero humano teria surgido na Terra perfeito, ou quase, mas depois se degradou. Há até quem opine que se vem tornando cada vez pior.

A Doutrina Espírita, ao contrário, afirma que o progresso é lei natural, cuja ação se faz sentir em tudo no Universo, não sendo admissível, por conseguinte, possa o homem frustrá-la ou contrapor-se-lhe.

Com efeito, impulsionado por ela, longe de haver “decaído”, o “rei da criação” foi perdendo, ao longo dos séculos, as ferezas do troglodita, a amoralidade do bárbaro, a insipiência do selvagem, num desenvolvimento intelecto-moral vagaroso, mas seguro e ininterrupto, eis que “imagem e semelhança de Deus”, está fadado a adquirir todos os conhecimentos da Sabedoria e todas as virtudes da Santidade.

Claro que ele se encontra, ainda, bastante distanciado dessa perfeição, mas quem quer que conheça um pouquinho de história da civilização, não pode deixar de reconhecer o enorme avanço, não só na técnica como nos costumes, que conseguiu realizar.

### **Progresso Intelectual e Progresso Moral**

É verdade, sim, que o seu progresso moral se acha muito aquém do fabuloso progresso intelectual a que chegou, e daí porque prevalece, em nossos dias, uma ciência sem consciência, valendo-se, não poucos, de suas aquisições culturais, apenas para a prática do mal. Os funestos resultados do mau emprego de sua inteligência recairão, porém, fatalmente, sobre si mesmo, arrancando-lhe “sangue, suor e lágrimas” em crescente profusão, até que, trabalhado pela Dor, ganhará experiência, aprendendo então a equilibrar as forças da mente e do coração, como lhe convém, para que sua marcha ascensional se efetue sem quedas nem desvios.

É verdade, também, que o egoísmo e o orgulho, inspiradores de muitas das leis ínguas em vigência neste mundo, favorecendo os poderosos em prejuízo dos fracos, podem retardar, como efetivamente têm retardado, a prosperidade e o bem-estar comuns. É que a Providência, para dar ao homem o mérito de elevar-se pelo próprio esforço e livre iniciativa, sempre lhe concede moratória para que corrija e aperfeiçoe suas instituições, visando àquele objetivo.

De tempo em tempo, entretanto, esgotados os compassos de espera, sacode-as violentamente, destruindo privilégios odiosos, preconceitos estúpidos e governos opressores, dando ensejo a que, embora a contragosto dos reacionários e dos retrógrados, o progresso se faça e a conduta humana se harmonize, gradativamente, com a Lei Divina, que outra coisa não quer senão que os bens terrenos sejam partilhados equitativamente por quantos hajam concorrido para produzi-los, e que a Paz, alicerçada na Justiça, seja uma bênção a felicitar todas as raças e nações.

### **Retorno ao Estado Primitivo?**

Argumentam alguns filósofos que a civilização só serve para aumentar a ambição, estimular a vaidade, multiplicar os vícios, complicar e dificultar a vida, etc., e que seria melhor para o homem que ele retornasse ao estado primitivo, de ignorância e irresponsabilidade.

Se tais pensadores estivessem com a razão, e o gozo fosse inversamente proporcional ao grau evolutivo das criaturas, convir-nos-ia regredir, não apenas à semiconsciência do bruto, mas à condição de meros vermes... O absurdo de semelhante concepção é evidente, não acham?

Antes de malsinar a civilização, urge que cada um de nós ofereça a sua contribuição pessoal para que ela se apure; e, em vez de tentarmos embaraçar a torrente de progresso, acompanhemo-lo, porque, resistir-lhe, é correr o risco de ser esmagado.

### III – POVOS DEGENERADOS (Idem, itens 786 a 789)

**Artigo 40** – As raças rebeldes ao progresso, por sua própria natureza, dia a dia se aniquilam corporalmente; mas essas almas chegarão à perfeição, como todas as outras, passando por várias existências. Deus não deserda ninguém.

**Parágrafo único** – Os homens mais civilizados de hoje já foram selvagens e antropófagos.

**Artigo 41** – Os povos que só vivem materialmente, cuja grandeza se funda na força e na extensão territorial, crescem e morrem, porque a força de um povo se esgota como a de um homem; aqueles cujas leis egoístas atentam contra o progresso das luzes e da caridade, morrem, porque a luz aniquila as trevas e a caridade mata o egoísmo. Mas há para os povos, como para os indivíduos, a vida da alma, e aqueles, cujas leis se harmonizam com as leis eternas do Criador, viverão e serão o farol dos outros povos.

#### 41.1 – “Terra – Instituto Educacional”- Explicação de Rodolfo Calligaris na obra citada, págs. 123-126:

Um instituto de educação, com seus vários cursos: jardim de infância, primário, ginásio, colégio, normal, etc., constitui símile perfeito do que seja a Terra para os espíritos que aqui se encarnam para realizarem uma parte de sua evolução.

Vejamos:

Tal como sucede nos educandários dessa espécie, em que a posição dos alunos nos diversos cursos resulta não propriamente da idade, mas da assimilação dos programas de cada ano ou grau que hajam freqüentado, assim também, na Escola da Vida, o escalonamento dos espíritos evolucionantes vai-se fazendo, não compulsoriamente, mas em função do bom aproveitamento de cada existência que se lhes proporciona.

Os povos primitivos formam, por assim dizer, o jardim de infância da Humanidade terrena, enquanto no extremo oposto, os de civilização mais avançada, compõem as classes dos cursos secundários.

Em qualquer dos cursos, os alunos que se descuidam ou não se aplicam convenientemente em seus deveres, são obrigados a repetir determinados exercícios ou graus, quantas vezes se façam necessárias, até que os dominem satisfatoriamente. De modo análogo, em qualquer plano evolutivo em que se encontrem, os Espíritos são compelidos, através das reencarnações, a reviver certos episódios ou retornar ao mesmo meio social, tantas vezes quantas sejam precisas, para que tirem proveito das experiências que elas possam ensinar-lhes.

Os alunos dos cursos elementares são instruídos por normalistas, e os que freqüentam cursos secundários são, por sua vez, lecionados por professores universitários. Semelhantemen-

te, os povos selvagens também contam com Espíritos mais adiantados, que reencarnam entre eles a fim de iniciá-los no conhecimento ou despertar-lhes os bons sentimentos, o mesmo se verificando entre os civilizados, em cujo seio espíritos de escol desempenham missões especiais, no campo da Ciência, da Arte, da Política, da Religião, etc., rasgando novos caminhos para o progresso e o bem-estar coletivos.

Nenhum aluno pode matricular-se regularmente num curso de grau médio sem haver passado antes pelo primário, nem no secundário, sem o aprendizado correspondente ao grau médio, e assim por diante, de sorte que cada discente se acha, exatamente, onde deve e precisa estar. O mesmo se dá com os espíritos: sua encarnação, neste ou naquele povo, não se faz por acaso, mas em função de seu adiantamento, o que patenteia a Justiça Divina, que não comete equívocos nem concede privilégios, retribuindo a todos rigorosamente de acordo com os seus méritos pessoais.

Como é óbvio, o aluno que, hoje, está fazendo o curso científico, foi, ontem, um dos que aprendiam a tabuada numa classe do primário, e aquele que, hoje, ainda está soletrando a cartilha, figurará, amanhã, entre os estudantes do clássico, capazes de expressar-se em diversas línguas. Igualmente, os espíritos agora encarnados, entre povos que lideram a civilização, foram, no passado, brutais antropófagos, e aqueles que, em nossos dias, habitam as selvas, no futuro serão damas e cavalheiros cultos e educados, a se movimentarem em aristocráticos salões. (Observação: no ano de 1937, da 1<sup>a</sup> edição do livro “As Leis Morais”, o sistema educacional brasileiro apresentava essa nomenclatura, de conformidade com os graus correspondentes).

Os currículos dos vários graus ou séries de cada curso mantêm-se os mesmos sempre, salvo pequenas alterações, mas as respectivas classes vão-se renovando, de ano para ano, com os alunos novatos que vêm substituir os que foram promovidos. É o que acontece, também, com os povos primitivos e civilizados: eles se conservam mais ou menos estáveis, porque o lugar dos que se adiantam vai sendo tomado por outros espíritos que necessitam das condições sociais que lhes são características para o seu gradual desenvolvimento intelectual e moral.

Nos dias de sabatinas ou de exames, os alunos têm que demonstrar, individualmente, quanto sabem de cada matéria, não sendo admitidas, em hipótese alguma, procurações dos interessados para que tais provas sejam realizadas por outrem. É essa, exatamente, a situação dos espíritos perante Deus; têm que responder, pessoalmente, pelo que fizeram aqui neste mundo, sem que nenhuma igreja, nenhum santo, nenhum guia ou protetor, possa interferir em seu favor.

Uma vez vencido o período de aprendizado proporcionado pelos institutos educacionais a que nos temos referido como exemplo, os estudantes que se disponham a fazer um curso superior passam a frequentar outras Escolas, agora de nível universitário, onde irão estender e aprofundar os conhecimentos já adquiridos, iniciar-se em outros, e assim por diante. Os espíritos que pertencem à nossa Humanidade, tal e qual, após conquistarem o grau de progresso peculiar a este mundo, são transferidos para outros mais adiantados, nos quais começam novo ciclo evolutivo, e assim sucessivamente, até atingirem os planos mais felizes da espiritualidade, convertendo-se, então, em colaboradores da Providência, nas sublimes tarefas da Criação.

## **O Progresso e a Terra do Futuro: uma só nação? Uma Lei única?**

**Artigo 42** – O progresso reunirá um dia todos os povos da Terra numa só nação?

- Não em uma só nação, o que é impossível, pois da diversidade dos climas nascem costumes e necessidades diferentes, que constituem as nacionalidades. Assim serão sempre necessárias leis apropriadas a esses costumes e a essas necessidades. Mas a caridade não conhece latitudes e não faz distinção dos homens pela cor. Quando a lei de Deus constituir por toda parte a base da lei humana, os povos praticarão a caridade de um para outro, como os indivíduos de homem para homem, vivendo felizes e em paz, porque ninguém tentará fazer mal ao vizinho ou viver às suas expensas.

### **42.1 -“A Lei de Progresso dos Povos e a Justiça da Reencarnação”. Comentário de Kardec no item 789 de ‘O Livro dos Espíritos’:**

A Humanidade progride por intermédio dos indivíduos que se melhoram pouco a pouco e se esclarecem; quando estes se tornam numerosos, tomam a dianteira e arrastam os outros. De tempos em tempos surgem os homens de gênio, que lhe dão um impulso; e depois, homens investidos de autoridade, instrumentos de Deus, que em alguns anos a fazem avançar de muitos séculos.

O progresso dos povos faz ainda ressaltar a justiça da reencarnação. Os homens de bem fazem louváveis esforços para ajudar uma nação a avançar moral e intelectualmente; a nação transformada será mais feliz neste mundo e no outro, compreende-se; mas, durante a sua marcha lenta através dos séculos, milhares de indivíduos morrem diariamente, e qual seria a sorte de todos esses que sucumbem durante o trajeto? Sua inferioridade relativa os priva da felicidade reservada aos que chegam por último? Ou também a sua felicidade é relativa? A justiça divina não poderia consagrar semelhante injustiça. Pela pluralidade das existências, o direito à felicidade é sempre o mesmo para todos, porque ninguém é deserdado pelo progresso. Os que viveram no tempo da barbárie, podendo voltar no tempo da civilização, no mesmo povo ou em outro, é claro que todos se beneficiam da marcha ascendente.

Mas o sistema da unicidade da existência apresenta neste caso outra dificuldade. Com esse sistema, a alma é criada no momento do nascimento, de maneira que um homem é mais adiantado que outro porque Deus criou para ele uma alma mais adiantada. Por que esse favor? Que mérito tem ele, que não viveu mais do que o outro, e geralmente menos, para ser dotado de uma alma superior? Mas essa não é a principal dificuldade. Uma nação passa, em mil anos, da barbárie à civilização. Se os homens vivessem mil anos, poderia conceber-se que, nesse intervalo, tivessem tempo de progredir; mas diariamente morrem criaturas em todas as idades, renovando-se sem cessar, de maneira que dia a dia as vemos aparecerem e desaparecerem. No fim de um milênio não há mais traços dos antigos habitantes; a nação, de bárbara que era, tornou-se civilizada; mas quem foi que progrediu? Os indivíduos outrora bárbaros? Esses já estão mortos há muito tempo. Os que chegaram por último? Mas se a sua alma foi criada no momento do nascimento, essas almas não existiriam no tempo da barbárie e é necessário admitir, en-

tão, que os esforços desenvolvidos para civilizar um povo têm o poder, não de melhorar as almas imperfeitas, mas de fazer Deus criar outras almas mais perfeitas.

Comparemos esta teoria do progresso com a que nos foi dada pelos Espíritos. As almas vindas no tempo da civilização tiveram a sua infância como todas as outras, mas já viveram e chegam adiantadas, em conseqüência de um progresso anterior; elas vêm atraídas por um meio que lhes é simpático e que está em relação com o seu estado atual. Desse maneira, os cuidados dispensados à civilização de um povo não têm por efeito determinar a criação futura de almas mais perfeitas, mas atrair aquelas que já progrediram, sejam as que já viveram nesse mesmo povo, em tempos de barbárie, sejam as que procedem de outra parte. Aí temos ainda a chave do progresso de toda a Humanidade. Quando todos os povos estiverem no mesmo nível quanto ao sentimento do bem, a Terra só abrigará bons Espíritos, que viverão em união fraterna. Os maus, tendo sido repelidos e deslocados, irão procurar nos mundos inferiores o meio que lhes convém, até que se tornem dignos de voltar ao nosso meio, transformados. A teoria vulgar tem ainda esta conseqüência: os trabalhos de melhoramento social só aproveitam às gerações presentes e futuras; seu resultado é nulo para as gerações passadas, que cometeram o erro de chegar muito cedo e só avançaram na medida de suas forças, sob a carga dos seus atos de barbárie. Segundo a doutrina dos Espíritos, os progressos ulteriores aproveitam igualmente a essas gerações, que revivem nas condições melhores e podem aperfeiçoar-se no seio da civilização. (ver item 222 de O Livro dos Espíritos: “Considerações sobre a pluralidade das existências”).

#### **IV – CIVILIZAÇÃO DEPURADA: INTELIGÊNCIA E MORAL (Itens 790 a 793 de ‘O Livro dos Espíritos’.)**

**Artigo 43** – A civilização se depurará um dia, fazendo desaparecer os males que tenha produzido, quando a moral estiver tão desenvolvida quanto a inteligência. As faculdades do Espírito não progredem ao mesmo tempo; é necessário tempo para tudo. Não se pode esperar frutos perfeitos de uma civilização incompleta.

##### **43.1 – “Sinais de uma civilização completa”. Comentário de Kardec no item 793 de O Livro dos Espíritos:**

A civilização tem os seus graus, como todas as coisas. Uma civilização incompleta é um estado de transição que engendra males especiais, desconhecidos no estado primitivo, mas nem por isso deixa de constituir um progresso natural, necessário, que leva consigo mesmo o remédio para aqueles males. À medida que a civilização se aperfeiçoa, vai fazendo cessar alguns dos males que engendrou, e esses males desaparecerão com o progresso moral.

De dois povos que tenham chegado ao ápice da escala social, só poderá dizer-se o mais civilizado, na verdadeira acepção do termo, aquele em que se encontre menos egoísmo, cupidez e orgulho; em que os costumes sejam mais intelectuais e morais do que materiais; em que a inteligência possa desenvolver-se com mais liberdade; em que existam mais bondade, boa-fé, benevolência e generosidade recíprocas; em que os preconceitos de casta e de nascimento sejam menos enraizados, porque eles são incompatíveis com o verdadeiro amor do próximo; em que as leis não consagrem nenhum privilégio e sejam as mesmas para o último como

para o primeiro; em que a justiça se exerça com o mínimo de parcialidade; em que o fraco sempre encontre apoio contra o forte; em que a vida do homem, suas crenças e suas opiniões sejam melhor respeitadas; em que haja menos desgraça e, por fim, em que todos os homens de boa vontade estejam sempre seguros de não lhes faltar o necessário.

**‘As Aristocracias’– Explicação de Allan Kardec no livro ‘Obras Póstumas’, Editora LAKE, 11<sup>a</sup>. ed., 1995, págs. 183-187:**

‘Aristocracia’ vem do grego ‘aristos’, melhor, e ‘kratos’, poder; na acepção literária aristocracia significa: ‘o poder dos melhores’. Não de concordar que esta significação tem sido muitas vezes deturpada. Vamos apreciar a influência que o Espiritismo pode exercer sobre essa concepção e os seus resultados. Tomaremos as coisas em seu ponto de partida e segui-la-emos através dos tempos, para deduzir delas as conseqüências.

**Aristocracia Patriarcal**

Em nenhum tempo ou nação, os povos dispensaram chefes, ainda mesmo no estado de selvageria. É assim porque, em razão da diversidade de aptidões e de caracteres, que se dão na espécie humana, há sempre incapazes que precisam ser dirigidos, fracos que reclamam proteção, paixões a combater: daí a necessidade de uma autoridade. ‘Sabemos que nas sociedades primitivas a autoridade foi conferida aos chefes de família, aos anciãos, aos velhos, aos patriarcas. Foi esta a primeira de todas as aristocracias’.

**Aristocracia da Força Bruta**

Tornando-se mais numerosas as sociedades, a autoridade patriarcal foi, em certas circunstâncias, impotente. As questões entre os povos vizinhos trouxeram guerras, que reclamaram a direção, não mais de velhos, porém de homens fortes, vigorosos e inteligentes; daí os chefes militares. Estes, vitoriosos, foram investidos de autoridade, esperando-se achar em seu valor uma garantia contra os ataques dos inimigos; muitos porém se apossaram do poder valendo-se da sua posição. ‘Depois os vencedores impuseram-se aos vencidos e reduziram-nos à escravidão; daí a autoridade da força bruta que foi a segunda aristocracia’.

**Aristocracia do Nascimento**

Os fortes transmitiram, naturalmente, aos filhos, o poder e a fortuna, e os fracos, não ousando resistir, acostumaram-se, pouco a pouco, a considerar estes como herdeiros dos direitos conquistados por seus pais e como seus superiores; aparece então a divisão da sociedade em duas classes; os superiores e os inferiores, os que comandam e os que obedecem; ‘eis pois que surge a aristocracia do nascimento, que se tornou tão poderosa e preponderante, como a da força’, porque, se não tinha esta por si, como nos primeiros tempos, em que cada um pagava com seu próprio corpo, possuía a força necessária. Dispondo de todo o poder, cercou-se, muito naturalmente, de privilégios, para a conservação dos quais era preciso dar-lhe o prestígio da legalidade: fez as leis em seu próprio proveito, o que lhe era fácil, pois que só ela as fazia. Nem sempre sendo isto suficiente, recorreu ao direito divino para torná-las respeitáveis e invioláveis. Para assegurar-se do respeito da classe submetida, que crescia cada vez mais e se tornava mais difícil de conter, ainda mesmo pela força, não havia senão um meio: impedir que ela visse claro, mantendo-a na ignorância.



### **Aristocracia do ouro**

Se a classe superior pudesse ter a inferior na ociosidade, ou sem necessidade de trabalhar, o seu domínio estender-se-ia indefinidamente; mas desde que esta era obrigada a trabalhar para viver, e tanto mais quanto aumentava a necessidade pelo seu crescimento, resultou disso a necessidade de novos recursos, de lutar contra a concorrência, de procurar novos mercados para os produtos; e ela desenvolveu a inteligência e chegou ao conhecimento das causas, de que se serviram para sujeitá-la. Não está aí visível a mão da Providência?

Viu claro, viu a falta de prestígio do poder, que a esmagava e, sentindo-se forte pelo número, aboliu os privilégios e proclamou a igualdade perante a lei.

Esse movimento marcou, em alguns países, o termo do reino da aristocracia de nascimento, que se tornou nominal e honorífica, porque não tem mais o poder de legislar.

‘Então, elevou-se novo poder: o do ouro’, porque com o ouro se dispõe dos homens e das coisas. Foi um sol nascente, diante do qual se inclinaram, como outrora diante de um brasão ou de outro qualquer símbolo. O que se não concedia mais aos títulos, concedeu-se à fortuna e a fortuna teve os seus privilégios.

### **Aristocracia da Inteligência**

Começaram, depois, a perceber que, se para alguém fazer fortuna é necessário dispor de inteligência, não precisa tê-la quem adquire a riqueza por herança, sendo os herdeiros mais hábeis para gastar do que para ajuntar, e que, além disso, os meios de enriquecer não são sempre lícitos. Como consequência, o domínio do ouro vai, pouco a pouco, perdendo prestígio. ‘Surge uma outra potência, outra aristocracia mais justa – a da inteligência’, diante da qual todos podem inclinar-se sem se aviltar, porque ela pertence tanto ao rico como ao pobre. Será a última? É a mais alta expressão da humanidade civilizada?

Não!

### **Aristocracia Intelecto-Moral: A última das aristocracias**

A inteligência nem sempre é penhor de moralidade e o homem mais inteligente pode fazer mau uso das faculdades. Por outro lado, a simples moralidade pode não ter capacidade. É, pois, necessária a união da inteligência e a da moralidade para haver a legítima preponderância, a que a massa se submeterá, confiada em suas luzes e justiça. Será esta a última aristocracia, sinal do advento do reino do bem na Terra. Ela virá naturalmente, pela força dos acontecimentos, e quando os homens daquela categoria forem tão numerosos, que constituam uma imponente maioria, a massa popular lhes confiará os próprios interesses.

Como vimos, as aristocracias tiveram a sua razão de ser, nasceram do estado da humanidade no seu tempo; o mesmo será em relação àquela que tem de vir. Todas tiveram ou terão a sua época segundo os países, porque nenhuma se funda em princípio moral. Só este princípio pode constituir uma supremacia durável, porque será animada por sentimentos de justiça e caridade: supremacia que chamaremos ‘aristocracia intelecto-moral’.

### **Aristocracia Intelecto-Moral VERSUS Egoísmo, Orgulho, Ganância!**

É compatível este estado de coisas com o egoísmo, com o orgulho e com a ganância, que ainda imperam na Terra? A isto responderemos francamente: sim; não somente é possível, como virá, porque é inevitável. Hoje, a inteligência domina, torna-se soberana no conceito universal; tão realmente, que vemos o homem do povo elevado à culminância social.

Esta aristocracia não é mais justa, mais lógica, mais racional que a da força bruta, a do nascimento, a do ouro? Por que, então, não ser possível ajuntar-lhe a moralidade? Porque, dizem os pessimistas, o mal domina na Terra. Já foi dito que o bem não o apagará jamais? Os costumes e as instituições não valem hoje cem vezes mais que na Idade Média? Cada século não se tem assinalado por um progresso? Por que pois há de a humanidade estacionar, quando tanto lhe falta conquistar?

Os homens, por instinto natural, procuram o seu bem-estar; se o não encontrarem satisfatório no reino da inteligência, procurá-lo-ão algures. E onde poderão encontrá-lo a não ser no reino da moralidade? Para isto é preciso que a moralidade domine a maior parte.

#### **Os homens bons e os homens maus**

Muito há que fazer, certamente, mas, ainda uma vez, é néscia presunção dizer que a humanidade chegou ao apogeu, quando a vemos caminhar incessantemente nas vias do progresso. Digamos desde já que os bons da terra não são tão raros como pensam. Os maus são numerosos, é verdade; mas o que parece avultar-lhes o número é a audácia, que julgam necessária ao êxito. Não desconhecem, porém, a preponderância do bem, tanto que, embora não o pratiquem, tomam-lhe a máscara. Os bons, pelo contrário, não fazem praça das suas qualidades, não procuram pôr-se em evidência e é por isso que o seu número parece ser diminuto. Sondai, porém, os arcanos da vida íntima, e encontrareis, em todas as classes sociais, muitas naturezas boas e leais, que vos não permitirão desesperar da humanidade.

Importa também saber que dos maus, muitos só o são por influência do meio, podendo tornar-se bons se forem submetidos à ação de um meio benéfico. Admitamos que, sobre 100 indivíduos, há 25 bons e 75 maus; destes, 50 o são por fraqueza e seriam bons se tivessem tido bons exemplos, principalmente se houvessem recebido boa educação; dos 25 francamente maus, nem todos são incorrigíveis. No estado atual das coisas, os maus estão em maioria e dão leis aos bons; mas, se por qualquer circunstância, se converterem os 50 fracos, os bons ficarão em maioria e, por sua vez, darão as leis; dos 25 francamente maus, muitos sentirão a influência daquela maioria, não restando senão poucos incorrigíveis, que nenhuma preponderância podem ter.

Tomemos um exemplo. Há povos para quem o homicídio e o roubo são coisas normais. Para estes, o bem é exceção. Entre os povos mais adiantados e melhor governados da Europa, o crime é exceção, e não exerce influência sobre a sociedade, na qual o que domina ainda são os vícios de caráter: o orgulho, o egoísmo, a ambição com o seu cortejo. Por que, continuando o progresso daqueles povos, os próprios vícios não ficarão sendo exceção, como já o são os crimes? Negar a possibilidade desta caminhada ascendente é negar o progresso. Certamente a transformação não pode ser obra de um dia; se, porém, há causa que possa apressar a caminhada, essa causa é o Espiritismo.

### **O Espiritismo: um dos mais poderosos precursores da aristocracia do futuro**

Agente, por excelência, da solidariedade humana, mostrando as provas da vida atual como conseqüências lógicas e racionais dos atos praticados em anteriores existências, fazendo de cada pessoa o autor da felicidade própria, ele elevará, necessariamente, mediante a sua vulgarização, o nível moral da atualidade.

Os princípios gerais da nossa filosofia estão elaborados e coordenados, já têm reunido, em imponente comunhão de pensamentos, milhões de sectários, disseminados por todos os países do mundo. Os progressos realizados por influência sua, as transformações individuais e locais, por eles provocadas em menos de 15 anos, permitem-nos avaliar as imensas modificações essenciais, que terão de realizar no futuro.

#### **Fé Raciocinada**

Se, porém, graças ao desenvolvimento e geral aceitação do ensino dos Espíritos, o nível moral da humanidade tende constantemente a elevar-se, não se vá concluir que a moralidade obscurecerá a inteligência. O Espiritismo não quer ser aceito cegamente, antes pede a discussão e a luz.

Em vez da fé cega, que sufoca a liberdade de pensar, ele ensina: “A fé inabalável é somente aquela que pode encarar a razão face a face em todas as épocas da humanidade. A fé precisa de uma base, e esta é o conhecimento perfeito do que devemos crer. Para crer, não basta ver, é preciso sobretudo compreender”. (Evangelho Segundo o Espiritismo).

Temos, pois, razão para considerar o Espiritismo como um dos mais poderosos precursores da aristocracia do futuro, isto é, ‘da aristocracia intelecto-moral’.

#### **43.2 – “Civilização Cristã”- Comentário no mesmo item (nota de rodapé), de José Herculano Pires, tradutor de ‘O Livro dos Espíritos’:**

Será essa a civilização cristã que o Espiritismo estabelecerá na Terra. Como se vê pelas explicações dos Espíritos e os comentários de Kardec, a civilização incompleta em que vivemos é apenas uma fase de transição entre o mundo pagão da Antiguidade e o mundo cristão do Futuro. Nos costumes, na legislação, na religião, na prática dos cultos religiosos vemos a mistura constante dos elementos do paganismo com os princípios renovadores do Cristianismo. Cabe ao Espiritismo a missão de remover esses elementos pagãos para fazer brilhar o espírito cristão em toda a sua pureza. Veja-se, a propósito, todo o cap. I de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”.

#### **43.3 – “Sucedem-se as Civilizações no Processo de Evolução da Terra”- Crônica de José Herculano Pires no Livro “O Infinito e o Finito”, Edições Correio Fraterno, 1ª. edição, 1983, págs. 33-35:**

O Espiritismo, como o Cristianismo Primitivo, vai-se impondo ao mundo de maneira irresistível. A mitologia greco-romana era ainda senhora do mundo antigo, e seus deuses de pedra ou metal dominavam nos templos do Império, quando o Cristianismo começou a se espalhar pela Terra, como erva humilde que se alastra no solo, pisada pelos homens e desprezada

pelos poderosos. Pouco a pouco, os princípios cristãos se infiltraram na gigantesca estrutura do Império, substituindo o vazio angustiante das religiões mitológicas e a vã sabedoria das escolas filosóficas dominantes.

O mundo se renova constantemente, porque o seu destino é a evolução. A sua lei básica, irredutível, é a lei do progresso. Perecem as formas numa sucessão contínua, ao ritmo do desenvolvimento universal. Através das formas, a vida cresce, se expande, e exige novos instrumentos de manifestação. As civilizações, como as plantas, os animais e os homens, nascem, crescem, se desenvolvem, atingem o apogeu, entram em declínio e morrem. Mas não morrem apenas. Porque renascem também. Cerca de vinte civilizações já passaram na Terra. Suas estruturas desapareceram, mas o espírito que as animava ressurgiu nas seguintes. A grega foi herdeira da egípcia e da babilônica, a romana da grega, a nossa, da grega e da romana.

Cada nova civilização traz consigo um novo e mais poderoso sopro do espírito. Segundo as observações de Dilthey e Whitehead, o espírito racionalista dos gregos fundiu-se no tempo com a mentalidade jurídica dos romanos e o providencialismo judeu-cristão, para a criação da consciência moderna, estruturada lentamente no caldeirão ideológico da Idade Média. Dessa elaboração milenar resultou o esplendor da Renascença. O próprio nome atribuído ao fenômeno revela a sua natureza: a Renascença nada mais foi do que um renascimento do espírito das antigas civilizações numa nova forma, num corpo novo. É claro que não usamos a palavra “forma” no sentido aristotélico, mas no sentido comum de estrutura, de configuração exterior.

O Cristianismo constituiu o grande alicerce ideológico sobre o qual se ergueu o edifício de um novo mundo, de uma nova civilização, a partir da decadência do Império Romano. Mas os ideais do Cristianismo não puderam concretizar-se perfeitamente e desenvolver-se em plenitude na civilização moderna. A nova estrutura, herdeira da antiga, conservou muito daquela, da mesma maneira por que o organismo do filho repete as características paternas. O Cristianismo é uma revolução em marcha, suas transformações continuam em desenvolvimento. Prevendo a amplitude dessa revolução, o próprio Cristo anunciou como vemos no Evangelho de João, a vinda de um “novo consolador”, o advento do Espírito de Verdade, incumbido de restabelecer a pureza dos seus ensinamentos e dar novo impulso à evolução terrena.

O Espiritismo é o cumprimento dessa promessa. Surgindo na hora precisa, em meados do século passado (XIX), no momento exato em que os princípios do Cristianismo, ameaçados pela estagnação dogmática, se defrontavam com o livre exame da nova mentalidade científica, ele abriu perspectivas inesperadas ao prosseguimento da civilização cristã. Kardec acentua esse fato, com palavras claras e precisas, em “O Evangelho Segundo o Espiritismo” e “A Gênese”. O Espiritismo é também um renascimento, é o que Emmanuel chamou “a renascença cristã”. Por isso, no momento em que o mundo moderno vacila, entre as crenças que não mais o satisfazem, e as promessas do espírito científico, o Espiritismo se infiltra em toda a sua estrutura, para salvar o futuro, preparando as bases da nova civilização.

Todos os golpes desferidos contra o Espiritismo são tão inúteis como os que foram desferidos no passado contra o Cristianismo. A força do Espiritismo é a da própria vida à procura de nova forma, mais adequada à manifestação de seus novos desenvolvimentos. Pouco importa que sua posição seja marginal na cultura moderna. Também os estóicos e epicuristas, os rabinos de Jerusalém e os sábios de Roma e de Atenas consideravam marginal e supersticioso o Cristianismo. As lições da história deviam servir para alertar os espíritos mais arejados,

chamando-lhes a atenção para afirmações como a de sir Oliver Lodge, o grande sábio inglês, para quem o Espiritismo “é uma nova revolução copérmica”.

**43.4 – “Nossa Destinação”- Explanação de Hernani Guimarães Andrade em seu livro “Espírito, Perispírito e Alma” – Ensaio Sobre o MOB (Modelo Organizador Biológico), Edit. Pensamento, S.P., 1ª. edição, 1984, págs. 229/230:**

Peregrinos na interminável marcha ao longo do tempo e do espaço cósmico, é razoável que estejamos por alguns instantes e indaguemos a que porto demandamos.

Emergidos, há bilhões de anos, do seio do ‘Grande Oceano de Consciência’ pressentido pelas modernas colocações da Física, parece que, como “entidades conscientes”, mal demos os primeiros passos na longa trilha a percorrer. Todavia, já estamos conseguindo refletir, um pouco, acerca da natureza humana, e, tímidamente, a Ciência começa a admitir e a investigar a respeito de tão importante problema – talvez o mais importante de todos, embora não seja assim considerado pela maioria.

E a que conclusão teria chegado este punhado de pesquisadores – “sonhadores” na opinião dos demais – acerca da natureza humana? – Muito animadora: cada um de nós parece ser um Espírito em evolução permanente. Ele deve representar um fabuloso arquivo, um colossal “domínio informacional”, contendo todos os dados de suas inumeráveis experiências progressas. Este incomensurável repositório de conhecimentos, de vivências e de milenar sabedoria, alcançados em bilhões de experiências existenciais, ultrapassa muitíssimo o nosso frágil, superficial e paupérrimo aprendizado de uma única existência corporal, contada, no máximo, em algumas dezenas de anos apenas, dos quais estivemos a maior parte do tempo semiconscientes ou inconscientes.

No vastíssimo arquivo mnemônico do Espírito, estão estocadas todas as informações colhidas pelo MOB (Modelo Organizador Biológico) e pela “cúpula”, através de bilhões de anos de experiência biológica, psicológica e espiritual.

Uma ocasião chegará em que todo esse imenso tesouro de sabedoria e de experiência cósmica achar-se-á à nossa disposição, integrado em uma superconsciência individual, quase onisciente e divina.

Será que não estaríamos, então, destinados a participar de uma Comunidade Cósmica Universal, colaborando com a ‘Consciência’ de onde proviemos? Não estaríamos, porventura, destinados a atingir a meta apontada pelo Cristo: “Eu disse: Sois deuses?”

## **V – PROGRESSO DA LEGISLAÇÃO HUMANA (Itens 794 a 797)**

### **A Lei Natural e a Lei Humana**

**Artigo 44** – A sociedade poderia ser regida somente pelas leis naturais, sem o recurso das leis humanas, se os homens as compreendessem bem e qui-

sessem praticá-las. Mas a sociedade tem as suas exigências e precisa de leis particulares.

### **Instabilidade das leis humanas**

**Artigo 45** – Nos tempos de barbárie são os mais fortes que fazem as leis, e as fazem em seu favor. Há necessidade de modificá-las à medida que os homens vão melhor compreendendo a justiça. As leis humanas são mais estáveis à medida que se aproximam da verdadeira justiça, quer dizer, à medida que são feitas para todos e se identificam com a lei natural.

#### **45.1 – “Instabilidade das leis humanas e a Lei Natural imutável” – Comentário de Kardec no item 795 de O Livro dos Espíritos:**

A civilização criou novas necessidades para o homem, e essas necessidades são relativas à posição social de cada um. Foi necessário regular os direitos e os deveres dessas posições por meio de leis humanas. Mas, sob a influência das suas paixões, o homem criou, muitas vezes, direitos e deveres imaginários, condenados pela lei natural e que os povos apagam dos seus códigos à proporção que progridem. A lei natural é imutável e sempre a mesma para todos. A lei humana é variável e progressiva; somente ela pôde consagrar, na infância da Humanidade, o direito do mais forte.

### **Severidade das leis penais e a Educação**

**Artigo 46** – Uma sociedade depravada tem certamente necessidade de leis mais severas. Infelizmente, essas leis se destinam antes a punir o mal praticado do que a cortar a raiz do mal. Somente a educação pode reformar os homens, que assim não terão mais necessidade de leis tão rigorosas.

### **Reforma das leis humanas**

**Artigo 47** – A reforma das leis humanas acontecerá naturalmente, pela força das circunstâncias e pela influência das pessoas de bem, que conduzem os homens na senda do progresso. Há muitas leis que já foram reformadas e muitas outras ainda o serão.

**47.1 – “Sociologia”- Respostas de Emmanuel (Espírito) à inúmeras perguntas sobre problemas sociais, constantes do livro “O Consolador”, Editora FEB, 19ª. edição, 1998, RJ, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 45-54:**

47.1.1 - Com a difusão da luz espiritual, alargará o homem a noção de pátria, de modo a abranger no mesmo nível todas as nações do mundo?

A luz espiritual dará aos homens um conceito novo de pátria, de maneira a proscreever-se o movimento destruidor pelos canhões e balas homicidas. Quando isso se verifique, o homem aprenderá a valorizar o berço em que renasceu, pelo trabalho e pelo amor, destruindo-se concomitantemente as fronteiras materiais e dando lugar à era nova da grande família humana, em que as raças serão substituídas pelas almas e em que a pátria será honrada, não com a morte, mas com a vida bem aplicada e bem vivida.

47.1.2 – A desigualdade verificada entre as classes sociais, no usufruto dos bens terrenos, perdurará nas épocas do porvir?

A desigualdade social é o mais elevado testemunho da verdade da reencarnação, mediante a qual cada espírito tem sua posição definida de regeneração e resgate. Nesse caso, consideramos que a pobreza, a miséria, a guerra, a ignorância, como outras calamidades coletivas, são enfermidades do organismo social, devido à situação de prova da quase generalidade dos seus membros. Cessada a causa patogênica com a iluminação espiritual de todos em Jesus-Cristo, a moléstia coletiva estará eliminada dos ambientes humanos.

47.1.3 – Pode admitir-se, em Sociologia, o conceito de igualdade absoluta?

A concepção igualitária absoluta é um erro grave dos sociólogos, em qualquer departamento da vida. A tirania política poderá tentar uma imposição nesse sentido, mas não passará das espetaculosas uniformizações simbólicas para efeitos exteriores, porquanto o verdadeiro valor de um homem está no seu íntimo, onde cada espírito tem sua posição definida pelo próprio esforço.

Nessa questão existe uma igualdade absoluta de direitos dos homens perante Deus, que concede a todos os seus filhos uma oportunidade igual nos tesouros inapreciáveis do tempo. Esses direitos são os da conquista da sabedoria e do amor, através da vida, pelo cumprimento do sagrado dever do trabalho e do esforço individual. Eis por que cada criatura terá o seu mapa de méritos nas sendas evolutivas, constituindo essa situação, nas lutas planetárias, uma grandiosa escala progressiva em matéria de raciocínios e sentimentos, em que se elevará naturalmente todo aquele que mobilizar as possibilidades concedidas à sua existência para o trabalho edificante da iluminação de si mesmo, nas sagradas expressões do esforço individual.

**‘Desigualdade das Riquezas’ – O Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XVI –  
Explicação de Allan Kardec:**

A desigualdade das riquezas é um dos problemas que em vão se procuram resolver, quando se considera apenas a vida atual. A primeira questão que se apresenta é a seguinte: Por que todos os homens não são igualmente ricos? Por uma razão muito simples: ‘é que não são igualmente inteligentes, ativos e laboriosos para adquirir, nem sóbrios e providentes para conservar’. Aliás, é uma questão matematicamente demonstrada que, repartida por igual, a fortuna daria a cada qual uma parte mínima e insuficiente; que, supondo-se feita essa repartição, o equilíbrio seria rompido em pouco tempo, em virtude da diversidade de caracteres e aptidões; que, supondo-a possível e durável, tendo cada um somente o necessário para viver, isso equivaleria ao aniquilamento de todos os grandes trabalhos que concorrem para o progresso e o bem-estar da humanidade; que, portanto, supondo-se que ela desse a cada um o necessário, desapa-

receria o estímulo que impulsiona as grandes descobertas e os empreendimentos úteis. Se Deus a concentra em alguns lugares, é para que dos mesmos ela se expanda, em quantidades suficientes, segundo as necessidades.

Admitindo-se isto, pergunta-se por que Deus a concede a pessoas incapazes de fazê-la frutificar para o bem de todos. Essa é ainda uma prova da sabedoria e da bondade de Deus. Ao dar ao homem o livre arbítrio, quis que ele chegasse, pela sua própria experiência, a discernir o bem e o mal, de maneira que a prática do bem fosse o resultado dos seus esforços, da sua própria vontade. Ele não deve ser fatalmente levado a um nem ao outro, pois então seria um instrumento passivo e irresponsável como os animais. A fortuna é um meio de prová-lo moralmente; mas como, ao mesmo tempo, é um poderoso meio de ação para o progresso, Deus não quer que ela permaneça improdutivo, e é por isso que ‘incessantemente a transfere’. Cada qual deve possuí-la, para exercitar-se no seu uso e provar a maneira por que o sabe fazer. Como há a impossibilidade material de que todos a possuam ao mesmo tempo, e como, se todos a possuíssem, ninguém trabalharia, e o melhoramento do Globo sofreria com isso: ‘cada qual a possui por sua vez’. Dessa maneira, o que hoje não a tem, já a teve no passado ou a terá no futuro, numa outra existência, e o que hoje a possui poderá não tê-la amanhã. Há ricos e pobres porque, Deus sendo justo, cada qual deve trabalhar por sua vez. A pobreza é para uns a prova da paciência e da resignação; a riqueza é para outros a prova da caridade e da abnegação.

Lamenta-se, com razão, o triste uso que algumas pessoas fazem da sua fortuna, às ignóbeis paixões que a cobiça desperta, e pergunta-se se Deus é justo, ao dar riqueza a tais pessoas. É claro que, se o homem só tivesse uma existência, nada justificaria semelhante repartição dos bens terrenos; mas, se em lugar de limitar sua vida ao presente, considerar-se o conjunto das existências, vê-se que tudo se equilibra com justiça. O pobre não tem, portanto, motivos para acusar a Providência, nem para invejar os ricos, e estes não o têm para se vangloriarem do que possuem. Se, por outro lado, estes abusam da fortuna, não será através de decretos, nem de leis suntuárias, que se poderá remediar o mal. As leis podem modificar momentaneamente o exterior, mas não podem modificar o coração: eis porque têm um efeito temporário e provocam sempre uma reação mais desenfreada. A fonte do mal está no egoísmo e no orgulho. Os abusos de toda espécie cessarão por si mesmos, quando os homens se dirigirem pela lei da caridade.

#### **47.1.4 – Poderão os homens resolver sem atritos as chamadas questões proletárias?**

Sim, quando se decidirem a aceitar e aplicar os princípios sagrados do Evangelho. Os regulamentos apaixonados, as greves, os decretos unilaterais, as ideologias revolucionárias, são cataplasmas inexpressivas, complicando a chaga da coletividade.

O socialismo é uma bela expressão de cultura humana, enquanto não resvala para os pólos do extremismo.

Todos os absurdos das teorias sociais decorrem da ignorância relativamente à necessidade de sua cristianização. Conhecemos daqui os maus dirigentes e os maus dirigidos, não como homens ricos e pobres, mas como a avarentos e a revoltados. Nessas duas expressões, as criaturas operaram o desequilíbrio de todos os mecanismos do trabalho natural.

A verdade é que todos os homens são proletários da evolução e nenhum esforço de boa realização na Terra é indigno do espírito encarnado. Cada máquina exige uma direção pes-



soal, e o mecanismo do mundo requer o infinito de aptidões e de conhecimentos. Sem a harmonia de cada peça na posição em que se encontra, toda produção é contraproducente e toda boa tarefa impossível. Todos os homens são ricos pelas bênçãos de Deus e cada qual deve aproveitar, com êxito, os “talentos” recebidos, porquanto, sem exceção de um só, prestarão um dia, além-túmulo, contas de seus esforços.

Que os trabalhadores da direção saibam amar, e que os da realização nunca odeiem. Essa é a verdade pela qual compreendemos que todos os problemas do trabalho, na Terra, representam uma equação de Evangelho.

#### **47.1.5 – Reconhecendo-se o Estado como aparelhamento de leis convencionais, é justificável a sua existência, bem como o das classes armadas, que o sustentam no mundo?**

Na situação (ou condição) atual do mundo e considerando a heterogeneidade dos caracteres e das expressões evolutivas das criaturas, examinadas isoladamente, justifica-se a necessidade dos aparelhos estatais nas convenções políticas, bem como das forças armadas que os mantêm no orbe, como institutos de ordem para a execução das provas individuais, nas contingências humanas, até que o homem perceba o sentido de concórdia e fraternidade dentro das leis do Criador, prescindindo então da obrigatoriedade de certas determinações das leis humanas, convencionais e transitórias.

#### **47.1.6 – Tem o Espiritismo um papel especial junto da Sociologia?**

Na hora atual da humanidade terrestre, em que todas as conquistas da civilização se subvertem nos extremismos, o Espiritismo é o grande iniciador da Sociologia, por significar o Evangelho redivivo que as religiões literalistas tentaram inumar nos interesses econômicos e na convenção exterior de seus prosélitos.

Restaurando os ensinamentos de Jesus para o homem e esclarecendo que os valores legítimos da criatura são os que procedem da consciência e do coração, a doutrina consoladora dos Espíritos reafirma a verdade de que a cada homem será dado de acordo com seus méritos, no esforço individual, dentro da aplicação da lei do trabalho e do bem; razão pela qual representa o melhor antídoto dos venenos sociais atualmente espalhados no mundo pelas filosofias políticas do absurdo e da ambição desmedida, restabelecendo a verdade e a concórdia para os corações.

#### **47.1.7 - Como se deverá comportar o espiritista perante a política do mundo?**

O sincero discípulo de Jesus está investido de missão mais sublime, em face da tarefa política saturada de lutas materiais. Essa é a razão por que não deve provocar uma situação de evidência para si mesmo nas administrações transitórias do mundo. E, quando convocado a tais situações pela força das circunstâncias, deve aceitá-las não como galardão para a doutrina que professa, mas como prova imperiosa e árdua, onde todo êxito é sempre difícil. O espiritista sincero deve compreender que a iluminação de uma consciência é como se fora a iluminação de um mundo, salientando-se que a tarefa do Evangelho, junto das almas encarnadas na Terra, é a mais importante de todas, visto constituir uma realização definitiva e real. A missão da dou-

trina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal, depreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no espírito das criaturas.

#### **47.1.8 – Como deveremos encarar a política do racismo?**

Se é justo observarmos nas pátrias o agrupamento de múltiplas coletividades, pelos laços afins da educação e do sentimento, a política do racismo deve ser encarada como erro grave, que pretexto algum justifica, porquanto não pode apresentar base séria nas suas alegações, que mal encobrem o propósito nefasto de tirania e separatividade.

#### **47.1.9 – O “não matarás” alcança o caçador que mata por divertimento e o carrasco que extermina por obrigação?**

À medida que evolverdes no sentimento evangélico, compreenderéis que todos os matadores se encontram em oposição ao texto sagrado.

No grau dos vossos conhecimentos atuais, entendeis que somente os assassinos que matam por perversidade estão contra a lei divina. Quando avançardes mais no caminho, aperfeiçoando o aparelho social, não tolerareis o carrasco, e, quando estiverdes mais espiritualizados, enxergando nos animais os irmãos inferiores de vossa vida, a classe dos caçadores não terá razão de ser.

Lendo os nossos conceitos, recordareis os animais daninhos e, no íntimo, haveis de ponderar sobre a necessidade do seu extermínio. É possível, porém, que não vos lembreis dos homens daninhos e ferozes. O caluniador não envenena mais que o toque de uma serpente? O armamentista, ou o político ambicioso, que montam com frieza a maquinaria de guerra incompreensível, não são mais impiedosos que o leão selvagem?...

Ponderemos essas verdades e reconheceremos que o homem espiritual do futuro, com a luz do Evangelho na inteligência e no coração, terá modificado o seu ambiente de lutas, auxiliando igualmente os esforços evolutivos de seus companheiros do plano inferior, na vida terrestre.

#### **47.1.10 – Considerando a determinação positiva do “não julgueis”, como poderemos discernir o bem do mal, sem julgamento?**

Entre julgar e discernir, há sempre grande distância. O ato de julgar para a especificação de conseqüências definitivas pertence à autoridade divina, porém, o direito da análise está instituído para todos os Espíritos, de modo que, discernindo o bem e o mal, o erro e a verdade, possam as criaturas traçar as diretrizes do seu melhor caminho para Deus.

#### **47.1.11 – Em face da lei dos homens, quando em presença do processo criminal, deve dar-se o voto condenativo, em concordância com o processo-crime, ou absolver o réu em obediência ao “não julgueis”?**

Na esfera de nossas experiências, consideramos que, à frente dos processos humanos, ainda quando as suas peças sejam condenatórias, deve-se recordar a figura do Cristo junto da pecadora apedrejada, pois que Jesus estava também perante um júri.

“Quem estiver sem pecado atire a primeira pedra” – é a sentença que deveria lembrar, sempre, a nossa situação comum de Espíritos decaídos, para não condenar esse ou aquele dos nossos semelhantes. “Vai e não peques mais”- deve ser a nossa norma de conduta dentro do próprio coração, afastando-se a erva do mal que nele viceje.

Nos processos públicos, a autoridade judiciária, como peça integrante da máquina do Estado no desempenho de suas funções especializadas, deve saber onde se encontra o recurso conveniente para o corretivo ou para a reeducação do organismo social, mobilizando, nesse mister, os valores de sua experiência e de suas responsabilidades.

Individualmente, porém, busquemos aprender que se podemos “julgar” alguma coisa, julgemo-nos, sempre, em primeiro lugar, como o irmão mais próximo daquele a quem se atribui um crime ou uma falta, a fim de estarmos acordes com Aquele que é a luz dos nossos corações.

Nas horas comuns da existência, procuremos a luz evangélica para analisar o erro e a verdade, discernir o bem e o mal; todavia, no instante dos julgamentos definitivos, entreguemos os processos a Deus, que, antes de nós, saberá sempre o melhor caminho da regeneração dos seus filhos transviados.

#### **(Justiça na Espiritualidade – Espírito André Luiz, “Evolução em Dois Mundos”, 2ª. parte.) – ‘Como atua o mecanismo da Justiça no Plano Espiritual’?**

No mundo espiritual, decerto, a autoridade da Justiça funciona com maior segurança, embora saibamos que o mecanismo da regeneração vige, antes de tudo, na consciência do próprio indivíduo.

Ainda assim, existem aqui, como é natural, santuários e tribunais, em que magistrados dignos e imparciais examinam as responsabilidades humanas, sopesando-lhes os méritos e deméritos.

A organização do júri, em numerosos casos, é aqui observada, necessariamente, porém, constituída de Espíritos integrados no conhecimento do Direito, com dilatadas noções de culpa e resgate, erro e corrigenda, psicologia humana e ciências sociais, a fim de que as sentenças ou informações proferidas se atenham à precisa harmonia, perante a Divina Providência, consubstanciada no amor que ilumina e na sabedoria que sustenta.

Há delinquentes tanto no plano terrestre quanto no plano espiritual, e, em razão disso, não apenas os homens recentemente desencarnados são entregues a julgamento específico,

sempre que necessário, mas também as entidades desencarnadas que, no cumprimento de determinadas tarefas, se deixam, muitas vezes, arrastar a paixões e caprichos inconfessáveis.

É importante anotar, contudo, que quanto mais baixo é o grau evolutivo dos culpados, mais sumário é o julgamento pelas autoridades cabíveis, e, quanto mais avançados os valores culturais e morais do indivíduo, mais complexo é o exame dos processos de criminalidade em que se emaranham, não só pela influência com que atuam nos destinos alheios, como também porque o Espírito, quando ajustado à consciência dos próprios erros, ansioso de reabilitar-se perante a vida e diante daqueles que mais ama, suplica por si mesmo a sentença punitiva que reconhece indispensável à própria restauração.

**‘Caridade com os criminosos’(Explicação do Espírito Elizabeth de França, Evangelho Segundo o Espiritismo – Cap.XI)**

A verdadeira caridade é um dos mais sublimes ensinamentos de Deus para o mundo. Entre os verdadeiros discípulos da sua doutrina deve reinar perfeita fraternidade. Deveis amar os infelizes, os criminosos, como criaturas de Deus, para as quais, desde que se arrependam, serão concedidos o perdão da misericórdia, como para vós mesmos, pelas faltas que cometeis contra a sua lei. Pensai que sois mais repreensíveis, mais culpados que aqueles aos quais recusais o perdão e a comiseração, porque eles quase sempre não conhecem a Deus, como o conheceis, e lhes será pedido menos do que a vós.

‘Não julgueis, oh! não julgueis, meus queridos amigos, porque o juízo com que julgardes vos será aplicado ainda mais severamente, e tendes necessidade de indulgência para os pecados que cometeis sem cessar. Não sabeis que há muitas ações que são crimes aos olhos de Deus de pureza, mas que o mundo não considera sequer como faltas leves?’

A verdadeira caridade não consiste apenas na esmola que dais, nem mesmo nas palavras de consolação com que as acompanhais. Não, não é isso apenas que Deus exige de vós! A caridade sublime, ensinada por Jesus, consiste também na benevolência constante, e em todas as coisas, para com o vosso próximo. Podeis também praticar esta sublime virtude para muitas criaturas que não necessitam de esmolas, e que palavras de amor, de consolação e de encorajamento conduzirão ao Senhor.

Aproximam-se os tempos, ainda uma vez vos digo, em que a grande fraternidade reinará sobre o Globo. Será a lei do Cristo a que regerá os homens: somente ela será freio e esperança, e conduzirá as almas dos bem-aventurados. Amai-vos, pois, como os filhos de um mesmo pai; não façais diferenças entre vós e os infelizes, porque Deus deseja que todos sejam iguais; não desprezeis a ninguém. ‘Deus permite que os grandes criminosos estejam entre vós, para vos servirem de ensinamento. Brevemente, quando os homens forem levados à prática das verdadeiras leis de Deus, esses ensinamentos não serão mais necessários, e todos os Espíritos impuros serão dispersados pelos mundos inferiores, de acordo com as suas tendências’.

**‘As preces pelos criminosos’** - Deveis a esses de que vos falo o socorro de vossas preces: eis a verdadeira caridade. Não deveis dizer de um criminoso: “É um miserável; deve ser extirpado da Terra; a morte que se lhe inflige é muito branda para uma criatura dessa espécie.” Não, não é assim que deveis falar! Pensai no vosso modelo, que é Jesus. Que diria Ele, se visse esse infeliz ao seu lado? Haveria de lastimá-lo, considerá-lo como um doente muito necessitado, e lhe estenderia a mão. Não podeis, na verdade, fazer o mesmo, mas pelo menos podeis o-

rar por ele, dar-lhe assistência espiritual durante os instantes que ainda deve permanecer na Terra. O arrependimento pode tocar-lhe o coração, se orardes com fé. É vosso próximo, como o melhor dentre os homens. Sua alma, transviada e revoltada, foi criada, como a vossa, para se aperfeiçoar. Ajudai-o, pois, a sair do lamaçal, e orai por ele!

#### **47.1.12 – O homem que guarda responsabilidade nos cargos públicos da Terra responde, no plano espiritual, pelas ordens que cumpre e faz cumprir?**

A responsabilidade de um cargo público, pelas suas características morais, é sempre mais importante que a concedida por Deus sobre um patrimônio material. Daí a verdade que, na vida espiritual, o depositário do bem público responderá sempre pelas ordens expedidas pela sua autoridade, nas tarefas da Terra.

**“Superiores e Inferiores”- (Explicação do Espírito François-Nicolas-Madeleine, cardeal Morlot, Paris, 1863. Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XVII):**

A autoridade, da mesma maneira que a fortuna, é uma delegação de que se pedirá contas a quem dela foi investido. Não creias que ela seja dada para satisfazer ao fútil prazer do mando, tampouco, segundo pensa falsamente a maioria dos poderosos da Terra, como um direito ou uma propriedade. Deus, aliás, tem demonstrado suficientemente que ela não é uma, nem outra coisa, desde que a retira quando bem lhe apraz. Se fosse um privilégio inerente à pessoa que a exerce, seria inalienável. Ninguém pode dizer, entretanto, que uma coisa lhe pertence, quando lhe pode ser retirada sem o seu consentimento. Deus concede autoridade a título de missão ou de prova, conforme lhe convém, e da mesma forma a retira.

**Encarregado de Almas** - O depositário da autoridade, de qualquer extensão que esta seja, desde a do senhor sobre o escravo até a do soberano sobre o povo, não deve esquivar-se à responsabilidade de um encarregado de almas, pois responderá pela boa ou má orientação que der aos seus subordinados; e as faltas que estes puderem cometer, os vícios a que forem arrastados em consequência dessa orientação ou dos ‘maus exemplos’ recebidos, recairão sobre ele. Da mesma maneira, colherá os frutos de sua solicitude, por conduzi-los ao bem. Todo homem tem, sobre a Terra, uma pequena ou uma grande missão. Qualquer que ela seja, sempre lhe é dada para o bem. Desviá-la, pois, no seu sentido, é fracassar no seu cumprimento.

Se Deus pergunta ao rico: Que fizeste da fortuna que devia ser em tuas mãos uma fonte espalhando a fecundidade em seu redor? Também perguntará ao que possui alguma autoridade: Que uso fizeste dessa autoridade? Que males impediste? Que progressos impulsionaste? Se te dei subordinados, não foi para torná-los escravos da tua vontade, nem dóceis instrumentos dos teus caprichos e da tua cupidez; se te fiz forte e te confiei os fracos, foi para que os amparasses e os ajudasses a subir até mim.

O superior que guardou as palavras do Cristo, não despreza a nenhum dos seus subordinados, porque sabe que as distinções sociais não subsistem diante de Deus. O Espiritismo lhe ensina que, se eles hoje lhe obedecem, na verdade já podem tê-lo dirigido, ou poderão dirigi-lo mais tarde, e que então será tratado como por sua vez os tratou.

**Os Inferiores e seus deveres** – Se o superior tem deveres a cumprir, o inferior também os tem de sua parte, e não são menos sagrados. Se também este é espírita, sua consciência lhe dirá, ainda mais fortemente, que não está dispensado de cumpri-los, mesmo que o seu chefe não cumpra os dele, porque sabe que não deve pagar o mal com o mal, e que as faltas de uns não autorizam as de outros. Se sofre na sua posição, dirá que sem dúvida o mereceu, porque ele mesmo talvez tenha abusado outrora de sua autoridade, devendo agora sentir os inconvenientes do que fez os outros sofrerem. Se é obrigado a suportar essa posição, na falta de outra melhor, o Espiritismo lhe ensina a resignar-se a isso, como a uma prova à sua humildade, necessária ao seu adiantamento. Sua crença o guia na sua conduta: ele age como desejaria que os seus subordinados agissem com ele, caso fosse o chefe. Por isso mesmo, é mais escrupuloso no cumprimento das obrigações, pois compreende que toda negligência no trabalho que lhe foi confiado será um prejuízo para aquele que o remunera, e a quem deve o seu tempo e os seus cuidados. Numa palavra, ele é guiado pelo sentimento do dever que a sua fé lhe infunde, e a certeza de que todo desvio do caminho reto será uma dívida, que terá de pagar mais cedo ou mais tarde.

#### **47.1.13 – O preceito evangélico – “assim pois, aquele que dentre vós não renunciar a tudo o que tem, não pode ser meu discípulo”- deve ser interpretado no sentido absoluto?**

Ainda esse ensino do Mestre deve ser considerado no seu divino simbolismo. A fortuna e a autoridade humanas são também caminhos de experiências e provas, e o homem que as atirasse fora de si, arbitrariamente, procederia com a noção da irresponsabilidade, desprezando o ensejo do progresso que a Providência Divina lhe colocou nas mãos. Todos os homens são usufrutuários dos bens divinos, e os convocados ao trabalho de administração desses bens devem encarar a sua responsabilidade como problemas dos mais sérios da vida.

Renunciando ao egoísmo, ao orgulho, à fraqueza, às expressões de vaidade, o homem cumprirá a ordenação evangélica, e, sentindo a grandeza de Deus, único dispensador no patrimônio real da vida, será discípulo do Senhor em qualquer circunstância, por usar as suas possibilidades materiais e espirituais, sem os característicos envenenados do mundo, como intérprete sincero dos desígnios divinos para felicidade de todos.

#### **47.1.14 – Como interpretar o movimento feminista na atualidade da civilização?**

O homem e a mulher, no instituto conjugal, são como o cérebro e o coração do organismo doméstico. Ambos são portadores de uma responsabilidade igual no sagrado colégio da família; e se a alma feminina sempre apresentou um coeficiente mais avançado de espiritualidade na vida, é que, desde cedo, o espírito masculino intoxicou as fontes da sua liberdade, através de todos os abusos, prejudicando a sua posição moral no decurso das existências numerosas, em múltiplas experiências seculares.

A ideologia feminista nos tempos modernos, porém, com as suas diversas bandeiras políticas e sociais, pode ser um veneno para a mulher desavisada dos seus grandes deveres espirituais na face da Terra. Se existe um feminismo legítimo, esse deve ser o da reeducação da mulher para o lar, nunca para uma ação contraproducente fora dele. É que os problemas femi-

nios não poderão ser solucionados pelos códigos do homem, mas somente à luz generosa e divina do Evangelho.

**47.1.15 – Como conceituar o estado de espírito do homem moderno, que tanto se preocupa com o “estar bem na vida”, “ganhar bem” e “trabalhar para enriquecer”?**

Esse propósito do homem viciado, dos tempos atuais, constitui forte expressão de ignorância dos valores espirituais na Terra, onde se verifica a inversão de quase todas as conquistas morais. Foi esse excesso de inquietação, no mais desenfreado egoísmo, que provocou a crise moral no mundo, em cujos espetáculos sinistros podemos reconhecer que o homem físico, da radiotelefonia e do transatlântico, necessita de mais verdade que dinheiro, de mais luz que de pão.

**VI – INFLUÊNCIA DO ESPIRITISMO NO PROGRESSO (Itens 798 a 802)**

**O Espiritismo : crença comum no futuro**

**Artigo 48** – O Espiritismo se tornará uma crença comum e marcará uma nova era na História da Humanidade, porque pertence à Natureza e chegou o tempo em que deve tomar lugar nos conhecimentos humanos. Haverá, entretanto, grandes lutas a sustentar, mais contra os interesses do que contra a convicção, porque não se pode dissimular que há pessoas interessadas em combatê-lo, umas por amor-próprio e outras por motivos puramente materiais. Mas os seus contraditores, ficando cada vez mais isolados, serão afinal forçados a pensar como todos os outros, sob pena de se tornarem ridículos.

**48.1 – “O Espiritismo só tem a construir”. Comentário de Kardec no item 798:**

As idéias só se transformam com o tempo e não subitamente; elas se enfraquecem de geração a geração e acabam por desaparecer com os que as professavam e que são substituídos por outros indivíduos imbuídos de novos princípios, como se verifica com as idéias políticas. Vede o paganismo: não há ninguém, certamente, que professe hoje as idéias religiosas daquele tempo; não obstante, muitos séculos depois do advento do Cristianismo ainda havia deixado traços que somente a completa renovação das raças pôde apagar. O mesmo acontecerá com o Espiritismo; ele faz muito progresso, mas haverá ainda, durante duas ou três gerações, um fermento de incredulidade que só o tempo fará desaparecer. Contudo, sua marcha será mais rápida que a do Cristianismo, porque é o próprio Cristianismo que lhe abre as vias sobre as quais ele se desenvolverá. O Cristianismo tinha de destruir; o Espiritismo só tem de construir.

## **O Espiritismo combate o Materialismo e contribui para o progresso**

**Artigo 49** – O Espiritismo, destruindo o materialismo, que é uma das chagas da sociedade, faz os homens compreenderem onde está o seu verdadeiro interesse. A vida futura não estando mais velada pela dúvida, o homem compreenderá melhor o seu futuro através do presente. Destruindo os preconceitos de seita, de casta e de cor, ele ensina aos homens a grande solidariedade que os deve unir como irmãos.

### **49.1 – “Raios, Ondas, Médiuns, Mentés... – O Futuro Pertence ao Espírito”- Explicação do Espírito Emmanuel na introdução do livro “Nos Domínios da Mediunidade”, ditado pelo Espírito André Luiz, psicografia de Francisco Cândido Xavier”, Editora FEB, RJ, 18ª. edição, 1979:**

A Ciência do século XX, estudando a constituição da matéria, caminha de surpresa a surpresa, renovando aspectos de sua conceituação milenar.

Não obstante a teoria de Leucipo, o mentor de Demócrito, o qual, quase cinco séculos antes do Cristo, considerava todas as coisas formadas de partículas infinitesimais (átomos), em constante movimentação, a cultura clássica prosseguiu detida nos quatro princípios de Aristóteles, a água, a terra, o ar e o fogo, ou nos três elementos hipostáticos dos antigos alquimistas, o enxofre, o sal e o mercúrio, para explicar as múltiplas combinações no campo da forma.

No século XIX, Dalton concebe cientificamente a teoria corpuscular da matéria, e um maravilhoso período de investigações se inicia, através de inteligências respeitabilíssimas, renovando idéias e concepções em volta da chamada “partícula indivisível”. Extraordinárias descobertas descortinam novos e grandiosos horizontes aos conhecimentos humanos. Röntgen observa que radiações invisíveis atravessam o tubo de Crookes envolvido por uma caixa de papelão preto, e conclui pela existência dos raios X. Henri Becquerel, seduzido pelo assunto, experimenta o urânio, à procura de radiações do mesmo teor, e encontra motivos para novas indagações. O casal Curie, intrigado com o enigma, analisa toneladas de pechblenda e detém o rádio. Velhas afirmações científicas tremem nas bases. Rutherford, à frente de larga turma de pioneiros, inicia preciosos estudos, em torno da radioatividade. O átomo sofre irresistível perseguição na fortaleza a que se acolhe e confia ao homem a solução de numerosos segredos.

E, desde o último quartel do século passado (XIX), a Terra se converteu num reino de ondas e raios, correntes e vibrações. A eletricidade e o magnetismo, o movimento e a atração palpitam em tudo. O estudo dos raios cósmicos evidencia as fantásticas energias espalhadas no Universo, provendo os físicos de poderosíssimo instrumento para a investigação dos fenômenos atômicos e subatômicos. Bohrs, Planck, Einstein erigem novas e grandiosas concepções.

O veículo carnal agora não é mais que um turbilhão eletrônico, regido pela consciência. Cada corpo tangível é um feixe de energia concentrada. A matéria é transformada em energia, e esta desaparece para dar lugar à matéria.

**Os sacerdotes do Espírito: o materialismo e o ateísmo serão compelidos a desaparecer** – Químicos e físicos, geômetras e matemáticos, erguidos à condição de investigadores da



verdade, são hoje, sem o desejarem, sacerdotes do Espírito, porque, como consequência de seus porfiados estudos, o materialismo e o ateísmo serão compelidos a desaparecer, por falta de matéria, a base que lhes assegurava as especulações negativistas.

Os laboratórios são templos em que a inteligência é concitada ao serviço de Deus, e, ainda mesmo quando a cerebração se perverte, transitoriamente subordinada pela hegemonia política, geradora de guerras, o progresso da Ciência, como conquista divina, permanece na exaltação do bem, rumo a glorioso porvir: “O futuro pertence ao Espírito”!

**Inexistência da morte como cessação da vida** – Quanto mais avança na ascensão evolutiva, mais seguramente percebe o homem a inexistência da morte como cessação da vida. E agora, mais que nunca, reconhece-se na posição de uma consciência retida entre forças e fluidos, provisoriamente aglutinados para fins educativos. Compreende, pouco a pouco, que o túmulo é porta à renovação, como o berço é acesso à experiência, e observa que o seu estágio no Planeta é uma viagem com destino às estações do Progresso Maior.

**Todos somos médiuns** – E, na grande romagem, todos somos instrumentos das forças com as quais estamos em sintonia. Todos somos médiuns, dentro do campo mental que nos é próprio, associando-nos às energias edificantes, se o nosso pensamento flui na direção da vida superior, ou às forças perturbadoras e deprimentes, se ainda nos escravizamos às sombras da vida primitivista ou torturada.

Cada criatura com os sentimentos que lhe caracterizam a vida íntima emite raios específicos e vive na onda espiritual com que se identifica. Semelhantes verdades não permanecem semi-ocultas em nossos santuários de fé. Irradiar-se-ão dos templos da Ciência como equações matemáticas.

**Necessidade do Cristo no coração** – Todavia, o que destacamos por mais alto em suas páginas é a necessidade do Cristo no coração e na consciência, para que não estejamos desorientados ao toque dos fenômenos. Sem noção de responsabilidade, sem devoção à prática do bem, sem amor ao estudo e sem esforço perseverante em nosso próprio burilamento moral, é impraticável a peregrinação libertadora para os Cimos da Vida.

**A cada qual segundo suas obras (cada médium com a sua mente)** – Cada médium com a sua mente. Cada mente com os seus raios, personalizando observações e interpretações. E, conforme os raios que arremessarmos, erguer-se-nos-á o domicílio espiritual na onda de pensamentos a que nossas almas se afeiçoam. Isso, em boa síntese, equivale ainda a repetir com Jesus: “A cada qual segundo suas obras”.

**49.2 - O PORVIR E O NADA – Explicação de Allan Kardec no livro “O Céu e o Inferno”, tradução de João Teixeira de Paula, Introd. e notas de J. Herculano Pires, Edit. LAKE, 8ª. edição, 1997, págs. 7-13:**

Vivemos, pensamos e operamos – eis o que é positivo; morremos, eis o que não é menos certo.

Mas para onde vamos ao deixar a Terra? Que seremos após a morte? Estaremos melhor ou pior? Existiremos ou não? ‘Ser ou não ser é a alternativa’. Para sempre ou para nunca

mais; ou tudo ou nada. Viveremos eternamente ou tudo se aniquilará de vez? É uma tese essa que se impõe.

Todo homem experimenta a necessidade de viver, gozar, amar e ser feliz. Dizei àquele que sabe que vai morrer, que ele viverá ainda; que a sua hora é retardada; dizei-lhe sobretudo que será mais feliz do que porventura o tenha sido e o seu coração se encherá de júbilo. Mas de que serviriam essas aspirações de felicidade se um sopro pudesse dissipá-las?

Haverá alguma coisa mais desesperadora do que esse pensamento de destruição absoluta? Afeições caras, inteligência, progresso, saber laboriosamente adquiridos, tudo despedaçado, tudo perdido! Que necessidade haveria em nos tornarmos melhores, em nos esforçarmos para combater as más paixões, em nos afadigarmos para nos ilustrarmos, em nos devotarmos à causa do progresso, uma vez que amanhã, segundo o nosso pensamento dominante, nada disso valesse nada? Se assim fosse, a sorte do homem seria cem vezes pior que a do bruto, porque este vive inteiramente do presente, na satisfação dos apetites materiais, sem aspiração para o futuro. Uma secreta intuição porém nos diz que isso não é possível.

**Niilismo – crença no nada após a morte** - Pela crença em o nada, o homem forçosamente concentra os seus pensamentos na vida presente; logicamente não se explicaria a preocupação com um futuro que não se espera.

A preocupação exclusiva com o presente conduz o homem, antes de mais nada, a pensar em si próprio; é pois o mais poderoso estímulo ao egoísmo, e o incrédulo é conseqüente quando chega à seguinte conclusão: Gozemos enquanto aqui estamos; gozemos o mais possível, uma vez que conosco tudo se acaba; gozemos depressa, porque não sabemos quanto tempo existiremos.

Se há doutrina ‘insensata e anti-social’, é, seguramente, o niilismo que rompe os verdadeiros laços de solidariedade e fraternidade, em que se fundam as relações sociais.

Suponhamos que, por uma circunstância qualquer, um povo adquira a certeza de que em oito dias, num mês ou num ano será aniquilado; quase nem um só indivíduo lhe sobreviverá, como de sua existência não sobreviverá nem um pela causa do seu progresso, da sua instrução. Entregar-se-á ao trabalho para viver? Respeitará os direitos, os bens, a vida do semelhante? Submeter-se-á a qualquer lei ou autoridade por mais legítima que seja, mesmo a paterna?

Haverá para ele, nessa emergência, qualquer dever? Seguramente não. Pois bem. O que não se dá coletivamente, a doutrina do niilismo realiza todos os dias isoladamente.

Se as conseqüências não são desastrosas tanto quanto poderiam ser, é, ‘em primeiro lugar’, porque na maioria dos incrédulos há mais de fanfarronice do que de verdadeira incredulidade, mais de dúvida do que de convicção – possuindo eles mais medo do nada do que pretendem aparentar – o qualificativo de espíritos fortes lisonjeia-lhes o amor-próprio; ‘em segundo lugar’, porque os incrédulos absolutos se contam por ínfima minoria e sentem a seu pesar os ascendentes da opinião contrária, mantidos por uma força material.

Se um dia a incredulidade da maioria fosse absoluta, a sociedade entraria em dissolução e é a isso que leva a propagação da doutrina do niilismo.

(Um moço de dezoito anos, tomado de enfermidade do coração, foi declarado incurável. A Ciência dissera: Pode morrer dentro de oito dias ou de dois anos, mas não irá além. Sabendo disso, o moço para logo abandonou os estudos e entregou-se a excessos de todo o gênero.

Quando lhe ponderavam o perigo de uma vida desregrada, respondia: Que importa, se não tenho mais de dois anos de vida? De que me serviria fatigar o espírito? Gozo o pouco que me resta e quero divertir-me até o fim. Eis a consequência lógica do niilismo. Se o moço fosse espírita, teria dito: A morte só destruirá o corpo, que deixarei como fato (roupa) usado, mas o meu Espírito viverá. Serei na vida futura aquilo que eu próprio houver feito de mim nesta vida; do que nela puder adquirir em qualidades morais e intelectuais, nada perderei, porque será outro tanto de ganho para o meu adiantamento; toda a imperfeição de que me livrar será um passo a mais para a felicidade. A minha felicidade depende da utilidade ou inutilidade da presente existência. É portanto de meu interesse aproveitar o pouco tempo que me resta e evitar tudo o que possa diminuir-me as forças.

Qual das duas doutrinas é preferível?).

**Falta à Religião os dados positivos da Ciência** – Fossem porém quais fossem as suas consequências, uma vez que se impusesse como verdadeira a doutrina do niilismo, seria preciso aceitá-la e nem sistemas contrários, nem a idéia dos males resultantes poderiam obstar-lhe à existência. Forçoso é dizer que, a despeito dos melhores esforços da religião, o ceticismo, a dúvida, a indiferença ganham terreno dia a dia.

Mas se a religião se mostra impotente contra a incredulidade, é porque lhe falta qualquer coisa para combatê-la. Se por outro lado a religião se condenasse à imobilidade, estaria, em dado tempo, dissolvida. O que falta a ela neste século de positivismo, em que se procura compreender antes de crer, é a sanção de suas doutrinas por fatos positivos, assim como a concordância dessas doutrinas com os dados positivos da Ciência. Dizendo ela ser branco o que os fatos dizem preto, é preciso optar entre a evidência e a fé cega.

É nestas circunstâncias que o Espiritismo vem opor um dique à difusão da incredulidade, não somente pelo raciocínio, não somente pela perspectiva dos perigos que ela acarreta, mas pelos fatos materiais, tornando visíveis e tangíveis a alma e a vida futura.

Somos livres na escolha das nossas crenças; podemos crer em alguma coisa ou em nada crer, mas aqueles que procuram fazer prevalecer no espírito das massas, da juventude principalmente, a negação do futuro, apoiando-se na autoridade do seu saber e no ascendente da sua posição, semeiam na sociedade germes de perturbação e dissolução, incorrendo em grande responsabilidade.

**Doutrinas : Niilismo; Absorção no Todo Universal; Panteísmo – todas elas têm as mesmas consequências** – Há uma doutrina que se defende da pecha de materialista porque admite a existência de um princípio inteligente fora da matéria: é a da ‘absorção no Todo Universal’.

Segundo essa doutrina, cada indivíduo assimila ao nascer uma parcela desse princípio, que constitui sua alma, e dá-lhe vida, inteligência e sentimento. Pela morte, essa alma volta ao foco comum e perde-se no infinito como uma gota d’água no oceano.

Incontestavelmente essa doutrina é um passo adiantado com relação ao puro materialismo, visto como admite alguma coisa, quando este nada admite. As consequências, porém,

são exatamente as mesmas. Ser o homem imerso em o nada ou no reservatório comum, é para ele a mesma coisa; aniquilado ou perdendo a sua individualidade, é como se não existisse; as relações sociais nem por isso deixam de romper-se e para sempre. O que lhe é essencial é a conservação do seu eu; sem este, que lhe importa ou não subsistir? O futuro afigura-se-lhe sempre nulo e a vida presente é a única coisa que o interessa e preocupa.

Sob o ponto de vista das conseqüências morais, essa doutrina é pois tão insensata, tão desesperadora, tão subversiva como o materialismo propriamente dito.

Pode-se além disso fazer a seguinte objeção: todas as gotas d'água tomadas ao oceano se assemelham e possuem idênticas propriedades como partes de um mesmo todo; por que pois as almas tomadas ao grande oceano da inteligência universal tão pouco se assemelham? Por que o gênio e a estupidez, as mais sublimes virtudes e os vícios mais ignóbeis? Por que a bondade, a doçura, a mansuetude ao lado da malícia, da crueldade, da barbárie? Como podem ser tão diferentes entre si as partes de um mesmo todo homogêneo? Neste caso donde vêm as qualidades inatas, as inteligências precoces, os bons e maus instintos independentes de toda a educação e tantas vezes em desarmonia com o meio em que se desenvolvem?

Não resta dúvida de que a educação modifica as qualidades intelectuais e morais da alma; mas aqui ocorre uma outra dificuldade: Quem dá a ela educação para fazê-la progredir? Outras almas, que por sua origem comum não devem ser mais adiantadas? Além disso, reentrando a alma no Todo Universal donde saiu, e havendo progredido durante a vida, leva-lhe um elemento mais perfeito. Daí se infere que esse Todo se encontraria, pela continuação, profundamente modificado e melhorado. Assim como se explica saírem incessantemente desse Todo almas ignorantes e perversas?

Nessa doutrina, a fonte universal de inteligência que abastece as almas humanas é independente da Divindade, 'não é precisamente o panteísmo'.

'O panteísmo propriamente dito' considera o princípio universal de vida e de inteligência como constituidor da Divindade. Deus é a um só tempo Espírito e matéria; todos os seres, todos os corpos da Natureza compõem a Divindade, da qual são as moléculas e os elementos constitutivos; Deus é o conjunto de todas as inteligências reunidas; cada indivíduo, sendo uma parte do todo, é Deus ele próprio; nenhum ser superior e independente rege o conjunto; o Universo é uma imensa república sem chefe, ou antes, onde cada qual é chefe com poder absoluto.

**Principais objeções a essas doutrinas:** A esses sistemas pode opor-se inumeráveis objeções, das quais são as principais: não se podendo conceber a divindade sem infinita perfeição, pergunta-se como um todo perfeito pode ser formado de partes tão imperfeitas, tendo necessidade de progredir? Devendo cada parte ser submetida à lei do progresso, força é convir que o próprio Deus deve progredir; e se Ele progride constantemente, deveria ter sido, na origem dos tempos, muito imperfeito.

Como pode um ser imperfeito, formado de idéias e vontades tão divergentes, conceber leis tão harmônicas, tão admiráveis de unidade, de sabedoria e providência como as que regem o Universo? Se todas as almas são porções da Divindade, todas concorreram para as leis da Natureza; como sucede pois que elas murmurem sem cessar contra essas leis que são obra sua? 'Uma teoria não pode ser aceita como verdadeira senão com a cláusula de satisfazer a razão e

dar conta de todos os fatos que abrange; se um só fato lhe trazer um desmentido, é que não contém a verdade absoluta’.

Além disso, sendo cada alma parte integrante da Divindade, deixa de ser dominada por um poder superior; não incorre em responsabilidade por seus atos bons ou maus; soberana, não tendo interesse algum na prática do bem, ela pode praticar o mal impunemente.

Ademais, esses sistemas não satisfazem nem à razão nem à aspiração humanas; deles decorrem dificuldades insuperáveis, pois são impotentes para resolver todas as questões de fatos que suscitam. ‘O homem tem pois três alternativas: o nada, a absorção ou a individualidade da alma antes da morte e depois dela’.

**Crença na individualidade da alma antes da morte e depois dela: livre-arbítrio e responsabilidade dos atos.** É para esta última crença que a lógica nos impele irresistivelmente, crença que tem formado a base de todas as religiões desde que o mundo é mundo. Se a lógica nos conduz à individualidade da alma, também nos aponta outra consequência: o destino de cada alma deve depender das suas qualidades pessoais, pois seria irracional admitir que a alma atrasada do selvagem, como a do homem perverso, estivesse no nível do sábio, do homem de bem. Segundo os princípios de justiça, as almas devem ter a responsabilidade dos seus atos, mas para haver essa responsabilidade, preciso é que elas sejam livres na escolha do bem e do mal; sem o livre-arbítrio há fatalidade e com a fatalidade não coexistiria a responsabilidade.

**Felicidade ou Infelicidade após a morte (o céu e o inferno).** Todas as religiões admitiram igualmente o princípio da felicidade ou infelicidade da alma após a morte, ou por outra, as penas e gozos futuros, que se resumem na doutrina do ‘céu e inferno’ encontrada em toda parte.

No que elas diferem essencialmente é quanto à natureza dessas penas e gozos, principalmente sobre as condições determinantes de umas e de outras. Daí os pontos de fé contraditórios dando origem a cultos diferentes e os deveres impostos por estes, consecutivamente, para honrar a Deus e alcançar por esse meio o céu, evitando o inferno.

Todas as religiões houveram de ser em sua origem relativas ao grau de adiantamento moral e intelectual dos homens; estes, assaz materializados para compreenderem o mérito das coisas puramente espirituais, fizeram consistir a maior parte dos deveres religiosos no cumprimento de fórmulas exteriores. Por muito tempo essas fórmulas lhes satisfizeram a razão; porém mais tarde, porque se fizesse a luz em seu Espírito, sentindo o vácuo dessas fórmulas, uma vez que a religião não o preenchia, a abandonaram e se tornaram filósofos.

**O homem quer saber de onde veio e para onde vai.** – ‘Se a religião apropriada, em começo, aos conhecimentos limitados do homem, tivesse acompanhado sempre o movimento progressivo do espírito humano, não haveria incrédulos, porque está na própria natureza do homem a necessidade de crer, e ele crerá desde que se lhe dê o pábulo espiritual de harmonia com as suas necessidades intelectuais’.

O homem quer saber de onde veio e para onde vai. Mostrando-se-lhe um fim que não corresponde às suas aspirações nem à idéia que ele faz de Deus, tampouco aos dados que lhe fornece a Ciência, impondo-se-lhe, a mais, para atingir o seu desiderato, condições cuja utilidade sua razão contesta, ele tudo rejeita; o materialismo e o panteísmo parecem-lhe mais racio-

nais, porque com eles ao menos se raciocina e se discute, falsamente embora. E há razão, porque antes raciocinar em falso do que não raciocinar absolutamente.

Apresente-se-lhe, porém, um futuro condicionalmente lógico, digno em tudo da grandeza, da justiça e da infinita bondade de Deus, e ele repudiará o materialismo e o panteísmo, cujo vácuo sente em seu foro íntimo, e que aceitará à falta de melhor crença.

**O Espiritismo dá coisa melhor sobre a crença no futuro** – O Espiritismo dá coisa melhor; eis por que é acolhido pressurosamente por todos os atormentados da dúvida, por aqueles que não encontram nem nas crenças nem nas filosofias vulgares o que procuram. O Espiritismo tem por si a lógica do raciocínio e a sanção dos fatos e é por isso que inutilmente o têm combatido.

Por instinto tem o homem a crença no futuro, mas não possuindo até agora (meados do século XIX) nenhuma base certa para defini-lo, a sua imaginação fantasiou os sistemas que deram causa à diversidade de crenças. A Doutrina Espírita sobre o futuro – não sendo uma obra de imaginação mais ou menos arquitetada engenhosamente, porém o resultado da observação de fatos materiais que se desdobram hoje à nossa vista – congraçará, como já está acontecendo, as opiniões divergentes ou hesitantes e trará, gradualmente, pela força das coisas, a unidade de crenças sobre esse ponto, não já baseada em simples hipótese, mas na certeza. ‘A unificação feita relativamente à sorte futura das almas será o primeiro ponto de contacto dos diversos cultos, um passo imenso para a tolerância religiosa em primeiro lugar e, mais tarde, para a completa fusão’.

### **49.3 - O TEMOR DA MORTE – Explanação de Allan Kardec no mesmo livro acima, págs. 14-19:**

**Causas do Temor da Morte** – O homem, seja qual for a escala social a que pertença, tem, desde a selvajaria, o sentimento inato do futuro; diz-lhe a intuição que a morte não é a última fase da existência e que aqueles cuja perda lamentamos não estão irremessivelmente perdidos.

A crença no futuro é intuitiva e muito mais generalizada do que a do nada. Entretanto, a maior parte dos que crêem na imortalidade da alma se nos apresenta possuída de grande amor às coisas terrenas e temerosa da morte! Por quê?

Este temor é um efeito da sabedoria da Providência e uma conseqüência do instinto de conservação comum a todos os viventes. Ele é necessário enquanto não se está suficientemente esclarecido acerca das condições da vida futura, como contrapeso à tendência que, sem esse freio, nos levaria a deixar prematuramente a vida e a negligenciar o trabalho terreno que deve servir ao nosso próprio adiantamento.

Assim é que, nos povos primitivos, o futuro é uma vaga intuição, mais tarde tornada simples esperança e finalmente uma certeza apenas atenuada por secreto apego à vida corporal.

**Noção insuficiente da vida futura e seu lado providencial** – À proporção que o homem compreende melhor a vida futura, o temor da morte diminui; uma vez esclarecida a sua missão terrena, aguarda-lhe o fim calma, resignada e serenamente. A certeza da vida futura dá-lhe outro rumo às idéias, outro objetivo ao trabalho, porque sabe que aquela depende da boa ou

má direção da vida presente; antes dela, nada que se não prenda ao presente. A certeza de reencontrar os amigos depois da morte, de reatar as relações que tivera na Terra, de não perder um só fruto do seu trabalho, de engrandecer-se incessantemente em inteligência, perfeição, dá-lhe paciência para esperar e coragem para suportar as fadigas transitórias da vida terrestre. ‘A solidariedade entre vivos e mortos faz-lhe compreender a que deve existir na Terra, onde a fraternidade e a caridade têm, desde então, um fim e uma razão de ser, tanto no presente como no futuro’.

Para libertar-se do temor da morte é mister poder encará-la no seu verdadeiro ponto de vista, isto é, ter penetrado pelo pensamento no mundo espiritual, fazendo dele uma idéia tão exata quanto possível, o que denota da parte do Espírito encarnado um tal ou qual desenvolvimento e aptidão para desprender-se da matéria.

No Espírito atrasado a vida material prevalece sobre a espiritual. Apegando-se às aparências, o homem não distingue a vida além do corpo, esteja embora na alma a vida real; aniquilado aquele, tudo se lhe afigura perdido, desesperador. Se, ao contrário, concentrarmos o pensamento não no corpo, mas na alma, fonte da vida, ser real a tudo sobrevivente, lastimaremos menos a perda do corpo, antes fonte de misérias e dores. Para isso, porém, necessita o Espírito de uma força só adquirível na maturidade.

O temor da morte decorre, portanto, da noção insuficiente da vida futura, embora denote também a necessidade de viver e o receio da destruição total; igualmente o estimula secreto anseio pela sobrevivência da alma, velado ainda pela incerteza. Esse temor decrece à proporção que a certeza aumenta e desaparece quando esta é completa.

Eis aí o lado providencial da questão. Ao homem não suficientemente esclarecido, cuja razão mal pudesse suportar a perspectiva muito positiva e sedutora de um futuro melhor, prudente seria não o deslumbrar com essa idéia, desde que por ela pudesse negligenciar o presente, necessário ao seu adiantamento material e intelectual.

**O Positivismo, As Religiões Tradicionais, o Apego Às Coisas Terrenas e a Lei do Progresso** - Esse estado de coisas é entretido e prolongado por causas puramente humanas, que o progresso fará desaparecer. A primeira é a feição com que se insinua a vida futura, feição que poderia contentar as inteligências pouco desenvolvidas, mas que não conseguiria satisfazer à razão esclarecida dos pensadores refletidos. Assim dizem estes: “Desde que nos apresentam como verdades absolutas princípios contestados pela lógica e pelos dados positivos da Ciência, é que eles não são verdades”. Daí a incredulidade de uns e a crença dúbia de um grande número.

A vida futura é para eles uma idéia vaga, antes uma probabilidade do que certeza absoluta; acreditam, desejariam que assim fosse, mas apesar disso exclamam: “Se todavia assim não for! O presente é positivo, ocupemo-nos dele primeiro, que o futuro por sua vez virá”. Acrescentam depois: que é em definitivo a alma? Um ponto, um átomo, uma faísca, uma chama? Como se sente, se vê ou se percebe ela? É que a alma não lhes parece uma realidade efetiva, mas uma abstração.

Os entes que lhes são caros, reduzidos ao estado de átomos no seu modo de pensar, estão perdidos, e não têm mais a seus olhos as qualidades pelas quais se lhes fizeram amados; não podem compreender o amor de uma faísca nem o que a ela possamos ter. Quanto a si

mesmos, ficam mediocrementemente satisfeitos com a perspectiva de se transformarem em mônadas. Justifica-se, assim, a preferência ao positivismo da vida terrestre, que possui alguma coisa de mais substancial. É considerável o número daqueles que são dominados por esse pensamento.

Outra causa de apego às coisas terrenas, mesmo nos que mais firmemente crêem na vida futura, é a impressão do ensino que relativamente a ela se lhes há dado desde a infância. Convenhamos que o quadro pela religião esboçado, sobre o assunto, é nada sedutor e ainda menos consolador.

De um lado, contorsões de condenados a expiarem em torturas e chamas eternas os erros de uma vida e não há para esses desgraçados sequer o lenitivo de uma esperança e, o que mais atroz é, não se lhes aproveita o arrependimento; de outro lado, as almas combalidas e aflitas do purgatório aguardam a intercessão dos vivos que orarão ou farão orar por elas, sem nada fazerem de esforço próprio para progredirem.

As duas categorias compõem a maioria imensa da população de além-túmulo. Acima delas, paira a limitada classe dos eleitos, por toda a eternidade, da beatitude contemplativa. Esta inutilidade eterna, preferível sem dúvida ao nada, não deixa de ser de uma fastidiosa monotonia. É por isso que se vê, nas figuras que retratam os bem-aventurados, figuras angélicas onde mais transparece o tédio que a verdadeira felicidade.

Este estado não satisfaz nem às aspirações nem a instintiva idéia de progresso, única que se afigura compatível com a felicidade absoluta. Custa crer que o selvagem ignorante, de senso moral obtuso, só por haver recebido o batismo esteja no mesmo nível do homem que atingiu o mais alto grau de ciência e moralidade práticas após longos anos de trabalho. Menos concebível ainda é que a criança falecida em tenra idade, antes de ter consciência de seus atos, goze dos mesmos privilégios, somente por força de uma cerimônia na qual a sua vontade não tomou parte alguma. Estes raciocínios não deixam de preocupar os mais fervorosos crentes, por pouco que eles meditem.

‘Não dependendo a felicidade futura do trabalho progressivo na Terra, a facilidade com que se acredita adquirir essa felicidade, por meio de algumas práticas exteriores, a possibilidade até de a comprar a dinheiro sem regeneração de caráter e costumes, dão aos gozos do mundo o melhor valor’.

Mais de um crente considera, em seu foro íntimo, que assegurado o seu futuro pelo preenchimento de certas fórmulas ou por dádivas póstumas, que de nada o privam, seria supérfluo impor-se sacrifícios ou quaisquer incômodos por outrem, uma vez que se consegue a salvação trabalhando cada qual por si.

Seguramente nem todos pensam assim, havendo mesmo muitas e honrosas exceções; mas não se poderia contestar que assim pensa o maior número, sobretudo das massas pouco esclarecidas, e que a idéia que fazem das condições de felicidade no outro mundo não entrete-nha apego aos bens deste, acoroçoando o egoísmo.

**O Temor da Morte é alimentado pelo quadro lúgubre da mesma, apresentado pelos costumes e religiões tradicionais** – Acrescentemos, ainda, a circunstância de tudo nas usanças concorrer para lamentar a vida terrestre em sua perda e temer a passagem da Terra ao céu. A morte é rodeada de cerimônias lúgubres, mais próprias a infundirem terror do que a



provocarem a esperança. Se descrevem a morte, é sempre com aspecto repelente e nunca como sono de transição; todos os seus emblemas lembram a destruição do corpo e o mostram hediondo e descarnado; nenhum simboliza a alma desembaraçando-se radiosa dos grilhões terrestres.

A partida para esse mundo mais feliz só se faz acompanhar do lamento dos sobreviventes, como se imensa desgraça atingira os que partem; dizem-lhes eternos adeuses como se jamais devessem revê-los. Lastima-se por eles a perda dos gozos mundanos, como se não fossem encontrar maiores gozos no além-túmulo. Que desgraça, dizem, morrer tão jovem, rico e feliz, tendo a perspectiva de um futuro brilhante! A idéia de um futuro melhor apenas toca de leve o pensamento, porque não tem nele raízes. Tudo concorre assim para inspirar o terror da morte em vez de infundir esperança. Sem dúvida que muito tempo será preciso para o homem se desfazer desses preconceitos, o que não quer dizer que isto não suceda, à medida que a sua fé se for firmando, a ponto de conceber uma idéia mais sensata da vida espiritual.

Ademais, a crença vulgar coloca as almas em regiões apenas acessíveis ao pensamento, onde se tornam de alguma maneira estranhas aos vivos; a própria igreja põe entre umas e outras uma barreira intransponível, declarando rotas todas as relações e impossível qualquer comunicação. Se as almas estão no *inferno*, perdida é toda a esperança de as rever, a menos que lá se vá ter também; se estão entre os eleitos, vivem completamente absortas em contemplativa beatitude. Tudo isso interpõe entre mortos e vivos uma distância tamanha que fez supor eterna a separação, e é por isso que muitos preferem ter junto de si, embora sofrendo, os entes caros, antes que vê-los partir, ainda mesmo que para o céu.

E a alma que estiver no céu será realmente feliz vendo, por exemplo, arder eternamente 'seu filho, seu pai, sua mãe ou seus amigos'?

**Razão Por Que Os Espíritos Não Temem A Morte** – A Doutrina Espírita muda inteiramente a maneira de se encarar o futuro. A vida futura deixa de ser uma hipótese para ser realidade; o estado das almas depois da morte não é mais um sistema, porém o resultado da observação. Ergue-se o véu; o mundo espiritual aparece-nos na plenitude de sua realidade prática; não foram os homens que o descobriram pelo esforço de uma concepção engenhosa, são os próprios habitantes desse mundo que nos vêm descrever a sua situação; aí os vemos em todos os graus da escala espiritual, em todas as fases da felicidade e da desgraça, assistindo, enfim, a todas as peripécias da vida de além-túmulo.

Eis aí por que os espíritos encaram a morte calmamente e se revestem de serenidade nos seus últimos momentos na Terra. Já não é só a esperança, mas a certeza que os conforta; sabem que a vida futura é a continuação da vida terrena em melhores condições e a aguardam com a mesma confiança com que aguardariam o despontar do Sol após uma noite de tempestade. Os motivos dessa confiança decorrem, outrossim, dos fatos testemunhados e da concordância desses fatos com a lógica, com a justiça e bondade de Deus, correspondendo às íntimas aspirações da Humanidade.

Para os espíritos, a alma não é uma abstração; ela tem um corpo etéreo que a define ao pensamento, o que muito é para fixar as idéias sobre a sua individualidade, aptidões e percepções. A lembrança dos que nos são caros repousa sobre alguma coisa de real. Não se nos apresentam mais como chamas fugitivas que nada falam ao pensamento, porém sob uma forma concreta que antes no-los mostra como seres viventes. Além disso, em vez de perdidos nas pro-

fundezas do Espaço, estão ao redor de nós; o mundo corporal e o mundo espiritual identificam-se em perpétuas relações, assistindo-se mutuamente.

Não mais permissível sendo a dúvida acerca do futuro, desaparece o temor da morte; encara-se a sua aproximação a sangue frio, como quem aguarda a libertação pela porta da vida e não pela do nada.

### **Os Espíritos ensinaram de forma incompleta no passado**

**Artigo 50** – Os Espíritos não ensinaram desde todos os tempos o que ensinam hoje porque cada coisa tem o seu tempo. Eles ensinaram muitas coisas que os homens não compreenderam ou desfiguraram, mas que atualmente podem compreender. Pelo seu ensinamento, mesmo incompleto, prepararam o terreno para receber a semente que vai agora frutificar.

#### **50.1 – “Doutrinando a Ciência”- Explanação do Espírito Emmanuel no livro “Emmanuel”, psicografado por Francisco Cândido Xavier, Ed. FEB, 18ª. edição, 1997, págs. 77-80:**

**As Investigações da Ciência** – Não é condenável, sob o ponto de vista do bom senso, sem quaisquer dogmatismos intransigentes, a dúvida que levou a Ciência da vossa época a se recolher nas realidades positivas; é claro que, segundo a opinião religiosa, o materialismo é pernicioso, debaixo de todas as modalidades em que se nos apresenta, mas é necessário vos convencerdes de que em qualquer circunstância predomina sempre a ‘lei do progresso’. O ateísmo reinante deriva dos abusos dogmáticos que a intransigência de alguns sistemas tem pretendido impor à consciência humana, livre em suas íntimas expansões. Todavia, na certeza absoluta da evolução que se realiza, através de todos os óbices interpostos no seu caminho pela ignorância e pela má-fé, eis que, na atualidade, a própria dúvida serve de base ao monumento da fé raciocinada do futuro.

**O Resultado Das Investigações** – Vê-se a Ciência no dever de investigar, de estudar, e, no seu afã incessante de saber, rolam por terra idéias errôneas, mantidas até hoje como alicerces de todas as suas perquirições, como, por exemplo, a da teoria da indivisibilidade atômica. Descobrimos centros imponderáveis de atração, como os electrônios componentes do átomo infinitesimal e os iônios, atinge a verdade, quanto às teorias da vibração, que preside, na base da matéria cósmica, a todos os movimentos da vida no Universo.

A Ciência infatigável procura, agora, a matéria-padrão, a força-origem, simplificada, da qual crê emanarem todos os compostos, e é nesse estudo proveitoso que ela própria, afirmando-se atéia, descrente, caminha para o conhecimento de Deus.

**O Fracasso De Muitas Iniciativas** – Não são poucos os estudiosos que procuram investigar os domínios da ciência psíquica, na sede de encontrar o lado verdadeiro da vida; porém, se muitas vezes acham apenas o malogro das suas esperanças, o soçobro dos seus ideais, é que se entregam a estudos arriscados sem preparação prévia para resolver tão altas questões, errando voluntariamente com espírito de criticismo, muitas vezes injustificável, já que não é filho de raciocínio acurado, profundo. ‘O êxito no estudo de problemas tão transcendentais de-

manda a utilização de fatores morais, raramente encontrados; daí a improdutividade de entusiasmos e desejos que podem ser ardentes e sinceros’.

**O Utilitarismo** – A ausência de demonstrações histológicas não implica a inexistência do Espírito. É essa certeza que compete à Ciência atingir. Muitos obstáculos, contudo, se opõem à obtenção desse desiderato; aliando-se ao preconceito acadêmico, o utilitarismo desenfreado, que infesta a política e a religião, é o maior inimigo da expansão das verdades espiritualistas no mundo, porque oriundo de interesses inferiores e mesquinhos. A própria tendência ao ateísmo, imperante em quase todas as classes sociais, é um derivativo lógico do espírito de interesse, que tem destruído a beleza dos princípios religiosos, desvirtuados pelo utilitarismo de falsos missionários. Mas, confiemos na influência do espiritualismo; em futuro próximo, a sua atuação eminentemente benéfica há de se fazer sentir, destruindo tudo quanto de nocivo e inútil encontrar em sua passagem.

**Os Tempos Do Porvir** – Marchamos, pois, para uma época de crença firme e consoladora, que derramará o bálsamo da fé pura e iluminada sobre as almas que adorarão o Criador, sem qualquer véu de formalidades inadequadas e obsoletas. Semelhantes transformações serão efetuadas após muitas lutas, que encherão de receios e de espantos os espíritos encarnados. Lembremo-nos, porém, que “Deus está no leme”. É esse o porvir do orbe em que viveis. Contudo, quanto tempo decorrerá, até que essa nova era brilhe nos horizontes do entendimento humano? Ignoramos. Conjuguemos, todavia, os nossos esforços a fim de alcançarmos esse desiderato. Demonstrei, com o vosso exemplo, que a luz permanece em vossos corações e cooperareis conosco, em favor dessas mutações precisas. Toda reforma terá de nascer do interior. Da iluminação do coração vem a verdadeira cristianização do lar, e do aperfeiçoamento das coletividades surgirá o novo e glorioso dia da Humanidade.

### **Convicção pela razão e não pelos fenômenos**

**Artigo 51** – Os Espíritos não apressam o progresso por meio de manifestações gerais e patentes, para levar a convicção aos incrédulos, porque Deus semeia milagres a mancheias e há homens que ainda os negam; o Cristo, ele próprio, não convenceu os seus contemporâneos com os prodígios que realizou; ainda hoje, os homens negam os fatos mais patentes que se passam aos seus olhos. Há os que não crêem mesmo vendo. Não é por meio de prodígios que Deus conduzirá os homens. Na sua bondade, Ele quer deixar-lhes o mérito de se convencerem por meio da razão.

**51.1 – “O Fenômeno e a Crença” (Questão no. 802 de O Livro dos Espíritos) - Explicação de Richard Simonetti em seu livro “A Constituição Divina”, Editado por Gráfica S.João Ltda., Bauru/SP, 2ª. edição, 1989, págs. 90-94:**

Muitos religiosos perguntam por que Deus não evidencia sua existência com prodígios que convençam os incrédulos irredutíveis e os materialistas impenitentes.

Será que adiantaria? Ninguém melhor do que Jesus atestou a misericordiosa presença divina no Universo. A par de seus ensinamentos, que enunciavam celeste legislação em favor da felicidade humana, o Mestre demonstrava que com um mínimo de fé autêntica nos poderes do Criador podemos realizar prodígios. E ele próprio o fazia, transformando a água em vinho, acalmando tempestades, multiplicando pães, caminhando sobre as águas... Não obstante, foi crucificado como simples criminoso e a multidão, que o reverenciara na véspera como embaixador do Céu, festejou sua morte cercado a cruz de injúrias. Os próprios discípulos, que conviveram longamente com ele, que lhe conheciam sobejamente a grandeza espiritual, recusaram-se ao testemunho. Apavorados, fugiram precipitadamente, sem compreender o significado daquela hora, em que Jesus, que podia mobilizar as milícias celestes em seu favor ou alterar o rumo dos acontecimentos com seus poderes, preferiu entregar-se inerte aos seus algozes para iluminar a escuridão terrestre com as luzes abençoadas do sacrifício, do perdão e da confiança em Deus.

Algo semelhante tem ocorrido com o Espiritismo, desde seus primórdios. Médiuns dotados de prodigiosas faculdades, como Eusápia Paladino, Daniel Dunglas Home, Senhora Piper, Peixotinho, Ana Prado, Madame d'Esperance, Mirabelli e Florence Cook, maravilharam multidões com espetaculares fenômenos de efeitos físicos. Raros apreciadores, entretanto, ultrapassaram os estreitos limites da empolgação. Críticos não faltaram, nem contestadores ferinos que colocaram em dúvida a própria integridade moral desses sensitivos. Se pudessem, extremistas os teriam eliminados sumariamente, como ocorreu com frequência na Idade Média, quando a "piedade" religiosa encaminhava os médiuns à fogueira, queimando seus corpos a pretexto de salvar suas almas.

Ainda que aceitos sem controvérsia, os fenômenos de efeitos físicos parecem-se a fogos de artifício. Maravilham, mas passam e caem no esquecimento, sem formarem elementos de convicção e, o que é pior, sem nenhuma repercussão em seu comportamento.

**É ilustrativa a parábola do rico e de Lázaro (Lucas, 16: 19 a 31).** Conta Jesus que ao morrer, um homem rico, comprometido com os interesses do Mundo, vai parar em região de sofrimentos. Lázaro, um doente que viveu de migalhas mendigadas, habilitou-se a uma morada celeste. Dialogando com Abraão, venerando patriarca judeu, o rico pede-lhe que envie Lázaro à sua casa para alertar seus irmãos, a fim de que não incorram em idênticos enganos. A resposta é incisiva:

- Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam!
- Não, pai Abraão; se alguém dentre os mortos for ter com eles, não de arrepende-se!
- Se não ouvem a Moisés e aos Profetas, tão pouco acreditarão, mesmo que alguém se levantasse dentre os mortos!

**A crença legítima resulta de exercícios do coração** - Muito mais que mera empolgação dos sentidos diante de fenômenos espetaculosos como a materialização de Espíritos, a crença legítima resulta de exercícios do coração. Começamos a sentir a presença de Deus em nossas vidas quando deixamos os acanhados domínios do egoísmo e buscamos os campos férteis da fraternidade. Isso é natural. Se Deus é Amor, como encontrá-lo sem aprender a amar, conjugando o verbo servir?

O fortalecimento do movimento inicial do Cristianismo não decorreu de prodígios. O que houve foi a maturação espiritual dos discípulos, iniciada quando, convocados por Jesus, decidiram-se ao serviço em favor do semelhante, com a instalação da Casa do Caminho, em Jerusalém, que atendia a sofrendores de todos os matizes.

Criaram-se, então, as condições ideais para que aqueles desbravadores entendessem e vivenciassem plenamente a mensagem do Cristo, desenvolvendo a força moral que lhes permitiria oferecer os mais gloriosos testemunhos de fidelidade às suas convicções, enfrentando com serenidade as perseguições e a própria morte, o que não ocorrera outrora, quando compunham o grupo do “oba-oba”, do pessoal que aplaudia os prodígios operados por Jesus, sem cogitar de suas lições.

Também no movimento espírita há um deslumbramento inicial com os fenômenos mediúnicos. No entanto, transformam-se em espíritas autênticos somente aqueles que empenham suas vidas ao esforço da fraternidade, fazendo do serviço ao semelhante a grande ponte para uma comunhão autêntica com a Espiritualidade, no pleno entendimento dos objetivos da atividade religiosa, conforme destaca o apóstolo Tiago em sua epístola (capítulo I, vers. 27), sugerindo que religião pura e sem mácula, capaz de nos manter incontaminados dos males do mundo, é a prática do Bem.

Tratando-se de nosso encontro com os valores espirituais da existência e, mais especificamente, de nosso encontro com Deus, será ocioso esperarmos por prodígios. Melhor que o busquemos na intimidade de nossos corações, no empenho por nos ajustarmos às suas leis, depurando-nos de sentimentos inferiores que nos inibem para o esforço do Bem.

## CAPÍTULO IV

### LEI DO TRABALHO

#### I – NECESSIDADE DO TRABALHO (O Livro dos Espíritos, itens 674-681)

**Artigo 52** – O trabalho é uma lei da Natureza e, por isso mesmo, é uma necessidade. A civilização obriga o homem a trabalhar mais, porque aumenta as suas necessidades e os seus prazeres. Devemos entender por trabalho não apenas as ocupações materiais, pois o Espírito também trabalha, como o corpo. Toda ocupação útil é trabalho.

**52.1 – “Trabalho”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis, no livro “Estudos Espíritos”, psicografado por Divaldo P. Franco, Editora FEB, RJ, 3ª. edição, págs. 91-97:**

**Conceito** – Genericamente o vocábulo ‘trabalho’ pode ser definido como : “Ocupação em alguma obra ou ministério; exercício material ou intelectual para fazer ou conseguir alguma coisa.”

O trabalho, porém, é lei da Natureza mediante a qual o homem forja o próprio progresso desenvolvendo as possibilidades do meio ambiente em que se situa, ampliando os recursos de preservação da vida, por meio das suas necessidades imediatas na comunidade social onde vive. Desde as imperiosas necessidades de comer e beber, defender-se dos excessos climáticos até os processos de garantia e preservação da espécie, pela reprodução, o homem vê-se coagido à obediência à lei do trabalho.

O trabalho, no entanto, não se restringe apenas ao esforço de ordem material, física, mas, também, intelectual pelo labor desenvolvido, objetivando as manifestações da Cultura, do Conhecimento, da Arte, da Ciência.

Muito diferente da força aplicada pelo animal, o trabalho no homem objetiva a transformação para melhor das condições e do meio onde se encontra situado, desdobrando a capacidade criativa, de modo a atingir as altas expressões da beleza e da imortalidade, libertando-se, paulatinamente, das formas grosseiras e primárias em que transita para atingir a plenitude da perfeição.

#### **Trabalho: expiação e prova**

**Artigo 53** – O trabalho é imposto ao homem em virtude de sua natureza corpórea. É uma expiação e, ao mesmo tempo, um meio de aperfeiçoar a sua inteligência. Sem o trabalho, o homem permaneceria na infância intelectual; eis porque ele deve a sua alimentação, a sua segurança e o seu bem-estar ao seu

trabalho e à sua atividade. Ao físico franzino, Deus concedeu a inteligência para o compensar; mas há sempre trabalho.

### **53.1 – “A Lei de Trabalho”- Explicação de Rodolfo Calligaris em seu livro “As Leis Morais”, Editora FEB, RJ, 3ª. edição, 1983, págs. 59-61:**

O trabalho é uma lei da natureza a que ninguém se pode esquivar, sem prejudicar-se, pois é por meio dele que o homem desenvolve sua inteligência e aperfeiçoa suas faculdades. O trabalho honesto fortalece-lhe o sentimento de dignidade pessoal, fá-lo respeitado pela comunidade em que vive, e, quando bem realizado, contribui para dar-lhe a sensação de segurança, três coisas fundamentais que todos buscamos.

Para que o homem tenha êxito no trabalho, e como tal deve entender-se não necessariamente o ganho de muito dinheiro, mas uma constante satisfação íntima, faz-se mister que cada qual se dedique a um tipo de atividade de acordo com suas aptidões e preferências, sem se deixar influenciar pela vitória de outrem nesta ou naquela carreira, porquanto cada arte, ofício ou profissão exige determinadas qualidades que nem todos possuem. Quem não consiga uma ocupação condizente com o que desejaria, deve, para não ser infeliz, adaptar-se ao trabalho que lhe tenha sido dado, esforçando-se por fazê-lo cada vez melhor, mesmo que seja extremamente fácil. Isso ajudará a gostar dele. Quando se trate de algo automatizado que não permita qualquer mudança, como acontece em muitas fábricas modernas, o remédio é compenetrar-se de que sua função na empresa também é importante, assumindo a atitude daquele modesto operário cujo serviço era quebrar pedras e que, interrogado sobre o que fazia, respondeu com entusiasmo: “Estou ajudando a construir uma catedral”.

Importa, igualmente, se adquira a convicção de que embora apenas alguns poucos possam ser professores, médicos, engenheiros, advogados ou administradores, todos, indistintamente, desde que desenvolvam um trabalho prestadio, estão dando o melhor de si, concorrendo, assim, para o progresso e o bem-estar social, como lhes compete.

(...) Os que supõem seja o trabalho apenas um “ganha-pão”, sem outra finalidade que não a de facultar os meios necessários à existência, laboram em erro. Se o fôsse, então todos aqueles que possuíssem tais meios, em abundância, poderiam julgar-se desobrigados de trabalhar. Em verdade, porém, a lei de trabalho não isenta ninguém da obrigação de ser útil. Ao contrário. Quando Deus nos favorece, de maneira que possamos alimentar-nos sem verter o suor do próprio rosto, evidentemente não é para que nos entreguemos ao hedonismo, mas para que movimentemos, na prática do Bem, os “talentos” que nos haja confiado. Isso constitui uma forma de trabalho que engrandece e enobrece nossa alma, tornando-a rica daqueles tesouros que “a ferrugem e a traça não corroem, nem os ladrões podem roubar.”

### **O trabalho dos animais, do homem primitivo e seus sucessores**

**Artigo 54** – A Natureza provê, por si mesma, todas as necessidades dos animais, mas eles trabalham também. Mas o seu trabalho, como a sua inteligência, é limitado aos cuidados da conservação. Eis porque, entre eles, o trabalho não conduz ao progresso, enquanto entre os homens tem um duplo objetivo: a conservação do corpo e o desenvolvimento do pensamento, que é também

uma necessidade e que o eleva acima de si mesmo. Quando digo que o trabalho dos animais é limitado aos cuidados de sua conservação, refiro-me ao fim a que eles se propõem, trabalhando. Mas, enquanto, sem o saberem, eles se entregam inteiramente a prover as suas necessidades materiais, são os agentes que colaboram nos desígnios do Criador. Seu trabalho não concorre menos para o objetivo final da Natureza, embora muitas vezes não possais ver o seu resultado imediato.

#### **54.1 – “O trabalho dos animais, do homem primitivo e do homem moderno”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis às págs, 92 do livro Estudos Espíritos:**

O movimento e o esforço a que são conduzidos os animais e que por generalização passam a ser denominados trabalho, constituem atividade de repetição motivada pelo instinto de “conservação da vida”, sem as resultantes realizações criadoras, que facultam o aprimoramento, o progresso, a beleza inerentes ao ser humano. Enquanto os animais agem para prover a subsistência imediata o homem labora criando, desenvolvendo as funções da inteligência que o agigantam, conseguindo meios e recursos novos para aplicação na faina de fazê-lo progredir.

A princípio, o homem, à semelhança do próprio animal, procurava apenas prover as necessidades imediatas, produzindo um fenômeno eminentemente predatório, numa vida nômade, em que se utilizava das reservas animais e vegetais para a caça, a pesca e colheita de frutos silvestres, seguindo adiante, após a destruição das fontes naturais de manutenção. No período da ‘pedra lascada’ sentiu-se impelido a ampliar os braços e as pernas para atingir as metas da aquisição dos recursos, recorrendo a instrumentos rudes, passando mais tarde à agricultura para, da terra, em regime de sociedade, extrair os bens que lhe facultassem a preservação da vida, prosseguindo, imediatamente, à criação de rebanhos que domesticou, capazes de propiciar-lhe relativa abundância, pelo resultante do armazenamento dos excedentes da colheita e do abate animal, deixando de ser precárias as condições, assaz primitivas, em que vivia.

**O comércio e indústrias rudimentares** – Com a utilização dos instrumentos mais aprimorados para a caça, a pesca, a agricultura, a criação de rebanhos, as atividades tornaram-se rendosas, facultando a troca de mercadorias como primeiro passo para o comércio e posteriormente para a indústria, de modo a fomentar recursos sempre novos e cada vez mais complexos, pelos quais libertava-se paulatinamente das dificuldades iniciais para levantar a base do equilíbrio social, pela previsão e recursos de previdência segura, ante os períodos cíclicos de calamidades que sofria com frequência: secas, guerras, enfermidades.

**O Trabalho escravo** – No passado, porém, o trabalho se apresentava para as classes nobres como uma desonra, sendo reservado apenas aos “braços escravos”, que se encarregavam de todas as tarefas, de modo a que os dominadores se permitissem a ociosidade brilhante, podendo-se valorizar os recursos dos homens pelo número de escravos e servos de que podiam dispor. Mesmo a cultura da inteligência era transmitida, não raro, por homens ferreteados pela escravidão, e o desenvolvimento das artes, das atividades domésticas encontrava-se em posição subalterna de servilismo desprezado, conquanto indispensável.



**Meio de elevação e de expiação** – O trabalho, porém, apresenta-se ao homem como meio de elevação e como expiação de que tem necessidade para resgatar o abuso das forças, quando entregues à ociosidade ou ao crime, na sucessão das existências pelas quais evolue. Não fora o trabalho e o homem permaneceria na infância primitiva, sendo por Deus muitas vezes facultado ao fraco de forças físicas os inapreciáveis recursos da inteligência, mediante a qual granjeia progresso e respeito, adquirindo independência econômica, valor social e consideração, contribuindo poderosamente para o progresso de todos.

**A Tecnologia, a divisão social do trabalho** – Com o irrompimento da técnica, que multiplicou os meios para a atividade do homem, na sociedade, veio inevitavelmente a divisão social do próprio trabalho, criando as classes, hoje, como ontem, empenhadas em lutas terríficas e crescentes. A lei do trabalho, porém, impõe-se a todos e ninguém fugirá dela impunemente, deixando de ser surpreendido mais adiante... A quem algum é permitido usufruir os benefícios do trabalho de outrem sem a justa retribuição e toda exploração imposta pelo usurário representa ‘cárcere e algema’ para si mesmo, na sucessão das existências inevitáveis a que se encontra impelido a utilizar.

Do trabalho mecânico, rotineiro, primitivo, puro e simples, à automação, houve um progresso gigante que ora permite ao homem o abandono das tarefas rudimentares, entregues a máquinas e instrumentos que ele mesmo aperfeiçoou, concedendo-lhe tempo para a genialidade criativa e a multiplicação de atividades em níveis cada vez mais elevados.

**Trabalho-remunerado e Trabalho-abnegação** – (...) Dividido o tempo entre trabalho e lazer, ação e esparecimento, ampliam-se as possibilidades da existência do homem que, então, frui a decorrência do progresso na saúde, nas manifestações artísticas, na cultura, no prazer, dispondo de tempo para as atividades espirituais, igualmente valiosas, senão indispensáveis para a sua paz interior.

Mediante o ‘trabalho-remunerado’ o homem modifica o meio, transforma o ‘habitat’, cria condições de conforto. Através do ‘trabalho-abnegação’, do qual não decorre troca nem permuta de remuneração, ele se modifica a si mesmo, crescendo no sentido moral e espiritual. Por um processo ele se desenvolve na horizontal e se melhora exteriormente; pelo outro, ascende no sentido vertical da vida e se transforma de dentro para fora. Utilizando-se do primeiro recurso conquista simpatia e respeito, gratidão e amizade. Através da autodoação consegue superar-se, revelando-se instrumento da Misericórdia Divina na construção da felicidade de todos.

### **Teorias Econômicas do Trabalho e Justiça Social –**

Duas são as teorias econômicas do trabalho na estrutura da sociedade: o ‘trabalho-valor’ que se consubstancia nas teorias de Adam Smith, Jean-Baptiste Say e David Ricardo, que pugnavam pela assertiva de que “o trabalho cria o valor econômico” e a outra, a do ‘trabalho-produção’, expressa através dos expoentes da denominada ‘Escola Marginalista’, que consideram o trabalho como um dos “fatores da produção, cujo valor é medido pelo valor do produto que cria”, considerando-se primordialmente a sua utilidade aplicada ao mercado de consumo.

Com a Revolução Industrial e o advento da máquina que modificaram toda a estrutura do trabalho realizado pelo homem, a tese do ‘trabalho-valor’ sobrepôs-se e foi adotada por Karl

Marx, objetivando o trabalhador, nas suas necessidades de reposição do desgaste físico (ou mental), consequência direta e imediata da atividade exercida, sendo, assim, o trabalho, inexaurível fonte de todo o progresso humano.

Com o desenvolvimento das Ciências Sociais e o advento das Entidades Previdenciárias e Assistenciais, o homem passou a beneficiar-se de uma regulamentação legal sobre o tempo de trabalho, horário, remuneração extraordinária e a indispensável aposentadoria, observados os requisitos essenciais, assistência médico-odontológica, pensão para a família, quando ocorre o óbito, invalidez remunerada em estrutura de justiça.

As lutas entre patrão e empregado começaram a ser examinadas com maior equidade, resolvendo-se em Casas de Justiça os graves problemas a que se viam constringidos os menos afortunados pelos valores aquisitivos, que, em face da permanente conjuntura econômica a que se vêem a braços os diversos países, eis que com a moeda ganha sempre se adquire menos utilidades, comprimindo-os até o desespero, fomentando a anarquia e o desajustamento comunitário. Dividido o tempo entre trabalho e lazer ação e esparecimento, ampliam-se as possibilidades da existência do homem que, então, frui a decorrência do progresso na saúde, nas manifestações artísticas, na cultura, no prazer, dispondo de tempo para as atividades espirituais, igualmente valiosas, senão indispensáveis para a sua paz interior.

### **Liberação do trabalho material**

**Artigo 55** – O homem que possui bens suficientes para assegurar sua subsistência talvez esteja liberto do trabalho material, mas não da obrigação de se tornar útil na proporção dos seus meios, de aperfeiçoar a sua inteligência ou a dos outros, o que é também um trabalho. Se o homem a quem Deus concedeu bens suficientes para assegurar sua subsistência não está obrigado a comer o pão com o suor da frente, a obrigação de ser útil a seus semelhantes é tanto maior para ele, quanto a parte que lhe coube por adiantamento lhe der maior lazer para fazer o bem.

### **Existência voluntariamente inútil**

**Artigo 56** – Deus é justo e só condena aquele cuja existência for voluntariamente inútil, porque esse vive na dependência do trabalho alheio. Ele quer que cada um se torne útil na proporção de suas faculdades.

### **Dever de assistência mútua na família**

**Artigo 57** – A lei da Natureza impõe aos filhos a obrigação de trabalhar para os pais, assim como os pais devem trabalhar para os filhos. Eis porque Deus fez do amor filial e do amor paterno um sentimento natural, a fim de que, por essa afeição recíproca, os membros de uma mesma família sejam levados a se auxiliarem mutuamente. É o que, com muita frequência, não se reconhece na atual sociedade.

## II – LIMITE DO TRABALHO. REPOUSO. (Itens 682 a 685-a)

**Artigo 58** – Sendo o repouso uma necessidade após o trabalho, é uma lei da Natureza. Ele serve para reparar as forças do corpo. É também necessário deixar um pouco mais de liberdade à inteligência que deve elevar-se acima da matéria.

**Artigo 59** – O limite do trabalho é o limite das forças; não obstante, Deus dá liberdade ao homem.

### 59.1 – “Limite do Trabalho”- Explicação de Rodolfo Calligaris no livro acima, págs. 62-65:

À pergunta (n. 683) do Codificador: “qual o limite do trabalho?”, responderam os mentores espirituais incumbidos de lhe ditarem os fundamentos da nova Revelação: “o das forças”. Isso deixa claro que, sendo, como é, fonte de equilíbrio físico e moral, o trabalho deve ser exercido por tanto tempo quanto nos mantenhemos válidos.

(...) A natureza exige o emprego de nossas energias e aqueles que se aposentam, sentindo-se ainda em pleno gozo de suas forças físicas e mentais, depressa caem no fastio, tornando-se desassossegados, irritadiços ou hipocondríacos. Alguns tentam eliminar o vazio de suas horas em viagens; outros, em diversões; quase todos, porém, se cansam de uma coisa e outra, entregando-se, por fim, ao alcoolismo, à jogatina e a outros vícios que lhes arruinam, de vez, tanto a saúde como a paz íntima.

Abalizados psiquiatras e psicanalistas afirmam, com exato conhecimento de causa, que “todos os seres humanos precisam encontrar alguma coisa que possam fazer”, pois “ninguém consegue ser feliz sem que se sinta útil ou necessário a alguém.”

Frank C. Cáprio (Ajuda-te pela Psiquiatria) chega a dizer: “Tal como o amor, o trabalho é medicinal. Alivia os males da alma.”

Isto posto, se formos homens de negócios, ao invés de os interrompermos bruscamente, convém que, ao atingirmos certa idade, diminuamos o ritmo de nossas ocupações ou peso de nossas responsabilidades, repartindo-as gradativamente com nossos auxiliares ou com aqueles que devam suceder-nos, adquirindo, ao mesmo tempo, algum outro interesse que mantenha ocupado o nosso intelecto. Se assalariados, que encontremos, ao aposentar-nos, uma ocupação leve, porém proveitosa, com que preencher saudavelmente nossa vida. Jamais, em hipótese alguma, condenar-nos à completa ociosidade, a pior coisa que pode acontecer a alguém.

### Imposição de excesso de trabalho

**Artigo 60** – Os que abusam da autoridade para impor aos seus inferiores um excesso de trabalho cometem uma das piores ações. Todo homem que tem o poder de dirigir é responsável pelo excesso de trabalho que impõe aos seus inferiores, porque transgride a lei de Deus.

### **60.1 – “O Repouso”- Explicação de R. Calligaris no livro mencionado, págs. 66-69:**

Nas respostas que deram às questões de ns. 682 e 684, formuladas por Kardec, nossos amigos espirituais nos esclarecem que “o repouso é uma lei da natureza, sendo uma necessidade para todo aquele que trabalha”, e mais: que “oprimir alguém com trabalho excessivo é uma das piores ações”, constituindo-se, mesmo, grave transgressão do Código Divino.

Com efeito, o 4º. mandamento preceitua: “Lembra-te do dia de sábado, para o santificares. Seis dias trabalharás e farás todas as tuas obras, mas o sétimo dia é o sábado, isto é, o dia de descanso do Senhor teu Deus. Nesse dia não farás obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o peregrino que vive de tuas portas para dentro.”

**Substituição do sábado para domingo do dia de repouso** - Julgamos interessante elucidar, nesta oportunidade, que a substituição do repouso no ‘sábado’, como era observado entre os judeus, pelo ‘domingo’, como atualmente é de uso entre nós, carece de importância. Isso começou com os primeiros cristãos. Eles continuavam a freqüentar as sinagogas aos sábados, mas, a par disso, tomaram o hábito de reunir-se também no primeiro dia da semana judaica (domingo), a fim de celebrarem a ressurreição de Jesus. Com o decorrer do tempo, foram deixando de comparecer às sinagogas e, conseqüentemente, apenas o domingo passou a ser observado por eles.

Os que advogam a observância do sábado, talvez se apoiem nas razões anexas do referido mandamento, conforme o Êxodo: “Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra, o mar, e tudo o que neles há, e descansou no sétimo dia: por isso o Senhor abençoou o dia sétimo, e o santificou.” Sabe-se, agora, entretanto, que os seis “dias” da criação não foram dias de 24 horas, como alguns ainda supõem, mas sim longos períodos milenares. Além disso, em Deuterônimo, as reflexões aduzidas para recomendar esse mandamento são outras, bem diferentes; “Para que descansa o teu escravo, e a tua escrava, como tu também descansas. Lembra-te de que também serviste no Egito, e que de lá te tirou o Senhor teu Deus.”

Como se vê, aqui não se alude ao sábado como sendo o dia em que o Criador teria descansado de Sua obra; apela-se, simplesmente, para os sentimentos de caridade dos judeus, para que, nesse dia, concedam o merecido descanso igualmente ao elemento servil, inclusive aos animais, porquanto todos precisam de repouso para o refazimento de suas energias.

**O Decálogo baseia-se na lei natural: a folga semanal é uma questão de higiene** – O Decálogo, ninguém o ignora, baseia-se na lei natural, e a folga semanal não é mais que uma questão de higiene. Assim sendo, quer guardemos o sábado (sábado significa descanso), ou o domingo, o que importa é que o façamos segundo o ‘espírito’ da lei, e esta o que recomenda é que após seis dias de trabalho, dedicados ao provimento do indispensável ao nosso bem-estar corporal, reservemos pelo menos um dia para o repouso, consagrando-o ao cultivo dos valores espirituais.

Isto, aliás, era o máximo que, naquela época, podia obter-se de homens embrutecidos e materializados cujos ideais se concentravam unicamente na conquista de bens terrenos e que, para consegui-los, não hesitavam em sobrecarregar familiares, servos e animais, obrigando-os a penosas jornadas de trabalho, de sol a sol, nos 365 dias do ano.

Por incrível que pareça, muitos homens em pleno século XX, dominados pela ambição, continuam a impor-se tal regime (estendendo-o a outrem, sempre que lhes permitam dar largas ao seu poder de mando), e ainda se jactam disso, como se fôssem heróis dignos dos maiores aplausos, quando, ao revés, só merecem lástima. Sim, porque hoje que a vida urbana se caracteriza por uma agitação contínua, exigindo-nos um gasto excessivo de energias físicas e mentais, a necessidade que todos temos de repousar periodicamente tornou-se maior, e, daí, o estar-se generalizando a chamada “semana inglesa”, com cinco dias de trabalho e dois de descanso, além das férias anuais, que há alguns decênios já se constitui um direito universal.

Trabalhem, pois, “até o limite de nossas forças”, já que o trabalho é uma bênção; cuidemos, porém, de evitar a exaustão e a estafa, antes que esses males nos conduzam à neurastenia ou ao esgotamento nervoso.

### **Repouso na velhice**

**Artigo 61** – O homem tem direito ao repouso na velhice, pois não está obrigado a nada, senão na proporção de suas forças.

#### **Velho que precisa trabalhar, mas não pode**

**Artigo 62** – O forte deve trabalhar para o fraco; na falta da família, a sociedade deve amparar o velho que precisa trabalhar para viver e não pode: é a lei da caridade.

#### **62.1 – “A falta de trabalho e a Educação”. Comentário de Kardec no item 685-a:**

Não basta dizer ao homem que ele deve trabalhar, é necessário também que o que vive do seu trabalho encontre ocupação, e isso nem sempre acontece. Quando a falta de trabalho se generaliza, toma as proporções de um flagelo, como a escassez, a ciência econômica procura o remédio no equilíbrio entre a produção e o consumo, mas esse equilíbrio, supondo-se que seja possível, sofrerá sempre intermitências e durante essas fases o trabalhador tem necessidade de viver. Há um elemento que não se ponderou bastante, e sem o qual a ciência econômica não passa de teoria: ‘a educação’. Não a educação intelectual, mas a moral, e nem ainda a educação moral pelos livros, mas a que consiste na ‘arte de formar os caracteres, aquela que cria os hábitos’, porque ‘educação é o conjunto de hábitos adquiridos’.

Quando se pensa na massa de indivíduos diariamente lançados na corrente da população, sem princípios, sem freios, entregues aos próprios instintos, deve-se admirar das consequências desastrosas desse fato? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem seguirá no mundo os hábitos de ‘ordem e previdência para si mesmo e para os seus’, de ‘respeito pelo que é respeitável’, hábitos que lhe permitirão atravessar de maneira menos penosa os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que somente uma educação bem compreendida pode curar. Nisso está o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, a garantia da segurança de todos.

## **62.2 – “O trabalho e o paraíso terrestre de Karl Marx”. Comentário de José Herculano Pires (tradutor) no item 685-a:**

A concepção espírita do trabalho como lei natural, determinante ao mesmo tempo da evolução do homem e da Natureza, coincide com o princípio marxista segundo o qual, nas próprias palavras de Marx: “Agindo sobre a natureza, que está fora dele, e transformando-a por meio da ação, o homem se transforma também a si mesmo”. Vemos, no item 676, que “sem o trabalho o homem permaneceria na infância intelectual”. O Espiritismo não encara, pois, o trabalho como “uma condenação” segundo dizem alguns marxistas, mas como uma necessidade da evolução humana e da evolução terrena. Trabalhar não é sofrer, mas progredir, desenvolver-se, conquistar a felicidade. A diferença está em que para os marxistas a felicidade se encontra nos produtos materiais do trabalho na Terra, enquanto para os espíritas, além dos proventos imediatos na Terra, o trabalho proporciona também os da evolução espiritual. Por isso não basta dar trabalho ao homem, sendo também necessário dar-lhe educação moral, ou seja, orientação espiritual para que ele possa tirar do trabalho todos os proventos que este lhe pode dar. Um mundo socialista, de trabalho e abundância para todos, mas sem perspectivas espirituais, seria tão vazio e aborrecido como um mundo espiritual de ociosidade, segundo o prometido pelas religiões. O paraíso terrestre do marxismo equivaleria ao paraíso celeste dos beatos. O Espiritismo não aceita um extremo nem outro, colocando as coisas em seu devido lugar.

### **O Trabalho – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Editora Paidéia, 1ª. ed., 1979, págs. 146-150:**

**“O Trabalho e a Filosofia Existencial”-** O Trabalho é exigência do princípio de transcendência. O homem trabalha por necessidade, como querem os teóricos da Dialética Materialista, mas não apenas para suprir as suas necessidades físicas de subsistência e sobrevivência. Não só, como querem os teóricos da ‘vontade de potência’, para adquirir poder. E nem só, também, como pretendem Bentham e os teóricos da ambição, para acumular posses que representam poder. A busca das causas, nesse campo, morreria no plano das causas secundárias. Mas a Filosofia Existencial, em nosso tempo, descobrindo o conceito de ‘existência’ e definindo o homem como o ‘existente’ (aquele ser que existe, sabe que existe e luta para existir cada vez mais e melhor), mostrou e provou que a natureza humana é subjetiva e não objetiva (externa e material) e que a mola do mundo não está nos braços e nas mãos, mas na consciência. Confirmou-se assim, no plano geral da Cultura, o tantas vezes rejeitado e ridicularizado ‘conceito espírita do trabalho’. No ‘Livro dos Espíritos’ temos a afirmação de que ‘tudo trabalha na Natureza’. Essa tese espírita antecipou a tese de John Dewey sobre a natureza universal da ‘experiência’. Em todo o Universo há forças em ação, inteligentemente dirigidas segundo planos determinados. Nada se fez ao acaso. Em termos atuais de eletrônica podemos dizer que o universo é uma programação gigantesca de computadores em incessante atividade rigorosamente controlada. De um grão de areia a uma constelação estelar, de um fio de cabelo e de um vírus isolado até às maiores aglomerações humanas dos grandes parques industriais do mundo, tudo trabalha. O próprio repouso é uma forma de diversificação do trabalho para recuperações e reajustes nos organismos materiais e nas estruturas psicomentais do homem. ‘As criaturas humanas que só trabalham para si mesmas ainda não superaram a condição animal. Vivem e trabalham, mas não existem. Porque existir é uma forma superior de viver, que inclui em seu conceito plena consciência das atividades desenvolvidas com finalidades transcendentais’.

**“O Trabalho e a Consciência da Solidariedade”-** No próprio desenvolvimento da Civilização o trabalho individual se abre, progressivamente, nos processos de distribuição, para

o plano superior do trabalho coletivo. Por isso, é no trabalho e através do trabalho que o homem se realiza como 'ser', desenvolvendo suas potencialidades. A extrema especialização da Era Tecnológica nasceu nas selvas, quando nos primeiros clãs o homem se incumbiu da guerra, da caça e da pesca, e a mulher da criação, alimentação e orientação dos filhos. A Revolução Industrial na Inglaterra marcou um momento decisivo da evolução humana para a consciência da solidariedade. É no esforço comum e conjugado das relações de trabalho que se desenvolve o senso de comunidade, provando a necessidade do princípio espírita de solidariedade e tolerância para o maior rendimento, maior estímulo e maior aperfeiçoamento das técnicas de produção. À concorrência de mercado, que estimula a ganância e a voracidade dos indivíduos e dos grupos, das empresas e dos sistemas de produção, opõe-se a conjugação das consciências, na solidariedade do trabalho comum, com vistas ao bem-estar de todos. Os teóricos que condenam as comunidades de trabalho voltadas para o interesse da maioria reduzem a finalidade superior do trabalho a interesses mesquinhos de enriquecimento individual e de grupos. A própria realidade os contesta com o espetáculo gigantesco do trabalho da Natureza, voltado para a grandeza do todo. Remy Chauvin considera os insetos sociais como expressões de sistemas coletivos de trabalho e de vida em que o egoísmo individualista e grupal (sociocentrismo) não impediu o desenvolvimento normal da solidariedade. A Natureza inteira é um exemplo que o homem rejeita em nome do seu egoísmo, da sua vaidade e das suas ambições desmedidas. Esses três elementos funcionaram na espécie humana como pontos hipnóticos que impediram o livre fluxo das energias livres do trabalho, condensando-as em formas institucionais absorventes. As tentativas de romper essas formas por métodos violentos representam uma reação instintiva que leva fatalmente, como o demonstra o panorama histórico atual, a novas formas de condensação. Esse círculo vicioso só pode ser rompido por uma profunda e geral compreensão do verdadeiro sentido do trabalho, que não leva a lutas e dissensões, mas à conjugação e harmonização de todas as fontes e todos os recursos do trabalho, nos mais diferenciados setores de atividade. A proposição espírita nesse sentido, como foi em seu tempo a proposição cristã original, encarna os mais altos ideais da espécie, voltados para o trabalho comunitário em ação e fins.

**Hegel e a Dialética do Trabalho nos Reinos da Natureza** – Hegel observou, em seus estudos de Estética, que a dialética do trabalho se revela nos reinos da Natureza. O 'mineral' é a matéria-prima das elaborações futuras, apresentando-se como concentração de energias que formam as reservas básicas; o 'vegetal' é a doação em que as forças do mineral se abrem para a floração e os frutos da vida; o 'animal' é a vida em expansão dinâmica, síntese das elaborações dos dois reinos anteriores, endereçando esses resultados ao futuro, à síntese superior do 'Homem', no qual as contradições se resolvem na harmonia psicofísica e espiritual da criatura humana, dotada de consciência. Cabe agora a essa consciência elaborar a grandeza da Terra dos Homens (segundo a expressão de Saint-Exupéry). Por sinal que Exupéry, aviador, poeta e profeta, representa o arquétipo atual da evolução humana, na busca do Infinito. Por isso, Simone de Beauvoir considerou a Humanidade, não como a espécie a que nos referimos por alegoria com os planos inferiores, mas como um 'devir', um processo de mutações constantes na direção do futuro. Hoje somos ainda projeções dos primatas obtusos e violentos, antropófagos (segundo Tagore) devoradores de si mesmos e dos semelhantes, escarnecedores e aviltadores da condição humana. Mas amanhã seremos homens, criaturas humanas que encarnarão as forças naturais sob o domínio da Razão e da Consciência. Teremos então a República dos Espíritos, formada pela solidariedade de consciências de que trata René Hubert em sua 'Pedagogie Generale'.

**As Ciências Materiais da atualidade confirmam os princípios fundamentais da Ciência Espírita** – Como vemos através desses dados, a Doutrina Espírita não nos oferece uma visão utópica do amanhã, mas uma precognição do homem em sua condição espiritual, sem as deformações teológicas e religiosas da visão comum, calcada em superstições e idealizações rebarbativas. Tendo penetrado objetivamente no mundo das causas, um século antes que as Ciências Materiais o fizessem, a Ciência Espírita, experimental e indutiva – e que tem agora todos os seus princípios fundamentais endossados por aquelas, em pesquisas de laboratório e tecnológicas – não formulou uma estrutura dogmática de pressupostos para figurar o homem de após morte e o homem do futuro. A imagem que nos deu do homem novo há um século ( meados do século XIX) está hoje plenamente confirmada pelos fatos. A controversa questão da sobrevivência espiritual foi resolvida tecnologicamente de maneira positiva, comprovando a tese espírita. Falta pouco para romper-se, nas mãos já trêmulas dos teólogos, a Túnica de Nessus da dogmática religiosa, que gerou por toda parte angústias e desesperos. Estamos agora em condições de pensar tranquilamente num futuro melhor para a Humanidade em fases melhores da sua evolução. Podemos agora nos integrar conscientemente na gigantesca oficina de trabalhos da Terra, preparando o caminho das gerações vindouras. As revelações não nos chegam mais de mão beijada, pois, como ensina Kardec, brotam dos esforços conjugados do homem esclarecido com os espíritos conscientes. Os dois mundos em que nos movemos, o espiritual e o material, abriram as suas comportas para que as suas águas se encontrem no esplendor de uma nova aurora. E o Sol que acende essa aurora não é mais uma chama solitária na escuridão total dos espaços vazios, mas apenas uma tocha olímpica entre milhões de tochas que balizam as conquistas futuras do homem na escalada sem-fim. Prometeu não será mais sacrificado por querer roubar o fogo celeste de Zeus, pois esse fogo é o mesmo que resplandece no corpo espiritual da ressurreição, que brilha na alma humana e define a sua natureza divina. Basta-nos continuar em nossos trabalhos para termos a nossa parte assegurada na Herança de Deus, pois como ensinou o Apóstolo Paulo, somos herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo. O conhecimento é a nossa fé, que não se funda em palavras, sacramentos e ídolos mortos, mas na certeza das verificações positivas e nas conquistas do trabalho humano, gerador constante de novas formas de energia para a escalada humana da transcendência.

### **62.3 – “Trabalho e Jesus”- Explanação do Espírito Joanna de Ângelis no livro já citado, págs. 96, 97:**

Fazendo-se carpinteiro e dedicando-se à profissão na elevada companhia de José, o Mestre laborava ativamente, ensinando com o exemplo o respeito ao trabalho, como dever primeiro para a manutenção e preservação da vida, mediante a atividade honrada. Em todo o seu ministério de amor a abnegação tem relevante papel, verdadeiro trabalho de autoação até o sacrifício da própria vida, sem paralelo em toda a História.

Seus discípulos, ‘a posteriori’, fizeram do trabalho expressão de dignificação, tornando-se “escravos do Senhor” e servos de todos, oferecendo o labor das próprias mãos para a subsistência orgânica, enquanto se “afadigavam” na sementeira da luz.

Seu exemplo e Suas lições erguem os escravos que jazem no porto da miséria e dá-lhes suprema coragem no exercício do próprio trabalho através do qual encontram energias para superar as fracas forças, tornando-se fortes e inatingíveis. Infundem coragem, estimulando o ‘trabalho-serviço’ fraternal, de modo a manter a comunidade unida em todos os transes. Ensinam esperança, utilizando o ‘trabalho-redenção’, por cujo meio o espírito vibra acima das próprias limitações e se liberta das malhas da ociosidade e do mal.



Agora, quando as luzes do ‘Consolador’ se acendem na Terra da atualidade, encontrando o homem em pleno labor regulamentado por leis de justiça e previdência, eis que soam no seu espírito as clarinadas do trabalho mantenedor do progresso geral de todos, utilizando-se dos valores da fé para a construção do Mundo Melhor em que o amor dirima as dúvidas, em torno da vida imortal, e a caridade substitua em toda a plenitude a filantropia, à semelhança do que ocorre nos Mundos Felizes onde o trabalho, em vez de ser impositivo, é conquista do homem livre que sabe agir no bem infatigável, servindo sempre e sem cessar.

### **Utilidade Providencial da Fortuna (Evangelho Segundo o Espiritismo, capítulo XVI, item 7)**

“Com efeito, o homem tem por missão trabalhar pela melhoria material do planeta. Cabe-lhe desobstruí-lo, saneá-lo, dispo-lo para receber um dia toda a população que a sua extensão comporta. Para alimentar essa população que cresce incessantemente, preciso se faz aumentar a produção. Se a produção de um país é insuficiente, será necessário buscá-la fora. Por isso mesmo, as relações entre os povos constituem uma necessidade. A fim de mais as facilitar, cumpre sejam destruídos os obstáculos materiais que os separam e tornadas mais rápidas as comunicações. Para trabalhos que são obra dos séculos, teve o homem de extrair os materiais até das entranhas da Terra; procurou na Ciência os meios de os executar com maior segurança e rapidez. Mas, para os levar a efeito, precisa de recursos: a necessidade fê-lo criar a riqueza, como o fez descobrir a Ciência. A atividade que esses mesmos trabalhos impõem lhe amplia e desenvolve a inteligência, e essa inteligência que ele concentra, primeiro, na satisfação das necessidades materiais, o ajudará mais tarde a compreender as grandes verdades morais. Sendo a riqueza o meio primordial de execução, sem ela não mais grandes trabalhos, nem atividade, nem estimulante, nem pesquisas. Com razão, pois, é a riqueza considerada elemento de progresso.”

## CAPÍTULO V

### LEI DE SOCIEDADE

#### I – NECESSIDADE DA VIDA SOCIAL (O Livro dos Espíritos, itens 766 a 768)

**Artigo 63** – A vida social é natural: Deus fez o homem para viver em sociedade, não deu inutilmente ao homem a palavra e todas as outras faculdades necessárias à vida de relação.

**63.1 – “Sociabilidade”- Explicação de Rodolfo Calligaris em seu livro “As Leis Morais”, Ed. FEB, 3<sup>a</sup>. ed., 1983, págs. 107-110:**

“O homem é um animal social”, já o dizia, com acerto, famoso pensador da Antiguidade, querendo com isso significar que ele foi criado para viver, ou melhor, conviver com seus semelhantes. A sociabilidade é instintiva e obedece a um imperativo categórico da lei do progresso (e lei de sociedade) que rege(m) a Humanidade. É que Deus, em Seus sábios desígnios, não nos fez perfeitos, fez-nos perfectíveis; assim, para atingirmos a perfeição a que estamos destinados, todos precisamos uns dos outros, pois não há como desenvolver e burilar nossas faculdades intelectuais e morais senão no convívio social, nessa permuta constante de afeições, conhecimentos e experiências, sem a qual a sorte de nosso espírito seria o embrutecimento e a estiolação.

Sendo o fim supremo da sociedade promover o bem-estar e a felicidade de todos os que a compõem, para que tal seja alcançado há necessidade de que cada um de nós observe certas regras de procedimento ditadas pela Justiça e pela Moral, abstendo-se de tudo que as possa destruir. Com efeito, a boa ordem na sociedade depende das virtudes humanas. À medida que nos formos esclarecendo, tomando consciência de nossos deveres para com nós mesmos (amor ao trabalho, senso de responsabilidade, temperança, controle emocional, etc.) e para com a comunidade de que somos parte integrante (cortesia, desprendimento, generosidade, honradez, lealdade, tolerância, espírito público, etc.), cumprindo-os à risca, menores e menos freqüentes se irão tornando os atritos e conflitos que nos afligem; mais estável será a paz e mais deleitável a harmonia que devem reinar em seu seio.

**Artigo 64** – O isolamento absoluto é contrário à lei natural. Os homens buscam a sociedade por instinto e devem todos concorrer para o progresso, ajudando-se mutuamente.

**Artigo 65** - O homem, ao buscar a sociedade, obedece a um sentimento pessoal e a uma finalidade providencial de ordem geral. Ele deve progredir, mas sozinho não o pode fazer porque não possui todas as faculdades; precisa do contato dos outros homens. No isolamento ele se embrutece e se estiola.

**Parágrafo único** – Nenhum homem dispõe de faculdades completas e é pela união social que eles se completam uns aos outros, para assegurarem o seu próprio bem-estar e progredirem. Eis porque, tendo necessidade uns dos outros, são feitos para viver em sociedade e não isolados.

**65.1 – “A Necessidade da Experiência”- Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Emmanuel”, psicografado por Francisco Cândido Xavier, Editora FEB, 18ª. edição, 1997, págs. 39-42:**

Em vossos dias, a luta a cada momento recrudescer sobre a face do mundo; inúmeras causas a determinam e Deus permite que ela seja intensificada, em benefício de todos os seus filhos. Todas as classes são obrigadas a grandes trabalhos, mormente aos trabalhos intelectuais, porquanto procuram, com afincamento, a solução da crise generalizada em todos os países.

Ponderando a grande soma dos males atuais, buscam elas remédios para as suas preocupações, espantadas com a situação econômica dos povos, cuja precariedade recai sobre a vida das individualidades, multiplicando as suas angústias na luta pelo pão cotidiano. O quadro material que existe na Terra não foi formado pela vontade do Altíssimo; ele é o reflexo da mente humana, desvairada pela ambição e pelo egoísmo. O céu admite apenas que o mundo sofra as conseqüências de tão perniciosos elementos, porque a experiência é necessária como chave bendita que descerra as portas da compreensão. Cada um, pois, medite no quinhão de responsabilidades que lhe toca e não evite o trabalho que eleva para as Alturas.

**O Momento das Grandes Lutas** – Há quem despreze a luta, mergulhando em nociva impassibilidade, ante os combates que se travam no seio de todas as coletividades humanas; a indiferença anula na alma as suas possibilidades de progresso e oblitera os seus germens de perfeição, constituindo um dos piores estados psíquicos, porque, roubando à individualidade o entusiasmo do ideal pela vida, a obriga ao estacionamento e à esterilidade, prejudiciais em todos os aspectos à sua carreira evolutiva.

Semelhante situação não se pode, todavia, eternizar, pois para todos os espíritos, talhados todos para o supremo aperfeiçoamento, raia, cedo ou tarde, o instante da compreensão que os impele a contemplar os altos cimos... A alma estacionária, até então refratária às pugnâncias do progresso, sente em si a necessidade de experiências que lhe facultarão o meio de alcançar as culminâncias vislumbradas... Atira-se aí à luta com devoção e coragem. Vezes inúmeras fracassa em seus bons propósitos; porém, é nesse turbilhão de incessantes combates que ela evoluciona para a perfeição infinita, desenvolvendo as suas possibilidades, aprimorando os seus poderes, enobrecendo-se, enfim.

**Os Planos do Universo São Infinitos** – Para os desencarnados da minha esfera, o primeiro dia do Espírito é tão obscuro como o primeiro dia do homem o é para a Humanidade. Somente sabemos que todos nós, indistintamente, possuímos germens de santidade e de virtude, que podemos desenvolver ao infinito. Podendo conhecer a causa de alguns dos fenômenos do vosso mundo de formas, não conhecemos o mundo causal dos efeitos que nos cercam, os quais constituem para vós outros, encarnados, matéria imponderável em sua substância. Se para o vosso olhar existem seres invisíveis, também para o nosso eles existem, em modalidade de vida que ainda estudamos nos seus primórdios, porquanto os planos da evolução se caracteri-

zam pela sua multiplicidade dentro do Infinito. Aqui reconhecemos quão sublime é a lei de liberdade das consciências e dessa emancipação provém a necessidade da luta e do aprendizado.

**O Futuro é a Perfeição** – Integrada no conhecimento de suas próprias necessidades de aprimoramento, a alma jamais abandona a luta. Volta às existências preparatórias do seu futuro glorioso. Reúne-se aos seres que lhe são afins, desenvolvendo a sua atividade perseverante e incansável nos carreiros da evolução. Em existências obscuras, ao sopro das adversidades, amontoa os seus tesouros imortais, simbolizados nas lições que aprende, devotadamente, nos sofrimentos que lhe apuram a sensibilidade. Cada etapa alcançada é um ciclo de dores vencidas e de perfeições conquistadas.

**O que significam as Reencarnações** - Cada encarnação é como se fora um atalho nas estradas da ascensão. Por esse motivo, o ser humano deve amar a sua existência de lutas e de amarguras temporárias, porquanto ela significa uma bênção divina, quase um perdão de Deus. A golpes de vontade persistente e firme, o Espírito alcança elevados pontos na sua escalada, nos quais não mais estacionará no caminho escabroso, mas sentirá cada vez mais a necessidade de evolução e de experiência, que o ajudarão a realizar em si as perfeições divinas.

#### **A Tarefa dos Guias Espirituais - (Introdução do Livro “Emmanuel”)**

Os guias invisíveis do homem não poderão, de forma alguma, afastar as dificuldades materiais dos seus caminhos evolutivos sobre a face da Terra. O Espaço está cheio de incógnitas para todos os Espíritos. Se os encarnados sentem a existência de fluidos imponderáveis que ainda não podem compreender, os desencarnados estão marchando igualmente para a descoberta de outros segredos divinos que lhes preocupam a mente.

Quando falamos, portanto, da influência do Evangelho nas grandes questões sociológicas da atualidade, apontamos às criaturas o corpo de leis, pelas quais devem nortear as suas vidas no planeta. O chefe de determinados serviços recebe regulamentos necessários dos seus superiores, que ele deverá pôr em prática na administração. ‘Nossas atividades são de colaborar com os nossos irmãos no domínio do conhecimento desses códigos de justiça e de amor, a cuja base viverá a legislação do futuro’. Os Espíritos não voltariam à Terra apenas para dizerem aos seus companheiros das beatitudes eternas nos planos divinos da imensidade. Todos os homens conhecem a fatalidade da morte e sabem que é inevitável a sua futura mudança para a vida espiritual. Todas as criaturas estão, assim, fadadas a conhecer aquilo que já conhecemos. Nossa palavra é para que a Terra vibre conosco nos ideais sublimes da fraternidade e da redenção espiritual. Se falamos dos mundos felizes, é para que o planeta terreno seja igualmente venturoso. Se dizemos do amor que enche a vida inteira da Criação Infinita, é para que o homem aprenda também a amar a vida e os seus semelhantes. Se discorremos acerca das condições aperfeiçoadas da existência em planos redimidos do Universo, é para que a Terra ponha em prática essas mesmas condições. Os códigos aplicados, em outras esferas mais adiantadas, baseados na solidariedade universal, deverão, por sua vez, merecer a atenção e os estudos precisos.

O orbe terreno não está alheio ao concerto universal de todos os sóis e de todas as esferas que povoam o Ilimitado; parte integrante da infinita comunidade dos mundos, a Terra conhecerá as alegrias perfeitas da harmonia da vida. E a vida é sempre amor, luz, criação, movimento e poder. Os desvios e os excessos dos homens é que fizeram do vosso planeta a mansão triste das sombras e dos contrastes. Fluidos misteriosos ligam a Deus todas as belezas da sua

criação perfeita e inimitável. Os homens terão, portanto, o seu quinhão de felicidade imorredoura, quando estiverem integrados na harmonia com o seu Criador.

Os sóis mais remotos e mais distantes se unem ao vosso orbe de sombras, através de fluidos poderosos e intangíveis. Há uma lei de amor que reúne todas as esferas, no seio do éter universal, como existe essa força ignorada, de ordem moral, mantendo a coesão dos membros sociais, nas coletividades humanas... Os homens, portanto, não devem permanecer embevecidos, diante das nossas descrições. O essencial é meter mãos à obra, aperfeiçoando, cada qual, o seu próprio coração primeiramente, afinando-o com a lição de humildade e de amor do Evangelho, transformando em seguida os seus lares, as suas cidades e os seus países, a fim de que tudo na Terra respire a mesma felicidade e a mesma beleza dos orbes elevados, conforme as nossas narrativas do Infinito.

**65.2 – “A Solidariedade Espírita” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Edit. Paidéia, 1ª. ed. 1979, págs. 151-157:**

**O Evangelho Segundo o Espiritismo** - A Solidariedade Espírita se manifesta particularmente no campo da assistência à pobreza, aos doentes e desvalidos. O grande impulso nesse sentido foi dado, desde o início do movimento doutrinário na França, pelo livro ‘O Evangelho Segundo o Espiritismo’, de Allan Kardec, que trabalhou em silêncio na elaboração dessa obra, sem nada dizer a ninguém. Selecionou numerosas mensagens psicografadas, procedentes de diversos países em que o Espiritismo já florescia. Sua intenção era oferecer aos espíritas um roteiro para a prática religiosa, baseado no que ele chamava de ‘essência do ensino moral do Cristo’. Conhecendo profundamente a História do Cristianismo e as dificuldades com que os originais do Evangelho haviam sido escritos, em épocas e locais diferentes, bem como o problema dos evangelhos apócrifos e das interferências mitológicas nos textos canônicos e as interpolações ocorridas nestes, afastou todos esses elementos espúrios para oferecer aos espíritas uma obra pura, despojada de todos os acessórios comprometedores. Seu trabalho solitário e abnegado deu-nos uma obra-prima, que conta com milhões de exemplares incessantemente reeditados no mundo.

**As três dimensões da Solidariedade Espírita** – A solidariedade espírita não é apenas interna, entre os adeptos e companheiros. Projeta-se pelo menos em três dimensões: a) no plano social geral da comunidade espírita, além dos grupinhos domésticos e das instituições fechadas; b) envolve todas as criaturas vivas, protegendo-as, amparando-as, estimulando-as em suas lutas pela transcendência, procurando ajudá-las sem nada pedir em troca, nem mesmo a simpatia doutrinária, pois quem ajuda não tem o direito de impor coisa alguma; c) eleva-se aos planos superiores para ligar-se a Kardec e sua obra, a todos os espíritos esclarecidos que lutam pela propagação do Espiritismo no mundo e a Deus e a Jesus na Solidariedade cósmica dos mundos solidários.

Nessas três dimensões a Solidariedade Espírita realiza, como que apoiada em três poderosas alavancas, o esforço supremo de elevação do mundo, estimulando a transcendência humana. As mentes que ainda não atingiram a compreensão desse processo podem fechar-se em grupos e instituições de tipo igrejeiro, isolando-se em seus ambientes de furna, onde os espíritos mistificadores e embusteiros se acoitam facilmente. Mas na proporção em que os adeptos

tos assim isolados, ou pelo menos alguns deles, procurarem realmente compreender a doutrina, a situação se modificará, despertando os indolentes para atividades maiores.

**A Luta do Homem Para Transformar o Mundo: A Era do Espírito** – (...) A luta do homem para transformar o mundo é a luta do homem consigo mesmo, pois é ele quem faz o mundo, e o faz à sua imagem e semelhança. Deus criou a Terra e todos os mundos do espaço, mas deu cada mundo aos homens que os habitam, para que eles aprendam o seu ofício paterno de Criador, tentando criar o mundo humano que lhes compete. É evidente que existe o mundo físico, material, em que nascemos, vivemos e morremos. E é também inegável que, sobre esse mundo físico e com os seus materiais, os homens construíram um mundo diferente, feito de artifícios humanos. O mundo material e sua contraparte espiritual (que os cientistas começam a descobrir como antimatéria) constituem o mundo natural. Mas sobre ambas as partes desse mundo natural os homens constroem os seus mundos factícios. Cada Civilização é um mundo imaginário que o homem constrói com o seu trabalho, modelando em argila e pedra os seus sonhos e suas ilusões. Esses mundos artificiais são o reflexo das ideações humanas na matéria. Nós os criamos, alimentamos, desenvolvemos, dirigimos e matamos. Os mundos bárbaros criados na Terra eram ingênuos; os mundos civilizados apresentam uma gradação que reflete a evolução humana, indo das civilizações agrárias, fantasiosas e alegóricas, até às grandes civilizações orientais, massivas e arrogantes e às Civilizações Teocráticas, míticas e supersticiosas; chegando às Civilizações Científicas, politeístas e pretensiosas, que se transformam em Civilizações Tecnológicas, materialistas e conflitivas, que morrerão para dar lugar à Civilização do Espírito, na busca cultural da Transcendência. Segundo Toynbee, mais de vinte grandes civilizações já existiram na Terra. Agora está surgindo aos nossos olhos e sob os nossos pés uma Nova Civilização – a do Espírito – que podemos chamar de Cósmica ou Espiritual. É para preparar o advento dessa Civilização do Espírito que o Espiritismo surgiu. Não adianta quereremos fazer do Espiritismo uma religião dogmática, carregada de misticismo tolo ou de materialismo alienante. As novas gerações que se encarnam para realizá-la não temem a Deus nem ao Diabo, simplesmente confiam nos planos irreversíveis do Deus, que se executam segundo as leis da consciência humana em relação telepática permanente com as entidades angélicas a serviço de Deus. O Espiritismo é a Plataforma de Deus, aprovada pelos Espíritos Superiores para a transformação e elevação da Terra.

65.3 – “A Nova Geração” – Explicação de Allan Kardec em seu livro “A Gênese”, Editora LAKE, SP., tradução de Victor Tollendal Pacheco, 17<sup>a</sup>. edição, 1994, pgs. 357-361:

**Emigração dos Espíritos Maus Para Mundos Inferiores à Terra** - Para que os homens sejam felizes sobre a Terra, é necessário que ela seja povoada apenas por bons Espíritos encarnados e desencarnados, que apenas queiram o bem. Tendo chegado tal tempo, uma grande emigração se realiza neste momento entre os que a habitam; aqueles que praticam o mal pelo mal, e que o sentimento do bem ‘não atinge’, não sendo mais dignos da Terra transformada, dela serão excluídos, porque eles lhe trariam novamente perturbações e confusão, e seriam um obstáculo ao progresso. Irão expiar seu endurecimento, uns nos mundos inferiores, outros, em raças terrestres atrasadas, que serão o equivalente a mundos inferiores, onde levarão seus conhecimentos adquiridos, e onde irão com a missão de as fazer progredir. Serão substituídos por Espíritos melhores, que farão reinar entre si a justiça, a paz, a fraternidade.

No dizer dos Espíritos, a Terra não deve ser transformada por um cataclismo que anulará subitamente uma geração. A geração atual desaparecerá gradualmente, e a nova lhe suce-

derá do mesmo modo, sem que nada seja mudado na ordem natural das cousas. Portanto, tudo se passará exteriormente como de costume, com esta única diferença, porém diferença capital, que uma parte dos Espíritos que aí se encarnam, não mais se encarnarão. Num menino que venha a nascer, em lugar de um Espírito atrasado e inclinado ao mal, virá um Espírito mais adiantado e ‘inclinado ao bem’. Trata-se pois, muito menos de uma nova geração corporal, que de uma nova geração de Espíritos; é neste sentido, sem dúvida, que o entendia Jesus, quando dizia: “Em verdade vos digo que esta geração não passará sem que estas coisas aconteçam.” Assim, aqueles que esperarem ver a transformação por efeitos sobrenaturais e maravilhosos serão decepcionados.

**A época atual é de transição** – A época atual é de transição; os elementos das duas gerações se confundem. Colocados no ponto intermediário, assistimos à partida de uma e à chegada da outra, e cada uma já se assinala no mundo por caracteres que lhes são próprios. As duas gerações que se sucedem têm idéias e pontos de vista inteiramente opostos. Pela natureza das disposições morais, mas sobretudo das disposições ‘instintivas e inatas’, é fácil distinguir a qual das duas pertence cada indivíduo.

A nova geração, devendo fundar a era do progresso moral, distingue-se por uma inteligência e uma razão geralmente precoces, unidas ao sentimento ‘inato’ do bem e das crenças espiritualistas, o que é sinal indubitável de um certo grau de adiantamento ‘anterior’. Ela não será composta exclusivamente de Espíritos eminentemente superiores, mas daqueles que, tendo já progredido, são predispostos a assimilar todas as idéias progressivas e aptos a secundar o movimento regenerador. O que distingue, ao contrário, os Espíritos atrasados, é de início a revolta contra Deus pela recusa em reconhecer qualquer poder superior à humanidade; a propensão ‘instintiva’ às paixões degradantes, aos sentimentos anti-fraternos do egoísmo, do orgulho, da inveja, do ciúme; enfim, a preferência a favor de tudo quanto é material: a sensualidade, cupidéz, a avareza. São estes os vícios dos quais a Terra deve ser purgada, mediante o afastamento daqueles que se recusam a emendar-se, porque serão incompatíveis com o reino da fraternidade, e os homens de bem sempre sofrerão pelo seu contato. Quando a Terra for libertada desses vícios, os homens marcharão sem entraves em direção ao futuro melhor que lhes está reservado aqui embaixo, como prêmio de seus esforços e de sua perseverança, esperando que uma depuração ainda mais completa lhes abra a entrada dos mundos superiores.

**Nem todos os Espíritos retardatários serão expulsos da Terra** – Por esta emigração dos Espíritos, não se deve entender que todos os Espíritos retardatários serão expulsos da Terra e relegados a mundos inferiores. Ao contrário, muitos aqui voltarão, pois muitos cederam à influência das circunstâncias e do exemplo; a superfície era neles pior que o fundo. Uma vez subtraídos à influência da matéria e dos preconceitos do mundo corporal, a maior parte verá as coisas de maneira inteiramente diferente da que quando viviam; isto nos é confirmado por numerosos exemplos. Nisso, são auxiliados por Espíritos benfazejos que por eles se interessam, se dão pressa em esclarecê-los e lhes mostrar o falso caminho que seguiam. Por meio de nossas orações e nossas exortações, podemos contribuir para a sua melhoria, pois há uma solidariedade perpétua entre os mortos e os vivos. A maneira pela qual se opera a transformação é bastante simples, e, como se viu, ela é toda moral e não se afasta em absoluto, das leis da natureza.

Quer os Espíritos da nova geração sejam Espíritos novos, melhores, ou os antigos Espíritos, melhorados, o resultado é o mesmo; desde o instante em que apresentem melhores disposições sempre será uma renovação. Os Espíritos encarnados formam assim duas categorias, segundo suas disposições naturais: de um lado, os Espíritos retardatários que partem, do outro,

os Espíritos adiantados que chegam. O estado dos costumes e da sociedade será, pois, num povo, numa raça ou no mundo inteiro, conforme à preponderância de uma das duas categorias.

Uma comparação comum fará compreender melhor o que se passa nessa circunstância. Suponhamos um regimento com grande maioria de homens turbulentos e indisciplinados: estes ali trazem sem cessar uma desordem que a severidade da lei penal será freqüentemente chamada a reprimir. Tais homens são mais fortes, porque mais numerosos; eles se apóiam, se encorajam e se estimulam pelo exemplo. Os poucos bons não têm influência; seus conselhos são desprezados; são ridicularizados, maltratados pelos outros, e sofrem com este contato. Não é a imagem da sociedade atual?

Suponhamos que tais homens são retirados do regimento, um por um, dez a dez, cem a cem; e que sejam substituídos na mesma medida por uma quantidade igual de bons soldados, mesmo por alguns que tenham sido expulsos, mas que se hajam corrigido seriamente: no fim de algum tempo teremos sempre o mesmo regimento, porém transformado; a boa ordem terá sucedido à desordem. Assim será com a humanidade regenerada.

**As grandes partidas coletivas transformam mais rapidamente, para o bem, o espírito da massa** – As grandes partidas coletivas não só têm como finalidade ativar as saídas, mas transformar mais rapidamente o espírito da massa, ‘desembaraçando-a das más influências, e dar maior ascendência às idéias novas’. É por isso que muitos, apesar de suas imperfeições, estão maduros para tal transformação; que muitos partem para se retemperar numa fonte mais pura. Enquanto permanecessem no mesmo seio e sob as mesmas influências, teriam persistido em suas opiniões e em sua maneira de ver as coisas. Uma permanência no mundo dos Espíritos basta para lhes descerrar os olhos, porque ali vêem o que não podiam ver sobre a Terra. O incrédulo, o fanático, o absolutista poderão pois voltar com ‘idéias inatas’ de fé, de tolerância e de liberdade. Em sua volta, encontrarão as coisas mudadas e receberão o ascendente do novo meio no qual serão nascidos. Em vez de fazer oposição às idéias novas, serão seus auxiliares. A regeneração da humanidade não tem pois, absolutamente, necessidade da renovação integral dos Espíritos: basta uma modificação em suas disposições morais; esta modificação se opera em cada um, e em todos que para tal estão predispostos, quando são subtraídos à influência perniciosa do mundo. Aqueles que regressam então, não são sempre outros Espíritos, mas na maior parte das vezes os mesmos Espíritos, pensando e sentindo de outro modo.

Quando esta melhoria é isolada e individual, passa desapercibida e não tem influência ostensiva sobre o mundo. O efeito é muito diverso, quando ela se opera simultaneamente sobre grandes massas; pois então, segundo as proporções, em uma geração as idéias de um povo ou de uma raça podem ser profundamente modificadas. É o que se nota quase sempre depois dos grandes choques que dizimam as populações. Os flagelos destruidores não destroem senão o corpo, e não atingem o Espírito; eles ativam o movimento de vai-e-vem entre o mundo corporal e o mundo espiritual, e por conseguinte o movimento progressivo dos Espíritos encarnados e desencarnados. Deve-se observar que em todas as épocas da História, as grandes crises sociais têm sido seguidas de uma era de progresso.

**Os incrédulos rirão destas coisas** – É um desses movimentos gerais que se opera neste momento, o que deve trazer o remanejamento da humanidade. A multiplicidade das causas de destruição é um sinal característico dos tempos, pois elas devem acelerar a eclosão dos novos germens. São as folhas de outono que caem, às quais sucederão novas folhas cheias de vida, pois a humanidade tem estações, como os indivíduos têm idade. As folhas mortas da hu-



manidade caem carregadas pelas rajadas e pelos golpes do vento, mas para renascer mais vivazes, sob o mesmo sopro de vida, que não se extingue, mas se purifica.

Para o materialista, os flagelos destruidores são calamidades sem compensação, sem resultados úteis, pois que, segundo ele, ‘aniquilam os seres para sempre’. Mas para aquele que sabe que a morte não destrói senão o envoltório, os flagelos não têm as mesmas conseqüências e não causam o menor temor; ele compreende seu resultado e sabe também que os homens não perdem mais por morrerem juntos, que por morrer isoladamente, pois que, de uma ou de outra maneira, sempre deverão lá chegar. Os incrédulos rirão destas coisas e as tratarão como quimeras; mas, digam o que disserem, não escaparão à lei comum; cairão quando chegar a sua vez, como os demais, e então, o quê será deles? **Nada!** eles exclamarão. Mas, viverão a despeito de si próprios e um dia serão forçados a abrir os olhos.

#### **65.4 – “Vida Social dos Desencarnados” – Explicação do Espírito André Luiz no livro “Evolução em Dois Mundos”, Editora FEB, págs. 183/4:**

**Como se apresenta a vida social dos Espíritos desencarnados?** – No Plano Espiritual imediato à experiência física, as sociedades humanas desencarnadas, em quase dois terços, permanecem naturalmente jungidas, de alguma sorte, aos interesses terrenos. Egressas do próprio mundo em que se lhes tramam os elos da retaguarda, quando não se desvairam nas faixas infernais, igualmente imanizadas ao Planeta de que se originam, trabalham com ardor, não só pelo próprio adiantamento, como também no auxílio aos que ficaram. Naturalmente as almas que constituem a percentagem a que nos referimos, distanciadas ainda do aprimoramento ideal, procuram aperfeiçoar em si mesmas as qualidades nobres menos desenvolvidas, buscando clima adequado que lhes favoreça o trabalho.

Convictas de que tornarão à Terra para a solução dos problemas que lhes enevoam ou afligem o campo íntimo, situam-se em tarefas obscuras, junto aos semelhantes, encarnados ou desencarnados, quando se reconhecem vitimadas pela vaidade ou pelo orgulho que ainda lhes medram no seio e localizam-se em aprendizados valiosos da inteligência, em se vendo inábeis para os serviços especializados do pensamento, não obstante os talentos sentimentais que já entesourem consigo. Quase todas, no entanto, obedecem aos ditames do amor ou do ideal que lhes inspiram a consciência. Aglutinam-se em verdadeiras cidades e vilarejos, com estilos variados, como acontece aos burgos terrestres, característicos da metrópole ou do campo, edificando largos empreendimentos de educação e progresso, em favor de si mesmas e a benefício dos outros. As regiões purgativas ou simplesmente infernais são por elas amparadas, quanto possível, organizando-se aí, sob o seu patrocínio, extensa obra assistencial.

**O “Espaço das Nações”**- No plano físico, a equipe doméstica atende à consangüinidade em que o vínculo é obrigatório, mas, no plano extrafísico, o grupo familiar obedece à afinidade em que o liame é espontâneo. Por isso mesmo, na esfera seguinte à condição humana, temos o “espaço das nações”, com as suas comunidades, idiomas, experiências e inclinações, inclusive organizações religiosas típicas, junto das quais funcionam missionários de libertação mental, operando com caridade e discrição para que as idéias renovadoras se expandam sem dilaceração e sem choque.

**Os Condutores da Marcha Ascensional** – Com esses dois terços de criaturas ainda ligadas, desse ou daquele modo, aos núcleos terrenos, encontramos um terço de Espíritos relativamente enobrecidos que se transformam em condutores da marcha ascensional dos companheiros, pelos méritos com que se fazem segura instrumentação das Esferas Superiores.

## II – VIDA DE ISOLAMENTO. VOTO DE SILÊNCIO (Itens 769 a 772)

### Vida de isolamento e vida inútil

**Artigo 66** – Todos os gostos são também naturais, até mesmo a satisfação que o homem sentiria numa vida de isolamento absoluto. Entretanto, seria uma satisfação egoísta. Deus não pode considerar agradável uma vida em que o homem se condena a não ser útil a ninguém. E os que vivem em reclusão absoluta para fugirem ao contato pernicioso do mundo cometem duplo egoísmo.

### Retraimento visando expiação

**Artigo 67** – Não há mérito algum em retrair-se visando uma expiação, mesmo impondo-se penosa renúncia. Fazer maior bem do que o mal que se tenha feito, essa é a melhor expiação. Com esse retraimento, evitando o mal o homem cai em outro, pois esquece a lei de amor e caridade.

### Isolamento e amparo aos infelizes

**Artigo 68** – Os que fogem do mundo para se devotarem ao amparo dos infelizes se elevam ao se rebaixarem. Têm o duplo mérito de se colocarem acima dos prazeres materiais e de fazerem o bem pelo cumprimento da lei do trabalho.

### Retiro para realização de certos trabalhos

**Artigo 69** – Os que procuram no retiro absoluto a tranqüilidade necessária a certos trabalhos, não se isolam da sociedade, pois trabalham para ela.

### Voto de silêncio prescrito por certas seitas

**Artigo 70** – O voto de silêncio, prescrito por certas seitas, desde a mais alta Antigüidade, é uma tolice. Sem dúvida, os que consideram essas privações voluntárias como atos de virtude têm boa intenção, mas se enganam por não compreenderem suficientemente as verdadeiras leis de Deus. A palavra é natural porque Deus a deu ao homem e Ele condena o abuso e não o uso das faculdades que lhe concedeu.

**Parágrafo único** – O voto de silêncio absoluto, da mesma maneira que o voto de isolamento priva o homem das relações sociais que lhes podem fornecer as ocasiões de fazer o bem e de cumprir a lei do progresso.

### **III – LAÇOS DE FAMÍLIA (Itens 773 a 775)**

#### **Laços de família entre os animais**

**Artigo 71** – Os animais vivem a vida material e não a moral. A ternura da mãe pelos filhos tem por princípio o instinto de conservação aplicado aos seres que deu à luz. Quando esses seres podem cuidar de si mesmos, sua tarefa está cumprida e a natureza nada mais lhe exige. É por isso que ela os abandona para se ocupar de outros que chegam.

#### **Laços de família entre os homens**

**Artigo 72** – O homem tem outro destino que não tem o dos animais. Para ele, há outra coisa além das necessidades físicas; há a necessidade do progresso. Os liames sociais são necessários ao progresso e os laços de família resumem os liames sociais; eis porque eles (laços de família) constituem uma lei natural. Deus quis que os homens, assim, aprendessem a amar-se como irmãos. O relaxamento dos laços de família teria como resultado para a sociedade uma recrudescência do egoísmo.

#### **72.1 – “Os laços de família resumem os liames sociais; visão também dos materialistas”. Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 774:**

Herbert Spencer considerou a família entre as instituições que dão forma à vida social; Marx e Engels, como o primeiro grupo histórico, a primeira forma de interação humana; Augusto Comte, como a célula básica da sociedade, o embrião e o modelo desta, de maneira que a sociedade perfeita é a que funciona como a família. Atualmente, a Sociologia da Família e a Psicologia Social, bem como as próprias escolas de Psicologia do Indivíduo reconhecem a importância básica da família. O mesmo se dá nos estudos de Psicologia Educacional e de Filosofia da Educação. John Dewey, em ‘Democracia e Educação’, acentua a importância do lar na organização social e na preparação da vida social. Como se vê, a asserção dos Espíritos de que “os laços de família resumem os liames sociais” são confirmados até mesmo pelos estudos materialistas da sociedade.

#### **72.2 – “A Família Vai Acabar”? - Explanação de José Herculano Pires em seu livro “O Homem Novo” (Edições Correio Fraternal, SP, 4ª. ed., 1995, págs. 17-19:**

(...) A família, como todas as instituições e como todas as coisas, sofre mudanças através do tempo. (Os sociólogos atuais não gostam de falar em evolução, preferindo falar de mudanças...) Da família edênica formada pelo par bíblico (o mito de Adão e Eva) até a família poligâmica oriental (um homem com muitas mulheres) há uma numerosa seqüência de formas familiares. Da mesma maneira, da família patriarcal das civilizações agrárias à família democrática da era industrial há toda uma variadíssima gama a ser estudada. Mas há também, na História, civilizações quase antifamiliares, como a de Esparta, na Grécia antiga, e civilizações rudimentares da pré-história em que as hordas substituíam as famílias.

**A Família Coletiva e As Famílias Homossexuais** - Num jornal de jovens espíritas, em São Paulo, saiu recentemente pequeno artigo em que se preconizava a “família coletiva”, já em fase experimental em alguns países escandinavos, segundo afirma o articulista. Essa é uma idéia anarquista, um sonho de igualdade edênica do chamado socialismo utópico. As experiências dos escandinavos são feitas também em muitos outros países, inclusive no nosso. Nestes tempos de reviravolta ninguém e nenhum povo estão livres de maluquices. Há também experiências de famílias (?) homossexuais, com várias duplas convivendo numa só cama. (O prefixo grego ‘homós’ de homossexual não quer dizer ‘homem’, mas ‘igual’, de maneira que as duplas podem ser de homens ou de mulheres.) Mas isso já existiu em forma até mais escandalosa, como as das comunidades religiosas edênicas que viviam em mosteiros, em plena nudez, sem duplas, na promiscuidade paradisíaca do futuro... Tinha razão o Eclesiastes: não há nada de novo sob o sol. Na fase final da esplendente civilização grega o homossexualismo expandiu-se de tal forma que chegou-se a organizar batalhões de duplas amorosas para a guerra. A teoria novíssima daquele tempo era a seguinte: o amante não quer fazer feio diante do amado, de maneira que esses batalhões deviam ser mais heróicos do que os outros. A loucura do mundo não tem limites. E sempre existiu. É por isso que as novidades de hoje nascem de barba branca.

**Produção de crianças em laboratório** - Mas há sempre um jeito de remoçar a loucura. Hoje os sociólogos e psicólogos novidadeiros apelam para a evolução científica. Vestem de roupas novas as extravagâncias do passado. Dizem que o progresso da genética e da embriologia determinará a extinção da família. Podendo gerar embriões em laboratório os homens dispensarão o processo natural de procriação. As maluquices nesse terreno vão ao infinito. O sociólogo norte-americano Alvin Tofler publicou recentemente um artigo em que preconiza a morte da paternidade e da maternidade, com “a produção de crianças em laboratório”.

**Nova Moral!?** – Mas o pior é que, por conta dessas e outras utopias, muitos jovens se atiram a experiências desastrosas. Querem ser ‘pra frente’ e caem nas mais tristes situações. Em São Paulo, há algum tempo, certo jornal publicou reportagem sobre experiências de seis casais de universitários num apartamento da zona central da cidade. Em nome do futuro esses jovens estavam regressando à promiscuidade pré-histórica. As conseqüências virão depois. Não se trata de conseqüências físicas, já por si suficientes para criar embarços numerosos, mas principalmente de conseqüências morais. Esses jovens acreditam numa ‘nova moral’, mas não sabem ainda que a Moral Nova do futuro não se faz de retrocessos.

**As famílias terrenas são reflexos das famílias espirituais** – A família é a primeira forma de sociabilidade do novo ser que vem ao mundo. É nela que ele se adentra para a vida social. E é nela também que se processa o seu desenvolvimento afetivo, a sua evolução moral, com o rompimento do egocentrismo. As relações familiares têm uma finalidade essencial: a formação das novas condições emocionais das criaturas reencarnadas para uma nova existência. Como ensina o Espiritismo, as famílias terrenas são apenas reflexos das famílias espirituais.

ais. Nem jovens nem velhos espíritas podem aceitar essas tolices do século, a menos que não conheçam a sua própria doutrina ou não aceitem os seus princípios.

**72.3 – “Amor e Família em Novos Tempos” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Editora Paidéia, SP, 1ª. edição, 1979, págs. 39-46:**

Ninguém colocou melhor o problema da família do que Allan Kardec, pois não se apoiou apenas na pesquisa das aparências formais, mas penetrou na substância da questão, no plano das causas determinantes. Por isso nos oferece um esquema tríplice das formações familiares do nosso tempo, a saber:

- a) **a família carnal**, formada a partir dos clãs primitivos, evoluindo nas miscigenações raciais, através de inumeráveis conflitos ao longo das civilizações progressivas, na fermentação dialética do amor e do ódio. Os grupos assim formados subdividem-se, nas reencarnações progressivas, em inumeráveis subgrupos, que também crescerão e se subdividirão na temporalidade, que também crescerão e se subdividirão na temporalidade, ou seja, na imensa esteira do tempo, que, segundo Heidegger, ‘acolhe o espírito’. São essas as famílias consanguíneas, que se desfazem com a morte.
- b) **a família mista, carnal e espiritual**, em que os conflitos do amor e do ódio entram em processo de solução, nos reajustamentos das lutas e experiências comuns, definindo-se e ampliando-se as afinidades espirituais entre diversos grupos, absorvendo elementos de outras famílias, nas coordenadas da evolução coletiva. O condicionamento familiar, nas relações endógenas e necessárias da vivência comum, quebra a pouco e pouco as arestas do ódio e das antipatias, restabelecendo na medida do possível as relações simpáticas que se ampliarão no futuro. A desagregação provocada pela morte permitirá reajustes mais eficazes nas sucessivas reencarnações grupais.
- c) **a família espiritual**, resultante de todos esses processos reencarnatórios, que aglutinará os espíritos afins no plano espiritual, nas comunidades dos espíritos superiores que se dedicam ao trabalho de assistência e orientação aos dois tipos familiares anteriores, mesclando-as de elementos que nelas se reencarnam para modificá-las com seu exemplo de amor e dedicação ao próximo. Essa família não perece, não se desfaz com a morte, crescendo constantemente para a formação de Humanidades Superiores. É fácil, usando-se as medidas da Escala Espírita em ‘O Livro dos Espíritos’, identificar-se nas famílias terrenas a presença de vários tipos descritos na referida escala, percebendo-se claramente as funções que exercem no processo evolutivo familiar.

**A concepção espírita da família**, como se vê, é muito mais complexa e de importância muito maior que a das religiões cristãs, que conferem eternidade e inviolabilidade ao sacramento do matrimônio, mas não podem impedir que, na morte, o marido vá parar nas garras do Diabo, a esposa estagiar no Purgatório e os filhos inocentes curtir a orfandade nos jardins do Céu. A concepção jurídica e terrena da família não vai além dos interesses materiais de uma existência. O mesmo se dá com a concepção sociológica, que faz da família a base da socieda-

de, ambas perecíveis e transitórias. As pessoas que acusam o Espiritismo de aniquilar a família através da reencarnação revelam a mais completa ignorância da Doutrina ou o fazem por má-fé, na defesa de interesses religiosos-sectários.

**A família nasce do amor e dele se alimenta; é a base da sociedade e de toda a Humanidade** - A família nasce do amor e dele se alimenta. Não é apenas a base da sociedade, mas de toda a Humanidade. É na família que as gerações se encontram, transmitindo suas experiências de uma para outra. Combater a instituição familiar, negar a sua necessidade e a sua eficácia no desenvolvimento dos povos e dos mundos é revelar miopia ou cegueira espiritual em cultura, ou desequilíbrio mental e psíquico, falta de ajustamento à realidade, esquizofrenia não raro catatônica. Isso é evidente no estado de alienação em que essa atitude se manifesta, em pessoas amargas, ressentidas ou extremamente pretensiosas, que desejam mostrar-se originais. Em geral, são criaturas carentes de afetividade. Quando se desligam da família natural ligam-se a grupos de criaturas afins, engajam-se em outras famílias ou tornam-se misantropas destinadas à neurastenia ou à loucura. O instinto gregário da espécie é uma exigência da evolução humana, a que ninguém pode furtar-se sem pagar pelo seu egoísmo.

**Os ideólogos da solidão** – Os ideólogos da solidão individual esquecem-se de que todas as tentativas nesse sentido fracassaram ao longo da História. Esparta morreu de inanição por falta de relações familiares, enquanto Atenas cresceu e projetou-se num futuro glorioso, pela solidez de seu sistema familiar. Roma caiu nas mãos dos bárbaros quando suas famílias se entregaram à degeneração. Os próprios nômades jamais dispensaram o seu sistema de famílias ambulantes. Anarquistas e socialistas delirantes, que sonhavam com sociedades anti-sociais, formadas de indivíduos avulsos e dotadas de grandes depósitos de crianças avulsas – os filhos do Estado – morreram protegidos pelo carinho dos familiares. Robinson Crusó é a imagem do homem arrebatado ao seu meio, sem perspectivas. Sartre, que rompeu com a tradição familiar e demonstrou os inconvenientes da convivência, fazendo uma tentativa de misantropia estóica, nunca dispensou a companhia de Simone de Beauvoir e o cosmopolitismo parisiense, formulou o célebre veredito: ‘Os outros são o inferno’, mas jamais os dispensou. Escrevia no Café de Fiori e quando visitou a URSS exigiu a inclusão no programa oficial de horas de solidão absoluta, mas nessas horas se ralava inquieto, segundo o testemunho de Simone. ‘O homem é relação’ e a família é o meio de relação em que ele absorve a seiva humana que o faz homem. Não há interesse maior para a criatura humana no mundo que o seu semelhante, porque é nele que nos realizamos.

Uma paisagem solitária é um motivo edênico de contemplação, e quando alguém aparece, como Sartre observou, imediatamente nos tira a liberdade e nos transforma em objeto. Mas o próprio ato de objetivar-nos permite-nos recuperar a nossa subjetividade dispersada na paisagem. Essa dinâmica de projeção e retroação revela ao mesmo tempo a natureza dialética do ser, estável no soma e instável na psique. Dessa dialética resulta a síntese total da consciência estética, em que o real objetivo e o irreal subjetivo se fundem na percepção estética do amor. Por isso, no Espiritismo o amor não é instinto (necessidade orgânica) nem desejo ou simples ‘fazer sexual’ (sensorialidade) mas a aspiração suprema de beleza e espiritualidade nas perspectivas da transcendência. A superação de objetivo e subjetivo se resolve na globalidade do Amor. Por isso o Apóstolo João, no seu Evangelho, define o Ser Supremo na conhecida frase: ‘Deus é Amor’. As definições da Filosofia como Amor da Sabedoria (Pitágoras) e Sabedoria do Amor (Platão) revelam a intuição, já na Antigüidade, dessa total globalidade do Amor que o Espiritismo viria explicar mais tarde. O desenvolvimento dessa globalidade se processa na família, em que a afetividade desabrocha para a posterior floração do Amor no processo e-

xistencial. As famílias ‘a’ e ‘b’ da teoria kardeciana, que explicitamos em nosso esquema, preparam o ser, projetado na existência, para a odisséia das ‘almas viajoras’ de Plotino, que vão subir e descer pela escada de Jacó nas reencarnações sucessivas, em busca do arquétipo da família ‘c’, em que as famílias desse padrão superior se integrarão progressivamente no plano divino das humanidades espirituais que constituirão no Infinito a Humanidade Cósmica. Essa a razão por que René Hubert, filósofo e pedagogo francês contemporâneo, sustenta que os fins da Educação consistem no estabelecimento, na Terra, da República dos Espíritos, através da Solidariedade de consciências.

**A Pedagogia Espírita e a Era Cósmica que se aproxima** – A Educação Familiar é o germe afetivo e puro de que decorre todo o processo educacional do homem. Com o amparo da família, na solidariedade doméstica do lar, por mais obscuro e humilde, é que se realiza a fotossíntese inicial da atmosfera de solidariedade e amor das gerações que modelam o futuro. Cabe aos espíritas implantar na Terra uma nova Educação, com base nos dados da pesquisa espírita e segundo o esquema da Pedagogia Espírita. Essa Pedagogia, iniciada por Hubert (que não é espírita) fundamenta-se nos princípios doutrinários do Espiritismo e destina-se a preparar as novas gerações para a Era Cósmica que se aproxima. Os professores espíritas de todos os graus do ensino têm um dever supremo a cumprir, nesta fase de transição do nosso planeta: procurar compreender os princípios educacionais do Espiritismo e trabalhar pelo desenvolvimento da Educação Espírita.

**Renovação da Economia, da Moral e da Educação** - Estamos entrando na Era Cósmica, numa seqüência natural do desenvolvimento da Era Tecnológica. Tudo se encadeia no Universo, como assinala ‘O Livro dos Espíritos’. Com o avanço científico e técnico dos últimos séculos, e particularmente do nosso, a Terra amadureceu para a conquista do espaço sideral. O impacto de nossos primeiros contatos com outros mundos já produziu profundas modificações, de que ainda não demos conta, em mundividência. As pesquisas espaciais continuam, ampliando a nossa visão da realidade cósmica. Uma nova civilização está surgindo aos nossos olhos, sob os nossos pés e sobre as nossas cabeças. Mas para que isso aconteça, sem perdermos de todo o equilíbrio cultural, já bastante abalado, temos de cuidar seriamente da renovação de nossos instrumentos culturais básicos, a saber:

- a) – **A Economia**, que deve tornar-se universal, rompendo os diques e as barreiras de um mundo pulverizado, para lhe dar a unidade necessária e a flexibilidade possível para o atendimento dos povos e de suas camadas diversificadas, afastando do planeta os privilégios e os desperdícios, a penúria e a fome. A civilização humana e perfeita, ensina ‘O Livro dos Espíritos’, é aquela em que ninguém morre de fome. A duras penas, a nova mentalidade econômica já está se definindo em todas as nações civilizadas, mas o egoísmo das camadas privilegiadas ainda impede a compreensão das exigências de fraternidade e humanismo dos novos tempos.
- b) – **A Moral**, que tem de romper os seus padrões envelhecidos de egoísmo e sociocentrismo, moldados em preconceitos de vaidade, ambição e prepotência, para elevar-se a novos padrões de humanismo, respeito por todos os direitos humanos, até hoje espeznhados na Terra dos Homens, essa expressão de Saint-Exupéry que é um novo chamado à nossa consciência em termos evangélicos. Altruísmo – interesse por todos – humildade, fraternidade, tolerância e compreensão, amor, são essas as novas palavras de uma moral realmente cristã. A violência terá de ser ex-

pulsa da Terra dos Homens, com seu cortejo de brutalidades. É necessário que o conceito de não-violência se transforme na marca do homem, no signo que o distingue do bruto, do primata inconsciente. A honra e a dignidade humanas são incompatíveis com a estupidez dos brancos, inadmissíveis num sistema de civilização. Como adverte Frederic Wertham, a violência é um câncer social, que corrói e destrói toda a estrutura de uma civilização. O homem verdadeiramente homem deve ter vergonha e horror da violência. Ser violento é ser amoral, pois quem não respeita os outros não respeita a si mesmo.

- c) - **A Educação** – que tem de renovar os seus conceitos básicos sobre o seu objeto, o educando. Em primeiro lugar a educação familiar, que deve basear-se na afetividade, nas relações de amor e compreensão entre pais e filhos. Educação com violência é domesticação. O mundo da criança não é o mesmo do adulto e este tem de descer a esse mundo, voltar à sua própria infância para não esmagar a infância dos filhos. As pesquisas entre os povos selvagens mostraram que a essência da educação é o amor. Sem amor não se educa, deforma-se. Nos povos selvagens a educação não foi deformada pela idéia do pecado, pelo mito da queda do homem, que envolvera o mundo de ‘violências redentoras’ capazes de aterrorizar um brutamonte, quanto mais uma criança. Kardec ensina que a criança, embora tenha o seu passado em geral lamentável, ‘nasce vestida com a roupagem da inocência’ para tocar o coração dos pais e despertar-lhes o amor e a ternura, de que ela necessita para o desenvolvimento das suas potencialidades humanas. Se fazemos o contrário, despertamos na criança o seu passado de erros e depois a condenamos por seus instintos. Essa tese kardeciana é hoje dominante nos meios pedagógicos. Como dizia Gandhi, não se pode levar uma criatura ao bem pelos caminhos do mal. Os povos selvagens são mais civilizados que os povos civilizados, no tocante a esse problema, pois intuem com pureza e ingenuidade o verdadeiro sentido da educação. Educar é um ato de amor, diz Kerchensteiner em nossos dias, endossando o pensamento de todos os grandes pedagogos e educadores da Grécia antiga e do mundo moderno, a partir de Rousseau.

**As Faculdades Paranormais e a Educação Espírita** – Mas a Educação Espírita tem ainda uma função essencial a desenvolver: o desenvolvimento das faculdades paranormais do educando, preparando-o para as atividades cósmicas da nova era. O Espiritismo foi o revelador dessas faculdades humanas que o passado confundiu com manifestações doentias ou sobrenaturais. O Espiritismo foi a primeira Ciência a mostrar experimentalmente esse engano fatal, de que resultou para a Humanidade terríveis tragédias. Cento e trinta anos antes das descobertas parapsicológicas nesse sentido, a Ciência Espírita demonstrou que as funções anímicas e psico-anímicas da criatura humana eram normais, pertenciam à própria natureza do homem. As pesquisas atuais no Cosmos revelaram que o desenvolvimento das ‘faculdades psi’ é indispensável ao bom êxito das incursões no espaço sideral. A Educação Espírita é a única que pode enfrentar essas exigências dos novos tempos, cuidando do desenvolvimento dessas faculdades de maneira racional, sem os prejuízos dos falsos conceitos e dos temores infundados das formas de educação religiosas e leigas do nosso tempo.

**O Amor Verdadeiro e Espontâneo fará da Família a Fonte de Amor que elevará a Terra na Escala dos Mundos** - Cabe assim ao Espiritismo renovar totalmente a cultura atual, reestruturar a Civilização Tecnológica nos rumos da Civilização do Es-



pírito. Esse o fardo leve do Cristo que pesa sobre a consciência de todos os espíritas verdadeiros, nesta hora do mundo, e particularmente sobre a consciência dos educadores espíritas. Nessa civilização o amor não será fonte de decepções, desajustes e tragédias. A Família não se estruturará em preconceitos provindos dos tempos de barbárie, mas na moral evangélica pura, feita de amor e respeito pelas exigências da vida. O amor verdadeiro e espontâneo, puro como água da fonte, livre de interesses secundários, fará da família a fonte de amor que elevará a Terra na Escala dos Mundos. Isto não é sonho nem profecia, é o programa espírita para o Mundo de Amanhã, e que cabe aos espíritas realizar a partir de hoje, sem perda de tempo.

## CAPÍTULO VI

### LEI DE IGUALDADE

#### I – IGUALDADE NATURAL (O Livro dos Espíritos, item 803)

**Artigo 73** – Todos os homens são iguais perante Deus; todos tendem para o mesmo fim e Deus fez as suas leis para todos. Todos os homens são subordinados às mesmas leis naturais, todos nascem com a mesma fragilidade, estão todos sujeitos às mesmas dores e o corpo do rico se destrói como o do pobre. Deus não concedeu, portanto, superioridade natural a nenhum homem, nem pelo nascimento, nem pela morte; todos são iguais diante dele.

#### II – DESIGUALDADE DE APTIDÕES (Itens 804 e 805)

**Artigo 74** – Deus criou todos os Espíritos iguais, mas cada um deles viveu mais ou menos tempo, e por conseguinte realizou mais ou menos aquisições; a diferença está no grau de experiência e na vontade, que é o livre-arbítrio: daí decorre que uns se aperfeiçoam mais rapidamente, o que lhes dá aptidões diversas. A mistura de aptidões é necessária a fim de que cada um possa contribuir para os desígnios da Providência, nos limites do desenvolvimento de suas forças físicas e intelectuais; o que um não faz, o outro faz, e é assim que cada um tem a sua função útil. Além disso todos os mundos sendo solidários entre si, é necessário que os habitantes dos mundos superiores, na sua maioria criados antes do vosso, venham habitar aqui para vos dar exemplo.

**Parágrafo único** – Assim, a diversidade das aptidões do homem não se relaciona com a natureza íntima de sua criação, mas com o grau de aperfeiçoamento a que ele tenha chegado como Espírito. Deus não criou, portanto, a desigualdade das faculdades, mas permitiu que os diferentes graus de desenvolvimento se mantivessem em contato a fim de que os mais adiantados pudessem ajudar os mais atrasados a progredir. E também a fim de que os homens, necessitando uns dos outros, compreendam a lei de caridade que os deve unir.

**74.1 – “Primitivismo ou Subnutrição?”- Explicação de Richard Simonetti em seu livro “Constituição Divina”, Editado por Gráfica S.João Ltda., Baurú, SP, 2ª. ed. 1989, págs. 95-98:**

Partindo do princípio de que Deus é a equidade perfeita, a justiça sem mácula, é evidente que considera iguais todos os homens. Fomos criados para um mesmo fim: a Perfeição. Mais cedo ou mais tarde lá chegaremos, quer queiramos ou não, porquanto essa é a vontade do Criador, que não falha jamais em seus objetivos. Dentro de milhares ou milhões de anos - es-

paço de tempo vasto para os padrões humanos, mas insignificantes diante da Eternidade – teremos desenvolvido plenamente nossas potencialidades criadoras, ajustando-nos adequadamente às Leis Divinas. Seremos, então, prepostos do Senhor, co-partícipes na obra da Criação, e embora as limitações do relativo diante do Absoluto, da criatura diante do Criador, seremos deuses, segundo expressão salmista, citada por Jesus (João, 10;34). Nessa longa jornada rumo aos objetivos finais de nossa existência, não partimos todos ao mesmo tempo. Há, por isso, Espíritos em variadas faixas de evolução. Natural, portanto, que os encontremos na Terra, encarnados ou desencarnados, revelando profunda diversificação de entendimento, compreensão, inteligência, vocação, moralidade. O assunto exige cuidado para não incorreremos no engano de avaliar a condição evolutiva do indivíduo pela posição que ocupa na sociedade. Há Espíritos altamente cultos e intelectualizados que ressurgem na Terra em situação de penúria, experimentando limitações que os ajudarão a vencer sentimentos inferiores de ambição, orgulho, vaidade... Por outro lado, há Espíritos de mediana evolução que, por força de experiências necessárias ao seu aprendizado, reencarnam no seio de classes abastadas, onde terão amplas facilidades de aprendizado e ação no meio social, detendo valiosos patrimônios materiais.

Encontramos nas camadas mais pobres uma incidência significativa de indivíduos sem iniciativa, inspirando-nos a impressão de que, nesse vasto segmento da população, em países subdesenvolvidos, localizam-se Espíritos primitivos... Visitadores de organizações assistenciais defrontam-se, freqüentemente, com famílias que parecem absolutamente incapazes de melhorar sua condição social, ainda que orientadas, ajudadas e estimuladas. São espíritos primitivos ou estamos diante de problemas decorrentes da própria situação em que se encontram? Até que ponto o Espírito de mediana evolução conseguiria superar condicionamentos psicológicos e culturais impostos pela pobreza?

Consideremos outro fator importante: a nutrição. Sabe-se que durante a gestação e nos primeiros anos de vida é de fundamental importância que a criança tenha uma alimentação sadia, enriquecida principalmente por proteínas, a fim de que sua estrutura orgânica e, particularmente, suas células cerebrais, tenham um desenvolvimento adequado. Caso contrário, poderá sofrer danos irreparáveis, tornando-se apática, sem iniciativa, com dificuldade de raciocínio e atenção. Salvo em circunstâncias especiais, envolvendo Espíritos altamente evoluídos, as leis biológicas não serão contrariadas. Recordamos o clássico exemplo do exímio violinista, usando instrumento defeituoso. Por mais se esforce, não conseguirá emprestar brilho à execução. Da mesma forma, os Espíritos reencarnados de razoável desenvolvimento mental e intelectual terão imensas dificuldades em exercitar suas potencialidades, se houverem sofrido carências nutritivas nos primeiros anos de vida. O renascimento em lares extremamente pobres pode ocorrer por uma questão de disponibilidade. À falta de portas melhores para o retorno à carne, Espíritos prementemente necessitados da experiência física reencarnam em lares paupérrimos, onde as portas jamais se fecham.

### **A Vida é dádiva do Criador; a condição de vida é obra da criatura:**

Mas, se a Providência faculta essa possibilidade, não é pela vontade de Deus que o indivíduo seja subnutrido, faminto, miserável... A Vida é dádiva do Criador; a condição de vida é obra da criatura. O Homem é responsável pela existência de pessoas que morrem de fome, de crianças condenadas a um futuro problemático em face da subnutrição. Semelhantes limitações não podem ser debitadas a inamovíveis desígnios divinos – nenhum pai deseja isso para seu filho – mas à omissão de uma sociedade regida pelo egoísmo, onde cada um cuida de si e “o resto que se dane”. A compreensão de que somos todos iguais perante Deus implica na responsa-

bilidade de oferecermos idênticas oportunidades aos Espíritos que reencarnam, não à custa de simples medidas governamentais, sempre omissas e limitadas, nem de revoluções armadas, que repetem velhos enganos e fomentam eternas ambições, perpetuando injustiças e desigualdades, mas por iniciativa da própria sociedade, daqueles que, em situação melhor, se dispõem a ajudar seus irmãos.

Imaginemos que prodígios de promoção humana, de recuperação da pobreza operáramos com a simples mobilização das classes sociais mais bem aquinhoadas, a procurar os lares humildes para oferecer aos Espíritos que ali iniciam sua romagem terrena condições para um desenvolvimento físico e mental sadio! Aos que supõem que semelhante esforço é mera utopia, recordamos que Jesus não foi um visionário empolgado por sonhos irrealizáveis. Ao empenhar seu apostolado no esforço em favor dos humildes, deixou bem claro que verdadeira utopia é pretender que o Reino de Deus se estabeleça no Mundo por decreto divino, sem adesão da criatura humana aos princípios de solidariedade e fraternidade que o fundamentam.

### **III – DESIGUALDADES SOCIAIS (Itens 806 e 807)**

**Artigo 75** – A desigualdade das condições sociais não é uma lei natural, é obra do homem e não de Deus. Essa desigualdade desaparecerá um dia, pois só as leis de Deus são eternas.

#### **O orgulho e o egoísmo. Desigualdade do mérito**

**Artigo 76** – A desigualdade social desaparecerá um dia juntamente com a predominância do orgulho e do egoísmo, restando tão-somente a desigualdade do mérito. Chegará um dia em que os membros da grande família dos filhos de Deus não mais se olharão como de sangue mais ou menos puro, pois somente o Espírito é mais puro ou menos puro, e isso não depende da posição social.

#### **Abuso da posição social**

**Artigo 77** – Os que abusam da superioridade de sua posição social para oprimir o fraco, em proveito próprio, serão oprimidos por sua vez e renascerão numa existência em que sofrerão tudo o que fizeram sofrer.

**Parágrafo único** – (Item 273 de O Livro dos Espíritos). Um homem pertencente a uma raça civilizada poderia, por expiação, reencarnar-se numa raça selvagem, dependendo do gênero de expiação. Um senhor que tenha sido duro para os seus escravos poderá tornar-se escravo e sofrer os maus tratos que infligiu a outros. Aquele que mandou numa época, pode, em outra existência, obedecer aos que se curvaram ante a sua vontade. É uma expiação, se ele abusou do poder, e Deus pode determiná-la. Um bom Espírito pode, para os fazer avançar, escolher uma vida de influência entre esses povos. Então se trata de uma missão.

**77.1 – “Na Terra e no Além” – Mensagem do Espírito Emmanuel (referente à questão 807 de “O Livro dos Espíritos”) no livro “Religião dos Espíritos”, Ed. FEB, RJ., 4ª. ed. 1978, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 65/66:**

Interessado em desfrutar vantagens transitórias no imediatismo da existência terrestre, quase sempre o homem aspira à galhardia de apresentação e a porte distinto, elegância e domínio, no quadro social em que se expressa; entretanto, conduzido à Esfera Superior, pela influência renovadora da morte, identifica as próprias deficiências, na tela dos compromissos inconfessáveis a que se junte, e implora da Providência Divina determinados favores na reencarnação, que envolvem de perto, o suspirado aprimoramento para a Vida Maior.

É assim que cientistas famosos, a emergirem da crueldade, rogam encarceramento na idiotia; políticos hábeis, que abusaram das coletividades a que deviam proteção e defesa, suplicam inibições cerebrais que os recolham a precioso ostracismo; administradores dos bens públicos que não hesitaram em esvaziar os cofres do povo, a favor da economia particular, solicitam raciocínio obtuso que lhes entrave a sagacidade para o furto aparentemente legal; criminosos que brandiram armas contra os semelhantes requisitam braços mutilados, assinando aflitivas sentenças contra si mesmos; suicidas que menosprezaram as concessões do Senhor, atendendo a deploráveis caprichos, recorrem a organismos quebrados ou violentados no berço, para repararem as faltas cometidas contra si mesmos; tribunos da desordem pedem os embaraços da gaguez; artistas que se aviltaram, arrastando emoções alheias às monstruosidades da sombra, invocam a internação na cegueira física; caluniadores eminentes, que não vacilaram no insulto ao próximo, requeiram o martírio silencioso dos surdos-mudos; desportistas eméritos e bailarinos de prol, que envileceram os dons recebidos da Natureza, exoram nervos doentes e glândulas deficitárias que os segreguem à distância de novas quedas morais; traidores que expuseram corações respeitáveis, no pelourinho da injúria, demandam a própria detenção no catre dos paráliticos; mulheres que desertaram da excelsa missão feminina, a se prostituírem na preguiça e na delinqüência, solicitam moléstias ocultas que lhes impeçam a expansão do sentimento enfermo, e expoentes da beleza e da graça que corromperam a perfeição corpórea, convertendo-a em motivo para transgressões lamentáveis, requeiram longos estágios em quadros penfigosos que lhes desfigurem a forma, de modo a expiarem nas chagas da presença inquietante as culpas ominosas que lhes agoniam os pensamentos...

Ajudai-vos, assim, buscando no auxílio constante aos outros o pagamento facilitado das dívidas do pretérito, porquanto, amanhã, sereis na Espiritualidade as consciências que hoje somos, abertas à fiscalização da Verdade, com a obrigação de conhecer em nós mesmos a ulceção da treva e a carência da luz.

#### **IV – DESIGUALDADE DAS RIQUEZAS (Itens 808 a 813)**

**Artigo 78** – A desigualdade das riquezas pode ter a sua origem na desigualdade das faculdades, que dão a uns mais meios de adquirir do que a outros; entretanto, é preciso não esquecer a possibilidade da astúcia e do roubo.

### **A riqueza hereditária e sua origem**

**Artigo 79** – É preciso remontar à origem para identificar se a riqueza hereditária é sempre pura; se no princípio não foi fruto de uma espoliação ou de uma injustiça. Outro aspecto importante é destacar que, mesmo para os bens melhor adquiridos, a cobiça e os desejos secretos que se concebem de possuir o mais cedo possível, não são sentimentos louváveis. Isso é o que Deus julga e seu julgamento é mais severo que o dos homens.

### **Responsabilidade dos herdeiros**

**Artigo 80** – Os herdeiros não serão responsáveis por uma fortuna mal adquirida. Não respondem pelo mal que outros tenham feito, tanto mais que o podem ignorar; mas, muitas vezes, uma fortuna se destina a um homem para lhe dar ocasião de reparar uma injustiça. Feliz dele se o compreender! E se o fizer em nome daquele que cometeu a injustiça, a reparação será levada em conta para ambos, porque quase sempre é este último quem a provoca.

### **Disposições testamentárias e seus efeitos depois da morte**

**Artigo 81** – Sem fraudar a legalidade podemos dispor dos nossos bens de maneira mais ou menos eqüitativa. Quem assim o faz é responsável, depois da morte, pelas disposições testamentárias: toda ação trás os seus frutos; os das boas ações são doces e os das outras são sempre amargos.

### **Igualdade absoluta das riquezas**

**Artigo 82** – A igualdade absoluta das riquezas não é possível e nunca existiu. A diversidade das faculdades e dos caracteres se opõe a isso. Os homens que crêem estar nisso o remédio para os males sociais são sistemáticos ou ambiciosos e invejosos. Não compreendem que a igualdade seria logo rompida pela própria força das coisas. Combatei o egoísmo, pois essa é a vossa chaga social, e não correi atrás de quimeras.

### **A igualdade relativa do bem-estar**

**Artigo 83** – O bem-estar é relativo e cada um pode gozá-lo, se todos se entenderem bem... Porque o verdadeiro bem-estar consiste no emprego do tempo de acordo com a vontade, e não em trabalhos pelos quais não se tem nenhum gosto. Como cada um tem aptidões diferentes, nenhum trabalho útil ficaria por fazer. O equilíbrio existe em tudo e é o homem quem o perturba. Os homens se entenderão quando praticarem a lei de justiça.

**Parágrafo único** – (Nota de rodapé de J. Herculano Pires, no item 812). No mundo de hoje este problema já vem provocando tentativas de solução. Trata-se do aproveitamento das vocações, cujo desperdício sistemático acarreta perdas consideráveis à economia social e profundo desequilíbrio na estrutura das sociedades.

### **As misérias sociais e a Educação Moral**

**Artigo 84** – Há pessoas que caem nas privações e na miséria por sua própria culpa e a sociedade pode ser responsabilizada por isso. Ela é sempre a causa primeira dessas faltas; pois cabe-lhe velar pela educação moral de seus membros. É freqüentemente a má educação que falseia o critério dessas pessoas, em lugar de aniquilar-lhes as tendências perniciosas. (ver artigo 62).

#### **84.1 – “Mobilização”- Explicação de Richard Simonetti no livro “A Constituição Divina”, já referido no item 74.1:**

**Mobilização para a Solidariedade** - A idéia do determinismo, o “maktub” (estava escrito), da filosofia oriental, está profundamente arraigada no espírito religioso. Não são poucos os profíctos a conceberem que Deus sabe o que faz, e se há miséria, infelicidade e sofrimento no Mundo, é porque deve ser assim. Os espíritas nem sempre fazem melhor. O princípio da Reencarnação inspira a muitos companheiros a impressão de que, se estamos todos resgatando dívidas cármicas e se cada indivíduo se movimenta em faixa evolutiva própria, com suas tendências e necessidades, não será lícito pretender grandes mudanças, o que, hipoteticamente, somente ocorrerá quando a Terra for promovida na sociedade dos mundos, deixando a condição de planeta de expiação e provas. Isto equivale a dizer que os males do Mundo são obra de Deus, o que está fundamentalmente errado. Eles são produzidos pelo Homem, que, com suas ambições, sua incúria, seus preconceitos, gera os desníveis sociais, as crises econômicas, as guerras destruidoras, a crônica infelicidade.

Quando Jesus proclama que não cai uma folha da árvore sem que seja pela vontade de Deus, isto não significa que Deus derrube as folhas. O Criador sustenta a vida, que se perpetua no transformismo incessante da Natureza, segundo as leis por Ele instituídas. Imperioso, portanto, superar a atitude contemplativa ou de indiferença que marca o comportamento humano. É preciso mobilizar os homens pela palavra e pelo exemplo, demonstrando ser indispensável estabelecer elos de solidariedade entre os componentes da sociedade, a fim de que possamos, efetivamente, superar as misérias da Terra. Não se trata, simplesmente, de beneficiar o semelhante, mas, essencialmente, a nós mesmos com esse empenho. Se moramos no campo e observamos o mato crescer em torno de nossa casa, invadindo a lavoura, podemos dizer: “O mato cresce pela vontade de Deus.” No entanto, se nos acomodarmos, embalados por essa convicção, o mato continuará a crescer, sufocará a plantação, favorecerá o aparecimento de répteis e insetos nocivos. Viveremos miseravelmente, com ameaças à própria integridade física. O que diremos depois? “Foi a vontade de Deus?” Os bolsões de miséria crescem em toda parte, como mato insidioso, gerado por injustiças sociais. Dali sai a grande maioria dos crimes, dos roubos, dos assassinatos, das prostituições, males que assolam a sociedade. Imperioso derrubar esse

matagal, ajudando de forma efetiva aqueles que enfrentam problemas dessa natureza, a fim de que não sejam tentados pela tendência humana de resolvê-los na marginalidade criminosa.

**A vida vem de Deus, mas a qualidade de vida vem do Homem** – Fala-se muito em mudanças nas estruturas sociais. Há revoluções, sucedem-se os regimes e sistemas – comunismo, socialismo, parlamentarismo, fascismo, presidencialismo, monarquismo, totalitarismo, capitalismo – enquanto se perpetuam a miséria e o infortúnio. No entanto, qualquer “ismo” funcionaria bem, resolveria os problemas sociais, se conseguíssemos eliminar um outro “ismo”, presente em todos eles: o egoísmo, o culto à própria personalidade. A vida em sociedade implica em responsabilidades, a começar pela mais elementar: trabalhar pelo bem comum, ideal inatingível enquanto considerável parcela da sociedade estiver marginalizada pela enfermidade, pela penúria, por problemas de comportamento.

Há dois mil anos o Cristo deixou na Terra os fundamentos do Reino de Deus. Outros tantos milênios poderão passar sem que seja edificado, se não desenvolvermos o espírito de serviço no campo da Fraternidade, ensaiando desprendimento e boa vontade. Em todas as cidades há grupos de trabalho de variadas denominações religiosas, despertos para semelhante realidade, cujos membros estão tentando viver a mensagem de Jesus, participando de organizações de assistência e promoção humanas, motivados por sagrado idealismo. Se esses poucos abnegados produzem tanto, imaginemos que prodígios seriam feitos, se houvesse uma ampla mobilização de todos os segmentos da população em condições de participar! Um dia todos compreenderemos que a Vida vem de Deus, mas a qualidade de vida vem do Homem.

O Cristo mostra-nos o caminho, mas não pode caminhar por nós. Oferecendo-nos orientação e exemplo, o Mestre deixou bem claro que o serviço de redenção humana, de erradicação do Mal, da miséria, do infortúnio, é trabalho impostergável de todos os homens.

## **V – PROVAS DA RIQUEZA E DA MISÉRIA (Itens 814 a 816)**

**Artigo 85** – Deus concedeu a uns a riqueza e o poder e a outros a miséria para provar a cada um de uma maneira diferente. Essas provas são escolhidas pelos Espíritos, que muitas vezes sucumbem ao realizá-las.

### **A prova mais perigosa**

**Artigo 86** – As provas da desgraça e da riqueza são igualmente perigosas para o homem; a miséria provoca a murmuração contra a Providência, a riqueza leva a todos os excessos.

### **A riqueza e o poder**

**Parágrafo único** – O rico sofre mais tentações, mas dispõe também de mais meios para fazer o bem. É justamente o que nem sempre faz; torna-se egoísta, orgulhoso e insaciável; suas necessidades aumentam com a fortuna e julga não ter o bastante para si mesmo.



A posição elevada no mundo e a autoridade sobre os semelhantes são provas tão grandes e arriscadas quanto a miséria; porque, quanto mais o homem for rico e poderoso, *mais obrigações tem a cumprir*, maiores são os meios de que dispõe para fazer o bem e o mal. Deus experimenta o pobre pela resignação e o rico pelo uso que faz de seus bens e do seu poder.

A riqueza e o poder despertam todas as paixões que nos prendem à matéria e nos distanciam da perfeição espiritual. Foi por isso que Jesus disse: - “Em verdade vos digo, é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”.(Ver item 266 de O Livro dos Espíritos).

**86.1 – “Ao redor do dinheiro” – Mensagem do Espírito Emmanuel no livro “Religião dos Espíritos”, psicografia de Francisco Cândido Xavier, Ed. FEB, RJ., 4ª. ed., 1978, págs. 27/28:**

Efetivamente, perante a visão da Esfera Espiritual, o homem afortunado na Terra surge sempre à feição de alguém que enorme risco ameaça. Operários da evolução, a quem se confiou a mordomia do ouro, aqueles que detêm a finança comum afiguram-se-nos companheiros constantemente afrontados pelas perspectivas de desastre iminente, assim como os responsáveis pela condução de energia elétrica, em contacto com agentes de alta tensão, ou, ainda, como os especialistas de laboratório, quando impelidos a manusear certa classe de vírus ou de venenos, com vistas à preservação e ao benefício do povo.

Considerando, porém, as inconveniências e desvantagens que assinalam a luta dos que foram chamados a transportar semelhantes cruces amoedadas, é forçoso convir que o coração voltado para Jesus pode sustentar-se, nesse círculo de incessantes inquietações, na tarefa sublime da paz e da luz, da ascensão e da liberdade. Isso porque, se o dinheiro nas garras da usura pode agravar os flagícios da orfandade e os tormentos da viuvez, nas mãos justas do bem converte o pauperismo em trabalho e o sofrimento em educação. Se a riqueza entesourada sem o lucro de todos pode gerar o colapso do progresso, o centavo movimentado ao impulso da caridade é o avivamento do amor na Terra, por transformar-se, a cada minuto, no remédio ao enfermo necessitado, no livro renovador das vítimas do desânimo, no teto endereçado aos que vagueiam sem rumo e na gota de leite que tonifica o corpo subnutrido da criancinha sem lar.

Ninguém tema, desse modo, a grave responsabilidade da posse efêmera entre as criaturas humanas, mas que toda propriedade seja por nós recebida como empréstimo santo, cujos benefícios é preciso estender em proveito geral, atentos à lei de que a felicidade só é verdadeira felicidade quando respira na construção da felicidade devida aos outros. Assim, pois, compreendamos, com a segurança da lógica e com a harmonia da sensatez, que, em verdade, não se pode servir a Deus e a Mamom, mas que é nossa obrigação das mais simples colocar Mamom a serviço de Deus.

**86.2 – “Emprego da Fortuna” – Explicação do Espírito Cheverus, Bordeaux, 1861, no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, trad. de José Herculano Pires, ed. FEESP, 15ª. ed. 2001:**

**Ajuda primeiro; informa-te depois, para ver se o trabalho, os conselhos, a afeição mesmo, não seriam mais eficazes que a esmola** - Não podeis servir a Deus e a Mamom; guardai bem isto, vós que sois dominados pelo amor do ouro, vós que venderíeis a alma para enriquecer, porque isso poderia elevar-vos acima dos outros e proporcionar-vos o gozo das paixões. Não, não podeis servir a Deus e a Mamom! Se sentís, portanto, vossa alma dominada pelas cobiças da carne, apressai-vos em sacudir o jugo que vos esmaga, pois Deus, justo e severo, vos perguntará: Que fizeste, ecônomo infiel, dos bens que te confiei? Empregaste essa poderosa fonte das boas obras unicamente na tua satisfação pessoal?

Mas qual é, então, o melhor emprego da fortuna? Procurai nestas palavras: “Amái-vos uns aos outros”, a solução desse problema, pois nelas está o segredo da boa aplicação das riquezas. O que ama o seu próximo já tem a sua conduta inteiramente traçada, pois a aplicação que agrada a Deus é a da caridade. Não essa caridade fria e egoísta, que consiste em distribuir ao redor de si o supérfluo de uma existência dourada, mas a caridade plena de amor, que procura a desgraça e a socorre sem humilhá-la. Rico, dá do teu supérfluo; faz ainda mais: dá do teu necessário, porque o teu necessário é também supérfluo, mas dá com sabedoria. Não repilas o pranto, com medo de seres enganado, mas vai à origem do mal; ajuda primeiro; informa-te depois, para ver se o trabalho, os conselhos, a afeição mesmo, não seriam mais eficazes do que a tua esmola. Difunde ao teu redor, com a abundância, o amor do trabalho, o amor do próximo, o amor de Deus. Põe a tua riqueza sobre uma base segura e que te garantirá grandes lucros: os das boas obras. A riqueza da inteligência deve servir-te como a do ouro: difunde em teu redor os benefícios da instrução, distribui aos teus irmãos os tesouros do amor, que eles frutificarão.

**Idem, idem, “Um Espírito Protetor” – Cracóvia, 1861:**

**A brevidade da vida e a incessante preocupação com os bens materiais** - Quando considero a brevidade da vida, causa-me dolorosa impressão a vossa incessante preocupação com os bens materiais, enquanto dedicais tão pouca importância e consagrais tão reduzido tempo ao aperfeiçoamento moral, que vos será levado em conta na eternidade. Seria de crer, ao ver a atividade que desenvolveis, tratar-se de uma questão da mais alta importância para a humanidade, quando, na verdade, trata-se quase sempre da satisfação de vossas necessidades exageradas, da vaidade, ou de vos entregardes aos excessos. Quantas penas, quantos cuidados e tormentos, quantas noites em claro, para aumentar uma fortuna freqüentemente mais que suficiente! O cúmulo do absurdo é ver, não raro, aqueles que têm um imoderado amor da fortuna e dos gozos que ela proporciona, sujeitarem-se a um trabalho penoso, vangloriarem-se de uma vida de sacrifício e merecimento, como se trabalhassem para os outros e não para si mesmos. Insensatos! Pensais que realmente vos serão levados em conta os cuidados e os esforços que o egoísmo, a cupidez ou o orgulho puseram em ação, enquanto esqueceis o vosso futuro, bem como os deveres de solidariedade fraterna, inerentes a todos os que desfrutam os benefícios da vida social? Pensastes apenas no vosso corpo. O seu bem-estar, os seus gozos, foram o objeto exclusivo da vossa egoísta solicitude. Por ele, que morre, esqueceste o Espírito que viverá para sempre. Assim esse amo, tão mimado e acariciado, tornou-se o vosso tirano; comanda o vosso Espírito, que se fez seu escravo. Seria esse o objetivo da existência que Deus vos concedeu?

**Idem, idem, “Fénelon”- Alger, 1860:**

**Dever de prevenir a miséria: proporcionar trabalhos de toda espécie** - O homem sendo o depositário, o administrador dos bens que Deus lhe depositou nas mãos, severas contas lhe serão pedidas do emprego que lhes dará, em virtude do seu livre arbítrio. O mau emprego

consiste em utilizá-lo somente para a sua satisfação pessoal. Ao contrário, o emprego é bom sempre que dele resulta algum bem para os outros. O mérito é proporcional ao sacrifício que para tanto se impõe. A beneficência é apenas um dos modos de empregar a fortuna: ela alivia a miséria atual, aplaca a fome, preserva do frio e dá asilo ao abandonado. Mas um dever igualmente imperioso, igualmente meritório é o de prevenir a miséria. É essa, sobretudo, a missão das grandes fortunas, pela possibilidade de proporcionarem trabalhos de toda a espécie. E mesmo que elas tivessem de tirar um proveito natural, o bem não deixaria de existir, pois o trabalho desenvolve a inteligência e exalta a dignidade do homem, sempre satisfeito de poder dizer que ganhou o seu próprio pão, enquanto a esmola humilha e degrada. A fortuna concentrada numa só mão deve ser como uma fonte de água viva, que espalha a fecundidade e o bem-estar ao seu redor.

Oh vós, ricos, que a empregardes segundo a vontade do Senhor, vosso próprio coração será o primeiro a beneficiar-se nessa fonte benfazeja, e tereis nesta vida os gozos inefáveis da alma, em vez dos gozos materiais do egoísmo, que deixam o vazio no coração. Vosso nome será bendito sobre a Terra, e quando a deixardes, o Soberano Senhor vos dirigirá as palavras da parábola dos talentos: “Ó bom e fiel servo, entrai no gozo de vosso Senhor!” Nessa parábola, o servo que enterrou o dinheiro que lhe havia sido confiado não é a imagem dos avarentos, em cujas mãos a fortuna se torna improdutivo? Se, entretanto, Jesus fala principalmente de esmolas, é que no seu tempo, e no país em que vivia, ainda não se conheciam os trabalhos que as artes e as indústrias mais tarde criaram, e nos quais a fortuna pode ser empregada utilmente, para benefício geral. A todos os que podem dar, pouco ou muito, direi, portanto: Dai esmolas, quando necessário, mas o quanto possível, convertei-a em salário, a fim de que aquele que a recebe não tenha do que se envergonhar.

## **VI – IGUALDADE DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER**

**(Itens 817 a 822-a)**

**Artigo 87** – O homem e a mulher são iguais perante Deus e têm os mesmos direitos. Deus deu a ambos a inteligência do bem e do mal e a faculdade de progredir.

### **O direito da força**

**Artigo 88** - A inferioridade moral da mulher em certas regiões procede do domínio injusto e cruel que o homem exerceu sobre ela. Uma consequência das instituições sociais e do abuso da força sobre a debilidade. Entre os homens pouco adiantados do ponto de vista moral a força é o direito.

### **Funções particulares da mulher**

**Artigo 89** – A mulher é fisicamente mais fraca do que o homem para lhe assinalar funções particulares. O homem se destina aos trabalhos rudes, por ser mais forte; a mulher aos trabalhos suaves; e ambos a se ajudarem mutua-

mente nas provas de uma vida cheia de amarguras. Deus deu a força a uns para proteger o fraco e não para o escravizar

### **Maior sensibilidade da mulher**

**Parágrafo único** – Deus apropriou a organização de cada ser às funções que ele deve desempenhar. Se deu menor força física à mulher, deu-lhe ao mesmo tempo maior sensibilidade, em relação com a delicadeza das funções maternas e a debilidade dos seres confiados aos seus cuidados.

### **A importância das funções da mulher**

**Artigo 90** – As funções a que a mulher foi destinada pela Natureza têm tanta importância quanto as conferidas ao homem e até maior; é ela quem lhe dá as primeiras noções da vida.

### **A Lei Divina e a Lei Humana**

**Artigo 91** – Os homens, sendo iguais perante a lei de Deus, devem sê-lo igualmente perante a lei humana: este é o primeiro princípio de justiça: “*Não façais aos outros o que não quereis que os outros vos façam*”.

### **Igualdade de direitos, mas não de funções**

**Parágrafo único** – De acordo com esse princípio de justiça, para uma legislação ser perfeitamente justa deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, mas não de funções. É necessário que cada um tenha um lugar determinado; que o homem se ocupe de fora e a mulher do lar, cada um segundo a sua aptidão. A lei humana, para ser justa, deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher; todo privilégio concedido a um ou a outro é contrário à justiça. A emancipação da mulher segue o progresso da civilização, sua escravização marcha com a barbárie. Os sexos, aliás, só existem na organização física, pois os Espíritos podem tomar um e outro, não havendo diferenças entre eles a esse respeito. Por conseguinte, devem gozar dos mesmos direitos.

#### **91.1 – “Igualdade de Direitos, diversidade de funções” - Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 822-a:**

Há mais de cem anos este livro indicava a solução do problema feminino: igualdade de direitos e diversidade de funções. Marido e mulher não são senhor e escrava, mas companheiros que desempenham uma tarefa comum, com a mesma responsabilidade pela sua realização. O feminismo adquire um novo aspecto à luz deste princípio. A mulher não deve ser a imi-

tadora e a competidora do homem, mas a sua companheira de vida, ambos mutuamente se completando na manutenção do lar, que é a célula básica da estrutura social.

**91.1.1 – “Conjugação Verbal” – Explicação de Irmão Saulo (José Herculano Pires) no livro “Astronautas do Além”, 3ª. ed., Ed. Grupo Espírita Emmanuel, S.B. Campo, 1973:**

O problema do feminismo foi solucionado pelo Espiritismo, em meados do século passado (1857). A questão 890 de “O Livro dos Espíritos” trata do amor maternal e a questão 822 coloca o problema da igualdade entre o homem e a mulher. A solução é simples e precisa: igualdade de direitos e diversidade de funções. Homem e mulher se complementam na vida terrena, são formas de encarnação com funções diversificadas na dinâmica da evolução. Na forma masculina, o espírito enfrenta experiências que lhe desenvolvem as faculdades viris; na forma feminina, as que lhe aprimoram as faculdades afetivas. Por mais que se acentuem as mudanças sociais no mundo, haverá sempre a diversidade de funções entre homem e mulher, mas a igualdade de direitos se acentuará com o desenvolvimento da civilização. (...) “O homem levanta o mundo/ a mulher sustenta o lar” (Espírito Antonieta Saldanha). No campo dos direitos, a mulher pode desempenhar encargos até há pouco só reservados aos homens, mas, no campo das funções, cada qual tem a sua posição biológica e social bem definida e irreversível. Um poeta espiritual soprou-nos a seguinte trova que parece esclarecer a questão: “Homem e mulher – dois tempos Do verbo amar sobre a Terra, Em que as almas se conjugam, Na vida que se desceira.”

O feminismo exacerbado é tão insensato como o machismo. Ambos representam posições extremas que revelam incompreensão do problema. O homem que escraviza a mulher diminui a si mesmo, e a mulher que pretende sobrepor-se ao homem nada mais faz do que aviltar-se. Quando a mulher assume na vida social uma função masculina, o seu dever não é competir com o homem, mas dar-lhe o exemplo de desempenho equilibrado dessa função em que o homem, pelo seu machismo ridículo, em geral se desmanda. As mãos da mulher, como acentua Julinda Alvim, na sua trova, devem semear notas de amor na função em que o homem só tem desferido marteladas.

Alguns espíritas não aceitam a tese doutrinária da encarnação do espírito ora como homem, ora como mulher. São criaturas sistemáticas e convencidas da suposta superioridade masculina. Mas a verdade espírita é uma só: o espírito não tem sexo e as suas encarnações dependem das exigências da evolução espiritual, não se sujeitando à tolice dos preconceitos humanos. Basta lembrarmos que, sem a mulher, o homem não poderia existir e, sem o homem, a mulher também não existiria.

**91.2 – “O Homem e a Mulher” – Explicação de Richard Simonetti em seu livro mencionado no item 84.1, págs. 103-108:**

**O Apóstolo Paulo e seu preconceito contra as mulheres** - “Conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar; mas estejam submissas como também a lei o determina. Se, porém querem aprender alguma coisa, interroguem, em casa, a seus próprios maridos, porque para a mulher é vergonhoso falar nas igrejas.”

Estas preconceituosas recomendações, que reduzem a mulher a mera ouvinte nas atividades religiosas, surpreendentemente foram feitas pelo apóstolo Paulo, em sua Primeira Epístola aos Coríntios (capítulo 13, versículos 34 e 35). Não obstante sua inteligência e lucidez, o grande arauto do Cristianismo não conseguiu superar as limitações de seu tempo em relação à mulher, considerada então um ser inferior, mera serva do homem, que podia, dentre outras prerrogativas, dispensá-la como esposa, se não a desejasse mais, obrigá-la a coabitar com concubinas ou mandá-la apedrejar se suspeitasse de sua fidelidade.

Ela era marginalizada até mesmo em razão de suas funções biológicas. A menstruação a tornava impura. O mesmo ocorria no nascimento de filhos, obrigando-a a severas disciplinas e a indispensáveis rituais de purificação. Nem mesmo a gloriosa mensagem do Cristo, combatendo todos os preconceitos, foi suficiente para libertar a mulher de discriminações que perduraram até o início deste século.

### **91.2.1 - O Livro dos Espíritos e a igualdade de direitos do homem e da mulher:**

Em 1857, quando foi lançado “O Livro dos Espíritos”, era inconcebível qualquer pretensão de igualdade entre os sexos. Estavam por ser articulados os movimentos feministas que garantiriam à mulher o direito de votar, de exercer profissão liberal, de gerir seus próprios negócios, de exercitar o livre-arbítrio. Nesta como em muitas outras questões, a Doutrina Espírita situava-se numa vanguarda de idéias renovadoras em favor de uma sociedade mais justa. Nem poderia ser diferente, partindo do princípio doutrinário segundo o qual o Espírito não tem sexo. Tanto pode encarnar em corpo masculino ou feminino. Iguais quanto à origem e destinação, inteligentes e perfectíveis, o homem e a mulher devem exercitar direitos idênticos. Estão distantes os tempos em que “filósofos” discutiam se a mulher tem alma e somente em sociedades primitivas pode persistir a concepção de que ela é inferior ao homem.

**Os Abusos da Liberação Feminina; Os Lares em Crise; Problemas Passageiros** – Contribuíram para essa desejada igualdade os imperativos da sociedade atual, em que a mulher é convocada a exercer uma atividade profissional, não simplesmente por uma necessidade de auto-afirmação, mas, sobretudo, em decorrência de um problema econômico, a fim de auxiliar na formação de renda que atenda às necessidades de subsistência da família. Raros os lares que podem dispensar tal iniciativa. Há quem afirme que a liberação feminina, longe de representar um progresso, transformou-se em instrumento de conturbação da sociedade, favorecendo o aumento da infidelidade conjugal, o negligenciamento dos filhos e a dissolução da família. Apesar do caráter machista que acompanha críticas dessa natureza, forçoso reconhecer que o processo de liberação das mulheres não se faz de forma pacífica, gerando dificuldades no relacionamento familiar e inspirando perturbadoras iniciativas na alma feminina.

Muitos lares estão em crise porque a mulher não admite ser contestada em sua disposição de fazer o que julga conveniente, em favor de sua auto-realização, não vacilando em partir para a separação se encontra resistência do cônjuge. Semelhantes problemas são passageiros, situando-se como tremores de superfície que acompanham modificações nas profundezas, e serão superados na medida em que a Humanidade assimilar plenamente um princípio fundamental, enunciado na questão 822-a, de “O Livro dos Espíritos”, quando Kardec interroga se uma legislação perfeitamente justa deve consagrar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Respondem os Mentores: “Dos direitos sim; das funções, não. Preciso é que cada um esteja no lugar que lhe compete”...

Pretender absoluta igualdade envolvendo as funções é contrariar a própria biologia. O homem foi estruturado para o trabalho mais pesado, no esforço da subsistência familiar; a mulher é convocada às responsabilidades do lar, particularmente no cuidado dos filhos...

**À mulher está afeta a mais sublime missão** – (...) No entanto, é preciso reconhecer que à mulher está afeta a mais sublime missão, o mais elevado ideal, a tarefa redentora por excelência: a preparação do ser humano para a Vida. Edificaremos um mundo melhor na medida em que a criança for convenientemente orientada. E esse serviço, por mais o neguem os feministas intransigentes, compete muito mais à mulher. Ela é a preceptora por excelência, a educadora mais eficiente. A maternidade é, talvez, a mais sacrificial e árdua de todas as missões, mas, se exercitada em plenitude é, também, a mais gloriosa de todas as realizações humanas.

Não pretendemos a reinstauração das Amélias, o retorno da mulher à condição de escrava do lar. Ela tem o direito e, mais que isso, a necessidade de desenvolver atividades na comunidade. Mas é preciso reconhecer que acima dos sucessos no campo social e profissional, está a suprema realização feminina como esposa e mãe, sustentando o lar, que é reconhecida a célula básica da civilização.

Evocando as funções redentoras da alma feminina, Victor Hugo tece significativas comparações entre o homem e a mulher: “O homem é a mais elevada das criaturas. A mulher o mais sublime dos ideais. Deus fez para o homem um trono; para a mulher um altar. O trono exalta; o altar santifica. O homem é o cérebro; a mulher o coração. O cérebro produz a luz; o coração o amor. A luz fecunda. O amor ressuscita. O homem é um gênio; a mulher um anjo. O gênio é imensurável; o anjo indefinível. A aspiração do homem é a suprema glória; a aspiração da mulher a virtude extrema. A glória traduz grandeza; a virtude traduz divindade. O homem tem a supremacia; a mulher a preferência. A supremacia representa a força; a preferência o direito. O homem é forte pela razão; a mulher é invencível pela lágrima. A razão convence, a lágrima comove. O homem é capaz de todos os heroísmos; a mulher de todos os martírios. O heroísmo enobrece; o martírio sublima. O homem é o código; a mulher o evangelho. O código corrige; o evangelho aperfeiçoa. O homem é um templo; a mulher um sacrário. Ante o templo, nós nos descobrimos; ante o sacrário, ajoelhamo-nos. O homem pensa; a mulher sonha. Pensar é ter cérebro; sonhar é ter na frente uma auréola. O homem é um oceano; a mulher um lago. O oceano tem a pérola que o embeleza; o lago tem a poesia que o deslumbra. O homem é uma águia que voa; a mulher um rouxinol que canta. Voar é dominar os espaços; cantar é conquistar a alma. O homem tem um fanal: a consciência. A mulher tem uma estrela: a esperança. O fanal guia e a esperança salva. Enfim, o homem está colocado onde termina a Terra. A mulher onde começa o Céu.”

### **91.3 - Como interpretar o movimento feminista na atualidade da civilização? – Explanação do Espírito Emmanuel no livro “O Consolador”, questão n. 67:**

- O homem e a mulher, no instituto conjugal, são como o cérebro e o coração no organismo doméstico. Ambos são portadores de uma responsabilidade igual no sagrado colégio da família; e se a alma feminina sempre apresentou um coeficiente mais avançado de espiritualidade na vida, é que, desde cedo, o espírito masculino intoxicou as fontes da sua liberdade, através de todos os abusos, prejudicando a sua posição moral no decurso das existências numerosas, em múltiplas experiências seculares.

A ideologia feminista dos tempos modernos, porém, com as suas diversas bandeiras políticas e sociais, pode ser um veneno para a mulher desavisada dos seus grandes deveres espirituais na face da Terra. ‘Se existe um feminismo legítimo, esse deve ser o da reeducação da mulher para o lar, nunca para uma ação contraproducente fora dele. É que os problemas femininos não poderão ser solucionados pelos códigos do homem, mas somente à luz generosa e divina do Evangelho’.

#### **91.4 – “A Igualdade de Direitos do Homem e da Mulher” – Explicação de Rodolfo Calligaris em seu livro já citado “As Leis Morais”, págs. 140-147:**

**A supremacia masculina só foi obtida pela força** - Disseram, com muito acerto, as entidades que forneceram a Kardec os subsídios com que foi composto “O Livro dos Espíritos”, que Deus outorgou a ambos os sexos os mesmos direitos, sob qualquer ponto de vista, e que a situação de inferioridade em que se acha a mulher, em quase todo o mundo, é devida “ao predomínio injusto e cruel que sobre ela assumiu o homem”, ou seja “o abuso da força sobre a fraqueza”. Efetivamente, as pesquisas sociológicas comprovam que a supremacia masculina só foi obtida pela violência, visto que, tão inteligente quanto o homem, a mulher tê-lo-ia auxiliado e acompanhado nas glórias de que se ufana, caso não fosse cerceada, em sua liberdade e em seus anseios de realização, por leis e preconceitos engendrados pelo sexo forte, exclusivamente ao sabor do egoísmo que o tem caracterizado ao longo das idades.

É possível tenha existido um período na evolução da sociedade em que a mulher houvesse exercido papel predominante na família e na tribo, cabendo-lhe, inclusive, a iniciativa de tomar marido ou maridos, se assim o desejasse (o que deve ter durado muito pouco); é certo que ainda existem alguns povos de civilização primária, em que a mulher tem maior importância econômica que o homem, dando origem a uma linhagem matrilinear, segundo a qual o nome dos filhos, a herança, etc., provém da mãe e não do pai; é verdade que, aqui, ali e acolá, algumas mulheres ascenderam à chefia de nações, mas são casos excepcionais. A regra, desde as sociedades primevas, foi e continua sendo a sujeição da mulher.

A periódica perturbação uterina que a acomete, a fragilidade de sua constituição orgânica e a maior sensibilidade com que Deus a criou, predispondo-a à delicadeza das funções maternais, sempre a prejudicaram na competição dos sexos, condenando-a, em todas as fases de sua vida e em todo e qualquer sistema social vigente, à subordinação e à obediência a um homem: o pai, o irmão mais velho, o sogro, o marido ou o filho. No estágio da caça, era ela quem construía a cabana, mantinha-a em ordem, lenhava, cozinhava e fazia as vestes para a família, além de cuidar dos filhos, enquanto o homem descansava, folgadoamente, nos intervalos de suas excursões cinegéticas. Nas marchas, era usada como besta de carga, transportando quase toda a bagagem, e, se se mostrasse incapaz de acompanhar o bando, era abandonada pelo caminho. Mais tarde, quando deixou de ser nômade para aplicar-se à agricultura e ao pastoreio, misteres estes que exigiam maior resistência física, o homem habilitou-se ainda mais a impor sua supremacia, já que a mulher, presa ao lar, foi-se enfraquecendo ao afeiçoar-se à arte do cesto e da esteira, à tecelagem, à costura, à cerâmica e a outros afazeres que tais.

**A moralidade dupla: uma para a mulher e outra para o homem** – Com o crescimento da propriedade transmissível, constituída de produtos da terra, gado, etc, cresceu também a subordinação da mulher. É que o homem, conquanto se permitisse exercitar o sexo fora



de casa, como coisa absolutamente natural, passou a exigir dela a mais perfeita castidade antes do casamento e a mais completa fidelidade depois, cioso de que a herança só fôsse transmitida a filhos seguramente seus. E assim nasceu a moralidade dupla, que perdura até hoje. A partir daí, a mulher submetida a um regime de reclusão, rigorosíssimo em alguns povos, atenuado em outros, pagando com a morte o adultério, antes tolerado como pecado venial. No Oriente, até bem pouco tempo, ela não tinha o direito de sobreviver ao marido, devendo suicidar-se ou ser morta, para acompanhá-lo na sepultura.

A família patriarcal, com o macho mais velho à frente, impôs-se, a esta altura, definitivamente, fazendo-se a base econômica, moral, legal e política da sociedade. Esposa e filhas tornaram-se, então, verdadeiras escravas do chefe de família, que delas dispunha, a seu bel-prazer, como “coisas” de sua propriedade. Aquela podia ser repudiada com uma simples palavra ou dada em pagamento de dívidas; estas, vendidas a quem as quisesse adquirir, sem que lhe importasse conhecer o objetivo da transação. Entre os judeus, o casamento fazia-se, não raro, por compra. Jacob pagou Lia e depois Raquel com catorze anos de trabalho no clã do sogro, sete para cada uma; já o profeta Oséias obteve sua mulher por muito menos: apenas quinze ciclos de prata e alguma quantidade de cevada. Na velha Rússia, por ocasião do casamento das filhas, o pai aplicava-lhes, de leve, algumas chicotadas, e depois entregava o chicote ao marido, numa transmissão de poder. Na Grécia, em plena “idade do ouro”, Sólon baixou um decreto, pelo qual “qualquer ato realizado sob a influência de uma mulher não seria considerado válido perante a justiça”, sendo que seu compatriota, o não menos famoso Eurípedis, considerava-a “vítima de irremediável inferioridade mental”. Nos primórdios de Roma era comum as crianças do sexo feminino serem abandonadas num distrito baixo e pantanoso, situado perto do Monte Aventino, onde eram devoradas por aves de rapina, pelos cães ou por feras. Salvavam-se apenas as que eram apanhadas por mercadores de escravos, que as destinavam ao meretrício. Muitas mães, para livrarem as filhas de tanta miséria, preferiam destruí-las ao nascerem. Vem daí, certamente, o maior regozijo, mesmo em nossos dias, com o nascimento dos meninos do que com o das meninas.

**Expansão da Poligamia** – Como mulher e prole se constituíssem unidades de trabalho lucrativas, a poligamia expandiu-se, visto que cada nova mulher que desposava era, para o homem, como a aplicação de capital a lhe produzir juros. Assim, quase todos os homens ricos “possuíam”, além da “esposa principal”, quantas concubinas lhes aproovessem, sendo considerado tanto mais próspero quanto maior fôsse o número delas e de filhos. Gradualmente, com o progresso moral, as concubinas foram desaparecendo, até que, com o advento do Cristianismo, os povos que o adotaram erigiram o casamento monogâmico como a única forma legítima de associação dos sexos.

**As Religiões (dominadas pelo homem) também não considerado a mulher como um ser inferior** – As restrições às atividades da mulher, todavia, persistiram. Embora honrada no lar, não lhe davam oportunidade de ilustrar-se além do necessário ao múnus doméstico, nem lhe permitiam ombrear-se com o homem na vida pública. As religiões (dominadas pelo homem) também não considerado a mulher como um ser inferior. Haja vista que em algumas não lhe permitem sequer entrar nos templos; em outras, de coadjuvar nas cerimônias ritualísticas; o Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, refere-se a ela como criatura imperfeita, chegando a declarar, explicitamente, que o homem pode até espancá-la; nas próprias igrejas cristãs o sacerdócio é dignidade privativa do sexo masculino e se, por um lado, exaltam a mulher na pessoa da mãe de Jesus, por outro apontam-na como agente do demônio, causa da perdição da Humanidade.

**Chegará o dia em que, completamente emancipada, a mulher venha a desfrutar os mesmos direitos do homem?** – Há pouco mais de meio século, vencendo barreiras milenares, a mulher vem ampliando bastante sua atuação na sociedade, participando de tarefas outrora unicamente masculinas, mas não conseguiu ainda ficar em pé de igualdade com o homem, pois até em países de cultura mais avançada continuam a negar-lhe regalias políticas e a exigir-lhe autorização do marido para que possa praticar diversos atos de natureza civil. Chegará o dia em que, completamente emancipada, a mulher venha a desfrutar os mesmos direitos do homem?

Sim, di-lo a Doutrina Espírita, visto que inexistem razões em contrário. Entretanto, “preciso é que cada um esteja no lugar que lhe compete, de conformidade com suas aptidões”, porquanto, se tudo é lícito a ambos, cabe ao bom-senso determinar o que seja mais conveniente ao homem e à mulher, para a perfeita harmonia no lar e, conseqüentemente, no corpo social.

**A mulher moderna comete um grave erro: troca as alegrias sacrossantas do lar pelos gozos turvos do mundanismo...** - Querendo, talvez, compensar-se do longo período de escravização a que foi submetida, a mulher moderna está agora cometendo um grave erro: o de subestimar ou mesmo rejeitar a sublimidade das funções que lhe foram destinadas pela Providência, masculinizando-se no pior sentido. Troca as alegrias sacrossantas do lar pelos gozos turvos do mundanismo, imita o homem em seus desvarios e licenciosidades e deixa de dar aos filhos a atenção e o carinho devidos, perdendo, 'ipso-facto', o seu amor e o seu respeito, e, o que é pior, contribuindo, em grande parte, para que eles (os filhos), sentindo-se desprezados, se revoltam contra a vida, como o prova esse trágico fenômeno a que se convencionou chamar “juventude transviada”.

**Estado de coisas transitório** – Acreditamos, todavia, que esse estado de coisas seja transitório. A mulher acabará compreendendo que, para ser verdadeiramente feliz, deve voltar a ocupar-se dos seus deveres de esposa e de mãe, enquanto o homem, descendo do pedestal de pretensa superioridade em que se colocou, há de tributar-lhe merecido apreço, convencido, finalmente, de que sua companheira faz jus às mesmas prerrogativas humanas, pois, em última análise, é a sua “cara metade”.

## VII – IGUALDADE PERANTE O TÍTULO (Itens 823 e 824)

### O rico e o pobre

**Artigo 92** – O desejo de perpetuar a própria memória nos monumentos fúnebres é o derradeiro ato de orgulho. Se for determinada a suntuosidade nos monumentos fúnebres pelos parentes, que desejam honrar a memória do falecido, será orgulho deles, que querem honrar-se a si mesmos. A lembrança de um ser querido não será menos durável no coração do pobre, porque ele só pode colocar uma flor sobre sua tumba. O mármore não salva do esquecimento aquele que foi inútil na Terra.

### Homenagem justa

**Parágrafo único** – Não é reprovável as pompas fúnebres quando homenageiam a memória de um homem de bem; são justas e de bom exemplo.

### **92.1 – “A tumba do rico e suas ações” – Comentário de Kardec no item 824:**

A tumba é o lugar de encontro de todos os homens, nela se findam impiedosamente todas as distinções humanas. É em vão que o rico tenta perpetuar a sua memória por meio de faustos monumentos. O tempo os destruirá, como aos seus próprios corpos. Assim o quer a Natureza. A lembrança das suas boas e más ações será menos perecível do que seu túmulo. A pompa dos funerais não o lavará de sua torpeza e não o fará subir sequer um degrau na hierarquia espiritual.

### **92.2 – “Oração no Dia dos Mortos” – Mensagem do Espírito Emmanuel no livro “Religião dos Espíritos”, psicografia de Francisco Cândido Xavier, Ed. FEB, RJ., 4ª. ed., 1978, págs. 217/8:**

Senhor Jesus! Enquanto nossos irmãos na Terra se consagram hoje à lembrança dos ‘mortos-vivos’ que se desenfaixaram da carne, oramos também pelos ‘vivos-mortos’ que ainda se ajustam à teia física... Pelos que jazem sepultados em palácios silenciosos, fugindo ao trabalho, como quem se cadaveriza, pouco a pouco, para o sepulcro; pelos que se enrijeceram gradativamente na autoridade convencional, adornando a própria inutilidade com títulos preciosos, à feição de belos epitáfios inúteis; pelos que anestesiaram a consciência no vício, transformando as alegrias desvairadas do mundo em portões escancarados para a longa descida às trevas; pelos que enterraram a própria mente nos cofres da sovinice, enclausurando a existência numa cova de ouro; pelos que paralisaram a circulação do próprio sangue, nos excessos da mesa; pelos que se mumificaram no féretro da preguiça, receando as cruces redentoras e as calúnias honrosas; pelos que se imobilizaram no paraíso doméstico, enquistando-se no egoísmo entorpecente, como desmemoriados, descansando no espaço estreito do esquite...

E rogamos-te ainda, Senhor, pelos mortos das penitenciárias que ouviram as sugestões do crime e clamam agora na dor do arrependimento; pelos mortos dos hospitais e dos manicômios, que gemem, relegados à solidão, na noite da enfermidade; pelos mortos de desânimo, que se renderam, na luta, às punhaladas da ingratidão; pelos mortos de desespero, que caíram em suicídio moral, por desertores da renúncia e da paciência; pelos mortos de saudade, que lamentam a falta dos seres pelos quais dariam a própria vida; e por esses outros mortos, desconhecidos e pequeninos, que são as crianças entregues à via pública, exterminadas na vala do esquecimento...

Por todos esses nossos irmãos, não ignoramos que choras também como choraste sobre Lázaro morto... E trazendo igualmente hoje a cada um deles a flor da esperança e o lume da oração, sabemos que o teu amor infinito clarear-nos-á o vale da morte, ensinando-nos o caminho da eterna ressurreição.

## CAPÍTULO VII

### LEI DE LIBERDADE

#### I-LIBERDADE NATURAL (Livro dos Espíritos, itens 825 a 828-a)

##### Liberdade Absoluta

**Artigo 93** – Não há posições no mundo em que o homem possa gabar-se de gozar de uma liberdade absoluta, porque todos necessitam uns dos outros, os pequenos como os grandes. A única condição em que o homem pudesse gozar de liberdade absoluta seria a do eremita no deserto. Desde que haja dois homens juntos há direitos a respeitar e não terão eles, portanto, liberdade absoluta.

**Parágrafo único** – Entretanto, a obrigação de respeitar os direitos alheios não tira ao homem o direito de se pertencer a si mesmo (não ser propriedade de outro), pois esse é um direito que lhe vem da natureza.

#### **93.1 - “Os Limites da Liberdade” – Explicação de Richard Simonetti em seu livro já citado “A Constituição Divina”, págs. 109-112:**

Um naufrago vem ter a uma ilha deserta. Constrói tosca habitação e ali se instala. Sua liberdade é plena. Movimenta-se à vontade. Faz e desfaz, conforme lhe parece conveniente, senhor absoluto daquela porção de terra. Passados alguns meses surge outro naufrago. A situação modifica-se. O primeiro experimenta limitações. A não ser que se disponha a eliminar o recém-chegado, descendo à barbárie, forçoso será reconhecer que seu direito de dispor da ilha esbarra no direito do companheiro em garantir a própria sobrevivência. Terão, pois, que dividir os recursos existentes – água potável, animais, peixes, vegetais e o próprio espaço físico, se viverem em habitações separadas. Pela mesma razão sua liberdade restringir-se-á, na medida em que outros naufragos apareçam.

Algo semelhante ocorre na vida comunitária, onde nossa liberdade é relativa, porquanto deve ser conciliada com a liberdade dos concidadãos, considerando que o limite de nosso direito é o direito do próximo. A inobservância desse princípio fundamental gera, invariavelmente, a desordem e a intranquilidade. As implicações dessa equivalência de direitos são externas. Fácil enunciar alguns exemplos: não nos é lícito, na vida comunitária, dar livre expansão a impulsos como o de transitar de automóvel pelas ruas à velocidade de cem quilômetros horários; a ninguém é permitido, em logradouro público, postar-se nu, nem ali despejar lixo ou satisfazer determinadas necessidades fisiológicas. A liberdade de movimentação é restrita. Vedado nos é invadir uma propriedade alheia ou recintos de diversão como cinema ou teatro. Mister sejamos convidados ou nos disponhamos a pagar o ingresso. Impedidos estamos até mesmo de permanecer na inércia, se fisicamente aptos, porquanto não nos pertencem os bens comunitários. Alimentos, abrigo, roupas, indispensáveis ao nosso bem-estar e à própria subsistência, pertencem àqueles que os produzem. Somos chamados a produzir, também, com a força do trabalho, a fim

de que, em regime de permuta, utilizando um instrumento intermediário, o dinheiro, possamos atender às nossas necessidades.

**A perfeita compreensão dos deveres comunitários, que restringem a liberdade individual, é virtude rara.** Por isso existem mecanismos destinados a orientar a população e conter suas indisciplinas. Há leis que definem direitos e obrigações. Há órgãos policiais para fiscalizar sua observância. Os infratores sujeitam-se às sanções legais, que podem implicar até no confinamento em prisões por tempo determinado, compatível com a natureza dos prejuízos causados a alguém ou à sociedade. Quanto maior a expansão demográfica e a concentração urbana, mais difícil o controle da população. E há infrações que nem sempre podem ser enquadradas como delitos passíveis de punição ou nem sempre podem ser rigorosamente detectadas e corrigidas pelas autoridades. Assim ocorre com o industrial cuja fábrica despeja poluentes na atmosfera e nos rios; com o jovem que transita com o escapamento de sua motocicleta aberto, gerando barulho ensurdecedor; com o alcoólatra que se comporta de forma inconveniente na rua; com o fumante que, em recinto fechado, expira baforadas de nicotina, obrigando os circunstantes a fumarem com ele; com o pichador de paredes que polui moral e culturalmente a cidade, desenhando frases de mau gosto e obscenidades; com o maledicente que se compraz em denegrir reputações, e muitos outros que revelam total desrespeito pelos patrimônios individuais e coletivos da comunidade e pelo inalienável direito comum à tranquilidade.

**Justiça da Terra e Justiça do Céu** – Todavia, estes impenitentes individualistas, ilhados numa visão egocêntrica de vida, saberão, mais cedo ou mais tarde, que nenhum prejuízo causado ao semelhante ficará impune. E se a justiça da Terra é impotente para sentenciar os infratores, a justiça do Céu o fará, inelutavelmente, confinando-os em celas de reajuste e infelicidade, na intimidade de suas consciências, impondo-lhes renovadoras reflexões. Aprendemos todos, por experiência própria, que há limites perfeitamente delineados em nossa liberdade de ação e que o mínimo que nos compete, em favor de nossa felicidade, é não perturbar o próximo, tanto quanto estimamos que ele não nos perturbe.

**93.2 – “Honrarás a Liberdade”- Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Na Era do Espírito”, Editora Grupo Espírita Emmanuel, SP, 3ª edição, 1976, Francisco Cândido Xavier e José Herculano Pires, págs. 90/92:**

Honrarás a liberdade, não para voltar às brumas do passado em cujos desvarios já nos submergimos muitas vezes, e que te impeliram a tomar novo corpo no plano físico, mas, freqüentemente para resgatar as conseqüências infelizes dos atos impensados.

Estimarás a liberdade para cultivar a consciência tranqüila pelo exato desempenho dos compromissos que esposaste.

Muitos companheiros da Humanidade se farão ouvir, diante de ti, alinhando teorias brilhantes em se referindo a independência e progresso, quase sempre para justificar o desgobernado predomínio do instinto sobre a razão, como se progresso e independência constituíssem retorno ao primitivismo e à animalidade. Ouvirás a todos eles com tolerância e bondade, observando, porém, as ciladas que se lhes ocultam sob o luxo verbalístico, à maneira de armadilhas recobertas de flores, e seguirás adiante de coração atento à execução dos encargos que a vida te reservou. Sabes que a inteligência, quando se propõe desregrar-se no esquecimento dos

princípios que lhe ditam comportamento digno, inventa facilmente vocábulos cintilantes, de modo a disfarçar a própria deserção.

Aceitarás o trabalho no grupo doméstico ou na equipe de ação edificante aos quais te vinculas, na produção do bem geral, doando o melhor de ti mesmo em abnegação aos companheiros que te compartilham a experiência, na certeza de que unicamente nas lutas e sacrifícios em que somos obrigados a viver e a conviver, uns à frente dos outros, é que conseguiremos a carta da alforria no cativeiro que nos aprisiona aos resultados menos felizes das existências passadas.

Orarás e vigiarás, segundo os ensinamentos de Jesus, e honrarás a liberdade qual ele mesmo a dignificou, amando aos semelhantes sem exigir o amor alheio e prestando auxílio sem pensar em recebê-lo.

Serás, enfim, livre para obedecer às Leis Divinas e sempre mais livre para ser cada vez mais útil e servir cada vez mais.

### **93.3 – “Condições da Liberdade” – Explicação de Irmão Saulo (J. Herculano Pires), na mesma obra, págs. 93/4:**

O princípio da liberdade é um anseio natural do homem e constitui o fundamento de todas as realizações duradouras. Sabemos que o homem é, na Terra, entre os seres visíveis que a povoam, o único realmente dotado de livre arbítrio. Mas a liberdade é condicionada pela responsabilidade, sendo que a responsabilidade, por sua vez, não pode existir sem liberdade. Estamos diante do que poderíamos chamar a dialética da autonomia. Da interação de liberdade e responsabilidade surge a síntese da independência, tanto em plano individual como no coletivo.

A questão 825 de “O Livro dos Espíritos” é a seguinte: “Pergunta: Há posições no mundo em que o homem possa gabar-se de gozar de liberdade absoluta? – Resposta: Não, porque vós todos necessitais uns dos outros, assim os pequenos como os grandes”. Esse problema foi amplamente analisado por Kardec no estudo “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, publicado em “Obras Póstumas” (que segue abaixo). Ali encontramos esta proposição: “Do ponto de vista do bem social a fraternidade figura em primeira linha, é a base. Sem ela não poderá haver igualdade nem liberdade verdadeiras. A igualdade decorre da fraternidade e a liberdade é uma consequência das duas”.

Temos, assim, duas condições sociais para a liberdade, que são os princípios de igualdade e fraternidade, e uma condição moral que é a responsabilidade. A essas condições Emmanuel propõe os corolários da obediência e do serviço. Sem obediência às leis divinas, que nos mandam servir ao próximo por amor, não há liberdade. Por outro lado, a liberdade absoluta não existe, é apenas um sofisma. Vivemos no relativo e não no absoluto.

Mas o que são as leis divinas? Um código de moral escrito? Para o Espiritismo as leis divinas são as próprias leis naturais, criadas por Deus. Existem desde os planos inferiores da Natureza. Os sofistas modernos pedem a liberdade dos instintos animais do homem, mas o Espiritismo nos adverte da existência dos instintos espirituais que constituem as exigências da consciência. E entre esses acentua a presença da “lei de adoração” que nos impulsiona a todos em direção a Deus.

**93.4 - “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”- Explicação de Allan Kardec no livro “Obras Póstumas”, Ed. LAKE, SP., 11<sup>a</sup>. ed., 1995, trad. de João Teixeira de Paula, págs. 179 – 182:**

“Liberdade, igualdade e fraternidade”, três palavras que são por si sós o programa de uma ordem social, que realizaria o mais absoluto progresso da humanidade, se os princípios que representam pudessem receber inteira aplicação. Vejamos os obstáculos que, no estado atual da sociedade, lhes podem ser apresentados e procuraremos os meios de removê-los.

A fraternidade, na rigorosa acepção da palavra, resume todos os deveres do homem para com os semelhantes. Significa: devotamento, abnegação, tolerância, benevolência, indulgência; é a caridade evangélica por excelência e a aplicação da máxima “fazer aos outros o que queremos que os outros nos façam”. O oposto constitui a norma do egoísmo. A fraternidade proclama: um por todos e todos por um; o egoísmo perora: cada um para si. Estes dois princípios, sendo a negação um do outro, tanto impedem ao egoísta de ser fraterno como ao avaro de ser generoso e um homem medíocre de chegar às culminâncias de um grande homem. Ora, sendo o egoísmo social, enquanto ele dominar será impossível a verdadeira fraternidade, querendo-a cada um para proveito próprio; ou, quando muito, praticá-la-á em proveito de outrem, só após certificar-se de que nada perderá com isso.

Atenta à sua importância para a realização da felicidade social, a fraternidade está na primeira linha: é a base; sem ela seriam impossíveis a liberdade e a igualdade reais. A igualdade decorre da fraternidade e a liberdade do conjunto das duas. Suponhamos uma sociedade de homens assás desinteressados, benévolos e prestativos, para viverem fraternalmente. Entre eles não haverá privilégios e direitos excepcionais, o que destruiria a fraternidade. Tratar alguém de irmão é tratar de igual para igual, é querer para ele o mesmo que para si. Em um povo de irmãos, a igualdade será a consequência dos seus sentimentos, da sua maneira de proceder, e se estabelecerá pela força das coisas.

Qual é, porém, o inimigo da igualdade? O orgulho, que trabalha por ser o primeiro e por dominar; que vive de privilégios e de exceções e que aproveitará a primeira ocasião para destruir a igualdade social, nunca por ele bafejada. Ora, sendo o orgulho uma das chagas sociais, é evidente que nenhuma sociedade terá a igualdade sem arrasar primeiro esta barreira.

A liberdade, já o dissemos, é filha da igualdade e da fraternidade. Falamos da liberdade legal, e não da natural, que é um direito imprescritível de toda a criatura humana, até do selvagem. Os homens, vivendo como irmãos, com direitos iguais, animados do sentimento de recíproca benevolência, praticarão entre si a justiça, não causarão danos e, portanto, nada recearão uns dos outros. A liberdade será inofensiva, porque ninguém dela abusará, em prejuízo do seu semelhante. Como conseguir que o egoísmo, tudo desejando para si, e o orgulho, que quer tudo dominar, dêem as mãos à liberdade, que os destrona? Nunca o farão, porque a liberdade não tem mais encarniçados inimigos, assim como a igualdade e a fraternidade.

A liberdade pressupõe confiança mútua, mas este sentimento é impossível entre homens que só têm em vista a sua personalidade e, não podendo satisfazer à sua ambição à custa de outrem, vivem em guarda uns contra os outros, sempre receosos de perder o que chamam o seu direito, têm o predomínio como condição da existência; e por isto levantarão barreiras à liberdade e a sufocarão tão depressa encontrem propício ensejo.

Os três princípios são, como já dissemos, solidários entre si e apoiam-se mutuamente. Sem a co-existência deles, o edifício social fica incompleto. A fraternidade, praticada em sua pureza, requer a liberdade e a igualdade, sem as quais não será perfeita. Sem a fraternidade, a liberdade soltará a rédea às más paixões, que correrão sem freio. Com a fraternidade, o homem saberá regular o livre arbítrio, estará sempre na ordem. Sem ela, usará o livre arbítrio sem escrúpulos; serão a licença e a anarquia. É por isso que as mais livres nações são forçadas a por limites à liberdade. A igualdade, sem fraternidade, conduz aos mesmos resultados, porque a igualdade requer liberdade. Sob o pretexto da igualdade, o pequeno abate o grande, para tomá-lo o lugar, e torna-se tirano por sua vez. Não há senão um deslocamento do despotismo.

Do exposto, resulta que deve permanecer na escravidão o povo que não possui ainda o verdadeiro sentimento de fraternidade? Que não tem capacidade para as instituições fundadas sobre os princípios de igualdade e de liberdade? Pensar assim é mais do que cometer um erro, é cometer um absurdo. Nunca se espera que a criança chegue a todo o seu desenvolvimento orgânico para ensiná-la a andar.

Quem é, as mais das vezes, o guia ou o tutor dos povos? São os homens de idéias grandiosas e generosas dominados pelo amor do progresso, que aproveitam a submissão dos seus inferiores, para neles desenvolver o senso moral e elevá-los, pouco a pouco, à condição de homens livres? Não; são, quase sempre, homens ciosos do seu poder, a cuja ambição outros servem de instrumentos mais inteligentes do que os animais e, que, por isso, em lugar de emancipá-los, os conservam, quando podem, sob o seu jugo e na ignorância. Esta ordem de coisas, entretanto, muda por si mesma, sob a irresistível influência do progresso.

A reação é, não raro, violenta e tanto mais terrível quanto o sentimento de fraternidade, imprudentemente sufocado, não interpõe o seu poder moderador. A luta é travada entre os que querem arrebatar e os que querem guardar; daí um conflito que se prolonga, às vezes, por séculos. Um equilíbrio fictício por fim se estabelece. As condições melhoram, mas os fundamentos da ordem social não estão firmes, a terra treme debaixo dos pés; porque ainda não é o tempo do reinado da liberdade e da igualdade sob a égide da fraternidade, visto como o orgulho e o egoísmo ainda contrastam com os esforços dos homens de bem.

Vós todos, que sonhais com esta idade de ouro para a humanidade, trabalhai principalmente na construção dos alicerces do edifício; antes de lhes terdes coroado o fastígio, dai-lhe por pedra angular a fraternidade em sua mais pura acepção; mas é preciso saber que, para isto, não basta decretar e inscrever a palavra numa bandeira; é mister que haja o sentimento no fundo dos corações e não seja ele trocado por disposições legislativas. Assim como para fazer frutificar um campo é preciso remover as pedras e arrancar a erva, urge trabalhar sem descanso para remover e arrancar o orgulho e o egoísmo, porque são eles a fonte de todo o mal, o obstáculo real ao reino das coisas boas.

Destruí nas leis, nas instituições, nas religiões, na educação, os mais imperceptíveis vestígios dos tempos da barbaria e dos privilégios, bem como todas as causas, que entretêm e desenvolvem esses eternos obstáculos ao verdadeiro progresso, vícios que são ingeridos, por assim dizer, com o leite, e aspirados por todos os poros na atmosfera social.

Só então os homens compreenderão os deveres e benefícios da fraternidade, só então se firmarão por si mesmos, sem abalos e sem perigos, os princípios complementares da liberdade e da igualdade. E é possível a destruição do orgulho e do egoísmo? Respondemos alta e



formalmente: SIM; porque do contrário, fixar-se-á um marco eterno ao progresso da humanidade. Que o homem avulta sempre em inteligência é fato incontestável. Terá chegado ao ponto culminante da sua caminhada por esse caminho? Quem ousaria sustentar tão absurda tese? Progrida em moralidade? Para responder a esta pergunta, basta comparar as épocas de um mesmo país. Por que teria ele atingido o limite do progresso moral e não o do progresso intelectual? Sua aspiração por uma melhor ordem de coisas é indício da possibilidade de alcançá-la. Aos que são progressistas cabe acelerar esse movimento por meio do estudo e da utilização dos meios mais eficientes.

**93.5 - “Egoísmo e Orgulho: Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los – Explanação de Allan Kardec no livro Obras Póstumas, Ed. LAKE, SP., tradução de João Teixeira de Paula, introdução de José Herculano Pires, 11<sup>a</sup>. edição, págs. 173-178:**

**O Orgulho e o Egoísmo têm origem num sentimento natural: o Instinto de Conservação** - É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida tem origem no egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando embora os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

O egoísmo tem origem no orgulho. A exaltação da personalidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com direitos preferenciais, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, se atribui, o torna naturalmente egoísta.

O egoísmo e o orgulho têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação. Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre arbítrio. Este sentimento contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o homem que, ao malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

**A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais** - Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em consequência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar o reino da fraternidade; mas de que serve, se vai de par com uma causa de destruição? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois

que estes morrerão como os outros; é preciso mandar os meios de estudar as causas de insalubridade. Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejam seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo estarão paralisados os seus esforços, não só pela resistência da inércia, como por uma força ativa, que trabalhará incessantemente para destruir o trabalho; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora, arruína as pretensões pessoais.

**Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, direis, porque esses vícios são inerentes à espécie humana.** Se assim fosse, impossível seria o progresso moral, ao passo que, quando considerarmos o homem em diversas épocas, reconhecemos à evidência um progresso incontestável; logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Demais, não haverá, por ventura, algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fora, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

**Destruir as causas produtoras do mal** - O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e para isso incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, evidentemente, a falsa idéia que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem; julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente possível, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporá sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão o que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo que conseguem fruir.

**Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente.** como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida. A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A consequência natural e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidío a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente, a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la.

Pelo que toca aos interesses terrenos, podem os humanos criar-lhes obstáculos: ele tem que os afastar e se torna egoísta pela força mesma das coisas. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse alheio precisa de ser debelado e, conseqüentemente, não há razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

**O incrédulo só crê em si, sendo natural que tenha orgulho e egoísmo** - A causa do orgulho está na crença que o homem tem da sua superioridade individual; e, ainda aqui, se faz sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas. A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; e, portanto, é natural que tenha orgulho, não vendo nos contratempos que se oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratempos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

**Crer em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são condições indispensáveis para quebrar o orgulho e o egoísmo** - Crer em Deus e na vida futura é pois a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu excepcionais vantagens; e o que não crê, rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. Iniciando-o na vida anterior da alma, a preexistência lhe ensina a distinguir, da vida corporal, transitória, a vida espiritual, infinita. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o mesmo ponto de partida e a mesma finalidade, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em trono e o mais poderoso vir como proletário.

**O princípio de Igualdade tem o caráter de um princípio de Justiça e de Lei Natural** - Se ele considerar somente a vida corporal, vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fez a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, o princípio da 'igualdade' tem o caráter de um princípio de justiça e de lei natural, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

**A Reencarnação e o véu sobre o passado** - A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi, noutra existência, nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se o soubéssemos, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e se soubéssemos que o amigo de hoje fôra antes um inimigo, um servo, um escravo, não o repeliríamos? Deus não quis que fosse assim e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a 'fraternidade'; sabendo que poderemos ser tratados como houvermos tra-

tado os outros, firmaremos o princípio de ‘caridade’ como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza.

**Ao Espiritismo ficou reservada a terceira manifestação da vontade de Deus** - Jesus estabeleceu os princípios da caridade, da igualdade e da fraternidade, dos quais fez condições indispensáveis para a salvação; mas ao Espiritismo ficou reservada a terceira manifestação da vontade de Deus, pelo conhecimento da vida espiritual, pelos horizontes novos que descortina e pelas leis que revela, como sanção daqueles princípios, provando que não é somente uma doutrina moral, mas uma lei natural, que está no interesse dos homens cultivar e praticar. Ora, eles hão de praticá-la desde que deixem de ver no ‘presente o princípio e o fim e desde que compreendam a solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro’.

No infinito campo que o Espiritismo lhes põe aos olhos, a sua importância pessoal anula-se, porque compreendem que os homens, sós, nada valem e nada podem, que todos precisamos uns dos outros, não sendo nenhum mais que outro; duplo golpe desferido contra o orgulho e o egoísmo.

**O Espiritismo e a Fé Raciocinada** - Para isso, porém, é preciso terem fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e portanto alimenta o egoísmo; mas sim a fé inteligente, racional, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas palpáveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na Terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas. Poderá isso dar-se por efeito de brusca mudança? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a Natureza; a saúde não volta subitamente; e entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode instantaneamente mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o Infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

**O Espiritismo é, sem contestação, o elemento mais potente de moralização, porque mina pela base os fundamentos do egoísmo e do orgulho, dando sólido fundamento à moral.** Há feito milagres de conversão; não são ainda, é certo, senão curas individuais, e, quase sempre, parciais; mas o que ele produz nos indivíduos é prenúncio do que produzirá um dia nas massas populares. Não pode, de uma vez, arrancar toda a erva daninha; mas dá a fé, que é boa semente e que não precisa senão de tempo para germinar e frutificar. Eis porque ainda não são todos perfeitos. Ele encontrou o homem no meio da vida, no ardor das paixões, na força dos preconceitos, e se em tais condições tem operado prodígios, como não operará quando o tomar no berço, virgem de todas as impressões malélicas, quando lhe der, com o leite, a caridade, e o acalantar com a fraternidade, quando, enfim, uma geração inteira vier alimentada por idéias que a razão fortalecerá em vez de debilitar? Sob o império dessas idéias, que serão mandamentos de fé racional para todos, o progresso, limpando a estrada de egoísmo e orgulho, penetrará nas instituições que se reformarão a si mesmas, e a humanidade caminhará rapidamente para os destinos que lhe são prometidos na Terra, enquanto não chega a hora de alcançar o Céu.

### **Lei Natural contrabalançada pelo orgulho e egoísmo**

**Artigo 94** – Os homens que possuem opiniões liberais mas, que, frequentemente, agem com despotismo no lar e com os seus subordinados, possuem a compreensão da lei natural, mas contrabalançada pelo orgulho e pelo egoísmo. Sabem o que devem fazer, quando não transformam os seus princípios numa comédia bem calculada, mas não o fazem.

### **Inteligência para compreender e responsabilidade**

**Parágrafo único** – Quanto mais inteligência tenha o homem para compreender um princípio, menos escusável será de não o aplicar a si mesmo. O homem simples, mas sincero, está mais adiantado no caminho de Deus do que aquele que aparenta o que não é.

## **II – ESCRAVIDÃO (Itens 829 a 832)**

### **Abuso da força. Contra a Natureza**

**Artigo 95** – Toda sujeição absoluta de um homem a outro é contrária à lei de Deus. A escravidão é um abuso da força e desaparecerá com o progresso, como pouco a pouco desaparecerão todos os abusos. A lei humana que estabelece a escravidão é uma lei contra a natureza, pois assemelha o homem ao bruto e o degrada moral e fisicamente.

### **A escravidão pertencente aos costumes de um povo**

**Artigo 96** – Mesmo quando a escravidão pertença aos costumes de um povo, são repreensíveis os que a praticam. Pois o mal é sempre o mal. Todos os sofismas não farão que uma ação má se torne boa. Mas a responsabilidade do mal é relativa aos meios de que se dispõe para compreender. Aquele que se serve da lei da escravidão é sempre culpável de uma violação da lei natural; mas nisso, como em todas as coisas, a culpabilidade é relativa. Sendo a escravidão um costume entre certos povos, o homem pode praticá-la de boa fé, como uma coisa que lhe parece natural. Mas desde que a sua razão mais desenvolvida e sobretudo esclarecida pelas luzes do Cristianismo, lhe mostrou no escravo um seu igual perante Deus, ele não tem mais desculpas.

### **A escravidão e as raças menos inteligentes**

**Artigo 97** – A desigualdade natural das aptidões coloca certas raças humanas sob a dependência das raças inteligentes para as elevar e não para as

embrutecer ainda mais na escravidão. Os homens têm considerado, há muito, certas raças humanas como animais domesticáveis, munidos de braços e de mãos, e se julgaram no direito de vender os seus membros como bestas de carga. Consideram-se de sangue mais puro. Insensatos, que não enxergam além da matéria! Não é o sangue que deve ser mais ou menos puro, mas o Espírito.

### **Homens que são mais humanos com seus escravos**

**Artigo 98** – Os homens que tratam os seus escravos com humanidade, que nada lhes deixam faltar e pensam que a liberdade os exporia a mais privações, são os que compreendem melhor os próprios interesses. Eles têm também muito cuidado com os seus bois e os seus cavalos, a fim de tirarem mais proveito no mercado. Não são culpados como os que os maltratam, mas nem por isso deixam de usá-los como mercadorias, privando-os do direito de se pertencerem a si mesmos.

## **III - LIBERDADE DE PENSAMENTO (Itens 833 e 834)**

### **Liberdade de pensamento e responsabilidade**

**Artigo 99** – É pelo pensamento que o homem goza de uma liberdade sem limites, porque o pensamento não conhece entraves. Pode impedir-se a sua manifestação, mas não aniquilá-lo.

**Parágrafo único** – O homem é responsável pelo seu pensamento perante Deus. Só Deus pode conhecê-lo, condena-o ou absolve-o, segundo a sua justiça.

## **IV – LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA (Itens 835 a 842)**

**Artigo 100** – A consciência é um pensamento íntimo, que pertence ao homem como todos os outros pensamentos. Ninguém tem o direito de pôr entraves à liberdade de consciência. Somente a Deus pertence o direito de julgar a consciência. Se o homem regula pelas suas leis a relação de homem para homem, Deus, por suas leis naturais, regula as relações do homem com Deus. Constranger os homens de maneira diversa ao seu modo de pensar é torná-los hipócritas. A liberdade de consciência é uma das características da verdadeira civilização e do progresso.

### **A liberdade de consciência e as crenças notoriamente falsas**

**Artigo 101** – Toda crença é respeitável quando é sincera e conduz à prática do bem. As crenças reprováveis são as que conduzem ao mal. Somos repreensíveis por escandalizar em sua crença aquele que não pensa como nós: é faltar com a caridade e atentar contra a liberdade de pensamento.

#### **Crenças que perturbam a sociedade**

**Parágrafo único** – Podem reprimir-se os atos externos de uma crença, quando esses atos acarretam qualquer prejuízo aos outros; não é atentar contra a liberdade de consciência, porque essa repressão deixa à crença sua inteira liberdade.

#### **Convicção não se impõe**

**Artigo 102** – Podemos, sem atentar contra a liberdade de consciência, procurar conduzir para o caminho da verdade os que se desviaram para falsos princípios de doutrinas perniciosas; mas o ensino, a exemplo de Jesus, é pela doçura e persuasão e não pela força, porque seria pior que a crença daquele a quem se deseja convencer. Se há alguma coisa que possa ser imposta é o bem e a fraternidade, mas o meio de fazê-lo não é a violência: a convicção não se impõe.

#### **Sinais da doutrina que seja expressão da verdade**

**Artigo 103** – Como todas as doutrinas têm a pretensão de ser a única expressão da verdade, podemos reconhecer a que tem o direito de se apresentar como tal a que produza mais homens de bem e menos hipócritas, quer dizer, que pratiquem a lei de amor e caridade na sua maior pureza e na sua aplicação mais ampla. Por esse sinal reconheceremos que uma doutrina é boa, pois toda doutrina que tiver por consequência semear a desunião e estabelecer divisões entre os filhos de Deus só pode ser falsa e perniciosa.

### **V – LIVRE-ARBÍTRIO (Itens 843 a 850)**

#### **Livre-arbítrio do homem e seus atos**

**Artigo 104** – O homem tem livre-arbítrio nos seus atos, pois se tem a liberdade de pensar, tem a de agir. Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina.

### **Livre-arbítrio da criança**

**Artigo 105** – O homem tem a liberdade de agir, desde que tenha a vontade de o fazer. Nas primeiras fases da vida a liberdade é quase nula; ela se desenvolve e muda de objeto com as faculdades. Estando os pensamentos da criança em relação com as necessidades da sua idade, ela aplica o seu livre-arbítrio às coisas que lhe são necessárias.

### **Predisposições instintivas a atos repreensíveis**

**Artigo 106** – As predisposições instintivas são as do Espírito antes da sua encarnação; conforme for ele mais ou menos adiantado elas podem impeli-lo a atos repreensíveis, no que ele será secundado por Espíritos que simpatizam com essas disposições; mas não há arrastamento irresistível, quando se tem a vontade de resistir. Querer é poder.

### **O livre-arbítrio e a influência do organismo nos atos da vida**

**Artigo 107** – O Espírito é certamente influenciado pela matéria, que pode entrar as suas manifestações. Eis porque, nos mundos em que os corpos são menos materiais do que na Terra as faculdades se desenvolvem com mais liberdade. Mas o instrumento não dá faculdades ao Espírito. De resto, é necessário distinguir neste caso as faculdades morais das faculdades intelectuais. Se um homem tem o instinto do assassinio é seguramente o seu próprio Espírito que o possui e que lho transmite mas nunca os seus órgãos. Aquele que aniquila o seu pensamento para apenas se ocupar da matéria faz-se semelhante ao bruto e ainda pior, porque não pensa mais em se premunir contra o mal. É nisso que ele se torna faltoso, pois assim age pela própria vontade. (Ver item 367 e seguintes de O Livro dos Espíritos, Influência do Organismo).

### **Alteração das faculdades e perda do livre-arbítrio**

**Artigo 108** – Aquele cuja inteligência está perturbada por uma causa qualquer perde o domínio do seu pensamento e, desde então, não tem mais liberdade. Essa alteração é freqüentemente uma punição para o Espírito que, numa existência pode ter sido vão e orgulhoso, fazendo mau uso de suas faculdades. Ele pode renascer no corpo de um idiota, como o déspota no corpo de um escravo e o mau rico no de um mendigo. Mas o Espírito sofre esse constrangimento, do qual tem perfeita consciência: é nisso que está a ação da matéria.



### **A embriaguez e o livre-arbítrio**

**Parágrafo único** – A alteração das faculdades intelectuais pela embriaguez não desculpa os atos repreensíveis, pois o ébrio voluntariamente se priva da razão para satisfazer paixões brutais; em lugar de uma falta comete duas.

### **O selvagem: instinto e livre-arbítrio**

**Artigo 109** – No homem em estado selvagem, a faculdade dominante é o instinto; o que não o impede de agir com inteira liberdade em certas coisas. Mas, como a criança, ele aplica essa liberdade às suas necessidades e ela se desenvolve com a inteligência. Por conseguinte, quem for mais esclarecido que um selvagem é também mais responsável que ele pelo que faz.

### **A posição social e o livre-arbítrio**

**Artigo 110** – A posição social é, às vezes, um obstáculo à inteira liberdade de ação, pois o mundo tem, sem dúvida, as suas exigências. Deus é justo e tudo leva em conta, mas deixa aos homens a responsabilidade dos poucos esforços que faz para superar os obstáculos.

**110.1 – “Determinismo e Livre-arbítrio” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Espírito e o Tempo”, Edit. Edicel, DF, 7ª. edição, 1995, págs. 152-155:**

**Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina** - Admitida a existência de Deus, como “inteligência suprema e causa primária de todas as coisas” – admitida essa existência com a mesma evidência com que ela se apresenta no hegelianismo e no cartesianismo – e admitida, da mesma maneira, a existência de uma lei geral de evolução, a que tudo se submete, inclusive o homem, resta saber se estamos ou não diante da estrutura rígida do pensamento espinosiano. Há liberdade para esse homem que amadurece, que tem de amadurecer, queira ou não queira, no processo evolutivo? À primeira vista, a liberdade é impossível. O Espiritismo parece ter dito antes do poeta Rainer Maria Rilke: “Deus nos faz amadurecer, mesmo que não o queiramos.” E realmente o disse. Mas acrescentou: “Sem o livre-arbítrio, o homem seria uma máquina.” (Item 843 de ‘O Livro dos Espíritos’). O homem é livre de pensar, querer e agir, mas sua liberdade é limitada pelas suas próprias condições de ser. O simples fato de existir é uma condição. Dentro dessa condição, porém, o homem é livre: pode ser útil ou inútil, bom ou mau, segundo a sua própria determinação. Existe, pois, uma dialética do determinismo, que é ao mesmo tempo a dialética da liberdade.

**A liberdade relativa do homem (determinismo subjetivo e determinismo objetivo)** – Podemos colocar assim o problema: há um determinismo subjetivo, que é o da vontade do homem, e um determinismo objetivo, que é o das condições de sua própria existência. Da oposição constante dessas duas vontades, a do homem e a das coisas, resulta a liberdade relativa da sua possibilidade de opção e ação. O item 844 de ‘O Livro dos Espíritos’ nos propõe essa

tese de maneira simples, ao tratar do desenvolvimento infantil: “Nas primeiras fases da vida a liberdade é quase nula; ela se desenvolve e muda de objeto com as faculdades. Estando os pensamentos da criança em relação com as necessidades da sua idade, ela aplica o seu livre-arbítrio às coisas que lhe são necessárias.” Isso nos mostra que o homem não amadurece como o fruto, mas como espírito. Na proporção em que a criança amadurece, ela deixa de ser criança, para tornar-se adulto. Assim, o homem, na proporção em que amadurece, deixa de ser homem – essa criatura humana, contraditória e falível, enleada nas ilusões da vida física – para tornar-se Espírito. A morte, em vez de ser a frustração do existencialismo sartreano, ou o fim da vida, ou ainda o momento de mergulhar no desconhecido, de toda a tradição religiosa, apresenta-se como o momento de maturação e de alforria. Morrer, como o disse Victor Hugo, não é morrer, mas simplesmente mudar-se.

**O homem constrói o seu destino no plano do contingente, mas no plano do transcendente o seu destino já está determinado pelas leis universais** – A mudança do homem, entretanto, não é completa. Ele não deixa de ser o que é. Sua essência permanece a mesma. Perdendo a condição existencial terrena, ele passa imediatamente para a condição existencial psíquica. Nessa outra condição, terá de enfrentar o mesmo processo de oposição dialética: de um lado, o determinismo subjetivo da sua vontade, do seu próprio querer; de outro, o determinismo objetivo das circunstâncias. Nestas circunstâncias, porém, avultam as conseqüências de seus atos na vida física. O que ele fez, a maneira por que pensou, quis, sentiu e agiu, toda trama das suas próprias ações, agora o enleia. Como se vê, sua liberdade ampliou-se, pois é ele quem agora se limita no exterior. As circunstâncias em que se encontra foram determinadas pela sua própria vontade. Isso lhe desperta a compreensão de sua capacidade de agir, e conseqüentemente de sua responsabilidade. É então que ele deseja voltar à existência física, ao mundo em que gerou o seu próprio mundo espiritual, a fim de reformar a sua obra. E já então, ao voltar, aqui mesmo, no mundo material, ele não vem enfrentar apenas a vontade estranha das coisas, mas também a sua própria vontade, representada nas circunstâncias de uma vida apropriada às necessidades do seu posterior desenvolvimento.

É assim que, pouco a pouco, o livre-arbítrio supera o determinismo. A liberdade de se determinar a si próprio confere ao homem o poder de criar. Ele cria o seu próprio mundo, as suas formas de vida, o seu destino. A princípio, o faz de maneira quase inconsciente, como a criança que se queima na chama da vela, por querer pegá-la. Mas, depois, as experiências o acordam para a plenitude consciencial de que ele deve desfrutar, segundo o seu destino natural. Porque o destino do homem, no sentido geral de sua posição no Universo, é ser ‘deus’. Não no sentido de igualar-se à Inteligência Suprema, mas de atingir a compreensão dessa Inteligência, integrar-se no seu plano de vida e pensamento, participar de sua plenitude. Assim, podemos dizer que o homem constrói o seu destino no plano do contingente, mas no plano do transcendente o seu destino já está determinado pelas leis universais.

**Todos os seres, desde a região ontológica mineral até a região vegetal, a animal e a hominal, estão todos integrados no mesmo processo e submetidos às mesmas leis e ao mesmo destino** – Mas será apenas o homem que tem esse destino transcendente? E os demais seres da Criação, para e por que existem? O Espiritismo nos responde que o Universo é constituído de dois elementos fundamentais, as duas substâncias cartesianas – a ‘rés cogitans’ e a ‘rés extensa’ – ou, em termos espíritas: o elemento espiritual e o elemento material. Ainda em termos cartesianos, mas já no plano do pensamento de Espinosa, vemos que essa dualidade se resolve numa espécie de monismo tridimensional: inteligência e matéria decorrem de uma fonte única, a que estão subordinadas, e que é Deus. Por isso que Deus é inteligência e causa. Como

causa, o é de todas as coisas. Deus não é assim uma concepção antropomórfica, mas hipóstases de Plotino. O universo é hipostático: primeiro a hipóstase divina, que é Deus; depois, a hipóstase inteligente, que é o Espírito; e, por fim, a hipóstase material, que é a Matéria.

Essas três hipóstases não estão, porém, separadas, como as da concepção plotiniana. Constituem apenas aspectos de um mesmo todo. E o que é mais curioso, aspectos interpenetrados. É assim que Deus está em tudo e tudo está em Deus, que a matéria existe desde o início e que espírito e matéria estão sempre relacionados. Como na doutrina de forma e matéria, em Aristóteles, o espírito informa a matéria, e esta, por sua vez, manifesta o espírito, e toda essa interação se realiza em Deus, porque tudo depende de Sua vontade e está sob o poder constante de Suas leis. O fluido universal, na mecânica cósmica, e o fluido vital, na mecânica biológica, são o resultado dialético e ao mesmo tempo o elemento de aglutinação de espírito e matéria. Assim, todos os seres, desde a região ontológica mineral – segundo a terminologia da moderna ontologia – até a região vegetal, a animal e a hominal, estão todos integrados no mesmo processo e submetidos às mesmas leis e ao mesmo destino. É o que vemos, por exemplo, no final da resposta do item 540, de ‘O Livro dos Espíritos’: “É assim que tudo se encadeia na Natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo. Admirável lei de harmonia, que o vosso espírito limitado ainda não pode abranger no seu conjunto!”

**O princípio e o fim de tudo e de todas as coisas ainda nos são desconhecidos** – Bastaria perguntar como se explica a finalidade desse imenso processo. Em que resultaria, afinal, esse desenvolvimento constante de tudo, de todas as coisas, nos rumos da perfeição e da inteligência? A pergunta, como responderia Gonzague Truc, não pode ser respondida pela Filosofia, porque pertence à Mística. Mas o Espiritismo, que admite o desenvolvimento da Filosofia até o plano da antiga Mística e além dela – uma vez que admite o desenvolvimento ilimitado da capacidade humana de compreender – responde com a nossa incapacidade atual para abarcar a complexidade e as conseqüências do processo cósmico, dentro do qual nos encontramos. Do nosso ponto de vista atual, demasiado restrito, condicionado pela estreiteza de nossas mentes, em funcionamento na aparelhagem de cérebros animais, é impossível a compreensão daquilo que poderíamos chamar, nos termos da filosofia aristotélica, as causas finais.

Quando saímos do plano do pensamento, para examinar o problema à luz das nossas possibilidades de expressão verbal, maior ainda se revela a nossa incapacidade, diante de suas dimensões conceptuais. As deficiências da linguagem humana, assinaladas por Kardec na ‘Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita’, mostram quanto seria vã a nossa pretensão de investigar o princípio e o fim das coisas. Mas, ao mesmo tempo, o Espiritismo nos acena com as possibilidades futuras, mostrando-nos como, a cada giro da Terra sobre si mesma, o nosso avanço no tempo equivale ao desenvolvimento psíquico. Compete a cada um de nós, e a todos nós em conjunto, superarmos as nossas limitações, pelo nosso desenvolvimento próprio e pelo desenvolvimento da Civilização.

## **VI – FATALIDADE (Itens 851 a 867)**

### **Fatalidade e Livre-arbítrio sobre o bem e o mal**

**Artigo 111** – A fatalidade só existe no tocante à escolha feita pelo Espírito, ao se encarnar, de sofrer esta ou aquela prova; ao escolhê-la ele traça para si mesmo uma espécie de destino, que é a própria conseqüência da posição em

que se encontra. Falo das provas de natureza física, porque, no tocante às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o seu livre-arbítrio sobre o bem e o mal, é sempre senhor de ceder ou resistir. Um bom Espírito, ao vê-lo fraquejar, pode correr em seu auxílio mas não pode influir sobre ele a ponto de subjugar-lhe a vontade. Um Espírito mau, ou seja, inferior, ao lhe mostrar ou exagerar um perigo físico, pode abalá-lo e assustá-lo, mas a vontade do Espírito encarnado não fica por isso menos livre de qualquer entrave.

### **111.1 – “Nossos fracassos” - Comentário de Kardec no item 852 de O Livro dos Espíritos:**

As idéias justas ou falsas que fazemos das coisas nos fazem vencer ou fracassar, segundo o nosso caráter e a nossa posição social. Achamos mais simples e menos humilhante para o nosso amor-próprio atribuir os nossos fracassos à sorte ou ao destino, do que a nós mesmos. Se a influência dos Espíritos contribui algumas vezes para isso, podemos sempre nos subtrair a ela, repelindo as idéias más que nos forem sugeridas.

### **111.2 – “Experiência: Determinismo e Livre-arbítrio” – Respostas do Espírito Emmanuel no livro já citado “O Consolador”, págs. 83-91:**

**Como adquire experiência o Espírito encarnado?** – A luta e o trabalho são tão imprescindíveis ao aperfeiçoamento do espírito, como o pão material é indispensável à manutenção do corpo físico. É trabalhando e lutando, sofrendo e aprendendo, que a alma adquire as experiências necessárias na sua marcha para a perfeição.

**Há o determinismo e o livre-arbítrio, ao mesmo tempo, na existência humana?** – Determinismo e livre-arbítrio coexistem na vida, entrosando-se na estrada dos destinos, para a elevação e redenção dos homens. O primeiro é absoluto nas mais baixas camadas evolutivas e o segundo amplia-se com os valores da educação e da experiência. Acresce observar que sobre ambos pairam as determinações divinas, baseadas na lei do amor, sagrada e única, da qual a profecia foi sempre o mais eloqüente testemunho. Não verificais, atualmente, as realizações previstas pelos emissários do Senhor há dois e quatro milênios, no divino simbolismo das Escrituras? Estabelecida a verdade de que o homem é livre na pauta de sua educação e de seus méritos, na lei das provas, cumpre-nos reconhecer que o próprio homem, à medida que se torna responsável, organiza o determinismo da sua existência, agravando-o ou amenizando-lhe os rigores, até poder elevar-se definitivamente aos planos superiores do Universo.

**Havendo o determinismo e o livre-arbítrio, ao mesmo tempo, na vida humana, como compreender a palavra dos guias espirituais quando afirmam não lhes ser possível influenciar a nossa liberdade?** – Não devemos esquecer que falamos de expressão corpórea, em se tratando do determinismo natural, que prepondera sobre os destinos humanos. A subordinação da criatura, em suas expressões do mundo físico, é lógica e natural nas leis das compensações, dentro das provas necessárias, mas, no íntimo, zona de pura influência espiritual, o homem é livre na escolha do seu futuro caminho. Seus amigos do invisível localizam aí o santuário da sua independência sagrada. Em todas as situações, o homem educado pode reconhecer onde falam as circunstâncias da vontade de Deus, em seu benefício, e onde falam as que

se formam pela força da sua vaidade pessoal ou do seu egoísmo. Com ele, portanto, estará sempre o mérito da escolha, nesse particular.

**Como pode o homem agravar ou amenizar o determinismo de sua vida?** – A determinação divina na sagrada lei universal é sempre a do bem e da felicidade, para todas as criaturas. No lar humano, não vedes um pai amoroso e ativo, com um largo programa de trabalhos pela ventura dos filhos? E cada filho, cessado o esforço da educação na infância, na preparação da vida, não deveria ser um colaborador fiel da generosa providência paterna pelo bem de toda a comunidade familiar? Entretanto, a maioria dos pais humanos deixa a Terra sem ser compreendida, apesar de todo o esforço despendido na educação dos filhos.

Nessa imagem muito frágil, em comparação com a paternidade divina, temos um símile da situação.

O Espírito que, de algum modo, já armazenou certos valores educativos, é convocado para esse ou aquele trabalho de responsabilidade junto de outros seres em provação rude, ou em busca de conhecimentos para a aquisição da liberdade. Esse trabalho deve ser levado a efeito na linha reta do bem, de modo que esse filho seja o bom cooperador de seu Pai Supremo, que é Deus. O administrador de uma instituição, o chefe de uma oficina, o escritor de um livro, o mestre de uma escola, têm a sua parcela de independência para colaborar na obra divina, e devem retribuir a confiança espiritual que lhes foi deferida. Os que se educam e conquistam direitos naturais, inerentes à personalidade, deixam de obedecer, de modo absoluto, no determinismo da evolução, porquanto estarão aptos a cooperar no serviço das ordenações, podendo criar as circunstâncias para a marcha ascensional de seus subordinados ou irmãos em humanidade, no mecanismo de responsabilidade da consciência esclarecida.

Nesse trabalho de ordenar com Deus, o filho necessita considerar o zelo e o amor paternos, a fim de não desviar sua tarefa do caminho reto, supondo-se senhor arbitrário das situações, complicando a vida da família humana, e adquirindo determinados compromissos, por vezes bastante penosos, porque, contrariamente ao propósito dos pais, há filhos que desbaratam os "talentos" colocados em suas mãos, na preguiça, no egoísmo, na vaidade ou no orgulho.

Daí a necessidade de concluirmos com a apologia da Humanidade, salientando que o homem que atingiu certa parcela de liberdade está retribuindo a confiança do Senhor, sempre que age de acordo com a sua vontade misericordiosa e sábia, reconhecendo que o seu esforço individual vale muito, não por ele, mas pelo amor de Deus que o protege e ilumina na edificação de sua obra imortal.

**Se o determinismo divino é o do bem, quem criou o mal?** – O determinismo divino se constitui de uma só lei, que é a do amor para a comunidade universal. Todavia, confiando em si mesmo, mais do que em Deus, o homem transforma a sua fragilidade em foco de ações contrárias a essa mesma lei, efetuando, desse modo, uma intervenção indébita na harmonia divina. Eis o mal.

Urge recompor os elos sagrados dessa harmonia sublime. Eis o resgate.

Vede, pois, que o mal, essencialmente considerado, não pode existir para Deus, em virtude de representar um desvio do homem, sendo zero na Sabedoria e na Providência Divinas. O Criador é sempre o Pai generoso e sábio, justo e amigo, considerando os filhos transvia-

dos como incursos em vastas experiências. Mas, como Jesus e os seus prepostos são seus cooperadores divinos, e eles próprios instituem as tarefas contra o desvio das criaturas humanas, focalizam os prejuízos do mal com a força de suas responsabilidades educativas, a fim de que a Humanidade siga retamente no seu verdadeiro caminho para Deus.

**Existem seres agindo na Terra sob determinação absoluta?** – Os animais e os homens quase selvagens nos dão uma idéia dos seres que agem no planeta sob determinação absoluta. E essas criaturas servem para estabelecer a realidade triste da mentalidade do mundo, ainda distante da fórmula do amor, com que o homem deve ser o legítimo cooperador de Deus, ordenando com a sua sabedoria paternal.

Sem saberem amar os irracionais e os irmãos mais ignorantes colocados sob a sua imediata proteção, os homens mais educados da Terra exterminam os primeiros, para a sua alimentação, e escravizam os segundos para objeto de explorações grosseiras, com exceções, de modo a mobilizá-los a serviço do seu egoísmo e da sua ambição.

**Os astros influenciam igualmente na vida do homem?** – As antigas assertivas astrológicas têm a sua razão de ser. O campo magnético e as conjunções dos planetas influenciam no complexo celular do homem físico, em sua formação orgânica e em seu nascimento na Terra; porém, a existência planetária é sinônimo de luta. Se as influências astrais não favorecem a determinadas criaturas, urge que estas lutem contra os elementos perturbadores, porque, acima de todas as verdades astrológicas, temos o Evangelho, e o Evangelho nos ensina que cada qual receberá por suas obras, achando-se cada homem sob as influências que merece.

**Os fenômenos premonitórios atestam a possibilidade da presciência com relação ao futuro?** – Os Espíritos de nossa esfera não podem devassar o futuro, considerando essa atividade uma característica dos atributos do Criador Supremo, que é Deus. Temos de considerar, todavia, que as existências humanas estão subordinadas a um mapa de provas gerais, onde a personalidade deve movimentar-se com o seu esforço para a iluminação do porvir, e, dentro desse roteiro, os mentores espirituais mais elevados podem organizar os fatos premonitórios, quando convenham à demonstração de que o homem não se resume a um conglomerado de elementos químicos de conformidade com a definição do materialismo dissolvente.

**Que dizermos da cartomancia em face do Espiritismo?** – A cartomancia pode enquadrar-se nos fenômenos psíquicos, mas não no Espiritismo evangélico, onde o cristão deve cultivar os valores do seu mundo íntimo pela fé viva e pelo amor no coração, buscando servir a Jesus no santuário de sua alma, não tendo outra vontade que não aquela de se elevar ao seu amor pelo trabalho e iluminação de si mesmo, sem qualquer preocupação pelos acontecimentos nocivos que se foram, ou pelos que hão de vir, na sugestão nem sempre sincera dos que devassam o mundo oculto.

**111.3 – “Conhecimento do Futuro” – Explicação de Rodolfo Calligaris em seu livro já citado “As Leis Morais”(Questão 865 e seguintes de “O Livro dos Espíritos”), págs. 165-168:**

**Pode o homem conhecer o seu futuro? E, se pode, deve procurar conhecê-lo?** – Eis aí duas perguntas interessantíssimas, às quais responde a Doutrina Espírita da seguinte maneira: Essa possibilidade, se bem que muito relativa existe, sim, já que as pessoas trazem, ao

nascer, certas tendências, aptidões e qualidades inatas, cujas manifestações, mais ou menos evidentes, permitem prever, até certo ponto, o que serão ou o que farão da vida. Afora isto, porém, tudo o mais será bem mais difícil, por duas razões. ‘Primeira’: grande parte de nossa sorte futura ainda não está nem poderia estar delineada, semelhando-se a páginas em branco de um livro parcialmente anotado. É que se todo sucesso tem uma causa, reciprocamente, cada causa produz determinado efeito. Destarte, os acontecimentos porvindouros de nossa existência vão depender do que estivermos fazendo agora, com as modificações provocadas por aquilo que formos fazendo de instante a instante. ‘Segunda’: as circunstâncias a que chamaríamos inevitáveis, ligadas ao nosso carma (débitos ou créditos perante a Justiça Divina, resultantes de nosso procedimento em encarnações anteriores), por outro lado também não podem ser-nos desvendadas, pois, “se o homem conhecesse o futuro, negligenciaria do presente e não agiria com a liberdade com que o faz, porque o dominaria a idéia de que, se uma coisa tem que acontecer, inútil será ocupar-se com ela, ou então procuraria obstar a que acontecesse. Não quis Deus que assim fôsse, a fim de que cada um concorresse para a realização das coisas, ‘até daquelas a que desejaria opor-se’”. (Kardec).

Algumas vezes, entretanto, o futuro pode ser revelado, e o tem sido. É quando a revelação favoreça a consumação de algo em benefício da Humanidade. Importa esclarecer, todavia, que, embora muitos fatos possam ser previstos, por constarem dos planos das entidades espirituais que, como prepostos de Deus, dirigem os destinos do mundo ou têm sob sua tutela este ou aquele setor das atividades humanas, o livre-arbítrio das pessoas diretamente ligadas a esses fatos é sempre respeitado, de modo a que, em última instância, tenham plena liberdade de cumprir ou não as tarefas que lhes estavam assinaladas, assim como de resistirem ou cederem (como no caso de Judas) a um alvitre que poderá acarretar-lhes as mais dolorosas consequências.

Isto deixa claro que ninguém é constringido, de forma absoluta, a obrar desta ou daquela maneira, e que ninguém, jamais, há sido predestinado a praticar um crime ou qualquer outro ato delituoso que envolva responsabilidade moral. O que sucede é que “cada um é tentado segundo suas próprias concupiscências”, conforme diz o Evangelho, é, como quem se aproxima de uma forja acesa, grande possibilidade tem de se queimar, também o ambicioso pode sucumbir ante uma situação que lhe exacerbe a cobiça, e assim por diante.

Sempre que, p. ex., algo de suma importância deva necessariamente acontecer, e aquele ou aqueles que seriam os possíveis agentes não se mostrem à altura, ou se tenham desviado de moto próprio do caminho que os levaria a tal objetivo, as referidas entidades espirituais sabem como encaminhar as coisas de maneira que outrem lhes tomem o lugar, o mesmo acontecendo quando, inversamente, o desfecho é que deva ser outro.

**A curiosidade pelo conhecimento do futuro e seus inconvenientes** – O interesse – diríamos melhor -, a curiosidade que tantos demonstram em conhecer o seu futuro apresenta sérios inconvenientes. Um deles, o de contribuir para que espertalhões sem escrúpulos façam da astrologia, da cartomancia, da necromancia, da quiromancia, da vidência, etc., rendosos meios de vida. Outro, a sôfrega expectativa de um evento feliz, a falta de iniciativa e de ação, julgadas desnecessárias, face à “segurança” de um porvir próspero e venturoso, do que podem resultar terríveis decepções, ou, ainda, o desespero, senão mesmo a loucura e o suicídio ante um funesto presságio.

**O Espiritismo não utiliza e nem recomenda as práticas para prever o futuro** – O Espiritismo, amiúde e injustamente confundido com as práticas adivinhadeiras, saibam-no de uma vez por todas, não as utiliza nem as recomenda; pelo contrário, desaconselha-as aberta e veementemente, pois embora admita a possibilidade de eventuais revelações do futuro, subordina-as a estas duas condições: 1) a espontaneidade; 2) um fim sério que as justifique, em conformidade com os desígnios providenciais.

#### **111.4 – “Transição (morte)” – Respostas de Emmanuel no referido livro “O Consolador”:**

**É fatal o instante da morte?** – Com exceção do suicídio, todos os casos de desencarnação são determinados previamente pelas forças espirituais que orientam a atividade do homem sobre a Terra. Esclarecendo-vos quanto a essa exceção, devemos considerar que, se o homem é escravo das condições externas da sua vida no orbe, é livre no mundo íntimo, razão por que, trazendo no seu mapa de provas a tentação de desertar da vida expiatória e retificadora, contrai um débito penoso aquele que se arruína, desmantelando as próprias energias. A educação e a iluminação do íntimo constituem o amor ao santuário de Deus em nossa alma. Quem as realiza em si, na profundidade da liberdade interior, pode modificar o determinismo das condições materiais de sua existência, alçando-a para a luz e para o bem. Os que eliminam, contudo, as suas energias próprias, atentam contra a luz divina que palpita em si mesmos. Daí o complexo de suas dívidas dolorosas. E existem ainda os suicídios lentos e gradativos, provocados pela ambição ou pela inércia, pelo abuso ou pela inconsideração, tão perigosos para a vida da alma, quanto os que se observam, de modo espetacular, entre as lutas do mundo. Essa a razão pela qual tantas vezes se batem os instrutores dos encarnados, pela necessidade permanente de oração e de vigilância, a fim de que os seus amigos não fracassem nas tentações.

**Proporciona a morte mudanças inesperadas e certas modificações rápidas, como será de desejar?** – A morte não prodigaliza estados miraculosos para a nossa consciência. Desencarnar é mudar de plano, como alguém que se transferisse de uma cidade para outra, aí no mundo, sem que o fato lhe altere as enfermidades ou as virtudes com a simples modificação dos aspectos exteriores. Importa observar apenas a ampliação desses aspectos, comparando-se o plano terrestre com a esfera de ação dos desencarnados. Imaginai um homem que passa de sua aldeia para uma metrópole moderna. Como se haverá, na hipótese de não se encontrar devidamente preparado em face dos imperativos da sua nova vida? A comparação é pobre, mas serve para esclarecer que a morte não é um salto dentro da Natureza. A alma prosseguirá na sua carreira evolutiva, sem milagres prodigiosos. Os dois planos, visível e invisível, se interpenetram no mundo, e, se a criatura humana é incapaz de perceber o plano da vida imaterial, é que o seu sensorio está habilitado somente a certas percepções, sem que lhe seja possível, por enquanto, ultrapassar a janela estreita dos cinco sentidos.

**Que espera o homem desencarnado, diretamente, nos seus primeiros tempos da vida de além-túmulo?** – A alma desencarnada procura naturalmente as atividades que lhe eram prediletas nos círculos da vida material, obedecendo aos laços afins, tal qual se verifica nas sociedades do vosso mundo. As vossas cidades não se encontram repletas de associações, de grêmios, de classes inteiras que se reúnem e se sindicalizam para determinados fins, conjugando idênticos interesses de vários indivíduos? Aí, não se abraçam os agiotas, os políticos, os comerciantes, os sacerdotes, objetivando cada grupo a defesa dos seus interesses próprios? O homem desencarnado procura ansiosamente, no Espaço, as aglomerações afins com o seu pensamento, de modo a continuar o mesmo gênero de vida abandonado na Terra, mas, tratando-se



de criaturas apaixonadas e viciosas, a sua mente reencontrará as obsessões de materialidade, quais as do dinheiro, do álcool, etc., obsessões que se tornam o seu martírio moral de cada hora, nas esferas mais próximas da Terra. Daí a necessidade de encararmos todas as nossas atividades no mundo como a tarefa de preparação para a vida espiritual, sendo indispensável à nossa felicidade, além do sepulcro, que tenhamos um coração sempre puro.

**Logo após a morte, o homem que se desprende do invólucro material pode sentir a companhia dos entes amados que o precederam no além-túmulo?** – Se a sua existência terrestre foi o apostolado do trabalho e do amor a Deus, a transição do plano terrestre para a esfera espiritual será sempre suave. Nessas condições, poderá encontrar imediatamente aqueles que foram objeto de sua afeição no mundo, na hipótese de se encontrarem no mesmo nível de evolução. Uma felicidade doce e uma alegria perene estabelecem-se nesses corações amigos e afetuosos, depois das amarguras da separação e da prolongada ausência. Entretanto, aqueles que se desprendem da Terra, saturados de obsessões pelas posses efêmeras do mundo e tocados pela sombra das revoltas incompreensíveis, não encontram tão depressa os entes queridos que os antecederam na sepultura. Suas percepções restritas à atmosfera escura dos seus pensamentos e seus valores negativos impossibilitam-lhes as doces venturas do reencontro. É por isso que observais, tantas vezes, Espíritos sofredores e perturbados fornecendo a impressão de criaturas desamparadas e esquecidas pela esfera da bondade superior, mas, que, de fato, são desamparados por si mesmos, pela sua perseverança no mal, na intenção criminosa e na desobediência aos sagrados desígnios de Deus.

**É possível que os espíritistas venham a sofrer perturbações depois da morte?** – A morte não apresenta perturbações à consciência reta e ao coração amante da verdade e do amor dos que viveram na Terra tão-somente para o cultivo da prática do bem, nas suas variadas formas e dentro das mais diversas crenças. Que o espírita cristão não considere o seu título de aprendiz de Jesus como um simples rótulo, ponderando a exortação evangélica – “muito se pedirá de quem muito recebeu”, preparando-se nos conhecimentos e nas obras do bem, dentro das experiências do mundo para a sua vida futura, quando a noite do túmulo houver descerrado aos seus olhos espirituais a visão da verdade, em marcha para as realizações da vida imortal.

**O Espírito desencarnado pode sofrer com a cremação dos elementos cadavéricos?** – Na cremação, faz-se mister exercer a piedade com os cadáveres, procrastinando por mais horas o ato de destruição das vísceras materiais, pois, de certo modo, existem sempre muitos ecos de sensibilidade entre o Espírito desencarnado e o corpo onde se extinguiu o “tônus vital”, nas primeiras horas seqüentes ao desenlace, em vista dos fluidos orgânicos que ainda solicitam a alma para as sensações da existência material.

**Quais as primeiras impressões dos que desencarnam por suicídio?** – A primeira decepção que os aguarda é a realidade da vida que não se extingue com as transições da morte do corpo físico, vida essa agravada por tormentos pavorosos, em virtude de sua decisão tocada de suprema rebeldia. Suicidas há que continuam experimentando os padecimentos físicos da última hora terrestre, em seu corpo somático, indefinidamente. Anos a fio, sentem as impressões terríveis do tóxico que lhes aniquilou as energias, a perfuração do cérebro pelo corpo estranho partido da arma usada no gesto supremo, o peso das rodas pesadas sob as quais se atiraram na ânsia de desertar da vida, a passagem das águas silenciosas e tristes sobre os seus despojos, onde procuraram o olvido criminoso de suas tarefas no mundo e, comumente, a pior emoção do suicida é a de acompanhar, minuto a minuto, o processo de decomposição do corpo abandonado no seio da terra, verminado e apodrecido. De todos os desvios da vida humana o

suicídio é, talvez, o maior deles pela sua característica de falso heroísmo, de negação absoluta da lei do amor e de suprema rebeldia à vontade de Deus, cuja justiça nunca se fez sentir, junto dos homens, sem a luz da misericórdia.

**Se uma criatura desencarna deixando inimigos na Terra, é possível que continue perseguindo o seu desafeto, dentro da situação de invisibilidade?** – Isso é possível e quase geral, no capítulo das relações terrestres, porque, se o amor é o laço que reúne as almas nas alegrias da liberdade, o ódio é a algema dos forçados, que os prende reciprocamente no cárcere da desventura. Se alguém partiu odiando, e se no mundo o desafeto faz questão de cultivar os germens da antipatia e das lembranças cruéis, é mais que natural que, no plano invisível, perseverem os elementos da aversão e da vindita implacáveis, em obediência às leis de reciprocidade, depreendendo-se daí a necessidade do perdão com o inteiro esquecimento do mal, a fim de que a fraternidade pura se manifeste através da oração e da vigilância, convertendo o ódio em amor e piedade, com os exemplos mais santos, no Evangelho de Jesus.

### **Fatalidade e morte**

**Artigo 112** – Fatal, no verdadeiro sentido da palavra, só o instante da morte. Chegando esse momento, de uma forma ou de outra, a ele ninguém pode furtar-se. Com muita frequência o homem tem o pressentimento do seu fim, como o pode ter de que ainda não morrerá. Esse pressentimento lhe é dado pelos seus Espíritos protetores, que desejam adverti-lo para que esteja pronto a partir ou reerguem a sua coragem nos momentos em que se faz necessário. Também lhe pode vir da intuição da existência por ele escolhida, ou da missão que aceitou e sabe que deve cumprir.

### **Ninguém é predestinado ao crime**

**Artigo 113** – O homem (Espírito) sabe que ao escolher uma vida de lutas terá a probabilidade de matar um de seus semelhantes, mas ignora se o fará ou não, porque estará quase sempre nele tomar a deliberação de cometer o crime. Ora, aquele que delibera sobre alguma coisa é sempre livre de a fazer ou não. Se o espírito soubesse com antecedência que, como homem, devia cometer um assassinio, estaria predestinado a isso. Não há ninguém predestinado ao crime e que todo crime, como todo e qualquer ato, é sempre o resultado da vontade e do livre-arbítrio. Se há fatalidade, às vezes, é apenas no tocante aos acontecimentos materiais, cuja causa está fora do homem e que são independentes de sua vontade. Quanto aos atos da vida moral, emanam sempre do próprio homem, que tem sempre, por conseguinte, a liberdade de escolha: para os seus atos não existe jamais a fatalidade.

**113.1 – “Fatalidade e Criminalidade” – Explicação de Richard Simonetti sobre a questão 861 de “O Livro dos Espíritos” ( “A Constituição Divina”, págs. 123-126):**

As grandes concentrações urbanas geram, nos países subdesenvolvidos, situações de penúria para significativa parcela da população. Sem moradia compatível com a dignidade humana, sem alimentos suficientes, sem instrução adequada, há os que enveredam pela criminalidade, transformando as cidades em sombrias selvas, cheias de perigos, onde ninguém desfruta de segurança. Semelhante comportamento seria uma fatalidade? Não estariam tais criaturas induzidas à delinqüência, até por uma questão de sobrevivência?

A resposta oferecida a Kardec é profundamente esclarecedora. Só há fatalidade com relação aos acontecimentos materiais – nunca nas opções morais. A miséria ‘pode’ ser uma fatalidade. Há Espíritos que renascem em lares paupérrimos para resgatar dívidas resultantes do abuso do poder ou da riqueza no passado. Mas, se para resolver seus problemas, dispõem-se a matar e roubar, estaremos diante de uma decisão pessoal, que nada tem a ver com seu destino. O crime é sempre uma perturbação da ordem universal. Não faz parte dos planos da Criação e os que com ele se envolvem mais cedo ou mais tarde responderão por seus atos, sujeitando-se a dolorosas experiências regeneradoras.

Há o pressionamento social, os exemplos negativos, as contingências da fome, da necessidade extremada, que podem induzir o indivíduo à violência. Semelhantes reações, entretanto, não são inevitáveis. Tratam-se de opções individuais, inspiradas em tendências cultivadas. Um tigre faminto matará o primeiro homem que lhe surja à frente; um cordeiro, em idêntica situação, morrerá de fome mas não agredirá ninguém. Nas favelas há muita gente sofrendo privações materiais. Alguns cometem crimes para superar suas dificuldades. A maioria, entretanto, luta desesperadamente pela sobrevivência, trabalhando de sol a sol em funções humildes e sacrificadas. São Espíritos que já superaram a disposição de resolver seus problemas como o fazem as feras.

A propósito do assunto vale lembrar a experiência de escravos africanos. Não há, talvez, situação mais constrangedora que a privação total da liberdade. O escravo não tem nenhum direito sobre si mesmo – é propriedade de alguém, que pode dispor de seu trabalho, de seu corpo, de sua própria vida. Se a delinqüência fosse mera consequência das pressões sociais, os filhos da África, criminosamente explorados no Brasil imperial, seriam consumados marginais. A realidade é bem diferente e muitos deles eram criaturas simples, humildes, sofredoras, dotadas de grande resignação. São famosas as histórias de negros africanos que, não obstante sua pouca cultura, enfrentaram toda sorte de sofrimentos e privações com imorredouros exemplos de estoicismo e coragem.

Na atualidade temos multidões de Espíritos agressivos e deseducados reencarnando para rudes experiências relacionadas com a pobreza. Diante das privações materiais eles agem segundo sua condição evolutiva, com feroz agressividade e total desrespeito pela vida humana. O contato com eles representa uma fatalidade na medida em que somos submetidos a situações que impusemos a alguém no passado. E nossas reações diante do mal que nos façam exprimirão nossa agressividade ou condescendência, se ainda existe o bruto dentro de nós, disposto a revidar até à morte, ou se já atingimos outras faixas evolutivas, predispondo-nos a perdoar.

Tão importante quanto isso, em favor de nosso amadurecimento espiritual, será irmos ao encontro dos miseráveis de toda sorte, situados nas favelas, nas prisões, nos manicômios, nos reformatórios, ajudando-os a solucionar seus problemas para que não se transformem em problemas para nós; ajudando-os a vencer a agressividade para que não sejamos vitimados por ela. Filhos da omissão, tais males fatalmente nos atingirão.

**VII – “RESUMO TEÓRICO DO MÓVEL DAS AÇÕES  
HUMANAS” (O Livro dos Espíritos – item 872 – Síntese de Allan Kar-  
dec):**

**Livre-arbítrio e Educação**

**Artigo 114** – A questão do livre-arbítrio pode resumir-se assim: O homem não é fatalmente conduzido ao mal; os atos que pratica não “estavam escritos”; os crimes que comete não são o resultado de um decreto do destino. Ele pode, como prova e expiação escolher uma existência em que se sentirá arrastado para o crime, seja pelo meio em que estiver situado, seja pelas circunstâncias supervenientes. Mas, será sempre livre de agir como quiser. Assim, o livre-arbítrio existe no estado de Espírito, com a escolha da existência das provas; e no estado corpóreo, com a faculdade de ceder ou resistir aos arrastamentos a que voluntariamente estamos submetidos. Cabe à educação combater as más tendências, e ela o fará de maneira eficiente quando se basear no estudo aprofundado da natureza moral do homem. Pelo conhecimento das leis que regem essa natureza moral chegar-se-á a modificá-la, como se modifica a inteligência pela instrução e o temperamento (condições físicas) pela higiene.

**Livre escolha das provas, antes da reencarnação**

**Artigo 115** – O Espírito desligado da matéria, no estado errante, faz a escolha de suas futuras existências corpóreas segundo o grau de perfeição que tenha atingido. É nisso, como já dissemos, que consiste sobretudo o seu livre-arbítrio. Essa liberdade não é anulada pela encarnação. Se ele cede à influência da matéria, é então que sucumbe nas provas por ele mesmo escolhidas. E é para o ajudar a superá-las que pode invocar a assistência de Deus e dos bons Espíritos.

**Prova imposta por Deus**

**Parágrafo único** – A união do Espírito com determinado corpo pode ser imposta por Deus, da mesma maneira que as diferentes provas, sobretudo quando o Espírito ainda não está apto a fazer uma escolha com conhecimento de causa. Como expiação, o Espírito pode ser constrangido a se unir ao corpo de uma criança que, por seu nascimento e pela posição que terá no mundo, poderá tornar-se para ele um meio de castigo. (item 337 de O Livro dos Espíritos).

### **Livre-arbítrio e influência do organismo**

**Artigo 116** – Sem o livre-arbítrio o homem não tem culpa, nem mérito no bem; e isso é de tal modo reconhecido que no mundo se proporciona sempre a censura ou o elogio à intenção, o que quer dizer à vontade; ora, quem diz vontade diz liberdade. O homem não poderá, portanto, procurar desculpas no seu organismo para as suas faltas sem com isso abdicar da razão e da própria condição humana, para se assemelhar aos animais. Se assim é para o mal, assim mesmo devia ser para o bem. Mas, quando o homem pratica o bem, tem grande cuidado em consignar o mérito a seu favor e não trata de o atribuir aos seus órgãos, o que prova que instintivamente ele não renuncia, malgrado a opinião de alguns sistemáticos, ao mais belo privilégio da sua espécie: a liberdade de pensar.

### **Fatalidade (Determinismo): negação da Lei do Progresso**

**Artigo 117** – A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os acontecimentos da vida, qualquer que seja a sua importância. Se assim fosse, o homem seria uma máquina destituída de vontade. Para que lhe serviria a inteligência, se ele fosse invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pelo poder do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, representaria a destruição de toda liberdade moral; não haveria mais responsabilidade para o homem, nem mal, nem crime, nem virtude. Deus, soberanamente justo, não poderia castigar as suas criaturas por faltas que não dependessem delas, nem recompensá-las por virtudes de que não teriam mérito. Semelhante lei seria ainda a negação da lei do progresso, porque o homem que tudo esperasse da sorte nada tentaria fazer para melhorar a sua posição, desde que não poderia torná-la melhor nem pior.

### **Fatalidade real: resultante da escolha da expiação, prova ou missão**

**Artigo 118** – A fatalidade não é, entretanto, uma palavra vã; ela existe no tocante à posição do homem na Terra e às funções que nela desempenha, como consequência do gênero de existência que seu Espírito escolheu, como *prova, expiação ou missão*. Sofre ele, de maneira fatal, todas as vicissitudes dessa existência e todas as *tendências* boas ou más que lhe são inerentes. Mas a isso se reduz a fatalidade, porque depende de sua *vontade* ceder ou não a essas tendências. *Os detalhes dos acontecimentos estão na dependência das circunstâncias que ele mesmo provoca, com os seus atos*, e sobre os quais podem influir os Espíritos, através dos pensamentos que lhe sugerem (ver item 459 de O Livro dos Espíritos).

A fatalidade está, portanto, nos acontecimentos que se apresentam ao homem como consequência da escolha de existência feita pelo Espírito; mas pode não estar no resultado desses acontecimentos, pois pode depender do homem a modificação do curso das coisas, pela sua prudência; *e jamais se encontra nos atos da vida moral.*

### **Fatalidade inexorável: a morte**

**Artigo 119** – É na morte que o homem é submetido, de uma maneira absoluta, à inexorável lei da fatalidade, porque ele não pode fugir ao decreto que fixa o termo de sua existência, nem ao gênero de morte que deve interromper-lhe o curso.

### **A Doutrina comum: o homem é sempre desculpável por seus erros**

**Artigo 120** – Segundo a doutrina comum, o homem tiraria de si mesmo todos os seus instintos; estes procederiam seja da sua organização física, pela qual ele não seria responsável, seja da sua própria natureza, na qual pode procurar uma escusa para si mesmo, dizendo que não é sua a culpa de ter sido criado daquela forma.

### **A Doutrina Espírita: o homem é absolutamente responsável por seus atos**

**Artigo 121** – A Doutrina Espírita é evidentemente mais moral; ela admite para o homem o livre-arbítrio em toda a sua plenitude; e ao lhe dizer que, se pratica o mal, cede a uma sugestão má que lhe vem de fora, deixa-lhe toda a responsabilidade, pois lhe reconhece o poder de resistir, coisa evidentemente mais fácil do que se tivesse de lutar contra a sua própria natureza. Assim, segundo a doutrina espírita, não existem arrastamentos irresistíveis: o homem pode sempre fechar os ouvidos à voz oculta que o solicita para o mal no seu foro íntimo, como os pode fechar à voz material de alguém que lhe fale; ele o pode pela sua vontade, pedindo a Deus a força necessária e reclamando para esse fim a assistência dos bons Espíritos. É isso que Jesus ensina na sublime forma da *Oração Dominical*, quando nos manda dizer: “Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal”.

### **O homem não é uma máquina: pode repelir impulsões estranhas**

**Parágrafo 1<sup>o</sup>** – Essa teoria da causa excitante dos nossos atos ressalta evidentemente de todos os ensinamentos dados pelos Espíritos. E não somente é sublime de moralidade, mas acrescentaremos que eleva o homem aos seus

próprios olhos, mostrando-o capaz de sacudir um jugo obsessivo, como é capaz de fechar sua porta aos importunos. Dessa maneira, não é mais uma máquina, agindo por impulsão estranha à sua vontade, mas um ser dotado de razão, que ouve, julga e escolhe livremente entre dois conselhos. Acrescentemos que, malgrado isso, o homem não fica privado de iniciativa, não age menos pelo seu próprio impulso, pois em definitivo ele não passa de um Espírito encarnado que conserva, sob o invólucro corpóreo, as qualidades e os defeitos que tinha como Espírito.

**Parágrafo 2º** - As faltas que cometemos têm, portanto, sua origem nas imperfeições do nosso próprio Espírito, que ainda não atingiu a superioridade moral a que se destina, mas nem por isso tem menos livre-arbítrio. A vida corpórea lhe é dada para purgar-se de suas imperfeições através das provas que nela sofre, e são precisamente essas imperfeições que o tornam mais fraco e mais acessível às sugestões de outros Espíritos imperfeitos, que se aproveitam do fato para fazê-lo sucumbir na luta que empreendeu. Se ele sai vitorioso dessa luta, se eleva; se fracassa, continua a ser o que era, nem pior, nem melhor; é a prova que terá de recomeçar e para o que ainda poderá demorar muito tempo, na condição em que se encontra. Quanto mais ele se depura, mais diminuem as suas fraquezas e menos acessível se torna aos que o solicitam para o mal. Sua força moral cresce na razão da sua elevação, e os maus Espíritos se distanciam dele.

**Terra: Planeta de expiações e provas (há mais espíritos maus do que bons)**

**Artigo 122** – Todos os Espíritos mais ou menos bons, quando encarnados, constituem a espécie humana. E como a nossa Terra é um dos mundos menos adiantados, nela se encontram mais Espíritos maus do que bons; eis por que nela vemos tanta perversidade. Façamos, pois, todos os esforços para não regressar a este mundo após esta passagem e para merecermos repousar num mundo melhor, num desses mundos privilegiados, onde o bem reina inteiramente e onde nos lembraremos de nossa permanência neste planeta como de um tempo de exílio.

## CAPÍTULO VIII

### LEI DE ADORAÇÃO

#### I – FINALIDADE DA ADORAÇÃO (O Livro dos Espíritos, itens 649 a 652)

**Artigo 123** – A adoração é a elevação do pensamento a Deus. Pela adoração o homem aproxima de Deus a sua alma. É um sentimento inato, como o da Divindade. A consciência de sua fraqueza leva o homem a se curvar diante d’Aquele que o pode proteger. Jamais houve povos ateus. Todos compreendem que há, acima deles, um Ser Supremo.

#### **123.1 – Como Adorar a Deus? – Explicação de Rodolfo Calligaris no livro já referido, págs. 46-49:**

Em todas as épocas, todos os povos praticaram, a seu modo, atos de adoração a um Ente Supremo, o que demonstra ser a idéia de Deus inata e universal. Com efeito, jamais houve quem não reconhecesse intimamente sua fraqueza, e a conseqüente necessidade de recorrer a Alguém, todo-poderoso, buscando-Lhe o arrimo, o conforto e a proteção, nos transes mais difíceis desta tão atribulada existência terrena. Tempos houve em que cada família, cada tribo, cada cidade e cada raça tinha os seus deuses particulares, em cujo louvor o fogo divino ardia constantemente na lareira ou nos altares dos templos que lhes eram dedicados. Retribuindo essas homenagens (assim se acreditava), os deuses tudo faziam pelos seus adoradores, chegando até a se postar à frente dos exércitos das comunas ou das nações a que pertenciam, ajudando-as em guerras defensivas ou de conquista. Em sua imensa ignorância, os homens sempre imaginaram que, tal qual os chefes tribais ou os reis imperadores que os dominavam aqui na Terra, também os deuses fôsem sensíveis à manifestações do culto exterior, e daí a pomposidade das cerimônias e dos ritos com que os sagravam. Imaginavam-nos, por outro lado, ciosos de sua autenticidade ou de sua hegemonia e, vez por outra, adeptos de uma divindade entravam em conflito com os de outra, submetendo-a a provas, sendo então considerada vencedora aquela que conseguisse operar feito mais surpreendente. Sirva-nos de exemplo o episódio constante do III Livro dos Reis, cap. 18, v. 22 a 40. Ali se descreve o desafio proposto por Elias aos adoradores de Baal, para saber-se qual o deus verdadeiro. Colocadas as carnes de um boi sobre o altar dos holocaustos, disse Elias a seus antagonistas: “Invocai vós, primeiro, os nomes dos vossos deuses, e eu invocarei, depois, o nome do meu Senhor; e o deus que ouvir, mandando fogo, esse seja o Deus.” Diz o relato bíblico que por mais que os baalitas invocassem o seu deus, em altos brados e retalhando-se com canivetes e lancetas, segundo o seu costume, nada conseguiram. Chegada a vez do deus de Israel, este fêz cair do céu um fogo terrível, que devorou não apenas a vítima e a lenha, mas até as próprias pedras do altar. Diante disso, auxiliado pelo povo, Elias agarrou os seguidores de Baal e, arrastando-os para a beira de um rio, ali os decapitou.

**O Cristianismo e a Doutrina Espírita** – O monoteísmo, depois de muito tempo, impôs-se, afinal, ao politeísmo, e seria de crer-se que, com esse progresso, compreendendo que o Deus adorado por todas as religiões é um só, os homens passassem, pelo menos, a respeitar-se



mütuamente, visto as diferenças, agora, serem apenas quanto à forma de cultuar esse mesmo Deus. Não foi tal, porém, o que sucedeu. E os próprios “cristãos”, séculos pós séculos, contrastando frontalmente com os piedosos ensinamentos do Cristo, empolgados pelo fanatismo da pior espécie, não hesitaram em trucidar, a ferro e fogo, milhares e milhares de “hereges” e “infieis”, “para maior honra e glória de Deus!” – como se Aquele que é o Senhor da Vida pudesse sentir-se honrado e glorificado com tão nefandos assassínios... Atualmente, bastante enfraquecido, o sectarismo religioso começa a derruir, o que constitui prenúncio seguro de melhores dias, daqui para o futuro. Acreditamos, mesmo, que, graças à rápida aceitação que a Doutrina Espírita vem alcançando por toda a parte, muito breve haveremos de compreender que todos, sem exceção, somos de origem divina e integrantes de uma só e grande família. ‘E posto que Deus é Amor, não há como adorá-Lo senão “amando-nos uns aos outros”, pois, como sábia-mente nos ensina João, o apóstolo ( I ep., 4:20), “se o homem não ama a seu irmão, que lhe está próximo, como pode amar a Deus, a quem não vê?’’.

### Lei Natural

**Artigo 124** – A adoração faz parte da lei natural, porque é o resultado de um sentimento inato no homem; por isso a encontramos entre todos os povos, embora sob formas diferentes.

**124.1 – Oração – Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Pensamento e Vida”, Edit. FEB, RJ., 7ª. edição, 1983, psicografado por Francisco Cândido Xavier, págs. 119-122:**

A oração é divino movimento do espelho de nossa alma no rumo da Esfera Superior, para refletir-lhe a grandeza. Reportamo-nos aqui ao apelo vivo do espírito às Potências Celestes, quer vestido na fórmula verbal, quer absolutamente sem ela, na silenciosa mensagem da vibração. Imaginemos a face de um espelho voltada para o Sol, desviando-lhe o fulgor na direção do abismo. Esta, na essência, é a função da prece, buscando o Amor Divino para concentrar-lhe a claridade sobre os vales da ignorância e do sofrimento, da miséria e do ódio, que ainda se estendem no mundo. Graduada, desde o mais simples desejo, a exteriorizar-se dos mais ínfimos seres, até à exaltação divina dos anjos, nada se faz na Terra sem o impulso da aspiração que orienta o passo de todas as criaturas...

No corpo ciclópico do Planeta, a oração é o movimento que o mantém na tela cósmica; no oceano, é o fenômeno da maré, pelo qual as águas aspiram ao grande equilíbrio. Na planta, é a chamada fototaxia ou anseio com que o vegetal se levanta para a luz, incorporando-lhe os princípios; no animal, é o instinto de curiosidade e indagação que lhe alicerçam as primeiras conquistas da inteligência, tanto quanto, no homem comum, é a concentração natural, antes de qualquer edificação no caminho humano. O professor planeando o ensinamento e o médico a ensimesmar-se no estudo para sanar determinada moléstia, o administrador programando a execução desse ou daquele serviço, e o engenheiro engolfado na confecção de uma planta para certa obra, estão usando os processos da oração, refletindo na própria mente os propósitos da educação e da ciência de curar, da legislação e do progresso, que fluem do plano invisível, à feição de imagens abstratas, antes de se revelarem substancialmente ao mundo. Orar é identificar-se com a maior fonte de poder de todo o Universo, absorvendo-lhe as reservas e retratando as leis da renovação permanente que governam os fundamentos da vida. A prece impulsiona as recônditas energias do coração, libertando-as com as imagens de nosso desejo,

por intermédio da força viva e plasticizante do pensamento, imagens essas que, ascendendo às Esferas Superiores, tocam as inteligências visíveis ou invisíveis que nos rodeiam, pelas quais comumente recebemos as respostas do Plano Divino, porquanto o Pai Todo-Poderoso se manifesta igualmente pelos filhos que se fazem bons.

A vontade que ora tange o coração que sente, produzindo reflexos iluminativos através dos quais o espírito recolhe em silêncio, sob a forma de inspiração e socorro íntimo, o influxo dos Mensageiros Divinos que lhe presidem o território evolutivo, a lhe renovarem a emoção e a idéia, com que se lhe aperfeiçoa a existência. Dispomos na oração do mais alto sistema de intercâmbio entre a Terra e o Céu. Pelo divino circuito da prece, a criatura pede o amparo do Criador e o Criador responde à criatura pelo princípio inelutável da reflexão espiritual, estendendo-lhe os Braços Eternos, a fim de que ela se erga dos vales da vida fragmentária para os cimos da Vida Vitoriosa.

### **124.2 – “Os Tempos do Consolador” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Emmanuel”, já citado, págs. 142-144:**

A permissão de Deus para que nos manifestássemos ostensivamente, entre os agrupamentos dos nossos irmãos encarnados, chegou, justamente, a seu tempo, quando o espírito humano despido das vestes da puberdade, com o juízo amadurecido para assimilar algo da Verdade, tateava entre vacilações e incertezas, estabelecidas pela investigação da Ciência, sem conseguir adaptar-se ao demasiado simbolismo das idéias religiosas, latentes na alma humana, desde os tempos primevos dos trogloditas. Justamente na época requerida, consoante as profecias do Divino Mestre, derramou-se da sua luz sobre toda a carne, e os emissários do Alto, segundo as suas possibilidades e os méritos individuais, têm auxiliado a ascensão dos conhecimentos humanos para os planos elevados da espiritualidade.

**A Concepção da Divindade** – Desde as eras primárias da Civilização, a idéia de um poder superior, interferindo nas questões mundanas, vem guiando o homem através dos seus caminhos e a Religião sempre constituiu o maior fator da moral social, se bem que apresentasse a Divindade à semelhança do homem, em seus ensinamentos exotéricos. O Cristianismo, inaugurando um novo ciclo de progresso espiritual, renovou as concepções de Deus no seio das idéias religiosas; todavia, após a sua propagação, várias foram as interpretações escriturísticas, dando azo a que as facções sectaristas tentassem, isoladamente, ser as suas únicas representantes; a Igreja Católica e as numerosas seitas protestantes, nascidas do ambiente por ela formado, têm levado longe a luta religiosa, esquecidas de que a Providência Divina é Amor. Estabeleceram com a sua acanhada hermenêutica os dogmas de fé, nutrindo-se das fortunas iníquas a que se referem os Evangelhos, prejudicando os necessitados e os infelizes.

**A Fé Ante A Ciência** – Mas, como o progresso não conhece obstáculos, os artigos de fé equivaleram a ‘estagnações isoladas’. Se conseguiram satisfazer à Humanidade em um período mais ou menos remoto da sua evolução, caducaram desde que o laboratório obscureceu a sacristia. A Ciência desvendou ao espírito humano as perspectivas inconcebíveis do Infinito; o telescópio descortinou a grandeza do Universo e os novos conhecimentos cosmogônicos demandaram outra concepção do Criador. Desvendando, paulatinamente, as sublimes grandiosidades da natureza invisível, a Ciência embriagou-se com a beleza de tão lindos mistérios e estabeleceu o caminho positivo para encontrar Deus, como descobrira o mundo microbiano, ao preço de acuradas perquirições. É que a Divindade das religiões vigentes era defeituosa e deformada pelos atributos exclusivamente humanos; as Igrejas estavam acorrentadas ao dogma-

tismo e escravizadas aos interesses do mundo. A confusão estabeleceu-se. Foi quando o Espiritismo fez sentir mais claramente a grandeza do seu ensinamento, dirigindo-se não só ao coração, mas igualmente ao raciocínio. O céu descerrou um fragmento do seu mistério e a voz dos Espaços se fez ouvir.

**Os Esclarecimentos do Espiritismo** – Foi assim que a religião da verdade surgiu na Terra, no momento oportuno. As igrejas estagnadas encontravam-se no obsoletismo, incapazes de sancionar as idéias novas, vivendo quase que exclusivamente das suas características de materialidade e do seu simbolismo, terminado o tempo de sua necessária influência no mundo. As conquistas científicas não se observa somente na face da Terra opaca e cheia de dores. Há céus inumeráveis e inumeráveis mundos onde a vida palpita numa eterna mocidade; todos eles se encadeiam, se abraçam dentro do magnetismo universal, vivificados pela luz, imagem real da Alma Divina, presente em toda parte. A carne é uma vestimenta temporária, organizada segundo a vibração espiritual, e essa mesma vibração esclarece todos os enigmas da matéria.

**Nós Vivemos Eternamente** – A Doutrina dos Espíritos, pois, veio desvendar ao homem o panorama da sua evolução e esclarecê-lo no problema das suas responsabilidades, porque a vida não é privilégio da Terra obscura, mas a manifestação do Criador em todos os recantos do Universo. Nós viveremos eternamente, através do Infinito, e o conhecimento da imortalidade expõe os nossos deveres de solidariedade para com todos os seres, em nosso caminho; por esta razão, a Doutrina Espiritista é uma síntese gloriosa de fraternidade e de amor. O seu grande objeto é esclarecer a inteligência humana. Oxalá possam os homens compreender a excelitude do ensinamento dos Espíritos e aproveitar o fruto bendito das suas experiências; com o entendimento esclarecido, interpretarão com fidelidade o “Amai-vos uns aos outros”, em sua profunda significação. Os instrutores dos planos espirituais, em que nos achamos, regozijam-se com todos os triunfos da vossa ciência, porque toda conquista importa em grande e abençoado esforço e, pelo trabalho perseverante, o homem conhecerá todas as leis que lhe presidem ao destino.

### **124.3 – “Aliança da Ciência com a Religião” – Explicação de Allan Kardec em “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, cap.I, item 8:**

A Ciência e a Religião são as duas alavancas da inteligência humana. Uma revela as leis do mundo material, e a outra as leis do mundo moral. Mas ‘aquelas e estas leis, tendo o mesmo princípio, que é Deus’, não podem contradizer-se. Se umas forem a negação das outras, umas estarão necessariamente erradas e as outras certas, porque Deus não pode querer destruir a sua própria obra. A incompatibilidade, que se acredita existir entre essas duas ordens de idéias, provém de uma falha de observação e do excesso de exclusivismo de uma e de outra parte. Disso resulta um conflito, que originou a incredulidade e a intolerância.

São chegados os tempos em que os ensinamentos do Cristo devem receber o seu complemento; em que o véu lançado intencionalmente sobre algumas partes dos ensinamentos deve ser levantado; em que a Ciência, deixando de ser exclusivamente materialista, deve levar em conta o elemento espiritual; e em que a Religião, deixando de desconhecer as leis orgânicas e imutáveis da matéria, essas duas forças, apoiando-se mutuamente e marchando juntas, sirvam uma de apoio para a outra. Então a Religião, não mais desmentida pela Ciência, adquirirá uma potência indestrutível, porque estará de acordo com a razão e não se lhe poderá opor a lógica irresistível dos fatos.

A Ciência e a Religião não puderam entender-se até agora, porque, encarando cada uma as coisas do seu ponto de vista exclusivo, repeliam-se mutuamente. Era necessária alguma coisa para preencher o espaço que as separava, um traço de união que as ligasse. Esse traço está no conhecimento das leis que regem o mundo espiritual e suas relações com o mundo corporal, leis tão imutáveis como as que regulam o movimento dos astros e a existência dos seres. Uma vez comprovadas, pela experiência, essas relações, uma nova luz se fez: a fé se dirigiu à razão, esta nada encontrou de ilógico na fé, e o materialismo foi vencido.

Mas nisto, como em tudo, há os que ficam retardados, até que sejam arrastados pelo movimento geral, que os esmagará, se quiserem resistir em vez de se entregarem. É toda uma revolução moral que se realiza neste momento, sob a ação dos Espíritos. Depois de elaborada, durante mais de dezoito séculos, ela chega ao momento de eclosão, e marcará uma nova era da Humanidade. São fáceis de prever as suas conseqüências: ela deve produzir inevitáveis modificações nas relações sociais, contra o que ninguém poderá opor-se, porque elas estão nos desígnios de Deus e são o resultado da lei do progresso, que é uma lei de Deus.

## **II – ADORAÇÃO EXTERIOR (itens 653 a 656)**

### **Adoração exterior e conduta**

**Artigo 125** – A verdadeira adoração é a do coração. Em todas as vossas ações, pensai sempre que o Senhor vos observa. A adoração exterior é útil, se não for um fingimento. É sempre útil dar um bom exemplo; mas os que a fazem só por afetação e amor próprio, e cuja conduta desmente a sua aparente piedade, dão um exemplo antes mau do que bom, e fazem maior mal do que supõem.

### **Maneiras de adorar a Deus**

**Artigo 126** – Deus prefere os que o adoram do fundo do coração, com sinceridade, fazendo o bem e evitando o mal, aos que pensam honrá-lo por meio de cerimônias que não os tornam melhores para os seus semelhantes. Todos os homens são irmãos e filhos do mesmo Deus, que chama para Ele todos os que seguem as suas leis, qualquer que seja a forma pela qual se exprimam. Aquele que só tem a aparência da piedade é um hipócrita; aquele para quem a adoração é apenas um fingimento e está em contradição com a própria conduta, dá um mau exemplo.

### **Religião nos lábios e não no coração**

**Parágrafo único** – Aquele que faz profissão da adoração ao Cristo e que é orgulhoso, invejoso e ciumento, que é duro e implacável com os outros ou ambiciosos dos bens mundanos, só têm a religião nos lábios e não no coração. Deus, que tudo vê, dirá: aquele que conhece a verdade é cem vezes mais

culpável do mal que faz do que o selvagem ignorante e será tratado de maneira conseqüente no dia do juízo. Os cânticos não chegam a Deus senão pela porta do coração.

**126.1 – “Eficácia da Prece” - Explanação de Allan Kardec no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Ed. FEESP, Tradução de José Herculano Pires, Cap. XXVII, itens 5 a 8:**

**“Por isso vos digo: todas as coisas que vós pedirdes, orando, crede que as haveis de ter, e que assim vos sucederão. Marcos, XI: 24”.**

Há pessoas que contestam a eficácia da prece, entendendo que, por conhecer Deus as nossas necessidades, é desnecessário expô-las a Ele. Acrescentam ainda que, tudo se encadeando no Universo através de leis eternas, nossos votos não podem modificar os desígnios de Deus. Há leis naturais e imutáveis, sem dúvida, que Deus não pode anular segundo os caprichos de cada um. Mas daí a acreditar que todas as circunstâncias da vida estejam submetidas à fatalidade, a distância é grande. Se assim fosse, o homem seria apenas um instrumento passivo, sem livre-arbítrio e sem iniciativa. Nessa hipótese, só lhe caberia curvar a fronte ante os golpes do destino, sem procurar evitá-los; não deveria esquivar-se dos perigos. Deus não lhe deu o entendimento e a inteligência para que não os utilizasse, a vontade para não querer, a atividade para cair na inação. O homem sendo livre de agir, num ou noutro sentido, seus atos têm, para ele mesmo e para os outros, conseqüências subordinadas às suas decisões. Em virtude da sua iniciativa, há, portanto, acontecimentos que escapam, forçosamente, à fatalidade, e que nem por isso destroem a harmonia das leis universais, da mesma maneira que o avanço ou o atraso dos ponteiros de um relógio não destrói a lei do movimento, que regula o mecanismo do aparelho. Deus pode, pois, atender a certos pedidos sem derrogar a imutabilidade das leis que regem o conjunto, dependendo sempre o atendimento da Sua vontade.

Seria ilógico concluir-se, desta máxima: “Aquilo que pedirdes pela prece vos será dado”, que basta pedir para obter, e injusto acusar a Providência se ela não atender a todos os pedidos que lhe fazem, porque ela sabe melhor do que nós o que nos convém. Assim procede o pai prudente, que recusa ao filho o que lhe seria prejudicial. O homem, geralmente, só vê o presente; mas, se o sofrimento é útil para a sua felicidade futura, Deus o deixará sofrer, como o cirurgião deixa o doente sofrer a operação que deve curá-lo. O que Deus lhe concederá, se pedir com confiança é a coragem, a paciência e a resignação. E o que ainda lhe concederá são os meios de se livrar das dificuldades, com a ajuda das idéias que lhe serão sugeridas pelos Bons Espíritos, de maneira que lhe restará o mérito da ação. Deus assiste os que se ajudam a si mesmos, segundo a máxima: “Ajuda-te e o céu te ajudará”, e não os que tudo esperam do socorro alheio, sem usarem as próprias faculdades. Mas, na maioria das vezes, preferimos ser socorridos por um milagre, sem nada fazermos.

Tomemos um exemplo. Um homem está perdido num deserto; sofre horrivelmente de sede; sente-se desfalecer e deixa-se cair ao chão. Ora, pedindo a ajuda de Deus, espera; mas nenhum anjo vem lhe dar de beber. No entanto, um Bom Espírito lhe ‘sugere’ o pensamento de levantar-se e seguir determinada direção. Então, por um impulso instintivo, reúne suas forças, levanta-se e avança ao acaso. Chegando a uma elevação do terreno, descobre ao longe um regato, e, com isso, a coragem. Se tiver fé, exclamará: “Graças, meu Deus, pelo pensamento que me inspiraste e pela força que me deste.” Se não tiver fé, dirá: “Que boa idéia ‘tive eu’! Que

‘sorte eu tive’, de tomar o caminho da direita e não o da esquerda; o acaso, algumas vezes, nos ajuda de fato! Quanto me felicito pela ‘minha coragem’ e por não me haver deixado abater!”

Mas, perguntarão, por que o bom Espírito não lhe disse claramente: “Siga este caminho, e no fim encontrarás o que necessitas!” Por que não se mostrou a ele, para guiá-lo e sustentá-lo no seu abatimento? Dessa maneira o teria convencido da intervenção da Providência. Primeiramente, para lhe ensinar que é necessário ajudar-se a si mesmo e usar as próprias forças. Depois, porque, pela incerteza, Deus põe à prova a confiança e a submissão à sua vontade. Esse homem estava na situação da criança que, ao cair, vendo alguém, põe-se a gritar e espera que a levantem; mas, se não vê ninguém, esforça-se e levanta-se sozinha. Se o anjo que acompanhou a Tobias lhe houvesse dito: “Fui enviado por Deus para te guiar na viagem e te preservar de todo perigo”, Tobias não teria nenhum mérito. Foi por isso que o anjo só se deu a conhecer na volta.

### **III – VIDA CONTEMPLATIVA (Item 657)**

#### **Vida contemplativa e prática do bem**

**Artigo 127** – Os homens que se entregam à vida contemplativa, não fazendo nenhum mal e só pensando em Deus, não têm nenhum mérito aos seus olhos, pois se não fazem o mal, também não fazem o bem e são inúteis. Aliás, não fazer o bem já é um mal. Deus quer que se pense nele, mas não que se pense apenas nele, pois deu ao homem deveres a serem cumpridos na Terra. Aquele que se consome na meditação e na contemplação nada faz de meritório aos olhos de Deus, porque sua vida é toda pessoal e inútil para a Humanidade. Deus lhe pedirá contas do bem que não tenha feito: não é suficiente não se fazer o mal para ser agradável a Deus, é preciso fazer o bem no limite das próprias forças, pois cada um responderá por todo o mal que tiver ocorrido por causa do bem que deixou de fazer.

### **IV – DA PRECE (Itens 658 a 666)**

#### **A prece é agradável a Deus**

**Artigo 128** – A prece é sempre agradável a Deus, quando ditada pelo coração, porque a intenção é tudo para Ele. A prece do coração é preferível à que podes ler, por mais bela que seja, se a leres mais com os lábios do que com o pensamento. A prece é agradável a Deus quando é proferida com fé, com fervor e sinceridade. Não creias, pois, que Deus seja tocado pelo homem vão, orgulhoso e egoísta, a menos que a sua prece represente um ato de sincero arrependimento e de verdadeira humildade.

### **Caráter geral da prece**

**Artigo 129** – A prece é um ato de adoração. Fazer preces a Deus é pensar nele, aproximar-se dele, pôr-se em comunicação com Ele. Pela prece podemos fazer três coisas: louvar, pedir e agradecer.

### **A prece torna o homem melhor**

**Artigo 130** – A prece torna o homem melhor porque aquele que faz preces com fervor e confiança se torna mais forte contra as tentações do mal, e Deus lhe envia bons Espíritos para o assistir. É um socorro jamais recusado, quando o pedimos com sinceridade.

### **A prece que não torna o homem melhor**

**Parágrafo único** – Certas pessoas que oram muito, apesar disso, continuam de muito mau caráter, ciumentas, invejosas, implicantes, carentes de benevolência e de indulgência e, até mesmo, viciosas, porque o essencial não é orar muito, mas orar bem. Essas pessoas julgam que todo o mérito está na extensão da prece e fecham os olhos para os seus próprios defeitos. A prece é para elas uma ocupação, um emprego do tempo, mas não um *estudo de si mesmas*. Não é o remédio que é ineficaz, neste caso, mas a maneira de aplicá-lo.

### **A prece, o perdão das faltas e as boas ações**

**Artigo 131** – Pode-se pedir eficazmente a Deus o perdão das faltas. Ele sabe discernir o bem e o mal: a prece não oculta as faltas. Aquele que pede a Deus o perdão das faltas não o obtém se não mudar de conduta. As boas ações são a melhor prece, porque os atos valem mais do que as palavras.

### **Pode-se orar utilmente pelos outros**

**Artigo 132** – O Espírito daquele que ora está agindo pela vontade de fazer o bem. Pela prece, atrai a ele os bons Espíritos que se associam ao bem que deseja fazer.

### **132. 1 – “O poder do pensamento e da vontade” – Comentário de Kardec no item 662 de O Livro dos Espíritos.**

Possuímos em nós mesmos, pelo pensamento e pela vontade, um poder de ação que se estende muito além dos limites de nossa esfera corpórea. A prece por outros é um ato dessa vontade. Se for ardente e sincera, pode chamar os bons Espíritos em auxílio daquele por quem

pedimos, a fim de lhe sugerirem bons pensamentos e lhe darem a força necessária para o corpo e a alma. Mas, ainda nesse caso, a prece do coração é tudo e a dos lábios não é nada.

### **132.2 – Espiritismo – “Fé” – Respostas do Espírito Emmanuel constantes do já mencionado livro “O Consolador”, págs. 199-203:**

**Devemos reconhecer no Espiritismo o Cristianismo redivivo?** – O Espiritismo evangélico é o Consolador prometido por Jesus, que, pela voz dos seres redimidos, espalham as luzes divinas por toda a Terra, restabelecendo a verdade e levantando o véu que cobre os ensinamentos na sua feição de Cristianismo redivivo, a fim de que os homens despertem para a era grandiosa da compreensão espiritual com o Cristo.

**O Espiritismo veio ao mundo para substituir as outras crenças?** – O Consolador, como Jesus, terá de afirmar igualmente: - “Eu não vim destruir a Lei.” O Espiritismo não pode guardar a pretensão de exterminar as outras crenças, parcelas da verdade que a sua doutrina representa, mas, sim, trabalhar por transformá-las, elevando-lhes as concepções antigas para o clarão da verdade imortalista. A missão do Consolador tem que se verificar junto das almas e não ao lado das glórias efêmeras dos triunfos materiais. Esclarecendo o erro religioso, onde quer que se encontre, e revelando a verdadeira luz, pelos atos e pelos ensinamentos, o espiritista sincero, enriquecendo os valores da fé, representa o operário da regeneração do Templo do Senhor, onde os homens se agrupam em vários departamentos, ante altares diversos, mas onde existe um só Mestre, que é Jesus-Cristo.

**Poder-se-á definir o que é ter fé?** – Ter fé é guardar no coração a luminosa certeza em Deus, certeza que ultrapassou o âmbito da crença religiosa, fazendo o coração repousar numa energia constante de realização divina da personalidade. Conseguir a fé é alcançar a possibilidade de não mais dizer: “eu creio”, mas afirmar: “eu sei”, com todos os valores da razão tocados pela luz do sentimento. Essa fé não pode estagnar em nenhuma circunstância da vida e sabe trabalhar sempre, intensificando a amplitude de sua iluminação, pela dor ou pela responsabilidade, pelo esforço e pelo dever cumprido. Traduzindo a certeza na existência de Deus, ela exprime a confiança que sabe enfrentar todas as lutas e problemas, com a luz divina no coração, e significa a humildade redentora que edifica no íntimo do espírito a disposição sincera do discípulo, relativamente ao “faça-se no escravo a vontade do Senhor”.

**Será fé acreditar sem raciocínio?** – Acreditar é uma expressão de crença, dentro da qual os legítimos valores da fé se encontram embrionários. O ato de crer em alguma coisa demanda a necessidade do sentimento e do raciocínio, para que a alma edifique a fé em si mesma. Admitir as afirmativas mais estranhas, sem um exame minucioso, é caminhar para o desfiladeiro do absurdo, onde os fantasmas dogmáticos conduzem as criaturas a todos os despautérios. Mas também interferir nos problemas essenciais da vida, sem que a razão esteja iluminada pelo sentimento, é buscar o mesmo declive onde os fantasmas impiedosos da negação conduzem as almas a muitos crimes.

**A dúvida raciocinada, no coração sincero, é uma base para a fé?** – Toda dúvida que se manifesta na alma cheia de boa-vontade, que não se precipita em definições apriorísticas dentro de sua sinceridade, ou que não busca a malícia para contribuir em suas cogitações, é um elemento benéfico para a alma, na marcha da inteligência e do coração rumo à luz sublimada da fé.



**É justa a preocupação dominante em muitos estudiosos do Espiritismo, pelas revelações do plano superior, a título de enriquecimento da fé?** – Toda curiosidade sadia é natural. O homem, no entanto, deve compreender que a solução desses problemas lhe chegará naturalmente, depois de resolvida a sua situação de devedor ante os seus semelhantes, fazendo-se, então, credor das revelações divinas.

**Para os Espíritos desencarnados, que já adquiriram muitos valores em matéria de fé, qual o melhor bem da vida humana?** – A vida humana, nas suas características de trabalho pela redenção espiritual, apresenta muitos bens preciosos aos nossos olhos, na seqüência das lutas, esforços e sacrifícios de cada espírito. Para nós outros, porém, o tesouro maior da existência terrestre reside na consciência reta e pura, iluminada pela fé e edificada no cumprimento de todos os deveres mais elevados.

**Nas cogitações da fé, o Espírito encarnado deve restringir suas divagações ao limite necessário às suas experiências na Terra?** – Pelo menos, é justo que somente cogite das expressões transcendentais ao seu meio, depois de realizar todo o esforço de iluminação que o mundo lhe pode proporcionar nos seus processos de depuração e aperfeiçoamento.

**Qual deve ser a ação do espiritista em face dos dogmas religiosos?** – Os novos discípulos do Evangelho devem compreender que os dogmas passaram. E as religiões literalistas, que os construíram, sempre o fizeram simplesmente em obediência a disposições políticas, no governo das massas. Dentro das novas expressões evolutivas, porém, os espiritistas devem evitar as expressões dogmáticas, compreendendo que a Doutrina é progressiva, esquivando-se a qualquer pretensão de infalibilidade, em face da grandeza inultrapassável do Evangelho.

**Na propaganda da fé, é justo que os espíritos ou os médiuns estejam preocupados em converter aos princípios da Doutrina os homens de posição destacada no mundo, como os juizes, os professores, os literatos, os políticos, etc.?** – Os espiritistas cristãos devem pensar muito na iluminação de si mesmos, antes de qualquer prurido, no intuito de converter os outros. E, ao tratar-se dos homens destacados no convencionalismo terrestre, esse cuidado deve ser ainda maior, porquanto há no mundo um conceito soberano de “força” para todas as criaturas que se encontram nos embates espirituais para a obtenção dos títulos de progresso. Essa “força” viverá entre os homens até que as almas humanas se compenetrem da necessidade do reino de Jesus em seu coração, trabalhando por sua realização plena. Os homens do poder temporal, com exceções, muitas vezes aceitam somente os postulados que a “força” lhes proporciona, faz-se mister deixá-los em liberdade nas suas experiências. Dia virá em que brilharão na Terra os eternos direitos da verdade e do bem, anulando essa “força” transitória. Ainda aqui, tendes o exemplo do Divino Mestre que, trazendo ao orbe a maior mensagem de amor e vida para todos os tempos, não teve a preocupação de converter ao Evangelho os Pilatos e os Ântipas do seu tempo. Além do mais, o Espiritismo, na sua feição de Cristianismo redivivo, não deve nutrir a pretensão de disputar um lugar no banquete dos Estados do mundo, quando sabe muito bem que a sua missão divina há de cumprir-se junto das almas, nos legítimos fundamentos do Reino de Jesus.

**132.3 – “A Luz da Razão e o Poder da Fé” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Homem Novo”, Edições Correio Fraterno, SP, 4ª. edição, 1995, págs. 20/21:**

O conceito religioso da Fé como graça especial, concedida por Deus aos crentes de uma determinada religião, pertence ao passado. Esse conceito equivale a uma interpretação profundamente injusta da Justiça Divina. A Fé é um dom, sem dúvida, mas a doação de Deus é sempre universal, nunca se processa na medida estreita dos homens. Deus é o Criador e nós somos as suas criaturas. Isso quer dizer que Deus é Pai e nós somos os Seus filhos. Como poderia o Pai Supremo, que é fonte de todo o amor, de toda a misericórdia, conceder apenas a alguns dos Seus filhos o dom fundamental da Fé, sem o qual o homem não poderia se elevar a Ele? O novo conceito da Fé, estabelecido pelo Espiritismo, coloca o problema em termos claros e precisos. A Fé, como dom natural, está presente no coração de todas as criaturas humanas. À semelhança do amor, que todos trazemos em gérmen dentro de nós, a Fé precisa germinar em nosso coração e ser cultivada por nós à luz da Razão. Assim, a Fé nos é dada como semente, mas temos de cultivá-la e desenvolvê-la. Nesse sentido, a Fé se torna uma conquista que temos de fazer na vida. Todas as nossas faculdades não devem também ser cultivadas? A Fé é uma faculdade da alma, do espírito, e cabe-nos desenvolvê-la em nós mesmos.

**Fé e Razão se ligam como o Sol e a Terra.** – A Razão é o sol espiritual que alumia o nosso entendimento, afugentando as trevas e o frio da ignorância e da superstição, para nos dar a luz da compreensão e o calor da vida. Um homem sem fé está morto em si mesmo, é o seu próprio sepulcro. Mas basta-lhe acender a luz da razão para libertar-se da morte e do túmulo, para ressuscitar como Lázaro ante a voz do Messias. O materialista, o ateu, o homem sem fé, na verdade confia em si mesmo, tem fé nas próprias forças. É como o peixe das profundezas, que sabe dominar a água mas ainda não conhece a luz do sol. A fé humana que o sustenta nas lutas diárias da vida vai se abrir na fé divina que lhe mostrará o esplendor das estrelas. A luz da Razão, à semelhança da luz solar, fará germinar e crescer o poder da fé em seu coração. Ninguém se perde, ninguém está condenado para sempre. A Justiça de Deus se cumpre no íntimo de nós mesmos, porque Deus está em nós, presente em nós na misericórdia das suas leis.

#### **132.4 – “A Fé Religiosa. Condição da Fé Inabalável” – Explicação de Allan Kardec em “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap. XIX, itens 6 e 7:**

**No seu aspecto religioso,** a fé é a crença nos dogmas particulares que constituem as diferentes religiões, e todas elas têm os seus artigos de fé. Nesse sentido, a fé pode ser ‘raciocinada’ ou ‘cega’. A fé cega nada examina, aceitando sem controle o falso e o verdadeiro, e a cada passo se choca com a evidência da razão. Levada ao excesso, produz o ‘fanatismo’. Quando a fé se firma no erro, cedo ou tarde desmorona. Aquela que tem a verdade por base é a única que tem o futuro assegurado, porque nada deve temer do progresso do conhecimento, já que ‘o verdadeiro na obscuridade também o é à plena luz’. Cada religião pretende estar na posse exclusiva da verdade, mas ‘preconizar a fé cega sobre uma questão de crença é confessar a impotência para demonstrar que se está com a razão’.

**Vulgarmente se diz que a ‘fé não se prescreve’,** o que leva muitas pessoas a alegarem que não são culpadas de não terem fé. Não há dúvida que a fé não pode ser prescrita, ou o que é ainda mais justo: ‘não pode ser imposta’. Não, a fé não se prescreve, mas se adquire, e não há ninguém que esteja impedido de possuí-la, mesmo entre os mais refratários. Falamos das verdades espirituais fundamentais, e não desta ou daquela crença particular. Não é a fé que deve procurar essas pessoas, mas elas é que devem procurá-la, e se o fizerem com sinceridade a encontrarão. Podeis estar certos de que aqueles que dizem: “Não queríamos nada melhor do que crer, mas não o podemos fazer”, apenas o dizem com os lábios, e não com o coração, pois

ao mesmo tempo que o dizem, fecham os ouvidos. As provas, entretanto, abundam ao seu redor. Por que, pois, se recusam a ver? Nuns, é a indiferença, noutros, o medo de serem forçados a mudar de hábitos; e, na maior parte, o orgulho que se recusa a reconhecer um poder superior, porque teria de inclinar-se diante dele.

**Só é inabalável a fé que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade** – Para algumas pessoas, a fé parece de alguma forma inata: basta uma faísca para desenvolvê-la. Essa facilidade para assimilar as verdades espirituais é sinal evidente de progresso anterior. Para outras, ao contrário, é com dificuldade que elas são assimiladas, sinal também evidente de uma natureza em atraso. As primeiras já creram e compreenderam, e trazem ‘ao renascer’, a intuição do que sabiam. Sua educação já foi realizada. As segundas ainda têm tudo para aprender: sua educação está por fazer. Mas ela se fará, e se não puder terminar nesta existência, terminará numa outra. A resistência do incrédulo, convenhamos, quase sempre se deve menos a ele do que à maneira pela qual lhe apresentam as coisas. A fé necessita de uma base, e essa base é a perfeita compreensão daquilo em que se deve crer. Para crer, não basta ‘ver’, é necessário sobretudo ‘compreender’. A fé cega não é mais deste século (XIX, XX, XXI.....). É precisamente o dogma da fé cega que hoje em dia produz o maior número de incrédulos. Porque ela quer impor-se, exigindo a abdicação de uma das mais preciosas prerrogativas do homem: a que se constitui do raciocínio e do livre-arbítrio. É contra essa fé, sobretudo, que se levanta o incrédulo, o que mostra a verdade de que a fé não se impõe. Não admitindo provas, ela deixa no espírito um vazio, de que nasce a dúvida. A fé raciocinada, que se apóia nos fatos e na lógica, não deixa nenhuma obscuridade: crê-se, porque se tem a certeza, e só se está certo quando se compreendeu. Eis porque ela não se dobra: porque ‘só é inabalável a fé que pode enfrentar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade’. É a esse resultado que o Espiritismo conduz, triunfando assim da incredulidade, todas as vezes em que não encontra a oposição sistemática e interessada.

### **Nossas provas e a prece por nós mesmos**

**Artigo 133** – Vossas provas estão nas mãos de Deus e há as que devem ser suportadas até o fim, mas Deus leva sempre em conta a resignação. A prece atrai os bons Espíritos, que vos dão a força de as suportar com coragem. Então elas vos parecem menos duras. Deus não pode mudar a ordem da Natureza ao sabor de cada um, porque aquilo que é um grande mal, do vosso ponto de vista mesquinho, para a vossa vida efêmera, muitas vezes é um grande bem na ordem geral do Universo. Além disso, de quantos males o homem é o próprio autor, por sua imprevidência ou por suas faltas! Ele é punido pelo que pecou. Não obstante, os vossos justos pedidos são em geral mais escutados do que julgais. Pensais que Deus não vos ouviu, porque não fez um milagre em vosso favor, quando entretanto vos assiste por meios tão naturais que vos parecem o efeito do acaso ou da força das coisas. Frequentemente, ou o mais frequentemente, ele vos suscita o pensamento necessário para sairdes por vós mesmos do embaraço.

\*

## V – POLITEÍSMO; O DEUS ÚNICO E OS ESPÍRITOS (Itens 667 e 668)

**Artigo 134** – Os fenômenos espíritas sendo produzidos desde todos os tempos e conhecidos desde as primeiras eras do mundo, contribuíram para a crença da pluralidade dos deuses, porque para os homens, que chamavam deus a tudo o que era sobre-humano, os Espíritos pareciam deuses. E também por isso, quando um homem se distinguia entre os demais pelas suas ações, pelo seu gênio ou por um poder oculto que o vulgo não podia compreender, faziam dele um deus e lhe rendiam culto após a morte. A palavra *Deus* tinha entre os antigos uma acepção muito extensa; não era, como em nossos dias, uma designação do Senhor da Natureza, mas uma qualificação genérica de todos os seres não pertencentes às condições humanas. Ora, tendo as manifestações espíritas lhes revelado a existência de seres incorpóreos que agem como forças da Natureza, eles os chamaram *deuses*, como nós os chamamos Espíritos. Uma simples questão de palavras. Com a diferença de que, em sua ignorância, entretida deliberadamente pelos que tinham interesse em mantê-la, elevaram templos e altares lucrativos a esses seres, enquanto para nós eles não passam de criaturas nossas semelhantes, mais ou menos perfeitas, despojadas de seu envoltório terreno. Se estudarmos com atenção os diversos atributos das divindades pagãs, reconheceremos sem dificuldade todos os que caracterizam os nossos Espíritos, em todos os graus da escala espírita, seu estado físico nos mundos superiores, todas as propriedades do perispírito e o papel que exercem no tocante às coisas terrenas.

### O Cristianismo; o Deus Único e as Manifestações dos Espíritos

**Parágrafo único** – O Cristianismo, vindo aclarar o mundo com a sua luz divina, não podia destruir uma coisa que está na própria Natureza, mas fez que a adoração se voltasse para Aquele a quem realmente pertence. Quanto aos Espíritos, sua lembrança se perpetuou sob diversos nomes, segundo os povos, e suas manifestações, que jamais cessaram, foram diversamente interpretadas e freqüentemente exploradas sob o domínio do mistério. Enquanto a religião as considerava como fenômenos miraculosos, os incrédulos as tomaram por charlatanice. Hoje, graças a estudos mais sérios, feitos à plena luz, o Espiritismo, liberto das idéias supersticiosas que o obscureceram através dos séculos, revela-nos um dos maiores e mais sublimes princípios da Natureza.

## VI – ADORAÇÃO E SACRIFÍCIOS (Itens 669 a 673)

**Artigo 135** – A prática dos sacrifícios humanos remonta à mais alta Antigüidade. O homem foi levado a crer que semelhantes coisas pudessem agra-

dar a Deus por duas razões: primeiro, porque não compreendia Deus como sendo a fonte da bondade. Entre os povos primitivos, a matéria sobrepõe-se ao espírito; eles se entregam aos instintos animais e por isso são geralmente cruéis, pois o senso moral ainda não se encontra desenvolvido. Depois, os homens primitivos deviam crer naturalmente que uma criatura animada teria muito mais valor aos olhos de Deus do que um corpo material. Foi isso que os levou a imolar primeiramente animais e mais tarde criaturas humanas, pois, segundo sua falsa crença, pensavam que o valor do sacrifício estava em relação com a importância da vítima.

### **Os sacrifícios jamais agradaram a Deus**

**Artigo 136** – Os sacrifícios humanos se originaram de uma falsa concepção do que seria agradável a Deus. Vede Abraão. Com o tempo, os homens passaram a cometer abusos, imolando os inimigos, até mesmo os inimigos pessoais. De resto, Deus jamais exigiu sacrifícios, nem de animais nem de homens. Ele não pode ser honrado com a destruição inútil de sua própria criatura.

### **Os sacrifícios humanos com intenção piedosa**

**Artigo 137** – Mesmo os sacrifícios humanos, realizados com intenção piedosa, jamais poderiam ter agradado a Deus; mas Ele julga a intenção. Os homens, sendo ignorantes, podiam crer que praticavam ato louvável ao imolar um de seus semelhantes. Nesse caso, Deus atentaria para o pensamento e não para o fato. Os homens, ao progredirem, deviam reconhecer o erro e reprovaram esses sacrifícios, que não mais seriam admissíveis para Espíritos esclarecidos, e digo esclarecidos, porque os Espíritos estavam então envolvidos pelo véu material. Mas, pelo livre-arbítrio, poderiam ter uma percepção de sua origem e sua finalidade. Muitos já compreendiam por intuição o mal que faziam, e só o praticavam para satisfazer suas paixões.

### **As Guerras Santas – Povos Fanáticos**

**Artigo 138** – Os povos fanáticos que procuram exterminar o mais possível os que não partilham de suas crenças, com o fim de agradar a Deus, são impulsionados pelos maus Espíritos. Fazendo a guerra aos seus semelhantes, vão contra Deus, que manda o homem amar o próximo como a si mesmo. Todas as religiões, ou antes, todos os povos adoram um mesmo Deus, seja sob este, seja sob aquele nome. Como promover uma guerra de extermínio, porque a religião de um é diferente ou não atingiu ainda o progresso religioso dos povos esclarecidos?

## **Jesus e sua doutrina de paz**

**Parágrafo único** - Os povos são escusáveis por não crerem na palavra daquele que estava animado pelo Espírito de Deus e fora enviado por Ele, sobretudo quando não o viram e não testemunharam os seus atos; e como querei que eles creiam nessa palavra de paz, quando os procurais de espada em punho? Eles devem esclarecer-se, e devemos procurar fazê-los conhecer a sua doutrina pela persuasão e a doçura, e não pela força e o sangue. A maioria de vós não acredita nas nossas comunicações com certos mortais; por que quereis então que os estranhos acreditem nas vossas palavras, quando os vossos atos desmentem a doutrina que pregais?

**138.1 – “O Evangelho e o Futuro” - Explicação do Espírito Emmanuel no livro “A Caminho da Luz”, Ed. FEB, RJ, 20<sup>a</sup>. edição, 1994, psicografia de Francisco C. Xavier, págs. 211-216:**

**A pureza do Cristianismo não conseguiu manter-se intacta.** - Um modesto esboço da História faz entrever os laços eternos que ligam todas as gerações nos surtos evolutivos do planeta. Muita vez, o palco das civilizações foi modificado, sofrendo profundas renovações nos seus cenários, mas os atores são os mesmos, caminhando, nas lutas purificadoras, para a perfeição d’Aquele que é a Luz do princípio. Nos primórdios da Humanidade, o homem terrestre foi naturalmente conduzido às atividades exteriores, desbravando o caminho da natureza para a solução do problema vital, mas houve um tempo em que a sua maioridade espiritual foi proclamada pela sabedoria da Grécia e pelas organizações romanas. Nessa época, a vinda do Cristo ao planeta assinalaria o maior acontecimento para o mundo, de vez que o Evangelho seria a eterna mensagem do Céu, ligando a Terra ao reino luminoso de Jesus, na hipótese da assimilação do homem espiritual, com respeito aos ensinamentos divinos. Mas a pureza do Cristianismo não conseguiu manter-se intacta, tão logo regressaram ao plano invisível os auxiliares do Senhor, reencarnados no globo terrestre para a glorificação dos tempos apostólicos. O assédio das trevas avassalou o coração das criaturas. Decorridos três séculos da lição santificante de Jesus, surgiram a falsidade e a má-fé adaptando-se às conveniências dos poderes políticos do mundo, desvirtuando-se-lhe todos os princípios, por favorecer doutrinas de violência oficializada. Debalde enviou o Divino Mestre seus emissários e discípulos mais queridos ao ambiente das lutas planetárias. Quando não foram trucidados pelas multidões delinquentes ou pelos verdugos das consciências, foram obrigados a capitular diante da ignorância, esperando o juízo longínquo da posteridade.

**O homem espiritual estacionou em seus surtos de progresso** – Desde essa época, em que a mensagem evangélica dilatava a esfera da liberdade humana, em virtude da sua maturidade para o entendimento das grandes e consoladoras verdades da existência, estacionou o homem espiritual em seus surtos de progresso, impossibilitado de acompanhar o homem físico na sua marcha pelas estradas do conhecimento. É por esse motivo que, ao lado dos aviões poderosos e da radiotelegrafia, que ligam todos os continentes e países da atualidade, indicando os imperativos das leis da solidariedade humana vemos o conceito de civilização insultado por todas as doutrinas de isolamento...

**O Espiritismo e o reajustamento de todos os valores humanos** – Mas é chegado o tempo de um reajustamento de todos os valores humanos. Se as dolorosas expiações coletivas preludiam a época dos últimos “ais” do Apocalipse, a espiritualidade tem de penetrar nas realizações do homem físico, conduzindo-as para o bem de toda a Humanidade. O Espiritismo, na sua missão de Consolador, é o amparo do mundo neste século de declives da sua História; só ele pode, na sua feição de Cristianismo redivivo, salvar as religiões que se apagam entre os choques da força e da ambição, do egoísmo e do domínio, apontando ao homem os seus verdadeiros caminhos. No seu manancial de esclarecimentos, poder-se-á beber a linfa cristalina das verdades consoladoras do Céu, preparando-se as almas para a nova era. São chegados os tempos em que as forças do mal serão compelidas a abandonar as suas derradeiras posições de domínio nos ambientes terrestres, e os seus últimos triunfos são bem o penhor de uma reação temerária e infeliz, apressando a realização dos vaticínios sombrios que pesam sobre o seu império perecível. Ditadores, exércitos, hegemonias econômicas, massas versáteis e inconscientes, guerras inglórias, organizações seculares, passarão com a vertigem de um pesadelo. A vitória da força é uma claridade de fogos de artifício. Toda a realidade é a do Espírito e toda a paz é a do entendimento do reino de Deus e de sua justiça. O século que passa efetuará a divisão das ovelhas do imenso rebanho. O cajado do pastor conduzirá o sofrimento na tarefa penosa da escolha e a dor se incumbirá do trabalho que os homens não aceitaram por amor. (...) Todavia, os operários humildes do Cristo ouçamos a sua voz no âmago de nossa alma: “Bem-aventurados os pobres, porque o reino de Deus lhes pertence! Bem-aventurados os que têm fome de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os aflitos, porque chegará o dia da consolação! Bem-aventurados os pacíficos, porque irão a Deus!”.

Sim, porque depois da treva surgirá uma nova aurora. Luzes consoladoras envolverão todo o orbe regenerado no batismo do sofrimento. O homem espiritual estará unido ao homem físico para a sua marcha gloriosa no Ilimitado, e o Espiritismo terá retirado dos seus escombros materiais a alma divina das religiões, que os homens perverteram, ligando-as no abraço acolhedor do Cristianismo restaurado. Trabalhemos por Jesus, ainda que a nossa oficina esteja localizada no deserto das consciências.

**Todos somos dos chamados ao grande labor** - e o nosso mais sublime dever é responder aos apelos do Escolhido. Revendo os quadros da História do mundo, sentimos um frio cortante neste crepúsculo doloroso da civilização ocidental. Lembremos a misericórdia do Pai e façamos as nossas preces. A noite não tarda e, no bojo de suas sombras compactas, não nos esqueçamos de Jesus, cuja misericórdia infinita, como sempre, será a claridade imortal da alvorada futura, feita de paz, de fraternidade e de redenção.

### **A Prática do Bem e as Cerimônias exteriores inúteis**

**Artigo 139** – Deus abençoa sempre os que praticam o bem; amparar os pobres e os aflitos é o melhor meio de homenageá-lo. Já vos disse, por isso mesmo, que Deus desaprova as cerimônias que fazeis para as vossas preces, pois há muito dinheiro que poderia ser empregado mais utilmente. O homem que se prende à exterioridade e não ao coração é um Espírito de vista estreita; julgai se Deus deve importar-se mais com a forma do que com o fundo.

### **139.1 – “Sacrifícios” - Explicação de Rodolfo Calligaris no livro já citado, págs. 54-57:**

Compulsando-se a história das religiões, verifica-se que o oferecimento de sacrifícios à Divindade remonta a um passado remotíssimo, a perder-se na noite das idades. As oferendas, que a princípio consistiam em frutos da terra, passaram, depois, a constituir-se de animais, cujas carnes eram queimadas nos altares, transformando-se, mais tarde, em sacrifícios humanos. O Velho Testamento faz inúmeras referências ao holocausto de vítimas humanas aos deuses Baal, Moloque e outros, dando-o como prática generalizada entre os povos asiáticos, sendo que o Gênesis, cap. 22, nos conta que até mesmo Abraão, um dos patriarcas do Judaísmo intentara matar seu filho único Isaac, como prova de amor a Jeová, somente não o fazendo porque, no último instante, um anjo interveio, ordenando fosse suspensa a imolação. Segundo relata um escritor do passado, 300 cidadãos e 200 crianças das melhores famílias de Cartago (África) foram, certa vez, oferecidos em sacrifício a Saturno, visando a aplacar-lhe a ira, por acreditarem que a situação penosa em que se encontravam (o sítio da cidade por poderosas hostes conquistadoras) fôsse motivado pelo fato de, até então, só haverem oferecido a essa divindade filhos de escravos estrangeiros. Na Europa, os sacrifícios humanos, se bem que em menor número, também foram praticados séculos pós séculos. Dizem-nos os historiadores que na Grécia, para homenagear ou saciar Apolo, Dionísio, Zêus e outros deuses, jovens e crianças eram queimados em piras fúnebres, lançados do alto dos penhascos ou chibatados até à morte. Na Itália, adotava-se o afogamento, atirando-se trinta pessoas, anualmente, às águas do rio Tibre. O deus cultuado na Zelândia, verdadeiro monstro, exigia, em igual período, o sacrifício de nada menos que noventa e nove pessoas. Na Bretanha, conforme o relato de César, fazia-se uma colossal estátua de vime, enchiam-na de vítimas e deitavam-lhe fogo. Já na Gália, colocavam-nas num altar e abriam-lhe o peito à espada. Entre os povos primitivos da América, esse costume bárbaro deve ter vigorado também, por muito tempo. Haja vista que, quando da conquista do México, no século XVI, foram encontradas em um templo cerca de 136.000 caveiras de vítimas sacrificadas aos deuses ali adorados pelos astecas.

**Os sacrifícios e a explicação da Doutrina Espírita** – Esclarecem-nos, entretanto, os mentores espirituais, através de Kardec, que não era por maldade que os homens da Antiguidade procediam dessa forma, mas sim por mera ignorância. E explicam: em nossos dias, quando nos dispomos a oferecer um presente a alguém, não o escolhemos de tanto maior valor quanto mais estima queiramos testemunhar a esse alguém, ou quanto mais interesse tenhamos em conquistar-lhe as boas graças a fim de solicitar-lhe certos favores? Não eram outros os motivos que levavam nossos antepassados a sacrificar às divindades. Como, porém, não podiam concebê-las com os atributos da perfeição, antes as rebaixavam ao nível deles mesmos, julgavam, erroneamente, que o holocausto a ser-lhes oferecido seria tanto mais valioso quanto mais importante fosse a vítima. Daí porque nos ofícios sacrificatórios os produtos agrícolas foram, com o tempo, preteridos pelos animais, que, por sua vez, foram substituídos por seres humanos: estrangeiros ou inimigos, e, posteriormente, em lugar destes, os pais passaram a sacrificar os próprios filhos! É que – supunham –, com estas oblatas, os deuses haveriam de sentir-se muito mais honrados.

‘As pessoas esclarecidas compreendem, agora, que, conquanto praticados com piedosa intenção, tais sacrifícios nunca foram agradáveis a Deus, como não podem agradar-Lhe, tão pouco, as macerações e as penitências que certos religiosos continuam a impor-se, sem que aproveitem a ninguém. A Doutrina Espírita, fazendo luz sobre este assunto, ensina-nos que o ú-



nico sacrifício abençoado por Deus é aquele que se faça por amor e em benefício do próximo, e que “o melhor meio de honrá-Lo consiste em minorar os sofrimentos dos pobres e dos aflitos’.”

## CAPÍTULO IX

### LEI DA REPRODUÇÃO

#### I – POPULAÇÃO DO GLOBO (O Livro dos Espíritos, itens 686 e 687)

##### Superpopulação

**Artigo 140** – A reprodução dos seres vivos é uma lei natural; sem a reprodução o mundo corpóreo pereceria. A população segue sempre uma progressão constante, mas jamais chegará um momento em que se tornará excessiva na Terra, porque Deus provê isso mantendo sempre o equilíbrio. Ele nada faz de inútil. O homem, que só vê um ângulo do quadro da Natureza, não pode julgar da harmonia do conjunto.

**140.1 – “Carga Erótica”- Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Vida e Sexo”, Editora FEB, RJ, 17<sup>a</sup>. edição, 1998, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 102-104:**

**Instinto Sexual – educação e sublimação** - O instinto sexual, exprimindo amor em expansão incessante, nasce nas profundezas da vida, orientando os processos da evolução. Toda criatura consciente traz consigo, devidamente estratificada, a herança incomensurável das experiências sexuais, vividas nos reinos inferiores da Natureza. De existência a existência, de lição em lição e de passo em passo, por séculos de séculos, na esfera animal, a individualidade, erguida à razão, surpreende em si mesma todo um mundo de impulsos genésicos por educar e ajustar às leis superiores que governam a vida. A princípio, exposto aos lances adversos das aventuras poligâmicas, o homem avança, de ensinamento a ensinamento, para a sua própria instalação na monogamia, reconhecendo a necessidade de segurança e equilíbrio, em matéria de amor; no entanto, ainda aí, é impelido naturalmente a carregar o fardo dos estímulos sexuais, muita vez destrambelhados, que lhe enxameiam no sentimento, reclamando educação e sublimação.

Depreende-se disso que toda criatura na Terra transporta em si mesma determinada taxa de carga erótica, de que, em verdade, não se libertará unicamente ao preço de palavras e votos brilhantes, mas à custa de experiência e trabalho, de vez que instintos e paixões são energias e estados inerentes à alma de cada um, que as leis da Criação não destroem e sim auxiliam cada pessoa a transformar e elevar, no rumo da perfeição. Fácil entender, portanto, que do erotismo, como fator de magnetismo sexual humano, na romagem terrestre, seja em se tratando de Espíritos encarnados ou desencarnados na Comunidade Planetária, não partilham tão-somente as inteligências que já se angelizaram, em minoria absoluta no Plano Físico, mas, também, aqueles irmãos da Humanidade provisoriamente internados nas celas da idiotia, por força de lides expiatórias abraçadas ou requisitadas por eles próprios, antes do berço terreno. Os Espíritos sublimados se atraem uns aos outros por laços de amor considerado divino, por enquanto inabordáveis a nós outros, seres em laboriosa escalada evolutiva e que compartilhamos das tendências e aspirações, dificuldades e provas do gênero humano. E os companheiros temporári-

amente bloqueados por cérebros deficientes e obtusos atravessam períodos mais ou menos longos de ‘silêncio emocional’, destinados a reparações e reajustes, quase sempre solicitados por eles mesmos – repetimos -, já que se sentenciam a entaves e inibições, no campo de exteriorização da mente, através dos quais refazem atitudes e recondicionam impulsos afetivos em preciosas tomadas e retomadas de consciência.

**Conquista da felicidade celeste e do Amor Universal** – À vista do exposto, é fácil reconhecer que toda criatura humana, sempre nascida ou renascida sob o patrocínio do sexo, carrega consigo determinada carga de impulsos eróticos, que a própria criatura aprende, gradativamente, a orientar para o bem e a valorizar para a vida. Diante do sexo, não nos achamos, de nenhum modo, à frente de um despenhadeiro para as trevas, mas perante a fonte viva das energias em que a Sabedoria do Universo situou o laboratório das formas físicas e a usina dos estímulos espirituais mais intensos para a execução das tarefas que esposamos, em regime de colaboração mútua, visando ao rendimento do progresso e do aperfeiçoamento entre os homens.

Cada homem e cada mulher que ainda não se angelizou ou que não se encontre em processo de bloqueio das possibilidades criativas, no corpo ou na alma, traz, evidentemente, maior ou menor percentagem de anseios sexuais, a se expressarem por sêde de apoio afetivo, e é claramente, nas lavras da experiência, errando e acertando e tornando a errar para acertar com mais segurança, que cada um de nós – os filhos de Deus em evolução na Terra – conseguirá sublimar os sentimentos que nos são próprios, de modo a erguer-nos em definitivo para a conquista da felicidade celeste e do Amor Universal.

#### **140.2 – “Cuidar do Corpo e do Espírito” - Ev. Seg. Espiritismo, XVII, item 11:**

“Dois sistemas se defrontam: o dos ascetas, que tem por base o aniquilamento do corpo, e o dos materialistas, que se baseia no rebaixamento da alma. Duas violências quase tão insensatas uma quanto a outra. Ao lado desses dois grandes partidos, formiga a numerosa tribo dos indiferentes que, sem convicção e sem paixão, são mornos no amar e econômicos no gozar. Onde, então, a sabedoria? Onde, então, a ciência de viver? Em parte alguma; e o grande problema ficaria sem solução, se o Espiritismo não viesse em auxílio dos pesquisadores, demonstrando-lhes as relações que existem entre o corpo e a alma e dizendo-lhes que, por serem necessários uma ao outro, importa cuidar de ambos. Amai, pois, a vossa alma, porém, cuidai igualmente do vosso corpo, instrumento daquela. Desatender às necessidades que a própria Natureza indica, é desatender a lei de Deus. Não castigueis o corpo pelas faltas que vosso livre-arbítrio o induziu a cometer e pelas quais é ele tão responsável quanto o cavalo, mal dirigido, pelos acidentes que causa. Sereis, porventura, mais perfeitos se, martirizando o corpo, não vos tornardes menos egoístas, nem menos orgulhosos e mais caritativos para com o vosso próximo? Não, a perfeição não está nisso, está toda nas reformas por que fizerdes passar o vosso Espírito. Dobrai-o, submetei-o, humilhai-o, mortificai-o: esse é o meio de o tornardes dócil à vontade de Deus e o único de alcançardes a perfeição.”

#### **140.3 – “Origem do Instinto Sexual” – Explanação do Espírito André Luiz no livro já referido “Evolução Em Dois Mundos”, págs. 141-2:**

(...) Todas as nossas referências a semelhantes peças do trabalho biológico, nos reinos da Natureza, objetivam simplesmente demonstrar que, além da trama de recursos somáticos, a

alma guarda a sua individualidade sexual intrínseca, a definir-se na feminilidade ou na masculinidade, conforme os caracteres acentuadamente passivos ou claramente ativos que lhe sejam próprios. A sede real do sexo não se acha, dessa maneira, no veículo físico, mas sim na entidade espiritual, em sua estrutura complexa. E o instinto sexual, por isso mesmo, traduzindo amor em expansão no tempo, vem das profundezas, para nós ainda inabordáveis, da vida, quando agrupamentos de mônadas celestes se reuniram magnèticamente umas às outras para a obra multimilenária da evolução, ao modo de núcleos e eletrões na tessitura dos átomos, ou dos sóis e dos mundos nos sistemas macrocósmicos da Imensidade.

Por ele, as criaturas transitam de caminho a caminho, nos domínios da experimentação multifária, adquirindo as qualidades de que necessitam; com ele, vestem-se da forma física, em condições anômalas, atendendo a sentenças regeneradoras na lei de causa e efeito ou cumprindo instruções especiais com fins de trabalho justo. O sexo é, portanto, mental em seus impulsos e manifestações, transcendendo quaisquer impositivos da forma em que se exprime, não obstante reconhecermos que a maioria das consciências encarnadas permanecem seguramente ajustadas à sinergia mente-corpo, em marcha para mais vasta complexidade de conhecimento e emoção.

**Evolução do amor** – Entretanto, importa reconhecer que à medida que se nos dilata o afastamento da animalidade quase absoluta, para a integração com a Humanidade, o amor assume dimensões mais elevadas, tanto para os que se verticalizam na virtude como para os que se horizontalizam na inteligência. Nos primeiros, cujos sentimentos se alteiam para as Esferas Superiores, o amor se ilumina e purifica, mas ainda é instinto sexual nos mais nobres aspectos, imanizando-se às forças com que se afina em radiante ascensão para Deus. Nos segundos, cujas emoções se complicam, o amor se requinta, transubstanciando-se o instinto sexual em constante exigência de satisfação imoderada do “eu”. De conformidade com a Psicanálise, que vê na atividade sexual a procura incessante de prazer, concordamos em que uns, na própria sublimação, demandam o prazer da Criação, identificando-se com a Origem Divina do Universo, enquanto que outros se fixam no enalço do prazer desenfreado e egoístico da auto-adoração. Os primeiros aprendem a amar com Deus. Os segundos aspiram a ser amados a qualquer preço.

A energia natural do sexo, inerente à própria vida em si, gera cargas magnéticas em todos os seres, pela função criadora de que se reveste, cargas que se caracterizam com potenciais nítidos de atração no sistema psíquico de cada um e que, em se acumulando, invadem todos os campos sensíveis da alma, como que a lhe obliterar os mecanismos outros de ação, qual se estivéssemos diante de usina reclamando controle adequado. Ao nível dos brutos ou daqueles que lhes renteiam a condição, a descarga de semelhante energia se efetua, indiscriminadamente, através de contactos, quase sempre desregrados e infelizes, que lhes carregiam, em consequência, a exaustão e o sofrimento como processos educativos.

## II - SUCESSÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS RAÇAS (Itens 688 a 692-a)

**Artigo 141** – Há raças humanas que diminuem e chegará um momento em que terão desaparecido da Terra. Ocorre que outras lhes tomaram o lugar, como outras tomarão o lugar das raças atuais.

### **A civilização de hoje: os mesmos espíritos que voltam em novos corpos**

**Artigo 142** – Os homens de hoje são os mesmos espíritos que voltaram para se aperfeiçoarem em novos corpos, mas que estão longe da perfeição. Assim a raça humana atual, que por seu crescimento tende a invadir toda a Terra e substituir as raças que se extinguíram, terá também o seu período de decrescimento e extinção. Outras raças mais perfeitas a substituirão, descendendo da raça atual, como os homens civilizados de hoje descendem dos seres brutos e selvagens dos tempos primitivos.

### **Origem dos corpos da raça atual**

**Artigo 143** – Do ponto de vista puramente físico, os corpos da raça atual procedem dos corpos primitivos por via de reprodução: a origem das raças se perde na noite dos tempos, mas, como todas pertencem à grande família humana, qualquer que seja o tronco primitivo de cada uma, puderam mesclar-se e produzir novos tipos.

### **Caráter distintivo das raças primitivas**

**Artigo 144** – O caráter distintivo e dominante das raças primitivas é o desenvolvimento da força bruta, em detrimento da intelectual. Atualmente dá-se o contrário: o homem faz mais pela inteligência do que pela força física, e no entanto faz cem vezes mais, porque colocou a seu serviço as forças da Natureza, o que não fazem os animais.

### **Aperfeiçoamento das raças animais e vegetais pela Ciência e a Lei Natural**

**Artigo 145** – O aperfeiçoamento das raças animais e vegetais pela Ciência não é contrário à lei natural. Tudo se deve fazer para chegar à perfeição. O próprio homem é um instrumento de que Deus se serve para atingir os seus fins. Sendo a perfeição o alvo para que tende a Natureza, favorecer a sua conquista é corresponder àqueles fins.

### **Interesse pessoal e aperfeiçoamento das raças**

**Parágrafo único** – Mas o homem é geralmente movido, nos seus esforços para o melhoramento das raças, apenas por um interesse pessoal, que não tem outro objetivo senão o aumento de seu bem-estar; isso diminui o seu mérito. Entretanto, que importa que o seu mérito seja nulo, contanto que se faça o

progresso? Compete a ele tornar meritório o seu trabalho, por meio da intenção. Demais, por intermédio desse trabalho ele exercita e desenvolve sua inteligência e é sob esse aspecto que tira maior proveito.

**145.1 – “Reprodução Assistida à Luz do Espiritismo” – Livro de Durval Ciamponi, Edições FEESP/SP, 1ª. edição, março de 2001:**

**INTRODUÇÃO** – ( Págs. 17-20) - O Espiritismo como doutrina social, assentada no seu tríplice aspecto – ciência, filosofia e religião – estuda: 1 – a vida e a evolução do homem formado de corpo e alma, enquanto homem; 2 – a vida do espírito, enquanto Espírito, formado de espírito e perispírito, a partir dos reinos inferiores, evoluindo ao longo dos milênios até ingressar no grupo dos homens, dentro do qual mantém sua liberdade de ser, agir e pensar, assumindo as responsabilidades por seus atos, por seu livre-arbítrio, e 3 – o grau de dependência do Mundo dos Homens ao Mundo dos Espíritos e suas inter-relações.

Para quem gosta de uma citação bíblica (GN, 2:17 e 3:23) pode-se dizer, que o confronto entre liberdade e responsabilidade aparece na proibição de comer o fruto da árvore do conhecimento, sob pena de expulsão do jardim do Éden: Adão e Eva decidiram comer (livre-arbítrio), por isto, assumiram a responsabilidade pelos atos (determinismo divino). Sem dúvida alguma, é a lei do talião. Deste tronco, causa e efeito, como corolários brotam muitas outras leis naturais fundamentais para a evolução da alma humana: a lei do progresso e todas aquelas outras que prendem a alma humana neste fio transcendente – adoração, trabalho, reprodução, conservação, destruição, sociedade, igualdade, lei de justiça e de amor – que presidem sua evolução nestes dois mundos.

Muitos são os princípios do Espiritismo que mostram esta evolução das almas, desde sua criação simples e ignorante até a chegada aos níveis mais elevados da Espiritualidade. A lei de reprodução, por exemplo, é essencial para viabilização desta evolução através das múltiplas reencarnações, pelas quais as almas vão se aprimorando na sucessão e aperfeiçoamento das raças. Sem ela o mundo corpóreo pereceria. Estudando-a, Allan Kardec perguntou aos amigos espirituais, em “O Livro dos Espíritos”, questão 692, se ‘o aperfeiçoamento das raças animais e vegetais pela Ciência é contrário à lei natural? Seria mais conforme à essa lei deixar as coisas seguirem o seu curso normal?’ Como resposta ouviu: ‘Tudo se deve fazer para chegar à perfeição. O próprio homem é um instrumento de que Deus se serve para atingir seus fins. Sendo a perfeição o alvo para que tende a Natureza, favorecer a sua conquista é corresponder àqueles fins’.

A resposta dos Espíritos – ‘tudo se deve fazer para chegar à perfeição. O próprio homem é um instrumento de que Deus se serve para atingir os seus fins’ -, dada há mais de 100 anos antes da descoberta do DNA (princípio da vida), da produção do primeiro bebê de proveta, dos mecanismos atuais da reprodução assistida (fruto das pesquisas médicas), revela que o Espiritismo, com sua fé raciocinada, caminha ao lado da Ciência, como ciência que também é.

Na seqüência das perguntas, retornou Kardec: Mas o homem é geralmente movido apenas por interesse pessoal e não tem outro objetivo senão o aumento de seu bem-estar, isto diminui o seu mérito? A resposta diz: ‘Que importa que o seu mérito seja nulo, contanto que se faça o progresso? Compete a ele tornar meritório o seu trabalho, através da intenção. Demais,

por meio desse trabalho ele exercita e desenvolve sua inteligência e é sob esse aspecto que tira maior proveito’.

Como se vê, há uma perfeita sintonia dos princípios espíritas com os trabalhos científicos das pesquisas no campo da genética ou da biologia em geral, não somente no aperfeiçoamento de vegetais e animais, mas também o próprio homem, quando, atuando sobre a lei natural busca seus processos mais complexos, age como instrumento de Deus, tendo a perfeição como alvo.

Outro dado essencial é o chamamento à Lei de Causa e Efeito, quando dizem que ‘compete ao homem tornar meritório o seu trabalho, através da intenção’, porque ela é que vale na balança da justiça divina. Em muitos itens de suas respostas os Espíritos sustentam a tese de que Deus não julga os atos ou fatos, mas a intenção. A ‘intenção’ com que a alma pratica o ato é o fulcro central que preside o julgamento das ações humanas para o bem ou para o mal. Sob este aspecto, dizem os Espíritos, que o homem não deve criar obstáculos à reprodução, entrando a marcha da Natureza. Ele, por seu livre-arbítrio, ‘tem sobre todos os seres vivos um poder que ele deve usar para o bem, mas não abusar: pode regular a reprodução, mas não deve entravá-la sem necessidade. A ação inteligente do homem é um contrapeso posto por Deus entre as forças da Natureza para restabelecer-lhes o equilíbrio...(LE, 693-a)’. Estes princípios espíritas não se opõem às pesquisas científicas, incluindo aí o estudo sobre os genes para aprimoramento dos seres vivos ou a reprodução assistida. O que o homem não deve é entrar a reprodução sem necessidade.

Veja a diferença na aplicação da ‘intenção’: um pesquisador aplica seus conhecimentos nas pesquisas de novos medicamentos para salvar vidas, outro simplesmente para ganhar dinheiro; um os aplica para aperfeiçoar a eugenia de uma espécie, outro, para fabricar produtos para entravá-la, sem necessidade. Um médico, especialista em reprodução assistida, seleciona genes para que os embriões sejam saudáveis para alegria dos pais; outro, ‘imaginando’ um exército de clones e obedientes soldados para guerra, ‘mentalmente e só mentalmente’ os cria como se fossem máquinas automáticas, sem livre-arbítrio. Um homem de bem saberá qual deles está agindo corretamente, quando vir os efeitos, mas Deus e os Espíritos superiores que conhecem seus pensamentos facilmente julgarão suas intenções.

#### **145.1.1 – Reprodução Assistida – (Págs. 27-30):**

Reprodução significa repetir a produção, copiar, refazer. A ‘reprodução humana’ compreende o conjunto de atos pelos quais um casal, macho e fêmea, age através do ato sexual, para obter um filho, isto é, reproduzindo um ser semelhante a eles. A reprodução não é tão somente a fecundação, mas o conjunto de todos aqueles atos realizados para a geração dos novos indivíduos até seu nascimento. Assim, ‘lato sensu’, raramente existe uma reprodução humana que não seja acompanhada por outrem. Desde os tempos das parteiras, que agiam empiricamente, até os modernos consultórios dos médicos obstetras, o nascimento e desenvolvimento de um ser humano é assistido por terceiros, a partir do conhecimento da gravidez.

Esta falta de assistência ou acompanhamento é dramática ainda hoje. O jornal ‘O Estado de São Paulo’, de 20.09.2000, falando do relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), escreveu: ‘A falta de atendimento pré-natal e de assistência na hora do parto é a principal responsável pelas 500 mil mortes maternas registradas a cada ano nos países em desenvolvimento’. O parto em si faz parte da lei natural; estas mortes, geralmente, estão ligadas à outras

patologias. Revela ainda o relatório da ONU que nestes países 47% dos nascimentos (52,4 milhões por ano) não recebem assistência profissional e que, a cada ano, as mulheres realizam 50 milhões de abortos.

Por outro lado, ‘estrito senso’, a **Reprodução Assistida**, propriamente dita, tecnicamente corresponde a uma forma de intervenção dos médicos para aumentar a capacidade do casal de gerar ou ser capaz de fazer vir à luz uma criança. Escreveu a dra. Marlene R. S. Nobre que a ‘reprodução assistida engloba todas as técnicas que visam obter uma gravidez sem a ocorrência de uma relação sexual’.

A Resolução do Conselho Federal de Medicina CFM, n.1.358/92, adotou as Normas Éticas para a Utilização das Técnicas de Reprodução Assistida, estabelecendo comportamentos médicos com base em princípios gerais para a doação de gametas, criopreservação, diagnóstico e tratamento de embriões e sobre a doação temporária do útero (barriga de aluguel).

A intervenção médica se faz de diferentes maneiras: Primeiramente se processa a **indução à ovulação**. A mulher mediante medicamentos hormonais específicos produz vários oócitos e não um apenas, facilitando, assim, sua união com um dos milhões de espermatozoides para formar o embrião. Afora a simples indução à ovulação, não deixa de ser uma reprodução natural, por meio de um ato sexual.

Pode ocorrer também na **inseminação artificial**: São selecionados previamente os espermatozoides que são colocados artificialmente na vagina para a fecundação. A formação do embrião não se dá pelo processo natural, isto é, com o ato sexual.

Outra forma de intervenção médica se dá com a **fertilização in vitro**, correspondendo ao que se chama de **bebê de proveta**. O primeiro exemplo foi de Louise Brown, em 1978, na Inglaterra. Neste caso, após a indução à ovulação, os oócitos são retirados da mãe e colocados juntos aos espermatozoides selecionados para que se realize, normalmente, a fertilização ‘in vitro’. Após a formação do embrião, este é transferido para o útero.

Hoje, há processos mais sofisticados. Por exemplo: a ICSI – injeção do espermatozoide no citoplasma do oócito. Neste caso, selecionam-se os melhores oócitos e espermatozoides: apenas um espermatozoide ou espermátide é colocado, por meio de uma injeção intracitoplasmática, no interior dos oócitos que podem, ‘in vitro’, ser fertilizados ou não. Após a formação dos embriões, os melhores são escolhidos e transferidos diretamente no útero para que haja a procriação do ser humano. Do ponto de vista médico, como se sabe, somente a fecundação não é suficiente para que o embrião se desenvolva, necessário se faz que ele se implante no útero, isto é, que haja aderência ou nidação, geralmente na sua parede posterior para formação da placenta, onde o feto terá o seu ‘habitat’ até o nascimento.

Como exemplos da fertilização ‘in vitro’, pode-se ter casos de oócitos ou espermatozoides do casal, marido e mulher, na chamada fecundação artificial homóloga; gametas e embriões doados por terceiros, na fecundação artificial heteróloga; ou ainda, o aproveitamento apenas do núcleo do óvulo da mãe que é implantado em outro, de outra mulher, sem o núcleo, mantidas assim as características genéticas da família.



### 145.1.2 – Projeto Genoma Humano – (Págs.53/4):

Por volta de 1860, o austríaco Mendel, fazendo suas experiências com ervilhas, começou a decifrar o código da lei da hereditariedade; mas foi somente há 50 anos que se descobriu toda a carga genética dos seres vivos que estava contida no DNA (ácido desoxiribonucléico). O DNA é um complexo filamento de substâncias que carregam a marca hereditária (genes) dos indivíduos. A pesquisa, no campo da genética, expandiu-se rapidamente e hoje temos dois grandes grupos associados a empresas multinacionais produtoras de remédios e a governos interessados na saúde pública.

Tais grupos são: o do ‘Projeto Genoma Humano’, dirigido por Francis S. Collins e o ‘Celera Genomics’, comandado por J. Craje Venter, buscando decifrar o código genético e a seqüência de 3,1 bilhões de pares de bases do DNA. Estas pesquisas deverão trazer, no futuro, muitas outras novidades para a vida humana. Prevêem os cientistas que por volta de 2020 os médicos poderão elaborar receitas levando-se em conta as variações genéticas individuais e, alguns anos depois, como afirmou Collins, poderemos ter “terapias genéticas e remédios desenvolvidos geneticamente para a maioria das doenças”.

Sob o ponto de vista filosófico, científico e religioso, muitas perguntas podem ser feitas: 1. Se o homem descobrisse todos os códigos genéticos e corrigisse todos os defeitos, poderia ele ‘criar’ um corpo perfeito, sem doenças? 2. Neste caso, sob o ponto de vista reencarnacionista, como ficariam as expiações da Lei de Causa e Efeito, ou carma, como dizem os orientais? 3. Ainda neste caso, sob a ótica da unicidade da existência, como se justificariam a criação de almas e corpos mais perfeitos, sendo Deus e Sua justiça os mesmos de antes?

As respostas para os espíritas não são complicadas, quando consideram a lei do progresso científico e moral para as almas, associado à progressão dos mundos. Há um tempo para tudo. Quando todos os homens de Ciência, dos mais diferentes ramos do conhecimento, sem receio da imagem pública, tomarem consciência da existência do Mundo dos Espíritos, como algo real, onde vivem mais de 20 bilhões de almas, somente no globo terrestre, certamente se debruçarão sobre suas informações, como outrora fizera Allan Kardec, para perguntar-lhes muitas outras coisas a respeito deste Universo infinito e da importância da alma na sua criação. Quando dialogarem com os Espíritos, por certo saberão e compreenderão porque Jesus disse ‘sois deuses’ e o significado de suas respostas (LE, questão 692): ‘Tudo se deve fazer para chegar à perfeição. O próprio homem é um instrumento de que Deus se serve para atingir os seus fins. Sendo a perfeição o alvo para que tende a Natureza, favorecer a sua conquista é responder àqueles fins’.

Não é utopia nem fantasia nem misticismo. Estamos no início da Nova Era do Espírito, da tomada de consciência do ‘eu’, que transcende à matéria conhecida e do encontro da Ciência humana com a nova realidade. Os costumes da face da Terra serão mudados com a ciência dos Espíritos associada à dos homens, trazendo alegria e felicidade de viver, sem os dissabores das tristezas e sofrimentos, aparentemente injustificados, de um tempo que se foi.

**145.1.3 – “O Clone tem Alma” – (Págs. 81-84) - Como o Espiritismo vê a Reprodução Assistida através da clonagem? – Resposta: Como a Ciência trabalhando em favor do homem.**

Diz o notável médico de Reprodução Assistida, dr. Roger Abdelmassih, em seu livro **Tudo por Um Bebê**, que ‘a clonagem não é a única tecnologia nova e polêmica no horizonte da Reprodução Assistida – outras tantas novidades bombásticas se prenunciam, inclusive a possibilidade de utilizar ovários de fetos abortados como fonte de óvulos’.

O dr. Roger, um dos mais proeminentes pesquisadores da procriação humana no mundo, define a *clonagem* como: ‘nome que reúne técnicas usadas para duplicar genes, células, tecidos, órgãos e seres vivos’. Complementa ele que ‘o objetivo é desenvolver, padronizadamente, espécimes de alta qualidade a partir de um único embrião, proveniente de uma matriz de criação de excelência comprovada; quer dizer: a verdadeira clonagem estaria configurada se os embriões produzidos em série pudessem receber o mesmo código genético daquela matriz’.

Segundo o Espiritismo, o que deve ficar bem claro é que o homem não cria a vida do espírito, apenas aproveita-se de elementos vivos para reorganizar a vida dos corpos. O que mantém a vida organizada não é o trabalho do pesquisador ou do médico nem tão somente a lei da hereditariedade, mas sim o espírito ou alma que comanda o corpo, qual cavaleiro na cavalgada. Os cientistas, mais particularmente os da genética e em geral os da reprodução assistida, sabem muito bem que anomalias hereditárias geram aberrações, distúrbios ou anormalidades, às vezes contornadas com o mais simples tratamento médico, mas em outras, devido às deficiências congênicas, dão origem a síndromes irreversíveis. Os Espíritos sabem disto também e aproveitam-nas para aplicação da Lei de Causa e Efeito àqueles que carregam o peso de suas seqüelas do passado.

Se não houver a ligação da alma ao corpo do embrião clonado este não sobreviverá, com certeza. É importante tomar consciência de que há dois conceitos de vida: vida orgânica ou vegetativa e vida do espírito. Se não houver a ligação de um princípio inteligente, ser espiritual, para comandar as bases materiais da lei da hereditariedade, o embrião se degenera a partir de um determinado ponto de sua evolução, provocando o aborto espontâneo, ou será, certamente, um natimorto, como dizem os Espíritos (LE, questão 356-b), porque se sobrevivesse um corpo sem alma, este não seria um ser humano.

Falando da ligação da alma ao corpo, através de seu corpo espiritual, diz André Luiz (Espírito), no livro ‘Evolução em Dois Mundos, capítulo VI’, que ‘os cromossomas, estruturados em grânulos infinitesimais de natureza fisiopsicossomática partilham do corpo físico pelo núcleo da célula em que se mantêm e do corpo espiritual pelo citoplasma em que se implantam’. Esta informação, ainda debatida entre os estudiosos do Espiritismo, mostra que a alma navega em sua canoa cromossômica, nas águas do citoplasma celular, prendendo suas amarras no corpo físico e no corpo espiritual.

Assim pode-se responder à pergunta (Como o Espiritismo vê a Reprodução Assistida através da Clonagem?) em outras partes:

- a) a ‘padronização dos corpos humanos, através da verdadeira clonagem’, somente poderá ser válida em futuro ainda muito distante, quando as diferenças dos corpos não mais influírem no processo evolutivo do homem. Seria como se todos fôssemos gêmeos de corpos quase perfeitos. Nesse futuro, provavelmente, o dos mundos felizes, como dizem os Espíritos, não mais existiriam as diferenças sociais de classe, nação, cor, religião e até da família consanguínea, mas somente a-

queelas que distinguiriam os homens pelos valores morais e intelectuais de cada um.

- b) o Espiritismo que ensina a evolução das almas, desde sua criação simples e ignorante até chegar aos níveis mais elevados da Espiritualidade Superior, em princípio, vê com naturalidade esta pesquisa e seus resultados, desde que o homem não queira com eles tirar proveitos econômicos ou interesses de mando ou poder, como frutos de sua vaidade e do seu orgulho.

Se o homem quiser partir para a clonagem de seres produzidos em série, a partir de um mesmo código genético, com objetivos maléficos, certamente eles serão frustrados, porque o comando, em última análise, da reprodução humana não está em suas mãos. Não é porque o homem ‘cria’ um zigoto que necessariamente os Espíritos nele vão ligar uma alma; da mesma forma, na clonagem, a ligação da alma não depende da vontade dos homens, mas da dos Espíritos. Assim, neste jogo da vida, são os Espíritos que mantêm em suas mãos os coringas para interferirem na jogada, alterando resultados indesejados: primeiro, porque a vida deles não se assenta nas mãos dos homens e, sim, as destes nas deles; segundo, porque a progressão dos mundos e dos Espíritos, descrita na Codificação da Doutrina Espírita, pressupõe uma convivência pacífica cada vez mais acentuada, entre os homens, para o futuro e terceiro, não é porque os homens ‘criaram’ um corpo mais perfeito é que nele os Espíritos vão ligar uma alma mais evoluída.

#### **145.1.4 – A Barriga de Aluguel – (Págs.85-88) – Como o Espiritismo vê a reprodução assistida, no caso de barriga de aluguel?:**

O Espiritismo nada tem a opor à maternidade substitutiva, isto é, quando uma mulher permite o uso de seu útero para receber o embrião de um casal diferente dela, objetivando o nascimento de um filho, impossível para ela, quando a doadora do óvulo não tem o aparelho uterino ou não tem condições para a gestação do próprio filho.

Jesus nasceu numa manjedoura e, para nós espíritas, tornou-se o homem mais importante do mundo. Não importa muito ao nascituro nem o berço familiar nem o útero materno, porque o dom da vida para o espírito se sobrepõe aos valores materiais, quando ele adquire maiores níveis de amor e sabedoria. Importa muito os objetivos da reencarnação e a consciência que tem, como Espírito, de sua relação com a família espiritual. Ele sabe que ao nascer será submetido aos problemas da vida do homem e da influência da matéria sobre si mesmo. Por isto a Doutrina Espírita diz que vale mais para o bebê, para a mãe de aluguel e para os ‘donos’ do embrião, a plena consciência que tenham das obrigações assumidas.

Em verdade, em todo e qualquer renascimento o casal adota como filho o Espírito reencarnante para troca de experiências, compromissos recíprocos, amizade, amor, resgates e provas naturais do aprendizado. Na condição de espíritos humanos somos todos ‘adultos’, com pouco mais ou pouco menos conhecimento e evolução moral, de sorte que em vivências passadas poderíamos ter sido irmãos, pais, mães ou mesmo filhos de quem agora nos recebe, ou até, nunca termos pertencido à família consangüínea. Desta forma, para quem ama, o bebê nascido de uma barriga de aluguel, como espírito humano que é, não é diferente daquele oriundo de uma adoção normal nem daquele nascido de um parto normal, porque, em última análise, todos nós ‘somos todos filhos adotivos’.

Os clãs familiares e seus impérios praticamente não mais existem no mundo atual, sejam por razões de ordem econômica, face o surgimento das grandes empresas multinacionais; sejam de ordem política, depois da Revolução Francesa e Americana, pondo fim às dinastias reais. A equiparação dos direitos da mulher aos do homem e seu trabalho fora de casa para somar esforços na luta pela sobrevivência e sustentação dos múltiplos bens duráveis consumidos no lar atual, associados à participação das mães sociais nas creches e das babás no domicílio do casal, substituindo mães biológicas, durante muitas horas do dia, diminuíram os fortes laços da tradicional família antiga. Também o grande percentual de casais separados pelo divórcio, transformando os filhos em continha de somar para pagamento de pensão, determinam a revisão dos conceitos da antiga família.

Assim não pode haver diferença na criação do filho gerado numa barriga de aluguel, que apenas fornece o alimento para o feto, daquele filho adotado pelo coração, como normalmente falam os pais que adotam filhos já nascidos. A opção é individual e o Espiritismo nada tem a se opor, porquanto o que importa é a dedicação dos pais e o esforço que o novo homem fará para evoluir na prática do bem.

O mal não está no aluguel da barriga, mas na ação da gestante que, se não gostar do bebê, poderá criar obstáculos ao seu natural desenvolvimento ou, querendo ficar com ele, achar que tem direitos ao comando de sua vida. Mais que a família consanguínea, porém, vale a família espiritual, por causa da afinidade e sintonia entre os Espíritos que se amam verdadeiramente. Nada existe ao acaso, todas as coisas estão subordinadas à Lei de Causa e Efeito. Para o Espírito reencarnante vale a proposta do que tiver de fazer e, para o reencarnado, os resultados de sua ação. Para alcançar estes objetivos, se orar e vigiar, por certo cumprirá boa parte do que se propôs para sua missão terrena.

Pergunta-se: Quem é a mãe da criança? A mãe gestante ou a mãe biológica? Influi nada, para quem ama, saber se um filho, irmão ou neto veio aos nossos braços na condição de natural, adotado ou de proveta.

### **145.1.5 – A Eugenia e a Evolução Anímica – (Págs. 93-96):**

A certeza da existência da alma, com sua vida imperecível, adquirindo conhecimento de experiência em experiência, através da pluralidade das reencarnações, dia fará com que o homem de ciência, eliminando de sua Academia os preconceitos contra a realidade espiritual, debruçará, como já fizeram muitos individualmente, sobre os livros da Doutrina Espírita e seus princípios fundamentais, para rever seu comportamento científico materialista e para também conversar com os Espíritos, não somente por meio da mediunidade dos homens, hoje, como também através da transcomunicação instrumental (TCI), amanhã, objetivando cientificamente descobrir esta maravilhosa fase da vida do homem-espírito. Depois desta descoberta, o diálogo dos homens com os Espíritos não cessará mais e a integração dos dois mundos se fará, inaugurando a nova fase da vida humana na Terra, já nos albores do terceiro milênio.

A eugenia, como aprimoramento da raça humana, não será pois fruto do acaso, como se poderia dizer com base na seleção natural das espécies, mas o fruto do aprimoramento íntimo de cada espírito, em si mesmo, de suas conquistas científicas e da evolução tecnológica, possibilitando já através das células reprodutoras e do embrião prever e até corrigir os problemas do adulto. Assim agindo, atuam como co-criadores e auxiliares de Deus, neste mundo físico para que a vida humana colha os frutos da Lei do Progresso. Desta maneira, como diz o dr.

Sérgio Felipe de Oliveira (Boletim Médico-Espírita, n. 9, item: A Genética Molecular e as Novas Questões Éticas, ed. AMESP, 1994) ‘muito bem se poderá fazer em termos de prevenção, melhoria prognóstica, estabelecimento de bases e recursos sociais para o afetado, mas também, em mãos pouco afeitas à valorização da vida, em mãos discriminatórias, tal avanço pode caminhar para critérios eugênicos subjetivos, ideológicos e racistas’.

Quem estuda o livro de Zan Mustacchi e Sérgio Peres e outros professores da Universidade de São Paulo (Genética Baseada em Evidências – Síndromes e Heranças. Zan Mustacchi e Sérgio Peres. CID Editora Ltda., 2000, 1<sup>a</sup>. edição), por certo valorizará imensamente os progressos conquistados pela Ciência, levantando os braços a Deus, em agradecimento, e a eles, por sua atividade científica no campo da Genética, ao resumirem em livros seus trabalhos e o de pesquisadores do mundo inteiro.

Quem conhece os erros de “ditação” dos genes do DNA, na composição natural dos seres humanos, por certo estará de acordo com os estudos objetivando eliminar as anomalias estruturais e numéricas dos cromossomos causadoras das síndromes genéticas, como a de Rubinstein-Taybi, de Down, do Duplo Y, do Triplo X e tantas outras capazes de produzir terríveis dismorfologias faciais e corporais, afora o comprometimento intelectual do nascituro, como heranças dos ascendentes. Não se fala aqui, evidentemente, e nem se justifica em hipótese alguma o aborto eugênico, conhecido na linguagem daqueles que falam, politicamente, em pureza de raça.

**Eugenia**, do grego, significa “boa geração”. Escreve o dr. Izaias Claro (Boletim Médico-Espírita, n. 9, item: Direito à Vida: Aborto Eugênico, dr. Izaias Claro. Ed. AMESP, 1994) que ela é definida como ‘o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar, física e mentalmente, as qualidades raciais das gerações futuras’. É neste sentido que se busca eliminar, sob o controle social, os erros contidos nos genes do DNA.

O Espiritismo, em seu tríplice aspecto – ciência, filosofia e religião – não se opõe às pesquisas científicas e aplicação de seus resultados no aprimoramento das condições de vida humana, mesmo no campo da Reprodução Assistida. Como ciência, integra-se aos laboratórios e centros universitários, quando a pesquisa tem por fim melhorar a vida de todos; como filosofia, estimula a busca da perfeição e a felicidade do homem sobre a Terra e, como religião, admite sua participação, como co-criadores do bem, para compreender e corrigir os aparentes lapsos da lei natural, seja em relação a si mesmo, seja em relação a outros campos de sua atividade no meio ambiente em que vive. ‘O próprio homem é um instrumento de que Deus se serve para atingir os seus fins e compete a ele tornar meritório o seu trabalho, através da intenção’, disseram os Espíritos (O Livro dos Espíritos, Cap. IV, Lei de Reprodução).

Quando o cientista contabiliza 3,1 bilhões de letras do código da vida, corrigindo-lhes os defeitos para melhorar as condições de vida do homem, ele não está brincando de Deus, porque não está criando a vida do espírito. Em verdade Deus se serve dele para agir sobre a organização dos seres vivos, para limpar a cadeia genética dos malefícios acumulados ao longo da evolução da espécie humana (isto é, aquelas causas que geram malformações corporais e comprometimento intelectual), objetivando aperfeiçoar os corpos que serão ou não aproveitados pelos Espíritos na vida futura, segundo seus interesses e desde que as experiências tenham um fim útil para a Humanidade.

### 145.1.6- O Que Disseram Outros Espíritos – (Págs. 115-120):

Em 1940, quando alguns aspectos da reprodução assistida eram sonhos de alguns cientistas, já a Doutrina Espírita, através de Emmanuel (Espírito), no livro “O Consolador”, questão 1, dizia que o concurso científico é sempre útil para o esclarecimento do Espiritismo, quando oriundo da consciência esclarecida e da sinceridade do coração; todavia, importava considerar que era a ciência do mundo que tinha absoluta necessidade dele, ‘cuja finalidade divina é a iluminação dos sentimentos, na sagrada melhoria das características morais do homem’. No campo da Biologia, Emmanuel respondeu a algumas questões que transcrevemos para conhecimento e análise do amigo leitor.

**Primeira:** ‘Os Espíritos cooperam no desenvolvimento do embrião do corpo em que se vão reencarnar? E, em caso afirmativo, chegam a operar nos complexos celulares da herança física, para que os corpos futuros sejam dotados de certos elementos aptos a satisfazerem as circunstâncias da prova ou missão que hajam de cumprir? (Questão 29, do livro)’. **Resposta:** ‘No caso dos Espíritos evoluídos, senhores de realizações próprias, inalienáveis, essa cooperação quase sempre se verifica, junto ao esforço dos prepostos de Jesus, que operam nesse sentido, com vistas ao porvir de suas lutas no ambiente material. Temos de considerar, todavia, que os Espíritos rebeldes, ou indiferentes, desprovidos dos valores próprios indispensáveis, têm de aceitar a deliberação dos prepostos referidos, os quais escolhem as substâncias que merecem ou que lhes são imprescindíveis no processo de resgate ou de evolução’.

A resposta refere-se ao processo de reprodução natural, evidentemente, dado que naquele tempo não havia a reprodução ‘in vitro’. Nota-se, entretanto, a diferença de tratamento dentro da reencarnação, entre os Espíritos mais evoluídos, com direito de escolha das provas (Ver LE, questões 258 a 273) e daqueles que têm de aceitar a escolha feita por seus “tutores”. Ninguém nasce por acaso. Há sempre uma equipe de Espíritos promovendo a escolha ou a recusa do embrião para este ou aquele reencarnante, com mais ou menos méritos. Justificam-se, assim, não somente os nascimentos em corpos saudáveis ou naqueles que trazem consigo deficiências genéticas, conforme os direitos de cada um, para missões diretivas, provas retificadoras e necessárias, ou resgates expiatórios, mas também a grande quantidade dos abortos ‘espontâneos’ de embriões, não considerados ainda um ser humano. Estes acontecem porque para tais embriões não foram destinados Espíritos, ou porque um ou outro recuara ante a prova escolhida (LE, 345).

Para o Espiritismo o aborto ‘provocado’ é um crime, qualquer que seja a época da concepção. Na resposta à questão 358, disseram os amigos espirituais que ‘a mãe, ou qualquer pessoa, cometerá um crime ao tirar a vida à criança antes do nascimento, porque isto é impedir a alma de passar pelas provas de que o corpo devia ser o instrumento’. Quando, numa relação sexual normal, havendo a formação do embrião e não tendo a mulher certeza se houve ou não a ligação da alma ao corpo, se ela provocar a sua expulsão, à luz do Espiritismo, o caso caracteriza-se como aborto provocado. Será diferente, todavia, quando se tratar da reprodução assistida, estando o embrião fertilizado ainda na proveta. Neste caso, segundo as informações dos Espíritos, a alma não estando ligada ao corpo, não há que se falar em concepção do ser humano nem em aborto provocado. Há uma simples eliminação ou destruição de embriões, congelados ou não, sem qualquer restrição ética, do ponto de vista espírita, ao comportamento de seus donos ou dos médicos que os manipulam. Modifica-se, entretanto, esta certeza, após a transferência do embrião pelos médicos para a câmara maternal, dado que reaparece a incógnita da liga-

ção da alma a ele ou não, desde os primeiros momentos do serviço uterino promovido pelos amigos espirituais.

**Segunda:** ‘Quando o embrião está sendo formado, existe uma interpenetração de fluidos entre a gestante e a Entidade então ligada ao feto? Existem conseqüências verificáveis? (Questão 32, do livro). **Resposta:** Esta interpenetração de fluidos é natural e justa, ocasionando, não raras vezes, fenômenos sutilíssimos, como os chamados “sinais de nascença” que, somente mais tarde, poderão ser entendidos pela ciência do mundo, enriquecendo o quadro de valores da biologia, no estudo profundo das origens’.

Esta interpenetração inicia-se com a ligação do corpo espiritual do reencarnante ao corpo espiritual da mãe. Este fato foi descrito por André Luiz (Espírito), em ‘Missionários da Luz’, capítulo 13, quando Raquel, a mãe, desdobrada em Espírito, durante o sono, recebe seu filho, Segismundo, que se liga a ela por indescritível ‘processo de união magnética’, antes mesmo da fecundação e da ligação definitiva da alma ao embrião: ‘Foi então’, descreve o autor, ‘que a vi apertar a forma infantil de encontro ao coração, mas tão fortemente, tão amorosamente, que me pareceu uma sacerdotisa do Poder da Divindade Suprema’. Como se percebe, esta primeira ligação não se deu de alma para alma, mas de corpo espiritual a corpo espiritual.

A união magnética do corpo espiritual do reencarnante ao corpo espiritual da mãe ocorreu, neste caso, devido à ação mental materna que, em Espírito, após uma relação sexual normal, revelou o desejo de ter o filho. A descrição do fato, pelo autor, mostra que este processo de união magnética ocorreu alguns minutos antes da fecundação, isto é, da formação do embrião. Diz André Luiz que o dirigente da equipe espiritual, depois de ter examinado o óvulo e observado os elementos sexuais masculinos, ‘identificou o mais apto, fixando nele o seu potencial magnético, dando-me a idéia de que ajudava a desembaraçar-se dos companheiros para que fosse o primeiro a penetrar a pequenina bolsa maternal. E, em seguida, ajustou a forma reduzida de Segismundo, que se interpenetrava com o organismo perispirítico de Raquel, sobre aquele microscópico globo de luz, impregnado de vida, e observei que essa vida latente começou a movimentar-se’. Algumas horas depois da cópula, estava terminada a operação inicial de ligação da alma ao corpo.

O amigo leitor pode verificar que a ligação da alma do reencarnante ao zigoto (embrião) se deu em dois tempos distintos: primeiro, a ligação do corpo espiritual de Segismundo ao corpo espiritual de Raquel, pela ação materna, e segundo, a ligação do corpo espiritual do reencarnante ao corpo físico (embrião), pela ação do amigo espiritual. A partir desta união o organismo maternal fornecerá todo o alimento para o corpo embrionário, enquanto a alma, isto é, o Espírito reencarnante, através de seu perisprito, como modelo, atuará como ímã entre limalhas de ferro, dando forma ao futuro feto. Neste caso, se a mulher-mãe, ao acordar, por seu livre-arbítrio, tomasse, por exemplo, a ‘pílula do dia seguinte’ para evitar o nascimento do filho, estaria provocando um aborto, renegando, ‘sponte sua’, um acordo bilateral formalizado durante o estado de sono. Quem estuda a Doutrina Espírita tem condições de errar menos.

**Terceira:** ‘A genética está submetida a leis puramente materiais? (Questão 35, do livro)’. **Resposta:** ‘As leis da genética encontram-se presididas por numerosos agentes psíquicos que a ciência da Terra está longe de formular, dentro dos seus postulados materialistas. Esses agentes psíquicos, muitas vezes, são movimentados pelos mensageiros do plano espiritual, encarregados dessa ou daquela missão junto às correntes da profunda fonte da vida’.

O estudo destes agentes psíquicos será de suma importância para a análise dos pesquisadores da medicina futura. Entre eles se colocam: a) As células vivas do corpo, embora submetidas a um denso determinismo da matéria nos níveis mais inferiores da Natureza, onde predomina as forças de atração e a vida instintiva, são, no dizer de André Luiz, ‘princípios inteligentes de feição rudimentar ou animálculos infinitesimais, que se revelam domesticados e ordeiros na colmeia orgânica’, compelidas à disciplina pelo espírito que as associa e governa. Este mesmo autor em ‘Missionários da Luz’, capítulo 13, escreve que ‘o homem do futuro compreenderá que as suas células não representam apenas segmentos de carne, mas companheiras de evolução, credoras de seu reconhecimento e auxílio efetivo’; b) A ação do perispírito que modela o corpo físico, sob supervisão do espírito. Havemos de convir: Se há uma alma, se há um corpo espiritual que a liga ao corpo físico, de alguma sorte ou de algum modo, esta ligação deve se processar. Disse André Luiz (em Missionários da Luz, cap. 13) ‘que o corpo espiritual que dá forma aos elementos celulares, está fortemente radicado no sangue’; c) A submissão do espírito aos princípios da Lei de Causa e Efeito a que dera causa, marcados no corpo espiritual para o reajuste necessário; d) A ação do espírito sobre a matéria, por si, ou através de agentes espirituais superiores etc...

Em resumo, os geneticistas poderão realizar suas numerosas experiências, através da seleção de genes, da reprodução assistida, da produção de clones ou buscar a eugenia (boa geração) da raça humana, mas, se não buscarem a finalidade divina da reprodução e a iluminação dos sentimentos em suas pesquisas para a melhoria das características morais do homem, por certo, permanecerão na superfície dos conhecimentos humanos e sem diálogo com os Espíritos Superiores.

**145.2 – “Clonagem à luz do espiritismo”- Livro de Wladimir Lisso (FEESP), Dra. Solange Soares de Camargo (USP), Prof. Síntia Iole Nogueira (UNIFESP/EPM) e Durval Ciamponi (FEESP) – Edições FEESP, 1ª. edição, abril de 2002:**

**Ciência e Espiritismo** (W. Lisso – Págs. 31-36). Queremos revelar, de início, que consideramos de fundamental importância a ciência para o Espiritismo e a necessidade dos espíritos tomarem conhecimento dos avanços científicos do mundo em que vivemos. Estamos numa fase da evolução no planeta em que a ciência atingiu um progresso considerável, revelando descobertas que, no passado, eram consideradas pura ficção científica. Nos últimos séculos foram consideradas revoluções científicas, sob o aspecto material, o Sistema Heliocêntrico, de Nicolau Copérnico, a Teoria da Evolução das Espécies, de Charles Darwin, a Psicanálise, de Sigmund Freud, a Parapsicologia, de Joseph Rhine, como filha da Metapsíquica, de Sir William Crookes, a Genética com a descoberta do genoma humano, onde se insere a clonagem. Todas estas revoluções ou revelações científicas associadas aos avanços da tecnologia, onde se destacam os meios de comunicação, como a Internet, estão intimamente associadas ao Espiritismo, de Allan Kardec, como doutrina que mostra, através da mediunidade, a interação e seus reflexos no comportamento humano de homens e Espíritos, decorrente do conceito de preexistência e sobrevivência da alma, como fruto das vidas sucessivas.

Assuntos como inseminação artificial intra-uterina, fertilização “in vitro”, barriga de aluguel, mudança de sexo e clonagem de animais já deixaram o campo do impossível se manifestando como fatos na pesquisa científica e na sua aplicação prática. Paralelamente, desenvolve-se na ciência os estudos na área da Bioética visando criar, na utilização das descobertas ci-



entíficas, a consciência de responsabilidade em relação às suas conseqüências sociais. As diversas correntes espiritualistas são chamadas a participar deste movimento de moralização da ciência no seu objetivo maior que é o bem estar do ser humano e adequação das novas descobertas científicas ao interesse maior de desenvolvimento do espírito. Exemplo da participação ativa da religião na definição do uso das novas descobertas científicas, observa-se nas várias manifestações da Igreja Católica, do Judaísmo e outras correntes religiosas em relação à clonagem humana.

Admite-se que a ‘espiritualização’ da ciência é conseqüência lógica da lei do progresso, da mesma forma que a ciência torna-se fundamental para a maior compreensão de Deus e do espírito. Todavia, ainda por longo período, os cientistas tentarão, em vão, explicar Deus e o espírito apenas pelas leis que regem a matéria, por eles conhecida, enquanto outros tentarão explicar Deus e o espírito apenas pelas posturas dogmáticas, sem a necessária consideração das descobertas das ciências tradicionais e metafísicas e sem os fundamentos da fé raciocinada. Lembra Allan Kardec na introdução ao estudo da Doutrina Espírita, em *O Livro dos Espíritos*, o método a ser seguido por cientistas que se aproximam do Espiritismo para o seu conhecimento:

‘O Espiritismo é o resultado de uma convicção pessoal que os sábios podem ter como indivíduos, independente da sua condição de sábios. Querer, porém, deferir a questão à ciência seria o mesmo que entregar a uma assembléia de físicos ou astrônomos a solução do problema da existência da alma. Com efeito, o Espiritismo repousa inteiramente sobre a existência da alma e o seu estado após a morte. Ora, é supinamente ilógico pensar que um homem deve ser grande psicólogo pelo simples fato de ser grande matemático ou grande anatomista. O anatomista, dissecando o corpo humano, procura a alma e porque não a encontra com o seu bisturi, como se encontrasse um nervo, ou porque não a vê se evoluir como um gás, conclui que ela não existe. Isto em razão de colocar-se num ponto de vista exclusivamente material. Segue-se daí que ele esteja com a razão, contra a opinião universal? Não. Vê-se, portanto, que o Espiritismo não é da alçada da ciência’.

(...) O Espiritismo, fundando-se no tripé – Ciência, Filosofia e Religião -, não pode e não deve se omitir em relação a todas as descobertas da ciência tradicional, que devem ser interpretadas à luz da Doutrina, pois dizem respeito a aspectos fundamentais abordados na Codificação e suas bases essenciais, entre eles, e no caso da clonagem, principalmente, a reencarnação. (...) Espírito e matéria são elementos integrantes da criação divina, segundo a Doutrina Espírita. Nesse sentido, Kardec em *A Gênese* esclarece que ‘o conhecimento de um não pode ser completo sem o conhecimento do outro’ e mais, que ‘o Espiritismo e a ciência se completam um pelo outro’ e, finalmente, que ‘o estudo das leis materiais deveria preceder o da espiritualidade, porque é a matéria que primeiramente fere o sentidos.’ Como deixar a ciência à margem do Espiritismo sem sustar o progresso da Doutrina? Continua o pensamento de Kardec no livro *A Gênese*: ‘O Espiritismo, marchando com o progresso, jamais será ultrapassado porque, se novas descobertas demonstrassem estar em erro sobre um certo ponto, ele se modificará sobre esse ponto; se uma nova verdade se revelar, ele a aceitará’.

Não vemos outra forma de marchar com o progresso sem conhecer o progresso e as novas descobertas em todos os segmentos do conhecimento humano. A análise dos avanços científicos, face ao Espiritismo, é essencial pois ensina o filósofo Lewis Mumford que a tecnologia ensinou uma lição à humanidade – nada é impossível. Entretanto, destaca o sociólogo Michael Harrington que quando existe avanço tecnológico sem avanço social surge, quase auto-

maticamente, um aumento da miséria humana. A religião é levada a participar da moralização da ciência, pois – como nos diz Compton – não pode haver conflito entre religião e ciência: esta é apenas um método idôneo de comprovar a verdade, e a busca da verdade é um dos objetos do Espiritismo.

Em síntese, cumpre concluir que, consideradas as nossas características individuais que nos leva a uma dedicação maior para um dos aspectos da Doutrina em relação a educação, a qual, segundo Kardec, é a chave do progresso moral, todos os três aspectos do Espiritismo devem ser objeto de estudos e divulgação, inclusive como ciência, no seu objeto específico, e na sua relação com as demais ciências.

### **145.2.1- A Lei de Reprodução – (W. Lisso – Págs. 37/8)**

A Lei de Reprodução determina a transformação da matéria como fundamental para que o mundo corpóreo subsista e, conseqüentemente, estabelece uma das bases para a evolução do espírito (perguntas 132 e 686 do O Livro dos Espíritos). O desenvolvimento da engenharia genética criando plantas e animais transgênicos – respeitada a necessidade de paralelamente se manter a reprodução através da recombinação genética – encontra apoio na Doutrina, já antecipada no “O Livro dos Espíritos”, na questão 692 - **Pergunta:** ‘O aperfeiçoamento das raças animais e vegetais pela Ciência é contrário à lei natural? Seria mais conforme a essa lei deixar as coisas seguirem o seu curso normal? **Resposta:** Tudo se deve fazer para chegar à perfeição. O próprio homem é um instrumento de que Deus se serve para atingir os seus fins. Sendo a perfeição o alvo para que tende a Natureza, favorecer a sua conquista é corresponder àqueles fins’.

Embora se tratando de assunto controverso devido às imperfeições da tecnologia atual, a manipulação, em análise, pode trazer benefícios à humanidade aumentando as fontes de alimentos e medicamentos, com a melhoria conseqüente das condições humanas, no que se refere à nutrição e à saúde, trazendo uma redução gradativa dos problemas atuais. No que se refere à reprodução de animais por clonagem, o processo já vem sendo utilizado em diversos países e consiste na fusão do óócito, do qual foi retirado o núcleo, com uma célula que a partir de uma manipulação técnica adquire funções reprodutivas.

Com exceção das experiências com clonagem humana, a clonagem de animais e suas experiências podem beneficiar o ser humano, não somente pelo aprendizado que delas decorrem para aplicação futura à constituição do corpo do homem, mas também pelo mais baixo custo de animais transgênicos, obtidos através do DNA recombinante (que fornecem substâncias medicamentosas aos seres humanos através do leite e outras secreções do organismo).

### **145.2.2 – Clonagem Humana – Questão de Tecnologia e Ética (W. Lisso, Págs. 45/46):**

Cumpre destacar que, no que se refere à reprodução por clonagem, as técnicas disponíveis nesta fase do progresso científico, desaconselham a sua utilização pois, entre outros males, leva à manipulação de material genético humano para fins de experiência contrária à ética, já que o ser humano deve ser o fim a que se destina a pesquisa científica e não o meio de que nos servimos para novas descobertas. Nos EUA, proibição expressa do Congresso norte-americano impossibilita experiências e tentativas de clonagem de seres humanos. França e A-

lemanha solicitaram à ONU convenção universal para a proibição da clonagem humana. Entre os segmentos religiosos que se manifestaram contrários à clonagem humana, destaca-se o catolicismo, que, entre outros argumentos, caracteriza como aborto, quando há a morte do embrião ou do feto após a concepção; condena a destruição de embriões por iniciativa do homem ou em pesquisas científicas. Protestantes, judeus e muçulmanos manifestaram-se dentro da mesma orientação contrária à clonagem humana por razões semelhantes.

Recente congresso proposto pelo médico ginecologista italiano Severino Antinori, favorável à clonagem humana para fins de reprodução de filhos para homossexuais, idosos e solteiros, sofreu boicote por parte de cientistas, em todo o mundo, contrários à clonagem humana. (No Reino Unido, em dezembro do ano 2000, passou-se a autorizar a clonagem de embriões humanos para fins terapêuticos. Na França, excedentes de fertilização “in vitro” podem ter a mesma destinação. Não existe objetivo de reprodução de seres humanos, mas sim, células para fins terapêuticos, embora no caso também o assunto envolva controvérsia, pois já há a formação de embriões – pág.43).

Em resposta às estatísticas que revelam deformações em 90% de animais clonados, Antinori alega que bebês defeituosos são parte das experiências, já que assim como a vida, na ciência, nada é perfeito. A paranóia se manifesta no interesse econômico e promoção pessoal ignorando os efeitos nocivos de experiências prematuras para o ser humano. A tecnologia atual pode implicar na existência, para cada três bebês nascidos sadios, de duas centenas de fetos monstruosos, além de mortes no ventre ou após o nascimento. Outras implicações, como velhice prematura dos clones e doenças decorrentes são previstas nesta fase das pesquisas. Ilustra, neste campo, a imperfeição da tecnologia.

Obviamente, não se podendo deixar de considerar a imperfeição tecnológica e o pouco conhecimento do homem e seus aspectos de moralidade, doutrinariamente para o Espiritismo, no momento, é inviável a prática da clonagem humana. Muitos são os riscos aos direitos do nascituro, para atender ao delírio narcisista de orgulho e vaidade de alguns seres humanos, principalmente, em um mundo em que órfãos existem em grande número e a adoção é uma alternativa legal e moralmente válida.

### **145.2.3 - Natimorto – (W. Lisso – Págs. 47-52). Questão: ‘Quando se examina a situação dos natimortos, podemos admitir à luz do Espiritismo que em alguns casos não há espírito ligado a feto em desenvolvimento?’:**

(...) Vejamos a questão em O Livro dos Espíritos (perguntas 136-a e 136-b): **136-a. O corpo pode existir sem a alma?** – Sim; e não obstante, desde que o corpo deixa de viver, a alma o abandona. Antes do nascimento, não há união decisiva entre a alma e o corpo, ao passo que, após o estabelecimento dessa união, a morte do corpo rompe os liames que a unem a ele, e a alma o deixa. A vida orgânica pode animar um corpo sem alma, mas a alma não pode habitar um corpo sem vida orgânica. **136-b. O que seria o nosso corpo, se não tivesse alma?** – Uma massa de carne sem inteligência; tudo o que quiserdes, menos um homem.

Clara a conclusão de Kardec: Pode existir vida orgânica sem o espírito. Os estudos desenvolvidos em relação ao processo da morte física e desencarnação vêm corroborar a conclusão inicial acima exposta. O Livro dos Espíritos esclarece (pergunta 156): **A separação defini-**

**tiva entre a alma e o corpo pode verificar-se antes da cessação completa da vida orgânica?** – Na agonia, às vezes, a alma já deixou o corpo, que nada mais tem do que a vida orgânica. O homem não tem mais consciência de si mesmo, e não obstante ainda lhe resta um sopro de vida. Ele se mantém enquanto o coração lhe fizer circular o sangue pelas veias e para isso não necessita da alma.

No mesmo sentido, em *O Céu e o Inferno*, segunda parte, Capítulo I, Allan Kardec, no item ‘A Transição’, referindo-se ao assunto Morte Física/Desencarnação, diz no seu Item 5: ‘Coloquemos primeiramente, em princípio, os quatro casos seguintes, que podemos encarar como as situações extremas entre as quais existe uma infinidade de variações: 1º.) Se no momento de extinção da vida orgânica o desprendimento do perispírito já se tiver completado, a alma não sentirá absolutamente nada’.

Admitindo-se a possibilidade de vida orgânica no ser humano sem o Espírito, elimina-se um argumento que se teria contrário à existência do feto sem ligação com o Espírito reencarnante. Analisemos as seguintes questões de *O Livro dos Espíritos*: **Questão 356: - Há crianças natimortas que não foram destinadas à encarnação de um Espírito?** – Sim, há as que jamais tiveram um Espírito destinado aos seus corpos; nada devia cumprir-se nelas. É somente pelos pais que essa criança nasce. **Questão 356-a: - Um ser dessa natureza pode chegar ao tempo normal de nascimento?** – Sim, algumas vezes, mas então não vive.

Kardec admite claramente a existência de formação fetal sem a existência da Entidade reencarnante. Neste caso, como se realiza a aglutinação das moléculas para organização da matéria, já que não há o agente diretor (o Espírito) e organizador do corpo físico? André Luiz nos fala que o ‘fenômeno obedece aos moldes mentais maternos’. Observa ele em *Evolução em Dois Mundos*, Capítulo XIII, quando fala da gestação frustrada, que ‘em todos os casos que há formação fetal, sem que haja a presença de entidade reencarnante, o fenômeno obedece aos moldes mentais maternos. Dentre as ocorrências dessa espécie há, por exemplo, aquelas nas quais a mulher, em provação de reajuste do centro genésico, nutre habitualmente o vivo desejo de ser mãe, impregnando as células reprodutivas com elevada percentagem de atração magnética, pela qual consegue formar com o auxílio da célula espermática um embrião frustrado que se desenvolve, embora inutilmente, na medida da intensidade do pensamento maternal, que opera, através de impactos sucessivos, condicionando as células do aparelho reprodutor, que lhes respondem aos apelos segundo os princípios de automatismo e reflexão. Em contrário, há, por exemplo, os casos em que a mulher, por recusa deliberada à gravidez de que se acha possuída, expulsa a entidade reencarnante nas primeiras semanas de gestação, desarticulando os processos celulares da constituição fetal e adquirindo, por semelhante atitude, constrangedora d’vida ante o Destino’.

Conclui-se pela possibilidade de vida orgânica no caso dos natimortos sem ligação com Entidade reencarnante. Assim, pode haver vida orgânica na forma hominal sem a presença e ligação do espírito. Situam-se neste caso: 1) A desencarnação anterior à cessação da vida orgânica. 2) A situação de natimortos dentro das circunstâncias estudadas. Em ambos os casos, a vida orgânica é de curta duração, transitória, sendo que: a) na desencarnação anterior à morte física, o corpo biológico já cumpriu a sua função; b) na situação dos natimortos, o corpo orgânico está ligado a provações ou expiações dos pais e não tem como função a encarnação de espírito.

Ressalte-se que pode haver natimortos em processo de ligação com o Espírito com o propósito de acomodação e adaptação da Entidade, o que serve como preparação para futura reencarnação. Neste sentido é a resposta à pergunta 355 de O Livro dos Espíritos: **Há, como indica a Ciência, crianças que desde o ventre da mãe não têm possibilidades de viver? E com que fim acontece isso?** Resposta: **Isso acontece freqüentemente, e Deus o permite como prova, seja para os pais, seja para o Espírito destinado a encarnar.**

No que se refere à formação de embriões em laboratório, na Clonagem Terapêutica ou mesmo na Partenogênese, quando o óvulo estimulado inicia o processo de divisão celular sem estar fecundado, temos a considerar que a tecnologia não visa a reprodução de seres vivos mas, simplesmente, a formação de vida orgânica para a utilização de células-tronco para fins terapêuticos. No processo, não se manifesta a fase pré-encarnatória quando o espírito reencarnante já se liga antes da concepção através da relação fluídica àqueles em relação aos quais existem compromissos de ligações na matéria de acordo com a necessidade de provas e expiações.

Por outro lado, não existe a impregnação das células com base nos moldes mentais maternos tendo em vista que a matéria se organiza em laboratório e não no útero da mulher. No caso, entende-se que a divisão celular segue as leis biológicas, sob o ponto de vista dos cientistas encarnados ou estão sendo submetidas a eventuais influências das Entidades espirituais que estão sempre presentes nos laboratórios de pesquisas, que visam as descobertas para a criação do bem-estar e felicidade para o planeta.

Cumprir notar um dado importante, sob o ponto de vista espírita, que trabalha com a dualidade matéria e espírito: são distintos os conceitos de vida orgânica e de ser vivo. Nem sempre a matéria orgânica, isto é, a matéria viva, é um ser vivo, mas o ser vivo é sempre formado de matéria viva. Dentro desta ótica, existe a teoria que admite a existência de um princípio espiritual em evolução nas células. Segundo ela, este princípio estaria participando do processo de divisão das células em laboratório. Esta teoria é defendida por André Luiz, Espírito, em seu livro *Evolução em Dois Mundos*, capítulo V, onde considera ‘...as células como princípios inteligentes de feição rudimentar, a serviço do princípio inteligente em estágio mais nobre nos animais superiores e nas criaturas humanas..’. Observa-se, sob este ponto de vista, que continua existindo o princípio organizador da matéria, conquanto rudimentar, mas não do Espírito reencarnante, no estágio mais elevado das criaturas humanas.

#### **145.2.4 – No momento, a Clonagem Humana não deve ser praticada – Págs. 53/54:**

É de suma importância a discussão deste tema no meio espírita, para que os espíritas se posicionem diante da clonagem humana, da mesma forma que vêm fazendo as demais correntes espiritualistas, já que a aproximação – ciência e religião – é consequência lógica e inevitável da nossa evolução espiritual. Neste momento, conquanto a Doutrina defenda o princípio da progressão infinita da alma, sob o ponto de vista ético do comportamento humano e pelas razões expostas, a clonagem humana não deve ser praticada, seguindo-se, inclusive, as diretrizes tomadas pelas grandes nações do mundo e por todas as outras religiões.

Entretanto, a clonagem humana não poderá ser evitada para sempre. Seu desenvolvimento, além das pesquisas científicas em laboratório, vai depender da evolução moral do homem e de novas descobertas científicas e tecnologias que eliminem os problemas atuais apresentados. Sabe-se que a ciência é aética, mas a ética não deixa de ser um freio do comporta-

mento dos cientistas. Registra o boletim Medicina e Espiritualidade, informativo da Associação Médico-Espírita do Brasil, n.1, de junho de 2001, que ‘grande parte da comunidade científica posicionou-se contra’ (a clonagem do ser humano), ‘uma vez que a técnica é ainda incipiente’. E que, além da Dolly, ‘outros animais clonados, desde 97, têm nascido com anomalias cardíacas, problemas de imaturidade pulmonar, baixa imunidade etc., quando não são fetos monstruosos que morrem nas várias fases da gestação. As fêmeas que os hospedam sofrem e muitas morrem de doenças inusitadas’. A médica, dra. Marlene Rossi Severino Nobre, em artigo publicado sobre o assunto, disse: ‘Assim, peçamos à bondade divina que a clonagem humana chegue quando as respostas estiverem suficientemente iluminadas pela vivência do Evangelho do Cristo também nos laboratórios e campos de trabalho da ciência’.

### **145.3 – “Clonagem”- “Transgênicos” - Jornal Folha de S. Paulo, Folha-Ciência:**

**Criador de Dolly pede para clonar embrião (Folha Ciência, 29 de setembro/2004, pág. A12)** – O criador da ovelha Dolly, o primeiro clone de animal adulto, pediu ontem uma licença para estudar como as células nervosas enlouquecem e causam a doença do neurônio motor – enfermidade degenerativa incurável, cujo paciente mais ilustre é o físico britânico Stephen Hawking. Ian Wilmut, que chefiou o grupo de cientistas que criou Dolly no Instituto Roslin, Escócia, em 1996, disse planejar clonar embriões usando células adultas de pacientes portadores daquela doença, que causa degeneração dos músculos. Ele quer obter células-tronco, induzi-las a se diferenciar em neurônios e, depois, comparar seu desenvolvimento com o de células derivadas de embriões saudáveis. Esse tipo de estudo, conhecido como clonagem terapêutica, enfrenta oposição de grupos antiaborto, porque envolve a criação de embriões para sua posterior destruição – é necessário que o embrião seja destruído para a obtenção das células-tronco. “Acreditamos que isso produzirá oportunidade inteiramente nova para o estudo da doença do neurônio motor”, disse Wilmut ontem, durante uma entrevista. Se o pedido for aprovado pela Autoridade de Fertilização Humana e Embriologia, órgão que regulamenta esse tipo de pesquisa no Reino Unido, será a segunda licença do gênero concedida no país. A primeira foi dada, no mês passado, à Universidade de Newcastle, para a clonagem de embriões humanos com o objetivo de desenvolver terapias para diabetes e mal de Parkinson.

Os embriões produzidos por meio da transferência nuclear – técnica que o próprio Wilmut usou no caso da Dolly – poderão se desenvolver até o sexto dia, quando atingem o estado conhecido como blastocisto. É nessa fase que as células-tronco embrionárias são extraídas. A lei britânica permite que isso aconteça desde 2001, mas proíbe que embriões clonados se desenvolvam além desse estágio e sejam implantados para reprodução. Wilmut não quer desenvolver implantes de células-tronco para recuperar os doentes. O objetivo da pesquisa é entender o mecanismo genético e celular por trás da moléstia – o que é difícil, porque os nervos são inacessíveis no cérebro dos pacientes. “Hoje, tudo o que nós temos é tecido de pacientes mortos. Precisamos de formas de estudar os neurônios motores [aqueles que carregam informação do cérebro para os músculos] durante o processo da doença”, disse Brian Dickie, da Associação Britânica da Doença do Neurônio Motor. A enfermidade é, na verdade, um conjunto de doenças de gravidade variada que levam a perda da função muscular. Cerca de 350 mil pessoas são afetadas todo ano, e cem mil morrem – a maioria nos primeiros cinco anos após o início dos sintomas. Dez por cento delas, como Hawking, sobrevivem por uma década ou mais.

**Embrapa agora anuncia a filha do clone (Folha Ciência, 5 de outubro/2004, pág. A11)** – A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) anunciou ontem o nasci-

mento da bezerra Glória, filha do primeiro clone bovino da América Latina, “Vitória da Embrapa”. O filhote nasceu de parto natural em 19 de setembro, em Brasília. Segundo Rodolfo Rumpf, coordenador das pesquisas de reprodução animal da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, o nascimento prova que o clone desenvolvido pelo órgão é perfeito do ponto de vista reprodutivo. “Vitória é fértil, sexualmente normal e tem instintos maternos.” A Embrapa demorou duas semanas para anunciar o nascimento, por uma questão de “cautela”. Os cientistas queriam avaliar a mãe e filha, ver se o relacionamento das duas era o mesmo dos animais tradicionais e se o desenvolvimento da bezerrinha era normal, disse Rumpf. Todo o processo de concepção foi um “laboratório diário”, segundo Rumpf. Vitória, hoje com três anos e sete meses, apresentou cio, passou pela monta – em que o processo de cruzamento é feito com um touro –, mas não ficou prenha. A solução foi inseminá-la artificialmente. Vitória, clonada a partir de uma célula de um embrião de cinco dias, é fruto de um projeto desenvolvido desde 1984. Por se originar de um embrião, ela é diferente da famosa ovelha Dolly, que foi clonada a partir de uma célula extraída de um organismo adulto – processo geralmente bem mais complicado.

Além de Vitória, a Embrapa tem um segundo clone, Lenda, nascida no ano passado. O órgão tentou criar um clone de um clone, que chegou a nascer, mas não teve vida longa. Em maio deste ano, Vitoriosa, clone de Vitória, morreu pouco antes de completar quatro meses. Para a Embrapa, além da importância científica da clonagem, o método é uma forma de regenerar material genético em extinção e de reprodução de indivíduos expoentes, com alto valor genético. Por isso a escolha da raça bovina. O próximo passo, segundo José Manuel Cabral Dias, chefe da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, é criar rebanhos de bovinos clonados, para testes no campo. Além do trabalho com clones, a Embrapa segue as pesquisas com animais transgênicos (em que trechos de DNA contendo genes de um organismo são inseridos em outro). Em 2003, o órgão conseguiu que um bezerro transgênico sobrevivesse até o oitavo mês de gestação. Os próximos bovinos geneticamente modificados devem nascer em 2006.

**Senado aprova autorização para transgênicos – (Folha de S.Paulo, 7 de outubro/2004, pág. B1) – Soja transgênica** – Fica autorizado o plantio de soja geneticamente modificada na safra 2004/2005. Os grãos colhidos nessa safra não poderão ser vendidos como semente. Cabe à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), por maioria simples, decidir sobre a pesquisa, produção, o cultivo, a comercialização e o transporte de organismos geneticamente modificados, exigindo ou não estudo de impacto ambiental.(...) Poderá haver recurso da decisão ao Conselho Nacional de Biossegurança em até 30 dias. O conselho tem até 45 dias para decidir se acata ou não o recurso. Após o prazo, o silêncio valerá por aval à decisão da CTNBio. Para valerem, as regras precisam passar por nova votação na Câmara antes de ir à sanção presidencial. O que é um organismo geneticamente modificado? Um produto cujo código genético é alterado por meio de manipulações para lhe dar novas características... Numa planta, por exemplo, é possível fazer mudanças para que ela fique resistente a um tipo de inseto ou a um herbicida, como no caso da soja plantada no Brasil. **‘A Favor’**: ... aumenta a produtividade, diminui o custo de produção ao usar menos herbicidas, torna os alimentos menos sujeitos a aplicação de defensivos, o que os tornaria mais saudáveis. **‘Contra’** ... As pesquisas com transgênicos são ainda relativamente novas para avaliar se esses produtos afetam ou não a saúde e o ambiente, não há prova definitiva do aumento de produtividade, há risco de não mais ter a espécie “pura”, sem mistura com os grãos geneticamente modificados, há mercados que preferem soja não modificada geneticamente.

**145.4 - Trecho sobre clonagem terapêutica gera dúvida – (Folha de S.Paulo, 7 de outubro/2004, pág. B3)**

Por mais de uma hora ficou a confusão no ar: os senadores teriam liberado ou não a clonagem de embriões para fins terapêuticos? Não – foi a conclusão a que chegaram depois de divergências entre os senadores.... A versão mais recente da lei de biossegurança, que segue para a Câmara, autoriza o uso de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* em pesquisa, desde que eles tenham sido descartados ou estejam congelados há pelo menos três anos. Também é exigido o consentimento dos pais. Os embriões serão usados na produção de células-tronco, que podem ser transformadas em diversos tipos de tecido humano. A autorização está limitada a fins de pesquisa e terapia de doenças degenerativas, segundo o acordo negociado no Senado. A regra garante o uso de cerca de 30 mil embriões disponíveis. A clonagem terapêutica permitiria a multiplicação dos embriões, mas ela acabou enquadrada como crime, sujeito a pena de até cinco anos de reclusão, além de multa. “É só o começo”, comemorou Andréa Bezerra de Albuquerque, presidente do Movitae (Movimento em Prol da Vida), certa de que o projeto enfrentará ainda grande oposição na Câmara, onde o uso de embriões chegou a ser proibido no começo do ano. “É um problema entre a fé e a ciência”, avaliou o Líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), reafirmando o apoio do governo à proposta. Embora o projeto de lei proíba claramente a clonagem humana para fins reprodutivos ou qualquer tipo de manipulação genética em embriões, ele ainda enfrentará a oposição de setores da Igreja Católica...

#### **145.5 - Embrião congelado basta, diz geneticista – (Folha Ciência, 8 de outubro/2004, pág. A16)**

...Segundo cientista da USP, país não domina clonagem terapêutica e veto do Senado não atrapalha pesquisa...Embora não autorize o uso de técnicas de clonagem de embriões para a obtenção de células-tronco, o projeto da Lei de Biossegurança aprovado anteontem no Senado não deve atrapalhar os cientistas brasileiros num primeiro momento. É o que diz Mayana Zatz, geneticista da USP que participou do processo de redação do texto final junto aos legisladores. “Essa técnica, que envolve a transferência de núcleo, é muito complexa. Hoje, não há nenhum grupo no Brasil que possa dizer, no caso de ter autorização para ir em frente, ‘eu estou pronto’, afirma. “No caso das linhagens obtidas a partir de embriões congelados, nós podemos começar já.” Por isso, Zatz se diz satisfeita com o texto, que agora depende da aprovação da Câmara e da sanção presidencial para virar lei. Na redação final, fica autorizado o uso em pesquisa de embriões congelados em clínicas de fertilidade que estejam lá há pelo menos três anos, se os pais concordarem. Há cerca de 30 mil embriões nessa situação no país, que seriam descartados de outra forma.

A idéia dos pesquisadores é extrair deles células-tronco, que têm potencial para virar qualquer tipo de célula, de neurônios a músculo cardíaco. A meta é, em longo prazo, criar tratamentos para doenças hoje incuráveis, como mal de Parkinson e diabetes. Com os embriões congelados, já será possível dar andamento à pesquisa, mas alguns cientistas defendem que aliar esses estudos às técnicas de clonagem é fundamental, pois permite a criação de tecidos com as mesmas características genéticas de um determinado indivíduo (o que evitaria rejeição, no caso de um transplante) e também permite o estudo de certas doenças genéticas em culturas de células em laboratório. Os cientistas chamam isso de clonagem terapêutica, procedimento que envolve a criação de um embrião especialmente para pesquisa e que a nova Lei de Biossegurança não permite. É importante não confundi-lo com clonagem reprodutiva – a criação de uma pessoa a partir do DNA de outra -, que tem oposição uníssona de cientistas e religiosos. Nem todos na comunidade científica estão 100% satisfeitos com a solução a que chegaram os legisladores. “Claro, é melhor estudar os embriões congelados do que não estudar nada”, diz Lygia



da Veiga Pereira, geneticista colega de Zatz na USP. “Mas, se não pudermos fazer transferência nuclear, só vamos obter linhagens de células-tronco como as que já existem nos EUA. Como as quatro que importamos recentemente de lá para o nosso laboratório.” Segundo Pereira, os cientistas continuarão lutando pela futura liberação das pesquisas com células-tronco de embriões clonados. E, com isso, Zatz concorda. “O que ficou acordado com o Senado”, ela diz, “é que o texto passaria assim, sem a clonagem terapêutica, e que depois seria discutir uma outra lei, para versar especificamente sobre esse tema.”

### **III – OBSTÁCULOS À REPRODUÇÃO E A LEI NATURAL (Itens 693 e 694)**

**Artigo 146** – Tudo o que entrava a marcha da Natureza é contrário à lei geral; assim, as leis e os costumes humanos que objetivam ou têm por efeito criar obstáculos à reprodução são contrários à lei natural.

#### **Obstáculos abusivos à reprodução de animais e plantas**

**Artigo 147** – Deus deu ao homem, sobre todos os seres vivos, um poder que ele deve usar para o bem, mas não abusar. Ele pode regular a reprodução segundo as necessidades (prejuízo às outras espécies), mas não deve entravá-la sem necessidade. A ação inteligente do homem é um contrapeso posto por Deus entre as forças da Natureza para restabelecer-lhes o equilíbrio, e isso também o distingue dos animais, pois ele o faz com conhecimento de causa. Os animais concorrem, por sua vez, para esse equilíbrio, pois o instinto de conservação que lhe foi dado faz que, ao proverem a própria conservação, detenham o desenvolvimento excessivo e talvez perigoso das espécies animais e vegetais de que se nutrem.

#### **Obstáculos à reprodução humana e a sensualidade**

**Artigo 148** – Os usos que têm os homens de deter a própria reprodução, com vistas à satisfação da sensualidade, provam a predominância do corpo sobre a alma e o quanto o homem está imerso na matéria.

#### **148.1 – “A Lei de Reprodução” – Explicação de Rodolfo Calligaris no citado livro “As Leis Morais”, págs. 70-73:**

A ordenação bíblica – “crescei e multiplicai-vos”- não tem sido, até hoje, bem compreendida por todos. Os que se atêm à letra das Escrituras, sem penetrar-lhe o espírito, vêem nessas palavras uma lei divina, estabelecendo que a reprodução das espécies, inclusive a humana, deva ser livre e ilimitada, e que obstá-la seria grave pecado. Sem dúvida, a reprodução dos seres vivos é lei da natureza e preenche uma necessidade no mecanismo da Evolução; isso não quer dizer, entretanto, seja proibido ao homem adotar certas medidas para a regular. Tudo depende da finalidade que se tenha em vista. Dado, p. ex., que o desenvolvimento excessivo de determinadas plantas ou animais se revele nocivo e perigoso, pode-se perfeitamente impedir-

lhes a reprodução, pois “a ação inteligente do homem é um contrapeso que Deus dispôs para restabelecer o equilíbrio entre as forças da natureza”, tal o ensino que nos chega através de Kardec.

**148.2 – “Controle da Natalidade” – Explicação de Celso Martins e o Espírito Joanna de Ângelis no livro “O Sexo & O Amor Em Nossas Vidas”, Editora EME, Capivari-SP, 7ª. edição, 1993, págs. 107-109:**

O assunto é polêmico, no entanto, não pode ser medida imposta pelas autoridades governamentais à sociedade como solução de problemas econômicos. Ao seu tempo, o economista inglês Malthus dizia que a superpopulação do globo levaria a Humanidade fatalmente à miséria generalizada por carência de alimentos para todos, porque não levava em consideração o extraordinário avanço tecnológico dos séculos vindouros. Assim sendo, o tema deve ser examinado no lar, numa conversa fraternal entre marido e mulher. O ser humano não é apenas animal dominado inteiramente pela tirania do instinto. Acima desse impulso biológico, o ser humano possui uma vontade livre que é capaz de impor aos referidos anseios instintivos da libido os ditames da razão e da moral. Formular o problema sob a condição de que o apetite sexual deva ser sempre satisfeito sem controle é abdicar da própria dignidade humana.

Por outro lado, muitos, de fato, se preocupam com o equilíbrio entre o crescimento populacional e a oferta de melhores condições de vida. Ocorre, porém, que as causas latentes das presentes desigualdades sociais residem no egoísmo das nações e das classes mais ricas e menos fecundas, para com as pobres e mais prolíficas. Radicam-se na ânsia de levar vantagem, de sempre usufruir lucros astronômicos em cima da miséria de muitos outros. Doutra parte, é forçoso admitir que ainda há muito comodismo, muita acomodação, muita preguiça. Em ambos os lados percebemos sem esforço a total inobservância às leis de Deus.

Os bens da Terra podem e devem mesmo ser repartidos com os convidados para o banquete da vida, como já dizia o Papa Paulo VI em sua encíclica *Populorum Progressio*. Urge a educação moral dos caracteres para que, como já preconizava Kardec em *Obras Póstumas*, uma aristocracia intelecto-moral conduza os povos num clima de harmonia e legítima cooperação técnico-científica para a melhora das condições de vida de todos os povos da Terra.

Por oportuna, transcrevo “ipsis literis” uma página do Espírito Joanna de Ângelis pela mediunidade de Divaldo P. Franco sobre a limitação de filhos. Ei-la:

“O problema da planificação familiar, antes de maiores cogitações, deve merecer dos cônjuges mais profundas análises e reflexões. Pela forma simplista como alguns a apresentam, a desordenada utilização de métodos anticoncepcionais, interfere, negativamente, na economia moral da própria família. Na situação atual, os pais dotados de recursos econômicos, menos procriam, em considerando as disponibilidades que possuem, enquanto os destituídos de posse aumentam a prole, tornando muito mais complexas e difíceis as engrenagens do mecanismo social.

Os filhos são programados na esfera extra-física da vida, tendo-se em vista as injunções crédito-débito, defluentes das reencarnações passadas. Normalmente, antes do mergulho no corpo carnal, o Espírito reencarnante estabelece intercâmbio com os futuros genitores de cujo concurso necessitam para o cometimento a empreender. Os filhos não chegados pela via

normal, não obstante, alcançarão a casa dos sentimentos negados, utilizando-se dos sutis recursos da Vida, que aproximam os afins pelo Amor ou pela rebeldia, quando separados, para as justas reparações.

Chegarão a outros tetos, mas dali sairão atraídos pelas necessidades propelentes ao encontro da família que lhes é própria, nem sempre forrados em objetivos relevantes. Alguém que te chega, perturbando a paz... Outrem que te rouba pertences e sossego... O ser que te sobrecarrega de dissabores... Aquele que de fora desarmoniza a tua família... O vadio que te adentra o lar... O viciado que corrompe quem te é caro... O aliciador que chega de longe e infelicitiza o filho ou a filha a quem amas... Todos eles estão vinculados a ti. Quiçá houvessem renascido sob o teu teto e as circunstâncias impediriam dramas maiores.

Antes de aderires ao entusiasmo reinante para a limitação da prole, reparte com o cônjuge as tuas preocupações, discute o problema à luz da reencarnação. Evite engajar na moda, só porque as opiniões gerais são favoráveis à medida. Sendo possível, acolhe-os da melhor maneira, porquanto, conforme os receberes, ser-te-ão amigos generosos ou rudes adversários dos quais não te libertarás facilmente.

Não faças, simplesmente, considerando os fatores econômicos, os da superpopulação... O Senhor dispõe de recursos inimagináveis... Confia a Ele as tuas dificuldades e entrega-te consciente, devotadamente. Seja qual for a opção que escolhas – ter mais ou menos filhos – os que se encontram na pauta das tuas necessidades, chegar-te-ão, hoje ou mais tarde”.

**148.3 – “Controle da Natalidade” – Ditado pelo Espírito André Luiz no livro “Ação e Reação”, psicografia de Francisco C. Xavier, págs. 210/211:**

(...) “Como interpretar a atitude dos casais que evitam os filhos, dos casais dignos e respeitáveis, sob todos os pontos de vista, que sistematizam o uso dos anticoncepcionais?”. – Se não descambam para a delinquência do aborto, na maioria das vezes são trabalhadores desprevenidos que preferem poupar o suor, na fome de reconforto imediatista. Infelizmente para eles, porém, apenas adiam realizações sublimes, às quais deverão fatalmente voltar, porque há tarefas e lutas em família que representam o preço inevitável de nossa regeneração. Desfrutam a existência, procurando inutilmente enganar a si mesmos, no entanto, o tempo espera-os, inexorável, dando-lhes a conhecer que a redenção nos pede esforço máximo. Recusando acolhimento a novos filhinhos, quase sempre programados para eles antes da reencarnação, emaranham-se nas futilidades e preconceitos das experiências de subnível, para acordarem, depois do túbulo, sentindo frio no coração...

**148.4 – “A Pílula” - Explicação de Marlene R. S. Nobre, no livro “A Mulher Na Dimensão Espírita”, Edit. Dicesp, Santos-SP, 6ª. edição, 1985, em co-autoria com Jaci Régis e Nancy P. Girolamo, págs. 70-72:**

As pílulas anticoncepcionais ou os anovulatórios, trouxeram maior efervescência, no campo social, porque a síntese dos hormônios sexuais femininos em laboratório, foi um dos elementos decisivos para emancipação da mulher moderna. Em particular a síntese da progesterona barateando o produto e possibilitando o seu consumo mundial, permitiu, pela primeira vez na História, a libertação feminina, do ponto de vista sexual. Antes, era o medo permanente de

engravadar e por isso mesmo a impossibilidade de partilhar, com o companheiro do mesmo prazer nas relações amorosas; o cuidado constante com a prole, gerando desequilíbrios no relacionamento do casal. Não vai muito longe a época em que nossas avós, nossas tias e mães foram educadas para suportarem o ato sexual como obrigação. Esse clima repressivo, próprio do patriarcado, encontrou forte alicerce em figuras como Santo Tomás de Aquino, que consideravam o sexo pecaminoso, até no casamento.

André Luiz afirma que a união sexual “traduz a permuta sublime de energias perispirituais, simbolizando alimento divino para a inteligência e para o coração, força criadora não somente de filhos carnis, mas também de obras e realizações generosas da alma para a vida eterna”. Se confrontarmos com “O Livro dos Espíritos”, concluimos que esses ensinamentos exortam a um entendimento permanente entre o homem e a mulher em seu relacionamento, inclusive o sexual. Sem nos esquecermos de que “o sexo, na existência humana, pode ser um dos instrumentos do amor, sem que o amor seja o sexo”.

### **Existiria uma posição espírita quanto à utilização da ‘pílula’ como meio anticoncepcional?**

As questões 693 e 693-a de “O Livro dos Espíritos” levantam o problema dos obstáculos à reprodução, acentuando que o próprio homem “pode regular a reprodução, de acordo com as necessidades”, em se referindo ao problema da proliferação das espécies no planeta.

Compete a cada um discernir o que lhe assenta melhor, porque a Doutrina Espírita esclarece e liberta o indivíduo, fornecendo-lhe opções segundo o grau de responsabilidade já alcançado. Nesse período de transição, quando os direitos sempre negado às mulheres estão em pauta, para reexame; quando a liberdade sexual extremada surge como reação à longa fase repressiva em que se encarceraram, não representaria o anticoncepcional um meio transitório de acomodação? Tomar ou não tomar a pílula, eis a questão! Entendemos que a planificação ou não da família é de exclusiva ‘responsabilidade do casal’. Se decidirem pelo controle da prole, a supervisão do método contraceptivo deve ser de competência médica. Não se deve ignorar que a ‘pílula’ introduz no organismo um clima de pseudo-gravidez. Evidentemente, há uma sobrecarga de hormônios que têm uma fisiologia bem definida na economia orgânica e por isso mesmo há casos de contra-indicação total de seu uso, para um determinado número de mulheres. A ‘pílula’ masculina ainda está em fase experimental, mas, sem dúvida o homem, em breve, poderá partilhar também essa responsabilidade com a mulher.

Kardec afirma: “A desordem e a imprevidência são duas chagas que somente uma educação bem compreendida pode curar. Nisso está o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, a garantia da segurança de todos”. Realmente, o casal amadurecido para as realidades espirituais evitará a imprevidência e a desordem doméstica, oferecendo, com base na renúncia e no esforço próprio, as melhores condições de segurança para os filhos – espíritos que Deus situou, sob seus cuidados, para receberem carinho e instrução, com vistas ao aprimoramento espiritual. Acreditamos que o principal empecilho para que a planificação seja feita, em moldes genuinamente cristãos, esteja no fato de que é muito difícil ao ser humano estabelecer os limites entre o supérfluo e o necessário, entre o egoísmo e a caridade.

Quantos filhos deveremos ter? A quantos espíritos deveremos dar oportunidade para o renascimento? Nesse caso, a oração e a disposição sinceras de acertar são elementos muito importantes para o cumprimento das responsabilidades familiares. Se o casal decidir deixar a Na-

tureza estabelecer o número de filhos que deve ter, é porque, certamente, está disposto a enfrentar as lutas materiais e morais, para garantir, aos inúmeros rebentos, a segurança indispensável ao seu desenvolvimento.

### **148.5 – “Aborto” – Explanação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Vida e Sexo”, págs. 73-76:**

“Constitui crime a provocação do aborto, em qualquer período de gestação? – Resposta: Há crime sempre que transgredis a lei de Deus. Uma mãe, ou quem quer que seja, cometerá crime sempre que tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, por isso que impede uma alma de passar pelas provas a que serviria de instrumento o corpo que se estava formando.” Item 358 de O Livro dos Espíritos.

Falamos naturalmente acerca de relações internacionais, sociais, públicas, comerciais, clareando as obrigações que elas envolvem; no entanto, muito freqüentemente marginalizamos as relações sexuais – aquelas em que se fundamentam quase todas as estruturas da ação comunitária. Esquece-se, habitualmente, de que o homem e a mulher, via de regra, experimentam instintivo horror à solidão e que à vista disso, a comunhão sexual reclama segurança e duração para que se mostre assente nas garantias necessárias. Impraticável, sem dúvida, impor a continuidade da ligação entre duas criaturas, a preço de violência; no entanto, à face das contingências e contratempos pelos quais o carro da união esponsalícia deve passar pelas estradas do mundo, as leis da vida, muito sãbiamente, estabelecem nos filhos os elos da comunhão entre os cônjuges, atribuindo-lhes a função de fixadores da organização familiar; com a colaboração deles, os deveres do companheiro e da companheira, no campo da assistência recíproca, se revelam mais claramente perceptíveis e o lar se alteia por escola de aperfeiçoamento e de evolução, em marcha para a aquisição de mais amplos valores do espírito, no Mundo Maior.

De todos os institutos sociais existentes na Terra, a família é o mais importante, do ponto de vista dos alicerces morais que regem a vida. É pela conjugação sexual entre o homem e a mulher que a Humanidade se perpetua no Planeta; em virtude disso, entre pais e filhos residem os mecanismos da sobrevivência humana, quanto à forma física, na face do orbe. Fácil entender que é assim justamente que nós, os espíritos eternos, atendendo aos impositivos do progresso, nos revezamos na arena do mundo, ora envergando a posição de pais, ora desempenhando o papel de filhos, aprendendo, gradativamente, na carteira do corpo carnal, as lições profundas do amor – do amor que nos soerguerá, um dia, em definitivo, da Terra para os Céus.

Com semelhantes notas, objetivamos tão-só destacar a expressão calamitosa do aborto criminoso, praticado exclusivamente pela fuga ao dever. Habitualmente – nunca sempre – somos nós mesmos quem planifica a formação da família, antes do renascimento terrestre, com o amparo e a supervisão de instrutores beneméritos, à maneira da casa que levantamos no mundo, com o apoio de arquitetos e técnicos distintos. Comumente chamamos a nós antigos companheiros de aventuras infelizes, programando-lhes a volta em nosso convívio, a prometer-lhes socorro e oportunidade, em que se lhes reedifique a esperança de elevação e resgate, burilamento e melhoria. Criamos projetos, aventamos sugestões, articulamos providências e externamos votos respeitáveis, englobando-nos com eles em salutareis compromissos que, se observados, redundarão em bênçãos substanciais para todo o grupo de corações a que se nos vincula a existência. Se, porém, quando instalados na Terra, anestesiarmos a consciência, expulsando-os de nossa companhia, a pretexto de resguardar o próprio conforto, não lhes podemos prever as reações negativas e, então, muitos dos associados de nossos erros de outras épocas, ontem con-

vertidos, no Plano Espiritual, em amigos potenciais, à custa das nossas promessas de compreensão e de auxílio, fazem-se hoje – e isso ocorre bastas vezes, em todas as comunidades da Terra – inimigos recalçados que se nos entranham à vida íntima com tal expressão de desencanto e azedume que, a rigor, nos infundem mais sofrimento e aflição que se estivessem conosco em plena experiência física, na condição de filhos-problemas, impondo-nos trabalho e inquietação.

Admitimos seja suficiente breve meditação, em torno do aborto delituoso, para reconhecermos nele um dos grandes fornecedores das moléstias de etiologia obscura e das obsessões catalogáveis na patologia da mente, ocupando vastos departamentos de hospitais e prisões.

#### **148.6 – “Aborto Provocado” – Ditado pelo Espírito André Luiz no livro “Ação e Reação”, psicografia de Francisco C. Xavier, págs. 210/211**

(...) – E o aborto provocado, Assistente? – inquiriu Hilário, sumamente interessado. – Diante da circunspeção com que a sua palavra reveste o assunto, é de se presumir seja ele falta grave...

- Falta grave?! Será melhor dizer doloroso crime. Arrancar uma criança ao materno seio é infanticídio confesso. A mulher que o promove ou que venha a coonestar semelhante delito é constringida, por leis irrevogáveis, a sofrer alterações deprimentes no centro genésico de sua alma, predispondo-se geralmente a dolorosas enfermidades, quais sejam a metrite, o vaginismo, a metralgia, o enfarte uterino, a tumoração cancerosa, flagelos esses com os quais, muita vez, desencarna, demandando o Além para responder, perante a Justiça Divina, pelo crime praticado. É, então, que se reconhece rediviva, mas doente e infeliz, porque, pela incessante recapitulação mental do ato abominável, através do remorso, reterá por tempo longo a degenerescência das forças genitais.

- E como se recuperará dos lamentáveis acidentes dessa ordem?

O Assistente pensou por momentos rápidos e acrescentou:

- Imaginem vocês a matriz mutilada ou deformada, na mesa da cerâmica. Decerto que o oleiro não se utilizará dela para a modelagem de vaso nobre, mas aproveitar-lhe-á o concurso em experimentos de segunda e terceira classe... A mulher que corrompeu voluntariamente o seu centro genésico receberá de futuro almas que viciaram a forma que lhes é peculiar, e será mãe de criminosos e suicidas, no campo da reencarnação, regenerando as energias sutis do perispírito, através do sacrifício nobilitante com que se devotará aos filhos torturados e infelizes de sua carne, aprendendo a orar, a servir com nobreza e a mentalizar a maternidade pura e sã, que acabará reconquistando ao preço de sofrimento e trabalho justos...

#### **IV – CASAMENTO E CELIBATO E A LEI NATURAL – (Itens 695 a 699)**

**Artigo 149** – O casamento, ou seja, a união permanente de dois seres não é contrária à lei da Natureza; é um progresso na marcha da Humanidade.

## Abolição do casamento

**Artigo 150** – O efeito da abolição do casamento sobre a sociedade humana seria o retorno à vida dos animais.

### **150.1 – “Abolição do casamento – retorno à infância da Humanidade”- Comentário de Kardec no item 696:**

A união livre e fortuita dos sexos pertence ao estado de natureza. O casamento é um dos primeiros atos de progresso nas sociedades humanas, porque estabelece a solidariedade fraterna e se encontra entre todos os povos, embora nas mais diversas condições. A abolição do casamento seria, portanto, o retorno à infância da Humanidade e colocaria o homem abaixo mesmo de alguns animais que lhe dão o exemplo das uniões constantes.

### **150.2 – “Casamento” – Explicação sobre a questão 695 de “O Livro dos Espíritos”, pelo Espírito Emmanuel no livro “Sexo e Vida”, págs. 33/35:**

O casamento ou a união permanente de dois seres, como é óbvio, implica o regime de vivência pelo qual duas criaturas se confiam uma à outra, no campo da assistência mútua. Essa união reflete as Leis Divinas que permitem seja dado um esposo para uma esposa, um companheiro para uma companheira, um coração para outro coração ou vice-versa, na criação e desenvolvimento de valores para a vida. Imperioso, porém, que a ligação se baseie na responsabilidade recíproca, de vez que na comunhão sexual um ser humano se entrega a outro ser humano e, por isso mesmo, não deve haver qualquer desconsideração entre si.

Quando as obrigações mútuas não são respeitadas no ajuste, a comunhão sexual injuriada ou pérfidamente interrompida costuma gerar dolorosas repercussões na consciência, estabelecendo problemas cármicos de solução, por vezes, muito difícil, porquanto ninguém fere alguém sem ferir a si mesmo. Indiscutivelmente, nos Planos Superiores, o liame entre dois seres é espontâneo, composto em vínculos de afinidade inelutável. Na Terra do futuro, as ligações afetivas obedecerão a idêntico princípio e, por antecipação, milhares de criaturas já desfrutam no próprio estágio da encarnação dessas uniões ideais, em que se jungem psiquicamente uma à outra, sem necessidade da permuta sexual, mais profundamente considerada, a fim de se apoiarem mutuamente, na formação de obras preciosas, na esfera do espírito.

Acontece, no entanto, que milhões de almas, detidas na evolução primária, jazem no Planeta, arraigadas a débitos escabrosos, perante a lei de causa e efeito e, inclinadas que ainda são ao desequilíbrio e ao abuso, exigem severos estatutos dos homens para a regulação das trocas sexuais que lhes dizem respeito, de modo a que não se façam salteadores impunes na construção do mundo moral. Os débitos contraídos por legiões de companheiros da Humanidade, portadores de entendimento verde para os temas do amor, determinam a existência de milhões de uniões supostamente infelizes, nas quais a reparação de faltas passadas confere a numerosos ajustes sexuais, sejam eles ou não acobertados pelo beneplácito das leis humanas, o aspecto de ligações francamente expiatórias, com base no sofrimento purificador. De qualquer modo, é forçoso reconhecer que não existem no mundo conjugações afetivas, sejam elas quais forem,

sem raízes nos princípios cármicos, nos quais as nossas responsabilidades são esposadas em comum.

### **Indissolubilidade absoluta do casamento: lei natural ou lei humana?**

**Artigo 151** – A indissolubilidade absoluta do casamento (*até que a morte separe*) é uma lei humana, muito contrária à lei natural. Mas os homens podem modificar as suas leis; somente as naturais são imutáveis.

#### **151.1 – “Divórcio” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Sexo e Vida”, págs. 37-39:**

“O divórcio é lei humana que tem por objeto separar legalmente o que já, de fato, está separado. Não é contrário à lei de Deus, pois que apenas reforma o que os homens não fizeram e só é aplicável nos casos em que não se levou em conta a lei divina.” (Do item 5, do Cap. XXII, de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”).

Partindo do princípio de que não existem uniões conjugais ao acaso, o divórcio, a rigor, não deve ser facilitado entre as criaturas. É aí, nos laços matrimoniais definidos nas leis do mundo, que se operam burilamentos e reconciliações endereçados à precisa sublimação da alma. O casamento será sempre um instituto benemérito, acolhendo, no limiar, em flores de alegria e esperança, aqueles que a vida aguarda para o trabalho do seu próprio aperfeiçoamento e perpetuação. Com ele, o progresso ganha novos horizontes e a lei do renascimento atinge os fins para os quais se encaminha.

Ocorre, entretanto, que a Sabedoria Divina jamais instituiu princípios de violência, e o Espírito, conquanto em muitas situações agrave os próprios débitos, dispõe da faculdade de interromper, recusar, modificar, discutir ou adiar, transitóriamente, o desempenho dos compromissos que abraça.

Em muitos lances da experiência, é a própria individualidade, na vida do Espírito, antes da reencarnação, que assinala a si mesma o casamento difícil que faceará na estância física, chamando a si o parceiro ou a parceira de existências pretéritas para os ajustes que lhe pacificarão a consciência, à vista de erros perpetrados em outras épocas. Reconduzida, porém, à ribalta terrestre e assumida a união esponsalícia que atraiu a si mesma, ela desencorajada à face dos empecos que se lhe desdobram à frente. Por vezes, o companheiro ou a companheira voltam ao exercício da crueldade de outro tempo, seja através de menosprezo, desrespeito, violência ou deslealdade, e o cônjuge prejudicado nem sempre encontra recursos em si para se sobrepor aos processos de dilapidação moral de que é vítima.

Compelidos, muita vez, às últimas fronteiras da resistência, é natural que o esposo ou a esposa, relegado a sofrimento indébito, se valha do divórcio por medida extrema contra o suicídio, o homicídio ou calamidades outras que lhes complicariam ainda mais o destino. Nesses lances da experiência, surge a separação à maneira de bênção necessária e o cônjuge prejudicado encontra no tribunal da própria consciência o apoio moral da auto-aprovação para renovar o caminho que lhe diga respeito, acolhendo ou não nova companhia para a jornada humana.



Óbvio que não nos é lícito estimular o divórcio em tempo algum, competindo-nos tão-somente, nesse sentido, reconfortar e reanimar os irmãos em lide, nos casamentos de provação, a fim de que se sobreponham às próprias suscetibilidades e aflições, vencendo as duras etapas de regeneração ou expiação que rogaram antes do renascimento no Plano Físico, em auxílio a si mesmos; ainda assim, é justo reconhecer que a escravidão não vem de Deus e ninguém possui o direito de torturar ninguém, à face das leis eternas.

O divórcio, pois, baseado em razões justas, é providência humana e claramente compreensível nos processos de evolução pacífica. Efetivamente, ensinou Jesus: “não separeis o que Deus ajuntou”, e não nos cabe interferir na vida de cônjuge algum, no intuito de arredá-lo da obrigação a que se confiou. Ocorre, porém, que se não nos cabe separar aqueles que as Leis de Deus reuniu para determinados fins, são eles mesmos, os amigos que se enlaçaram pelos vínculos do casamento, que desejam a separação entre si, tocando-nos unicamente a obrigação de respeitar-lhes a livre escolha sem ferir-lhes a decisão.

### **O Celibato e o egoísmo**

**Artigo 152** – O celibato voluntário não é meritório aos olhos de Deus e os que vivem assim, por egoísmo, desagradam a Deus e enganam a todos.

### **O Celibato ao serviço da Humanidade**

**Artigo 153** – O celibato é meritório quando é um sacrifício para algumas pessoas que desejam dedicar-se mais inteiramente ao serviço da Humanidade. Todo sacrifício pessoal é meritório, quando feito para o bem; quanto maior o sacrifício, maior o mérito.

#### **153.1 – “Celibato e renúncia às alegrias da vida familiar” – Comentário de Kardec no item 699:**

Deus não se contradiz nem considera mau o que Ele mesmo fez. Não pode, pois, ver mérito na violação da sua lei. Mas se o celibato, por si mesmo, não é um estado meritório, já não se dá o mesmo quando constitui, pela renúncia às alegrias da vida familiar, um sacrifício realizado a favor da Humanidade. Todo sacrifício pessoal visando ao bem e ‘sem segunda intenção egoísta’ eleva o homem acima da sua condição material.

#### **153.2 – “Abstinência e Celibato” – Explicação do Espírito Emmanuel, no livro “Sexo e Vida”, págs. 97-100, a respeito das questões 698 e 699 de “O Livro dos Espíritos”:**

Abstinência, em matéria de sexo, e celibato, na vida de relação, pressupõe experiências da criatura em duas faixas essenciais – a daqueles Espíritos que escolhem semelhantes posições voluntariamente para burilamento ou serviço, no curso de determinada reencarnação, e a daqueles outros que se vêem forçados a adotá-las, por força de inibições diversas.

Indubitavelmente, os que consigam abster-se da comunhão afetiva, embora possuindo em ordem todos os recursos instrumentais para se aterem ao conforto de uma existência ‘a dois’, com o fim de se fazerem mais úteis ao próximo, decerto que traçam a si mesmos escadas mais rápidas aos cimos do aperfeiçoamento. Agindo assim, por amor, doando o corpo a serviço dos semelhantes, e, por esse modo, amparando os irmãos da Humanidade, através de variadas maneiras, convertem a existência, sem ligações sexuais, em caminho de acesso à sublimação, ambientando-se em climas diferentes de criatividade, porquanto a energia sexual nelas não estancou o próprio fluxo; essa energia simplesmente se canaliza para outros objetivos – os de natureza espiritual. E, em concomitância com os que elegem conscientemente esse tipo de experiência, impondo-se duros regimes de vivência pessoal, encontramos aqueles outros, os que já renasceram no corpo físico induzidos ou obrigados à abstinência sexual, atendendo a inibições irreversíveis ou a processos de inversão pelos quais sanam erros do pretérito ou se recolhem a pesadas disciplinas que lhes facilitem a desincumbência de compromissos determinados, em assuntos do espírito.

Num e noutro caso, identificamos aqueles que se fazem chamar, segundo os ensinamentos evangélicos, como sendo “eunucos por amor do Reino de Deus”. Esses eunucos, porém, muito ao contrário do que geralmente se afirma, não são criaturas psicologicamente assexuadas, respirando em climas de negação da vida. Conquanto abstêmios da emotividade sexual, voluntária ou involuntariamente, são almas vibrantes, inflamadas de sonhos e desejos, que se omitem, tanto quanto lhes é possível, no terreno das comunhões afetivas, para satisfazerem as obrigações de ordem espiritual a que se impõem. Depreende-se daí a impossibilidade de se doarem a quaisquer tarefas de reparação ou elevação sem tentações, sofrimentos, angústias e lágrimas e, às vezes, até mesmo escorregões e quedas, nos domínios do sentimento, de vez que os impulsos do amor nelas se mantêm com imensa agudeza, predispondo-as à sede incessante de compreensão e de afeto.

Entendendo-se os valores da alma por alimento do espírito, impossível esquecer que a produção do bem e do aprimoramento se realiza à base de atrito e desgaste. A semente é segregada no solo para desvencilhar-se dos empecos que a constroem, de modo a formar o pão, e o pão, a rigor, não se completa em forno frio. A força no carro não surge sem a queima de combustível, e o motor não lhe garante movimento sem aquecer-se em nível adequado.

Abstinência e celibato, seja por decisão súbita do homem ou da mulher, interessados em educação dos próprios impulsos, no curso da reencarnação, ou seja por deliberação assumida, antes do renascimento na esfera física, em obediência a fins específicos, não contam indiferença e nem anestesia do sentimento.

Celibato e abstinência, em qualquer forma de expressão, constituem tentames louváveis do ser – experiências de caráter transitório -, nos quais a fome de alimento afetivo se lhes transforma no imo do coração em fogo purificador, acrisolando-lhes as tendências ou transfigurando essas mesmas tendências em clima de produção do bem comum, através do qual, pela doação de uma vida, se efetua o apoio espiritual ou a iluminação de inúmeras outras.

Tais considerações nos impelem a concluir que a vida sexual de cada criatura é terreno sagrado para ela própria, e que, por isso mesmo, abstenção, ligação afetiva, constituição de família, vida celibatária, divórcio e outras ocorrências, no campo do amor, são problemas pertinentes à responsabilidade de cada um, erigindo-se, por essa razão, em assuntos, não de corpo para corpo, mas de coração para coração.

**153.3 – “O Problema do Celibato... ‘Religioso’” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Editora Paidéia, SP, 1ª. edição, 1979, págs. 184-187:**

(...) No tocante ao celibato a posição espírita é decisivamente contrária, considerando-o como fuga ao dever humano da reprodução da espécie, determinada pelo egoísmo. O celibato religioso, imposto pelas igrejas, vai além disso, pois representa uma violação consciente das leis divinas, sob o pretexto de exclusiva dedicação a Deus. Só é justificável o celibato obrigatório, motivado por questões orgânicas ou impedimentos decorrentes de doenças ou mutilações. Admite-se o celibato por devotamento integral a uma causa social absorvente. Nesses casos o egoísmo está naturalmente excluído. No caso do sacerdócio e votos de castidade o egoísmo reponta da pretensão de agradar a Deus violando as suas leis. Há mesmo, de parte do sacerdócio, como o demonstram as religiões em geral, conveniência no casamento dos sacerdotes, que não se vêem forçados à hipocrisia ante às exigências vitais do homem e da mulher. Uma grande causa pode levar uma criatura abnegada a não se casar para não causar sacrifícios à família que iria constituir. Essa é uma questão de consciência pela qual cada um responde individualmente. Mas o Espiritismo não determina, pois não é uma igreja nem uma instituição secreta. A atitude espírita refere-se apenas aos deveres conscienciais da criatura perante as exigências da evolução humana.

Há, ainda, o problema da poligamia, que o Espiritismo encara historicamente, lembrando que o casamento, com responsabilidades sociais definidas, superou as experiências poligâmicas do passado. Toda essa posição espírita está perfeitamente de acordo com as leis vigentes no mundo atual. Os movimentos atuais do próprio clero católico pela abolição do celibato sacerdotal e as concessões feitas pela Igreja em numerosos casos, confirmam a necessidade crescente de uma revisão pela Igreja, dessa instituição contraditória em que ela se colocou, dividindo sua posição em duas medidas antagônicas: casamentos de clérigos na Igreja do Oriente e celibato obrigatório no Ocidente. O celibato das freiras é uma herança da castidade obrigatória das vestais romanas, sujeitas a serem enterradas vivas se violassem o voto. É interessante lembrar que as vestais, que mantinham o fogo da deusa Vesta nos templos, podiam casar-se sem perigo ao completar 30 anos de idade. As medidas contrárias às leis naturais, que são as leis de Deus, tendem a desaparecer com a evolução cultural, moral e espiritual da Humanidade.

Dizia o Apóstolo Paulo que há eunucos feitos pelos homens e os que se fazem eunucos por amor ao Reino de Deus. Há também os que nascem eunucos. Aplicando-se isso aos nossos dias podemos dizer que há celibato forçado por deficiências orgânicas congênitas, por acidentes mutiladores e pelo desejo de servir a Deus. Mas o Espiritismo, colocando os antigos problemas místicos e as velhas superstições religiosas à luz da razão, nos mostra a contradição da suposta dedicação a Deus através de violações egoístas das leis naturais. Se há, por assim dizer, todo um dispositivo natural de desenvolvimento das potencialidades humanas através de lento e complexo processo evolutivo, como pode o homem, sujeito a esse processo, fechado em suas exigências condicionantes, querer modificá-lo, corrigindo Deus? A quem aproveita o sacrifício de uma jovem saudável na cela de um convento ou a negação por um jovem da sua própria virilidade? O móvel dessas atitudes se revela na ambição egoísta de conquistar o céu para gozo próprio, adiantando-se aos demais e escapando às leis do processo evolutivo natural. Todas as formas de auto-flagelação, cilícios, abstenção exagerada, isolamento e quietismo são fugas à realidade que todos devem enfrentar, no cumprimento dos deveres inalienáveis de solidariedade humana e amor ao próximo. E toda fuga é um ato de desobediência à vontade divina.

O mito de Adão e Eva tem a beleza poética do ato criador, mas a presença da serpente no Éden é uma advertência às pretensões humanas. Se não fosse a astúcia desse animal rastejante, a Obra de Deus ficaria reduzida, pela timidez do primeiro casal, a uma tentativa frustrada no meio do deserto.

Desde que o homem atingiu, no processo da ‘evolução criadora’, segundo Bergson, a capacidade de pensar e julgar, seu primeiro julgamento foi favorável a si mesmo, pois julgou-se capaz de corrigir os erros de Deus. O despertar da inteligência faz o vinho subir à cabeça, mas é bom não esquecermos que a bebedeira de Noé após o dilúvio o atirou no fundo da tenda, escandalizando seus próprios filhos.

Por isso o Espiritismo tomou do ensino de Paulo sobre a maior virtude o seu lema de redenção racional: ‘Fora da caridade não há salvação’. As igrejas cristãs clamam até hoje que a salvação pela caridade excita a vaidade humana. Se ajudar os que sofrem e amar o próximo é ato de orgulho, então a humildade deve estar com os que se entregam à ambição da fortuna pessoal e do poder, tirando suas correias do lombo do próximo.

## **V – POLIGAMIA – (Itens 700 e 701)**

**Artigo 154** – A igualdade numérica aproximada entre os sexos é um índice da proporção em que eles devem se unir; pois tudo tem um fim na Natureza.

### **154.1 – “Evolução no Infinito e Perfeição”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) no item 700 de ‘O Livro dos Espíritos’:**

O Espiritismo é teleológico, tanto do ponto de vista físico quanto do ético; as coisas materiais e os fatos morais, o mundo e o homem, tudo tem uma finalidade, mas não de ordem antropológica. Muitas vezes ela contraria ou escapa ao pensamento do homem. Isso deu motivo à reação antiteleológica da Filosofia Moderna. A Ciência, por sua vez, tratando apenas do plano objetivo, não viu mais que “um ângulo do quadro da Natureza” e restringiu-se às “condições determinantes”. Sua natureza analítica não lhe permite abranger o sentido das coisas e dos fatos. Henri Bergson, porém, em *L’Evolution Creatice* desenvolveu a teoria do *elã vital*, segundo a qual todo o curso da evolução, partindo da matéria mais densa, dirige-se à liberação da consciência no homem, aparecendo este como o fim último da vida da Terra. Essa é a tese espírita da evolução, até os limites da vida terrena. Mas o Espiritismo vai além, admitindo a “escala dos mundos”, pela qual a evolução se processa no infinito, sempre com a finalidade da perfeição.

### **Poligamia e lei humana; monogamia e lei natural**

**Artigo 155** – A poligamia é uma lei humana, cuja abolição marca um progresso social. O casamento, segundo as vistas de Deus, deve fundar-se na afeição dos seres que se unem. Na poligamia não há verdadeira afeição: não há mais do que sensualidade.

### **155.1 – “Monogamia é lei natural”- Comentário de Kardec no item 701:**

Se a poligamia estivesse de acordo com a lei natural devia ser universal, o que, entretanto, seria materialmente impossível em virtude da igualdade numérica dos sexos. A poligamia deve ser considerada como um uso ou uma legislação particular, apropriada a certos costumes e que o aperfeiçoamento social fará desaparecer pouco a pouco.

### **155.2 – “Monogamia e amor conjugal e familiar”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 701:**

O impulso poligâmico do homem não é um instinto biológico, mas um simples resquício das fases anteriores de sua evolução. Não sendo irracional nem controlado pelas leis naturais das espécies animais, ele tem o dever moral de refrear esse impulso e sublimar a sua afetividade por meio do amor conjugal e familiar. É pela razão e pelo livre-arbítrio que ele se controla, elevando-se conscientemente acima das exigências biológicas e das ilusões sensoriais. Se esse controle lhe parece difícil, maior é o seu dever de realizá-lo, porque maior é a sua necessidade de evolução nesse campo e também porque “o mérito do bem está na dificuldade”, como se vê no item 646 do Livro dos Espíritos.

### **155.3 – Poligamia e Monogamia – Explicação do Espírito André Luiz no citado livro “Evolução Em Dois Mundos”, págs. 143-145:**

O instinto sexual, então, a desvairar-se na poligamia, traça para si mesmo largo roteiro de aprendizagem a que não escapará pela matemática do destino que nós mesmos criamos. Entretanto, quanto mais se integra a alma no plano da responsabilidade moral para com a vida, mais apreende o impositivo da disciplina própria, a fim de estabelecer, com o dom de amar que lhe é intrínseco, novos programas de trabalho que lhe facultem acesso aos planos superiores. O instinto sexual nessa fase da evolução não encontra alegria completa senão em contacto com outro ser que demonstre plena afinidade, porquanto a liberação da energia, que lhe é peculiar, do ponto de vista do governo emotivo, solicita compensação de força igual, na escala das vibrações magnéticas.

Em semelhante eminência, a monogamia é o clima espontâneo do ser humano, de vez que dentro dela realiza, naturalmente, com a alma eleita de suas aspirações, a união ideal do raciocínio e do sentimento, com a perfeita associação dos recursos ativos e passivos, na constituição do binário de forças, capaz de criar não apenas formas físicas, para a encarnação de outras almas na Terra, mas também as grandes obras do coração e da inteligência, suscitando a extensão da beleza e do amor, da sabedoria e da glória espiritual, que vertem, constantes da Criação Divina.

#### **155.3.1 - Alimento Espiritual:**

Há, por isso, consórcios de infinita graduação no Plano Terrestre e no Plano Espiritual, nos quais os elementos sutis de comunhão prevalecem acima das linhas morfológicas do vaso físico, por se ajustarem ao sistema psíquico, antes que às engrenagens da carne, em circuitos substanciais de energia. Contudo, até que o Espírito consiga purificar as próprias impressões, além da ganga sensorial, em que habitualmente se desregra no narcisismo obcecante, valendo-

se de outros seres para satisfazer a volúpia de hipertrofiar-se psíquicamente no prazer de si mesmo, numerosas reencarnações instrutivas e reparadoras se lhe debitam no livro da vida, porque não cogita exclusivamente do próprio prazer sem lesar os outros, e toda vez que lesa alguém abre nova conta resgatável em tempo certo.

Isso ocorre porque o instinto sexual não é apenas agente de reprodução entre as formas superiores, mas, acima de tudo, é o reconstituente das forças espirituais, pelo qual as criaturas encarnadas ou desencarnadas se alimentam mutuamente, na permuta de raios psíquico-magnéticos que lhes são necessários ao progresso. Os espíritos santificados, em cuja natureza superevolvida o instinto sexual se diviniza, estão relativamente unidos aos Espíritos Glorificados, em que descobrem as representações de Deus que procuram, recolhendo de semelhantes entidades as cargas magnéticas sublimadas, por eles próprios liberadas no êxtase espiritual. De outro lado, as almas primitivas comumente lhe gastam a força em excessos que lhes impõem duras lições.

Entre os espíritos santificados e as almas primitivas, milhões de criaturas conscientes, viajando da rude animalidade para a Humanidade enobrecida, em muitas ocasiões se arrojam a experiências menos dignas, privando a companheira ou o companheiro do alimento psíquico a que nos reportámos, interrompendo a comunhão sexual que lhes alentava a euforia, e, se as forças sexuais não se encontram suficientemente controladas por valores morais nas vítimas, surgem, frequentemente, longos processos de desespero ou de delinqüência.

#### **155.4 – “Amor Livre” – Explicação do Espírito Emmanuel no citado livro “Vida e Sexo”, a respeito da questão 701 de “O Livro dos Espíritos”, págs. 81-84:**

Comenta-se a possibilidade de legalização das relações sexuais livres, como se fora justo escolher companhias para a satisfação do impulso genésico, qual se apontam iguarias ou vitaminas mais desejáveis numa hospedaria.

Relações sexuais, no entanto, envolvem responsabilidade. Homem ou mulher, adquirindo parceira ou parceiro para a conjugação afetiva, não conseguirá, sem dano a si mesmo, tão-somente pensar em si.

Referentemente ao assunto, não se trata exclusivamente da ligação em base do matrimônio legalmente constituído. Se os parceiros da união sexual possuem deveres a observar entre si, à face de preceitos humanos, voluntariamente aceitos, no plano das chamadas ligações extralegais acham-se igualmente submetidos aos princípios das Leis Divinas que regem a Natureza. Cada Espírito detém consigo o seu íntimo santuário, erguido ao amor, e Espírito algum menoscará o “lugar sagrado” de outro Espírito, sem lesar a si mesmo.

Conferir pretensa legitimidade às relações sexuais irresponsáveis seria tratar “consciências” qual se fôssem “coisas”, e se as próprias coisas, na condição de objetos, reclamam respeito, que se dirá do acatamento devido à consciência de cada um? É óbvio que ninguém se lembrará, em são juízo, de recomendar escravidão às criaturas claramente abandonadas ou espezinhadas pelos próprios companheiros ou companheiras a que se entregaram, confiantes; isso, no entanto, não autoriza ninguém a estabelecer liberdade indiscriminada para as relações sexuais que resultariam unicamente em licença ou devassidão.

Instituído o ajuste afetivo entre duas pessoas, levanta-se, concomitantemente, entre elas, o impositivo do respeito à fidelidade natural, ante os compromissos abraçados, seja para a formação do lar e da família ou seja para a constituição de obras ou valores do espírito. Desfeitos os votos articulados em dupla, claro que a ruptura corre à conta daquele ou daquela que a empreendeu, com o aceite compulsório das conseqüências que advenham de semelhante resolução. Toda sementeira se acompanha de colheita, conforme a espécie. É razoável nos lembremos disso, porquanto o autor ou autora da defecção havida, ante os princípios de causa e efeito, é considerado violador das almas, assumindo com as vítimas a obrigação de restaurá-las, até o ponto em que as injuriou ou prejudicou, ainda mesmo quando na conceituação incompleta do mundo essas criaturas tenham sido encontradas supostamente já prejudicadas ou injuriadas por alguém. O diamante no lodo não deixa de ser diamante, sem perder o valor que lhe é próprio, diante da vida. A criatura em sofrimento não deixa de ser criação de Deus, sem perder a imortalidade que lhe é própria, à frente do Universo.

Que a tentação de retorno aos sistemas poligâmicos pode ocorrer habitualmente com qualquer pessoa, na Terra, é mais que natural – é justo. Em circunstâncias numerosas, o pretérito pode estar vivo nos mecanismos mais profundos de nossas inclinações e tendências. Entretanto, os deveres assumidos, no campo do amor, ante a luz do presente, devem prevalecer, acima de quaisquer anseios inoportunos, de vez que o compromisso cria leis no coração e não se danificarão os sentimentos alheios sem resultados correspondentes na própria vida.

Observem-se, nos capítulos do sexo, os desígnios superiores da Infinita Sabedoria que nos orienta os destinos e, nesse sentido, urge considerar que a ‘Vontade de Deus’, na essência, é o dever em sua mais alta expressão traçado para cada um de nós, no tempo chamado “hoje”. E se o “hoje” jaz viçado de complicações e problemas, a repontarem do “ontem”, depende de nós a harmonia ou o desequilíbrio do “amanhã”.

### **155.5 – “Adultério e Prostituição” – Explanação do Espírito Emmanuel no citado livro “Sexo e Vida”, págs. 93-96:**

“Atire-lhe a primeira pedra aquele que estiver isento de pecado”, disse Jesus. Esta sentença faz da indulgência um dever para nós outros, porque ninguém há que não necessite, para si próprio, de indulgência. Ela nos ensina que não devemos julgar com mais severidade os outros, do que nos julgamos a nós mesmos, nem condenar em outrem aquilo de que nos absolvemos. Antes de profligarmos a alguém uma falta, vejamos se a mesma censura não nos pode ser feita.” (Do item 13, do Cap. X, de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”).

É curioso notar que Jesus, em se tratando de faltas e quedas, nos domínios do espírito, haja escolhido aquela da mulher, em falhas do sexo, para pronunciar a sua inolvidável sentença: “aquele que estiver sem pecado atire a primeira pedra”. Dir-se-ia que no rol das defecções, deserções, fraquezas e delitos do mundo, os problemas afetivos se mostram de tal modo encaixados no ser humano que pessoa alguma da Terra haja escapado, no cardume das existências consecutivas, aos chamados “erros do amor”.

Penetre cada um de nós os recessos da própria alma, e, se consegue apresentar comportamento irrepreensível, no imediatismo da vida prática, ante os dias que correm, indague-se, com sinceridade, quanto às próprias tendências.

Quem não haja varado transes difíceis, nas áreas do coração, no período da reencarnação em que se encontre, investigue as próprias inclinações e anseios no campo íntimo, e, em sã consciência, verificará que não se acha ausente do emaranhado de conflitos, que remanescem do acervo de lutas sexuais da Humanidade. Desses embates multimilenares, restam, ainda, por feridas sangrentas no organismo da coletividade, o adultério que, de futuro, será classificado na patologia das doenças da alma, extinguindo-se, por fim, com remédio adequado; e a prostituição que reúne em si homens e mulheres que se entregam às relações sexuais, mediante paga, estabelecendo mercados afetivos.

Qual ocorre aos flagelos da guerra, da pirataria, da violência homicida e da escravidão que acompanham a comunidade terrestre, há milênios, diluindo-se, muito pouco a pouco, o adultério e a prostituição ainda permanecem, na Terra, por instrumentos de prova e expiação, destinados naturalmente a desaparecer, na equação dos direitos do homem e da mulher, que se harmonizarão pelo mesmo peso, na balança do progresso e da vida.

Note-se que o lenocínio de hoje, conquanto situado fora da lei, é o herdeiro dos bordéis autorizados por regulamentação oficial, em muitas regiões, como sucedia notadamente na Grécia e na Roma antigas, em que os estabelecimentos dessa natureza eram constantemente nutridos por levadas de jovens mulheres orientais, direta ou indiretamente adquiridas, à feição de alimárias, para misteres de aluguel. Tantos foram os desvarios dos Espíritos em evolução no Planeta – Espíritos entre os quais muito raros de nós, os companheiros da Terra, não nos achamos incluídos – que decerto Jesus, personalizando na mulher sofredora a família humana, pronunciou a inesquecível sentença, convocando os homens, supostamente puros em matéria de sexualidade, a lançarem sobre a companheira infeliz a primeira pedra.

Evidentemente, o mundo avança para mais elevadas condições de existência. Fenômenos de transição explodem aqui e ali, comunicando renovação. E, com semelhantes ocorrências, surge para as nações o problema da educação espiritual, para que a educação do sexo não se faça irrisão com palavras brilhantes mascarando a licenciosidade. Quando cada criatura for respeitada em seu foro íntimo, para que o amor se consagre por vínculo divino, muito mais de alma para alma que de corpo para corpo, com a dignidade do trabalho e do aperfeiçoamento pessoal luzindo na presença de cada uma, então os conceitos de adultério e prostituição se farão distanciados do cotidiano, de vez que a compreensão apaziguará o coração humano e a chamada desventura afetiva não terá razão de ser.

**155.6 – “As Almas ou Espíritos não têm sexo... Possíveis reflexos na homossexualidade!” – Explicação de Allan Kardec constante da Revista Espírita, Janeiro de 1866, Edicel, SP, tradução de Júlio Abreu Filho (As Mulheres Têm Alma?), págs. 2-5:**

(...) As almas ou Espíritos não têm sexo. As afeições que os unem nada têm de carnal e, por isso mesmo, são mais duráveis, porque fundadas numa simpatia real e não são subordinadas às vicissitudes da matéria.

(...) É com o mesmo objetivo que os Espíritos se encarnam nos diferentes sexos; aquele que foi homem poderá renascer mulher e aquele que foi mulher poderá nascer homem, a fim de realizar os deveres de cada uma dessas posições e sofrer-lhes as provas.



A natureza fêz o sexo feminino mais fraco que o outro, porque os deveres que lhe incumbem não exigem uma igual força muscular e seriam até incompatíveis com a rudeza masculina; nele (sexo feminino) a delicadeza das formas e a finura das sensações são admiravelmente apropriadas aos cuidados da maternidade. Ao homem e às mulheres são, assim, assinalados deveres especiais, igualmente importantes na ordem das coisas; são dois elementos que se completam um pelo outro.

Sofrendo o Espírito encarnado a influência do organismo, seu caráter se modifica conforme as circunstâncias e se dobra às necessidades e às exigências impostas pelo mesmo organismo. Esta influência não se apaga imediatamente após a destruição do invólucro material, assim como não perde instantaneamente os gostos e hábitos terrenos. Depois, pode acontecer que o Espírito percorra uma série de existências no mesmo sexo, o que faz que, durante muito tempo, possa conservar, no estado de Espírito, o caráter de homem ou de mulher, cuja marca nele ficou impressa. Sòmente quando chegado a um certo grau de adiantamento e de desmaterialização é que a influência da matéria se apaga completamente e, com ela, o caráter dos sexos. Os que se nos apresentam como homens ou como mulheres (manifestação dos Espíritos), é para nos lembrar a existência em que os conhecemos.

‘Se essa influência se repercute da vida corporal à vida espiritual, o mesmo se dá quando o Espírito passa da vida espiritual para a corporal. Numa nova encarnação trará o caráter e as inclinações que tinha como Espírito. Se fôr avançado, será um homem avançado; se fôr atrasado, será um homem atrasado. Mudando de sexo, poderá então, sob essa impressão e em sua nova encarnação, conservar os gostos, as inclinações e o caráter inerente ao sexo que acaba de deixar. Assim se explicam certas anomalias aparentes, notadas no caráter de certos homens e de certas mulheres’.

Assim, não existe diferença entre o homem e a mulher, senão no organismo material, que se aniquila com a morte do corpo. Mas quanto ao Espírito, à alma, o ser essencial, imperecível, ela não existe, porque não há duas espécies de almas. Assim quis Deus, em sua justiça, para todas as criaturas. Dando a todas um mesmo princípio, fundou a verdadeira igualdade. A desigualdade só existe temporariamente no grau de adiantamento; mas todos têm direito ao mesmo destino, ao qual cada um chega por seu trabalho, porque Deus não favoreceu ninguém às custas dos outros.

### **155.7 – “Homossexualidade” – Explicação do Espírito Emmanuel no citado livro “Sexo e Vida”, págs. 89-92:**

“**Pergunta** – Quando errante, que prefere o Espírito: encarnar no corpo de um homem, ou no de uma mulher?” “**Resposta** – Isso pouco lhe importa. O que o guia na escolha são as provas por que haja de passar.” (Item n. 202, de “O Livro dos Espíritos”).

A homossexualidade, também hoje chamada transexualidade, em alguns círculos de ciência, definindo-se, no conjunto de suas características, por tendência da criatura para a comunhão afetiva com uma outra criatura do mesmo sexo, não encontra explicação fundamental nos estudos psicológicos que tratam do assunto em bases materialistas, mas é perfeitamente compreensível, à luz da reencarnação.

Observada a ocorrência, mais com os preconceitos da sociedade, constituída na Terra pela maioria heterossexual, do que com as verdades simples da vida, essa mesma ocorrência

vai crescendo de intensidade e de extensão, com o próprio desenvolvimento da Humanidade, e o mundo vê, na atualidade, em todos os países, extensas comunidades de irmãos em experiência dessa espécie, somando milhões de homens e mulheres, solicitando atenção e respeito, em pé de igualdade ao respeito e à atenção devidos às criaturas heterossexuais.

A coletividade humana aprenderá, gradativamente, a compreender que os conceitos de normalidade e de anormalidade deixam a desejar quando se trate simplesmente de sinais morfológicos, para se erguerem como agentes mais elevados de definição da dignidade humana, de vez que a individualidade, em si, exalta a vida comunitária pelo próprio comportamento na sustentação do bem de todos ou a deprime pelo mal que causa com a parte que assume no jogo da delinqüência.

A vida espiritual pura e simples se rege por afinidades eletivas essenciais; no entanto, através de milênios e milênios, o Espírito passa por fileira imensa de reencarnações, ora em posição de feminilidade, ora em condições de masculinidade, o que sedimenta o fenômeno da bissexualidade, mais ou menos pronunciado, em quase todas as criaturas. O homem e a mulher serão, desse modo, de maneira respectiva, acentuadamente masculino ou acentuadamente feminina, sem especificação psicológica absoluta. À face disso, a individualidade em trânsito, da experiência feminina para a masculina ou vice-versa, ao envergar o casulo físico, demonstrará fatalmente os traços da feminilidade em que terá estagiado por muitos séculos, em que pese ao corpo de formação masculina que o segregue, verificando-se análogo processo com referência à mulher nas mesmas circunstâncias.

Obviamente compreensível, em vista do exposto, que o Espírito no renascimento, entre os homens, pode tomar um corpo feminino ou masculino, não apenas atendendo-se ao imperativo de encargos particulares em determinado setor de ação, como também no que concerne a obrigações regenerativas.

O homem que abusou das faculdades genésicas, arruinando a existência de outras pessoas com a destruição de uniões construtivas e lares diversos, em muitos casos é induzido a buscar nova posição, no renascimento físico, em corpo morfológicamente feminino, aprendendo, em regime de prisão, a reajustar os próprios sentimentos; e a mulher que agiu de igual modo é impulsionada à reencarnação em corpo morfológicamente masculino, com idênticos fins. E, ainda, em muitos outros casos, Espíritos cultos e sensíveis, aspirando a realizar tarefas específicas na elevação de si próprios, rogam dos Instrutores da Vida Maior que os assistem a própria internação no campo físico, em vestimenta carnal oposta à estrutura psicológica pela qual transitariamente se definem. Escolhem com isso viver temporariamente ocultos na armadura carnal, com o que se garantem contra arrastamentos irreversíveis, no mundo afetivo, de maneira a perseverarem, sem maiores dificuldades, nos objetivos que abraçam.

Observadas as tendências homossexuais dos companheiros reencarnados nessa faixa de prova ou de experiência, é forçoso se lhes dê o amparo educativo adequado, tanto quanto se administra instrução à maioria heterossexual. E para que isso se verifique em linhas de justiça e compreensão, caminha o mundo de hoje para mais alto entendimento dos problemas do amor e do sexo, porquanto, à frente da vida eterna, os erros e acertos dos irmãos de qualquer procedência, nos domínios do sexo e do amor, são analisados pelo mesmo elevado gabarito de Justiça e Misericórdia. Isso porque todos os assuntos nessa área da evolução e da vida se especificam na intimidade da consciência de cada um.

**155.8 – “Visão Dualista do Problema da Sexualidade” – Explicação de responsabilidade de Hermínio C. Miranda no livro “O Espiritismo e os Problemas Humanos”, em co-autoria com Deolindo Amorim, Ed. USE, SP, 1ª. edição, 1985, págs. 178-183:**

(...) Vemos, em VIDA E SEXO, capítulo 21 – HOMOSSEXUALIDADE, que o Espírito manifestante (Emmanuel) solicita para os homossexuais “atenção e respeito, em pé de igualdade ao respeito e à atenção devidos às criaturas heterossexuais”, com o que estamos todos de acordo.

Segue-se, contudo, um período que parece estar dando margem a interpretações deformadas, dúbias ou francamente equívocas da parte de alguns, no meio espírita. Transcrevê-lo, para, em seguida, analisá-lo com mais vagar: - “A coletividade humana aprenderá gradativamente – escreve Emmanuel -, a compreender que os conceitos de normalidade e anormalidade deixam a desejar quando se trate simplesmente de sinais morfológicos, para se erguerem como agentes mais elevados de definição da dignidade humana, de vez que a individualidade, em si, exalta a vida comunitária pelo próprio comportamento na sustentação do bem de todos ou a deprime pelo mal que causa com a parte que assume no jogo de delinqüência”. Quer isto dizer que o eminente instrutor espiritual autorize, tolere ou admita tais práticas simplesmente porque devemos o maior respeito e atenção aos homossexuais como seres humanos? Ou que se admita porque é difícil definir conceitos de normalidade e anormalidade? NÃO e NÃO!

A uma leitura cuidadosa e analítica, o texto nos informa que os conceitos de normalidade ou anormalidade são inadequados ‘quando aplicados às características orgânicas, ao corpo material, à forma física’. O que se pretende é avaliar o comportamento ético das pessoas de vez que é pelas suas opções, ‘livremente feitas’, que o ser encarnado contribui com a sua parcela de bem à sociedade em que vive ou a “deprime pelo mal que (lhe) causa”, ao entregar-se ao “jogo da delinqüência”.

‘É evidente, portanto, que, por mais difundidas que sejam as práticas homossexuais e por maior que seja o respeito dedicado aos que se envolvem nelas, o homossexualismo é um comportamento delinqüente, do ponto de vista espiritual, ainda que não entendido assim pela legislação humana’. E nisto estão de acordo Espíritos e cientistas encarnados que, como vimos há pouco, consideram a prática como “ato sexual anômalo”, em conflito com “a lei magna” (preservação da espécie) por pessoas de “frágil estrutura psicológica”, em “precário equilíbrio emocional”. O que caracteriza o homossexualismo como problema psicossomático, ou melhor, afetando, em conjunto, o dualismo corpo/espírito. É, portanto, uma disfunção emocional que precisa ser convenientemente tratada, visando ao eventual retorno ao equilíbrio, à consolidação das estruturas psicológicas, ao respeito à lei magna (preservação da espécie), ao comportamento ‘regular’, se é que desejamos evitar o termo ‘normal’, pelas implicações e dificuldades há pouco examinadas.

O texto não está, portanto, induzindo ou admitindo atitudes conformistas ou acomodáticas como as de muitos que resolvem, por conta própria ou “aconselhados” por pessoas espiritualmente despreparadas, “assumir” a condição e seguir pelos desvios como se estivessem trilhando a estrada principal. Tanto é assim que pouco adiante apresenta Emmanuel o fenômeno da troca de polaridade sexual como recurso da lei para que o Espírito reencarnante possa aprender ‘em regime de prisão’ a ‘reajustar’ os próprios sentimentos. Acrescenta, a seguir, que

alguns escolhem tais situações com o objetivo de “viver” temporariamente ocultos na armadura carnal, com o que se garantem contra “arrastamentos irreversíveis” no campo das emoções. Se o regime é de limitação da liberdade, exatamente porque dela se abusou no passado como homem ou como mulher, se a providência é tomada – muitas vezes a pedido do próprio interessado – para que se reajuste, ou se ali está naquela condição, que lhe é inabitual, para esconder-se temporariamente e livrar-se de envoltimentos emocionais negativos, estará pondo todo um planejamento a perder se decidir agravar desajustes de personalidade que veio programado para corrigir.

Em suma: engana-se redondamente quem supuser que dispõe de cobertura doutrinária e espiritual para “assumir” práticas homossexuais.

(...) Esses verdadeiros cruzamentos de fronteiras, contudo, não ocorrem por mero acaso ou por descuido das leis; ao contrário, resultam de situações cármicas bem definidas e se destinam a corrigir desvios anteriores, o que jamais será conseguido se a pessoa enveredar por novos desvios em busca de satisfações para as quais seu organismo físico não veio preparado, precisamente porque necessita de exercitar um esforço inibidor sobre suas paixões. Em tais situações a pessoa encarnada sente-se, por exemplo, com a psicologia e os anseios de uma mulher, mas seu corpo físico é o de homem. Alguma razão existe para que assim seja. Senão com objetivos nitidamente corretivos, pelo menos como diversificação da experiência, visando a um patamar final e definitivo de equilíbrio das polarizações.

(...) O homossexualismo é, portanto, o resultado de um jogo desequilibrado das energias criadoras da alma. Atentos ao dualismo espírito/matéria, não poderemos ignorar que essa desarmonia venha a afetar o componente físico do ser encarnado. Se a troca de polarização é programada exatamente para evitar arrastamentos ou corrigir situações anteriores em que tais arrastamentos foram catastróficos para o processo evolutivo do ser, novos envoltimentos somente poderão contribuir para agravar a situação de desajuste emocional do ser e não contribuir para ‘liberá-lo’ ou reequilibrá-lo.

A visão espírita da problemática sexual, como um todo, e da homossexualidade em particular, é, portanto, infinitamente mais abrangente, responsável e inteligente do que a visão unilateral que se tem a partir de uma postura meramente organicista, biológica, material. ‘Somos’ espíritos e ‘estamos’ num corpo físico. O Espírito não tem sexo, como entendemos, e sim uma poderosa energia criadora suscetível, como toda força natural, ao uso e ao abuso. A cada desvio num sentido há um infalível repuxo noutro. O processo evolutivo lembra o movimento pendular. Quanto mais avança num sentido, mais terá que retroceder no oposto. Quanto mais violenta a ação de ida, mais ampla a reação de volta, até que, eventualmente, com a gradativa redução da periodicidade, a oscilação se extingue e o movimento se aquieta no repouso. É o equilíbrio, é a paz. Não mais será necessário consumir energia para movimentar o mecanismo grosseiro e por isso sobrar energia para as conquistas transcendentais do espírito imortal.

**155.9 – “Inversão Sexual” – Ditado pelo Espírito André Luiz no livro “Ação e Reação”, Edit. FEB, RJ, 6ª. edição, 1978, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 209/210:**

(...) Considerando-se que o sexo, na essência, é a soma das qualidades passivas ou positivas do campo mental do ser, é natural que o Espírito acentuadamente feminino se demore

séculos e séculos nas linhas evolutivas da mulher, e que o Espírito marcadamente masculino se detenha por longo tempo nas experiências do homem. Contudo, em muitas ocasiões, quando o homem tiraniza a mulher, furtando-lhe os direitos e cometendo abusos, em nome de sua pretensa superioridade, desorganiza-se ele próprio a tal ponto que, inconsciente e desequilibrado, é conduzido pelos agentes da Lei Divina a renascimento doloroso, em corpo feminino, para que, no extremo desconforto íntimo, aprenda a venerar na mulher sua irmã e companheira, filha e mãe, diante de Deus, ocorrendo idêntica situação à mulher criminosa que, depois de arrastar o homem à devassidão e à delinquência, cria para si mesma terrível alienação mental para além do sepulcro, requisitando, quase sempre, a internação em corpo masculino, a fim de que, nas teias do infortúnio de sua emotividade, saiba edificar no seu ser o respeito que deve ao homem, perante o Senhor. Nessa definição, porém, não incluímos os grandes corações e os belos caracteres que, em muitas circunstâncias, reencarnam em corpos que lhes não correspondem aos mais recônditos sentimentos, posição solicitada por eles próprios, no intuito de operarem com mais segurança e valor, não só o acrisolamento moral de si mesmos, como também a execução de tarefas especializadas, através de estágios perigosos de solidão, em favor do campo social terrestre que se lhes vale da renúncia construtiva para acelerar o passo no entendimento da vida e no progresso espiritual.

#### **155.10 – “Enfermidades do Instinto Sexual” – Explicação do Espírito André Luiz no livro “Evolução Em Dois Mundos”, págs. 145/6:**

Entre os espíritos santificados e as almas primitivas, milhões de criaturas conscientes, viajando da rude animalidade para a Humanidade enobrecida, em muitas ocasiões se arrojam a experiências menos dignas, privando a companheira ou o companheiro do alimento psíquico a que nos reportámos, interrompendo a comunhão sexual que lhes alentava a euforia, e, se as forças sexuais não se encontram suficientemente controladas por valores morais nas vítimas, surgem, frequentemente, longos processos de desespero ou de delinquência.

As cargas magnéticas do instinto, acumuladas e desbordantes na personalidade, à falta de sólido socorro íntimo para que se canalizem na direção do bem, obliteram as faculdades, ainda vacilantes, do discernimento e, à maneira do esfaimado, alheio ao bom-senso, a criatura lesada em seu equilíbrio sexual costuma entregar-se à rebelião e à loucura em síndromes espirituais de ciúme ou despeito. À face das torturas genésicas a que se vê relegada, gera aflitivas contas cármicas a lhe vergastarem a alma no espaço e a lhe retardarem o progresso no tempo.

Daí nascem as psiconeuroses, os colapsos nervosos decorrentes do trauma nas sinergias do corpo espiritual, as fobias numerosas, a “histeria de conversão”, a “histeria de angústia”, os “desvios da libido”, a neurose obsessiva, as psicoses e as fixações mentais diversas que originam na ciência de hoje as indagações e os conceitos da psicologia de profundidade, na esfera da Psicanálise, que identifica as enfermidades ou desajustes do instinto sexual sem oferecer-lhes medicação adequada, porque apenas o conhecimento superior, gravado na própria alma, pode opor barreiras à extensão do conflito existente, traçando caminhos novos à energia criada do sexo, quando em perigoso desequilíbrio.

Desse modo, por semelhantes rupturas dos sistemas psicossomáticos, harmonizados em permutas de cargas magnéticas afins, no terreno da sexualidade física ou exclusivamente psíquica, é que múltiplos sofrimentos são contraídos por nós todos, no decurso dos séculos, porquanto, se forjamos inquietações e problemas nos outros, com o instinto sexual, é justo, venhamos a solucioná-los em ocasião adequada, recebendo por filhos e associados de destino, en-

tre as fronteiras domésticas, todos aqueles que constituímos credores do nosso amor e da nossa renúncia, atravessando, muitas vezes, padecimentos inomináveis para assegurar-lhes o refazimento preciso.

Compreendamos, pois, que o sexo reside na mente a expressar-se no corpo espiritual, e conseqüentemente no corpo físico, por santuário criativo de nosso amor perante a vida, e, em razão disso, ninguém escarnecerá dele, desarmonizando-lhe as forças, sem escarnecer e desarmonizar a si mesmo.

## CAPÍTULO X

### LEI DE CONSERVAÇÃO

#### I – INSTINTO DE CONSERVAÇÃO. FINALIDADE – (O Livro dos Espíritos, itens 702 e 703)

**Artigo 156** – O instinto de conservação é uma lei da Natureza. Todos os seres vivos o possuem, qualquer que seja o seu grau de inteligência; em uns é puramente mecânico e em outros é racional. Deus concedeu a todos os seres vivos o instinto de conservação porque todos devem colaborar nos desígnios da Providência. Foi por isso que lhes deu a necessidade de viver. Depois, a vida é necessária ao aperfeiçoamento dos seres; eles o sentem, sem disso se aperceberem.

**156.1 – “Instinto de Conservação: as paixões e o vícios” – Explicação de Allan Kardec no livro “A Gênese”, Editora LAKE, SP, 17ª edição, 1994, tradução de Victor Tollendal Pacheco, págs. 61 e seguintes:**

Se estudarmos todas as paixões, e assim também todos os vícios, veremos que ambos têm seu princípio no instinto de conservação. Tal instinto existe com toda sua força nos animais e nos seres primitivos que se aproximam mais à animalidade; aí ele domina sozinho, porque em tais seres, ainda não há o contra-peso do senso moral; o ser ainda não nasceu na vida intelectual. Ao contrário, o instinto se enfraquece à medida que a inteligência se desenvolve, pois que a inteligência domina a matéria.

O destino do Espírito é a vida espiritual; porém, nas primeiras fases de sua existência corporal, apenas tem necessidades materiais a satisfazer, e com vistas a esta finalidade o exercício das paixões é uma necessidade para a conservação da espécie e dos indivíduos, ‘materialmente falando’. Entretanto, saindo desse período, tem outras necessidades; a princípio necessidades semimorais e semimateriais, e depois, exclusivamente morais. É então que o Espírito domina a matéria; se ele abafa o jugo da matéria, avança em sua estrada providencial, aproxima-se de seu destino final. Se, ao contrário, deixa dominar-se por ela, o Espírito se retarda, assemelhando-se ao bruto. Nesta situação, ‘o que outrora era um bem, porque era uma necessidade da natureza, torna-se um mal, não somente porque não é mais uma necessidade, mas porque tal se torna nocivo à espiritualização do ser’. De modo semelhante, o que é qualidade na criança torna-se defeito no adulto. Assim, o mal é relativo, e a responsabilidade é proporcional ao grau de progresso.

**O Instinto e a Inteligência** – Que diferença existe entre o instinto e a inteligência? Onde termina um e começa a outra? Será o instinto uma inteligência rudimentar, ou uma faculdade distinta, um atributo exclusivo da matéria?

O instinto é a força oculta que solicita os seres orgânicos à realização de atos espontâneos e involuntários, em vista à sua conservação. Nos atos instintivos, não há reflexão, nem combinação, nem premeditação. É assim que a planta procura o ar, gira em direção à luz, dirige

suas raízes para a água e para a terra nutritiva; que a flor se abre e se fecha alternativamente, segundo sua necessidade; que as plantas trepadeiras se enrolam em torno de seu apoio, ou se enrolam com suas gavinhas. É pelo instinto que os animais são advertidos do que lhes é útil ou prejudicial; que, nas estações propícias, se movimentam em direção aos climas propícios; que, sem lições preliminares, constroem, com mais ou menos arte, segundo as espécies, acomodações macias e abrigos para sua descendência, ou armadilhas para prender a presa de que se nutrem; que manejam com habilidade as armas ofensivas e defensivas de que são providos; que os sexos se aproximam; que a mãe incuba seus filhotes e que estes procuram o seio materno. Quanto ao homem, o instinto domina com exclusividade no começo da vida; é pelo instinto que o infante faz seus primeiros movimentos, que agarra seu sustento, que chora para exprimir suas necessidades, que imita o som da voz, que ensaia a fala e o andar. Mesmo no adulto, certos atos são instintivos: os movimentos espontâneos para evitar um perigo, para se livrar de um desastre, para manter o equilíbrio; tais são ainda o piscar das pálpebras para diminuir o brilho da luz, a abertura maquinal da boca para respirar, etc.

‘A inteligência se revela por atos voluntários, refletidos, premeditados, combinados, segundo a oportunidade das circunstâncias’. Incontestavelmente, isto é um atributo exclusivo da alma. ‘Todo ato maquinal é instintivo; o que denota reflexão, combinação, uma deliberação, é intelectivo; um é livre e o outro não o é’. O instinto é um guia seguro, que jamais se engana; a inteligência, pelo fato de ser livre, é por vezes sujeita a erro. Se o ato instintivo não tem o caráter do ato inteligente, não obstante revela uma ‘causa inteligente’, essencialmente previsora. Admitindo que o instinto tem sua fonte na matéria será preciso admitir que a matéria é inteligente, e, mesmo, mais seguramente inteligente e providente que a alma, eis que o instinto não se engana jamais, ao passo que a inteligência se engana. Se considerarmos o instinto como uma inteligência rudimentar, como é que assim poderá ser, quando, em certos casos, ele se demonstra superior à inteligência racional? Como é que proporciona a possibilidade de executar coisa que a razão não pode produzir? Se ele é o atributo de um princípio espiritual especial, o que é feito deste princípio depois que o instinto se apaga? Esse princípio seria pois anulado? Se os animais apenas são dotados de instinto, seu futuro não tem saída; seus sofrimentos não teriam nenhuma compensação. Tal não seria conforme à justiça e à bondade de Deus.

Segundo um outro sistema, o instinto e a inteligência teriam um único e mesmo princípio; chegado a um certo grau de desenvolvimento este princípio, que começaria apenas com as qualidades do instinto, sofreria uma transformação que lhe conferiria as qualidades da inteligência livre. Sendo assim, no homem inteligente que perde a razão, e apenas é guiado pelo instinto, a inteligência voltaria ao seu estado primitivo; e, desde que recupere a razão, o instinto voltaria a ser inteligência, e assim alternativamente em cada acesso, o que não é admissível. Além disso, a inteligência e o instinto se apresentam freqüentemente ao mesmo tempo, no mesmo ato. Com o andar, por exemplo, as pernas se movem de modo instintivo; o homem coloca um pé adiante do outro, maquinalmente, sem nada considerar; porém, quando quer diminuir ou acelerar sua marcha, erguer o pé ou desviar-se para evitar um obstáculo, aí há cálculo, combinação; ele age de modo deliberado. ‘O impulsionamento involuntário do movimento é o ato instintivo; a direção calculada do movimento é o ato inteligente’. O animal carniceiro é impelido pelo instinto a nutrir-se de carne; porém, as precauções que ele toma, as quais variam segundo as circunstâncias, a fim de agarrar sua presa, sua previsão com relação às eventualidades, são atos de inteligência.

(...) Todas essas maneiras (e outras) de considerar o instinto são necessariamente hipotéticas, e nenhuma delas tem um caráter suficiente de autenticidade para ser dada como solução



definitiva. A questão será certamente resolvida algum dia, quando se houver reunido os elementos de observação que agora ainda faltam; até então, é preciso que nos limitemos a apresentar as opiniões diversas ao cadinho da razão e da lógica e aguardar que se faça a luz; a solução que mais se aproximar da verdade será necessariamente aquela que melhor corresponda aos atributos de Deus, isto é, à sua soberana bondade e à sua soberana justiça.

O instinto é um guia seguro, sempre bom; num certo tempo, pode tornar-se inútil, porém jamais nocivo; enfraquece pela predominância da inteligência. As paixões, nas primeiras idades da alma, têm isso de comum com o instinto, que os seres são por elas solicitados, por uma força igualmente inconsciente. Elas nascem mais particularmente das necessidades do corpo, e mais que o instinto, se prendem ao organismo. O que as distingue do instinto, sobretudo, é que são individuais e não produzem efeitos gerais e uniformes, como este; ao contrário, vemos que elas variam de intensidade e de natureza, conforme os indivíduos. Elas são úteis, como estimulantes, até que se dê a eclosão do senso moral, o qual, de um ente passivo, faz um ser razoável; nesse momento, elas se tornam não só inúteis, mas também prejudiciais ao progresso do Espírito de quem retardam a desmaterialização; elas se enfraquecem com o desenvolvimento da razão.

O homem que não agisse senão pelo instinto, de modo constante, poderia ser bom, mas deixaria dormir sua inteligência; seria como o menino que não abandonasse as andadeiras e não saberia servir-se de seus membros. Aquele que não domina suas paixões pode ser muito inteligente, mas, ao mesmo tempo, poderá ser muito mau. ‘O instinto se aniquila por si mesmo; as paixões não são domadas senão pelo esforço da vontade’.

**156.2 - “Egoísmo e Orgulho (Instinto de Conservação): Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los” – Explicação de Allan Kardec no livro Obras Póstumas, Ed. LAKE, SP., tradução de João Teixeira de Paula, introdução de José Herculano Pires, 11<sup>a</sup>. edição, págs. 173-178:**

**O Orgulho e o Egoísmo têm origem num sentimento natural: o Instinto de Conservação** - É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida tem origem no egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando embora os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

**O egoísmo tem origem no orgulho.** A exaltação da personalidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com direitos preferenciais, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, se atribui, o torna naturalmente egoísta.

**O egoísmo e o orgulho têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação.** Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre arbítrio. Este sentimento contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o homem que, ao

malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

**A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais** - Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em consequência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar o reino da fraternidade; mas de que serve, se vai de par com uma causa de destruição? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois que estes morrerão como os outros; é preciso mandar os meios de estudar as causas de insalubridade. Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejam seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo estarão paralisados os seus esforços, não só pela resistência da inércia, como por uma força ativa, que trabalhará incessantemente para destruir o trabalho; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora, arruina as pretensões pessoais.

**Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, direis, porque esses vícios são inerentes à espécie humana.** Se assim fosse, impossível seria o progresso moral, ao passo que, quando considerarmos o homem em diversas épocas, reconhecemos à evidência um progresso incontestável; logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Demais, não haverá, por ventura, algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fora, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

**Destruir as causas produtoras do mal** - O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e para isso incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, evidentemente, a falsa idéia que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem; julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente possível, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporá sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão o que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo que conseguem fruir.

**Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente**, como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida. A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A conseqüência natural e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidio a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente, a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la.

Pelo que toca aos interesses terrenos, podem os humanos criar-lhes obstáculos: ele tem que os afastar e se torna egoísta pela força mesma das coisas. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse alheio precisa de ser debelado e, conseqüentemente, não há razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

**O incrédulo só crê em si, sendo natural que tenha orgulho e egoísmo** - A causa do orgulho está na crença que o homem tem da sua superioridade individual; e, ainda aqui, se faz sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas. A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; e, portanto, é natural que tenha orgulho, não vendo nos contratempos que se oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratempos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

**Crer em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são condições indispensáveis para quebrar o orgulho e o egoísmo** - Crer em Deus e na vida futura é pois a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu excepcionais vantagens; e o que não crê, rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. Iniciando-o na vida anterior da alma, a preexistência lhe ensina a distinguir, da vida corporal, transitória, a vida espiritual, infinita. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o mesmo ponto de partida e a mesma finalidade, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em trono e o mais poderoso vir como proletário.

**O princípio de Igualdade tem o caráter de um princípio de Justiça e de Lei Natural** - Se ele considerar somente a vida corporal, vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os

olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fêz a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, o princípio da 'igualdade' tem o caráter de um princípio de justiça e de lei natural, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

**A Reencarnação e o véu sobre o passado** - A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi, noutra existência, nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se o soubéssemos, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e se soubéssemos que o amigo de hoje fôra antes um inimigo, um servo, um escravo, não o repeliríamos? Deus não quis que fôsse assim e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a 'fraternidade'; sabendo que poderemos ser tratados como houvermos tratado os outros, firmaremos o princípio de 'caridade' como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza.

**Ao Espiritismo ficou reservada a terceira manifestação da vontade de Deus** - Jesus estabeleceu os princípios da caridade, da igualdade e da fraternidade, dos quais fêz condições indispensáveis para a salvação; mas ao Espiritismo ficou reservada a terceira manifestação da vontade de Deus, pelo conhecimento da vida espiritual, pelos horizontes novos que descortina e pelas leis que revela, como sanção daqueles princípios, provando que não é somente uma doutrina moral, mas uma lei natural, que está no interesse dos homens cultivar e praticar. Ora, eles hão-de praticá-la desde que deixem de ver no 'presente' o princípio e o fim e desde que compreendam a 'solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro'.

No infinito campo que o Espiritismo lhes põe aos olhos, a sua importância pessoal anula-se, porque compreendem que os homens, sós, nada valem e nada podem, que todos precisamos uns dos outros, não sendo nenhum mais que outro; duplo golpe desferido contra o orgulho e o egoísmo.

**O Espiritismo e a Fé Raciocinada** - Para isso, porém, é preciso terem fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e portanto alimenta o egoísmo; mas sim a fé inteligente, racional, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas palpáveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na Terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas. Poderá isso dar-se por efeito de brusca mudança? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a Natureza; a saúde não volta subitamente; e entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode instantaneamente mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o Infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

**O Espiritismo é, sem contestação, o elemento mais potente de moralização, porque mina pela base os fundamentos do egoísmo e do orgulho, dando sólido fundamento à moral.** Há feito milagres de conversão; não são ainda, é certo, senão curas individuais, e, quase sempre, parciais; mas o que ele produz nos indivíduos é prenúncio do que produzirá um dia nas massas populares. Não pode, de uma vez, arrancar toda a erva daninha; mas dá a fé, que é boa semente e que não precisa senão de tempo para germinar e frutificar. Eis porque ainda não são todos perfeitos. Ele encontrou o homem no meio da vida, no ardor das paixões, na força dos preconceitos, e se em tais condições tem operado prodígios, como não operará quando o tomar no berço, virgem de todas as impressões maléficas, quando lhe der, com o leite, a caridade, e o acalantar com a fraternidade, quando, enfim, uma geração inteira vier alimentada por idéias que a razão fortalecerá em vez de debilitar? Sob o império dessas idéias, que serão mandamentos de fé racional para todos, o progresso, limpando a estrada de egoísmo e orgulho, penetrará nas instituições que se reformarão a si mesmas, e a humanidade caminhará rapidamente para os destinos que lhe são prometidos na Terra, enquanto não chega a hora de alcançar o Céu.

## **II – MEIOS DE CONSERVAÇÃO – (Itens 704 a 710)**

**Artigo 157** – Deus, dando ao homem a necessidade de viver, sempre lhe forneceu os meios para isso e se ele não os encontra, é por falta de compreensão. Deus não podia dar ao homem a necessidade de viver sem lhe dar também os meios. É por isso que faz a Terra produzir, de maneira a fornecer o necessário a todos os seus habitantes, pois só o necessário é útil; o supérfluo jamais o é.

### **O necessário e o supérfluo**

**Artigo 158** – Se a Terra nem sempre produz bastante para fornecer o necessário ao homem é que ele a negligencia, é ingrato, e no entanto é ela uma excelente mãe. Frequentemente ele ainda acusa a Natureza pelas conseqüências da sua imperícia ou da sua imprevidência. A Terra produziria sempre o necessário, se o homem soubesse contentar-se. Se ela não supre todas as necessidades é porque o homem emprega no supérfluo o que se destina ao necessário. Vede como o árabe no deserto encontra sempre do que viver, porque não cria necessidades fictícias. Mas quando metade dos produtos é desperdiçada na satisfação de fantasias, deve o homem se admirar de nada encontrar no dia seguinte e tem razão de se lastimar por se achar desprevenido, quando chega o tempo de escassez? Não é a Natureza a imprevidente, é o homem que não sabe regular-se.

### **Bens da terra**

**Artigo 159** – O solo é a fonte primeira de que decorrem todos os outros recursos, porque esses recursos, em última instância, são apenas uma transfor-

mação dos produtos do solo. É por isso que devemos entender por bens da terra tudo quanto o homem pode gozar neste mundo.

### **Meios de subsistência e egoísmo**

**Artigo 160** – Os meios de subsistência faltam freqüentemente a certos indivíduos, mesmo em meio da abundância que os cerca, devido ao egoísmo dos homens, que nem sempre fazem o que devem; em seguida, e o mais freqüentemente, devem a eles mesmos. Buscai e achareis; estas palavras não querem dizer que seja suficiente olhar para a terra a fim de encontrar o que se deseja, mas que é necessário procurar com ardor e perseverança, e não com displicência, sem se deixar desanimar pelos obstáculos que muito freqüentemente não passam de meios de pôr à prova a constância, a paciência e a firmeza.

#### **160.1 – “Apesar dos vícios da organização social, o progresso continua”. Comentário de Kardec no item 707 de O Livro dos Espíritos:**

Se a civilização multiplica as necessidades, também multiplica as fontes de trabalho e os meios de vida; mas é preciso convir que nesse sentido ainda muito lhe resta a fazer. Quando ela tiver realizado a sua obra, ninguém poderá dizer que lhe falte o necessário, a menos que o falte por sua própria culpa. O mal, para muitos, é viver uma vida que não foi a que a Natureza lhes traçou; é então que falta a inteligência para vencerem. Há para todos um lugar ao sol, mas com a condição de cada qual tomar o seu e não o dos outros. A Natureza não poderia ser responsável pelos vícios da organização social e pelas conseqüências da ambição e do amor próprio.

Seria preciso ser cego, entretanto, para não se reconhecer o progresso que nesse sentido têm realizado os povos mais adiantados.

Graças aos louváveis esforços que a filantropia e a Ciência, reunidas, não cessam de fazer para a melhoria da condição material dos homens, e malgrado o crescimento incessante das populações, a insuficiência da produção é atenuada, pelo menos em grande parte, e os anos mais calamitosos nada têm de comparável aos de há bem pouco tempo. A higiene pública, esse elemento tão essencial da energia e da saúde, desconhecido por nossos pais, é objeto de uma solicitude esclarecida; o infortúnio e o sofrimento encontram lugares de refúgio; por toda parte a Ciência é posta em ação, contribuindo para o acréscimo do bem-estar. Pode-se dizer que atingimos a perfeição? Oh, certamente que não. Mas o que já se fez dá-nos a medida do que pode ser feito com perseverança, se o homem for bastante sensato para procurar a sua felicidade nas coisas positivas e sérias e não nas utopias que o fazem recuar em vez de avançar.

### **Privação do necessário e falta de culpa do homem**

**Artigo 161** – Há situações em que os meios de subsistência não dependem absolutamente da vontade do homem, e a privação do necessário, até o mais imperioso, é uma conseqüência das circunstâncias. Trata-se de uma prova

frequentemente cruel que o homem deve sofrer e à qual sabia que seria exposto; seu mérito está na submissão à vontade de Deus, se a sua inteligência não lhe fornecer algum meio de sair da dificuldade. Se a morte deve atingí-lo, ele deverá submeter-se sem murmurar, pensando que a hora da verdadeira liberdade chegou e que o *desespero do momento final pode fazê-lo perder o fruto de sua resignação*.

### **Antropofagia e instinto de conservação**

**Artigo 162** – Aqueles que, em situações críticas, se viram obrigados a sacrificar os semelhantes para matar a fome, cometeram com isso um crime que não é atenuado nem mesmo pela necessidade de viver que o instinto de conservação lhes dá. Há homicídio e crime de lesa-natureza, que deve ser duplamente punido. Há mais mérito em sofrer todas as provas da vida com abnegação e coragem.

### **III – GOZO DOS BENS DA TERRA (Itens 711 a 714-a)**

**Artigo 163** – O uso dos bens da terra é um direito de todos os homens. Esse direito é a consequência da necessidade de viver. Deus não pode impor um dever sem conceder os meios de ser cumprido.

#### **Gozo dos bens da terra e tentação**

**Artigo 164** – Deus fez atrativos os gozos dos bens materiais para instigar o homem ao cumprimento da sua missão e, também, para o provar na tentação que, por sua vez, desenvolve a razão que deve preservá-lo dos excessos.

#### **164.1 – “Atrativo do prazer” – Comentário de Kardec no item 712-a de O Livro dos Espíritos:**

Se o homem não fosse instigado ao uso dos bens da terra senão em vista da sua utilidade, sua indiferença poderia ter comprometido a harmonia do Universo. Deus lhe deu o atrativo do prazer que o solicita à realização dos desígnios da Providência. Mas, por meio desse mesmo atrativo, Deus quis prová-lo também pela tentação que o arrasta ao abuso, do qual sua razão deve livrá-lo.

#### **164.2 – “Tentação e Remédio” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Religião dos Espíritos”, Editora FEB, RJ, 4ª. edição, 1978, psicografia de Francisco C. Xavier, sobre a questão 712 de “O Livro dos Espíritos”, págs. 19/20:**

Qual acontece com a árvore, a equilibrar-se sobre as próprias raízes, guardamos o coração na tela do presente, respirando o influxo do passado. É assim que o problema da tentação, antes que nascido de objetos ou paisagens exteriores, surge fundamentalmente de nós – na trama de sombra em que se nos enovelam os pensamentos... Acresce, ainda, que essas mesmas ondas de força experimentam a atuação dos amigos desenfaixados da carne que deixamos a distância da esfera física, motivo por que, muitas vezes, os debuxos mentais que nos incomodam levemente de início, no campo dessa ou daquela idéia infeliz, gradualmente se fazem quadros enormes e inquietantes em que se nos aprisionam os sentimentos, que passam, muita vez, ao domínio da obsessão manifesta. Todavia, é preciso lembrar que a vida é permanente renovação propelindo-nos a entender que o cultivo da bondade incessante é o recurso eficaz contra o assédio de toda influência perniciosa. É o trabalho, por essa forma, o antídoto adequado, capaz de anular toda enquistação tóxica do mundo íntimo, impulsionando-nos o espírito a novos tipos de sugestão, nos quais venhamos a assimilar o socorro dos Emissários da Luz, cujos braços de amor nos arrebatam ao nevoeiro dos próprios enganos. Assim, pois, se aspiras à vitória sobre o visco da treva que nos arrasta para os despenhadeiros da loucura ou do crime, ergue no serviço à felicidade dos semelhantes o altar dos teus interesses de cada dia, porquanto, ainda mesmo o delinqüente confesso, em se decidindo a ser o apoio do bem na Terra, transforma-se, pouco a pouco, em mensageiro do Céu.

### **Os gozos e seus limites**

**Artigo 165** – Os gozos têm limites traçados pela Natureza, para mostrar aos homens o termo do necessário; mas pelos excessos os homens chegam até o aborrecimento e com isso acabam se punindo a si próprios. O homem que procura nos excessos de toda espécie um refinamento dos seus gozos é pobre criatura, que devemos lastimar e não invejar, porque está bem próxima da morte física e da morte moral.

#### **165.1 – “Os excessos dos gozos e as punições” – Comentário de Kardec no item 714-a de O Livro dos Espíritos:**

O homem que procura, nos excessos de toda espécie, um refinamento dos gozos, coloca-se abaixo dos animais, porque estes sabem limitar-se à satisfação de suas necessidades. Ele abdica da razão que Deus lhe deu para guia e, quanto maiores forem os seus excessos, maior é o império que concede à sua natureza animal sobre a espiritual. As doenças, a decadência, a morte mesmo, que são a consequência do abuso, são também a punição da transgressão da lei de Deus.

#### **165.2 – “Fumo, Alcool e Drogas”- Respostas de Francisco Cândido Xavier no livro “Lições de Sabedoria – Chico Xavier nos 23 anos da Folha Espírita”, autora Marlene R.S. Nobre, Editora Jornalística FÉ, 2ª. edição revista e ampliada, 1997, páginas 127 e seguintes:**

**HÁBITOS PREJUDICIAIS NO ALÉM** – Ao tempo em que Kardec viveu, o tabagismo era elitista, quase não se difundira em termos de população. Porém, de um modo geral, o tema ficou incluído no capítulo Das Paixões dessa obra clássica, conforme questões 907 a 912.



Dali extraímos as seguintes proposições respondidas pelos espíritos: **Pergunta** - “Visto que o princípio das paixões está na Natureza, ele é mau em si mesmo? – **Resposta** - Não, a paixão está no excesso acrescentado à vontade, porque o princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem levá-lo a grandes coisas, sendo o abuso que delas se faça que causa o mal. **Pergunta** - O Homem poderia sempre vencer suas más tendências por seus esforços? – **Resposta** - Sim, e, algumas vezes, por fracos esforços. É vontade que lhe falta. Ah! quão poucos dentre vós fazem esforços! **Pergunta** - Não há paixões tão vivas e irresistíveis que a vontade não tem poder para superá-las? – **Resposta** - Há muitas pessoas que dizem: ‘eu quero’, mas a vontade não está senão nos lábios; elas querem, mas estão bem contentes que assim não seja. Quando se crê não poder vencer suas paixões, é que o Espírito nelas se compraz em conseqüência de sua inferioridade. Aquele que procura reprimi-las, compreende sua natureza espiritual, as vitórias são para ele um triunfo do Espírito sobre a matéria. **Pergunta** – Qual é o meio mais eficaz de combater a predominância da natureza corporal? – **Resposta** – Praticar a abnegação de si mesmo”.

Por outro lado, sabemos que o perispírito é o agente intermediário das sensações externas. Tudo o que fazemos, nele fica gravado indelevelmente, como se fora num filme virgem. Após a morte do corpo físico, as sensações se generalizam no espírito, ou seja, as dores não ficam localizadas. Num paciente que tenha desencarnado, por exemplo, de câncer pulmonar proveniente do uso prolongado e constante do cigarro, o perispírito não fica propriamente sofrendo de um mal localizado, mas de um mal correspondente que abrange o espírito inteiro. A respeito do assunto, fiz as seguintes indagações a Chico Xavier, recebendo as respostas de Emmanuel:

P. A ação negativa do cigarro sobre o perispírito do fumante prossegue após a morte do corpo físico? Até quando? R.- O problema de dependência continua até que a impregnação dos agentes tóxicos nos tecidos sutis do corpo espiritual ceda lugar à normalidade do envoltório perispíritico, o que, na maioria das vezes, tem a duração do tempo correspondente ao tempo em que o hábito perdurou na existência física do fumante. Quando a vontade do interessado não está suficientemente desenvolvida para arredar de si o costume inconveniente, o tratamento dele, no Mundo Espiritual, ainda exige quotas diárias de sucedâneos dos cigarros comuns, com ingredientes análogos aos cigarros terrestres, cuja administração ao paciente diminui gradativamente, até que ele consiga viver sem qualquer dependência do fumo.

P. Como descreveria a ação dos componentes do cigarro no perispírito de quem fuma? R. - As sensações do fumante inveterado, no Mais Além, são naturalmente as da angustiada sede de recursos tóxicos a que se habituou no Plano Físico, de tal modo obcecante que as melhores lições e surpresas da Vida Maior lhe passam quase que inteiramente despercebidas, até que se lhe normalizem as percepções. O assunto, no entanto, no capítulo da saúde corpórea, deveria ser estudado na Terra mais atenciosamente, de vez que a resistência orgânica decresce consideravelmente com o hábito de fumar, favorecendo a instalação de moléstias que poderão ser claramente evitáveis. A necrópsia do corpo cadaverizado de um fumante em confronto com o de uma pessoa sem esse hábito estabelece clara diferença.

P. Sendo o perispírito o substrato orgânico resultante de nossas vivências passadas, seria certo raciocinar que uma criança, nascida de pais fumantes, já teria nessa circunstância uma prova inicial a ser vencida, em conseqüência de certas tendências negativas de vidas passadas? R. – Muitas vezes os filhos ou netos de fumantes e dipsômanos (alcoólatras) inveterados, são aqueles mesmos espíritos afins que já fumavam ou usavam agentes alcoólicos em companhia deles mesmos, antes do retorno à reencarnação. Compreensível, assim, que muitas crianças

(espíritos extremamente ligados aos hábitos e idiosincrasias dos pais e dos avós) apresentem, desde muito cedo, tendências compulsivas para o fumo ou para o álcool, reclamando trabalho persistente e amoroso de reeducação.

P. No Mundo Espiritual Maior há tratamento para fumantes inveterados, ou seja, como se faz na Terra, através de quotas diárias cada vez menores etc.; as indagações decorrentes são: se o fumante não abandonar o cigarro durante o transcurso da vida física terá de fazê-lo, inarredavelmente, na esfera espiritual? E quanto tempo exigirão tais tratamentos antitabágicos para fumantes desencarnados? Na vida extrafísica também ocorrem reincidências ou recaídas dos dependentes do fumo? R. – Justo esclarecer que não apenas quanto ao fumo, mas igualmente quanto a outros hábitos prejudiciais, somos compelidos na Espiritualidade a esquecer-los, se nos propomos a seguir para diante, no capítulo da própria sublimação. O tratamento na Vida Maior para que nos desvencilhemos de costumes nocivos perdura pelo tempo em que nossa vontade não se mostre tão ativa, e decidida, quanto necessário, para a liberação precisa, de vez que nos planos extrafísicos, nas vizinhanças da Terra propriamente dita, as reincidências ocorrem com irmãos numerosos que ainda se acomodam com a indecisão e a insegurança.

P. Pesquisas médicas revelaram que a dependência física dos fumantes, sua “fome” de nicotina e seus derivados, costuma ser mais compulsiva que a dependência orgânica dos viciados em narcóticos. Isto é certo se o enfoque for do Plano Espiritual para o Plano Físico? R. – Acreditamos que ambos os tipos de dependência se equiparam na feição compulsiva com que se apresentam, cabendo-nos uma observação: o fumo prejudica, de modo especial, apenas ao seu consumidor, quanto aos narcóticos de variada natureza são suscetíveis de induzir seus usuários a perigosas alucinações que, por vezes, lhes situam a mente em graves delitos, comprometendo a vida comunitária.

P. Ao alcance da mão, qual o remédio eficaz para a libertação das paixões humanas que se nos apresentam invencíveis? Por que continua tão difícil para as criaturas vencerem os impulsos inferiores que se originam nas profundezas do ser? R. – Todos nós, os espíritos desencarnados em evolução, ao lado de vós outros, companheiros ainda fixados no campo físico, sabemos que é muito difícil, mas nunca impossível a erradicação pronta de certos hábitos, nos quais intensamente nos prejudicamos. A herança da vida animal ainda é um ônus pesado a recair sobre nós. Daí a necessidade de nunca nos esquecermos de muito amor e paciência, bondade e compreensão de uns para com os outros, na repressão dessa ou daquela atitude que nos deprecie ou escravize.

P. Em cinco estados norte-americanos foi legalmente liberalizado o uso da maconha. Que podemos esperar dessa tendência liberalizadora? R. – Estamos diante de resoluções assumidas pelo livre-arbítrio de pessoas respeitáveis, tanto da parte dos que dirigem quanto da parte dos dirigidos. Acatando o critério havido em semelhantes escolhas, estamos certos de que as Leis de Deus nos ensinarão sempre o melhor, seja advertindo-nos contra certas práticas nocivas a nós mesmos, seja entregando-nos à permissividade, até que as conseqüências desse ou daquele hábito nos encaminhem a mais amplo conhecimento, acerca do que seja realmente proveitoso à nossa conquista de paz e felicidade.

P. Nair Belo, no programa da Hebe lamentou a existência de grande quantidade de jovens que estão fazendo uso de drogas, e perguntou ao médium o porquê desse desastre? R. – O tóxico, segundo Chico, é o irmão mais sofisticado da cachaça, através desta também nós temos perdido muita gente. A fascinação pelo tóxico é a necessidade de amor que o jovem tem. Me-

sadas grandes que não são acompanhadas de carinho e de calor humano paterno e materno geram conflitos muito grandes. Muitas vezes a privação do dinheiro, o trabalho digno e o afeto vão construir uma vida feliz.

**Contra a Descriminalização das Drogas** – Há um movimento recente no país tentando descriminalizar as drogas, desejo saber o que pensa Chico Xavier dessa intenção do Governo. Com uma pergunta ele encerrou a questão: - ‘Se elas sempre foram prejudiciais até agora, será com palavras que vamos torná-las úteis?’

### **165.3 – “Drogas Alucinógenas, Loucura e Obsessão” - Respostas de Chico Xavier e Espíritos no livro “Entrevistas”, Instituto de Difusão Espírita, 3ª. edição, 1981:**

P. Portanto, nós perguntamos: as drogas que produzem desequilíbrios temporários podem ser responsáveis por loucura ou obsessão? R. – A esse respeito o nosso André Luiz tem conversado muitas vezes comigo, naturalmente, tentando vencer a minha ignorância de criatura sem recursos acadêmicos, para dar à sua palavra a interpretação necessária. Os Espíritos amigos, representados na sua pessoa, nos dizem que não só a viciação pelo ácido lisérgico, ou por outro alcalóide qualquer, opera a viciação de nossa vida mental. Quando entramos pela delinquência, quando caminhamos pelas vias da criminalidade, adquirimos distúrbios muito sérios para a nossa vida espiritual. Toda a vez que ofendemos a alguém estamos dilapidando a nós mesmos, porque estamos conturbando o mundo harmonioso em que se processa a nossa vida; assim é que muitos espíritos, muitas pessoas amigas desencarnadas que tenho visto em sofrimento no mundo espiritual, ao reencarnarem-se, o fazem em condições mentais precárias; encontram-se em muitos graus de alienação mental, em muitos graus de enfermidade. André Luiz me diz que a nossa mente na vida natural libera substâncias químicas necessárias à preservação da nossa paz, no cumprimento dos nossos deveres na Terra. Porém, quando nós conturbamos o binômio alma-corpo, caímos em problemas espirituais muito difíceis. Assim é que muitos fenômenos da loucura e da obsessão, diz André Luiz, são atribuíveis à liberação anormal das catecolaminas, da medular da supra-renal, tanto quanto dos seus depósitos outros no organismo e, assim conseqüentemente, de seus produtos de metabolização, como sejam: a adrenolutina e o adrenocromo, cuja ação específica, interferindo na distribuição da glicose no cérebro, determina alterações sensoriais muito grandes; alterações estas que serão estudadas, com segurança pela medicina psicossomática do futuro.

**A Ciência e a Religião** - Emmanuel, que entra como um grande evangelizador, diz que, por isso mesmo, Jesus afirmou: “o reino de Deus está dentro de vós”. Mas assim como o reino de Deus está dentro de nós, o reinado temporário do mal, ou das trevas, está também dentro de nós, quando nos afeiçoamos às trevas. E, acrescenta, às relações de André Luiz, que “a Ciência e a Religião são as duas forças propulsoras e mantenedoras do equilíbrio na Terra. Sem a Ciência o mundo se converteria numa selva primitivista, sob o domínio da animalidade; mas sem a Religião, converteríamos a Terra num hospício de largas dimensões em que a irresponsabilidade caminharía em todas as direções.”

Então, nós – os religiosos – e os cientistas vamos caminhando lado a lado, pois com base na própria Ciência e segundo os ensinamentos religiosos de todas as raças, é do equilíbrio das nossas emoções que resulta a saúde perfeita, o corpo sadio. Uma pessoa, por exemplo, está no mundo espiritual em posição precária quanto à sua vida mental, e se reencarna em condi-

ções difíceis. Logo na primeira meninice aparece a esquizofrenia. Temos aí um caso que pode ser curável, conforme o merecimento espiritual da criatura. Curável porque o problema da emoção conturbada já desencadeou determinados distúrbios mentais que desregularizam as fontes de distribuição das substâncias químicas do nosso organismo. Temos muita coisa para estudar no futuro. Todavia podemos asseverar que o mal será sempre um fator desencadeante de doença, seja ele qual for.(...) Vai se estudar muito a esse respeito, em matéria de psicologia e de psiquiatria, a fim de curar, pois estas doenças são todas curáveis, são sustentáveis, podem ser paralisadas.

**165.4 – “Viciação Alcoólica” – Livro “Após a Tempestade”, 2ª. edição, Joanna de Ângelis (Espírito), médium Divaldo P. Franco, Livraria Espírita Alvorada Editora, cap. 9, pág. 54:**

Sob qualquer aspecto considerado, o vício – esse condicionamento pernicioso que se impõe como uma “segunda natureza” constrictora e voraz – deve ser combatido sem trégua desde quando e onde se aloje. Classificado pela leviandade de muitos dos seus aedos (poetas defensores) como de pequeno e grande porte, surge com feição de “hábito social” e se instala em currículo de longo tempo, que termina por deteriorar as reservas morais, anestesiando a razão e ressuscitando com vigor os instintos primevos de que se deve o homem libertar. Insinadamente, a princípio perturba os iniciantes e desperta nos mais fracos curiosa necessidade de repetição, na busca enganosa de prazeres ou emoções inusitados, conforme estridulam os aficionados que lhe padecem a irreversível dependência. Aceito sob o acobertamento da impudica tolerância, seu contágio destrutivo supera o das mais virulentas epidemias, ceifando maior número de vidas do que o câncer, a tuberculose, as enfermidades cardio-vasculares adicionados... Inclusive, mesmo na estatística obtuária dessas calamidades da saúde, podem-se encontrar como causas preponderantes ou predisponentes as matrizes de muitos vícios que se tornaram aceitos e acatados qual motivo de relevo e distinção... Os vitimados sistemáticos pela viciação escusam-se abandoná-la, justificando que o seu é sempre um simples compromisso de fácil liberação, em considerando outros de maior seriedade, que, examinados, à sua vez, pelos seus sequazes, se caracterizam, igualmente, como insignificantes. Há quem a relacione como de consequência secundária e de imediata potência aniquilante. Obviamente situam suas compressões, como irrelevantes em face de “tantas coisas piores”... E argumentam: “antes este”, como se um mal pudesse ter sopesadas, avaliadas e discutidas as vantagens decorrentes da sua atuação... Indiscutivelmente, a ausência de impulsão viciosa no homem dá-lhe valor e recursos para realizar e fruir os elevados objetivos da vida, que não podem ser devorados pela irrisão (zombaria) das vacuidades (presunção).

A viciação alcoólica, por exemplo, escraviza a mente, desarmonizando-a e envenena o corpo, deteriorando-o. Tem início através do aperitivo inocente, quão dispensável, que se repete entre sorrisos e se impõe como necessidade, realizando a incursão nefasta, que logo se converte em dominação absoluta, desde que aumenta de volume na razão direta em que se consome. Os pretextos surgem e se multiplicam para as libações: alegria, frustração, tristeza, esperança, revolta, mágoa, vingança, esquecimento... Para uns se converte em coragem, para outros em entusiasmo, invariavelmente impondo-se dominador incoercível. Emulação para práticas que a razão repulsa, o alcoolismo faz supor que sustenta os fracos, que tombam em tais urdiduras, quando, em verdade, mais os debilita e arruina. Não fossem tão graves, por si só, os danos sociais que dele decorrem, transformando cidadãos em párias, jovens em vergados anciãos precoces, profissionais de valor em trapos morais, moçoilas e matronas em torpes simulacros humanos, aceitos e detestados, acatados e temidos nos sítios em que se pervertem a caminho da

total sujeição, que conduz, quando se dispõe de moedas a Sanatórios distintos e em contrário, às sarjetas hediondas, em ambos os casos avassalados por alienações dantescas, culmina em impor os trágicos autocídios, por cujas portas buscam, tais enfermos, soluções insolváveis para os problemas que criaram espontaneamente para si próprios...

**Alcoolismo, obsessão e suicídio** - ... Não acontecendo a queda espetacular no suicídio, este se dá por processo indireto, graças à sobrecarga destrutiva que o alcoólatra ou simples cultivador da alcoolofilia depõe sobre a tecelagem de elaboração divina, que é o corpo. E quando vem a desencarnação, o que é também doloroso, não cessa a compulsão viciosa, nascendo dramas imprevisíveis do outro lado do túmulo, em que o espírito irresponsável constata que a morte não resolveu os problemas nem aniquilou a vida.. Nesse capítulo convém considerarmos que a desesperada busca ao álcool – ou substâncias outras que dilaceram a vontade, desagregam a personalidade, perturbam a mente – pode ser, às vezes, inspirada por processos obsessivos, culminando sempre, porém, por obsessões infelizes, de conseqüências imprevisíveis.

**Não te comprometas com o vício** – A pretexto de comemorações, festas, decisões, não te comprometas com o vício. O oceano é feito de gotículas e as praias imensuráveis, de grãos. Liberta-te do conceito: “hoje só”, quando impelido a comprometimento pernicioso e não te facultes: “apenas um pouquinho”, porquanto, uma picada que injeta veneno letal, não obstante em pequena dose, produz a morte imediata. Se estás bafejado pela felicidade, sorve-a com lucidez. Se te encontras visitado pela dor, enfrenta-a, abstermíe e forte. Para qualquer cometimento que exija decisão, coragem, equilíbrio, definição, valor, humildade, estoicismo, resignação, recorre à prece, mergulhando na reflexão o pensamento, e haurirás os recursos preciosos para a vitória em qualquer situação, sob qual seja o impositivo. Nunca te permitas a assimilação do vício, na suposição de que dele te libertarás quando queiras, pois que se os viciados pudessem querer não estariam sob essa violenta dominação.

**165.5 – ‘O Suicídio. O câncer. A Aids.’ – Respostas de Chico Xavier no já referido livro “Lições de Sabedoria”, pág. 48 e seguintes e no livro “Entrevistas”, págs. 18 e 19:**

P. – O suicídio traz sempre conseqüências funestas para o espírito que o pratica, porque a vida é uma fatalidade e ninguém consegue morrer. Como você tem analisado esse assunto com os mentores espirituais ao longo desses 55 anos, no exercício contínuo da mediunidade? R.. – Todo suicídio traz conseqüências muito graves nas estruturas do corpo espiritual. O estudo futuro da origem da criança excepcional, por exemplo, vai abrir um campo imenso de pesquisas altamente proveitosas sobre essas repercussões. Temos visto muitas vezes o câncer infantil como conseqüência do suicídio em vida anterior. Nosso benfeitor Emmanuel teve oportunidade de analisar o assunto, em vários livros, entre eles “Religião dos Espíritos”, sob o tema “Doenças Escolhidas”.

**Crianças excepcionais** - No programa de Hebe Camargo, especial de Natal de dezembro de 1985, Nair Belo quis saber o porquê das crianças excepcionais e se elas sentem as pessoas e o ambiente que as cercam. Chico Xavier ressaltou que os excepcionais são, em geral, reencarnações de espíritos suicidas. Esclareceu que a forma pela qual elas se mataram na vida anterior tem muito a ver com a moléstia atual. Se o projétil, no caso de morte por arma de fogo, alojou-se no centro da fala, a criança renasce muda, se atingiu os centros da visão será cega e assim por diante. No caso de morte por enforcamento, aparecem as hemiplegias e por afoga-

mento os enfisemas. Há também a tragédia dos homicidas que se suicidam em seguida e que voltam acometidos de esquizofrenia. O médium afirma que o espírito do excepcional registra na intimidade do ser todas as nuances afetivas do ambiente que o cerca. A mulher eleva-se com a maternidade, mas a mãe da criança excepcional é alguém que tem muito amor para dar, porque pediu ao Criador uma tarefa duplamente sacrificial.

**Nanismo** – Perguntamos a Chico Xavier, em Uberaba, qual seria a explicação espírita para o problema do nanismo. Ele afirmou que a pessoa encarna sob essa condição, basicamente por duas razões: a primeira delas, a mais freqüente, porque praticou o suicídio em outra existência e a segunda por ter abusado da beleza física, causando a infelicidade de outras pessoas. O nanismo está particularmente ligado ao suicídio por precipitação de grandes alturas. O anão revoltado, segundo explicou-nos Chico, em geral é o suicida de outra existência que não se conforma de não ter morrido, porque constatou que a vida é uma fatalidade e, mesmo desejando, não conseguiu extingui-la. Chico afirmou que o corpo espiritual sofre, com esse tipo de morte, lesões que vão interferir no próximo corpo, prejudicando particularmente a produção de hormônios, daí a formação do corpo anão, e as diversas formas de nanismo, mais ou menos graves, segundo o comprometimento do espírito. Ele disse ainda que conhece mães e pais maravilhosos que têm aceitado a prova com coragem e amparado os filhos anões com muito carinho e dedicação. Reconhece que a explicação espírita através da lei de causa e efeito e das encarnações sucessivas contribui bastante para a resignação perante a prova. Suas palavras são de estímulo e encorajamento aos pais e aos portadores de nanismo para que não se revoltem e aceitem esse estágio na Terra como um valioso aprendizado para o espírito imortal.

**Os Suicidas** – (Livro “Entrevistas” 1981, págs. 18/9) – P. Na sua vida mediúnica, Chico Xavier, conheceu amigos suicidas reencarnados? R. – Alguns. Tendo começado a tarefa mediúnica em 1927, há quase 41 anos, tive tempo suficiente para observar alguns casos e posso dizer que todos aqueles que vi reencarnados, depois do atentado contra eles mesmos, traziam consigo os sinais, os reflexos da leviandade que haviam perpetrado. Contudo, devemos respeitar os suicidas como criaturas extremamente sofredoras que, muitas vezes, perderam o controle das próprias emoções, raiando para o desrespeito a si próprios. Os resultados do suicídio acabam sempre impressos naqueles que o perpetraram; desse modo, a dois companheiros que se suicidaram com bala no ouvido – e que reví, no espaço, depois de 10 anos – vi-os reencarnados na condição de crianças retardadas num estado de extrema idiotia. Outro companheiro que se suicidou, com veneno, renasceu como uma criança que trazia já o câncer na garganta, tendo desencarnado pouco tempo depois. Os espíritos me explicaram que muitas vezes, o suicida, em se reencarnando como que destrói os tecidos do novo corpo; a desencarnação, ou a morte propriamente considerada, ocorre logo depois do nascimento ou algum tempo depois. Aí, então, o espírito estará em condições de aprender quanto vale a vida; deseja viver, mas não consegue, conseguindo, enfim, depois de grande esforço.

P. Aproveitando a oportunidade de seu profundo conhecimento da matéria, nós perguntamos: os espíritos acham que os sofrimentos dos suicidas decorrem de um castigo de Deus? R. – Não. Não decorrem de um castigo de Deus, porque Deus é Misericórdia Infinita, a Justiça Perfeita. Emmanuel sempre me explica e outros amigos espirituais, lecionando sobre o assunto também explicam, que, quando atentamos contra o nosso corpo, na Terra, ferimos as estruturas do nosso corpo espiritual. Inflingimos a nós mesmos essas punições. Se malbaratamos o crânio com um tiro, estamos destruindo determinados recursos do nosso cérebro espiritual; se nos envenenamos, perturbamos determinados centros de nossa alma; se nos projetamos de grande altura, estamos, também, perturbando os ligamentos, as estruturas, as conexões de

nosso corpo espiritual e permanecemos no além com os resultados do suicídio para depois, ao reencarnarmos na Terra, trazermos as conseqüências em nosso próprio corpo

**Câncer e Aids** – (Livro “Lições de Sabedoria, pág. 107 e seguintes) – P. Poderá a pesquisa científica médica conseguir a cura do câncer sem antes aprofundar-se na mecânica espiritual que gera as doenças? R. – Acreditamos que a cura definitiva do câncer e de outras moléstias que se fazem flagelos da comunidade exigirá essa penetração da Ciência nos processos espirituais da vida. Acrescentamos ainda que, sem essa penetração, se a luta contra o câncer ganhar vitórias relativamente fáceis, outras enfermidades virão substituí-lo por agentes de redução e aperfeiçoamento de nós outros, os seres humanos. P. Essa importante aquisição no campo da ciência médica, viria através de médiuns ou médicos? R. - Acreditamos que a cura do câncer para ser válida deve chegar até nós através de médicos humanitários, porquanto uma realização dessas, na expressão positiva com que deve se apresentar, pertence ao domínio da ciência médica, que há tanto tempo se empenha em trazer ao mundo essa conquista. Aqui, cabe pensar: “médicos sejam por médicos entendidos” porque estamos certos de que os cientistas desencarnados estão auxiliando aos cientistas da Terra que se consagram ao bem. P. Quer dizer que em todo o caso de câncer a mente está profundamente associada ao processo? R. – Sim, em todo caso de câncer o mundo mental desempenha um papel muito importante, porque a própria mente do enfermo pode cooperar no estacionamento e, talvez, na regressão ou na ampliação de caráter violento em qualquer processo canceroso.

Hebe Camargo, em seu programa na TV Bandeirantes (12/85), desejou saber se é o próprio homem quem cava para si o câncer, as guerras e a Aids? O médium lembrou que Deus socorre a criatura através das próprias criaturas. A distância entre elas foi resolvida através do avião, do automóvel etc. O homem venceu a varíola, a peste bubônica, a febre amarela e tantas outras doenças através do progresso científico. Ele sentiu necessidade de maior aproximação com os outros e surgiu o rádio, a televisão, e o mundo das comunicações. Para vencer o flagelo da fome, suscitou diversas formas de produção, transporte rápido etc. Mas a inteligência humana não foi capaz de eliminar o ódio por ela mesma, embora o homem seja o cooperador inteligente do próprio Deus na criação. “O ódio não foi vencido. A guerra é o ódio entre os povos. O Pai de amor deixa por conta dos filhos a confraternização e o entendimento. Enquanto houver ressentimento no coração de alguém esse clima de ódio não desaparecerá”. Chico afirmou, ainda, que devemos confiar em Deus e na inteligência humana porque já vencemos outras moléstias graves como a tuberculose e que haveremos de vencer também o câncer e a Aids.

Dr. Rossi (Centro Espírita União) – P. A AIDS é um castigo que o plano espiritual está enviando para esta geração? R. – Antes de tudo peço licença para dizer que não sei responder aos grandes problemas da atualidade, mas, por amor à Doutrina Espírita, é com muita emoção que me lembro do dia do aniversário do nosso Codificador e enfrento com a possível coragem o microfone para as respostas. Acredito que a AIDS, a nova moléstia, não é um castigo de Deus, mas uma questão criada por nós mesmos, as criaturas da Terra, e que alcançará, por misericórdia de Deus, a vacina necessária para que nos desvencilhemos de semelhante flagelo. Deveremos compreendê-la como uma sugestão para melhorar os nossos costumes. Não podemos dizer que é um castigo de Deus uma doença que tem aparecido nos próprios recém-nascidos. Os cuidados, a higiene e a possível abstenção sexual, e o respeito de uns frente aos outros, são os remédios de que dispomos à espera de um antídoto, uma vacina que está sendo elaborada pelos nossos cientistas.

**165.6 – “A.I.D.S. e D.S.T.” – Explicação de Celso Martins em seu livro “Sexo, amor & educação”, Editora EME, RJ., 7ª. edição, 1995, págs. 94-106:**

Durante anos a Medicina, tanto Curativa como Preventiva, considerava a temível sífilis, a blenorragia ou gonorréia, a doença de Nicolas Fabre ou linfogranulomatose inguinal, o cancro mole, etc., como sendo “doenças venéreas”, adjetivo este derivado da palavra Vênus, nome com que os romanos na sua mitologia, adoravam a Deusa do Amor. Hoje em dia, sobretudo com a explosiva presença da A.I.D.S., preferem os médicos e paramédicos usar a expressão “doenças sexualmente transmissíveis”, daí a sigla D.S.T., ficando-se bem claro que a A.I.D.S. também é uma das diversas D.S.T., além daquelas que citei acima nas primeiras linhas.

Via de regra são as D.S.T. causadas por bactérias como as espiroquetas, os diplococos, os bacilos, que podem passar de uma pessoa para outra por contágio direto (contato corporal pelo beijo, pelo ato sexual), por acidente médico, de parteiras e mesmo dentistas; e ainda por contágio indireto através do uso de talheres, copos, xícaras, roupas, toalhas contaminadas. No caso específico da A.I.D.S., a transmissão envolve líquidos orgânicos (sangue, esperma, secreções vaginais, como estudaremos mais adiante neste capítulo). Tais micróbios determinam lesões não apenas na área gênito-urinária porém de igual modo no coração, nos pulmões, nos vasos sanguíneos, no fígado, no sistema nervoso central, podendo acarretar a morte (desencarnação) ou determinar deformações no feto (como é o caso da sífilis congênita, que tem o seu agente causador, a espiroqueta *Treponema pallidum* atravessando a placenta no 4º. mês de gravidez). Claro que todas estas doenças (falarei sobre A.I.D.S. mais abaixo neste capítulo) têm tratamento médico lançando mão de antibióticos como as penicilinas, as estreptomicinas, as sulfamidas, a tetraciclina, etc. Vale até a pena declarar que, após a descoberta destes medicamentos (depois da II Guerra Mundial, de 38 a 45), esperava-se que a incidência destas “doenças venéreas” diminuísse. Porém, apareceu aos anos 60 a famosa pílula anticoncepcional, alterando o comportamento sexual do homem encarnado à face da Terra. Resultado: aumentou de maneira alarmante esta incidência devido à promiscuidade sexual, devido à auto-medicação, à falta de conhecimentos básicos de higiene corporal e mental e falta de diálogo honesto, fraterno e esclarecedor em torno das finalidades reais da vida humana, do papel do sexo no contexto do viver humano e do relacionamento respeitoso entre um homem e uma mulher.

O melhor preventivo contra as D.S.T. ainda se chama uso do sexo com dignidade, com respeito, com Amor. Equivale dizer: ‘castidade’, no caso de solteiros (tanto do rapaz como da moça e não apenas só da parte dela, como se exigia até pouco tempo atrás), e ‘fidelidade’, no caso dos casais um respeitando o outro. Castidade... Abstenção do sexo... Sugerir tal conduta, a muita gente chega parecer pedir o inexecutável, ou seja, uma verdadeira missão impossível. Mas ousou repetir o que escrevi. Castidade se impõe como o melhor meio de se prevenir das doenças sexualmente transmissíveis. Entendo que a esmagadora maioria das criaturas não está ainda amadurecida para isto e teria muitos distúrbios psicossomáticos se a castidade se lhe fosse imposta de fora para dentro. Sobretudo numa época em que as músicas que se ouvem nos programas de rádio, os programas e as novelas de televisão, muitas revistas que se compram facilmente nas bancas de jornais, os romances que se tornam muito vendidos (best-sellers), os filmes pornográficos, as roupas ousadas, enfim, neste modo de viver muito mais voltado para as sensações da carne, muita gente não teria condições, se não fosse inicialmente esclarecida aos objetivos maiores da reencarnação e não tivesse alertada sua consciência acerca das nossas



responsabilidades morais de tudo quanto fazemos, pensamos, falamos em nosso dia-a-dia, de serem castos os rapazes e as moças até o casamento.

Muitos apelariam desesperadamente para a masturbação anômala. E este ato abusivo de sentir prazer solitário, além de produzir, talvez em muitas mentes, mais tarde, o complexo de culpa, em outros levaria à situação de não terem satisfação plena durante a realização do ato genésico com um parceiro do sexo oposto! Os próprios casados hão de convir que nem sempre poderão relacionar-se mais intimamente; e isto não deve ser motivo para a prática do adultério! Por isto que acrescentei, parágrafos acima, a importância da fidelidade aos compromissos assumidos dentro da seriedade e da dignidade com que devemos tratar dos assuntos de ordem afetiva.

Diante de tudo isto, urge fazer com que a criatura coloque sua mente, seus pensamentos, seus dias e noites, respeitado o repouso físico e mental, em algum trabalho honesto, de vez que a sensação do labor bem cumprido nos dá a consciência tranqüila de que cumprimos honradamente com o nosso dever. Coloque sua mente, seus pensamentos, suas mãos, sua inteligência, sua imaginação, em algum estudo edificante, cultivando, se for o caso, uma arte ( a música, a pintura), algum idioma (daria eu o exemplo do Esperanto), uma habilitação manual. Volte-se para a prática de educação física ou de esportes adequados. Dedique-se a uma causa benemerente de amparo aos que sofrem.

(...) Visto tudo isto, passemos agora à doença deste final de século. Analisemos, sem nenhum preconceito, o assunto A.I.D.S....A transmissão do vírus se dá pelo leite materno, pelo sangue (daí porque os hemofílicos são grupo dolorosamente de risco pois recebem com frequência sangue ou produtos sanguíneos para controlar seu problema genético de dificuldade de coagulação de sangue) e sobretudo pelo líquido seminal. O sexo é um dos meios de transmissão da A.I.D.S., pelo esperma e pelas secreções vaginais. Até o momento não se verificou se a doença passa através de apertos de mão, abraços, beijos sociais (bochecha contra bochecha simplesmente), tosse, espirro, uso de piscina ou uso comum de roupas, toalhas, copos, talheres ou outros objetos, como também o mosquito não transmite A.I.D.S..(...) Tudo indica que a doença apareceu na África onde haveria macacos em cujo organismo o vírus não produziria nenhum problema. Foi o começo. Dali a doença alcançou os Estados Unidos e o resto do mundo (Europa de início). Sumariando, eu diria que os grupos de risco são: 1º.) os homossexuais e bissexuais masculinos (75% nos Estados Unidos); 2º.) os consumidores de drogas injetáveis (20% também em estadunidenses); 3º.) as pessoas que necessitam tomar sangue, e o sangue que recebem nem sempre é devidamente testado; 4º.) os heterossexuais que mantêm relacionamento íntimo com os demais indivíduos já citados; 5º.) as crianças nascidas de pais que pertencem a estes grupos.

Sem querer condenar a ninguém, de vez que Jesus, diante da mulher adúltera pilhada em pleno delito, e que queriam apedrejá-la, como mandava a lei de Moisés, Ele amorosamente sugeriu que atirasse a primeira pedra quem estivesse sem pecado; sem querer, pois, condenar A, B ou C, a Doutrina Espírita esclarece que as crianças que nascem com o vírus ou os hemofílicos que eventualmente enfrentam esta problemática, estão resgatando débitos de outras vidas, tanto como nós também ressarçimos nossas dívidas anteriores de outro modo na pauta da Lei de Causa e Efeito. Deus a ninguém pune. É a Lei Divina que nos cobra os débitos. Violamos o código divino e, para que haja a reparação, sofremos as conseqüências de nossos atos equivocados. Tendo estes conhecimentos, cuidemos bem de nossos atos presentes, para que, como também dizia o Mestre, não nos suceda coisa pior no futuro!

Infelizmente aumentam as chances de contágio porque campeia por aí promiscuidade, com o aumento de número de parceiros no ato sexual praticado onde só vale o prazer momentâneo. Não se leva em conta a responsabilidade. Encontramos os irmãos drogados usando apetrechos em comum – como já relatei parágrafos acima, espalhando a A.I.D.S. Antes de pregar simplesmente a necessidade de usar a camisa-de-Vênus, preciso é moralizar os costumes; aumentar o nível moral da mocidade e dos adultos também; educar o povo para que ele use o sexo com racionalidade e sentimento, na hora certa, com a pessoa a quem ame e respeite, sem querer levar, como se diz modernamente, vantagens, sem pensar apenas em satisfazer-se como se fora um irracional, de vez que até os animais, nossos irmãozinhos inferiores na escala zoológica (um dia já passamos por aquele estágio; e eles, um dia, estarão na condição de Espíritos encarnados no reino hominal), até eles sabem controlar a prática sexual. Não buscam requintar esta prática como faz o homem com a mulher, pois são ambos dotados de inteligência mais refinada, têm livre-arbítrio, sendo, por tudo isto, muito mais responsáveis por todas as suas ações.

**165.7 – “Doenças escolhidas” – Mensagem do Espírito Emmanuel, sobre a questão 259 de “O Livro dos Espíritos”, constante do livro “Religião dos Espíritos”, psicografia de Francisco Cândido Xavier, Editora FEB, RJ., 4ª. edição, 1978, págs. 165/6:**

Convictos de que o Espírito escolhe as provações que experimentará na Terra, quando se mostre na posição moral de resolver quanto ao próprio destino, é justo recordar que a criatura, durante a reencarnação, elege, automaticamente, para si mesma, grande parte das doenças que se lhe incorporam às preocupações. Não precisamos lembrar, nesse capítulo, as grandes calamidades particulares, quais sejam o homicídio, de que o autor arrasta as conseqüências na forma de extrema perturbação espiritual, ou o suicídio frustrado, que assinala o corpo daquele que o perpetra com dolorosos e aflitivos remanescentes. Deter-nos-emos, de modo ligeiro, no exame das decisões lamentáveis, que assumimos quando enleados no carro físico, sem saber que lhe martelamos ou desagregamos as peças.

Sempre que já tenhamos deixado as constrições do primitivismo, todos sabemos que a prática do bem é simples dever e que a prática do bem é o único antídoto eficiente contra o império do mal em nós próprios. Entretanto, rendemo-nos, habitualmente, às sugestões do mal, criando em nós não apenas condições favoráveis à instalação de determinadas moléstias no cosmo orgânico, mas também ligações fluídicas aptas a funcionarem como pontos de apoio para as influências perniciosas interessadas em vampirizar-nos a vida. Seja na ingestão de alimento inadequado, por extravagâncias à mesa, seja no uso de entorpecentes, no alcoolismo mesmo brando, no aborto criminoso e nos abusos sexuais, estabelecemos em nosso prejuízo as síndromes abdominais de caráter urgente, as úlceras gastrintestinais, as afecções hepáticas, as dispepsias crônicas, as pancreatites, as desordens renais, as irritações do cólon, os desastres circulatórios, as moléstias neoplásicas, a neurastenia, o traumatismo do cérebro, as enfermidades degenerativas do sistema nervoso, além de todo um largo cortejo de sintomas outros, enquanto que na crítica inveterada, na inconformação, na inveja, no ciúme, no despeito, na desesperação e na avareza, engendramos variados tipos de crueldade silenciosa com que, viciando o próprio pensamento, atraímos o pensamento viciado das Inteligências menos felizes, encarnadas ou desencarnadas, que nos rodeiam.

Exteriorizando idéias conturbadas, assimilamos as idéias conturbadas que se agitam em torno de nosso passo, elementos esses que se nos ajustam ao desequilíbrio emotivo, agravando-nos as potencialidades alérgicas ou pesando nas estruturas nervosas que conduzem a dor. Mantidas tais conexões, surgem freqüentemente os processos obsessivos que, muitas vezes, sem afetarem a razão, nos mantêm no domínio de ‘enfermidades-fantasmas’ que nos esterilizam as forças e, pouco a pouco, nos corroem a existência. Guardemo-nos, assim, contra a perturbação, procurando o equilíbrio e compreendendo no bem – expressando bondade e educação – a mais alta fórmula para a solução de nossos problemas. E ainda mesmo em nos sentindo enfermos, arrastando-nos embora, aperfeiçoemo-nos ajudando aos outros, na certeza de que, servindo ao próximo, serviremos a nós mesmos, esquecendo, por fim, o mercado da invigilância onde cada um adquire as doenças que deseja para tormento próprio.

#### **IV – NECESSÁRIO E SUPÉRFLUO (Itens 715 a 717)**

##### **O Necessário e a Natureza. O Supérfluo e os vícios.**

**Artigo 166** – O homem sensato conhece o limite do necessário por intuição, e muitos o conhecem à custa de suas próprias experiências. A Natureza traçou o limite do necessário na própria organização do homem, mas ele é insaciável. Ela traçou o limite de suas necessidades na sua organização, mas os vícios alteraram a sua constituição e criaram para ele necessidades artificiais.

##### **Os que vivem à custa das privações alheias**

**Artigo 167** – Os que açambarcam os bens da terra para se proporcionarem o supérfluo, em prejuízo dos que não têm sequer o necessário, desconhecem a lei de Deus e terão de responder pelas privações que ocasionarem.

##### **167.1 – “A relatividade do limite entre o necessário e o supérfluo”- Comentário de Kardec no item 717 de O Livro dos Espíritos:**

O limite entre o necessário e o supérfluo nada tem de absoluto. A civilização criou necessidades que não existem no estado de selvageria, e os Espíritos que ditaram esses preceitos não querem que o homem civilizado viva como selvagem. Tudo é relativo e cabe à razão colocar cada coisa em seu lugar. A civilização desenvolve o senso moral e ao mesmo tempo o sentimento de caridade que leva os homens a se apoiarem mutuamente. Os que vivem à custa das privações alheias exploram os benefícios da civilização em proveito próprio; não têm de civilizados mais do que o verniz, como há pessoas que não possuem da religião mais do que a aparência.

##### **167.2 – “Sobras” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Religião dos Espíritos”, sobre a questão 715 de “O Livro dos Espíritos”:**

A sobra em todas as situações é o agente aferidor do nosso ajustamento à Lei Eterna que estatui sejam os recursos do Criador divididos justificadamente por todas as criaturas, a

começar pela bênção vivificante do Sol. É assim que o leite a desperdiçar-se, na mesa, é a migalha de alimento que sonegas à criancinha órfã de pão, tanto quanto a roupa a emalar-se, desnecessária, no recanto doméstico, é o agasalho que deves à nudez que a noite fria vergasta. Por isso mesmo, é pelo supérfluo acumulado em vão que começam todos os nossos desacertos perante a Bênção Divina. Formações miasmáticas invadem-te o lar pelos frutos apodrecidos que recusas à fome dos semelhantes; prolifera a traça na moradia, pelo vestuário que segregas a distância de quem sofre a intempérie; multiplicam-se víboras e espinheiros na gleba que guardas, inútil; arma-te a inveja ciladas soezes, ao pé de patrimônios materiais que reténs, sem qualquer benefício para a necessidade dos outros, e, sobretudo, os expoentes da criminalidade e do vício senhoreiam-te a vida, nas horas vagas em que te refestelas nos braços da ilusão, exaltando a leviandade e a preguiça. Não olvides, assim, que toda sobra desaproveitada nos bens que desfrutas, por efeito de empréstimo da Providência Maior, se converte em cadeia de retaguarda, situando-te pensamentos e aspirações na cidadela da sombra. E, repartindo com o próximo as vantagens que te enriquecem os dias, seguirás, desde a Terra, pelos investimentos do amor puro e incessante, em direitura à Plenitude Celestial.

**167.3 – “Mais” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Religião dos Espíritos”, sobre a questão 716 de “O Livro dos Espíritos”:**

O “mais” é sempre a equação nas contas da Lei Divina. Ao criar a criatura, determinou o Criador tudo se crie na Criação. Por isso mesmo, a antiga legenda “crescei e multiplicai-vos” comparece, ativa, em todos os planos da Natureza. Entreguemos o fruto nutritivo aos fatores de desagregação e, em poucas horas, transmutar-se-á em bolo pestífero. Ajudemos a semente preciosa, amparando-lhe a cultura, e, no curso de algum tempo, responsabilizar-se-á pela fartura do celeiro, transfigurando pântanos e charnecas em campos de flor e pão. É assim que o mesmo princípio se revela, insofismável, em todo o caminho humano. Cede a lente de teus olhos às arestas do mal e, a breve espaço, não apreenderás senão sombras. Entorpece a antena dos ouvidos no enxurro da maledicência convertida em lama sonora, e acordarás no charco da calúnia, aviltando a ti mesmo. Faze da língua instrumento de críticas incessantes e acabarás guardando na boca uma placenta envenenada, servindo à parturição da crueldade e do crime. Conserva os braços na estufa da preguiça, e terminarás a existência transpirando bolor e inutilidade. Entretanto, se te confias ao amor puro, buscando estender-lhe a claridade sublime, através do serviço aos outros, atrairás, em teu próprio favor, a influência benéfica de quantos te observam as horas, entre a simpatia e a cooperação, acrescentando-te possibilidades e forças para que transformes a vida num cântico de beleza, a caminho da esfera superior. Do que escolhas cada dia para sentir e pensar, encontrarás auxílio para falar e fazer. Assim, pois, vigia o coração e fiscaliza teus atos com a lâmpada viva da lição de Jesus, porque terás sempre mais do que faças, em colheita de treva ou luz, conforme a tua sementeira de mal ou bem.

**V – PRIVAÇÕES VOLUNTÁRIAS. MORTIFICAÇÕES – (Itens 718 a 727)**

**A Lei de Conservação e o corpo**

**Artigo 168** – A lei de conservação obriga-nos a prover a necessidade do corpo, pois sem a energia e a saúde o trabalho é impossível.

## **O bem-estar é desejo natural**

**Artigo 169** – O homem não é censurável por procurar o bem-estar. Deus só proíbe o abuso, por ser contrário à conservação, e não considera um crime a procura do bem-estar, se este não for conquistado às expensas de alguém e se não enfraquecer suas forças morais nem as suas forças físicas.

### **169.1 – “A Procura do Bem-Estar” – Explicação de Rodolfo Calligaris em seu já citado livro “As Leis Morais”, págs. 86-88:**

**Pergunta no. 719 de “O Livro dos Espíritos”, de Kardec:** “Merece censura o homem por procurar o bem-estar?” Resposta das vozes do Alto: “É natural o desejo do bem-estar. Deus só proíbe o abuso, por ser contrário à conservação. Ele não considera crime a procura do bem-estar, desde que não seja conseguido à custa de outrem e não venha diminuir-vos nem as forças físicas, nem as forças morais.”

Aí está um ensinamento que contesta fundamentalmente a concepção absurda e até certo ponto blasfema, corrente em certos meios religiosos, de que “o homem nasce neste mundo para sofrer, a fim de fazer-se merecedor de suaves recompensas no céu”. Sem dúvida, sendo a Humanidade terrena uma das mais imperfeitas no concerto universal, compreende-se porque mais sofre do que goza. É o preço de sua primariedade. Cada um de nós, porém, pode e deve trabalhar para promover-se socialmente, conquistando, para si mesmo e para os seus, tudo quanto seja agradável, útil e concorra para aumentar a alegria de viver. Não é verdade, pois, que o homem deva aceitar, passivamente, tudo que o excrucia; conformar-se, submisso, com a má organização da sociedade, responsável pela miséria de tantos; ou mesmo impor-se penitências voluntárias, por serem estas coisas conformes aos planos divinos a nosso respeito. Se assim fora, Deus seria um sádico. O que Ele quer, tal o ensino da Doutrina Espírita, é a felicidade de todos, não apenas “post-mortem”, num suposto paraíso de delícias, onde ninguém tenha o que fazer, mas desde agora e aqui mesmo, contanto que Lhe compreendamos os amorosos e sábios desígnios e saibamos pautar nossos atos por uma fiel observância de Suas leis.

Não, não é crime a busca do bem-estar. Criminosa, isto sim, é a ignorância em que os homens vêm sendo mantidos acerca de seus direitos naturais, direitos esses inerentes à sua condição de filhos de Deus, sem aceção de raça, cor ou nacionalidade. Criminosas são as manobras do egoísmo empregadas por uma minoria dominante, no sentido de impedir o advento da justiça social e a conseqüente melhoria do padrão de vida dos povos. Criminosos são os gastos enormes que se fazem por toda a parte em programas armamentistas, em detrimento da produção dos bens de consumo que escasseiam ou faltam por completo em milhões de lares. Criminoso é o desvio de vultosas parcelas da Humanidade (exatamente os elementos mais válidos) dos trabalhos fecundos que ativam a civilização, para a improdutividade das casernas (quartéis militares), ou, o que é pior, para as operações bélicas que destroem, em minutos, o que levou séculos para edificar.

Ao influxo da lei de evolução, pela qual tudo se engrandece e prospera, diz-nos ainda a Doutrina Espírita, que os mundos também progridem, pois se destinam a oferecer aos seus habitantes condições de morada cada vez mais aprazíveis. Não é possível, então, que a Terra permaneça, eternamente, como mundo de expiações e de provas. O aperfeiçoamento da estrutura sócio-econômica das nações terrenas é, assim, um imperativo categórico, e bom seria que,

ao invés de resistir às medidas que o favoreçam, as classes privilegiadas, em cujas mãos se encontram as rédeas do poder, renunciasses espontaneamente a algo do que lhes sobeja, em favor do bem-estar coletivo. Isso evitaria os processos violentos e dolorosos que hão assinalado, até o presente, a marcha do progresso neste minúsculo planeta, inaugurando uma nova era, de compreensão e boa vontade, que os reacionários batizarão com outros nomes, mas que representará o triunfo do Cristianismo em sua expressão mais autêntica, mais nobre e mais bela.

### **Privação Voluntária e seu mérito**

**Artigo 170** – Há maior mérito aos olhos de Deus em fazer o bem aos outros do que as privações voluntárias, com vistas a uma expiação igualmente voluntária. As privações voluntárias, que sejam realmente meritórias, são as privações dos prazeres inúteis, porque liberta o homem da matéria e eleva sua alma. O meritório é resistir à tentação que convida os homens aos excessos e ao gozo das coisas inúteis, é retirar do necessário para dar aos que não o têm. Se a privação nada mais for que um fingimento, será apenas uma irrisão.

**170.1 – “Cada Hora” – Explicação do Espírito Emmanuel no já citado livro “Religião dos Espíritos” sobre a questão 721 de “O Livro dos Espíritos”:**

Faze de cada hora – um poema de amor. Renúncia vazia – terra seca. Oração sem serviço – candeia apagada. Alegria sem trabalho – flor sem proveito. Cultura sem caridade – árvore estéril. Sermão sem exemplo – trovoada sem chuva. Tribuna sem suor – esquife sonoro. Inteligência trancada – luz no deserto. Vida sem ação – enterro lento. Filosofia sem bondade – conversa vã. Talento oculto – fonte escondida. Fé parada – vaso inútil. Virtude sem movimento – ninho morto. Lição sem obras – museu de idéias. Repara os recursos de que dispões: Pensamento nobre. Conhecimento superior. Raciocínio pronto. Diretrizes claras. Ouvidos percucientes. Olhos iluminados. Verbo fácil. Movimentos livres. Mãos seguras. Pés hábeis. Não te afeições a mortificações improfícuas. Cada criatura, onde passa, deixa o próprio reflexo. Só a inércia vagueia no mundo como sombra na sombra. Tu, porém, debes caminhar, à feição do raio solar, dissipando as trevas. Cada hora, podes fazer a luta mais construtiva. Imensos são os males do mundo – não os agraves com o desespero. Enormes são as mágoas dos outros – não as multipliques com o fel da reprovação. Onde estiveres, restaura, conserta, alivia, ampara e desculpa... Em qualquer circunstância, recorda o Cristo, que passou entre os homens entendendo e ajudando... E ainda mesmo quando se viu condenado sem culpa, pelos mesmos homens aos quais servia, partiu para a morte, perdoando e amando... Torturado na cruz, mas de braços abertos.

### **A verdadeira mortificação**

**Artigo 171** – A vida de mortificações do ascetismo tem sido praticada desde toda a Antigüidade e nos diferentes povos. Se não serve senão ao que a pratica e o impede de fazer o bem, é egoísta, qualquer que seja o pretexto sob o qual se disfarce. Submeter-se a privações no trabalho pelos outros é a verdadeira mortificação, de acordo com a caridade cristã.

### **Abstenção de certos alimentos**

**Artigo 172** – Tudo aquilo de que o homem se possa alimentar, sem prejuízo para a sua saúde, é permitido. Mas os legisladores puderam interditar alguns alimentos com uma finalidade útil. E para dar maior crédito às suas leis, apresentaram-nas como providas de Deus.

### **A alimentação animal para o homem**

**Artigo 173** – A alimentação animal, para o homem, não é contrária à lei natural. Pela sua constituição física, a carne nutre a carne, pois do contrário o homem perece. A lei de conservação impõe ao homem o dever de conservar as suas energias e a sua saúde, para poder cumprir a lei do trabalho. Ele deve alimentar-se, portanto, segundo o exige a sua organização.

**173.1 – “Sobre a alimentação do homem” – Explicação do Espírito Lamennais na Revista Espírita, Dez.1863, EDICEL, trad. Julio Abreu Filho, págs. 387/8:**

O sacrifício da carne foi severamente condenado pelos grandes filósofos da antiguidade. O Espírito elevado revolta-se à idéia de sangue e, sobretudo, à idéia de que o sangue é agradável à Divindade. E, notai bem, que aqui não se trata de sacrifícios humanos, mas unicamente de animais oferecidos em holocausto. Quando o Cristo veio anunciar a Boa-Nova, não ordenou sacrifícios de sangue: ocupou-se unicamente do Espírito. Os grandes sábios da antiguidade igualmente tinham horror a estas espécies de sacrifícios e eles próprios só se alimentavam de frutos e raízes. Na Terra os encarnados têm uma missão a cumprir: têm o Espírito que deve ser nutrido pelo Espírito, o corpo com a matéria; mas a natureza da matéria influi – compreende-se facilmente – sobre a espessura do corpo e, em consequência, sobre as manifestações do Espírito. Os temperamentos naturalmente muito fortes para viver como os anacoretas fazem bem, porque o esquecimento da carne leva mais facilmente à meditação e à prece. Mas para viver assim, geralmente seria necessária de uma natureza mais espiritualizada que a vossa, o que é impossível com as condições terrestres. E como, antes de tudo, a natureza jamais age contra o bom senso, é impossível ao homem submeter-se impunemente a essas privações. Pode ser-se bom cristão e bom Espírita e comer a seu gosto, desde que seja razoável. É uma questão algo leviana para os nossos estudos, mas não menos útil e proveitosa.

**173.2 – “Alimentação” – Explicação ditada pelo Espírito André Luiz no livro “Os Mensageiros”, Ed. FEB/RJ, 11ª edição, 1978, psicografia de Francisco C. Xavier, págs. 222/3:**

(...) Cooperemos, por nossa vez, no despertar dos homens, nossos irmãos, relativamente ao nosso débito para com a Natureza maternal. Sempre, ao voltarmos à Crosta, envolvendo-nos em fluidos do círculo carnal, levamos muito longe a aquisição de nitrogênio. Convertemos em tragédia mundial o que poderia constituir a procura serena e edificante. Como sabemos, organismo algum poderá viver na Terra sem essa substância, e embora se locomova, no oceano de nitrogênio, respirando-o na média de mil litros por dia, não pode o homem, como

nenhum ser vivo do planeta, apropriar-se do nitrogênio do ar. Por enquanto, não permite o Senhor a criação de células nos organismos viventes do nosso mundo, que procedam à absorção espontânea desse elemento de importância primordial na manutenção da vida, como acontece ao oxigênio comum. Sômente as plantas, infatigáveis operárias do orbe, conseguem retirá-lo do solo, fixando-o para o entretenimento da vida noutros seres. Cada grão de trigo é uma bênção nitrogenada para sustento das criaturas, cada fruto da terra é uma bolsa de açúcar e albumina, repleta do nitrogênio indispensável ao equilíbrio orgânico dos seres vivos. Todas as indústrias agropecuárias não representam, na essência, senão a procura organizada e metódica do precioso elemento da vida. Se o homem conseguisse fixar dez gramas, aproximadamente, dos mil litros de nitrogênio que respira diàriamente, a Crosta estaria transformada no paraíso verdadeiramente espiritual. Mas, se muito nos dá o Senhor, é razoável que exija a colaboração do nosso esforço na construção da nossa própria felicidade. Mesmo em “Nosso Lar”, ainda estamos distantes da grande conquista do alimento espontâneo pelas forças atmosféricas, em caráter absoluto. E o homem, meus amigos, transforma a procura de nitrogênio em movimento de paixões desvairadas, ferindo e sendo ferido, ofendendo e sendo ofendido, escravizando e tornando-se cativo, segregado em densas trevas! Ajudemo-lo a compreender, para que se organize uma era nova. Auxiliemo-lo a amar a terra, antes de explorá-la no sentido inferior, a valer-se da cooperação dos animais, sem os recursos do extermínio! Nessa época, o matadouro será convertido em local de cooperação, onde o homem atenderá aos seres inferiores e onde estes atenderão às necessidades do homem, e as árvores úteis viverão em meio do respeito que lhes é devido. Nesse tempo sublime, a indústria glorificará o bem e, sentindo-nos o entendimento, a boa vontade e a veneração às leis divinas, permitir-nos-á o Senhor, pelo menos em parte, a solução do problema técnico de fixação do nitrogênio da atmosfera. Ensinemos aos nossos irmãos que a vida não é um roubo incessante, em que a planta lesa o solo, o animal extermina a planta e o homem assassina o animal, mas um movimento de permuta divina, de cooperação generosa, que nunca perturbaremos sem grave dano à própria condição de criaturas responsáveis e evolutivas! Não condenemos! Auxiliemos sempre!

**173.3 – “Alimentação Carnívora” - Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Mediunidade”, sob o título “Mediunidade Zoológica”, Ed. Edicel, SP, 3ª. ed., 1980, págs. 99-101:**

(...) A tendência zoófila é muito difundida no meio espírita. Ao sentimento inato de amor pelos animais, os espíritas acrescentam os recursos doutrinários da sua racionalização. Vêm em cada animal uma alma em desenvolvimento, um espírito primário a caminho da humanização. Essa visão é verdadeira e contribui muito para melhorar a nossa maneira de encarar os animais como simples fornecedores de carne para a nossa mesa. Mas a falta de maior conhecimento da doutrina leva a maioria das pessoas zoófilas a extremos ridicularizantes, como no caso da mediunidade animal. Muitos espíritas se surpreendem ao saber que “O Livro dos Espíritos” não condena a alimentação carnívora e se deslumbram com livros onde ela é condenada. O exemplo da Índia seria suficiente para mostrar-lhes a razão da posição doutrinária. A subnutrição das populações indianas decorre em grande parte da zoolatria, da adoração de animais sagrados. O Espiritismo evita sacrificar o homem ao animal e ao mesmo tempo desviar o que o aceitam de um plano escorregadio de superstições. Nada é mais contrário ao racionalismo da doutrina e mais prejudicial à exata compreensão dos seus princípios do que o sentimentalismo extremado.

O sacrifício brutal e brutalizante de animais em nosso mundo é realmente repulsivo. Mas estamos num mundo inferior em que as suas próprias condições naturais levam a isso. Um



grave problema à propagação efetiva do vegetarianismo na Terra: o da proteína em quantidade suficiente e em condições de fácil assimilação pelo nosso organismo. A falta de alimentação proteica adequada gera as insuficiências orgânicas que acarretam o enfraquecimento das populações, a falta de resistência às doenças, o desgaste precoce das energias vitais. Onde escasseia a alimentação proteica aumentam as incidências de esclerose cerebral, inutilizando milhões de cérebros que muito ainda poderiam dar à coletividade. Cabe aos animais a função sacrificial de laboratórios proteicos da alimentação humana.

Somente agora os homens começam a perceber, graças ao avanço das ciências desse ramo, que uma organização social mais equilibrada e racional pode modificar esse quadro danoso que levou Kardec a considerar a Terra como Purgatório e até mesmo como planeta infernal. Mas será necessária uma profunda transformação das estruturas sociais e econômicas para que as técnicas renovadoras modifiquem as condições brutais do nosso sistema alimentar, com o aproveitamento dos vegetais que, como a soja, podem substituir a alimentação carnívora. Para tanto, é necessário que os enormes recursos empregados pelas nações mais civilizadas no campo da guerra fossem desviados para o campo da paz, empregados no incentivo da produção agrícola e da fabricação de alimentos. Isso libertaria o homem da situação trágica do momento, em que ele é obrigado a pagar o preço da sistemática matança humana nos campos de batalha. Quando o homem descuida dos seus deveres, suas próprias condições de vida se incumbem de submetê-lo aos resgates necessários da sua leviandade criminosa. Os arsenais gigantescos, carregados de armas arrasadoras, cobram dos homens o preço de morte dos matadouros e frigoríficos espantosos. Matamos milhões de animais para comer e acabamos empregando as energias proteicas dessa matança no suicídio coletivo das guerras de extermínio.

### **Abstenção de alimentos animais ou outros**

**Artigo 174** – A abstenção de alimentos animais ou outros, como expiação, é meritória se o homem se priva em favor dos outros, pois Deus não pode ver mortificação quando não há privação *séria e útil*. Eis porque os que só se privam em aparência são hipócritas.

### **Os sofrimentos voluntários e os naturais**

**Artigo 175** – Os únicos sofrimentos que nos elevam são os naturais, porque vêm de Deus. Os sofrimentos voluntários não servem para nada, quando nada valem para o bem dos outros. Crês que os que abreviam a vida por meio de rigores sobre-humanos, como o fazem os bonzos, os faquires e alguns fanáticos de tantas seitas, avançam na sua senda? Por que não trabalham, antes, em favor dos seus semelhantes? Que visitem o indigente, consolem o que chora, trabalhem pelo que está enfermo, sofram privações para o alívio dos infelizes e então sua vida será útil e agradável a Deus. Quando, nos sofrimentos voluntários a que se sujeita, o homem não tem em vista senão a si mesmo, trata-se de egoísmo; quando alguém sofre pelos outros, pratica a caridade: são esses os preceitos do Cristo.

## **Preservação dos sofrimentos que prevemos ou dos que nos ameaçam**

**Artigo 176** – Não devemos criar para nós sofrimentos voluntários que não são de nenhuma utilidade para os outros, mas devemos, no entanto, preservar-nos dos que prevemos ou que nos ameaçam, pois o instinto de conservação foi dado a todos os seres contra os perigos e os sofrimentos. Fustigai o vosso Espírito e não o vosso corpo, mortificai vosso orgulho, sufocai o vosso egoísmo, que se assemelha a uma serpente a vos devorar o coração, e fareis mais pelo vosso adiantamento do que por meio de rigores que não mais pertencem a este século.

### **176.1 – “Provas Voluntárias e Verdadeiro Cilício” – Do Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap.V, item 26:**

Perguntais se é permitido abrandar as vossas provas. Essa pergunta lembra estas outras: É permitido ao que se afoga procurar salvar-se? E a quem se espetou num espinho, retirá-lo? Ao que está doente, chamar um médico? As provas têm por fim exercitar a inteligência, assim como a paciência e a resignação. Um homem pode nascer numa posição penosa e difícil, precisamente para obrigá-lo a procurar os meios de vencer as dificuldades. O mérito consiste em suportar sem murmurações as conseqüências dos males que não se podem evitar, em perseverar na luta, em não se desesperar quando não se sai bem, e nunca em deixar as coisas correrem, que seria antes preguiça que virtude.

Essa questão nos conduz naturalmente a outra. Desde que Jesus disse; “Bem-aventurados os aflitos”, há mérito em procurar as aflições, agravando as provas por meio de sofrimentos voluntários? A isso responderei muito claramente: Sim, é um grande mérito, quando os sofrimentos e as privações têm por fim o bem do próximo, porque se trata da caridade pelo sacrifício; Não, quando eles só têm por fim o bem próprio, porque se trata de egoísmo pelo fanatismo. Há uma grande distinção a fazer. Quanto a vós, pessoalmente, contentai-vos com as provas que Deus vos manda, não aumenteis a carga já por vezes bem pesada; aceitai-as sem queixas e com fé, eis tudo o que Ele vos pede. Não enfraqueçais o vosso corpo com privações inúteis e macerações sem propósito, porque tendes necessidade de todas as vossas forças, para cumprir vossa missão de trabalho na Terra. Torturar voluntariamente, martirizar o vosso corpo, é infringir a lei de Deus, que vos dá os meios de sustentá-lo e de fortalecê-lo. Debilitá-lo sem necessidade é um verdadeiro suicídio. Usai, mas não abuseis: tal é a lei. O abuso das melhores coisas traz as suas punições, pelas conseqüências inevitáveis.

Bem outra é a questão dos sofrimentos que uma pessoa se impõe para aliviar o próximo. Se suportardes o frio e a fome para agasalhar e alimentar aquele que necessita, e vosso corpo sofrer com isso, eis um sacrifício que é abençoado por Deus. Vós, que deixais vossos aposentos perfumados para levar consolação aos casebres infectos; que sujais vossas mãos delicadas curando chagas; que vos privais do sono para velar à cabeceira de um doente que é vosso irmão em Deus; vós, enfim, que aplicais a vossa saúde na prática das boas obras, tendes nisso o vosso cilício, verdadeiro cilício de bênçãos, porque as alegrias do mundo não ressecaram o vosso coração. Vós não adormecestes no seio das voluptuosidades enlanguecedoras da fortuna, mas vos transformastes nos anjos consoladores dos pobres deserdados.

Mas vós que vos retirais do mundo para evitar suas seduções e viver no isolamento, qual a vossa utilidade na Terra? Onde está a vossa coragem nas provas, pois que fugis da luta e desertais do combate? Se quiserdes um cilício, aplicai-o à vossa alma e não ao vosso corpo; mortificai o vosso Espírito e não a vossa carne; fustigai o vosso orgulho; recebei as humilhações sem vos queixardes; machucaí vosso amor-próprio; insensibilizai-vos para a dor da injúria e da calúnia, mais pungente que a dor física. Eis aí o verdadeiro cilício, cujas feridas vos serão contadas, porque atestarão a vossa coragem e a vossa submissão à vontade de Deus.

**176.2 – “A Doação de Órgãos e os Transplantes À Luz do Espiritismo”** - Entrevista gravada pela TV Tupi, canal 4, de S.Paulo, realizada pelo reporter Saulo Gomes com o médium Chico Xavier na Comunhão Espírita Cristã, Uberaba (MG), a 5 de agosto de 1968. Transcrita do “Anuário Espírita”, 1969, constante do livro “Entrevistas – Francisco Candido Xavier/Emmanuel”, organização e Notas de Salvador Gentile e Hércio Marcos Cintra Arantes, Editora Instituto de Difusão Espírita, 3<sup>a</sup>. edição, 1981:

**JOÃO BOIADEIRO; CAUSA MORTIS** - Que opinião deram os amigos espirituais sobre a causa da morte de nosso João Boiadeiro, o primeiro doente que recebeu transplante de coração no Brasil? – Resposta - A esse respeito ouvi particularmente dois amigos, médicos desencarnados, o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes e nosso amigo André Luiz, que foi médico muito distinto no Rio de Janeiro. Os dois guardam a mesma opinião geral, informando que o problema é de rejeição. Portanto, um ponto coincidente com aquele assinalado por todos os grandes mestres, como Zerbini, especialmente, nosso médico brasileiro.

**OS TRANSPLANTES E A SUA SEGURANÇA** - Os mesmos amigos espirituais, no caso, apresentam alguma idéia para segurança e êxito na operação desta natureza? – **Resposta** - Esses dois amigos nossos, nos disseram que, por enquanto, é impossível que a Ciência determine a causa destas dificuldades – não vamos dizer fracassos – porque a causa de tudo isso remonta ao corpo espiritual, e não podemos exigir que a Ciência abrace afirmativas nossas, sem experimentação positiva. Mas a Ciência vencerá o problema. O Dr. Bezerra de Menezes, que é um grande médico na Espiritualidade Maior, diz que precisamos considerar o problema por uma questão de deontologia médica, em dupla face: o problema do doador e do receptor. Diz ele que a Ciência Médica aperfeiçoará os processos da chamada ressuscitação cardiopulmonar-externa, através de massagens mais aperfeiçoadas e equipamento elétrico seguro para a defesa do doador. Feito esse trabalho de defensiva, o eletroencefalograma assinalará o silêncio cerebral, ocorrido com a desencarnação. Passamos, então, ao problema da vitória para o receptor. Diz ele que, não podemos esquecer, a Ciência Médica contornará o problema com os recursos imunológicos mais perfeitos e talvez com o concurso da hipnose com orientação científica, que poderá colaborar muito a benefício do êxito do receptor. Ele acrescenta, porém, que uma ala muito grande da medicina, com muita propriedade e segurança de atitude, pugna pelo fabrico de órgãos de plásticos e que isso é um problema a ser considerado com urgência para benefício de todos, porque à medida que progredirmos na indústria, vamos dizer, de órgãos plásticos, nós poderemos diminuir o problema da angústia no campo dos doadores.

**A NATURALIDADE DOS TRANSPLANTES** - Seria esta, portanto, mestre Chico Xavier, a opinião dos amigos espirituais acerca dos transplantes de órgãos? **Resposta** - Justamente. Eles dizem que isso é um problema da Ciência muito legítimo; assim, como nós utilizamos o motor de um carro, com os demais implementos estragados, num outro carro que este-

ja com seus implementos perfeitos mas com o motor inutilizado. Não podemos comparar o homem com o automóvel, mas podemos adotar o símile para compreender que o transplante de órgãos é muito natural e deve ser levado adiante.

Os espíritos acreditam que o transplante de órgãos seja contrário às leis naturais?  
**Resposta** - Não. Eles dizem que, assim como nós aproveitamos uma peça de roupa, que não tem utilidade para determinado amigo, e esse amigo, considerando a nossa penúria material, nos cede essa peça de roupa, é muito natural, ao nos desvencilharmos do corpo físico, venhamos a doar os órgãos prestantes a companheiros necessitados deles que possam utilizá-los com segurança e proveito.

**TRANSPLANTES E CORPO ESPIRITUAL** - Há uma pergunta que nós queremos ler com muita atenção. Mestre, dizem os espíritos que o corpo físico é uma duplicata do corpo espiritual; no transplante do coração não haverá um choque entre a existência do órgão que permaneceu no corpo astral ao lado do que foi substituído? **Resposta** - Por isso mesmo que o nosso amigo André Luiz considera a rejeição como um problema claramente compreensível, pois o coração do corpo espiritual está presente no receptor. O órgão astral, vamos dizer assim, provoca os elementos da defensiva do corpo, que os recursos imunológicos em futuro próximo, naturalmente, vão sustar ou coibir.

**O FENÔMENO DA MORTE E A SITUAÇÃO DO DOADOR** - Que pensar da situação do doador de órgãos, no momento da morte, uma vez que seu instrumento físico se viu despojado de parte importante? **Resposta** - É o mesmo que sucede com uma criatura que cede seus recursos orgânicos a um estudo anatômico, sem qualquer repercussão no espírito que se afasta – vamos dizer, de sua cápsula material. O nosso amigo André Luiz considera que, excetuando-se determinados casos de mortes em acidentes e outros casos excepcionais, em que a criatura necessita daquela provação, ou seja, o sofrimento intenso daquela provação, ou seja, o sofrimento intenso no momento da morte, esta de um modo geral não traz dor alguma porque a demasiada concentração do dióxido de carbono no organismo determina anestesia do sistema nervoso central, diz ele. Estou falando como médium, que ouve esses amigos espirituais; não que eu tenha competência médica para estar aqui, pronunciando-me em termos difíceis. Eles explicam que o fenômeno da concentração do gás carbônico no organismo alteia o teor da anestesia do sistema nervoso central provocando um fenômeno que eles chamam de acidose. Com a acidose vem a insensibilidade e a criatura não tem estes fenômenos de sofrimento que nós imaginamos. O doador, naturalmente, não tem, em absoluto, sofrimento algum.

**O TRABALHO MÉDICO E OS ESPÍRITOS** – Os espíritos, por acaso, Mestre Chico Xavier, auxiliam doadores e receptores de órgãos, bem assim como as equipes cirúrgicas que se empenham em tão duras tarefas? **Resposta** – Auxiliam e muito. Os espíritos amigos dizem que a missão do médico se reveste de tamanha importância que, ainda mesmo o médico absolutamente materialista está amparado, pelas forças do mundo superior, a benefício da saúde humana. Mas não podemos esquecer, também, que outros médicos que desencarnam na Terra, passam a estudar a medicina em outros aspectos, em aspectos mais evoluídos, no mundo espiritual, e se reencarnam com determinadas tarefas. Há tempos ouvi o Espírito de um médico amigo, que conheci muito em Belo Horizonte, e que era devotado à cancerologia. Ele informou-me que, no espaço, está estudando a cancerologia desdobrada em outros aspectos e outros fenômenos, pretendendo se reencarnar dentro em breve tempo, para estar conosco, em princípios do século futuro, aperfeiçoando as técnicas e estudos da cancerologia na Terra.

**A MORTE DO DOADOR** – Qual a situação de um doador de órgãos após a intervenção cirúrgica, Chico Xavier, uma vez constatada a desencarnação? **Resposta** – É uma situação pacífica, porquanto, o fenômeno é igual ao daqueles amigos nossos, às vezes jovens que serão, amanhã, grandes médicos, grandes anônimos, benfeitores da Humanidade, que cedem suas vísceras a uma sala de anatomia para benefícios dos cientistas.

### **176.3 – Transplantes – Folha de São Paulo, 24/09/2004:**

**Célula-tronco evita transplante cardíaco – Folha de S.Paulo, 24 de setembro/2004, pág. A14** – De coração novo: Células-tronco recuperaram tecido cardíaco de pacientes com até sete pontes de safena. Os pesquisadores retiraram da medula óssea do doente um grupo de células que inclui as células-tronco, capazes de se transformar em vários tecidos do corpo humano. No laboratório, as células-tronco foram separadas das demais e preparadas para voltar ao corpo do paciente. Com a ajuda de um cateter (um tipo de sonda cirúrgica), as células-tronco foram levadas para o coração. Uma vez lá, elas assumiram a função do tecido muscular cardíaco e recuperaram o coração (em dois dos pacientes, o órgão aumentou em 20% a sua capacidade para bombear sangue).

A injeção de células-tronco no coração de cinco pacientes cardíacos que aguardavam transplante no Rio de Janeiro fez com que quatro deles dispensassem a operação. A terapia é o novo resultado de uma pesquisa desenvolvida no hospital Pró-Cardíaco, no Rio, que abre perspectivas para o tratamento de pessoas com doenças cardiovasculares. As células-tronco (capazes de se transformar em vários tipos de tecido) extraídas da medula óssea e implantadas no coração dos pacientes regeneraram tecido do miocárdio (músculo cardíaco) e criaram novos vasos sanguíneos. A possibilidade de recuperação sem a necessidade de transplante – um processo longo e complexo – é um sinal de esperança emitido pela pesquisa, a primeira nesses moldes no mundo. “A realidade ainda é o transplante cardíaco. Mas acreditamos que, em dois ou três anos, seja factível trabalhar em larga escala”, disse ontem, durante o anúncio dos resultados, o médico Hans Fernando Dohmann, diretor científico do Pró-Cardíaco e coordenador da pesquisa, realizada em parceria com Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Texas Heart Institute, nos EUA.

**O Ministério da Saúde lançou ontem o Brasilcord – uma rede pública de bancos de sangue de cordão umbilical – Folha de S.Paulo, 25 de setembro/2004, pág. C4** – Rede deve reduzir espera por transplante. Serviço terá dez bancos de sangue de cordão umbilical; tempo para encontrar doador deve cair de 6 meses para 40 dias. O sangue do cordão umbilical é o mesmo que circula no bebê e possui grande número de células-tronco, que são fundamentais no transplante de medula óssea. A quantidade de sangue que permanece no cordão e na placenta – de 70 ml a 100 ml – é drenada e armazenada em bolsas semelhantes às utilizadas para a transfusão de sangue. As bolsas são levadas ao banco de sangue de cordão umbilical, onde serão congeladas em nitrogênio líquido a 140° C. Qualquer pessoa pode doar, desde que os testes sorológicos sejam negativos. A coleta do sangue do cordão umbilical é realizada somente com o consentimento materno. Não há nenhum dano para a mãe nem para o bebê, já que é utilizado somente o sangue do cordão umbilical que seria descartado após o parto. O procedimento de coleta e manipulação do sangue custa, em média, R\$3.000. Depois de congelado, a manutenção anual de cada bolsa consome cerca de R\$300. As células placentárias são recomendadas para transplantes em pessoas que pesem até 50 quilos. O material coletado reduz consideravelmente a possibilidade de rejeição do receptor. O processo de transplante é semelhante ao u-

tilizado para a medula óssea. Após um regime de preparação com quimioterapia, o paciente recebe células-tronco por meio de uma transfusão.

Esse material é coletado logo após o nascimento para a obtenção de células-tronco, que, a princípio, possuem a capacidade de gerar qualquer tipo de tecido (como pele, ossos e ligamentos). A medida irá beneficiar pessoas que têm leucemia, por exemplo, e atualmente dependem do transplante de medula óssea, cujo prazo de espera é de mais de seis meses. De acordo com dados do Ministério da Saúde, das 2.500 novas demandas por medula óssea registradas por ano, em 1.500 casos não é encontrado um parente que possa ser doador. Segundo o ministro Humberto Costa (Saúde), com a nova rede o prazo para encontrar um doador compatível será de aproximadamente 40 dias e a chance de transplante passará de 35% para 90%.

**SP registra recorde de transplantes – Folha de S.Paulo, 25 de setembro/2004, pág. C4** – Um levantamento da Secretaria de Estado da Saúde mostra que de janeiro a agosto houve 935 transplantes de órgãos em São Paulo, 43% a mais que o mesmo período de 2003 – 652 procedimentos. O primeiro semestre deste ano já é considerado o melhor da história e poderá ser comemorado na segunda-feira, Dia Nacional de Doações de Órgãos. Segundo a Secretaria, o Estado deverá fechar o ano com cerca de 1.400 transplantes, quase quatro por dia. “Os transplantes no Estado estão crescendo mês a mês”, disse o coordenador da Central de Transplantes, Luiz Augusto Pereira. Segundo Pereira, é importante que a família que concorda com a doação de órgãos do parente morto comunique sua decisão. Comparando os primeiros oito meses de 2004 e 2003, cresceram mais os transplantes de rim (520 contra 347, um aumento de 49,8%) e de pâncreas (270 ante 172, 41,9% a mais).

**176.4 – “Doação de Órgãos e Transplantes: Aspectos Éticos” – Explicação de Wladimir Lisso em seu livro do mesmo título, edições FEESP, 1ª. edição, 1998, págs.34-36:**

Verifica-se que as questões básicas de ordem ética decorrem do direito à vida consagrada pela Lei Natural e reconhecido pelas constituições dos países civilizados. No Brasil, decorrem do reconhecimento da personalidade, a partir do nascimento, que são o direito à vida e à integridade física. Em relação à atuação dos médicos, já reconhece o Código de Ética Médica que é vedado ao profissional da área “efetuar qualquer procedimento médico sem esclarecimento e o consentimento prévio do paciente ou de seu responsável legal, salvo em eminente perigo de vida” (Código de Ética Médica, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 1988, edição 1992, pg. 5). Assim, a obrigação de reconhecer, em relação bilateral, que se estabelece na doação de órgãos e transplantes, os direitos do doador e do receptor; do primeiro, de ver respeitada a doação de órgãos expressa ou presumida realizada em vida, pelos seus familiares, por ocasião da morte; do segundo, de receber todos os esclarecimentos necessários à decisão de sofrer ou não a cirurgia de transplante, considerada ainda de risco.

O Código já dispõe que ao médico pertencente à equipe de transplante, “é vedado participar do diagnóstico de morte ou da decisão do prolongamento da vida de possível doador”(Ibidem, pg. 7). Esse dispositivo, já incluído na lei brasileira, visa coibir o conflito de interesses que se estabelece para o médico, que pode levar a abusos no diagnóstico de morte, visando beneficiar paciente necessitado do órgão. O Código ainda consagra dispositivo, que já é estabelecido como princípio na própria Constituição Federal, de proibição de participação direta ou indireta na comercialização de órgãos ou tecidos humanos. Verifica-se, assim, na ética

médica, a preocupação de se estabelecer normas coibitivas de práticas abusivas, inclusive como decorrência da imperfeição humana que se manifesta em todos os setores de atividades humanas em geral. Sabe-se que a existência de leis e códigos não impede, de forma definitiva, a prática de excessos de toda ordem, tendo em vista que atuam exclusivamente direcionando o comportamento do Espírito na sua interação com o meio ambiente, no qual é levado a viver através de uma reencarnação. Entretanto, através de sanções que se estabelecem para a prática dos atos vedados nos códigos e leis, estabelece-se relativo controle comportamental, embora saibamos que a solução definitiva virá com a renovação do Espírito, à luz do Evangelho de Jesus, que se refletirá no seu comportamento pautado pela moral que se insere nos seus ensinamentos, manifestada através de atos e pensamentos.

Em matéria de ética médica, discute-se a necessidade ou não do consentimento da família no caso da doação presumida. Conforme examinamos anteriormente, a necessidade de tal consentimento esvaziará os objetivos da lei, que tem em vista aumentar o número de doadores. Baseiam-se algumas manifestações favoráveis ao consentimento da família em dispositivo do mesmo Código de Ética, que estabelece a possibilidade de o médico “recusar a realização de atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência”. Pessoalmente, não vemos como se interpretar esse dispositivo como permissão para recusa na retirada de órgãos, quando o potencial doador tem os documentos de identidade e de habilitação sem a manifestação da intenção de não doar. Não vemos também justificativa para a recusa na retirada de órgãos quando diagnosticada a morte encefálica, pois a escolha está sendo estabelecida entre a suscetibilidade dos familiares que se apegam ao cadáver como se ali estivesse o Espírito e a vida da criatura que aguarda a doação de órgãos para ter a sobrevivência através da intervenção cirúrgica. Parece-nos que a posição citada poderá gerar ações judiciais, não de familiares do morto pois, mantida tal posição, os órgãos não serão retirados, mas de pessoas que aguardam os órgãos e de familiares que se sentirem frustrados no seu objetivo de recuperação da saúde através da operação de transplantes.

Aguardemos que se defina melhor o assunto para que as intenções louváveis do legislador não esbarrem em atitudes, às vezes hipócritas, de familiares que se intitulam “donos do cadáver”, quando em vida, na maioria das vezes, não deram à criatura todo o amor e atenção que poderiam dar, e da classe médica às vezes mais preocupada em evitar processos do que realmente em salvar vidas.

**176.5 – “Congelamento e Cremação de Corpos” – Respostas de Francisco Cândido Xavier constantes do livro “Lições de Sabedoria – Chico Xavier nos 23 anos da Folha Espírita”, autoria de Marlene R. S. Nobre, Fé Editora Jornalística Ltda., S. Paulo, 1997, págs. 45....**

P. O congelamento de corpos imediatamente após a morte física com vistas a um despertar na carne após alguns decênios ou séculos, isto é, quando a medicina houver descoberto remédio para os males físicos do congelado, trará perturbação maior ao espírito desencarnado? Resposta – Marlene, transcrevo aqui o que estou ouvindo de nosso Emmanuel, a quem solicitei o esclarecimento preciso: “Sim, o congelamento do corpo ocupado pelo espírito, em processo de desencarnação, pode retê-lo, por algum tempo, junto à forma física, ocasionando para ele dificuldades e perturbações. Isso, de algum modo, já sucedia no Egito Antigo, quando o embalsamamento nos retinha, por tempo indeterminado, ao pé das formas que teimávamos em conservar: Semelhante retenção, porém, só se verifica na pauta da lei de causa e efeito. E, quanto ao

congelamento, se algum dos interessados – por força da provação deles mesmos – retomarem o corpo frio a fim de reaquecê-lo, a Ciência não pode assegurar-lhes um equipamento orgânico claramente ideal como seria de desejar, especialmente no tocante ao cérebro que o congelamento indeterminado deixará em condições por agora imprevisíveis”.

**Cremação - P.** A indagação é freqüente. Espiritualistas, sobretudo ocidentais, temem a cremação. Os brasileiros secularmente acostumados aos enormes cemitérios de atmosfera pesada e lúgubre, onde os túmulos custosos ostentam flores e objetos preciosos ou mesmo a ver os corpos dos entes queridos tragados pela terra, não aceitam com muita facilidade a idéia da cremação. Prática comum entre outros povos, como os indus, por exemplo. Há bem pouco tempo vimos, no cinema, as cinzas do corpo de Ghandi espalharem-se pelo Ganges. A dificuldade de sua difusão por aqui é enorme. O Espiritismo afirma que o corpo é apenas uma vestimenta do espírito, ele não é necessário após o término de um ciclo existencial. Mas há o perispírito ou corpo espiritual. Ele permite ao espírito a sua manifestação através do corpo de carne. Por isso mesmo os espíritas questionam: Qual a repercussão da cremação sobre o perispírito? Muitos dos participantes do Encontro Espírita pela Paz realizado no Anhembi, em S.Paulo, fizeram perguntas sobre este assunto e **Folha Espírita** indagou de Chico Xavier:

P. O espírito sente os efeitos da cremação do corpo físico? Quantas horas devemos esperar para efetuar a cremação? Resposta – O nosso abnegado benfeitor Emmanuel, em outra ocasião, questionado sobre o assunto, afirmou que o tempo ideal para a cremação do corpo, desocupado pelo inquilino ou pelo espírito que o habitava é de 72 horas, de vez que, além da chamada morte clínica, o espírito liberado, em muitos casos, ainda está em processo de mudança, retirando aos poucos os remanescentes da sua própria desencarnação. No caso em exame, será importante que o corpo seja mantido em câmara frigorífica, evitando-se-lhe qualquer indício de decomposição.

**Doação de Órgãos – P.** Você acha que o espírita deve doar as suas córneas? Não haveria nesse caso repercussões para o lado do perispírito, uma vez que elas devem ser retiradas momentos após a desencarnação do indivíduo? – Resposta – Sempre que a pessoa cultiva desinteresse absoluto por tudo aquilo que ela cede para alguém, sem perguntar ao beneficiado o que fez da dádiva recebida, sem desejar qualquer remuneração, nem mesmo aquela que a pessoa humana habitualmente espera com o nome de compreensão, sem aguardar gratidão alguma, isto é, se a pessoa chegou a um ponto de evolução em que a noção da posse não mais a preocupa, esta criatura está em condições de doar, porque não vai afetar o perispírito em coisa alguma. No caso contrário, se a pessoa se sente prejudicada por isso ou aquilo no curso da vida, ou tem receio de perder utilidades que julga pertencer-lhe, esta criatura traz a mente vinculada ao apego a determinadas vantagens da existência e com certeza, após a morte do corpo, se inclinará para reclamações descabidas, gerando perturbações em seu próprio campo íntimo. Se a pessoa tiver qualquer apego à posse, inclusive dos objetos, das propriedades, dos afetos, ela não deve dar, porque se perturbará.

P. O público presente no Encontro da Paz indaga se a doação espontânea das córneas influencia de alguma maneira o espírito do doador após a desencarnação e se a retirada delas após quatro horas apenas da morte física afeta o perispírito? – Resposta – Quando o doador é pessoa habituada ao desprendimento da posse de quaisquer objetos e desinteressada desse ou daquele domínio sobre pessoas e situações, a doação prévia de órgãos que lhe pertençam, por ocasião de morte física, não afeta o corpo espiritual do doador a que nos referimos. Entretanto, se estamos à frente de alguém que não atingiu o desprendimento que mencionamos, será im-



portante pensar que esse alguém não se encontra com a precisa habilitação para doar recursos além da desencarnação, que provavelmente reclamará.

## CAPÍTULO XI

### LEI DE DESTRUIÇÃO

#### I – DESTRUIÇÃO NECESSÁRIA E ABUSIVA (O Livro dos Espíritos, itens 728 a 736)

**Artigo 177** – A destruição é uma lei da Natureza. É necessário que tudo se destrua, para renascer e se regenerar; porque o que chamamos destruição não é mais que a transformação, cujo objetivo é a renovação e o melhoramento dos seres vivos.

#### Instinto de destruição

**Artigo 178** – O instinto de destruição foi dado aos seres vivos com fins providenciais. As criaturas de Deus são os instrumentos de que ele se serve para atingir os seus fins. Para se nutrirem, os seres vivos se destroem entre si, e isso com o duplo objetivo de manter o equilíbrio da reprodução, que poderia tornar-se excessiva, e de utilizar os restos do invólucro exterior. Mas é apenas o invólucro que é destruído, e esse invólucro não é mais do que acessório, não a parte essencial do ser pensante, pois este é o princípio inteligente, indestrutível, que se elabora por meio das diferentes metamorfoses por que passa.

#### Lei de Destruição e Lei de Conservação: compatibilidade

**Artigo 179** – A destruição é necessária para a regeneração dos seres; entretanto, a Natureza os cerca de meios de preservação e conservação para evitar a destruição antes do tempo necessário. Toda destruição antecipada entrava o desenvolvimento do princípio inteligente. Foi por isso que Deus deu a cada ser a necessidade de viver e de se reproduzir.

**179.1 – “Destruição ou Renovação?” – Explicação de Richard Simonetti em seu livro já citado “A Constituição Divina”, págs. 51-53, sobre a questão 728 de “O Livro dos Espíritos:**

O axioma “Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, de Lavoisier, ajuda-nos a compreender a Lei de Destruição, que não significa, como sugere o sentido literal, um ‘aniquilamento’. Ela impõe uma ‘renovação’, atendendo aos objetivos do Criador; um incessante transformismo em favor do aperfeiçoamento dos seres vivos; um vir-a-ser, em diligente e dirigido esforço evolutivo, onde nascimento e morte são apenas duas faces de uma mesma moeda – a Vida. O dia morre quando chega a noite que, por sua vez, apenas antecipa novo alvorecer; a primavera sucede o inverno, que voltará em novo ciclo; o próprio mundo em que vivemos teve sua origem há perto de cinco bilhões de anos e desaparecerá passados mais alguns bilhões. En-

quanto isso, incontáveis planetas estão surgindo no Cosmos para cumprir idêntica trajetória... O mesmo ocorre com os seres vivos, crescem, reproduzem-se e morrem, mas são eternos em essência espiritual que se aprimora incessantemente, a caminho da racionalidade que os promoverá a Espíritos, com uma nova meta pela frente: a angelitude. E na medida em que o Espírito reencarna e desencarna, sucessivamente, em que o corpo físico de que se utiliza é decomposto pela morte, e ele se habilita a usar um novo, no renascimento, em futuro próximo ou remoto (poderá estagiar alguns anos ou muitos séculos na Espiritualidade), irá desenvolvendo suas potencialidades.

Para os Espíritos que compõem a Humanidade, esse dualismo marcado por múltiplos mergulhos na carne, se faz imperioso, porquanto representa, sobretudo, um agitar de consciência, em renovadas oportunidades de despertar para as realidades do Universo. Há indivíduos tão apegados à existência física, às necessidades da carne, aos vícios e ambições da Terra, que acabam por situar-se no que poderíamos definir como ‘impasse evolutivo’. Em linguagem popular, “um atolamento na lama”. Não fora a experiência da morte, projetando-os em regiões espirituais tenebrosas, compatíveis com seus desvios, para amargas reflexões, e permaneceriam indefinidamente estacionados em comprometedores enganos. Por outro lado, há Espíritos desencarnados infelizes e atormentados, perseguidos pelos fantasmas dos crimes e desmandos cometidos na Terra para os quais a reencarnação é a oportunidade abençoada do recomeço. Poucos têm conhecimento desse processo. Daí muitos temerem a morte, sem entenderem que ela não existe. O que supomos o fim é apenas o limiar da existência em outro plano, o virar da moeda para a outra face. Como a lagarta que se transforma em borboleta, o Espírito deixa o casulo de carne para alçar vôo rumo à amplidão.

Constrangemo-nos com a morte do familiar, como se o tivéssemos perdido, chama que se apagou, vida que se extinguiu, sem perceber que ele apenas partiu para uma dimensão diferente, onde o reencontraremos um dia quando, por nossa vez, efetuarmos a grande transição. Qual o lavrador que muda para novo sítio, transferimos residência para o Plano Espiritual, onde seremos ricos ou pobres, felizes ou infelizes, de conformidade com os frutos cultivados, preparando-nos para novas sementeiras na lavoura da carne, as quais se sucederão, ininterruptamente, em idas e vindas, até atingirmos plena maturação espiritual, habilitando-nos a viver em planos mais altos.

As imposições da Lei de Destruição tendem a amenizar-se na proporção em que o Espírito evolui, integrando-se nos propósitos do Criador, o que lhe proporcionará a possibilidade de permanecer mais tempo na Espiritualidade. E um dia, não sabemos quando, dentro de alguns milhões de anos talvez, ou em tempo menos longo, dependendo de nosso empenho, seremos anjos. Então não precisaremos mais renascer e remorrer para aprendermos a viver como filhos de Deus.

### **179.2 – “Destruição Recíproca dos Seres Vivos” – Explicação de Allan Kardec na “Revista Espírita – Abril de 1865”, Edit. EDICEL, SP, tradução de Júlio Abreu Filho:**

**A destruição recíproca dos seres vivos é uma lei da natureza** que, à primeira vista, parece conciliar-se menos com a bondade de Deus. Pergunta-se porque lhes teria feito uma necessidade se entredestruírem para se alimentarem uns à custa dos outros. Para aquele que não considera senão a matéria, que limita sua visão à vida presente, isto parece com efeito, uma

imperfeição na obra divina; daí a conclusão que tiram os incrédulos que, não sendo Deus perfeito, não há Deus. É que julgam a perfeição de Deus de seu ponto de vista; seu julgamento é a medida de sua sabedoria e pensam que Deus não poderia fazer melhor o que eles próprios fariam. Não lhes permitindo sua curta visão julgar o conjunto, não compreendem que um bem real possa derivar de um mal aparente. O conhecimento do princípio espiritual, considerado em sua verdadeira essência, e da grande lei de unidade, que constitui a harmonia da criação, é o único que pode dar ao homem a chave desse mistério e lhe mostrar a sabedoria providencial, exatamente onde ele não enxergava senão uma anomalia e uma contradição. Dá-se com esta verdade o mesmo que com uma porção de outras; o homem não é apto para sondar certas profundezas senão quando seu Espírito chega a um suficiente grau de maturidade.

**A verdadeira vida está no princípio inteligente** - A verdadeira vida, tanto do animal, quanto do homem, não está mais no envoltório corporal do que na vestimenta; está no princípio inteligente que preexiste e sobrevive ao corpo. Este princípio necessita do corpo para se desenvolver pelo trabalho que deve realizar sobre a matéria bruta; o corpo se gasta nesse trabalho, mas o Espírito, não; ao contrário, dele sai cada vez mais forte, mais lúcido e mais capaz. Que importa que o Espírito mude mais ou menos vezes de envoltório; nem por isso é menos Espírito; é absolutamente como se o homem renovasse cem vezes a sua roupa em um ano; nem por isso deixaria de ser o mesmo homem. Pelo espetáculo incessante da destruição, Deus ensina aos homens o pouco caso que devem fazer do envoltório material e neles suscita a idéia da vida espiritual, fazendo-os desejá-la como uma compensação.

Perguntarão se Deus não podia chegar ao mesmo resultado por outros meios, e sem submeter os seres vivos a se entredestruírem? Bem esperto aquele que pretendesse penetrar os desígnios de Deus! Se tudo é sabedoria em sua obra, devemos supor que esta sabedoria também não esteja ausente em outras; se não o compreendemos, devemos culpar o nosso pouco adiantamento. Contudo, podemos tentar encontrar a razão disto, tomando por bússola este princípio: 'Deus deve ser infinitamente justo e sábio'. Busquemos, pois, em tudo, sua justiça e sua sabedoria.

**Utilidades físicas e morais da destruição** - Uma primeira utilidade dessa destruição, utilidade puramente física, na verdade é esta: os corpos orgânicos não se mantêm senão à custa de matérias orgânicas, as únicas que contêm os elementos nutritivos necessários à sua transformação. Os corpos, instrumentos de ação do princípio inteligente, têm necessidade de ser incessantemente renovados; a Providência os faz servir a seu mútuo alimento; é por isso que os seres se nutrem uns dos outros; então, é o corpo que se nutre do corpo, porém o Espírito não se aniquilou, nem se alterou; apenas despojou-se de seu invólucro.

Além disso, há considerações morais de ordem mais elevada. A luta é necessária ao desenvolvimento do Espírito; é na luta que ele exerce suas faculdades. Aquele que ataca a fim de obter o seu alimento, e aquele que se defende para conservar sua vida, fazem uso da habilidade e da inteligência, e por isso mesmo, aumentam suas forças intelectuais. Um dos dois sucumbe; mas o que é que, na realidade, o mais forte ou o mais hábil levou do mais fraco? Seu vestuário de carne, nada mais; O Espírito, que não morre, mais tarde retomar a outra vestimenta.

Nos seres inferiores da criação, naqueles em que não existe o senso moral, nos quais a inteligência ainda não substituiu o instinto, a luta não teria por móvel senão a satisfação de uma necessidade material; ora, uma das necessidades mais imperiosas é a da nutrição; lutam, pois,

unicamente para viver, isto é, para tomar ou defender uma presa, pois não seriam estimulados por um móvel mais elevado. É neste primeiro período que a alma se elabora e se ensaia na vida.

**O livre-arbítrio e o senso moral** - Quando atingiu o grau de maturidade necessário à sua transformação, recebe de Deus novas faculdades: o livre-arbítrio e o senso moral, numa palavra a centelha divina, que dão um novo curso às suas idéias, a dotam de novas percepções. Mas as novas faculdades morais de que é dotada só se desenvolvem gradativamente, pois nada é brusco na natureza; há um período de transição, no qual o homem apenas se distingue do bruto; nas primeiras idades, o instinto animal domina e a luta tem ainda por móvel, a satisfação das necessidades materiais; mais tarde, o instinto animal e o sentimento moral se contrabalançam, o homem então luta, não mais para se nutrir, mas para satisfazer sua ambição, seu orgulho, a necessidade de dominar; para isso, ainda é necessário destruir. Porém, à medida que o senso moral predomina, a sensibilidade se desenvolve, a necessidade da destruição diminui; termina mesmo por se extinguir e por tornar-se odiosa; então, o homem passa a ter horror do sangue.

**A luta continua...** Contudo, a luta é sempre necessária ao desenvolvimento do Espírito porque, mesmo chegando a este ponto, que nos parece culminante, está longe de ser perfeito; só ao preço de sua atividade é que adquire conhecimentos, experiência, e se despoja dos últimos vestígios de animalidade. Mas então a luta, de sangrenta e brutal, que era, torna-se puramente intelectual: o homem luta contra as dificuldades e não mais contra os seus semelhantes.

### **Horror instintivo da morte**

**Artigo 180** – A morte deve conduzir-nos a uma vida melhor, e nos livrar dos males deste mundo; sendo assim, mais de se desejar do que de se temer. Entretanto, o homem tem por ela um horror instintivo que a torna motivo de apreensão. É que o homem deve procurar prolongar a sua vida para cumprir a sua tarefa. Foi por isso que Deus lhe deu o instinto de conservação, e esse instinto o sustenta nas suas provas; sem isso, muito freqüentemente ele se entregaria ao desânimo. A voz secreta que o faz repelir a morte lhe diz que ainda pode fazer alguma coisa pelo seu adiantamento. Quando um perigo o ameaça, ela o adverte de que deve aproveitar o tempo que Deus lhe concede.

### **Necessidade de destruição e progresso intelectual e moral**

**Artigo 181** – A necessidade de destruição diminui entre os homens na Terra à medida em que o Espírito supera a matéria; é por isso que ao horror da destruição segue-se o desenvolvimento intelectual e moral.

### **Direito de destruição sobre os animais**

**Artigo 182** – O direito de destruição sobre os animais é regulado pela necessidade de prover a sua alimentação e a sua segurança; o abuso jamais foi um direito.

#### **Destruição dos animais por prazer e sem utilidade**

**Parágrafo 1º** - A destruição que ultrapassa os limites das necessidades e da segurança, da caça, por exemplo, quando não tem por objetivo senão o prazer de destruir, sem utilidade, é a predominância da bestialidade sobre a natureza espiritual. Toda destruição que ultrapassa os limites da necessidade é uma violação da lei de Deus. Os animais não destroem mais do que necessitam, mas o homem, que tem o livre-arbítrio, destrói sem necessidade. Prestará contas do abuso da liberdade que lhe foi concedida, pois nesses casos ele cede aos maus instintos.

#### **Excesso de escrúpulo e destruição dos animais**

**Parágrafo 2º** - Os povos que levam ao excesso o escrúpulo no tocante à destruição dos animais não têm mérito especial. É um excesso num sentimento que em si mesmo é louvável, mas que se torna abusivo e cujo mérito acaba neutralizado por abusos de toda espécie. Eles têm mais temor supersticioso do que verdadeira bondade.

### **II – FLAGELOS DESTRUIDORES – (Itens 737 a 741)**

**Artigo 183** – Deus castiga a Humanidade com flagelos destruidores para fazê-la avançar mais depressa. A destruição é necessária para a regeneração moral dos Espíritos, que adquirem em cada nova existência um novo grau de perfeição. É necessário ver o fim para apreciar os resultados. Esses transtornos são freqüentemente necessários para fazerem que as coisas cheguem mais prontamente a uma ordem melhor, realizando-se em alguns anos o que necessitaria de muitos séculos.

#### **183.1 – “Salto qualitativo”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 737 de O Livro dos Espíritos:**

Esta resposta coloca de maneira bem clara o problema dos “saltos” da Natureza. O “salto qualitativo” a que se refere a dialética marxista, e que para alguns contradiz a ordem evolutiva da doutrina espírita, é exatamente essa espécie de “transtornos” que apressam o desenvolvimento. Como se vê, o Espiritismo reconhece a existência e a necessidade de “transtor-

nos”, mas integrados no processo geral da evolução, não os admitindo como quebra desse processo.

### **183.2 – “Comando Divino” – Explicação de Richard Simonetti em seu já citado livro “A Constituição Divina”, sobre a questão 737 de “O Livro dos Espíritos” (Flagelos Destruidores):**

**Há uma ordenação divina no Universo.** Deus a tudo prevê e provê, atendendo às necessidades evolutivas de seus filhos. Nada ocorre por acaso. Os próprios Espíritos, os seres inteligentes da Criação que povoam o Universo fora do mundo material, segundo a definição expressa na questão n.76 de “O Livro dos Espíritos”, participam dessa ordenação, num sistema hierárquico determinado exclusivamente pelo merecimento. Quanto mais evoluídos, mais complexas e importantes as suas tarefas. Espíritos puros e perfeitos são promovidos a prepostos do Criador, com largas responsabilidades que envolvem o progresso de imensas coletividades, orientando-as em experiências compatíveis com suas necessidades evolutivas.

Sabe-se que as manchas solares, detectadas por sofisticado instrumental científico, fruto de explosões atômicas que ocorrem no astro-rei, são responsáveis por múltiplos fenômenos climáticos terrestres e não raro promovem flagelos destruidores, como tufões, tempestades, nevascas, secas, enchentes... Seriam casuais tais ocorrências? Para o materialista, certamente. Mas o religioso, que concebe a onisciência e onipotência de Deus, não pode desenvolver semelhante raciocínio, que equivaleria ao reconhecimento de que a Natureza escapa ao comando divino. Admitindo, portanto, que o Criador controla os fenômenos naturais, contando com a participação de seus prepostos, podemos conceber que as convulsões solares são programadas por engenheiros siderais em benefício dos planetas que se movem em sua órbita...

**Os flagelos e seus benefícios físicos e morais (AIDS e PESTE NEGRA)** - Os flagelos decorrentes beneficiam fisicamente o planeta, principalmente na renovação de sua atmosfera, mas, sobretudo, impõem um agitar das consciências humanas, tanto para aqueles que desencarnam em circunstâncias dolorosas e traumáticas, quanto para os que colhem as consequências da devastação ocasionada. Experiências assim representam a oportunidade de resgate de seus débitos do pretérito, ao mesmo tempo em que fazem sua iniciação nos domínios da solidariedade. As vítimas das grandes calamidades tornam-se menos envolvidas com as ilusões, mais dispostas a ajudar o semelhante, após sentirem na própria carne a dor que aflige seus irmãos. A Lei de Destruição funciona, também, para conter os impulsos desajustados da criatura humana. Não é preciso grande esforço de raciocínio para perceber que a AIDS, a síndrome de insuficiência imunológica adquirida, representa uma resposta da Natureza aos abusos cometidos pelo Homem nos domínios do sexo, a partir da decantada liberdade sexual, na década de sessenta. A AIDS vem impondo ao Homem disciplinas às quais não se submeteria em circunstâncias normais, como um aluno que, embora relutante, decide enfrentar o indesejável aprendizado escolar, porquanto violento temporal o impede de “matar” a aula. O mal terrível e assustador ajudá-lo-á a compreender que é preciso respeitar o sexo, que podemos exercitá-lo com liberdade, desde que não resvalem para a liberalidade e muito menos para a licenciosidade. Sexo sem compromisso, sem responsabilidade, é mera sementeira de frustrações e comprometimento com o vício, resultando em inevitável colheita de desajustes e sofrimentos. Talvez a AIDS faça parte de um elenco de medidas renovadoras que preparam a civilização do terceiro milênio. Oportuno recordar que determinados surtos de progresso para a humanidade são marcados por flagelos terríveis que dizimam populações imensas. Exemplo típico foi a Peste Negra, no século XIV, enfermidade mortal provocada por um bacilo que se instalava nos apare-

lhos digestivo e circulatório, eliminando suas vítimas em poucos dias. Disseminada pelo Oriente e pela Europa, exterminou perto de vinte e cinco milhões de pessoas, em plena Idade Média, um período de obscurantismo, em que a civilização ocidental parecia imersa em trevas. No entanto, após a Peste Negra floresceu o Renascimento, um abençoado sopro de renovação cultural e artística, como o alvorecer de radioso dia precedido de devastadora tempestade noturna.

### **Outros meios para melhorar a Humanidade**

**Artigo 184** – Além dos flagelos destruidores, Deus emprega, também, diariamente, outros meios para melhorar a Humanidade, pois deu a cada um os meios de progredir pelo conhecimento do bem e do mal. É o homem quem não aproveita; então, é necessário castigá-lo em seu orgulho e fazê-lo sentir a sua fraqueza.

### **Os flagelos e a morte de homens de bem!**

**Artigo 185** – Nesses flagelos, porém, o homem de bem sucumbe como os perversos, parecendo injusto esse fato. Ocorre que, durante a vida, o homem relaciona tudo ao seu corpo, mas após a morte pensa de outra maneira. Como já dissemos: a vida do corpo é um quase nada; um século do vosso mundo é *um relâmpago na eternidade*. Os sofrimentos que duram alguns dos vossos meses ou dias, nada são: apenas um ensinamento que vos servirá no futuro. Os Espíritos que preexistem e sobrevivem a tudo formam o mundo real. São eles os filhos de Deus e o objeto de sua solicitude; os corpos não são mais que disfarces sob os quais aparecem no mundo. Nas grandes calamidades que dizimam os homens eles são como um exército que, durante a guerra vê os seus uniformes estragados, rotos ou perdidos. O general tem mais cuidado com os soldados do que com as vestes.

### **Compensações em futuras existências**

**Parágrafo único** – Se considerássemos a vida no que ela é, e quanto é insignificante em relação ao infinito, menos importância lhe daríamos. Essas vítimas, os homens de bem, terão noutra existência uma larga compensação para os seus sofrimentos, se souberem suportá-los sem murmurar.

### **185.1 – “Flagelos e visão única da Humanidade”- Comentário de Kardec no item 738-b de O Livro dos Espíritos:**

Que a morte se verifique por um flagelo ou por uma causa ordinária, não se pode escapar a ela quando soa a hora da partida; a única diferença é que no primeiro caso parte um grande número ao mesmo tempo. Se pudéssemos nos elevar pelo pensamento de maneira a abranger toda a Humanidade numa visão única, esses flagelos tão terríveis não nos pareceriam mais do que tempestades passageiras no destino do mundo.



### **Flagelos destruidores e provas morais para o homem**

**Artigo 186** – Os flagelos são provas que proporcionam ao homem a ocasião de exercitar a inteligência, de mostrar a sua paciência e a sua resignação ante a vontade de Deus, ao mesmo tempo que lhe permitem desenvolver os sentimentos de abnegação, de desinteresse próprio e de amor ao próximo, se ele não for dominado pelo egoísmo.

#### **Ao homem é dado conjurar parte dos flagelos**

**Artigo 187** – É dado ao homem conjurar, em parte, os flagelos que o afligem; mas não como geralmente se pensa. Muitos flagelos são a consequência de sua própria imprevidência. À medida que ele adquire conhecimentos e experiência pode conjurá-los, quer dizer, preveni-los, se souber pesquisar-lhes as causas. Mas entre os males que afligem a Humanidade, há os que são de natureza geral e pertencem aos desígnios da Providência. Desses, cada indivíduo recebe, em menor ou maior proporção, a parte que lhe cabe, não lhe sendo possível opor nada mais que a resignação à vontade de Deus. Mas ainda esses males são geralmente agravados pela indolência do homem.

**187.1 – “A inteligência aliada ao sentimento de caridade e o resguardo aos flagelos”- Comentário de Kardec no item 741 de O Livro dos Espíritos:**

Entre os flagelos destruidores, naturais e independentes do homem, devem ser colocados em primeira linha a peste, a fome, as inundações, as intempéries fatais à produção da terra. Mas o homem não achou na Ciência, nos trabalhos de arte, no aperfeiçoamento da agricultura, nos afolhamentos e nas irrigações, no estudo das condições higiênicas os meios de neutralizar ou pelo menos de atenuar tantos desastres? Algumas regiões antigamente devastadas por terríveis flagelos não estão hoje resguardadas? Que não fará o homem, portanto, pelo seu bem-estar material, quando souber aproveitar todos os recursos da sua inteligência e quando, ao cuidado da sua preservação pessoal, souber aliar o sentimento de uma verdadeira caridade para com os semelhantes?

### **III – GUERRAS (Itens 742 a 745)**

#### **Causa**

**Artigo 188** – A causa que leva o homem à guerra é a predominância da natureza animal sobre a espiritual e a satisfação das paixões. No estado de barbárie os povos só conhecem o direito do mais forte, e é por isso que a guerra, para eles, é um estado normal. À medida que o homem progride ela se torna menos freqüente, porque ele evita as suas causas, e quando ela se faz necessária ele sabe adicionar-lhe humanidade.

## Desaparecimento

**Artigo 189** – A guerra desaparecerá um dia da face da Terra quando os homens compreenderem a justiça e praticarem a lei de Deus. Então, todos os povos serão irmãos.

**189.1 – “O Caminho da Paz” – Explicação do Espírito Emmanuel, sobre a questão 743 de “O Livro dos Espíritos” (Guerras), no já citado livro “Religião dos Espíritos”, págs. 101/2:**

Dos grandes flagelos do mundo antigo, salientam-se dez que rebaixavam a vida humana: a barbárie, que perpetuava os desregramentos do instinto; a fome, que atormentava o grupo tribal; a peste, que dizimava populações; o primitivismo, que irmanava o engenho do homem e a habilidade do castor; a ignorância, que alentava as trevas do espírito; o insulamento, que favorecia as ilusões do feudalismo; a ociosidade, que categorizava o trabalho, à conta de humilhação e penitência; o cativo, que vendia homens livres nos mercados da escravidão; a imundície, que relegava a residência terrestre ao nível dos brutos; a guerra que suprime a paz e justifica a crueldade e o crime entre as criaturas.

Veio a política e, instituindo vários sistemas de governo, anulou a barbárie. Apareceu o comércio e, multiplicando as vias de transporte, dissipou a fome. Surgiu a ciência, e exterminou a peste. Eclodiu a indústria, e desfez o primitivismo. Brilhou a imprensa, e proscreeu-se a ignorância. Criaram-se o telégrafo sem fio e a navegação aérea, e acabou-se o insulamento. Progrediram os princípios morais, e o trabalho fulgiu como estrela na dignidade humana, descreditando a ociosidade. Cresceu a educação espiritual, e aboliu-se a imundície.

Mas nem a política, nem o comércio, nem a ciência, nem a indústria, nem a imprensa, nem a aproximação entre os povos, nem a exaltação do trabalho, nem a evolução do direito individual e nem a higiene conseguem resolver o problema da paz, porquanto a guerra – monstro de mil faces que começa no egoísmo de cada um, que se corporifica na discórdia do lar, e se prolonga na intolerância da fé, na vaidade da inteligência e no orgulho das raças, alimentando-se de sangue e lágrimas, violência e desespero, ódio e rapina, tão cruel entre as nações supercivilizadas do século XX, quanto já o era na corte obscurantista de Ramsés II – somente desaparecerá quando o Evangelho de Jesus iluminar o coração humano, fazendo que os habitantes da Terra se amem como irmãos.

É por isso que a Doutrina Espírita no-lo revela, atualmente, sob a luz da Verdade, fiel ao próprio Cristo que nos advertiu, convincente: - “Conhecereis a Verdade e a Verdade vos fará livres.”

**189.2 – “O Problema da Violência” (Guerras, etc.) – Explicação de Richard Simonetti em seu livro “Temas de Hoje, Problemas de Sempre”, Ed. Correio Fraternal, SP, 3ª. ed., 1982, págs. 110-112:**

**A “Alma decaída” e a violência coletiva na guerra** - A ação do livro “Nosso Lar”, de André Luiz, psicografia de Francisco Cândido Xavier, decorre no período de agressões da Alemanha nazista, que culminou com a Segunda Guerra Mundial. O autor reporta-se em vários

capítulos às preocupações dos Espíritos com o conflito, situação semelhante à pessoas que, residindo no Brasil, na época, tinham familiares na Europa. E descreve a mobilização de trabalhadores do Além para socorrer as vítimas das batalhas e neutralizar pelo menos em parte a influência de forças do Mal, que se assenhoreiam do Homem quando ele mergulha na loucura da guerra. Um desses abnegados enfermeiros, o ministro Benvenuto, comenta:

“Nunca, como na guerra, evidencia o Espírito Humano a condição de Alma decaída, apresentando características essencialmente diabólicas. Vi homens inteligentes e instruídos localizarem, com minuciosa atenção, determinados setores de atividade pacífica, para o que chamam “impactos diretos”. Bombas de alto poder explosivo destroem edifícios pacientemente construídos. Aos fluidos venenosos da metralha, casam-se emanações pestilentas do ódio e tornam quase impossível qualquer auxílio.”

A expressão “Alma decaída” define bem a condição de rebeldia que caracteriza o comportamento humano, a manifestar-se em ondas de violência coletiva, como numa guerra, ou individual, como num assalto, ofensa ou discussão. A agressividade, a tendência para resolver seus problemas apelando para a força, é bem própria ainda da natureza humana, a evidenciar seu profundo atraso moral. E hoje, mais do que nunca, prevalece a lei do mais forte, transformada em favor de auto-afirmação para governos e indivíduos, com total desrespeito pela ordem e pelo Direito.

**A perda da Religião** – “Quais as causas dessa atual onda de criminalidade, tanto no campo individual como no coletivo?” A pergunta é feita por Arnold J. Toynbee, considerado um dos maiores historiadores dos tempos modernos. E ele mesmo responde: “Talvez a razão fundamental seja a perda da Religião. Deixamos de acreditar nas formas convencionais de religião e não encontramos novas alternativas. Vivemos num vácuo religioso. E, talvez, em grande parte por esse motivo, os padrões tradicionais e os códigos de ética perderam sua força. Esse colapso espiritual surgiu nas duas guerras mundiais, cujos efeitos foram cumulativos. As guerras abriram as portas da onda de violência que hoje se derrama sobre o Mundo.” O homem viveu durante muito tempo preso ao formalismo religioso, à mera freqüência às igrejas, mais como cumprimento de uma obrigação herdada dos pais, submetendo-se às práticas e costumes do que por convicções autênticas. Por isso, na medida em que amadureceu intelectualmente, superando condicionamentos seculares, desligou-se da Religião, simplesmente porque ela já não atende seus anseios e necessidades. Esse fenômeno é observado com maior intensidade nos grandes centros urbanos, onde o indivíduo, motivado pelo desejo de desfrutar conforto e segurança, em base de enriquecimento e prestígio, multiplica-se em negócios e interesses relacionados com dinheiro e poder.

Isto é muito grave, porquanto na medida em que o Homem passa a viver em função exclusivamente de interesses imediatistas, sem nenhuma cogitação de ordem espiritualizante, perde o controle dos impulsos agressivos que ainda o caracterizam, e a violência torna-se a primeira consequência desse vácuo religioso a que se refere Toynbee. A mesma definição é apresentada por André Luiz quando, procurando explicar o fenômeno da violência, diz, pelo mesmo Benvenuto: “Falta de preparação religiosa. Não basta ao Homem inteligência apurada. É-lhe necessário iluminar os raciocínios para a Vida Eterna.”

**As Religiões do futuro assimilarão os princípios da Reencarnação, da Lei de Causa e Efeito e do Intercâmbio com os Espíritos já desencarnados** – Mais do que nunca, em face da conturbação atual, o Homem tem necessidade de uma religião, não em seu sentido

formal, o mero comparecimento às igrejas para cumprimento de cultos exteriores, mas como luz que se projete sobre sua mente, dando-lhe um objetivo para a Vida que se estenda além dos efêmeros interesses da Terra, com uma consciência de imortalidade, que não seja apenas uma questão de crença, inspirada na capacidade de aceitação, mas uma certeza apoiada na lógica e na razão. Não diremos que essa religião é o Espiritismo, porquanto proclamar que a violência somente será eliminada da face da Terra quando todos formos espíritas, seria uma afirmação tão sectária e tola quanto aquela defendida pelos sacerdotes católicos no passado, segundo a qual “fora da Igreja não há salvação”. Não seremos todos espíritas ou católicos, nem budistas ou protestantes, em futuro próximo ou remoto, porquanto, por muitos séculos teremos Espíritos na Terra em diferentes estágios evolutivos e com diferentes motivações culturais e sociais. Mas podemos afirmar, com certeza, que a Doutrina Espírita está na vanguarda de todos os movimentos libertadores da consciência humana. E princípios como a Reencarnação e a Lei de Causa e Efeito, que definem a atuação de Leis Divinas que disciplinam a evolução do Espírito, forçosamente serão assimilados por todas as religiões, que não tardarão em cultivar o intercâmbio com o Além, a conversa com os “mortos”, oferecendo, assim, ao Homem, uma substância de conhecimento e uma certeza de continuidade da vida que o motivem suficientemente para que se decida a lutar contra suas tendências inferiores, consciente de que do seu esforço por se melhorar depende sua felicidade. Quando a contenção da violência deixar de ser um problema policial e se transformar em questão de disciplina do próprio indivíduo; quando a paz for produto não da imposição de leis humanas, mas da observância coletiva das Leis Divinas, então viveremos num Mundo melhor.

### **Objetivo da Providência**

**Artigo 190** – O objetivo da Providência ao tornar a guerra necessária é a liberdade e o progresso. Entretanto, se tiver por fim e por resultado a escravidão, esta será momentânea para sovar os povos, a fim de fazê-los andar mais depressa.

### **Aquele que suscita a guerra em seu proveito**

**Artigo 191** – Aquele que suscita a guerra em seu proveito é o verdadeiro culpado e necessitará de *muitas existências* para expiar todos os assassinios de que foi causa, porque responderá por cada homem cuja morte tenha causado para satisfazer a sua ambição.

### **IV – ASSASSÍNIO – (Itens 746 a 751)**

**Artigo 192** – O assassinio é um grande crime aos olhos de Deus, pois aquele que tira a vida a um semelhante interrompe uma *vida de expiação ou de missão*, e nisso está o mal.

### **Grau de culpabilidade**

**Parágrafo único** – Deus julga mais a intenção do que o fato para apurar o grau de culpabilidade do homem que comete o assassinio.

**192.1 – “Lombroso e Kardec” – Apreciação de Fernando Ortiz, Professor na Universidade de Havana, em introdução ao seu livro “A Filosofia Penal dos Espíritas”, Ed. LAKE, SP, tradução de Carlos Imbassay, 2ª. edição, 1998, págs. 19-21:**

Há quatro lustros, nas aulas de minha muito querida Universidade de Havana, cursava eu os estudos de Direito Penal, no programa do Professor González Lanuza, naquela época o mais científico nos domínios espanhóis; iniciava-me, então, nas idéias do positivismo criminológico, e intercalava, nessas leituras escolares, obras muito alheias à Universidade, obras essas que o acaso punha ao meu alcance ou que minha curiosidade investigadora buscava com fervor.

Entre estas últimas estavam as leituras religiosas, que ainda agora me produzem especial deleite e me despertam no ânimo singular interesse. Foi, então, que conheci os livros fundamentais do Espiritismo, escritos por Léon Hippolite Denizard Rivail, ou seja, Allan Kardec, como lhe aprazia chamar-se, revivendo o nome com que, segundo dizia, foi conhecido no mundo, em encarnação anterior dos tempos druídicos.

A simultaneidade dos estudos universitários sobre Criminologia com os acidentados estudos filosóficos acerca da doutrina espírita, fez que o entusiasmo em mim despertado pelas teorias lombrosanas e ferrianas, me levasse a investigar especialmente o modo por que pensava a propósito dos mesmos problemas penais aquele interessante francês, que ousava apresentar-se como druída redivivo. Logo que minha mente tomou essa direção, percebi, não sem alguma surpresa, que o materialismo lombrosiano e o espiritismo de Allan Kardec coincidiam notavelmente, em não poucos lugares; que, partindo de premissas materialistas, e conduzidos pelo mais franco positivismo, ou tomados de conceitos espiritualistas e levados pelo mais sutil idealismo, poderíamos chegar às mesmas teorias criminológicas. Tomei, então, alguns apontamentos, e não poucas notas marginais deixei nos livros que li naqueles dias distantes; meu trabalho mental, porém, não passou daí. Outros estudos e outras necessidades, primeiro acadêmicas, depois profissionais, distraíram-me desse curioso tema, embora não o esquecesse. Anos depois, em 1905, pude, na Itália, falar incidentalmente a Lombroso da curiosa coincidência de suas principais teorias penais com as dos espíritas. Ele me prometeu que redigiria, sobre esse assunto, um trabalho para o seu “Archivio di Psichiatria”; mas, a minha ausência da Itália, os vaivens da vida, e a morte do Mestre da Criminologia contemporânea, fizeram-me suspender, descuidar, olvidar quase aquele meu compromisso; finalmente, quando professor da Faculdade de Direito da Universidade de Havana, fui designado em 1911, para pronunciar o discurso regular com que anualmente se inaugura a academia teórico-prática da Faculdade. Toquei, então, no tema, dando-lhe forma de discurso, e o li naquela sessão; mas a pressa com que foi preparado e meu natural desejo de retocar o trabalho, impediram-me sua publicação.

Enfim, vê ele agora a luz; documentado pelas páginas dos livros originais de Allan Kardec, este tema, novo e virgem, como creio, de todo trato público com os estudiosos da Filosofia do Direito, aqui aparece, evocador dos meus longínquos dias de estudante, graças à generosa insistência do Prof. J. A. González Lanuza, o neófito decano da Faculdade Havanense, e do Prof. A. S. Bustamante, o sábio catedrático da mesma Faculdade, diretor da “Revista Jurídica”.

A esses, a expressão do meu reconhecimento, e ao leitor o pedido de indulgência, de serenidade de julgamento, e de seriedade em sua intenção, visto que, nos dias em que vivemos,

por estas terras de recente passado colonial, nada mais freqüente que a crítica desapiedada, que a condenação apriorística e a falta de atenção, quando se nos apresenta qualquer tema filosófico, o qual, direta ou indiretamente, nos traça o mais transcendental problema da vida e o da filosofia da morte. (FERNANDO ORTIZ, Professor na Universidade de Havana).

**192.2 – “Lombroso – Da Delinqüência À Mediunidade” – Dados biográficos de Cesare Lombroso apresentados por A. Cesar Perri de Carvalho e Osvaldo Magro Filho no livro “Entre a Matéria e o Espírito”, Editora “O Clarim”, 1ª. ed., 1990, págs. 107-110:**

Cesare Lombroso nasceu em Verona (Itália) a 18 de novembro de 1835 e faleceu em Turim a 19 de outubro de 1909. Com 15 anos de idade publicou uma crítica literária, no diário de Verona, sobre a obra de Paulo Marzolo. Em seguida, este o inspirou no estudo da Antropologia. De 1852 a 1857, Lombroso estudou Medicina nas Universidades de Pávia, Pádua e Viena, laureando-se no ano de 1858 pela Real Universidade de Pávia. Um artigo publicado em 1856 marca a passagem de suas preocupações para as aplicações práticas da Medicina. Em 1859 publicou a monografia “Ricerca sul Cretinismo in Lombardia” e passou a integrar Corpos de Saúde Militar, em face das guerras da época. Na Calábria, fez estudos sobre as condições de higiene da população. Em 1862, passou a atuar no magistério superior, ministrando cursos de psiquiatria e atuando junto à Clínica das Doenças Mentais e Antropologia na Universidade de Pávia. Assim iniciava uma longa carreira como professor de psiquiatria, de medicina forense e de antropologia criminal.

Além da ressonância que tiveram seus estudos no campo do direito penal, as teorias de Lombroso contribuíram para que se difundisse a preocupação com um tratamento mais humano para com os criminosos. Desde seus primeiros trabalhos, se preocupa com anomalias hereditárias, neurológicas ou psíquicas que influem na formação da personalidade dos delinquentes, atenuando-lhes a culpabilidade. Segundo suas teses, tais anomalias, quando não degenerativas ou atávicas, poderiam ser atribuídas a uma reversão a estágios primitivos da evolução do ser humano. O aspecto mais conhecido das teorias de Lombroso é a hipótese de que determinados estigmas ou traços físicos e conformação dos ossos poderiam identificar os criminosos. Embora a maior parte das contribuições de Lombroso foram depois suplantadas com o advento da psicologia, algumas de suas teses tornaram-se o ponto de partida de uma antropologia criminal. Lombroso publicou muitas obras sobre psiquiatria, disciplinas carcerárias, justiça penal, profilaxia do delito, pelagra e chegou a inventar um aparelho, o “sitóforo”, destinado à alimentação forçada de loucos. Em 1905, ele criou o Museu de Antropologia Criminal, na Universidade de Turim. No ano de 1926, a Real Academia de Medicina da Itália instituiu o “Prêmio Lombroso”, destinado àqueles que se destacassem no estudo e na aplicação das idéias sobre a Antropologia Criminal.

O envolvimento do ilustre antropólogo criminalista com a fenomenologia mediúnica ocorreu a partir de julho de 1888. Lombroso escreveu o artigo “Influência da Civilização e oportunidade de gênios”, publicado no “Fanfulla della Domenica”, que despertou a atenção de Ercole Chiaia, de Nápoles. Este, enviou uma carta aberta ao prof. Lombroso, convidando-o para reuniões com Eusápia Paladino, médium de efeitos físicos, que residia em Nápoles. Em março de 1891, Lombroso aceitou o convite e, juntamente com outros professores, participou de várias reuniões com a médium Eusápia Paladino. Em seguida às reuniões, Lombroso escreveu ao Prof. Ciolfi: **“Estou envergonhado e preocupado em ter oposto com tanta tenacidade**

**de à possibilidade dos chamados fatos espíritas; eu digo dos fatos porque ainda me opo-  
nho à teoria. Mas os fatos existem e me gabo a ser um escravo dos fatos**". Este reconheci-  
mento causou uma grande sensação na Itália e despertou a atenção de outros intelectuais. Co-  
nan Doyle também se reporta a tais registros e acrescenta que as reuniões com Eusápia Paladi-  
no, em 1892, também foram seguidas pela Comissão de Milão, que reuniu diversos cientistas  
para o mesmo fim, como o próprio Lombroso, o astrônomo Schiaparelli e Charles Richet.

(...) Assim, além dos importantes trabalhos criminológicos, Lombroso passou a dedi-  
car-se às pesquisas dos fenômenos mediúnicos e escreveu os livros "Depois da Morte?" e  
"Hipnotismo e Espiritismo". Deste último, destacamos a frase: "Se cada um desses fenômenos  
nos pode ser ou parecer incerto, o conjunto de todos forma um compacto mosaico de provas res-  
istentes aos ataques da mais severa dúvida". Tornou-se um 'escravo de fatos'.

**192.3 – “Predisposições Criminais” – Explanação de Deolindo A-  
morim em seu livro “Espiritismo e Criminologia”, Ed. CELD, RJ, 3ª. edi-  
ção, 1991, págs. 164-168, (Desdobramento de uma Conferência promovida  
pelo Instituto de Criminologia da Universidade do antigo Distrito Fede-  
ral):**

**Tipo lombrosiano...? Transmissão hereditária...?** - (...) Segundo a tese espírita, por-  
tanto, a predisposição para o crime é inerente à inferioridade moral do espírito e não às dispo-  
sições cranianas ou a qualquer anomalia somática. Há indivíduos que têm aparência de santos,  
são cavalheiros elegantes, porque foram bem educados nos melhores meios, nunca freqüenta-  
ram ambientes sórdidos, nunca saíram de sua esfera social, e no entanto, na vida privada, atra-  
vés de suas confidências ou de suas expansões mais íntimas, quando se acham inteiramente fo-  
ra da observação ou da censura social, revelam idéias monstruosas, são capazes de praticar fri-  
amente os atos mais indignos, mais revoltantes. De onde vem, então, a predisposição para cer-  
tas baixezas morais, se tais indivíduos nem sempre apresentam os traços característicos do tipo  
lombrosiano e, até pelo contrário, às vezes, em sua organização anatômica, apresentam a mel-  
hor e mais equilibrada configuração física? Não trazem deformações externas, não têm o me-  
nor indício de monstruosidade, mas a verdade é que represam, através da aparência, tudo quan-  
to uma alma pode esconder de cinismo ou de crueldade. 'Transmissão hereditária'? O Espiri-  
tismo repele esta explicação, com base no princípio de que 'os pais não transmitem aos filhos  
as suas qualidades morais', conquanto os pais não deixem de ter influência, por força do exem-  
plo pessoal. As qualidades próprias do espírito, entretanto, são intransmissíveis, tanto assim,  
que muitos homens de bem, muitos homens quase virtuosos tiveram filhos desonestos e licen-  
ciosos, apesar da boa educação, da boa convivência social. Logo, não se pode explicar a pre-  
disposição criminal como produto do meio social ou da hereditariedade. É este o pensamento  
da Doutrina Espírita. Apesar de todo o aprimoramento dos padrões sociais, apesar de toda a  
cultura intelectual, quando o indivíduo traz o germe espiritual da perversidade, esse germe se  
denuncia, por si mesmo, cedo ou tarde, quando falta a censura exterior.

### **192.3.1 - O Livre-arbítrio e a Sanção: Explicação Espírita:**

De onde trazem, finalmente a inclinação para os atos delituosos, se essa inclinação  
não foi transmitida pelo meio social?... Por que, então, em sociedades relativamente ajustadas  
ou altamente civilizadas, nos meios mais selecionados, surgem indivíduos inteiramente propen-  
sos ao crime e às aventuras desonestas, se o meio em que nasceram e em que vivem não favo-

rece a extravasão de tais manifestações aberrantes? Se, portanto, a tendência delituosa não é hereditária, porque os pais e os antepassados mais remotos são homens de bem; se também não é decorrente das anomalias anatômicas ou perturbações glandulares, porque, às vezes, o tipo físico é normal; se, finalmente, não foi adquirida pela convivência, porque o meio social é bom, é bem orientado moralmente, somos levados a aceitar a explicação espírita. Não é um dogma, não é um princípio de fé, mesmo porque o Espiritismo não impõe os seus princípios, mas o raciocínio lógico, estribado na experiência, na indução de fatos em que se comprovam manifestações perversas em indivíduos cuja formação moral e social foge a todas as expectativas das ‘Escolas Penais’, pois não demonstram o menor vestígio de anormalidade ou de influências externas.

Quanto mais espiritualizado o indivíduo, quanto mais consciente é a sua noção de responsabilidade, maior é a luta interior para não se deixar dominar pelas tendências viciosas ou delituosas. Cabe, aqui, a advertência evangélica, lembrada em quase todas as religiões: ‘muito se pedirá àquele a quem muito for dado’, isto é, aquele que muito aprendeu, aquele que mais sabe e que recebeu melhor educação e melhores esclarecimentos tem obrigação de proceder melhor a fim de que o espírito não seja dominado pela matéria. Avalia-se o grau de espiritualização de um indivíduo pelos atos em que afirma o primado do espírito, e não apenas pelas atitudes místicas ou pelo recolhimento sistemático. A luta contra o meio é um exercício necessário à espiritualização. Já se pode inferir, destas considerações, que o Espiritismo tem uma concepção penal firmada sobre a responsabilidade própria. Preceitua a Doutrina Espírita que, ‘sem o livre-arbítrio, o homem não tem culpa do mal nem mérito do bem’ (O Livro dos Espíritos – Lei de Liberdade). Se, por conseguinte, a Doutrina afirma o princípio da responsabilidade individual, e por isso mesmo, o Espiritismo não é incondicionalmente determinista, é evidente que prevê também a sanção. Desde que haja responsabilidade, porque o homem não é autômato, deve haver corretivo. Agora, porém, já se nos depara, por decorrência lógica, outra questão a esclarecer: ‘Como, porém, a Doutrina Espírita encara o problema da sanção, se ela admite o livre-arbítrio e, conseqüentemente, a responsabilidade individual?’

Devemos elucidar este ponto, dizendo inicialmente que a organização filosófica do Espiritismo está alicerçada nos seguintes princípios básicos: 1. imortalidade da alma após a morte; 2. individualidade da alma, porque o ‘Eu’ individual não se fraciona e não desaparece; 3. unidade da alma, como corolário da segunda proposição, porque a alma continua a ser sempre a mesma, não se confunde nem se desintegra; 4. continuação da responsabilidade individual, como conseqüência dos princípios anteriores; 5. reencarnação, através das vidas sucessivas, como único meio de aperfeiçoamento espiritual.

### **192.3.2 - A Doutrina Espírita é contrária à Pena de Morte :**

Dentro desta orientação, já é fácil deduzir, desde logo, que o Espiritismo é uma doutrina fundamentalmente CONTRÁRIA À PENA DE MORTE, porque é uma solução negativa em face da filosofia imortalista. É verdade que a pena de morte pode ser examinada à luz de diversos aspectos, sem que, ainda assim, se modifique a nossa maneira de ver, à luz do Espiritismo:

como **solução jurídica**, por mais equilibrado que seja o senso de justiça humana, é de efeito duvidoso, porque nenhum Tribunal está isento de cometer um erro judiciário, como nenhum juiz está absolutamente isento de equívocos;



como **solução social**, ainda que adotada em casos extremos para eliminar indivíduos perigosos à tranquilidade geral e aos bons costumes, não destrói o mal, como parece, porque: a) – com a *morte* do indivíduo, não se mata a alma, não se extingue o sentimento de vingança para o futuro; b) – com a extinção sumária de uma vida, não se faz o saneamento da sociedade, tanto assim, que nos países onde há pena de morte continua a haver crime, apesar da inflexibilidade da justiça;

como **solução política**, invocada em nome da chamada salvação pública ou da “defesa do Estado”, a pena de morte pode ser um instrumento de violência contra inimigos dos Governos que não toleram a crítica, nem a oposição, nem a liberdade.

Além do aspecto humanitário ou sentimental, é a pena de morte, para a Doutrina Espírita, uma solução inteiramente falha, sob o ponto de vista filosófico, porque o fuzilamento ou a cadeira elétrica, ou qualquer outra forma de eliminação legal, não destrói o espírito, não apaga o germe de ódio, de vingança e perversidade. Há vinganças de ordem espiritual que chegam a tomar a forma de obsessões tremendas, com todas as aparências de loucura. Se o espírito é imortal, se não perde a sua individualidade, se a responsabilidade não desaparece com a morte física, a pena de morte ainda é um recurso atrasado, sem resultado prático, porque não impede a continuação do mal. Eliminar um indivíduo pela solução sumária, ainda que executada com todas as características de legalidade, é negar-lhe a oportunidade para a regeneração.

### 192.3.3 – Etiologia do Crime: Quais os meios que empregam os espíritas para afastar as causas da criminalidade?

O Espiritismo não se preocupa somente com o crime, que é um efeito, não é uma causa, mas sobretudo com a etiologia do crime, os fatores predisponentes da criminalidade, os meios de saneamento moral da sociedade pelo reerguimento espiritual. Se, porém, existe, em determinados indivíduos, a predisposição inata para o crime, também existem, na organização social, algumas causas responsáveis pela criminalidade. Há problemas de origem social, como há problemas de origem espiritual, uma vez que certas idéias fixas podem levar ao delito pela influência constante e dominadora de fatores espirituais. Se assim é, e para terminar, devemos formular a última questão: Quais os meios que empregam os espíritas para afastar as causas da criminalidade? Meios de profilaxia moral, pela educação, pela orientação espiritual, pela difusão de princípios contrários ao suicídio, ao desespero e à desordem. No estudo, finalmente, da etiologia do crime, impõe-se o exame dos fatores imediatos da criminalidade, os quais são, como se sabe, caminhos para degenerescência: a miséria social, o desequilíbrio emocional, a falta de educação moral, a ignorância, os defeitos da educação de origem, a inconformação com a realidade, a falta de um ponto de apoio espiritual como base de crença. Toda a ação do movimento espírita, no terreno espiritual como no terreno social, tem o sentido da previdência: evitar que se forme o criminoso, afastar os motivos da criminalidade, corrigindo deficiências do meio ou da própria formação do indivíduo. É, portanto, o Espiritismo uma doutrina que muito está concorrendo para o comedimento social, principalmente porque os seus ensinamentos se firmam sobre uma concepção de vida em que não há fatalismo, não há “castigo”, não há solução de continuidade no progresso do espírito. O criminoso de hoje pode ser regenerado, porque a vida não se resume nos limites de uma existência terrena. Esta noção central, baseada em provas experimentais, através de uma literatura científica que corre o mundo em todas as direções, vem contribuindo eficientemente para a regeneração de homens transviados da lei e das boas normas de vida: homens, que foram levados ao delito por falta de boa orientação espiritual, por falta de assistência cuidadosa, e hoje, pela influência salutar do Espiritismo, estão inte-

ramente readaptados. Não queremos fazer apologia nem desejamos emprestar uma nota de sentimentalismo a este trabalho, porque não queremos, de forma alguma, sair do roteiro indicado pela natureza deste Instituto, que é uma entidade científica, e por isso não pode admitir outra linguagem senão a linguagem serena e, muitas vezes, fria e cautelosa dos fatos e dos raciocínios imparciais.

A estatística criminal demonstra a influência moralizadora do Espiritismo, porque, no cadastro dos delitos, é mínima e insignificante a percentagem de delinquentes oriundos do meio espírita. Temos experiências diretas na Penitenciária da cidade do Rio de Janeiro, onde a ação do Espiritismo, por meio de palestras e conferências doutrinárias, já se fez sentir, e de forma bem acentuada, na transformação de detentos, alguns deles já reintegrados na sociedade como homens profundamente regenerados. São fatos, portanto.

Não pode, finalmente, o Espiritismo ser atingido pelas deformações ou pela incompreensão de certas notícias de fundo sensacionalístico, a respeito de práticas religiosas e de atitudes exageradas, atitudes que representam apenas sobrevivências culturais ainda inerentes ao meio brasileiro. É o Espiritismo, finalmente, uma doutrina de conteúdo moral e filosófico, uma doutrina que tem elementos para colaborar com a sociedade na diminuição das causas da criminalidade.

#### **192.4 - “Não Matarás”; “Não Julgueis” – Respostas do Espírito Emmanuel no já citado livro “O Consolador” (questões 62 e seguintes):**

**O “não matarás” alcança o caçador que mata por divertimento e o carrasco que extermina por obrigação?** – À medida que evolverdes no sentimento evangélico, compreenderéis que todos os matadores se encontram em oposição ao texto sagrado. No grau dos vossos conhecimentos atuais, entendeis que somente os assassinos que matam por perversidade estão contra a lei divina. Quando avançardes mais no caminho, aperfeiçoando o aparelho social, não tolerareis o carrasco, e, quando estiverdes mais espiritualizados, enxergando nos animais os irmãos inferiores de vossa vida, a classe dos caçadores não terá razão de ser. Lendo os nossos conceitos, recordareis os animais daninhos e, no íntimo, haveis de ponderar sobre a necessidade do seu extermínio. É possível, porém, que não vos lembreis dos homens daninhos e ferozes. O caluniador não envenena mais que o toque de uma serpente? O armamentista, ou o político ambicioso, que montam com frieza a maquinaria da guerra incompreensível, não são mais impiedosos que o leão selvagem? Ponderemos essas verdades e reconheceremos que o homem espiritual do futuro, com a luz do Evangelho na inteligência e no coração, terá modificado o seu ambiente de lutas, auxiliando igualmente os esforços evolutivos de seus companheiros do plano inferior, na vida terrestre.

**Considerando a determinação positiva do “não julgueis”, como poderemos discernir o bem do mal, sem julgamento?** – Entre julgar e discernir, há sempre grande distância. O ato de julgar para a especificação de conseqüências definitivas pertence à autoridade divina, porém, o direito de análise está instituído para todos os Espíritos, de modo que, discernindo o bem e o mal, o erro e a verdade, possam as criaturas traçar as diretrizes do seu melhor caminho para Deus.

**Em face da lei dos homens, quando em presença do processo criminal, deve dar-se o voto condenatório, em concordância com o processo-crime, ou absolver o réu em obediência ao “não julgueis”?** – Na esfera de nossas experiências, consideramos que, à frente

dos processos humanos, ainda quando as suas peças sejam condenatórias, deve-se recordar a figura do Cristo junto da pecadora apedrejada, pois que Jesus estava também perante um júri. “Quem estiver sem pecado atire a primeira pedra”- é a sentença que deveria lembrar, sempre, a nossa situação comum de Espíritos decaídos, para não condenar esse ou aquele dos nossos semelhantes. “Vai e não peques mais”- deve ser a norma de conduta dentro do próprio coração, afastando-se a erva do mal que nele viceje.

**Nos processos públicos, a autoridade judiciária, como peça integrante da máquina do Estado no desempenho de suas funções especializadas, deve saber onde se encontra o recurso conveniente para o corretivo ou para a reeducação do organismo social, mobilizando, nesse mister, os valores de sua experiência e de suas responsabilidades.**

Individualmente, porém, busquemos aprender que se podemos “julgar” alguma coisa, julguemo-nos, sempre, em primeiro lugar, como o irmão mais próximo daquele a quem se atribui um crime ou uma falta, a fim de estarmos acordes com Aquele que é a luz dos nossos corações. Nas horas comuns da existência, procuremos a luz evangélica para analisar o erro e a verdade, discernir o bem e o mal; todavia, no instante dos julgamentos definitivos, entreguemos os processos a Deus, que, antes de nós, saberá sempre o melhor caminho da regeneração dos seus filhos transviados.

**O homem que guarda responsabilidades nos cargos públicos da Terra responde, no plano espiritual, pelas ordens que cumpre e faz cumprir?** – A responsabilidade de um cargo público, pelas suas características morais, é sempre mais importante que a concedida por Deus sobre um patrimônio material. Daí a verdade que, na vida espiritual, o depositário do bem público responderá sempre pelas ordens expedidas pela sua autoridade, nas tarefas da Terra.

**192.5 – “O Criminoso, O Crime e a Educação” – Explicação de Pedro de Camargo (Vinícius) em seu livro “O Mestre na Educação”, Ed. FEB, RJ, 3ª. ed., 1982, págs. 67/8:**

**Deve-se combater o crime e não o criminoso** - No conceito que geralmente se faz do mal, sob seus vários aspectos, confunde-se o mal, propriamente dito, com aquele que o pratica. Dessa lamentável confusão, advêm não pequenos erros de apreciação, quanto à maneira eficiente de combater-se o mal. Para bem agirmos em prol do saneamento moral, precisamos partir deste princípio: o crime não é o criminoso, o vício não é o viciado, o pecado não é o pecador, do mesmo modo e pelo mesmo critério que o doente não é a doença. Assim como se combatem as enfermidades e não os enfermos, assim também se devem combater o crime, o vício e o pecado, e não o criminoso, o viciado e o pecador. O mal não é intrínseco no indivíduo, não faz parte da natureza íntima do Espírito; é, antes uma anomalia, como o são as enfermidades. O bem, tal como a saúde, é o estado natural, é a condição visceralmente inerente ao espírito. Um corpo doente constitui um caso de desequilíbrio, precisamente como um espírito transviado, rebelde, viciado, ou criminoso. Há tantas variedades de distúrbios psíquicos quantas de distúrbios físicos, aos quais a medicina rubrica com variadíssimas denominações. A origem do mal, quer no corpo, quer no espírito, é a mesma: infração das leis de higiene. O homem fraudava essa lei por ignorância, por fraqueza e, finalmente, pelo impulso de certas paixões que o dominam. Não devemos votá-lo ao desprezo por isso, nem, muito menos, malsiná-lo como réprobo, pois, em tal caso, se justificaria tratar-se de igual modo os enfermos. Aliás, em épocas felizmente remotas, se procedeu assim com relação aos enfermos de moléstias infectuosas. Esses infelizes

eram tidos como vítimas da cólera divina e, por isso, perseguidos desapiedadamente pela sociedade. A ignorância torna os homens capazes de todas as insânias. Pois é essa mesma ignorância, com referência aos transviados da senda nobre da vida, que gera a repulsa e mesmo o ódio contra os delinquentes. Os velhos códigos humanos, assim civis que religiosos, foram vazados nos moldes dessa confusão entre o ato delituoso e o seu agente.

**A Educação do Espírito** - Quando Jesus preconizou o – amai os vossos inimigos; fazei bem aos que vos fazem mal – não proclamou somente um preceito altamente humanitário, proferiu uma sentença profundamente pedagógica e sábia. A benevolência, contrastando com a agressão, é o único processo educativo capaz de corrigir e regenerar o pecador. Cumpre notar, e o declaramos com toda a ênfase, que nada tem esta doutrina de comum com o sentimentalismo piegas, estéril e, às vezes, prejudicial. Trata-se de repor as coisas nos seus lugares. Para varrer-se o mal da face da Terra, é preciso que se apliquem métodos naturais, conducentes a esse objetivo. O método natural é a educação do espírito. Com o velho sistema de castigar, ou eliminar as vítimas do crime e do vício, nada se logrará de positivo, conforme os fatos atestam eloqüentemente. A medicina jamais pensou na eliminação dos enfermos; toda a sua preocupação está em curar as doenças. Pois o processo deve ser o mesmo, em se tratando dos distúrbios que afetam o moral dos indivíduos. Felizmente, os primeiros pródromos de uma reforma radical neste sentido já se observam nos meios mais avançados. O único castigo capaz de produzir efeito na regeneração dos culpados é o que se traduz pela natural conseqüência dolorosa do erro ou mal cometido, conseqüência que recai fatalmente sobre o culpado. É necessário fazer que o delinqüente reconheça esse fato, e isto se consegue por meio da instrução moral.

Toda punição imposta de fora, como revide social, é contraproducente, conforme os fatos, em sua irretorquível expressão, têm comprovado mil vezes. É muito fácil encarcerar ou eletrocutar um criminoso. Educá-lo é mais difícil, mais trabalhoso, demanda esforço, tempo, saber e caridade. Por isso, o Estado manda os criminosos à força e as religiões remetem os pecadores, que não são da sua grei, para o inferno. Mas, se aquele é o único processo eficaz, procuremos empregá-lo, e não este, anticientífico, imoral e cruel. A educação vence e previne o mal. O homem educado conhece o senso da vida, age conscienciosamente com critério, com discernimento: é um valor social. É pela educação que se hão de vencer os vícios repugnantes (haverá algum que o não seja?), que se hão de domar as paixões tumultuárias que obliteram a inteligência e a razão. E, de tal modo, sanear-se-á a sociedade. Retirem-se os delinquentes do convívio social, como se faz com o pestoso que ameaça a salubridade pública; mas, como a este, preste-se àquele a assistência que lhe é devida: a educação.

**Educação para todos** - E não se suponha, outrossim, que só os criminosos devem ser educados. A obra de educação é obra de salvação, é obra religiosa em sua alta finalidade, é obra científica e social em sua expressão verdadeira. Eduquem-se a todos, cada um na sua esfera, até que a educação se transforme, em cada indivíduo numa auto-educação contínua, ininterrupta. Na educação do espírito está o senso da vida, está a solução de todos os seus problemas.

### Legítima defesa

**Artigo 193** – Só a necessidade pode escusar o assassinio em legítima defesa; mas, se pudermos preservar a nossa vida sem atentar contra a do agressor, é o que devemos fazer.

### **Assassínios cometidos na guerra**

**Artigo 194** – O homem não é culpável pelos assassínios que comete na guerra quando é constringido pela força; mas é responsável pelas crueldades que comete. Assim também o seu sentimento de humanidade será levado em conta.

### **Parricídio e Infanticídio**

**Artigo 195** – O parricídio e o infanticídio são igualmente culpáveis aos olhos de Deus, porque todo crime é crime.

### **Infanticídio legalizado em nações avançadas intelectualmente**

**Artigo 196** – Entre certos povos, já adiantados do ponto de vista intelectual, o infanticídio é um costume e consagrado pela legislação, porque o desenvolvimento intelectual não acarreta a necessidade do bem; o Espírito de inteligência superior pode ser mau; é aquele que muito viveu sem se melhorar: ele o sabe.

**196.1 – “Conceitos e Distinções entre Aborto, Infanticídio e Homicídio” – Explicação de Eliseu Florentino da Mota Jr. em seu livro “Aborto À Luz do Espiritismo”, Editora “O Clarim”, SP, 1ª. edição, 1995, pág. 36 e seguintes:**

Conceito é a idéia ou a opinião que temos sobre uma pessoa ou coisa. Neste capítulo, em razão da enorme confusão que as pessoas em geral fazem acerca dos conceitos de aborto, de infanticídio e de homicídio, tentaremos dirimir as dúvidas que eventualmente existam sobre o significado de cada uma dessas condutas puníveis, bem como apontar as distinções entre elas.

**Conceito de Aborto ou Abortamento** – Toda vez que acontece, no plano físico, a fecundação de um óvulo maduro por um espermatozóide, o fluxo natural da lei de reprodução será o desenvolvimento do produto da concepção até o nascimento. Sob o ponto de vista da Doutrina Espírita, Allan Kardec indagou a seus guias “em que momento a alma se une ao corpo”, recebendo como resposta que “a união começa na concepção, mas só é completa por ocasião do nascimento. Desde o instante da concepção, o Espírito designado para habitar certo corpo a este se liga por um laço fluídico, que cada vez mais se vai apertando até ao instante em que a criança vê a luz. O grito, que o recém-nascido solta, anuncia que ela se conta no número dos vivos e dos servos de Deus”(Allan Kardec, in O Livro dos Espíritos, questão 344).

Posteriormente, o Codificador explica que “quando um Espírito tem de encarnar num corpo humano em vias de formação, um laço fluídico, que mais não é do que uma expansão do seu perispírito, o liga ao gérmen que o atrai por uma força irresistível, desde o momento da concepção. À medida que o gérmen se desenvolve, o laço se encurta. Sob a influência do ‘princípio vito-material do gérmen’, o perispírito, que possui certas propriedades da matéria, se une,

‘molécula a molécula’, ao corpo em formação, donde o poder dizer-se que o Espírito, por intermédio do seu perispírito, se ‘enraíza’ de certa maneira, nesse gérmen, como uma planta na terra. Quando o gérmen chega ao seu pleno desenvolvimento, completa é a união; nasce então o ser para a vida exterior” (Allan Kardec, in A Gênese, Cap. XI, item 18).

Desse modo, toda vez que esse admirável processo da criação de um novo ser humano, através do acoplamento de um Espírito errante com um óvulo fecundado, for interrompido, espontaneamente ou através de provocação, estaremos diante de um caso de ‘aborto’ ou ‘abortamento’. Na hipótese de aborto espontâneo, pode não haver crime, mas com certeza existe uma causa determinante, ligada à presente ou às pretéritas vivências dos pais. Por outro lado, para a configuração de crime, não é necessário que o produto da concepção, morto pelos aborteiros, seja expulso do aparelho genital feminino. Com efeito, assevera Magalhães Noronha que “a destruição pode consumir-se, sem que, conquanto raramente, seja expulso o feto, como ocorre com a ‘dissolução e reabsorção’ do embrião, no início da gravidez; com sua ‘mumificação’, permanecendo ele no interior do útero; e ‘calcificação’ (litopédio). Em todas essas hipóteses, há destruição, há interrupção da gravidez e, pois, aborto, sem existir expulsão” (E. Magalhães Noronha, in Direito Penal, 2:49).

Em suma, ‘aborto ou abortamento é a morte do ovo, embrião ou feto, com ou sem a sua expulsão do corpo da genitora, devendo ocorrer a partir do momento da concepção, até o início do parto. Fora daí, haverá infanticídio ou homicídio, mas jamais um caso de aborto’.

**Conceito de Infanticídio** – Como já deixamos consignado em outro trabalho (Eliseu F. da Mota Júnior, in O infanticídio, esse desconhecido, artigo publicado na revista Reformador, ed. Setembro/92, p. 10), muitas pessoas, levadas naturalmente pelo sentido gramatical, tendem a conceituar o infanticídio como “a morte dada a um infante”, ou seja, matar uma criança. Todavia, o significado desse vocábulo transcende à sua interpretação puramente literal, como veremos.

Em alguns casos, o crime é cometido pela parturiente devido ao seu estado psicológico ‘honoris causa’ (motivo de honra, porque a sua gravidez foi resultante de relação sexual fora do matrimônio: solteira, viúva ou casada com marido ausente ou impotente), e, em outras hipóteses, o infanticídio decorre da chamada ‘condição fisiopsicológica’, quando a mãe mata o próprio filho por influência do estado puerperal, que é aquela perturbação psíquica decorrente do parto. Quando ocorrem tais circunstâncias, juntas ou isoladas, as leis penais de alguns povos atenuam a pena a ser imposta à parturiente criminosa, chegando algumas a consagrar o infanticídio. Só para esclarecer, o estado puerperal, embora presente em todos os partos, só terá relevância para mitigar a pena se existir nexos causal entre o descontrole psíquico da parturiente e a morte do próprio filho. Registre-se, a propósito, que esta questão é tão complexa que os médicos e juristas não chegaram, até hoje, a um acordo acerca do que é e como se manifesta o puerpério, tornando-se outro grande desconhecido.

Em suma, levando-se em consideração a legislação de vários países, o infanticídio pode ser conceituado como “a conduta da mãe que mata o próprio filho, durante o parto ou logo após, para ocultar desonra própria ou sob a influência do estado puerperal”.

**Conceito de Homicídio** – Conforme já escrevemos alhures (Eliseu F. da Mota Júnior, em ‘O homicídio, uma visão jurídico-espírita’, art. publicado na RIE – Revista Internacional de Espiritismo, Abril/93, p. 77-80) ainda que na pré-história (antes da escrita) o homem já matasse

o seu semelhante, a verdade é que muitos costumam fixar o episódio bíblico do fratricídio cometido por Caim contra Abel como o “primeiro homicídio”, fato relatado no Capítulo 4, versículos 8 a 16 do livro do Gênesis, da Bíblia Sagrada. A partir de então, a legislação humana sempre incriminou o fato de um homem matar alguém (uma criatura nascida de mulher). A denominação variou e varia, prevalecendo os vocábulos ‘homicídio’ (do latim: “hominis excidium”, matar um homem) e ‘assassínio’ (do árabe: “haxaxi”, ou “haxixe”, preparado narcótico que os matadores profissionais usavam; daí o nome “haxaxin”, ou, em português, “assassino”). O direito brasileiro usa a primeira forma (homicídio), ao passo que Allan Kardec refere-se à segunda (assassínio), certamente em atenção à lei francesa. A sanção cominada ao homicídio ao longo dos tempos consistiu, normalmente, na pena de morte, com algumas variações, mas sempre muito severas.

Os três principais direitos da antiguidade – romano, germânico e canônico-, que forneceram as bases para a moderna legislação humana, puniram com rigor o homicídio. Com efeito, o direito romano, desde a época de Numa Pompílio, sucessor de Rômulo, a quem se atribui a fundação de Roma no ano de 753 ou 754 a.C., punia o parricidium, palavra que significava não apenas a morte dada ao pai ou outro ascendente (“patris occidium”), como também o exercício do ‘liber hominis’ (“homem livre”), uma vez que a morte do escravo, se fosse obra de seu senhor, seria o exercício de um direito, e, se de um estranho, configurava um crime de dano, pois o servo era tido como objeto ou coisa (“res”). As penas eram a deportatio (“exílio”), a confiscatio (“confisco”) ou a decapitatio (“decapitação”) para os nobres, e a ‘ad bestias’ (“condenação aos animais ferozes”) ou a vivicrematio (“queimado vivo”) para os humildes (aliás os cristãos sofreram muito as duas últimas formas de penas, embora injustamente). No ano de 533 d.C., com o advento da legislação justiniana (de Justiniano), todos os homicidas, sem distinção, eram condenados à morte.

No direito germânico, que considerava o homicídio um crime privado, o seu autor estava sujeito à vingança da família da vítima, ou à composição, ou seja, à indenização, que era dividida entre o Estado e os parentes do morto. Depois, ressurgindo o direito romano sob a influência decisiva do direito canônico, o homicídio voltou a ser incluído entre os crimes públicos e já se distinguia o homicídio doloso do casual, distinção aliás que, somente com a evolução das leis, logrou alcançar a desenvoltura que tem hoje.

(...) Assim, podemos conceituar o homicídio como ‘a morte de um ser humano causada por outro ser humano, fora dos casos de aborto e de infanticídio, através de uma ação ou omissão’.

**Conclusão** – De tudo quanto foi exposto, buscando conceituar e demonstrar a diferença entre ‘aborto, infanticídio e homicídio’, podemos afirmar que uma vida humana pode ser eliminada desde o momento da concepção, durante o parto ou logo após, na infância, na adolescência, na maturidade e na mais avançada velhice. Entretanto, se o extermínio do ovo, embrião ou feto ocorrer antes do princípio do parto, o crime será de ‘aborto’. Com o início das dores da dilatação e dos trabalhos de parto, a eliminação do ‘nascente’ constituirá um ‘infanticídio’ se foi causada pela ‘conduta da mãe que mata o próprio filho, para ocultar desonra própria ou sob a influência do estado puerperal’. Fora desses casos, toda morte de um ser humano por outro ser humano tipificará um ‘homicídio’.

Aliás, essas características próprias de cada uma das condutas puníveis aqui examinadas, buscando-se sobretudo diferenciar umas das outras, não passaram despercebidas por Al-

lan Kardec, que delas tratou em situações diferentes. Com efeito, cuidou ele do ‘aborto’ no item ‘união da alma e do corpo’, entre as questões 344 a 360 de O Livro dos Espíritos, enquanto que o ‘homicídio e o infanticídio’ foram analisados nas questões 746 a 751 da mesma obra. Daí a razão de termos procurado fixar, tanto quanto possível, os elementos e as circunstâncias específicas desses graves delitos.

### **196.2 – “Aborto Eugênico (ou Eugenésico)” – Explicação de Eliseu Florentino da Mota Jr. no livro já referido, pág. 62 e seguintes:**

**Aborto Eugênico ou Eugenésico** – é aquele praticado para evitar o nascimento de criança portadora de anomalia física ou psíquica. Seu significado etimológico é ‘bom nascimento’ [do grego ‘eu’ (bem, bom, belo) + ‘genesis’ (geração, produção, criação)]. Magalhães Noronha asseverou que esta espécie de abortamento acontece “quando há sério risco e grave perigo para o filho, seja em virtude de predisposição hereditária, seja por doenças da mãe, durante a gravidez, seja ainda por efeito de drogas por ela tomadas durante esse período, tudo podendo acarretar para aquele enfermidades psíquicas, corporais, deformidades etc.” (E. Magalhães Noronha, em Direito Penal, vol. 2, p. 62.). Entre essas drogas, ele menciona a ‘talidomida’, a qual, quando era ingerida pela gestante, ocasionava o nascimento de crianças disformes, em regra sem os membros superiores ou inferiores.

Na sua edição de julho de 1994, o jornal ‘A Folha Espírita’, transcrevendo notícia da ‘Folha de São Paulo’ e de outras fontes, informa que “A incidência de fetos mal formados é de 3 a 4% da população mundial. Há dois grupos delas : as ‘estruturais’ e as ‘funcionais’. Nos casos de anencefalia (ausência de cérebro) estamos diante de uma malformação ‘estrutural’ grave; existem outras menos comprometedoras, como aquelas de ausência de dedos, por exemplo.” Diz ainda a notícia que nas ‘malformações funcionais’ ocorrem vários tipos de retardamento mental, e que “Nos casos de Síndrome de Down (mongolismo) há fatores estruturais e funcionais envolvidos. Na síndrome de Edward existe malformação múltipla e, assim como nos de anencefalia, os bebês morrem logo após o parto. Todas essas anomalias podem ser detectadas por exames genéticos e ultra-sonografia. E suas causas podem ser genéticas, quando os defeitos estão nos genes; cromossômicas, quando há alteração do número de cromossomos e ambientais, ocasionadas por drogas, injeções, radiações etc”(grifamos) (Folha Espírita, julho de 1994, página 3).

Com o diagnóstico precoce dessas malformações fetais, surge para a gestante e sua família a grave e difícil decisão entre deixar nascer uma criança portadora de deficiência física e/ou psíquica, ou praticar o abortamento eugênico que, diga-se de passagem, no Brasil não é legalmente permitido.

(...) Uma vez mais a antiga polêmica sobre a existência da alma humana e o momento de sua criação em relação ao corpo confunde a ciência, a religião e a filosofia tradicionais. Com efeito, os materialistas acham que o homem é um conglomerado de células, cuja vida flui do berço ao túmulo e nada mais; a religião dogmática acha que Deus cria a alma no momento mesmo da concepção ou meses depois desse fenômeno fisiológico; e a filosofia assume a posição correspondente ao idealismo de seus adeptos. Parece que eles insistem em ignorar a verdade revelada pela Doutrina Espírita, mostrando que o homem não é um corpo de matéria orgânica animada, e sim um ‘espírito’ eterno, usando ocasionalmente uma aparelhagem psicossomática para a sua evolução.



Desse modo, para o Espiritismo a má formação do feto está ligada a débitos pregressos da entidade reencarnante, com o prévio conhecimento dos pais no período de erradicidade, ou mesmo durante o sono. Se o aborto eugênico for consagrado, será impossível a esses Espíritos endividados o acerto de suas contas com a lei divina ou natural.

**Conclusão** – (...) Assim, o aborto eugênico ou eugenésico não deve ser praticado em nenhuma circunstância e está correta a justiça humana em não permitir a sua realização, a despeito da pretensão de alguns materialistas de incluí-lo no rol dos abortos que não são criminosos nas reformas dos Códigos Penais do Brasil e do estrangeiro.

**196.3 – “A Gestante tem o direito de interromper a gravidez de Feto Anencéfalo? Resposta: Não!” – Artigo de José Renato Nalini (presidente do Tribunal de Alçada Criminal de S.Paulo – TACrim), publicado no Jornal do Advogado, agosto de 2004, pg. 12:**

A Constituição do Brasil de 1988 enfatizou a vida como o supremo bem, pressuposto exclusivo para a fruição de qualquer direito. Tanto que todos os bens são chamados “bens da vida”. Sem a vida, não há sentido de falar em liberdade, em igualdade, em propriedade e em segurança, os quatro direitos fundamentais dos quais todos os outros irradiam.

Mas o que é a vida? Muitos tentam defini-la. Ellen Sturgis Hooper observou: “Dormi, e sonhei que a vida era Beleza. Despertei, e descobri que a vida era Dever”. O primeiro dever de quem tem vida é proteger a própria vida. E a ordem jurídica, fundamento da sociedade civilizada, disso cuidou à perfeição. Além do pacto fundante, a garantir a inviolabilidade do direito à vida, o Brasil firmou o Pacto de São José da Costa Rica. Por ele, que integra a ordem constitucional vigente, por força do Par. 2º. do artigo 5º. da CF, a vida começa no momento exato da concepção. Firmado esse tratado internacional, cessa no direito positivo brasileiro a discussão que separou natalistas e concepcionistas. A vida não começa com o nascimento, mas com a fecundação. Por isso é que ao nascituro se garantiram direitos e não meras expectativas de direito. A partir daí, está claro que não se admite qualquer interrupção da vida, um ciclo que tem início no exato momento em que o espermatozóide fecunda o óvulo e que se encerra naturalmente, sem a intervenção humana para abreviá-lo.

O homem não é dono da vida. Não pode tirá-la em qualquer hipótese. Isto resta claro na ordem positiva, que veda a pena de morte, admitida excepcionalmente para a hipótese de guerra externa. Todo atentado contra a vida é crime, por ferir de forma mais profunda o regramento do convívio. Homicídio, infanticídio e aborto são os delitos mais abomináveis na história da humanidade. Diante da clareza do ordenamento brasileiro, insólito se pregue a possibilidade de interrupção da vida do anencéfalo. Compreende-se o sentimento de compaixão que deve envolver a mãe de um ser que talvez não tenha uma vida longa. Todavia, o sofrimento materno não legitima o sacrifício de uma vida. Por mais que se argumente com a inviabilidade da vida do anencéfalo, ninguém consegue sustentar que ele não seja provido desse milagre da vida. Ao termo da gestação esta criança que talvez não tenha cérebro terá todos os membros, feições humanas, conformação que a identifica à sua espécie. Haverá quem tenha a coragem de lhe recusar o tributo à sua dignidade? A dignidade humana é um dos princípios inspiradores da ordem constitucional vigente. O desprovido de cérebro não pertence à espécie, não é titular de dignidade?

A vida não é um tema singelo. é inerente à condição humana enfrentar adversidades, frustrações e misérias. Mesmo assim, a humanidade não pode renegar sua espécie, nem se portar com irracionalidade e tratar seus exemplares mal formados como se fossem lixo hospitalar. Exatamente por ostentarem debilidades e insuficiências, tais seres merecem amor redobrado. E quem a eles dedicar afeição e respeito crescerá em humanismo, se elevará acima da fraqueza e das baixezas dos desprovidos de consciência.(...)

**196.4 – “Aborto: E agora pode??? – Anencefalia”– Artigo de Luiz Marcelo Prestes (jornalista paulistano, Coordenador de Marketing de ADE-SP e graduando em Filosofia pela Univers. S. Judas Tadeu) publicado no jornal “O Clarim”, Agosto 2004:**

“Que utilidade pode haver para um espírito a sua encarnação num corpo que morre poucos dias após o nascimento? Resposta: O ser ainda não tem consciência bastante desenvolvida da sua existência; a importância da morte é quase nula; freqüentemente, como já dissemos, trata-se de uma prova para os pais.” ( O Livro dos Espíritos, questão 347). A polêmica em torno do aborto volta às manchetes da mídia. O ministro do STF – Supremo Tribunal Federal – Marco Aurélio de Mello, liberou para todo o Brasil, no início de julho, a chamada “interrupção de gravidez”, quando houver laudo atestando anencefalia, isto é, ausência de cérebro no feto. A decisão do ministro é provisória – terá de ser julgada pelos outros 11 membros do STF – mas está causando controvérsias nos meios jurídicos e religiosos, por tratar o aborto como uma simples interrupção de gravidez.

O advogado Luís Carlos Martins Alves, da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – disse que “Um feto, ainda que anencéfalo, não perde dignidade nem o direito de nascer.” A OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – informou em nota à imprensa que irá compor uma comissão de biodireito para estudar a decisão e que divulga posição oficial até o final de 2004.

**E a Doutrina Espírita, como se posicionaria a respeito?** Em O Livro dos Espíritos, questão 359, a espiritualidade diz ser “...preferível que se sacrifique o ser que ainda não existe a sacrificar-se o que já existe”; entretanto, a questão versa sobre uma ‘suposição de que a vida da mãe corra perigo pela proximidade do parto’. Dessa forma, vale lembrar que o contexto em que o ministro consentiu o aborto está ligado a problema ou defeito com o feto e não com a mãe. Pela ótica científica a situação seria ainda mais comprometida: em praticamente todos os casos de anencefalia, o feto morre horas ou dias após o parto; isto quando não ocorre aborto espontâneo durante a gravidez. Após avaliar essas análises, fica a pergunta: estamos diante de aborto consentido ou não?

Caberia a observação ao leitor da pergunta inicial do texto, onde os espíritos apontam que, inúmeras vezes a prova de um natimorto estaria voltada para os pais; logo, se os pais, em não havendo risco mortal e comprovado para a gestante, optarem pela interrupção, estarão caindo no crime do aborto.

(...) Isto posto, dentro dos conceitos ensinados pela espiritualidade, como devemos proceder perante uma situação desse tipo? Ante a precária visão das complexas tramas do plano espiritual, deveríamos seguir os ensinamentos evangélicos do amor ao próximo e a nós mesmos, orando e vigiando para que Deus, por meio de seus emissários espirituais, possa atuar

da maneira que melhor ofereça oportunidades de resgate e evolução para todos, pais e filhos pródigos, ainda desviados da seara bendita.

(...) Para alívio dos mais sensíveis ao sofrimento alheio, a Sociedade Médica de Ginecologia e Obstetrícia informa que, caso não seja feito o aborto, e se o bebê vier a nascer será incapaz de sentir dor, não ouvirá e nem enxergará, estando em total estado de inconsciência. ‘Coincidentemente’ essa situação nos faz lembrar as passagens dos livros de Manoel Philomeno de Miranda e Ivonne do Amaral Pereira, onde ocorre a oportunidade de alguns suicidas refazerem as estruturas de seus corpos espirituais, renascendo em corpos disformes ou com poucas horas ou dias de vida, apenas para reconstituição do material orgânico. Com tudo que foi exposto, refletamos à bondade de Deus que faz ‘o sol nascer sobre bons e maus’.

Para finalizar, a estatística de anencefalia no Brasil diz que existem apenas 2 (dois) casos para cada mil nascimentos, e que esses números vêm caindo ainda mais com a adição do ‘ácido fólico’ – presente em farinhas, aveias e no espinafre – na dieta brasileira. Mais uma vez a necessária caridade se apresenta em três oportunidades: a da mãe para com seu filho que poderá não vingar, a dos pais conscientes dos deveres cristãos para com os designios da providência e a última, da parte de todos nós, para com os legisladores do mundo atual, letrados perante a lei dos homens, mas ainda semi-analfabetos ante a lei de Deus.

### **196.5 – “Aborto Sentimental ou Moral” – Explicação de Eliseu Florentino da Mota Jr. no mesmo livro, págs. 70-75:**

Dispõe a lei penal brasileira que não se pune o aborto, desde que praticado por médico, se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (Código Penal, artigo 128, inciso II).

Realmente não é uma posição muito fácil para a gestante e sua família decidir, diante de uma gravidez resultante de estupro, se realizam o abortamento permitido pelo Código Penal, ou se deixam nascer o filho de um criminoso, o qual muitas vezes pode até ser portador de grave anomalia psíquica vinculada com a sexualidade depravada. (...) São situações gravíssimas, que só mesmo o conhecimento dos princípios da lei divina ou natural, revelada pelo Espiritismo, pode explicar. Com efeito, se uma determinada mulher for estuprada, para que não falhe o atributo divino da soberana bondade e justiça, ela tem débitos pregressos vinculados com a violência sexual. Além disso, quem acabará sendo a verdadeira vítima do aborto será a entidade reencarnante, que nada tem a ver com o crime do qual resultou a gravidez.

Segundo o nosso entendimento, a lei penal não poderia consagrar o ‘abortamento sentimental’ ou ‘moral’, mas já que infelizmente o fez, os seus aplicadores deveriam ficar estritamente dentro dos casos ali previstos, pois do contrário logo estará sendo praticado aborto no caso de gravidez resultante não apenas do atentado violento ao pudor, mas da posse sexual mediante fraude ou da sedução, e pela própria gestante ou alguém sem formação médica, com todas as conseqüências desastrosas daí decorrentes.

**Conclusão** – A Doutrina Espírita não recomenda a realização do ‘aborto sentimental ou moral’, embora reconheçamos que é uma decisão muito difícil para a vítima do estupro e sua família. Ocorrendo o caso concreto, é preciso ter presente que Deus, soberanamente bom e justo, só permitiu o crime do qual resultou a gravidez porque a ofendida é portadora de débitos relacionados com aquela situação. Desse modo, antes da decisão sobre a realização ou não des-

se tipo de abortamento, a prudência recomenda muita reflexão, para que a situação da vítima, da entidade reencarnante e de seus familiares não se agrave ainda mais.

Assim, a nossa opinião é no sentido que a permissão para que a vítima de estupro, do qual resulte a gravidez, consinta na realização do aborto, não seja tratada pelas leis penais, por várias razões, mas principalmente porque vai impedir a reencarnação de um Espírito vinculado com aquelas circunstâncias, e ainda causar sérios problemas para a gestante, como, de resto, todo tipo de abortamento provoca.

### **196.6 – “Aborto Necessário ou Terapêutico” – Explicação de Eli-seu Florentino da Mota Jr. no livro citado, págs. 77-82:**

Algumas pessoas alegam que a resposta dada pelos Espíritos à questão 359 de “O Livro dos Espíritos”, consagrando o chamado ‘aborto necessário ou terapêutico’, estaria defasada em face das conquistas atuais da medicina, insinuando inclusive com supostas cirurgias espirituais destinadas à correção do curso da gravidez extra-uterina e com o tratamento e a cura de eventuais anomalias portadas pela gestante, que pusessem em risco a sua vida por causa da prenhez.

**O que é aborto necessário** – De acordo com Leoncini, citado por Oswaldo Pataro (Apud Oswaldo Pataro, in Medicina legal e prática forense, página 276), podemos conceituar o ‘aborto necessário ou terapêutico como a interrupção da gravidez antes do termo normal, com a morte do produto da concepção, desde que feito por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante’.

A legislação brasileira diz que não se pune esse tipo de aborto, desde que praticado por médico, se não há outro meio de salvar a vida da gestante (Código Penal, artigo 128, inciso I). Comentando esse dispositivo legal, asseverou Magalhães Noronha, que é “mister que haja risco de vida e não apenas dano à saúde ou higidez da mulher. Enfermidades que esta apresenta ou que apareçam durante a gravidez; defeitos ou má conformação da grávida etc. podem tornar impossível a gestação, sem grave risco de vida para a mãe. Em tal conjuntura, permite a lei a ‘embriotomia ou craniotomia’.

**A Posição da Doutrina Espírita** – (...) As opiniões a favor e contra a prática do ‘aborto necessário ou terapêutico’ são deveras respeitáveis, mas ficamos sempre com a Doutrina Espírita, que analisa o assunto nos seguintes termos: “Dado o caso que o nascimento da criança pusesse em perigo a vida da mãe dela, haverá crime em sacrificar-se a primeira para salvar a segunda?” E a resposta é clara e incisiva: “Preferível é se sacrificar o ser que ainda não existe, a sacrificar-se o que já existe”.

**Conclusão** – (...) Diante do que foi exposto, concluímos que o ‘aborto necessário ou terapêutico’, assim entendido aquele que deve ser ao mesmo tempo incontornável por outros meios (daí um dos nomes = ‘necessário’), e destinado unicamente a salvar a vida da mãe, com o sacrifício da vida do ser nascente, configurando, na realidade, uma terapia (razão do outro nome = ‘terapêutico’), realizado somente depois do consentimento da gestante ou de seu representante legal, e de conferência de uma junta composta de, pelo menos, dois outros médicos, de tudo lavrada ata circunstanciada, em três vias, era em 1857, e continua sendo nos dias atuais, inteiramente consagrado pela Doutrina Espírita, nos exatos termos da resposta dada à indagação número 359 de “O Livro dos Espíritos”.

### **196.7 – “Conseqüências Espirituais do Aborto” – Explicação de E-liseu Florentino da Mota Jr. no citado livro, págs. 116-123:**

Lemos em “O Livro dos Espíritos”: P.357. Que conseqüências tem para o Espírito o aborto? R. “É uma existência nulificada e que ele terá de recomençar.” P.358. Constitui crime a provocação do aborto, em qualquer período da gestação? R. “Há crime sempre que transgredis a lei de Deus. Uma mãe, ou quem quer que seja, cometerá crime sempre que tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, por isso que impede uma alma de passar pelas provas a que serviria de instrumento o corpo que se estava formando.”

Note-se que, aqui, quando se fala em crime, não é daquela infração das leis humanas que já comentamos, mas sim da transgressão da ‘lei de Deus’. E o que acontece quando violamos a lei divina ou natural? A resposta está nos artigos 16 e 17 do ‘Código penal da vida futura’, composto por Allan Kardec com a assistência dos Espíritos Superiores, e que dispõem o seguinte:

“16º. – O arrependimento, conquanto seja o primeiro passo para a regeneração, não basta por si só; são precisas a ‘expição e a reparação’.”

“Arrependimento, expiação e reparação constituem, portanto, as três condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas conseqüências. O arrependimento suaviza os travos da expiação, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; só a reparação, contudo, pode anular o efeito destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação.”

“17º. – O arrependimento pode dar-se por toda parte e em qualquer tempo; se for tarde, porém, o culpado sofre por mais tempo.”

“Até que os últimos vestígios da falta desapareçam, a expiação consiste nos sofrimentos físicos e morais que lhe são conseqüentes, seja na vida atual, seja na vida espiritual, após a morte, ou ainda em nova existência corporal.”

“A reparação consiste em fazer o bem àqueles a quem se havia feito o mal. Quem não repara os seus erros numa existência, por fraqueza ou má-vontade, achar-se-á numa existência ulterior em contacto com as mesmas pessoas que de si tiverem queixas, de modo a demonstrar-lhes reconhecimento e fazer-lhes tanto bem quanto mal lhes tenha feito. Nem todas as faltas acarretam prejuízo direto e efetivo; em tais casos a reparação se opera, fazendo-se o que se deveria fazer e foi descuidado; cumprindo os deveres desprezados, as missões não preenchidas; praticando o bem em compensação ao mal praticado, isto é, tornando-se humilde se se tem sido orgulhoso, amável se se foi austero, caridoso se se tem sido egoísta, benigno se se tem sido perverso, laborioso se se tem sido ocioso, útil se se tem sido inútil, frugal se se tem sido intemperante, trocando em suma por bons os maus exemplos perpetrados. E desse modo progride o Espírito, aproveitando-se do próprio passado.”

A esse dispositivo Allan Kardec após a seguinte nota de rodapé: “A necessidade da reparação é um princípio de rigorosa justiça, que se pode considerar verdadeira lei de reabilitação moral dos Espíritos. Entretanto, essa doutrina religião alguma ainda a proclamou. Algumas pessoas repelem-na porque acham mais cômodo o poder quitarem-se das más ações por um simples arrependimento, que não custa mais que palavras, por meio de algumas fórmulas; con-

tudo, crendo-se, assim, quites, verão mais tarde se isso lhes bastava. Nós poderíamos perguntar se esse princípio não é consagrado pela lei humana, e se a justiça divina pode ser inferior à dos homens? E mais, se essas leis se dariam por desafrentadas desde que o indivíduo que as transgredisse, por abuso de confiança, se limitasse a dizer que as respeita infinitamente.” “Por que não de vacilar tais pessoas perante uma obrigação que todo homem honesto se impõe como dever, segundo o grau de suas forças?” “Quando esta perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um outro freio aos seus desmandos, e bem mais poderoso que o inferno e respectivas penas eternas, visto como interessa à vida em sua plena atualidade, podendo o homem compreender a procedência das circunstâncias que a tornam penosa, ou a sua verdadeira situação.” (Allan Kardec, in *O Céu e o Inferno ou a justiça divina segundo o Espiritismo*, p. 93-95).

Essas implicações referem-se a todas as faltas cometidas contra a lei divina ou natural, de forma genérica. No caso específico do aborto, notamos que há infração da ‘lei de reprodução’, de modo que, aplicando-se o Código penal da vida futura, verificamos que o autor do abortamento deverá, primeiramente, alcançar o ‘arrependimento’ sincero do ato praticado, em que um Espírito reencarnante teve a ‘existência nulificada’, vendo-se forçado a recomeçá-la. Conscientizado dessa realidade, o infrator será então submetido à ‘expição’, consistente em sofrimentos físicos e morais em consonância com a falta abortiva perpetrada: nesta vida, no estado de erradicidade ou em existência futura. Por derradeiro, estará sujeito à ‘reparação’, ou seja, deverá alcançar a aproximação com o Espírito repudiado com o abortamento, a fim de fazer-lhe todo o bem correspondente ao mal realizado. Só então estará regenerado diante da lei de Deus!

**196.8 – “Sugestões jurídico-espíritas para o tratamento legal do aborto” – Sugestão de Eliseu Florentino da Mota Jr. em seu livro já referido, págs. 132-134:**

A Doutrina Espírita entende que há crime em todos os casos de violação da lei de Deus, sendo que a provocação do aborto, em qualquer período da gestação, pela mãe ou por quem quer que seja, constituirá sempre um delito, e isso porque, ao tirar a vida a uma criança antes do seu nascimento, estará impedindo que a entidade reencarnante passe pelas provas a que o corpo em formação serviria de instrumento, nulificando-lhe toda uma existência adrede preparada e que ela terá de recomeçar. Abre exceção apenas para o ‘aborto necessário ou terapêutico’, porquanto, dada a hipótese em que o nascimento da criança ponha em perigo a vida de sua genitora, é preferível o sacrifício do ser que ainda não existe, a sacrificar-se o que já existe. (Questões 357 a 359 de “O Livro dos Espíritos”).

Diante dessa realidade, sugerimos a revogação do inciso II, do artigo 128, do Código Penal Brasileiro, abstendo-se o legislador de descriminalizar o ‘aborto sentimental ou moral’, fazendo-o apenas quanto ao ‘aborto necessário ou terapêutico’. Para recordar, vamos transcrever, na íntegra, referido artigo:

“Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico:

‘Aborto necessário’

I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

‘Aborto no caso de gravidez resultante de estupro’

II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.”

Motiva a presente sugestão o fato de que, no caso do ‘aborto sentimental ou moral’ (quando a gravidez resulta de estupro), não é apenas um corpo material em formação que se está matando, mas simultaneamente impedindo a reencarnação de um Espírito destinado a usar aquele corpo para uma vida de expiação ou provas. E se aquela mulher foi estuprada, com certeza o seu passado está vinculado ao ato criminoso de que foi vítima, porquanto, a não se pensar assim, Deus, soberanamente bom e justo, teria falhado nesse atributo, deixando que uma de suas criaturas fosse ofendida em sua liberdade sexual injustamente. Por que exatamente aquela vítima, se bilhões de outras mulheres passam toda uma existência sem sofrer sequer um assédio sexual? Porque, com certeza, ela já praticou infrações dessa natureza e agora está expiando o mal realizado e quitando o seu débito.

Se desse estupro resultar gravidez, embora seja uma situação difícil e muito dolorosa, a provocação do abortamento só trará mais complicações, além de atingir a personagem mais indefesa desse drama, porquanto, enlaçada ao corpo em formação, a entidade reencarnante não poderá escapar da morte certa, uma vez que o aborto será realizado por médico, como determina o Código Penal vigente.

Por outro lado, ficando fora, à evidência, o “aborto legal e seguro”, sugerimos que o Estado discipline e regule os demais ‘direitos reprodutivos’, que as feministas tanto reivindicam, como o direito à “educação sexual, contracepção, assistência à gravidez, parto e puerpério, licença-maternidade, divisão do trabalho doméstico, creches gratuitas e de boa qualidade e fim da discriminação das mulheres férteis no mercado de trabalho”.

### **196.9 – “Aborto delituoso” – Explicação do Espírito Emmanuel sobre a questão 358 de “O Livro dos Espíritos”, no já citado livro “Religião dos Espíritos”, págs. 17/8:**

Comovemo-nos, habitualmente, diante das grandes tragédias que agitam a opinião. Homicídios que convulsionam a imprensa e mobilizam largas equipes policiais... Furtos espetaculares que inspiram vastas medidas de vigilância... Assassínios, conflitos, ludíbrios e assaltos de todo jaez criam a guerra de nervos, em toda parte; e, para coibir semelhantes fecundações de ignorância e delinqüência, erguem-se cárceres e fundem-se algemas, organiza-se o trabalho forçado e em algumas nações a própria lapidação de infelizes é praticada na rua, sem qualquer laivo de compaixão.

Todavia, um crime existe mais doloroso, pela volúpia de crueldade com que é praticado, no silêncio do santuário doméstico ou no regaço da Natureza... Crime estarrecedor, porque a vítima não tem voz para suplicar piedade e nem braços robustos com que se confie aos movimentos da reação. Referimo-nos ao aborto delituoso, em que pais inconscientes determinam a morte dos próprios filhos, asfixiando-lhes a existência, antes que possam sorrir para a bênção da luz.

Homens da Terra, e sobretudo vós, corações maternos chamados à exaltação do amor e da vida, abstende-vos de semelhante ação que vos desequilibra a alma e entenebrece o caminho! Fugi do satânico propósito de sufocar os rebentos do próprio seio, porque os anjos tenros que rechaçais são mensageiros da Providência, assomantes no lar em vosso próprio socorro, e, se não há legislação humana que vos assinala a torpitude do infanticídio, nos recintos familiares ou na sombra da noite, os olhos divinos de Nosso Pai vos contemplam do Céu, chamando-vos, em silêncio, às provas do reajuste, a fim de que se vos expurgue da consciência a falta indesculpável que perpetrastes.

## V – CRUELDADADE – (Itens 752 a 756)

### Crueldade e Instinto de Destruição

**Artigo 197** – O sentimento de crueldade é o próprio instinto de destruição no que ele tem de pior, porque, se a destruição é às vezes necessária, a crueldade jamais o é. Ela é sempre a consequência de uma natureza má.

### Crueldade nos povos primitivos

**Artigo 198** – A crueldade é o caráter dominante dos povos primitivos, porque entre eles a matéria sobrepuja o espírito. Eles se entregam aos instintos animais e, como não têm outras necessidades além das corpóreas, cuidam apenas da sua conservação pessoal. É isso que geralmente os torna cruéis. Além disso, os povos de desenvolvimento imperfeito estão sob o domínio de Espíritos igualmente imperfeitos que lhes são simpáticos, até que povos mais adiantados venham destruir ou arrefecer essa influência.

### A crueldade e o senso moral não desenvolvido

**Artigo 199** – A crueldade decorre do senso moral ainda não desenvolvido, mas não da falta de senso moral; porque ele existe, em princípio, em todos os homens. É esse senso moral que os transforma mais tarde em seres bons e humanos. Ele existe no selvagem como o princípio do aroma no botão de uma flor que ainda não se abriu.

### 199.1 – “O senso moral em estado latente”- Comentário de Kardec no item 754 de O Livro dos Espíritos:

Todas as faculdades existem no homem em estado rudimentar ou latente e se desenvolvem segundo as circunstâncias mais ou menos favoráveis. O desenvolvimento excessivo de uma impede ou neutraliza o de outras. A superexcitação dos instintos materiais asfixia, por assim dizer, o senso moral, como o desenvolvimento deste arrefece pouco a pouco as faculdades puramente animais.



### **Criaturas cruéis em civilizações adiantadas**

**Artigo 200** – Em civilizações mais adiantadas existem criaturas às vezes tão cruéis como os selvagens, da mesma maneira que numa árvore carregada de bons frutos existem os temporãos. Elas são selvagens que só têm da civilização a aparência, lobos extraviados em meio de cordeiros. Os Espíritos de uma ordem inferior, muito atrasados, podem encarnar-se entre homens adiantados com a esperança de também se adiantarem; mas, se a prova for muito pesada, a natureza primitiva reage.

### **Os malfeitores desaparecerão pouco a pouco**

**Artigo 201** – A Humanidade progride. Os homens dominados pelo instinto do mal, que se encontram deslocados entre os homens de bem, desaparecerão pouco a pouco como o mau grão é separado do bom quando joeirado. Mas renascerão com outro invólucro. Então, com mais experiência, compreenderão melhor o bem e o mal. Temos um exemplo nas plantas e nos animais que o homem aprendeu como aperfeiçoar, desenvolvendo-lhes qualidades novas. É só depois de muitas gerações que o aperfeiçoamento se torna completo. Esta é a imagem das diversas existências do homem.

## **VI – PENA DE MORTE – (Itens 760 a 765)**

### **Abolição da pena de morte e progresso**

**Artigo 202** – A pena de morte desaparecerá um dia da legislação humana e a sua supressão assinalará um progresso da Humanidade. Quando os homens forem mais esclarecidos, a pena de morte será completamente abolida na Terra. Os homens não terão mais necessidade de ser julgados pelos homens.

#### **202.1 – “Legislação humana futura e pena de morte”- Comentário de Kardec no item 760 de O Livro dos Espíritos:**

O progresso social ainda deixa muito a desejar, mas seríamos injustos para com a sociedade moderna se não víssemos um progresso nas restrições impostas à pena de morte entre os povos mais adiantados e à natureza dos crimes aos quais se limita a sua aplicação. Se compararmos as garantias, de que a justiça se esforça para cercar hoje o acusado, a humanidade com que o trata, mesmo quando reconhecidamente culpado, com o que se praticava em tempos que não vão muito longe, não poderemos deixar de reconhecer a via progressiva pela qual a Humanidade avança.

#### **202.2 – “A Pena de Morte” – Explanação de Fernando Ortiz (livre docente da Faculdade de Direito da Universidade de Havana - Cuba) em**

**seu livro “A Filosofia Penal dos Espíritas”, Editora LAKE, SP, tradução de Carlos Imbassahy, 2<sup>a</sup>. edição, 1998, págs. 164-168:**

Se é certo que há delinquentes incorrigíveis e nisto convêm os espíritas, aceitarão eles a pena de morte imposta pelos homens? É sabido que alguns, sem dúvida poucos já, ainda mesmo entre os positivistas radicais da criminologia, pretendem fundamentar a pena de morte, entre outras razões, na lei natural de seleção, que seria razoável contra os criminosos incorrigíveis, ao inspirar-se nela a sociedade. Outros a repelem por verdadeira multidão de raciocínios, e entre eles, a dificuldade extrema, quando não a impossibilidade de diagnosticar se um delinqüente é incorrigível, e pela recordação das antigas penas vingativas, que a pena de morte resuscita ao matarem um delinqüente incorrigível em nome da defesa social. Com efeito, desaparecida a imputabilidade clássica, para dar lugar ao determinismo, desaparece, em vez de vigorar, a pena de morte. Hoje –antes não era assim –, a ninguém ocorre, pelo mesmo princípio de defesa social, matar um leproso incurável; e, a menos que se tenham em conta motivos de vingança na reação social contra o delito, não há razão científica para raciocinar de um modo contra o delinqüente, e de outro contra o enfermo incurável e contagioso. Pode a morte de ambos ser desculpável em idades bárbaras, quando se ignoravam outros meios de defesa e de humana solidariedade; hoje, porém, são inexplicáveis. Assim o entende a ciência contemporânea e assim também o entende o Espiritismo, negando expressamente a necessidade e a justiça da pena de morte. É preciso que o homem não feche a porta ao arrependimento nesta vida, disse Allan Kardec, ou o que é o mesmo, o homem não deve, com o homicídio nem com a pena de morte, cortar a prova de uma encarnação humana; deve, antes cooperar com os Espíritos superiores na obra pedagógica de fazer progredir o Espírito atrasado. Ainda quando o criminoso não a aproveite integralmente, no que lhe resta de vida, quando o labor é eficiente, terá facilitado o progresso na erraticidade ou em outra encarnação.

**202.3 – “Criminosos Hediondos” – Explicação de Eliseu F. Mota Junior em seu livro “Pena de Morte e Crimes Hediondos À Luz do Espiritismo”, Editora O Clarim, Matão/SP, 1<sup>a</sup>. edição, 1994, págs. 80 e seguintes:**

Fernando Jorge (Pena de morte – sim ou não?, p. 59 ss.), em exaustivo relato às vezes com detalhes impressionantes, descreve a conduta delituosa de inúmeros personagens da história da criminalidade hedionda, citando desde grandes vultos do devasso Império Romano, entre eles Tibério, Calígula, Vitélio, Domiciano, Caracala, Agripina, Messalina e Nero, até criminosos contemporâneos como o professor japonês Issei Sagawa, que em 1981 assassinou em Paris a estudante holandesa Rénée Hartevelt, mutilou o cadáver, cozinhou e comeu partes do corpo da vítima; o inglês Dennis Andrew Nielsen, ex-policia! alcoólatra que em 1983 matou seis jovens; o norte-americano Mark David Chapman, assassino do ‘beatle’ John Lennon; o russo Andrei Tchikatilo, professor de filologia que em 1990 foi preso depois de matar quatorze meninas entre os nove e quinze anos, e muitos mais que ocupam ainda hoje o noticiário.

Mas não é preciso sair do Brasil e nem viajar pela história para encontrar o criminoso hediondo, porquanto fatos recentes ocupam o noticiário cotidiano, atestando que a criminalidade violenta é uma realidade atual, com assassinatos de famílias inteiras, de crianças e jovens com indícios de canibalismo e rituais satânicos, e um cortejo de outros crimes que seria fastidioso enumerar, envolvendo criminosos pobres, ricos, obscuros e famosos.

Mas, afinal de contas, quem são os autores desses crimes hediondos, que causam tamanha indignação popular a ponto de levar pessoas sérias a exigirem a sua imediata eliminação através da pena de morte? Serão eles criminosos incorrigíveis e sem recuperação?

(... pág. 91...) Desse modo, o Espiritismo entende que o criminoso em potencial é um Espírito usando um corpo de carne, detentor do livre-arbítrio, porque do contrário seria mero títere das circunstâncias, mas que esta liberdade para agir encontra limites na lei divina ou natural, a começar pelo seu próprio organismo psicossomático, que pode lhe tolher a vontade se não estiver nos desígnios de Deus a realização da conduta punível que porventura tenha cogitado.

Allan Kardec formulou a seguinte pergunta aos Espíritos superiores que o assistiram na obra da codificação espírita: ‘Ao escolher a sua existência, o Espírito daquele que comete um assassinio sabia que viria a ser assassino?’ E a resposta foi esta: “Não. Escolhendo uma vida de lutas, sabe que terá ensejo de matar um de seus semelhantes, mas não sabe se o fará, visto que ao crime precederá quase sempre, de sua parte, a deliberação de praticá-lo. Ora, aquele que delibera sobre uma coisa é sempre livre de fazê-la, ou não. Se soubesse previamente que, como homem, teria que cometer um crime, o Espírito estaria a isso predestinado. Ficai, porém, sabendo que ninguém há predestinado ao crime e que todo crime, como qualquer outro ato, resulta sempre da vontade e do livre-arbítrio.

“Demais, sempre confundis duas coisas muito distintas: os sucessos materiais da vida e os atos vida moral. A fatalidade, que algumas vezes há, só existe com relação àqueles sucessos materiais, cuja causa reside fora de vós e que independem da vossa vontade. Quanto aos atos da vida moral, esses emanam sempre do próprio homem que, por conseguinte, tem sempre a liberdade de escolher. No tocante, pois, a esses atos, ‘nunca’ há fatalidade”(Questão 861 de O Livro dos Espíritos).

Isto não quer dizer que o Espiritismo ignore os demais ‘fatores criminógenos’ (que impelem o criminoso à delinqüência), e que Ferri distingue em ‘antropológicos’ (derivados da própria constituição individual do delinqüente, psíquica e fisiológica), os ‘cósmicos’ (decorrentes da natureza do ambiente físico em que vive, como o calor ou o frio intensos etc.), e os ‘sociais’ (atrelados ao meio social em que ele se agita), conforme explicação de Ortiz (Filosofia Penal dos Espíritas, p. 72). A Doutrina Espírita apenas ressalta que não há fatalidade nos atos morais, pois a despeito da influência do organismo e dos costumes sociais nos impulsos criminosos, o homem terá sempre a liberdade para agir segundo a sua própria vontade, a fim de que tenha o mérito das boas e a responsabilidade das más ações que realizar.

Com efeito, é exemplo comum da doutrina penal, no estudo da desistência voluntária, a hipótese de um ladrão, já dentro da casa da vítima separando o produto do furto, abandonar a atividade criminosa e deixar o local de mãos vazias, em face de violenta dor causada por um forte infecção. Note-se que quando tomou a resolução de cometer o delito estava no pleno uso do livre-arbítrio, porém o determinismo orgânico, isto é, a influência do organismo o impediu de consumir a infração penal cuja execução iniciara, não se desprezando também o fato de que, com toda certeza, o proprietário da casa não merecia ser vítima de furto. Isso demonstra o princípio espírita de que o livre-arbítrio pode ser limitado pelo organismo humano, se assim determinar a vontade divina.

Por outro lado, se um homem nesta existência (não se pode esquecer que ele é um ‘Espírito’ encarnado e que antes de nascer fez a escolha de suas provas) tem propensão para o crime porque em vidas pregressas fora delinqüente e, sendo portador de distúrbios orgânicos que lhe causam constante irritação, vai morar em uma cidade onde o calor é intenso e exatamente entre marginais, sofrendo, portanto, a influência simultânea de todos os ‘fatores criminógenos’ (antropomórficos, cósmicos e sociais), logo se percebe que elegera uma prova muito difícil. Além disso, tem sempre ao seu lado Espíritos desencarnados que lhe fazem constantes sugestões para o bem (“guardiães”) e para o mal (“obsessores”). Colocado diante de situações que imponham uma decisão entre a prática de crimes ou a abstinência, se falir e enveredar pelo caminho da criminalidade, ele estará fazendo uso do livre-arbítrio; porém, se vencer as pressões e perseverar na honestidade, terá dado um enorme passo na senda do seu progresso moral, elevando-se na hierarquia espiritual.

Note-se que esta tese não afasta a responsabilidade daqueles que, encarnados ou desencarnados, possam ter influenciado a pessoa a uma eventual escolha pela criminalidade, e nem muito menos dos governantes e demais causadores das diferenças sociais, que explicam a existência de favelas e de todo o cortejo de miserabilidade por demais conhecido, sobretudo nos países em desenvolvimento. Cada um arcará com a própria carga daquela responsabilidade, na medida exata de sua culpa nesse processo, sem que o criminoso possa escudar-se em qualquer dos ‘fatores criminógenos consequenciais’ (antropomórficos, cósmicos e sociais) para livrar-se das seqüelas de seus crimes. É que o fator principal é o ‘espiritual’, que é ‘causal’, e nele reside o livre-arbítrio para a decisão final; se escolheu praticar delitos, deve ser responsabilizado tanto diante da legislação humana, como também perante a lei divina.

### **Lei de conservação não dá o direito de matar**

**Artigo 203** – A lei de conservação dá ao homem o direito de preservar a sua própria vida, mas ele não aplica esse direito quando elimina da sociedade um membro perigoso, porque há outros meios de se preservar do perigo, sem matar. É necessário abrir e não fechar ao criminoso a porta do arrependimento.

**Parágrafo único** – Nem mesmo em tempos menos adiantados a pena de morte foi uma necessidade; o homem sempre julga uma coisa necessária quando não encontra nada melhor. Mas, à medida que se esclarece, vai compreendendo melhor o que é justo ou injusto e repudia os excessos cometidos nos tempos de ignorância, em nome da justiça.

### **Restrições à pena de morte e progresso**

**Artigo 204** – A restrição dos casos em que se aplica a pena de morte é um índice do progresso da civilização. Disso não podemos duvidar! Revoltamos o Espírito a leitura dos relatos dos morticínios humanos que antigamente se faziam em nome da justiça e, freqüentemente, em honra à Divindade; das torturas a que se submetia o condenado, e mesmo o acusado, para lhe arrancar, a peso de sofrimento, a confissão de um crime que ele muitas vezes não havia co-

metido. Se tivéssemos vivido naqueles tempos acharíamos tudo natural, e talvez, como juiz, tivéssemos feito o mesmo. É assim que o que parece justo numa época parece bárbaro em outra. Somente as leis divinas são eternas. As leis humanas modificam-se com o progresso. E se modificarão ainda, até que sejam colocadas em harmonia com as leis divinas.

**204.1 – “Moral absoluta e moral relativa”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 763 de O Livro dos Espíritos:**

Os Espíritos apresentam uma definição perfeita da concepção espírita da moral. Os princípios verdadeiros de moral são de natureza eterna, e os costumes dos povos se modificam através da evolução, em direção daqueles princípios. A sociologia materialista, tratando apenas dos costumes, criou o falso conceito de relatividade da moral, já em declínio, entretanto, no pensamento moderno. O homem intui cada vez de maneira mais clara as leis divinas da moral, na proporção em que progride. Os seus costumes se depuram e a sua moral se harmoniza com essas leis superiores.

**Pena de talião: “Quem matar pela espada, perecerá pela espada”?**

**Artigo 205** – Jesus disse: “*Quem matar pela espada, perecerá pela espada*”. Essas palavras, ao pé da letra, em princípio, representam a consagração da pena de talião e a morte imposta ao assassino seria a consagração dessa pena. Entretanto, há um equívoco quanto a interpretação dessas palavras, como acerca de muitas outras: a pena de talião é a justiça de Deus; é ele quem a aplica. Todos sofremos a cada instante essa pena, porque somos punidos naquilo em que pecamos, nesta vida ou numa outra. Aquele que fez sofrer o seu semelhante estará numa situação em que sofrerá o mesmo. É este o sentido das palavras de Jesus. Pois não nos disse também: “Perdoai aos vossos inimigos”? E não nos ensinou a pedir a Deus que perdoe as nossas ofensas da maneira que perdoarmos, ou seja, na mesma proporção em que houvermos perdoado? Compreendamos bem isso.

**205.1 – “A Pena de Talião e A Sentença Indeterminada” – Explicação de Fernando Ortiz em seu referido livro “A Filosofia Penal dos Espíritos”, págs. 197-208:**

Ao tratar anteriormente da pena de morte, copiamos um texto muito importante de “O Livro dos Espíritos”, de Allan Kardec, no. 764, o qual declara que a justiça talional é a justiça divina. Desse parágrafo, interpretado literalmente e sem o relacionar com os demais escritos do Autor, poderá deduzir-se o seguinte: que a justiça espírita é um retrocesso à primitiva justiça talional dos tempos passados. Não poderemos entendê-lo assim. Não significam aqueles textos que quem envenenara o pai nesta ou em outra encarnação, tenha que ser envenenado por seu filho. Não, apesar do que se poderia deduzir do lanço do livro ‘Obras Póstumas’, que diz:

“Quem matar à espada morrerá pela espada, disse o Cristo, e estas palavras se podem traduzir assim: Quem derramou sangue, verá derramado o seu...” A justiça talional divina é, para expressá-lo em frases já acreditadas em Criminologia, um ‘talião por equivalentes’, como diria genialmente Ferrero, ou uma ‘represália’, como diria Gunther. Não são, porém, os homens com suas leis que a podem aplicar; a justiça talional é exclusiva de Deus... ‘É Ele quem a aplica’. E a pena de talião divina consiste em que o indivíduo receba um dano igual ao que malevolamente causou; ou aquele que fez sofrer passe por pena de igual valor ético.

(...pág. 200) Se o Espírito causa verdadeiro sofrimento a outro ser é porque seu atraso moral lhe impede à consciência que conceba uma regra de conduta ou de um dever correlativo. Para que o dever surja como força psicológica, capaz de determinar a atividade do Espírito, é preciso que a dor lhe dê origem; essa dor deverá ser a precisamente necessária à reação psíquica que deve produzir o dever correspondente; é a força coercitiva que impedirá o Espírito de produzir novo mal e, conseqüentemente, evitará nova dor. Sem a dor que, como sanção, é produzida pelo não cumprimento de uma necessidade moral, e sem a rigorosa fatalidade da consciência dolorosa, a necessidade não seria satisfeita, o dever como movimento psíquico não se conceberia, nem o progresso do Espírito no absoluto. A dor é a alavanca do progresso psíquico mental ou moral, tanto no universo dos espíritas como nas teorias psicológicas, rigorosamente científicas de um materialista como Sergi (L’origine dei fenomeni psichici, Turim).

Por estas razões, são de apreciar como exatas, dentro de um sistema filosófico como o espírita, as apreciações de Allan Kardec acerca dos três requisitos que devem concorrer para que seja satisfeita a justiça suprema, e fiquem apagadas as conseqüências de uma falta moral. Allan Kardec exige, como já vimos, a ‘expição, arrependimento e reparação’. A ‘expição’ consiste nos sofrimentos – nas penas, poderíamos dizer – físicas e morais que, fatalmente, nesta ou em outra vida, seguem a falta cometida. A este elemento se chama impropriamente o talião da divina justiça espírita: quem fez sofrer terá a mesma pena. A expiação exige a correlação perfeita com o mal.

Em verdade, nestas teorias, como já temos dado a entender, o Espiritismo está com a ciência contemporânea.

### **205.1.1 – “A Sentença Indeterminada” – Pág. 212 – O Espiritismo é também partidário da sentença indeterminada, de origem americana:**

“Estabelecer um tratamento de duração determinada para cada delito, é como se um médico prescrevesse um tratamento a um enfermo e lhe impusesse o dia em que deveria sair do hospital, estivesse ou não curado”. Assim o diz a ciência contemporânea com o juiz Villert, e assim o diz o Espiritismo. O absurdo de determinar ‘a priori’ a duração da pena, como declarou um espanhol desaparecido nestes dias, Francisco Giner de los Rios, é também um absurdo para Allan Kardec.

### **205.2 – “Acerca da pena de morte” – Explicação do Espírito “irmão X” no livro “Cartas e Crônicas”, Editora FEB, RJ, 4ª. edição, 1979, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 93-95:**

Indaga você como apreciam os desencarnados a instituição da pena de morte, e acrescenta: - “não será justo subtrair o corpo ao espírito que se fêz criminoso? será lícito permitir a

comunhão de um tarado com as pessoas normais?” E daqui poderíamos argumentar: - quem de nós terá usado o corpo como devia? quem terá atingido a estatura espiritual da verdadeira humanidade para considerar-se em plenitude de equilíbrio?

A execução de uma sentença de morte, na maioria dos casos, é a libertação prematura da alma que se arrojou ao despenhadeiro da sombra. E sabemos que só a pena de viver na carne é suscetível de realizar a recuperação daqueles que se fizeram réus confessos diante dos tribunais humanos. Não vale afugentar moscas sem curar a ferida. Eliminar a carne não é modificar o espírito. Um assassinado, quando não possui energia suficiente para desculpar a ofensa e esquecer-la, habitualmente passa a gravitar em torno daquele que lhe arrancou a vida, criando os fenômenos comuns da obsessão; e as vítimas da força ou do fuzilamento, do machado ou da cadeira elétrica, se não constituem padrões de heroísmo e renúncia, de imediato, alémtúmulo vampirizam o organismo social que lhes impôs o afastamento do veículo físico, transformando-se em quistos vivos de fermentação da discórdia e da indisciplina.

O tribunal terrestre jamais decidirá, com segurança, sobre a extinção do crime, sem o concurso ativo do hospital e da escola. Sem o professor e sem o médico, o juiz de sã consciência viverá sempre atormentado pela obrigação de prender e condenar, descendo da dignidade da toga para ombrear com os que se dedicam à flagelação alheia. A função da justiça penal, dentro da civilização considerada cristã, é, acima de tudo, reeducar. Sem o entendimento fraterno na base de nossas relações uns com os outros, não nos distanciaremos do labirinto de talião, que pretende converter o mundo em eterno sorvedouro de males renascentes.

Jesus, o divino libertador, veio quebrar as algemas que nos jungiam aos princípios do castigo igual à culpa. A educação é a mola do processo de redimir a mente cristalizada nas trevas. Organizar a penitenciária renovadora, onde o serviço e o livro encontrem aplicação adequada, é a solução para o escuro problema da criminalidade, entre os homens, mesmo porque o melhor desforço da sociedade, contra o delinqüente, é deixá-lo viver, na reparação das próprias faltas. Cada espírito respira no céu ou no inferno que formou para si mesmo...

Aqui, temos o “campo dos efeitos”, e aí, no mundo, o “campo das causas”. E enquanto a alma se demora no “campo das causas”, há sempre oportunidade de consertar e reajustar, melhorando as conseqüências. Não é morrendo que encontraremos facilidade para a reconciliação. É aprendendo com as rudes lições do educandário de matéria densa que se nos apuram as qualidades morais para a ascensão do espírito. Ninguém, pois, precisará inquietar-se, provocando essa ou aquela reivindicação pela violência. A lei da harmonia universal funciona em todos os planos da vida, encarregando-se de tudo restaurar no momento oportuno.

Quanto ao ato de condenar, quem de nós se revelará em condições de exercer semelhante direito? Quantos de nós não fomos malfeitores indiscutíveis, simplesmente por não encontrar a presa, no instante preciso da tentação? quantos delitos teremos perpetrado em pensamento? Só a educação, alicerçada no amor, redimir-nos-á a multimilenária noite da ignorância. Se você demonstra interesse tão grande na regeneração dos costumes, defendendo com tamanho entusiasmo a suposta legalidade da pena de morte, vasculhe o próprio coração e a própria consciência e verifique se está isento de faltas. Se você já superou os óbices da animalidade, adquirindo a grande compreensão a preço de sacrifício, estimaria saber se terá realmente coragem para amaldiçoar os pecadores do mundo, atirando-lhe “a primeira pedra”.

**205.3 – “A Educação e a Reforma dos Homens” – Explicação de Eliseu F. Mota Junior no seu já referido livro “Pena de Morte e Crimes Hediondos À Luz do Espiritismo”, págs. 154-156:**

Os meios antes sugeridos para o combate e a prevenção da criminalidade exigem, como condição indispensável para o seu êxito, a conscientização de todas as pessoas para a seguinte advertência dos Espíritos: ‘só a educação poderá reformar os homens, que, então, não precisarão mais de leis tão rigorosas’ (Resposta à questão 796 de O Livro dos Espíritos, última parte).

E essa ‘educação’ é fundamental para os condenados pela prática reiterada de crimes hediondos, durante a execução da sentença indeterminada, e para as crianças e os adolescentes na efetiva implantação da doutrina da proteção integral, porque, sem ela, essas duas frentes de batalha irão fracassar na luta contra o crime.

Mas, afinal, o que é ‘educação’? É Allan Kardec quem responde: “Não nos referimos, porém, à educação moral pelos livros e sim à que consiste na ‘arte de formar os caracteres’, à que ‘incute hábitos’, porquanto ‘a educação é o conjunto dos hábitos adquiridos’. Considerando-se o aluvião de indivíduos que todos os dias são lançados na torrente da população, sem princípios, sem freio e entregues a seus próprios instintos, serão de espantar as conseqüências desastrosas que daí decorrem? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem terá no mundo ‘hábitos de ordem e de previdência’ para consigo mesmo e para com os seus, ‘de respeito a tudo o que é respeitável’, hábitos que lhe permitirão atravessar menos penosamente os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação bem entendida pode curar. Esse o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, o penhor da segurança de todos”(Allan Kardec. In nota à questão 685 de O Livro dos Espíritos).

É a esta educação que nos referimos nas sugestões ora formuladas. Mas será que os encarregados pela execução das penas e os adultos responsáveis pela educação das crianças e adolescentes estão educados na forma recomendada por Kardec? Com exceção daqueles que porventura já possuem hábitos de ordem e previdência para consigo mesmo e para com os seus e que respeitam a tudo o que é respeitável, estando, em suma, ‘educados’, é imperioso que todos nós nos eduquemos nos moldes oferecidos pelo nobre codificador da Doutrina Espírita, para só então estarmos aptos a educar, isto é, a incutir aqueles hábitos e formar os caracteres dos criminosos, das crianças e dos adolescentes. Quando isto acontecer, a sociedade estará expurgada dos seres malfazejos, as leis serão destinadas a secar a fonte do mal, e, reformados pela educação, os homens não precisarão de penas de morte, sentenças indeterminadas e de outras leis rigorosas e severas.

Com isso, estaremos dando um enorme passo para que a Terra alcance o seu destino cósmico, deixando de ser um planeta de expiação e provas, para converter-se logo num orbe regenerador, onde as almas que ainda tiverem o que resgatar irão haurir novas forças e repousar das fadigas da luta, prosseguindo em direção a um dos mundos superiores ditosos em que o bem sobrepuja o mal. Apressemos-lhe, pois, o advento!



## **Pena de morte imposta em nome de Deus**

**Artigo 206** – A pena de morte imposta em nome de Deus equívale a tomar o lugar de Deus na prática da justiça. Os que agem assim revelam quanto estão longe de compreender a Deus e quanto têm ainda a expiar. É um crime aplicar a pena de morte em nome de Deus, e os que o fazem são responsáveis por esses assassinatos.

### **206.1 – “Eutanásia” – Explicação do Espírito São Luís, Paris, 1860, constante do “Evangelho Segundo o Espiritismo”, cap.V, item 28:**

‘Um homem agoniza, presa de cruéis sofrimentos. Sabe-se que seu estado é sem esperanças. É permitido poupar-lhe alguns instantes de agonia, abreviando-lhe o fim?’

- Mas quem vos daria o direito de prejudicar os desígnios de Deus? Não pode Ele conduzir um homem até à beira da sepultura, para em seguida retirá-lo, com o fim de fazê-lo examinar-se a si mesmo e modificar-lhe os pensamentos? A que extremos tenha chegado um moribundo, ninguém pode dizer com certeza que soou a sua hora final. A ciência, por acaso, nunca se enganou nas suas previsões? Bem sei que há casos que se podem considerar, com razão, como desesperadores. Mas se não há nenhuma esperança possível de um retorno definitivo à vida e à saúde, não há também inúmeros exemplos de que, no momento do último suspiro, o doente se reanima e recobra suas faculdades por alguns instantes? Pois bem: essa hora de graça que lhe é concedida, pode ser para ele da maior importância, pois ignorais as reflexões que o seu Espírito poderia ter feito nas convulsões da agonia, e quantos tormentos podem ser poupados por um súbito clarão de arrependimento.

O materialista, que só vê o corpo, não levando em conta a existência da alma, não pode compreender essas coisas. Mas o espírito, que sabe o que se passa além-túmulo, conhece o valor do último pensamento. Aliviai os últimos sofrimentos o mais que puderdes, mas guardai-vos de abreviar a vida, mesmo que seja em apenas um minuto, porque esse minuto pode poupar muitas lágrimas no futuro.

### **206.2 – “Sofrimento e Eutanásia” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Religião dos Espíritos”, págs. 59/60:**

Quando te encontres diante de alguém que a morte parece nimbar de sombra, recorda que a vida prossegue, além da grande renovação... Não te creias autorizado a desferir o golpe supremo naqueles que a agonia emudece, a pretexto de consolação e de amor, porque, muitas vezes, por trás dos olhos baços e das mãos desfalecentes que parecem deitar o último adeus, apenas repontam avisos e advertências para que o erro seja sustado ou para que a senda se reajuste amanhã. Ante o catre da enfermidade mais insidiosa e mais dura, brilha o socorro da Infinita Bondade facilitando, a quem deve, a conquista da quitação. Por isso mesmo, nas próprias moléstias reconhecidamente obscuras para a diagnose terrestre, fulgem lições cujo termo é preciso esperar, a fim de que o homem lhes não perca a essência divina. E tal acontece, porque o corpo carnal, ainda mesmo o mais mutilado e disforme, em todas as circunstâncias, é o sublime instrumento em que a alma é chamada a acender a flama de evolução.

É por esse motivo que no mundo encontramos, a cada passo, trajes físicos em figurino moral diverso: Corpos – santuários... Corpos – oficinas... Corpos bênçãos... Corpos – escondidos... Corpos – flagelos... Corpos – ambulâncias... Corpos – cárceres... Corpos – expiações...

Em todos eles, contudo, palpita a concessão do Senhor, induzindo-nos ao pagamento de velhas dívidas que a Eterna Justiça ainda não apagou. Não desrespeites, assim, quem se imobiliza na cruz horizontal da doença prolongada e difícil, administrando-lhe o veneno da morte suave, porquanto, provavelmente, conhecerás também mais tarde o proveitoso decúbito indispensável à grande meditação. E usando bondade para os que atravessam semelhantes experiências, para que te não falte a bondade alheia no dia de tua experiência maior, lembra-te de que, valorizando a existência na Terra, o próprio Cristo arrancou Lázaro às trevas do sepulcro, para que o amigo dileto conseguisse dispor de mais tempo para completar o tempo necessário à própria sublimação.

## CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

### P A R T E   E S P E C I A L

#### *ESPERANÇAS E CONSOLAÇÕES*

#### CAPÍTULO I

#### PENAS E GOZOS TERRENOS

#### I - FELICIDADE E INFELICIDADE RELATIVAS –

( O Livro dos Espíritos, itens 920 a 933)

**Artigo 207** – O homem não pode gozar na Terra uma felicidade completa, pois a vida lhe foi dada como prova ou expiação, mas dele depende abrandar os seus males e ser tão feliz quanto se pode ser na Terra.

**Artigo 208** – O homem será feliz na Terra quando a Humanidade estiver transformada. Mas, enquanto isso não se verifica, pode cada um gozar de uma felicidade relativa. O homem é, na maioria das vezes, o artífice de sua própria infelicidade. Praticando a lei de Deus ele pode poupar-se a muitos males e gozar de uma felicidade tão grande quanto o comporta a sua existência num plano grosseiro.

**208.1 – “Punições pelos próprios males decorrentes das infrações às leis da existência corpórea”- Comentário de Kardec no item 921 de O Livro dos Espíritos:**

O homem bem compenetrado do seu destino futuro não vê na existência corpórea mais do que uma rápida passagem. É como uma parada momentânea numa hospedaria precária. Ele se consola facilmente de alguns aborrecimentos passageiros, numa viagem que deve conduzi-lo a uma situação tanto melhor quanto mais atenciosamente tenha feito os seus preparativos para ela.

Somos punidos ‘nesta vida’ pelas infrações que cometemos às leis da existência corpórea, pelos próprios males decorrentes dessas infrações e pelos nossos próprios excessos. Se remontarmos pouco a pouco à origem do que chamamos infelicidades terrenas, veremos a estas, na sua maioria, como a consequência de um primeiro desvio do caminho certo. Em virtude desse desvio inicial, entramos num mau caminho e, de consequência em consequência, caímos afinal na desgraça.

### **A medida comum de felicidade para todos os homens**

**Artigo 209** – A felicidade terrena é relativa à posição de cada um; o que é suficiente para a felicidade de um faz a desgraça de outro. Há, entretanto, uma medida comum de felicidade para todos os homens:

**“Para a vida material, a posse do necessário, para a vida moral, a consciência pura e a fé no futuro”.**

### **O necessário e o supérfluo**

**Artigo 210** – Aquilo que seria supérfluo para um, pode ser considerado como necessário por outro, segundo as nossas idéias materiais, os nossos preconceitos, a nossa ambição e todos os nossos caprichos, para os quais o futuro fará justiça quando tivermos a compreensão da verdade. Aquele que tivesse uma renda de cinquenta mil libras e a visse reduzida a dez mil, considerar-se-ia muito infeliz por não poder continuar fazendo boa figura, mantendo o que chama a sua classe, ter bons cavalos e lacaios, satisfazer a todas as paixões etc. Julgaria faltar-lhe o necessário. Mas, francamente, pode-se considerá-lo digno de lástima, quando a seu lado há os que morrem de fome e de frio, sem um lugar em que repousar a cabeça. O homem sensato, para ser feliz, olha para baixo e jamais para os que lhe estão acima, a não ser para elevar a sua alma ao infinito.

### **O limite do necessário e do supérfluo**

**Artigo 211** – O sensato conhece por intuição o limite do necessário, mas muitos o conhecem à custa de suas próprias experiências. A Natureza traçou o limite do necessário na própria constituição do homem, mas ele é insaciável: os vícios lhe alteraram a constituição e criaram para ele necessidades artificiais (itens 715 e 716 de O Livro dos Espíritos).

### **O homem justo e os males que o afligem**

**Artigo 212** – Existem males que não dependem da maneira de agir e que ferem o homem mais justo. O atingido deve resignar-se e sofrer sem queixas, se deseja progredir. Entretanto, encontra sempre uma consolação na sua própria consciência, que lhe dá a esperança de um futuro melhor, quando ele faz o necessário para obtê-lo.

### **O homem injusto beneficiado com os bens da fortuna**

**Artigo 213** – Deus beneficia com os bens da fortuna certos homens que não parecem merecê-los. Mas, isso é um favor aos olhos daqueles que não enxergam além do presente; a fortuna é uma prova geralmente mais perigosa que a miséria. Deus concedeu a uns a riqueza e o poder e a outros, a miséria, para provar a cada um de maneira diferente. E, aliás, essas provas são escolhidas pelos próprios Espíritos, que muitas vezes sucumbem ao realizá-las. A miséria provoca a lamentação contra a Providência, a riqueza leva a todos os excessos (itens 814 e 815 de O Livro dos Espíritos).

### **As aflições e as necessidades artificiais**

**Artigo 214** – A civilização criando novas necessidades, pode ser a fonte de novas aflições. Os males deste mundo estão na razão das necessidades artificiais que os homens criam para si mesmos. Aquele que sabe limitar os seus desejos e ver sem cobiça o que está fora das suas possibilidades, poupa-se de muitos aborrecimentos nesta vida. ‘O mais rico é aquele que tem menos necessidades’. Não se deve invejar os prazeres dos que nos parecem os felizes do mundo, porque não sabemos o que lhes está reservado. Se não gozam senão para si mesmos, são egoístas e terão de sofrer o reverso. É preciso lamentá-los, antes de invejá-los. Deus às vezes permite que o mau prospere, mas essa felicidade não é para se invejar, porque ele pagará com lágrimas amargas. Se o justo é infeliz é porque passa por uma prova que lhe será levada em conta, desde que a saiba suportar com coragem. Lembremo-nos das palavras de Jesus: “Bem-aventurados os que sofrem porque serão consolados”.

### **A desgraça dos que estão privados do necessário**

**Artigo 215** – O homem não é verdadeiramente desgraçado senão quando sente a falta daquilo que lhe é necessário para a vida e a saúde do corpo. Essa privação é talvez consequência de sua própria culpa e então ele só deve queixar-se de si mesmo. Se a falta fosse de outro, a responsabilidade caberia a quem a tivesse causado.

### **Desvio das aptidões naturais (vocação) e os males resultantes**

**Artigo 216** – Pela natureza especial das aptidões naturais, Deus indica evidentemente a nossa vocação neste mundo. Muitos males provêm do fato de não seguirmos essa vocação. E, muitas vezes, são os pais que, por orgulho ou avareza, fazem os filhos se desviarem do caminho traçado pela Natureza, comprometendo-lhes com isso a felicidade. Mas serão responsabilizados. Assim,

por exemplo, em vez de um mau advogado, poderiam ser talvez um bom mecânico etc.

**216.1 – “Desvio das aptidões e a educação moral”- Comentário de Kardec no item 928-a de O livro dos Espíritos:**

O deslocamento dos homens de sua esfera intelectual própria é seguramente uma das causas mais freqüentes de decepção. A inaptidão para a carreira abraçada é uma fonte inesgotável de reveses. Depois, o amor-próprio vem juntar-se a isso, impedindo o homem de recorrer a uma profissão mais humilde, e lhe mostra o suicídio como o supremo remédio para escapar ao que ele julga uma humilhação. ‘Se uma educação moral o tivesse preparado acima dos tolos preconceitos do orgulho, jamais ele seria apanhado desprevenido’.

**Morrer de fome**

**Artigo 217** – Há pessoas que, privadas de todos os recursos, mesmo quando reine a abundância em seu redor, não vêem outra perspectiva de solução para o seu caso a não ser a morte. Acontece que o homem jamais deve ter a idéia de se deixar morrer de fome, pois sempre encontraria meios de se alimentar, se o orgulho não se lhe interpusse entre a necessidade e o trabalho. Frequentemente dizemos que não há profissões humilhantes e que não é o ofício que desonra; mas o dizemos para os outros e não para nós.

**Numa sociedade organizada segundo a lei do Cristo,**

**ninguém deve morrer de fome**

**Artigo 218** – Entre as pessoas que não têm preconceitos ou que os põem de lado, há as que estão impossibilitadas de prover as suas necessidades em consequência de moléstias ou outras causas independentes de sua vontade: numa sociedade organizada segundo a lei do Cristo, ninguém deve morrer de fome (ver item 793 de O Livro dos Espíritos).

**Classes sociais sofredoras são mais numerosas do que as felizes**

**Artigo 219** – As classes sociais chamadas sofredoras são mais numerosas porque a Terra é um lugar de expiação. Entretanto, nenhuma das classes - sofredoras ou felizes – é perfeitamente feliz, pois aquilo que se considera a felicidade muitas vezes oculta pungentes aflições. O sofrimento está por toda parte. Quando o homem tiver transformado a Terra em morada do bem e dos bons Espíritos, não mais será infeliz neste mundo, que será para ele o *paraíso terrestre*.

### **Influência predominante dos homens maus sobre a dos bons**

**Artigo 220** – Neste mundo, geralmente, a influência dos maus predomina sobre a dos bons, pela fraqueza dos bons. Os maus são intrigantes e audaciosos; os bons são tímidos. Estes, quando quiserem, assumirão a preponderância.

### **Sufrimentos materiais e sofrimentos morais**

**Artigo 221** – O homem é, em geral, o artífice dos seus sofrimentos materiais e, mais ainda, dos seus sofrimentos morais, pois os sofrimentos materiais são às vezes independentes da vontade, enquanto o orgulho ferido, a ambição frustrada, a ansiedade da avareza, a inveja, o ciúme, todas as paixões, enfim, constituem torturas da alma.

### **Inveja e ciúme: suplícios voluntários**

**Parágrafo único** – Inveja e ciúme! Felizes os que não conhecem esses dois vermes vorazes. Com a inveja e o ciúme não há calma, não há repouso possível. Para aquele que sofre desses males, os objetos da sua cobiça, do seu ódio e do seu despeito se erguem diante dele como fantasmas que não o deixam em paz e o perseguem até no sono. O invejoso e o ciumento vivem num estado de febre contínua. Com essas paixões, o homem cria para si mesmo suplícios voluntários em que a Terra se transforma para ele num verdadeiro inferno.

### **221.1 – “Efeitos de algumas paixões”- Comentário de Kardec no item 933 de O Livro dos Espíritos:**

Muitas expressões figuram energicamente os efeitos de algumas paixões. Diz-se estar inchado de orgulho, morrer de inveja, secar de ciúmes ou de despeito, perder o apetite por ciúmes etc. Esse quadro nos dá bem a verdade. Às vezes o ciúme nem tem objeto determinado. Há pessoas que se mostram naturalmente ciumentas de todos os que se elevam, de todos os que saem da vulgaridade, mesmo quando não tenham no caso nenhum interesse direto, mas unicamente por não poderem atingir o mesmo plano. Tudo aquilo que parece acima do horizonte comum as ofusca, e, se formassem a maioria da sociedade, tudo desejariam rebaixar ao seu próprio nível. Temos nestes casos o ciúme aliado à mediocridade.

O homem só é infeliz, geralmente, pela importância que liga às coisas deste mundo. A vaidade, a ambição e a cupidez fracassadas o fazem infeliz. Se ele se elevar acima do círculo estreito da vida material, se elevar o seu pensamento ao infinito, que é o seu destino, as vicissitudes da Humanidade lhe parecerão mesquinhas e pueris, como as mágoas da criança ao se afligir pela perda de um brinquedo que representava a sua felicidade suprema.

Aquele que só encontra a felicidade na satisfação do orgulho e dos apetites grosseiros é infeliz quando não os pode satisfazer, enquanto o que não se interessa pelo supérfluo se sente feliz com aquilo que para os outros constituiria infortúnio.

Referimo-nos aos homens civilizados, porque o selvagem, tendo necessidades mais limitadas, não tem os mesmos motivos de cobiça e de angústias; sua maneira de ver as coisas é muito diferente. No estado de civilização o homem pondera a sua infelicidade, a analisa, e por isso é mais afetado por ela, mas pode também ponderar e analisar seus meios de consolação. Esta consolação ele a encontra no sentimento cristão que lhe dá a esperança de um futuro melhor, e no Espiritismo, que lhe dá a certeza do futuro.

### **221.2 – “A realidade espírita e civilizações adiantadas”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 933 de O Livro dos Espíritos:**

Consultar “A Gênese”, onde Kardec analisa os motivos do aparecimento do Espiritismo em meados do século dezenove, quando o mundo atingia um estado de adiantada civilização. O conhecimento da realidade espírita da vida só é possível, em sua plenitude, em mundos civilizados, da mesma maneira que no estado de civilização esse conhecimento é um imperativo do próprio progresso e um meio de acelerá-lo. (Ver “A Gênese, cap. I, itens 16 a 18 e particularmente o período final deste último).

## **II – PERDA DE ENTES QUERIDOS – (Itens 934 a 936)**

### **Causa de sofrimento, independente de nossa vontade**

**Artigo 222** – A perda de entes queridos causa-nos um sofrimento tanto mais legítimo, quanto é irreparável e independente de nossa vontade. Essa causa de sofrimento atinge tanto o rico como o pobre; é uma prova ou expiação, e lei para todos. Mas é uma consolação podermos nos comunicar com eles pelos meios de que dispomos, ‘enquanto esperamos o aparecimento de outros mais diretos e mais acessíveis aos nossos sentidos’.

### **Comunicações de além-túmulo - profanação?**

**Parágrafo único** – Há pessoas que consideram as comunicações de além-túmulo como uma profanação. Não pode haver profanação quando há recolhimento e quando a evocação é feita com respeito e decoro. O que o prova é que os Espíritos que nos são afeiçoados se manifestam com prazer, sentem-se felizes com a nossa lembrança e por conversarem conosco. Profanação haveria se as evocações fossem feitas com leviandade.

### **222.1 – “Comunicação com os Espíritos, doce consolação”- Comentário de Kardec no item 935 de O Livro dos Espíritos:**



A possibilidade de entrar em comunicação com os Espíritos é uma bem doce consolação, que nos proporciona o meio de entretermos com os parentes e amigos que deixaram a Terra antes de nós. Pela evocação eles se aproximam de nós, permanecem ao nosso lado, nos ouvem e nos respondem. Não existe mais, por assim dizer, separação entre nós e eles, que nos ajudam com os seus conselhos, nos dão testemunho da sua afeição e do contentamento que experimentam por nos lembrarmos deles. É para nós uma satisfação sabê-los felizes e aprender por intermédio deles os detalhes da sua nova existência, adquirindo a certeza de um dia, por nossa vez, nos juntarmos a eles.

### III – DECEPÇÕES. INGRATIDÃO. QUEBRA DE AFEIÇÕES

(Itens 937 a 938–a)

**Artigo 223** – As decepções provocadas pela ingratidão e pela fragilidade dos laços de amizade são, também, para o homem de coração, uma fonte de amarguras. Entretanto, devem ser lastimados os ingratos e os amigos infiéis que, por sua vez, serão ainda mais infelizes. A ingratidão é filha do egoísmo e o egoísta encontrará mais tarde corações insensíveis como ele próprio o foi. Quantos fizeram o maior bem e, no entanto, foram pagos com a ingratidão; o próprio Jesus foi injuriado e desprezado, tratado de patife e impostor. Que o bem realizado seja a nossa recompensa neste mundo e não nos importemos com o que dizem os beneficiados. A ingratidão é uma prova para a persistência no bem. Isso será levado em conta e os ingratos serão punidos tanto mais quanto maior houver sido a ingratidão.

O homem de coração será sempre feliz pelo bem que praticar e as decepções causadas pela ingratidão não podem endurecer o seu coração e torná-lo insensível. Ele sabe que, se não o reconhecerem nesta vida, na outra o farão, e o ingrato sentirá então remorso e vergonha.

#### **Coração menos sensível e felicidade egoísta**

**Parágrafo único** – As decepções causadas pela ingratidão ferem o coração; disso pode nascer a idéia de que o homem seria mais feliz se fosse menos sensível. Entretanto, seria a felicidade do egoísta, uma bem triste felicidade. Se ele sabe que os amigos ingratos que o abandonam não são dignos da sua amizade e que se enganou a respeito deles, não deve mais lamentar a sua perda. Mais tarde encontrará os que melhor o compreenderão. Os que sofrem a ingratidão, sem merecê-la, devem lamentar os que o tratam dessa maneira, pois terão uma triste recompensa. Mas não afligir-se por isso é o meio de se elevar sobre eles.

### **223.1 – “Necessidade de amar e ser amado”- Comentário de Kardec no item 938-a de O Livro dos Espíritos:**

A Natureza deu ao homem a necessidade de amar e ser amado. Um dos maiores gozos que lhe são concedidos na Terra é o de encontrar corações que simpatizem com o seu. Ela lhe concede, assim, as primícias da felicidade que lhe está reservada no mundo dos Espíritos perfeitos, onde tudo é amor e benevolência; essa é uma ventura recusada ao egoísta.

## **IV – UNIÕES ANTIPÁTICAS (Itens 939 a 940-a)**

### **Uniões antipáticas: punições passageiras**

**Artigo 224** – Desde que os Espíritos simpáticos são levados a se unir como se explica que entre os encarnados a afeição freqüentemente exista apenas de um lado e o amor mais sincero seja recebido com indiferença e mesmo com repulsa? Como, além disso, a mais viva afeição entre dois seres pode se transformar em antipatia e, algumas vezes, em ódio?

- Não compreendes, então, que seja uma punição, embora passageira? Além disso, quantos há que pensam amar perdidamente porque julgam apenas as aparências e, ‘quando são obrigados a viver em comunhão’, não tardam em reconhecer que se tratava somente de uma paixão material. Não é suficiente estar enamorado de uma pessoa que vos agrada e que supondes dotada de belas qualidades; ‘é vivendo realmente com ela’ que a podereis apreciar. Quantas uniões, por outro lado, que a princípio pareciam incompatíveis e com o correr do tempo, quando ambos se conheceram melhor, se transformam num amor terno e durável, porque baseado na estima recíproca! É necessário não esquecer que o Espírito é quem ama, e não o corpo, e que, dissipada a ilusão material, o Espírito vê a realidade.

### **Afeição do corpo e afeição da alma**

**Parágrafo único** - Há duas espécies de afeição: a do corpo e a da alma, e freqüentemente se toma uma pela outra. A afeição da alma, quando pura e simpática, é duradoura; a do corpo é perecível; eis porque os que se julgam amar com um amor eterno acabam se odiando, quando passa a ilusão.

### **Falta de simpatia entre os casais: fonte de sofrimentos**

**Artigo 225** – A falta de simpatia entre os seres ‘destinados a viver juntos’ não é igualmente uma fonte de sofrimentos, tanto mais amarga quanto envenena toda a existência?

- Muito amarga, de fato; mas é uma dessas infelicidades de que, na maioria das vezes, sois a primeira causa. Em primeiro lugar, as vossas leis são erradas, pois acreditais que Deus vos obriga a viver com aqueles que vos desagradam? Depois, nessas uniões, procurais quase sempre mais a satisfação do vosso orgulho e da vossa ambição do que a felicidade de uma afeição mútua. E sofreis, então, apenas a consequência dos vossos preconceitos.

### **Vítima inocente: dura expiação e fé no futuro**

**Parágrafo único** – Nesse caso haverá quase sempre uma vítima inocente; e isso é para ela uma dura expiação, mas a responsabilidade da sua infelicidade recairá sobre os que a causaram. Se a luz da verdade tiver penetrado em sua alma, ela se consolará com a fé no futuro. De resto, à medida que os preconceitos se enfraquecerem, desaparecerão também as causas dessas infelicidades íntimas.

## **V – PREOCUPAÇÃO COM A MORTE (Itens 941 e 942)**

### **O Inferno e o Paraíso**

**Artigo 226** – A preocupação com a morte é para muitas pessoas uma causa de perplexidade. É errado que tenham essa preocupação. Entretanto, procuram persuadi-las, desde cedo, de que há um inferno e um paraíso, sendo mais certo que elas vão para o inferno, pois lhes ensinam que aquilo que pertence à própria Natureza é um pecado mortal para a alma. Assim, quando se tornam grandes, se tiverem um pouco de raciocínio, não podem admitir isso e se tornam ateus ou materialistas. É dessa maneira que são levados a crer que nada existe além da vida presente. Quanto aos que persistiram na crença da infância, temem o fogo eterno que deve queimá-los sem os destruir. A morte não inspira nenhum temor ao justo, porque a fé lhe dá a certeza do futuro, a esperança lhe acena com uma vida melhor e a caridade, cuja lei praticou, lhe dá a segurança de que não encontrará, no mundo em que vai entrar, nenhum ser cujo olhar ele deva temer.

### **226.1 – “O homem carnal e o homem moral”- Comentário de Kardec no item 941 de O Livro dos Espíritos:**

O homem carnal, mais ligado à vida corpórea do que à vida espiritual, tem na Terra as suas penas e os seus prazeres materiais. Sua felicidade está na satisfação fugidia de todos os seus desejos. Sua alma, constantemente preocupada e afetada pelas vicissitudes da vida, permanece numa ansiedade e numa tortura perpétuas. A morte o amedronta, porque ele duvida do futuro e porque acredita deixar na Terra todas as suas afeições e todas as suas esperanças.

O homem moral, que se elevou acima das necessidades artificiais criadas pelas paixões, tem, desde este mundo, prazeres desconhecidos do homem material. A moderação dos seus desejos dá a seu Espírito calma e serenidade. Feliz com o bem que fez, não há para ele decepções, e as contrariedades deslizam por sua alma sem lhe deixarem marcas dolorosas.

## **VI – DESGOSTO PELA VIDA. SUICÍDIO (Itens 943 a 957)**

**Artigo 227** – O desgosto pela vida, que se apodera de alguns indivíduos, sem motivos plausíveis, é efeito da ociosidade, da falta de fé e geralmente da saciedade. Para aqueles que exercem as suas faculdades com um fim útil e segundo as suas aptidões naturais, o trabalho nada tem de árido e a vida se escoia mais rapidamente; suportam as suas vicissitudes com tanto mais paciência e resignação, quanto mais agem tendo em vista a felicidade mais sólida e mais durável que os espera.

### **O suicídio e o direito**

**Artigo 228** – O homem não tem o direito de dispor da sua própria vida. Somente Deus tem esse direito. O suicídio voluntário é uma transgressão dessa lei. Apenas o louco que se mata não sabe o que faz. Os que se suicidam por desgosto da vida são insensatos; se trabalhassem, a existência não lhes teria sido tão pesada.

### **O suicídio e as misérias e decepções do mundo**

**Parágrafo único** - Os suicidas que têm por fim escapar às misérias e às decepções deste mundo, são pobres Espíritos que não tiveram a coragem de suportá-las! Deus ajuda os que sofrem e não os que não têm forças nem coragem. As tribulações da vida são provas ou expiações. Felizes os que as suportam sem se queixar, porque serão recompensados! Infelizes, ao contrário, os que esperam uma saída nisso que, na sua impiedade, chamam de sorte ou acaso! A sorte ou o acaso, para me servir da sua linguagem, pode de fato favorecê-los por um instante, mas somente para lhes fazer sentir mais tarde, e de maneira mais cruel, o vazio de suas palavras.

### **Co-responsabilidade**

**Artigo 229** – Os que levaram o desgraçado ao suicídio sofrerão as conseqüências disso, porque responderão como por um assassinio.

### **Suicídio e estado de necessidade**

**Artigo 230** – O homem que se vê às voltas com a necessidade e se deixa morrer de desespero é também considerado como suicida; mas, os que causaram o suicídio ou que o poderiam impedir são mais culpáveis que ele, a quem a indulgência espera. Não acrediteis, porém, que seja inteiramente absolvido se lhe faltou a firmeza e a perseverança e se não fez uso de toda a sua inteligência para sair das dificuldades. Infeliz dele, sobretudo, se o seu desespero é filho do orgulho; quero dizer, se é um desses homens em quem o orgulho paralisa os recursos da inteligência e que se envergonhariam se tivessem de dever a existência ao trabalho das próprias mãos, preferindo morrer de fome a descer do que chamam a sua posição social! Não há cem vezes mais grandeza e dignidade em lutar contra a adversidade, em enfrentar a crítica de um mundo fútil e egoísta, que tem boa vontade para aqueles a quem nada falta, e que vos volta as costas quando dele necessitais? Sacrificar a vida à consideração desse mundo é uma coisa estúpida, porque ele não se importará com isso.

### **Suicídio para escapar à vergonha de uma ação má**

**Artigo 231** – O suicida que tem por fim escapar à vergonha de uma ação má é tão repreensível como o que é levado pelo desespero. O suicídio não apaga a falta. Pelo contrário, com ele, aparecem duas em lugar de uma. Quando se teve a coragem de praticar o mal, é preciso tê-la para sofrer as consequências. Deus é quem julga. E, segundo a causa, pode às vezes diminuir o seu rigor.

### **Suicídio para impedir que a vergonha envolva os filhos ou a família**

**Artigo 232** – Aquele que se suicida tendo por fim impedir que a vergonha envolva os filhos ou a família não procede bem, mas acredita que sim, e Deus levará em conta a sua intenção, porque será uma expiação que a si mesmo se impôs. Ele atenua a sua falta pela intenção, mas nem por isso deixa de cometer uma falta. De resto, se abolirdes os abusos da vossa sociedade e os vossos preconceitos, não tereis mais suicídios.

#### **232.1 – “Suicídio para fugir à vergonha”- Comentário de Kardec no item 949 de O Livro dos Espíritos:**

Aquele que tira a própria vida para fugir à vergonha de uma ação má, prova que tem mais em conta a estima dos homens que a de Deus, porque vai entrar na vida espiritual carregado de suas iniquidades, tendo-se privado dos meios de repará-las durante a vida. Deus é muitas vezes menos inexorável que os homens: perdoa o arrependimento sincero e leva em conta o nosso esforço de reparação; mas o suicídio nada repara.

### **Suicídio com a esperança de chegar mais cedo a uma vida melhor**

**Artigo 233** – Aquele que tira a própria vida com a esperança de chegar mais cedo a uma vida melhor comete outra loucura. Que ele faça o bem e estará mais seguro de alcançá-la, porque, daquela forma, retarda a sua entrada num mundo melhor e ele mesmo pedirá para vir completar essa vida que interrompeu por uma falsa idéia. Uma falta, qualquer que ela seja, não abre jamais o santuário dos eleitos.

### **Sacrifício da vida para salvar a de outros, ou ser útil aos semelhantes**

**Artigo 234** – O sacrifício da vida quando tem por fim salvar a de outros ou ser útil aos semelhantes é sublime, de acordo com a intenção, e o sacrifício da vida não é, então, um suicídio. Mas Deus se opõe a um sacrifício inútil e não pode vê-lo com prazer se estiver manchado pelo orgulho. Um sacrifício não é meritório senão pelo desinteresse, e aquele que o pratica tem às vezes uma segunda intenção, que lhe diminui o valor aos olhos de Deus.

### **234.1 – “Sacrifício feito à custa da própria felicidade”- Comentário de Kardec no item 951 de O Livro dos Espíritos:**

Todo sacrifício feito à custa da própria felicidade é um ato soberanamente meritório aos olhos de Deus, porque é a prática da lei de caridade. Ora, sendo a vida o bem terreno a que o homem dá maior valor, aquele que a ela renuncia pelo bem dos seus semelhantes não comete um atentado: é um sacrifício que ele realiza. Mas antes de o realizar deve refletir se a sua vida não poderá ser mais útil do que a sua morte.

### **Suicídio moral: abuso das paixões**

**Artigo 235** – O homem que perece como vítima do abuso das paixões que, como sabe, deve abreviar o seu fim, mas às quais não tem mais o poder de resistir, porque o hábito as transformou em verdadeiras necessidades físicas, comete um suicídio moral. Neste caso, é duplamente culpado. Há nele falta de coragem e bestialidade, e, além disso, o esquecimento de Deus.

### **O suicida moral é mais culpado que o suicida por desespero**

**Parágrafo único** – O suicida moral, descrito acima, é mais culpado do que aquele que corta a sua vida por desespero, porque teve tempo de raciocinar sobre o seu suicídio. Naquele que o comete instantaneamente há às vezes uma espécie de desvario que se aproxima da loucura; ‘o outro será muito mais pu-

nido', porque as penas são sempre proporcionais à consciência que se tenha das faltas cometidas.

### **Morte inevitável à frente: abreviar de alguns instantes o sofrimento**

**Artigo 236** – Sempre se é culpado de não esperar o termo fixado por Deus. Assim, quando uma pessoa vê à sua frente uma morte inevitável e terrível, será culpada se abreviar de alguns instantes o seu sofrimento, por uma morte voluntária. Aliás, nunca haverá certeza de que o termo fixado por Deus tenha chegado, e de que não se pode receber um socorro inesperado no derradeiro momento. É sempre uma falta de resignação e de submissão à vontade do Criador e a consequência de tal ação será uma expiação proporcional à gravidade da falta, segundo as circunstâncias.

### **Morte por imprudência**

**Artigo 237** – Uma imprudência que compromete a vida sem necessidade não é repreensível. Não há culpabilidade quando não há a intenção ou a consciência positiva de fazer o mal.

### **Mulheres que, em certos países, se queimam voluntariamente sobre os corpos de seus maridos**

**Artigo 238** – As mulheres que, em certos países, se queimam voluntariamente sobre os corpos de seus maridos, não podem ser consideradas como se tendo suicidado, pois elas obedecem a um preconceito e geralmente o fazem mais pela força do que pela própria vontade. Acreditam cumprir um dever, o que não é característica do suicídio. Sua escusa está na falta de formação moral da maioria delas e na sua ignorância. Essas usanças bárbaras e estúpidas desaparecem com a civilização.

### **O que se mata na esperança de se juntar às pessoas queridas já mortas**

**Artigo 239** – Os que, não podendo suportar a perda de pessoas queridas, se matam na esperança de se juntarem a elas, não atingem o seu objetivo. O resultado para elas é bastante diverso do que esperam, pois em vez de se unirem ao objeto de sua afeição, dele se afastam por mais tempo, porque Deus não pode recompensar um ato de covardia e o insulto que lhe é lançado com a dúvida quanto à sua providência. Eles pagarão esse instante de loucura com aflições ainda maiores do que aquelas que quiseram abreviar, e não terão para

compensar a satisfação que esperam. (Ver itens 934 e seguintes de O Livro dos Espíritos).

### **O Suicídio e as suas conseqüências (penalidades) sobre o estado do Espírito**

**Artigo 240** – As conseqüências do suicídio são as mais diversas. Não há penalidades fixadas e em todos os casos elas são sempre relativas às causas que o produziram. Mas uma conseqüência a que o suicida não pode escapar é o desapontamento. De resto, a sorte não é a mesma para todos, dependendo das circunstâncias. Alguns expiam sua falta imediatamente, outros numa nova existência, que será pior do que aquela cujo curso interromperam.

#### **240.1 – “O suicídio e suas conseqüências - considerações gerais”- Comentário de Kardec no item 957 de O Livro dos Espíritos:**

As conseqüências do suicídio não são sempre as mesmas. Há, porém, as que são comuns a todos os casos de morte violenta, e as que decorrem da interrupção brusca da vida. É, primeiro, a persistência mais prolongada e mais tenaz do laço que liga o Espírito e o corpo, porque esse laço está sempre em todo o seu vigor no momento em que foi rompido; enquanto que na morte natural se enfraquece gradualmente e em geral até mesmo se desata antes da extinção completa da vida. A conseqüência desse estado de coisas é o prolongamento da perturbação espírita, seguida da ilusão que, durante um tempo mais ou menos longo, faz o Espírito acreditar que ainda se encontra no número dos vivos. (Ver itens 155 e 165 de O Livro dos Espíritos).

A afinidade que persiste entre o Espírito e o corpo produz, em alguns suicidas, uma espécie de repercussão do estado do corpo sobre o Espírito, que assim resente, malgrado seu, os efeitos da decomposição, experimentando uma sensação cheia de angústias e de horror. Esse estado pode persistir tão longamente quanto tivesse de durar a vida que foi interrompida. Esse efeito não é geral; mas em alguns casos o suicida não se livra das conseqüências da sua falta de coragem e, cedo ou tarde, expia essa falta, de uma ou de outra maneira. É assim que certos Espíritos, que haviam sido muito infelizes na Terra, disseram haver se suicidado na existência precedente e estarem voluntariamente submetidos a novas provas, tentando suportá-las com mais resignação. Em alguns é uma espécie de apego à matéria, da qual procuram inutilmente desembaraçar-se, para se dirigirem a mundos melhores, mas cujo acesso lhes é interdito. ‘Na maioria é o remorso de haverem feito uma coisa inútil, da qual só provam decepções’.

#### **240.1.1 - A religião, a moral e todas as Filosofias condenam o suicídio, como contrário à lei natural. Continuação do comentário de Kardec:**

A religião, a moral, todas as Filosofias condenam o suicídio como contrário à lei natural. Todas nos dizem, em princípio, que não se tem o direito de abreviar voluntariamente a vida. Mas por que não se terá esse direito? Por que não se é livre de pôr um termo aos próprios sofrimentos? Estava reservado ao Espiritismo demonstrar, pelo exemplo dos que sucumbiram, que o suicídio não é apenas uma falta como infração a uma moral, consideração que pouco



importa para certos indivíduos, mas um ato estúpido, pois que nada ganha quem o pratica e até pelo contrário. Não é pela teoria que ele nos ensina isso, mas pelos próprios fatos que coloca sob os nossos olhos.

**240.2 – “O argumento espírita contra o suicídio é moral e biológico”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 957 de O Livro dos Espíritos:**

O argumento espírita contra o suicídio não é apenas moral, como se vê, mas também biológico, firmando-se no princípio da ligação entre o Espírito e o corpo. A morte, como fenómeno natural, tem as suas leis ‘que o Espiritismo revelou por meio de rigorosa investigação’. O sofrimento do suicida decorre do rompimento arbitrário dessas leis: é como arrancar à força um fruto verde da árvore. – As estatísticas mostram que a incidência do suicídio é maior nos países e nas épocas em que a ambição e o materialismo se acentuam, provocando mais abusos e excitando preconceitos. A falta de organização social justa e de educação para todos é causa de suicídios e crimes. Ver final do item 949: “...se abolirdes os abusos da vossa sociedade e os vossos preconceitos, não tereis mais suicídios”.

## CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

### P A R T E E S P E C I A L

#### CAPÍTULO II

#### PENAS E GOZOS FUTUROS

##### I – O NADA. A VIDA FUTURA – (O Livro dos Espíritos – itens 958 e 959)

**Artigo 241** – O homem repele instintivamente o nada, porque o nada não existe. O sentimento instintivo da vida futura lhe vem antes da encarnação; antes dela, o Espírito conhece todas essas coisas, e a alma guarda uma vaga lembrança do que sabe e do que viu no estado espiritual. ( Ver item 393 – Esquecimento do Passado).

##### **241.1 – “Crer em Deus, sem admitir a vida futura é um contrasenso”- Comentário de Kardec no item 959 de O Livro dos Espíritos:**

Em todos os tempos o homem se preocupou com o futuro de além-túmulo, o que é muito natural. Qualquer que seja a importância dada à vida presente, ele não pode deixar de considerar quanto é curta e sobretudo precária, pois pode ser interrompida a cada instante e jamais ele se acha seguro do dia de amanhã. Em que se tornará depois do instante fatal? A pergunta é grave, pois não se trata de alguns anos, mas da eternidade. Aquele que deve passar longos anos num país estrangeiro se preocupa com a situação em que se encontrará neste. Como não nos preocuparmos com a que teremos ao deixar este mundo, desde que o será para sempre?

A idéia do nada tem algo que repugna à razão. O homem mais despreocupado nesta vida, chegado o momento supremo, pergunta a si mesmo o que será feito dele e, involuntariamente, fica na expectativa.

Crer em Deus sem admitir a vida futura seria um contrasenso. O sentimento de uma existência melhor está no foro íntimo de todos os homens, e Deus não o pôs ali à toa.

A vida futura implica a conservação da nossa individualidade após a morte. Que nos importaria sobreviver ao corpo, se a nossa essência moral tivesse de perder-se no oceano do infinito? As conseqüências disso para nós seriam as mesmas do nada.

##### II – INTUIÇÃO DAS PENAS E DOS GOZOS FUTUROS - (Itens 960 a 962)

**Artigo 242** – A crença, que se encontra em todos os povos, nas penas e recompensas futuras, procede do pressentimento da realidade, dado ao homem

pelo seu Espírito. Não é à toa que uma voz interior lhe fala, e seu mal está em não escutá-la sempre. Se pensasse bem nisso, com a devida freqüência, se tornaria melhor.

### **A dúvida, o medo e a esperança na hora da morte**

**Artigo 243** – No momento da morte, os sentimentos que dominam a maioria dos homens são: a dúvida para os cétricos endurecidos; o medo, para os culpados; a esperança para os homens de bem.

#### **Céticos, ou fanfarrões?**

**Parágrafo único** – Há cétricos, apesar de a alma trazer para o homem o sentimento das coisas espirituais. Entretanto, são em menor número do que supomos. Muitos se fazem de espírito forte, durante esta vida, por orgulho, mas no momento da morte não se conservam tão fanfarrões.

**243. 1 – “Sentimento inato de justiça e a intuição das penas e das recompensas futuras”- Comentário de Kardec no item 962 de O Livro dos Espíritos:**

A conseqüência da vida futura decorre da responsabilidade dos nossos atos. A razão e a justiça nos dizem que, na distribuição da felicidade a que todos os homens aspiram, os bons e os maus não poderiam ser confundidos. Deus não pode querer que uns gozem dos bens sem trabalho e outros só os alcancem com esforço e perseverança.

A idéia que Deus nos dá de sua justiça e de sua bondade, pela sabedoria de suas leis, não nos permite crer que o justo e o mau estejam aos seus olhos no mesmo plano, nem duvidar de que não recebam, algum dia, um a recompensa e outro o castigo, pelo bem e pelo mal que tiverem feito. É por isso que o sentimento inato da justiça nos dá a intuição das penas e das recompensas futuras.

### **III – INTERVENÇÃO DE DEUS NAS PENAS E RECOMPENSAS – (Itens 963 e 964)**

#### **Todas as nossas ações são submetidas às Leis de Deus (Leis Naturais)**

**Artigo 244** – Deus se ocupa de todos os seres que criou, por menores que sejam; nada é demasiado pequeno para a sua bondade. Ele tem as suas leis, que regulam todas as nossas ações. Se as violarmos, a culpa é nossa. Quando um homem comete um excesso, Deus não exprime um julgamento contra ele, dizendo-lhe, por exemplo: tu és um glutão e eu te vou punir. Mas Ele traçou

um limite: as doenças e, por vezes a morte, são conseqüências dos excessos. Eis a punição: ela resulta da infração da lei. Assim se passa em tudo.

#### **244.1 – “Deus é O PAI”- Comentário de Kardec no item 964 de O Livro dos Espíritos:**

Todas as nossas ações são submetidas às leis de Deus; não há nenhuma delas, sendo má, por mais insignificante que nos pareça, que não possa ser uma violação dessas leis. Se sofrermos as conseqüências dessa violação, não nos devemos queixar senão de nós mesmos, que nos fazemos assim os artífices de nossa felicidade ou de nossa infelicidade futura.

Essa verdade se torna sensível pelo seguinte apólogo:

“Um pai dá ao filho a educação e a instrução, ou seja, os meios para saber conduzir-se. Cede-lhe um campo para cultivar e lhe diz: Eis a regra a seguir e todos os instrumentos necessários para tornar fértil o campo e assegurar a tua existência. Dei-te a instrução para compreenderes essa regra. Se a seguires, o campo produzirá bastante e te proporcionará o repouso na velhice; se não a seguires, nada produzirá e morrerás de fome. Dito isso, deixa-o agir à vontade”.

Não é verdade que o campo produzirá na razão dos cuidados que se dispensar à cultura e que toda negligência redundará em prejuízo da colheita? O filho será, portanto, na velhice, feliz ou infeliz, segundo tenha seguido ou negligenciado a regra traçada pelo pai. Deus é ainda mais providente, porque nos adverte a cada instante, se fazemos o bem ou o mal. Envia-nos Espíritos que nos inspiram, mas não os escutamos. Há ainda outra diferença e é que Deus dá ao homem um recurso, por meio das novas existências, para reparar os seus erros do passado, ao passo que o filho de que falamos não o terá, se empregar mal o seu tempo.

#### **IV – NATUREZA DAS PENAS E DOS GOZOS FUTUROS - (Itens 965 a 982)**

##### **As penas e os gozos da alma após a morte têm alguma coisa de material?**

**Artigo 245** – As penas e os gozos da alma após a morte não podem ser materiais, desde que a alma não é de matéria. O próprio bom senso o diz. Essas penas e esses gozos nada têm de carnal e, por isso mesmo, são mil vezes mais vivos do que os da Terra. O Espírito, uma vez desprendido, é mais impressionável: a matéria não mais lhe enfraquece as sensações. (Ver itens 237 a 257 de O Livro dos Espíritos, muito importantes).

**Por que o homem faz idéias tão grosseiras e absurdas das penas e dos gozos da vida futura?**

**Artigo 246** – O homem faz idéias tão grosseiras e absurdas das penas e dos gozos da vida futura em razão de sua inteligência não estar ainda suficientemente desenvolvida. A criança compreende da mesma maneira que o adulto? Aliás, isso depende também do que se tenha ensinado; é nesse ponto que há necessidade de uma reforma. Vossa linguagem é muito imperfeita para exprimir o que existe além do vosso alcance. Por isso foi necessário fazer comparações, sendo essas imagens e figuras tomadas como a própria realidade. Mas à medida que o homem se esclarece, seu pensamento compreende as coisas que a sua linguagem não pode traduzir.

**Em que consiste a felicidade dos bons Espíritos?**

**Artigo 247** – A felicidade dos bons Espíritos consiste em conhecer todas as coisas; não ter ódio, nem ciúme, nem inveja, nem ambição, nem qualquer das paixões que fazem a infelicidade dos homens. O amor que os une é para eles a fonte de uma suprema felicidade. Não experimentam nem as necessidades, nem os sofrimentos, nem as angústias da vida material. São felizes com o bem que fazem. De resto, a felicidade dos Espíritos é sempre proporcional à sua elevação. Somente os Espíritos puros gozam, na verdade, da felicidade suprema, mas nem por isso os demais são infelizes. Entre os maus e os perfeitos há uma infinidade de graus, nos quais os gozos são relativos ao estado moral. Os que são bastante adiantados compreendem a felicidade dos que avançaram mais que eles e a ela aspiram, mas isso é para eles motivo de emulação e não de inveja. Sabem que deles depende alcançá-la e trabalham com esse fito, mas com a calma da consciência pura. Sentem-se felizes de não ter de sofrer o que sofrem os maus.

**O que se deve entender quando se diz que os Espíritos puros estão reunidos no seio de Deus e ocupados em lhe cantar louvores?**

**Artigo 248** – Quando se diz que os Espíritos puros estão reunidos no seio de Deus e ocupados em lhe cantar louvores, trata-se de uma alegoria para dar idéia da compreensão que eles têm das perfeições de Deus, pois o vêem e compreendem; mas, como tantas outras, não se deve tomá-la ao pé da letra. Tudo na Natureza, desde o grão de areia, canta, ou seja, proclama o poder, a sabedoria e a bondade de Deus. Mas não penseis que os Espíritos bem-aventurados estejam em contemplação na eternidade. Isso seria uma felicidade estúpida e monótona e, mais ainda, a felicidade do egoísta, pois a sua existência seria uma inutilidade sem fim. Eles não sofrem mais as tribulações da exis-

tência corpórea: isso já é um gozo; depois, como já dissemos, conhecem e sabem todas as coisas e empregam proveitosamente a inteligência adquirida, para auxiliar o progresso dos outros Espíritos; essa é a sua ocupação e ao mesmo tempo um gozo.

### **Em que consistem os sofrimentos dos Espíritos inferiores?**

**Artigo 249** – Os sofrimentos dos Espíritos inferiores são tão variados quanto as causas que os produzem, e proporcionais ao grau de inferioridade, como os gozos são proporcionais ao grau de superioridade. Podemos resumí-los assim: cobiçar tudo o que lhes falta para serem felizes, mas não poder obtê-lo; ver a felicidade e não poder atingi-la; mágoa, ciúme, raiva, desespero, decorrentes de tudo o que os impede de serem felizes; remorsos e uma ansiedade moral indefinível. Desejam todos os gozos e não podem satisfazê-los. É isso o que os tortura.

### **A influência que os Espíritos exercem uns sobre os outros é sempre boa?**

**Artigo 250** – A influência que os Espíritos exercem uns sobre os outros é sempre boa de parte dos bons Espíritos. Mas os Espíritos perversos procuram desviar do caminho do bem e do arrependimento os que consideram suscetíveis de serem arrastados, e que muitas vezes eles levaram para o mal durante a vida terrena.

### **A morte não nos livra da tentação?**

**Artigo 251** – A morte não nos livra da tentação; mas a ação dos maus Espíritos é muito menor sobre outros Espíritos do que sobre os homens, pois aqueles não estão sujeitos às paixões materiais.

### **Como procedem os maus Espíritos para tentar os outros Espíritos, se não dispõem do auxílio das paixões?**

**Artigo 252** – Se as paixões não existem materialmente para os Espíritos, existem, entretanto, no pensamento dos Espíritos atrasados. Os maus Espíritos entretêm esses pensamentos, arrastando suas vítimas aos lugares onde deparam com essas paixões e com tudo o que as possa excitar.

**252.1** – “Mas para que servem essas paixões, se lhes falta o objeto real, pois são Espíritos que já deixaram os corpos físicos?”

Assim é precisamente para o seu suplício: o avarento vê o ouro que não pode possuir; o devasso, as orgias de que não pode participar; o orgulhoso, as honras que inveja e de que não pode gozar.

### **Quais os maiores sofrimentos a que os maus Espíritos se verão sujeitos?**

**Artigo 253** – Não há descrição possível das ‘torturas morais’ que constituem a punição de certos crimes. Os próprios Espíritos que as sofrem teriam dificuldades em vos dar uma idéia. Mas seguramente a mais horrível é o pensamento de serem condenados para sempre.

#### **253.1 – “As comunicações espíritas e o futuro real da alma após a morte”- Comentário de Kardec no item 973 de O Livro dos Espíritos:**

O homem tem das penas e dos gozos da alma após a morte uma idéia mais ou menos elevada, segundo o estado de sua inteligência. Quanto mais ele se desenvolve, mais essa idéia se depura e se desprende da matéria; compreende as coisas de maneira mais racional e deixa de tomar ao pé da letra as imagens de uma linguagem figurada. A razão mais esclarecida nos ensina que a alma é um ser inteiramente espiritual e por isso mesmo não pode ser afetada pelas impressões que agem apenas sobre a matéria. Mas disso não se segue que esteja livre de sofrimentos, nem que não seja punida pelas suas faltas. (Ver item 237).

As comunicações espíritas têm por fim mostrar-nos o estado futuro da alma, não mais como uma teoria mas como uma realidade. Colocam sob os nossos olhos as vicissitudes da vida de além-túmulo, mas ao mesmo tempo no-las apresentam como conseqüências perfeitamente lógicas da vida terrena. E embora destituídas do aparato fantástico criado pela imaginação dos homens, nem por isso são menos penosas para os que fizeram mau uso de suas faculdades. A diversidade dessas conseqüências é infinita, mas pode-se dizer de maneira geral: cada um é punido naquilo em que pecou. Assim é que uns o são pela incessante visão do mal que fizeram; outros pelos remorsos, o medo, a vergonha, a dúvida, o isolamento, as trevas, a separação dos seres que lhes são caros etc.

### **A doutrina do fogo eterno**

**Artigo 254** – A doutrina do fogo eterno é uma imagem, como tantas outras, tomada pela realidade. O temor que ela inspira não tem bom resultado, pois não refreia aqueles que a ensinam. Se ensinais coisas que a razão rejeitará mais tarde, produzireis uma impressão que não será durável nem salutar.

#### **254.1 – “O fogo eterno”- Comentário de Kardec no item 974-a de O Livro dos Espíritos:**

O homem, incapaz de traduzir na sua linguagem a natureza dos sofrimentos dos maus Espíritos, após a morte, não encontrou para ela comparação mais enérgica que a do fogo, pois este é o tipo do suplício mais cruel e o símbolo da ação mais enérgica. É por isso que a crença

no fogo eterno remonta à mais alta antigüidade e os povos modernos a herdaram dos antigos. É ainda por isso que, na sua linguagem figurada, ele diz: o fogo das paixões, queimar de amor, de ciúmes etc.

### **Os Espíritos inferiores compreendem a felicidade do justo?**

**Artigo 255** – Os Espíritos inferiores compreendem a felicidade do justo e é isso que os tortura, pois compreendem que estão privados dela por sua própria culpa. É por isso que o Espírito liberto da matéria aspira a uma nova existência corpórea, pois poderá abreviar, se for bem empregada, a duração desse suplício. É então que ele escolhe as provas que poderão expiar suas culpas. Porque, ficai sabendo, o Espírito sofre por todo o mal que fez ou do qual foi causador voluntário, por todo o bem que, tendo podido fazer, não o fez, e por todo o mal que resultar do bem que deixou de fazer. O Espírito errante não está mais envolvido pelo véu da matéria: é como se tivesse saído de um nevoeiro, e vê o que o distancia da felicidade; então sofre ainda mais, porque compreende quanto é culpado. Para ele não existe mais a ilusão: vê a realidade das coisas. O Espírito na erraticidade abrange na sua visão: de um lado, todas as suas existências passadas, e do outro, o futuro prometido, compreendendo o que lhe falta para atingi-lo. Como um viajante que chegou ao cume de uma montanha vê a rota percorrida e o que falta para chegar ao destino.

### **Ver os Espíritos que sofrem não é para os bons uma causa de aflição e, nesse caso, em que se transforma a sua felicidade assim perturbada?**

**Artigo 256** – Ver os Espíritos que sofrem não é para os bons uma causa de aflição, pois eles sabem que o mal terá um fim. E ajudam os outros no seu aperfeiçoamento, estendendo-lhes a mão; essa é a sua ocupação e um gozo quando obtêm êxito. O mesmo ocorre em relação à visão das dores e dos sofrimentos dos que lhes foram caros na Terra; pois sabem que os vossos sofrimentos são úteis para o vosso adiantamento, desde que os suporteis com resignação. Eles se afligem mais com a falta de coragem que vos atrasa do que com os sofrimentos que sabem ser passageiros.

### **Os Espíritos culpados na presença das vítimas**

**Artigo 257** – Os Espíritos não podendo ocultar-se reciprocamente os pensamentos, e todos os atos da vida sendo conhecidos, segue-se que o culpado está sempre na presença da vítima, e, não pode ser de outra maneira, como diz o bom senso. E, essa revelação de todos os atos repreensíveis e a presença constante das vítimas serão um castigo para o culpado, maior do que se pensa,



até que ele tenha expiado suas culpas, seja como Espírito, seja como homem em novas existências corpóreas.

**257.1 – “Quando estivermos no mundo dos Espíritos...”- Comentário de Kardec no item 977-a de O Livro dos Espíritos:**

Quando estivermos no mundo dos Espíritos, todo o nosso passado estando descoberto, o bem e o mal que tivermos feito serão igualmente conhecidos. Em vão aquele que fez o mal tentará escapar à visão de suas vítimas; sua presença inevitável será para ele um castigo e um remorso incessante, até que tenha expiado os seus erros. O homem de bem, pelo contrário, só encontrará por toda parte olhares amigos e benevolentes.

Para o mau, não há maior tormento na Terra do que a presença de suas vítimas. É por isso que ele sempre as evita. Que será dele quando, no mundo dos Espíritos, e tiver-se dissipada a ilusão das paixões, compreender o mal que praticou, vendo os seus atos mais secretos revelados, sua hipocrisia desmascarada, e sem poder afastá-los da sua vista? Enquanto a alma do homem perverso é presa da vergonha, do pesar e do remorso, a do justo goza de perfeita serenidade.

**A alma depurada e a recordação de suas faltas**

**Artigo 258** – A recordação das faltas que a alma tenha cometido, quando ainda imperfeita, não perturba a sua felicidade, mesmo depois que ela se depurou, porque ela resgatou as suas faltas e saiu vitoriosa das provas a que se submeteu com esse fim.

**As provas futuras para a purificação completa**

**Artigo 259** – As provas que ainda terá de sofrer para terminar a sua purificação, não são uma preocupação penosa, que possa perturbar a sua felicidade. Entretanto, para a alma que ainda permanece maculada, sim. É por isso que ela não pode gozar de uma felicidade perfeita, senão quando estiver inteiramente pura. Mas para aquela que já se elevou, o pensamento das provas por que ainda tem de passar nada tem de penoso. A alma que chegou a um certo grau de pureza goza a felicidade; um sentimento de doce satisfação a envolve: sente-se feliz com tudo o que vê e que a rodeia; o véu se eleva, para ela, descobrindo os mistérios e as maravilhas da Criação, e as perfeições divinas se mostram em todo o seu esplendor.

**A felicidade dos Espíritos da mesma ordem**

**Artigo 260** – A união dos Espíritos que se simpatizam pelo bem é para eles um dos maiores gozos, porque não temem ver essa união perturbada pelo egoísmo. Eles formam, no mundo inteiramente espiritual, as famílias do mes-

mo sentimento. É nisso que consiste a felicidade espiritual, como na Terra os homens se agrupam em categorias e gozam de um certo prazer quando se reúnem. A afeição pura e sincera que provam e de que são objeto é um motivo de felicidade, pois lá não há falsos amigos nem hipócritas.

**260.1 – “Primícias da felicidade espiritual, na Terra”- Comentário de Kardec no item 980 de O Livro dos Espíritos:**

O homem goza as primícias dessa felicidade do mundo espiritual, sobre a Terra, quando encontra almas com as quais pode confundir-se numa união pura e santa. Numa vida mais depurada esse prazer será inefável e sem limites, porque ele só encontra almas simpáticas, que o egoísmo não tornou indiferentes. Pois tudo é amor na Natureza; o egoísmo é que o aniquila.

**Estado futuro do Espírito que temia a morte e daquele que a via com indiferença e até mesmo com alegria**

**Artigo 261** – Há diferença, para o estado futuro do Espírito, entre aquele que temia a morte e aquele que a via com indiferença e até mesmo com alegria. Essa diferença pode ser grande; entretanto, ela em geral se apaga ante as causas que produzem esse medo ou esse desejo. Quem a teme ou quem a deseja pode ser impulsionado por sentimentos muito diversos, e são esses sentimentos que vão influir no estado futuro do Espírito. É evidente, por exemplo, que aquele que deseja a morte unicamente por ver nesta o fim das tribulações, de certa maneira se queixa das provas que deve sofrer.

**Crença no Espiritismo e a sorte na vida futura**

**Artigo 262** – Não é necessário fazer profissão de fé no Espiritismo, e crer nas manifestações, para assegurar nossa sorte na vida futura. Se a crença no Espiritismo fosse indispensável para assegurar nossa sorte na vida futura, todos os que não crêem ou que não puderam esclarecer-se seriam deserdados, o que é absurdo. ‘É o bem que assegura a sorte no futuro; ora, o bem é sempre o bem, qualquer que seja a via que a ele conduz’. (Ver itens 165 e 799 de O Livro dos Espíritos).

**262.1 – “O Espiritismo e sua contribuição para a felicidade”- Comentário de Kardec no item 982 de O Livro dos Espíritos:**

A crença no Espiritismo ajuda o homem a se melhorar ao lhe fixar as idéias sobre determinados pontos do futuro; ‘ela apressa o adiantamento dos indivíduos e das massas’, porque permite considerarmos o que seremos um dia; é, pois, um ponto de apoio, uma luz que nos guia. O Espiritismo ensina a suportar as provas com paciência e resignação, desvia o homem da

prática dos atos que podem retardar-lhe a felicidade futura, e é assim que contribui para a sua felicidade. ‘Mas nunca se disse que sem ele não se possa atingi-la’.

## **V – PENAS TEMPORAIS – (Itens 983 a 989)**

### **Sofrimentos materiais e Sofrimentos morais**

**Artigo 263** – É bem verdade que, reencarnada, a alma encontra nas tribulações da vida o seu sofrimento; mas apenas o corpo sofre materialmente. Dizeis em geral que o morto não sofre mais, mas isso nem sempre é verdade. Como Espírito, não sofre mais as dores físicas, mas segundo as faltas que tenha cometido pode ter dores morais mais cruciantes, e numa nova existência pode ser ainda mais infeliz. O mau rico passará a esmolar, e estará submetido a todas as privações da miséria; o orgulhoso, a todas as humilhações; aquele que abusa de sua autoridade e trata os seus subordinados com desprezo e dureza será forçado a obedecer a um senhor mais duro do que ele tenha sido. Todas as penas e tribulações da vida são expiações de faltas de outra existência, quando não se trata de conseqüências das faltas da existência atual. Ao sairdes daqui compreenderéis bem. (Ver itens 273, 393 e 399 de O Livro dos Espíritos). O homem que se crê feliz na Terra porque pode satisfazer suas paixões é o que faz menos esforços para se melhorar. Em geral ele começa a expiar essa felicidade efêmera na própria vida que leva, mas certamente a expiará numa outra existência tão material como essa.

### **Vicissitudes da vida e punição das faltas atuais**

**Artigo 264** – As vicissitudes da vida não são sempre a punição das faltas atuais: são provas impostas por Deus, ou escolhidas por nós mesmos quando no estado de Espírito antes da nossa reencarnação, para expiar as faltas cometidas numa outra existência. Porque jamais a infração das leis de Deus, e sobretudo da lei da justiça, fica impune; se a punição não é feita nesta vida, o será necessariamente em outra. É por isso que aquele que é justo aos nossos olhos, vê-se freqüentemente atingido pelo passado. (Ver item 393 de O Livro dos Espíritos).

### **Reencarnação em mundos menos grosseiros**

**Artigo 265** – A reencarnação da alma num mundo menos grosseiro é a conseqüência de sua purificação. Porque à medida que os Espíritos se purificam vão se encarnando em mundos mais e mais perfeitos, até que se tenham despojado de toda matéria e lavado de todas as manchas, para gozarem eternamente da felicidade dos Espíritos puros, no seio de Deus.

### **265.1 – “Mundos de existência menos material”- Comentário de Kardec no item 985 de O Livro dos Espíritos:**

Nos mundos em que a existência é menos material do que neste, as necessidades são menos grosseiras e todos os sofrimentos físicos são menos vivos. Os homens não mais conhecem as más paixões que, nos mundos inferiores, os fazem inimigos uns dos outros. Não tendo nenhum motivo de ódio ou de ciúme, vivem em paz porque praticam a lei de justiça, amor e caridade. Não conhecem os aborrecimentos e os cuidados que nascem da inveja, do orgulho e do egoísmo e que constituem o tormento de nossa existência terrena. (Ver itens 172 e 182 de O Livro dos Espíritos).

#### **O Espírito que progrediu na sua existência terrena pode, às vezes, reencarnar no mesmo mundo?**

**Artigo 266** – O Espírito que progrediu na sua existência terrena pode reencarnar-se no mesmo mundo se não pôde cumprir a sua missão e ele mesmo pedir para completá-la numa nova existência. Mas isso não seria mais, para ele, uma expiação. (Ver item 173 de O Livro dos Espíritos).

#### **O que acontece com o homem que, sem praticar o mal, nada fez para se libertar da influência da matéria?**

**Artigo 267** – O homem que, sem praticar o mal, nada fez para se libertar da influência da matéria não tendo dado nenhum passo na direção da perfeição, deve recomeçar uma existência semelhante à que deixou. Fica estacionário e é assim que pode prolongar os sofrimentos de sua expiação.

#### **Serenidade aparente**

**Artigo 268** - Há pessoas para as quais a vida flui numa serenidade perfeita; que, não tendo necessidade de fazer qualquer coisa para si mesmas, estão livres de cuidados e nada teriam a expiar de uma existência anterior. Essa serenidade, entretanto, em geral é mais aparente do que real. Podem ter escolhido essa existência, mas, quando a deixam, percebem que ela não as ajudou a progredir; então, como os preguiçosos, lamentam o tempo perdido. O Espírito não pode adquirir conhecimentos e se elevar senão por meio da atividade; se ele adormece na despreocupação, não adianta. É semelhante àquele que, de acordo com os nossos costumes, tem necessidade de trabalhar e vai passear ou dormir para nada fazer. Cada qual terá de prestar contas da inatividade voluntária durante a sua existência, essa inutilidade é sempre fatal à felicidade futura. A soma da felicidade futura está na razão da soma do bem que se tenha feito; a da desgraça, na razão do mal e dos infelizes que se tenham feito.

### **Influência negativa do caráter e conseqüências**

**Artigo 269** – As pessoas que, sem serem positivamente más, tornam infelizes, em virtude de seu caráter, todos os que as rodeiam, seguramente não são boas pessoas; e expiarão suas faltas pela visão daqueles a quem tornaram infelizes, cuja presença constituirá para elas uma exprobração. Depois, numa outra existência, sofrerão aquilo que fizeram sofrer.

## **VI – EXPIAÇÃO E ARREPENDIMENTO (Itens 990 a 1002)**

### **O arrependimento no estado espiritual e corpóreo e conseqüências**

**Artigo 270** – O arrependimento se verifica no estado espiritual, mas pode, também, verificar-se no estado corpóreo, quando bem compreendemos a distinção entre o bem e o mal. A conseqüência do arrependimento no estado espiritual é o desejo de uma nova encarnação para se purificar; o Espírito compreende as imperfeições que o impedem de ser feliz e aspira a uma nova existência, onde possa expiar as suas faltas. (Ver itens 332 e 975 de O Livro dos Espíritos). A conseqüência do arrependimento no estado corpóreo é adiantar-se ainda na vida presente, se houver tempo para a reparação das faltas. Quando a consciência reprovava e mostra uma imperfeição, sempre se pode melhorar.

### **Todos são acessíveis ao arrependimento**

**Artigo 271** – Não há homens que só possuem o instinto do mal, sendo inacessíveis ao arrependimento. Todos devem progredir sem cessar. Aquele que nesta vida só possui o instinto do mal, numa outra terá o do bem, e é para isso que ele renasce muitas vezes, pois é necessário que todos avancem e atinjam o alvo, uns com mais rapidez e outros de maneira mais demorada, segundo os seus desejos. Aquele que só tem o instinto do bem já está purificado, porque pode ter tido o do mal numa existência anterior. (Ver item 894 de O Livro dos Espíritos).

### **Reconhecimento das faltas, após a morte**

**Artigo 272** - O homem perverso, que durante a vida não reconheceu suas faltas, sempre as reconhecerá depois da morte e então sofre mais porque sente todo o mal que praticou ou do qual foi a causa voluntária. Entretanto, o arrependimento nem sempre é imediato. Há Espíritos que se obstinam no mau caminho apesar dos sofrimentos, mas cedo ou tarde reconhecerão haver tomado uma senda falsa e o arrependimento se manifestará. É para os esclarecer que os bons Espíritos trabalham e que vós mesmos podeis trabalhar.

### **Indiferença à própria sorte**

**Artigo 273** – Há Espíritos que, sem serem maus, são indiferentes à própria sorte, que não se ocupam de nada útil; estão na expectativa. Mas sofrem de acordo com a situação e, como em tudo deve haver progresso, este se manifesta pela dor. Embora tenham o desejo de abreviar seus sofrimentos, não dispõem de bastante energia para querer o que poderia aliviá-los. Quantas pessoas entre vós preferem morrer na miséria a trabalhar?

### **Espíritos de arrependimento tardio**

**Artigo 274** – Os Espíritos vêem o mal que resulta de suas imperfeições. Entretanto, alguns agravam a sua posição e prolongam o seu estado de inferioridade, praticando o mal como Espíritos e desviando os homens do bom caminho. São os de arrependimento tardio que agem assim. O Espírito que se arrepende pode se deixar novamente arrastar ao caminho do mal por outros Espíritos ainda mais atrasados. (Ver item 791 de O Livro dos Espíritos).

### **A prece, o arrependimento e o orgulho**

**Artigo 275** – A prece só tem efeito em favor do Espírito que se arrepende. Aquele que, impulsionado pelo orgulho, se revolta contra Deus e persiste nos seus erros, exagerando-os ainda, como o fazem infelizes Espíritos, nada pode receber da prece e nada receberá até o dia em que uma luz de arrependimento o esclareça. Entretanto, vêem-se Espíritos de notória inferioridade que são acessíveis aos bons sentimentos e às preces feitas em seu favor, enquanto outros, que nos pareceriam mais esclarecidos, revelam um endurecimento e um cinismo a toda prova. (Ver item 664 de O Livro dos Espíritos).

### **275.1 – “A morte não transforma o Espírito subitamente”- Comentário de Kardec no item 997 de O Livro dos Espíritos:**

Não se deve esquecer que após a morte do corpo o Espírito não é subitamente transformado. Se sua vida foi repreensível é que ele era imperfeito. Ora, a morte não o torna imediatamente perfeito. Ele pode persistir nos seus erros, nas suas opiniões, em seus preconceitos até que seja esclarecido pelo estudo, pela reflexão e pelo sofrimento.

### **Expição no estado corpóreo e no estado de Espírito**

**Artigo 276** – A expiação se cumpre na existência corpórea, pelas provas a que o Espírito é submetido, e na vida espiritual pelos sofrimentos morais decorrentes do seu estado de inferioridade.

### **O arrependimento sincero e sua eficácia parcial**

**Artigo 277** – O arrependimento sincero durante a vida não é suficiente para extinguir as faltas e fazer que se mereça a graça de Deus: o arrependimento auxilia a melhora do Espírito, mas o passado deve ser expiado. Se, de acordo com isso, um criminoso dissesse que, tendo de expiar o seu passado, não precisa se arrepender, terá sua expiação mais longa e mais penosa.

### **Podemos, desde esta vida, resgatar as nossas faltas?**

**Artigo 278** – Podemos nós, já nesta vida, resgatar as nossas faltas, reparando-as. Mas não julguemos resgatá-las por algumas privações pueris ou por meio de doações após a morte, quando de nada mais necessitamos. Deus não considera um arrependimento estéril, sempre fácil e que só custa o trabalho de bater no peito. A perda de um dedo, quando se presta um serviço, apaga maior número de faltas do que o cilício suportado durante anos, sem outro objetivo que o bem de si mesmo. (Ver item 726 de O Livro dos Espíritos). O mal não é reparado senão pelo bem, e a reparação não tem mérito algum, se não atingir o homem no seu orgulho ou nos seus interesses materiais. De que serve restituir após a morte, como justificação, os bens mal adquiridos, que foram desfrutados em vida e já não lhe servem para nada? De que lhe serve a privação de alguns gozos fúteis e de algumas superfluidades, se o mal que fez a outrem continua o mesmo? De que lhe serve, enfim, humilhar-se diante de Deus, se conserva o seu orgulho diante dos homens? (Ver itens 720 e 721 de O Livro dos Espíritos).

### **O mérito das doações de após morte**

**Artigo 279** – Há algum mérito em se assegurar, após a morte, um emprego útil para os bens que deixamos. Isso vale mais do que nada; mas o mal é que aquele que só dá ao morrer, geralmente é mais egoísta do que generoso: quer ter as honras do bem sem lhe haver provado as penas. Aquele que se priva em vida tem duplo proveito: o mérito do sacrifício e o prazer de ver felizes os que beneficiou. Mas há sempre o egoísmo a dizer ao homem: o que dás, tiras dos teus próprios gozos. E como o egoísmo fala mais alto que o desinteresse e a caridade, ele guarda em vez de dar, sob o pretexto das suas necessidades e das exigências da sua posição. Ah! Lastimai aquele que desconhece o prazer de dar, porque foi realmente deserdado de um dos mais puros e suaves gozos do homem. Deus, submetendo-o à prova da fortuna, tão escorregadia e perigosa para o seu futuro, quis dar-lhe em compensação a ventura da generosidade, de que ele pode gozar neste mundo. (Ver item 814 de O Livro dos Espíritos).

### **Arrependimento tardio**

**Artigo 280** – Àquele que, em artigo de morte, reconhece as suas faltas mas não tem tempo de repará-las, não é suficiente arrepender-se. O arrependimento apressa a sua reabilitação, mas não o absolve. Não tem ele o futuro pela frente, que jamais se lhe fecha?

### **VII – DURAÇÃO DAS PENAS FUTURAS – (Itens 1003 a 1009)**

#### **Lei Divina e duração dos sofrimentos na vida futura**

**Artigo 281** – A duração dos sofrimentos do culpado na vida futura não é arbitrária e, sim, subordinada às leis estabelecidas por Deus, que nunca age de maneira caprichosa. Tudo no Universo é regido por leis que revelam a sua sabedoria e a sua bondade.

#### **Tempo necessário ao melhoramento**

**Artigo 282** – O que determina a duração dos sofrimentos do culpado é o tempo necessário ao seu melhoramento. O estado de sofrimento e de felicidade sendo proporcional ao grau de pureza do Espírito, a duração e a natureza dos seus sofrimentos dependem do tempo que ele precisa para se melhorar. À medida que ele progride e que os seus sentimentos se depuram, seus sofrimentos diminuem e se modificam. Para o Espírito sofredor, o tempo parece mais longo do que quando estava encarnado; o sono não existe para ele. Só para os Espíritos que atingiram um certo grau de purificação o tempo se apaga, por assim dizer, em face do infinito. (Ver item 240 de O Livro dos Espíritos).

#### **Duração eterna dos sofrimentos do Espírito?**

**Artigo 283** – A duração dos sofrimentos do Espírito poderia ser eterna se ele fosse eternamente mau, ou seja, se jamais tivesse de se arrepender nem de se melhorar. Então, sofreria eternamente. Mas Deus não criou seres eternamente votados ao mal. Criou-os apenas simples e ignorantes, todos devem progredir num tempo mais ou menos longo, de acordo com a própria vontade. Esta pode ser mais ou menos retardada, assim como há crianças mais ou menos precoces, mas cedo ou tarde ela se manifesta por uma irresistível necessidade que o Espírito sente de sair da sua inferioridade e ser feliz. ‘A lei que rege a duração das penas é, portanto, eminentemente sábia e benevolente, pois subordina essa duração aos esforços do Espírito, jamais lhe tirando o livre-arbítrio: se dele fez mau uso, sofrerá as conseqüências disso’. Há Espíritos cujo arrependimento é tardio, mas pretender que jamais se melhorem seria negar a lei do pro-



gresso dizer que a criança não pode tornar-se adulta. Há penas que podem ser impostas ao Espírito por tempo determinado; mas Deus, que não deseja senão o bem de suas criaturas, aceita sempre o arrependimento, e o desejo de se melhorar nunca é estéril.

283.1 – “Doutrina da eternidade das penas e das penas relativas”- Comentário de Kardec no item 1009 de O Livro dos Espíritos”:

Deseja-se incitar o homem ao bem e desviá-lo do mal pelo engodo das recompensas e o temor dos castigos, mas se esses castigos são apresentados de maneira que a razão repele não terão nenhuma influência. Longe disso, ele rejeitará tudo: a forma e o fundo. Que se lhe apresente, pelo contrário, o futuro de uma forma lógica e ele não o recusará. O Espiritismo lhe dá essa explicação.

A doutrina da eternidade das penas, no seu sentido absoluto, faz do Ser Supremo um Deus implacável. Seria lógico dizer-se que um soberano é muito bom, muito benevolente, muito indulgente, que não deseja senão a felicidade dos que o rodeiam, mas que ao mesmo tempo é invejoso, vingativo, de um rigor inflexível e que pune com o suplício máximo três quartas partes de seus súditos, por uma ofensa ou uma infração às suas leis, ainda mesmo aqueles que faliram por não as conhecer? Não seria isso uma contradição? Pois bem: Deus pode ser menos do que o seria um homem?

Outra contradição se apresenta neste caso. Desde que Deus tudo sabe, sabia então, ao criar uma alma, que ela teria de falir. Ela estava desde a formação destinada à infelicidade eterna? Isto é possível, é racional? Com a ‘doutrina das penas relativas’ tudo se justifica. Deus sabia, sem dúvida, que ela teria de falir, mas lhe dá os meios de se esclarecer por sua própria experiência e pelas suas próprias faltas. É necessário que ela expie os seus erros para melhor se firmar no bem, mas a porta da esperança jamais lhe será fechada, e Deus fez depender o momento da sua libertação dos esforços que ela fizer para o atingir. Eis o que todos podem compreender, o que a lógica mais meticulosa pode admitir. Se as penas futuras tivessem sido apresentadas dessa maneira, haveria muito menos cétricos.

A palavra ‘eterno’ é quase sempre empregada na linguagem comum em sentido figurado, para designar uma coisa de longa duração e da qual não se prevê o termo, embora se saiba muito bem que esse termo existe. Dizemos, por exemplo, os gelos eternos das altas montanhas, dos pólos, embora saibamos, de um lado, que o mundo físico pode ter um fim, e de outra parte, que o estado dessas regiões pode modificar-se pelo deslocamento normal do eixo da Terra ou por um cataclismo. A palavra ‘eterno’, neste caso, não quer dizer duração infinita. Quando sofremos uma longa doença, dizemos que o nosso mal é eterno. Que há, pois, para admirar, se os Espíritos que sofrem desde muitos anos, desde séculos, e até mesmo de milhares de anos, também digam assim? Não nos esqueçamos, sobretudo, de que a sua inferioridade não lhes permite ver o termo da rota e eles crêem sofrer para sempre, o que é uma punição.

De resto, a doutrina do fogo material, das fornalhas e das torturas emprestadas ao Tártaro do paganismo está hoje completamente abandonada pela alta Teologia. Apenas nas escolas esses apavorantes quadros alegóricos são ainda apresentados como verdades positivas, por alguns homens mais zelosos do que esclarecidos. E isso muito erroneamente, pois as imaginações jovens, uma vez passado o terror, poderão aumentar o número dos incrédulos. A Teologia

reconhece hoje que a palavra ‘fogo’ é empregada em sentido figurado, devendo ser entendida como fogo moral. (Ver item 974 de O Livro dos Espíritos). Os que, como nós, acompanharam as peripécias da vida e dos sofrimentos do além túmulo, por intermédio das comunicações espíritas, puderam convencer-se de que, por não terem nada de material, elas não são menos pungentes. A respeito mesmo da sua duração, alguns teólogos começam a admiti-las no sentido restritivo que indicamos acima e pensam que, de fato, a palavra ‘eterno’ pode referir-se às penas em si mesmas, como conseqüências de uma lei imutável e não na sua aplicação a cada indivíduo. No dia em que a religião admitir essa interpretação, bem como outras que são igualmente a conseqüência do progresso das luzes, reconduzirá ao seu seio muitas ovelhas desgarradas.

283.2 – “Princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras”- Explicação de Allan Kardec, no livro O Céu e o Inferno, Editora Lake, S.Paulo, 8ª edição, 1997, revisada por João Teixeira de Paula, introdução de José Herculano Pires, pgs. 69 e 70:

A Doutrina Espírita, no que respeita às penas futuras, não se baseia numa teoria preconcebida; não é sistema substituindo outro sistema: em tudo ela se apoia nas observações e são estas que lhe dão autoridade. Ninguém jamais imaginou que as almas, depois da morte, se encontrariam em tais ou quais condições; são elas, essas mesmas almas, partidas da Terra, que nos vêm hoje iniciar nos mistérios da vida futura, descrever-nos sua situação feliz ou desgraçada, as impressões, a transformação pela morte do corpo, completando, em uma palavra, os ensinamentos de Cristo acerca desta questão.

Preciso é afirmar que se não trata neste caso das revelações de um só Espírito, o qual poderia ver as coisas do seu ponto de vista, sob um só aspecto, ainda dominado por terrenos preconceitos. Tampouco se trata de uma revelação feita exclusivamente a um indivíduo que pudesse deixar-se levar pelas aparências, ou de uma ‘visão extática’ suscetível de ilusões, o que muitas vezes não passa de reflexo de exaltada imaginação. (Ver cap. VI, no. 7 e O Livro dos Espíritos, nos. 443 e 444).

Trata-se, sim, de inúmeros exemplos fornecidos por Espíritos de todas as categorias, desde os mais elevados aos mais inferiores da escala, por intermédio de outros tantos auxiliares (médiuns) disseminados pelo mundo, ‘de maneira que a revelação deixa de ser privilégio de alguém, pois todos podem prová-la, observando-a, sem obrigar-se à crença pela crença de outrem’.

283.2.1 – “Código Penal da Vida Futura”- Explicação de Allan Kardec, em continuação ao item 283.2 acima:

O Espiritismo não vem pois, com sua autoridade privada, formular um código de fantasia; a sua lei, no que diz respeito à alma, deduzida das observações do fato, pode resumir-se nos seguintes pontos:

#### **Perfeições e Imperfeições: Conseqüências**

1° - A alma ou Espírito sofre na vida espiritual, as conseqüências das imperfeições que não conseguiu corrigir na vida corporal. O seu estado, feliz ou desgraçado, é inerente ao seu grau de pureza ou impureza.

2° - A completa felicidade prende-se à perfeição, isto é, à purificação completa do Espírito. Toda imperfeição é, por isso causa de sofrimento e de privação de gozo, do mesmo modo que toda perfeição adquirida é fonte de gozo e atenuante de sofrimentos.

3° - 'Não há uma única imperfeição da alma que não importe funestas e inevitáveis conseqüências, como não há uma só qualidade boa que não seja fonte de gozo'.

A soma das penas é assim proporcional à soma das imperfeições, como a dos gozos à das qualidades.

A alma que tem dez imperfeições, por exemplo, sofre mais do que a que tem três ou quatro; quando dessas dez imperfeições não lhe restar mais que a metade ou um quarto, menos sofrerá e gozará de inteira felicidade quando não tiver nenhuma. Também na Terra, quem tem muitas moléstias, sofre mais do que quem tenha apenas uma ou nenhuma, pela mesma razão, a alma que possui dez perfeições tem mais gozos do que outra menos rica de boas qualidades.

#### **Lei do Progresso e Livre-arbítrio**

4° - Em virtude da lei do progresso que dá à alma a possibilidade de adquirir o bem que lhe falta, como de despojar-se do que tem de mau, conforme o esforço e vontade próprios, temos que o futuro é franco às criaturas. Deus não repudia nenhum de seus filhos, antes os recebe em Seu seio à medida que atingem a perfeição, deixando a cada um o mérito das próprias obras.

5° - Dependendo o sofrimento da imperfeição, como o gozo da perfeição, a alma traz consigo o próprio castigo ou prêmio, onde quer que se encontre, sem necessidade de lugar circunscrito.

'O inferno está em toda parte em que haja almas sofredoras e o céu igualmente onde houver almas felizes'.

#### **A prática do Bem e do Mal: gozos e sofrimentos**

6° - 'O bem e o mal que fazemos decorrem das qualidades que possuímos. Não fazer o bem quando podemos é, portanto, o resultado de uma imperfeição. Se toda imperfeição é fonte de sofrimento, o Espírito deve sofrer não somente pelo mal que fez como pelo bem que deixou de fazer na vida terrestre'.

7° - O Espírito sofre pelo mal que fez, de maneira que, sendo a sua atenção constantemente dirigida para as conseqüências desse mal, melhor compreende os seus inconvenientes e trata de corrigir-se.

8° - Sendo infinita a justiça de Deus, o bem e o mal são rigorosamente considerados, não havendo uma só ação, um só pensamento mau que não tenham conseqüências fatais, como

não há uma única ação meritória, um bom movimento da alma que se perca, mesmo para os mais perversos, por isso que constituem essas ações um começo de progresso.

### **Toda falta cometida é dívida que deve ser paga**

9° - Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se o não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes, porque todas as existências são solidárias entre si. Aquele que se quita numa existência não terá necessidade de pagar segunda vez.

10° - O Espírito sofre, quer no mundo corporal, quer no espiritual, a conseqüência das próprias imperfeições. As misérias, as vicissitudes padecidas na vida corpórea, são oriundas das nossas imperfeições, são expiações de faltas cometidas na presente ou em precedentes existências.

Pela natureza dos sofrimentos e vicissitudes da vida corpórea, pode julgar-se a natureza das faltas cometidas em anterior existência e das imperfeições que as originaram.

11° - A expiação varia segundo a natureza e gravidade da falta, podendo, portanto, a mesma falta determinar expiações diversas, conforme as circunstâncias, atenuantes ou agravantes, em que for cometida.

### **Natureza e Duração do Castigo**

12° - 'Não há regra absoluta nem uniforme quanto à natureza e duração do castigo: a única lei geral é que, segundo o seu valor, toda falta terá punição bem como recompensa todo ato meritório'.

13° - A duração do castigo depende da melhoria do Espírito culpado. 'Nenhuma condenação por tempo determinado lhe é prescrita'. O que Deus exige por termo de sofrimentos é um melhoramento sério, efetivo, sincero, de volta ao bem. 'Desta maneira, o Espírito é sempre o árbitro do próprio destino, podendo prolongar os sofrimentos pela pertinácia no mal ou suavizá-los e anulá-los pela prática do bem'.

Uma condenação por tempo determinado teria o duplo inconveniente de continuar o martírio do Espírito regenerado, ou de libertá-lo do sofrimento quando ainda permanecesse no mal. Ora, Deus que é justo só pune o mal enquanto existe e deixa de o punir quando não existe mais; por outras palavras, o mal moral, sendo por si mesmo causa de sofrimento, fará este durar enquanto existir aquele ou diminuirá de intensidade à medida que ele decresça.

14° - Dependendo da melhoria do Espírito a duração do castigo, o culpado que nunca melhorasse sofreria sempre e para ele a pena seria eterna.

15° - Uma condição inerente à inferioridade dos Espíritos é não lobrigarem o término da provação, acreditando-a eterna, como eterno lhes parece deva ser o castigo.

**Observação: 'Perpétuo' é sinônimo de 'eterno'. Diz-se o limite das neves perpétuas; o eterno gelo dos pólos; também se diz o secretário perpétuo da Academia, o que não significa que o seja na perpetuidade, mas unicamente por tempo ilimitado. 'Eterno e**

**perpétuo’ se empregam no sentido de ‘indeterminado’. Nesta acepção pode dizer-se que as penas são eternas, para exprimir que não têm duração limitada; ‘eternas’ são portanto para o Espírito que lhes não vê o fim.**

### **Regeneração: Arrependimento, Expição e Reparação**

16° - O ‘arrependimento’, conquanto seja o primeiro passo para a regeneração, não basta por si só: são precisas a ‘expição’ e a ‘reparação’.

‘Arrependimento, expiação e reparação’ constituem, portanto, as condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas conseqüências. O ‘arrependimento’ suaviza os travos (amarguras) da ‘expição’, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; ‘só a reparação’, contudo, pode anular o efeito destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação.

17° - O Arrependimento pode dar-se por toda parte e em qualquer tempo; se for tarde porém, o culpado sofre por mais tempo.

Até que os últimos vestígios da falta desapareçam, a expiação consiste no sofrimento físico ou moral que lhe são conseqüentes, ou seja na vida atual, ou seja na vida espiritual após a morte, ou ainda em nova existência corporal.

A ‘reparação’ consiste em fazer o bem àqueles a quem se havia feito mal. Quem não repara os seus erros numa existência por fraqueza ou má vontade, achar-se-á numa existência ulterior em contato com as mesmas pessoas que de si tiverem queixas e em condições voluntariamente escolhidas, de modo a demonstrar-lhes reconhecimento e fazer-lhes tanto bem quanto mal lhes havia feito. Nem todas as faltas acarretam prejuízo direto e efetivo; em tais casos a reparação se opera, fazendo-se o que se deveria fazer e foi descuidado; cumprindo os deveres desprezados, as missões não preenchidas; praticando o bem em compensação ao mal praticado, isto é, tornando-se humilde se tem sido orgulhoso, amável se foi rude, caridoso se foi egoísta, benigno se perverso, laborioso se ocioso, útil se foi inútil, frugal se intemperante, exemplar se não o foi. Assim progride o Espírito, aproveitando-se do próprio passado.

### **Reparação: princípio de rigorosa justiça**

**Observação – ‘Reparação é princípio de rigorosa justiça’. A necessidade da reparação é um princípio de rigorosa justiça, que se pode considerar verdadeira lei da reabilitação moral dos Espíritos. É uma doutrina que religião alguma ainda proclamou.**

Algumas pessoas repelem-na porque acham mais cômodo o poder quitarem-se das más ações por um simples arrependimento, só dependente de palavras com auxílio de algumas fórmulas; contudo, libertas, por assim se julgarem, verão mais tarde se isso lhes bastava. Nós poderíamos perguntar: esse princípio não é consagrado pela lei humana e a justiça divina pode ser inferior à dos homens? E também mais, se essas leis se dariam por desafrontadas desde que o indivíduo que as transgredisse, por abuso de confiança, se limitasse a dizer que as respeita infinitamente?

Por que hão essas pessoas de vacilar perante uma obrigação que qualquer homem honesto se impõe, como dever, de acordo com as próprias forças?

‘Quando a perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um outro freio aos seus desmandos, e bem mais poderoso que o inferno e respectivas penas eternas, uma vez que interessa à vida em sua plena atualidade, podendo o homem compreender a procedência das circunstâncias que a tornam penosa ou a sua verdadeira situação’.

### **Mundos Felizes e Mundos Inferiores**

18° - Os Espíritos imperfeitos são excluídos dos mundos felizes, cuja harmonia perturbariam. Ficam nos mundos inferiores a expiarem as suas faltas pelas tribulações da vida e purificando-se das imperfeições até que mereçam a encarnação em mundos mais elevados, mais adiantados moral e fisicamente. Se se pode conceber um lugar circunscrito de castigo, é sem dúvida nesses mundos de expiação, em torno dos quais pululam Espíritos imperfeitos, desencarnados à espera de novas existências que lhes permitam reparar o mal, auxiliando-os no progresso.

### **Deus nunca abandona suas criaturas, por mais perversas que sejam**

19° - Tendo o Espírito sempre o livre-arbítrio, o progresso por vezes se lhe torna lento, e muito tenaz a sua obstinação no mal. Nesse estado pode persistir anos e séculos, vindo por fim um momento em que a sua contumácia se modifica pelo sofrimento, e, a despeito de sua jactância, reconhece o poder superior que o domina.

Então, desde que se manifestam os primeiros vislumbres de arrependimento, Deus lhe faz entrever a esperança. Nem há Espírito, incapaz de nunca progredir, votado fatalmente à eterna inferioridade, o que seria a negação da ‘lei de progresso’, que providencialmente rege as criaturas.

20° - Quaisquer que sejam a inferioridade e a perversidade dos Espíritos, Deus nunca os abandona. Todos têm seu anjo de guarda (guia) que por eles vela, na persuasão de suscitar-lhes bons pensamentos, desejos de progredir e, bem assim, de espreitar-lhes os movimentos da alma, com o que os Espíritos se esforçam por reparar em uma nova existência o mal que praticaram. Contudo, essa interferência do guia faz-se quase sempre ocultamente e de modo que não haja pressão, pois que o Espírito deve progredir por impulso da própria vontade, nunca por qualquer sujeição.

O bem e o mal são praticados em função do livre-arbítrio e conseqüentemente sem que o Espírito seja fatalmente impelido para um ou outro.

Persistindo no mal, sofrerá as conseqüências por tanto tempo quanto durar a persistência, do mesmo modo que, dando um passo para o bem, sente-lhe imediatamente os efeitos.

**Observação – Seria um erro supor que em virtude das leis de progresso, a certeza de atingir cedo ou tarde a perfeição e a felicidade pode estimular a perseverança do mal sob a condição do ulterior arrependimento: primeiro porque o Espírito inferior não se apercebe do termo da sua situação; e segundo porque, sendo ele o autor da própria infelicidade, acaba por compreender que de si depende o fazê-la cessar: que por tanto tempo quanto perseverar no mal será infeliz; finalmente, que o sofrimento será intermínimo se ele próprio não lhe der fim. Seria pois um cálculo negativo, cujas conseqüências o Espírito seria o primeiro a reconhecer. Se, pelo contrário, de conformidade com o dogma das pe-**

**nas irremissíveis, lhe fosse interdita qualquer esperança, ele não teria nenhum interesse na prática do bem, uma vez que ela lhe não proporcionaria proveito.**

Diante dessa lei cai por terra a objeção acerca da presciência divina, pois Deus criando uma alma sabe, com efeito, se ela, em virtude do livre-arbítrio, fará dele bom ou mau uso, como sabe que será punida pelo mal que praticar, mas sabe também que esse castigo temporário é o meio de fazê-la compreender o erro, entrando no bom caminho, cedo ou tarde. Pela doutrina das penas eternas se conclui que Deus sabe que essa alma pecará e portanto está previamente condenada a torturas infinitas.

#### **Responsabilidade Pessoal e Solidária das faltas**

21° - A responsabilidade das faltas é inteiramente pessoal, ninguém sofre por alheios erros, salvo se a eles deu origem, quer provocando-o pelo exemplo, quer não os impedindo quando poderia fazê-lo.

Assim o suicida é sempre punido: mas aquele que por maldade leva um indivíduo ao desespero e daí ao suicídio, sofrerá pena maior ainda.

#### **Diversidade da natureza das punições**

22° - Conquanto infinita a diversidade de punições, algumas há inerentes à inferioridade dos Espíritos, e cujas conseqüências, salvo pormenores, são pouco mais ou menos idênticas.

A punição mais imediata, sobretudo, entre os que se acham ligados à vida material em detrimento do progresso espiritual, consiste na lentidão do desprendimento da alma, nas angústias que acompanham a morte e o despertar na outra vida, na conseqüente perturbação que pode prolongar-se por meses e anos.

Naqueles que ao contrário têm pura a consciência e na vida material já se acham identificados com a vida espiritual, desprendidos das coisas materiais, o trespasse é rápido, sem abalos, quase nula a turbação e o despertar tranqüilo.

23° - Um fenômeno mui freqüente entre os Espíritos de certa inferioridade moral é o acreditarem-se ainda vivos, podendo a ilusão prolongar-se por muitos anos, durante os quais eles experimentarão as necessidades, os tormentos e perplexidades da vida.

24° - Para o criminoso, a presença incessante das vítimas e das circunstâncias do crime é um suplício cruel.

25° - Espíritos há mergulhados em densa treva: outros se encontram em absoluto isolamento no Espaço, atormentados pela ignorância da própria posição, como do destino que os aguarda. Os mais culpados padecem torturas mais pungentes por não lhes entreverem um termo.

Alguns são privados de ver os seres queridos, e todos, geralmente, passam com intensidade relativa pelos males, pelas dores e privações que a outrem ocasionaram. A situação perdura até que o desejo de reparação pelo arrependimento lhes traga a calma para entrever a possibilidade de porem, por eles mesmos, um fim à situação.

26° - Para o orgulhoso relegado às classes inferiores é suplício ver acima dele colocados, cheios de glória e bem-estar, os que na Terra desprezara. O hipócrita vê desvendados, penetrados e lidos por todo o mundo os seus mais secretos pensamentos, sem que os possa ocultar ou dissimular; o sensual na impotência de os saciar, tem desejos e tentações; vê o avaro o esbanjamento inevitável do seu tesouro, enquanto o egoísta, desamparado de todos, sofre as conseqüências da sua atitude terrena; outro terá fome e ninguém lha saciará; outro mais terá sede e ninguém o dessedentará; o Espírito não terá mão compassiva alguma que lhe aperte as mãos; nenhuma voz amiga que o console; ‘na vida terrena só pensou em si e por isso ninguém pensará nele nem lhe lamentará a morte’.

### **Reparação da falta no presente, evita ou atenua sofrimentos futuros**

27° - O único meio de evitar ou atenuar as conseqüências futuras de uma falta está no repará-la, desfazendo-a no presente. Quanto mais nos demormos na reparação de uma falta, tanto mais penosas e rigorosas serão no futuro as suas conseqüências.

28° - A situação do Espírito, no mundo espiritual, não é outra senão aquela por si mesmo preparada na vida corpórea.

Mais tarde outra encarnação lhe é facultada para novas provas de expiação e reparação, com maior ou menor proveito, dependentes do seu livre-arbítrio; e se ele não se corrige, terá sempre u’ a missão a recomençar, sempre e sempre mais acerba, de maneira que pode dizer-se que ‘aquele que muito sofre na Terra, muito tinha a expiar’; e os que gozam uma felicidade aparente, em que pesem os seus vícios e inutilidade, pagá-la-ão mui caro em ulterior existência. Nesse sentido foi que Jesus disse: - Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados (Ver “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, cap. V).

29° - A misericórdia de Deus é infinita, sem dúvida, mas não é cega. O culpado que ela atinge não fica exonerado, e, enquanto não houver satisfeito à justiça, sofre a conseqüência de seus erros. Por infinita misericórdia, devemos ter que Deus não é inexorável, deixando sempre viável o caminho da redenção.

### **Penas Temporárias são castigos e remédios**

30° - Subordinadas ao arrependimento e à reparação dependentes da vontade humana, as penas por temporárias, constituem ao mesmo tempo castigos e ‘remédios’ auxiliares à cura do mal. Os Espíritos em prova não são pois quais galés por algum tempo condenados, mas como doentes de hospital que sofrem de moléstias resultantes da própria incúria e ficam às voltas com meios curativos dolorosos de que precisam, esperando alta tanto mais pronta quanto mais estritamente observadas as prescrições do solícito médico assistente. Se os doentes, pelo próprio descuido de si mesmos, prolongam a enfermidade, o médico nada tem que ver com isso.

### **É na vida corpórea que o Espírito repara o mal de anteriores existências**

31° - Às penas que o Espírito experimenta na vida espiritual se juntam as da vida corpórea, que são conseqüentes às imperfeições do homem, às suas paixões, ao mau uso das suas faculdades e à expiação de presentes e passadas faltas. É na vida corpórea que o Espírito repara o mal de anteriores existências, pondo em prática resoluções tomadas na vida espiritual. Assim se explicam as misérias e vicissitudes mundanas que, à primeira vista, parecem não ter razão de



ser. Justas são elas portanto e servem para a nossa caminhada rumo à perfeição. (Ver Cap. V , O Purgatório, no livro O Céu e o Inferno, de Allan Kardec).

### **Por que Deus não criou os seres já perfeitos?**

32° - Deus, dizem, não daria prova maior de amor às suas criaturas, criando-as infalíveis e, por conseguinte, isentas dos vícios inerentes à imperfeição? Para isso fora preciso que Ele criasse seres perfeitos, nada mais tendo a adquirir, quer em conhecimentos, quer em moralidade. Deus poderia certamente fazê-lo e se o não fez é porque em sua sabedoria quis que o progresso constituísse lei geral. Os homens são imperfeitos, e sendo-o, estão sujeitos a vicissitudes mais ou menos penosas. Já, pois, que o fato existe, devemos aceitá-lo. Inferir dele que Deus não é bom nem justo fora insensata revolta contra a lei.

Injustiça haveria, sim, na criação de seres privilegiados, mais ou menos favorecidos, fruindo gozos que outros porventura não atingem senão pelo trabalho, ou que jamais pudessem atingir. Ao contrário, a justiça divina patenteia-se na igualdade absoluta que preside à criação dos Espíritos, todos têm o mesmo ponto de partida e nenhum se distingue em sua formação por melhor aquinhado; nenhum cuja marcha progressiva se facilita por exceção: os que chegam ao fim, têm passado, como quaisquer outros, pelas fases de inferioridade e respectivas provas.

Isto posto, nada mais justo que a liberdade de ação a cada um concedida. O caminho da felicidade a todos se abre, como a todos as mesmas condições para atingi-la. A lei, gravada em todas as consciências, a todos é ensinada. 'Deus fez da felicidade o prêmio do trabalho e não do favoritismo' para que cada um tivesse seu mérito.

O bem como o mal são voluntários e facultativos: livre, o homem não é fatalmente impelido para um nem para outro.

### **Código Penal da Vida Futura: Resumo em três princípios**

33° - Não obstante a diversidade de gêneros e graus de sofrimentos dos Espíritos imperfeitos, o código penal da vida futura pode resumir-se nestes três princípios.

1° - O sofrimento é inerente à imperfeição.

2° - Toda imperfeição, assim como toda falta dela decorrente, traz consigo o próprio castigo nas conseqüências naturais e inevitáveis; assim, a moléstia pune os excessos, e da ociosidade nasce o tédio, sem que haja necessidade de uma condenação especial para cada falta ou cada indivíduo.

3° - Podendo todo homem libertar-se das imperfeições por efeito da vontade, pode igualmente anular os males consecutivos e assegurar a futura felicidade.

A cada um segundo as suas obras, no Céu como na Terra: essa é a lei da Justiça Divina.

## VIII – RESSURREIÇÃO DA CARNE – (Item 1.010)

### **O dogma da ressurreição da carne é a consagração da reencarnação ensinada pelos Espíritos?**

**Artigo 284** – O dogma da ressurreição da carne é a consagração da reencarnação ensinada pelos Espíritos. Dá-se com essa expressão o que se dá com tantas outras, que só parecem desarrazoadas aos olhos de certas pessoas que a tomam ao pé da letra e por isso são levadas à incredulidade. Dai-lhe, porém, uma interpretação lógica e esses a que chamais livre-pensadores a admitirão sem dificuldades, precisamente porque raciocinam. Não vos enganeis, esses livres-pensadores nada mais procuram do que crer; eles têm, como os outros, mais talvez do que os outros, ansiedade pelo futuro, mas não podem admitir o que é absurdo para a Ciência. A doutrina da pluralidade das existências se conforma à justiça de Deus; somente ela pode explicar o que sem ela é inexplicável. Como quereríeis que esse princípio não estivesse na religião?

### **Então a Igreja, pelo dogma da ressurreição da carne, ensina a doutrina da reencarnação?**

**Parágrafo único** – A igreja, pelo dogma da ressurreição da carne, ensina a doutrina da reencarnação. Essa doutrina é a consequência de muitas coisas que passaram despercebidas e que não se tardará a compreender nesse sentido; dentro em pouco se reconhecerá que o Espiritismo ressalta a cada passo do próprio texto das Escrituras Sagradas. Os Espíritos não vêm, portanto, subverter a religião, como pretendem alguns, mas vêm, pelo contrário, confirmá-la, sancioná-la por meios de provas irrecusáveis. E como é chegado o tempo de substituir a linguagem figurada, falam sem alegorias, dando às coisas um sentido claro e preciso que não possa ser objeto de nenhuma falsa interpretação. Eis porque dentro de algum tempo tereis mais pessoas sinceramente religiosas e crentes do que as tendes hoje.

284.1 – “A Ciência: Ressurreição da Carne e Reencarnação” - Comentário de Kardec no item 1.010-*a* de O Livro dos Espíritos:

A Ciência demonstra a impossibilidade da ressurreição segundo a idéia vulgar. Se os despojos do corpo humano permanecessem homogêneos, embora dispersados e reduzidos a pó, ainda se conceberia a sua reunião em determinado tempo; mas as coisas não se passam assim. O corpo é formado por elementos diversos: oxigênio, hidrogênio, azoto, carbono etc. Pela decomposição, esses elementos se dispersam, mas para servir à formação de novos corpos, e isso de tal maneira que a mesma molécula, por exemplo, de carbono, entrará na composição de muitos milhares de corpos diferentes (não falamos senão dos corpos humanos, sem contar os dos animais). Dessa maneira, um indivíduo pode ter em seu corpo moléculas que pertenceram

aos homens dos primeiros tempos. E essas mesmas moléculas orgânicas que absorveis nos vossos alimentos provêm talvez do corpo de um indivíduo que conhecestes, e assim por diante. Sendo a matéria de quantidade definida e suas transformações em número indefinido, como poderia cada um desses corpos reconstituir-se com os seus mesmos elementos? Há nisso uma impossibilidade material. Não se pode, portanto, racionalmente admitir a ressurreição da carne, senão como uma figura simbolizando o fenômeno da reencarnação. E, então, nada há que choque a razão, nada que esteja em contradição com os dados da Ciência.

É verdade que, segundo o dogma, essa ressurreição não deve ocorrer senão no fim dos tempos, enquanto, segundo a doutrina espírita ocorre todos os dias. Mas não há também nesse quadro do julgamento final uma grande e bela figura que oculta, sob o véu da alegoria, uma dessas verdades imutáveis que os cétricos não rejeitarão, quando forem reconduzidas à verdadeira significação? Que se medite bem a teoria espírita sobre o futuro das almas e sobre a sua sorte, em consequência das diferentes provas que devem sofrer, e se verá que, com exceção da simultaneidade, o julgamento em que são condenadas ou absolvidas não é uma ficção, como pensam os incrédulos. Consideremos ainda que ela é o corolário natural da pluralidade dos mundos, hoje perfeitamente admitida, enquanto, segundo a doutrina do julgamento final, a Terra é considerada como o único mundo habitado.

## IX – PARAÍSO, INFERNOS, PURGATÓRIO.

### PARAÍSO PERDIDO – (Itens 1.011 a 1.019)

‘Lugar circunscrito?’: Um lugar circunscrito no Universo está destinado às penas e aos gozos dos Espíritos, segundo os seus méritos?

**Artigo 285** – As penas e os gozos são inerentes ao grau de perfeição do Espírito. Cada um traz em si mesmo o princípio de sua própria felicidade ou infelicidade. E como eles estão por toda parte, nenhum lugar circunscrito ou fechado se destina a uns e a outros. Quanto aos espíritos encarnados, são mais ou menos felizes ou infelizes segundo o grau de evolução do mundo que habitam.

### **Existência e localização do Inferno e Paraíso: imaginação dos homens**

**Artigo 286** – De acordo com o constante do artigo precedente, o Inferno e o Paraíso não existiriam como os homens os representam. Não são mais do que figuras: os Espíritos felizes e infelizes estão por toda parte. Entretanto, como já o dissemos também, os Espíritos da mesma ordem se reúnem por simpatia. Mas podem reunir-se onde quiserem, quando perfeitos.

A localização absoluta dos lugares de penas e de recompensas só existe na imaginação dos homens. Provém da sua tendência de materializar e circunscrever as coisas cuja natureza infinita não podem compreender.

### **O que se deve entender por “Purgatório”?**

**Artigo 287** – O “Purgatório” deve ser entendido como “Dores físicas e morais: é o tempo da expiação”. É quase sempre na Terra que fazeis o vosso purgatório e que Deus vos faz expiar as vossas faltas.

287.1 – “Purgatório e seu sentido figurado”- Comentário de Kardec no item 1.013 de O Livro dos Espíritos:

Aquilo que o homem chama “Purgatório” é também uma figura pela qual se deve entender, não algum lugar determinado, mas o estado dos Espíritos imperfeitos que estão em expiação até à purificação completa que deve elevá-los ao plano dos Espíritos felizes. ‘Operando-se a purificação nas encarnações, o purgatório consiste nas provas da vida corpórea’.

287.2 – “O Purgatório e o Princípio da Eqüidade”- Explicação de Allan Kardec no livro O Céu e o inferno, Capítulo V, Editora LAKE, 8ª edição, 1997, págs. 48 a 52:

#### **O Purgatório e o Princípio da Eqüidade**

1 – O Evangelho não faz menção alguma do purgatório, que só foi admitido pela Igreja no ano de 593. É indubitavelmente um dogma mais racional e mais conforme com a justiça de Deus que o inferno, porque estabelece penas menos rigorosas e resgatáveis para as faltas de menor gravidade.

O princípio do purgatório é pois fundado na ‘eqüidade’, porque, comparado à justiça humana, é a detenção temporária a par da detenção perpétua. Que pensar de um país que só tivesse a pena de morte para os crimes e os simples delitos?

Sem o purgatório, só há para as almas duas alternativas extremas: a suprema felicidade ou o eterno suplício. Nessa hipótese, que seria das almas somente culpadas de ligeiras faltas? Ou compartilhariam da felicidade dos eleitos, ainda quando imperfeitas, ou sofreriam o castigo dos maiores criminosos, ainda quando não houvessem feito muito mal, o que não seria justo, nem racional.

#### **O Purgatório e o comércio das indulgências**

2 – Mas necessariamente a noção do purgatório deverá ser incompleta, porque apenas conhecendo a penalidade do fogo fizeram dele um inferno menos tenebroso, visto que as almas aí também ardem, embora em fogo menos intenso. Sendo o dogma das penas eternas incompatível com o progresso, as almas do purgatório não se livram dele por efeito do seu adiantamento, mas em virtude das preces que se dizem ou que se mandam dizer em sua intenção. Se foi bom o primeiro pensamento (preces que se dizem), outro tanto não acontece com o segundo pensamento (preces que se mandam dizer), com as conseqüências dele decorrentes, pelos abusos que originaram. As preces pagas transformaram o purgatório em mina mais rendosa que o inferno.

O purgatório deu origem ao comércio escandaloso das indulgências, por intermédio das quais se vende a entrada no céu. O abuso foi a causa primária da Reforma e levou Lutero a rejeitar o purgatório.

### **Localização do Purgatório e Natureza das Penas lá sofridas**

3 – Nunca foram determinados e definidos claramente o lugar do purgatório e a natureza das penas lá sofridas. À Nova Revelação estava reservado o preenchimento dessa lacuna, explicando-nos a causa das misérias terrenas da vida, das quais só a pluralidade de existências poderia mostrar-nos a justiça.

Essas misérias decorrem necessariamente das imperfeições da alma, pois se ela fosse perfeita não cometeria faltas nem teria de sofrer-lhes as conseqüências. O homem que na Terra fosse de modo absoluto, sóbrio e moderado, por exemplo, não padeceria enfermidades oriundas de excessos.

O mais das vezes ele é desgraçado por culpa própria; porém, se é imperfeito, é porque já o era antes de vir à Terra, expiando não somente as faltas do momento, mas faltas anteriores não resgatadas. Repara em uma vida de provações o que a outrem fez sofrer em anterior existência. As vicissitudes que experimenta são por sua vez uma correção temporária e uma advertência, relativamente às imperfeições que lhe cumpre eliminar, a fim de evitar males e progredir para o bem. São para a alma lições da experiência, rudes às vezes, mas tanto mais proveitosas para o futuro, quanto profundas as impressões que deixam. Essas vicissitudes ocasionam incessantes lutas que lhe desenvolvem as forças e as faculdades intelectivas e morais. Através dessas lutas a alma se retempera no bem, triunfando sempre que tiver coragem de sustentá-las até o fim.

‘O prêmio da vitória está na vida espiritual, onde a alma entra radiante e triunfadora como soldado que sai da refrega para receber a palma gloriosa’.

### **Purgatório e sua razão de ser: “A cada um segundo as suas obras”**

4 – Em cada existência há ocasião à alma para dar um passo adiante; de sua vontade depende a maior ou menor extensão do passo: franquear muitos degraus ou ficar no mesmo ponto. No último caso e porque cedo ou tarde se impõe sempre o pagamento das dívidas, terá de recomeçar existência nova, em condições ainda mais penosas, ‘porque à uma nódoa não apagada ajunta outra nódoa’.

É pois em sucessivas encarnações que a alma se despoja das suas imperfeições, que se ‘purga’, em uma palavra, até que esteja bastante pura para deixar os mundos de expiação como a Terra, onde os homens, em proveito do futuro, expiam o passado e o presente. Contrariamente porém à idéia que deles se faz (mundos de expiação), depende de cada um prolongar ou abreviar a sua permanência neles, segundo o grau de adiantamento e pureza atingido pelo próprio esforço. O livramento se dá, não por conclusão de tempo nem por alheios méritos, mas pelo próprio mérito de cada um, consoante as palavras de Cristo: ‘A cada um segundo as suas obras’, palavras que resumem inteiramente a justiça de Deus.

### **Purgatório: Imperfeição e Sofrimento**

5 – Aquele pois que sofre nesta vida pode dizer-se que é porque não se purificou suficientemente em sua existência precedente, devendo, se o não fizer nesta, sofrer ainda na seguinte. Isto é ao mesmo tempo eqüitativo e lógico. Sendo o sofrimento inerente à imperfeição, tanto mais tempo se sofre quanto mais imperfeito se for, da mesma forma por que tanto mais tempo persistirá uma enfermidade quanto maior a demora em tratá-la. Assim é que, enquanto o homem for orgulhoso, sofrerá as conseqüências do orgulho, e, enquanto egoísta, as do egoísmo.

### **Expição no mundo dos Espíritos e na Terra**

6 – Por causa das imperfeições, o Espírito culpado sofre primeiro na vida espiritual, sendo-lhe depois facultada a vida corporal como meio de reparação. É por isso que ele se acha nessa nova existência, quer com as pessoas a quem ofendeu, quer em meios análogos àqueles em que praticou o mal, quer ainda em situações opostas à sua vida precedente, como por exemplo na miséria, se foi mau rico, ou humilhado, se orgulhoso.

A expiação no mundo dos Espíritos e na Terra não constitui duplo castigo para eles, porém um complemento, um desdobramento do trabalho efetivo a facilitar o progresso; do Espírito depende o aproveitamento. E não lhe será preferível voltar à Terra com probabilidades de alcançar o céu, a ser condenado sem remissão deixando-a definitivamente? A concessão dessa liberdade é uma prova da sabedoria, da bondade e da justiça de Deus, que quer que o ‘homem tudo deva aos seus esforços e seja obreiro do seu futuro’; que, infeliz por mais ou menos tempo, não se queixe senão de si próprio, uma vez que a rota do progresso lhe está sempre franqueada.

### **Prazo de expiação depende do melhoramento do culpado**

7 – Considerando-se como é grande o sofrimento de certos Espíritos culpados no mundo invisível e quanto é terrível a situação de outros, tanto mais penosa pela impotência de preverem o termo desses sofrimentos, poder-se-ia dizer que se acham no inferno, se o vocábulo não implicasse a idéia de um castigo eterno e material.

Graças porém à revelação dos Espíritos e dos exemplos que nos oferecem, sabemos que o ‘prazo da expiação está subordinado ao melhoramento do culpado’.

### **O Espiritismo não nega o Purgatório e prova que nele nos achamos: na Terra**

8 – O Espiritismo, pois, não nega, mas antes confirma, a penalidade futura. O que ele destrói é o inferno localizado com suas fornalhas e penas irremissíveis. Não nega, outrossim, o purgatório, pois prova que nele nos achamos; definindo-o com precisão e explicando a causa das misérias terrestres, conduz à crença aqueles mesmos que o negam.

### **O Espiritismo não repele a prece pelos mortos**

Repele a prece pelos mortos? Muito ao contrário, uma vez que os Espíritos sofredores as solicitam; eleva-a a um dever de caridade e demonstra a sua eficácia para os conduzir ao bem e, por esse meio, abreviar-lhes os tormentos. Falando à inteligência, leva a fé a muito in-

crédulo e incute a prece no ânimo daqueles que a escarneciam. O que o Espiritismo afirma é que o valor da prece está no pensamento e não nas palavras; que as melhores preces são as do coração e não as dos lábios e, finalmente, aquelas que cada um faz por si mesmo e não as que se mandam dizer a peso de dinheiro. Quem pois ousaria censurá-lo?

### **O Espiritismo repele a eterna condenação**

9 – Seja qual for a duração do castigo, na vida espiritual ou na Terra, onde quer que se verifique, tem sempre um termo, próximo ou remoto. Na realidade não há para o Espírito mais que duas alternativas: ‘punição temporária de acordo com a culpa e recompensa graduada segundo o mérito’. Repele o Espiritismo a terceira alternativa, ‘a da eterna condenação’. O Inferno reduz-se a figura simbólica dos maiores sofrimentos cujo termo é desconhecido. O purgatório, sim, é a realidade.

A palavra ‘purgatório’ sugere a idéia de um lugar circunscrito: eis por que mais naturalmente se aplica à Terra do que ao Espaço infinito onde erram os Espíritos sofredores, e tanto mais quanto a natureza da expiação terrena tem os caracteres da verdadeira expiação.

Melhorados, os homens não fornecerão ao mundo invisível senão bons Espíritos; estes, encarnando-se, por sua vez, só fornecerão à Humanidade corporal elementos aperfeiçoados. A Terra deixará, então, de ser um mundo expiatório e os homens não sofrerão mais as míserias decorrentes das suas imperfeições.

Essa transformação, que aliás é a que se está operando no momento, elevará a Terra na hierarquia dos mundos (Ver O Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. III).

### **Por que Cristo não teria falado do purgatório?**

10 – Mas por que não teria Cristo falado do purgatório? É porque, não existindo a idéia, não havia palavra para representá-la.

Cristo serviu-se da palavra ‘inferno’, a única usada, como termo genérico, para designar as penas futuras, sem distinção. Colocasse ele, ao lado da palavra ‘inferno’, uma equivalente a ‘purgatório’ e não poderia precisar-lhe o verdadeiro sentido sem ferir uma questão reservada ao futuro; teria, enfim, de consagrar a existência de dois lugares especiais de castigo. O inferno, em sua concepção genérica, revelando a idéia de punição, encerrava implicitamente a do purgatório, que não é senão um modo de penalidade.

Reservando ao futuro o esclarecimento acerca da natureza das penas, competia-lhe, igualmente, reduzir o inferno às suas verdadeiras proporções. Uma vez que a Igreja, depois de séculos, houve por bem suprir o silêncio de Jesus relativamente ao purgatório, decretando-lhe a existência, é porque julgou que ele não havia dito tudo. Por que, como o foi com esta, não foi assim com outras questões?

## CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### CAPÍTULO I

#### PERFEIÇÃO MORAL

##### I – AS VIRTUDES E OS VÍCIOS – (Itens 893 a 906)

**Artigo 288** – Todas as virtudes têm o seu mérito, porque todas são indícios de progresso no caminho do bem. Há virtude sempre que há resistência voluntária ao arrastamento das más tendências; mas a sublimidade da virtude consiste no sacrifício do interesse pessoal para o bem do próximo, sem segunda intenção. A mais meritória é aquela que se baseia na caridade mais desinteressada.

#### **Prática espontânea do bem**

**Artigo 289** – Há pessoas que fazem o bem por um impulso espontâneo, sem que tenham de lutar com nenhum sentimento contrário. São as que já realizaram o progresso: lutaram anteriormente e venceram; é por isso que os bons sentimentos não lhes custam nenhum esforço e suas ações lhes parecem tão fáceis: o bem tornou-se para elas um hábito.

#### **Indício mais característico da imperfeição: interesse pessoal**

**Artigo 290** – O indício mais característico da imperfeição é o ‘interesse pessoal’. As qualidades morais são geralmente como a douração de um objeto de cobre, que não resiste à pedra de toque. Um homem pode possuir qualidades reais que o fazem para o mundo um homem de bem; mas essas qualidades, embora representem um progresso, não suportam em geral certas provas, e basta ferir a tecla do interesse pessoal para se descobrir o fundo. O verdadeiro desinteresse é de fato tão raro na Terra que se pode admirá-lo como a um fenómeno, quando ele se apresenta. ‘O apego às coisas materiais é um indício notório de inferioridade, pois quanto mais o homem se apega aos bens deste mundo, menos compreende o seu destino. Pelo desinteresse, ao contrário, ele prova que vê o futuro de um ponto de vista mais elevado’.



### **Prodigalidade irrefletida**

**Artigo 291** – As pessoas que prodigalizam os seus haveres sem proveito real, têm o mérito do desinteresse, mas não o do bem que poderiam fazer. Se o desinteresse é uma virtude, a prodigalidade irrefletida é sempre, pelo menos, uma ‘falta de juízo’. A fortuna não é dada a alguns para ser lançada ao vento, como não o é a outros para ser encerrada num cofre. É um depósito de que terão de prestar contas, porque terão de responder por todo o bem que poderiam ter feito e não o fizeram; por todas as lágrimas que poderiam ter enxugado com o dinheiro dado aos que na verdade não estavam necessitados.

### **Caridade desinteressada e egoísmo**

**Artigo 292** – Aquele que faz o bem sem visar a uma recompensa na Terra, mas na esperança de que lhe seja levado em conta na outra vida, e que naquela a sua posição seja melhor, é repreensível, e esse pensamento prejudica o seu adiantamento. Pois, é necessário fazer o bem por caridade, ou seja, com desinteresse. Aquele que faz o bem sem segunda intenção, pelo prazer único de ser agradável a Deus e ao seu próximo, já se encontra num grau de adiantamento que lhe permitirá chegar mais rapidamente à felicidade do que o seu irmão que, mais positivo, faz o bem por cálculo e não pelo impulso do ardor natural do coração.

Assim, aquele que calcula o que lhe pode render cada uma de suas boas ações, na outra vida ou mesmo na vida terrena, procede de maneira egoísta. Mas não há nenhum egoísmo em se melhorar com a intenção de se aproximar de Deus, pois esse é o objetivo que todos devem ter em vista.

### **Conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais**

**Artigo 293** – Embora a vida corpórea seja apenas uma efêmera passagem por este mundo, e que o nosso futuro deva ser a nossa principal ocupação, é útil esforçar-nos por adquirir conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais: primeiro, porque isso nos torna capazes de aliviar os nossos irmãos; depois, nosso Espírito se elevará mais depressa se houver progredido intelectualmente. No intervalo das encarnações, aprenderemos em uma hora aquilo que na Terra demandaria anos. Nenhum conhecimento é inútil; todos contribuem mais ou menos para o adiantamento, porque o Espírito perfeito deve saber tudo e, devendo o progresso realizar-se em todos os sentidos, todas as idéias adquiridas ajudam o desenvolvimento do Espírito.

### **Dois ricos esbanjadores**

**Artigo 294** – De dois homens ricos, um nasceu na opulência e jamais conheceu a necessidade, o outro deve a sua fortuna ao seu próprio trabalho; e ambos a empregam exclusivamente em sua satisfação pessoal. Entre eles, o mais culpado é aquele que conheceu o sofrimento. Ele sabe o que é sofrer, conhece a dor que não alivia, mas como geralmente acontece, nem se lembra mais dela.

### **Acumular riquezas apenas para os herdeiros**

**Artigo 295** – Aquele que acumula sem cessar e sem beneficiar a ninguém, não terá uma desculpa válida ao dizer que ajunta para deixar aos herdeiros. É um compromisso de má consciência.

### **Dois avarentos e dois ideais diferentes**

**Artigo 296** – De dois avarentos, o primeiro se priva do necessário e morre de necessidade sobre o seu tesouro; o segundo é avaro só para os demais e pródigo para consigo mesmo; enquanto recua diante do mais ligeiro sacrifício para prestar um serviço ou fazer uma coisa útil, nada lhe parece muito para satisfazer aos seus gostos e às suas paixões. Peçam-lhe um favor, e estará sempre de má vontade, ocorra-lhe, porém, uma fantasia, e estará sempre pronto a satisfazê-la. O mais culpável deles é que terá o pior lugar no mundo dos Espíritos é aquele que goza. É mais egoísta do que avarento. O outro já recebeu uma parte de sua punição.

### **Cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem**

**Artigo 297** – Não é repreensível cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem; o sentimento é louvável, sem dúvida, quando puro. Mas esse desejo é sempre bastante desinteressado? Não trará oculta uma segunda intenção pessoal? A primeira pessoa a quem se deseja fazer o bem não será muitas vezes a si próprio?

### **Há culpa em estudar os defeitos alheios?**

**Artigo 298** – Há muita culpa em estudar os defeitos alheios se é com o fito de criticar e divulgar, porque isso é faltar com a caridade. Se é com intenção de proveito pessoal, para evitar aqueles defeitos, pode ser útil. Mas não se deve esquecer que a indulgência para com os defeitos alheios é uma das virtudes compreendidas na caridade. Antes de censurar as imperfeições dos outros,

vede se não podem fazer o mesmo a vosso respeito. Tratai, pois, de possuir as qualidades contrárias aos defeitos que criticais nos outros. Esse é um meio de vos tornardes superior. Se os censurais por serem avarentos sede generosos; por serem orgulhosos, sede humildes e modestos; por serem duros, sede dóceis; por agirem com mesquinhez, sede grandes em todas as vossas ações. Em uma palavra, fazei de maneira que não vos possam aplicar aquelas palavras de Jesus: “Vedes um argueiro no olho do vizinho e não vedes uma trave no vosso”.

### **É culpado o escritor que sonda os males da sociedade e os desvenda?**

**Artigo 299** – É preciso levar em conta o sentimento daquele que sonda os males da sociedade e os desvenda. Se o escritor só quer fazer escândalo, é um prazer pessoal que se proporciona, apresentando quadros que são, em geral, antes um mau do que um bom exemplo. O Espírito faz uma apreciação, mas pode ser punido por essa espécie de prazer que sente em revelar o mal.

Julgar, nesse caso, a pureza das intenções e a sinceridade do escritor, nem sempre é útil. Se ele escreve boas coisas, procure aproveitá-las; se escreve más, é uma questão de consciência que a ele diz respeito. De resto, se ele quer provar a sua sinceridade, cabe-lhe reforçar os preceitos com o seu próprio exemplo.

**Parágrafo único** – “**Moral sem ações**”- Alguns autores publicaram obras muito belas e moralmente elevadas, que ajudam o progresso da Humanidade, mas das quais eles mesmos não tiraram proveito. Como Espíritos não lhes será levado em conta o bem que fizeram por meio de suas obras. A moral sem ações é como a semente sem o trabalho. De que vos serve a semente se não a fizerdes frutificar para vos alimentar? Esses homens são mais culpáveis porque tinham inteligência para compreender; não praticando as máximas que ofereciam aos outros, renunciaram a colher os seus frutos.

### **Auto-reconhecimento do bem que se faz**

**Artigo 300** – Aquele que, fazendo conscientemente o bem e reconhecendo que o faz, não pode ser responsabilizado por reconhecer que triunfou das más tendências e por estar satisfeito por isso, desde que não se envaideça, com o que cairia em outra falta. Desde que pode ter consciência do mal que fizer, deve tê-la igualmente do bem, a fim de saber se age bem ou mal. É pesando todas as suas ações na balança da lei de Deus, e sobretudo na da lei da justiça, do amor e da caridade, que ele poderá dizer a si mesmo se as suas ações são boas ou más e aprová-las ou desaprová-las. (Ver item 919 de O Livro dos Espíritos).

## II – DAS PAIXÕES – (Itens 907 a 912)

### Uso e Abuso das Paixões: Limites de sua utilidade

**Artigo 301** – O princípio das paixões, sendo natural, não é mau em si mesmo. A paixão está no excesso provocado pela vontade, pois o princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem conduzi-lo a grandes coisas. O abuso a que ele se entrega é que é a causa do mal. As paixões são como um cavalo que é útil quando governado e perigoso quando governa. Uma paixão se torna pernicioso ao homem no momento em que ele se deixa governar por ela e quando resulta num prejuízo qualquer para ele ou para seu semelhante.

301.1 – “As paixões e os desígnios da Providência”- Comentário de Kardec no item 908 de O Livro dos Espíritos:

As paixões são alavancas que decuplicam as forças do homem e o ajudam a cumprir os desígnios da Providência. Mas, se em vez de as dirigir, o homem se deixa dirigir por elas, cai no excesso e a própria força, que em suas mãos poderia fazer o bem, recai sobre ele e o esmaga.

Todas as paixões têm seu princípio num sentimento ou necessidade da Natureza. O princípio das paixões não é portanto um mal, pois repousa sobre uma das condições providenciais de nossa existência. A paixão propriamente dita é o exagero de uma necessidade ou de um sentimento; está no excesso e não na causa; e esse excesso se torna mau quando tem por consequência algum mal.

Toda paixão que aproxima o homem da Natureza animal o afasta da Natureza espiritual.

Todo sentimento que eleva o homem acima da Natureza animal anuncia o predomínio do Espírito sobre a matéria e o aproxima da ‘perfeição’.

### A “força de vontade” e a vitória sobre as paixões

**Artigo 302** – O homem poderia sempre vencer as suas más tendências pelos seus próprios esforços e, às vezes, com pouco esforço; o que lhe falta é a vontade. Ah, como são poucos os que se esforçam! E, se orarem a Deus e ao seu bom gênio com sinceridade, os bons Espíritos virão certamente em seu auxílio, fortalecer-lhe a vontade, porque essa é a sua missão. (Ver item 459 de O Livro dos Espíritos).

### Paixões irresistíveis

**Artigo 303** – Não existem paixões de tal maneira vivas e irresistíveis que a vontade seja impotente para as superar. Há muitas pessoas que dizem: “Eu quero!” mas a vontade está somente em seus lábios. Elas querem, mas estão muito satisfeitas de que assim não seja. Quando o homem julga que não pode superar suas paixões é que o seu Espírito nelas se compraz, como consequência de sua própria inferioridade. ‘Aquele que procura reprimi-las compreende a sua natureza espiritual; vencê-las é para ele um triunfo do Espírito sobre a matéria. E o meio mais eficaz de se combater a predominância da natureza corpórea é praticar a abnegação (renúncia)’.

### III – DO EGOÍSMO (Itens 913 a 917)

#### **Perfeição moral e egoísmo (verdadeira chaga da sociedade)**

**Artigo 304** – Entre os vícios, o que podemos considerar radical é o egoísmo. Dele deriva todo o mal. Estudando todos os vícios veremos que no fundo de todos existe egoísmo. Por mais que lutemos contra eles não chegaremos a extirpá-los enquanto não os atacarmos pela raiz, enquanto não houvermos destruído a causa. Que todos os nossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as outras qualidades.

#### **O egoísmo e a educação**

**Artigo 305** – Estando o egoísmo fundado no interesse pessoal, parece difícil extirpá-lo inteiramente do coração do homem. Chegaremos a isso, entretanto, à medida que os homens se esclareçam sobre as coisas espirituais, dando menos valor às materiais; em seguida, é necessário reformar as instituições humanas, que o entretêm e excitam. Isso depende da educação.

#### **O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos**

**Artigo 306** – Sendo o egoísmo inerente à espécie humana, não será um obstáculo permanente ao reino do bem absoluto sobre a Terra?

- É certo que o egoísmo é o vosso mal maior, mas ele se liga à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade em si mesma. Ora, os Espíritos se purificam nas encarnações sucessivas, perdendo o egoísmo assim como perdem as outras impurezas. Não tendes na Terra algum homem destituído de egoísmo e praticante da caridade? Existem em maior número do que

julgais, mas conheceis poucos porque a virtude não se procura fazer notar. E se há um, porque não haverá dez? Se há dez, por que não haverá mil, e assim por diante?

### **O egoísmo e seu crescimento: necessidade urgente de destruí-lo**

**Artigo 307** – O egoísmo, longe de diminuir, cresce com a civilização, que parece excitá-lo e entretê-lo. Como poderá a causa destruir o efeito?

- Quanto maior é o mal, mais horrível se torna. Era necessário que o egoísmo produzisse muito mal para fazer compreender a necessidade de sua extirpação. Quando os homens se tiverem despedido do egoísmo que os domina, viverão como irmãos, não se fazendo o mal, e se ajudarão reciprocamente pelo sentimento fraterno de ‘solidariedade’. Então, o forte será o apoio e não o opressor do fraco e não mais se verão homens desprovidos do necessário, porque todos praticarão a lei da justiça. Esse é o reino do bem que os Espíritos estão encarregados de preparar. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

### **Meios de destruir o egoísmo**

**Artigo 308** – De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem, ‘ainda muito próximo da sua origem’, não pôde libertar-se. Tudo concorre para entreter essa influência; suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material, e sobretudo com a compreensão que o Espiritismo vos dá quanto ao vosso estado futuro ‘real’ e não desfigurado pelas ficções alegóricas (céu, inferno etc.). O Espiritismo bem compreendido, quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, as usanças e as relações sociais. ‘O egoísmo se funda na importância da personalidade (orgulho); ora, o Espiritismo bem compreendido, repito-o, faz ver as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece de alguma forma perante a imensidade. Ao destruir essa importância, ou pelo menos ao fazer ver a personalidade naquilo que de fato ela é, ele combate necessariamente o egoísmo’.

É o contato que o homem experimenta do egoísmo dos outros que o torna geralmente egoísta, porque sente a necessidade de se pôr na defensiva. Vendo que os outros pensam em si mesmos e não nele, é levado a ocupar-se de si mesmo mais que dos outros. Que o princípio da caridade e da fraternidade seja a base das instituições sociais, das relações legais de povo para povo e de homem para homem, e este pensará menos em si mesmo quando vir que os outros o fazem; ‘sofrerá, assim, a influência moralizadora do exemplo e do conta-

to'. Em face do atual desdobramento do egoísmo é necessária uma verdadeira virtude para abdicar da própria personalidade em proveito dos outros, que em geral não o reconhecem. É a esses, sobretudo, que possuem essa virtude, que está aberto o reino dos céus; a eles sobretudo está reservada a felicidade dos eleitos, pois em verdade vos digo que no dia do juízo, quem quer que não tenha pensado senão em si mesmo será posto de lado e sofrerá no abandono. (Ver item 785 de O Livro dos Espíritos – o orgulho e o egoísmo).

308.1 – “O Egoísmo e a Educação Moral”- Comentário de Kardec no item 917 de O Livro dos Espíritos:

Louváveis esforços são feitos, sem dúvida, para ajudar a Humanidade a avançar; encorajam-se, estimulam-se, honram-se os bons sentimentos, hoje mais do que em qualquer outra época, e, não obstante, o verme devorador do egoísmo continua a ser a praga social. É um verdadeiro mal que se espalha por todo o mundo e do qual cada um é mais ou menos vítima. É necessário combatê-lo, portanto, como se combate uma epidemia. Para isso, deve-se proceder à maneira dos médicos: remontar à causa. Que se pesquisem em toda a estrutura da organização social, desde a família até aos povos, da choupana ao palácio, todas as causas, as influências patentes ou ocultas que excitam, entretêm e desenvolvem o sentimento do egoísmo. Uma vez conhecidas as causas, o remédio se apresentará por si mesmo; só restará então combatê-las, senão a todas ao mesmo tempo, pelo menos por parte, e pouco a pouco o veneno será extirpado. A cura poderá ser prolongada porque as causas são numerosas, mas não se chegará a esse ponto se não se atacar o mal pela raiz, ou seja, com a EDUCAÇÃO. Não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer HOMENS DE BEM. A educação, se for bem compreendida, será a CHAVE DO PROGRESSO MORAL. Quando se conhecer a ARTE DE MANEJAR OS CARACTERES como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, da mesma maneira como se endireitam as plantas novas. Essa arte, porém, requer MUITO TATO, MUITA EXPERIÊNCIA E UMA PROFUNDA OBSERVAÇÃO. É um grave erro acreditar que basta ter a ciência para aplicá-la de maneira proveitosa. Quem quer que observe, desde o instante do seu nascimento, o filho do rico e do pobre, notando todas as influências perniciosas que agem sobre eles em consequência da fraqueza, da incúria e da ignorância dos que os dirigem, e como em geral os meios empregados para MORALIZAR fracassam, não pode admirar-se de encontrar no mundo tanta confusão. Que se faça pela moral tanto quanto se faz pela inteligência e ver-se-á que, se há naturezas refratárias, há também, em maior número do que se pensa, as que requerem apenas boa cultura para darem bons frutos. (Ver item 872 de O Livro dos Espíritos).

O homem quer ser feliz e esse sentimento está na sua própria natureza; eis por que ele trabalha sem cessar para melhorar a sua situação na Terra e procura as causas de seus males para os remediar. Quando compreender bem que o egoísmo é uma dessas causas, aquela que engendra o orgulho, a ambição, a cupidez, a inveja, o ódio, o ciúme, dos quais a todo momento ele é vítima, que leva a perturbação a todas as relações sociais, provoca as dissensões, destrói a confiança, obrigando-o a se manter constantemente numa atitude de defesa em face ao seu vizinho, e que, enfim, do amigo faz um inimigo, então ele compreenderá também que esse vício é incompatível com a sua própria segurança. Dessa maneira, quanto mais sofrer mais sentirá a necessidade de o combater, como combate a peste, os animais daninhos e todos os outros flagelos. A isso será solicitado pelo seu próprio interesse. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

O EGOÍSMO É A FONTE DE TODOS OS VÍCIOS, COMO A CARIDADE É A FONTE DE TODAS AS VIRTUDES. Destruir um e desenvolver a outra deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se ele deseja assegurar a sua felicidade neste mundo tanto quanto no futuro.

IV – “EGOÍSMO E ORGULHO”: ‘Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los’ – (Vide Livro ‘Obras Póstumas’ de Allan Kardec, Ed.Lake, 11<sup>a</sup> ed.1995. Tradução de João Teixeira de Paula. Introdução de José Herculano Pires.)

### **O Egoísmo tem origem no Orgulho**

**Artigo 309** – É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida provém do egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando, embora, os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí, todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

O egoísmo tem origem no orgulho. A supremacia da própria individualidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com ‘direitos preferenciais’, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, atribui à sua pessoa, naturalmente o torna egoísta.

### **O Egoísmo e o Orgulho têm origem no Instinto de Conservação**

**Artigo 310** – O egoísmo e o orgulho têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação. Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre-arbítrio.

Este sentimento (instinto de conservação) contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o homem que, ao malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

**Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade**



**Artigo 311** – Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. ‘A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação’. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e com o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em conseqüência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar-se o reino da fraternidade, mas para que fazê-lo, se uma causa destrutiva existe? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois que estes morrerão como os outros. Insta destruir as causas da insalubridade.

Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejem seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo, estarão paralisados os seus esforços, não só por uma resistência de inércia, como, também, por uma força ativa que trabalhará incessantemente para destruir a obra que empreendam; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora arruína as pretensões pessoais.

#### **Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura**

**Artigo 312** – Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, dir-se-á, porque esses vícios são inerentes à espécie humana. Se assim fosse, impossível seria o progresso moral; entretanto, quando consideramos o homem em diversas épocas, reconhecemos, à evidência, um progresso incontestável. Logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Por outro lado, não haverá algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fosse, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e, para isso, incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, evidentemente, a falsa idéia, que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem, julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporia sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão a que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo, que conseguem fruir.

Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente, como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida.

A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A consequência natural e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidío a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la. Em matéria de interesses mundanos, podem os homens opor obstáculos que ocasionem a necessidade de combatê-los, o que gera o egoísmo. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse se lhe deparará em oprimir a quem quer que seja e, conseqüentemente, não haverá razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

**Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho.**

**Artigo 313** – A causa do orgulho está na crença que o homem tem, da sua superioridade individual, e aqui se faz ainda sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas.

A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; é, portanto, natural que tenha orgulho, não vendo nos contratempos que se lhe oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratempos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

Crer em Deus e na vida futura é pois a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro, é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. ‘Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade, é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação’.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu vantagens excepcionais; e o que não crê em Deus rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. A preexistência, dando-lhe a noção da vida anterior da alma, ensina-o a distinguir a vida espiritual, infinita, da vida corporal, temporária. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o mesmo ponto de partida e o mesmo fim – a perfeição -, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado, como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em um trono e o mais poderoso vir como proletário.

### **O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação)**

**Artigo 314** – Se o homem não considerar senão a vida corporal, vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fez a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, **‘o princípio da igualdade tem o caráter de um princípio de**

**justiça e de lei natural**’, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi noutra existência nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se soubéssemos disso, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e, se soubéssemos que o amigo de hoje fôra antes um inimigo, um servo, um ‘escravo’, não o repeliríamos? Deus não quis que fosse assim, e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a ‘fraternidade’; sabendo que podemos ser tratados como houvermos tratado os outros, firmaremos o princípio de ‘caridade como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza’.

### **Caridade, igualdade, fraternidade são leis naturais, como prova o Espiritismo**

**Artigo 315** – Jesus assentou o princípio da caridade, da igualdade e da fraternidade, fazendo dele uma condição expressa para a salvação; mas, estava reservado à terceira manifestação da vontade de Deus, ao Espiritismo, pelo conhecimento que faculta da vida espiritual, pelos novos horizontes que desvenda e pelas leis que revela, sancionar esse princípio, provando que ele não encerra uma simples doutrina moral, mas uma ‘lei da Natureza’ que o homem tem o máximo interesse em praticar. Ora, ele a praticará desde que, deixando de encarar o presente como o começo e o fim, compreenda a solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro. No campo imenso do infinito, que o Espiritismo lhe faz entrever, anula-se a sua importância capital e ele percebe que, por si só, nada vale e nada é; que todos têm necessidade uns dos outros e que uns não são mais do que os outros: ‘duplo golpe, no seu egoísmo e no seu orgulho’.

### **A Fé Cega e a Fé Raciocinada**

**Artigo 316** – Para a realização do que foi dito no artigo anterior, porém, é preciso que os homens tenham fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e, portanto, alimenta o egoísmo, ‘mas sim a fé inteligente, racional’, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas pal-

páveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas.

Pode dar-se essa modificação bruscamente? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a natureza; a saúde não volta subitamente; e, entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode, instantaneamente, mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

### **Espiritismo: elemento mais potente de moralização**

**Artigo 317** – O Espiritismo é, sem contestação, o elemento mais potente de moralização, porque mina pela base o egoísmo e o orgulho, dando sólido fundamento à moral; faz milagres de conversão. Não são ainda, é certo, senão curas individuais, e, quase sempre, parciais; mas o que ele produz nos indivíduos é prenúncio do que produzirá um dia nas massas populares. Não pode, de uma vez, arrancar toda a erva daninha; mas dá a fé, que é boa semente e que não precisa senão de tempo para germinar e frutificar. Eis porque ainda não são todos perfeitos. Ele encontrou o homem no meio da vida, no ardor das paixões, na força dos preconceitos, e se em tais condições tem operado prodígios, como não operará quando o tomar no berço, virgem de todas as impressões maléficas, quando lhe der, com o leite, a caridade, e o acalentar com a fraternidade, quando, enfim, uma geração inteira vier alimentada por idéias que a razão fortificará em vez de debilitar? ‘Sob o império dessas idéias, que serão mandamentos de fé racional para todos’, o progresso, limpando a estrada de egoísmo e orgulho, penetrará nas instituições que se reformarão a si mesmas, e a humanidade caminhará rapidamente para os destinos que lhe estão prometidos na Terra, enquanto não chega a hora de alcançar os do céu.

### **V – CARACTERES DO HOMEM DE BEM (Item 918)**

#### **O verdadeiro homem de bem é o que pratica a lei de justiça, de amor e de caridade na sua mais completa pureza**

**Artigo 318** – O Espírito prova a sua elevação quando todos os atos da sua vida corpórea constituem a prática da lei de Deus e quando compreende por antecipação a vida espiritual.

318. 1 – “ O verdadeiro homem de bem” – Comentário de Kardec no item 918 de O Livro dos Espíritos:

O verdadeiro homem de bem é aquele que pratica a ‘lei de justiça, de amor e de caridade’ na sua mais completa pureza. Se interroga sua consciência sobre os atos praticados, perguntará se não violou essa lei, se não cometeu nenhum mal, se fez todo o bem ‘que podia’, se ninguém teve de se queixar dele; enfim, se fez para os outros tudo o que gostaria que os outros lhe fizessem.

O homem possuído pelo sentimento de caridade e de amor ao próximo faz o bem pelo bem, sem esperança de recompensa, e sacrifica o seu interesse pela justiça.

Ele é bom, humano e benevolente para com todos, porque vê irmãos em todos os homens, sem exceção de raças ou de crenças.

Se Deus lhe deu o poder e a riqueza, olha essas coisas como ‘um depósito’ do qual deve usar para o bem, e disso não se envaidece porque sabe que Deus, que lhas deu, também poderá retirá-las.

Se a ordem social colocou homens sob a sua dependência, trata-os com bondade e benevolência porque são iguais perante Deus; usa de sua autoridade para lhes erguer a moral e não para os esmagar com o seu orgulho.

É indulgente para com as fraquezas dos outros, porque sabe que ele mesmo tem necessidade de indulgência e se recorda destas palavras do Cristo: “Que aquele que estiver sem pecado atire a primeira pedra”.

Não é vingativo; a exemplo de Jesus, perdoa as ofensas para não se lembrar senão dos benefícios, porque sabe ‘que lhe será perdoado assim como tiver perdoado’.

Respeita, enfim, nos seus semelhantes, todos os direitos decorrentes da ‘lei natural’, como desejaria que respeitassem os seus.

## VI – CONHECIMENTO DE SI MESMO – (Itens 919 e 919-a)

### **Meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal**

**Artigo 319** – Qual o meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal?

- Um sábio da Antigüidade vos disse: “Conhece-te a ti mesmo”.

- A dificuldade está precisamente em se conhecer a si próprio. Qual o meio de se chegar a isso?

### 319.1 – “Conhecimento de si mesmo: meio de se chegar a ele”- Explicação do Espírito Santo Agostinho, no item 919-a de O Livro dos Espíritos:

Fazei o que eu fazia quando vivi na Terra: no fim de cada dia interrogava a minha consciência, passava em revista o que havia feito e perguntava a mim mesmo se não tinha faltado ao cumprimento de algum dever, se ninguém teria motivo para se queixar de mim. Foi assim que cheguei a me conhecer e ver o que em mim necessitava de reforma. Aquele que todas as noites lembrar-se de todas as suas ações do dia, e se perguntar o que fez de bem ou de mal, pedindo a Deus e ao seu anjo guardião que o esclareçam, adquirirá uma grande força para se aperfeiçoar, porque, acreditai-me, Deus o assistirá. Formulai, portanto, as vossas perguntas, indagai o que fizestes e com que fito agistes em determinada circunstância, se fizestes alguma coisa que censuraríeis nos outros, se praticastes uma ação que não ousaríeis confessar. Perguntai ainda isto: Se aprouvesse a Deus chamar-me neste momento, ao entrar no mundo dos Espíritos, onde nada é oculto, teria eu de temer o olhar de alguém? Examinai o que pudésseis ter feito contra Deus, depois contra o próximo e, por fim, contra vós mesmos. As respostas serão motivo de repouso para vossa consciência ou indicarão um mal que deve ser curado.

#### **Como julgar a si mesmo?**

O conhecimento de si mesmo é portanto a chave do melhoramento individual. Mas, direis, como julgar a si mesmo? Não se terá a ilusão do amor-próprio, que atenua as faltas e as torna desculpáveis? O avaro se julga simplesmente econômico e providente, o orgulhoso se considera tão somente cheio de dignidade. Tudo isso é muito certo, mas tendes um meio de controle que não vos pode enganar. ‘Quando estiverdes indecisos quanto ao valor de uma de vossas ações, pergunteis como a qualificaríeis se tivesse sido praticada por outra pessoa’. Se a censurardes em outros, ela não poderia ser mais legítima para vós, porque Deus não usa de duas medidas para a justiça. Procurai, também, saber o que pensam os outros e não negligencieis a opinião dos vossos inimigos, porque eles não têm nenhum interesse em disfarçar a verdade e, geralmente, Deus os colocou ao vosso lado como um espelho, para vos advertirem com mais franqueza do que o faria um amigo. Que aquele que tem a verdadeira vontade de se melhorar explore, portanto, a sua consciência, a fim de arrancar dali as más tendências como arranca as ervas daninhas do seu jardim; que faça o balanço da sua jornada moral como o negociante o faz dos seus lucros e perdas, e eu vos asseguro que o primeiro será mais proveitoso que o outro. Se ele puder dizer que a sua jornada foi boa, pode dormir em paz e esperar sem temor o despertar na outra vida.

#### **Consagrar alguns minutos diários à conquista da felicidade eterna**

Formulai, portanto, perguntas claras e precisas e não temais multiplicá-las; pode-se muito bem consagrar alguns minutos à conquista da felicidade eterna. Não trabalhais todos os dias para ajuntar o que vos dê repouso na velhice? Esse repouso não é objeto de todos os vossos desejos, o alvo que vos faz sofrer as fadigas e as privações passageiras? Pois bem: o que é esse repouso de alguns dias, perturbado pelas enfermidades do corpo, ao lado daquilo que aguarda o homem de bem? Isto não vale a pena de alguns esforços? Sei que muitos dizem que o presente é positivo e o futuro incerto. Ora, aí está, precisamente, o pensamento que fomos encarregados de destruir em vossas mentes, ‘pois desejamos fazer-vos compreender esse futuro de maneira a que nenhuma dúvida possa restar em vossa alma’. Foi por isso que chamamos primeiro a vossa atenção por meio de fenômenos capazes de ferir-vos os sentidos, ‘e depois vos

demos instruções que cada um de vós tem o dever de difundir. Foi com esse propósito que ditamos O Livro dos Espíritos’.

319.2 – “Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas”-  
Comentário de Kardec no item 919-*a* de O Livro dos Espíritos:

Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas. Se, com efeito, seguindo o conselho de Santo Agostinho, interrogássemos mais freqüentemente a nossa consciência, veríamos quantas vezes falimos sem disso nos apercebermos, por não perscrutarmos a natureza e o móvel dos nossos atos. A forma interrogativa tem alguma coisa de mais preciso do que uma máxima que, em geral, não aplicamos a nós mesmos. Ela exige respostas categóricas, por um sim ou um não, que não deixam lugar a alternativas; respostas que são outros tantos argumentos pessoais, pela soma das quais podemos computar a soma do bem e do mal que existe em nós.



## CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### CAPÍTULO II

#### APRECIÇÕES DE ALLAN KARDEC SOBRE ‘O LIVRO DOS ESPÍRITOS’

(No final de ‘O Livro dos Espíritos’, sob o título “CONCLUSÃO”, Kardec faz um resumo do conteúdo da obra, bem como das repercussões da mesma na sociedade da época):

**Artigo 320** - Apreciações de Allan Kardec sobre ‘O Livro dos Espíritos’:

320.1 – “A crítica só tem valor, quando o crítico conhece o assunto”.

Aquele que só conhecesse de magnetismo terrestre o jogo dos patinhos imantados, que fazemos nadar na água de uma bacia, dificilmente poderia compreender que esse brinquedo encerra o segredo do mecanismo do Universo e do movimento dos mundos. Acontece o mesmo com o que só conhece do Espiritismo o movimento das mesas; ele não vê mais que um divertimento, um passatempo das reuniões sociais e não compreende que esse fenômeno tão simples e tão vulgar, conhecido da Antigüidade e até mesmo dos povos semi-selvagens, possa estar ligado aos mais graves problemas da ordem social. Para o observador superficial, com efeito, que relação pode ter uma mesa que gira com a moral e o futuro da Humanidade? Mas quem quiser refletir se lembrará de que uma simples panela cuja tampa se erguia com o vapor, fato que também se verificava desde toda a Antigüidade, saiu o possante motor com que o homem atravessa o espaço suprimindo as distâncias. Pois bem: vós que não acreditais em nada fora do mundo material, sabeis que dessa mesa que gira e provoca o vosso sorriso de desdém saiu toda uma Ciência, com a solução de problemas que nenhuma filosofia pudera resolver. Apelo a todos os adversários de boa-fé e lhes suplico dizerem se tiveram o trabalho de estudar o que criticam. Porque, em boa lógica, a crítica só tem valor quando o crítico conhece o assunto. Zombar de uma coisa que não se conhece, que não se sondou com o escalpelo do observador consciencioso não é criticar, mas dar prova de leviandade e uma pobre idéia de sua capacidade de julgamento. Seguramente, se tivéssemos apresentado esta filosofia como sendo uma obra do cérebro humano, ela teria encontrado menos desdém e teria merecido as honras de um exame dos que pretendem dirigir a opinião. Mas ela vem dos Espíritos, que absurdo! É muito que mereça um olhar. Julgam-na pelo título, como o macaco da fábula julgava a noz pela casca. Fazei, se o quiserdes, abstração da origem; suponde que este ‘livro’ seja obra de um homem e dizei no vosso íntimo e em consciência, depois de o ler ‘seriamente’, se encontrastes matéria para zombaria.

320.2 – “O Espiritismo é o mais perigoso antagonista do Materialismo”. Todos os fenômenos espíritas, ‘sem exceção’, são conseqüências de leis gerais.

O Espiritismo é o mais perigoso antagonista do Materialismo; não é, pois, de admirar que tenha os materialistas por adversários. Mas, como o Materialismo é uma doutrina que mal se ousa confessar (prova de que os seus profíctes não se acreditam bastante fortes e são dominados por sua consciência), eles se acobertam com o manto da razão e da Ciência e, coisa bizarra, os mais céticos falam até mesmo em nome da religião, que também não conhecem e não compreendem, como o Espiritismo. Tomam por alvo, sobretudo, o ‘maravilhoso e o sobrenatural’, que não admitem. Ora, segundo dizem, sendo o Espiritismo fundado sobre o maravilhoso não pode ser mais do que uma suposição ridícula. Não refletem que assim procedendo, sem restrições contra o maravilhoso e o sobrenatural, fazem o mesmo com a religião. Com efeito, a religião se funda na revelação e nos milagres. Ora, o que é a revelação, senão as comunicações extrahumanas? Todos os autores sagrados, desde Moisés, falaram dessas espécies de comunicações. Que são os milagres senão fatos maravilhosos e sobrenaturais por excelência, pois são, no sentido litúrgico, derrogações das leis da Natureza? Logo, rejeitando o maravilhoso e o sobrenatural, rejeitam as próprias bases da religião. Mas não é sob esse aspecto que desejamos encarar o assunto. O Espiritismo não tem de examinar se há ou não há milagres, quer dizer, se Deus pode, em certos casos, derogar as leis eternas que regem o Universo. Deixa ele, a esse respeito, toda liberdade à crença. Mas diz e prova que os fenômenos sobre os quais se apóia só têm de sobrenatural a aparência. Esses fenômenos não parecem naturais aos olhos de certas pessoas, pelo fato de serem insólitos e exorbitarem dos fatos conhecidos. Mas não são mais sobrenaturais do que todos os fenômenos de que a Ciência nos dá hoje a solução e que em outras épocas pareciam maravilhosos. ‘Todos os fenômenos espíritas, sem exceção, são conseqüências de leis gerais’. Eles nos revelam uma das forças da Natureza, força desconhecida ou, para melhor dizer, incompreendida até hoje, mas que a observação demonstra estar na ordem das coisas. ‘O Espiritismo, portanto, repousa menos no maravilhoso e no sobrenatural do que a própria religião. Os que o atacam nesse sentido não o conhecem. E, mesmo que fossem os maiores sábios, nós lhe diríamos: se a vossa Ciência, que vos ensinou tantas coisas, não vos revelou que o domínio da Natureza é infinito, sois apenas meio-sábios’.

320.3 - “Fraternidade e Progresso: doutrinas do Materialismo e do Espiritismo”.

Quereis, segundo dizeis, curar o vosso século de uma mania que ameaça invadir o mundo. Gostardes que o mundo fosse invadido pela incredulidade, que procurais propagar? Não é à ausência de qualquer crença que temos de atribuir o relaxamento dos laços de família e a maioria das desordens que minam a sociedade? Demonstrando a existência e a imortalidade da alma, o Espiritismo reaviva a fé no futuro, reergue os ânimos abatidos, faz suportar com resignação as vicissitudes da vida. Ousardes chamar a isso um mal? Duas doutrinas se enfrentam: uma, que nega o futuro, outra, que o proclama e o prova; uma, que nada explica, outra, que tudo explica e por isso mesmo se dirige à razão. Uma é a sanção do egoísmo, a outra oferece uma base à justiça, à caridade e ao amor ao próximo. A primeira não mostra mais do que o presente e aniquila toda a esperança, a segunda consola e mostra o vasto campo do futuro. Qual a mais preciosa?

Certas pessoas, e entre as mais cétricas, fazem-se apóstolos da fraternidade e do progresso. Mas a fraternidade supõe o desinteresse, a abnegação da personalidade; o orgulho é uma anomalia para a verdadeira fraternidade. Com que direito imporeis um sacrifício àquele mesmo a quem dizes que com a morte tudo se acabará para ele, e que amanhã talvez nada mais seja do que uma velha máquina desarranjada e atirada fora? Que razão terá ele para se impor alguma privação? Não é muito mais natural que nos curtos instantes que lhe concedeis ele procure viver o melhor possível? Vem disso o desejo de possuir bastante para melhor gozar. Desse desejo nasce a inveja dos que possuem mais e dessa inveja ao desejo de tomar o que eles possuem vai apenas um passo. Que é o que o retém? A lei? Mas a lei não abrange todos os casos. Direis que é a consciência, o sentimento do dever. Mas em que se baseia o sentimento do dever? Esse sentimento encontra uma razão de ser na crença de que tudo acaba com a vida? Com essa crença uma única máxima é racional: ‘cada um por si’. As idéias de fraternidade, de consciência, de dever, de humanidade e, mesmo de progresso, não são mais do que palavras vãs. ‘Oh, vós que proclamais semelhantes doutrinas não sabeis todo o mal que fazeis à sociedade, nem de quantos crimes assumis a responsabilidade! Mas por que falo de responsabilidade? Para o cétrico ela não existe; ele só presta homenagem à matéria’.

#### 320.4 – “Lei de Justiça, amor e caridade” – Certeza do Futuro e Progresso - Doutrina do Espiritismo.

O progresso da Humanidade tem como princípio a aplicação da lei de justiça, de amor e de caridade, e essa lei se funda sobre a certeza do futuro. Tirai essa certeza e lhe tirareis sua pedra angular. Dessa lei deriva todas as outras, porque ela encerra todas as condições da felicidade humana. Somente ela pode curar as chagas da sociedade. E isso podemos julgar pela comparação das épocas dos povos, porquanto melhoram sua condição à medida que essa lei é melhor compreendida e melhor praticada. Se uma aplicação parcial e incompleta produz um bem real, que será quando a tomarem por base de todas as instituições sociais? Isto é possível? Sim, porque quem deu dez passos pode dar vinte e assim por diante. Pode-se, pois, avaliar o futuro com base no passado. Já estamos vendo se extinguirem, pouco a pouco, as antipatias entre os povos; as barreiras que os separam caem com a civilização; eles se estendem as mãos de um extremo a outro do mundo; maior justiça preside as leis internacionais; as guerras se tornam cada vez mais raras e não mais excluem os sentimentos de humanidade; a uniformidade se estabelece nas relações; as distinções de raças e de castas desaparecem e os homens de crenças diferentes fazem calar os preconceitos sectários para se confundirem na adoração de um único Deus. Falamos dos povos que se encontram à frente da civilização. (Ver itens 789 a 793). Sob todos os aspectos estamos ainda longe da perfeição e existem ainda muitos resíduos antigos a serem destruídos, até que tenham desaparecidos os derradeiros vestígios da barbárie. Mas aqueles vestígios poderão opor-se ao poder irresistível do progresso, a essa força viva que é, em si mesma, uma lei da Natureza? Se a geração presente é mais adiantada que a anterior, por que a que nos sucederá não o seria mais do que a nossa? Ela o será por força das coisas: primeiro, porque com as gerações se extinguem dia a dia alguns campeões dos velhos abusos, e assim, pouco a pouco, a sociedade vai-se formando de elementos novos, destituídos dos velhos preconceitos; em segundo lugar, porque, desejando o progresso, o homem estuda os obstáculos e se empenha em derrubá-los. Desde que o movimento progressivo é incontestável, o progresso futuro não poderia ser posto em dúvida. O homem, por natureza, quer ser feliz, e não busca o progresso senão para aumentar a sua felicidade, sem o que o progresso não teria objetivo. O que seria o progresso para ele se não tivesse por fim melhorar-lhe a posição? Mas quando tiver a soma de felicidade que o progresso intelectual lhe pode dar, perceberá que essa felicidade não é completa, reconhecendo que ela é impossível sem a segurança das relações sociais. ‘E esta

segurança ele só a encontrará no progresso moral'. Então, por força das circunstâncias, ele mesmo impulsionará o progresso nesse sentido, e o Espiritismo lhe oferecerá a mais poderosa alavanca para atingir o alvo.

320.5 – “Os maiores adversários do Espiritismo servirão à sua causa sem o quererem”.

Os que dizem que as crenças espíritas ameaçam invadir o mundo proclamam a sua força, porque uma idéia sem fundamento e destituída de lógica não poderia tornar-se universal. Se, pois, o Espiritismo se implanta por toda parte, se recruta adeptos sobretudo nas classes esclarecidas, como todos o reconhecem, é que tem um fundo de verdade. Contra essa tendência serão inúteis todos os esforços dos seus detratores e o que prova é que o próprio ridículo de que o procuraram cobrir, longe de deter o seu impulso, parece lhe haver dado novo vigor. Esse resultado justifica plenamente o que muitas vezes os Espíritos têm dito: “Não vos inquieteis com a oposição, tudo o que fizerem contra vós se tornará em vosso favor e os vossos maiores adversários servirão à vossa causa sem o quererem. Contra a vontade de Deus a má vontade dos homens não poderá prevalecer”.

Com o Espiritismo, a Humanidade deve entrar numa fase nova, a do **PROGRESSO MORAL**, que lhe é conseqüência inevitável. Deixai, pois, de vos admirar da rapidez com que se propagam as idéias espíritas. A causa disso está na satisfação que elas proporcionam a todos os que as aprofundam e, que, nelas vêem alguma coisa mais do que um fútil passatempo. Ora, como o homem quer a sua felicidade acima de tudo, não é de admirar que se interesse por uma idéia que o torna feliz.

O desenvolvimento dessas idéias apresenta três períodos distintos: o primeiro, é o da curiosidade provocada pela estranheza dos fenômenos; o segundo, é o do raciocínio e da filosofia; o terceiro, o da aplicação e das conseqüências. O período da curiosidade já passou: a curiosidade não dura mais que um certo tempo e uma vez satisfeita muda de objeto; mas o mesmo não acontece com o que se refere ao pensamento sério e ao raciocínio. O segundo período já começou e o terceiro o seguirá inevitavelmente. O Espiritismo progrediu sobretudo depois que foi melhor compreendido na sua essência, depois que lhe perceberam o alcance, porque ele toca nas fibras mais sensíveis do homem: as da sua felicidade, mesmo neste mundo. Nisso está a causa da sua propagação, o segredo da força que o faz triunfar. Ele torna felizes os que o compreendem, enquanto a sua influência não se estende sobre as massas. Mesmo aquele que não tenha testemunhado nenhum fenômeno material de manifestações dirá: Além dos fenômenos há uma filosofia; essa filosofia me explica o que nenhuma outra havia explicado; nela encontro, pelo simples raciocínio, uma demonstração racional dos problemas que interessam no mais alto grau ao meu futuro. Ela me proporciona a calma, a segurança, a confiança; me livra do tormento da incerteza, e, ao lado disso, a questão dos fatos materiais se torna secundária. Vós todos, que o atacais, quereis um meio de o combater com sucesso? Ei-lo aqui. Substituí-o por alguma coisa melhor, encontrai uma solução ‘mais filosófica’ para todas as questões que ele resolve, dai ao homem ‘outra certeza’ que o torne mais feliz; mas compreendi bem o alcance dessa palavra ‘certeza’, porque o homem não aceita como certo senão o que lhe parece lógico. Não vos contenteis em dizer que isso não é assim, pois é muito fácil negar. Provai, por fim, que as conseqüências do Espiritismo não tornam os homens melhores, e, portanto, mais felizes, **PELA PRÁTICA DA MAIS PURA MORAL EVANGÉLICA**, moral que muito se louva mas pouco se pratica. Quando tiverdes feito isso, tereis o direito de o atacar. O Espiritismo é forte por que se apóia nas próprias bases da religião: Deus, a alma, as penas e recompensas futuras, e

porque sobretudo mostra essas penas e recompensas como conseqüências naturais da vida terrena, oferecendo um quadro do futuro em que nada pode ser contestado pela mais exigente razão. Vós, cuja doutrina consiste inteiramente na negação do futuro, que compensação ofereceis para os sofrimentos deste mundo? Vós vos apoiais na incredulidade, e ele se apóia na confiança em Deus. Enquanto ele convida os homens à felicidade, à esperança, à verdadeira fraternidade, vós lhes ofereceis o ‘nada’ por perspectiva e o ‘egoísmo’ por consolação. Ele explica tudo, vós nada explicais. Ele prova pelos fatos e vós nada provais. Como quereis que o homem hesite entre essas duas doutrinas?

320.6 – “O Espiritismo: sua força está na sua filosofia, no apelo que faz à razão e o bom-senso”.

Seria fazer uma idéia bem falsa do Espiritismo acreditar que a sua força decorre da prática das manifestações materiais e que, portanto, entavando-se essas manifestações pode-se minar-lhes as bases. Sua força está na sua filosofia, no apelo que faz à razão e ao bom-senso. Na Antigüidade ele era objeto de estudos misteriosos, cuidadosamente ocultos ao vulgo. Hoje, não tem segredos para ninguém: fala uma linguagem clara, sem ambigüidades; nada há nele de místico, nada de alegorias suscetíveis de falsas interpretações. Ele que ser compreendido por todos, porque chegaram os tempos de fazer-se que os homens conheçam a *verdade*. Longe de se opor à difusão da luz, ele a deseja para todos; não reclama uma crença cega, mas quer que se saiba por que se crê, e, como se apóia na razão, será sempre mais forte do que as doutrinas que se apóiam sobre o nada. Os entraves que se tentassem oferecer à liberdade das manifestações poderiam abafá-las? Não, porque produziriam o efeito de todas as perseguições: o de excitar a curiosidade e o desejo de conhecer aquilo que foi proibido. De outro lado, se as manifestações espíritas fossem o privilégio pessoal de um só homem, ninguém duvidaria que, pondo esse homem de lado, as manifestações acabariam. Desgraçadamente, para o adversário, elas estão ao alcance de todos e são utilizadas por todos, desde o menor ao maior, desde o palácio à choupana. Pode-se interditar o seu exercício público; mas sabe-se precisamente que não é em público que elas se produzem melhor, e sim na intimidade. Ora, cada um podendo ser médium, quem pode impedir uma família no seu lar, um indivíduo no silêncio do seu gabinete, o prisioneiro na sua cela de terem comunicações com os Espíritos à revelia e até mesmo em face dos seus verdugos? Se as proibissem num país, poderiam ser impedidas nos países vizinhos ou no mundo inteiro? Pois não há uma região, nas duas partes da Terra, em que não haja médiuns! Para encarcerar todos os médiuns seria necessário encarcerar a metade do gênero humano; conseguindo-se, o que não seria mais fácil, queimar todos os livros espíritas, no dia seguinte eles estariam reproduzidos porque a mente é inatingível e porque não se podem jamais encarcerar nem queimar os Espíritos, seus verdadeiros autores.

O Espiritismo não é obra de um homem. Ninguém se pode dizer seu autor porque ele é tão antigo quanto a Criação; encontra-se por toda parte, em todas as religiões e mais ainda na religião católica, com mais autoridade do que em todas as outras, porque nela se encontram os princípios de todas as manifestações: os Espíritos de todos os graus, suas relações ocultas ou patentes com os homens, os anjos guardiães, a reencarnação, a emancipação da alma durante a vida, a dupla vista, as visões, as manifestações de todo gênero, as aparições tangíveis. No tocante aos demônios, não são mais do que os Espíritos maus e, salvo a crença de que são eternamente destinados ao mal, enquanto a via do progresso não é interdita aos outros, entre eles não há qualquer outra diferença além do nome.

O que faz a moderna Ciência Espírita? Reúne em um todo o que estava disperso; explica em termos próprios o que só se conhecia em linguagem alegórica; poda tudo aquilo que a superstição e a ignorância haviam criado, para deixar somente o que é real e positivo: eis o seu papel. Mas não lhe cabe o papel de fundadora. Ela revela o que existe, coordena mas não cria nada, porque as suas bases estão em todos os tempos e em todos os lugares. Quem, pois, ousaria considerar-se bastante forte para abafá-la sob os sarcasmos e mesmo sob a perseguição? Se a proscreverem num lugar, ela renascerá em outros, nas mesmas condições em que foi banida, porque está na própria Natureza e não é dado ao homem aniquilar uma potência da Natureza nem opor o seu veto aos decretos de Deus.

De resto, que interesse haveria em se entravar a propaganda das idéias espíritas? Essas idéias, é verdade, se levantam contra os abusos que nascem do orgulho e do egoísmo. Mas esses abusos, de que alguns se aproveitam, prejudicam as massas. O Espiritismo terá, portanto, as massas a seu favor e não terá por adversários sérios senão os interessados na manutenção desses abusos. Por sua influência, pelo contrário, essas idéias tornarão os homens melhores uns para os outros, menos ávidos de interesses materiais e mais resignados ante os decretos da Providência, fazendo-se, portanto, um penhor de ordem e tranqüilidade.

### 320.7 – “O Espiritismo e as três classes de adeptos e as três classes de adversários”.

O Espiritismo se apresenta sob três aspectos diferentes: o das manifestações, o dos princípios de filosofia e moral que delas decorrem, e o da aplicação desses princípios. Daí as três classes ou antes os três graus de ‘adeptos’: 1<sup>o</sup>) os que crêem nas manifestações e se limitam a constató-las: para eles é uma ciência de experimentação; 2<sup>o</sup>) os que compreendem as suas conseqüências morais; 3<sup>o</sup>) os que praticam ou se esforçam por praticar essa moral. Qualquer que seja o ponto de vista, científico ou moral, sob o qual se encarem esses fenômenos estranhos, cada um dos adeptos compreende que é toda uma nova ordem de idéias que surge e cujas conseqüências não podem deixar de ser uma profunda modificação no estado da Humanidade, compreendendo, também, que essa modificação não pode verificar-se a não ser no sentido do bem.

Quanto aos ‘adversários’, também podemos classificá-los em três categorias: 1<sup>o</sup>) os que negam sistematicamente tudo o que é novo e não procede de suas próprias mentes, e que dele falam sem conhecimento de causa; a esta classe pertencem todos os que nada admitem fora do testemunho dos sentidos; nada viram, nada querem ver e menos ainda aprofundar; ficarão mesmo aborrecidos se vissem as coisas de maneira muito clara, de medo de serem forçados a convir que não têm razão; para eles o Espiritismo é uma quimera, uma loucura, uma utopia; ele não existe, e eis tudo. ‘Estes são os incrédulos de posição fixada’. Ao seu lado podem ser colocados os que não lhe lançaram sequer um golpe de vista para desencargo de consciência, a fim de poderem dizer: Quis ver e nada vi. Eles não compreendem que possa ser necessário mais de meia hora para se darem conta de toda uma Ciência. 2<sup>o</sup>) Os que, sabendo muito bem o que devem pensar da realidade dos fatos, não obstante os combatem por ‘motivos de interesse pessoal’. Para eles, o Espiritismo existe mas temem as suas conseqüências e o atacam como a um inimigo. 3<sup>o</sup>) Os que encontram na moral espírita uma censura demasiado severa para os seus atos ou as suas tendências. O Espiritismo levado a sério os incomodaria. Esses não o rejeitam nem o aprovam, preferem fechar-lhe os olhos. Os primeiros são levados pelo orgulho e pela presunção; os segundos, pela ambição; os terceiros, pelo egoísmo. Compreende-se que essas causas de oposição, nada tendo de sólidas, devem desaparecer com o tempo, pois em vão pro-

curaríamos uma quarta classe de antagonistas, ou seja, aquela que se apoiasse em causas contrárias evidentes, demonstrando um estudo consciencioso e laborioso do problema. Todos não lhe opõem senão a negação, nenhum deles apresenta uma demonstração séria e irrefutável em contrário.

Seria presumir demasiado da natureza humana acreditar que ela pudesse transformar-se subitamente pelas idéias espíritas. A ação dessas idéias não é certamente a mesma nem do mesmo grau em todos os que as professam; mas qualquer que seja o seu resultado, mesmo fraco, representa sempre uma melhora, mesmo que seja apenas o de dar a prova da existência de um mundo extra-corpóreo, o que implica a negação das doutrinas materialistas. Isto é o que decorre da simples observação dos fatos. Mas entre os que compreendem o Espiritismo filosófico e nele vêem alguma coisa mais do que os fenômenos mais ou menos curiosos, os efeitos são outros. O primeiro e o mais geral é o de desenvolver o sentimento religioso até mesmo naquele que, sem ser materialista, seja indiferente às coisas espirituais. Disto resulta para ele o desprezo pela morte; não dizemos o desejo da morte, longe disso, porque o espírita defenderá a sua vida como qualquer outro, mas uma indiferença que lhe faz aceitar sem queixas nem pesar uma morte inevitável como uma coisa antes feliz do que temível, em virtude da certeza do estado que lhe sobrevirá. O segundo efeito, talvez tão geral como o primeiro, é a resignação em face das vicissitudes da vida. O Espiritismo faz ver as coisas de tão alto, que a vida terrena perde três quartas partes de sua importância e o homem não mais se perturba tanto com as suas tribulações. Daí, mais coragem nas aflições, mais moderação nos desejos e daí, também, o afastamento do desejo de abreviar a vida, porque a Ciência Espírita ensina que pelo suicídio se perde sempre o que se pretendia ganhar. A certeza de um futuro que de nós mesmo depende tornar feliz e a possibilidade de estabelecer relações com os seres que nos são caros proporcionam ao espírita uma suprema consolação: seu horizonte se amplia até o infinito pela visão contínua da vida de além-túmulo, da qual podem sondar as misteriosas profundidades. O terceiro efeito é o de despertar a indulgência para com os defeitos alheios; mas, é necessário dizê-lo, o princípio do egoísmo e tudo o que dele decorre são o que há de mais tenaz no homem e por conseguinte mais difícil de se desenraizar. Podemos fazer sacrifícios voluntários, contanto que nada custem e sobretudo que não nos privem de nada; o dinheiro exerce ainda sobre a maioria dos homens uma atração irresistível e bem poucos compreendem a palavra ‘supérfluo’, quando se trata de suas próprias pessoas. Assim, a abnegação de si mesmo é o sinal do mais eminente progresso.

320.8 – “Que vem fazer o Espiritismo, se a moral que ensina é a mesma do Cristo em seus Evangelhos!?”

Os Espíritos, perguntam algumas pessoas, nos ensinam uma nova moral, qualquer coisa de superior ao que o Cristo ensinou? Se essa moral não é outra senão a do Evangelho, que vem fazer o Espiritismo? Esse raciocínio se parece singularmente àquele do califa Omar falando da Biblioteca de Alexandria: “Se ela não contém – dizia ele – mais do que aquilo que existe no Alcorão, é inútil e portanto deve ser queimada; se encerra outra coisa é má e tanto mais deve ser queimada”. Não, o Espiritismo não encerra uma moral diferente daquela de Jesus; mas perguntaremos, por nossa vez, se antes de Cristo os homens não dispunham da lei de Deus revelada a Moisés? A doutrina do Cristo não se acha contida no Decálogo? E, por isso, se dirá que a moral de Jesus foi inútil? Perguntaremos, ainda, aos que negam a utilidade da moral espírita, por que a do Cristo é tão pouco praticada? E por que até mesmo aqueles que proclamam a sua sublimidade são os primeiros a violar a primeira de suas leis: ‘a caridade universal’?. Os Espíritos vêm, não somente confirmá-la, mas também mostrar-nos a sua utilidade prática; eles

tornam inteligíveis e patentes as verdades que só haviam sido ensinadas sob a forma alegórica, e ao lado da moral vêm definir-nos os mais abstratos problemas da Psicologia.

Jesus veio mostrar aos homens a rota do verdadeiro bem. Por que Deus, que o enviara para relembrar a Sua lei esquecida, não enviaria hoje os Espíritos para novamente a lembrar de maneira mais precisa, agora que os homens a esquecem para tudo sacrificarem ao orgulho e à cupidez? Quem dirá que os tempos preditos não são chegados, como afirmam os Espíritos, e que não alcançamos aqueles em que as verdades mal compreendidas ou falsamente interpretadas devem ser ostensivamente reveladas ao gênero humano para acelerar o seu adiantamento? Não há qualquer coisa de providencial nessas manifestações que se produzem simultaneamente por todas as partes do globo? Não é apenas um homem, um profeta que nos vem advertir, pois é por toda parte que a luz se derrama; é todo um mundo novo que se desenrola aos nossos olhos. Como a invenção do microscópio nos descobriu o mundo dos infinitamente pequenos que nem sequer suspeitávamos; como o telescópio nos descobriu milhares de mundos de que também não suspeitávamos, as comunicações espíritas nos revelam o mundo invisível que nos rodeia, cujos habitantes nos acotovelam a todo momento, participando à nossa revelia de tudo o que fazemos. Algum tempo ainda e a existência desse mundo, que é justamente o que nos espera, será tão incontestável como a do mundo microscópico e o dos grandes globos perdidos no espaço. E nada valerá, então, nos terem feito conhecer um mundo todo; nos haverem iniciados nos mistérios da vida além-túmulo? É verdade que essas descobertas, se assim as podemos chamar, contrariam de algum modo certas idéias estabelecidas. Mas não é certo que todas as grandes descobertas científicas igualmente modificaram e até mesmo derrubaram as idéias até então mais acreditadas? E não foi necessário que o nosso amor-próprio se curvasse diante da evidência? O mesmo acontecerá com o Espiritismo e dentro em pouco ele terá direitos de cidadania entre os conhecimentos humanos.

As comunicações com os seres de além-túmulo tiveram por resultado nos fazer compreender a vida futura, nos fazer vê-la, nos iniciar nos princípios das penas e dos gozos que nos esperam, segundo os nossos méritos, e, por isso mesmo, conduzir ao 'Espiritualismo' aqueles que não admitiam em nós mais do que uma máquina orgânica. Assim, tivemos razão de dizer que o Espiritismo matou o Materialismo por meio dos fatos. Não tivesse ele produzido mais do que isso e a ordem social lhe teria de ser reconhecida. Mas ele fez mais: mostrou os inevitáveis efeitos do mal e por conseguinte a necessidade do bem. O número dos que ele conduziu a sentimentos melhores, neutralizando as suas tendências más e desviando-os do mal, é maior do que se pensa e aumenta todos os dias. É que para eles o futuro já não se apresenta de maneira vaga, mas é uma realidade que se compreende, que se pode explicar, quando se 'vêem' e quando se 'ouvem' os que partiram lamentar-se ou felicitar-se pelo que fizeram na Terra. Quem quer que testemunhe isso é levado a meditar e sente a necessidade de se conhecer, de julgar a si mesmo e de se emendar.



## BIBLIOGRAFIA

### I – Bibliografia Jurídica

CICCO, Cláudio De. Direito, Cidadania e Justiça, São Paulo, Forense, 1995.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Atlas, 1996.

GALVES, Carlos Nicolau. Manual de Filosofia do Direito, 1<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995.

MONTORO, André Franco. Estudos de Filosofia do Direito, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Saraiva, 1995.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito, 6<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1998.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito, 17<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_ Nova Fase do Direito Moderno, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Saraiva, 1998.

### II – Bibliografia Específica

AMORIM, Deolindo. Espiritismo e Criminologia, 3<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, CELD, 1991.

ANDRADE, Hernani Guimarães. Espírito, Perispírito e Alma, 1<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Pensamento, 1984.

ÂNGELIS, Joanna de (Espírito). Estudos Espíritas, psicografia de Divaldo Pereira Franco, 3<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1983.

\_\_\_\_\_ Após a Tempestade, psicografia de Divaldo P. Franco, 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo, Livraria Espírita Alvorada.

CAMARGO, Pedro de (Vinícius). Em Torno do Mestre, 4<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1979.

\_\_\_\_\_ Na Escola do Mestre, 3<sup>a</sup>. ed., São Paulo, FEESP, 1978.

\_\_\_\_\_ O Mestre na Educação, 3<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1982.

CALLIGARIS, Rodolfo. As Leis Morais, 3<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1983.

CIAMPONI, Durval. A Evolução do Princípio Inteligente, 1<sup>a</sup>. ed., São Paulo, FEESP, 1995.

\_\_\_\_\_ Reprodução Assistida À Luz do Espiritismo, 1<sup>a</sup>. ed., São Paulo, FEESP, 2001.

DIBO, Dulcídio. *Civilização do Espírito – Megatendência do Século XXI*, vol. 1, 1ª. ed., São Paulo, Lúmem, 1992.

EMMANUEL (Espírito). *O Consolador*, psicografia de Francisco Cândido Xavier, 19ª. ed., Rio de Janeiro, FEB, 1998.

\_\_\_\_\_ Livro “Emmanuel”, psicografia de F. C. Xavier, 18ª. ed., R. Janeiro, FEB, 1997.

\_\_\_\_\_ *Religião dos Espíritos*, psicografia de F. C. Xavier, 4ª. ed., R. Janeiro, FEB, 1978.

\_\_\_\_\_ *Pensamento e Vida*, psicografia de F. C. Xavier, 7ª. ed., R. Janeiro, FEB, 1983.

\_\_\_\_\_ *A Caminho da Luz*, psicografia de F. C. Xavier, 20ª. ed., R. Janeiro, FEB, 1994.

\_\_\_\_\_ *Vida e Sexo*, psicografia de F. C. Xavier, 17ª. ed., R. Janeiro, FEB, 1998.

INCONTRI, Dora. *A Educação Segundo o Espiritismo*, 1ª. ed., São Paulo, FEESP, 1997.

IRMÃO X (Espírito). *Cartas e Crônicas*, psicografia de F. C. Xavier, 4ª. ed., FEB, 1979.

KARDEC, Allan. *Revista Espírita*, Maio/1869, trad. Julio Abreu Filho, São Paulo, EDICEL.

\_\_\_\_\_ *O Livro dos Espíritos*, tradução de José Herculano Pires, 10ª. ed., São Paulo, FEESP, 2001.

\_\_\_\_\_ *Obras Póstumas*, trad. de João Teixeira de Paula, 11ª. ed., São Paulo, LAKE, 1995.

\_\_\_\_\_ *Revista Espírita*, Novembro/1864, trad. Júlio Abreu Filho, S.Paulo, EDICEL.

\_\_\_\_\_ *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, trad. José Herculano Pires, 15ª. ed., São Paulo, FEESP, 2001.

\_\_\_\_\_ *A Gênese*, trad. Victor Tollendal Pacheco, 17ª. ed., S.Paulo, LAKE, 1994.

\_\_\_\_\_ *O Céu e o Inferno*, trad. João Teixeira de Paula, 8ª. ed., S.Paulo, LAKE, 1997.

\_\_\_\_\_ *Revista Espírita*, Janeiro/1866, trad. Júlio Abreu Filho, S.Paulo, EDICEL.

\_\_\_\_\_ *Revista Espírita*, Abril/1865, trad. Júlio Abreu Filho, S.Paulo, EDICEL.

LAHGHI DE SOUZA, Hebe. *Darwin e Kardec – Um Diálogo Possível*, 1ª. ed., Campinas-SP, Ed. CEAK, 2002.

LAMMENAIS (Espírito). *Revista Espírita*, Dez/1863, trad. Julio A. Filho, EDICEL.

LISSO, Wladimir. Solange Soares de Camargo. *Síntia Iole Nogueira Clonagem À Luz do Espiritismo*, 1ª. ed., S.Paulo, FEESP, 2002.

- LUIZ, André (Espírito). Ação e Reação, psicografia de F. C. Xavier, 6<sup>a</sup>. ed., R.J., FEB, 1976.
- \_\_\_\_\_ Os Mensageiros, psicografia de F.C. Xavier, 11<sup>a</sup>. ed., RJ, FEB, 1978.
- \_\_\_\_\_ Evolução Em Dois Mundos, psic. F.C. Xavier, 4<sup>a</sup>. ed., RJ, FEB, 1977.
- \_\_\_\_\_ Nos Domínios da Mediunidade, psic. F. C. Xavier, 18<sup>a</sup>. ed., RJ, FEB, 1979.
- MARTINS, Celso. O Sexo & o Amor Em Nossas Vidas, 7<sup>a</sup>. ed., Capivari-SP, Ed. EME, 1993.
- MIRANDA, Hermínio C. Deolindo Amorim. O Espiritismo e os Problemas Humanos, 1<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, USE, 1985.
- MOTA JUNIOR, Eliseu Florentino da. Aborto À Luz do Espiritismo, 1<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Ed. O Clarim, 1995.
- NOBRE, Marlene R.S. Lições de Sabedoria: Chico Xavier nos 23 anos da Folha Espírita, 2<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Ed. Jornalística Fé, 1997.
- \_\_\_\_\_ A Mulher Na Dimensão Espírita, 6<sup>a</sup>. ed., Santos-SP, Edit. DICESP, 1985.
- ORTIZ, Fernando. A Filosofia Penal dos Espíritas, trad. de Carlos Imbassay, 2<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, LAKE, 1998.
- PERRI DE CARVALHO, A. Cesar. Entre a Matéria e o Espírito, 1<sup>a</sup>. ed., Matão-SP, Ed. O Clarim, 1990.
- PIRES, José Herculano. Revisão do Cristianismo, 3<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Ed. PAIDÉIA, 1990.
- \_\_\_\_\_ Ciência Espírita, 1<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, PAIDÉIA, 1979.
- \_\_\_\_\_ O Espírito e o Tempo, 7<sup>a</sup>. ed., Dist. Federal, EDICEL, 1995.
- \_\_\_\_\_ Parapsicologia Hoje e Amanhã, 6<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, EDICEL, 1981.
- \_\_\_\_\_ Introdução À Filosofia Espírita, 1<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Ed. FEESP, 1993.
- \_\_\_\_\_ Pedagogia Espírita, 2<sup>a</sup>. ed., Belo Horizonte, Ed. J. Herculano Pires, 1994.
- \_\_\_\_\_ Curso Dinâmico de Espiritismo, 1<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, PAIDÉIA, 1979.
- \_\_\_\_\_ O Infinito e o Finito, 1<sup>a</sup>. ed., S.Bernardo do Campo-SP, Ed. Correio Fraternal, 1983.
- \_\_\_\_\_ Astronautas do Além, 3<sup>a</sup>. ed., S.Bernardo do Campo-SP, Ed. Grupo Emmanuel, 1983.
- \_\_\_\_\_ O Homem Novo, 4<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Ed. Correio Fraternal, 1995.

\_\_\_\_\_ Mediunidade, 3<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, EDICEL, 1980.

QUEIROZ, José Fleurí. Educação Como Direito e Dever À Luz da Filosofia e do Direito Natural, 1<sup>a</sup>. edição, Leme-SP, Editora Mundo Jurídico, 2003.

RIZZINI, Carlos Toledo. Evolução Para o Terceiro Milênio, Vol. 1, 8<sup>a</sup>. ed., Distrito Federal, Editora Edicel, 1990.

SIMONETTI, Richard. A Constituição Divina, 2<sup>a</sup>. ed., Bauru-SP, Graf. S.João, 1989.

\_\_\_\_\_ Temas de Hoje, Problemas de Sempre, 3<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Correio Fraternal, 1982.

XAVIER, Francisco Cândido. José Herculano Pires. Na Era do Espírito, 3<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Edit. Grupo Emmanuel, 1976.

\_\_\_\_\_ Entrevistas, 3<sup>a</sup>. ed., S.Paulo, Instituto de Difusão Espírita, 1981.

### **III – Periódicos**

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Clonagem. Transgênicos, pag. A-12, 29/9/2004.

IDEM. A Filha do Clone, pág. A-11, 5/10/2004.

IDEM. Senado aprova autorização para transgênicos, pág. B-1, 7/10/2004.

IDEM. Clonagem terapêutica gera dúvida, 7/10/2004.

IDEM. Embrião congelado basta, diz geneticista, pág. A-16, 8/10/2004.

IDEM. Transplantes, pág. A-14, 24/9/2004.

IDEM. Brasilcord – Banco de Sangue de cordão umbilical, pág. C-4, 25/9/2004.

MARCELO PRESTES, Luiz. Anencefalia. Jornal “O Clarim”, agosto/2004.

NALIM, José Renato. Jornal do Advogado, “gestante tem o direito de interromper a gravidez do anencéfalo? Agosto 2004.